BRASIL: UMA BIOGRAFIA

Lilia M. Schwarcz
e Heloisa M. Starling

Companhia Das Letras

BRASIL:
UMA BIOGRAFIA

LILIA MORITZ SCHWARCZ
E HELOISA MURGEL STARLING

COMPANHIA DAS LETRAS

LEGENDA DA IMAGEM DA CAPA

De 1958 até a sua inauguração, em 21 de abril de 1960, Marcel Gautherot fotografou o canteiro de obras de Brasília e nos ensinou a ver a nova capital de uma maneira particular: a manifestação pública também ocorria ostensivamente do lado de fora da forma construída, no espaço público da cidade e de suas edificações. Na foto da capa, o início da concretagem da cúpula do Senado Federal retrata, ao mesmo tempo, um destino e uma miragem do Brasil. Num impulso, os candangos, milhares de trabalhadores nômades que vieram de todas as regiões do país para construir a nova capital, estão, uma vez mais, prontos para partir — "em rota para a impossível utopia".

Início da concretagem da cúpula do Senado Federal, Marcel Gautherot, *c.* 1958.

Para Luiz e Otávio, porque, como dizia
Guimarães Rosa: “O livro pode valer pelo muito
que nele não deveu caber”.

SUMÁRIO

Acervos pesquisados e suas abreviaturas

Introdução ou “O Brasil fica bem perto daqui”
1. Primeiro veio o nome, depois uma terra chamada Brasil
2. Tão doce como amarga: a civilização do açúcar
3. Toma lá dá cá: o sistema escravocrata e a naturalização da violência
4. É ouro!
5. Revoltas, conjurações, motins e sedições no paraíso dos trópicos
6. Homens à vista: uma corte ao mar
7. D. João e seu reino americano
8. Quem foi para Portugal perdeu o lugar: vai o pai, fica o filho
9. *Habemus* independência: instabilidade combina com Primeiro Reinado
10. Regências ou o som do silêncio
11. Segundo Reinado: enfim uma nação nos trópicos
12. Ela vai cair: o fim da monarquia no Brasil
13. A Primeira República e o povo nas ruas
14. Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno
15. *Yes*, nós temos democracia
16. Os anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país subdesenvolvido
17. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência
18. No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura militar

Conclusão — História não é conta de somar

Caderno de imagens
Notas
Referências bibliográficas
Cronologia
Agradecimentos
Créditos das imagens
Sobre as autoras

ACERVOS PESQUISADOS E SUAS ABREVIATURAS

AAC: Acervo Abril Comunicações S.A. — São Paulo
ABLRAM: Acervo Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc. — La Jolla, CA, EUA
ACL: Academia das Ciências de Lisboa
ACM: Acervo Cildo Meireles
AFMS: Acervo Família Murgel Starling
AHU: Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa
AJR: Acervo João Ripper/ Imagens Humanas — Rio de Janeiro
AMRJ: Arquivo Municipal do Rio de Janeiro
AMVK: Acervo Marta e Victor Klagsbrunn
AN: Arquivo Nacional — Rio de Janeiro
ANTT: Arquivo Nacional Torre do Tombo — Lisboa
ANV-FEB: Associação Nacional dos Veteranos da FEB — Belo Horizonte
AOG: Arquivo O Globo — Rio de Janeiro
APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia — Salvador
APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM: Arquivo Público Mineiro — Belo Horizonte
APR: Acervo do Projeto República — Belo Horizonte
ARM: Academia Real Militar — Rio de Janeiro
AS: Acervo Hermínio Sacchetta — Campinas
BAS: Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores — Brasília
BBGJM: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin — São Paulo
BDCH-USP: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP
BHL: Biodiversity Heritage Library
BI: Brasiliana Itaú — São Paulo
BMA: Biblioteca Mário de Andrade — São Paulo
BNF: Biblioteca Nacional da França — Paris
BNP: Biblioteca Nacional de Portugal — Lisboa
BPNY: Biblioteca Pública de Nova York
CACI: Centro de Arte Contemporânea Inhotim — Brumadinho (MG)
CAJS: Coleção Apparecido Janniz Salatine
CAV-MDB: Centro de Artes Visuales Museo del Barro — Assunção
CBMPC: Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo — Salvador
CENIMAR: Centro de Informações da Marinha — Rio de Janeiro
CMT: Câmara Municipal de Tiradentes
CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas — São Paulo
CPDOC-JB: Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil — Rio de Janeiro
DCDP: Divisão de Censura de Diversões Públicas — Brasília
EC: Estadão Conteúdo
FBN: Fundação Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro

FCFA: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna — Lisboa
FCP: Fundação Cultural Palmares — Brasília
FIOCRUZ: Fundação Instituto Oswaldo Cruz — Rio de Janeiro
FJP: Fundação João Pinheiro — Belo Horizonte
FLLB: Fondazione Lelio e Lisli Basso — Roma
FP: Folhapress — São Paulo
FPA: Fundação Padre Anchieta — São Paulo
FPR: Fundação Projeto Rondon — Brasília
GI: Getty Images — São Paulo
IACJ: Instituto Antônio Carlos Jobim — Rio de Janeiro
IAP: Instituto Astrojildo Pereira — São Paulo
IB: Instituto Butantan — São Paulo
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDB: Instituto Dom Barreto — Teresina
IEB-USP: Instituto de Estudos Brasileiros — São Paulo
IGHB: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia — Salvador
IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro
IHGSP: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IMS: Instituto Moreira Salles — Rio de Janeiro
IMSB: Igreja e Mosteiro de São Bento — Salvador
InCor: Instituto do Coração — São Paulo
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MinC — Brasília
IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros — Rio de Janeiro
ITV: Instituto Teotônio Vilela — Brasília
IVH: Instituto Vladimir Herzog — São Paulo
JCBL: John Carter Brown Library — Providence, RI, EUA
MAPRO: Museu Mariano Procópio — Juiz de Fora
MAM-RJ: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MASP: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MBB: Museu Boijmans van Beuningen — Rotterdam
MCM: Museus Castro Maya — Rio de Janeiro
MCPT: Museu Casa do Padre Toledo — Tiradentes
MHN: Museu Histórico Nacional — Rio de Janeiro
MI: Museu da Inconfidência — Ouro Preto
MIESP: Museu da Imigração do Estado de São Paulo
MIMP: Museu Imperial de Petrópolis
ML: Museu do Louvre — Paris
MMGV: Memorial Minas Gerais Vale — Belo Horizonte
MNBA: Museu Nacional de Belas Artes — Rio de Janeiro
MND: Museu Nacional da Dinamarca — Copenhague
MN-UFRJ: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
MPR: Museu do Primeiro Reinado — Rio de Janeiro
MP-USP: Museu Paulista — São Paulo
MRBAB: Museu Real de Belas Artes da Bélgica — Bruxelas

MV: Museu de Versalhes
NMM: National Maritime Museum — Londres
OI: Olhar Imagem — São Paulo
PA: Palácio da Alvorada — Brasília
PC: Palácio do Catete — Rio de Janeiro
PDL: Palácio da Liberdade — Belo Horizonte
PESP: Pinacoteca do Estado de São Paulo
PG: Palácio Guanabara — Rio de Janeiro
PI: Palácio do Itamaraty — Brasília
PIF: Palácio da Ilha Fiscal — Rio de Janeiro
PL: Palácio Laranjeiras — Rio de Janeiro
PN: Palácio das Necessidades — Lisboa
PNA: Palácio Nacional da Ajuda — Lisboa
PNM: Palácio Nacional de Mafra
PNQ: Palácio Nacional de Queluz
PP: Palácio do Planalto — Brasília
PPI: Palácio Piratini — Porto Alegre
PR: Palácio do Ramalhão — Lisboa
PSC: Palácio de São Cristóvão — Rio de Janeiro
PT: Palácio Tiradentes — Rio de Janeiro
SK: Staatliche Kunstsammlungen — Dresden
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais — Belo Horizonte
UKGAC: United Kingdom Government Art Collection — Londres

BRASIL:
UMA
BIOGRAFIA

NOTA DAS AUTORAS

Caros leitores, a introdução deste livro, embora não seja teórica, é interpretativa. Sugerimos àqueles que preferirem iniciar a leitura pelo capítulo 1 e enveredar pelos seguintes, mais narrativos, que realizem um roteiro (apenas) um pouco diferente. Depois de terem lido os dezoito capítulos que compõem o volume, e apreciadas as imagens e legendas, retornem, por favor, à introdução. Assim, poderão conferir nossa interpretação e verificar se ela bem vale uma biografia.

NOTA DO EDITOR

As legendas que acompanham as imagens são de conteúdo; as informações técnicas se encontram no final do livro.

INTRODUÇÃO OU "O BRASIL FICA BEM PERTO DAQUI"

> *Era bom saber que a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição de 1888, foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na convivência de todos a sua* [*da escravidão*] *injustiça originária. Quando eu fui para o colégio, um colégio público, à rua do Rezende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado. A professora, D. Tereza Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de crianças, só uma coisa me ficou: livre! livre! Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos progressistas da nossa fantasia. Mas como estamos ainda longe disso! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!* [...] *São boas essas recordações; elas têm um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo. O tempo inflexível, o tempo que, como o moço é irmão da Morte, vai matando aspirações, tirando perempções, trazendo desalento, e só nos deixa na alma essa saudade do passado, às vezes composto de fúteis acontecimentos, mas que é bom sempre relembrar.*[1]

O autor desse relato é Lima Barreto. Jornalista, ensaísta, cronista da cidade do Rio de Janeiro, ele foi um dos poucos escritores brasileiros a se definir como negro — a si e à sua literatura —, isso a despeito de viver num país cujos dados censitários indicavam a existência de uma ampla maioria negra e mestiça. O relato não parece ter sido escrito para ser lembrado ou legado à posteridade. Ao contrário, o desabafo foi deixado nas costas de um papel avulso do Ministério da Guerra, instituição em que Lima trabalhava como amanuense — funcionário público de posição não muito elevada na hierarquia do Estado (ver imagem 2).

Seu pai, João Henriques de Lima Barreto, por conta dos vínculos que tivera com a monarquia, foi um dos primeiros desempregados da República; passou a trabalhar como almoxarife e depois como administrador num asilo para loucos, e já em 1912 estava aposentado do serviço público, com o diagnóstico de "insanidade mental". A loucura — na época considerada um dos estigmas da degeneração de raças mestiçadas — perseguiria Lima desde então, tendo ele próprio sido internado no Hospital Nacional de Alienados em duas ocasiões: 1914 e 1918. "Loucura", "desalento", "desigualdade", "exclusão", eram termos comuns no vocabulário do escritor, e definiam bem sua geração.

O documento não parece ser aleatório, muito menos arbitrário. Ele revela algumas características persistentes da nossa breve história, ao menos quando datada a partir da descoberta do Brasil — para alguns; para outros, o termo correto seria "invasão" —, na data redonda de 1500.[2] Se muitos são os eventos, contextos políticos e culturais que assinalam esses mais de cinco séculos de existência nacional, alguns traços insistem, teimosamente, em comparecer na agenda local. Um deles é justamente a nossa difícil e tortuosa construção da cidadania. No percurso deste livro teremos oportunidade de acompanhar manifestações de claro civismo e entusiasmo público, aliás, como as que se deram em virtude da decretação da lei que aboliu a escravidão em 1888, mencionada por Barreto (ver imagem 3). Nessa ocasião, populares tomaram todos os cantos da praça onde, de sua sacada, a princesa Isabel anunciou a novidade aguardada havia muito. Resultado de um ato do governo, mas sobretudo da contínua pressão popular e civil, a Lei Áurea, apesar de sua grande importância, era, porém, pouco ambiciosa em sua capacidade de prever a inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam. E por isso o caso é em si exemplar. Ele lembra que atos como esse, não poucas vezes, vinham seguidos de reveses políticos e sociais, os quais começavam a desenhar um

projeto de cidadania inconclusa, uma república de valores falhados, conforme escreveria nosso autor.

É por essa razão que idas e vindas, avanços e recuos, fazem parte dessa nossa história que ambiciona ser mestiça como de muitas maneiras são os brasileiros: apresenta respostas múltiplas e por vezes ambivalentes sobre o país; não se apoia em datas e eventos selecionados pela tradição; seu traçado não se pretende apenas objetivo ou nitidamente evolutivo, uma vez que carrega um tempo híbrido capaz de agenciar diversas formas de memória. Mais ainda, é mestiça porque prevê não só mistura mas clara separação. Numa nação caracterizada pelo poder de grandes proprietários rurais, muitos deles donos de imensos e isolados latifúndios que podiam alcançar o tamanho de uma cidade, autoritarismo e personalismo foram sempre realidades fortes, a enfraquecer o exercício livre do poder público, a desestimular o fortalecimento das instituições e com isso a luta por direitos. Diz o provérbio popular que no Brasil "quem rouba pouco é ladrão e quem rouba muito é barão", como a legitimar uma noção, hoje muito discutida e politizada, de que no país o fato de ser abonado já é prova de isenção e de uma cidadania acima de qualquer suspeita.

Mas vale a pena anotar outro traço que, se não é natural, pois tratamos aqui de construções sociais e não biológicas, é escandalosamente resistente e tem lugar cativo na história brasileira. Certa lógica e certa linguagem da violência trazem consigo uma determinação cultural profunda. Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda a sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação.

Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso mas igualmente perverso. Apesar de não existirem formas de discriminação no corpo da lei, os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela Justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho. Marca forte e renitente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura, e a nação se define a partir de uma linguagem pautada em cores sociais. Nós nos classificamos em tons e meios-tons, e até hoje sabemos que quem enriquece, quase sempre, embranquece, sendo o contrário também verdadeiro. Se a fronteira de cor é de fato porosa entre nós, e não nos reconhecemos por critérios só biológicos; se no país a inclusão cultural é uma realidade e se expressa em tantas manifestações que o singularizam — a capoeira, o candomblé, o samba, o futebol; se nossa música e nossa cultura são mestiças em sua origem e particularidade, não há como esquecer também os tantos processos de exclusão social. Eles se expressam nos acessos ainda diferentes a ganhos estruturais no lazer, no emprego, na saúde e nas taxas de nascimento, ou mesmo nas intimidações e batidas cotidianas da polícia, mestra nesse tipo de linguagem de cor.

De tanto misturar cores e costumes, fizemos da mestiçagem uma espécie de representação nacional. De um lado, a mistura se consolidou a partir de práticas violentas, da entrada forçada de povos, culturas e experiências na realidade nacional. Diferente da

ideia de harmonia, por aqui a mistura foi matéria do arbítrio. Ela é resultado da compra de africanos, que vieram para cá obrigados e em número muito superior ao dos que foram levados a outras localidades. O Brasil recebeu 40% dos africanos que compulsoriamente deixaram seu continente para trabalhar nas colônias agrícolas da América portuguesa, sob regime de escravidão, num total de cerca de 3,8 milhões de imigrantes.[3] Hoje, com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano, depois da Nigéria. Além do mais, e a despeito dos números controversos, estima-se que em 1500 a população nativa girasse em torno de 1 milhão a 8 milhões, e que o "encontro" com os europeus teria dizimado entre 25% e 95%.[4]

De outro lado, no entanto, é inegável que essa mesma mescla, sem igual, gerou uma sociedade definida por uniões, ritmos, artes, esportes, aromas, culinárias e literaturas mistas. Talvez por isso a alma do Brasil seja crivada de cores. Nossos vários rostos, nossas diferenciadas feições, nossas muitas maneiras de pensar e sentir o país comprovam a mescla profunda que deu origem a novas culturas, porque híbridas de tantas experiências. Diversidade cultural, expressa no sentido único do termo, é quiçá uma das grandes realidades do país, totalmente marcado e condicionado pela separação mas também pela mistura que resulta desse processo longo de mestiçagem.

Construída na fronteira, a alma mestiça do Brasil — resultado de uma mistura original entre ameríndios, africanos e europeus —, é efeito de práticas discriminatórias já centenárias, mas que, ao mesmo tempo, levam à criação de novas saídas. Como dizia Riobaldo Tatarana, um personagem dileto do escritor Guimarães Rosa, "por cativa em seu destinozinho de chão, é que árvore abre tantos braços" — e, se a alma é híbrida, são muitos os braços do Brasil. O Brasil com frequência escapa aos lados opostos da moeda, construindo práticas culturais que mancham barreiras mais óbvias, e assim nos distinguem e nos incluem no mundo — sempre na condição de brasileiros.

Existem ainda outras facetas que fazem parte da cara (e da expressão) do país. Sarcástico, Lima Barreto termina seu texto em tom de desabafo: "Tenazmente ficamos a viver, esperando, esperando… O quê? O imprevisto, o que pode acontecer amanhã ou depois; quem sabe se a sorte grande, ou um tesouro descoberto no quintal?". É a essa mania nacional de procurar pelo milagre do dia, pelo imprevisto salvador, que o historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico livro *Raízes do Brasil*, de 1936, chama de "bovarismo". Aliás, a palavra foi usada também pelo literato carioca, que a partir do mesmo conceito desfaz de nosso vício de "estrangeirismo" e de "tudo copiar como se fosse matéria-prima nossa". Já Buarque de Holanda afirma que o conceito se refere a "um invencível desencanto em face das nossas condições reais".[5]

O termo tem origem na famosa personagem Madame Bovary, criada por Gustave Flaubert, e define justamente essa alteração do sentido da realidade, quando uma pessoa se considera outra, que não é. O estado psicológico geraria uma insatisfação crônica, produzida pelo contraste entre ilusões e aspirações, e, sobretudo, pela contínua desproporção diante da realidade. Imagine-se, contudo, o mesmo fenômeno passado do indivíduo para toda uma comunidade, que se concebe sempre diferente do que é, ou aguarda que um inesperado altere a danada da realidade. Segundo Holanda (e Barreto), brasileiros teriam um quê de Bovary.

No futebol, espécie de metáfora maior da nacionalidade brasileira, aguardamos sempre que "algo aconteça" e resolva a partida. A vontade é de torcer para que algum elemento

mágico e imprevisto caia dos céus (suspendendo o mal-estar e solucionando problemas), em vez de ser a de planejar mudanças substantivas e duradouras. Faz algum tempo achamos por bem nos identificar como Brics, apostando na noção de que o que nos une a países como Índia, China, Rússia e África do Sul é o fato de sermos economias que vêm obtendo um crescimento econômico inédito e de certa maneira mais autônomo. Se o Brasil conheceu um crescimento realmente espantoso, se já se comporta como a sétima maior potência mundial e conta com muitos, e ainda pouco explorados, recursos, vale não deixar de lado temas decisivos de nossa agenda social — nas áreas do transporte, da saúde, da educação e do direito à moradia —, os quais, apesar das inúmeras e reconhecidas melhorias, continuam castigando o cotidiano nacional.

"Bovarismo" serve, ainda, para nomear um mecanismo muito singular de evasão coletiva, que nos permite recusar o país real e imaginar um Brasil diferente do que é — já que esse não nos satisfaz e, pior, nos sentimos impotentes para modificá-lo. Entre o que se é e o que se acredita ser, já fomos quase tudo na vida: brancos, negros, mulatos, incultos, europeus, norte-americanos, e Brics. Gênero de deslocamento tropical do famoso "ser ou não ser", no Brasil "não ser é ser". Ou então, nas palavras de Paulo Emílio Sales Gomes, essa seria "a penosa construção de nós mesmos [que] se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro".[6]

O conceito explicaria, também, uma antiga mania local: a de olhar para o espelho e se enxergar sempre diferentes. Ora mais portugueses, ora franceses, ora mais americanos; ora mais atrasados, ora até adiantados; mas sempre diferentes. Em vários contextos de nossa história, esse tipo de construção idealizada do país se transformou num "fermento" da nacionalidade.

De toda maneira, e a despeito das ambiguidades constitutivas desses discursos nacionais, importa mais destacar que nações de passado recente e colonial, a exemplo da nossa, têm a mania de fazer da identidade algo parecido com um colchão inflável e achar por bem (e sentir profundamente) que ela está sempre em questão. Sabemos, porém, que identidades não são fenômenos essenciais e muito menos atemporais. Ao contrário, elas representam respostas dinâmicas, políticas e flexíveis, uma vez que reagem e negociam diante das diversas situações. Talvez por isso preferimos nos aferrar, igualmente, à ideia de que a plasticidade e a espontaneidade fariam parte das nossas práticas e formariam um éthos nacional. A concordar com esse bordão, seríamos o país do improviso que dá certo, e também por aí se explicaria o provérbio (que mal esconde a certeza) "Deus é brasileiro". E dá-lhe mandinga, toda sorte de promessas, preces e rezas que, mais uma vez, misturam crenças na hora de apostar no milagre.

O bovarismo nacional faz par com outra característica que tem nos definido enquanto nacionalidade: o "familismo", ou o costume arraigado de transformar questões públicas em questões privadas. Entre nós, o bom político é um familiar, poucas vezes chamado pelo sobrenome, já que é mais reconhecido pelo primeiro nome ou por um apelido: Dilma, Jango, Juscelino, Lula, Getúlio. Não por coincidência, os generais da ditadura eram chamados pelo sobrenome: Castello Branco, Costa e Silva, Geisel, Médici e Figueiredo. Conforme propôs Sérgio Buarque de Holanda, o país foi sempre marcado pela precedência dos afetos e do imediatismo emocional sobre a rigorosa impessoalidade dos princípios, que organizam usualmente a vida dos cidadãos nas mais diversas nações. "Daremos ao mundo o homem cordial", dizia Holanda, não como forma de celebração, antes lamentando a

nossa difícil entrada na modernidade e refletindo criticamente sobre ela. Do latim "cor, cordis" deriva-se "cordial", palavra que pertence ao plano semântico vinculado a "coração" e ao suposto de que, no Brasil, tudo passa pela esfera da intimidade (aqui, até os santos são chamados no diminutivo), num impressionante descompromisso com a ideia de bem público e numa clara aversão às esferas oficiais de poder. O pior é que mesmo Holanda foi reprovado pela ideologia do senso comum. Sua noção de "cordial", na visão popular, tem sido castigada pelo juízo invertido. Foi reafirmada como um libelo das nossas relações cordiais, sim, mas cordiais no sentido de harmoniosas, sempre receptivas, e contrárias à violência, em vez de ser entendida a partir de seu sentido crítico — a nossa dificuldade de acionar as instâncias públicas. Outro exemplo de como são duradouras nossas representações é a mania de congelar a imagem de um país avesso ao radicalismo e parceiro do espírito pacífico, por mais que inúmeras rebeliões, revoltas e manifestações invadam a nossa história de ponta a ponta. Somos e não somos, sendo a ambiguidade mais produtiva do que um punhado de imagens oficiais congeladas.

Boas ideologias são, pois, como tatuagem ou ideia fixa: parecem ter o poder de se sobrepor à sociedade e gerar realidade. De tanto escutar, acabamos acreditando nesse país onde é bem melhor ouvir dizer do que ver.[7] Temos construído uma imagem tantas vezes sonhada de um país diferente — por conta da imaginação, da alegria e de um jeito particular de enfrentar dificuldades —, que acabamos nos espelhando nela. Ora, tudo isso pode ser muito bom e vale um retrato. Mas o Brasil é, repita-se, também campeão em desigualdade social, e luta com tenacidade para construir valores republicanos e cidadãos.

Reconhecidas certas características que funcionam como um tipo de dialeto interno, o segundo passo é quem sabe compreender de que forma esses fenômenos não são exclusivamente internos. O país foi sempre definido pelo olhar que vem do exterior. Desde o século XVI, momento em que o "Brazil" nem era "Brasil", e sim uma América portuguesa profundamente desconhecida, o território já era observado com consideráveis doses de curiosidade. Tal qual o "outro" do Ocidente, o Brasil surgia representado ora por estereótipos que o designavam como uma grande e inesperada "falta" — de lei, de hierarquia, de regras — ora pelo "excesso" — de lascívia, de sexualidade, de ócio ou de festas. A acreditar nessa perspectiva, seríamos algo como uma periferia do mundo civilizado, habitada por uma brasilidade gauche — desajeitada, mas muito alegre, pacífica e feliz. Na propaganda, nos discursos que vêm do exterior, o país é ainda entendido como um local hospitaleiro, de valores exóticos, e onde se pode buscar uma espécie de "nativo universal", já que por aqui se encontraria uma "súmula" dos povos "estranhos" de todos os lugares.

Ora, se é inegável que o Brasil carrega consigo uma série de "milagres", inscritos no seu clima sempre agradável (uma "eterna primavera", diriam os viajantes seiscentistas), na ausência de catástrofes naturais — furacões, maremotos ou terremotos — ou de ódios declarados reafirmados no corpo da lei, esta também não é a terra da promissão ou do eterno futuro. Tanto que há quem se esforce por ver no país outra possibilidade de solução dos impasses e das contradições do Ocidente. Inspirados na ideia do canibalismo, noção utilizada pelos primeiros viajantes, explorada pelo filósofo Montaigne e devidamente relida no século XX, sobretudo por Oswald de Andrade em seu "Manifesto antropófago" (1928), brasileiros têm a mania de se reinventar, e traduzir falhas em virtudes e prognósticos (ver imagem 4). Canibalizar costumes, desafiar convenções, enviesar

supostos, é ainda uma característica local, um ritual de insubordinação e de não conformismo que, quiçá, nos distingue ou, ao menos, mantém acesa a boa utopia, que é sempre bom admirar e guardar.

Tem sido assim desde a chegada das caravelas de Cabral (ver imagem 6): para uns, breve paraíso; para outros, inferno sem fim; para outros, ainda, espécie de purgatório na Terra, essa história continua atual, apesar de inscrita e desenhada no passado. Afinal, já nos idos de 1630, frei Vicente do Salvador, um franciscano que se tornou provavelmente nosso primeiro historiador, escreveu um belo opúsculo ao qual chamou de *História do Brazil*. O nome do país nem ao menos se escrevia com "s", e o frade já concluía: "Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular".

Desde o início dessa curta história de cinco séculos e uns quebrados, já era patente, na exploração das terras que depois viriam a se constituir no Brasil, um difícil processo de construção de formas compartilhadas de poder e zelo pelo bem comum. Ao contrário do que supunha frei Vicente, no entanto, há virtude republicana entre nós. Criar percursos imaginosos de construção de vida pública, este é um remédio tipicamente brasileiro para enfrentar ou, melhor dizendo, para driblar o impasse gerado no interior de uma sociedade que se vale de muitos encontros e vários desencontros.

Por isso o país se desenvolveu, e, como veremos, a partir de ambivalências e contrastes. O Brasil é, ao mesmo tempo, uma nação marcada por altos gaps sociais e índices elevados de analfabetismo, mas também por um sistema dos mais modernos e confiáveis de aferição de votos. É aquele que introduz de maneira veloz, em seu parque industrial, as benesses da modernidade ocidental, e o segundo em acessos ao Facebook, mas que mantém congeladas no tempo áreas inteiras do território nacional, sobretudo na Região Norte, onde só se trafega na base das pequenas jangadas a remo (ver imagem 5). Que possui uma Constituição avançada — a qual impede qualquer forma de discriminação — mas pratica um preconceito silencioso e perverso, como já se disse, duradouro e enraizado no cotidiano. No país, o tradicional convive com o cosmopolita; o urbano com o rural; o exótico com o civilizado — e o mais arcaico e o mais moderno coincidem, um persistindo no outro, como uma interrogação.

A história do Brasil, por suposto, não cabe num único livro. Até porque não há nação cuja história possa ser contada de forma linear, progressiva, ou mesmo de uma só maneira. Assim, aqui não se pretende contar uma história do Brasil, mas fazer do Brasil uma história. Ao contar uma história, tanto o historiador quanto o leitor aprendem a "treinar a imaginação para sair em visita", como diria Hannah Arendt.[8] E é por levar a sério essa noção de "visita" que este livro deixará de lado a meta de construir uma "história geral dos brasileiros" para se concentrar na ideia de que a biografia talvez seja outro bom caminho para tentar compreender o Brasil em perspectiva histórica: conhecer os muitos eventos que afetaram nossas vidas, e de tal modo, que continuam presentes na agenda atual.

Uma biografia é a evidência mais elementar da profunda conexão entre as esferas pública e privada: somente quando estão articuladas, essas esferas conseguem compor o tecido de uma vida, tornando-a real para sempre. Escrever sobre a vida do nosso país implica questionar os episódios que formam sua trajetória no tempo e ouvir o que eles têm a dizer sobre as coisas públicas, sobre o mundo e o Brasil em que vivemos — para compreendermos os brasileiros que somos e os que deveríamos ou poderíamos ter sido.

A imaginação e a multiplicidade das fontes são dois predicados importantes na composição da biografia. Nela, cabem os grandes tipos, os homens públicos, as celebridades; cabem igualmente personagens miúdos, quase anônimos. Em nenhum dos casos, porém, cabe tarefa simples: é muito difícil reconstituir o momento que inspirou o gesto. É preciso "calçar os sapatos do morto", na definição preciosa de Evaldo Cabral, conectar o público ao privado, para penetrar num tempo que não é o nosso, abrir portas que não nos pertencem, sentir com sentimentos de outras pessoas e tentar compreender a trajetória dos protagonistas dessa biografia — os brasileiros — no tempo que lhes foi dado viver; as intervenções que realizaram no mundo público de cada época com os recursos de que dispunham; a determinação de viver segundo as exigências de seu tempo e não de acordo com as exigências do *nosso* tempo. É, ainda, não ser indiferente à dor ou à alegria do brasileiro comum, invadir o espaço da intimidade de personagens relevantes e escutar o som das vozes sem fama. O historiador anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência daqueles que viveram os fatos, reconhecer nessa experiência seu caráter quebradiço e inconcluso, e interpelar seu sentido. Por estar atenta a tudo isso, a biografia é, também, um gênero da historiografia.

Por motivo semelhante não vamos avançar, de maneira sistemática, além do período que marca o final da fase da redemocratização, consolidada com a primeira eleição de FHC e sua posse em 1995. É nossa compreensão que a história dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula ainda está se fazendo e que um novíssimo período da vida do país está sendo aberto. O tempo presente é um pouco de cada um, e, quem sabe, cabe ao jornalista anotá-lo com precisão e crítica.

Fica combinado, portanto, que não se pretende dar conta de toda a história do Brasil. Vamos antes, e tendo em mente as questões acima selecionadas, narrar a aventura da construção de uma complicada "sociedade nos trópicos". Como dizia o escritor Mário de Andrade, o Brasil arromba toda concepção que a gente faça dele. Longe da imagem do país pacífico e cordato, ou da alentada democracia racial, a história que aqui se vai contar descreve as vicissitudes dessa nação que, sendo profundamente misturada, acomodou junto — e ao mesmo tempo — uma hierarquia rígida, condicionada por valores partilhados internamente, como um idioma social. Visto desse ângulo, e conforme provocava Tom Jobim, o país "não é para principiantes", e precisa mesmo de uma boa tradução.

1.

PRIMEIRO VEIO O NOME, DEPOIS UMA TERRA CHAMADA BRASIL

> *Pedro Álvares Cabral, rapaz que estava fugindo da calmaria, encontrou a confusão, isto é, encontrou o Brasil.*
> Stanislaw Ponte Preta

DAS VICISSITUDES DE UM MUNDO NOVO, NOVO

Difícil imaginar o impacto e o significado da "descoberta de um Novo Mundo". Novo, porque ausente dos mapas europeus; novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidos; novo, porque povoado por homens estranhos, que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham por costume fazer a guerra e comer uns aos outros. Eram canibais, afirmavam os primeiros relatos, cheios de curiosidade, exotismo e imaginação.

Foi o próprio navegador genovês Cristóvão Colombo, responsável por comandar a frota que primeiro alcançou o continente americano em 12 de outubro de 1492, sob as ordens dos reis católicos da Espanha — Fernando e Isabel —, quem cunhou o nome "canibal". O termo tem origem no idioma arawan — língua falada por tribos indígenas da América do Sul, povos caraíbas antilhanos, cuja derivação espanhola "caribal" (do Caribe) logo foi associada a práticas reportadas por viajantes europeus, que se referiam, preocupados, a costumes antropofágicos locais. O nome também foi vinculado a *can* (cão), e a Cam, personagem bíblico mencionado no livro de Gênesis. Filho mais novo de Noé, Cam, Canaã, rira da embriaguez do pai desacordado e por isso fora amaldiçoado e condenado a ser "servo dos servos". Assim, pavimentava-se o caminho religioso para as futuras justificativas da escravização não só dos índios como dos negros africanos, ambos considerados descendentes da maldição de Cam.

No diário de sua primeira viagem ao Caribe (realizada entre 1492 e 1493) o explorador menciona, entre curioso e indignado, que os nativos das ilhas tinham o costume de comer carne humana, e assim os chama de "caribes" ou "canibes". O nome virou adjetivo na segunda viagem de Colombo às Antilhas, que teria ocorrido entre 1493 e 1496, e a difusão da prática do canibalismo nas Américas ajudou a consolidar um novo propósito: o de escravizar os nativos (ver imagens 8-11). Na carta que escreveu à Coroa, Colombo asseverava que eles eram preguiçosos, andavam nus, eram carentes de vergonha, pintavam o corpo para a guerra e usavam apenas tatuagens, braceletes e colares para cobrir as intimidades. O argumento era que os canibais estavam longe dos valores da humanidade ocidental mas poderiam ser úteis como bons escravos.

Nas missivas que enviou, Américo Vespúcio também reafirma a presença de canibais na América. Uma suposta carta sua, endereçada a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, e publicada como livro sob o título *Mundus Novus* em 1504, tornou-se logo um grande sucesso, merecendo edições em diferentes partes da Europa. As observações de Vespúcio causaram ainda maior impacto que as de Colombo, uma vez que descreviam cenas de canibalismo a partir de testemunho pessoal do autor, e além disso eram ilustradas por gravuras. A argumentação convincente de Vespúcio, acompanhada de uma narrativa visual igualmente sedutora, contribuiu decisivamente para a difusão de uma representação negativa dos nativos americanos, como homens sem ordem e sem fé, sem noções de propriedade, território e dinheiro, ignorantes de instituições como a família e o casamento.[1] Ademais, vinculou-se a imagem da nova terra à de uma gente decadente. Aí estava outra humanidade, que parecia adormecida diante dos valores do Velho Mundo.

As notícias que chegavam acerca dessa porção portuguesa das Américas, com sua natureza paradisíaca a contrastar com as práticas humanas consideradas diabólicas, acenderam também a imaginação europeia, e a ideia da existência de um território

desconhecido aos olhos e ao coração abria outro capítulo na história da humanidade. A história do Brasil, a canônica, seria contada a partir do feito dos "descobridores", que não só inauguraram como deram um sentido ao novo território português e às suas populações. Paradoxalmente, porém, essa narrativa oficial e metropolitana seria para sempre alterada com a entrada desses personagens, parcela perdida da humanidade que não se sabia como classificar, entender ou nomear.[2]

Mas se a reação de espanto marcou o tom geral — as crônicas de viajantes descreviam monstros marinhos, animais gigantescos e uma gente guerreira e canibal —, hoje não se acredita mais nem sequer na tese de que o encontro das terras tenha sido obra do acaso. Depois do estabelecimento do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama em 1499, a Coroa portuguesa logo preparou nova expedição, tendo como base as informações recolhidas pelo navegante. E essa era mesmo a melhor saída para o pequenino reino português, que ficava justamente na boca do Atlântico, a um salto do mar. O país passara por uma unificação nacional precoce, resultado dos anos de luta pela reconquista do território peninsular ocupado pelos mouros, estando o processo concluído em 1249, por d. Afonso III, com a recuperação definitiva do Algarve. A unificação e o desenvolvimento náutico e de instrumentos marítimos fizeram de Portugal o país certo para as grandes navegações. E não por coincidência o marco inicial para a formação do Império português, o mais duradouro império colonial, com domínios nos quatro continentes, é a conquista de Ceuta, na costa ocidental da África, em 1415.

Desde o princípio o impulso para o expansionismo em Portugal seria pautado por interesses comerciais, militares e evangelizadores, equilibrados em boas doses. Mas, entre os séculos XIV e XV, o que mais animou os portugueses a procurar por novas rotas foi o mercado de especiarias provindas do Oriente. O termo "especiarias" designava uma série de produtos de origem vegetal, de aroma ou sabor acentuado, utilizados como tempero e na conservação de alimentos, mas também como óleos, unguentos, incensos, perfumes ou medicamentos. O consumo foi particularmente desenvolvido a partir das Cruzadas, sendo as espécies tropicais — pimenta-do-reino, cravo, canela e noz-moscada — as mais estimadas no fim do século XIV. Nativas da Ásia, tais especiarias eram então muito valorizadas e seu preço subia a olhos vistos. Acabaram virando moeda, e se tornando parte de dotes de nobres e princesas, de heranças, reservas de capitais e divisas do reino. Podiam ainda ser usadas em escambos — para pagar serviços, fazer acordos, selar obrigações religiosas ou se redimir de impostos —, bem como no suborno de altos funcionários.

Com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 29 de maio de 1453, porém, esse rico comércio encontrou obstáculos — as rotas caíram sob controle turco e ficaram bloqueadas para os mercadores cristãos. Foi para contornar esse problema que Portugal e Espanha passaram a organizar expedições de exploração, visando encontrar rotas alternativas por terra e por mar. Era esse o objetivo de Portugal quando investiu numa nova via, procurando garantir o monopólio final do comércio. Optou-se por um caminho que implicava uma inédita e arriscada manobra: circundar o desconhecido continente africano, cujo percurso completo levou mais de um século para ser realizado. Mas a demora virou proveito, e Portugal instalou "feitorias" no litoral africano, vale dizer, estabeleceu pontos estratégicos para uma colonização presente e futura.

A chegada ao Oriente consolidou a rota, que foi logo denominada de Périplo Africano. O termo "périplo" designava o bom augúrio da empreitada: uma longa viagem em que se

retorna com sucesso ao ponto de origem. No entanto, como a linguagem é sempre sujeita às oscilações e humores de época, a falta de progressos no empreendimento acarretou a adição de um novo sentido (mais negativo) ao termo: a noção de "mal de Sísifo". A exemplo do mito grego, em que o herói, mesmo que por pouco tempo, consegue desafiar e vencer a morte, a expressão passou a designar todos aqueles que operavam façanhas acima de suas forças. Já no caso português, e diante do ceticismo geral, ela se referiria a um "périplo" sem fim e que levaria a lugar nenhum. Mas tudo seria diferente: a rota gerou extraordinários dividendos, marcando simbolicamente a entrada de Portugal na era moderna e constituindo o ponto de partida para a construção de um largo e poderoso império (ver imagem 7).

Nesse momento, também a Espanha passava por um processo de expansão colonial. O reino espanhol, que se unificara como Estado Nacional em 1492, lançara-se ao mar na busca de uma nova rota para o Oriente através do Ocidente. E para evitar outras guerras, numa Europa já habituada às batalhas envolvendo nações em litígio, logo em 7 de junho de 1494 era assinado um acordo — o Tratado de Tordesilhas — que objetivava dividir as terras "descobertas e por descobrir" fora do Estado por ambas as Coroas. O acordo representava o resultado imediato da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola, que um ano e meio antes chegara ao que se acreditava serem as Índias mas que se tratava de um Novo Mundo, reclamando-o oficialmente a Isabel, a Católica. Nem se sabia onde esse mundo ia dar, mas ele já tinha dono e certificado de origem.[3]

O Tratado de Tordesilhas teve um antecedente: a bula *Inter Caetera*, assinada pelo papa Alexandre VI em 4 de maio de 1493, que dividiu as novas terras do globo entre Portugal e Espanha. Na prática, as terras situadas até cem léguas a oeste, a partir das ilhas de Cabo Verde, seriam de Portugal, e as que ficassem além dessa linha, da Espanha. Por receio de perder possíveis conquistas, uma revisão foi proposta por Portugal, que conseguiu mudar os termos da bula. O Tratado de Tordesilhas, assinado pelas duas Coroas, definiu como linha de demarcação o meridiano que ficava 370 léguas a oeste de uma ilha não especificada do arquipélago de Cabo Verde, então pertencente aos portugueses. Dessa forma, a linha imaginária encontrava-se a meio caminho entre o arquipélago e as ilhas das Caraíbas, descobertas por Colombo. Legislava o tratado, ainda, que os territórios a leste desse meridiano pertenceriam a Portugal e os a oeste à Espanha. O tratado seria ratificado pela Espanha em 2 de junho e por Portugal em 5 de setembro de 1494, como se o mundo — real ou tantas vezes imaginado — pudesse ser dividido em dois, em duas metades, e sem maiores contestações.

O Brasil, por exemplo, que nessa época não existia nos mapas dos grandes cosmógrafos e não havia entrado na história ocidental, já estava incluído no pacote: a linha do tratado cercava o país nas proximidades de onde, hoje, se encontram Belém (no Pará) e Laguna (no atual estado de Santa Catarina). Mas Portugal parecia pouco interessado em explorar esse seu mapa imaginário, ao menos naquele momento, até porque com as riquezas e lucros obtidos no Oriente as contas já fechavam. Mesmo assim nova expedição foi organizada em 1500; dessa vez sob o comando do capitão-mor Pedro Álvares de Gouveia — membro da pequena nobreza, e que levava o nome de família da mãe, d. Isabel de Gouveia. O navegador assumiu depois o nome de seu pai — Fernão Cabral, alcaide da cidade de Belmonte —, sendo a partir de então conhecido como Pedro Álvares Cabral. Dele pouco se sabe, aliás, como de boa parte dos navegadores. Enviado à corte de d. Afonso V em 1479

quando tinha doze anos, Cabral educou-se em Lisboa, estudou humanidades e foi formado para pegar em armas pela pátria.

Com cerca de dezessete anos, em 30 de junho de 1484 Cabral era nomeado moço-fidalgo do primeiro grau da nobreza da casa de d. João II — título sem maior relevância e geralmente concedido a jovens nobres —, e recebeu uma tença (um favor real em reconhecimento por serviços prestados) no valor de 26 mil-réis. De fidalgo da casa real teria chegado a cavaleiro da Ordem de Cristo em 1494: a mais importante ordem de cavalaria de Portugal. Recebeu, ainda, um subsídio anual de 40 mil-réis, valor que deve ter sido estipulado por conta das viagens empreendidas por Cabral, a exemplo de outros jovens nobres, ao Norte da África. Apesar de não ter restado nenhuma imagem detalhada do navegador, sabe-se que era forte e tinha a altura de seu pai: um metro e noventa. Relatos também o descrevem como culto, cortês, tolerante com os inimigos e bastante vaidoso, como era próprio dos fidalgos que chegavam a essas posições. De toda maneira, era considerado "homem avisado", "de bom saber", e, apesar de não ser muito "experiente",[4] foi colocado no comando da maior frota que já zarpara de Portugal, rumo a lugares tão longínquos quanto desconhecidos.

Restaram, porém, poucos documentos acerca dos critérios utilizados pelo governo português para escolher o navegador como comandante da expedição à Índia. No decreto que o nomeia capitão-mor, menciona-se apenas "mérito e serviços". Sabe-se também que o rei conhecia bem sua corte, além de ser famosa a lealdade da família de Cabral à Coroa portuguesa. Por outro lado, o fidalgo fazia parte do conselho do soberano, o que pode ter ajudado a desempatar uma parada feita de muita intriga política. Há quem diga ainda que essa teria sido uma manobra deliberada no sentido de equilibrar facções nobres, uma vez que, a despeito das qualidades pessoais de Cabral, ele não possuía grande experiência no comando desse tipo de expedição. Afinal, é bom lembrar que, para a mesma viagem, navegadores mais experientes — como Bartolomeu Dias, Diogo Dias e Nicolau Coelho — foram selecionados somente como capitães de navios, e velejaram sob a liderança do fidalgo.

Tal hierarquia era determinada também por critérios econômicos. O maior salário era o do capitão-mor: Cabral recebeu 10 mil cruzados (antiga moeda portuguesa que equivalia a 35 quilos de ouro), e o direito de comprar trinta toneladas de pimenta e mais dez caixas de qualquer outra especiaria, às próprias custas, e revendê-las na Europa, livre de impostos. Assim, embora a viagem trouxesse muitos perigos, ela poderia garantir que Cabral, após o retorno, se tornasse um homem verdadeiramente rico, já que as especiarias, apesar de muito demandadas, eram extremamente raras.[5] Os capitães de cada nau receberam mil cruzados sobre cada cem tonéis de arqueação de seu navio, assim como "seis caixas forras e cinquenta quintais de pimenta".[6] Um marinheiro ganhava dez cruzados por mês e dez quintais de pimenta, cada grumete a metade disso, e ao pajem pagava-se um terço. Além deles, havia o contramestre e o guardião, que recebiam como "um marinheiro e meio". Ainda embarcavam padres — que, no alto-mar, cumpriam tanto o papel de orientadores espirituais quanto o de médicos — e prostitutas, muitas vezes levadas escondidas em meio à tripulação. Masculino por excelência, esse mundo não abria mão das "mulheres sospeitosas", que por vezes engravidavam e tinham seus filhos em pleno mar.

O empreendimento contava com uma tripulação composta de cerca de mil homens, sendo setecentos designados como soldados, embora não passassem de plebeus comuns,

filhos de camponeses, muitas vezes apanhados à força e sem maior treinamento. E, nessa verdadeira cidadela flutuante, problemas não faltavam. Dentre eles, um dos mais graves era a escassez de comida. O padre Fernando Oliveira, que costumava acompanhar viagens como essa, aconselhava, previdente: "No mar não há vendas, nem boas pousadas nas terras do inimigo, por isso cada um vá provido de sua casa".[7] O capitão era o único que tinha o privilégio de embarcar galinhas — quase sempre usadas para alimentar doentes —, além de cabritos, porcos e por vezes vacas. Mas esse tipo de bagagem não era partilhado com a tripulação, que, em geral, passava fome.

Numa viagem sem incidentes a comida embarcada mal satisfazia as necessidades básicas dos marinheiros. O cenário piorava muito diante de calmarias ou de imperícias dos pilotos, que provocavam alongamentos indesejáveis e inesperados, ocasionando uma carestia geral no navio. O principal alimento era o biscoito seco, cuja história, aliás, confunde-se com a da navegação. O vinho era também presença obrigatória, sendo a ração diária calculada em uma cana (um quarto de litro), na mesma proporção que a água potável, usada para beber e cozinhar. Esta era, porém, acumulada em tonéis nem sempre apropriados, que estimulavam a proliferação de bactérias, causando infecções e diarreias na tripulação. A carne era controlada e distribuída a cada dois dias. Na ausência dela oferecia-se queijo ou peixe e arroz, quando disponível. Outro problema frequente era a armazenagem. Como o grosso dos alimentos embarcava junto com a tripulação, no início da viagem era comum ocorrerem infestações de ratos, baratas e besouros, que disputavam a comida com igual voracidade. Não havia banheiros nesses navios — pequenos assentos eram pendurados sobre a amurada, o que deixava um fedor permanente no convés.

Com tantos problemas de higiene, as doenças garantiam presença durante as travessias. Escorbuto — mais tarde também chamado de mal de luanda ou mal de gengivas —, provocado pela carência de vitamina C, e enfermidades pleuropulmonares eram as mais frequentes. Em vista das mortes praticamente diárias, a única saída era estender os cadáveres no convés, até que um religioso fizesse uma breve oração e por fim os corpos fossem atirados na água.

No caminho desses mares desconhecidos também não faltaram cenas de violência, roubos e toda sorte de corrupção. Quanto maior a incerteza, maior o número de crimes, agressões e atritos. Para lidar com tamanha insegurança, restavam poucas diversões: jogos de carta, teatros coletivos, a leitura de livros religiosos e profanos, e procissões em torno do convés.

A exploração marítima era uma atividade, no limite, privada, mas totalmente financiada pela família real e supervisionada de perto pelo próprio rei. Implicava investimentos vultosos e representava enorme risco pessoal que precisava ser bem recompensado para valer a pena. Em troca, a monarquia se reservava o direito de controlar qualquer conquista, distribuir terras e ter monopólio dos ganhos. Por tudo isso, uma partida como essa também precisava ser ritualmente comemorada.

E a armada que saiu do Tejo em 9 de março de 1500, ao meio-dia, era de monta — contava com treze navios, provavelmente dez naus e três caravelas. O ano era de data redonda, prometendo bons augúrios, e a estação, adequada para a travessia no Atlântico Sul, que ainda surpreendia os desavisados com muitos e desagradáveis acontecimentos. No dia anterior a tripulação recebera uma despedida pública, que incluiu celebrações e uma missa com a presença do rei. Desde que o navegador português Bartolomeu Dias dobrara o

extremo sul do continente africano, em 1488, e o denominara de cabo das Tormentas — uma homenagem ao revés, aludindo ao "mal de são Cosme", cujas chuvas fétidas manchavam as roupas e provocavam abscessos na pele dos marinheiros —, e, sobretudo, depois de a notícia correr o mundo e chegar aos ouvidos do rei João II, que mudou o nome do acidente geográfico para cabo da Boa Esperança, os lusos julgavam-se senhores dos mares e bafejados pela sorte.

Afinal, qualquer que fosse o nome, esse cabo era o caminho certo que ligava o oceano Atlântico ao oceano Índico, e o mundo nunca parecera aos portugueses tão navegável; pequeno até. Mas oceanos continuavam a esconder mistérios, monstros, tormentas, mares que terminavam em imensas cachoeiras, e todo tipo de perigo. O Atlântico era "um incógnito mar", como descreveu Valentim Fernandes em ato notarial de 20 de maio de 1503.[8] Durante os dez anos entre a passagem de Bartolomeu Dias pelo Sul da África e a partida da armada de Vasco da Gama, em 1497, o oceano funcionara como um laboratório de experimentação. Não obstante, se não existiam certezas, também não havia absoluto acaso. Por isso a esquadra de Cabral navegou direto para o arquipélago do Cabo Verde, evitando a costa africana para fugir das temidas calmarias equatoriais. Tudo indica precisão e a noção de que o comando seguia roteiro conhecido.

A frota passou por Grã Canária na manhã de 14 de março, e seguiu rumo a Cabo Verde, colônia portuguesa no Oeste da África, local onde aportaram em 22 de março. No dia seguinte, uma nau pertencente à mesma expedição, com 150 homens e comandada pelo experiente Vasco de Ataíde, desapareceu sem deixar vestígio. Maus presságios se abateram sobre a tripulação, temerosa com esse mar novo e pouco navegado. Em geral a tripulação não era muito avisada acerca dos objetivos da empreitada. E, diante da falta de notícias a respeito daquelas partes do mundo, o desconhecimento e as dúvidas só podiam ser compensados por uma sobrecarga de visões fantasiosas, que abarcavam tesouros e montanhas de ouro disponíveis para os exploradores, mas também monstros — e qualquer peixe maior já fazia esse papel — e toda sorte de perigo ignorado.

Nesse caso, porém, a imaginação era respaldada pela realidade. Naufrágios e acidentes não eram exceções: muito pelo contrário. De acordo com dados da Coroa, de 1497 a 1612, dos 620 navios que largaram do Tejo, 381 não regressaram a Portugal; desses, 285 ficaram no Oriente, 66 naufragaram, vinte arribaram, seis incendiaram-se e quatro foram tomados por inimigos.[9] Tempestades, sobrecarga, más condições de navegação, má qualidade das madeiras das caravelas — que em geral aguentavam só uma longa viagem marítima —, cumpriam papel decisivo nessa agenda de infortúnios.

Mas a frota portuguesa, mesmo com tantas intempéries, seguiu em frente e cruzou em 9 de abril a linha do equador, afastando-se do continente africano. Utilizaram a técnica do "volta mar", manobra conhecida pelos portugueses que consistia em descrever um largo arco para evitar a zona central de calmaria e assim aproveitar os ventos e correntes favoráveis.

A manobra deu certo. Já em 21 de abril Caminha anotava a existência de "alguns sinais de terra": algas marinhas e sujeiras no mar. No dia 22, a armada de Cabral, que seguia no caminho das Índias, se deparou com terra a ocidente. Primeiro, notaram-se algumas aves que foram chamadas de "fura-buxos", depois um grande monte, muito alto e redondo, logo nomeado monte Pascoal (uma vez que aquela era a semana da Páscoa); o local, por fim, foi chamado de Terra de Vera Cruz. A reação inicial foi de encanto diante dessa "terra nova,

que se ora nesta navegação achou", mas também de vontade de posse: assim, imediatamente se criaram nomes para tudo que se "descobria".

São duas as narrativas sobre o novo domínio, escritas entre 26 de abril e 1º de maio no atual estado da Bahia. O espanhol João Faras ou João Emeneslau, mais conhecido como Mestre João, faz a descrição inaugural do céu e das estrelas do Novo Mundo, julgando estas últimas definitivamente novas: "principalmente as da Cruz". Essa seria a primeira observação europeia do Cruzeiro do Sul, constelação que viraria marca e símbolo do país. Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Cabral, que já tinha cerca de cinquenta anos quando foi apontado para servir naquela viagem, era homem de confiança, tendo trabalhado como cavaleiro das casas de d. Afonso V, de d. João II e de d. Manuel I. É de autoria dele a "Carta" endereçada ao rei de Portugal e hoje considerada oficialmente uma espécie de certidão de nascimento do Brasil: documento fundador e marco da origem da nossa história. Nela Caminha desenvolve longa e deslumbrada descrição. Testemunhou de maneira exultante "o achamento desta Vossa terra nova, que se ora nesta navegação achou". Aos olhos da tripulação e de seu porta-voz, tratava-se definitivamente de um lugar novo, recém-"achado". Como diz o ditado, "achado não é roubado", e a ideia era logo registrar a propriedade, mesmo que não se soubesse o que se ia encontrar.

E o que se "achou" foi uma suposta "nova" humanidade. Afinal, logo depois do feito dos portugueses começaram a correr várias teorias curiosas sobre a origem dos índios: Paracelso, em 1520, acreditava que eles não descendiam de Adão e que eram como os gigantes, as ninfas, os gnomos e os pigmeus. Cardano, em 1547, apostava que os indígenas surgiam como uma geração espontânea, a partir da decomposição de matéria morta, como as minhocas e os cogumelos. Já Pero Vaz assim relatou o que viu:

> todos pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que cobrisse suas vergonhas [...] E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio.

A descrição dá início a uma tópica ainda hoje frequente no país, que entende a conquista como um "encontro pacífico", a despeito das diferenças políticas, culturais e linguísticas.

Essa nova gente capturou a curiosidade de Caminha: "A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem fazem mais caso de cobrir nem mostrar suas vergonhas, e estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto". O escrivão se espanta com suas "peles vermelhas e cabelos escorregadios", e ademais com o fato de serem bonitos de corpo e alma. Começava com essa percepção certa ladainha de vida longa, que construiu a imagem de um "bom selvagem" brasileiro, muito retomada nos relatos franceses e, sobretudo, por Rousseau no século XVIII. Mas o que para ele seria apenas um modelo bom para criticar a Europa e a civilização — e nada tinha a ver com observação direta — aqui ganha um jeito de realidade. Esses eram bons gentios que podiam ser catequizados e assumir a boa-fé. Tanto que no domingo de Pascoela se levantou um altar de madeira para que uma missa fosse oficiada pelos padres e sacerdotes. Lá estava o capitão e a bandeira de Cristo, vinculando os feitos dos homens às façanhas divinas: "E pregou uma solene e

proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vinda, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz".

Por fim, na sexta-feira, primeiro dia de maio, procurou-se rio acima o melhor lugar para arvorar uma cruz: que ela fosse vista de todos os lados. Feita a cruz e a divisa da monarquia, o padre frei Henrique rezou a missa que foi seguida, ainda segundo Caminha, por "cinquenta ou sessenta deles assentados todos de joelho", junto com os demais membros da esquadra. Na hora do Evangelho, quando todos se ergueram com as mãos levantadas, o escrivão anotou bem o mesmo gesto dos nativos. Chegaram até a comungar, espantou-se: "Um deles, homem de cinquenta ou 55 anos, ficou ali com aqueles que ficaram [...] E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!".

Evidentemente deslumbrado, o relato de Caminha inaugurava, também, outro mito recorrente. O da natureza pacífica, de uma conquista sem violência, uma comunhão que unificou a todos, num mesmo coração e religião. Estranho processo que definiria o Brasil como um país da ausência de conflito, como se os trópicos — por algum milagre ou dádiva — tivessem o poder de aliviar tensões e inibir guerras. Na Europa as lutas dividiam e sangravam nações; já no Novo Mundo, se guerras existiam, elas eram, segundo os relatos europeus, só internas. O encontro havia de ser sem igual e entre iguais, por mais que o tempo mostrasse o oposto: genocídio de um lado, conquista de outro.

A essas alturas, os portugueses já iam se julgando donos e senhores dos destinos da nova terra, de seus limites e nomes. No entanto, a descoberta não alterou de imediato a rotina e os interesses dos lusitanos, que então só tinham olhos para o Oriente. Por isso, durante certo tempo, a vasta área ficou reservada para o futuro. Mas a concorrência internacional, ameaças estrangeiras e os questionamentos acerca do bilateral Tratado de Tordesilhas não permitiriam que a calmaria ali fosse eterna. Espanhóis já estavam na costa nordeste da América do Sul, e ingleses e franceses, contestando a divisão luso-espanhola do globo, logo invadiriam diferentes pontos do litoral. Francisco I da França, ao questionar o famoso acordo, deixou frase lapidar: "Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha e me excluiu da partilha".

E já na década de 1530 ficou evidente para d. João III que apenas a soberania do papa legitimando o tratado não daria conta de afugentar os corsários franceses, os quais com frequência cada vez maior se estabeleciam nas possessões americanas. A saída foi criar várias frentes colonizadoras, basicamente independentes, que muitas vezes guardavam mais comunicação com a metrópole do que entre si. O sistema administrativo adotado foi o das capitanias hereditárias (ver imagem 14), que já era utilizado com bastante sucesso em domínios lusitanos como Cabo Verde e ilha da Madeira. A filosofia era simples: como a Coroa tinha recursos e pessoal limitados, delegou a tarefa de colonização e de exploração de vastas áreas a particulares, doando lotes de terra com posse hereditária.

A partir de 1534 a metrópole dividiu o Brasil entre catorze capitanias, quinze lotes e doze donatários. Como se desconhecia o interior do território, a saída foi imaginar faixas litorâneas paralelas desde a costa que adentrariam até o "sertão". Todos os beneficiados pela medida eram egressos da pequena nobreza lusitana, sendo sete deles membros destacados nas campanhas na África e na Índia e quatro altos funcionários da corte. O sistema previa que o donatário tivesse o poder supremo e de jurisdição sobre sua capitania,

podendo desenvolver a terra e escravizar indígenas. O isolamento era, porém, grande e danoso. Tanto que em 1572 a Coroa dividiu a administração em dois governos-gerais: o Governo do Norte, com capital em Salvador, era encarregado de cuidar da região que ia da capitania da Baía de Todos os Santos até a capitania do Maranhão. O Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro, ficava com o controle da região que ia de Ilhéus até o Sul. Criavam-se, pois, territórios dentro de territórios, regiões que mal se reconheciam como pertencentes a um mesmo espaço administrativo e político.

Por sinal, uma vez "achado" esse estranho mundo, bem no caminho das Índias, devia-se pelo menos nomeá-lo.[10] Por muito tempo os portugueses teriam poucas noções sobre o território e guardariam todo tipo de indefinição. Por isso, também, e para contornar o desconhecimento, as expedições que vasculharam a costa e que foram sendo enviadas desde 1501 passaram a dar nomes a acidentes geográficos, a medir e classificar latitudes, apostando na ideia de que se tratava mesmo de um novo continente. Apesar de não haver tanto interesse nessa terra, até porque por lá não se encontraram de imediato as riquezas em prata ou ouro que fizeram a alegria dos espanhóis, era preciso batizá-la. Tanto Mestre João como Pero Vaz de Caminha, nas cartas que escreveram, chamaram-na de Vera Cruz — da verdadeira cruz —, de Santa Cruz. Mas o termo continuou sob disputa, e após 1501 o local foi denominado ora Terra dos Papagaios — numa referência à ave que tinha todas as cores e falava (por mais que ninguém entendesse o que dizia) — ora Terra de Santa Cruz; aliás, nome utilizado por d. Manuel na missiva que enviou aos reis católicos. Essa foi também a designação do local onde se realizou a primeira missa, descrita longamente por Caminha e entendida como um nascimento militar e cristão do território. Já segundo o relato coetâneo de João de Barros, Cabral teria chamado a possessão de Santa Cruz por causa do Lenho Sagrado, e associado o ato da missa ao sacrifício de Cristo agora na terra "achada". Ela deveria, assim, ser toda confiada a Deus, cuja maior expressão estaria na conversão dos gentios.[11]

Passados os primeiros tempos das notícias desencontradas e de tantos boatos, foi preciso garantir o achado e impedir os ataques estrangeiros. Tinha-se que povoar e colonizar a terra, mas também encontrar algum tipo de estímulo econômico. Além de papagaios e macacos, havia à disposição apenas uma "madeira de tingir", conhecida no Oriente como boa especiaria, e que poderia alcançar altos preços na Europa. Assim, logo depois da viagem de Cabral outras expedições portuguesas alçaram velas para explorar o novo território e extrair a planta nativa.

O pau-brasil era originalmente chamado "ibirapitanga", nome dado pelos índios Tupi da costa a essa árvore que dominava a larga faixa litorânea. Alcançando até quinze metros, a espécie apresentava troncos, galhos e vagens cobertos por espinhos. A madeira era muito utilizada na construção de móveis finos, e de seu interior extraía-se uma resina avermelhada, boa para o uso como corante de tecidos. Calcula-se que na época existiam 70 milhões de espécimes, logo dizimados pelo extrativismo feito à base do escambo e a partir do trabalho da população nativa. Já nos anos 900 d.C. o produto podia ser encontrado nos registros das Índias Orientais, em meio a uma série de plantas que possibilitavam a produção de um corante vermelho. Tanto a madeira como o corante eram conhecidos por diferentes nomes — "brecillis", "bersil", "brezil", "brasil", "brazily" —, sendo todos derivados do nome latino "brasilia", cujo significado é "cor de brasa" ou "vermelho". Na Europa, o primeiro registro do desembarque de uma "*kerka de bersil*" data de 1085, na

França. Já Américo Vespúcio, na expedição de Gaspar de Lemos de 1501, anota a presença da rica madeira na embarcação.

E é em 1502 que tem início a exploração mais sistemática do pau-brasil por colonizadores portugueses, a qual, a despeito de ser atribuído à madeira valor inferior ao das mercadorias orientais, gerou grande interesse: por vias tortas voltávamos ao comércio de especiarias. A Coroa portuguesa logo declarou sua exploração um monopólio real, portanto a atividade só poderia ser desenvolvida mediante pagamento de imposto. A primeira concessão foi feita em 1501 a Fernando de Noronha, o qual recebeu também uma ilha, a ilha de São João, que mais tarde seria convertida em capitania e ganharia o nome do donatário. O trabalho era executado a partir da mão de obra indígena, por meio da prática de escambo. Os indígenas cortavam as árvores e as levavam até os navios portugueses ancorados à beira-mar, e em troca obtinham facas, canivetes, espelhos, pedaços de tecido e outras quinquilharias. Em 1511 dá-se a primeira exportação do pau-brasil para Portugal na nave *Bretoa*, que saiu da Bahia com destino a Lisboa. E lá se foram 5 mil toras de madeira, macacos, saguis, gatos, muitos papagaios e quarenta indígenas que atiçaram a curiosidade europeia.[12]

Desde 1512, com a introdução do produto no mercado internacional, o termo "Brasil" passou a designar oficialmente a América portuguesa. Alguma flutuação na nomenclatura continuou a existir, muitas vezes combinando-se os nomes: Terra Sante Crusis de lo Brasil e del Portugal. Detrás do impasse terminológico residia, entretanto, uma disputa mais complexa, entre o poder secular e o espiritual. A cruz erguida naquele ermo local teria durado pouco e o demônio é que reinaria na nova terra. Diziam inconformados os cronistas cristãos que, à medida que aumentavam os carregamentos e o comércio, interesses materiais venciam por sobre o lenho onde morrera Jesus. João de Barros, por exemplo, lamentava que se desse mais importância "ao nome de um pau que tinge panos" do que ao "daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que fomos salvos, pelo sangue de Cristo que nele foi derramado".[13]

Começava então uma disputa entre o sangue derramado de Cristo e o vermelho da tintura, que seria crescentemente associado ao diabo, sobretudo a partir da obra de Pero de Magalhães Gândavo, provavelmente um copista português da Torre do Tombo, autor de *História da província de Santa Cruz*. Gândavo defendia a volta do primeiro nome, afirmando que fora obra do demônio buscar extinguir a memória de Santa Cruz. Mas a querela ia ficando meio desgastada, pois a colonização se impunha e tentava aglutinar o sentido mercantil à tarefa religiosa, missionária e catequética. O diabo continuava presente, mas a luta era santa também. A ambiguidade se instituiu nessa contenda acerca do nome, a qual projetava outras inquietações que se abatiam sobre a nova colônia.

Nesse momento, as representações começavam a misturar os produtos, a terra e os nativos do Novo Mundo. Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*,[14] lembra uma antiga tradição celta que explicaria a origem do nome do país a partir de outra interpretação: a paradisíaca. Segundo essa versão, existiriam ilhas atlânticas, perdidas no tempo e no espaço, cobertas por plantas como a urzela, e de outra substância tintorial conhecida como "sangue de dragão", sendo que de ambas se retirava uma resina de cor púrpura. O historiador defenderia, ainda, que o topônimo seria resultante de expressões irlandesas — "Hy Bressail" e "O'Brazil" — cujo significado era "ilha afortunada".

Ilhas são lugares, por excelência, da projeção idealizada na utopia. A ilha do "Brazil" dos

irlandeses é originalmente uma ilha fantasmagórica que sofre um deslocamento e reaparece no século XV próxima aos Açores e ao mito da ilha dos Bem-Aventurados de São Brandão. A perfeição do lugar descrito por Caminha aproxima-se da utopia da ilha do "Brazil". Essa explicação daria conta, também, do nome "Obrasil", encontrado em vários mapas do início do XVI. A inspiração irlandesa era religiosa e de tradição paradisíaca, e perseguiria com teimosia os cartógrafos do período. Apareceria pela primeira vez em 1330 designando uma ilha misteriosa, e ainda em 1353 estaria presente numa carta inglesa. De toda forma, existia na época do "achamento" mais essa clara associação, entre indígenas — de vida longa e edênica — e outras terras misteriosas. E o mistério se manteria intocado por muito tempo, assim como a ambivalência que deixava irresolvida a disputa entre o pau vermelho (em brasa) e o lenho de Cristo. O melhor mesmo era acender uma vela para Deus e soprar outra para o Diabo.[15]

PARAÍSO OU INFERNO: A NATUREZA E OS NATURAIS NOS RELATOS SEISCENTISTAS

Brasil, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, América portuguesa, ou qualquer que fosse o nome escolhido, designava uma ambivalência mas também uma certeza: esse local nascera desempenhando o papel de um "outro", fosse na sua natureza ou nos seus naturais.[16] Não obstante, se a natureza seria considerada edênica — uma eterna primavera coberta por animais pacíficos —, já a humanidade gerava desconfiança. Religiosos, soldados, comandantes, corsários ou meros curiosos legaram relatos passados avidamente de boca em boca. Neles, certa visão fantasiosa, que andava muito além do que os olhos podiam ver ou a razão aceitar, alimentava as narrativas extravagantes de uma série de viajantes, em tudo imaginárias ou até sobrenaturais, como as contidas no *Navigatio Sancti Brendani Abbatis*, na *Cosmographia* de Ético, na *Imago Mundi* de Pierre d'Aily, ou nas viagens de John Mandeville, entre tantas outras obras divulgadas no princípio do XVI (ver imagem 9).[17]

Em meio a essas regiões maravilhosas poderia estar o paraíso terrestre, com seus campos férteis, fontes da juventude; mas também uma terra inóspita habitada por monstros disformes. A literatura insistia de tal maneira em seres de quatro braços, um olho só na testa, andróginos, pigmeus, sereias encantadas, que não é de admirar que numa de suas primeiras cartas Colombo, já na América, tenha admitido, aliviado e ao mesmo tempo um pouco decepcionado, não ter encontrado monstros humanos e que, ao contrário, as pessoas que conhecera eram muito bem-feitas de corpo.[18] Mas monstros continuaram existindo nos desenhos e nos mapas da época, assim como se viram associados aos relatos sobre as práticas de antropofagia, que acabaram por motivar discussões filosófico-religiosas a respeito da índole dos gentios: descendentes de Adão e Eva para alguns, bestas-feras para outros.

Essa literatura proliferaria muito nos séculos XVI e XVII com os primeiros viajantes que chegavam ao Novo Mundo. O encontro com a América seria o feito mais grandioso da história moderna ocidental, quando o pensamento europeu se voltou — entre assustado e maravilhado — para essa nova terra.[19] Por isso mesmo, as narrativas de viagem buscavam na natureza americana o que previamente julgavam reconhecer: um deslocamento do mito do paraíso terrestre.[20] Já a curiosidade humana acerca dessas novas gentes gerava outro tipo de reação. Por mais que as imagens negativas não tivessem o mesmo impacto das visões edênicas, fantasias sobre os nativos aproximaram a região de um antiparaíso, ou até do inferno. Essa humanidade — que praticava o canibalismo, a feitiçaria, e agia com lascívia — deveria ser condenada (ver imagem 8).[21]

A partir do século XVI, surgiu uma série de textos sobre essa nova fronteira da humanidade. Já que inexistia a concepção de autoria, o mais usual foi ver um relato reproduzido e aumentado no outro, conformando-se um imaginário comum, que crescia como espiral. A primeira carta sobre o país, a missiva de 1500 escrita por Pero Vaz de Caminha, ficaria inédita até 1773. Porém, já nas cartas de Américo Vespúcio endereçadas a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici apareciam menções não só à Terra de Santa Cruz como a seus habitantes. Tais documentos se assentam, por sua vez, e como vimos, nas ideias

propagadas pelo primeiro diário de Colombo, que se enraizou nos relatos de viagem de Marco Polo e de Mandeville. Difundia-se então a ideia de que o paraíso terrestre e a fonte da juventude estariam próximos desse local; assim como as bravas amazonas que ali residiram. Por outro lado, os sucessivos navios de várias nacionalidades que por aqui passaram devem ter consolidado uma certa fórmula que o italiano Pigafetta, em 1519, acabou por condensar: "Brasileiros e brasileiras vão nus, vivem até 140 anos".[22]

Só da década de 1550 em diante é que o conhecimento sobre o Brasil ganharia uma literatura mais específica: de um lado os autores ibéricos com seus interesses voltados para a colonização; de outro os "não ibéricos", sobretudo franceses, que com base na experiência no Brasil farão dos índios matéria de reflexão. Dentre os textos portugueses, o mais conhecido é o já citado Pero Magalhães Gândavo, criado e moço da Câmara de d. Sebastião e provedor da Fazenda, copista da Torre do Tombo, o qual deu uma forma quase canônica ao debate que desde Caminha e Vespúcio se referia à colônia a partir da ambivalência entre o éden e a barbárie. O Brasil seria o paraíso ou o inferno? Seus habitantes, ingênuos ou detraídos (ver imagem 13)? Gândavo tanto descreveria a fertilidade da terra, o clima ameno e receptivo, como daria início a uma visão pessimista acerca das gentes do Brasil, sendo um dos primeiros autores a discorrer sobre a "multidão de bárbaros gentios". Na década de 1570 escreveu *Tratado da Terra do Brasil*, e em 1576, *História da província de Santa Cruz*; obras que visavam animar a imigração e o investimento de portugueses em sua colônia americana, à semelhança do que os ingleses haviam feito na Virgínia. Se o imaginário português se concentrava nas Índias, já os espanhóis, franceses e ingleses estavam interessados no Novo Mundo, cada qual numa região em particular: a América dos espanhóis seria o Peru e o México; a dos ingleses, a Flórida, e a dos franceses o Brasil.[23]

Em seus livros, Gândavo não se cansa de elogiar as "qualidades do local": "Esta terra é tão deleitosa e temperada que nunca nela se sente frio nem quentura sobeja". Essa seria mesmo a região da abundância e da eterna primavera. No entanto, no que se refere aos "índios da terra", ele parece mais econômico nos elogios: "A língua deste gentio toda pela costa é uma: carece de três letras — não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente".[24] Aí estariam os "naturais da terra", caracterizados pela noção de "falta".[25] Se a natureza era paradisíaca, já os selvagens eram no mínimo estranhos em seus costumes: moravam em aldeias "repletas de gente"; armavam redes e "dormem todos juntos sem que existam regras". Ademais, ainda segundo Gândavo, eles seriam "muito belicosos", matando seus prisioneiros e os comendo "mais por vingança e por ódio que por se fartarem". Por sinal, com o desenvolvimento do livro, o copista passava a não revelar nenhum rasgo de simpatia com os "selvagens": "São estes índios muito desumanos e cruéis, não se movem a nenhuma piedade: vivem como brutos animais sem ordem nem concerto de homens, são muito desonestos e dados a sensualidade e entregam-se aos vícios como se neles não houvera razão de humanos".[26]

Gândavo voltaria aos mesmos argumentos em sua *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Também nesse livro ele se detém nos "naturais da terra" de cor baça e cabelo corredio, com o rosto amassado e feições de "Chins". Destaca que "vivem todos muito descansados e que são inconstantes e mutáveis", e "não adoram coisa alguma, não respeitam seu rei ou outro gênero de justiça". O copista insiste na preguiça e na

lascívia simbolizadas pela rede, sempre presente nas gravuras de época, como se os americanos aguardassem deitados pela chegada da Europa. Vistos pelos representantes da Igreja cristã como práticas de mera idolatria e sacrifício humano, seus rituais eram entendidos como falsas religiões, praticadas por essas gentes adoradoras do diabo e que nada tinham a ver com a mensagem de salvação e sacrifício do filho de Deus, que teria redimido a humanidade. Por isso mesmo, tais cultos deveriam ser considerados retrocessos inaceitáveis; perigos potenciais e traiçoeiros para a população recém-conquistada.[27]

Os relatos portugueses foram muitas vezes pessimistas com relação aos homens e otimistas quando se tratava de "propagandear" a natureza do Brasil (incitando a imigração); já a literatura de viagem, deixada pelos franceses, geraria novas celeumas. A ideia da "ausência de fé" reapareceria nos textos de mercadores normandos que prosperavam realizando o comércio do pau-brasil e o escambo com os Tupinambá. Entre eles, contudo, parece que a falta de cultos e de regras não preocupava tanto. Ronsard, em sua *Complainte contre Fortune* de 1559, descreve uma América da Idade do Ouro em que desejava estar: "Onde o povo inculto erra inocentemente sempre nus; sem malícia; sem virtudes, mas sem vícios…".[28] "Sem" nesse caso não é falta, mas quase excesso, com a representação dos gentios do Brasil em alta no imaginário francês.

Um exemplo da afirmação de Ronsard é um evento ocorrido em 1550 em Rouen: uma "festa brasileira" foi realizada diante do monarca francês Henrique II e da regente Catarina de Médicis.[29] Para receber o casal reinante, a cidade de Rouen resolveu fazer uma grande cerimônia. Construíram-se vistosos monumentos — obeliscos, templos e arcos de triunfo —, e nesses locais aconteceu uma festa do Novo Mundo. Meio século depois da chegada dos portugueses ao continente, a voga parecia ser encenar os "homens do Brasil": os "bravos Tupinambá", aliados dos franceses. E assim se fez: cinquenta Tupinambá foram simular um combate perto do rio Sena e na presença da nobreza local. Para dar maior amplitude à festa, os indígenas foram misturados com mais de 250 figurantes vestidos à moda, e representaram cenas de caça, de guerra e de amor, além de aparecerem carregados de bananas e papagaios.[30]

Não obstante, ao lado desse tipo de representação edênica outra imagem se tornaria emblemática: a dos índios canibais. Na verdade, a representação do canibalismo flutuaria desde o imaginário medieval, sem encontrar endereço preciso. Com Colombo — na oposição entre caribes insulares e antilhanos — uma primeira localização seria estabelecida e perduraria até a *Enciclopédia* de Diderot. No ano de 1540, por exemplo, o mapa de Sebastian Münster, na *Geografia* de Ptolomeu, dispunha num espaço um tanto fluido, situado entre o Amazonas e o Prata, a palavra "canibali". Dizia-se, ainda, "são cães em se comerem e matarem", numa evocação das imagens do Renascimento e mais especialmente de Rabelais: "canibais, povos monstruosos da África, tendo rostos como cachorros e latindo em vez de rir".[31]

Mas seriam os franceses que separariam noções até então misturadas, como canibalismo e antropofagia. A distinção semântica é crucial, e da discussão do século XVI é que surgirá a exaltação do índio brasileiro, como veremos, na França humanista no século XVIII e no Brasil no XIX. Canibais seriam aqueles que se alimentavam de carne humana, enquanto antropófagos comeriam por *vingança*.

Data desse contexto o mais célebre ensaio humanista francês, que introduz os Tupinambá como modelo e projeção: "Os canibais", escrito em 1580 por Montaigne. O

filósofo — o qual dizia ter concebido seu texto a partir dos diálogos que estabeleceu com índios radicados no continente europeu após a festa de Rouen — executa verdadeiro exercício de relatividade, encontrando mais lógica na maneira como os Tupinambá realizavam a guerra que na forma como os ocidentais a conduziam: "Mas, voltando ao assunto, não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não pratica em sua terra [...]". Se não faltam interpretações do famoso documento, vale sublinhar a construção de uma representação mais laudatória dessas gentes, tendo como sombra as guerras de religião que assolavam a Europa no século XVI: "Por certo em relação a nós são realmente selvagens, pois entre suas maneiras e as nossas há tão grande diferença que ou o são ou o somos nós".[32] Aí estavam os primórdios de uma visão humanista, que punha em questão não tanto os valores indígenas, mas antes os europeus.

Entretanto, nem só de filosofia se alimentava essa discussão. Boa parte dos relatos franceses dos séculos XVI e XVII encontra-se vinculada às duas tentativas da França de implantação colonial no Brasil. Negando o Tratado de Tordesilhas, os franceses entraram na colônia várias vezes, duas de maneira mais duradoura. O primeiro projeto de estabelecimento colonial — a França Antártica — foi empreendido por Nicolas Durand de Villegagnon, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1555, contando com importante corpo expedicionário formado por soldados e artesãos. Logo em 1556, porém, Villegagnon escreveu a João Calvino, um dos expoentes da Reforma protestante e seu condiscípulo da faculdade de direito em Orleans, pedindo-lhe que enviasse um contingente de partidários da fé reformada, para conter as rebeliões que então solapavam a colônia. Com esse objetivo, em 1557 aqui desembarcaram catorze huguenotes, sem que os conflitos fossem contornados. Ao contrário, novas discórdias surgiram e os calvinistas deixaram a ilha, na baía de Guanabara, buscando refúgio junto aos índios Tupinambá.

Da experiência resta um grande número de relatos sobre a terra e os gentios, os quais inauguraram uma tradição de pensamento. O próprio Villegagnon, que permaneceu no país de 1555 a 1558, legou uma série de cartas a respeito da região. Numa edição datada de 1556, e assinada por N. B. (Nicolas Barré, um dos calvinistas para cá enviados), Villegagnon deita louvores à natureza do Brasil e descreve um pouco suspeitosamente os "selvagens brasileiros", que "andam todos nus com seus arcos e flechas para guerrear". Nas notas mesclam-se motivos religiosos, filosóficos e de exploração, e Barré menciona a certeza de que acharia alguns metais, "porque os portugueses encontraram prata e cobre, cinquenta léguas para baixo do rio".

As observações contidas nesse documento sugerem a leitura de outros relatos, como os de André de Thevet (1516-92), um frade franciscano que, depois de ter percorrido o Oriente e parte das ilhas do Mediterrâneo, embarcou em 1555 junto com o almirante Villegagnon para vir fundar aqui a França Antártica. Thevet passaria na colônia da baía de Guanabara apenas três meses, no fim dos quais, em junho do ano seguinte, alegou estar doente e voltou para a França. Já na Europa o religioso notaria a grande curiosidade em torno do Novo Mundo e viu aí boa oportunidade de combinar o humanismo com a voga das descobertas. Em 1557 publicou *As singularidades da França Antártica*, obra que faria muito sucesso ainda em sua época. O texto de Thevet é longo, descontínuo e cortado por observações que buscam a todo tempo provar erudição. No entanto, e a despeito do estilo um pouco fabuloso, essa seria tida como a primeira descrição minuciosa da natureza

brasileira e, nomeadamente, dos índios Tupinambá; aliados dos franceses, mas "antropófagos, nus e emplumados". O Brasil aparece no livro de Thevet a partir do capítulo XXVII, com um registro paradisíaco da natureza local. Diferente é, mais uma vez, a visão dos homens do lugar. Já em obra anterior, *Cosmographie*, Thevet havia tratado "dessa pobre gente que vive sem religião e sem lei". Mas em *As singularidades da França Antártica* é que o religioso se esmera em descrever o que considera serem "religiões danosas, magias e feitiçarias"; uma guerra sem fim entre selvagens "maravilhosamente vingativos"[33] e praticantes de um "canibalismo selvagem".

Dois outros autores que estiveram entre os Tupinambá no mesmo período — um como aliado, outro como inimigo a ser devorado — acabariam por se contrapor a Thevet. O artilheiro do Hesse, Hans Staden, que viveu prisioneiro desses índios, narra sua experiência em livro publicado em 1557 e que conheceu quatro edições num só ano. A obra de Jean de Léry, escrita em 1563 mas publicada em 1578, seria igualmente bem acolhida: o Brasil fazia sucesso como o "outro lado" do mundo. Ambos os relatos seriam editados juntos na França em 1592, na coleção Grandes Viagens, ilustrada por Théodore de Bry: um ourives, gravurista e propagandista huguenote que jamais esteve na América mas se transformou no seu mais renomado retratista da época.[34] O que a vista não enxergava a imaginação desenhava (ver imagem 11).

Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil, de Jean de Léry, contou com sucesso notável: cinco edições a partir de 1578 e ao menos outras dez, em francês e latim, até 1611. Segundo seu autor, o objetivo principal da publicação era desfazer "mentiras e erros" contidos no livro de Thevet. Léry, pastor e membro da Igreja na fase inicial da Reforma, era sapateiro e estudante de teologia em Genebra quando Villegagnon solicitou reforços à Igreja de Calvino. O seminarista partiu em 1558 para o núcleo inicial da França Antártica, junto com um grupo de ministros e artesãos protestantes. Acompanhou a desintegração da colônia francesa e, durante o tempo em que ficou no Brasil, conviveu com os Tupinambá. Não era a "danação" mas a "diferença" que parecia interessar ao religioso e viajante quinhentista mais conhecido e copiado no que se refere à terra do Brasil.

Contrariando outros relatos, Léry mostra que os "caraíbas" faziam a guerra a partir de regras internas e que a vingança se constituía em valor partilhado: "Existe aí um modo novo de olhar, distante das fábulas que se lia até então".[35] O pastor não se limitava a caracterizar o impacto que sentiu diante da natureza do Brasil, com seus peixes velozes, pássaros de todas as cores, tartarugas gigantes, baleias imensas, borboletas coloridas, golfinhos animados, macacos, ratos, crocodilos e jacarés, quatis, tatus e os famosos papagaios, também de todas as cores. É a impressão sobre os nativos a mais forte. Ele explica como os "selvagens" produzem pão, preparam a farinha, fabricam o vinho e moqueiam a carne.

Mas Léry esforça-se sobremaneira em entender o lugar da guerra e da vingança entre os nativos e a maneira como as "regras" primavam sobre a "gula".[36] Logo na volta a Genebra, ele tomaria conhecimento da Noite de São Bartolomeu, quando em 24 de agosto de 1572 católicos assassinaram protestantes na França, dando início a uma guerra civil que dividiu e sangrou o país.[37] Para os indígenas de Jean de Léry, a guerra e as práticas de canibalismo não significavam a satisfação de demandas alimentares; representavam, sim, formas de comunicação interna, práticas de dádiva, quando se trocavam valores, símbolos, bens.[38] Abria-se, pois, um novo capítulo nessa história de encontros e desencontros. Este era

mesmo um Novo Mundo, por definição "diferente" do europeu.

Falta mencionar os livros de Hans Staden: *Duas viagens ao Brasil* e *Arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo (ver imagem 10)*. Staden fez duas viagens à América do Sul — uma a bordo de um navio espanhol, outra num navio português. Quando trabalhava num pequeno forte na ilha de Santo Amaro, uma das principais capitanias locais, foi capturado por índios Tupinambá, inimigos dos lusitanos e amigos dos franceses, e forçado a viver entre eles durante longos e penosos dez meses e meio. Enquanto lutava para não ser comido pelos nativos — fingindo ser um feiticeiro ou beneficiando-se de seus conhecimentos medicinais e técnicos para a cura de uma epidemia que se abateu sobre os indígenas —, ele teve tempo de anotar o cotidiano de uma aldeia tupinambá, grupo que, na sua própria expressão, o assombrava "com seus medonhos costumes".[39]

Pouco se sabe da vida de Staden, apesar de *Duas viagens ao Brasil* ter ganhado mais de cinquenta edições em alemão, flamengo, holandês, latim, francês, inglês e português. A curiosidade que o livro despertou está ligada ao fato de o autor ter permanecido cativo entre os Tupinambá; isso sem esquecer as xilogravuras com cenas fortes, abertas sob sua orientação. O relato é escrito de maneira direta: Staden leva o leitor a seguir as peripécias que arquitetou para não ser devorado. O alemão, que teria presenciado várias matanças, convivido com "selvagens" e tratado de suas doenças, só é solto nos capítulos finais, quando comerciantes do navio francês *Catherine de Vetteville* o resgatam.

Hans Staden corrigiu diversas observações de Vespúcio, adicionando informações sobre a estrutura familiar dos nativos, sua vida sexual, cultura material, crenças espirituais, e formas de classificação e nomeação de animais, frutas e flores. Tudo é descrito em linguagem coloquial, do canibalismo ao corte de carne humana, e Staden termina a obra de modo provocativo: "Tudo isso eu vi e assisti".[40] Essa era uma maneira de conferir verdade a um testemunho que poderia ser considerado "fantástico". "De quem é a culpa?", pergunta ele. E finaliza: "Dei-lhe neste livro, informações suficientes. Siga o rastro. Para aquele, a quem Deus ajuda, o mundo não está fechado".[41] E Staden tinha razão: afinal, o mundo nunca esteve fechado.

UMA PARCELA DA HUMANIDADE A SER CATEQUIZADA OU ESCRAVIZADA

Até os dias de hoje há muita controvérsia sobre a antiguidade dos povos do Novo Mundo, que só era novo em relação a uma Europa que se reconhecia como velha. As estimativas mais tradicionais mencionam o período de 12 mil anos, mas pesquisas recentes arriscam projetar de 30 mil a 35 mil anos. Sabe-se pouco dessa história indígena, e dos inúmeros povos que desapareceram em resultado do que agora chamamos eufemisticamente de "encontro" de sociedades. Um verdadeiro morticínio teve início naquele momento: uma população estimada na casa dos milhões em 1500 foi sendo reduzida aos poucos a cerca de 800 mil, que é a quantidade de índios que habitam o Brasil atualmente.[42] São muitos os fatores que explicam tal desastre populacional. Em primeiro lugar, existiu de fato uma barreira epidemiológica favorável aos europeus. Na África sucedera o oposto: os brancos morreram aos milhares, como se houvesse uma linha invisível e envenenada. No caso da América, eram os índios que morriam, atacados por agentes patogênicos da varíola, do sarampo, da coqueluche, da catapora, da difteria, do tifo, da peste bubônica e até mesmo de uma hoje quase inofensiva gripe. Mas a falta de imunidade não é suficiente para justificar tamanha mortandade. Ao contrário, o cataclismo biológico só teve tais consequências porque ocorreu num certo contexto, com características sociais específicas e até então em equilíbrio.

A colonização levou à exploração do trabalho indígena e foi responsável por muita dizimação. É ainda na conta da colonização que se deve pôr o recrudescimento das guerras indígenas, que, se já existiam internamente, eram agora provocadas também pelos colonos, os quais faziam aliados na mesma velocidade com que criavam inimigos. Havia nesse contexto índios aldeados e aliados dos portugueses, e índios inimigos espalhados pelos "sertões". A diferença entre "índios amigos" e "gentios bravos" gerava por sua vez uma divisão clara na legislação indigenista. Aos índios aliados era garantida a liberdade em suas aldeias, e deles dependia o sustento e a segurança das fronteiras. Para esses "índios amigos e das aldeias" o processo de contato se dava sempre de forma semelhante: em primeiro lugar eram "descidos" — transportados de suas aldeias no interior para perto das povoações portuguesas —, para depois serem catequizados, civilizados, e assim transformados em "vassalos úteis".[43]

Outra das atribuições dos índios aldeados era tomar parte nas guerras promovidas pelos portugueses contra índios hostis. Quase todas as vezes em que nos documentos coloniais se menciona a guerra, não se esquece de incluir a necessária presença dos aldeados e dos aliados: estes últimos, os Tapuia amigos. Eles seriam, nos termos de época, "as muralhas do sertão", povos estratégicos para impedir a entrada de estrangeiros. Esse contingente é que foi mobilizado para expulsar o grupo de Villegagnon, o qual, por sua vez, se uniu aos Tupinambá, os amigos dos franceses. Assim, se a "liberdade" — entendida como a catequese nos aldeamentos — era o "presente" dos índios aliados, a escravidão era o destino dos índios inimigos.

Conceito antigo, mas reativado naquele contexto pela Coroa aliada à cristandade, a "guerra justa" seria aplicada aos povos que, sem o conhecimento da fé, nem ao menos

poderiam ser tratados como infiéis. Eram várias as causas que legitimavam a "guerra justa": a recusa à conversão, hostilidades contra vassalos e aliados portugueses, a quebra de pactos e a antropofagia. Considerada uma "ofensa à lei natural", a antropofagia era passível de guerra, entendida como um direito e um dever para salvar almas que seriam sacrificadas ou comidas.

Nesse momento um debate apimentado entre dois religiosos — Bartolomeu de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda — opôs duas maneiras de entender os gentios, e gerou modelos diversos de dominação: para Las Casas os nativos eram como rebanhos que precisavam ser ordenados; na visão de Sepúlveda, eles não eram humanos e deveriam ser obrigados a ganhar humanidade: além de batizados, tinham que trabalhar para se tornarem homens. Já para a Coroa portuguesa, a guerra, apesar de entendida como um recurso extremo, era utilizada de forma recorrente pelos colonizadores, que, a partir dela, pretendiam provar "a inimizade desses povos" e a "fereza dos contrários". A própria Coroa, sabendo dos abusos, procurava legislar e conter escravizações ilícitas, o que não impediu o assassinato de muitos povos em "guerras justas" e criadas pela lógica europeia, que, de algum modo, também renomeava esses grupos, inventando para si aliados e inimigos.

Revelou-se igualmente nefasta a concentração da população indígena nas aldeias controladas pelos missionários, uma vez que favoreceu a proliferação de doenças e epidemias. Catequese e civilização eram os princípios centrais de todo o projeto de colonização, justificando o aldeamento, a localização próxima das aldeias, o uso da mão de obra nativa e a obrigatória administração jesuítica. A ação era resultado imediato da atuação da Companhia de Jesus, a qual, criada por iniciativa de Inácio de Loyola em 1534 — pouco antes de Paulo III, em sua bula papal, reconhecer os índios como homens verdadeiros, à imagem de Deus e portanto merecedores de catequização —, representava o modelo de ordem religiosa nascida no contexto da Reforma católica. Enquanto na Europa os jesuítas procuravam reforçar o ensino do catolicismo, no contexto dos "achamentos" passaram a correr mundo, expandindo a "verdadeira fé" por meio da catequese. Por isso ganharam o título de "soldados de Cristo", e se comportariam tal qual um exército de batina, sempre combatendo os demônios e prontos a defender as almas.[44]

E tão logo o papa Paulo III aprovou o instituto inaciano, os jesuítas jogaram-se no Oriente português, alcançando até a longínqua China e o Japão. No mundo atlântico, fundaram um colégio em Luanda e traduziram o cristianismo para o banto. Chegaram ao Brasil em 1549 sob a liderança de Manoel da Nóbrega, e já em 1557 estabeleceram um plano de aldeamento que, grosso modo, consistia em deslocar a população nativa para núcleos controlados pelos religiosos. Missionar no Brasil era considerado atividade perigosa — afinal, Pedro Correia fora devorado pelos Carijó em 1554 e d. Pero Fernandes Sardinha, o conhecido bispo Sardinha, comido pelos Caeté em 1556, no litoral do atual estado de Alagoas —, e o melhor seria doutrinar esses povos, os quais, diferentemente dos nativos do Oriente, "careciam de qualquer fé ou religião". A ordem, porém, era lograr a conversão com brandura e bons exemplos de comportamento. A ordem era, também, "adaptar" o catolicismo à cultura local — adequando termos e conceitos à realidade do lugar, a começar pela gramática tupi escrita por José de Anchieta em 1556 e logo convertida em leitura obrigatória (ver imagem 12).

Com tantos propósitos distintos, a inimizade entre jesuítas e colonos não tardaria a se manifestar. Os segundos, sempre prontos a escravizar os indígenas em nome da "guerra

justa". Os primeiros, tentando salvaguardar seus novos fiéis e reclamando da Coroa medidas mais eficazes. A pressão resultou na Carta Régia de 1570, que proibia a escravização de indígenas, exceto quando motivada por "guerra justa". Já o rei de Portugal teve que arbitrar conflitos com grande frequência, nos quais os religiosos acusavam a ganância dos colonos e estes alertavam para a hegemonia dos jesuítas.

Por sinal, com o tempo a Companhia transformou-se numa verdadeira potência econômica. Se no início viviam da esmola real, aos poucos os jesuítas enriqueceram, emprestando casas, arrendando terras e controlando o rico comércio de especiarias cultivadas nas aldeias por eles dominadas. A hegemonia era tal que no século XVIII as Coroas ibéricas extinguiram a ordem. Os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias em 1759, da França em 1762, da Espanha e do reino de Nápoles em 1767, até que em 1773 o papa Clemente XIV acabou com a ordem, que teve que esperar até 1814 para ser restaurada, na esteira das mudanças que o mundo conheceu após o furacão chamado Napoleão Bonaparte. Mas essa já é outra história. No período em que se projetava a colonização, o destino dos jesuítas andava misturado à história dos próprios indígenas.

MUITO ANTES DE CABRAL

As metrópoles coloniais logo entenderam as potencialidades estratégicas das inimizades, já existentes ou alimentadas, entre grupos indígenas. Por isso, no século XVI os portugueses aliaram-se aos Tupiniquim e os franceses aos Tamoio e aos Tupinambá. Já os holandeses se uniriam aos Tapuia contra os portugueses, em pleno século XVII. Tamoio, Tapuia e Tupiniquim, ou fosse qual fosse o nome dado pelos europeus aos grupos que iam encontrando, tinham seus motivos e razões para fazer alianças e as traduziam em termos próprios. Isso porque, como canta o poeta Oswald de Andrade, "antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade". Tinham, mesmo, suas próprias sociedades, valores, linguagens, costumes e rituais.

Quando Cristóvão Colombo aportou na América em 1492, mais precisamente nas Antilhas, tais ilhas eram densamente povoadas por uma tribo conhecida como taino, de língua arawak. Esse povo, que foi dizimado por maus-tratos e epidemias, respondia a seus chefes, os "kasiks", termo que pelo neologismo espanhol virou "cacicazgo": uma província subordinada a um cacique. Na América vigia um sistema político de chefias centralizadas, nas quais um líder supremo tinha poderes sobre aldeias e distritos hierarquicamente subordinados. Diferentemente do que ocorria nos Estados europeus, não existia, porém, um corpo de funcionários administrativos, nem um exército permanente. Era o chefe que resolvia disputas, e juntava guerreiros em caso de conflito.[45]

Esse modelo espalhou-se por uma área mais alargada, ganhando o nome de "cacicado" e referindo-se a assentamentos que contavam com um centro regional, obras públicas, trabalho coletivo, trabalho agrícola, habitações de tamanhos diversos, uma rede comercial de produtos da terra e técnicas de sepultamento. As regiões eram muitas, as estratificações variadas, mas se tratava de povos *com* fé e lei, apesar de serem diferentes dos valores reconhecidos na Europa. Também as divisões geográficas da era moderna, que criaram países e Estados distintos, foram feitas a partir da lógica da colonização e do "descobrimento", a qual obviamente não respeitou as fronteiras existentes. Por isso, hoje se têm denominado "ameríndios" os nativos da região, uma vez que, a despeito das separações linguísticas, a uni-los havia um continente depois nomeado América, e muitas relações culturais.

Como sabemos, o nome homenageava Américo Vespúcio, mercador, navegador, geógrafo e cosmógrafo italiano que escreveu sobre as "novas terras" a ocidente da Europa, e achou por bem imaginar que teria sido o primeiro a pôr os pés nessa terra já habitada havia aproximadamente 35 mil anos. Desse período longínquo pouco se conhece, mas de 12 mil anos para cá uma temperatura mais amena teria interposto o mar entre os dois continentes. Por isso, tradicionalmente é aceita a hipótese de uma migração terrestre com origem no Nordeste da Ásia, via estreito de Bering, que teria se espalhado de norte a sul pela América. Há também a hipótese mais recente, e bastante polêmica, que localiza uma entrada marítima mais antiga no continente, pelo litoral nordeste do Brasil. Mas, por certo, às vésperas da conquista europeia diferentes sistemas sociais indígenas não se achavam isolados; ao contrário, articulavam-se local e regionalmente. Além do mais, vastas redes comerciais uniam áreas e grupos distantes entre si.

A primeira dessas grandes áreas era formada pela várzea do Amazonas. Para além dos

relatos fantasiosos que descrevem uma terra de amazonas e do Eldorado perdido, há informações importantes retiradas dos cronistas do XVI e do XVII. Tudo leva a crer numa ocupação descontínua ao longo do Amazonas, com trechos em que aldeias eram entremeadas por faixas desocupadas. As próprias aldeias variavam em tamanho e número de habitantes, mas sabe-se de outras que se estendiam ao longo do rio por sete quilômetros, e que contavam com estrutura pública e atividades político-cerimoniais. Os diversos registros mencionam, ainda, a existência de muitos recursos naturais, entre pescados e produtos agrícolas como milho e mandioca. Também a cerâmica se desenvolveu em vários desses locais, como é o caso da marajoara. Típica da ilha de Marajó, situada no estado do Pará, na foz do Amazonas, ela proliferou de 400 a 1400 d.C. Eram muitos os sistemas políticos, mas fontes revelam a vigência de cacicados e de grupos de descendência formados por aliança matrimonial. Diferentemente do que dizem as versões oficiais, a violência esteve presente desde o início do "encontro", quando os colonizadores tomaram portos e saquearam povoados, tendo sido recebidos por guerreiros com largo aparato bélico local: canoas equipadas, flotilhas com setas envenenadas.

Outra área muito estudada nos dias de hoje é aquela formada pelo rio Xingu, um dos principais afluentes meridionais do Amazonas. Nessa região se criou um sistema multiétnico e multilinguístico mas culturalmente homogêneo. Marcado pelo sedentarismo, ele se baseava na horticultura de mandioca e na pesca. A fartura de recursos gerou uma sociedade, já nos séculos XV e XVI, populacionalmente numerosa, além de incentivar uma frequente interação social, que em nada lembra a imagem tradicional de grupos isolados e contato esporádico. Implementou-se um modelo de chefia e de distinção social em que a hierarquia se combinou com uma notável autonomia política.

Existia ainda uma "terceira margem" constituída nos campos do cerrado, que se limitava ao sul e a leste com a Floresta Amazônica. A vegetação é rasteira e arbustiva, e lá os povos Macro-Jê encontraram sua morada principal. Sobre essa população recaiu certa miopia cultural, distorcida pelo ponto de vista andino — com suas grandes civilizações —, mas também por uma lente dos Tupinambá, dos Tupi-Guarani e dos portugueses, que cuidaram de detratar esses grupos. Por isso, durante muito tempo eles foram descritos como "gente bárbara", que não possuía aldeias, agricultura, transporte ou cerâmica.

Aliás, foram os Tupi-Guarani do litoral que chamaram os povos do sertão de Tapuia, e assim os descaracterizaram. Mas essa suposta marginalidade dos Jê do cerrado tem sido revisada a partir de trabalhos como os de Curt Nimuendajú, Claude Lévi-Strauss e mais recentemente por uma série de etnólogos brasileiros. Os Jê do sertão deixaram de ser vistos apenas como rudimentares caçadores-coletores nômades, para serem estudados e descritos como donos de uma sofisticada economia e cosmologia. Há registros da prática de horticultura na região que remontam a milênios. Também a cerâmica, conhecida como "una", predominou no local, da pré-história até o século IX, quando se verifica a entrada de outras tradições, como a aratu e a uru. Assentamentos em forma de anel, característicos do Brasil Central, datam de cerca de 800 a 1500 d.C., e por lá se cultivava milho e batata-doce. As aldeias eram constituídas por um a três anéis de casas, tendo ao centro uma praça onde se desenvolviam cerimônias rituais. Esses agrupamentos seriam maiores que os atuais, contando com oitocentas a 2 mil pessoas. Os Jê do Brasil apresentam uma estrutura muito distinta daquela encontrada na floresta tropical. São móveis; vivem em grandes aldeias; a tecnologia de subsistência é simples, mas os adornos corporais são elaborados; não

possuem chefes supremos, embora tenham estruturas de prestígio e instituições comunitárias e cerimoniais notáveis.

Além do mais, se os Jê, assim como os povos amazônicos e ameríndios de uma forma geral, não apresentavam civilizações monumentais — ao menos se nos pautarmos pelos moldes da régua andina, espécie de padrão criado para avaliar os povos da América —, sua cosmologia é de fato brilhante. Antropólogos como Eduardo Viveiros de Castro e Philippe Descola tomaram emprestado um termo da filosofia — o "perspectivismo" de Leibniz e de Nietzsche — para descrever aspectos da cosmologia dos povos ameríndios. O suposto é que a percepção e o pensamento surgem de uma "perspectiva", que é sempre alterável quando colocada em relação a outros contextos e situações. A cosmologia é complexa, mas pode ser resumida a partir de dois pressupostos: o de que o mundo é povoado por muitas espécies de seres humanos e não humanos, todos dotados de consciência e cultura, e o de que cada uma dessas espécies vê a si e às outras de modo muito peculiar. Cada um vê a si como humano e todos os demais como não humanos, ou seja, como animais ou espíritos. Os mitos ameríndios descreveriam, pois, uma situação originária em que todos os seres que eram humanos vieram a se tornar os animais de hoje. Assim, se para a ciência ocidental os humanos foram animais e se tornaram humanos, para os ameríndios todos os animais já foram humanos. A consequência é entender de maneira distinta a interação entre humanos e outras espécies animais: todos são sujeitos e estabelecem relações sociais. O modelo também põe em questão grandes parâmetros ocidentais como "natureza" e "cultura". Para nós, ocidentais, existiria uma natureza (que é dada e universal) e várias culturas (construídas); já para os ameríndios, haveria uma cultura para várias naturezas: homens, animais, espíritos.

Por sua vez, o xamã teria lugar de destaque nesse trânsito entre naturezas; ele seria uma espécie de líder político, social e espiritual. Porta de entrada de tais culturas, a atividade do xamã é essencial para entender as sociedades que não discriminam humanos de não humanos: ele é o único que pode transportar corpos ou tem a propriedade de ler esses diferentes estados. Enfim, as teorias ameríndias têm posto em questão preconceitos comuns como supor que os nativos teriam "mitos", e nós "filosofias"; que eles possuiriam "rituais", e nós "ciências". Essas são heranças e resquícios tardios da maneira como a literatura dos viajantes do XVI viu como "menos" o que era e é, na verdade, "diferente". Levar a sério os grupos que já moravam na América antes da vinda dos portugueses implica não só pensar a história em nossos próprios termos, mas entender que existiram e existem outras formas de compreensão dessa terra que virou Brasil.[46]

Para que o panorama desses povos indígenas fique mais completo, falta mencionar o grupo que habitava o Brasil de costa a costa quando os portugueses aqui chegaram. O litoral de norte a sul era ocupado por uma população considerada bastante homogênea: um mundo tupi-guarani. Tomando por base as diferenças linguísticas e culturais, pode-se subdividir esse grupo em dois: ao sul, os Guarani que viviam nas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, e no litoral desde a lagoa do Patos até Cananeia (no atual estado de São Paulo); ao norte dominavam os Tupinambá, que se estabeleceram na costa desde Iguape até o atual estado do Ceará. Estes últimos também estavam presentes no interior, entre os rios Tietê e Paranapanema.[47]

Como as culturas amazônicas, os Tupi-Guarani viviam da pesca e da caça, e praticavam uma agricultura de coivara — técnica tradicional, iniciada pela derrubada da mata nativa,

e seguida pela queima de vegetação e pela plantação intercalada de culturas. A base alimentar dos Guarani era o milho, enquanto os Tupinambá cultivavam a mandioca amarga e a utilizavam para a produção de farinha. Ambos os grupos desfrutavam dos recursos fluviais e marítimos da região, e eram excelentes canoeiros, como bem demonstram os relatos seiscentistas. Por conta da riqueza de recursos, alcançaram um número demográfico considerável: calcula-se que na área tupinambá se chegava a nove habitantes por quilômetro (numa população total de 1 milhão de habitantes) e quatro habitantes por quilômetro entre os Guarani, na área meridional, o que resultaria num total de 1,5 milhão de habitantes. A região contou com uma quantidade particularmente elevada de indígenas aldeados em missões jesuíticas, os quais com frequência eram mobilizados em operações de guerra (como foi o caso dos Tupinambá) ou escravizados por bandeiras: expedições que entraram no sertão já no século XVI e que levaram ao aprisionamento em grande escala dos Guarani. "Sertão" é termo usado já por Caminha, denotando o vasto e desconhecido interior da colônia, longe do mar. A partir do século XV, com a expansão, a palavra (antes empregada para designar áreas situadas em Portugal mas distantes de Lisboa) passou a nomear espaços sobre os quais pouco ou nada se sabe.

Com o tempo, porém, a nomenclatura demarcaria um espaço simbólico, mais que um lugar geográfico. "Povoado" era a região "ordenada pela Igreja católica", "sertão" era o local da falta e da ausência de ordem. Mas logo esse "território desconhecido" seria explorado em razão de suas riquezas: madeiras, minérios e populações indígenas. E foi graças às alianças que fizeram com certos grupos que os portugueses puderam conquistar o interior do continente, sendo Piratininga (no atual estado de São Paulo) um caso particularmente significativo.[48] Com a introdução da produção açucareira a partir de meados do XVI — tema do próximo capítulo deste livro —, as guerras entre grupos indígenas levaram à demanda de um número crescente de braços para a nascente economia.

No momento da fundação de São Vicente, em 1548, existiam 3 mil escravos índios no litoral da capitania, todos disponíveis nos seis engenhos locais. E também nessa região os missionários jesuítas, que ali chegaram em 1553, entrariam em choque e competição com sertanistas, ao demandarem que os indígenas "descidos" do sertão fossem alocados nas aldeias missionárias. Resultado imediato foi a Lei sobre a Liberdade dos Gentios, de 1570, a qual limitaria a ação sobre os grupos nativos, salvo em casos de "guerra justa". Por isso as primeiras bandeiras, ocorridas entre 1580 e 1590, tomaram a forma de "guerras justas", regressando a São Paulo com um grande número de índios capturados.

Entre 1600 e 1641 as populações Carijó, do grupo linguístico guarani — localizadas ao sul e a sudoeste de São Paulo —, foram as mais visadas. O movimento atingiu seu ápice nas décadas de 1620 e 1630, quando, ao arrepio da lei e diante do protesto dos jesuítas, expedições bandeirantes quase pareciam grupos paramilitares, tal era seu tamanho e os recursos mobilizados. Bandeiras sob o comando de Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, apenas para mencionar alguns nomes, dizimaram populações locais e causaram muita tensão com os jesuítas e a Coroa.

Os bandeirantes ficaram tão conhecidos na historiografia nacional que sua imagem, devidamente alterada, seria usada pelos paulistas, no começo do século XX, como um símbolo do "espírito aventureiro e intrépido da região". Seriam exaltadas, então, só suas benesses, e eles, descritos como destemidos exploradores do "perigoso sertão" e de suas

riquezas minerais. Já a violência inerente à atividade, bem como a empresa de aprisionamento de indígenas, permaneceria esquecida. O fato é que o círculo vicioso montado nos idos dos séculos XVI e XVII era dos mais perversos: a escassez de mão de obra nativa levava à intensificação e interiorização de expedições, que faziam novos escravos e expunham as populações indígenas a grande mortandade, por conta tanto das armas como das epidemias.

Entretanto, se algumas populações sofreram severa queda no seu número, os Tupi-Guarani mantiveram no XVI um notável sistema político e econômico. Organizados em aldeias compostas de quinhentas a 2 mil pessoas, ligavam-se a outros grupos por laços de consanguinidade. Grandes xamãs tupi-guarani, conhecidos como *karaí* ou *karaíba*, circulavam pela terra, curando e profetizando. Datam desse contexto os movimentos indígenas de natureza milenarista dos Tupi, que prognosticavam a chegada de um tempo sem mal e que, com a colonização, transformaram-se numa pregação com acento claramente antilusitano.

Além do mais, algumas aldeias aliadas formavam grupos multicomunitários, sem que existisse um núcleo regional ou chefes com poder supralocal, poder que não era hereditário mas deveria ser conquistado. Alguns deles ganharam, inclusive, bastante fama em virtude de sua liderança em ações bélicas, quando articulavam diferentes grupos locais e grandes contingentes eram mobilizados. Jean de Léry, por exemplo, cita um confronto envolvendo os Maracajá e os Tupinambá em que apenas os segundos somavam 4 mil homens. Os objetivos da guerra não eram, porém, aqueles que conhecemos: o saque e a conquista de territórios. Seu motor era a "vingança" e a captura de prisioneiros, cujo destino não era a escravidão mas a morte, sendo devorados na ocara — praça situada no meio da aldeia.[49] Nesse aspecto os relatos se pareciam muito. Não há cronista que deixe de mencionar a guerra e a antropofagia praticadas entre os Tupinambá, as quais, hoje sabemos, eram centrais para esses grupos que criavam sistemas de troca mas tinham horror ao Estado e à centralização.[50]

Às vésperas da colonização havia, portanto, um vasto contingente populacional espalhado pelo continente, apresentando diferentes formas de articulação social, econômica e política em escala regional e local. Se a chegada de Cabral significou um desastre para essas populações, não há por que descrever apenas perdas em vidas, terras e na cultura. Não há história estática, e contatos e mudanças continuam a ser feitos até hoje, quando os ameríndios com suas práticas, religiões e filosofias têm ganhado maior espaço como atores sociais no país; a despeito de ainda representarem uma voz política bastante ignorada.

Também não há por que imaginar que a catequese tenha encontrado uma população passiva. O padre Antônio Vieira — filósofo, religioso e orador português da Companhia de Jesus, grande defensor "dos direitos dos indígenas" —, num de seus famosos sermões, procurou entender a difícil humanidade que encontrou no Brasil, assim como lamentou o escasso sucesso da catequese. Comparou a diferença entre europeus e indígenas com as variações experimentadas pelo mármore e pela murta — um tipo de arbusto. Dizia ele que os europeus eram como o mármore: difíceis de esculpir, mas, uma vez concluída a obra, ela restava consolidada para sempre. Já os ameríndios seriam seu oposto. Eles se comportariam como a murta: à primeira vista eram fáceis de esculpir. No entanto, logo mudavam de forma e voltavam sempre a seu desenho natural.[51] Assim seria a obra da

catequese. Se os ameríndios pareciam aceitá-la sem reação alguma, "inconstantes", ou melhor, avessos a "novas fés e leis", retornavam sempre às suas próprias sociedades e cosmologias.

De toda maneira, num tempo longínquo, perdidos nesse local que recebera um nome mas era ainda desconhecido em suas fronteiras e sertões, os indígenas seriam entendidos como a personalização do novo: uma nova e estranha humanidade. Não destoariam, assim, do tom geral, em que tudo parecia inusitado e fresco: a terra, as pessoas, os animais, o clima, as plantas.

Certo estava o padre Cardim, que escreveu um tratado ao qual deu o título de *Do clima e terra do Brasil*. Concebida entre 1583 e 1601, a obra só seria traduzida para o inglês em 1625 (como um relato anônimo) e integralmente publicada em português apenas no XIX. Demorou, pois, para que ganhasse maior difusão. Entretanto, como na época os documentos circulavam e se remetiam uns aos outros, quiçá as observações do religioso tenham ajudado a engrossar o caldeirão fervente de um largo imaginário. Nele, o "Brazil", os Brasis, a Terra de Santa Cruz e dos Papagaios virariam uma espécie de antropofagia fantástica, devidamente ampliada pelo padre, que, além de enumerar riquezas locais, acharia lugar para relatar lendas de tritões, sereias e demais seres imaginários, presença cativa nos textos de vários autores portugueses quinhentistas. Cardim concluiu, de maneira sintética, e eficaz: "Este Brasil é outro Portugal". Mas ainda era mais do que isso. O Brasil era outro mundo, com certeza.

2.
TÃO DOCE COMO AMARGA: A CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

> *Quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes* [...] *o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.*
> Padre Antônio Vieira

UMA CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

Difícil entender como este local, perdido entre o paraíso e o inferno, iria aos poucos se definir como um território importante para o comércio de doçura e fazer largo uso do chamado "trato dos viventes", também conhecido como "infame comércio de almas". Hora de puxar o fio do começo dessa história, até porque nada na vida é só natural ou mero presente dos deuses. Aprendemos a gostar de lugares, sensações e produtos que, muitas vezes, são inventados e têm data de criação; aprendemos a identificá-los e a nos familiarizar com eles. Se empresas e sociedades coloniais foram criadas pelos europeus nas novas terras americanas — caso do Caribe e do Brasil —, o mesmo pode ser dito a respeito do açúcar. Seres humanos fazem comida com praticamente tudo que encontram, e suas escolhas e práticas alimentares revelam distinções significativas entre gerações, culturas, gêneros, classes sociais ou regiões. É por isso que o açúcar não pode ser entendido somente como um *produto*. Ele é, como veremos, também *produtor* de códigos, costumes e hábitos. Foi no século XVI que se inventou e disseminou um desejo de doçura. Não que inexistisse o consumo de frutas, ou mesmo do mel como recurso para adocicar os alimentos. Mas o gosto pelo doce, sua transformação em necessidade universal, só se dá num momento preciso da história do Ocidente. É apenas a partir de 1650 que o açúcar, em especial aquele feito de cana, converte-se de um luxo raro num produto corriqueiro e basicamente obrigatório.

Enquanto o mel era conhecido desde priscas eras, do açúcar, e mais particularmente da sacarose — substância extraída da cana a partir de conhecimentos técnicos específicos —, se teve notícia tardiamente, e o produto recebeu consumo alargado há apenas quinhentos anos.[1] Em 1000 d.C. poucos sabiam da sua existência, mas já no século XVII a nobreza e os mais abonados se tornaram "viciados" em açúcar, o qual entrou na medicina ocidental — que lhe atribuía poderes curativos —, na imaginação literária e nas mesas da boa sociedade.

As primeiras referências à cana datam de 8000 a.C. e são provenientes da Nova Guiné. Os registros permanecem esparsos até 2 mil anos depois, quando a planta teria chegado às Filipinas, à Índia e possivelmente à Indonésia. Porém, notícias sobre o processo de fabricação do açúcar só aparecem de forma sistemática a partir de 350 d.C. na Índia, tornando-se mais constantes em 500 d.C. Foram os árabes, com a invasão da Espanha em 711, que introduziram a cana-de-açúcar na Europa, desenvolveram a arte de fazer açúcar e o gosto por diferentes "tipos de doçura". O produto passou a ser utilizado como ingrediente, medicamento, iguaria, ou apenas "para adoçar" o que fosse: um chá, um pão, uma torta. Nessa época já podiam ser encontradas plantações de cana no Norte da África e em várias ilhas do Mediterrâneo, notadamente na Sicília. Mas foi com as Cruzadas que a experiência e o consumo aumentaram de fato, sobretudo com a maior circulação do produto entre a África e a Europa.[2] A partir daí, o gênero entrou na lista das desejadas especiarias — que incluíam também o cravo, a pimenta, a canela —, constando da relação de posses de reis, dos dotes de princesas, de testamentos da nobreza, e assim por diante.

Embora a rota geográfica e cronológica das especiarias esteja de certo modo estabelecida pela historiografia, até hoje se discute acerca da popularidade desses produtos, e o motivo que levou a rica e poderosa Europa a se render ao desejo de uma dieta mais temperada:

apimentada, defumada, cheirosa, curada, oleosa, picante ou, simplesmente, doce. A melhor explicação é aquela que admite ter sido essa uma maneira de abrir mão de uma culinária previsível e sem graça para aderir a uma alimentação variada, com mais sabor e capaz de satisfazer as vontades mais inusitadas. O produto era igualmente de fácil preservação, convertendo-se num estranho objeto de desejo e de poder nas mãos de reis e mercadores. Daí a se transformar em gênero de primeira necessidade, não demorou: o processo foi até rápido, e teve como consequência investimentos crescentes no comércio e produção da sacarose.

Foi o caso do reino de Portugal, que fez desse tipo de economia uma solução para o problema que enfrentava em seus domínios tanto na África como na América. Como estímulo adicional à decisão da monarquia lusitana, a produção açucareira que florescera no Mediterrâneo, e principalmente na Sicília e na Espanha moura, começava na época a decair. Assim, por iniciativa do infante d. Henrique importaram-se da Sicília as primeiras mudas de cana, plantadas, inicialmente, na ilha da Madeira, que logo se tornou o maior monocultor do Ocidente, produzindo no princípio do século XVI mais de 177 mil arrobas de açúcar branco e 230 mil de açúcar mascavado, além de outras qualidades inferiores.[3]

Mas a ascensão da cultura açucareira na ilha foi tão veloz quanto seu declínio. Dali ela rapidamente se espalhou para os arquipélagos de Açores, Cabo Verde e São Tomé. De início o comércio do açúcar produzido nessas ilhas do Atlântico foi controlado por genoveses e venezianos. Contudo, já por volta de 1472 seriam os flamengos, a essas alturas senhores da distribuição de produtos para o mercado português, que se assenhoreariam da tarefa. Portugal, fazia algum tempo, vinha estreitando contatos não só comerciais como financeiros com banqueiros genoveses e flamengos, que lhe facultavam linhas de crédito para investimentos básicos. De fato, o interesse dos Países Baixos pelo Brasil antecedeu, e muito, à criação da Companhia das Índias, em 1621. Portugal e Países Baixos praticavam largo comércio na época, e os navios neerlandeses traziam para os portos portugueses não apenas as mercadorias do Norte da Europa — trigo, madeira, metais e outras manufaturas —, mas produtos de sua própria indústria, como peixe, manteiga e queijo. Já no retorno a partir de Lisboa chegavam carregados de sal grosso, vinhos, especiarias e drogas do Leste da África, além de madeiras e, mais tarde, açúcar do Brasil. Não poucas vezes, por ordem dos Filipes da Espanha, que mantinham uma relação beligerante com a Holanda protestante, os navios holandeses sofreram embargos nos portos de Portugal, ocasionando interrupções temporárias no comércio, mas não seu cancelamento.

Após o declínio na ilha da Madeira, seria em São Tomé que a indústria da cana prosperaria. Já nesse contexto, a mão de obra utilizada na produção era escrava. Só no ano de 1516 ali desembarcaram 4 mil escravos e, em 1554, a população era composta de seiscentos brancos, o mesmo número de mulatos e 2 mil cativos empregados na lavoura. Mais tarde, em virtude de sua proximidade com a costa da África, a ilha se transformaria em verdadeiro entreposto do tráfico atlântico de escravos para o Novo Mundo. Esse comércio era tão lucrativo para a metrópole portuguesa que acabou virando a atividade principal da ilha. Em meados do XVI, quando a economia açucareira encontrou dificuldades no local, São Tomé voltou-se totalmente para o tráfico, sendo suprida em especial pelos mercados de Benin, Angola e Senegâmbia.

A ilha de São Tomé se tornaria então uma espécie de grande experimento para as atividades futuras no Brasil: as técnicas de produção, a organização interna, a proporção

entre colonos e escravos virariam lições bem aprendidas e logo aplicadas. Até mesmo a resistência escrava, sobretudo no ano de 1574, ficaria na memória dos novos senhores, que agora tinham como destino a colônia americana. No entanto, os portugueses haviam amadurecido com a experiência. Ainda que não tivessem noção precisa acerca da extensão das terras no Novo Mundo, conheciam relativamente bem a faixa litorânea, e sabiam que era necessário povoá-la, até para impedir as invasões estrangeiras que começavam a pipocar pela costa. Por outro lado, a essas alturas o açúcar, bem como as demais especiarias, alcançava preços altos na Europa e contava com um mercado em expansão.

E desse modo, juntando dois mais dois — o útil ao agradável (e lucrativo) —, abria-se mão da política de mero povoamento para inaugurar uma forma de colonização com um novo sentido. Até então, Portugal limitava-se a comercializar os produtos encontrados em suas possessões (como fizera com o pau-brasil, por exemplo). Agora, o projeto tinha envergadura maior e pedia investimento mais vultoso, já que significava transformar a empresa colonial num sistema produtivo de fluxo constante, tendo por base produtos diretamente dirigidos para o mercado europeu. Não se tratava apenas de ocupar a terra, e sim de explorá-la de maneira proveitosa. Assim, a escolha da monocultura do açúcar veio bem a calhar. Portugal possuía não só consolidada experiência prévia, mas também conhecimento de como comercializar e distribuir o produto. Ainda, a despeito de não dominar o território em sua inteireza, sabia-se que a oferta de terra era ampla, o que poderia estimular o afluxo de capitais ociosos da metrópole.

Mas o objetivo principal era mesmo a produção especializada, em larga escala, para o mercado europeu, e não exatamente a fixação da população. O resultado foi a invenção de novos tipos de colônias tropicais, fadadas à agricultura de gêneros complementares aos de clima temperado e de consumo fácil nas metrópoles. Esses seriam também entrepostos de economia aberta, uma vez que sua lógica era dada pelas demandas do mercado externo — não do interno. Por isso, às vezes chegava até a faltar açúcar nas colônias.

De todo modo, montou-se uma estrutura baseada na formação de grandes unidades produtivas — os latifúndios —, dedicadas ao plantio de um só gênero de exportação e à produção em larga escala. As determinações dessa época moderna criavam economias dependentes, muito especializadas, e que visavam à maximização dos recursos e dos lucros fora de seus territórios. O açúcar cumpria todos esses requisitos, e faria a alegria do mercado europeu, ávido por "doçura em pó". Sabemos que necessidades podem ser criadas, e que o consumo está muitas vezes sujeito às paixões da moda. O chá preto, que contém cafeína, era consumido na Ásia como estimulante; já no Ocidente, entrou nos costumes como tranquilizante. Era tomado às cinco da tarde e ajudava na tarefa de lograr uma noite tranquila e repousante.[4] Porém, a grande coqueluche foi mesmo o açúcar, que agora andava em voga não como medicamento, mas como alimento que lembrava o excesso: excesso de doce, de sabor, de calorias, de alegria.

O AÇÚCAR CHEGA AO BRASIL

A primeira vez que se mencionou o açúcar e a intenção de implantar uma produção desse gênero no Brasil foi em 1516, quando o rei d. Manuel ordenou que se distribuíssem machados, enxadas e demais ferramentas "às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar…".[5] Como se pode notar, a ideia era obter lucro com a nova terra, antes que ela se transformasse num problema. E era esse o "sentido da colonização": povoar, mas sempre pensando no bem da metrópole.[6]

Contudo, se a medida do monarca foi precoce, a realização de seus desígnios demoraria a se consolidar. As primeiras mudas chegaram ao Brasil na expedição de Martim Afonso de Sousa, que saiu de Portugal em dezembro de 1530. Foram plantadas no litoral de São Vicente e, em 1532, Martim Afonso construiu o primeiro engenho de açúcar no local, que ficou conhecido como Engenho do Governador. Alguns anos depois, vendido para um comerciante flamengo, foi denominado Engenho São Jorge dos Erasmos, existindo ruínas até os dias de hoje. Em 1534, o rei d. João III deu início ao sistema de capitanias hereditárias. Dividiu a faixa litorânea de sua colônia americana em quinze parcelas e as doou a doze fidalgos portugueses para que bem as administrassem, tendo Martim Afonso recebido a capitania de São Vicente, onde a plantação canavieira prosperou. O resultado geral foi, porém, desapontador: algumas capitanias não foram nem ao menos colonizadas, e outras sofreram de isolamento e com ataques de indígenas.

Na verdade, desde o princípio grupos indígenas tentaram resistir ao domínio português, tanto pela fuga como pelo recurso às armas, método esse que fornecia o pretexto para que os europeus os escravizassem: a chamada "guerra justa". De toda maneira, como eles "estavam em casa", oportunidades para fugas individuais nunca faltaram, e era de fato difícil controlar as evasões de nativos. Apesar de mais raras, existiram também rebeliões de gentios da terra, quando foram anotadas fugas em massa e o assassinato de senhores.

Em finais do século XVI, choques assim indicavam o descompasso entre diferentes culturas e economias. Os portugueses costumavam chamar esse tipo de insurreição coletiva de "Santidade". Um culto sincrético e messiânico alimentava tais movimentos, prometendo o fim da escravidão, do domínio dos brancos, e a futura bem-aventurança. As Santidades profetizavam ainda a chegada de um tempo sem mal e, à medida que avançava a colonização, tornaram-se claramente antilusitanas em seu espírito, metamorfoseando-se numa espécie de rebelião de traço anticolonial. Ocasionalmente desfechavam ataques contra a zona açucareira, e com o tempo acolheriam também ex-escravos.

A mais importante dessas insurreições eclodiu na área do Recôncavo baiano — a "Santidade de Jaguaripe" —, combinando-se elementos de ritos tupinambá, que prometiam o paraíso terrestre, com símbolos do catolicismo que se referiam à redenção futura. Apesar da organização de expedições punitivas, o grupo cresceu, e em 1610 o governador da rica capitania da Bahia mencionava a existência de 20 mil insurretos. A partir de 1613, porém, a metrópole conduziu verdadeiras guerras de extermínio contra as Santidades, e após 1628 já não haveria referências a elas.[7]

As poucas regiões que se saíram bem no modelo das capitanias foram as que aliaram a produção de cana-de-açúcar a uma convivência pacífica (ao menos tentativamente) com os

indígenas. Plantou-se cana em todas as capitanias colonizadas — de São Vicente a Pernambuco —, com mudas vindas da ilha da Madeira e de São Tomé. Engenhos foram criados em Porto Seguro, em Ilhéus, na capitania da Bahia, assim como em São Vicente. O trabalho de introdução da cana realizado por Martim Afonso de Sousa ganharia seguidores na região: diz-se que até o final do século XVI havia mais de uma dúzia de estabelecimentos produtivos de açúcar na Baixada Santista.

Entretanto, com as dificuldades para obter mão de obra — por conta da proteção cada vez mais ostensiva dos jesuítas aos indígenas e das fugas frequentes destes —, a necessidade de grandes recursos e a constante invasão de estrangeiros, apenas duas capitanias prosperaram: Pernambuco e São Vicente. Mas nem a pujança canavieira desta última duraria muito. Com a partida do seu donatário para a Corte, em 1533, São Vicente passou a ser administrada de longe, e sofreu com uma série de ataques estrangeiros. Já em janeiro de 1615, o almirante holandês Joris van Spilberg deu uma espécie de golpe de misericórdia: investiu contra o litoral paulista, e o outrora imponente Engenho de São Jorge dos Erasmos foi ocupado, saqueado e incendiado. Com tantos senões, e escassos incentivos, seus proprietários acharam por bem abandonar o empreendimento.

A história do açúcar do Setecentos brasileiro migraria, então, para o Nordeste, e seria contada, de forma ascendente, a partir de caixotes bem acomodados para exportação. Nessa região do país foi encontrado o massapê: um solo fértil de aluvião considerado ideal para a produção da cana. Muitos anos mais tarde, nos idos de 1930, Gilberto Freyre definiria de maneira literária esse tipo de formação, que chamou de "acomodatícia": "É uma terra doce. Não tem aquele ranger das terras do sertão… A doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões… O massapê tem outra resistência e nobreza. Tem profundidade".[8] Freyre, como é do seu feitio, faz do solo uma predestinação do açúcar e da ginga local. Mas o massapê tinha efetivamente qualidades e ajudaria na implantação da nova cultura. Além do mais, o clima quente e úmido, a vasta rede hidrográfica necessária para o transporte interno e a maior proximidade com a metrópole — à qual se chegava com facilidade em razão dos regimes favoráveis de vento — transformaram o açúcar na vedete do Império português, fazendo seu eixo girar. No lugar das Índias, era agora o Brasil que concentraria as atenções e as medidas mais estratégicas.

Os primeiros engenhos começaram a funcionar em Pernambuco no ano de 1535, sob a direção do donatário Duarte Coelho. A partir daí os registros não parariam de crescer: quatro estabelecimentos em 1550; trinta em 1570, e 140 no fim do século XVI. A produção de cana alastrava-se não só numericamente como espacialmente, chegando à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, à Bahia e até mesmo ao Pará. Mas foi em Pernambuco e na Bahia, sobretudo na região do Recôncavo baiano, que a economia açucareira de fato prosperou. Tiveram início, então, os anos dourados do Brasil da cana, a produção alcançando 350 mil arrobas no final do XVI e a colônia comportando-se como mercado monopolista. Tal foi sua relevância que ela se tornou marca de identidade local: a colônia voltou-se totalmente para o gênero e a metrópole estabeleceu o monopólio real.

A comercialização do açúcar, porém, logo passou para os porões dos navios holandeses com destino aos portos do hemisfério Norte.[9] Há quem arrisque interpretar que a própria criação da técnica comercial e financeira dos holandeses — também os principais fornecedores de capital indispensável ao estabelecimento e expansão do mercado

brasileiro do gênero — foi que possibilitou o boom do açúcar aqui. O que se sabe ao certo é que, na maioria das vezes, navios holandeses — mais capacitados e velozes —, disfarçados de embarcações comerciais portuguesas, acabaram por assumir parte substancial do tráfego entre Brasil e Europa; e essa participação continuou a crescer.

Os portugueses não tiveram alternativa. Por mais que tentassem controlar todas as etapas, a história final do comércio açucareiro escaparia de suas mãos, ou mesmo das mãos dos proprietários de terra responsáveis pela produção. Os grandes centros importadores estavam em Amsterdam, Londres, Hamburgo, Gênova,[10] sendo deles o maior poder na fixação dos preços. A economia da cana assumiria, cada vez mais, um perfil internacional e à sua maneira globalizado.

“OUTRO BRASIL”, FRANCÊS E HOLANDÊS

Entre os séculos XVI e XVII, tão logo os demais países europeus se deram conta da “descoberta” de uma nova colônia nas Américas, a costa brasileira foi alvo de frequentes invasões. Piratas argelinos e marroquinos que viajavam entre a ilha da Madeira e Lisboa; corsários franceses, holandeses e ingleses que rondavam a costa de ambos os lados do Atlântico e atacavam todos os navios carregados de açúcar. Navios que zarpavam do Brasil repletos de mercadorias eram vítimas desses piratas, tendo sido capturadas, só entre 1588 e 1591, 36 embarcações.[11] Além de serem pequenas e leves — pesavam de oitenta a 120 toneladas —, as caravelas dos portugueses contavam com pouca tripulação, convertendo-se em presas fáceis. Padre Vieira chamou-as de “escolas de covardia”, pois a única defesa que mostravam era a fuga, apenas dificultada pelo constante excesso de carga. A obrigatoriedade do sistema de frotas, instituído a partir de 1649, foi a tentativa de diminuir a fragilidade do sistema náutico luso. Daí em diante, as caravelas, maiores e mais pesadas, passaram a ser escoltadas pelos galeões, mais leves, rápidos e bem equipados de artilharia.

Piratas não eram, porém, os únicos problemas enfrentados pelos portugueses. Desrespeitando o Tratado de Tordesilhas, a França tentou por duas vezes, como vimos, implantar uma colônia no Brasil. A primeira tentativa — a França Antártica — foi empreendida por Nicolas Durand de Villegagnon, que conseguiu desembarcar no Rio de Janeiro em 1555 e por lá permaneceu durante três anos. Se sua estada foi breve, as repercussões foram muitas. De André de Thevet, passando por Jean de Léry e chegando a Montaigne, o nativo brasileiro seria convertido em modelo, melhor para pensar na civilização europeia do que propriamente para entender os gentios americanos.

A França manteve luta constante com Portugal pelo controle do comércio com os índios Tupinambá e Tupiniquim. Após o malogro da experiência da França Antártica, já em 1612 os franceses estariam de volta, dessa vez invadindo São Luís no Maranhão, onde tentaram implementar a chamada França Equinocial.[12] O contato não era novo: eles traficavam na região desde longa data. Em 1594, o capitão Jacques Riffault embarcou para o Brasil, mas sua expedição não demorou a fracassar. No entanto, se o capitão logo retornou, parte dos tripulantes permaneceu na colônia portuguesa, entre eles Charles des Vaux, que, quando enfim voltou a seu país natal, convenceu Henrique IV da importância de uma campanha colonial e partiu numa expedição à “ilha de Maranhão”. A essas alturas os franceses já haviam estabelecido uma feitoria na ilha de São Luís (Upaon-Açu) e conquistado a confiança da população nativa local, dominando inclusive a língua dos indígenas.

A França Equinocial seria criada com o apoio da monarquia francesa e a colaboração da rainha regente Maria de Médicis, que facultou a concessão para o estabelecimento de uma colônia ao sul do equador, a cinquenta léguas de cada lado do forte previamente construído na “ilha do Maranhão”, assim como designou missionários da Ordem dos Capuchinhos para exercerem o apostolado junto aos Tupinambá da região. A colônia surgiu em março de 1612, sob o comando de Daniel de la Touche, um nobre que se tornara famoso oito anos antes por ter explorado as costas da Guiana. Contando com quinhentos colonos a bordo de três navios, o capitão dirigiu-se para a área do atual estado do Maranhão. Já na França Equinocial, fundaram um povoado a que deram o nome de Saint

Louis — em homenagem a seu soberano Luís XIII — e em 8 de setembro de 1612 frades capuchinhos rezaram a primeira missa no local, marcando simbolicamente o lugarejo.

O território ocupado era bastante vasto, estendendo-se do litoral maranhense ao norte do atual estado do Tocantins. Os franceses dominaram também quase todo o leste do Pará e boa parte da região que é hoje o Amapá. Foram muitas as colônias criadas, como Cametá, nas margens do rio Tocantins, e outras que alcançaram a foz do Araguaia. A reação de Portugal foi proporcional à extensão do ataque. As tropas lusitanas se reuniram na capitania de Pernambuco, entraram no povoado de "Saint Louis", e as operações culminaram com a capitulação dos franceses em 4 de novembro de 1615. Na mesma época, colonos portugueses afluíram para lá e introduziram a economia do açúcar no local. Os franceses não se deram por vencidos e fizeram nova tentativa de colonização na foz do rio Amazonas, de onde foram igualmente expulsos. Em 1626, tomaram o território da atual Guiana Francesa, onde tiveram finalmente sucesso. Caiena seria fundada em 1635, mas o estabelecimento francês só se daria em 1674, quando a região passou a ser administrada pelo Estado.[13] De toda forma, a partir de 1615 os franceses desistiram do projeto de implantação colonial no Brasil.

Se a conquista francesa seria circunstancial, no caso da Holanda a história foi bem diferente. As relações entre Portugal e esse país nem sempre foram tranquilas, e seu destino estava fadado a balançar nas ondas da conjuntura internacional.[14] Com a passagem do trono português para a Coroa espanhola, por conta da crise sucessória que chegou ao auge com o fim da dinastia de Avis em 1580 — a chamada União Ibérica —, Portugal foi forçado a assumir como seus os inimigos da nação espanhola.[15] Com efeito, dando sequência à vacância daquele trono, juntaram-se as duas Coroas, bem como as respectivas possessões coloniais, ficando as monarquias sob controle da Casa Real espanhola, durante a dinastia denominada "filipina". O termo "União Ibérica" é uma criação de historiadores modernos, mas descreve bem a conjuntura em que Portugal não só permaneceu sob o domínio espanhol como "adquiriu" os inimigos desse reino, entre eles os neerlandeses.

Havia pouco tempo que a nação holandesa se tornara independente; antes, pertencia ao império dos Habsburgo que reinava na Espanha. Como esta última se recusava a reconhecer o novo país, as duas nações encontravam-se em litígio. Assim, de aliados de Portugal, a Holanda e os Países Baixos passaram a contendores e nesse papel é que decidiram invadir a rica colônia dos portugueses. Afinal, se até então os holandeses dominavam a comercialização e o refino do açúcar brasileiro, seriam agora, teoricamente, obrigados a abrir mão desse lucrativo negócio.

Por essas e por outras, a reação foi muito rápida: logo em 1595 os holandeses pilharam a costa africana e, em 1604, iniciaram um ataque à cidade de Salvador. Contavam com a inexperiência das defesas militares locais, e imaginavam (enganosamente) uma possível colaboração de portugueses — seus antigos aliados comerciais. Contavam sobretudo com a certeza de que, por causa da extensa costa, as forças situadas no Brasil não teriam condições de se defender de uma possível invasão. Para além das razões estratégicas, os holandeses andavam animados com os proveitos que o Brasil renderia, assim como estimavam que os danos da conquista enfraqueceriam a monarquia espanhola, gerando também repercussões na União Ibérica. O plano era simples: assaltar a capital — considerada a cabeça da colônia. Entretanto, essa primeira tentativa acabou por soçobrar, e não seria repetida tão cedo.

Portugal, que ficara numa situação transitoriamente tranquila, se inquietou. Em 1621 criou-se a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, e o fim da trégua marcou nova mudança no cenário. Formada a partir de capitais do Estado e do aporte de verba de financistas privados, a Companhia teria como um dos objetivos principais a ocupação de zonas de produção açucareira no Brasil e o controle do suprimento de escravos na África: atividades complementares e indissociáveis. Como descreveria o padre Antonil, importante cronista da América portuguesa, ainda no princípio do século XVIII os escravos "eram as mãos e os pés" dos senhores de engenho e, sem eles, não havia açúcar.

Ciente dos interesses da Holanda, a população de Salvador já esperava um ataque. Desde o fim da trégua era plausível avaliar que o recomeço do conflito hispano-neerlandês desaguaria na América portuguesa. Nova tentativa de ocupação teve início em 9 de maio de 1624, e dessa vez a capital foi ocupada em 24 horas. Conforme relatou o historiador Charles Boxer, "tal foi o pânico, e tão generalizado, que nem os brancos, nem os índios serviram para coisa alguma, cada qual procurando lugar seguro sem pensar em dar combate" (ver imagem 15).

No entanto, os holandeses não passaram dos limites da cidade. Chefiados por Matias de Albuquerque — o novo governador português — e pelo bispo d. Marcos Teixeira, os assim chamados "homens-bons" organizaram a resistência e evitaram que as fazendas fossem tomadas. Utilizaram técnicas de guerrilha até que chegassem reforços em número surpreendente de Portugal: 56 vasos de guerra, 1185 peças de artilharia, 12463 homens vindos de Castela, Portugal e Nápoles, os quais acabaram por impedir a expansão dos estrangeiros. Portugal não queria mesmo perder sua rica colônia e, depois de duros combates, emboscadas, falta de víveres, os holandeses se renderam, tendo permanecido na Bahia por cerca de um ano. Outro ataque a Salvador ocorreria em 1627. Contudo, a tropa holandesa dessa vez era menor, além de a cidade estar mais bem guarnecida. E eles pareciam mais interessados em pilhar do que em invadir, tanto que levaram 2654 caixas de açúcar (algo como a sexta parte da produção anual do Recôncavo), e ainda couro, tabaco, algodão, ouro e prata.[16]

Os holandeses não se deram por vencidos. Miraram a próspera capitania de Pernambuco, que na época rivalizava com a Bahia. Pernambuco possuía 121 engenhos de açúcar "correntes e moentes", conforme relato de Van der Dussen, e despertou a atenção dos diretores da Companhia.[17] Ademais, se de Salvador a Luanda se gastavam 35 dias, do Recife eram apenas 29, diferença que não passaria despercebida aos holandeses.[18] Com tantos motivos a favor, o ataque se iniciou em 1630 e contou com 65 embarcações e 7280 homens: Olinda, a capital, caiu no dia 14 de fevereiro desse mesmo ano.

A primeira atitude de Madri, ao saber da tragédia, foi mandar uma ordem a Lisboa para que se fizessem preces "para evitar mal maior". A Inquisição também deveria redobrar trabalhos e castigar com rigor, pois o fato só podia ser entendido como "castigo de Deus", que andava irado com a liberdade de judeus e hereges. Mas as preces não foram suficientes, e logo se montaram tropas de resistência. Ao mesmo tempo organizou-se uma campanha de guerrilhas, a "guerra brasílica", como era então chamada. A despeito disso, de 1630 a 1637 os holandeses consolidaram seu domínio na região entre o Ceará e o rio São Francisco. Nesse período ficou famoso o personagem de Domingos Fernandes Calabar, que restou na história luso-brasileira como um "vilão" capaz de usar seu conhecimento do local para facilitar o avanço do inimigo. Calabar migrou das forças luso-brasileiras para as

holandesas, até ser preso e executado. No Brasil ele é até hoje visto como uma figura paradoxal: herói para alguns, vilão para outros; traidor dos interesses de Portugal ou defensor de outro Brasil: um Brasil holandês.

Melhor que desempatar a partida é descrever o período de paz que se seguiu a esse primeiro momento marcado por guerras de resistência. Embora os portugueses lutassem no interior, abandonando aos inimigos cidades e fortalezas, para os holandeses a vitória já era certa, e eles acharam por bem investir na colônia conquistada. O Conselho dos XIX, que regia a Companhia das Índias Ocidentais, responsável pela administração do Brasil holandês, convidou para ocupar a posição de governador-geral de 1637 a 1644 um jovem coronel do Exército: o conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen, então com 32 anos. Quando Nassau chegou à capitania, a situação era das mais desalentadoras: engenhos estavam destruídos ou desocupados, e a população apavorada e desanimada diante dos estragos causados pelo conflito e da iminência de viver sob o jugo de um conquistador estrangeiro.

Com o objetivo de recuperar a economia e ganhar credibilidade, Nassau mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos proprietários que tinham fugido para a Bahia; restabeleceu o tráfico de escravos para a região (os holandeses invadiram várias praças escravistas na África); forneceu crédito para a compra e equipamento das fábricas; saneou a crise de abastecimento obrigando os proprietários a plantar "o pão do país" — a mandioca — na proporção compatível com o número de seus escravos. Calvinista, o conde determinou a liberdade de religião, foi tolerante com os católicos e, segundo consta nos documentos, também com os chamados "criptojudeus", os cristãos-novos que até então praticavam seu culto às escondidas. Comerciantes de origem judaica atuavam fortemente no Recife, e havia duas sinagogas em atividade na década de 1640. Nassau favoreceu ainda a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco.

As poucas imagens que existem do Brasil holandês, e mesmo do Brasil da cana, foram feitas por artistas vinculados ao projeto de Nassau. Como a maioria das pinturas realizadas pelos portugueses tinha caráter religioso e era destinada aos recintos das igrejas, artistas como Frans Post e Albert Eckhout são referências importantes dessa época. Post tinha somente 24 anos quando chegou ao Brasil, na comitiva de Maurício de Nassau, e até hoje pouco se conhece sobre a sua vida. Sabe-se apenas que ele nasceu em 1612, na cidade de Leiden, a qual concentrou muitos artistas importantes, treinados na universidade local. Pintou numerosas vistas de portos e de fortificações, e pareceu encantado pelos trópicos plácidos de Pernambuco, Maranhão e Bahia. Na falta de pinturas do cotidiano, suas telas ficariam guardadas no imaginário nacional como se correspondessem à realidade, e assim fossem documentos do Brasil holandês do século XVI: o que com certeza não eram. Se na Holanda boa parte dos artistas se dedicou a cenas familiares e urbanas, Frans Post preferiu a paisagem brasileira. Céus nublados, rios magníficos, casarios isolados, barcas nos rios edênicos, frutas e animais exóticos, conferiam harmonia aos desconhecidos trópicos (ver imagem 16).

Também Albert Eckhout (1610-66) esteve na capitania holandesa de Nassau, e especializou-se em registrar frutas e nativos da região. Tomadas num primeiro momento como fonte real e etnográfica, as ilustrações desse holandês deixam conhecer, por meio de seus detalhes, uma série de elementos do imaginário da época (ver imagens 17a e 17b). Na verdade, o artista devolvia à sua clientela aquilo que ela desejava ver: as "práticas exóticas

dessas gentes canibais". Talvez por isso, na imagem pacífica de dois casais Tapuia, Eckhout fez questão de incluir mãos e pés dos inimigos mortos, dispostos nas cestas que os nativos levavam às costas, numa clara alusão ao canibalismo e ao imaginário que cercava tal prática. Além de Eckhout e Post, Zacharias Wagener (ver imagens 20 e 18) legaria rica coleção de desenhos representando uma dança de culto africano xangô, o engenho Maciape e o mercado de escravos do Recife.

O nome Nassau não ficaria apenas associado ao incentivo dado às artes e ao comércio. O conde esteve ligado aos melhoramentos feitos no Recife, que foi elevado pelos holandeses à categoria de capital, no lugar de Olinda. Perto da região deteriorada do porto, contando com projeto do arquiteto Pieter Post, Nassau fundou a Cidade Maurícia — uma tentativa de réplica tropical da capital holandesa, com traçados geométricos e canais. A nova cidade também ajudou a melhorar a situação de uma população calculada em 7 mil indivíduos, que vivia em condições de higiene e de habitação críticas. Essa era a Maurits-Stadt dos mapas e panoramas incluídos na obra de Gaspar Barlaeus, publicada em Amsterdam no ano de 1647. O governador ergueu palácios, um templo calvinista, e instalou o primeiro observatório (que anotou um eclipse solar em 1640); tratou do calçamento de algumas vias e do saneamento urbano. Outra medida importante foi determinar que se cobrissem todas as ruas com areia, para que elas não encharcassem. Era preciso repetir a operação duas vezes ao dia, senão se corria o risco de pagar uma multa de seis florins. Sob a mesma pena, ficava proibido "lançar lixo nas ruas"[19] ou jogar bagaço (de cana) nos rios e açudes, pois isso impediria a proliferação dos peixes de água doce, alimento básico das populações pobres. Nassau ainda mandou construir três pontes, as primeiras de grandes proporções no Brasil.

Maurício de Nassau criou no Recife um grande "jardim-recreio", que era também um pomar para plantas raras — com 852 pés de laranjeiras, cinco limoeiros, oitenta pés de limões-doces, 66 figueiras, e setecentos coqueiros especialmente plantados — e o habitat para animais vindos das mais diferentes partes do mundo: papagaios, araras, cisnes, jacis, jabutis, mutuns, galinhas-da-guiné, patos, pavões, perus, pombas, tigres, suçuaranas, tamanduás, bugios, quatis, saguis, cabras de Cabo Verde, carneiros de Angola, além de peixes, para os quais havia dois criatórios. O lugar foi utilizado como uma espécie de laboratório pelos cientistas que integraram a missão vinda com Nassau. Entre eles estavam o médico Willem Piso — que se dedicou a estudar a natureza local, o clima tropical e as doenças que afligiam a população — e o botânico e cartógrafo Georg Marcgrave. Por fim, nos seus palácios o conde reuniu coleções de curiosidades como arcos, setas, azagaias, redes, ornamentos de pena indígenas, mobiliários de jacarandá e de marfim… tudo feito no Brasil.[20]

Bastante popular por aqui mas controverso em sua administração, Nassau recebeu o apelido de O Brasileiro, tal o fascínio que a colônia exerceu sobre ele. No entanto, pressionado pelos holandeses, foi obrigado a regressar para a Europa em 1644, sendo esse também considerado o momento do início do declínio do Brasil holandês — projeto que parecia ter sido concebido com o sentido de se eternizar.

No ano seguinte estourou novo período das assim chamadas "guerras brasílicas", contra os holandeses, que se prolongaria até 1654 e que ficaria conhecido aqui como A Reconquista, quando tropas luso-brasileiras voltaram a se unir para expulsar o agora "invasor". Termos como "colonizador" e "invasor" são reveladores dos humores e do

termômetro local. Durante os tempos de paz, os holandeses eram "colonizadores"; já nesse contexto se transformavam em "intrusos invasores". Também a situação internacional era das mais complexas: em 1640, num movimento pela restauração do trono português, d. João IV foi aclamado rei pelas Cortes, o que pôs fim à união com a Espanha mas não impediu que as relações entre Portugal e Holanda continuassem alteradas. Os holandeses então ocupavam uma parte importante do território do Brasil e não davam mostras de que de lá pretendiam sair. Por conta disso, as outrora pacíficas relações, anteriores a 1580, não seriam mais retomadas. Ao contrário, a partir de Pernambuco organizou-se uma revolta, cujos principais líderes foram André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, sendo este último um dos mais prósperos proprietários do lugar. A eles se juntaram o negro Henrique Dias e o indígena Filipe Camarão.

As batalhas dos Guararapes, ocorridas em 1648 e em 1649 dez quilômetros ao sul do Recife, acabaram se constituindo numa espécie de marco zero da criação da nação brasileira, ao menos nos termos e humores dos pernambucanos, que sempre enfatizaram o protagonismo da sua região (ver imagem 25). Essa história seria contada por gerações futuras com grandes doses de nativismo regional, estetizando-se a ideia de uma emancipação feita à base de "mistura racial". Com o tempo, o próprio termo "Reconquista" adquiriu um tom elevado, sendo até hoje celebrado por portugueses e brasileiros como o triunfo "dos justos".[21] Enfim, nomes dependem do ângulo de observação, e nesse caso a interpretação fugiu do controle holandês. Hoje se sabe que, além de Calabar, muitos senhores de engenho, lavradores de cana, cristãos-novos, negros escravos, índios Tapuia, mestiços pobres e populações carentes apoiaram os holandeses. As forças e a causa lusas estavam longe, portanto, de lembrar um modelo de união entre as três raças que compunham o país.

As guerras prolongaram-se por vários anos: enquanto os revoltosos ocupavam o interior, os holandeses mantinham o domínio do Recife. Não foi, porém, apenas a insubordinação brasileira o motivo da desagregação holandesa: a própria Companhia das Índias Ocidentais entrara em crise e não havia mais quem quisesse investir recursos nela. Além disso, existia um choque de culturas: enquanto os portugueses eram dogmáticos em matéria de religião mas pouco ortodoxos em política econômica, com os holandeses acontecia exatamente o oposto. Relativamente tolerantes no que se referia à religião, eram duros com os senhores endividados. Por fim, com tantos anos de conflito, os recursos disponíveis para operações militares no Brasil escasseavam.

A capitulação holandesa deu-se em 1654, quando uma esquadra portuguesa cercou o Recife por mar. O movimento de resistência, que ganhou o nome de Guerra da Liberdade Divina, buscou lograr a aliança de toda a região e, em especial, dos senhores descontentes com os altos tributos exigidos pelos holandeses. Com a interferência da monarquia inglesa, em 6 de agosto de 1661 foi finalmente acertado um tratado em Haia: os portugueses manteriam a posse dos territórios conquistados na América e na África, mas pagariam uma indenização de 4 milhões de cruzados aos holandeses. Para se ter uma ideia do vulto da dívida, registre-se que, a fim de saldá-la, foi estabelecido um imposto que vigorou no Brasil até o século XIX (a despeito de a dívida ter sido sanada havia muito). O sentimento de indignação tomou os pernambucanos, que não concordavam em pagar por uma luta da qual se consideravam vencedores. Quiçá estivesse aí um germe de revolta que estouraria em Pernambuco em várias circunstâncias e — como veremos mais adiante — sobretudo no

século XIX.[22]

Mas naquele momento a situação se encontrava pacificada. Restava voltar ao antigo e pesado cotidiano do fabrico da cana. A luta contra o holandês fazia parte do estado de guerra de todos contra todos que dominava as terras desses Brasis. Juntamente com o temor de uma eventual ocupação estrangeira, era possível observar a resistência do ameríndio e do africano escravizado.[23] Numa sociedade assim, as armas permaneciam dispersas pelo território; jamais depostas.

NA TERRA DO TRABALHO FORÇADO

Montou-se a partir de então uma empresa de proporções bastante significativas, em que tudo girava em torno da monocultura da cana. É claro que se ampliaram também atividades ao redor das plantações, com a produção de gêneros para a subsistência — a mandioca, por exemplo — e o desenvolvimento da pecuária, indispensável para o trato das lavouras, força motriz para as moendas mais simples, alimento para a população, e meio de transporte de cana e de lenha. Ao lado de uma sociedade feita pelo açúcar, consolidou-se no sertão uma "civilização do couro", organizada na base de muito gado e homens livres para ordená-lo.

Na Bahia, se desenvolveu ainda o cultivo do tabaco nas regiões de Cachoeira, no Recôncavo, e mais ao norte da província, de onde provinham cerca de 90% da produção. No local produziram-se vários tipos de fumo, sendo os mais finos exportados para a Europa. Já os mais grosseiros viraram moeda de troca para o tráfico negreiro na costa da África. A produção de fumo era, na verdade, complementar à da cana: viável em pequena escala, ela ajudou a gerar um setor de pequenos proprietários, basicamente formado por produtores de mandioca ou imigrantes portugueses com pouco cabedal que aportaram na colônia. A cultura ajudou também a estabilizar a balança comercial de Portugal, que lucrou com o monopólio do fumo. Mas não havia a menor possibilidade de o tabaco competir com a cana, nem de dar origem a uma classe separada do monopólio do açúcar.

Aliás, para que o sistema funcionasse, e a roda do engenho girasse sem parar, o mais fundamental era a manutenção da mão de obra. Como vimos, a utilização de trabalhadores indígenas transformara-se num problema espinhoso já nos tempos do pau-brasil. Na era do açúcar, a situação se veria ainda mais agravada. As ordens religiosas, por exemplo, os jesuítas, desestimulavam o uso dessa mão de obra. Entre outros argumentos, alegava-se que os gentios eram "rebeldes", indolentes, e não se fixavam na terra. Hoje sabemos que os ameríndios não eram mais rebeldes ou "pouco afeitos ao trabalho" do que qualquer ser humano submetido a um sistema escravista, que supõe a posse de um homem por outro e a violência como moeda corrente. O que existia, sim, era uma vontade religiosa e políticas diferentes, por parte da Igreja e dos colonizadores, quando se referia aos indígenas, por um lado, e aos africanos, por outro.

A briga entre colonos e a Igreja, no que dizia respeito à escravização indígena, foi uma constante, assim como muita mitologia cercou a questão do trabalho compulsório nativo (ver imagem 21). Do ponto de vista do discurso religioso, de teor moralizante, os indígenas foram, sobretudo, considerados "inapropriados" para o cultivo e o trabalho agrícola. Entretanto, aquilo que se chamava de "inadaptação" revelava concepções muito diferentes da vida e do cotidiano, as quais separavam europeus de gentios. Havia da parte destes desinteresse pelo excedente, uma concepção comunitária ou de reciprocidade em relação aos cuidados com a terra e o consumo — a produção de caráter doméstico. Em sua sociedade, o status não derivava da capacidade econômica, e essa visão diversa sobre a natureza do trabalho levou os portugueses a tomarem como "desinteresse", ou "falta de aptidão", o que na realidade correspondia a uma compreensão distinta do mundo e das necessidades básicas.

Além disso, doenças como a varíola (bexigas) e mesmo o conhecimento da terra

acarretaram a fuga de muitos indígenas das áreas onde se dava o avanço dos colonizadores, com o objetivo de não se submeterem ao regime de trabalho forçado. De outro lado, havia as justificativas morais e cristãs ligadas à missão de doutrinação. Indígenas eram vistos como "rebanhos"; novos fiéis nas mãos da Reforma cristã, que nesse contexto ampliava suas fronteiras catequéticas.

No entanto, diferentemente do que se popularizou na historiografia — que ocorrera uma substituição do trabalho escravo dos índios pelo dos africanos —, hoje se sabe que, a despeito do discurso oficial, os indígenas foram escravizados por um longo período. Os paulistas, por exemplo, comportaram-se até o século XVIII como aprisionadores de índios, que ou vendiam ou utilizavam como mão de obra escrava nas fazendas agrícolas do planalto de Piratininga. Para tanto, não só assaltavam as missões jesuíticas estabelecidas na região do Paraguai, como a partir de 1640 praticamente limparam o sertão do Nordeste, onde então adentrava a nova colonização. Esse movimento ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros, e se estendeu até a primeira metade do século XVIII. Os interesses dos paulistas e o discurso dos missionários jesuítas os colocaram em lados opostos, um cuidando de detratar o outro.[24]

Por sua vez, a abertura para um mercado próspero, como o do açúcar, demandava saídas mais duradouras, estáveis e distantes de maiores controvérsias religiosas ou morais. Foi dessa maneira que se casaram os lucros da cana com aqueles provenientes do "tráfico de viventes". De um lado, entre os domínios do Império português constavam feitorias em toda a costa da África. De outro, controlando as guerras internas no Brasil, os mercadores lusos fariam dos vencidos futuros cativos, recriando a escravidão que já vigia no continente africano.[25]

Contudo, se hoje é possível constatar a existência de várias formas de escravidão naquele continente, a novidade seria agora a introdução de um sistema mercantil em que seres humanos viravam mercadoria e seu comércio resultava em vultosos lucros: primeiro para os negociantes africanos, depois para Portugal, e depois ainda para os próprios comerciantes brasileiros. A compra e a distribuição de escravos, quando eram realizadas por mercadores da metrópole, representavam, ademais, uma espécie de adiantamento de parte considerável da renda gerada pela colônia. Portugal garantia as duas pontas do mercado: o provimento de mão de obra e o monopólio da cana. Mas quase nada permanecia no Novo Mundo: nem a cana, nem o lucro por ela produzido.

Com o passar do tempo, mais e mais comerciantes nativos se engajaram no tráfico de escravos. Talvez por isso o termo "brasileiro" tenha surgido, para se referir a esses mercadores, distinguindo-os dos portugueses de origem. Em alguns momentos, como no século XVIII, as praças escravistas africanas dominadas pelos holandeses impediram as trocas com os comerciantes portugueses, mas não com os brasileiros. Estes últimos abasteciam-se da aguardente, do fumo e do couro, que eram utilizados como moeda de troca no comércio escravista.

Paradoxalmente, uma longa experiência com a escravidão negra na península Ibérica, aumentada durante a expansão da indústria açucareira no Atlântico, familiarizara os portugueses com os africanos e os deixara alertas para as suas várias aptidões. Já no XVI a habilidade de muitos povos africanos em dominar as técnicas de fabrico do açúcar era observada com atenção em documentos lusitanos. Por esse motivo, os primeiros que chegaram ao Brasil, vindos de Angola e da Guiné, exerceriam funções especializadas, como

purgadores, mestres de açúcar, ferreiros e caldeireiros. Aliás, diversos cativos originários da África Ocidental eram experientes na lida da agricultura, no uso do ferro e no cuidado com o gado. Claro que não eram "predispostos à escravidão"; muito pelo contrário.

No entanto, e com o decorrer do tempo, a escravidão africana e o complexo da cana mais pareceriam com um par lógico e inseparável, tal seu grau de associação foi se aprofundando. Tanto que, na época, os termos se misturavam — indígenas eram chamados de "gentios da terra" ou de "negros", e africanos de "negros de Guiné" e de "negros da terra" — a denominação "negro" correspondendo à designação genérica de escravo. Os critérios eram expressos pelo idioma da cor da pele, e em função da oposição entre preto e branco, devidamente reforçada pela experiência colonial. A vasta gama de variações de cor não implicava, porém, falta de preconceito e discriminação; refletia, antes de mais nada, a maneira como se mesclavam aspectos físicos, mentais e morais, criando-se uma verdadeira engenharia e linguagem das cores. De fato, a estrutura era muito complexa e à primeira vista mais porosa; os nativos americanos se integravam como vassalos da Coroa por meio da catequese e os escravos eram convertidos ao cristianismo. No entanto, a dominação colonial adotava o modelo escravo de trabalho em todo o território, impondo uma sociedade dicotômica, que opunha senhores a cativos; brancos a pretos da terra ou da África.

Assim, se em termos de paladar doçura pouco combina com amargor, já na lógica dos negócios os dois elementos seriam unificados. Veremos que os navios negreiros jamais ficavam ociosos. "Fluxo e refluxo" na famosa expressão de Pierre Verger, cana e escravaria negra levaram as vagas do Atlântico a se agitarem mais do que nunca, carregando o branco do açúcar — que quanto mais puro melhor — e o negro da pele dos escravizados de várias nações africanas. O regime de trabalho seria determinado pelas Cortes de Lisboa, pelos estabelecimentos comerciais de Amsterdam e Londres, mas também pelas florestas da Amazônia, pelas feitorias da África e, sobretudo, pelos canaviais da América.[26] Como dizia o padre Vieira, montava-se nova versão do inferno nas terras desses longínquos Brasis. O inferno feito não mais da tinta vermelha da madeira, mas dos corpos seviciados dos escravos combinados às fornalhas dos engenhos.

UMA NOVA LÓGICA DO AÇÚCAR

A partir do século XVI a empresa colonial giraria em torno da cana: a formação de vilas e cidades, a defesa de territórios, a divisão de propriedades, as relações com diferentes grupos sociais e até a escolha da capital. Em 1548, d. João III decidiu estabelecer um novo controle régio, nomeando um governador-geral e outros representantes da Coroa que viriam residir na colônia. No ano seguinte o primeiro governador, Tomé de Souza, desembarcou na então semideserta capitania da Bahia e imediatamente começou a construir a capital no litoral. Batizada de Salvador da Bahia de Todos os Santos, a cidade só seria substituída pelo Rio de Janeiro como capital do Brasil em 1763. Salvador virou sede do governo, da Suprema Corte e dos principais agentes fiscais do rei. Além do mais, por conta de sua situação portuária, logo se converteu em posto exportador, do pau-brasil e, depois, da cana-de-açúcar. Mas nem todas as capitanias tiveram essa sorte. A maioria padecia com o isolamento e os ataques de índios, embora, para incitar o interesse de particulares e a produção, o monarca português desse todo tipo de incentivo: isentava os futuros senhores de tributos como o dízimo e ainda oferecia vantagens fiscais.

No entanto, a despeito das tentativas da metrópole de controlar a colônia, a descentralização era evidente. O centro da vida, o local de mando e de hierarquia, permanecia retido, real e simbolicamente, em torno da casa-grande e do engenho. Inicialmente, a denominação "engenho" se limitava às instalações que manipulavam a cana. Com o tempo, o termo passou a abranger toda a propriedade açucareira, com suas terras, edificações e lavouras — o complexo açucareiro.

Próxima ao engenho ficava a casa-grande, residência do proprietário, que congregava funções de fortaleza, hospedaria e escritório. Ela podia ser térrea ou possuir dois andares, mas poucas vezes alcançou proporções imponentes. Até o século XVII, essas habitações, geralmente feitas de taipa e com telhado de sapé, pareciam inclusive despretensiosas. Apesar disso, os senhores, especialmente os proprietários de engenhos localizados no litoral, procuraram fazer delas ícones de sua projeção e do acúmulo de poder econômico, social e político que ganharam na colônia, a ponto de serem definidos por Antonil como aqueles que detinham o "título" a que todos aspiravam. Segundo ele, o senhor era "servido, obedecido e respeitado de muitos". Formavam porém uma espécie de aristocracia da riqueza e do poder, não uma nobreza hereditária de tipo europeu.

Na colônia, os títulos de nobreza correspondiam a uma recompensa individual por serviços prestados ou logrados em troca de pagamento. Assim, se havia uma pretensão de nobreza, não se pode imaginar que esses seriam barões da cana, com um poder estável. Como dizia o viajante Alexander von Humboldt: "En América, todo blanco es caballero". Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. Um funcionário régio, no ano de 1789, afirmara que a colônia era o lugar em que "uma pessoa de posses e origens das mais modestas dá-se ares de grande fidalgo".[27] E até mesmo doutos magistrados ou abastados comerciantes, de origem burguesa, aspiravam a status de aristocracia.

O que definia a nobreza no Brasil era o que ela *não* fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios ou

cativos. Talvez por isso persista aqui um preconceito contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade "inferior" e menosprezada. Já os "nobres" deveriam viver do rendimento de aluguéis e de cargos públicos. Melhor ainda, se o capital permitisse, era ser proprietário de engenho e se cercar de um grande número de agregados, parentes e criados. Capital, domínio, autoridade, posse de escravos, dedicação à política, liderança sobre vasta parentela, constituíram-se nas metas desse ideal de nobreza, que dominava a sociedade colonial. Tal modelo idealizado perdurou durante todo o período açucareiro, criando uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida. Se a família biológica era o núcleo do engenho, fazia parte do cabedal de um senhor contar e suprir agregados, parentes, criados e escravos.

Além do mais, se tomarmos o conjunto das famílias dos proprietários, é possível notar que poucos eram fidalgos portugueses, e menos ainda cristãos-velhos. Desde a instalação da Inquisição em Portugal, no reinado de d. Manoel, passou-se a fazer distinção entre os descendentes dos católicos — os cristãos-velhos — e os dos judeus recém-convertidos — os cristãos-novos. E, a despeito de toda a fleuma, muitos senhores de engenho eram por vezes cristãos-novos, descendentes de comerciantes ou imigrantes de posse que dedicavam seu tempo e capital à produção e comércio da cana. Foi só com o tempo, e com a perpetuação do casamento entre pares, que esses senhores foram se transformando numa classe mais homogênea. A partir de então, seus membros tratariam de refazer uma genealogia mítica, buscando estabelecer no passado longínquo raízes nobiliárquicas.

Não obstante, se os proprietários não eram nobres de origem, procuraram se inventar como tal. Não são poucos os relatos que descrevem os senhores desfilando com seus trajes refinados, chapéus largos e botas lustradas. Madrugadores, logo de manhã já teriam percorrido a propriedade, ordenado o trabalho e verificado o cumprimento das tarefas. Também gostavam de ser associados a certa sociabilidade, com sua sala e sua mesa sempre cheias, promovendo divertimentos e passeios. A população dos núcleos urbanos mais próximos e os trabalhadores obrigados a moer cana em seus engenhos costumavam cumprimentá-los com uma reverência filial, e alcunhas estavam incluídas nos mores paternalistas que foram se estabelecendo nesses locais.

Parte dessa performance do poder inscrevia-se na maneira de trajar de toda a família do senhor, na hospitalidade e no luxo do interior das casas-grandes, cuja arquitetura, no decorrer do XVII, foi se tornando cada vez mais vistosa. Os solares por certo variavam na feição arquitetônica e nas dimensões. Todos eram, porém, servidos de muitos janelões, varandas ao redor da residência, beirais feitos de pilares elegantes, e costumavam ser erguidos no ponto mais alto do engenho para que pudessem ser observados. Divididos em vários cômodos, tais solares contavam, com frequência, numerosos quartos — que abrigavam a família e os agregados: sogros, sobrinhos, netos, aliados políticos, compadres, comerciantes, além do vigário —, sala de visitas e de jantar, quarto de oratório, escritório, copa e cozinha. Quase uma continuidade da casa-grande, a capela, inteiramente branca, era modesta, mas grande o suficiente para ali serem realizados batizados, casamentos e enterros. Em geral, uma construção baixa, de alvenaria e com um só altar, não poucas vezes essas pequenas igrejas se convertiam no local de predileção dos senhores, que nos testamentos deixavam expresso seu desejo de serem lá sepultados.

Por vezes contida na casa-grande, por vezes espacialmente dela separada, a capela era peça essencial desse universo. Nos domingos e feriados suas poucas fileiras de cadeiras,

usualmente de madeira, não davam conta de acolher a movimentação da família extensa do senhor, dos lavradores vizinhos e dos moradores que gravitavam em torno do engenho. Também os cativos eram convocados a participar das celebrações religiosas, e batizavam-se muitos deles ritualmente na chegada, quando isso já não houvesse ocorrido na África. Como o catolicismo era central nesse mundo da cana-de-açúcar e do trabalho forçado, difundiu-se a prática de o senhor destinar um de seus filhos ao celibato clerical. O primogênito seria o herdeiro do engenho, o segundo filho deveria servir à Coroa e viver das mercês régias — na administração ou na guerra —, e, se a "sorte" bafejasse o senhor — cuja virilidade se media igualmente pelo número de filhos (de preferência homens) que gerasse —, o terceiro viraria padre. Assim, o proprietário garantia a influência nos diversos setores que se articulavam à cana.

Outro símbolo da pujança do senhor estava na mesa farta. E nela não podia faltar o açúcar, que entrou em cheio na culinária brasileira, sobretudo no preparo de doces — de mangaba, maracujá, coco, milho, jenipapo, banana —, bolos e sequilhos. Nos nomes desses quitutes estão presentes expressões sentimentais e que denotam intimidade, como "bolo de amor", "engorda marido", "namorador", "argolinhas do amor", "lacinhos do amor", ou mesmo evocações religiosas, como "pudim de Eva", "manjar do céu", "sonhos de freira".[28] Por sinal, nomes seráficos muitas vezes relacionados a conventos de freiras situados em áreas pertencentes aos engenhos mostram a continuidade da tradição das freiras doceiras entre as donas de casa e os colonizadores portugueses.[29] Não por coincidência, até hoje, no país, costuma-se dizer que se fazem amigos, aliados e até namorados "pelo estômago".

Mas não há casa-grande sem senzala, e foi em torno desse duo, que parece composto de opostos porém na verdade abrange partes contíguas, que Gilberto Freyre publicou em 1933 seu clássico *Casa-grande & senzala*, evidenciando as contradições e relações que se estabeleciam entre senhores e escravos. O próprio "&" do título original já revela como o antropólogo pernambucano entendia a importância da correlação entre esses dois extremos. "Equilíbrio de antagonismos de economia e de cultura" foi a expressão utilizada por ele para demonstrar como paternalismo e violência, mas também negociação de parte a parte, coexistiram nesse cotidiano.[30]

"Senzala" é um termo do quimbundo que significa "residência de serviçais em propriedades agrícolas", ou "morada separada da casa principal". Nas senzalas da cana residiam dezenas de escravos, que podiam chegar às centenas, com frequência presos pelos pés e braços, deitados em chão de terra e em péssimas condições de higiene — como ter numerosos escravos era sinal de prosperidade e abastança, o senhor preferia quantidade a qualidade. As circunstâncias variavam: por vezes os escravos eram alojados coletivamente; em outras situações foram achados registros de barracões distintos para homens e para mulheres, e em alguns casos até mesmo alojamentos para casais com filhos. No Nordeste, o mais normal era encontrar barracas contíguas, dispostas em filas e a certa distância da casa-grande. As senzalas eram trancadas à noite pelos feitores, a fim de evitar fugas e de estabelecer a disciplina, pois dessa maneira se determinava o horário de se recolher e de despertar. O repouso era breve e o local dos mais insalubres, uma vez que, sem luz nem janelas — para impedir evasões —, ali se vivia numa completa penumbra, além de faltar ar por conta da lotação. Em geral com paredes feitas de barro e telhado de sapé, essas construções eram bastante frágeis, e muitos viajantes comentaram sua aparência rudimentar.[31] Pares opostos de uma mesma engenharia social, não havia casa-grande sem

a senzala.

Por sinal, diversos elementos faziam parte da performance de senhor "aristocrata": as roupas, a mobília, os cavalos puros-sangues, a alfabetização numa terra de iletrados, a capacidade de mando. Outro aspecto que se aprofundou na experiência brasileira, quando comparada à da metrópole, foi a convivência de várias culturas que passaram a ser reconhecidas e classificadas a partir da cor. Na medida em que eram considerados pagãos, tanto indígenas como africanos, apesar de batizados e transformados em vassalos, continuavam sem direitos. Dessa forma, as divisões entre "gentios" e "índios aldeados", ou entre "africanos", "boçais" (aqueles recém-chegados) e "ladinos" (aculturados), representavam gradações culturais que demarcavam hierarquias internas, as quais, no limite, implicavam maior ou menor exclusão social. Os mais de dentro e os mais de fora.

A cor logo se tornou um marcador social fundamental; as categorizações, fluidas, variavam com o tempo e com o lugar, além de delimitarem classificações sociais e de status. As populações mestiçadas recebiam diferentes nomes, os quais caracterizavam de modo geral, desde o Império português, a união de portugueses com nativos e de brancos com pretos. Mas outras subdivisões estavam presentes no cotidiano da colônia. Essas populações podiam ser denominadas simplesmente mestiças (provenientes de uniões entre escravos e seus senhores); cabras (termo que quase sempre se referia à mistura do índio com o negro); morenas (palavra que vem de "mouro" mas guarda antes o significado "de cor escura"), ou pardas: a cor parda ainda hoje consta no censo brasileiro, e mais parece um "nenhuma das anteriores", um grande et cetera ou um coringa da classificação. Ou seja, os que não são brancos, amarelos (cor que no Brasil designa povos vindos do Oriente), vermelhos (os indígenas) ou pretos, só podem ser pardos.

Esse termo, até os nossos dias, é sujeito a muitas manipulações: depende da ocasião, do contexto social e da pessoa que classifica. A palavra teria vindo de Portugal e se originado do nome do pássaro pardal, conhecido por suas penas escuras e de cor indefinida, por um lado, e pelo fato de ser encontrado corriqueiramente, por outro.[32] Os mestiços ganhavam ainda outras subdivisões étnicas e raciais: eram mamelucos (produtos da união entre índios e brancos; a denominação referia-se historicamente à elite militar egípcia, que caçava índios escravizados para os portugueses); caboclos (indígenas que falavam a língua ensinada pelos jesuítas — a língua geral); carijós (termo que originalmente qualificava os habitantes do Sul do Brasil mas em tupi designava os descendentes do homem branco com um pássaro preto de asas brancas), ou curibocas (mestiços com pele cor de cobre e cabelo liso).[33]

Na época da cana era essa "cartografia" de tons e subtons que reinava. As "pessoas de cor", expressão até hoje vigente e que representa, no Brasil, uma espécie de eufemismo — pois cor é preto, enquanto branco é algo como uma não cor —, sofriam com todo tipo de discriminação. Em primeiro lugar, sua tonalidade de pele indicava a origem e o passado escravocrata — marcas pesadas nesse país em que escravidão resume a noção de trabalho manual e coercitivo. Em segundo, sinalizava condição social moralmente instável, uma vez que tais indivíduos lembravam o resultado de relações não oficiais, sendo muito raros os casos de senhores que regularizavam a situação de filhos ilegítimos. Por fim, já nesse contexto pairavam preconceitos sobre os mestiços, que eram vistos como ambiciosos, matreiros e malandros.

Com a manumissão, foi se criando um grupo heterogêneo de negros livres e categorias

sociais que gravitavam em torno da casa-grande e de seu jugo. Gradação de cor era critério importante, e é sabido que, quanto mais clara a pessoa, com mais facilidade chegava à alforria, a postos específicos e mesmo a ocupações no interior da residência senhorial. Havia uma complexa combinação de considerações de cunho racial, cultural e pessoal. "Mulatos" e "crioulos" — este último termo se referia aos escravos nascidos na propriedade do senhor, isto é, não africanos — eram aqueles que mais se aproximavam do universo da casa-grande, constituindo uma espécie de elite que realizava o trabalho doméstico e especializado, apesar de muitas vezes serem descritos como indolentes; os "pardos" eram julgados aptos a aprender e dominar os ofícios da cana, e os "africanos", tidos por "estranhos pagãos" — na melhor das explicações, recém-convertidos — e, com raras exceções, por perigosos e instáveis. Com o tempo, a escravidão ficaria mais e mais associada aos africanos e seus descendentes, e se enraizaria na América portuguesa de maneira a penetrar toda a sociedade colonial, em que cada vez mais a cor atuava como critério de status. Libertos com mais bens logo adquiriam cativos, e o mesmo ocorria com agricultores pobres. Ter escravos era símbolo de posse e de distinção, quase um cartão a avalizar prosperidade e estabilidade nessa civilização da cana.

Se o verdadeiro coração do complexo da cana-de-açúcar era formado por senhores e escravos, havia um mundo social que girava ao redor dessa constelação: agregados e lavradores de cana. Os agregados compunham um setor bastante alargado, que vivia dos favores do senhor e, se não era importante economicamente, tinha relevância política e social, pois oferecia apoio irrestrito a ele e lhe engrossava a influência em suas respectivas regiões. Eram parentes sem propriedades, políticos locais, comerciantes, homens livres, mas não possuíam autonomia econômica ou social. Por isso mesmo, tornavam-se dependentes e faziam da política de favorecimento uma espécie de moeda que alimentava o mandonismo do senhor e sua centralização econômica, bem como política e cultural.[34] Já os lavradores se dividiam em dois grupos: os que arrendavam terras dos senhores, e pequenos e médios proprietários pressionados a usar o engenho para moagem de sua própria cana. Em nenhum dos casos escapavam, porém, do domínio do senhor do lugar.

Inventou-se, portanto, uma aristocracia da cana, cujo ápice absoluto era ocupado pelo senhor de escravos e seu centralismo político e social. Nos "distantes e largos Brasis", o proprietário da região reinava quase só, raramente havendo interferência da Coroa portuguesa nesses que se consideravam negócios internos. No entanto, no dia a dia o negócio da cana não era nada glorioso. Trazia muitos riscos, e dependia da oscilação dos preços no mercado internacional, da colheita do ano, de uma administração saudável, do bom controle dos escravos, do domínio paternalista sobre vasta parentela composta de "amigos do sangue" e da convenção do mandonismo local.

O NEGÓCIO DA CANA

A civilização do açúcar era feita de muitos pedaços, todos dependentes entre si. Como se pode notar, é possível falar em "civilização do açúcar", já que este invadia esferas sociais, econômicas e culturais. Até mesmo o trato da cana para a produção do açúcar levava o ano todo, e sem intervalos. O plantio começava junto com as primeiras chuvas de fevereiro e estendia-se até maio, ou, mais raramente e em algumas regiões, até julho ou agosto. Dava-se preferência aos terrenos mais altos, pois nas várzeas crescem ervas daninhas — os grandes inimigos do canavial. O solo era preparado com a velha técnica da coivara, herdada dos indígenas e pautada no princípio de que terra não faltava nesses Brasis. Primeiro, como vimos, derrubava-se a mata e então se ateava fogo na vegetação. Não se utilizava arado: eram os escravos que faziam o trabalho de revolvimento da terra com o uso da enxada. Por aqui entrou a cana originária da Índia — a mesma que foi introduzida, com sucesso, na Sicília —, mais conhecida como "cana-crioula". Planta fina, de gomos curtos, era considerada de baixa produtividade quando comparada às demais. Mais uma vez o nome não é apenas um nome, porque denota uma avaliação moral relacionada aos crioulos. Após doze ou no máximo dezoito meses iniciava-se a colheita, sempre programada de acordo com a agenda de moagem dos engenhos. Mas tudo deveria ser eficiente e ligeiro, visto que, passadas 24 horas do corte, o teor de sacarose da cana diminuía sensivelmente.

A cana cortada seguia das lavouras para o engenho, em carros de boi ou em barcos. O uso de barcos era mais vantajoso, pela rapidez, e as terras próximas de rios navegáveis, as mais valorizadas. Rios nas cercanias garantiam ainda o fornecimento de força motriz para os engenhos de grande porte, denominados "engenhos d'água" ou "reais". Interessante pensar no conteúdo desse último nome, que nada tem a ver com realeza: eram reais porque maiores que os outros e superiores a eles. Mas poucos proprietários podiam se dar ao luxo de dispor dessa facilidade. A maioria dos engenhos era movida por bois, cavalos e até por força humana, conhecidos pelo nome de "trapiches", "molinetes" ou "almanjarras". No último caso, eram os escravos que introduziam as canas nas roldanas, atividade das mais perigosas, que ocasionava acidentes frequentes.

Havia outra divisão que separava os engenhos localizados no litoral ou "à beira-mar" — tidos como os mais antigos e aristocráticos — dos "da mata" ou de "terra adentro", em geral menores e menos capitalizados. A técnica empregada para produção de açúcar não era, porém, das mais complexas. Até o século XVII, a maior parte dos engenhos contava apenas com dois tambores horizontais de madeira, considerados muito lentos no trato da moenda. Só a partir de 1610 há registros de instalações mais avançadas, como os "engenhos de palitos", os quais utilizavam um novo sistema de moendas: três cilindros revestidos de metal que, ao mesmo tempo que requeriam um número menor de trabalhadores, aceleravam os resultados.

Outro elemento fundamental para o funcionamento de um engenho era a lenha. Calculava-se que, para alimentar as fornalhas, seria preciso um carro de boi de madeira por hora. Por isso, o jesuíta Antonil as chamou de "bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárceres de fogo e fumo perpétuo e viva imagem de vulcões".[35] Uma das consequências foi a devastação do litoral do Nordeste, já bastante prejudicado pela retirada

do pau-brasil.

Fosse qual fosse o engenho, realizadas essas primeiras etapas as canas eram então preparadas na casa de moenda e os roletes introduzidos entre tambores para que se completasse a extração do caldo. O sumo ia para um reservatório, e depois para a casa de fornalhas, onde era cozido e clarificado em grandes recipientes feitos de cobre — tachos, caldeiras, paróis. Livre de impurezas, o caldo era transformado em melaço e colocado nas fôrmas ou vasos de barro, que comportavam cerca de 32 litros. Mas o longo processo não estava ainda terminado. O passo seguinte era conduzir o produto à "casa de purgar", onde durante quarenta dias ele passava por um processo de branqueamento. A secagem vinha na sequência, quando se separava com uma faca fina a parte mais branca da "mascavada", a mais escura.

Os preços do açúcar variavam, e muito: os açúcares resultantes da primeira cocção, denominados "machos" e subdivididos em branco fino, branco redondo, branco baixo e mascavado — de acordo com o grau de branqueamento adquirido —, eram os que tinham melhor cotação no mercado. Também se recolhiam e reprocessavam os "meles" que escorriam durante a purga, conhecidos como "açúcares batidos" ou "retames", mas sua cotação era menor. Já o mel ou melaço, que igualmente escorria da fôrma, virava matéria-prima para a produção de aguardente — cachaça ou pinga —, bebida de alto teor alcoólico e grande consumo na colônia, utilizada como escambo de trabalhadores africanos no tráfico. Apesar de se referirem, muitas vezes, à mesma bebida, os três termos não são sinônimos. "Aguardente" é qualquer bebida obtida por fermentação de vegetais doces; "cachaça", o nome que se dá à aguardente de cana-de-açúcar desde o século XVI, e "pinga" é a designação vulgar da cachaça. Não se sabe ao certo a origem desta última palavra, mas diz a história que foram os escravos encarregados do processo de destilação que atribuíram o apelido à bebida: quando o caldo da cana-de-açúcar fervia, o vapor era tal que se condensava no teto e "pingava" sobre eles.

Tamanha era a popularidade desse produto que, tentando garantir os interesses dos vinicultores lusitanos, a metrópole proibiu sua exportação, ao menos para Portugal, além de ter introduzido restrições de fabricação na própria colônia. Mas, sendo essencial ao tráfico negreiro, a bebida manteve sua importância interna: no Rio de Janeiro do século XVIII, superava o açúcar como principal produto de exportação, e boa parcela era usada no comércio de escravos com Angola. Por sinal, como se aproveitava tudo, também a rapadura — o açúcar escuro e petrificado, comido como barra — se difundiu nessa cultura do açúcar. Aliás, era na rapadura, associada com frequência à carne-seca e à farinha, que se baseava a alimentação dos trabalhadores.

Vale lembrar um aspecto crucial, e muito peculiar, da economia açucareira no Brasil: a ausência de refinarias. E não apenas na colônia como também na metrópole portuguesa, que durante vários anos acabou deixando, além do comércio, a manufatura final do açúcar na mão dos holandeses. O Brasil ficou mais conhecido por seu açúcar "barreado", resultado do produto ainda não refinado que se denominava de "pardo" ou "mascavado". Esse tipo de açúcar, que circulou bastante pelas Antilhas e se tornou matéria-prima nas indústrias de refinação da Europa do Norte, representou grande parte da nossa produção.[36]

Por falar nisso, sempre houve desconfiança em relação ao açúcar do Brasil. Falsificação na pesagem das caixas ou mesmo na declaração da qualidade era de praxe. "Açúcares inferiores" eram classificados como "brancos"; "açúcares batidos", chamados de "machos"

e considerados superiores. Como se vendia a caixa fechada, não existindo possibilidade de avaliar seu conteúdo, virou prática corrente colocar pedras no fundo das madeiras para aumentar o peso. Comerciantes reclamavam muito de tal expediente, dizendo que o "açúcar mais escuro" e as "atitudes mais escuras" acabavam com a reputação do mercado brasileiro. As consequências dessa associação entre o branco do açúcar — vinculado à "pureza" e assim valorizado — e o produto mais escuro, reputado como de pior qualidade, teriam vida metafórica longa no país.

Logo se ligou o branco dos senhores e o negro dos escravos a uma "evidência natural": uma hierarquia dada pela natureza. A posição diferente dos dois grupos passava a ser explicada não por motivos históricos, econômicos e políticos, mas pelas cores da cana e pelo suposto "natural" de que quanto mais branco, melhor. Por sinal, até hoje a população brasileira se descreve a partir de graus de brancura que corresponderiam a níveis distintos na hierarquia da sociedade: "branco melado", "branco sujo", "quase branco", "puxado para branco", "mestiçado", são termos que denunciam persistências e continuidades na percepção social das cores no Brasil.[37]

Cana e escravidão formavam, assim, um par "intenso e extenso". Se o cultivo e corte da cana levava um semestre inteiro, o fabrico do açúcar ocupava o outro semestre do ano, e os serviços eram sempre árduos. Para dar uma ideia do tamanho da empreitada, mencionamos o exemplo do Sergipe do Conde, um engenho do século XVII no Recôncavo baiano que realizava cerca de 203 "tarefas" — como era chamado o conjunto de afazeres desses estabelecimentos —, o que correspondia a uma média de trezentos dias de trabalho. Labutava-se dia e noite, em duas turmas, que lidavam com a moagem e o cozimento. O setor que cuidava da purga, secagem e encaixotamento precisava de um período apenas. No entanto, permanecia em atividade por dezoito horas ou mais. Além disso, aos domingos e feriados, na maioria dos engenhos os escravos trabalhavam na produção agrícola de alimentos para consumo próprio, ou na pesca em algum rio próximo, sem os quais sua dieta ficaria ainda mais reduzida e pobre.

Independente do setor, a jornada alcançava o limite da exaustão. Para ajudar a aliviar o cansaço e a manter o ritmo ensandecido, a labuta era acompanhada por cantos, que também uniam o grupo, melhoravam o moral e auxiliavam a vencer o jugo das horas ininterruptas de trabalho. Segundo o reverendo Wash, um clérigo que esteve no Brasil nessa época, os cativos acordavam às cinco da manhã, faziam suas orações e seguiam para o campo. Tomavam um pequeno desjejum às nove, e ao meio-dia almoçavam, lá mesmo, no campo. Depois pegavam novamente na enxada, e até o anoitecer. No período da safra, tudo se tornava mais corrido. Comentava-se que então os engenhos operavam por vinte horas seguidas, para quatro de descanso e limpeza do equipamento.

Eram quatro os setores fundamentais: processamento da cana, transporte, manutenção e administração. Nas mãos do senhor, assessorado por um padre e por um feitor-mor, ficava a administração do engenho. Os proprietários raramente se afastavam do estabelecimento durante a safra, e contavam com apoio legal e contábil. Nesse caso, e como vimos, um segundo filho varão se formava advogado para defender interesses comerciais, mas também políticos e legais, do engenho. Os engenhos "reais" poderiam dispor, ainda, de um cirurgião e de um caixeiro da cidade, que se ocupava da parte comercial.

Outros trabalhadores livres eram responsáveis por tarefas especializadas e considerados técnicos habilitados. O feitor-mor desempenhava o papel de gerente e tratava dos

problemas “pessoais”, sendo muito temido pelos escravizados. Era ele que avaliava os apetrechos de produção e providenciava consertos. Braço direito do senhor, ganhava os maiores salários do engenho. Abaixo, nessa hierarquia, estava o “caixeiro da cidade”, que cumpria funções de agente comercial: recebia o açúcar, dispunha-o no armazém do cais e se encarregava da venda e do embarque para o exterior. O “cobrador de rendas” lidava com o ressarcimento das taxas devidas pelos lavradores arrendatários. Nos mesmos níveis salariais estavam o “escrivão” ou “despenseiro”, que controlava as despesas, e o “solicitador”, uma sorte de procurador do engenho.

Havia também os “letrados”, que tratavam das demandas judiciais, e os “caldeireiros de escumar”, que realizavam a limpeza do caldo. Mas talvez o mais valioso dentre os profissionais da cana, aquele de quem dependia o sucesso do engenho, era o “mestre de açúcar”. Quase um engenheiro, ele comandava todos os processos técnicos da produção: vigiava a moagem, evitando o excesso de caldo e atentando para o cozimento ideal; administrava o cozimento do açúcar e o trabalho dos tacheiros e caldeireiros. Por isso, era um profissional estimado, raro e muito bem remunerado.

Com tantas especializações, os engenhos brasileiros adotaram padrões das manufaturas de época, que implicavam atividades sequenciais, articuladas e complexas. Foi a necessidade de uma produção em larga escala que acabou por organizar as unidades açucareiras brasileiras, assim como conferiu à atividade um senso rígido de hierarquia. Mas é preciso relativizar um pouco a excepcionalidade dessa empreitada: documentos desse período atestam que faziam falta métodos mais científicos, contando-se demais com a experiência individual e acumulada. Viajantes costumavam dizer que no Brasil tudo “era feito no olho”, sendo a produção calculada em carros de boi ou barcos cheios de cana. Equipamentos eram poucos — machados, enxadas e picaretas limpavam a terra e preparavam o solo — e, como vimos, nem arado se utilizava regularmente. Enfim, contou-se mesmo com o suor escravo e o açoite para tocar o trabalho e torná-lo produtivo.

Esse tipo de organização sofreria modificações durante o século XVII, e escravos tomariam o lugar dos poucos trabalhadores livres. Além do mais, foi com a produção açucareira do Nordeste que a escravidão africana passou a preponderar sobre a indígena na região. Nas décadas de 1550 e 1560 praticamente não existiam africanos nos engenhos nordestinos. A mão de obra era formada por escravos índios ou, em menor escala, por gentios provenientes das aldeias jesuíticas. Tal situação se alteraria radicalmente, e os escravos africanos substituiriam os trabalhadores indígenas e os livres. Em 1574 aqueles representavam 7% da força de trabalho escravo; em 1591 eram 37%, e, em torno de 1638, juntamente com os afro-brasileiros, compunham quase a totalidade dessa força.[38] Em 1635, por exemplo, o engenho Sergipe do Conde dispunha de oitenta escravos e treze assalariados, e já em inícios do XVIII, de duzentos escravos e apenas seis assalariados. O predomínio do braço africano também criou um paradoxo, pois o acesso a posições mais prestigiadas e essenciais no engenho podia reverter em benefício para os escravos que o conseguissem, sendo muitas vezes a liberdade a recompensa mais valiosa.

O dinheiro aplicado nesses estabelecimentos era distribuído na construção dos edifícios, da moenda e dos “cobres” (as caldeiras), e na aquisição de gado, carros, barcos, pastagens, canaviais e, majoritariamente, escravos. O investimento nestes últimos variava de 7% a 37%, sendo que a maioria dos proprietários gastava em torno de 25% do seu capital com a compra de escravos. O setor representava, pois, parcela significativa dos gastos, e a ordem

era aproveitar ao máximo os recursos e evitar perdas.

A essas alturas, o tráfico negreiro constituía um negócio dos mais lucrativos, e alguns senhores tinham mais interesse em "repor" um escravo morto que em ajudar na longa e dispendiosa criação de sua "propriedade". Por sinal, a imagem difundida de que a escravidão brasileira teria sido mais amena que a norte-americana, uma vez que por lá teriam existido engenhos especializados na "criação de escravos", é mais teórica do que real. Os motivos que explicam tal conduta nada têm de humanitários, e são o mais das vezes de ordem pragmática e comercial. Era custoso manter um escravo criança até que atingisse a idade produtiva. Portanto, melhor comprar um "novo" nos mercados abertos das cidades, os quais expunham os africanos como peças, coisas e bens. Os preços também variavam conforme "o uso": mulheres e crianças eram menos bem avaliadas que homens e adultos. Antes dos oito anos eram crianças, depois dos 35, velhos, pouco aproveitáveis no trabalho pesado da cana. O "envelhecimento" ocorria cedo, assim como o fim da adolescência: a partir de oito anos e até os doze um escravo já era classificado como adulto. Há registros de cativos considerados "rapazes", aliás "homens já feitos", aos oito anos. O trabalho excessivo envelhecia e amadurecia, trapaceava com o tempo. Como veremos com mais detalhes, a civilização do açúcar originou um local de extremos: o doce da cana se fez às custas do travo da escravidão. Um mundo verdadeiramente novo, no sentido de diferente, ia sendo criado. Amargo açúcar; ardida doçura.

3.

TOMA LÁ DÁ CÁ: O SISTEMA ESCRAVOCRATA E A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

O TRÁFICO DE VIVENTES

O jesuíta Antonil, dono de frases tão sintéticas como cruéis, definiu os escravos como "as mãos e os pés do senhor do engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". Real alicerce da sociedade, os escravos chegaram a constituir, em regiões como o Recôncavo, na Bahia, mais de 75% da população. Desde o século XVI e até a extinção do tráfico, em 1850, o regime demográfico adverso verificado entre os cativos — em razão das mortes prematuras e da baixa taxa de nascimento — levou a uma taxa de crescimento negativo e à necessidade de constante importação de mão de obra escrava da África. Tal atividade gerou uma classe influente de traficantes de homens, em direção à América, e o crescimento da demanda por produtos usados no comércio com a costa africana, como o fumo e a aguardente.

Europeus, desde a Antiguidade, conheciam diversas formas de escravidão — sistema que estava longe de ser extinto na época das grandes navegações —, mas menos intensas ou disseminadas do que aquela que surgiria a partir do século XVI. Poucos foram os povos que deixaram de conviver com o sistema escravocrata, e os que o praticavam sempre deram aos cativos o tratamento de "estrangeiros", julgando-os indivíduos sem história ou família. Não há dúvida de que camponeses e servos muitas vezes se viram em condições que lembravam uma escravidão temporária. Entretanto, foi a falta de raízes, de direitos e de laços com a comunidade o que distinguiu a escravidão dos demais sistemas de trabalho, ainda que igualmente compulsórios.

As cidades gregas e o Império Romano podem ser considerados os maiores exemplos de sociedades escravocratas da Antiguidade — no auge desse Império, na Itália havia de 2 milhões a 3 milhões de escravos, que representavam 35% a 40% da população total. No entanto, diferentemente do que aconteceu na escravidão moderna, nas antigas civilizações o trabalho compulsório não significava a principal força para a produção de bens e realização de serviços. Mesmo com o declínio do Império Romano e a concentração de cativos nas tarefas domésticas, o sistema se manteve vigente. Tanto que nos séculos V e VI, e durante as invasões bárbaras, são constantes as referências à existência e uso de escravos. Com as invasões muçulmanas das ilhas do Mediterrâneo e da península Ibérica, a escravidão renasceu em força e relevância, particularmente na Espanha e em Portugal. Foi, porém, com as Cruzadas que os europeus se voltaram outra vez para o mercado de escravos. Do século X ao XIII, com a entrada de genoveses e venezianos na Síria, Palestina, mar Negro, Bálcãs, Chipre, Creta, ocorreu novo impulso no sentido de implementar a utilização de trabalho escravo. Um mercado poderoso envolvendo eslavos (daí o nome "escravo", *slave*) também tomou vulto nesse contexto.

No final da Idade Média, nas ilhas mediterrâneas, região em que se encontrava o regime de tipo escravista mais importante da Europa, escravos já trabalhavam com a produção de açúcar. Note-se, contudo, que, se diversos povos contavam com trabalho escravo, este não era muito empregado na agricultura; cativos executavam sobretudo tarefas artesanais. A mão de obra essencial para o setor agrícola continuava a ser camponesa; isso até os portugueses chegarem à costa da Guiné no século XV.[1]

A escravidão também estava presente na África, mas nesse continente se desenvolveu paralelamente a sistemas de linhagem e de parentesco. Sem unidades políticas ou

religiosas mais abrangentes, os africanos eram livres para vender, comprar e até exportar escravos. Caravanas realizavam grandes rotas pelo interior do deserto do Saara, e desde o século VII mercadores islâmicos desempenhavam o papel de traficantes de homens. A rota principal foi o Norte da África, seguida pelo comércio do mar Vermelho e pelo do Leste do continente, onde o sistema também existia, mas não era fundamental para a economia local. Ou seja, cativos dedicavam-se especialmente aos trabalhos caseiros; somente em alguns poucos casos eram usados em atividades de manufatura ou no pastoreio. Exerciam ainda funções domésticas e religiosas, e por vezes escravas atuavam como concubinas ou eram compulsoriamente incluídas nos atos de sacrifício ritual. A despeito disso, o comércio permaneceu constante durante oito séculos, mostrando sua vitalidade; e não só o comércio interno, como o internacional, que se dirigia, em particular, para a Europa.

O contato português com a África negra tinha igualmente uma longa história, e antecedeu em até meio século a descoberta do Brasil. Em 1453, por exemplo, Zurara, em sua *Crônica de Guiné*, descrevia atividades lusas na foz do rio Senegal. Nessa época, o interesse de Portugal estava mais voltado para o ouro, e os escravos, o marfim e a pimenta constituíam motivações apenas secundárias. Mesmo quando os portugueses começaram a traficar escravos, estes se destinavam privilegiadamente à Europa para o cumprimento de tarefas domésticas. Mas, com a introdução da cultura do açúcar, a história seria outra: os cativos tornaram-se indispensáveis na produção agrícola e o interesse se voltou da pimenta para o tráfico de viventes. Já em meados do XVI, Lisboa (ao lado de Sevilha) era a cidade europeia que mais possuía escravos negros. Se na capital dos lusos havia cerca de 100 mil habitantes, 10 mil eram escravos negros ou mulatos.[2]

Em Cabo Verde, São Tomé e Madeira desenvolveram-se ao longo do XVI e do XVII verdadeiras sociedades luso-africanas, condicionadas pelo comércio transatlântico e pelo súbito aumento de contato intercontinental após 1492. Em 1582, ao redor de 16 mil pessoas viviam nessas ilhas, sendo a maioria escravos: 87% da população total. Os oceanos, que até então haviam separado povos e culturas, agora estimulavam o contato, compulsório, graças às novas rotas marítimas e contando com as correntes favoráveis. Por volta de 1520, portugueses mantinham um número razoável de feitorias na África, com os escravos vindo do baixo rio Zaire e do Benin e dirigindo-se, sobretudo, a São Tomé e, a partir de 1570, ao rico mercado brasileiro. Negociantes, em geral de origem sefardita (termo usado para designar os povos judeus com origem na península Ibérica e parte da Itália), passaram a cuidar do "açúcar do Brasil". Por outro lado, a criação das grandes plantations americanas levou os portugueses a almejarem um mercado em grande escala, que deveria dispor de abundante oferta de mão de obra.[3]

Ademais, naquele momento a "África" quase inexistia como realidade territorial, até mesmo para seus habitantes. Antes do pan-africanismo do século XIX, a concepção ocidental era que sempre havia povos mais ao sul do Saara, "prontos para serem escravizados".[4] O certo é que, por no mínimo seis séculos, africanos foram exportados para a Ásia, Europa e Oriente Médio. Estima-se em 6 milhões o número de africanos vendidos de forma coercitiva.[5]

A chegada dos portugueses à costa atlântica subsaariana no começo do XV alteraria radicalmente as modalidades de comércio, tanto no que se referia à escala como no que se referia ao recurso crescente à violência. A nova conquista alteraria também modalidades internas de guerra e de redes de relacionamento no interior de Estados africanos. Se, como

vimos inicialmente, Portugal estava pouco interessado em obter escravos, com a introdução da cana entre os principais produtos do Império a situação mudaria completamente, em especial a partir da colonização de São Tomé e das relações estáveis com congoleses que viviam próximos do rio Zaire. Naquele local os lusos mantinham forte presença e atuavam como clérigos, traficantes e soldados. Isso sem esquecer a penetração da religião cristã, aceita pela família real congolesa, pelas elites e pela população urbana; as boas relações entre as duas nações duraram, porém, apenas até 1665.

Além do mais, se no princípio da colonização foram reexportados trabalhadores negros aculturados e cristianizados da península Ibérica, com o incremento das atividades açucareiras no Brasil iniciou-se um movimento direto da África para o Novo Mundo. Também se alterou a quantidade: enquanto na primeira metade do século XVI o volume de africanos que aqui entravam não excedia algumas centenas anuais, a partir da primeira década registraram-se em torno de mil "importações" por ano, alcançando 3 mil por ano já na década de 1580.[6] Daí em diante, africanos não falantes de línguas românicas ou cristãs, os chamados "boçais", passaram a ser exportados em massa para a América. Nesse aumento contaria muito a conquista de uma nova feitoria em Luanda, que a partir de 1575 se transformaria em ativo posto avançado para tal comércio. Por dois séculos Portugal concentraria suas feitorias em Luanda, na região do rio Cuanza e Benguela, nunca reunindo mais de quinhentos homens brancos nesses lugares.

A essas alturas, os portugueses consideravam-se familiarizados com as populações africanas e as classificavam como amigas ou inimigas, muçulmanas ou pagãs, mas não se preocupavam com a cor ou com o que hoje denominamos "raça". Foi o uso específico, aliado ao encarecimento da mão de obra — ocasionado pela ascensão do Império Otomano no leste do Mediterrâneo e pela consolidação de um império marroquino independente na África do Norte com a decorrente restrição ao uso dessas populações —, além da abertura do transporte marítimo para os mercados subsaarianos, que tornou os cativos negros comparativamente mais baratos.

Por outro lado, com o incremento do comércio do ouro e do marfim no Oeste da África, e o crescimento da atuação econômica portuguesa na Ásia, as relações ficaram mais corriqueiras. Por fim, a eficácia crescente dos traficantes do Atlântico na suplementação de mão de obra, a segurança no suprimento de cativos vindos da África e o declínio dos preços levaram os africanos a se converterem, para a Europa do século XVI, em sinônimo de mão de obra escrava e a rumarem forçadamente em direção às colônias americanas. Foram transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negreiro; desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil. Aliás, o sucesso do sistema de plantation brasileiro influenciaria todos os regimes de agricultura escravistas, ao passo que franceses, ingleses e espanhóis adotariam o sistema português, com propriedades menores.

A operação começava com o apresamento em guerra ou emboscada dos futuros escravos pelos traficantes, seguido de uma extensa viagem pelo interior africano. Os cativos eram obrigados a percorrer longas distâncias até alcançarem os portos de embarque, e muitos não resistiam ao esforço físico ou a doenças que apanhavam durante o deslocamento. Realizavam a operação os reinos africanos aliados dos portugueses; estes últimos nunca se envolveram em tais atividades internas. Com o tráfico, elites africanas tinham acesso a armas e bens de consumo que caíram no gosto local, como a aguardente e o tabaco. Nos

portos, os capturados permaneciam amontoados por dias e às vezes meses, até que a carga humana completasse o navio a ela correspondente, em barracões; nesses alojamentos precários, insalubres e sem ventilação, a mortalidade era alta. Partiam então nos "tumbeiros", como se chamavam os navios negreiros. Usualmente, antes até de entrarem nas embarcações, os escravizados eram marcados com ferro quente no peito ou nas costas, como sinal de identificação do traficante a que pertenciam, uma vez que era comum se recolherem no mesmo navio cativos de vários proprietários.

Diferentemente do que se costuma pensar, os africanos não eram apenas apreendidos. Precisavam ser trocados por tecidos, instrumentos agrícolas, barras de metal, pólvora, cachaça, rum e outras bebidas alcoólicas; produtos que se transformavam em moedas fortes nas mãos dos traficantes. Outro engano é descrever os negociantes africanos como ingênuos ou passivos na comercialização. Ao contrário, eles condicionavam as relações mercantis às circunstâncias de seus próprios mercados. Os senhores brasileiros preferiam ter trabalhadores de diversas etnias e culturas para evitar comunicação entre eles e, desse modo, impedir rebeliões. Já os traficantes locais escolhiam em geral, e por comodidade, transportar povos de uma mesma região, sendo eles que normalmente determinavam os termos da transação.

O tráfico era um negócio complexo que englobava pontos fixos, barcos que navegavam em águas costeiras, fortes litorâneos e portos. Os comerciantes africanos variavam: podiam ser meros intermediários, ou fazer parte de monopólios estatais ou de organizações mais estáveis pertencentes a nobres ou reis. Em alguns lugares o comércio era livre; em outros, controlado por governos e agentes mais intervencionistas, que impunham tarifas restritivas. Outro mito recorrente, e associado à falsa ideia do baixo preço dos escravos africanos, é o da destruição inconsequente de vidas durante a viagem. Se de fato as condições no navio eram as mais terríveis, também é claro que o negociante não tinha interesse em que a mortalidade fosse alta a ponto de comprometer os lucros. Por isso mesmo, era preciso avaliar a quantidade de cativos em relação às possibilidades de espaço dos navios. Fazia-se o cálculo a partir do menor espaço costumeiramente reservado a tropas do exército ou grupos de condenados em trânsito, mas o objetivo era levar "a carga" até seu destino.

Nos séculos XVI e XVIII, uma caravela portuguesa era capaz de transportar quinhentos cativos, e um pequeno bergantim até duzentos. Já no XIX, para reduzir o tempo de viagem, passou-se a fazer uso de navios a vapor, que levavam em média, cada um, 350 escravos. O fato de as embarcações utilizadas para o tráfico serem geralmente menores e desenhadas para abrigar a "carga humana" em seus porões[7] põe abaixo outra versão corrente, a de que os europeus triangulavam seu comércio, carregando produtos europeus para a África, escravos para a América e açúcar para a Europa numa mesma viagem.

Procurava-se, de todo modo, otimizar os custos, colocando o maior número de pessoas no navio, o que com frequência correspondia a uma queda no abastecimento de víveres. Nesses casos os escravos, que normalmente comiam uma vez por dia, chegavam a passar a travessia inteira à base de azeite e milho cozido, e bebendo pouquíssima água potável, segundo atestam documentos. Entre os cativos, mal alimentados desde o aprisionamento no interior e expostos a uma dieta pobre em vitamina C, grassava o escorbuto, a ponto de no século XVIII essa doença começar a ser chamada de "mal de luanda", como vimos.

A princípio deficientes, o abastecimento e o carregamento de víveres nos tumbeiros

tenderam a se regularizar, ao menos para as necessidades mais básicas. A crescente rotinização levou à redução gradativa das taxas de mortalidade. O padrão vigente a partir de 1700 determinava que os traficantes carregassem um escravo e meio por tonelada, usassem o mesmo tipo de abastecimento, recorressem a procedimentos semelhantes no que se referia ao transporte e à manutenção mínima da saúde dos cativos: métodos de higiene, exercícios, banho de sol diário por algumas horas, e assim por diante.[8] Traficantes costumavam vacinar a tripulação contra varíola e dividiam a população por sexo e idade, quando o número de passageiros o permitia.[9] Ainda assim, a taxa de óbitos continuava alta: uma média de 10% dos jovens ou adultos saudáveis perecia numa viagem que durava de trinta a cinquenta dias. Para se ter uma ideia melhor, registre-se que, na França da época, essa quantidade de falecimentos era considerada sinal claro de epidemia.

Muitas eram as razões das mortes. Os maiores vilões: desarranjos gastrointestinais, em geral relacionados à baixa qualidade dos alimentos e da água distribuída a bordo. Disenterias eram comuns, assim como o *bloody flux*, nome dado aos surtos de infecções intestinais causadores de óbitos em escala epidêmica. Varíola, sarampo, febre amarela, tifo e outras doenças contagiosas também contribuíam para aumentar a mortalidade. Além do mais, os africanos embarcados eram postos em contato com diversos povos, e acabavam morrendo de enfermidades que lhes eram até então desconhecidas e contra as quais não tinham defesas imunológicas. Há registros de mortes por suicídio: cativos precipitavam-se ao mar ou recusavam sistematicamente a alimentação oferecida. Isso sem esquecer a constante superlotação, outra responsável pelo grande número de óbitos durante a travessia para a América.

Sobraram poucos relatos acerca dos horrores desse tipo de viagem forçada. Em dezembro de 1649, frei Sorrento, um capuchinho italiano que esteve num tumbeiro, contabilizou novecentos cativos, e desabafou: "Aquele barco [...] pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes parecia um inferno".[10] Falando em inferno, para as populações aprisionadas o trauma da travessia estava relacionado, também, à preocupação com o destino das almas, uma vez que muitos povos advindos da região do Congo e de Angola acreditavam que deveriam morrer junto "a seus vivos" e descendentes. Morrer no mar e num navio negreiro constituía impedimento certo para que os espíritos retornassem para junto de seu povo e aldeia; essa era outra causa do sentimento que oscilava entre tristeza, inconformismo, melancolia e raiva, e que dominava o ambiente a bordo.

Mas a travessia era igualmente feita de poucos porém duradouros ganhos. Na viagem, os companheiros de barco e de amizade chamavam a si próprios de "malungos". Construíam-se, apesar do contexto adverso, laços de lealdade que permaneciam quando os amigos tinham a sorte (rara) de serem vendidos para a mesma propriedade. É possível dizer inclusive que a mistura entre várias Áfricas começava já nessa ocasião, com os escravizados trocando doenças mas também culturas, práticas de todo tipo, amizade, cultos, crenças, segredos de cura e religiões.[11] Tais relações talvez expliquem o estado de desconfiança e medo, por parte dos traficantes, que reinava nos navios. Frequentemente os escravizados iam acorrentados, dado o receio de que pudessem estourar rebeliões a bordo. No século XVI, a viagem de Angola para Pernambuco demorava em média 35 dias, quarenta até a Bahia, cinquenta para alcançar o Rio de Janeiro. Se os ventos não fossem favoráveis, esse prazo poderia se estender, e então a falta de víveres seria ainda mais severa, elevando as mortes

para cerca de 20% dos transportados.

Embora com tantos "contratempos", o tráfico valia a pena como investimento. A demanda e o fluxo atlânticos eram marcados pelas necessidades dos agricultores da América, e não respeitavam situação meteorológica ou mesmo geográfica, como o contorno do cabo da Boa Esperança. Já a divisão por sexo, idade e nacionalidade dos cativos era determinada pelas condições africanas. Traficantes europeus pouco sabiam sobre as sociedades da África e, a não ser pelos portugueses — que a essas alturas tinham feitorias no Congo, em Angola e em Moçambique —, só tomavam contato com os aprisionados após o embarque. Muitas vezes estes não falavam a mesma língua ou dialeto, e quase nada se conhecia dos grupos a que pertenciam.

Nem o que acontecia a poucos quilômetros da costa traficantes imaginavam, ou queriam imaginar. Casos como o das relações mais estáveis estabelecidas entre a capitania da Bahia e o golfo de Benin, no século XVI, eram flagrante exceção. O mesmo pode ser dito do desequilíbrio sexual: resultado mais das condições africanas de fornecimento que da demanda americana. Homens correspondiam a 65% das importações vindas do litoral, no entanto nem sempre chegavam como adultos, que era a faixa etária mais estimada para o trabalho no campo. Mulheres, claro, tinham menos força, mas executavam tarefas semelhantes às dos homens nas plantações de açúcar, algodão e café, e eram consideradas boas "especialistas" para certas atividades.

Já no continente africano, com seus sistemas matrilineares e matrilocais de parentesco, que implicavam organizações econômicas, sociais e culturais distintas, havia grande demanda por mulheres, o que explica a diferença no suprimento. Em algumas sociedades elas eram bastante valorizadas por causa da aquisição de status que o "acúmulo de esposas" poderia garantir, ou mesmo por conta das regras de parentesco que levavam à formação de poderosas redes de sociabilidade. Ainda, em sociedades polígamas, escravas ajudavam a conferir poder aos senhores locais. Por fim, na África as mulheres eram muito procuradas para o trabalho agrícola, e especialmente na ocasião da semeadura. Tantos tipos de demanda explicam, também, por que as mulheres que desembarcaram no Brasil tinham, muitas vezes, idade mais avançada.

Os navios traziam poucas crianças, uma vez que seu raro uso imediato rebaixava o preço nos mercados americanos. Na lógica dos traficantes, era melhor não reservar espaços para "mercadorias" com menor potencial lucrativo. Por todas essas razões, entende-se o crescimento negativo de escravos na colônia, sobretudo na primeira geração. Entende-se igualmente a necessidade de intensificação do tráfico negreiro, que ia se convertendo em negócio dos mais relevantes. Se até antes de 1700 embarcaram 2,2 milhões de escravos, foi apenas no XVIII que o tráfico se tornou o principal bem de exportação africano.[12]

Os escravizados que chegavam à América falavam línguas distintas, e com frequência as vendas finais no continente rompiam elos culturais e familiares entre eles, ou ao menos essa era a intenção dos clientes interessados em evitar possíveis insurreições e revoltas. As práticas religiosas trazidas na bagagem foram por aqui alteradas, misturadas ao catolicismo e aos cultos populares. Diante das proibições sistemáticas feitas pela Igreja católica, os africanos demonstraram muita habilidade em seus esforços de ocultar crenças sob um manto católico. As manifestações de fundo religioso mais importantes nas Américas foram o candomblé, o vodu e a santeria. O vodu foi mais comum em São Domingos, em especial aquele proveniente dos povos fons (do Daomé). Já o candomblé

nagô (iorubá) forneceu, principalmente na Bahia, a base ritual para as outras variações praticadas por nações do Daomé, de Angola e do Congo.

O candomblé é uma religião derivada do animismo africano, de origem totêmica e familiar, em que se cultuam orixás, os quais no Brasil foram logo vinculados aos santos católicos, como forma de disfarce e proteção. Na África, ao que tudo indica, cada nação celebrava apenas um orixá; portanto, a junção dos cultos foi uma especificidade da leitura brasileira feita por nativos entrados na colônia como escravos. Estes, não raro, nomeavam um "zelador de santo", conhecido como "babalorixá" quando homem e "ialorixá" quando mulher, e era ele que acabava sendo responsável também pela realização dos ritos. Por sinal, aqui chegaram sacerdotes africanos, juntamente com seus orixás, rituais e idiomas locais, e foi a partir desse caldo denso de cultura que se deu em terras americanas uma verdadeira refundação do candomblé; religião até hoje popular e influente no país.[13]

Seja através dos cultos, seja por meio dos cantos e músicas, dos batuques, dos alimentos ou dos vestiários, um processo de aculturação, adaptação e tradução ocorreu nas terras do Novo Mundo e acima de tudo no Brasil, onde desde o início da imigração compulsória povos recriaram cultos mesmo nas condições adversas da escravidão. Mas, claro, essa foi uma consequência não intencional, inesperada e não planejada pelos portugueses, cujo objetivo era não mais que destinar o grosso da escravaria para as plantações de açúcar das prósperas capitanias de Pernambuco e da Bahia. Entre 1580 e 1590 entraram cerca de 6 mil africanos na primeira e 4 mil na segunda, sublinhando a importância incomum dessas capitanias, ao menos em tal contexto. Apesar das avaliações pouco precisas, estima-se que a população total brasileira em 1584 era de 25 mil brancos, 18 mil índios domesticados e 14 mil escravos negros.[14] Vivíamos, pois, quase numa nova Roma negra: um êxodo forçado cujos número e proporção superavam tudo que até então se conhecera.

E assim, depois de longa e traumática travessia, os africanos chegavam aos portos do Brasil: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís eram os principais importadores e distribuidores. No século XVII foram, sobretudo, Salvador e Recife que se firmaram como grandes portos, e de lá cativos seguiam também para o Maranhão, Pará e rio Amazonas. Com a descoberta das minas de ouro no século seguinte, o porto do Rio de Janeiro ganhou impulso significativo, e daí os escravizados eram reexportados especialmente para Minas Gerais, Mato Grosso e Colônia do Sacramento, ao sul da colônia, no território do atual Uruguai.

Logo após o desembarque, as autoridades do lugar anotavam os recém-chegados por sexo e idade: o número de "crias" — as crianças escravas que seguiam junto com as mães — era igualmente verificado. Feito o primeiro registro, os traficantes pagavam os impostos estabelecidos no Brasil, sobre os escravos acima de três anos, e estes eram encaminhados para o local de leilão. Se houvesse clientes por lá, leiloavam-se os escravizados já na alfândega; caso contrário, os conduziam a armazéns situados nas cercanias das áreas portuárias. Por conta da viagem, eles aportavam magros e debilitados, com muitas feridas na pele: desde brotoejas até sarna. Crianças eram sempre desenhadas nas gravuras de época com a barriga inchada, consequência de vermes e da desnutrição. Vários africanos sofriam de escorbuto e de oftalmia, inflamação nos olhos que se disseminava com frequência a bordo devido à falta de higiene e de sol.

Com o objetivo de valorizar a mercadoria, "maquiavam-se" os escravizados, antes de expô-los nos leilões e casas de comércio. Eles eram, então, limpos e banhados; os homens

tinham a barba e o cabelo raspados, e, para esconder doenças, passava-se óleo na pele. Com o mesmo propósito, distribuíam-se alimentos um pouco mais fartamente. Para evitar um aspecto depressivo — o famoso "banzo", também conhecido como "doença da saudade" —, os negociantes davam aos cativos estimulantes como gengibre e tabaco.

Anunciados nos jornais, os africanos, agora prontos para venda, eram dispostos a partir do sexo, idade e nacionalidade. Proprietários e traficantes discutiam abertamente as condições e preços — os homens adultos alcançavam valores mais altos. E havia regras: durante quinze dias, caso o escravo contraísse alguma doença, ou apresentasse problemas de deformidade física ou moral, ele poderia ser devolvido. Aqueles que não fossem vendidos imediatamente, passavam a ser negociados não só por grandes casas comerciais como também por pequenos e médios traficantes locais, mascates e tropeiros que percorriam a colônia de um extremo a outro. Dessa forma terminava a longa jornada desde as savanas africanas até os latifúndios da cana, as casas nas poucas cidades ou os campos dedicados à pecuária.

Assim, unindo-se as várias pontas de um mesmo mapa, é que se instituiu e fortaleceu o comércio escravagista, modalidade de mercado que levou ao banimento e exílio de milhões de pessoas. Verdadeiro holocausto de inícios da era moderna, o negócio lucrativo explorava o fato de esse sistema ser muito eficaz. Ainda que constituísse o mais opressivo dos modelos migratórios, era o que dava realmente conta da produção crescente da cana-de-açúcar e, no século seguinte, do ouro e do diamante. As vantagens econômicas eram tais que garantiram a continuidade da empreitada, ao menos em direção ao Brasil, até 1850 — quando o tráfico, mas não a escravidão, foi extinto no país — e mesmo depois. Os escravos que entraram na colônia durante o século XVI provinham, sobretudo, da região da Senegâmbia (chamada de Guiné pelos portugueses), na costa ocidental da África, e pertenciam a povos diversos, como balantas, manjacos, bijagós, mandingas e jalofos. O comércio que outrora se fazia com a Mauritânia, Senegâmbia e Costa do Marfim, e basicamente se integrava à rede de tráfico humano — já existente — controlada por muçulmanos, passou a ter seu ponto de partida em diferentes feitorias dispostas em pontos estratégicos do litoral africano sob domínio de portugueses. Em cena estavam também os congoleses, que até então não se envolviam no comércio muçulmano. A chegada dos lusos, com efeito, mudaria sensivelmente o tráfico, em razão não só da expansão geográfica do negócio como da mistura de culturas africanas, não cristãs.

Os primeiros contatos com o rei do Congo se deram entre 1480 e 1490, com uma troca de embaixadores e a conversão dos legisladores locais ao catolicismo. O próprio rei Nzinga a Nkuwu se converteu, tendo sido batizado com o nome de d. João. Nesse momento aconteceu também uma destruição ritual dos "ídolos" cultuados no reino do Congo. A partir daí houve um constante fluxo de soldados, professores, livros cristãos, vestimentas litúrgicas, tecidos europeus, armas, cavalos, e até instrumentos agrícolas. E o processo foi ligeiro. Em 1567 os portugueses instalaram-se naquele reino e no porto de Luanda em bases mais estáveis. Trinta e três anos depois o comércio com a América já ultrapassava o tráfico realizado no interior da África.

Em 1575, com a colonização de Angola pelos portugueses e a fundação de Luanda, os números do tráfico dobraram. Por volta de 1600, calcula-se um total de 50 mil africanos desembarcados no Brasil. Na década de 1620, holandeses referiam-se à entrada de 4 mil escravizados por ano, somente em Pernambuco. Nas últimas décadas do XVI, chegaram ao

país entre 10 mil e 15 mil escravos da Guiné, do Congo e de Angola. Uma estimativa do século XVII menciona 6 mil escravos anuais vindos só da Costa da Mina. Ao mesmo tempo, Luanda (de onde foram deportados 2826000 africanos), Benguela, Cabinda ou até Ouidá (de onde partiram 1004000 entre 1501 e 1867) apresentaram-se como os principais portos de embarque do tráfico negreiro do século XVI, na mesma proporção em que o negócio português ia se transferindo para aquele local.[15] A associação entre Brasil e Angola era tão evidente que o jesuíta Vieira escreveu: "Quem diz açúcar, diz Brasil, e quem diz Brasil, diz Angola".[16]

De início, os trabalhadores procedentes de Angola dirigiram-se majoritariamente para as capitanias do Sul. No Nordeste, o grosso dos escravizados veio do golfo de Benin (sudoeste da atual Nigéria) ou da Costa da Mina; estes últimos eram genericamente chamados de "minas". Através do golfo os traficantes africanos e mais tarde os mercadores baianos importaram escravos dagomés, jejes, haussás, bornus, tapas e nagôs, provenientes dos portos de Ajudá, Popó, Jaquin e Apá (mais tarde Onim/Lagos).[17] Se a proximidade linguística ajudou na conformação de redes de solidariedade e amizade, a diversidade produziu uma riqueza de culturas nessa diáspora africana na América. O Brasil foi virando uma nova África, ou, nas palavras de Ambrósio Fernandes Brandão, mercador em Goa e Lisboa antes de se estabelecer como senhor de engenho na Paraíba, um "novo Guiné".[18]

NO BRASIL A MISTURA

Com as guerras travadas entre Espanha e Holanda, no século XVII, os padrões do tráfico de escravos foram se alterando, mas acabaram por apenas fortalecer o papel dos mercadores que garantiam o fluxo constante para a colônia. Guiné, Angola, Moçambique e Costa da Mina, a partir do Forte de São Jorge, transformaram-se em importantes fornecedores de escravos negros. Os portugueses estreitaram relações com o rei de Daomé, país onde estabeleceram um forte, localizado em São João Baptista de Ajudá, que funcionou como o principal fornecedor nesse mesmo século. No Brasil, sempre foi grande a mistura de povos que aqui chegavam: vinham do Senegal, de Angola, do Congo, da Costa da Mina e do golfo de Benin, mas também desembarcaram, aos milhares, jejes, nagôs (iorubás), tapas (nupés), haussás, e grupos sudaneses. Cerca de um terço dos escravos, porém, provinha dos povos bantos de Angola e da África Central.

Senhores preferiam os "negros de Angola", considerados "bons trabalhadores". Já "os negros de Moçambique" não eram bem conceituados: um latifundiário chegou a escrever que eles se revoltavam tanto que "eram como o diabo". Contudo, os proprietários de terra, premidos pelo mercado, compravam o que aparecia. São muitas as descrições dos locais onde os "produtos à venda" eram apalpados e avaliados, tendo pele, dentes, cabelos e músculos detidamente analisados. Seus corpos agora limpos brilhavam ao sol por conta do óleo de baleia. Saúde mas também sexo e idade eram fatores que condicionavam os preços de compra.

Entraram no Brasil mais homens do que mulheres, por várias razões: dava-se pouca importância à capacidade reprodutiva das mulheres, valorizava-se a força masculina e era maior a oferta de "escravos machos". As crianças menores de catorze anos não passavam de 2% a 6% do total, e as mulheres, de 20% a 30%. É difícil calcular a idade exata dos recém-chegados, uma vez que era costume arredondá-la no registro. Em geral, até dez anos a idade era cuidadosamente anotada. O mesmo não ocorria com a dos escravos "velhos", termo usado para cativos de mais de quarenta anos.

Era grande a diferença entre os escravos destinados às casas-grandes — os domésticos, dos quais se conhecia todo tipo de detalhe pessoal — e os escravos do eito, os numerosos cativos alocados no trabalho do campo, sempre considerados pela quantidade e não pela qualidade. Traficantes empregavam diversas expressões para tentar caracterizar a idade dos africanos: "crias de peito" para bebês de até um ano; "menino e menina" para crianças de até oito anos; "moleque e moleca" para cativos de até catorze anos; "rapaz e rapariga" para os adolescentes.[19] O grosso da escravaria formava-se de recém-chegados. A partir de 1600 eles eram 70%; desses, os mestiços ou de ascendência mestiça, muitas vezes agrupados como pardos, só perfaziam 8%. Havia clara preferência pelos recém-desembarcados, que eram pouco aculturados ou habituados ao local, e assim fugiam menos.

A baixa fecundidade e a alta mortalidade infantil desaconselhavam a "criação de escravos" como ocorria nos EUA. Vários motivos explicavam a baixa fecundidade: a subnutrição, que costuma retardar a menarca; o trabalho excessivo, e a desproporção numérica entre os sexos. Há também explicações culturais. Entre os iorubás vigorava a abstinência sexual no pós-parto e a convicção de que a saúde da criança estaria ameaçada

diante de nova gravidez. É no mínimo paradoxal pensar que, em vez da propalada ideia da "promiscuidade sexual" vigente entre escravos, imperasse uma quase ausência deliberada de relações sexuais. "Promiscuidade" é sempre termo que se usa para definir hábitos sexuais alheios, e, se há poucos registros de casamentos, tal lacuna era mais uma deficiência dos senhores, que ignoravam essas uniões consensuais, até para poderem vender mais livremente, e sem pejas, os seus cativos.[20] De toda maneira, registros comprovam que, na disposição das moradias, crianças viviam com um dos pais ou com ambos e moravam em unidades chefiadas por homens ou por mulheres.

Mas a regra era mesmo tentar deslegitimar esse tipo de relacionamento, e um exemplo oportuno pode ser encontrado nos registros de cativos. Os escravizados eram em geral conhecidos pelo nome de batismo e identificados adicionalmente por sua cor e local de nascimento. Como havia muitos escravos chamados João, a prática mais comum foi diferenciá-los a partir da origem: João Angola, João Cabinda e João da Guiné. Também a propriedade podia ajudar a completar o nome; a ele se acrescentava "escravo de Antonio dos Santos", por exemplo. Em caso de libertação e alforria, não era raro que o liberto levasse consigo o sobrenome de seu ex-proprietário — Felix Maciel foi escravo de Belchior Maciel. Por outro lado, ao adotar esse sobrenome, estendiam-se os laços de dependência, que não se esgotavam no momento em que se recebia a liberdade via alforria. Tido como uma modalidade da arraigada prática do compadrio, tal sistema criava vínculos de parentesco espiritual entre o afilhado e a afilhada, o padrinho e a madrinha. Ele significava, assim, que a lealdade e a subserviência deveriam ser mantidas, como se escravidão fosse, no Brasil, uma espécie de destino eterno e sem volta.

ESCRAVIDÃO É SINÔNIMO DE VIOLÊNCIA

Só se pode entender a montagem de uma instituição do porte do escravismo moderno atentando-se para a articulação entre a criação de colônias no ultramar e seu funcionamento sob a forma de grandes unidades produtoras voltadas para o mercado externo. A monocultura em larga escala exigia um grande contingente de trabalhadores que deveriam se submeter a uma rotina espinhosa, sem ter nem lucro nem motivação pessoal. Recriou-se, desse modo, a escravidão em novas bases, com a utilização de mão de obra compulsória e que exigia — ao menos teoricamente — trabalhadores de todo alienados de sua origem, liberdade e produção. Tudo deveria escapar à consciência e ao arbítrio desse produtor direto.

Da parte dos contratantes, a ideologia que se conformava procurava desenhar o trabalho nos trópicos como um fardo, um sofrimento, uma punição e uma pena para ambos os lados: senhores e escravos. O discurso proferido pela Igreja e pelos proprietários entendia tal trabalho árduo como uma atividade disciplinadora e civilizadora. Havia inclusive manuais — verdadeiros modelos de aplicação de sevícias pedagógicas, punitivas e exemplares — que instruíam, didaticamente, os fazendeiros sobre como submeter os escravizados e transformá-los em trabalhadores obedientes. Um exemplo regular era o famoso quebra-negro, castigo muito utilizado no Brasil para educar escravos novos ou recém-adquiridos e que, por meio da chibatada pública e outras sevícias, ensinava os cativos a sempre olhar para o chão na presença de qualquer autoridade.

Segundo o padre Jorge Benci, que esteve no país no final dos 1600, a razão de submeter os escravos era “para que se não façam insolentes, e para que não busquem traças e modos com que se livrem da sujeição de seu senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos”.[21] Servindo-se de um discurso paternalista e também religioso — no sentido da promessa da redenção futura —, o sistema era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação (ver imagem 23).

A atividade produtiva, repetitiva, cansativa e extremamente laboriosa, já era em si violenta. O trabalho compulsório impunha a introjeção da autoridade do senhor e uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente.[22] Punições públicas, o tronco exemplar, a utilização do açoite como forma de pena e humilhação, os ganchos e pegas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flandres para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e doloroso, as correntes prendendo ao chão; construiu-se, no Brasil, uma arqueologia da violência que tinha por fito constituir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a própria lei, ficavam registradas no corpo escravo. Quanto ao cativo, logo depois da travessia tinha que aprender a negociar e agenciar a arte de sobreviver à submissão ao senhor.

Um sistema como o escravismo moderno só se enraíza com o exercício da violência. Da parte dos proprietários, a sanha contínua que visava à sujeição e obediência cegas para o trabalho. Da parte dos escravos, a reação se dava a partir de gradações que iam das pequenas insubordinações diárias e persistentes até as grandes revoltas e os quilombos.

De todo modo, a escravidão se enraizou de tal forma no Brasil, que costumes e palavras ficaram por ela marcados. Se a casa-grande delimitava a fronteira entre a área social e a de

serviços, a mesma arquitetura simbólica permaneceria presente nas casas e edifícios, onde, até os dias que correm, elevador de serviço não é só para carga, mas também e, sobretudo, para os empregados que guardam a marca do passado africano na cor. Termos de época mantêm-se operantes, apesar de o significado original ter se perdido. A expressão "ama-seca" era até pouco tempo usada no país, esquecendo-se, entretanto, de que naquele período essas amas se opunham às amas de leite, mulheres que muitas vezes deixavam de amamentar seus filhos para cuidar dos rebentos dos senhores. "Boçal" é ainda hoje uma pessoa com reduzida discriminação de locais e espaços — um tonto; assim como "ladino" continua a ser sinônimo de "esperto". Em seu sentido primeiro, "boçais" eram os escravos recém-chegados e que, diferentemente dos "ladinos" — os cativos de segunda geração —, não dominavam a língua ou a região, tendo, por isso, poucas possibilidades de fuga.

Alguns termos desapareceram, como é o caso da expressão "bens semoventes", outrora empregada para descrever de maneira indiscriminada, nos inventários e testamentos, as posses que podiam se movimentar: quais sejam, escravos e animais. Não obstante, permanece uma divisão guardada em silêncio e condicionada por um vocabulário que transforma cor em marcador social de diferença, reificado todos os dias pelas ações da polícia, que aborda muito mais negros do que brancos e neles dá flagrantes. Aqui é usual a prática de "interpelação", esse pequeno teatro teórico e pragmático. Diante da força policial, não raro os indivíduos assumem um lugar que corriqueiramente optariam por rejeitar. Não basta ser inocente para ser considerado e se considerar culpado. Esse tipo de reação é chamado pelo antropólogo Didier Fassin de "memória incorporada", quando, antes mesmo de refletir, os corpos lembram. Se na época da escravidão indivíduos negros trafegando soltos eram presos "por suspeita de escravos", hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem.[23]

Assim, se a violência era comum, nessa sociedade escravocrata existiam, porém, gradações visíveis. Enquanto os escravos do eito eram muitos, submetidos a jornadas mais sacrificadas, regimes de trabalho e de controle mais estritos, os cativos domésticos experimentavam outro gênero de cotidiano. Nos grandes engenhos, os escravos rurais poderiam chegar a cem ou mais, razão por que seu senhor praticamente não os conhecia. Já os domésticos, menos numerosos, conviviam com a família nuclear, desempenhando funções de cozinheiras, babás, pajens, amas de leite — era uma criadagem que acompanhava os senhores no seu dia a dia.

Mas, por mais que houvesse nuances, não resta dúvida de que a maioria dos cativos se destinava à labuta pesada no campo, sob o sol escaldante do Nordeste, a qual por vezes tomava, como vimos, mais de vinte horas diárias. O trabalho na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras poderia ser, no entanto, ainda pior. Não era raro que escravos perdessem uma das mãos, ou até um braço. Vários relatos mencionam a existência de uma machadinha próxima da moenda para que, no caso de um escravo ser apanhado pelos tambores, se pudesse separar rapidamente o membro ferido, evitando também que o açúcar ou as máquinas tivessem avarias.

Fornalhas e caldeiras produziam um calor insuportável; além de ter de enfrentar essa quentura, os trabalhadores poderiam sofrer queimaduras e ficar com o corpo todo marcado. De tão penoso e perigoso, esse tipo de trabalho era considerado um castigo reservado aos escravos ditos insubmissos e rebeldes. Há igualmente registros de cativos queimados na face e no peito, chamuscados com cera quente, torturados com ferro em

brasa, que tiveram nariz e orelhas decepados.

Padecer com a arbitrariedade e o abuso dos senhores era moeda corrente, e mulheres escravizadas não poucas vezes foram vítimas do sadismo deles. Seu corpo não era apropriado apenas como produtor de riqueza, mas também como instrumento de prazer, gozo e culpa no caso dos proprietários, e de ódio, por conta dos ciúmes das senhoras. Aqui aparece pintada, e com tintas fortes, a sexualidade exercida na intimidade da alcova escravista: o autoritarismo senhorial aí se encontrava com a "aparente" passividade da mulher escravizada, a qual era antes uma rendição apavorada. Conforme escreveu Antonil, os escravos eram tratados com três PPP, a saber: pau, pão e pano. Os senhores brancos sabiam ser minoria e tinham consciência de que só sob um clima de medo premeditado poderiam controlar seus cativos.

Sobrava trabalho, faltava roupa e alimento. Em documentos de época, viajantes afirmavam que os escravos passavam fome no Brasil. Exigia-se que plantassem para seu sustento, mas somente os domingos eram reservados a tal atividade. A fome era tanta que, como ratos andavam infestando os canaviais, não raro esses animais viravam alimento nas panelas da senzala. A comida básica era a farinha de mandioca, fornecida com carne-seca e peixe — só a escravos doentes se serviam galinha e carne fresca. Até hoje, diz o dito popular, quando se come frango em casa de pobre, das duas, uma: ou o frango está doente, ou o pobre. Comentavam ainda as testemunhas que em certas regiões o "bacalhau" era "comer de negro". Paradoxalmente, essa palavra designava também o chicote de relho que castigava e açoitava os escravos.

Altas taxas de mortalidade acompanharam esse sistema, desde sua implantação. Os cativos introduzidos na América morriam com facilidade, pois não apresentavam imunidade contra as doenças do Novo Mundo, deles desconhecidas. Além do mais, enfraquecidos física e moralmente pela travessia atlântica, ficavam suscetíveis a moléstias traiçoeiras. Por isso, o primeiro ano era o mais perigoso, e em todos os sentidos. Os escravos tinham não apenas que se acostumar ao regime pesado de trabalho, como aprender a língua e lidar com as novidades do clima. A mortalidade infantil era ainda mais alarmante: insalubridade, falta de assistência, subnutrição, levavam a altíssimas taxas de natimortos, e de crianças que não chegavam à primeira infância.

O regime de trabalho era o grande vilão, acabando com o vigor das mães e elevando a taxa de mortes de "velhos" — os trabalhadores com quarenta anos ou mais. Nos inventários de propriedades açucareiras, 6% morriam de "cansaço": exaustão, falência do corpo. No engenho do Sergipe do Conde, no Recôncavo baiano, entre 1622 e 1653 compravam-se cerca de cinco escravos por ano para manter o grupo de aproximadamente setenta, repondo assim as mortes constantes. Há ainda o aspecto psicológico, que levava a impactos censitários notáveis. Livros de contas de engenhos do Nordeste referem-se a casos de aborto e suicídio, formas individuais de rebelião dos que se negavam a continuar aceitando aquela realidade. Com tantos dados negativos, não se confirma a imagem de uma escravidão mais benevolente no Brasil, onde a expectativa de vida dos escravos homens ficava abaixo da que se tinha nos Estados Unidos — 25 anos para 35 —, embora houvesse desproporção semelhante para a população branca.

Dado coerente com o regime de privações a que obedecia o cotidiano de trabalho dos escravos, a vestimenta a eles fornecida era exígua. Registros da época mencionam que os cativos andavam quase nus, ficando muito suscetíveis às mudanças do clima. Homens

normalmente traziam o peito descoberto e portavam ceroulas que iam até abaixo dos joelhos. Para conter o suor da testa, punham faixas ou lenços na cabeça. As mulheres vestiam trajes mais completos — saia, anágua, blusa e corpete —, a despeito de hoje se achar que esse tipo de roupa era mais usado na ocasião da venda ou em festas. Em geral, as vestimentas eram feitas de "pano da serra", um tecido grosseiro de fio cru que, com o uso diário, raspava a pele, e distribuídas no máximo duas vezes por ano: nos períodos da moagem e do corte da cana.

Os escravos do campo andavam menos bem vestidos que os domésticos. Estes, comenta-se, traziam traje completo, por vezes chapéu, colete e até guarda-chuva, o qual mantinham totalmente aberto para proteger seus senhores contra o sol. Havia ainda escravos urbanos — cujo número médio por senhor era bem menor —, que passavam parte do tempo longe da vigilância, trabalhando na rua como alugados e jornaleiros. Seu tempo era arrendado por dia ou por semana e o cativo devia entregar ao senhor ou à senhora, no final da empreitada, a soma que recebia. Eles exerciam uma infinidade de ofícios: eram pintores, pedreiros, carpinteiros, estivadores, alfaiates, ferreiros, costureiros, cocheiros, carroceiros, barbeiros, sapateiros. As mulheres eram domésticas, cozinheiras, arrumadeiras, amas, engomadeiras, lavadeiras. Escravas vendiam nas ruas mingaus, doces, bolos, caldo de cana, caruru e iguarias vindas da África. Saíam pela cidade oferecendo seus quitutes e muitas vezes levavam os filhos amarrados em panos da costa, que lhes identificavam a nação. Várias delas atuavam como mensageiras, pois, circulando pelas ruas, podiam transmitir informações e até notícias de rebeliões. Escravizadas também tiveram de exercer a prostituição nas regiões portuárias, vendendo seu corpo e entregando os ganhos aos patrões.

Numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos. Por sinal, cor virou uma régua para essa sociedade que a eles vinculava o labor braçal. Os mulatos, por exemplo, muitos deles filhos ilegítimos do seu senhor, eram geralmente escolhidos para as funções domésticas. Embora representassem 7% da população escrava dos engenhos, executavam 20% das atividades artesanais e domésticas.[24]

Houve uma especificidade no modelo brasileiro de escravidão, que foi a brecha da alforria. As manumissões relacionavam-se ao bom comportamento, mas também à compra da liberdade por parte do escravo. Na colônia, permitia-se que este acumulasse um pecúlio, e não poucas vezes mulatos que exerciam funções especializadas podiam ter a esperança de um dia serem livres. A alforria existiu em toda a história da nossa escravidão (apesar de não estar incluída em nenhuma lei civil ou religiosa). Ela poderia ainda constar de testamentos, ou ser utilizada como recompensa por lealdade ou afeição pessoal. Mulheres, crianças e cativos especializados eram mais alforriados que homens adultos, e na Bahia mulatos receberam 45% das alforrias.

Não obstante, o número absoluto de alforrias era pequeno, não ultrapassando 1% ao ano durante os séculos XVI e XVII. Já as possibilidades de reescravização eram das mais altas. Todas as manumissões poderiam ser revogadas e dependiam do comportamento tido como adequado para os ex-escravos. Consideravam-se suficientes para pôr fim à alforria casos de deslealdade por parte dos libertos, assim como se apreendiam sem dificuldade negros em viagem, e anulavam-se seus passaportes e registros.

Grassava uma escandalosa ilegitimidade na escravidão. Amparado firmemente no

costume, esse sistema foi marcado pela bastardia jurídica, aqui e em outros lugares. O notável desprezo das sociedades escravistas pela obediência às leis que controlavam a violência se espraiava por toda a sociedade, facilitando a reescravização. No Brasil, a exigência de passaportes, passes e bilhetes senhoriais durante o deslocamento dos cativos demonstrava a preocupação das autoridades em manter o controle destes e, ademais, sobre qualquer indivíduo que apresentasse possíveis traços de pertencimento à escravidão. Situação comuníssima era a detenção de negros e negras para a conferência dos documentos de deslocamento e comprovação de identidade. Nessas ocasiões, muitos homens livres, que, embora estivessem fora de seu meio social, portavam registros para atestar sua liberdade, foram facilmente aprisionados e outra vez vendidos como escravos.[25]

O calor das chamas, aliado ao calor do Nordeste, a falta de alimentação, os maus-tratos, a faina do dia inteiro, faziam do trabalho no engenho uma espécie de "inferno" na Terra. Foi o mesmo Antonil quem bem definiu a colônia como "Inferno dos negros, Purgatório dos brancos". Tudo convergia para a palavra "inferno", a propósito, metáfora frequente nesse local. No entanto, a despeito das altas doses de sadismo, é evidente que a violência do sistema tinha um sentido econômico claro: o de conformar a disposição do escravo e obrigá-lo a trabalhar o máximo possível.

Era difícil escapar da escravidão. Aliás, no caso brasileiro ela tomou o território todo, e foi responsável pela maior importação forçada de trabalhadores africanos até hoje conhecida. E, de tão disseminada, a instituição deixou de ser privilégio de grandes senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taberneiros, comerciantes, pequenos lavradores, pobres e remediados, e até libertos possuíam escravos. Por essas e por outras é que a escravidão foi mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita.

E há ainda outro elemento a destacar. Por aqui — e contrariando a ladainha que descreve um sistema menos severo — os escravos reagiram mais, mataram mais os seus senhores e feitores, se aquilombaram mais e, por fim, também se revoltaram mais. A provável explicação dessas reações repousa em muitas especificidades: na fragilidade das instituições policiais e jurídicas, na menor coesão da classe senhorial — dividida entre pequenos, médios e grandes proprietários, espalhados por todo o país —, mas, sobretudo, na certeza de que violência chama invariavelmente mais violência.

Além disso, diferentemente do que hoje se imagina, os escravizados não se comportavam como "coisas", tendo sempre agenciado seu lugar e condição, lutado para conseguir suas horas de lazer, manter sua família, recriar seus costumes em terras estranhas, cultuar seus deuses e práticas, preservar seus filhos e cuidar deles.[26] É conhecido o costume de africanos que pretensamente seguiam a missa e os santos católicos — e que pareciam ter se convertido à verdadeira fé — mas decerto tinham uma lista paralela de cultos que incluía seus próprios orixás.

Por meio da devoção, entramos num mundo do diálogo. Muitos africanos, ao chegarem ao Brasil, convertidos pela força do sistema, abraçaram a religião católica e seus santos, mas mudaram nomes, feições e conteúdos. Por outro lado, acrescentaram um novo panteão, na medida em que, sem abrir mão de seus reis e divindades, os cultuaram à discrição e em meio às festas em que reverenciavam as majestades portuguesas ou santos

da cristandade. O mesmo se deu com práticas como a capoeira. O nome vem do mato nascido após a derrubada da mata virgem e cortado pelo escravo. Contudo, ganhou outro sentido. Originalmente uma luta, na colônia foi descrita como uma dança para a distração.[27] Boa paródia, dança que é luta, santos que são orixás. A escravidão criou um universo de disfarces e de negociações.

Por sinal, desde o princípio os africanos fugiram e, quando puderam, se rebelaram. Quilombos existiram enquanto perdurou o escravismo, tendo sido a submissão somente um dos efeitos de muita coação. Não há escravidão boa ou má, portanto não há escravidão melhor ou pior. Sempre e em qualquer lugar ela gera o sadismo, a rotinização da violência e a perversão social. O que resta, nos EUA ou aqui, é a má consciência, a culpa da perpetuação de um sistema como esse por tanto tempo e de forma assim naturalizada. No entanto, a luta pela liberdade sempre foi um desejo e um objeto perseguido pelos escravizados. Se os senhores na maior parte das vezes manipulavam a situação recorrendo a sevícias e castigos de toda sorte, em alguns poucos momentos distribuíam incentivos positivos — prometendo dias livres ou até mesmo a manumissão. Também os escravizados negociavam, e tentavam sobrepujar as constrições do sistema. Solicitavam que as sextas-feiras e sábados fossem liberados para eles se dedicarem aos seus afazeres, exigiam escolher seus feitores e controlar o equipamento, queriam cuidar dos filhos, cultuar seus deuses e os que conheceram no Novo Mundo. Há um documento — raro entre nós — em que o escrivão registra a petição dos cativos que reivindicavam o direito de "brincar, folgar e cantar", sem pedir autorização. A esperança era pouca e a violência muita, mas os trabalhadores vindos da África fizeram mais do que apenas sobreviver. Para fugir da condição de "peça", os escravizados procuraram nas brechas do sistema espaços para recriar suas culturas, inventar desejos, sonhar com a liberdade e com a reação.

TOMA LÁ DÁ CÁ: REBELIÕES, INSURREIÇÕES E MOVIMENTOS ESCRAVOS

Os escravizados jamais abriram mão de serem agentes e senhores de suas vidas. Em primeiro lugar, criaram entre si laços de afeição, associações religiosas e sociais, e redes. Viajantes anotaram que os cativos estabeleciam relações ternas com esposas e filhos dos senhores, e que mantinham solidariedade com os "malungos" — como vimos, nome dado aos companheiros de viagem pelo Atlântico. Além do mais, eles reagiram a sua rotina de trabalhos forçados fazendo, quando podiam, pequenas e médias barganhas, negando-se a executar certas tarefas, ou apenas contrariando a vontade dos senhores.

Mas reagiram ao cotidiano violento também de forma violenta, sendo frequentes as fugas — individuais e em massa —, os assassinatos de feitores e senhores, e as insurreições organizadas. A resistência escrava deu origem a mocambos ou quilombos guerreiros, surgidos na América portuguesa a partir do século XVI. A palavra "mocambo" significa "esconderijo"; já "quilombo" foi o termo utilizado em algumas regiões do continente africano, especialmente em Angola, para caracterizar um tipo de acampamento fortificado e militarizado, composto de guerreiros que passavam por rituais de iniciação, adotavam uma dura disciplina e praticavam a magia.[28] O uso de "quilombo" para designar agrupamentos de cativos fugidos se generalizou depois de Palmares — como veremos, o maior e mais persistente agrupamento de quilombos que existiu no país —, e a palavra foi mais empregada no século XVIII. De tão temerosas, as autoridades portuguesas logo proibiram a aglomeração de mais de seis escravos fora do trabalho.

De meados do século XVI, quando as primeiras notícias a respeito do aparecimento de quilombos chegaram a Salvador e depressa alcançaram Lisboa, até meados do XIX, com o início da propaganda abolicionista, as fugas de cativos procuraram obstinadamente encontrar uma saída num mundo onde não havia alternativa.[29] Entre a realidade concreta de uma sociedade escravocrata e a tentativa de inventar uma realidade factível, muitos escravos não pensaram duas vezes: o suicídio era uma solução extrema; aventurar-se sozinho pelos caminhos e arraiais, por demais arriscado. A saída era fugir, em grupo, para o mato e tentar se instalar do lado de fora da sociedade escravista, no embrenhado das matas ou no cenário assustadoramente desabitado do sertão. Os quilombos surgiram para sustentar essa possibilidade, em geral em lugares de difícil acesso, protegidos da força policial das cidades, do trânsito de pessoas nas estradas e da intensa vigilância das fazendas. Apesar disso, paradoxalmente, houve quilombos que mantiveram relações de troca de produtos com as localidades próximas.

A proliferação dos mocambos e quilombos na paisagem colonial americana nessa época foi resultado de uma combinação mais complexa do que a apontada pela evidente associação entre refúgio e bivaque. O quilombo não era só um lugar transitório e improvável; tampouco era apenas desobediente às coordenadas estabelecidas, do lado de cá, pela ordem escravista e, do lado de lá, pelo isolamento absoluto. Na prática, é possível que a experiência dos quilombos tenha construído um lugar radicalmente novo no panorama político, capaz de conciliar, em igual medida, resistência e negociação, rejeição e convivência — um lugar perigoso e muitas vezes trágico para os escravos que neles se

abrigavam.[30]

O quilombo significou uma alternativa concreta à ordem escravista — e, por isso, tornou-se um problema real e bastante amedrontador para a sociedade colonial e para as autoridades, que precisavam combatê-lo de modo sistemático. Mas, ao mesmo tempo, o quilombo era parte da sociedade que o reprimia, em função dos diversos vínculos que tinha com os diferentes setores desta. Tais vínculos, de natureza muito variada, incluíam a criação de toda sorte de relações comerciais com as populações vizinhas, a formação de redes mais ou menos complexas para obtenção de informações e, como não poderia deixar de ser, o cultivo de um sem-número de laços afetivos e amorosos que se entrecruzavam nas periferias urbanas e nas fazendas.

A população de um quilombo subsistia graças aos recursos que tirava da mata, às roças que plantava — milho, mandioca, feijão, fumo, batata-doce —, a seus criatórios de galinhas, e, é claro, graças à maneira como convivia com a sociedade que se desenvolvia em seu entorno.[31] Todos os quilombos iniciaram alguma forma de convivência amistosa com os vizinhos. Muitos, porém, combinaram a possibilidade de coexistência pacífica com o estabelecimento de relações conflituosas com os distintos grupos sociais que circulavam nas proximidades, e garantiram seus mecanismos de sobrevivência atacando as periferias dos núcleos urbanos, saqueando fazendas a fim de conseguir animais para corte e alimentos, assaltando viajantes nas estradas.

Em meados do século XVIII, o Buraco do Tatu, quilombo localizado nas cercanias de Itapuã, perigosamente perto de Salvador, sustentava sua economia no roubo e mantinha uma fortíssima relação de cumplicidade com a comunidade de escravos e de libertos dessa cidade, os quais lhe forneciam víveres e munição (ver imagem 24).[32] Num aspecto os quilombos se assemelhavam: suas melhores possibilidades de sobrevivência eram favorecidas pela rede de conexões sociais que os escravos fugidos estabeleciam com a vizinhança. Em razão de sua grande quantidade e dispersão por várias capitanias produtivas da colônia, eles formaram um mundo subterrâneo — o "campo negro" —[33] do qual souberam tirar proveito fundamental para estender seu raio de influência e aumentar suas condições de autonomia.

Uma impressionante variedade de personagens e de tipos sociais transitava, com modalidades diversas de interesse ou de cumplicidade, nas imediações dos quilombos — e ela não era necessariamente composta de negros ou cativos. Entre os nós dessa rede havia contrabandistas encarregados de negociar produtos; escravos que permaneciam nas fazendas atuando silenciosamente como canais de informação e de ligação entre diferentes quilombos; comerciantes e mascates que abasteciam tais refúgios de pólvora, aguardente, sal e roupas, além de vender os butins dos quilombolas salteadores.

Nem os quilombos que escolheram sobreviver de assaltos e saques podiam prescindir da cumplicidade gestada no interior da rede de relações e interesses. As autoridades, por seu lado, tentavam neutralizar essas redes sociais de apoio. Para destruir um quilombo notoriamente dedicado ao roubo e à violência como o Buraco do Tatu, não bastou o envio da força policial de Salvador; foi preciso mobilizar tropas de índios.

Já na região do Baixo Amazonas, no extremo norte da América portuguesa, os refúgios de escravos dos rios Curuá e Trombetas — Maravilha, Inferno, Cipoteua e Caxangue — se instalaram no meio das "águas bravas", acima das primeiras corredeiras e cachoeiras desses afluentes da margem esquerda do grande rio; mata fechada, próxima à fronteira

com o Suriname.[34] Para sobreviver ali, coragem, astúcia e boa disposição física não eram suficientes; era crucial conhecer a floresta. Os quilombolas se adaptaram a ela a partir da convivência amigável, ou em alguns casos hostil, com os índios e com os animais, e da própria percepção do que lá acontece: alteraram seu padrão alimentar substituindo a farinha pela massa do coco do babaçu ou do uricuri, adotaram a carne de tartaruga quando o pescado escasseava e esculpiram imagens de santos com o miolo extraído do tronco das palmeiras. Também descobriram o valor econômico da castanha e o uso medicinal de determinadas plantas, como o óleo da caraíba e a salsaparrilha — com o passar do tempo, tornaram-se "bichos do mato", filhos da floresta.

PALMARES: A REBELDIA DOS QUILOMBOS

Cada quilombo tem sua história, mas Palmares — a maior comunidade de escravos fugidos e possivelmente a que sobreviveu por mais tempo na América portuguesa — ainda hoje parece resumir, para a imaginação brasileira, a notável tradição de resistência e rebeldia do quilombo guerreiro. Conta essa tradição que o núcleo original de Palmares era composto de cerca de quarenta cativos, todos provenientes de um mesmo engenho de açúcar em Pernambuco e que subiram a serra da Barriga, na Zona da Mata, já no atual estado de Alagoas, provavelmente em torno de 1597.[35] O lugar, rodeado de serras e inteiramente despovoado, proporcionou aos fugitivos um abrigo natural, capaz de funcionar como uma muralha contra ataques. A palmeira, onipresente na região, forneceu-lhes sustento e conforto, incluindo a alimentação feita do coração da árvore — o palmito — e o trançado de cordas para fabrico de armadilhas, peças de vestuário e coberturas de casebres. Poderoso ímã, a palmeira atraiu os cativos e batizou seu esconderijo (ver imagem 22).

Palmares passou a designar não um único refúgio de escravos, mas uma extensa confederação de comunidades dos mais diversos tamanhos, vinculadas por acordo umas às outras, que conduziam os próprios negócios, dispunham de autonomia e escolhiam seus líderes: o quilombo de Acotirene, cujo nome homenageava a matriarca e conselheira dos líderes quilombolas; o quilombo de Dambrabanga, um de seus principais comandantes militares; o quilombo de Zumbi, título concedido ao líder religioso e militar da comunidade; o quilombo de Aqualtune e o de Andalaquituche, respectivamente os nomes da mãe e do irmão de Zumbi; o quilombo de Subupira, base militar dos quilombolas; a Cerca Real do Macaco, o maior e mais importante quilombo de Palmares, onde se localizava seu núcleo político e atuava sua autoridade central, Ganga Zumba, o "Chefe Grande", que presidia o conselho constituído pelas lideranças dos quilombos e regulamentava os assuntos da guerra e da paz.

Boa parte dos primeiros habitantes de Palmares veio da África, mais precisamente dos atuais Estados de Angola e do Congo, e, embora durante seu período de maior crescimento a confederação quilombola tenha formado uma sociedade multiétnica, foi essa população originária que chamou o refúgio de Angola Janga — a "pequena Angola". Angola Janga como que reinventava uma nação da África no Brasil, revelava que seus habitantes se reconheciam estrangeiros aqui e confirmava que Palmares, tal como um pequeno Estado africano, abrigou uma vida comunitária politicamente organizada: administração pública, leis próprias, forma de governo, estrutura militar, e princípios religiosos e culturais que fundamentavam e fortaleciam a identidade coletiva. As autoridades coloniais, por sua vez, também reconheceram em Palmares um enclave, registrado, nos documentos que enviaram a Lisboa, como "república", termo que, na cultura política portuguesa da época, servia para indicar, no reino ou no ultramar, a existência de um espaço institucional e atuante de gestão pública, regulado pela política e funcionando em condições de relativa autonomia.[36]

Em seu momento de maior crescimento, Palmares chegou a abrigar aproximadamente 20 mil habitantes — desse total, viviam na Cerca Real do Macaco em torno de 6 mil, quase a população do Rio de Janeiro, calculada, por volta de 1660, em 7 mil pessoas, incluindo

índios e africanos.[37] A confederação quilombola manteve intensa relação de comércio com vilas e arraiais vizinhos; ao mesmo tempo, estimulou fugas em massa de escravos, promoveu um sem-número de assaltos aos engenhos, fazendas e povoações, e resistiu por um século às incursões militares enviadas para destruí-la. A primeira expedição portuguesa contra Palmares data de 1612; a última, quando Zumbi foi morto, ocorreu em 1695. Entre 1644 e 1645, durante a ocupação holandesa da área produtora de açúcar no Nordeste — em especial da capitania de Pernambuco —, a Companhia das Índias Ocidentais ordenou dois ataques a Palmares, e ambos fracassaram; os holandeses ficaram à mercê de uma espécie de guerra do mato difícil de sustentar, feita de escaramuças, emboscadas e assaltos sorrateiros.

Palmares aproveitou a crise que se instalou com a ocupação holandesa para crescer, e esse foi um padrão recorrente da resistência escrava ao longo do tempo: de muitas maneiras, os cativos sempre agiam nos momentos em que a sociedade escravista estava dividida, ou por guerra, ou por invasão estrangeira, ou por dissensões internas. A partir de 1670, com a constante ameaça dos quilombolas e a propagação da fama de Palmares por toda a América portuguesa, as autoridades coloniais puseram em funcionamento uma estratégia de destruição sistemática: ataques anuais, envio de missões de reconhecimento, e a eliminação das ligações comerciais entre as vilas e os quilombos. Mas, apesar de fracassarem, uma após a outra, todas essas expedições, também Portugal acabou se beneficiando muitíssimo do surgimento de fortes divisões internas entre as lideranças quilombolas.

Em 1678, representantes portugueses e uma expressiva comitiva de rebeldes enviados por Ganga Zumba reuniram-se no Recife para celebrar o tratado de paz proposto pelas autoridades coloniais. O acordo previa devolver aos agentes da Coroa os escravos fugidos — vale dizer, todos os moradores que não tivessem nascido nos quilombos — e, do ponto de vista luso, tinha o objetivo estratégico de liquidar com os profundos laços de cumplicidade e reconhecimento entre os quilombolas e os cativos. Em troca, Portugal garantia alforria, terras sob a forma de sesmarias e foro de vassalos da Coroa para os naturais de Palmares. O acordo do Recife opôs Ganga Zumba a Zumbi, anulou a unidade entre os quilombolas e deu início ao período mais violento da história daquela comunidade de quilombos. Considerado traidor, Ganga Zumba foi envenenado; seus chefes militares, sumariamente degolados. Nos quinze anos que se seguiram, Zumbi liderou a guerra palmarina contra as autoridades portuguesas, resguardou a autonomia dos quilombos e assegurou a liberdade de seus habitantes. A guerra só se encerrou em 1694, com a queda da Cerca Real do Macaco, depois de 42 dias de sítio, da derrota e execução de Zumbi, e da destruição, a ferro e fogo, de Palmares.

Palmares serviria de exemplo para os dois lados. Na época, as autoridades coloniais o tomaram como um modelo para a repressão sem dó nem piedade: era isso que acontecia com aqueles que negavam a lei. Mas Palmares também se converteu em símbolo de uma luta negra por inclusão social e em referência para uma interpretação do Brasil que não legava aos escravos apenas o papel de vítimas passivas. Eram vítimas porque não tinham escolhido viajar para cá e trabalhar na cana. Mas foram agentes, uma vez que não se acomodaram ao regime de privações a eles imposto.

Em agosto de 1870, passados quase duzentos anos, Castro Alves compôs “Saudação a Palmares”, uma dura denúncia do regime escravocrata, que humilhava o cativo e

degradava as relações humanas, e uma entusiasmada celebração do quilombo.[38] O grande poeta abolicionista via longe, e à frente do seu tempo: o poderoso Estado negro formado por uma confederação de quilombos seria objeto de intenso investimento de memória coletiva. Durante os séculos XVIII e XIX, enquanto existiu escravidão negra no Brasil, o medo estava por toda parte. Acima de tudo, temia-se que o fenômeno de Palmares se repetisse. Já ao longo do século XX, Palmares foi alvo de um giro radical — nas ideias, nas formas discursivas textuais e livrescas, na cultura, na escrita da história. Transformou-se no evento-símbolo da luta dos escravos e das populações negras brasileiras de um modo geral, assim como em ícone da construção de outras histórias e memórias no país.[39]

AS MUITAS MODALIDADES DA LUTA DE RESISTÊNCIA

Nem toda fuga de escravos gerava a formação de quilombos. Fugir era sempre um ato de resistência, e os cativos evadiam-se com diferentes propósitos: escapar da extrema violência de castigos físicos ou morais, driblar a imposição da ruptura de laços afetivos ou amorosos por venda, reagir à quebra de acordo pela arbitrariedade do senhor, tentar abrir uma brecha para negociação numa situação de conflito, recusar o excesso de castigos e sevícias, e, é claro, afirmar o desejo de liberdade. Entre os séculos XVII e XVIII, "tirar cipó" significava "fugir para o mato" — e arriscar-se a inúmeros perigos.[40]

A fuga individual ou em grupo questionava os limites da dominação: o escravo que fugia afrontava o princípio da propriedade, ameaçava a ordem das coisas, impondo grave prejuízo ao seu senhor. Cedo se percebeu que as formas individuais de punição aplicadas ao cativo recapturado, devolvido ao proprietário e devidamente castigado não bastavam; era imprescindível construir mecanismos de controle e manutenção da ordem escravista e desenvolver estratégias de repressão. A montagem do aparato de controle da ordem escravista foi lenta, sistemática, sustentada numa legislação com escopo repressivo muito amplo e que acreditava fortemente na eficácia da punição *pública*, na exposição espetaculosa do delito e da aplicação da penalidade atribuída ao infrator. Essa crença no castigo exemplar incluía diversas modalidades de pena: mutilação do corpo do escravo infrator, para que toda a sociedade, em qualquer ocasião, ao ver a marca, ficasse ciente do crime por ele cometido; suplício no pelourinho — coluna de pedra encimada com as armas e o brasão real, símbolo da fidelidade ao rei, erguida sempre na praça principal da vila, em cujos lados pendiam argolas onde costumavam ser acorrentados e açoitados os escravos; exposição, em lugar público, à vista de todos, das cabeças dos cativos degolados durante as inúmeras expedições enviadas para perseguir fugitivos e destruir quilombos.

Tudo isso e ainda não era o suficiente. Permanecia a convicção, por parte das autoridades coloniais, de que precisavam avançar em busca de agentes ativos no controle e na vigilância dos cativos, mesmo que os proprietários tivessem que pagar o preço por eles. A solução encontrada era, de certo modo, previsível: desenvolver uma força especializada na perseguição do escravo fugido, uma espécie de tropa profissional, fortemente militarizada, com autorização para capturar negros fugidos nas estradas, na mata fechada e nos quilombos — e com ordem para matar, incendiar e destruir qualquer foco de resistência. No coração desse aparato repressivo e preventivo de fugas, os portugueses entronizaram a figura do "capitão do mato". Até o início do século XVII, a caça ao escravo fugitivo era uma atividade esporádica e temporária; boa parcela do aparato repressivo ficava nas mãos do feitor, o capataz do engenho, que administrava e punia, em doses iguais, a escravaria necessária. A partir de meados desse século, porém, o cargo de capitão do mato, com regras definidas e permissão para esquadrinhar preventivamente uma região com o propósito de evitar fugas, passou a ser reconhecido pela sociedade e fez de seu ocupante um personagem indissociável da escravidão.[41]

Entre os séculos XVII e XIX, circularam pelo território brasileiro milhares de capitães do mato, muitos dos quais eram ex-escravos que se gabavam de conhecer, melhor do que ninguém, o comportamento de um fugitivo. Mas, como os quilombos e as fugas também estavam associados na sensibilidade dessa sociedade escravista às piores imagens de aflição

— a agonia da morte, o esconderijo onde vivem os demônios, o pecado da idolatria —, por via das dúvidas tratou-se de colocar em cena um personagem mais forte e concederam a patente de capitão do mato a santo Antônio de Pádua. O mais venerado dos santos, na metrópole e na colônia, e celebrado como guerreiro defensor da América portuguesa contra invasões estrangeiras, santo Antônio, sem ser consultado, durante três séculos emprestou sua divina colaboração em favor da recuperação de escravos fugidos e da destruição de quilombos.[42]

Um capitão do mato recebia sua remuneração diretamente do proprietário de escravos que o contratara — e ganhava por serviço prestado. O valor a ser pago — a "tomadia" — era regulado pela distância entre o local da fuga e o da captura: quanto maior a distância, maior o valor. E o pagamento só acontecia mediante entrega: ou do cativo recapturado ou da cabeça do escravo degolado que o capitão do mato carregava consigo em sacos de couro até poder exibi-la ao proprietário e fazer jus ao valor acordado.[43]

Além das fugas, existiram outras formas de resistência, como o assassinato e envenenamento de senhores, suicídios, abortos; escravizados sempre negaram sua condição e reivindicaram direitos. Ora, a simples desobediência já retirava parte da autoridade do senhor, que dependia, para que a fazenda funcionasse e desse lucro, da obediência cega dos trabalhadores. Por outro lado, os escravos sabiam dos riscos que corriam: o inimigo era superior em forças, não havia garantias e, caso fossem descobertos, não teriam nenhuma proteção legal. Por isso a luta não podia ser aberta: roubos, assassinatos, suicídios, abortos, insultos, afora pequenos e desconcertantes atos de desobediência ou de manipulação pessoal, constavam da lista de reações possíveis.

Resistir demandava também criatividade, sorte, barganha e malícia: por isso, muitas vezes a estratégia foi indireta, buscando não apenas atacar, mas, sobretudo, desgastar o inimigo — a sabotagem era o mais famoso desses métodos. Tal forma de ação foi usada de maneira recorrente na agroindústria do açúcar, especialmente em Pernambuco e no Recôncavo baiano. A sabotagem representava um perigo constante, e seu êxito dependia de muito pouco: uma chispa de fogo no canavial, o limão cortado em pedaços e esquecido nos tachos de cobre onde se cozia o caldo da cana para produção do melado, um dente quebrado nos cilindros dentados da moenda — as gigantescas rodas para extração do caldo da cana, movidas a água ou por uma junta de bois.[44] Qualquer interferência, por insignificante que fosse, era danosa ao fabrico do açúcar e podia pôr a perder toda a produção do engenho, provocando um prejuízo irreparável ao seu proprietário.

Lembrar e cultuar memórias, traços, vestígios de raízes culturais africanas foi outro ingrediente indispensável para formar a capacidade de resistência dos escravos no Brasil. Com o tempo, essas raízes foram modificadas, misturadas e recriadas no novo ambiente da escravidão. E, assim, serviram de base para a construção de uma vida religiosa e lúdica que funcionou como importante ferramenta na elaboração de identidades coletivas e formas de resistência grupal.

Nas fazendas de café, nos engenhos de açúcar ou nos núcleos urbanos era frequente escravos brigarem com seus senhores e barganharem o direito de tocar, dançar e cantar em obediência aos seus ritos religiosos, sem o consentimento do feitor — e, é claro, sem a intromissão da polícia. No mais das vezes, esse era um acontecimento que tinha lugar num espaço previamente escolhido, aberto nos matos, com especial capricho, pelos próprios escravos, em áreas próximas às fazendas e engenhos ou aos núcleos urbanos — os

chamados “terreiros”. Os rituais de devoção aí praticados estavam associados a um conjunto muito peculiar de fundamentos culturais e religiosos: a adoção de formas de celebração em que música e dança, ritmo e movimento estão equilibrados numa mesma e única linguagem espiritual; a possessão pela divindade; a forte conexão desses rituais com as raízes africanas, valendo-se principalmente da tradição oral (ver imagem 26).[45]

O candomblé — a religião dos orixás — foi o nome dado, a partir do início do século XIX, a essa reconstrução dos rituais de celebração religiosa, tomando como base tradições de povos nagôs e com influência cultural de grupos jejes.[46] Desde o princípio, o candomblé combinou, no novo ambiente do Brasil, elementos culturais impostos aos escravos com o contato entre grupos étnicos cujo número era sempre renovado pelo tráfico. De muitas maneiras, ele definiu sua própria linha de atuação: ajudou a ampliar as fronteiras de identificação entre grupos diversos, produziu critérios de importância simbólica para o bom funcionamento da vida comunitária, criou canais de comunicação com a sociedade escravista. Também negociou experiências históricas distintas entre africanos, mestiços e índios — e, não por acaso, o chamado “candomblé de caboclo” cultua, ainda hoje, os espíritos dos antepassados da terra brasileira, os índios, que são na Bahia denominados “caboclos”.

E, como não poderia deixar de ser, quilombos funcionaram como espaços privilegiados de defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma para os escravizados. No final do século XVII, o poeta Gregório de Mattos, apelidado Boca do Inferno em virtude de seus muitos versos satíricos e poesia francamente fescenina, já fazia referência aos rituais de celebração religiosa realizados em quilombos, ao ritmo de tambores e atabaques: “Não há mulher desprezada/ galã desfavorecido/ que deixe de ir ao quilombo/ dançar o seu bocadinho”.[47] Nesse poema, intitulado “Preceito 1”, Gregório provavelmente retratou um rito próprio de evocação de uma divindade — “calundu” — capaz de informar sobre o destino de cada pessoa. Como se vê, no longo processo de transformação e enriquecimento do ritual do calundu até a criação da matriz do samba, a vida comunitária dos africanos e de seus descendentes sob o jugo da escravidão pautou-se pela falta mas também pela criação.[48] Se as relações sempre foram assimétricas, não engessaram a reação. Não se convertem homens em propriedades sem que eles mostrem sua capacidade de invenção e criatividade. Mais do que sobreviver, populações africanas se fizeram locais, perderam o caráter estrangeiro, driblando os rigores de um regime perverso e acondicionado pela linguagem da violência.

4.

É OURO!

SERTÃO DOS "CATAGUÁS"

O século XVII mal havia terminado, as finanças de Portugal estavam comprometidas com o elevado custo da administração do Império, e a agroindústria canavieira começava a sentir o peso da concorrência da cana plantada nas Antilhas e levada pelos holandeses expulsos do Brasil, a qual atingia duramente os engenhos de açúcar do Nordeste. Mas, em Salvador, o governador-geral do país, João de Lencastro, ainda se perguntava se a descoberta de lavras de ouro no sertão dos "Cataguás" era de fato um bom negócio para a Coroa portuguesa. Apesar do otimismo de Lisboa, o governador mantinha-se cético acerca da extensão dos achados e da quantidade do ouro colhido, e duvidava que os pedregulhos e o pó do ouro catado no fundo dos córregos localizados onde hoje é a área central do estado de Minas Gerais compensassem o altíssimo investimento da metrópole na colonização da América e servissem para realimentar o projeto imperial luso.

"Cataguás" designava um povo indígena que habitava o sul, o oeste e o centro do território de Minas — os primeiros a enfrentarem os colonizadores. Eram descendentes dos Tremembé que, no decorrer do século XVI, migraram do litoral nordestino, na altura do atual estado do Ceará, e assumiram o nome de "Catu-auá", corrompido pelos portugueses em "Cataguá" (agora estão extintos). "Cataguás" era também o nome genérico atribuído pelos sertanistas às populações indígenas estabelecidas no eldorado das serras mineiras, a região onde em meio à areia grossa do fundo dos rios faiscava um ouro miúdo.

Demorou quase dois séculos, mas Portugal jamais perdeu a esperança — a busca de metais preciosos estava no centro da sua obsessão por enriquecimento rápido.[1] E pairava um otimismo geral entre as autoridades de Lisboa, havia algum tempo predispostas a acreditar que existiam na América tesouros imensos prontos para serem descobertos. O fluxo impressionante de ouro e prata que os espanhóis carregaram de suas colônias americanas para Sevilha na primeira metade do século XVI deslumbrou as cortes europeias, amealhou para a Coroa de Castela uma fortuna de fazer inveja a qualquer monarca europeu, serviu para engordar as rendas do Estado e, claro, manteve acesa a cobiça dos portugueses.

Em meados do século XVI, a notícia de que os afortunados espanhóis tinham encontrado uma montanha inteira de prata em meio à cordilheira dos Andes — Cerro Rico de Potosí, na atual Bolívia — fez a imaginação da Europa ferver e convenceu Lisboa de duas coisas: havia uma grande quantidade de metais preciosos no território da colônia e a única maneira de alcançar essa riqueza era penetrar no sertão. A caminhada por certo seria duríssima, mas quem nela se aventurava confiava no sucesso: na época, a cartografia garantia ser o continente americano estreito o bastante para tornar os desbravadores portugueses praticamente vizinhos das fabulosas montanhas do Alto Peru — feitas as contas, não levaria mais que doze dias, por terra ou por água, se o viajante partisse da vila de Santos, no atual estado de São Paulo.[2]

O cargo de governador-geral, cuja patente militar era de capitão-general, exigia que seu ocupante protegesse a colônia contra as incursões de corsários e piratas e contra os ataques de potências europeias como a Holanda e a França, interessadas nos lucros do comércio marítimo e em formar seu próprio império colonial; também lhe cabia promover a colonização e não negligenciar a busca dos metais preciosos. No entanto, João de Lencastro

tinha alguns bons motivos para acolher com cautela as notícias de achados no sertão dos "Cataguás". O ouro até então descoberto, entre 1560 e 1561, nas serras que cortam os atuais estados de São Paulo e Paraná, sobretudo entre Iguape, Paranaguá e Curitiba, estava longe de satisfazer o apetite português. Aos olhos de Lisboa, "o que no Brasil se queria encontrar era o Peru, não era o Brasil",[3] e pretendia converter as montanhas de Paranapiacaba, o nome indígena da Serra do Mar, numa réplica dos Andes, de onde não estariam ausentes nem mesmo lhamas — a Coroa cogitou importar cerca de duzentas, vindas do Peru, para o transporte do metal —, o achado era pífio: o ouro, pouco; o filão, descontinuado; o rendimento das jazidas, muito baixo.[4]

Como para outros de seus contemporâneos, a referência de João de Lencastro não era o ouro, mas a agroindústria canavieira, que, a partir de 1570, havia começado a prosperar, em especial na costa de Pernambuco e no Recôncavo baiano, e se transformara no cerne econômico da América portuguesa. No início do século XVIII, padre Antonil já entendia como arriscada e pouco vantajosa a ideia fixa das autoridades metropolitanas na busca do ouro. Não era difícil compreender por quê: o açúcar constituía a mais importante riqueza do Brasil, os engenhos funcionavam como o principal campo de trabalho missionário na conversão de escravos, e toda essa riqueza poderia ir por água abaixo com a descoberta das Minas, particularmente danosa pelos numerosos deslocamentos migratórios internos.[5]

A combinação do açúcar com a escravidão africana, como vimos, determinou a vida econômica do Império no Atlântico Sul, e sustentou as ambições dos grandes proprietários de terras e de uma ativa comunidade mercantil. Salvador, o centro nervoso da administração portuguesa, era o mais notável escoadouro urbano de uma sociedade rural gerada na cultura açucareira. Um bom governador-geral, como imaginava João de Lencastro, precisava desconfiar das propaladas novidades sobre as descobertas de ouro e manter os ouvidos sempre abertos e sensíveis às demandas e à promoção dos interesses dos senhores de engenho e da elite mercantil.

Em meados de 1697, chegou a Salvador a notícia de que fora encontrado um ouro escuro e meio fosco misturado ao cascalho do córrego que havia no fundo de um vale coberto de mata úmida, varrido por finas rajadas de vento e cercado pela sequência de picos altíssimos que formam o maciço do Espinhaço: o córrego do Tripuí, cujo nome, de origem indígena, significa apropriadamente "água de fundo sujo".[6] O governador-geral ainda não sabia, mas o Tripuí era só o início: o achado do "ouro preto" iria revelar a ponta de uma massa gigante de metal precioso que se estendia até o ribeirão do Carmo e ao Sabará, no local exato de seu encontro com o Guaicuí, o nome original do rio das Velhas.[7] E João de Lencastro insistiu na compreensão de que a notícia da descoberta do ouro nas Minas era antes um grande problema. Na longa correspondência que endereçou ao rei Pedro II, em 1701, o governador atirou em várias direções: propôs isolar a zona dos achados fechando os caminhos de acesso para o interior, concentrar em Salvador o movimento comercial das Minas e submeter toda a região mineradora à jurisdição da Bahia.[8]

Em Lisboa, as desconfianças de Lencastro não convenceram ninguém. Apesar de tantas diligências e de inúmeras expedições frustradas, a obsessão da Coroa por montanhas de ouro e prata prosseguia inabalada. E as autoridades metropolitanas estavam cada vez mais persuadidas de que entre os habitantes da vila de São Paulo de Piratininga — a base pioneira de onde os colonos encetaram o avanço pelo interior do continente — havia quem soubesse onde estava o grosso do ouro. Afinal, os moradores da vila entravam

continuamente pelo sertão muito antes das descobertas auríferas da década de 1690. Seu motivo, contudo, era outro: caçavam um tipo diferente de riqueza, o "ouro vermelho", termo cunhado por padre Vieira — empenhado em combater o cativeiro indígena — para se referir ao sangue dos nativos capturados e escravizados pelos colonos.[9]

Os paulistas viajavam durante meses e até anos, quase sempre a pé, descalços, andando, como índios, com os pés esparramados e os artelhos virados para dentro, de modo a aliviar o cansaço e facilitar o ritmo da caminhada, invariavelmente em fila indiana. No decorrer de todo o século XVII, incontáveis expedições de apresamento atravessaram os sertões que seriam um dia as terras mineiras, e criaram a fama dos habitantes da vila de São Paulo: uma gente que parecia haver nascido no planalto de Piratininga somente para perambular pelo interior desconhecido, deparando-se a cada curva com "frechas, feras, febres",[10] e disposta a se deslocar em espaços cada vez maiores, como se fosse vocacionada por uma espécie de paixão deambulatória.

Esse sertanismo surgiu com a vila de São Paulo de Piratininga, estrategicamente abrigada da interferência da autoridade régia instalada no Rio de Janeiro graças à poderosa muralha imposta pela impressionante sequência de morros íngremes e de mata fechada que formam a Serra do Mar. A vila foi erguida no alto de uma colina, guardada ao longe pelos contrafortes da serra da Cantareira. O seu entorno estava protegido por uma providencial rede fluvial, que as expedições dos paulistas iriam descer, até o rio Paraná, para então penetrar no sistema da Bacia do Prata e alcançar o extremo sul da colônia.[11]

A vila brotou em torno de um colégio edificado pelos padres da Companhia de Jesus: uma construção de pau a pique, com paredes feitas de barro e areia, quintal grande e uma pequena igreja no fundo, cercada de habitações indígenas, onde hoje é o Pátio do Colégio, no Centro Velho de São Paulo. O colégio foi peça-chave num projeto cuidadosamente acalentado pelo superior dos jesuítas no Brasil, padre Manuel da Nóbrega: juntar as tribos do lugar e com elas fundar uma sociedade nova, de cristãos impecáveis, tão distante dos seus costumes originais quanto dos maus hábitos e dos vícios dos europeus. Esse projeto fracassou com uma rapidez assombrosa — nem os nativos pretendiam renegar suas próprias crenças, nem os colonos portugueses estavam dispostos a abrir mão de sua ação predadora. A vila, porém, permaneceu fincada no limite estratégico da entrada para o sertão e não desistiu de considerar os índios sua principal presa. Sob a velha alegação de que haviam capturado os indígenas em "guerras justas", os colonos os escravizavam, servindo-se deles como mão de obra na lavoura, na criação de gado, nos trabalhos domésticos, e como meio de transporte.[12]

"Bandeiras" foi o nome dado, a partir da primeira metade do século XVIII, às expedições para o interior do país — o termo era comum a todas as regiões, podendo ainda ser substituído por outros, como "entradas", "jornadas", "empresas" ou "conquistas". Entre os moradores do planalto de Piratininga, as bandeiras assumiram a forma militarizada de organização das expedições de caça e escravização dos índios ou de busca de metais preciosos, e, na visão de alguns historiadores do final do século XIX e início do XX, também teriam produzido um modo característico de vida: o bandeirantismo.[13] As expedições que partiam da vila de São Paulo varreram os sertões mineiros, até onde foi possível tratando de ocultar dos representantes da Coroa na colônia a existência do ouro na área. Os paulistas tinham um bom motivo para agir assim: manter longe de casa a incômoda presença da administração colonial, sobretudo no que se referia ao peso dos tributos e ao

rigor na aplicação da legislação metropolitana que impunha limites à escravização dos indígenas.

O registro dos primeiros achados do ouro no sertão das Minas começou a ser negociado entre a Coroa e seus descobridores paulistas ainda na metade inicial da década de 1690. Autorizado diretamente pelo rei de Portugal, Pedro II, o acordo garantia ao descobridor honras, mercês e a posse do achado. Além disso, a autoridade régia assegurava aos sertanistas de São Paulo o que, para eles, era mais importante: o privilégio de "administrar" os indígenas aprisionados no sertão e levados como força de trabalho escrava para o planalto de Piratininga. Só então o ouro apareceu.[14]

As descobertas nas Minas ocorreram nessa mesma década, quase simultaneamente, em diferentes lugares mas sempre ao longo da linha que se estende entre as atuais cidades de Ouro Preto e Diamantina, entre a bacia do rio Doce e a do São Francisco. Aí — no centro do atual estado de Minas Gerais — o ouro estava esparramado em quantidade espantosa no leito dos rios e riachos que corriam no fundo dos vales ou nos pequenos planaltos elevados — as chapadas — que se alastravam pelas encostas vertiginosas do maciço do Espinhaço. Era um ouro miúdo que surgia na forma de pedrinhas faiscantes, grãos ou pó, de coloração amarelada, cinza-amarelada, preta, esbranquiçada, ou com aspecto opaco e muito sujo — este último era chamado de "ouro podre".[15] A cor preta resultava da mistura com o elemento químico paládio e indicava alta concentração de metal precioso; já a branca provinha da mistura do ouro com níquel e esse ouro tinha bem menos valor. Entretanto, qualquer que fosse o tipo ou a cor, era ouro farto: por todo lado havia punhados que durante milhões de anos se soltaram das fendas rochosas daquele maciço, a antiquíssima formação geológica de Minas Gerais. O ouro das Minas, de aluvião, estava à flor da terra e se distinguia de todo das peças maciças que os espanhóis extraíram das jazidas subterrâneas de ouro de beta, escavadas extensamente no México e no Alto Peru.

Como se descobriu depressa, as Minas eram Gerais. Em qualquer direção, e qualquer que fosse o rumo que se tomasse, podia-se achar ouro — o topônimo Minas Gerais, aplicado à capitania a partir do início da década de 1720, servia para indicar uma longa, contínua e contígua sequência de minas.[16] As lavras mais relevantes foram encontradas na zona que ficaria conhecida como "distrito do ouro", e as descobertas a princípio se concentraram nas margens da nascente do rio das Velhas, atualmente a área da Cachoeira das Andorinhas, próxima ao município de Ouro Preto. O povoamento acelerado nessa região redundaria na criação das primeiras três vilas das Minas, todas no ano de 1711: em janeiro, o arraial de Nossa Senhora do Carmo foi alçado à condição de vila; em junho, os núcleos mineradores de Ouro Preto, Antônio Dias, Padre Faria e Tripuí reuniram-se para dar origem a Vila Rica; e, ainda em julho, no arraial do Sabarabuçu foi oficializada a fundação da vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará — hoje, as cidades de Mariana, Ouro Preto e Sabará.[17]

Entre a última década do século XVII e a primeira do XVIII, os moradores do planalto de Piratininga começaram a desconfiar que estavam sendo enganados — a Coroa portuguesa havia prometido muito mais do que estava disposta a cumprir e não cogitava entregar a posse das regiões auríferas a seus descobridores. Entre 1707 e 1709, o conflito até então surdo explodiu: os paulistas enfurecidos meteram-se em guerra pelo controle das Minas, contra os emboabas. O termo "emboaba" tinha origem indígena, significava "galinha de pés cobertos de penas" e, se aplicado a qualquer forasteiro, sobretudo português, de pé

calçado, ao contrário do natural da vila de São Paulo de Piratininga, que andava geralmente descalço, constituía insulto gravíssimo. O calçado servia para identificar o inimigo, e o xingamento "emboaba" era tão usual que até agora, ao ouvir um estampido à distância, há quem resmungue, em Minas, o dito antigo: "Ali morreu cachorro ou emboaba".

Como a região fervia de ódio, a Coroa resolveu intervir, e fazer política: concedeu perdão a todos os envolvidos. Mas não disfarçou de que lado estava: nomeou os emboabas para os mais importantes postos administrativos nas vilas recém-criadas e acabou com as pretensões de posse e mando político dos paulistas.[18] Empurrados para fora do território das Minas, estes retomaram o caminho do sertão e, no quesito ouro em abundância, ainda iriam protagonizar duas outras notáveis descobertas: as Minas do Sutil, em Mato Grosso, onde hoje fica Cuiabá, em 1722; e, cinco anos depois, as Minas de Vila Boa, em Goiás. No fim da década de 1720, estavam finalmente identificados os três principais filões auríferos da América portuguesa.

MINAS DO OURO QUE CHAMAM GERAIS

Na manhã de 21 de julho de 1674, um sábado, Fernão Dias Pais Leme deixou a vila de São Paulo de Piratininga para viver sua última e grande aventura. À frente de quatro tropas formadas por uma centena de índios e quarenta homens brancos — incluindo os dois filhos, um legítimo, Garcia Rodrigues Pais, o outro, mestiço, José Pais, e o genro, Manuel da Borba Gato —, enfiou-se no caminho do sertão. Tinha por volta de sessenta anos, uma fortuna considerável, era veterano de inúmeras bandeiras de apresamento e dono de uma imensa fazenda nos arredores da vila de São Paulo — onde hoje é o bairro de Pinheiros.[19] Cada detalhe da expedição foi planejado por Fernão Dias durante dois anos e envolveu a troca de uma vasta correspondência com o governador-geral e com a Coroa. No momento da partida, ele levava na algibeira a patente de governador — com autoridade sobre todos os participantes da bandeira e sobre todas as pessoas que entrassem por aquele sertão, antes ou depois de sua passagem.

Ia ao encalço da mítica serra do Sabarabuçu, tão formosa e refulgente, informavam os índios, que só poderia ser vista ao longe e era impossível passar-se por ela, tamanho o resplendor — chamavam-na em língua tupi "sol da terra".[20] Das encostas dessa serra, sempre nomeada e nunca descoberta, desceria um rio extraordinário do qual transbordavam pedras de prata, de ouro e esmeraldas imensas. O aventureiro castelhano Felipe Guillén afirmava ter ouvido que índios apanhavam aquelas pedras e delas faziam gamelas para dar de comer aos porcos — e apenas a eles, porque acreditavam que "aquele metal endoença".[21]

Antes de entrar no território das Minas, Fernão Dias despachou um grupo encarregado de montar uma base fixa de abastecimento para assegurar a sobrevivência da bandeira — os arraiais de Santana e do Sumidouro, nas imediações do rio das Velhas. O arraial era um misto de acampamento militar e povoado em franco crescimento, cercado de extensos roçados de milho, batata-doce, abóbora, feijão, mandioca, cará e inhame. No ano seguinte, "ao findar das chuvas, quase à entrada/ do outono, quando a terra em sede requeimada/ bebera longamente as águas da estação", conforme os belos versos de Olavo Bilac no poema "O caçador de esmeraldas",[22] publicado em 1902, a bandeira avançou pelo interior no rumo do nordeste. Guiado pelo dorso coberto de escamas do maciço do Espinhaço e por seus picos em forma de unha, entre 1675 e 1681 Fernão Dias cruzou o atual estado de Minas Gerais até atingir a região dos rios Jequitinhonha e Araçuaí. Ali — no extremo nordeste das Minas — a bandeira acreditou ter por fim encontrado o mito indígena de uma grande lagoa fabulosamente rica, Vapabuçu, o lendário berço das principais correntes fluviais do continente, canal da ligação do Brasil com os Andes.[23]

Vapabuçu era fruto da imaginação dos índios e dos europeus, mas as margens da lagoa onde acampou Fernão Dias estavam repletas de enganosas esmeraldas de Minas — pedras verdes que, na realidade, não passavam de turmalinas de pouco valor. De regresso ao arraial que lhe servia de base, próximo à misteriosa lagoa do Sumidouro, a "água que some" por um buraco do mato e é constantemente renovada por ribeirões subterrâneos, morreu Fernão Dias, sem tempo de voltar a São Paulo, doente de malária.

As esmeraldas de Minas matavam os homens "de esperança e febre/ e nunca se achavam/ e quando se achavam/ eram verde engano",[24] como afirmou mais de dois séculos depois o

poeta Carlos Drummond de Andrade, ao recordar a aventura de Fernão Dias; a localização da refulgente montanha de pura prata continuava incerta, e sua empresa não rendera sequer uma peça de ouro à Coroa em Lisboa. Ainda assim, a bandeira realizou uma façanha: graças a ela, os sertanistas aprenderam a estratégia de sobrevivência e os meios de adaptabilidade capazes de garantir as formas de permanência no sertão das Minas: manter-se vivo e em relativa segurança num lugar isolado, cercado por um ambiente natural intratável, desconhecido e dominado por feras e índios hostis. Naquele momento, a apropriação do terreno e a conquista da região importavam para a metrópole tanto ou mais do que topar com um tesouro, e foi esse o feito de Fernão Dias: sua bandeira seguiu a estratégia militar de criar roças de mantimentos que sustentassem as tropas nos seus movimentos pelo interior, a qual foi decisiva tanto para a disputa com os índios quanto para a posterior ocupação do território.[25] O caminho para as Gerais havia sido aberto, mas não seria empresa fácil para quem se dispusesse a percorrê-lo. A expedição de Fernão Dias articulou num único trajeto o litoral à serra da Mantiqueira, ao rio das Velhas e ao nordeste mineiro — e descobriu uma forma própria de se movimentar e sobreviver na ferocidade da paisagem das Minas. O Caminho Geral do Sertão, também conhecido como Caminho Velho ou Caminho de São Paulo, transformou-se na principal "boca das Minas": era a picada que ligava São Paulo de Piratininga e São Sebastião do Rio de Janeiro ao ouro recém-descoberto nos ribeirões de Ouro Preto e de Nossa Senhora do Carmo e nas margens do rio das Mortes e do rio das Velhas.[26]

A viagem era particularmente penosa por conta da difícil travessia da serra da Mantiqueira, apelidada de "serra que chora" em virtude de suas incontáveis nascentes e de seus ribeirões enovelados. Transpor a Mantiqueira, esguia como uma lâmina na altura da serra do Facão, recortada por cinco picos altíssimos, "para que nas Minas não cheguem os fracos", como se dizia na época, era de fato empreitada para gente forte e intimorata. Revestia a serra uma massa verde-escura de matas úmidas que começavam a brotar já nos primeiros dias de caminhada, na passagem da garganta do Embaú, no Vale do Paraíba, onde ainda hoje se situa a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas matas proporcionavam a quem nelas se aventurasse um tormento à parte: habitadas por nuvens de insetos, inúmeros deles peçonhentos, costumavam ser fustigadas por chuvaradas constantes. A travessia tornava-se árdua em especial na estação das chuvas, quando as brumas cobriam as terras altas da Mantiqueira, o aguaceiro pingava quase ininterrupto pelas barbas dos viajantes, a água gelava até os ossos, a descida dos desfiladeiros apresentava-se ainda mais escorregadia, derrubando mulas e fardos, e a trilha dissolvia-se em lama e barro sob os pés.

A novidade dos descobertos de ouro circulou rápido pela colônia; em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador muita gente comentava e enviava mensagens alvoroçadas para parentes em Portugal. Não havia mais o que fazer. Nem o esforço da Coroa em manter segredo sobre a localização das Minas, receosa da cobiça das potências rivais, nem o susto das autoridades locais diante da debandada de moradores dos núcleos de povoamento do litoral, nem mesmo a áspera travessia da Mantiqueira, nada conseguia impor limite à ambição desenfreada, e uma massa alucinada se deslocou para aquela região.

"Jamais coisa assim tornou a ser vista, até que surgisse a corrida do ouro na Califórnia, em 1849", escreveu o historiador inglês Charles Boxer, em 1962.[27] Gente de toda espécie se espremia no afã de se arriscar pelas trilhas de acesso ao ouro e, no meio da multidão, havia

de tudo: os que careciam de esperança para sair da miséria, os que se deixaram levar pelo sonho da riqueza fácil, os que precisavam escapar do turbilhão político e religioso. Nesta última categoria alinhavam-se desafetos do rei e da monarquia, cristãos-novos, bandos de ciganos, hereges de diversos matizes e pelo menos um milenarista verboso, Pedro de Rates Hanequim, que iria defender teses pouco ortodoxas relacionadas ao Brasil: numa delas, argumentava que o paraíso terrestre estava escondido em meio a um conjunto de serras, no centro da América portuguesa, e perpendicular a ele se erguia o trono de Deus; em outra, cogitava arrebanhar companheiros para o projeto mirabolante de coroar imperador da América meridional o infante d. Manuel, irmão de d. João V, rei de Portugal, e com ele levantar um "Quinto Império" no sertão das Minas.[28]

O governador-geral João de Lencastro não hesitou em nomear toda essa multidão de "gente vaga e tumultuária, vil e pouco morigerada".[29] Em Lisboa, as autoridades finalmente concordaram com ele e fizeram eco a suas palavras: quem se afundava nos sertões das Minas era uma "gente toda adventícia, tumultuária e mal estabelecida, e sem amor às terras em que não nasceram". A proveniência dessa gente era bastante variada. Uma parte procedia de Portugal e deixou para trás mulher e filhos. Uma população também numerosíssima, vinda das demais capitanias, sobretudo de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, vendeu o que possuía, jogou a sorte no mundo e deslocou-se para lá. As Minas começam onde os caminhos terminam, afirmavam os paulistas no fim do século XVII. Quem conseguiu chegar às Minas Gerais depois de uma jornada pontilhada de perigos sabia o que queria: amealhar ouro fácil, em grande quantidade, e muito, mas muito depressa mesmo. Deslumbrados ante a abundância do metal precioso que faiscava por todo lado e na sofreguidão de sempre buscar novos filões, os mineiros esqueceram-se do principal: ouro não se come.

Foi um desastre. Entre 1697 e 1698, 1700 e 1701, e em 1713, sem plantar roçados de mandioca, feijão, abóbora e milho suficientes para o número de pessoas que continuava afluindo às Minas, os moradores das Minas morriam de fome com as mãos cheias de ouro, cravou, uma vez mais, padre Antonil.[30] Para escapar da fome, os mineiros aprenderam ligeiro a engolir qualquer coisa: cães, gatos, ratos, raízes de paus, insetos, cobras e lagartos. Devoravam, inclusive, o perigoso bicho-de-taquara — larva branca, roliça e comprida que se encontra no interior dos bambus.

Partindo-se dos portos do Recife ou de Salvador, só por um caminho se alcançavam as Minas: o Caminho Geral do Sertão, também chamado de Picada da Bahia ou Caminho dos Currais do São Francisco. Esta era a via de percurso mais longa entre as três "bocas das Minas" — e por ela debandavam em busca do ouro colonos vindos das áreas canavieiras da Bahia e de Pernambuco, que passavam a sofrer com a decadência da cultura do açúcar. A picada, velha conhecida dos sertanistas paulistas que por ali começaram a se aventurar já na primeira metade do século XVII, oferecia vantagens a quem se dispusesse a enfrentá-la: florestas com melhores condições de locomoção, pois menos densas que as da serra da Mantiqueira, com árvores mais dispersas, muita vegetação de arbustos e grandes rios que podiam ser navegados em canoas.

Mas "o sertão era outro mar ignoto", iria resumir esplendidamente Raimundo Faoro em seu livro *Os donos do poder*, escrito no século XX:[31] a terra firme além da costa, a inevitável solidão em meio a pedras agressivas, o abismo do desconhecido. No trânsito em direção às lavras de ouro, muita gente foi se desgarrando pelo sertão e aí se fixando: criminosos

perseguidos pela Justiça, devedores insolventes, filhos de pequenos agricultores cujas terras não podiam ser divididas indefinidamente, e homens pobres que nem terras possuíam. Interrompiam a viagem, apossavam-se de lugares ermos e avançavam no devassamento do interior das Minas, contagiados pelas múltiplas possibilidades com que lhes acenava a jornada: índios destinados à escravidão, lagoas douradas, montanhas resplandecentes de ouro e pedras preciosas, a lonjura da Lei — o sertão era o refúgio perfeito para quem quisesse escapar da miséria, conseguir terras, driblar a prisão ou ocultar crime de sedição.

A crença difundida de que o interior das Minas era um território à parte transformou o Caminho Geral do Sertão na mais importante via de contrabando do ouro. Como tratou de explicar às autoridades metropolitanas, por volta de 1725, um bom conhecedor da região, Pedro Barbosa Leal, o sertão "tinha muitas portas abertas, com campanhas desertas, matos incógnitos e caminhos desusados e veredas para sair".[32] E os contrabandistas — os "desencaminhadores do ouro", como se dizia na época — sabiam a exata localização dessas portas. Com audácia surpreendente, arriscavam-se de canoa pelo rio São Francisco; era o começo de uma jornada que mirava alcançar a Europa ou o Rio da Prata. Antes de aportarem num embarcadouro clandestino, o que faziam apenas quando a luz do dia tinha sumido e os soldados da praia não entreviam nem mesmo o vulto dos barcos, eles se esgueiravam pelos portos de Jacobina e Rio das Contas, onde havia Registros das Contagens — postos para cobrança de tributos e fiscalização do rei —, e com a carga sã e salva marchavam durante semanas pelo interior, até Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte ou Ceará, onde o ouro era finalmente acomodado em navios costeiros e encaminhado para fora da colônia. A outra alternativa de rota, por terra, cobrava dos contrabandistas uma caminhada ainda mais longa e perigosa: margear o São Francisco até o sertão do Parnaguá, onde hoje é o estado do Piauí, e de lá ir até o Maranhão; somente então o ouro seguia seu descaminho para a Europa.[33]

Para desespero da Coroa, parte substancial da produção de ouro escapava das unhas do fisco e servia para alimentar um grande comércio ilegal cuja taxa de lucro parecia compensar todos os percalços e riscos da aventura do contrabando. As autoridades coloniais fizeram de tudo para garantir o controle dessa produção: a entrada nas Minas passou a ser monitorada por postos arrecadadores e fiscalizadores, os Registros do Ouro, e por Guardas, postos com funções exclusivamente repressoras. O livro de padre Antonil foi confiscado pela Coroa em 1711, e teve sua circulação proibida por descrever a rota de ligação entre Salvador e a região aurífera. E interditou-se o Caminho Geral do Sertão para transporte de mercadoria e trânsito de pessoas — só estava autorizada a passagem do gado para abastecimento das Minas. Não adiantou muito: o ouro continuou sumindo, graças à petulância de contrabandistas espertos que não hesitavam em se misturar aos comerciantes de gado, mantendo seus malotes bem escondidos. Os contrabandistas também se valeram da cobiça de padres autoindulgentes que, dispensados de revista nos postos de controle, conseguiam surrupiar boa quantidade do ouro destinado aos cofres do rei — furioso, Portugal vedou, em 1709, a presença de ordens religiosas nas Minas.

O entroncamento do Caminho Geral do Sertão com o "distrito do ouro" ocorria em Sabará, o primeiro e maior núcleo urbano das Minas, e era por lá que entravam, em primeira mão, as boiadas, a carne-seca de vaca e porco, sal da terra, couro, rapaduras e peixe seco. Tudo caríssimo. Um alqueire de farinha, no ano de 1703, custava em São Paulo

640 réis, enquanto nas Minas valia 43 mil-réis, anotava padre Antonil.[34] A proporção registrada pelo religioso era impressionantemente alta: "Uma libra de açúcar, 120 rs. em São Paulo; nas Minas, 1200 rs. Uma galinha, em São Paulo, 160 rs.; nas Minas, 4000 rs. Em São Paulo negociava-se um boi de corte por 2000 rs.; nas Minas, boi idêntico era vendido por 120000 rs.".[35]

A última grande crise de fome aconteceu em 1713 e atingiu em cheio a vila de Pitangui, fundada pelos sertanistas de São Paulo em seu recuo em direção a Goiás no fim da guerra com os emboabas. As minas de Pitangui localizavam-se praticamente na entrada do sertão mineiro e estavam protegidas por gente insubmissa, cujas mágoas da Coroa, resultantes da guerra, nunca cicatrizaram. Essa gente se tornou conhecida durante todo o século XVIII por decidir suas questões políticas e de propriedade sem muita conversa, na boca do bacamarte — arma de cano curto e alargado capaz de espalhar chumbo grosso a cada disparo. Mas a escassez de víveres quase extinguiu a vila: parte da população fugiu para tentar sobreviver no mato, os mantimentos desapareceram e os preços dos alimentos alcançaram valores inimagináveis. A comida era pouca, a fome, muita; fartura, apenas do ouro que parecia brotar da terra nos arredores, especialmente no alto do morro do Batatal — o morro do Descoberto, de onde, dizia-se, foram extraídas pelotas de ouro de tamanho considerável, muitíssimo semelhantes a batatas.[36]

O provimento das Minas só melhorou com a abertura de uma nova via de acesso. O Caminho Novo foi projeto do governador da Repartição do Sul, Artur de Sá e Meneses, e tinha o objetivo de criar uma rede de circulação de mercadorias que conectasse os distritos mineradores a dois importantes núcleos de abastecimento — o porto do Rio de Janeiro e a vila de São Paulo. A terceira e última "boca das Minas" começava nos fundos da baía de Guanabara, no centro da Baixada Fluminense, onde hoje é o município de Duque de Caxias, e, antes de subir a serra da Mantiqueira, entroncava com o Caminho de São Paulo, na altura da vila de Taubaté. Essa nova via transformou o Rio no principal mercado abastecedor das Minas, e por ela fluiu o trânsito, cada vez mais próspero, de mercadorias, gado, homens e milhares de negros escravos.

O Caminho Novo encurtava a distância — um viajante com sorte levava em torno de vinte dias do Rio de Janeiro até Vila Rica. Mas a travessia da Mantiqueira continuava aspérrima, com curtos trechos carroçáveis, onde homens e animais chafurdavam na lama durante a temporada das chuvas, e imundos ranchos de palha para pernoite, nos quais nem sempre o viajante conseguia defender-se com sucesso dos morcegos e do ataque de uma variada casta de bichos: formigas, aranhas, pernilongos, carrapatos, piolhos, baratas. Mais de meio século depois da abertura dessa via, o aventureiro inglês Richard Burton encontrou os mesmos motivos para se queixar das noites maldormidas no Caminho Novo, em ranchos de tropeiros, infestados por diferentes tipos de pernilongos e onde "enxameiam vermes estranhos e grosseiros que se enfiam pelas carnes e fazem sua morada sob as unhas".[37]

Quando se aproximava o período de apogeu do ouro, já estavam instaladas fazendas de abastecimento, tanto nas "abas das Minas", a fronteira entre a região mineradora e o sertão, quanto nas margens do rio das Velhas. Eram propriedades gigantescas — todas dotadas de lugar para embarque e desembarque das mercadorias que desciam da Bahia pelo rio São Francisco e pelo rio das Velhas —, como as fazendas das Minhocas, das Macaúbas ou da Jaguara, esta última em condições de abrigar cerca de 2 mil pessoas. No

coração da região mineradora, no trecho do caminho que sobe pelo alto da serra de Capanema e ainda hoje liga Ouro Preto e Sabará, também surgiram minúsculos arraiais destinados ao plantio de alimentos para consumo imediato: Santo Antônio do Leite, Amarantina, São Bartolomeu, Santo Antonio da Caza Branca (atual Glaura), Curral de Pedra. Isso demonstra que, desde o início, constituiu-se ali um mercado interno estimulante para o desenvolvimento da produção agrícola e da pecuária (ver imagem 28).

O ouro saiu com fartura da terra até por volta de 1750. Durante esse tempo, o trânsito de pessoas e mercadorias foi intenso no Caminho Novo. Por ele chegavam a Vila Rica açúcar, cachaça, gado, pólvora, fumo, azeites, arroz, sal do reino, marmelada e vinhos. Com a multiplicação das vilas e dos arraiais, as Minas passaram a ser abastecidas de toda sorte de produtos e bugigangas: vidro, espelhos, arma de fogo, facas flamengas, louças, chumbo, veludos, fivelas, pelúcia, calções de damasco carmesim, chapéus com fitas debruadas de fios de ouro e prata, botinas de couro amarradas por cordões, casacos forrados de seda ou de lã felpuda.[38]

E, de uma ponta a outra do Caminho Novo, cresceu entre os viajantes um novo medo — o medo dos ataques. Não se temia enfrentar uma cilada de índios Cataguá, Guaianá ou Tupinambá. A ameaça que permanecia era a de um ataque de quilombolas, que espalhavam pânico em todo o território das Minas, promovendo saques sistemáticos a viajantes, fazendas e aos arredores dos centros urbanos. Nas Minas, os quilombos eram tão frequentes que pareciam ter sido caprichosamente cultivados para completar a fereza natural da paisagem. Predominavam quilombos relativamente pequenos, mas nem por isso menos perigosos, até porque costumavam brotar nas proximidades dos núcleos urbanos. O quilombo de São Bartolomeu, por exemplo, assim se chamava por estar estrategicamente posicionado no alto da serra de mesmo nome. Ele abrigava quilombolas salteadores em quantidade suficiente para atormentar aqueles que seguiam pelo Caminho Novo em direção a Vila Rica, bem como para comprometer comunicações de Vila Rica com Mariana e com o arraial de Cachoeira do Campo.[39]

Entre os quilombos e os núcleos urbanos criou-se uma complexa rede social de contatos. No centro dessa rede estavam as vendas e as negras quitandeiras. Era queixa generalizada na região do ouro que, além de se dedicarem ao comércio ambulante ou em lojas de comestíveis, as negras quitandeiras — ou "de tabuleiro" — mantinham estreitos vínculos de solidariedade com os quilombolas: recolhiam em suas casas os escravos fugidos, levando-os, em seguida, para a proteção dos quilombos, que também cuidavam de suprir com víveres e com todo tipo de informações. Por obra delas, exasperavam-se as autoridades, "negros salteadores dos quilombos tomavam notícia das pessoas a que hão de roubar e as partes por onde lhes convém entrar e sair [...] e tudo fazem mais facilmente achando ajuda e agasalho nestas negras que assistem nas vendas".[40]

Essa combinação entre uma colonização de base urbana, característica das Minas, e a multiplicação dos quilombos nas cercanias das vilas e arraiais foi a responsável por produzir as condições ideais que fizeram das vendas o ponto privilegiado da teia de cumplicidade que ligava o comércio aos quilombos. Para permanente irritação das autoridades e sobressalto dos moradores das cidades não havia proibição que desse jeito de controlar as relações entre vendeiros e quilombolas: "Os negros que andam fugidos os vendeiros têm metidos dentro de suas casas o tempo que lhes parece, como também os negros do mato os mantêm dentro das ditas suas casas [...] e quando querem sair, saem das

mesmas vendas de madrugada, de sorte que cada venda é um quilombo".[41] As vendas eram um pequeno mundo de sagacidade e resistência para enganar as autoridades: locais de festa e de amores, abrigos para escravos fugidos, varadouros de vadios e vagabundos, havia nelas, ainda, o ambiente perfeito para a interligação do quilombo com os negócios do contrabando.

A população escrava crescia, e o governador da capitania das Minas, conde de Assumar, ferrenho adversário dos cativos em fuga, já que não lhes podia "tirar os pensamentos e os desejos naturais de liberdade", anotava, em 1718, em sua correspondência com o rei, que era necessário fazer uso dos "remédios violentos, como tão preciosos a uma canalha tão indômita" (ver imagem 33).[42] Entre esses remédios, Assumar sugeria à Coroa permitir o corte do tendão de aquiles dos escravos para evitar que fugissem. E a proposta não parecia disparatada, tanto que mais de vinte anos depois, em 1741, foi outra vez encaminhada a Portugal pelas autoridades das Minas e, em 1755, foi calorosamente acolhida pela Câmara de Mariana, que oficiou a Lisboa, solicitando autorização para a sua implementação. O conde tratou de informar os habitantes da capitania sobre a extensão das medidas que pretendia adotar para repressão direta aos escravos fugidos e aos abrigados em quilombos: "Toda pessoa que lhes der alojamento ou souber onde estão os ditos quilombos, e o não avisar, sendo branco será açoitado pelas ruas públicas, e degradado para Benguela, e sendo negro ou carijó, terá pena de morte".[43]

O conde de Assumar podia ser cruel e excessivo, mas não estava sozinho nem agia por conta própria. As autoridades coloniais produziram uma imensa quantidade de bandos, alvarás, regimentos e ordens régias na tentativa de coibir fugas e manter a resistência dos cativos dentro dos limites suportados pela ordem escravista. Uma medida do rei, datada de 1741, determinava que, nas Minas, escravo fugido teria a marca do ferro em brasa na espádua; se reincidente, uma orelha cortada.[44]

Não bastasse a ferocidade dos quilombolas, uma inquietude nova e constante acrescentava-se ao percurso dos viajantes em trânsito: o medo dos ataques das quadrilhas de salteadores formadas por homens livres brancos, mamelucos, mulatos, negros alforriados.[45] Os salteadores integravam a parcela da população que as autoridades coloniais designavam como "vadios", uma impressionante variedade de homens e mulheres que, por diferentes motivos, não foi absorvida nem pela mineração nem pela pecuária ou pela agricultura e perambulava nas franjas da estrutura de produção e da sociedade das Minas.[46] Eles eram os "pés-rapados" — o homem expropriado, sinônimo de desclassificação social — e constituíam um grupo fluido, muito difícil de controlar ou enquadrar. Evidentemente, nem todos os vadios eram salteadores de estradas. Mas, para o viajante, sempre foi uma enorme questão de sorte não topar no seu caminho com um séquito de vadios organizados numa quadrilha de salteadores e acabar a viagem depenado ou assassinado (ver imagem 36).

Vários desses grupos fizeram história. A quadrilha de Manuel Henriques, conhecido como Mão de Luva por usar uma luva estofada de couro no lugar da mão decepada numa briga, atuava além do rio Paraibuna, já na capitania do Rio de Janeiro, na região de Cachoeira do Macacu, e sua fama chegou até Lisboa. Organizadíssimo, o bando tinha cerca de duzentos homens, entre brancos, negros forros e pardos, divididos em companhias comandadas por prepostos de confiança do chefe. Explorava clandestinamente o ouro descoberto no local e assaltava os comboios que saíam do porto da Estrela, ao pé da Mantiqueira, rumo a Vila

Rica.

O mais célebre grupo de salteadores das Minas, a quadrilha da Mantiqueira, agia no alto da serra, perto do trecho em que o Caminho Novo se bifurcava na vila de São João del Rey e em direção a Vila Rica. Liderada por José Galvão, cognominado Montanha, um gigante de pele morena, cabelos compridos e barba cerrada que muita gente dizia ser de origem cigana, a quadrilha contava com uma rede de informantes espalhados pelas vilas: todos de olho na passagem de comboios que transportavam grande quantidade de ouro ou em comerciantes carregados com diversas canastras de mercadorias — indício certo de que levavam consigo bastante dinheiro. Os homens do Montanha impressionavam tanto pela violência quanto pela audácia. O viajante teria muita sorte de não acabar assassinado e enterrado, com todas as suas roupas, papéis e alforjes vazios, no ermo da serra. Como a notícia dos assaltos corria à solta, o medo cresceu, a população das vilas cansou de pedir providências ao governador, o trânsito na estrada começou a diminuir, e não foram poucos os comerciantes que deixavam prontos seus testamentos antes de encetar viagem.

A quadrilha, porém, só foi desbaratada com muito esforço, por volta de 1783, pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, então comandante do destacamento do Caminho Novo. E, seja por causa das muitas vítimas assassinadas pelos homens do Montanha, seja porque o medo da morte nos caminhos tornou assombrados os lugares da violência na região do ouro, até hoje ninguém nascido em Minas Gerais recomendará ao viajante passar a noite pousado próximo aos cimos do Caminho Novo: por ali continuam se propalando histórias sobre aparições de luzes misteriosas em noites de chuva forte, de almas de homens assassinados rondando o local de sua morte, de assombrações brancas que se materializam para perturbar o sono dos viajantes, ou de cavalgadas sobrenaturais pelas terras altas da Mantiqueira.

As Minas foram ocupadas com muita rapidez e num curto período: a exploração do ouro teve início na década de 1690, atingiu seu auge entre 1730 e 1740, e começou a definhar a partir dos anos 1750. A mineração era realizada de maneira rudimentar e meio improvisadamente nos rios e córregos onde se podiam enxergar as "faisqueiras" — depósitos de ouro facilmente localizáveis quando o sol a pino arrancava faíscas das pepitas, grandes como ervilhas, misturadas ao cascalho. Um bom faisqueiro precisava ter vista apurada, uma razoável dose de coragem para mergulhar os pés durante horas nas águas geladas de algum córrego, braços fortes e conhecimento suficiente para girar com perícia uma bacia de cedro ou de estanho, a "bateia", feita para lavar e peneirar o ouro, separando-o da areia, do cascalho, da terra e da argila. Na época das chuvas, quando não dava para jogar a bateia na água por conta das cheias, os faisqueiros cavoucavam as áreas planas das margens e do entorno dos ribeirões — os "tabuleiros"; ou, então, concentravam esforços nas faldas dos morros vizinhos para raspar o ouro encravado nas "grupiaras" — inúmeras fendas e rachaduras das encostas.[47]

Quando o ouro de lavagem — que brotava à flor da terra — passou a escassear, os mineiros canalizaram um volume considerável de água para o desmonte das camadas de terreno que cobriam os depósitos auríferos. Isso só foi possível com o uso em larga escala da mão de obra negra escrava, em boa parte originária da África Ocidental (Camarões, Nigéria e Senegal), África Central (Angola, Congo e Gabão) e, em menor proporção, da África Oriental (Moçambique). Desde o princípio da atividade mineradora, escravos africanos foram comercializados em grande número para atender a demanda do ouro:

entre 1721 e 1722, já havia nas Minas uma população cativa estimada em 45554 negros, cifra que cresceu para a marca de 95366 em 1745 e alcançou 174 mil em 1786.[48] Havia também cativos que tinham sido deslocados das regiões canavieiras. Foram os escravos que represaram e desviaram as águas dos rios, cavaram canais para separar o ouro do cascalho e construíram "mundéus" — canalizações feitas com blocos de pedra empilhados e rejuntados com argamassa de argila para recolhimento e decantação da lama aurífera.

Também foi fruto do trabalho escravo a mineração de profundidade. Era preciso perfurar túneis na rocha compacta, atrás de ouro, e cavar poços de até quinze metros, com a boca em forma de funil, larga — os "socavões" ou "catas" —, que procuravam alcançar o lençol de água subterrâneo; nessa atividade, eram frequentes os desabamentos e, em decorrência deles, a morte de cativos. Devia-se igualmente manejar com destreza as "rodas de rosário", uma espécie de roda-d'água de madeira ligada a uma correia de caixões abertos e inclinados que serviam para esvaziar as catas: quando movida pela força da passagem da água nas suas engrenagens de tábua, a roda mergulhava os caixões de boca para baixo até o fundo do poço para que, no giro seguinte, subissem cheios de lama (ver imagem 28). As marcas da mineração de profundidade permanecem na paisagem mineira, e, nas últimas décadas do século XVIII, o viajante sabia que tinha chegado às Minas, não porque a estrada estivesse por terminar, mas pelas distorções do cenário: a terra revolvida, esburacada, os morros escalavrados, os ribeirões turvos, os matagais dilapidados.

Muita gente fez fortuna, da noite para o dia. O preço das mercadorias, porém, se manteve sempre mais alto do que no restante da América portuguesa, a moeda corrente era o próprio ouro em pó, e padre Antonil horrorizava-se com o comportamento excêntrico e ostensivo dos mineiros afortunados, "sempre acompanhados de tropa de espingardeiros de ânimo pronto para executarem qualquer violência" e dispostos a abusar da sorte: gastavam "em superfluidades quantias extraordinárias sem reparo, comprando [...] um negro trombeteiro [cuja tarefa consistia em anunciar, com uma trombeta, a chegada de seu proprietário a um lugar público] por mil cruzados; e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados".[49]

Portugal, por seu turno, compreendeu depressa o que estava ocorrendo no interior da colônia. Por mais de uma centena de anos esperara impacientemente pelo metal precioso; as Minas tinham se tornado um território mágico e, dessa vez, Lisboa estava pronta para avançar. Em 1700, o ouro descoberto começou a ser tributado pela regra do "quinto" — a dedução da quinta parte do valor do ouro obtido pelo minerador. Competia a ele levar o ouro minerado até as Casas de Fundição, onde este era transformado em barras e se cobrava o imposto.

Previsivelmente, a sonegação foi geral, mas a Coroa estava determinada a montar uma estrutura fiscal capaz de espremer as Minas até a última gota. Criou a Intendência do Ouro, nomeou cobradores do quinto, estabeleceu Registros nos caminhos de saída da região do ouro, instalou Casas de Fundição na capitania, e ao longo dos anos foi ampliando e modificando suas modalidades de cobrança. Surgiu o imposto por "bateia", que atingia cada minerador, e o imposto anual sobre as "comarcas", que tributava as unidades administrativas das capitanias, em número de quatro — Rio das Velhas, Rio das Mortes, Vila Rica e Serro do Frio. Também foi instituída a "capitação", taxa que incidia sobre cada morador e sobre todas as atividades econômicas: ofícios, lojas, vendas e hospedarias, e incluía cada escravo empregado na capitania. Além disso, a partir de 1751 Lisboa

aumentou a pressão: o total do quinto do ouro levado às Casas de Fundição foi fixado em cem arrobas (cerca de 1500 quilos) anuais; na eventualidade de o ano se encerrar com a cota incompleta, estava prevista a "derrama", um dispositivo de sobretributação por habitante para cobrança da diferença.[50]

O ouro chegava e saía de Portugal quase instantaneamente e pelo mesmo caminho: seguia pelo rio Tejo rumo a outros países europeus, em especial a Inglaterra, onde ia quitar as importações de uma grande variedade de produtos e manufaturas de que os lusitanos careciam integralmente. Apesar de toda a circulação clandestina de ouro e da sonegação constante, uma avalanche desse metal entrou em Lisboa na primeira metade do século XVIII. Já em 1713, as remessas totalizavam 196 quilos, e só fizeram crescer nos anos seguintes: 946 quilos em 1720; 3,4 toneladas em 1725; 4,2 em 1731; 11,5 em 1741.

O pico da produção foi alcançado entre 1737 e 1746, e o ouro começou a rarear na segunda metade da década seguinte. A crise que se sucedeu teve início nos meados dos anos 1760 e seria irreversível: durante os anos 1760, a arrecadação do quinto caiu bruscamente para 209 quilos, tomou impulso e despencou: 147 quilos em 1771.[51] A percepção imediata da decadência foi dramática: os mineiros firmaram a convicção de que sua origem não estava no decréscimo da produção, e sim no peso escorchante dos tributos — e isso acendeu o pavio da revolta. Mas o saldo do ouro também seria irreversível: no fim do século XVIII havia, nas Minas, uma rede de cidades que confirmava a realização da única experiência de colonização de base urbana na América portuguesa; havia, ainda, uma sociedade de feições próprias e capaz de criar um experimento cultural denso e sofisticado.

VILA RICA DO OURO PRETO

O viajante que apeasse de seu cavalo em Vila Rica em algum momento das três últimas décadas do século XVIII seguramente se surpreenderia com a exuberância daquela "estranha cidade erguida entre pedras, silêncio e sombra"[52] e com a compreensão de que as Minas já não eram um mundo por fazer. A população da comarca girava, na época, em torno de 80 mil habitantes — num total estimado de 320 mil pessoas espalhadas pela capitania e excluídos os indígenas.[53] Os moradores de Vila Rica circulavam numa paisagem urbana irregular, entre palácios de pedra argamassada, sobrados com telhados de cunhais de pedra, edifícios baixos e de madeira, casas de adobe e de pau a pique, ruas planas, alguns largos onde se davam os avisos públicos e se abrigava o pelourinho, becos tortos e vielas íngremes.[54]

Diferentemente da vizinha Mariana, cabeça de bispado, encarregada de zelar pela fé dos moradores das Minas e que, por isso mesmo, mantinha suas ruas atravancadas de passos da Paixão, oratórios e cruzes, Vila Rica tinha uma paisagem urbana intimidante, como convinha ao poder da Coroa e à sede administrativa da capitania mais rica e populosa da América portuguesa. Nos anos 1780, Vila Rica já contava, na parte mais alta do antigo morro de Santa Quitéria, com o Palácio do Governador, feito de pedra e cal, com quatro pontas e uma rampa em curva guarnecida por guaritas, no estilo das fortalezas militares. Também estava pronto o magnífico sobrado do contratador João Rodrigues de Macedo, quem sabe o homem mais rico da região, responsável pela arrecadação dos tributos das "entradas" — cobrados sobre as mercadorias em circulação. Macedo mandou subir sua residência, a Casa dos Contos, com alicerces de pedra, uma escadaria monumental em cantaria, pinturas de forro, mirante, janelas e portas em abundância — a quantidade indicava o status do proprietário — e fez dela o palacete mais admirado em toda a capitania.

O ouro ainda pagava as contas. No início da mesma década, Vila Rica já tinha levantado as paredes e recamado de ouro e de ornamentos as igrejas capazes, até hoje, de tirar o fôlego de qualquer viajante: São Francisco de Assis, matriz do Pilar, Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. E as precárias pontes de madeira foram substituídas por construções em alvenaria, acrescidas de arcos, parapeitos, assentos e pilares — tudo em pedra argamassada com cal e óleo de peixe. Para abastecer-se de água potável e descobrir o que estava acontecendo na cidade, ia-se aos chafarizes — sete ao todo —, quase sempre incrustados em paredes, de bronze ou de pedra-sabão e alvenaria caiada, lisos ou com bicas em forma de carranca e profusamente ornamentadas. Pontes e chafarizes eram ponto de encontro de escravos, lavadeiras e tropeiros, e o principal centro de transmissão de boatos — para ter acesso às notícias correntes, bastava encostar-se nos arcos de pedra da ponte dos Contos ou na parede que sustentava uma das carrancas do chafariz da Glória e manter os ouvidos abertos.

Os três grandes poetas que atuaram na capitania no final do século XVIII — Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto — não deixaram passar em branco a novidade de um cenário marcado pela urbanização, e serviram-se dele, utilizando-o como moldura e enquadramento de sua poesia. Na constituição urbana do poema Vila Rica, composto por Cláudio Manuel da Costa provavelmente em 1773, as estruturas,

fachadas e volumes edificados são cantados em função dos acontecimentos que lhes oferecem legitimidade: nos versos surgem as fontes e os chafarizes que dão conta do abastecimento de água; as muitas pontes que ampliam o quadro de serviços e o equipamento urbano; a belíssima Torre do Relógio, caracterizada pela qualidade do padrão construtivo das Minas; as igrejas magníficas — mas figuradas numa magnificência talvez excessiva aos olhos do poeta, já que nelas "se hão de esgotar tantos erários".[55]

Cláudio Manuel da Costa foi o decano, e possivelmente a principal referência intelectual, de um grupo de letrados que fazia parte do estrato mais alto da estrutura social mineira: os filhos, formados em universidades europeias — Coimbra e Montpellier —, de senhores de lavras e fazendas, ou funcionários ativos da administração real, ou integrantes do clero secular e do aparelho militar da colônia. O grupo gerou um conhecimento extenso sobre a realidade das Minas, o qual incluía a produção de registros cartográficos, estudos acerca das potencialidades mineralógicas da capitania, bem como a descrição de seus recursos naturais e a diversificação de sua produção econômica. Tais ideias foram o fermento da Conjuração Mineira, o mais importante movimento anticolonial da América portuguesa e o primeiro a adaptar um projeto claramente republicano para a colônia — como, aliás, veremos no próximo capítulo. Além disso, alguns membros desse grupo deram nascimento a uma poesia que assegurou qualidade nova à literatura brasileira.[56]

Os poetas das Minas consideravam-se árcades, vale dizer, ligavam-se ou se julgavam ligados à poesia bucólica, a preferida do século XVIII em toda a Europa Ocidental culta. A convenção clássica desse tipo de literatura — o arcadismo — exigia o ideal galante, a paisagem natural amena habitada por pastores, e refletia situações episódicas vividas no jogo pastoril que o artista fixava em versos. Todos eles aceitaram e praticaram com grande maestria o temário, os torneios e a linguagem estabelecidos por aquela poesia europeia. Mas também foram suficientemente cosmopolitas para incorporar aos seus versos os elementos característicos da realidade local — sua natureza, aspirações e costumes. Além do mais, souberam exprimir, dentro da tópica do arcadismo, as condições inerentes ao seu singularíssimo status de letrados: mais conscientes, dia após dia, do antagonismo e do conflito latente que se ia formando entre a empresa colonizadora portuguesa e a vida citadina mineira; entre os interesses dos nascidos no reino e os dos naturais da colônia; entre suas próprias aspirações intelectuais e existenciais e a frustração de vivê-las submetidos ao crivo da censura imposta pela Coroa.

E os três grandes poetas mencionados cantaram Vila Rica, claro. Nas *Cartas chilenas*, poema escrito quiçá entre 1786 e 1789, cuja autoria, atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, muito possivelmente contou com a participação de Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, os locais públicos da cidade estão sempre fervilhando de gente, contaminados pelas múltiplas e tumultuadas funções da vida urbana. Em meio ao burburinho das ruas, surgem nos versos dessa obra os negros forros e mestiços perambulando ociosos por becos e ladeiras íngremes e driblando a repressão que incidia com mais violência sobre eles, na forma de pena de morte, ordens de prisão e maus-tratos. Aí aparecem também os taberneiros, tendeiros e negras quitandeiras exercendo o comércio ambulante ou trabalhando em lojas de comestíveis que serviam os escravos e os homens livres pobres da mineração enquanto estes sonhavam em enriquecer com o ouro que já fora fácil. Tampouco ficam de fora do poema os sapateiros, alfaiates e condutores de bestas de carga, os quais planejavam ingressar em corporações militares para, um dia, alcançarem outra

posição social.

Nas *Cartas chilenas*, o olhar do poeta apreende os vínculos ativos que a cidade mantém com os seus habitantes: as cavalhadas; as procissões; as peças representadas na nova Casa de Ópera, orgulho da elite abastada da capitania, teatro capaz de receber cerca de trezentos espectadores e encenar qualquer tipo de espetáculo. Passo a passo, Gonzaga descreve como foi erguida a Casa de Câmara e Cadeia, à força de arbítrio e chicote, pelo trabalho dos escravos que subiam a rua Direita de Antônio Dias, toda manhã, arrastando seus ferros. Era um soberbo edifício de pedra, inspirado no desenho de Michelangelo para o Capitólio, em Roma. E era também um prédio repleto de celas para prisão — incluindo as temíveis celas de "segredo", próprias para tortura, e de "oratório", onde os condenados à forca passavam seus últimos momentos.[57]

Gonzaga estava certo. A sociedade das Minas era fortemente miscigenada, e o ambiente urbano permitia que públicos distintos se cruzassem por toda parte. Era comum ver proprietários e escravos trabalhando juntos ou apenas vivenciando a maior flexibilidade proporcionada pelo cotidiano da vida na cidade, onde poderia haver uma atuação mais autônoma do escravo e a construção das condições que, quem sabe, levassem à sua liberdade. A urbanização e o uso intenso do mecanismo da alforria — a liberdade concedida pelo senhor ao escravo —, sobretudo na modalidade de compra dessa liberdade pelo próprio cativo, seja dando o valor de uma só vez, seja mediante o pagamento em parcelas acordadas entre as partes interessadas — a coartação —,[58] marcaram a sociedade do ouro com pelo menos três características importantes. A primeira delas evidencia a constituição de uma extensa camada de pessoas etnicamente mistas e a diminuta proporção de brancos. A segunda característica revela a formação do maior grupo de libertos no território da colônia. A terceira indica a possibilidade de alguma ascensão social para negros e pardos livres, em especial através do comércio, da posse de pequenas propriedades rurais, do exercício de atividades como o sacerdócio, da ocupação de cargos administrativos ou militares, e da prática dos ofícios de mestres construtores, entalhadores, pintores, escultores e músicos.

Mas Vila Rica era menos aberta do que parecia; sua estrutura social se distribuía em camadas.[59] No topo, os grandes proprietários de lavras e terras, o grupo de letrados, os altos funcionários da Coroa e os poderosos contratadores; na base, os escravos. Entre essas duas camadas movimentava-se barulhentamente a plebe: mineradores, tropeiros, comerciantes, soldados, artesãos. E, abaixo dela, quase como se não existisse, trafegava a extensa população de vadios.

O Barroco, a despeito de seu surgimento tardio como gênero na América portuguesa quando comparado com sua manifestação na Europa, foi a forma de expressão dessa sociedade e, entrosado com ela de modo profundo, sustentou artisticamente suas aspirações religiosas, políticas e econômicas.[60] Embora tenha chegado primeiro a Salvador e às vilas do Nordeste açucareiro, foi nas Minas que ele se enraizou, seja pela eficácia de sua comunicação religiosa, a apoiar na beleza da imagem o argumento que conduz à crença, seja por sua própria maleabilidade, a qual lhe permitiu adaptar-se aos contextos diversos, florescendo em diferentes manifestações artísticas e em todo o mundo colonial, seja ainda por seu caráter de espetáculo a ser cultuado nos altares e nas ruas.

As ordens terceiras, irmandades e confrarias de leigos que substituíram, nas Minas, as ordens religiosas expulsas pela Coroa, financiaram a construção de igrejas

estrategicamente situadas no topo dos morros, de arquitetura monumental, com uma decoração suntuosa de folhas de ouro e com altares e ornamentos em talha dourada — e fizeram o esplendor do Barroco mineiro. As irmandades eram entidades associativas leigas. Algumas, como as ordens terceiras do Carmo e de São Francisco, estritamente vinculadas aos homens brancos e à elite econômica e intelectual das Minas; outras, como as irmandades do Amparo e das Mercês, reservadas aos pardos, mulatos livres e artesãos; a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, por sua vez, reunia escravizados. Toda essa compartimentação social, porém, convergia e se interligava, com suas cruzes, opas, bandeiras e andores, no panorama das procissões e festividades religiosas.[61]

Se a igreja era o espaço cênico por excelência do Barroco, as procissões e festas religiosas foram o grande momento da sua efusão. Por definição, um estilo envolvente, espetaculoso, teatral, ele suspende o olhar pelo prazer do efeito e tem horror ao vazio. Era pelo olhar que os moradores de Vila Rica se sentiam arrebatados num êxtase festivo e religioso: as imagens dos santos recobertas de uma profusão de cores, paramentos e pedrarias, desfilando solenes na cadência da procissão, rodeadas das colchas de seda e damasco penduradas nas janelas das casas, cingidas pela fumaça forte do incenso. No ambiente feérico do Barroco era preciso ver para crer.

O caráter singular e a força de expressão cultural do Barroco mineiro foram resultados tanto do ambiente urbano característico da sociedade mineradora quanto da criatividade de artistas que reinventaram o repertório europeu que lhes serviu de modelo. Esse movimento criador desemboca necessariamente na obra de Antônio Francisco Lisboa — o Aleijadinho, como ficou conhecido por força de uma doença degenerativa que deformou seu corpo. Mulato, filho de português com escrava, ele foi o mestre escultor, entalhador e arquiteto capaz de fazer brotar da pedra e da madeira a espiritualidade da fé e o conjunto das emoções humanas. Na igreja de São Francisco de Assis, joia do Barroco mineiro, o Aleijadinho é, ao mesmo tempo, arquiteto e ornamentista, e nela deixou expressa a perfeita harmonia entre o projeto arquitetônico, a obra escultórica e a talha, o requinte e a originalidade da arte das Minas do século XVIII (ver imagem 31).

Na mesma igreja, Antônio Francisco Lisboa encontrou companhia à altura de seu talento: suas esculturas, figuras alegres e como que em movimento, pintadas com cores vivas e fortes, características do trabalho de Manuel da Costa Ataíde, o mestre Ataíde, valorizam-se e se completam reciprocamente. Na obra escultórica do Aleijadinho, presente no retábulo, nos púlpitos, no frontal do altar e nos medalhões do forro, cada imagem esculpida tem a energia reforçada pela ênfase das expressões faciais e pelos efeitos no olhar. De acordo com um de seus biógrafos, "Antônio Francisco era pardo escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada e o gênio agastado",[62] e talvez por isso figuras cheias de vigor e que parecem gesticular sejam essenciais no trabalho dele. Já seu parceiro, mestre Ataíde, cuidou de fazer nascer na igreja de São Francisco de Assis uma grande pintura que se insinuava a partir dos próprios elementos da arquitetura e se espalhava pelas paredes laterais da capela-mor. Nesses lugares, ele pintou tábuas corridas com bordas recortadas de modo a lembrar azulejos portugueses, e preencheu de cor de palha o fundo do retábulo para que o ouro pudesse transparecer e faiscar. Ataíde realizou uma obra-prima: pintada no forro da nave, numa perspectiva ilusória, em que as colunas parecem avançar e o teto se abre para o céu, sobe, carregada em nuvem, uma Nossa Senhora da Porciúncula soberba, roliça e mulata, acompanhada por uma revoada de anjos, igualmente mestiços, empenhados num concerto

musical — todos portando os instrumentos que em geral compunham uma orquestra (ver imagem 30).

O Barroco despertava os sentidos para o inatingível, para um mundo que não se vê; o ouro "sempre acaba, não é eterno".[63] Nas Minas, no fim do século XVIII, o ouro e o Barroco andam juntos e misturados. Assim como misturados ficaram seus santos, mulatos de olhos orientais, como se o Barroco distinguisse e unisse diferentes pontos desse Império português que começava em Macau e terminava em Vila Rica ou vice-versa.

5.
REVOLTAS, CONJURAÇÕES, MOTINS E SEDIÇÕES NO PARAÍSO DOS TRÓPICOS

A Conjuração Mineira foi o mais relevante movimento anticolonial da América portuguesa: pôs em dúvida o próprio sistema e adaptou para as Minas um projeto de poder de natureza nitidamente republicana. Essa Conjuração — disso às vezes nos esquecemos — também antecedeu a Revolução Francesa. Mas não foi o único momento de insubmissão na área colonial. Diferentemente da imagem oficial que o país gosta de apresentar, para dentro e para fora, a história brasileira está longe de se assemelhar a um "conto de fadas", uma narrativa destituída de guerras, conflitos ou da prática cotidiana da violência.

Para começar, uma colônia cuja base de trabalho, de norte a sul, pautava-se pelo escravismo já pressupõe tal prática. Porém, a violência não era moeda corrente apenas na relação entre senhores e escravos. Outros focos de tensão estouravam nas diversas partes do país. E a reação grassou diuturnamente, com a revolta dos colonos contra a distância e o isolamento; contra o jugo português, que se afirmava em situações de opulência mas também de crise, e contra o desmando das elites locais, que agiam com total autonomia diante da costumeira displicência da Coroa no momento de legislar sobre o imenso e longínquo Brasil. Velho mito nacional, a imagem do paraíso humano e natural marcado pela harmonia e pela convivência pacífica não se sustenta quando observada a partir de lentes que focalizam a realidade cotidiana e do trabalho forçado. Nesta história, não pode haver "final feliz".

“VIVA O POVO” E “MORRA O GOVERNADOR”

Na madrugada de 8 de dezembro de 1660, um grupo de fazendeiros concluiu que já passava da hora de pôr abaixo as novas taxas determinadas pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides para defesa de São Sebastião do Rio de Janeiro. Essa cidade vivia ameaçada por incursões de estrangeiros — os franceses, incansáveis inimigos de Portugal; os holandeses, durante o período de guerra com a Espanha —, além de sofrer assédio intermitente de piratas e corsários. Os colonos insubmissos eram proprietários de terras estabelecidos na Banda d’Além, a região norte da baía de Guanabara, que começava bem demarcada pela freguesia de São Gonçalo do Amarante e se prolongava com limites territoriais cada vez mais imprecisos à medida que se avançava para o interior da capitania.

Fizeram tudo em segredo. Esperaram, cautelosos, reuniram-se e aí decidiram. Guiados por um retalho de lua e ao abrigo da escuridão, lançaram barcos ao mar e cruzaram a Guanabara. Silenciosamente, contornaram a imensa rocha de granito que marca a entrada da baía — rocha que os lusos já haviam batizado de Pão de Açúcar, o nome dos valiosíssimos blocos de açúcar em forma de cone, brilhantes por cima e escuros na parte inferior, prontos para serem embalados para comercialização na Europa. Ainda antes de nascer o sol, atracaram na praia da Piaçaba, em frente ao largo do Carmo, hoje praça XV, local de desembarque para quem chegava ao Rio de Janeiro na segunda metade do século XVII.[1] Assim se iniciava a primeira revolta de colonos na América portuguesa.

A data foi escolhida a dedo. O dia da festa de Nossa Senhora da Conceição reunia desde muito cedo uma multidão no largo do Carmo, onde se erguia o Pelourinho, a igreja de São José e o prédio da Câmara Municipal, órgão responsável pela gestão do cotidiano da cidade. Além disso, o Rio de Janeiro estava momentaneamente desguarnecido: Sá e Benevides fora para Paranaguá, na ponta da Repartição do Sul, a gigantesca porção administrativa que abrangia as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, e que a Coroa pusera sob sua guarda. A viagem do governador tinha objetivo definido: constatar a veracidade das recentes notícias chegadas ao Rio sobre o descobrimento de jazidas de ouro entre São Paulo e Paraná.

Não se sabe se os revoltosos encontraram alguma resistência por parte da guarda da cidade — cerca de 350 homens de infantaria que não recebiam o soldo havia meses. Mas é fato que desembarcaram armados, aos gritos de “Viva o povo” e “Morra o governador”. A algazarra despertou quem ainda dormia, e tratou de arrebanhar os devotos de Nossa Senhora que aguardavam pelo início da festa. Às cinco horas da manhã, a Câmara foi invadida, seus membros destituídos e o governador deposto.[2]

Nos cinco meses subsequentes, a vida política e administrativa do Rio de Janeiro iria prosseguir governada por colonos amotinados que se empenharam em viabilizar um programa próprio de gestão: realizaram novas eleições para cargos camarários, estendendo os critérios de qualificação de eleitores a todo o Recôncavo fluminense — a Banda d’Além —, com o propósito de incluir os proprietários de terras, moradores das regiões rurais do Rio, no processo eleitoral, até então restrito aos privilegiados colonos estabelecidos na área urbana. Também suspenderam os tributos autorizados por Sá e Benevides, de modo a reduzir a sobrecarga fiscal; conservaram presos na fortaleza de Santa Cruz os aliados do

governador, e expulsaram da capitania seus partidários mais fiéis.

Com tudo isso, ninguém se esqueceu de reafirmar alto e claro a irrestrita lealdade à Coroa. A Revolta da Cachaça, como o episódio ficou conhecido, não era contra o rei português, mas contra a política fiscal praticada pelo governador. E era decididamente contra um item particular dessa política: a aplicação do decreto da Coroa que proibia a produção de aguardente e limitava sua exportação para favorecer o consumo de vinhos chegados da metrópole. Os governadores anteriores tinham feito vista grossa ao decreto e mantido a produção de aguardente — permitindo que os moradores da capitania desenvolvessem atividade mercantil de maneira autônoma.

Segundo frei Vicente do Salvador, na década de 1620 o Rio de Janeiro dispunha de quarenta engenhos de açúcar — de um total de 230 engenhos na colônia, cuja maioria estava concentrada nas capitanias do Nordeste. A cana cultivada no Recôncavo fluminense rendia caldo em abundância e era aguada — tinha baixo teor de sacarose. Essa característica incidia diretamente na qualidade do açúcar produzido, muito inferior ao de Pernambuco e da Bahia, contudo não fazia nenhuma diferença no caso de um subproduto importante da economia açucareira: a destilação de cachaça e de aguardente de cana.[3] O açúcar podia até ser de qualidade inferior, mas a aguardente encontrava mercado de exportação garantido — era moeda de troca no comércio de escravos com a África Ocidental, especialmente Angola e Guiné.[4]

Já no fim do século XVI, a mão de obra africana a serviço da lavoura passara a ser indispensável no território da colônia. Do porto do Rio de Janeiro saíam dois dos principais artigos de troca por escravos na África: a farinha de mandioca e a aguardente. Por isso, os colonos cariocas tornaram-se peritos na atividade do contrabando: furavam o bloqueio que impedia o comércio direto entre as distintas possessões do Império, driblavam o rigoroso e insaciável fiscalismo metropolitano e tratavam de participar ativamente do tráfico negreiro, utilizando a cachaça como sua moeda mais valiosa. O contrabando trazia prejuízos incalculáveis à Coroa, mas era um dos pouquíssimos subprodutos da economia colonial que deixava seus lucros integralmente nas mãos dos colonos.

Além do mais, a aguardente extraída da cana-de-açúcar permitia bons negócios entre os habitantes da América portuguesa. Considerada "bebida dos homens", a cachaça era consumida sobretudo pelas camadas populares — negros escravizados ou livres, mestiços de índios e negros, brancos pobres ou vadios. Por conta de seu nível calórico, servia de alimento complementar na dieta desses setores. A aguardente estava sempre disponível para compra, em cabaças, e ao lado da rapadura e do fumo — a "erva santa", como se dizia então — era um produto fácil de ser encontrado nas numerosas vendas espalhadas pelas vilas, arraiais e pelos caminhos que vinham sendo abertos para o interior.[5]

Para azar de seus habitantes, a capitania vivia uma situação calamitosa, e o governador Sá e Benevides decidiu apertar o controle sobre a administração cobrando a conta dos colonos. Faltavam recursos; a alta taxa de mortalidade entre os negros escravizados por causa de epidemias de varíola desestabilizara a produção de açúcar, provocando o desabastecimento da cidade, e era preciso fazer caixa para fortificar a entrada da baía e garantir o pagamento do soldo da guarnição. Em 1660, as perspectivas para o futuro próximo apontavam débitos impagáveis: o Rio de Janeiro estava falido.

Sá e Benevides foi um personagem e tanto: valente, astucioso, vaidoso, galante com as damas, compassivo com os índios, desinteressado da sorte dos negros e muito autoritário

com os colonos.[6] Suas ambições nunca foram pequenas. Numa ilha da baía de Guanabara onde funcionou o primeiro engenho de açúcar da família do governador, ele instalou seu próprio estaleiro, com a intenção de ali construir o maior galeão do mundo. Construiu seis, e um deles, o *Padre Eterno*, com 2 mil toneladas, 53 metros de comprimento e 144 peças de artilharia dispostas em duas cobertas, era um prodígio e tornou-se de fato o maior navio do mundo a navegar naquela época.[7] O *Padre Eterno* era tão sensacional que os moradores do Rio de Janeiro nunca mais esqueceram o local exato em que ele foi fabricado: batizaram esse lugar de ilha do Governador, e o terreno onde se ergueu o estaleiro, de Ponta do Galeão.

Não foi por acaso que Sá e Benevides chegou ao posto de governador: ele tinha antepassados ilustres na colônia — seu tio-bisavô, Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil, expulsou os franceses da baía de Guanabara, e o primo, Estácio de Sá, fundou a cidade do Rio de Janeiro. Quarta geração da família a governar a capitania, Sá e Benevides sempre enxergou o Rio como parte de suas terras e de sua herança. Esse olhar torto lhe permitiu atropelar as decisões da Câmara, impor tributos impopulares, sangrar as receitas locais e exorbitar da condição de autoridade nomeada pelo rei.[8]

Provavelmente, os colonos amotinados tinham razão nas acusações, mas subestimaram Sá e Benevides: além de alto funcionário da Coroa, ele era excepcional comandante militar, com larga folha de serviços prestados ao rei português em sua disputa dos mares com os Países Baixos Unidos, hoje a Holanda, na época uma formidável potência marítima. A lista de proezas do governador incluía algumas memoráveis: a reconquista de Angola, a derrota da frota do almirante Piet Heyn na costa da capitania do Espírito Santo e o incêndio das naus holandesas no porto de Salvador quando de sua expulsão definitiva da Bahia.

Os cariocas rebeldes haviam se metido numa enrascada. Em vez de simplesmente marchar sobre o Rio de Janeiro, Sá e Benevides subiu para o planalto paulista e esperou a ocasião propícia: a vinda de navios portugueses da Bahia para lhe dar apoio na retomada da cidade. Quando recebeu a confirmação de que os navios se aproximavam do Rio, com armas, munição e mantimentos, ele finalmente deixou São Paulo. Na madrugada de 6 de abril de 1661, enquanto a frota lusa rompia a entrada da baía de Guanabara, Sá e Benevides, no comando de um pequeno exército de índios flecheiros Tupi, fiéis aliados de sua família desde os tempos de Mem de Sá,[9] chegou à cidade. Dominou as sentinelas no Forte de São Sebastião, ocupou a Câmara, invadiu casas, confiscou armas e prendeu moradores. Antes de terminar o dia, o Rio de Janeiro estava reconquistado, os revoltosos derrotados, e Jerônimo Barbalho Bezerra, o principal líder do movimento, decapitado.

A SEMÂNTICA DAS REVOLTAS

A Revolta da Cachaça foi a primeira, mas não seria a última: em muitas outras ocasiões colonos exasperados e ressentidos usariam a rebelião como instrumento de pressão para sustentar reivindicações, atacar abusos de autoridades locais, reagir contra a rigidez administrativa de Lisboa ou exprimir descontentamento político. A América portuguesa concentrou uma série de protestos, espalhados por todo o seu território, que no limite apresentavam sério risco para a estabilidade do Império no Atlântico.[10]

Os constantes surtos de insatisfação exigiram de Portugal a criação de outras formas de disciplina administrativa dirigidas à colônia, razão por que foi preciso fixar um amplo léxico para nomear as dissensões: insurreição, sedição, revolta, levante, rebelião, assuada, motim, tumulto… E, como não se inventam nomes se não existe realidade para justificá-los, nem regras se não há a intenção de burlá-las, no Brasil seguiu-se o modelo habitual: disseminaram-se "gramáticas" e medidas voltadas para o controle da população.

No vocabulário da época, o emprego do termo "insurreição" designava uma população em cólera e com objetivos concretos e imediatos, à qual por vezes se uniam escravos. "Sedição" era a palavra utilizada para definir um ajuntamento de dez ou mais colonos armados que tinham a intenção deliberada de perturbar a ordem pública. Quando esse agrupamento chegava a mobilizar 30 mil pessoas, a coisa mudava de figura: estava instaurada a "rebelião", um tipo perigosíssimo de evento em que havia ameaça de anarquia ou de guerra civil. Uma "assuada" significava uma espécie particular de ajuntamento de colonos com o propósito de atingir a ordem pública e promover uma ofensa específica a uma autoridade. Um "motim" congregava muita gente com motivação política e toda sorte de insatisfação. "Tumulto" caracterizava a revolta do povo — e se usava o termo "povo" tanto para identificar o conjunto da população de um território quanto para classificar os estratos que formavam a base da pirâmide social da colônia: o povo miúdo, a plebe, a chusma.[11] A nomenclatura podia variar, mas a natureza dos ajuntamentos era sempre política.

A eclosão cada vez mais comum dessas comoções sociais na América portuguesa indicava que a luta política envolvia questões de interesse público, contava com a participação das camadas populares, e muitas vezes incluía negros libertos ou fugidos, quando a dose de violência poderia ser ainda mais temida. Evidentemente os protagonistas das revoltas se sujeitavam a acabar muito mal. Na ótica das autoridades metropolitanas, qualquer ponto dessa escala de dissensões se encaixava num tipo penal, inscrito na legislação criminal como delito público desde a vigência das Ordenações Filipinas: o mais duradouro código legal do reino, promulgado em 1603 por Filipe I, o primeiro soberano de Portugal durante o período da União Ibérica. Quem se metia a arrostar um funcionário do rei se arriscava a ser condenado por crime de lesa-majestade — com penalidades que iam da morte até o confisco de bens, galés perpétuas e açoites.[12]

Ainda assim, as rebeliões continuavam a subverter a ordem pública na colônia com impressionante regularidade. As causas que levaram à irrupção da Revolta da Cachaça inauguraram a lista dos motivos pelos quais os habitantes da América portuguesa acreditaram valer a pena protestar, assumir a pecha de rebeldes e correr perigo de vida. O início de uma revolta servia principalmente para expressar o grau de desagrado dos

colonos com “os desgovernos das conquistas”: o rigor de uma política metropolitana que lançava tributos intermináveis sem consulta; o abuso de poder por parte dos funcionários régios que atuavam no ultramar; a grande distância que separava o Brasil de Portugal e os colonos do rei e de seu poder de arbitragem para a resolução dos conflitos e dos problemas.[13]

A frequência com que os vassalos do Brasil promoviam rebeliões deixava as autoridades metropolitanas em permanente estado de alerta. Havia o risco de ataques armados aos funcionários do rei, o perigo da agregação de grupos sociais muito distintos, a ameaça de substituição de governos locais. Mas, sobretudo, havia a possibilidade de contaminação política: as sublevações aconteciam em séries sucessivas e se multiplicavam precipitadamente por todo o território da colônia. As razões de descontentamento variaram; porém, cada protesto contribuía para um adensamento da tensão na área colonial e gerava inquietação em Lisboa.

AS SUBLEVAÇÕES DOS VASSALOS: DESCONTENTAMENTO POLÍTICO EM PERNAMBUCO, SERGIPE, MARANHÃO E BAHIA

No final do mês de agosto de 1666, cinco anos após a Revolta da Cachaça, o governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, acabou preso, em plena luz do dia, no meio da rua de São Bento, em Olinda. O grupo de conspiradores que lhe deu voz de prisão era formado por membros da elite proprietária de terras da capitania, ganhara a confiança da população local para afrontar a primeira autoridade régia de Pernambuco e não queria saber de muita conversa: o governador foi encarcerado na fortaleza do Brum, no Recife, e em seguida devolvido a Lisboa.[14]

A briga foi coisa de graúdos, e a lista de reclamações contra Mendonça Furtado era robusta: acusavam o governador de executar dívidas, sequestrar bens, proteger ostensivamente diversos devedores da Fazenda Real, quebrar imunidades eclesiásticas, prender e soltar pessoas: tudo em troca de propina. As ruas de Olinda e Recife também acolhiam e difundiam a notícia de que o governador não só costumava embolsar parte da receita devida à Coroa, como cuidava de aumentar o quinhão embolsado, recunhando moedas no próprio palácio. Desprezado pela população, Mendonça Furtado recebeu a alcunha de Xumbergas, termo ambíguo que tanto significava "alguém que azucrina o próximo" quanto apontava de modo chulo para uma pessoa adepta de excessos: um sujeito embriagado ou um figurão useiro e vezeiro na prática de bolinar.

O Xumbergas fez parte de uma linhagem de governantes locais prepotentes, corruptos e venais que se aproveitavam da investidura régia para enriquecer depressa, em geral de forma ilícita. Na belíssima oratória de padre Vieira, que os conhecia bem, a cobiça desses governantes era sem remédio, e punha em risco a estabilidade do domínio português na América: "Esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares por onde a Justiça se não guarda e o Estado se perde", bradava Vieira, do púlpito. E concluía: "Perde-se o Brasil (digamo-lo em uma palavra) porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens".[15]

Em Pernambuco, a razão do descontentamento foi a corrupção e a exorbitância do poder das autoridades locais. Mas, quando essa razão vinha combinada ao peso dos tributos, era sinal de que uma tempestade poderia desabar bruscamente em qualquer ponto do território da colônia. Em 1671, por exemplo, a rebelião eclodiu na distante Sergipe del-Rei: colonos amotinados decidiram expulsar, com o apoio da Câmara Municipal, Joaquim Antônio Monteiro Correia, capitão-mor — título que indicava o responsável pelas funções administrativas e militares da capitania na ausência de um governador designado pela metrópole. O motim manteve em sobressalto as autoridades em toda a Repartição do Norte — a comprida faixa litorânea que incluía as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá, Bahia e Rio Grande —, em especial por conta da importância estratégica de Sergipe para a Coroa, pois permitia a comunicação por terra entre Bahia e Pernambuco, onde estava instalado o centro nervoso da economia açucareira na América.[16]

Já em 1684 a tempestade caiu sobre o Maranhão. Os irmãos Manuel e Tomás Beckman, o primeiro, proprietário de engenho, o segundo, poeta e advogado, apoiados por cerca de

oitenta homens armados, entre eles senhores de engenho e comerciantes locais, comandaram o movimento.[17] O inconformismo dos colonos tinha motivações definidas: destituir o governador e extinguir a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, encarregada por Lisboa do monopólio das exportações de modo a evitar o contrabando e a sonegação de impostos. De quebra, pretendiam acertar contas com os jesuítas, a quem creditavam a principal responsabilidade pela emissão da proibição régia de 1680, que impedia a escravização dos índios. Do ponto de vista dos colonos essa proibição prenunciava um desastre completo, sobretudo numa economia como a do Maranhão, onde faltava mão de obra para a lavoura do açúcar.

Na noite de 24 de fevereiro, os homens comandados pelos irmãos Beckman se misturaram à multidão que lotava o centro de São Luís por causa das festas em homenagem ao Senhor dos Passos e tomaram de assalto a Casa de Estanco: nome dos armazéns onde os colonos vendiam seus produtos para a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que detinha o monopólio (o estanco) das exportações. Ato contínuo, os revoltosos ocuparam os pontos estratégicos da cidade: desarmaram o Corpo da Guarda e deram voz de prisão aos representantes do rei.

No dia seguinte, organizaram uma Junta Geral de Governo, com sede na Câmara Municipal, e se lembraram dos rancores por longo tempo acumulados contra os jesuítas. Aos gritos de "Mata, mata os padres da Companhia", os rebeldes saíram pelas ruas, batendo de porta em porta e convocando a população a tomar o Colégio Nossa Senhora da Luz, onde se instalava a Companhia de Jesus. Uma multidão invadiu o pátio interno do colégio, cercou a igreja e sua avultada torre de pedra, mas chegou atrasada — 27 padres apavorados com a possibilidade de linchamento já haviam fugido esbaforidos para o interior da capitania.

A revolta dos irmãos Beckman durou um ano — até a vinda da frota portuguesa que trouxe a bordo um bem armado e treinado contingente de soldados lusos e o novo governador, Gomes Freire de Andrade. O recém-chegado desembarcou em São Luís, retomou a cidade e brutalizou: prendeu os rebeldes, restaurou os privilégios da Companhia de Comércio e mandou subir a forca na praça do Armazém, o centro administrativo de São Luís, onde funcionava o prédio da Câmara e a Alfândega. Manuel Beckman e Jorge de Sampaio e Carvalho, os principais líderes da rebelião, foram sumariamente condenados à morte e enforcados. Tomás Beckman, enviado pelos revoltosos como emissário à metrópole para tentar convencer as autoridades da justeza do movimento, foi preso em Lisboa e proibido de regressar ao Maranhão, enquanto outros participantes da revolta sofreram pena de açoite público.

Em 1711, explodiu mais uma rebelião, dessa vez em Salvador. O baiano João de Figueiredo da Costa, apelidado Maneta, era um misto de comerciante e contrabandista, arguto o bastante para compreender a correlação de forças políticas no coração administrativo da colônia e jogar com isso a seu favor. Os Motins do Maneta, como o levante ficou conhecido, não tinham nenhuma pretensão de conduzir à tomada de poder. Em compensação, reuniram uma multidão essencialmente impulsiva, mas motivada por dois objetivos precisos. Um, a exigência da redução do preço do sal — artigo de primeira necessidade, indispensável para conservação de alimentos como carne ou peixe. O outro, a supressão das novas taxas sobre o valor das mercadorias importadas e dos escravos, que haviam sido criadas com o propósito de financiar as incursões da frota portuguesa contra

os frequentes ataques de corsários na entrada da barra de Salvador. O motim também significava uma forma de contestação coletiva à decisão da Fazenda Real de instalar, na Bahia, mais uma casa de arrecadação e controle fiscal: o Paço da Madeira, a agência do Império encarregada de tributar qualquer tipo de embarcação, além de frutas, armas, mobiliário, carvão e cortiça.[18]

A taxação presente e a ameaça de novas taxas serviram como detonador dos motins, não só do ponto de vista do Maneta, mas entre toda sorte de gente envolvida com o comércio: contrabandistas, tumbeiros — os membros da tripulação de um navio negreiro de pequeno porte —, traficantes de escravos, pequenos comerciantes, mercadores de tenda aberta, caixeiros, taberneiros. Ademais, os tributos atingiam o bolso de boa parte dos habitantes da cidade, o que generalizou a inquietação. A indignação cresceu junto à população plebeia de Salvador e se expandiu até alcançar a tropa, cujos soldados de baixa patente apoiaram entusiasticamente os motins. Sem participação no levante, apenas os proprietários de terras e engenhos e os grandes comerciantes da Bahia — homens de "grossa fortuna", como se dizia na época.

Um motim só tem início quando a multidão se forma. Em Salvador, ela se juntou por força dos rumores que espalhavam informações alarmantes sobre os novos tributos, e para atender ao chamado do sino que alguém — não se sabe quem — tocava furiosamente no alto da torre da Câmara Municipal. Uma vez reunidos, os amotinados adquiriram confiança, e realizaram um levante de massas. Ocuparam as ladeiras que unem a Cidade Baixa à Cidade Alta — os dois planos topográficos de Salvador — e avançaram em direção ao palácio do governador. Permitiram-se duas paradas: na primeira, a população sublevada tomou de assalto o luxuoso sobrado de Manuel Dias Filgueiras, principal contratador de sal e arrematante de dízimos da cidade. O palacete foi invadido, o elegante mobiliário arremessado pelos janelões, as pipas de vinho fino arrombadas e seu conteúdo entornado na rua, o depósito de sal localizado atrás da casa inteiramente destruído. Na segunda parada, os amotinados investiram contra a residência de Manuel Gomes Lisboa, sócio de Filgueiras. Lá, além dos móveis e dos utensílios domésticos, dois pequenos armários chaveados foram lançados pelas janelas — e, para triunfo da multidão, o ouro em pó guardado nas gavetas esparramou-se pela ladeira de acesso ao sobrado, no largo do convento de São Francisco.

Apavorado, o governador, Pedro de Vasconcelos e Souza, recém-nomeado para o cargo, apelou ao arcebispo da Bahia, d. Sebastião Monteiro da Vide, que não titubeou: reuniu padres, cônegos e membros das irmandades, invocou a cólera de Deus, despejou seu discurso exasperado sobre os amotinados e improvisou uma procissão: saiu pelas ladeiras de Salvador exibindo, diante de uma multidão turbulenta, os símbolos sagrados da Eucaristia e exortando o povo a aquietar-se. Não deu certo. Os amotinados não deixaram de levar a procissão a sério: descansaram as armas, descobriram a cabeça, ajoelharam-se em contrição. Ato contínuo, porém, cuidaram de retomar o levante do ponto em que havia parado: empunharam outra vez as armas, cercaram o palácio e renderam o governador. Sem alternativa, Pedro de Vasconcelos e Souza aceitou todas as suas exigências: suspendeu os novos tributos, recuou no aumento do preço do sal e prometeu perdão generalizado.

Motins são explosões súbitas. Trata-se de um tipo de movimento político essencialmente impulsivo, desprovido de organização estratégica elaborada e sem projeto político de poder mais duradouro. Por outro lado, seu desenrolar é ligeiro, como se a multidão

enraivecida depressa se fatigasse e, exausta, se desagregasse.[19] Talvez por isso o governador Pedro de Vasconcelos, tão logo a multidão se dispersou, rompeu o acordo celebrado com os rebeldes e puniu severamente seus líderes. Mas nem assim o movimento se esgotou. Afinal, motins são levantes populares que também se recompõem e reagem muito rápido. No caso de Salvador, menos de cinquenta dias após o rompimento do acordo que encerrou a revolta, o povo miúdo tornou a amotinar-se pelas ladeiras da cidade.

AS MINAS INSOLENTES

Os ódios e contrariedades estocados pelos colonos em virtude de determinações vindas da metrópole mantinham acesa uma energia política potencialmente perigosa e contagiosa, que alimentava condutas sediciosas de uma ponta a outra do território da colônia. Na região das Minas, esse sentimento parecia jorrar furiosamente, e por lá as autoridades metropolitanas cortaram um dobrado para introjetar o poder do rei, ordenar a população nos limites da lei do Império e contornar o desejo de mando dos colonos. Sensível à questão dos delitos cometidos na capitania e convencido da ingovernabilidade de seus habitantes, o mais notável agente disciplinador das Minas, o governador Pedro Miguel de Almeida e Portugal, conde de Assumar, asseverou com todas as letras — e algum exagero — que a gente da capitania estava destinada a dar enorme trabalho à Coroa. O trecho é exemplar e serve de abertura ao *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, o documento mais importante que ele fez chegar às mãos das autoridades régias em Lisboa:

> Das Minas e seus moradores bastava dizer [...] que é habitada de gente intratável [...] A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro é como no inferno.[20]

O conde de Assumar governou a capitania de 1717 a 1721 e ficou célebre por bater duro na fama de insubmissão que grassava entre os moradores, reafirmar a centralidade do poder real e garantir o exercício da autoridade administrativa metropolitana. O *Discurso* foi escrito para dar conta ao rei da ferocidade da repressão que o conde utilizou contra a Sedição de Vila Rica. Era a terceira sedição séria enfrentada por ele: os mineiros já se tinham levantado em Catas Altas, entre 1717 e 1718, e no arraial de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, entre 1717 e 1720.[21]

Na Sedição de Vila Rica, em 1720, a mais importante revolta ocorrida nas Minas antes da Conjuração Mineira, a motivação foi, mais uma vez, o caráter invasivo das práticas fiscais executadas pela Fazenda Real. Os sediciosos planejavam forçar a Coroa a suspender o estabelecimento das Casas de Fundição, onde se registrava o ouro em barras e se deduzia o quinto por arroba, o imposto devido ao rei.[22] E a sedição espantou as Minas pela exibição pública da disputa de poder. Uma guerra surda foi travada entre o governador, o ouvidor de Vila Rica, responsável pelo exercício da justiça do rei, e a categoria dos "homens bons", a elite socioeconômica e política das vilas e povoados coloniais. Ao cair da noite, homens armados e encapuzados irrompiam abruptamente nas encostas do morro do Arraial do Ouro Podre, e desciam em direção ao centro de Vila Rica, hoje Ouro Preto, ao rufar de tambores e aos gritos de: "Viva o povo e morte aos enviados d'el-rei". No trajeto, tomavam as ruas de assalto, descompunham os moradores, que corriam espavoridos para suas casas, pilhavam e saqueavam. Numa dessas ocasiões a residência do ouvidor-geral foi destruída; seu proprietário, personagem odiado na capitania, escapou por um triz do linchamento e fugiu para o Rio de Janeiro.

Da parte do governador a reação foi espetaculosa. Em três dias, Assumar acertou as

contas com os mineiros que não lhe deram sossego durante os quatro anos de seu governo: fechou os caminhos de entrada em Vila Rica, prendeu os protagonistas do levante e os enviou, presos, ao Rio de Janeiro; autorizou a população a exterminar os encapuzados e deu ordem aos dragões portugueses — o corpo militar de elite estacionado na capitania — de tocar fogo nas propriedades de Pascoal da Silva Guimarães, o mais relevante líder da revolta. O pavor dos moradores do arraial foi tão intenso que deixou na memória coletiva das Minas um rastro de mito e um medo duradouro: reza a lenda que, até nossos dias, nas madrugadas sem lua, os habitantes de Ouro Preto escutam o tropel dos cavalos de fogo, enviados pelo governador. Contudo, o conde ainda não havia terminado. Reuniu a população de Vila Rica no largo da Câmara e mandou executar sumariamente Felipe dos Santos — que não tinha status para participar do círculo de mando dos poderosos locais mas dispunha de oratória para "mover o povo" no rumo da rebelião. Felipe dos Santos foi responsável por comandar praticamente todos os tumultos que deram corpo à Sedição de Vila Rica. Por essa razão, tornou-se alvo principal e vítima do suplício público e exemplar com que o conde de Assumar celebrou a justiça do rei.

Cerca de dez anos após os eventos que conduziram à Sedição de Vila Rica, o então governador interino das Minas, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, viu-se às voltas com novo levante, agora na região noroeste da capitania. Em 1736, os Motins do Sertão levantaram a população às margens do rio das Velhas e do rio São Francisco em mais uma revolta de natureza antifiscal — nesse caso, contra o pagamento do quinto do ouro, a ser cobrado pelo sistema de capitação, o tributo pago por escravo ou indivíduo forro da capitania.[23] No auge do levante, quando reuniões noturnas aconteciam nas fazendas dos criadores de gado, arraiais eram invadidos, grupos de insurretos percorriam as ruas, dispostos a moer de pancadas, se encontrassem, o cobrador encarregado do recolhimento de impostos, Martinho de Mendonça ainda duvidava da força dos motins. Julgava aquelas reivindicações inegociáveis e remetia sua autoria à "má qualidade" dos habitantes da capitania.[24] Mas, em torno de 1737, diante das prisões lotadas, o governador mudou de ideia e desabafou: "Esta conspiração foi maior do que parece…".[25]

QUANDO OS VASSALOS SE TORNAM INFIÉIS AO REI

Fosse qual fosse seu formato, em pelo menos um aspecto as revoltas de colonos eram incrivelmente semelhantes: nenhuma delas confrontou a Coroa portuguesa.[26] Ao contrário: a linguagem dos rebeldes expressava estrita lealdade ao soberano, reafirmava a força simbólica da figura do rei sempre pronto a ouvir as aflições de seus súditos, e maldizia a lentidão das comunicações entre metrópole e colônia, razão determinante do curto-circuito provocado pela excessiva e mal delimitada autoridade dos agentes do poder real no ultramar. Quase todas as revoltas procederam assim, exceto uma: a de 1710, em Pernambuco, responsável por introduzir uma nova tópica no padrão até então característico das sublevações coloniais e pôr em questão a autoridade da Coroa.[27]

A revolta de 1710 faz parte de um conjunto de eventos — de ruptura da ordem colonial e movimentação contra a autoridade régia — que a historiografia do século XIX designou como Guerra dos Mascates.[28] Seu ponto de partida — o tema da autonomia administrativa da cidade do Recife, reduzida à condição de porto da vizinha Olinda, presunçosa e decadente — materializou a reação da elite açucareira pernambucana, representada por Olinda, diante da pressão dos comerciantes do Recife, que eram pejorativamente apelidados de "mascates", para a criação de uma Câmara Municipal independente. A revolta também cuidou de inserir o componente da sedição na cena pública da capitania, que detinha o controle e a produção do açúcar, ainda a principal fonte de riqueza da colônia.

A rebelião, que durou menos de um ano, contou com a insurreição de milícias rurais arrebanhadas entre as camadas livres mas pobres da população do campo pela elite açucareira, as quais marcharam contra o Recife e acarretaram a previsível fuga do governador para a Bahia, o que por fim franqueou aos levantados o controle de boa parcela da capitania. O fundamental, no entanto, foi o fato de ter incorporado à pauta da sedição o propósito de tornar Pernambuco independente. O núcleo mais radical da liderança sediciosa optou pela República; discutiu a conjuntura e os recursos para uma resistência armada; considerou a eventualidade de a sedição se expandir para a Bahia e o Rio de Janeiro, e incluiu a alternativa de um protetorado francês para o caso do fracasso da sedição. "Era melhor constituir-se Pernambuco em república", propôs Bernardo Vieira, um dos mais destacados líderes da revolta, e desabafou: "Se porventura a sorte da guerra […] fosse contrária, era preferível buscar o apoio dos polidos franceses a se submeterem aos malcriados mascates".[29] A sedição de 1710 terminou mal para a elite açucareira de Olinda. No ano seguinte, os difamados "mascates" deram o troco: retomaram o controle do Recife, protagonizaram combates no interior da capitania e receberam reforços da frota vinda de Lisboa com um novo governador nomeado para Pernambuco e responsável por negociar os termos de um indulto régio. No final do conflito, vitoriosa e elevada pela Coroa à condição de vila, dotada de sua própria Câmara Municipal, Recife acabaria se convertendo em sede da capitania de Pernambuco.

Contudo, e apesar de a sedição de 1710 ter sido um conflito municipal, as ideias se movimentaram além de Pernambuco. Os sediciosos de Olinda conjugaram pela primeira vez na América portuguesa independência a autogoverno e declararam preferir a forma republicana ao governo dos reis. Cerca de sessenta anos depois, o termo "autogoverno" já

fazia parte do vocabulário político da colônia — e era utilizado com incômoda frequência, para infelicidade da metrópole.

Nas três últimas décadas do século XVIII, um punhado de colonos especialmente em Minas e na Bahia fixou o uso desse termo em definitivo, e tratou de alterar a natureza e o papel das revoltas que protagonizou. Tais colonos transformaram a ambição de autonomia e o desejo de autogoverno em novo tipo de rebelião, ao qual deram o nome de Conjuração: forma específica de conspiração política em que os participantes estão dispostos a contestar o poder do rei e a autoridade da Coroa. Por força dessa disposição, seus autores foram também acusados por Lisboa de um novo crime: o delito de Inconfidência, cometido pelo súdito infiel ao seu príncipe.

CONJURAÇÕES E INCONFIDÊNCIAS: MINAS, 1789

No mês de dezembro de 1782, o poeta Tomás Antônio Gonzaga chegou a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, nomeado para o cargo de ouvidor-geral. Gonzaga viajou por quinze dias, a cavalo, vindo do Rio de Janeiro. Com sua chegada, estava completo o grupo de homens letrados que se aliaria alguns anos mais tarde à elite econômica e administrativa das Minas para contestar a relação colonial, planejar um levante armado contra a Coroa portuguesa, e promover a associação entre as ideias de República e de autonomia política no território da colônia.

O grupo era eclético. Reunia cônegos eruditos, como Luís Vieira da Silva, proprietário de uma livraria formidável e professor de filosofia no Seminário de Mariana, e padres apreciadores de música, como Carlos Correia de Toledo, vigário da vila de São José del-Rei, hoje a cidade de Tiradentes. Havia entre eles três grandes poetas — o próprio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto — e diversos "letrados": o médico e naturalista José Vieira Couto, o engenheiro militar José Joaquim da Rocha, o filósofo, cientista natural e mineralogista José Álvares Maciel, o jovem médico recém-formado em Montpellier, Domingos Vidal de Barbosa Lage. Entre os participantes regulares desse grupo também se perfilavam militares de variada patente — o mais graduado, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante do corpo militar dos dragões — e um número considerável de membros da elite econômica da capitania: homens de negócio, fazendeiros, comerciantes, emprestadores de dinheiro, contratadores, além dos poderosos magnatas locais, como João Rodrigues de Macedo, proprietário do magnífico sobrado que abrigou várias reuniões dos conjurados em Vila Rica.[30]

Os membros desse grupo tinham laços familiares, de amizade ou econômicos a vinculá-los à cúpula da sociedade das Minas, e de muitas maneiras estavam envolvidos com atividades que expressavam sua identidade com interesses intensamente locais — e que eram a antítese daquilo que as autoridades lusas acreditavam constituir a essência da lógica colonial e de seus critérios de implícita subordinação. O padre José da Silva e Oliveira Rolim, por exemplo, comprometido até a raiz dos cabelos com os planos da Conjuração, passou boa parte da vida metido em fraudes contra a Coroa: falsificou moeda, subornou autoridades — inclusive as eclesiásticas —, emprestou dinheiro a juros e desviou diamantes do Tejuco, da rota oficial de Lisboa, para a trilha clandestina que terminava em Amsterdam.

Ele foi, sem dúvida, uma mistura bizarra e explosiva de contrabandista, agiota, aventureiro violento e, de quebra, sedutor incorrigível — um personagem fascinante que, entretanto, em diversos aspectos não estava sozinho. A maioria dos conjurados mineiros encontrava-se enredada de algum modo com o contrabando do ouro e dos diamantes, burlava o fisco e zombava da autoridade dos funcionários do governador. Além do mais, conservava laços de associação com os garimpeiros clandestinos e com os "capangueiros" — nome dado aos comerciantes ambulantes que viabilizavam a saída ilegal das pedras preciosas para o mercado europeu. Mas quem se envolveu com a Conjuração Mineira também punha ênfase na diversificação das atividades econômicas e considerava a possibilidade de autossuficiência das Minas.[31]

A despeito de tudo isso, ninguém parecia disposto a começar uma rebelião. O que fez um

grupo de letrados e vassalos de posses, em princípio bem integrados ao mundo do absolutismo português, transformar-se em protagonista de uma forma especialíssima de revolta política na América — a Conjuração Mineira — foi uma combinação entre o ressentimento e a percepção de autossuficiência econômica de sua capitania. As Minas "eram um país, como não havia outro, que tinham todas as riquezas em si", afirmava o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ao tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade.[32]

O gatilho que deflagrou a Conjuração Mineira articulava três ordens de fatores de natureza distinta — político-administrativa, econômica, cultural —, com impacto variado mas capaz de atingir todas as camadas da estrutura social da capitania. Havia, em primeiro lugar, o rigor de uma política metropolitana que desconsiderava a realidade da produção do ouro e descartava a possibilidade de criação de projetos alternativos para a exploração do potencial econômico das Minas. Os outros dois fatores tinham caráter conjuntural: o desastre político representado pela administração corrupta do governador Cunha Meneses e a "Instrução" escrita por Martinho de Melo e Castro, ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ao visconde de Barbacena, novo governador da capitania. A "Instrução" significava duplo retrocesso na relação das Minas com Portugal: num momento de recessão provocado pelo declínio da produção aurífera, Lisboa insistia na imposição da "derrama" — como vimos, tributo cobrado no intento de completar as cem arrobas da cota anual de ouro devida à Coroa e que incidia sobre toda a população da capitania. Além disso, anulava todos os demais contratos dos mineiros e restringia o acesso da elite local a postos da administração régia.[33]

Embora na historiografia não exista acordo sobre uma data precisa, provavelmente a Conjuração Mineira começou a se delinear em algum momento da década de 1780; entre 1781 — o ano em que estudantes da América portuguesa, em Coimbra, juraram dedicação à causa da soberania da colônia — e 1788, quando o projeto de autonomia das Minas foi formalmente debatido em reuniões locais. A partir da segunda metade dos anos 1780, esse projeto emergiu sob a forma de uma "República Florente",[34] como gostava de definir Tiradentes: uma República "próspera", "florescente", já que alimentada pela notável riqueza natural das Minas, que permitiria aos seus habitantes conceber o próprio destino e firmar a convicção de que soberania não era um atributo a ser compartilhado com Portugal.

Tiradentes foi o mais ativo propagandista das ideias que sustentaram o projeto político da Conjuração Mineira, e o grande responsável por colocá-las em circulação no interior de uma rede formada pelo entrecruzamento de diferentes grupos sociais. Muito do sucesso desse ativismo se devia à sua condição de extraordinária mobilidade: ele transitava pelos caminhos entre as Minas e o Rio de Janeiro e entre as variadas camadas em que se dividia a estrutura da sociedade mineira setecentista. Afinal, Tiradentes exerceu a atividade de tropeiro e, tempos depois, assumiu a posição de comandante do destacamento do Caminho Novo, que respondia pelo patrulhamento da serra da Mantiqueira, àquelas alturas infestada de quilombolas e quadrilhas de salteadores.

Mas essa mobilidade era, igualmente, fruto de sua habilidade tanto "do préstimo e habilidade [...] de pôr e tirar dentes"[35] quanto na prática da cura, na receita de medicamentos e no conhecimento das plantas medicinais. Ao relatar a viagem que empreendeu ao Rio de Janeiro em companhia de Tiradentes, o capitão José de Souza

Coelho, vereador da Câmara da vila de Pitangui, anotou ser ele "senhor de variadas aptidões: um tanto cirurgião e tira-dentes, entendedor de ervas para curar chagas e febres, perito em calçadas, pontes, moinhos e encanamentos, além de conhecer, como a palma da mão, aquelas grotas e serras e bem assim distinguir pelos respectivos nomes e apelidos todos os seus habitantes".[36]

As ideias de autonomia e de República que Tiradentes divulgou percorreram virtualmente a capitania inteira, e foram irradiadas a partir de três centros de transmissão: as comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes e Serro do Frio. Os temas da sedição, da autossuficiência econômica e da autonomia política circularam pelas pousadias, ranchos e estalagens do Caminho Novo; transitaram por boticas, quartéis e portas de igrejas existentes nas vilas e em seu entorno; frequentaram as tabernas e casas de prostituição espalhadas pelas Minas, e se esconderam nas montanhas do Serro do Frio, que fervilhavam de garimpeiros e faiscadores fora da lei.

A Conjuração teria início com um motim — que ocorreria no mês de fevereiro, em Vila Rica, quando fosse imposta a "derrama". Se vitoriosos, os conjurados deflagrariam a rebelião em toda a capitania. Seu planejamento incluía o anúncio da declaração de independência das Minas e a definição dos instrumentos necessários para sua implementação sob a forma da República. Os mineiros estavam especialmente atentos à Revolução Americana, que vivia seu pleno processo institucional, e buscavam encontrar estruturas republicanas de governo capazes de expressar os princípios que as colônias norte-americanas haviam defendido na luta contra o Império britânico.

Não é difícil divisar nos planos da Conjuração Mineira os traços da inovação constitucional de uma República Confederada — uma espécie de comunidade de estados independentes, cada um mantendo sua autonomia legislativa. Nem identificar, na importância do papel que os conjurados atribuíram às Câmaras Municipais, a determinação de exercer o governo da República através do protagonismo político do Legislativo, por meio de Assembleias espalhadas pela capitania. É igualmente possível reconhecer no planejamento militar da Conjuração Mineira a percepção, por parte de seus líderes, de algo que foi decisivo para a derrota do exército britânico na América inglesa. Também Portugal iria fazer nas Minas uma guerra que não poderia vencer. Estratégica e logisticamente, Lisboa estava em desvantagem: não seria fácil deslocar as tropas pelo Atlântico e, em seguida, continuar por terra, para o interior da América portuguesa. A expectativa dos conjurados não era ganhar a guerra militarmente e expulsar as tropas lusas; era exaurir a metrópole, inclusive economicamente, forçando a Coroa a negociar.

Mas os mineiros ficaram sozinhos. Nenhuma outra capitania se aliou à Conjuração. O contexto internacional, por sua vez, foi especialmente desfavorável aos planos de autonomia das Minas. Em que pese o aceno encorajador de Thomas Jefferson no encontro que teve com José Joaquim Maia e Barbalho, em Nîmes, na França, a República norte-americana ansiava por um tratado de comércio com Portugal, assinado enfim pelo próprio Jefferson, em 1786, e não pretendia arriscar-se num projeto de futuro promissor, porém incerto, no Brasil. Já a França, onde alguns conjurados apostavam suas melhores fichas e cujo apoio à Guerra de Independência das Treze Colônias foi essencial, estava politicamente imobilizada em sua capacidade de interferir no cenário internacional.[37]

E então, provavelmente em 18 de maio de 1789, no começo da noite, alguém — não se sabe se homem ou mulher — foi visto subindo as vielas de Vila Rica, em meio à névoa que

recobre a cidade nessa época do ano. Usava uma capa preta comprida, um enorme chapéu desabado sobre os olhos, caminhava com passos rápidos e esgueirava-se cheio de cautela. O Embuçado, como o personagem ficou conhecido, percorreu Vila Rica à cata dos conjurados para preveni-los de que a conspiração havia sido descoberta e eles corriam perigo.[38] Foi à casa de Cláudio Manuel e o avisou da porta. Na casa de Gonzaga, deixou recado com a escrava Antônia. Aflito, com pressa de informar o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, compadre de Tiradentes, o Embuçado errou de casa, encontrou uma porta entreaberta e entrou no vizinho. No topo da escada deparou-se com a esposa do proprietário, percebeu o engano, precipitou-se para a rua e desapareceu na neblina. Nunca mais se soube dele.

O Embuçado estava certo. O visconde de Barbacena recebeu seis denúncias formais de que havia uma conspiração em marcha nas Minas.[39] A primeira e mais importante foi feita por Joaquim Silvério dos Reis, ele próprio um ativo participante da conjura. Silvério dos Reis era um homem rico; também era o que tinha mais dívidas com a Coroa portuguesa, e o perdão dessas dívidas foi o mote de sua delação. Contou tudo minuciosamente, várias vezes e por escrito: os detalhes da conspiração, a senha, o nome dos principais conjurados, o projeto político, a estratégia militar. De posse da denúncia, Barbacena ainda esperou dois meses. Depois, suspendeu a derrama, mandou prender os conspiradores e abriu a "devassa" — a busca das provas, os interrogatórios dos réus e a inquirição das testemunhas que iriam formar os autos do processo da Conjuração Mineira.

Entre a delação de Silvério dos Reis, a prisão dos acusados e o julgamento expresso na sentença assinada por d. Maria I, rainha de Portugal, passaram-se três longuíssimos anos de interrogatórios e padecimentos para os suspeitos enviados por Barbacena à cadeia da Relação e à fortaleza da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. No final do processo, a sorte dos conjurados, considerados culpados do crime de Inconfidência, foi ingrata: degredo na África, prisão perpétua em Portugal para réus eclesiásticos, sequestro dos bens, condenação à forca.

A força da autoridade real e o horror do castigo já espreitavam os conjurados desde o momento da prisão, ainda em Vila Rica. No início da manhã de 4 de julho de 1789, o poeta Cláudio Manuel da Costa foi encontrado morto num cubículo transformado em cela situado no andar térreo do sobrado de João Rodrigues de Macedo.[40] O mesmo sobrado que havia abrigado várias das reuniões dos sediciosos — hoje a Casa dos Contos, em Ouro Preto — foi requisitado pelo governador, já que a Cadeia Nova estava em obras e nela não cabia mais tanta gente presa. A versão oficial foi a de suicídio — o poeta teria se enforcado. Em Vila Rica, ninguém acreditou: advogado de grande prestígio na capitania, Cláudio Manuel da Costa teria sido assassinado a mando de Barbacena pelo muito que sabia sobre os membros da elite econômica envolvidos na Conjuração, e sobre os grupos de interesse ligados à atividade do contrabando que incluíam o governador e seu círculo íntimo.

Até os nossos dias a morte de Cláudio Manuel continua suspeita e provoca debate: não há acordo entre os historiadores. Nem entre os escritores. Mais de duzentos anos depois, o romancista Silviano Santiago, em seu belo livro *Em liberdade*, cujo argumento é construído em torno da constante tensão entre história e ficção, sublinhou a importância de manter acesa a desconfiança acerca da primeira versão oficial de morte por suicídio de preso político: "Que força é esta dentro de mim que não pode admitir que Cláudio tenha se suicidado na Casa dos Contos?".[41]

Em maio de 1789, Tiradentes foi preso, no Rio de Janeiro, durante uma de suas viagens para agregar adeptos às ideias de sedição. Ele não era o líder da Conjuração Mineira; era seu principal propagandista. Tiradentes pode até ter sido um personagem polêmico, impetuoso e rude, de olhar espantado, mas foi igualmente dotado de impressionante habilidade para persuadir o outro. E ele sabia disso, tanto que tratava de burilar sua retórica. Nos *Autos da devassa*, confessou que escolhia com cuidado as frases com que devia aliciar novos partidários, conforme percebia as características e os interesses de seu interlocutor. Seus companheiros de conspiração contavam também que, a depender do público, Tiradentes entremeava a pregação sediciosa com modinhas que cantava ao violão, o que aumentava seu sucesso nos locais de sociabilidade, onde se reunia a gente do povo: os bordéis, como a casa das Pilatas; as pousadias, como a hospedaria de João da Costa Rodrigues, na beira do Caminho Novo; as tabernas, como a do arraial de Matosinhos.

Esse o motivo pelo qual a pena aplicada a ele pela Coroa foi exemplar, espetacular e "pública" — para que o horror do castigo não se apagasse jamais da memória dos colonos. Tiradentes foi enforcado no dia 21 de abril de 1792, no largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro. O corpo, esquartejado e salgado. Os braços e as pernas foram pregados nos mais destacados pontos de trânsito do Caminho Novo. A cabeça deveria permanecer exposta até finalmente apodrecer, fincada num poste erguido na praça central de Vila Rica, em frente ao palácio do governador — onde hoje se encontra o monumento a Tiradentes. Reza a lenda que ficou lá somente por um dia: durante a noite, alguém a retirou às escondidas e enterrou no quintal de uma casa ao sopé de um dos inúmeros morros em que a cidade se equilibra, cuja localização exata, no entanto, se perdeu no tempo. A Conjuração Mineira fracassou. Mas as revoltas nunca mais seriam as mesmas na América portuguesa (ver imagem 38).

SALVADOR, 1798

No início do ano de 1798, na cidade de Salvador, amanheceu queimada a forca instalada no largo em que se erguia o Pelourinho — símbolo máximo do poder da Coroa portuguesa, onde se anunciavam os decretos do rei e se açoitavam publicamente os escravizados. O gesto era de desafio, contestava a autoridade política de Lisboa e dispensava justificações. Quem fez isso permaneceu anônimo, mas deixou um lembrete e expressou uma opinião tangível ao pé da madeira queimada e das portas que protegiam a cidade: afixou "ludibriosos pasquins".[42] Não se sabe hoje do que tratavam esses panfletos, nem se chegaram a se propagar sob a forma de boatos. As autoridades régias, contudo, não perdiam por esperar.

Alguns meses depois, na manhã de 12 de agosto, a cidade acordou semeada de panfletos que pareciam vir de todo lugar e apanharam de surpresa população e autoridades (ver imagem 37). Os panfletos baianos surgiram nos pontos de maior circulação de pessoas, e seu roteiro seguia a topografia característica de Salvador: acompanharam as ruas tortas, os becos e as ladeiras empinadas que desenhavam a ligação entre a Cidade Alta, trepada no morro, e a comprida e estreita faixa litorânea que formava a Cidade Baixa. Foram fixados em locais onde dominava o comércio, funcionava o centro administrativo e corria a vida pública da cidade. Três panfletos foram parar em sacristias de igrejas, todas situadas no coração urbano de Salvador. No dia 22 do mesmo mês, para novo espanto das autoridades, uma má notícia chegou da parte dos padres carmelitas: dois outros panfletos haviam sido encontrados na igreja do Convento do Carmo, também localizado numa ladeira próxima ao largo do Pelourinho.[43]

Ao que parece, o número de panfletos que circulou por Salvador em 1798 foi bem maior. E, de diversas maneiras, seu significado político era notável, a começar por sua aparição pública, quando fizeram transitar livremente pelas calçadas ideias, notícias e opiniões que até então só podiam ser transmitidas por meio de canais clandestinos. Além disso, o conjunto de panfletos que sobreviveram até o século XXI[44] aponta outra novidade: por seu intermédio colonos articularam as ideias de República e de democracia, organizando, pela primeira vez, o repertório político de baixo para cima na estrutura social e expandindo para a população pobre da cidade o atributo da igualdade política.

Os panfletos da Bahia foram escritos por egressos dos estratos mais heterogêneos e mais numerosos da estrutura social da capitania: mulatos que exerciam ofício mecânico e que traziam na cor um empecilho a mais para dificultar suas possibilidades de ascensão social — artesãos e soldados.[45] Eram uma novidade no Brasil: diferentes dos pasquins difamatórios, pornográficos ou satíricos que aí circulavam pelo menos desde o fim do século XVI,[46] eles funcionaram ao mesmo tempo como um evento público, uma manifestação intelectual com vistas a acelerar a ruptura com a metrópole, e um importante meio de comunicação reservado à divulgação de notícias e à propaganda radical.

O alvo dos panfletos, curtos, rudes, de estilo tosco e afiados, era o "povo" da Bahia — designando, nessa categoria, prioritariamente, a população pobre e mestiça de Salvador, a plebe.[47] Apresentar o "povo" como fonte de soberania da República, em plena América portuguesa, constituía uma ousadia e tanto. E indicava, antes de mais nada, a fortíssima

influência que os conjurados baianos receberam das "francesias" — o nome como eram insistentemente enunciados pelas autoridades do Império os abomináveis e destrutivos princípios de liberdade originários dos acontecimentos da Revolução Francesa e, em particular, do governo jacobino de Paris. A escolha das palavras, o tom de advertência e o uso dos verbos no imperativo — "ordena", "manda", "prescreve", "quer" —[48] deixavam clara a maneira como os panfletos viam o povo: uma força poderosa, feroz quando provocado e agente de seu próprio destino.

Em 1798, a temperatura política subiu em Salvador e o entusiasmo pelas "francesias" alcançou representação verbal *e* visual. João de Deus Nascimento, mulato, cabo do corpo de milícias e alfaiate, envolvido até o pescoço na Conjuração, levou a sério a associação do vestuário com a política e saiu pelas ruas da cidade, em seus termos, "trajado de francês": os pés metidos em vistosos "chinelins com bico muito comprido e entrada muito baixa e calções [...] apertados". Ao cruzar com o procurador de causas Francisco Xavier de Almeida, que, intrigado, inquiriu-o sobre a estranha indumentária, João de Deus não teve dúvida na resposta: "Cale a boca, esse trajar é Francês, muito brevemente verá vossa mercê tudo Francês".[49]

João de Deus podia ser desabusado, mas sua linguagem era eloquente: o traje distinguia a pessoa e revelava muito do caráter político. E seu procedimento mostrava-se contagioso. Os conjurados baianos eram facilmente reconhecíveis pela aparência. Como explicou às autoridades portuguesas José de Freitas Sacoto, homem livre e mulato, eles eram politicamente transparentes: todos os que fossem vistos pela rua "com brinquinho na orelha, barba crescida, até o meio do queixo, com um búzio de Angola nas cadeias do relógio, este era Francês e do partido da rebelião".[50]

Adornos e vestuário eram sinais capazes de fixar uma identidade — que a presença do búzio, com seu cunho divinatório ligado às religiões africanas tradicionais, como o candomblé, sugeria ser étnica, religiosa e política. Também serviam para, explicitando tal identidade, convidar os demais a aderirem a ela. Os conjurados baianos não queriam permanecer anônimos na cena pública; ao contrário, estavam admitindo abertamente que eram distinguíveis e, ainda mais, identificáveis sem esforço pelo uso de ornamentos que, de um modo tácito, transmitissem e reafirmassem seus princípios políticos. Esse era um indício do que entendiam por liberdade: o propósito de ser livre só podia existir em público e deveria se tornar visível para todos. Vinha inscrito na própria bandeira da Conjuração: uma estrela vermelha de cinco raios sobre fundo branco, com um globo desenhado no intervalo dos raios; tudo isso encimado por um dístico igualmente em vermelho: "Apareça e não se esconda".[51]

O entusiasmo pelas "francesias" articulou de diversas maneiras uma multiplicidade de vozes e interesses, atravessou as diferentes camadas em que se movimentava a sociedade baiana no final do século XVIII, incluiu escravos, libertos e homens livres pobres — na sua maioria, crioulos e mulatos —, e lhes forneceu suporte para a composição de um repertório intelectual em desafio à Coroa portuguesa. Embora nenhum dos panfletos sobreviventes faça referência ao fim da escravidão, há informações acerca de um que, destruído, de acordo com depoimento do capitão de granadeiros do 2º Regimento de Linha, Antônio José de Mattos Ferreira e Lucena, trazia a promessa de "liberdade aos escravos".[52]

Ainda assim, a Conjuração Baiana levou para o centro da linguagem política da colônia uma alteração notável: a ideia de que homens vítimas de uma dupla injustiça — a da

urgência da sobrevivência e a da vergonha da obscuridade — tinham igualmente direito à sua personalidade legal de cidadãos, a serem protegidos por ela, e a agirem por meio dela na cena pública e na condução dos negócios da capitania. Como explicou outro ativo participante do movimento, Lucas Dantas, num encontro com João de Deus, sobre a necessidade de aliciar novos adeptos para a Conjuração: "Quando lhes falar, diga-lhes assim: o Povo tem intentado uma revolução, a fim de tornar essa Capitania em Governo Democrático, nele seremos felizes; porque só governarão as pessoas que tiverem capacidade para isso, ou seja, brancos ou pardos ou pretos, sem distinção de cor, e sim de juízo, e é melhor do que ser governado por tolos, e logo os convencerá".[53]

Mas a Conjuração não chegou a eclodir militarmente e boa parte de seus líderes foi presa durante uma reunião, no Campo do Dique do Desterro, cujo propósito era precisamente fazer uma avaliação das forças rebeldes para dar início ao levante. Lucas Dantas, João de Deus e dois outros participantes da conjura — Manuel Faustino e Luís Gonzaga das Virgens — eram mulatos, eram pobres e pagaram um preço altíssimo pela ousadia de exigir visibilidade política. Denunciados pelas autoridades régias por liderarem o movimento, os quatro foram enforcados em Salvador, na manhã de 8 de novembro de 1799 — havia um quinto condenado à morte, o ourives Luís Pires, que conseguiu fugir e jamais foi localizado. O corpo de cada um deles foi esquartejado e exposto nos lugares públicos da cidade — e as mãos de Luís Gonzaga das Virgens, acusado da redação dos panfletos, permaneceram pregadas na forca, como exemplo, para a população, do desequilíbrio e do excesso que marcavam as relações de poder na colônia: do súdito que se atreveu a violar a lei; da Coroa que fez valer seu direito e sua força.[54]

Tal como ocorreu nas Minas, a punição da Coroa contra os conjurados baianos foi orientada pelo cálculo político. No caso da Bahia recaiu prioritariamente sobre personagens até então anônimos, homens pobres e mulatos, mas dispostos a assumir uma "voz pública". A Conjuração Baiana era radicalmente inovadora: propunha a inclusão de indivíduos desiguais em termos sociais e econômicos, com interesses opostos e, eventualmente, muito distintos uns dos outros. Apesar disso, a memória recente do Brasil foi cruel com os participantes desse movimento. Há ainda pouca repercussão pública de sua história, e ele permanece quase que restrito ao ambiente acadêmico e cultural de Salvador.

A resposta da Coroa despedaçou a Conjuração Baiana, contudo não destruiu o fato de que as revoltas, motins e conjurações iniciaram o percurso de um longo aprendizado político por parte dos brasileiros. O país, ainda hoje, abriga uma memória oficial que se orgulha de alimentar o mito da beleza estonteante da natureza tropical, sempre em harmonia com a presença do colonizador português; quando a história é também outra. Entre os séculos XVII e XVIII, os colonos começaram a oferecer novos sentidos ao mundo em que viviam: declararam direitos, abriram um espaço antes inimaginável para o debate e as negociações políticas, enriqueceram paulatinamente o vocabulário da vida pública. Nenhum dos movimentos que protagonizaram foi vitorioso. O acúmulo, porém, deixou disponível ao século XIX um conjunto de ferramentas intelectuais e políticas que poderiam ser mobilizadas, selecionadas, reelaboradas e aplicadas para seus propósitos. Afinal, revoltas não duram para sempre. Mas, além de servirem para revelar o quanto o poder é vulnerável, com um olho espiam o futuro.

6.
HOMENS À VISTA: UMA CORTE AO MAR[1]

> *Cada época sonha com a seguinte.*
> Michelet

No final do século XVIII, palavras como "revolução", "motim", "rebelião", "sedição" começavam a fazer parte do vocabulário cotidiano, anunciando muita comoção e grandes doses de mudança. Talvez uma boa metáfora desses tempos velozes seja a invenção da locomotiva, em 1804. Nas telas do pintor inglês William Turner ou do impressionista francês Claude Monet, ela surgia como um fantasma escuro que rompia dramaticamente a bruma da manhã, numa alusão aos prognósticos mais alvissareiros dos contemporâneos, certos de viverem numa época que representava o fim dos entraves do passado e, por suposto, das amarras com o atraso. Exemplar é o dístico que apareceu atrás de uma locomotiva construída em 1808, sinal forte das pretensões do contexto, e que desafiava, orgulhoso: "*Catch me who can!*". Aí estava o resumo acabado da mentalidade vigente nos países centrais; a crença de que nada segurava as novidades e transformações estruturais que então se acumulavam.

E a agenda dos fatos bem lembrava a frase que viajava junto com aquela locomotiva. Em 1776, as treze colônias inglesas na América fizeram sua independência da Grã-Bretanha durante o processo revolucionário que, pela primeira vez, materializou uma lista de direitos para o cidadão, integrou a ideia de República à modernidade política e provou que a condição colonial não era um estatuto perene. Logo depois, por volta de 1780, uma ampla revolução industrial eclodiu na Inglaterra, gerando um movimento contínuo, que envolveu largos investimentos econômicos, novas tecnologias e uso indisciplinado da mão de obra. Para completar o cenário, em 1789 se deu mais um evento que assumiria notáveis proporções: na França, a Revolução derrubou o que parecia estável como a ordem da natureza. Com a radicalização do movimento, a monarquia perdia seu caráter divino, e Luís XVI era condenado à guilhotina em 1793. Essa morte constituía apenas o prenúncio de muitas outras, simbólicas ou não. A Revolução desmontava um arranjo político duradouro, que colocara na figura do rei um ícone solar e lhe concedera a centralidade necessária para o controle do Estado. Isso sem esquecer a Revolução Haitiana (1791-1804), que revolveu a ilha de São Domingos: aboliu-se a escravidão por lá, e a primeira república de africanos — fora de seu continente — foi decretada. Mais ainda, o evento mostrou para o mundo que o sistema escravista era apenas uma perversa circunstância histórica, e por isso mutável. Não um desígnio da natureza ou uma determinação divina.

"Revolução" é um vocábulo típico da modernidade: descreve um acontecimento ocorrido em distintos espaços da vida social — costumes, direito, religião, política, economia, nações, Estados ou continentes —, sempre enfocando uma perspectiva que inclua transformação, e com muita agitação. Por isso a palavra designa derrubada do que é considerado velho, concentração de uma experiência de aceleração do tempo e inauguração de um futuro, o qual, por suposto, seria não só melhor como até então

desconhecido.[2] Nesse caso, longe de dizerem respeito a contextos localizados, os movimentos revolucionários polarizaram a política internacional e os Estados modernos da Europa continental e atlântica: era a própria lógica da sociedade estamental — pautada em posições hierárquicas rígidas e dadas por nascimento — e o Antigo Regime que entravam em colapso.

As diversas monarquias europeias sentiram o golpe de maneiras distintas, mas dificilmente alguém teria ficado de fora. As rupturas tinham tal proporção que alteravam noções de tempo e espaço: o mundo parecia menor (porque agora atingível, por mar e por terra, de modo mais rápido), e o tempo, mais breve, já que novidades chegavam de um país a outro no mesmo continente no espaço de no máximo um dia. Era a modernidade que se desvelava, combinando em doses perversas ruptura com o passado feudal e escassez de bens, produtos e riquezas. Além disso, procurava-se sucatear o ultrapassado, criando-se forças produtivas ancoradas na mão de obra pretensamente livre porém presas a novas formas de trabalho cada vez mais alienadas e exploradas. Após a primeira leva de revoluções, o mundo ocidental se tornaria irreconhecível. A velocidade industrial modificou em definitivo a paisagem, transformou hierarquias e relações entre o campo e a cidade. A paisagem que se anunciava então, no fim do século, era de terra abatida. Decididamente, as coisas estavam mudadas: o cotidiano das pessoas andava de pernas para o ar.

Também no ambiente da pequena e outrora opulenta corte portuguesa os espíritos andavam agitados. Tudo lembrava um jogo de tabuleiro, com França e Inglaterra na condição de pivôs principais, e Espanha e Portugal como peças menores. Enquanto Inglaterra e França vinham disputando o posto de grande potência europeia e mundial, a Espanha lutava para guardar qualquer rudimento de autonomia, e o antes vasto e poderoso Império lusitano não escondia mais suas inúmeras fragilidades. Dependia largamente de sua colônia americana, e a riqueza fora em boa parte consumida por uma administração metropolitana pouco rigorosa e dada a ostentações, expressas na construção de monumentos, sobretudo igrejas. E, diante do contexto desvantajoso, para Portugal a saída era tentar manter a imagem de neutralidade, manifesta em atitudes contraditórias que visavam agradar a todos sem no fundo contentar a ninguém. D. Maria I (ver imagem 39) e a seguir seu filho, o príncipe regente d. João — João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança —,[3] optaram por uma diplomacia dúbia, que oscilava entre França e Inglaterra, até porque, no contexto, mostrar favoritismo por uma daquelas nações implicava indispor-se com a outra.[4]

Os tempos eram incertos, e em Portugal tudo estava em risco: o Império colonial, a Coroa, a antiga aliança com a Inglaterra — já ia longe a época em que seus interesses comerciais se equilibravam. Nesse período, as duas metrópoles ibéricas aproximaram-se para resolver problemas de fronteiras ao sul da América. Em 1777, com a assinatura (em outubro) do Tratado de Santo Ildefonso, Portugal cedeu a Colônia do Sacramento e abdicou das ilhas de Fernando Pó e Ano Bom, fundamentais para o tráfego escravista espanhol.[5] Já em 1785, laços de sangue pretenderam selar o bom relacionamento entre as Coroas, e em dose dupla: os infantes portugueses, João e Mariana Vitória, casaram-se com os infantes espanhóis, Carlota Joaquina e Gabriel.

Mas a aparente e relativa calma duraria pouco. A Revolução Francesa abalaria a diplomacia lusa, ameaçando acordos com a Espanha e forçando uma atitude mais assertiva

em relação à aliança com a Inglaterra. O mesmo ocorreria com o movimento de independência norte-americano, que opôs França e Inglaterra. Diante da situação tensa, Portugal tentou sustentar sua complicada política de neutralidade. Tinha certa experiência no assunto, já que, havia muito tempo, em momentos de conflito temperava as relações internacionais com doses balanceadas de concordância e discrição. Acima de tudo, a Coroa queria preservar a autonomia política e garantir seus domínios no ultramar.

A Revolução na França, contudo, tomaria rumos inesperados: em fevereiro de 1793 Luís XVI era executado. Em Portugal, a reação foi imediata: quinze dias de luto cerrado, quinze dias de luto aliviado, teatros fechados em homenagem ao monarca amigo da família real e a ela unida por laços de sangue.[6] O "grande medo" que atingiu em cheio Lisboa se propagou através de muito boato, e gerou pânico, repercutindo diretamente no mundo político, em especial no seio das elites. O intendente da polícia na capital, Pina Manique, por exemplo, mostrou-se rigoroso na defesa dos direitos da monarquia: navios franceses apresados, soldados republicanos impedidos de desembarcar, livros proibidos, detenção de intelectuais e expulsão de franceses ali residentes.[7] Ficaram na cidade apenas os adeptos de Luís XVI, que por lá buscaram abrigo, atuando como espiões a favor da monarquia portuguesa e tentando conseguir informações internas.[8] Sobrava desconfiança, conforme descreve uma testemunha: "Os espiões pululam em todos os domínios e espalham-se por toda a parte, proliferam nas praças, nas ruas, nas lojas, nos cafés, na Bolsa, nas salas de espetáculo, no interior das casas, nas assembleias, no gabinete do jurista, no escritório do negociante".[9] Na península Ibérica a neutralidade foi se tornando conto da carochinha. O governo inglês logo firmou com Portugal contratos que continham cláusulas específicas de proteção e, em separado, também com a Espanha — sem que uma nação soubesse do pacto que a outra estabelecera.[10] E, se até então as duas Coroas ibéricas andavam lado a lado, agora passariam a se encarar.

Vale aproximar ainda mais a lente de Lisboa e do reinado de d. Maria. Seu primogênito e herdeiro — d. José, o príncipe do Brasil — morreu em 1788, aos 27 anos, sem cumprir seus reais desígnios. Nessa época, a rainha daria os primeiros sinais de demência, perdendo as rédeas do governo. Se d. Maria não mais governava, seu segundo filho, o príncipe d. João, agora herdeiro presuntivo, só regeria a partir de 1799. Apagado e sem grande poder de decisão, o jovem apoiou-se em seu Conselho de Estado quando assumiu o poder na qualidade de regente. Enquanto isso, a situação política ia de mal a pior: não se receava apenas uma invasão iminente das fronteiras continentais, mas a perda do Brasil, que poderia ser ocupado por qualquer uma das potências litigantes: França e Inglaterra.

A pressão vinha dos dois lados. Em Lisboa, o "partido inglês" e o "partido francês" rodeavam d. João. A bem da verdade, não havia muitas diferenças ideológicas nessa polarização, já que ambas as partes reuniam aristocratas fiéis à monarquia e que tinham como objetivo evitar um conflito armado. Elas se distinguiam somente na saída que preconizavam. O diplomata e erudito Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, representava o "partido francês" — que dominou o tabuleiro político entre 1804 e 1807 —, com uma posição um tanto paradoxal: os argumentos para uma aproximação com a França consistiam justamente no medo e na recusa da Revolução, isso sem esquecer as benesses da cultura francesa e de sua civilização. Do outro lado estava o "partido inglês", e seu principal nome: o também diplomata, e presidente do Real Erário, d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Para esse grupo era fundamental a defesa do espaço atlântico português, a

integridade da metrópole e do Império, bem como a fidelidade à tradicional aliança com a Inglaterra. Racional em sua formação e crenças íntimas, d. Rodrigo acreditava piamente nos feitos industriais dos ingleses e nas suas vantagens para o progresso do Império lusitano.

Entre os dois grupos, d. João oscilava tal qual pêndulo de relógio. Mas não tinha ilusões: era preciso guardar as fronteiras terrestres diante de antigos e novos inimigos, como agora se apresentavam França e Espanha. Não por acaso, assim que assumiu oficialmente a regência do reino, ele deu ênfase a uma política de defesa, protegendo, sobretudo, a fronteira com a Espanha. E até mesmo o capelão da legação sueca estranhou o espetáculo que viu: "Fazem-se, todos os dias, alistamentos pelas ruas, com violência. Vejo muitas vezes passar, para pontos determinados, levas de vinte e mais Recrutas, presos uns aos outros com cordas nos braços".[11] Além do mais, em tempos de tantos gastos os meios de arrecadação normais pareciam insuficientes: era a vez de o Estado eclesiástico pagar um imposto correspondente à décima de seus bens.[12] Imaginação para levantar alguns réis não faltava, como relatou um contemporâneo ao saber que se faturava também alugando as carruagens reais para conduzir mortos à sepultura.[13]

Por um curto período, o esforço de contenção pareceu surtir efeito, mas Napoleão Bonaparte, cada vez mais agressivo em sua política de expansão, em 1801 voltou novamente os olhos para Portugal, exigindo a ratificação de antigas exigências. Afinal, as promessas feitas não haviam sido cumpridas pelo governo, que dava a impressão de estar sempre distraído quando lhe interessava. Napoleão fez outra investida para barrar a entrada dos ingleses no continente, e encarregou seu aliado espanhol, Carlos IV, de transmitir suas ordens a Portugal, alertando que a possibilidade de uma invasão não era apenas ameaça — tampouco conversa fiada. D. João, procurando ganhar tempo, mobilizou seu corpo diplomático em apelos inúteis, dirigidos a Paris, Madri, Londres. Foi quando o ministro de Carlos IV, Manuel de Godoy, iniciou uma movimentação das tropas da Galícia e Andaluzia, indo de encontro às tropas lusitanas em Trás-os-Montes, no Douro e em Algarves. Os espanhóis desalojaram os adversários, levando tudo de roldão.[14]

O armistício de rendição foi assinado em Badajoz. Perder a praça de Olivença foi pouco para Portugal. Duro mesmo foi ter que pagar uma indenização de 15 milhões de libras à França e tratar, mais uma vez, da questão fundamental: fechar os portos para os navios ingleses. Mas tudo foi deixado em banho-maria, até porque uma fase de relativa paz estava por começar e Portugal continuava firme na boa política de dissimulação, para ver no que tudo ia dar. Lisboa recebeu, com certo aparato, os diplomatas vindos de Paris, general Lannes e general Junot, que iriam fortalecer os laços entre as duas nações, com a contribuição da presença ascendente de Antônio de Araújo de Azevedo no governo luso. Pouco se conhece da atuação de Junot enquanto embaixador. Sabemos, porém, que Mme. Lannes, sua esposa, fez sucesso na capital, com sua moda despojada e não muito usual para os padrões conservadores dos portugueses. Novas melodias francesas caíram no gosto popular e, "na véspera de Santo Antônio, a populaça ouviu a marcha da Marselhesa, tocada em honra do Santo toda a noite".[15] Uma paz geral foi enfim anunciada e os entendimentos ocorreram em 1802, quando França e Inglaterra assinaram o Tratado de Amiens, pelo qual as conquistas francesas foram reconhecidas e o fim das querelas deu lugar a breve trégua.

Nem por isso, no entanto, Portugal estaria livre da instabilidade política; só não se esperava que ela partisse do próprio interior do Palácio Real. Em 1805, estourou uma

conjuração em cujo centro estava d. Carlota Joaquina, que costumava causar constrangimentos à diplomacia do país por sempre fazer articulações políticas na defesa dos interesses espanhóis. Com muita personalidade, Carlota, andava a cavalo, manejava muito bem um canhão e mantinha relacionamentos extraconjugais, sendo, provavelmente, o maior estorvo da vida do pacato d. João. A princesa, alegando que o marido sofria de enfermidade mental, preparou sua deposição, com o objetivo de substituí-lo como regente. Apesar da pronta reação de d. João — que desterrou elementos envolvidos na conspiração —, o movimento evidenciava a insegurança reinante e a presença dos interesses do governo espanhol bem no seio da família real portuguesa.[16]

Quanto a Bonaparte — imperador dos franceses desde 1804 —, que almejava redesenhar o mapa da Europa, ele tinha agora que tirar a última pedra do seu sapato: a Inglaterra. Assim, em 1806 era decretado o Bloqueio Continental, proibindo todas as nações europeias de comprar qualquer produto vindo da Grã-Bretanha. A reação dos ingleses foi proporcional à provocação: a monarquia insular declarou a ilegalidade do comércio e navegação em todos os portos pertencentes aos inimigos e considerou legítima a captura de navios procedentes desses mesmos portos.[17] Em julho do ano seguinte, foi a vez de Rússia e Prússia, derrotadas em batalhas, assinarem a paz com Napoleão.

Por essas e por outras, esboçava-se uma escapatória que implicava a mudança do eixo do Império português. Ir para o Brasil e aí estabelecer um grandioso império não foi ideia nova. Aliás, o translado da família real para cá era uma possibilidade acalentada havia tempos, sempre ventilada nos momentos em que a realeza se sentia ameaçada em sua soberania. Já em 1580, quando a Espanha invadiu Portugal, o pretendente ao trono, o prior do Crato, foi aconselhado a embarcar para a colônia.[18] Também padre Vieira apontou o Brasil como refúgio natural para d. João IV — "ali lhe assinaria o lugar para um palácio que gozasse, ao mesmo tempo, as quatro estações do ano, fazendo nele o quinto império…".[19] Em 1738, no reinado de d. João V, o conselho veio de d. Luís da Cunha, que via na mudança possibilidades de atingir melhor equilíbrio entre metrópole e colônia.[20] Em 1762, temendo uma invasão franco-espanhola, Pombal levou o rei d. José a tomar "as medidas necessárias para a sua passagem para o Brasil, e defronte do seu Real Palácio se viram por muito tempo ancoradas as naus destinadas a conduzir com segurança um magnânimo soberano para outra parte de seu Império…".[21]

Não é, pois, de estranhar que, no meio da convulsão europeia, os homens que rodeavam o príncipe d. João trouxessem à tona a velha saída. Já em 1801, o marquês de Alorna tocou no assunto delicado: "É preciso que Vossa Alteza Real mande armar com toda pressa todos os seus navios de guerra […] — que meta neles a princesa, os seus filhos, e os seus tesouros…".[22] Na época d. João não gostou nada da sugestão, e dizem que até demonstrou "forte repugnância".[23] Também Rodrigo de Sousa Coutinho acalentava ambições bem próprias a respeito do Brasil. Na década de 1790, quando ministro dos Estrangeiros de Portugal, estabeleceu contato com a elite brasileira, colhendo opiniões para um estudo que sugerisse uma melhor gestão dos negócios mineradores e administrativos da colônia.[24]

O governo inglês, por seu turno, insistia no translado com urgência da família real. Em 1806, uma missão britânica foi ao gabinete de Lisboa alertar sobre o iminente perigo francês e sugerir que, caso Portugal não se decidisse por um "vigoroso e eficiente" enfrentamento, a mudança para o Brasil seria a melhor alternativa, contando com o apoio de seu país.[25] Entretanto, em julho de 1807 Napoleão deu um basta, e o cerco se fechou. O

ministro luso em Paris, d. Lourenço de Lima, foi incumbido de transmitir a d. João as instruções do imperador, e o recado vinha curto e grosso: era chegada a hora de os portugueses declararem guerra à Inglaterra. Seu embaixador deveria deixar Londres, e Portugal precisava exigir a saída de Lisboa do representante inglês; os portos teriam de ser fechados aos navios britânicos, e os ingleses residentes em Portugal seriam presos, além de terem suas propriedades confiscadas. E mais: para realizar todas essas tarefas, estabelecia-se o prazo de um mês, até o dia 1° de setembro. Depois disso, o não cumprimento das exigências seria considerado declaração de guerra contra a França e a Espanha, que também assinava a nota. Afinal, àquelas alturas, a Espanha, cuja posição geográfica era igualmente inglória, já se bandeara para os lados da França. Não contente, Napoleão nomeou o general Junot, que já fora seu representante na capital portuguesa, para organizar a formação de uma armada em Bayonne, nos limites entre a França e a Espanha.

Enquanto isso, d. João permanecia no Palácio de Mafra, a cerca de trinta quilômetros de Lisboa, onde, com a saúde debilitada, residia já havia algum tempo. Protegido pelas paredes grossas de um convento, o príncipe procurava esquecer a guerra. No dia 12 de agosto recebeu, porém, a visita de seu ministro do partido francês, Antônio de Araújo de Azevedo, que lhe trazia novidades ameaçadoras. A caricata política da neutralidade entraria, então, em estado terminal e, dessa vez, a família real viria mesmo para o Brasil.

Entre o recebimento do ultimato de Napoleão e o embarque da corte, os dias passaram ligeiros e decisões importantes foram tomadas secretamente, tanto que nos relatos há contradições sobre datas e nomes. De toda forma, começava nesse contexto um momento definidor para a história de Portugal e do Brasil. Monarquias se movem pouco e, quando o fazem, levam malas pesadas. Não seria diferente com d. João, que vivia isolado em seu palácio, rodeado por sua biblioteca milenar, mantida pela ação dos religiosos e com a ajuda de morcegos, os quais comiam os milhares de insetos. No fundo, o príncipe sabia o tamanho da tarefa: não só transportar a família real, como transladar instituições e a própria corte imperial.

Decisão difícil; única em nossa história ocidental, a situação requereu a convocação urgente do Conselho, formado por d. Antônio de Araújo de Azevedo e d. Rodrigo de Sousa Coutinho, entre outros.[26] O príncipe contava ainda com seus amigos diletos, com quem trocava confidências: José Egídio Álvares de Almeida, encarregado do Gabinete; João Diogo de Barros, secretário do Infantado; Tomás Antônio Vilanova Portugal, fiscal do Erário; Manuel Vieira da Silva, seu médico, e os Sousa Lobato — Francisco José e Matias Antônio —, que ocupavam o cargo de guarda-roupas.[27] A primeira sessão deu-se lá mesmo em Mafra, em 19 de agosto, quando se redigiu uma minuta, bem no calor da hora: Portugal concordava em fechar os portos aos ingleses, aderindo ao Bloqueio Continental; mas prendê-los, expulsá-los e confiscar seus bens, nem pensar.

Na ocasião, um dos conselheiros lembrou o caso de outros príncipes que, em virtude das guerras napoleônicas, as quais já duravam mais de uma década, "ausentaram-se temporariamente de suas capitais ou estados, pelo bom motivo de preservar a soberania e independência". Nessa relação figuravam: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado da sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes; o rei do Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliari, que o gênio de publicista do seu embaixador na

Rússia, Joseph de Maistre, bastava, entretanto, para tornar famosa; o Doge e os X [referência ao Conselho dos Dez] enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o imperador de Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigados de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis.[28] O vassalo completava seu parecer propondo uma aproximação imediata com o governo britânico, para que este colocasse suas naus à disposição de Portugal.

Nova reunião ocorreu no dia 26 de agosto.[29] A tentativa de adiar a decisão final foi, porém, percebida por todos, incluindo o inglês Percy Clinton Sidney Smythe, visconde de Strangford, enviado de seu governo em Lisboa. Escreveu ele que a intenção dos portugueses era ganhar tempo e montar "um aparente sistema de hostilidade" contra a Inglaterra. Como Portugal não tinha jeito de se esquivar de Bonaparte, essa guerra seria mera simulação: "para francês ver". Outro assunto tratado na reunião geraria mais polêmica: a conveniência ou não de enviar para o Brasil o sucessor de d. João, seu filho Pedro — o príncipe da Beira. A sugestão visava pôr a salvo a monarquia lusitana. Ou seja, no caso de Portugal acabar sendo vítima da guerra, a Casa de Bragança estaria imune, bem como sua principal colônia.[30] Opiniões diversas não faltaram. Alguns defendiam a ideia de que a viagem do príncipe d. Pedro era melhor do que a remoção imediata de toda a família real, "com uma demente, um chefe mais apático do que ativo de gênio, e um bando de crianças".[31] Outros receavam que o súbito translado da corte revoltasse a população do reino.

Apesar do adiantado da hora, passaram-se três semanas sem reunião do Conselho, e só em 23 de setembro d. João fez nova convocação. A réplica de Napoleão tinha chegado: que Portugal fechasse os portos e declarasse guerra contra a Grã-Bretanha, apreendendo-lhe súditos e propriedades. Portugal, por sua vez, insistiu na mesma tecla: aderia ao Bloqueio apenas fechando os portos aos ingleses. Diante desses termos, os representantes da França e da Espanha, sediados em Lisboa, deram o último prazo-limite: 1º de outubro.[32] Também o diálogo com a Inglaterra prosseguia: as naus *Afonso de Albuquerque* e *D. João de Castro*, a fragata *Urânia* e o brigue *Voador* estavam prontos e fariam vela assim que o regente ordenasse.[33]

O mês de setembro foi se encerrando com a temperatura alta: os embaixadores da França e da Espanha, cumprindo suas ameaças, deixaram Portugal. Enquanto isso, o príncipe regente finalmente deu plenos poderes a seu ministro sediado em Londres, d. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de d. Rodrigo, para tratar secretamente os termos do acerto com a Inglaterra. Em outubro d. João não convocou o Conselho, mas mandou que os nomeados se reunissem sem sua presença. As posições dividiam-se quanto à partida do príncipe, com opiniões favoráveis ao estabelecimento de uma aliança imediata com os franceses e outras tendentes a armar a frota real para a defesa do porto ou para o caso de uma partida súbita. Enfim, o que mudava era o tom, cada vez mais grave e apelando para a urgência da ação.

A essas alturas, a "viagem" para o Brasil já não era assunto só de gabinete. Os boatos rolavam soltos, e a movimentação nos estaleiros e no porto despertava especulação e insegurança na população. Um Aviso Real aos superiores das igrejas da capital e das províncias determinando que depositassem toda a prata em lugares estipulados para inventário só piorou os humores e suspeitas. A saída foi clamar a Deus: preces públicas,

missas e a capital do reino se voltaram para os céus; o cardeal celebrou Eucaristia com *Collecta pro quacumque Tribulacione*. No dia 18 de outubro uma grande procissão saiu da igreja da Graça, seguindo pelas ruas principais de Lisboa.[34]

Ingleses também circulavam pela cidade, porém com objetivos bem práticos: tentavam vender bens e embarcar em navios que iam chegando de seu país com o fito de socorrer conterrâneos em apuros. A desconfiança deles só aumentou com a recorrente tentativa do governo joanino de colocar panos frios na fervura e mostrar fidelidade aos franceses, fechando os portos para qualquer navio britânico, por decreto de 22 de outubro. No entanto, o que poucos sabiam era que o jogo duplo continuava: no mesmo dia 22, em Londres, foi assinado um tratado secreto: Portugal fecharia seus portos, mas garantiria o direito da monarquia insular de ocupar a ilha da Madeira, assim como abriria algum ponto do Brasil onde mercadorias inglesas poderiam ser importadas, com impostos reduzidos. Em contrapartida, a Inglaterra escoltaria a família real em caso de viagem para a colônia e somente reconheceria como rei de Portugal o legítimo herdeiro da Casa de Bragança.[35] O governo lusitano se envolvia de modo simultâneo em duas graves decisões, contraditórias entre si, favorecendo publicamente a França e secretamente a Inglaterra. Tinha razão um frade morador da beira do Tejo que, sabendo do fechamento dos portos aos navios britânicos, escreveu ao príncipe regente: "Os segredos de gabinete são mistérios que comumente só com a razão se não podem entender".[36]

Façamos cálculos. No começo do século XIX, o correio mais veloz, Paris-Lisboa, por via terrestre, levava dez ou onze dias de viagem. Entre o envio de uma correspondência e o recebimento da respectiva resposta, passava-se praticamente um mês. Lisboa-Londres por via marítima consumia uma semana.[37] Portanto, a defasagem no diálogo entre as nações era também agravada pela demora dos correios. E foi exatamente o que aconteceu bem no início de novembro. Apesar de Portugal haver declarado seu apoio à França em 22 de outubro, só no dia 1° de novembro tomou conhecimento das exigências que tinham sido transmitidas por Napoleão em 15 de outubro: "Se Portugal não fizer o que quero, a Casa de Bragança não reinará mais na Europa".[38] E mais: para acabar de vez com o jogo duplo, a França enviou um exército chefiado por Junot, o qual, nesse meio-tempo, já estava em marcha pelos Pirineus.[39]

Não obstante, o governo português quis contemporizar. De um lado, pregando uma política de segredo, o visconde de Anadia sugeriu que os bens dos ingleses fossem sequestrados mas depois "restituídos ocultamente", assim como o porto seria mantido aberto para que "os indivíduos [...] possam retirar-se com a aparência de fuga".[40] De outro, intentava-se uma aproximação diplomática com o imperador francês, parabenizando-o por suas conquistas e selando o encontro com um impressivo punhado de diamantes.[41] Entretanto, mais uma vez o calendário foi atropelado: a essas alturas França e Espanha já tinham assinado tratado segundo o qual Portugal seria retalhado em três partes: o Entre-Douro e Minho ficariam para a rainha da Etrúria — um reino criado por Napoleão com capital em Florença. O Alentejo e os Algarves passariam para a Espanha. Já o maior pedaço — Beira, Trás-os-Montes e Estremadura — iria para a França, repartindo-se as colônias americanas entre os sucessores do reino luso.[42] Bonaparte também fazia seu jogo: ameaçava, mas sugeria espaço para negociações, desse modo retendo d. João em Lisboa. É possível cogitar que d. João guardasse ocultas na manga algumas cartas: embora já estivesse certa, em sigilo absoluto, a partida para o Brasil com a proteção inglesa, era

preciso continuar negociando com Napoleão.

Até que a Inglaterra cansou de esperar. O ministro Canning mandou avisar que aceitava o fechamento dos portos mas que qualquer outra medida contra os ingleses seria considerada declaração de guerra. E mais: caso o príncipe regente não fosse para o Brasil, Londres iniciaria o bombardeio de Lisboa. Com a tensão crescente, até o cotidiano da capital dos portugueses deixou de ser o mesmo. Rezas, preparos militares e falatórios por toda parte: uma beata espalhou pela cidade haver tido a revelação de que, se d. João viajasse para a colônia, seu navio naufragaria. E pior: o vaticínio, ao chegar aos ouvidos do regente, "lhe causara desconcerto de ideias".[43] Além disso, no mercado local começavam a faltar mantimentos: a carne e o trigo eram tão escassos que em 16 de novembro foi baixado edital regulando o uso da farinha.[44]

Em Londres, o representante do governo português, d. Domingos de Sousa Coutinho, andava temeroso.[45] Escreveu a d. João prevenindo-o de que a mesma esquadra destinada a salvá-lo se voltaria contra Lisboa se fosse confirmada uma adesão à causa bonapartista. Mal sabia d. Domingos que as delegações portuguesas na Espanha e na França tinham sido intimadas a se retirar. Também não estava informado de que os conselheiros de Estado deliberaram que o marquês de Marialva deveria ir a Paris cumprimentar Bonaparte. Por seu lado, d. João ignorava que a França e a Espanha já haviam decidido retalhar o território luso pelo Tratado de Fontainebleau.[46] E mais: os conselheiros do rei não podiam sequer imaginar que dali a três dias — no dia 11 —, em Paris, sairia um número da gazeta *Le Moniteur*, órgão oficial do Império francês, tornando pública a resolução de destronar a Casa de Bragança. Agora, o dilema do príncipe regente estava por um fio: o tempo de um "correio" Paris-Lisboa trazendo um exemplar do jornal.

Dias depois, o embaixador português na corte da Espanha retornou e o seu colega espanhol deixou a capital de Portugal. Em 16 de novembro a esquadra inglesa apareceu na entrada do porto de Lisboa, com uma força de 7 mil homens.[47] E a corte — que continuava ignorando as últimas determinações de Napoleão — ainda pendia para o entendimento com a França. O que não se sabia em Lisboa era que as tropas de Junot já atingiam as fronteiras e estavam estacionadas em Alcântara. Por essas e por outras, os dias seguintes foram tortuosos. Em conferência com Strangford, indicou-se como comandante da frota britânica o famoso Sidney Smith (ver imagem 41). Experiente e graduado, Smith, ainda tenente, participara da vitoriosa Batalha de Les Saintes, perto de Dominica, em 1782, começando assim a história de suas relações beligerantes com a França. Atuara como oficial destacado da marinha, e por seu papel central na derrota da Rússia recebeu a comenda de cavaleiro da Ordem da Espada, e o título de "Sir" conferido pelo governo inglês.

Embora tenham sido muitas as peripécias de Smith, aqui vamos lembrar apenas que na Turquia ele deu continuidade às suas atividades de espião amador e atacou com grande sucesso a costa da Bretanha. Contudo, o oficial sofreria também reveses: dentre eles o de sua captura, em 1796, e permanência de dois anos numa masmorra em Paris. Mas agora o inglês era uma lenda viva, sendo chamado, já em liberdade, e dos dois lados do canal da Mancha, de Leão do Mar. Depois de uma escapada sensacional, o Leão chegou às ruas de Londres nos braços do povo, que o entendia como uma espécie de redentor dos britânicos. Smith seria definitivamente consagrado na batalha no Egito, em 1798, contra os franceses. Conduzindo tropas turcas, mercenários albaneses, sírios, curdos, marinheiros e fuzileiros

navais ingleses, ele conseguiu deter o avanço dos soldados de Bonaparte na região. No mar, navios sob o seu comando mantiveram dois meses de cerco; após a morte de metade do exército francês, Napoleão ordenou a marcha de regresso.

Ousado, com autonomia e acostumado ao combate contra exércitos franceses, Smith era, portanto, o militar adequado para liderar a expedição que acompanharia a família real portuguesa, pressionada por Napoleão, até o Brasil. Era o comandante "da vez". Se não estava habituado a cruzar o oceano acompanhado de realezas, sua fama e muita audácia combinada a uma personalidade complexa fariam dele um guardião seguro. E d. João, a despeito de seu caráter teimoso, já ia admitindo não ter outras cartas na manga.

Decidido, Smith declarou o bloqueio ao ingresso no Tejo, ao mesmo tempo que as primeiras notícias sobre os franceses na fronteira chegavam a Lisboa. Sobrava boataria: falava-se em exército inglês, nos espanhóis, e em "outros espectros que tornavam aziagas aquelas horas de provação".[48] E as opiniões se radicalizavam. O "anglófilo" d. Rodrigo de Sousa Coutinho propunha resistência e, se necessário, a retirada para o Brasil. D. Antônio de Araújo de Azevedo — o afrancesado — queria ainda estabelecer um entendimento com Bonaparte. Strangford lançava mão de toda a sua habilidade diplomática: a bordo da nau do almirante Sidney Smith, escreveu a d. João, prometendo esquecer hostilidades e oferecendo ajuda, desde que a partida fosse imediata: "Percebi que meu dever era afastar da mente de Sua Alteza Real todas as esperanças de acomodar os negócios com os invasores do País, terrificá-lo com descrições sombrias e lúgubres da situação da Capital, que eu deixara há pouco, e então fasciná-lo de repente com as brilhantes perspectivas à sua frente…".[49]

E, para consolidar seus argumentos, Strangford entregou a d. João o exemplar do *Moniteur*. Aí estava a gota d'água. Era a noite de 24 de novembro quando o príncipe regente convocou o Conselho e comunicou que as tropas francesas haviam alcançado Abrantes. Em marcha forçada, poderiam entrar na capital dali a três ou quatro dias. O governo começou então os preparativos para o embarque. Uma Junta de Governo do reino foi nomeada para reger Portugal na ausência do soberano, e redigiu-se uma declaração sobre a viagem ao Brasil a ser divulgada por d. João. No dia 27 o príncipe embarcou, de madrugada, seguido de toda a família real. Na sequência, precipitaram-se em direção à praia a parentela de ministros, conselheiros de Estado, oficiais e servidores, nobres e os amigos mais chegados, abarrotando os navios da real frota (ver imagem 40). A imagem era dantesca, com famílias divididas, naves superlotadas e muita desorganização. Na manhã do domingo 29 de novembro levantaram âncoras. No mesmo dia, os soldados de Napoleão entravam em Lisboa.

Já para o povo português restaram as últimas palavras de seu monarca, impressas na declaração que publicou quando já acomodado no navio. Até nessa hora o governo tentou impedir o rompimento com a França, evitando o termo "invasão". O regente referia-se ao exército francês como uma tropa estrangeira estacionada em território luso pedindo o bom abrigo para que se conservasse "sempre a boa harmonia que se deve praticar com os exércitos das nações com as quais nos achamos unidos no continente".[50] Aí estava o derradeiro ato daquele teatro da neutralidade.

HOMENS AO MAR, UMA CORTE NO ATLÂNTICO

A decisão de d. João foi firmada na madrugada de 25 de novembro de 1807. Era hora de executar, rapidamente, uma gigantesca tarefa: transladar da terra para o mar tudo e todos que significassem sobrevivência e sustentação do governo monárquico, a ser instalado no Rio de Janeiro. O tempo era curto, a viagem, longa, e havia muitos imprevistos pela frente: pela primeira vez uma casa real cruzava o Atlântico e tentava a sorte longe do continente europeu. Distante dos tempos dos descobridores, agora a própria dinastia de Bragança fugia (na visão de alguns), evitava sua dissolução (na compreensão de certos políticos ligados à família real), ou empreendia uma política audaciosa escapando do tratamento humilhante que Napoleão dera às demais monarquias (na percepção de determinados analistas interessados na manutenção do Império lusitano) (ver imagem 42).

E o plano era complexo. Afinal, seguiriam viagem, junto com os Bragança, alguns poucos funcionários selecionados, mas também várias famílias — as dos conselheiros e ministros de Estado, da nobreza, da corte e dos servidores da casa real. Não eram indivíduos isolados que fugiam às pressas, e sim a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários. Acompanhava a rainha e o príncipe regente tudo aquilo que representasse a monarquia: os personagens, os paramentos, os costumeiros rituais de corte e cerimoniais religiosos, as instituições, o erário, os emblemas… Enfim, todo o arsenal necessário para sustentar a dinastia e os negócios do governo de Portugal e a eles dar continuidade. E assim, de um momento para outro, acorreram ao cais de Belém milhares de pessoas, com suas bagagens e caixotes. Como disse Joaquim José de Azevedo, futuro visconde do Rio Seco, o que atravessava os mares era aquela "amplidão que tinha exaurido sete séculos para se organizar em Lisboa".

Imediatamente, o governo d. João deliberou que os ministros de Estado e empregados do Paço viajassem com a família real; também deixou claro que todos os súditos que o quisessem acompanhar estavam livres para fazê-lo, e, não havendo lugar nas embarcações, poderiam preparar navios particulares e seguir a real esquadra.[51] Apesar de ser meia-noite, Joaquim José de Azevedo foi chamado ao Palácio da Ajuda e nomeado superintendente-geral do embarque. Tratou então dos procedimentos para o transporte dos tesouros reais do Palácio das Necessidades e da igreja Patriarcal. Depois, dirigiu-se ao cais de Belém, onde, munido dos mapas, mandou armar uma barraca "para dali repartir as famílias pelas embarcações, segundo a escala de seus cômodos", mas sempre providos de uma "guia" previamente concedida pelo governo português.[52] Contudo, a pressa impedia que os procedimentos se dessem de forma organizada e na boa burocracia. Caso exemplar é o do mestre de equitação do Palácio Real, Bernardo José Farto Pacheco, que, para poder embarcar, recebeu ordens do estribeiro-mor e igualmente do intendente das Reais Cavalariças e do conde de Belmonte. Mas o professor não conseguiu viajar, pois, a despeito do alvará, o comandante da fragata não o aceitou, pela falta do documento necessário.[53]

Entretanto, as medidas não foram suficientes para evitar que o caos se estabelecesse na hora do embarque. O pior era que Lisboa vinha sendo castigada por um forte vento sul, chovia torrencialmente e as ruas se transformaram em lama, dificultando o transporte até o cais de Belém e o embarque da volumosa bagagem que garantiria a sobrevivência da

tripulação.[54] A desorganização era colossal, como revela a relação feita, na véspera da partida, para as últimas providências:

> *Rainha de Portugal* — precisa 27 tonéis de água, pois os tem vazios. *Fragata Minerva* — tem só sessenta tonéis de água. *Conde d. Henrique* — tem 21 tonéis de água vazios; precisa de botica que não tem. *Golfinho* — tem seis tonéis vazios, faltam boticas, galinhas e lenha. *Urânia* — falta lenha. *Vingança* — falta água e lenha. *Príncipe Real* — precisa uma botica, galinhas, cabo, cera, vinte tonéis de água, marlim e linha de barca e lenha. *Voador* — faltam três tonéis de água. *Príncipe do Brasil* — falta azeite, cera, cabo, trinta tonéis de água e lenha da barca.[55]

Foi durante esses dias de corre-corre que o núncio apostólico de Lisboa, d. Lourenço de Caleppi, compareceu ao Palácio da Ajuda, em visita de solidariedade. Frequentador da corte, foi convidado por d. João a acompanhá-lo na viagem. Apesar de seus 67 anos, o núncio aceitou a proposta e procurou o ministro da Marinha, visconde de Anadia, que lhe destinou a nau *Martim de Freitas*, ou a *Medusa*, nas quais, junto com seu secretário, teria lugar assegurado. Mas de nada serviu o convite pessoal do príncipe nem a garantia do ministro: o núncio não entrou em nenhuma das naus por "estarem abarrotadas". O tenente irlandês Thomas O'Neil, que relatou estar num dos navios da esquadra inglesa, anotou a descrição feita a ele por um oficial a serviço de d. João. Embora evidentemente reverberatória, a exposição dá boa ideia do ambiente naqueles dias, quando o "pânico e o desespero tomaram conta da população e muitos homens, mulheres e crianças tentaram embarcar nas galeotas até algum navio". Foi o irlandês quem registrou que "muitas senhoras de distinção meteram-se na água, na esperança de alcançar algum bote, pagando algumas com a própria vida".[56]

Agravando ainda mais a situação, famílias de camponeses, assustadas com as notícias desencontradas, abandonaram tudo.[57] Nas praias e cais do Tejo, até Belém, espalhavam-se pacotes, caixas e baús largados na última hora. No meio da bagunça e por descuido, toda a prataria da igreja Patriarcal, trazida por catorze carros, ficou na beira do rio, e só alguns dias depois voltou para a igreja. Também caixotes contendo livros da rica Real Biblioteca foram deixados para trás, no chão, para indignação dos livreiros, que lançavam impropérios diante de tamanho pouco-caso.[58] Esqueceram-se carros de luxo, muitos sem terem sido descarregados. Houve até quem embarcasse sem mala, apenas com a roupa do corpo.[59] O marquês de Vagos percebeu tarde demais que as carruagens e arreios da casa real tinham permanecido em terra firme, e do convés do navio expediu aviso "em linguagem rude": que fretassem um "iate" para transportar todo aquele equipamento para o Brasil.[60]

O tom geral era de nervosismo e destempero. "Copiosas e tristes algumas lágrimas derramaram-se por esta ocasião, uns choravam a separação de pais, maridos, filhos e mais pessoas queridas, outros a criticar posição da pátria invadida por exército inimigo e ao recordarem-se dos males que iriam sofrer ficando sem protetores e no meio dos terríveis franceses."[61] A reação dos lisboetas oscilava do espanto à revolta, e alguns felizardos que acompanharam o príncipe regente, ao se dirigirem às embarcações, ouviram "palavras desagradáveis e injuriosas, posto não sofressem ofensas físicas".[62] Joaquim José de Azevedo assim interpretou o sentimento do povo: "Vagando [...] pelas praças e ruas, sem acreditar [no que via], desafogava em lágrimas e imprecações a opressão dolorosa que lhe abafava na

arca do peito, o coração inchado de suspirar: tudo para ele era horror; tudo mágoa; tudo saudade; e aquele nobre caráter de sofrimento [...] quase degenerava em desesperação!".[63]

As descrições do embarque de d. João são tão pungentes quanto contraditórias. Numa das versões ele teria chegado ao cais vestido de mulher; em outra, teria partido durante a noite a fim de contornar a reação popular. Numa terceira versão, ainda, entrou no porto acompanhado apenas por seu sobrinho, sem que ninguém o aguardasse. Dois cabos de polícia que estavam ali por acaso, debaixo de forte chuva, teriam colocado tábuas sobre a lama e ajudado a acomodar d. João, que numa galeota foi conduzido ao *Príncipe Real*.[64] Outros relatos insistem na insensatez do embarque, ridicularizando a atitude da família com a única frase lúcida emitida pela rainha, àquelas alturas demente: "Mais devagar! Diria que estamos fugindo".[65] Na verdade, foi com muita discrição e sem pompa alguma que o príncipe regente deixou Portugal e embarcou rumo ao Brasil: a ocasião pouco lembrava a partida do chefe de um império outrora tão poderoso.

Concluídos os trâmites para a saída e com todos a bordo, só faltava o tempo melhorar. O dia 29 amanheceu claro e a esquadra zarpou do Tejo, alcançando o mar. Nas portas do oceano, o encontro com os navios ingleses, que se achavam de prontidão, foi anunciado por uma salva de tiros. Lá estava o almirante Sidney Smith, com as quatro naus que acompanhariam a esquadra portuguesa até o Rio de Janeiro.[66] Então, ele foi a bordo do *Príncipe Real* para cumprimentar o regente e recebeu do vice-almirante a lista das quinze embarcações que compunham a real esquadra: oito naus de linha, quatro fragatas, dois brigues e uma escuna.[67] Esse número varia nos registros das testemunhas e também em estudos posteriores, mas a diferença não altera a visão de conjunto.[68]

Ao menos trinta navios mercantes particulares saíram no rastro da frota real. Mas podem ter sido muitos mais: o navio inglês *Hibernia* avistou 56 embarcações ao anoitecer do primeiro dia de viagem; o próprio Smith, sem fazer contas, afirmou que via "uma multidão de grandes navios mercantes armados".[69] De toda forma, a esquadra real compunha uma respeitável unidade de combate: os oito navios de guerra eram equipados com baterias de canhões que variavam entre 64 e 84, a maioria com calibre 74. As fragatas estavam armadas, cada uma, com 32 ou 44 canhões, os brigues tinham 22, e a charrua, que transportava mantimentos, 26.[70] A família real — d. Maria, o príncipe regente e sua mulher, seus oito filhos, a irmã da rainha, a viúva do irmão mais velho de d. João e um sobrinho espanhol de Carlota Joaquina criado na corte portuguesa — foi distribuída pelos navios de maior calibre. No *Príncipe Real* estavam a rainha d. Maria, já com 73 anos; o príncipe regente d. João, com seus quarenta anos; o príncipe da Beira, infante d. Pedro; seu irmão infante d. Miguel; e o sobrinho d. Pedro Carlos. No *Afonso de Albuquerque* iam a princesa, mulher do regente, d. Carlota Joaquina, de 32 anos, com suas filhas, a princesa da Beira Maria Teresa, e as infantas Maria Isabel, Maria da Assunção e Ana de Jesus Maria. No *Rainha de Portugal* viajavam a viúva do irmão mais velho do regente, d. Maria Benedita, a irmã da rainha — d. Maria Ana —, e as outras filhas de d. João: as infantas Maria Francisca de Assis e Isabel Maria.

O secretário do bispo Caleppi, que a tudo assistiu, avaliou que 10 mil pessoas embarcaram na esquadra real. Já o funcionário Pereira da Silva[71] incluiu em seus cálculos os muitos negociantes e proprietários que haviam fretado navios para seguir a esquadra, e avaliou que "cerca de 15 mil pessoas de todos os sexos e idades abandonaram neste dia as terras de Portugal". Uma minuciosa listagem relaciona, nominalmente, cerca de 536

passageiros — nobres, ministros de Estado, conselheiros e oficiais, médicos, padres, desembargadores. Isso sem considerar os comentários imprecisos anotados ao lado do nome dos passageiros, tais como: "visconde de Barbacena com sua família"; "o conde de Belmonte, sua mulher e o conde seu filho com criados e criadas"; "José Egídio Alves de Almeida com sua mulher e família"; "e mais sessenta pessoas, entre homens e mulheres, sem contar as famílias que os acompanhavam", ou mesmo o indefinido "e outros".[72]

Realmente, a quase totalidade das pessoas seguia acompanhada da família, parentes, amigos próximos, criados. Para que se possa ter uma ideia, com o duque de Cadaval vinham a mulher francesa, quatro filhos, um irmão, uma turma de onze criados, entre os quais um "homem pardo criado para varrer", e algumas famílias adictas à mesma casa. Já o marquês de Belas levou consigo 24 criados. O documento listou também os oficiais da casa real: só a ucharia — espécie de depósito de alimentos — empregava 23 "moços", cada um dos quais viajou com sua família, assim como "os catorze moços da cozinha real". Outro documento, redigido no calor da hora, pretendia registrar todos os embarcados. No entanto, após a menção a alguns nomes da nobreza, a relação se encerra bruscamente com a informação: "E mais 5 mil pessoas".[73]

Nesse somatório, falta incluir os oficiais e a população dos navios mercantes. Segundo Kenneth Light, podem ter embarcado 12 mil a 15 mil pessoas. O historiador contabiliza 1054 pessoas a bordo do *Príncipe Real*, e acrescenta que apenas a tarefa de levantar o ferro, amarrá-lo na proa e guardar seu cabo ocuparia 385 homens em cada nau.[74] Os navios carregavam mesmo pequenas multidões. E existem polêmicas sobre o contingente que chegou à colônia. O historiador Nireu Oliveira Cavalcanti, por exemplo, avaliou a tripulação que trabalhava nas embarcações: 7262 pessoas.[75] E há quem diga que muitos deles teriam permanecido no Brasil — alguns temerosos do sucesso da invasão, outros confiantes na presença da monarquia aqui —, elevando-se o número a mais de 10 mil emigrados.[76]

Não há dúvida de que o número de embarcados era superior ao de provisões. O mapa da fragata *Minerva* dá o total de 741 tripulantes, situação semelhante à do *Martins Freitas*. A *Minerva*, que não havia sido preparada com antecedência, apresentou problemas já na hora de zarpar. Conta o capitão que até 26 de novembro a fragata esteve "de banda por não ser possível aprontar-se". Apesar de só ter a bordo "algum biscoito e aguada" e das "tristes circunstâncias em que se achava o Real Arsenal da Marinha, pela confusão e falta de expediente em as diferentes repartições", o capitão partiu no dia 29. Porém, "pela necessidade em que se achava a nau", em 5 de dezembro recebeu ordem do vice-almirante para separar-se da frota e se dirigir à Bahia. Quando por lá atracou, em 10 de janeiro de 1808, a *Minerva* estava a zero.[77] Também a nau *Medusa* parou no litoral nordestino em meados de janeiro, bastante avariada, precedendo a chegada da família real. Uma viagem como essa nunca era fácil, ainda que não se tenha notícia de acidentes graves ou óbitos. Famílias desmembradas e alojadas em diferentes navios, bagagens desviadas ou largadas no cais, racionamento de comida e água, excesso de passageiros e falta de higiene: foram alguns dos problemas decorrentes da emergência do embarque. E, pela frente, cerca de dois meses de viagem.

Para tornar as coisas mais difíceis, uma tormenta se armou logo no início da jornada, e outra em meados de dezembro, pela altura da ilha da Madeira, provocando a dispersão de alguns navios e mudança de planos. Apesar de parte da frota já ter tomado a direção do Rio

de Janeiro, o *Príncipe Real* e as embarcações que o acompanhavam alteraram o rumo, na direção da Bahia.[78] Excluindo-se esses momentos de incerteza, a viagem correu tranquila, ao menos no que dizia respeito aos humores da natureza e à situação das embarcações, as quais, não obstante as avarias, alcançaram seu objetivo.

Mas os transtornos que ocorreram pelo excesso de passageiros foram muitos: "Faltava cama onde dormir, cadeira, banco para sentar, deitando-se ao relento, sobre as tábuas nuas dos conveses, sem prato certo onde comer, disputando em sórdidas gamelas, nas cozinhas, o alimento frugal". A tripulação era diminuta para tantos afazeres — e a limpeza a bordo deixava a desejar; água era só para beber, e "até as naus que conduziam o regente, a rainha e os príncipes eram pocilgas infectas e aviltantes". E foi pela falta de asseio que as senhoras tiveram que raspar os cabelos para se livrar dos piolhos. Assim, a viagem arrastava-se monótona, interminável. Além da distração de acompanhar a evolução dos veleiros da frota, cantava-se ao som da viola ao poente e nas noites de luar, e jogavam-se cartas: o faraó, o espenifre, o pacau e o chincalhão.[79]

ENQUANTO ISSO... EM PORTUGAL

Ao mesmo tempo que a corte se amuava na jornada pelo mar, livre dos perigos da guerra e navegando em direção ao seu incerto destino na América, os que ficaram em Portugal foram obrigados a enfrentar outro destino: uma iminente invasão militar. No agitado dia 29, mal a esquadra real sumia no horizonte, já se podiam avistar as primeiras filas de soldados estrangeiros nos contornos de Lisboa. Uma proclamação do general francês foi então afixada, prevenindo os habitantes da entrada de seu exército e garantindo proteção: "Moradores de Lisboa, vivei sossegados em vossas casas: não receeis coisa alguma do meu Exército, nem de mim: os nossos inimigos, e os malvados, somente devem temer-nos. O Grande Napoleão, meu amo, envia-me para vos proteger, e eu vos protegerei".[80]

Foi na manhã do dia 30 que se deu a entrada triunfal de Junot, com seu séquito de oficiais desfilando pelo Rossio, acompanhado por cerca de 6 mil soldados, pouco mais da metade do contingente original. Muitos tinham morrido de fome ou por conta de uma epidemia de febre e disenteria, e outros foram assassinados ou feridos por camponeses. O estado da tropa era lastimável. Vinham descalços, rotos, estropiados, exaustos e famintos.[81]

Toda essa gente — e mais linhas da tropa castelhana que chegaram nos dias seguintes — se espalhou pela cidade, "não escapando até as Igrejas ou capelas cujos santos e altares se viram servir de cabide às armas e mochilas dos soldados".[82] Boa parte da tropa alojou-se no Palácio de Mafra. Quanto a Junot, fez seu quartel-general na casa do barão de Quintela, e confiscou bens da casa real e da nobreza, tomando toda a frota real de carruagens, bestas e cavalos dos palácios, assim como propriedades e bens dos evadidos. O general francês sem demora emitiu sua primeira proclamação, afirmando que a ocupação representava ação de apoio ao príncipe regente, já que este havia declarado guerra à Inglaterra; vinha salvar o reino do inimigo mútuo: "Não tenhais receio, pacíficos habitantes. O meu poderoso exército tem tanta disciplina como valor…". E o jogo de "faz de conta", por mais paradoxal que possa parecer, era partilhado por d. João, o qual, no dia 26 de novembro, às vésperas da fuga, instruiu os representantes que deixou em Lisboa para que recebessem as tropas francesas "como se fossem hóspedes a quem se pretendia agradar com respeito e gentilezas".[83]

No entanto, o clima iria virar rapidamente, e logo em dezembro o agente de Napoleão praticou política de crescente repressão. Não era mais permitido portar armas; as atividades de pesca seriam controladas a fim de evitar fugas ou comunicação com a esquadra inglesa estacionada fora da barra. Impunha-se também a todos os habitantes do reino a "contribuição" total de 40 milhões de cruzados. Ficaram proibidos os ajuntamentos e tudo que pudesse causar alvoroço — incluindo música e o toque dos sinos da ave-maria. Tiros de canhão determinavam o momento em que se podia sair de casa pela manhã e se recolher à noite. O Natal de 1807 foi triste em Lisboa: ninguém cantou as matinas e as igrejas mantiveram-se fechadas. Mas o pior ainda estava por vir. Em 1° de fevereiro, enquanto do outro lado do oceano d. João era homenageado pelo governo da Bahia, em Portugal anunciavam-se novos tempos. Já o imperador francês, que finalmente recebera a confirmação da fuga de d. João, havia mudado, enraivecido, as regras do jogo: "O príncipe do Brasil abandonando Portugal renunciou a todos os seus direitos à Soberania desse

Reino. A Casa de Bragança não reina mais em Portugal…”.[84]

O descontentamento popular era evidente, contudo a hora de uma reação efetiva não tinha chegado. Desolados mesmo ficaram os criados da família real que não acompanharam o príncipe. A confusão que se estabeleceu assim que eles se viram sem o governo do soberano, em certos casos, foi perigosa, como no exemplo dos frades do convento de Mafra: d. João, antes de partir, limitara o número de religiosos que haviam de ali permanecer, e na disputa por Mafra os frades chegaram a se esfaquear.[85] Já os criados que permaneceram nos palácios não receberam remuneração nem alimento. O porteiro do Paço de Queluz, em 7 de dezembro de 1807, pedia providências urgentes: ali, 41 criados estavam prestes a ficar sem “ração”, pois na ucharia só haviam restado “trinta arrobas de toucinho, 120 arrobas de bacalhau, cinquenta arrobas de alho, 48 cântaros de azeite, 25 almudas de vinagre, oito arrobas de açúcar, oito barris de manteiga de vaca e três barris de banha de porco”. No dia 30 daquele mês, o tal porteiro mudava de tom e pedia instruções sobre o que fazer, uma vez que a ucharia se encontrava vazia.[86]

Muitos deixaram Portugal, burlando a vigilância e entrando a bordo da esquadra inglesa lá estacionada. Em maio de 1808, o diplomata Domingos de Sousa Coutinho, que continuava em Londres, escrevia a d. João sobre o grande número de refugiados portugueses que se encontravam na Inglaterra e queriam embarcar para o Brasil: “Tem vindo toda a qualidade de gente em número tal que eu não sei como lhe acudir, porque a maior parte vem faltos de tudo, quase nus”.[87]

Entretanto, para aqueles que tinham permanecido no país, era chegada a hora da reação. Em junho de 1808, uma insurreição no Porto resultou na primeira restauração de Portugal. Os franceses ainda fariam outras duas investidas, em março de 1809 e no verão de 1810, para sair dali definitivamente em 1811. A população reagiria a eles na base do garfo, faca e panela, e poria o inimigo para correr e atravessar a fronteira. Mas a essas alturas, em que a sociedade lusitana andava dilacerada pela guerra e pelo domínio estrangeiro, a efervescência mitológica foi ampla. Ancorados numa luta entre bem e mal, proliferaram panfletos salvadores, todos revestidos de um caráter apolítico e apoiados em visões do sagrado secularmente partilhadas. A história se cruzava com o mito, e era impossível dizer quando se tratava de realidade ou quando era apenas metáfora. Duas lendas paralelas, a despeito de excludentes, grassavam então no local: a lenda dourada de um general genial e a lenda negra do usurpador medíocre. E foi a segunda versão que ganhou campo fértil naquele Portugal humilhado. Nela, a França aparecia como uma terra de complôs milenares e de promessas não realizadas. Junte-se a isso a ideia de um império das trevas e de um Napoleão anticristo, e temos os condimentos necessários para entender a versão lusa da Revolução. Maçons, jacobinos, ambos os grupos denominados de “pedreiros-livres”, passavam a ser considerados agentes sediciosos; sinônimos vivos dos maléficos “francesismos”.[88]

O fato é que a partida da corte, elemento essencial para o funcionamento da engrenagem do Antigo Regime, pusera Portugal numa situação inusitada, e nesse terreno arenoso das representações políticas dominava a ambivalência entre o sentimento de abandono e a mística da salvação. Fiel a tal monarquia simbólica, manteve-se o imaginário das camadas populares que começavam a se sublevar contra o invasor, pensando conduzir uma nova cruzada. Aí estavam cosmologias cruzadas, as quais, na longa duração, eram agora relidas: o estandarte da Santa Cruz fora destinado a arvorar Portugal, e os franceses assumiram o

lugar do mouro infiel das batalhas das Cruzadas.

Nesse mundo mental do Antigo Regime, em vez da racionalidade cidadã apregoada pela moderna Revolução, em Portugal era a religião que dava subsídios a explicações de maior fôlego. Do embate, a monarquia portuguesa, mesmo que simbolicamente, saía reforçada, e o rei, em lugar de estar ausente, permanecia "encoberto", como d. Sebastião, que lutara durante as Cruzadas contra os mouros no Marrocos, e acabou desaparecido nas areias do deserto. Sua figura deixou um grande vazio (que incluiu o período da União Ibérica), mas também muitas esperanças e um mito sebastianista que jogava no futuro as expectativas do então apequenado reino.

Assim Portugal entrou na trilha da modernidade. O caminho foi tortuoso, já que profundamente marcado pelo peso de concepções herdadas de outros momentos. O que se aguardava era um salvador que viria redimir o reino. Esse, porém, não se aproximava muito da figura de d. João, pois na imaginação romântica esse posto, a despeito de ser ocupado por esse príncipe, continuava, até por conta da lenda que rodeava o tema, vacante.

Mas voltemos ao oscilante d. João. Após 54 dias no mar, em 22 de janeiro de 1808 o *Príncipe Real* atracou em Salvador, onde permaneceria por um mês, seguindo depois para o Rio de Janeiro e lá aportando em 8 de março. Atrás dele e aos poucos, foram chegando os outros navios. Para comemorar tão grande feito, ainda em alto-mar d. João ganhou um belo presente: o brigue *Três Corações* foi ao seu encontro carregado de mantimentos e muitas frutas tropicais. Entre cajus e pitangas, a colônia americana abria as portas para receber o seu príncipe português. História de enredo único, um império seria agora dirigido a partir de sua colônia: as coisas andavam mesmo de ponta-cabeça e do avesso.

7.
D. JOÃO E SEU REINO AMERICANO[1]

No dia 22 de janeiro de 1808, uma sexta-feira, d. João e parte da corte chegaram à sua colônia d'além-mar. Coincidência ou não, o príncipe regente foi obrigado a fazer parada transitória na primeira cidade que os portugueses fundaram no Novo Mundo e que fora, até 1763, a sede do governo do Brasil e a maior do vice-reino: Salvador, na baía de Todos os Santos. A imagem da antiga capital não podia ser mais deslumbrante. Observada desde o mar, ela surgia disposta no declive de uma falésia alta e íngreme. Na "cidade do Salvador", como era então conhecida, ou na "cidade da Bahia", designação usada na correspondência oficial mas também pelo povo, a vegetação tropical se impunha, ao mesmo tempo que o solo vermelho combinava com o telhado das casas, ornado pelo incessante movimento dos embarques.[2] Dizia o viajante Vilhena, em 1802, que, "na sua maior largura [...] poderá ter a cidade quatrocentas para quinhentas braças".[3] Já outro testemunho, William Dampier, no início do XVIII, mencionava a existência de 2 mil casas, ruas principais grandes e pavimentadas, passeios públicos e jardins. Referia-se ainda a igrejas soberbas e belos edifícios de dois ou três andares, no estilo de sobrados como os de Alfama, em Portugal.[4]

O entusiasmo inicial, porém, deve ter arrefecido ante a recepção tímida que aguardava a corte em terra. Assim que soube da notícia de que, pela primeira vez, uma família real europeia pisaria em solo americano, bem que o governador da Bahia, João de Saldanha da Gama, conde da Ponte, tentou correr atrás do prejuízo. Receber sem aviso prévio parte da real esquadra era surpreendente e nada fácil. Afinal, com o príncipe, adentravam a Bahia três navios, um deles da escolta inglesa.

No dia seguinte à sua chegada, a família real — com exceção de d. Maria I, que se encontrava por demais "adoentada dos nervos" — e os nobres desceram em terra firme, enfrentando o sol escaldante do verão tropical. Reações surgiram imediatamente, e de todo lado. À população local parecia estranha aquela comitiva feita de nobres e reis, vestidos de maneira mais apropriada para o inverno europeu, o qual se avizinhava quando deixaram Lisboa. Já a corte deve ter estranhado as ruas de Salvador, estreitas, sujas e mal calçadas, apinhadas de gente que vendia de tudo: frutas, salsichas, chouriços, peixe frito, azeite e doces. Cães, porcos e aves domésticas se espalhavam pelos cantos. Como a sarjeta corria no meio da rua, os detritos eram ali atirados — vindos das lojas e residências —, servindo de alimento aos animais.[5]

Não que a paisagem urbana de Lisboa fosse radicalmente distinta, mas o conjunto por certo era. No lugar das cores suaves das amendoeiras em flor, que tomavam conta de Portugal naquele período do ano, o que se via era uma paisagem frondosa, com cores exuberantes, as palmeiras com seus frutos, as flores coloridas; e sentia-se a mistura do cheiro dos quitutes preparados à base de azeite de dendê com o odor salgado da maresia. Contudo, o que mais espanto causou, segundo relatos de época, foram os negros escravizados. O modo como os africanos eram tratados, a naturalidade com que eram dispostos, chocavam até olhos acostumados com o cativeiro em terras próprias, como os

dos portugueses. Não era raro ver os cativos serem açoitados nas ruas, transportando cargas desproporcionais ou levando nos ombros liteiras e cadeirinhas, onde se acomodavam senhoras de pele branca, protegidas por finas cortinas de cambraia. A presença escrava dominava o espaço urbano com suas práticas religiosas herdadas da África e traduzidas em território brasileiro; com suas comidas feitas e vendidas nas ruas; com suas formas de sociabilidade e comunhão.

Desde o século XVI desembarcavam em Salvador mercadorias importadas, e ali se realizava o lucrativo comércio negreiro. Por aquele porto chegavam, no começo do XIX, grandes levas de escravos, que, apesar de proibidos desde 1767 de entrar na metrópole, continuavam a ser a principal mão de obra no ultramar. Pela Bahia, assim como pelo Rio de Janeiro e pelo Recife, Portugal mantinha grande parte de suas relações com a África. Trocas comerciais e culturais se faziam entre as regiões, a "África recebeu e africanizou a rede, a mandioca e o milho, enquanto o Brasil [...] fazia seus o dendê, a malagueta e a panaria da Costa". Aí estariam, nos termos do etnólogo e fotógrafo Pierre Verger, "os africanos do Brasil e [os] brasileiros da África [...] consequência imprevista do fluxo e refluxo do tráfico de escravos".[6]

O espetáculo visto do rés do chão era definitivamente distinto, passando a certeza de que lá estava um novo mundo. E, para tirar a má impressão inicial, nos dias em que a corte permaneceu em Salvador não faltaram cerimônias litúrgicas em igrejas repletas de ouro e jacarandá, nem visitas aos notáveis da terra. Foi por lá mesmo, em 28 de janeiro, sem a presença de seus mais destacados ministros e conselheiros, que d. João assinou a primeira medida régia na nova sede do Império lusitano: a carta de abertura dos portos brasileiros às nações amigas. A partir de então ficava permitida a importação "de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas ou em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a minha Real Coroa", ou em navios da metrópole. Os gêneros molhados — vinho, aguardente, azeite doce — pagariam o dobro dos direitos a que estavam sujeitos antes da chegada da corte; as demais mercadorias — gêneros secos — pagariam 24% sobre o valor do bem. Podiam ser levados pelos estrangeiros os "gêneros e produções coloniais", com exceção do pau-brasil e outros produtos monopolizados.[7] Esse item tinha uma enorme importância, já que fazia ruir o exclusivo comercial da metrópole, estabelecido desde o princípio da colonização. Não só navios portugueses — ou de países com os quais fossem firmadas parcerias comerciais — poderiam transportar as mercadorias saídas da colônia ou a ela remetidas. Agora era possível receber bens e produtos diretamente de outros locais, e navios que zarpavam do Brasil poderiam atracar em outros portos, com exceção da França e da Espanha, ainda em guerra com Portugal.

A abertura dos portos, mais que um ato de benevolência, representava uma decorrência inevitável. Da metrópole, ocupada então pela França, já não saíam mercadorias necessárias para a vida no Brasil, onde quase tudo era importado; tampouco se teria para onde remeter os bens produzidos na colônia. Além disso, havia um país especialmente favorável à medida — na verdade seu maior beneficiário: a Inglaterra, na época a "nação amiga" de Portugal. O contexto não poderia ser mais propício a ela, uma vez que o comércio brasileiro se abria, precisamente quando a maioria dos mercados tradicionais se fechava, para a Grã-Bretanha, após o Bloqueio Continental decretado por Napoleão em novembro de 1806.

Tal fato levou os comerciantes ingleses a exportarem quantidades enormes de mercadorias para o Brasil, muito acima da capacidade de absorção do mercado local. E assim chegaram gêneros de boa qualidade mas não muito coerentes com os hábitos brasileiros de consumo, e outros, ainda, absolutamente impróprios. São famosas as referências à entrada de patins de gelo, espartilhos de barbatana de tubarão para senhoras, bacias de cobre para aquecimento de camas, grossos cobertores de lã, instrumentos de matemática. Chegaram, também, carteiras e porta-notas, numa terra onde inexistia papel-moeda e onde os homens que dispunham de bens nem sequer carregavam dinheiro, deixando-o aos cuidados de escravos.[8] Nada como a criatividade: as tais bacias, depois de furadas, foram aproveitadas como escumadeiras nos engenhos de açúcar; os cobertores, usados na mineração para reter entre suas malhas as partículas de ouro, e as lâminas de patins transformaram-se em trincos de porta. Mas tais práticas não foram suficientes para dar vazão às mercadorias inglesas; o mercado ficou abarrotado de produtos, só escoados após uma série de hastas públicas e vendas facilitadas.

O resultado imediato da decisão régia foi que o comércio britânico se firmou com o Brasil, intensificando-se ainda mais depois da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, em fevereiro de 1810, que reduziu os tributos sobre produtos ingleses exportados para cá, tornando-os mais competitivos que os dos demais países, inclusive Portugal. Trocando em miúdos, o tratado — fixando que as exportações inglesas entrariam no Brasil com alíquota de 15% de seu valor, enquanto as portuguesas pagariam 16% e as dos outros países 24% — representava o preço pago pela metrópole à Grã-Bretanha pelo auxílio que dela recebera na fuga da família real. Apesar de as cláusulas mencionarem "reciprocidade", esta não existia, pois sobre as mercadorias nacionais (lusas) recaíam mais impostos que sobre aquelas provenientes da Inglaterra; uma diferença que embora pequena na porcentagem era grande na simbologia. As determinações do tratado comercial de 1810 foram complementadas pelo Tratado de Paz e Amizade, que previa vantagens aos ingleses na hora da compra e do corte de madeira; proibia a introdução da Inquisição na colônia; estipulava a abolição gradual do tráfico.[9]

O governo do príncipe regente procuraria, ainda em Salvador, organizar internamente a colônia americana como sua sede. Entre condecorações e medidas administrativas de rotina, d. João tomou atitudes até então inéditas, ao menos para uma colônia portuguesa. Concedeu licença, por exemplo, para que fosse criada a Escola de Cirurgia, instalada no Hospital São José, em Salvador, em 1808, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar e da Marinha do Rio de Janeiro. Deles se originariam, já em tempos do Império, nossas primeiras escolas de medicina. A colônia carecia de especialistas na área, porque a política da Coroa era concentrar o ensino superior no reino. A consequência foi a falta crônica de médicos no Brasil colonial, o que não impediu a existência de boticários, cirurgiões-barbeiros, curandeiros, "herbalistas", que não poucas vezes entravam em conflito com o saber científico e legitimado de profissionais, em boa parte formados em Coimbra.

A metrópole proibia a existência de escolas superiores no Brasil, diferentemente da Espanha, cuja política cultural havia muito tempo a tinha liberado em suas colônias. De oficial, até então, só aulas de artilharia e arquitetura militar; algumas "aulas régias" avulsas, com cursos de filosofia, latim, retórica e matemática. Afora isso, o ensino era administrado pelas ordens religiosas, em conventos e seminários. As medidas significaram,

pois, uma reviravolta na política local, já que, até então, a produção e o comércio de manufaturados eram exclusividade de Portugal. Por outro ato, e para provar uma atitude tendente a novas aberturas, o regente permitiu, ainda, a instalação na Bahia de manufaturas e indústrias de vidro, de pólvora e de moagem de trigo.

As promessas eram muitas. Porém, e apesar dos esforços dos baianos para que a família real permanecesse por lá, e apesar do empenho do governador, que não perdia a esperança de ver sua cidade novamente como capital da América portuguesa, em 26 de fevereiro a esquadra levantou âncoras e deixou a baía de Todos os Santos. Prometendo que lá mandaria erguer um luxuoso palácio, o príncipe manteve-se firme, abriu mão da famosa "hospitalidade baiana" e rumou para o destino final daquela viagem.

RIO DE JANEIRO: UMA NOVA SEDE IMPERIAL E TROPICAL

A história só é previsível quando vista de longe. De perto, tudo é muito confuso: ao menos naquele momento, para o vice-rei do Brasil, d. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos. Quando em outubro de 1807, ainda tentando aplicar uma política de neutralidade, d. João decidira fechar os portos à Grã-Bretanha, logo se temeu por represálias inglesas contra a colônia. Assim, da metrópole enviou-se ordem para que Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro se aparelhassem para defender seus territórios contra ataques britânicos. E, em 11 de janeiro de 1808, o conde dos Arcos publicou um edital com as medidas necessárias para enfrentar tentativas de invasão na capital.[10] Tais preocupações, três dias depois, mudariam totalmente de rumo. Foi nessa ocasião que o brigue *Voador* chegou ao Rio, com a notícia de que os franceses tinham invadido Portugal e que a família real, com o apoio da Inglaterra, decidira retirar-se para cá, de onde o reino seria governado. De um minuto a outro, alterava-se não só o inimigo, como também as providências a serem tomadas. As preocupações do conde dos Arcos voltavam-se, agora, para medidas mais pacíficas, mas não menos urgentes: preparar a acanhada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para bem receber a corte e tornar-se a nova sede da monarquia lusitana.

A tarefa não era pequena. No começo do século XIX, o Rio não passava de cidade bisonha (ver imagem 43), estando seu núcleo principal limitado por quatro morros: do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. O ponto central ficava nas proximidades do morro do Castelo, que servira de praça de defesa durante a formação da cidade, e fora a partir de lá que o núcleo urbano inicial se espalhara lentamente pelas quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. O Rio tinha não mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos.[11] As ruas eram de terra batida, desniveladas, esburacadas, cheias de poças, detritos, brejos e mangues, uma vez que boa parte do movimento de expansão se dera no sentido de domar as águas que insistiam em invadir o espaço urbano.

Entretanto, nos arredores do morro do Castelo, em frente ao mar, onde se achava o largo do Paço, a cidade parecia diferente. O lugar chamara-se antes terreiro do Ó, depois terreiro do Polé. Passou a ser conhecido como largo do Carmo quando ali foram construídos a igreja e o convento dos carmelitas. No século XVII, mandou-se erguer a Casa da Câmara e da Cadeia, e a Fazenda Real, e instalaram-se os Armazéns Reais e a Casa da Moeda. Estes seriam reformados e ampliados para se transformarem em sede do governo da capitania do Rio de Janeiro e mais tarde em vice-reinado. No XIX, o largo foi calçado e lá se introduziu um chafariz segundo desenho enviado de Lisboa por Carlos Mardel, o arquiteto mais importante da corte, que não demoraria a ser substituído pelo chafariz de autoria do escultor e entalhador brasileiro Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim.

Não obstante, o Rio de Janeiro deixava a desejar como capital de colônia. Uma monarquia se apresenta também por seus palácios e monumentos, e nesse quesito a nova capital tinha pouco a oferecer.[12] Com uma digna exceção: ainda nos Setecentos, a Ordem Terceira do Carmo edificou em frente ao largo uma igreja e um hospital, vistosos para os moldes da região. O prédio tinha lá sua elegância e, apesar da proibição de denominá-lo palácio — prerrogativa das residências reais —, tornou-se conhecido como Paço dos Governadores e, em seguida, como Paço dos Vice-Reis. Ao lado do Paço foi construído um cais, em cantaria

lavrada, três escadas e uma rampa de acesso ao mar. Ao lado ficava a rua Direita (atual Primeiro de Março), "a mais vasta, mais bela e mais palpitante artéria da cidade [...] irregular e torta apesar do nome".[13] Era onde ocorria o comércio local, com suas regras que incluíam largos períodos para a soneca depois do almoço. O Rio era de fato uma aldeia sonolenta, que foi acordada pela chegada da corte.

O conde tinha muito trabalho pela frente, e já em 14 de janeiro deu início aos novos afazeres. Desocupou sua moradia no Paço dos Vice-Reis e procurou prepará-la para acomodar o príncipe regente e família. A Casa da Câmara e da Cadeia também foi esvaziada e reformada: retiraram-se as grades e abriram-se portões para a entrada de carruagens. Construiu-se um passadiço que ligava o Paço à Casa da Câmara e da Cadeia, para que a família real não sujasse os pés nas ruas lodosas. Foi decretada a Lei das Aposentadorias, intimando os proprietários dos melhores prédios nas imediações do palácio a deixá-los livres para dar abrigo aos fidalgos, militares, negociantes e funcionários que desembarcavam com a corte de d. João. As moradias escolhidas eram desocupadas por meio de processo sumário: na fachada do prédio escreviam-se a giz as letras PR, cujo sentido oficial era "príncipe real". No entanto, na língua do povo, as duas letras adquiriram o significado de "ponha-se na rua" ou mesmo "prédio roubado".

Preocupado igualmente com a alimentação dos ilustres visitantes, o conde dos Arcos solicitou aos governadores de São Paulo e de Minas Gerais que enviassem mantimentos. Embora enfrentando as adversidades de um local famoso pela comida minguada, providenciou cardápio que continha alimentos conhecidos dos europeus e algumas novidades: carne de vaca, de porco, de carneiro e de aves, além de uva, pêssego, goiaba, banana, cará, batata, batata-doce, milho, mandioca, feijão. Mas não bastava pensar só na subsistência. Junto com as questões de Estado e do estômago, era preciso buscar proteção divina e dar espaço para a festa. Assim, decretou-se uma farta programação de festejos religiosos e civis, que incluíam a iluminação da cidade por oito dias consecutivos, danças e diversões populares. O povo ansiava não só pela procissão, pelo te-déum, pelas alegorias e janelas enfeitadas, como também pelas touradas, cavalhadas, foguetórios, récitas, conjuntos musicais e danças, os quais eram comuns no tempo dos vice-reis.[14] A novidade foi que dessa vez a cerimônia do beija-mão — quando os fidalgos demonstram fidelidade a seu governante — não se endereçou ao vice-rei, e sim ao próprio regente. Se antes o vice-rei recebia os cumprimentos, se o retrato do regente surgia no lugar da pessoa como sinal da presença simbólica da autoridade régia e da legitimidade de seu representante, agora a própria família real estaria no centro e orquestraria os rituais.

Foi um sufoco. No dia 20 de janeiro, o conde acordou com o aviso enviado pelo telégrafo semafórico da fortaleza do morro do Pico, na entrada da baía de Guanabara: a esquadra real aproximava-se — e ele não conseguira terminar os preparativos. A agitação tomou conta das ruas da cidade e a curiosidade levou o povo a correr para a praia de d. Manuel, nas cercanias do porto, ou a subir os morros do Castelo, de São Bento ou da Conceição, para assistir ao espetáculo que vinha do mar. No fim da tarde, fundearam as sete embarcações portuguesas e mais três barcos ingleses. Para decepção geral — e certo alívio do vice-rei —, apenas as duas irmãs da rainha, d. Maria Benedita e d. Maria Ana, e duas infantas, Maria Francisca de Assis e Isabel Maria, haviam chegado. Desgarrados na tempestade, esses navios foram direto para o Rio de Janeiro e nada sabiam do destino dos demais. Apesar de convidadas a desembarcar, as princesas não aceitaram: não se desce em

solo novo antes da rainha e do príncipe regente. Só o fizeram um mês depois, em 22 de fevereiro, tão logo receberam a notícia de que seus familiares se achavam sãos e salvos na Bahia, e em breve estariam no Rio.

Finalmente, no dia 7 de março de 1808, aportava no Rio de Janeiro a parte mais reluzente da corte. A cidade literalmente parou. Residências, lojas e repartições públicas fecharam. Tão logo foi avistada no horizonte a esquadra real, deu-se o sinal para o início das homenagens: nas igrejas os sinos repicavam, enquanto nas ruas explodiram os foguetes. Embarcações no porto e fortalezas em terra estavam engalanadas com bandeiras, flâmulas e galhardetes coloridos. E era de ensurdecer o barulho das inúmeras salvas de canhões seguidas por tiros de fuzis. Não se estranharia se os cansados homenageados tivessem se apavorado pensando que agora a guerra estourara nos trópicos. Mas, naquele caso, o barulho anunciava festa. E, nem bem a frota aportou, começaram as homenagens a d. João e a d. Carlota Joaquina. Mais feliz era a fidalguia portuguesa que, recém-chegada, ia ao reencontro de familiares e amigos que pensavam ter ficado em Lisboa, perdidos na confusão do embarque. O padre Luiz Gonçalves dos Santos — conhecido como padre Perereca por sua compleição franzina e olhos esbugalhados — testemunhou, com seu conhecido entusiasmo laudatório, os momentos do desembarque.[15]

A família real, porém, não desembarcou naquele mesmo dia. As solenidades determinadas pela Câmara desde 16 de janeiro tiveram que esperar até a manhã seguinte, quando os viajantes já teriam se refeito da longa jornada. Assim, por volta das quatro horas da tarde do dia 8 de março, a família real — com exceção de d. Maria I — tomou o bergantim que a levaria para terra. Era hora de o povo encontrar, ao vivo, personagens só vistos em gravuras, folhetos ou moedas. Os membros da corte foram recebidos pelo Senado, pelo clero e pela nobreza da terra, todos portando suas melhores vestimentas e perucas empoadas. Não obstante, se havia a expectativa de ver um casal de regentes altivos, com manta de púrpura e arminho, esta foi frustrada. Ele era baixo, de rosto comprido, testa larga, olhos arregalados, lábios carnudos, queixo caído terminando em papadas, barriga proeminente, coxas grossas e ar tímido. Ela, também baixa, angulosa, ossuda, lábios finos e encimados por um leve buço, com algumas verrugas no rosto e mandíbula saliente, manquitolava e tinha os olhos marejados de lágrimas (ver imagem 45).[16]

Entretanto, decepções seriam postas de lado, uma vez que o cerimonial não podia mais esperar. Num altar em frente ao cais, armado especialmente para a ocasião, aspergiu-se água benta na família real, acendeu-se incenso, e a Santa Cruz foi oferecida a d. João para que ele a beijasse. Depois, formou-se um cortejo composto de autoridades, civis, militares, e religiosos de várias ordens, que seguiu a pé até a igreja do Rosário, a catedral da cidade. O percurso estava coberto de areia branca e folhagem aromática: janelas e varandas, ornadas com colchas de damasco ou seda, lançavam flores sobre o préstito. Na rua do Rosário, num grande coreto, entoaram-se hinos em louvor do príncipe, que se convertia rapidamente na realeza do Brasil. Tal qual de um coro de torcida organizada, das ruas partia o refrão: “Viva nosso príncipe, viva o imperador do Brasil”.

Terminada a cerimônia litúrgica, o príncipe regente e família deixaram a catedral e se dirigiram ao agora Paço Real. No largo do Paço, foram erguidas luminárias com alegorias cenográficas feitas em madeira e iluminadas por milhares de lumes em copos de diversas cores, encimados por uma balaustrada repleta de versos de Virgílio. No centro, as armas de

Portugal dispostas no interior de uma esfera serviam de apoio às armas do Senado da cidade do Rio de Janeiro: a América unia-se ao Império lusitano. Dentro do arco central, um grande medalhão com o retrato de d. João foi adornado por uma grinalda de rosas. Em torno, novos símbolos com virtudes atribuídas ao príncipe: religião, justiça, prudência, fortaleza e magnanimidade. À sua frente, duas alegorias circundavam um índio, que representava o Brasil. De um lado, Lísia, como Portugal que chorava a ausência do soberano; de outro, a África. Ajoelhado, coberto por um manto, calçando borzeguins e com o cocar no chão, o índio portava o coração na mão direita e ofertava ao soberano riquezas da terra: ouro e diamantes.

Completava a imagem a nau em que viera o príncipe regente, entrando na baía de Guanabara e sendo saudada pelas fortalezas e pelos versos: "Para a Glória esmaltar do novo Mundo/ Manda o sexto João o Céu amigo". Sobre a imagem de d. João, um céu coberto de nuvens serenas; metáfora fácil de um futuro pacífico. Ali também, versos de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, grande nome do arcadismo brasileiro: "Negras nuvens longe exalem,/ Morte, estrago, horror, veneno,/ E entre nós sempre sereno,/ Seja o Céu, a Terra, o Mar". É interessante pensar que Silva Alvarenga, líder da Conjuração do Rio de Janeiro, e preso menos de dez anos antes por almejar a República, ainda vivia e deveria estar se remoendo por ver seus versos surrupiados para saudar um monarca.

O dia havia sido longo: os soberanos e seu séquito recolheram-se. Para o povo, contudo, a festa no largo do Paço adentraria a madrugada, com fogos, músicas, récitas de poesia e discursos em honra ao príncipe regente, que da janela do palácio a tudo assistia. Bom pretexto para bem recepcionar, mas também para afirmar simbolicamente o novo governo, que chegava sem hora para partir. Em diferentes partes da colônia — São Paulo, Recife, Santa Catarina — pipocavam demonstrações de apoio. Os espetáculos multiplicavam-se e eram caprichados: afinal, a monarquia aportava (ao menos na compreensão local) para ficar. Talvez por isso mesmo a data tenha virado feriado: até 1820, o dia 7 de março foi comemorado no Brasil como o de um novo descobrimento.

HORA DE MOBILIAR A CASA NOVA

O regente, logo que pisou no Rio de Janeiro, deve ter notado o esforço que seria necessário para dar ares mais palacianos à sua nova capital. Tendo deixado para trás palácios como o de Mafra, o seu preferido, e de Queluz, residência de d. Maria I, teria de se acostumar a habitações menores e mais modestas. Mas, se não há rei sem palácio, o jeito era adaptar. D. João, Carlota Joaquina e filhos ficariam acomodados no Paço dos Vice-Reis, agora Paço Real, no largo do Carmo. O prédio ao lado, onde antes estava a Casa da Cadeia e do Senado, foi incorporado ao Paço e ocupado pela criadagem. Por conta da pequena dimensão do palácio, d. Maria I foi hospedada no convento dos carmelitas, e aos religiosos só restou se transferirem para o seminário da Lapa. Porém, o príncipe regente não tardaria a mudar de morada, melhor instalado longe de sua mulher, com quem, desde quando estavam em Portugal, já mostrava sinais de estremecimento. Elias Antônio Lopes, um rico comerciante português, cedeu a d. João uma casa de campo nos subúrbios da cidade, em São Cristóvão, dizendo não ter outro interesse senão "o bem-estar de Sua Majestade". Anos mais tarde, Elias Lopes recebeu, devidamente corrigida, a retribuição ao suposto presente.

Para os fidalgos, funcionários, militares que não tinham onde se estabelecer ou para os que continuavam chegando, foram mantidas as requisições de casas. Alguns proprietários locais se defendiam da "invasão de fidalgos", "simulando ou mesmo realizando obras perfeitamente dispensáveis nas suas residências". Obras eternas…[17] Outros simplesmente se faziam de desentendidos. E a fúria da população se virou contra personagens do segundo escalão, denominados de "toma-larguras".[18] Enquanto isso, haja moradia para os que apareciam e se juntavam aos 60 mil habitantes da cidade.

Os comerciantes que já moravam no Rio de Janeiro, a maioria deles portugueses, não aceitaram de bom grado a presença dos compatriotas que, privilegiados pela Coroa, foram ocupando seus lugares. O governo percebeu que precisava amenizar tensões, atraindo os negociantes lesados bem como os proprietários de terra locais. E, para tanto, nada como um título de nobreza ou outra distinção. Desse modo, sem perda de tempo, foi criado o Registro Geral das Mercês e, em 1810, a Nobre Corporação dos Reis de Armas — para bem organizar o nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras. D. João concedeu, até seu retorno a Portugal, em 1821, nada menos que 235 títulos: onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões.[19] Isso sem contar a instauração da Ordem da Espada e dos títulos de grã-cruz, comendador e cavaleiro. Nesse quesito, o príncipe fez 2630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da Ordem de Cristo; 1422 da Ordem de São Bento de Avis e 590 da de Santiago.[20] Assim, ao lado da nobreza titulada fora do país, surgia, aos poucos, uma nobreza da terra, ávida pelos mesmos símbolos de distinção.

Agora era chegado o momento de efetuar os ajustes necessários para o funcionamento da máquina administrativa na nova sede. Afinal, da colônia seriam encaminhadas ordens para todos os lugares onde vigorava a dominação lusa. Desde que aportara no Rio, d. João deixou clara a intenção, devidamente concebida ainda em Lisboa, de, a partir da colônia, cuidar do Império.[21] Para isso, organizou a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que ficou sob a responsabilidade de d. Rodrigo de Sousa Coutinho. João Rodrigues de Sá e Meneses, visconde de Anadia, que em Portugal já havia sido secretário dos Negócios da

Marinha e dos Domínios Ultramarinos, foi encarregado da mesma pasta. E, para tratar dos assuntos internos da colônia, escolheu-se Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, que atuara como vice-rei no Rio de Janeiro entre 1801 e 1806.

A nova trindade ministerial foi logo ironizada e comparada a três diferentes relógios: um atrasado (d. Fernando Portugal); outro parado (visconde de Anadia), e o outro sempre adiantado (d. Rodrigo), todos girando na direção do monarca.[22] Já nos escalões mais baixos, o número de funcionários aumentava, inflando e emperrando a máquina administrativa, uma vez que muitos cargos foram sendo criados apenas para atender os recém-chegados, que reclamavam sua subsistência. A maior parte dos emigrados — monsenhores, desembargadores, legistas, médicos, empregados da casa real, os homens do serviço privado e protegidos do monarca — comportou-se como uma "chusma de satélites". "Eram os vadios e parasitas [...] que continuariam no Rio de Janeiro o ofício exercido em Lisboa: comer à custa do Estado e nada fazer para o bem da nação."[23] A máquina inchava e, para dar conta das novas despesas, geraram-se impostos pelo Brasil todo. Foi em tom de brincadeira séria que a população denunciou a corrupção nessa corte voraz: "Quem furta pouco é ladrão/ Quem furta muito é barão/ Quem mais furta e esconde/ Passa de barão a visconde".

Também as instituições que existiam em Portugal foram transplantadas para o Brasil, com o mesmo espírito de rotina burocrática. A ideia era criar a nova sede tomando a administração de Lisboa como espelho: "Organizar o império [...] seria reproduzir a estrutura administrativa portuguesa no Brasil e colocar os desempregados".[24] Assim, o governo tratou de instalar suas áreas estratégicas de atuação — segurança e polícia, justiça, fazenda e área militar. Mas não começou do zero: a Coroa sempre administrou e controlou o Brasil baseada no código legal que vigorava em Portugal desde o século XVII, as Ordenações Filipinas. A administração da metrópole estendia-se até a colônia num organograma hierárquico centralizado no Paço, em Lisboa, e que abrangia o governo-geral do Brasil, o governo das capitanias e o das Câmaras Municipais. Dessa maneira, o processo de implantação foi tanto de sobreposição e fusão quanto de adequação, tudo de acordo com as Ordenações, que guardavam o poder do soberano: "O rei é lei animada sobre a terra e pode fazer lei e revogá-la quando vir que convém fazer-se assim".[25] A estrutura judicial já contava, no Brasil, com o Tribunal da Relação, vinculado à Casa da Suplicação, sediada na capital portuguesa.[26] Agora, a própria Casa de Suplicação era instalada na colônia, absorvendo o Tribunal da Relação. Outros antigos tribunais lusitanos vieram na bagagem: o Desembargo do Paço, instância superior no organograma, e a Mesa da Consciência e Ordens, que mantinha o vínculo com o arcebispado brasileiro.[27]

Ameaças por estas bandas não faltavam: se na Europa elas vinham do exemplo da Revolução Francesa, aqui, além dos ideais iluministas e da influência do republicanismo norte-americano, os ventos sopravam da própria vizinhança. E, para reforçar a política de centralização, logo em 5 de abril de 1808 foi fundada a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que em Portugal existia desde 1760. E quase tudo era caso de polícia: a guarda da pessoa real e sua organização, o estabelecimento de quartéis, as obras municipais, a fiscalização dos teatros e diversões públicas, a matrícula dos veículos e embarcações, o registro dos estrangeiros e a expedição de passaportes, o controle de festas públicas, a detenção de escravos fugidos, a perseguição e prisão daqueles que se opusessem ao governo. Era necessário estabelecer uma estrutura de defesa, e é nesse contexto que se

explica, entre outras medidas, a criação do Arquivo Militar, para a elaboração e guarda de cartas e mapas do Brasil e dos domínios ultramarinos. Em 1810, junto com a Artilharia e Fortificação, foi instituída também a Academia Militar — para o ensino das ciências matemáticas, física, química, história natural, fortificações e defesas.[28]

Se é verdade que na época da chegada de d. João já havia instituições na colônia, com a corte estacionada nos trópicos o processo se tornava muito mais complexo. E tantas mudanças ampliavam, de quebra, as condições de autonomia local. É nessa direção que se pode entender a criação de um Banco do Brasil, ainda em 1808. O objetivo expresso era agilizar e atender interesses do comércio, mas as consequências ultrapassavam, em muito, as amarras metropolitanas.

O que estava acontecendo era realmente novo, não tinha como haver sido imitado: a colônia transformava-se em sede da metrópole. Foi se produzindo uma enxurrada de documentos para concretizar tal inversão: decisões, legislação, papéis diplomáticos e todos os atos das repartições do real serviço. Precisava-se, porém, publicar essa massa de documentos, com o óbice de que oficinas tipográficas eram proibidas na colônia.[29] A saída foi a criação de uma Impressão Régia, em 13 de maio de 1808, no dia do aniversário de d. João. Além da obrigação de publicar a documentação oficial, o decreto previa a impressão de obras e livros. Mas a abertura da atividade de edição trazia também restrições: entre as atribuições da junta diretora constava o exame de tudo que se mandasse publicar e o impedimento da impressão de papéis e livros cujo conteúdo contrariasse o governo, a religião e os bons costumes. A censura colava-se à real tipografia, preocupada em impedir a divulgação de ideias que ameaçassem a frágil estabilidade da Coroa portuguesa.[30]

Mas a Impressão Régia já nasceu com o trabalho atrasado. Para dar uma noção do acúmulo, basta dizer que, até 1822, foram publicados 1427 documentos oficiais.[31] Mais: pequenas brochuras, folhetos, opúsculos, sermões, prospectos, obras científicas, obras literárias, traduções de textos franceses e ingleses sobre agricultura, comércio, ciências naturais, matemática, história, economia política, filosofia, teatro — óperas e dramas —, romance, oratória sacra, poesia, literatura infantil, enfim, ali se imprimia de tudo um pouco, desde que tivesse passado pela peneira da censura. Foram 720 títulos, até o ano da Independência. Além disso, a cada aniversário, natalício, exéquias, ou fosse qual fosse a comemoração, montanhas de papel eram impressas.

Dos prelos da Impressão Régia saiu o primeiro periódico brasileiro: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Seu número inaugural circulou num sábado, 10 de setembro de 1808.[32] O periódico era semanal, mas a partir do segundo número seria publicado aos domingos e às quartas-feiras. Produto de um órgão do governo, o jornal era redigido pelo frade Tibúrcio José da Rocha, oficial da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, e nunca ocultou seu papel de "propaganda do Estado". Seria, pois, o veículo certo para divulgar feitos da monarquia que contribuíssem para expandir sua própria imagem. O conteúdo da *Gazeta do Rio de Janeiro*, porém, não passava da reprodução de atos oficiais, de elogios e reverências à família real, e de textos traduzidos de jornais europeus. Até 1814, acompanhava-se também o andamento da guerra que se desenrolava na Europa, dando-se sempre destaque às vitórias contra Napoleão. Tais notícias, copiadas de matérias publicadas no estrangeiro, não escondiam parcialidades: os franceses eram "pragas que assolavam a Europa", e a saída de d. João, "um plano certeiro".[33]

Mas nem todos ficavam agradados com o oficialismo do periódico. "[Gasta-se] tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga", era queixa de Hipólito José da Costa Pereira Furtado. Brasileiro, morou em Portugal, onde foi diretor da junta da Imprensa Régia em Lisboa. De funcionário, passou a inimigo do governo luso; acusado de ser maçom, foi perseguido pela Inquisição e detido de 1802 a 1804, quando fugiu da prisão e foi para a Inglaterra. Três meses antes de surgir a *Gazeta*, Hipólito da Costa lançou o seu próprio jornal, *Correio Braziliense*, em Londres. O periódico era mensal e durou até 1822. Sem meias palavras,

muito bem informado, livre de censura e com inspiração iluminista, Hipólito redigia notícias, resumos analíticos, comentários e críticas sobre os acontecimentos políticos da época. Embora o *Correio* tenha sido proibido de entrar no Brasil, circulava clandestinamente pelas capitanias.

Percebe-se que até 1810 as atenções se concentraram mais nas medidas administrativas. Após 1811, contudo, abriram-se as comportas para um verdadeiro "banho de civilização". A primeira medida foi construir um Horto Botânico nos moldes do que existia em Lisboa, no Paço da Ajuda, onde se realizavam experiências e se colecionavam exemplares. O similar brasileiro, localizado no parque da lagoa Rodrigo de Freitas, e desenvolvido como área de aclimatação e ostentação de especiarias e plantas "de proveniência exótica", foi criado nesse mesmo ano.[34] Ali se semearam pés de cravo-da-índia, de pimenta-do-reino, cana de Caiena, árvores de cânfora, canela, cinamomo, noz-moscada, e, entre as frutíferas, a fruta-pão, a fruta-de-conde, mangueiras, jaqueiras, jambeiros, caramboleiras e amoreiras. Das Antilhas veio a *Oreodoxa oleracea*, a palmeira-real, que d. João plantou com suas próprias mãos. Também em 1810 se iniciou a experiência da cultura do chá com plantas importadas de Macau, para cujo trato se acertou a vinda de uma colônia de cerca de duzentos chineses. Em 1819, com o nome de Real Jardim Botânico, o parque da lagoa Rodrigo de Freitas foi anexado ao Museu Real e aberto ao público.[35]

Em 1816 inaugurou-se uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e criou-se um Museu Real, mediante decreto de 6 de junho de 1808, cuja função seria "estimular os estudos de botânica e zoologia no local".[36] O museu não possuía, porém, acervo, e por isso foi aberto com uma pequena coleção doada pelo próprio d. João; esta se compunha de peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais, que lhe davam um ar de "gabinete de curiosidades". Em meio a esse conjunto de medidas é que se abriu a Real Biblioteca. A conhecida e valiosa Livraria dos Bragança não ficaria em Portugal: perdeu a primeira viagem em 1807 — restando esquecida no porto de Lisboa —, mas chegou logo depois, em três levas, tornando-se acessível ao público em 1814.[37]

Para sustentar a presença e o aparato da corte, das repartições e dos funcionários da administração, os habitantes da terra tiveram que pagar um bom preço. A metade do dinheiro circulante em Portugal e os 80 milhões de cruzados em ouro e diamantes que vieram nos baús da família real não deram nem para o começo. O próprio Banco do Brasil quase que apenas custeava a despesa real, os tribunais, as pensões e soldos.[38] Os encargos eram pesados e a insatisfação popular crescia. Para piorar, não dava para esconder o desperdício praticado na casa real. A despesa da ucharia tornou-se símbolo de esbanjamento. Note-se a modesta ração diária ingerida pela aia do neto de d. João, o infante d. Sebastião: três galinhas, dez libras de carne de vaca, meia de presunto, dois chouriços, seis libras de porco, cinco de pão, meia de manteiga, duas garrafas de vinho, uma libra de velas, uma de açúcar, café, frutas, massas e folhados, legumes, azeites e outros temperos.[39] Só no ano de 1818 consumiram-se no Paço, por dia, 620 aves.[40]

Se o Brasil lucrava politicamente com a transladação da corte, o preço interno era alto. Os impostos subiam ao mesmo tempo que a máquina se agigantava.[41] A construção imperial tinha muito de retórica política: a Coroa tentava desfazer a má impressão criada na Europa por sua retirada súbita para os domínios americanos.[42] Não obstante — e a despeito dos usos desiguais da máquina de governo —, não há como negar que, da chegada da corte ao

Rio de Janeiro até a Independência, a aceleração político-administrativa que se impôs resultou na construção de um caminho que, embora não fosse de todo previsível, era irreversível. Quase Europa, quase império, aí estavam os impasses de um território que, não sendo exatamente metrópole, aos poucos deixava de ser colônia, ao menos no sentido mais tradicional do termo.

Já fazia seis anos que d. João adotara os trópicos. Afinal, na colônia é que se livrara de sua incômoda gota, assim como se distanciara da complicada política europeia que, mesmo com a derrota de Napoleão em 1814, ainda estava sujeita a querelas, discórdias e disputas territoriais. Estamos agora no tempo da Santa Aliança, quando uma coligação formada pela Rússia, Áustria e Prússia se reuniu no Congresso de Viena, entre 1814 e 1815. Foi nessa magna reunião diplomática, organizada logo depois da queda definitiva de Bonaparte, que se consolidou a restauração das dinastias monárquicas do Antigo Regime e se negociou de forma coletiva um rearranjo europeu. Apesar de os novos tempos sinalizarem políticas pacificadoras e uma volta aos velhos modelos europeus banidos pela Revolução, d. João permanecia assustado. A favor da atitude do príncipe regente, pode-se dizer que a situação andava um tanto mudada e que o Rio mal lembrava aquela "espécie de Lisboa, irregular e ainda assim banal"[43] que recebera a corte. A população aumentara muito — da casa dos 60 mil habitantes pulara para a dos 90 mil —,[44] e todo o espetáculo das ruas se alterara, com "gente de todas as raças, múltiplas cores e costumes variadíssimos".[45]

Mas a cidade continuava tacanha, ao menos na versão dos estrangeiros. Dizia Luccok que a capital do Brasil era "uma das mais sujas associações de seres humanos sob o céu". Ainda que houvesse mudanças, conservava-se a antiga rotina e o Paço não fugia à leseira local. O príncipe, por exemplo, recolhia-se após o almoço à sala fresca do Paço. O ócio era rompido apenas pelo berreiro dos infantes, que insistiam em desafiar os macacos nas gaiolas, provocavam os cães, e com gestos atiçavam os papagaios, cacatuas e araras.[46]

Certa passagem pitoresca na vida de d. João é narrada com frequência: tendo sido picado por um carrapato, o príncipe recorreu aos banhos de mar, atendendo a conselhos médicos. Como a pele inchara e lhe trouxera dificuldades de locomoção, para percorrer as distâncias mais curtas ele passou a usar "cadeirinhas" — feitas para um passageiro e sem rodas, eram sustentadas nos ombros de escravos.[47] Verdade ou não, na rua Direita e na rua do Ouvidor a moda pegou, e logo se viram diversas cadeirinhas circulando por ali. Fora desses endereços "elegantes", em geral se utilizavam para distâncias curtas carroças que tinham cortinas, e eram puxadas por mulas e guiadas por um escravo que seguia a pé ou num carro tracionado por bois; para as mais longas, usavam-se carruagens para quatro ou dois cavalos.[48] Era também possível alugar criados "com toda decência" para conduzir os veículos. Os transportes, no entanto, costumavam ser caros e de má qualidade, conforme se queixava o prussiano Von Leithold, em 1819, dizendo que eles mais se assemelhavam "aos carrinhos de feira".[49]

Continuavam faltando igualmente diversões e os requisitos mínimos para uma vida em sociedade. O Passeio Público, construído entre 1779 e 1783, foi por muito tempo o maior dos atrativos no Rio de Janeiro. Já as touradas, bastante animadas, realizavam-se no Campo de Santana. Leithold acompanhou uma em que "portugueses, brasileiros, mulatos e negros vaiaram do princípio ao fim. Um tourinho magro, cuja ira alguns figurantes paramentados procuravam em vão provocar com suas capas vermelhas, permanecia fleumático".[50] Havia, ainda, o Real Teatro de São João, fundado em 1813, e durante dez anos o único na cidade. Na música d. João soube combinar artistas vindos do exterior com representantes locais. Por essa razão, cercou-se de profissionais como o compositor pardo José Maurício, que

pontificou até 1810 em todas as funções musicais sacras e profanas, quase sem concorrência, e acabou ficando conhecido, com boa dose de exagero, como "Mozart brasileiro";[51] isso até a chegada de Marcos Antônio Portugal, músico habituado aos gostos da corte, formado pela escola italiana e com prática de batuta na regência das orquestras de São Carlos em Lisboa. E o ofício cresceu: em 1815, a Capela Real possuía um corpo de cinquenta cantores, entre estrangeiros e nacionais.

Na Fazenda Santa Cruz, que pertencia à monarquia e distava sessenta quilômetros da cidade, "forneciam-se" produtos agrícolas mas também "artistas clássicos": todos negros. Os escravos dessa propriedade, além de trabalharem nas lavouras, eram iniciados na música sacra, formando corais e tocando instrumentos. Esses músicos foram ganhando fama, e a escola recebeu a denominação de Conservatório de Santa Cruz. Embora a fazenda estivesse passando por um processo de decadência financeira, os mestres nunca pararam de exercer seu ofício,[52] e a escola de música granjearia novo impulso com d. João. Em 1817 o prédio foi reformado, e a capela, redecorada, prevendo-se apresentações da orquestra e do coral. Ademais, Santa Cruz tornou-se a residência de verão da família real e sede de solenidades. Os músicos escravos dedicavam muito tempo ao estudo teórico e à prática instrumental, sob orientação de mestres como o próprio José Maurício. Costume inaugurado pelo príncipe regente, os artistas de Santa Cruz seriam constantemente "emprestados" para integrar a orquestra, o coral ou a banda do Paço de São Cristóvão e da Capela Real. Tocavam rabecas, violoncelos, clarinetas, rabecões, flautas, fagotes, trombones, trompas, pistons, requintas, bumbos, flautins de ébano; executavam marchas militares e patrióticas, valsas, modinhas, quadrilhas. Também apresentavam óperas. D. João, amante da música, comparecia ao teatro, nos dias de gala, e às vezes adormecia. Acordava então assustado e perguntava a um de seus fiéis camareiros: "Já se casaram os patifes?".[53]

A nova capital tinha problemas bem originais. Insetos eram tema constante de viajantes que descreviam as especificidades desses "pequenos monstros" de pernas longas: "Pessoa de consideração que reside no Brasil chamou o país por causa deles de terra das bofetadas. Isso porque para nos defendermos dos mosquitos à noite, temos que nos dar bofetadas à esquerda e à direita continuamente".[54] E não era só de mosquitos que eles se queixavam. Ratos e camundongos, baratas, bichos que entravam nos dedos dos pés e cães que ladravam a noite toda faziam o terror dos estrangeiros.

O governo também lidaria com especificidades geradas pela presença e cultura dos africanos e dos diversos grupos indígenas espalhados pela colônia. Por exemplo, em 13 de maio de 1808 o príncipe regente, por meio de carta régia, ordenava ao governador de Minas Gerais que iniciasse uma guerra ofensiva contra os índios antropófagos Botocudo.[55] Chamando os nativos de bárbaros, canibais e praticantes de atos atrozes — "ora assassinando os Portugueses e os Índios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos" —, d. João pedia a eliminação sumária do grupo; em nome da "civilização" e da proteção de "uma sociedade pacífica e doce". Havia ainda o medo de rebeliões negras, fenômeno que ficou conhecido como "haitismo", em alusão à tomada da colônia francesa do Haiti pelos negros. Esse movimento teve a capacidade de exportar o medo (por parte das elites) e a esperança (para os escravizados). Com o intuito de justificar o injustificável, membros da elite local condenavam o que consideravam ser (maus) hábitos dos escravos. Citemos o marquês de

Borba, que deixou depoimento revelador sobre a opinião dos proprietários: "Não há nada que se possa comparar [...] aos pretos, parece isto uma Babilônia infame...".[56]

Aos olhos bastante preconceituosos dos forasteiros, também chamava atenção a população negra: um pilar para a economia da época e por isso "naturalizada" no cotidiano da colônia. A essas alturas a escravidão era ainda uma instituição poderosa nos dois lados da América, com potencial para expansão e sustentação política. E, de tão comum, ela aparecia nas diferentes seções dos jornais, sobretudo nos classificados de venda ou aluguel. Na seção de avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro* podiam ser encontrados, diariamente, anúncios como este:

> Em 1804, fugiu a Manoel Fernandes Guimarães um escravo mulato de idade de trinta anos chamado Joaquim que foi comprado na Capitania do Espírito Santo ao padre Antônio Gomes, tem os sinais seguintes: é oficial de alfaiate e barbeiro, de estatura ordinária, cabelo unido ao casco da cabeça, beiços grossos (o de cima finge dois) e muito picado de bexigas. Quem dele tiver notícia e o queira denunciar, dirija-se à casa de Manoel Gomes Fernandes na rua Direita nº 26 aonde receberá o prêmio de 40$000 rs. [6/6/1810][57]

Por seu turno, a população escravizada reagia promovendo fugas, rebeliões e assassinatos, ou partindo para a ironia contra a corrupção dos brancos: "Sinhô branco também furta/ Nosso preto furta galinha/ furta saco de feijão/ Sinhô branco quando furta/ Furta prata e patacão/ Nosso preto quando furta/ Vai parar na [Casa de] Correção/ Sinhô branco quando furta/ logo sai sinhô barão".[58]

Africanos e escravizados realizavam atividades de toda espécie. Eram barbeiros, vendedores de frutas ou de angu, quituteiras, carregadores de peso ou das elegantes liteiras — neste caso trajando vistosas librés —, meninos de recado, jornaleiros (que ganhavam por jornada), "cata-piolhos", marceneiros, negros de ganho... Estes últimos, muito numerosos, podiam ser alugados por um dia, uma semana ou um mês, e compunham categoria à parte. Prestavam serviços diversos: vender mercadorias, carregar água e lenha, transportar cadeirinhas... e eram regulados por uma "postura do Senado da Câmara".[59] Para que se possa ter uma ideia do enraizamento desse tipo de mão de obra, basta dizer que, na década de 1820, a corte possuía em torno de 38 mil escravos, numa população total de cerca de 90 mil habitantes; isso sem considerar os africanos livres, que literalmente dominavam o espaço urbano.

Tratava-se, desde Roma, da maior concentração de escravos, com a particularidade de que, no Rio de Janeiro, seu número se equilibrava com o dos descendentes europeus. Mas a balança tendia a pender para um dos lados: com as levas de cativos arrebanhados pelos negreiros, e que não paravam de afluir, a cidade ganhava mais e mais um aspecto africano. Próximo ao Paço, por exemplo, a concentração era de tal ordem, que a região passou a ser chamada de Pequena África. E, de fato, o "Rio mais parecia [uma] cidade da costa d'África",[60] com o desfile de grupos de diferentes origens que portavam, orgulhosamente, escarificações e marcas de nação no rosto e no corpo, numa evidente indicação de que as sociedades inscrevem suas marcas nos corpos de seus indivíduos. Paradoxalmente, a chegada da família real e a concomitante abertura dos portos, em lugar de restringir o tráfico, acabaram por elevá-lo a níveis ainda mais altos.[61] O número de africanos era tão expressivo, e preocupante na visão das elites, que se empreenderam políticas em "prol da povoação branca". Dos Açores vieram casais de ilhéus que recebiam mesadas, moradias,

ferramentas, carros de boi e tudo mais que fosse necessário.[62]

A corte se acostumaria também com um cotidiano de festas, igualmente misturadas. As procissões eram sete e agitavam o Rio de Janeiro: a de São Sebastião, em 28 de janeiro, oito dias depois da festa do padroeiro da cidade; a de santo Antônio, na Quarta-Feira de Cinzas; a do Senhor dos Passos, na segunda quinta-feira da Quaresma; a do Triunfo, na sexta-feira que precede o Domingo de Ramos; a do Enterro, na Sexta-Feira Santa; a do Corpo de Deus, em junho, e a da Visitação, em 2 de julho.[63] Nessas ocasiões, até mesmo a corte e seus figurões, com uniformes bordados, saíam em desfile, juntamente com o infalível cortejo de soldados, estandartes religiosos e cantores da Real Capela. Além das procissões, foguetórios, leilões, batuques, fandangos, cavalhadas, a queima do judas no Sábado Santo, a festa do Imperador do Espírito Santo, os aniversários da realeza, as datas religiosas… Qualquer motivo era bom para tirar a cidade da aparente calma semanal.

Essa mania festeira não era, porém, invenção local. Tanto portugueses como africanos, em seus países de origem, tinham o hábito de assistir a cortejos reais e procissões. No entanto, no reino distante as festas cumpririam função ainda mais estratégica e simbólica. As aparições públicas do príncipe d. João — seja nos cortejos reais, seja nas procissões — vinculavam sua imagem à própria representação do Império lusitano, espalhado pelos quatro cantos do mundo e governado, agora, a partir da colônia.

E novas datas seriam adicionadas ao já carregado calendário: eram os festejos da monarquia. Em 16 de dezembro de 1815, na véspera da comemoração do 81° aniversário de d. Maria I, d. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, e transformou a colônia em sede do Império português. A medida constituía uma sorte de homenagem àquela terra que ele habitava havia sete anos. Mas o ato tinha, ademais, contornos políticos, econômicos e diplomáticos: desembaraçava o comércio; respondia às demandas inglesas, e, de quebra, buscava esquivar-se do destino revolucionário da América inglesa e das colônias espanholas vizinhas. Ou seja, procurava-se evitar o processo de independência, a criação de repúblicas, assim como o pânico da fragmentação.

Afinal, mesmo com as decisões do Congresso de Viena, movimentos revolucionários ecoavam por toda parte, mostrando que a ordem política continuava frágil. A Polônia passava por um processo revolucionário; na Rússia, atravessava-se um processo de reformas; Prússia e Áustria seguiam lutando pela hegemonia germânica; Suécia e Dinamarca se opunham por conta da Noruega; Bélgica e Holanda não logravam mais permanecer unidas, e, enquanto Nápoles virava um campo de experimentos liberais, a Espanha servia de sede para reações absolutistas.

Enfim, para onde quer que se olhasse, a situação revelava-se pouco segura, oferecendo motivos de sobra para dissuadir d. João de sair do país. Desse modo, a elevação do Brasil a reino, além de visar a manutenção da integridade territorial, significou a resposta lógica a uma série de impasses. De um lado, era inegável que alguma autonomia seria necessária, já que, agora, todos os negócios se arranjavam a partir da colônia. De outro, a medida joanina foi recebida com apreensão pelas potências coligadas, as quais pediam ao príncipe que, cimentada a paz geral, retornasse a Portugal e a uma certa “normalidade”.

Assim, só de longe governar parecia fácil, e entre festas o Brasil ia rompendo com as amarras do comércio metropolitano. E não era para menos. O Rio de Janeiro se transformara, desde o tratado de 1810, no grande entreposto brasileiro, e a seus portos afluía e daí partia uma enormidade de produtos. Do Reino Unido vinham fazendas, metais,

gêneros alimentícios e até vinhos espanhóis; da França, artigos de luxo, quinquilharias, móveis, livros, gravuras, sedas, manteigas, licores, velas; da Holanda, cerveja, vidros, linho e genebra; da Áustria, que comercialmente representava o norte da Itália e o sul da Alemanha, relógios, pianos, fazendas de linho e seda, veludos, ferragens, produtos químicos; dos demais territórios da Alemanha, vidros da Boêmia, brinquedos de Nuremberg, utensílios de ferro e latão; da Rússia e da Suécia, utensílios de ferro, cobre, couro, alcatrão; da costa da África, mais especificamente de Angola e Moçambique, ouro em pó, marfim, pimenta, ébano, cera (consumida em quilos pelas igrejas), azeite de dendê, goma-arábica e — a nota revoltante dessa relação — escravizados negros. Contudo, a lógica do mercado não tinha um lado só. O Brasil passava a representar, para as colônias africanas de Portugal, o mesmo papel que antes cumprira Lisboa. Também o comércio português com a Índia e a China se localizou então no Rio, de onde se faziam as reexportações para Lisboa e outros portos europeus, e para o resto da América. Entre as principais exportações locais figuravam o açúcar, o café, o algodão e o fumo do Brasil.[64]

Também a condição política de d. João passaria, finalmente, por mudanças. Em 20 de março de 1816 morria d. Maria I, que havia muito se achava em estado avançado de alienação. Ela dava todos os dias seu passeio de carro pelas ruas da nova capital, sem nada reconhecer. Ia sempre numa liteira, carregada por negros que já tinham se acostumado a lidar com as visões da soberana, a qual dizia encontrar o diabo no caminho e insistia em sair do veículo.[65] A ela, na hora da morte, foram reservadas as honras devidas à sua posição.[66] A pompa da realeza se afirmava na decoração das igrejas, em que predominavam os tons roxos da viuvez, com a construção de capitéis coríntios e cúpulas de veludo preto e galões de ouro e prata. O país inteiro carregaria luto por um ano, mas começava a esperar pela aclamação do novo rei.[67]

O ano de 1817 se iniciaria com mais cerimônias de luto. Nessa relação consta o nome de Antônio de Araújo de Azevedo — o conde da Barca —, que faleceu em junho. Político de atuação conturbada, Antônio Araújo representou, como ninguém, o partido francês e os interesses e costumes da França junto ao governo luso. E a moda desse país tinha vindo ao Brasil para ficar. Desde a pacificação de 1814 — e até um pouco antes — a influência francesa na área cultural era cada vez maior. Nos jornais da época, imigrantes franceses ofereciam seus préstimos e prometiam milagres a quem quisesse aprender a língua da corte dos Bourbon. Costureiras imigradas da França alardeavam serviços para donzelas desejosas de vestir-se nos trópicos como nos calmos climas temperados. Rendas, leques, enfeites, perfumes, chapéus, joias, galões, penachos, laços, bordados de ouro e prata, botas e sapatos de seda: tudo vinha daquela nação. Na Impressão Régia, era possível encontrar tratados em francês, além das primeiras novelas que chegavam a prelo na América portuguesa: *O Diabo coxo*, de Alain-René Lesage, traduzido em 1809; *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre, de 1811. Entretanto, foi a partir de 1815, e com a derrota de Napoleão, que essa voga literária entrou no Brasil para valer. Sofria-se com novelas francesas, assim como se lia a boa literatura iluminista que ia de *Henriade*, poema épico de Voltaire, a *Iphigène*, de Racine. Entre os livreiros locais a presença de títulos franceses era radical, incluindo obras de religião, filosofia, ciências e artes, história, novelas, dicionários, livros de geografia e de anedotas.[68] E, com a abertura das relações com a França, aqui desembarcavam mercadorias finas mas de uso duvidoso. Relógios de parede, candelabros de cristal, lustres, leitos de acaju com cortinas de franjas, mesas de chá e de costura, papel

pintado, porcelanas, cristais, tecidos, plumas, joias, biombos de charão.

Todo esse gosto seria mais acentuado a partir de outra iniciativa dos tempos em que Antônio de Araújo ainda fazia parte das lides do rei. Em 1816 o mesmo conde da Barca seria o incentivador se não do convite, ao menos da boa recepção e alojamento de um grupo de artistas franceses. Foi em 1815 que o marquês de Marialva, encarregado de negócios de Portugal na França, achou por bem apoiar a ideia da vinda de diversos artistas reconhecidos em seu meio que, em consequência da queda do Império de Napoleão e preocupados com as represálias políticas, encontravam-se sem emprego e desejosos de emigrar. A iniciativa partira, na realidade, dos próprios artistas, liderados por Joachim Lebreton, o antigo secretário da Academia de Belas Artes. Já o governo local, ciente da importância da representação artística e, sobretudo, da veiculação de sua imagem positiva na Europa, resolveu arcar com as despesas iniciais do grupo. Quanto aos franceses, vinham cheios de expectativas. Não só fugiriam de uma Europa em guerra como imaginavam conseguir dinheiro fácil, junto a uma corte imigrada e de um povo, diziam eles, sem educação artística formal. No entanto, o país continuava distante, desconhecido, e pouco tempo antes seu príncipe declarara guerra a Bonaparte, que fora outrora o maior patrocinador desses artistas.[69]

O que eles não sabiam era que os planos de, uma vez no Brasil, fundar uma Academia nos moldes da francesa se revelariam melancólicos. Araújo morreria logo após a chegada do grupo e, sem seu principal mecenas, os integrantes seriam tratados com indiferença, além de sofrerem a surda hostilidade dos artistas nacionais e portugueses, que não concordavam em serem passados para trás por um grupo, diziam eles, "de bonapartistas desempregados". Mas oportunidades havia. Com o falecimento da rainha e a futura aclamação do novo soberano, dois atos capitais na vida de uma nação monárquica, os artistas sem demora perceberiam que sua verdadeira função seria construir cenários e dar grandiosidade àquela corte imigrada. Tendo Joachim Lebreton (secretário perpétuo da classe de belas-artes do Instituto Real da França) como líder e os artistas Nicolas-Antoine Taunay (pintor do mesmo instituto), Auguste-Marie Taunay (escultor), Jean-Baptiste Debret (pintor de história e decoração), Grandjean de Montigny (arquiteto), Simon Pradier (gravador) entre outros funcionários, o grupo era anunciado de dois modos: pela diversidade de especializações e pelo perfil profissional de seus membros.[70]

Com os franceses chegava o desejo de montar um aparato laico em relação às artes e a intenção de impor uma "nova cultura artística". Não que não existissem na colônia artistas e aprendizes — muito pelo contrário —, porém não havia até então ensino sistemático. Desde o século XVIII, difundiu-se no Brasil o estilo barroco, que predominou nas maiores cidades, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, e especialmente em Ouro Preto e Sabará, enquanto a forte presença do estilo rococó em Diamantina fez desta a menos barroca e a mais alegre das cidades mineiras. Essa arte colonial respondia às exíguas demandas locais, sendo os trabalhos encomendados, em sua maioria, por autoridades eclesiásticas ou civis, e excepcionalmente por particulares. Também Portugal carecia de pintores acadêmicos. Isto é, lá havia academias, mas a atividade continuava a ser considerada de menor importância e os artistas raramente se dedicavam a pinturas de gênero. Talvez por isso a corte tenha acolhido os artistas franceses, tidos como uma espécie de vanguarda ou ao menos um selo de qualidade. Eram, ainda por cima, educados no estilo neoclássico, o qual na França se pôs a serviço da Revolução e trabalhou em nome da criação de sua memória.

E o modelo se encaixaria, ao menos teoricamente, de forma perfeita nos planos do governo de d. João, que pretendia animar um projeto palaciano a partir da expertise desses artistas. Aliás, diante da inexistência de um mercado de artes, o grupo não teria outra chance senão se filiar exclusivamente à família real e à agenda de datas que a monarquia mandava comemorar. Às exéquias de d. Maria sucederiam cerimônias de gala, substituindo os ornatos fúnebres por arcos triunfais e iluminações, por ocasião da vinda da futura imperatriz do Brasil, em 1817, e da aclamação de d. João em 1818. Os artistas seriam responsáveis, ainda, por várias obras urbanísticas e grandes monumentos, bem como criariam arquiteturas efêmeras, onde se exibiam comemorações públicas associadas ao Estado.

Assim, se a primeira encomenda feita ao grupo, e mais especificamente a Montigny, foi o projeto de construção de uma sede para uma futura e sempre postergada Academia de Belas Artes, já a agenda de festas seria bem mais carregada. E nesse departamento aqueles artistas obteriam sucesso. De um lado, eles trariam o modelo neoclássico europeu, com seus exemplos grandiosos retirados da Antiguidade. De outro, numa colônia que tentava interiorizar a metrópole[71] mas continuava marcada pelo trabalho escravo, encontrariam dificuldades em "traduzir" o mesmo modelo, que por aqui soaria um tanto falso e postiço (ver imagem 44). Estamos ainda em finais de 1816 e o grupo francês, decididamente, não andava bafejado pela sorte. Para piorar, as duas atividades planejadas para inícios de 1817 — a aclamação de d. João e a comemoração da chegada da princesa d. Leopoldina, futura esposa do príncipe herdeiro d. Pedro — precisariam ser adiadas em função de uma revolução que estourara em Pernambuco em 6 de março do mesmo ano. A transitoriedade dos arcos, a fragilidade dos cenários e varandas, teriam que aguardar até que a paz voltasse a reinar nestes cantos tropicais.

AGITAÇÃO À VISTA: QUE SE RETARDE A COROAÇÃO

Se até então d. João entendera a estada em sua colônia tropical como um idílio, a partir de 1817 uma nova realidade lhe estorvaria o pacato cotidiano. Além dos impasses gestados pelo movimento que estourou em Pernambuco, dois conflitos agitariam a política externa do regente: a questão da Cisplatina e o tema recorrente do fim do tráfico de escravos.

Em primeiro lugar, a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil abrira outro capítulo nas relações diplomáticas. E uma das atitudes iniciais da política externa de d. João na colônia foi a declaração oficial de guerra contra a França. Na sequência ele enviou expedição para ocupar Caiena (atual Guiana Francesa), como demonstração de sua nova postura, mais ofensiva. Não se sabe se a conduta foi resultado da instalação da família em terras tropicais; se era consequência do conhecimento das recentes atitudes do exército de Junot; ou, ainda, se se tratava de uma reação esperada para selar a aliança com a Inglaterra. De toda maneira, motivado pela beligerância, agora formal, o governo de d. João conseguiu uma rendição da colônia francesa em 12 de janeiro de 1809. A situação assim permaneceu até que, no Congresso de Viena, decidiu-se que Portugal devolveria à França o território anexado. E, apesar de a questão ter sido definida em 1815, a restituição só se daria dois anos depois.

Os problemas diplomáticos não se resumiam, contudo, a tal questão localizada. Nesse meio-tempo Napoleão destituiu Carlos IV do trono da Espanha, despojou o herdeiro Fernando VII de seus direitos e acabou por agitar o cenário americano, precipitando o movimento de separação. No Brasil, a questão do Prata era observada por Carlota Joaquina, que, sendo irmã de Fernando VII, julgava-se no direito de ocupar seu lugar, ao menos no que dizia respeito às colônias espanholas. Mas os projetos da esposa de d. João logo fizeram água, até porque o marido tinha poucos motivos para confiar nela. A ocasião surgiu em 1811, quando na Cisplatina, território que hoje corresponde ao Uruguai, deu-se início ao processo de independência. Sob o pretexto de auxiliar a província e impedir a invasão dos vizinhos, o regente colocou as tropas portuguesas em prontidão. Em 9 de julho de 1816, data em que foi declarada a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata — antigas províncias do vice-reinado espanhol do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires —, o conflito estourou em proporções maiores. Novamente o governo joanino interveio: a alegação oficial era evitar invasões, porém a intenção não explícita era anexar ao Brasil a assim chamada Banda Oriental — nome da parte do território do Império espanhol localizado a leste do rio Uruguai, costeando inclusive os atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, e que em nossos dias corresponderia ao estado do Rio Grande do Sul — além do atual Uruguai. Estava em jogo o controle do estuário, por onde afluía todo o comércio do extremo sul. Enquanto d. João pensava em consolidar uma espécie de imperialismo interno à região e com marca lusa, Carlota Joaquina se lembrava dos direitos da Coroa espanhola (ver imagem 48).

Mas também em outras searas internacionais a política de d. João precisaria se impor. Nesse âmbito, a filosofia do nosso regente consistia em “manter as coisas como estão, para ver como é que ficam”, máxima que não era fácil adotar quando a questão envolvia o tráfico de escravos. Proibido no Brasil em 1810, pelo Tratado de Paz e Amizade com a Inglaterra, tal comércio seria matéria para muito debate e uma longa campanha de quase

meio século. De acordo com o artigo 10 desse tratado, o príncipe, dizendo-se "convencido da injustiça e má política do comércio de escravos", comprometia-se a acompanhar esforços dos ingleses no sentido de proibir o tráfico aos súditos fora dos seus domínios africanos. Se o avanço não era do tamanho das pretensões da Inglaterra, que abolira o tráfico em seu império e tencionava fazer o mesmo no restante de seus domínios, e assim favorecer o comércio mercantil, pelo menos tornava ilícito o negócio negreiro. Ou melhor: quando o tráfico era realizado fora dos domínios portugueses, os navios negreiros poderiam ser legalmente apresados. Entretanto, por mais aparelhada que fosse, a Inglaterra não conseguiria capturar todos os navios, e nada podia perante o corpo mole da política lusitana: tudo era feito apenas "para inglês ver".

A questão não era simples, e as hesitações de d. João, nem um pouco sigilosas. Em 1815, o tema voltou à pauta de negociações. Durante a realização do Congresso de Viena foi aprovada uma cláusula que abolia o comércio de escravos em todo o hemisfério Norte, o que retirava de Portugal um grande manancial de cativos que provinha das regiões setentrionais da África. De sua parte, o regente não só concordou em abolir o tráfico ao norte do equador, como afirmou que exigiria melhores tratamentos para a população escravizada. No entanto, numa sociedade escravocrata como a brasileira, esse tipo de regulamentação tendia a ser engavetado (ver imagem 50). Entre o estatuto legal e a realidade havia imenso abismo, o qual não era possível transpor somente com decretos. Ademais, a atitude de d. João sempre foi aceitar de um lado e descurar do outro, como se com isso ele ganhasse tempo, naquela causa sabidamente perdida. E tome pressão. Até o rei da França, em carta de 24 de novembro de 1818, instava a "seu bom irmão e primo" que abolisse de vez o tráfico. Um pouco mais tarde, como resultado das deliberações do Congresso de Aix-la-Chapelle, outros membros da Santa Aliança se posicionaram no mesmo sentido.

As medidas atingiam não somente o tráfico; acertavam em cheio o próprio sistema escravocrata. Interessante notar que só a partir desse contexto as práticas violentas, que sempre fizeram parte do sistema, viravam matéria de denúncia pública; revelavam-se as péssimas condições da viagem, assim como a desumanidade com que os africanos eram apressadamente desembarcados em terras brasileiras e iam para o Valongo — o maior mercado de escravos do país, situado no Rio de Janeiro, a pouco mais de um quilômetro do palácio (ver imagem 49). Em 1817 havia pelo menos vinte grandes estabelecimentos no Valongo, nos quais mais de mil cativos, a maioria do sexo masculino, com idade entre seis e 24 anos, ficavam expostos.[72] Mas, a despeito do ignominioso espetáculo, as atitudes do governo não passavam de paliativos. Nesse mesmo ano, nova vitória abolicionista daria à Grã-Bretanha o direito de vistoriar em alto-mar qualquer navio suspeito de transportar escravos. O acordo tinha validade de quinze anos, e Portugal se comprometeria a encerrar sem demora o tráfico. Era, simultaneamente, muito e muito pouco.

Internamente, porém, o apoio à política de d. João começava a conhecer, cada vez mais, vozes destoantes. Estamos em 1817, ano em que estoura em Pernambuco o amplo movimento que rapidamente se transformaria na "pedra no sapato" da política joanina. Afinal, se até então o Império se mostrara bastante unido, no Norte, reagia-se agora às "pesadas contribuições e excessivas conscrições" provocadas pela conquista da Banda Oriental, "no que o povo do Brasil não só não tem parte, mas julga contrária aos seus interesses".[73] Era assim que o jornalista Hipólito da Costa expressava a insatisfação

dispersa pelo restante da colônia: a montagem de um novo aparelho de Estado custara caro! Em consequência, o peso dos impostos aumentava, bem como a desigualdade regional. Em suma, o sentimento imperante nas regiões afastadas da corte era o de que, com a vinda da realeza, o domínio escorregara de uma cidade distante para outra: de Lisboa para o Rio de Janeiro. Acresce a isso o fato de Pernambuco passar por um momento difícil, combinando-se dois fatores deletérios: a continuada queda no preço do açúcar e do algodão com a alta constante no preço dos escravos. Como se não fosse suficiente, o ambiente tornava-se ainda pior com a má fama do governador Caetano Pinto Montenegro, cantada em verso e prosa: "Caetano no nome; Pinto na falta de coragem; Monte na altura e Negro nas ações". Há quem acredite igualmente que "as abomináveis ideias francesas" chegavam fácil ao Recife, iluminando essa que seria "uma revolução bibliográfica",[74] à base de autores como Raynal, Rousseau e Voltaire. Também as filosofias que incendiaram a independência dos Estados Unidos encantaram os revoltosos. Tanto que um dos líderes pernambucanos, o Cabugá, foi para lá pedir apoio.[75]

Fosse qual fosse a inspiração, a própria conjuntura aceleraria o andar do movimento. Nesse mesmo ano, uma recessão generalizada — provocada pela flutuação no preço dos produtos exportados — levou a uma grita geral. Além de haver nos centros financeiros europeus uma baixa de produtos brasileiros importantes, como o açúcar e o algodão, uma intensa seca assolou o Nordeste, acabando com a já insuficiente lavoura de subsistência local. O povo sentia a carestia, e jogava na corte e em seus impostos a culpa por tantos males. Com motivos de sobra montou-se, então, uma insurreição, unindo setores dispersos: comerciantes, grandes proprietários, membros do clero, militares, juízes, artesãos, e uma camada de homens livres que lhe conferiu um perfil mais radical e popular. Basta dizer que os revolucionários tomaram o Recife em 6 de março e implantaram um governo provisório baseado na "lei orgânica" que proclamou a República, estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, sem tocar no espinhoso problema da escravidão.

Mas, enquanto a cidade toda iluminada brilhava, o conde dos Arcos preparava a repressão. E a reação portuguesa foi rápida: organizou-se uma tropa que bloquearia a capital rebelde e os portos adjacentes. Além do mais, reforços chegavam do Rio, com uma força terrestre de mais de 8 mil homens. Diante disso, o desânimo e a falta de entendimento se abateram sobre os revoltosos. E as divisões internas deixariam a situação insustentável. Já d. João, que fora obrigado a adiar sua aclamação, não iria medir recursos no combate à revolta.

Em 19 de maio as tropas lusas desembarcaram na cidade, encontrando-a abandonada e sem liderança. Nesses momentos — como na Conjuração Mineira de 1789 e na Conjuração Baiana de 1798 — a Coroa exibiu seu braço forte, esbanjando demonstrações de poder em registro político e simbólico. Mais uma vez, a repressão virou ato memorável e inscreveu no corpo dos revoltosos a lei e a ordem. Não só no Recife, como em Salvador e na Paraíba, rebeldes seriam executados, conforme sentença exemplar: "Depois de mortos serão cortadas as mãos, e decepadas as cabeças e se pregarão em postes… e os restos de seus cadáveres serão ligados às caudas de cavalos e arrastados até o cemitério".[76] De novo o governo de Portugal abusava do ritual de repressão na hora de mostrar a extensão de seu domínio. O caso de Pernambuco possuía, porém, raízes profundas; o ânimo da revolta já tinha se manifestado em outras ocasiões, como em 1710. Desenvolvia-se uma "descolonização de consciências",[77] e os recursos teatrais da realeza não faziam mais o

efeito de outrora.

ACLAMAÇÃO E CASAMENTO: BODAS NA CORTE

A derrota dos revoltosos em Pernambuco foi comemorada pela realeza como um sinal de abertura para tempos mais calmos e estáveis. Projetos seriam desengavetados, a começar pela aclamação de d. João. Com efeito, o regente exigiu tudo que podia: entrada solene com direito a beija-mão e muita festa para guardar bem a ocasião. Os festejos se esticariam até a Bahia, onde luminárias, repiques de sinos, salvas de canhão e missas cantariam sua vitória, assim como anunciariam a aclamação, a qual, no contexto, representava momento máximo a celebrar a harmonia entre o futuro rei e seus vassalos. Para completar, estrategicamente, os decretos de 6 de fevereiro de 1818 davam fim às investigações sobre os revoltosos pernambucanos, buscando silenciar a discórdia e reafirmar a magnanimidade do soberano. E a festa não podia falhar, pois, afinal, era a partir dela que o poder se multiplicava.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, fiel na divulgação dos feitos da Coroa, dedicou edição separada ao acontecimento.[78] No dia 11 de fevereiro saía o número que comemorava: "O glorioso ato da Aclamação do Senhor dom João Sexto, Nosso Augusto Soberano, e Modelo dos Monarcas do Universo".[79] Luminárias, comes e bebes, fogos de artifício, retratos reais e emblemas da América e da Ásia proporcionavam ao ritual um caráter memorável. Além do mais, alterando-se a folhinha, fazia-se coincidir a data das Chagas de Cristo com a aclamação,[80] e o calendário cristão ficava dividido entre reis e santos. A comemoração também lucrou com a participação dos artistas franceses (ver imagem 46). Foram erguidos por Grandjean de Montigny três monumentos neoclássicos que evocavam a Antiguidade: um templo grego a Minerva, um obelisco egípcio e um arco do triunfo romano.[81] Montigny contou com a colaboração de Auguste-Marie Taunay, de Debret e dos recém-chegados irmãos Ferrez, e a habilidade da equipe deu a essas obras a grandiosidade necessária, mesmo que à custa de falsos mármores, bronzes e granitos. Agia-se em duas frentes: decorava-se o evento com monumentos tão frágeis quanto o momento político, mas alegorias clássicas e referências à história forneciam às celebrações a tradição que lhes faltava.

Esperava-se com ansiedade a noite de 13 de maio de 1818, quando seria encenado o *Himeneu* — drama alegórico em quatro atos que tecia elogios à monarquia lusitana — e apresentada a pintura *Bailado histórico*, de autoria de J.-Baptiste Debret. Nessa obra, o artista unia os deuses da mitologia clássica aos personagens históricos portugueses. D. João VI em uniforme real era suportado por figuras que caracterizam as três nações unidas — Portugal, Brasil e Algarves —, tendo logo abaixo ajoelhados Himeneu e Amor, com os retratos do príncipe e da princesa. Nas artes o Brasil jamais conhecera pompa semelhante; Debret e Montigny esmeraram-se em dar à corte um ar solene e engrandecedor, e procuraram vincular um Império alijado à heroica Antiguidade clássica.

Era a primeira vez que se fazia uma celebração como essa no Novo Mundo, e o largo do Paço foi cuidadosamente preparado, ao mesmo tempo que se ornamentaram os cortinados com damasco de carmesim e se enfeitaram todos os edifícios da rua Direita, por onde passaria o cortejo. Não faltaram detalhes no cenário efêmero que deixava o rei visível de onde quer que se quisesse observar.[82] D. João, agora de direito VI, enfim se apresentava como rei. E lá vinha ele, portando nos ombros o pesado manto real de veludo carmesim

inteiramente coberto de ouro e ostentando as insígnias de todas as suas ordens. Junto, seguiam o príncipe herdeiro d. Pedro e o infante d. Miguel; logo atrás, vinham as representações oficiais. A parada terminava com o te-déum na Capela Real (ver imagem 47).[83]

No Campo de Santana foram construídas quatro torres com 24 peças, todas iluminadas. Em cada torre um coro de música instrumental tocava sinfonias. No centro desse passeio formou-se uma praça com dezesseis estátuas e uma cascata artificial, que lançava água ao longe, por conta de um repuxo, formando uma cachoeira que se derramava num grande tanque repleto de conchas exóticas. Para iluminar todo o lugar, foram instaladas 60 mil luzes: 102 agulhetas, 64 lustres, um pavilhão chinês, pirâmides de quatrocentos fogos e um teatro de quatrocentas lâmpadas.[84] Para alguns poucos, num salão forrado de damasco foi oferecido um *dessert* em suntuosas baixelas de ouro e de prata. Para a multidão que por lá se acotovelava, houve farta distribuição de refrescos e doces. Enquanto isso, no Teatro de São João, que começava a se afirmar como local por excelência para demonstrações políticas, agitavam-se lenços e se cantavam hinos em homenagem ao soberano.

Até mesmo a aguardada vinda da esposa de d. Pedro, que fora igualmente atrasada pela rebelião em Pernambuco, voltava a seu curso normal. Um pouco antes da aclamação chegaria a arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina, sobrinha de Maria Antonieta — a rainha decapitada pela Revolução na França. Pode-se imaginar o grau de tensão e a importância das negociações diplomáticas da regência de d. João em território americano. O casamento do príncipe herdeiro do Império dos Bragança era peça preciosa nesse jogo, uma vez que matrimônios entre reis são antes grandes negócios de Estado. Não que a missão de Marialva em Viena, de conseguir uma esposa para d. Pedro, tivesse sido difícil; ao contrário: quando o ministro lá chegou, os obstáculos já estavam derrubados, e sua atuação foi breve.[85] Ademais, e para fechar a conta, tudo parecia contribuir: a nobreza da origem do príncipe, a riqueza e a vastidão do Império lusitano, e inclusive a bonita figura do noivo, que era conhecido como o único varão em meio às fealdades reais disponíveis. Já Leopoldina, por contraposição à sua comentada falta de dotes físicos,[86] era conhecida pela inteligência, instrução, trato fácil, mas também determinação. Para provar seu comprometimento, logo que o contrato nupcial foi fechado a futura princesa do Brasil se dedicou a estudar português, assim como se inteirou da história, geografia e economia do novo reino. Especialmente interessada por mineralogia e botânica, trouxe consigo espécimes para aqui se aclimatarem.

Os gastos da embaixada portuguesa na capital da Áustria compreendiam a distribuição de joias e barras de ouro para o pessoal da corte e para o Ministério de Estrangeiros. Além do mais, deu-se rica festa nos jardins imperiais de Augarten, onde o marquês mandou edificar um salão e ofereceu ceia para mais de quatrocentos convidados. O casamento foi celebrado no dia do aniversário de d. João e sem a presença do príncipe noivo. No dia 13 de junho o grupo chegava a Florença, só para aguardar a vinda da esquadra lusa que conduziria ao Brasil a noiva comprometida. A espera, no entanto, foi maior, e não só em razão da revolução de 1817. O imperador Francisco, preocupado com o destino inseguro da filha, insistia em impedir sua partida, preferindo enviá-la diretamente a Lisboa, onde ela se reuniria à família real em cujo seio entrara. Já o ministro Metternich se empenhou em não ceder aos apelos ingleses, garantindo que a arquiduquesa cumpriria o acordo.

Enquanto isso, no Brasil, recomeçavam os preparativos. Afinal, até mesmo a mera notícia

dos desponsórios já fora celebrada com missas, repiques de sinos, salvas de artilharia e ações de graças. A tarefa foi confiada ao secretário de Estado dos Negócios do Reino, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, que lidou com a questão como se fosse — e era — estratégica para o governo. Por sua vez, o Senado publicou decreto que pedia não só que se ornassem casas e janelas, mas que as ruas por onde o cortejo passaria tivessem "a conveniente limpeza".[87] Montigny ergueu um novo Arco do Triunfo — um conjunto de mastros sustentando guirlandas de flores e medalhões com os atributos da princesa (ver imagem 53).

A cada festa a nação era fundada, a representação criava realidade — não o oposto —, assim como se aprimorava a engenharia do ritual. Pelas ruas redobrou-se o policiamento, armaram-se pavilhões e se decoraram as vias por onde seguiria o cortejo. Da ladeira de São Bento até a Capela Real espalhou-se areia, ervas aromáticas e flores; estas últimas enfeitavam também as casas. Leopoldina aportou no Arsenal da Marinha e, depois de cumprimentar a família real, foi levada pela mão de d. Pedro. A procissão real era acompanhada com grande curiosidade; ninguém queria deixar de ver a nova princesa. Às três horas, numa temperatura de trinta graus, o casal parou junto ao portão principal da Real Capela do Carmo. Aí se realizou a cerimônia do casamento, que durou cerca de uma hora. A corte dirigiu-se, então, ao Paço da Cidade:[88] a noite vinha caindo e a cidade a recebeu toda iluminada. Os arranjos foram muitos e houve até serenata para a princesa. D. Pedro, a princesa Maria Teresa e a infanta Maria Isabel cantaram sucessivamente uma arieta, e os músicos da Real Câmara junto com os da Real Capela executaram uma peça dramática, que se prolongou até as duas da manhã. Apesar de estranhar o calor do verão e os mosquitos — convidados inesperados e insistentes —, Leopoldina se adaptaria bem. Como boa princesa, logo entrou em "estado interessante", para alegria geral. Seria a primeira vez que um herdeiro real nasceria em solo brasileiro, símbolo que vaticinava um futuro mais estável para aquele distante e frágil reino nas Américas.

8.
QUEM FOI PARA PORTUGAL PERDEU O LUGAR: VAI O PAI, FICA O FILHO

> *A maré carregava o que a maré trouxera.*
> Oliveira Lima, 1945[1]

REBELIÃO DO PORTO: LIBERAL PARA PORTUGAL, RESTAURADORA PARA O BRASIL

Em 1814 a periclitante situação política europeia parecia finalmente tranquila. Foi nesse contexto que ocorreram os últimos confrontos entre forças aliadas e francesas, culminando na derrota definitiva de Bonaparte. Tudo indicava o retorno da "velha ordem", com o redobrado poder das realezas e o comando político da Santa Aliança, sobretudo nos territórios continentais europeus. Porém, apesar da estabilização política, d. João optou por postergar sua estada no Novo Mundo, numa demonstração de que, aos poucos, ia criando raízes em seu território americano. O processo de "abrasileiramento" do rei só ganhava corpo: depois de abrir os portos da colônia em 1808, elevara o Brasil à condição de Reino Unido em 1815, e em 1816 preparava-se para ser sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de "d. João VI", tudo em plena colônia no ultramar.

No entanto, em pouco tempo a situação iria girar 180 graus. No Brasil, insurreições como as de Minas em 1789, da Bahia em 1798 e de Pernambuco em 1817 revelaram como os anseios por emancipação animavam experimentos políticos e utopias locais. A essas alturas, a América inglesa estava praticamente independente, sem contar as ilhas do mar das Caraíbas, a Guiana equatorial e o domínio gelado do Canadá. Na América espanhola, com exceção das Antilhas, a independência começava a se delinear como realidade definitiva. Eram "as abomináveis ideias francesas" e os princípios do republicanismo norte-americano que se espraiavam nas colônias, revolvendo certezas e modelos arraigados.

Ares revolucionários começavam a soprar também na própria metrópole portuguesa. Nos primeiros tempos da invasão francesa, em 1807, e, em especial, após o momento em que d. João declarou guerra a Napoleão, em 1º de maio de 1808, uma série de manifestações populares revelaram adesão de parte da população à monarquia dos Bragança. Mas a instabilidade política em Portugal foi agravada por mais duas invasões napoleônicas: uma em 1809 e outra em 1810, aumentando a aversão aos franceses. Até parecia que, a despeito da reação popular, as tropas de Napoleão não se davam por vencidas e voltavam sempre para tentar controlar aquela metrópole sem rei. No entanto, após a última expulsão das tropas napoleônicas, no fim da década de 1810, o contexto era definitivamente outro: com a retomada da soberania lusa, nada explicava a insistência do soberano em permanecer na América. Diante dessa "leseira joanina", as antigas demonstrações de fidelidade irrestrita ao monarca por parte da população portuguesa deram lugar à indignação geral.

Para piorar a situação, uma grande crise se abateu sobre o Estado português. A produção agrícola escasseava, o numerário esgotava-se, o papel-moeda perdia seu valor, assim como sumia o crédito conferido pelos demais países europeus. Segundo as elites locais, para reerguer Portugal seria preciso deter o processo de autonomia do Brasil, ao qual atribuíam a responsabilidade pelo estado lamentável das finanças e do comércio no reino. As reprimendas incluíam os "irmãos brasileiros", acusados de omissão: "Não se lhes mandou do Brasil nem tropa, nem dinheiro, nem carnes, nem farinhas, nem açúcar, nem arroz [...] nem coisa alguma".[2] O fato é que, privado dos recursos de suas possessões ultramarinas, sem os lucros do comércio colonial e humilhado pela dependência em relação à Inglaterra, Portugal se descobriu ocupando um lugar periférico dentro do seu próprio sistema

imperial. E até mesmo o rei parecia desapegado. A crise era, pois, econômica, política e simbólica. E somente um gesto de grande poder simbólico — a volta do rei por tantos anos ausente — seria capaz, acreditavam as elites locais, de impedir uma radicalização de grandes proporções.

Foi animada por esse espírito que estourou a Revolução Liberal do Porto, em 1820, erguendo duas grandes bandeiras de luta. De um lado, o constitucionalismo, a proposta de criação do conjunto de leis fundamentais do Estado, incluindo a definição do sistema geral de governo e a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos — "Cortes e Constituição" era a palavra de ordem que reunia politicamente os portugueses, em 1820. De outro, a defesa da soberania nacional monárquica que, nesse caso, significava o retorno imediato de d. João VI, ou, ainda melhor, de toda a família real. O movimento que começava a se delinear em Portugal se inscrevia num contexto mais amplo em que se opunham duas correntes. A primeira defendia o ideal da "Regeneração" política, que pretendia sacudir o despotismo português, com seus adeptos se organizando em torno das propostas de liberdade, constitucionalismo e liberalismo constitucional. A outra corrente reivindicava o "restauracionismo realista", projeto que pretendia a volta e o fortalecimento dos regimes monárquicos, conforme propunham agora a França e a coligação formada pela Rússia, Áustria e Prússia. Mais conhecida como Santa Aliança, ela se reuniu no Congresso de Viena entre 1814 e 1815.

Em meio a esse ambiente bastante polarizado, estoura, em Portugal, um movimento liberal, nacionalista e constitucional, com um propósito claramente definido: reestruturar o Império luso-brasileiro, sob a luz do constitucionalismo, e garantir a Portugal, a qualquer custo, o centro político e administrativo desse Império. Para os brasileiros, como era de esperar, o movimento caiu muito mal: indicava que a metrópole nã dava sinais de ultrapassar os laços coloniais, insistia em garantir seus próprios interesses, e que o sonho de um Império luso-brasileiro estava prestes a se desfazer.

Na realidade, a revolução portuguesa era muito mais complexa, havia de ser um paradoxo. Irromperia tardiamente, numa conjuntura europeia já sob os efeitos conservadores do Congresso de Viena, mas não deixaria de introduzir ideias e práticas sociais novas. Também ambicionava erguer uma monarquia constitucional que encerraria o Antigo Regime, embora sustentasse na figura do rei, e não na ideia de nação, o polo aglutinador de sua comunidade. Finalmente, e não menos importante, seus adeptos preferiam a regeneração à ideia de revolução.[3]

Com a entrada em cena da Razão e das Luzes, várias nações passaram a utilizar um novo linguajar político, que exprimia o conhecimento de seus direitos. Em Portugal, o termo "liberal" vinha "das Cortes de Cádiz" — assembleia que, reunida na Espanha em 1810, defendeu a abolição do Antigo Regime —, e servia para indicar um novo sujeito político que trazia o vocábulo "liberdade" para o centro do discurso. Um sujeito liberal, nesse contexto, era aquele que julgava agir sempre pelo "bem da pátria": era amigo da ordem e das leis; tinha influência na administração pública, e acreditava que a opinião deveria ser livre. Nessa agenda política entravam ainda noções como contrato social, constituição, autonomia e soberania parlamentar. Por fim, liberalismo nos termos da conjuntura portuguesa era conceito que permitia reconhecer o direito do outro, sendo em tudo oposto ao modelo do Antigo Regime, uma vez que se realizava, como ideário político, através da Constituição.

Pelo reino começavam a circular obras dos "fatais enciclopedistas" — Rousseau, Montesquieu e Diderot —, isso a despeito da repressão sistemática: livros eram queimados, proibidos de circular, recolhidos a bibliotecas do Estado e por lá encerrados. Por outro lado, coube à imprensa que se publicava no estrangeiro, mas em língua portuguesa, papel fundamental no sentido de conferir à causa revolucionária nova importância junto à opinião pública. Dos inúmeros periódicos editados destacam-se o *Correio Braziliense* (dirigido por Hipólito José da Costa, entre 1808 e 1822, editado na Inglaterra e proibido em Portugal em 1811 e em 1817), o *Investigador Português em Inglaterra* (fundado em 1812 com o objetivo de combater o *Correio* e que mudaria de orientação a partir de 1814); *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (o mais combativo e, por isso mesmo, o mais censurado dos jornais portugueses publicados na Inglaterra), e o *Campeão Português* (o mais doutrinário dos jornais e proibido no ano de 1819).

A atuação desses periódicos na divulgação das ideias liberais pode ser atestada por um exemplo retirado de *O Português*. Em 30 de abril de 1814, declarava: "Enquanto as grandes revoluções se têm obrado na Europa, só o governo português [...] dorme em um sono profundo à beira do precipício [...] alevantando um muro impenetrável às luzes que nos possam vir dos vizinhos como se estas fossem contrabando".[4] Os diferentes periódicos realizavam verdadeiras campanhas de esclarecimento, assim como, a despeito das diferenças, passavam a exigir uma Constituição para Portugal. Não por coincidência, em junho de 1820, um mês antes de a revolução explodir, *O Campeão* apelava para o rei: "Acode e corre pai; que se não corres, pode ser que não aches quem socorrer".[5]

D. João, por sua vez, parecia ainda imune a todo esse ambiente, preferindo permanecer em seu Paço de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, mesmo que o preço fosse a adoção do regime constitucional em Portugal.[6] Mas a temperatura elevada do período não permitia mais o exercício da exclusiva vontade do rei. De uma parte, movimentos de teor regeneracionista defendiam que uma monarquia liberal e constitucional representava a melhor saída para Portugal — ficando a atuação do rei, após o juramento, restrita à esfera palaciana, enquanto o poder público passaria para as Cortes Constitucionais. De outra, grupos mais radicais ousavam pensar numa mudança de dinastia ou até de regime político. Não obstante, "liberdade" era ainda palavra frágil dentro de Portugal, onde, com frequência, censuravam-se jornais e perseguiam-se associações secretas.

Foi, porém, justamente nesses locais de reuniões e encontros clandestinos, notadamente nas sociedades maçônicas, que a conspiração tomou forma; sobretudo no Sinédrio: associação secreta formada no Porto em 22 de janeiro de 1818, e composta majoritariamente de juristas.[7] Nos anos seguintes o movimento cresceria, sem ter, porém, um projeto revolucionário mais definido. O próprio perfil dos integrantes explicaria o caráter moderado das propostas e o fato de nunca terem posto em causa a dinastia dos Bragança. Da mesma maneira se explica a cautela dos militares, que aderiram aos insurgentes em 1820. Mas a radicalização do movimento ia ficando incontornável, e na manhã do dia 24 de agosto desse ano as tropas sublevadas tomaram o Campo de Santo Ovídio, no Porto. Após a formação de um governo provisório, as Cortes — reunidas pela última vez em 1698 — foram convocadas com o objetivo de preparar uma nova Constituição. A dinastia dos Bragança seria poupada, mas a volta da família real virava tema de pauta e de orgulho nacional. Militares e populares aclamaram os discursos, salvas de tiros soaram, teve lugar uma missa campal, e assim começava a Regeneração de 1820,

mais conhecida como Revolução Liberal do Porto.

Foi então nomeada a primeira Junta de Governo, composta de elementos da nobreza e da burguesia, além de clérigos e militares, todos antigos integrantes do Sinédrio. Mas era preciso ganhar novas adesões à causa, o que não foi difícil. Com certeza existiam vozes discordantes e oposições entre realistas e revolucionários, mas já em 15 de setembro de 1820 Lisboa se juntava ao movimento. Em 1º de outubro as Juntas Provisionais anunciaram as primeiras medidas — reformas na administração, alterações na censura e a preparação para as eleições dos deputados que fariam a nova Constituição do Império. As Cortes foram definidas como um núcleo de representação nacional, sendo as eleições regulamentadas. Firmados os objetivos da Carta, as Cortes Constitucionais trataram de consolidá-los durante os anos de 1821 e 1822, sem alterar os alicerces básicos da monarquia.

As primeiras preocupações dos deputados se concentraram no regimento interno das Cortes, na nomeação de comissões e no estabelecimento de um novo governo — a Regência. Os trabalhos começaram em 26 de janeiro, com agenda cheia: liberdade de imprensa, elaboração do código civil e criminal, abolição da Inquisição, redução do número de ordens religiosas, anistia aos presos políticos. De consultivas, as Cortes viraram deliberativas, sendo sua meta primeira reerguer Portugal. Já no plano externo, a pretensão era conquistar todo o Império para o ideário da Regeneração. Tanto que Pará e Bahia aderiram imediatamente à causa portuguesa. O rei, que protelara qualquer medida, a partir de 17 de outubro de 1820 não teria muito a adiar. E no Brasil as opiniões dos conselheiros e ministros que circundavam d. João variavam: alguns apoiavam o regresso imediato do soberano, ou de seu filho. Outros defendiam a sua permanência, alegando que diante do constitucionalismo era melhor ser rei por inteiro do que pela metade. Existiam ainda aqueles que viam com bons olhos uma revolução liberal em Portugal e pensavam que esta só poderia acarretar maior liberdade também para a colônia.

O debate opunha até figuras próximas ao rei. O conde de Palmela, por exemplo, de volta ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1820 defendia que, em vez de mandar o rei, melhor seria seguir o filho, uma vez que a partida de d. João poderia apresentar consequências fatais para o Brasil. Dessa posição discordava Tomás Antônio, talvez o conselheiro mais íntimo de d. João, que, infenso a novidades, julgava que o monarca deveria impor sua autoridade, ficando onde estava e exigindo obediência e submissão a Portugal. O conde dos Arcos, que ocupava a pasta da Marinha, achava que andavam contados nos dedos das mãos os dias do rei na colônia.

Havia ainda as diferentes facções que se digladiavam, no Brasil, em torno do tema. A volta era defendida no Rio de Janeiro, sobretudo pelo “partido português”, formado basicamente por altas patentes militares, burocratas e comerciantes, interessados no retorno ao antigo sistema colonial e na subordinação do Brasil à metrópole. Opunha-se a essa posição o “partido brasileiro”, constituído por grandes proprietários rurais das capitanias vizinhas à capital, financistas, militares, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil e que começavam a delinear “um governo independente de Portugal”. O terceiro partido, conhecido como “democrata”, almejava “governos provinciais independentes”, e incluía boa parte do clero e dos empregados públicos.[8] Não obstante, esses não eram exatamente partidos, mas antes correntes de opinião, grupos que guardavam os mesmos interesses. Na verdade, a noção de partido nesse contexto traduzia uma concepção de grupos que se posicionavam a favor ou contra alguma prática política.

Significava adotar uma postura partidarista na cena pública. Existia ainda certo conteúdo pejorativo, porque o termo "partido" costumava aparecer associado a noções como facção, seita, bando, e a formação de grupos partidários envolvidos em desordens públicas. Por fim, e ao longo dos anos 1821 e 1822, o conceito começa a ser vinculado às insatisfações de época. Nos jornais pipocam notas acerca das queixas do "partido paulista", do "partido ultra", do "partido europeu", do "partido da opressão colonial", do "partido de anarquistas e demagogos". Mas, de uma maneira geral, esses diferentes partidos se viram reduzidos a duas correntes: a primeira, dominante na capital do Brasil e composta de militares e comerciantes lusos que se mantinham fiéis às Cortes de Lisboa; a segunda caminhou na direção oposta e apostou na liderança de d. Pedro. Cresceria também nesse contexto o papel da maçonaria, que funcionava como articuladora política, catalisadora de descontentamentos e adepta, com o tempo, da segunda vertente.[9]

D. João, por seu lado, ia resistindo: nem consentia em voltar, nem lhe agradava a ideia de mandar para Portugal o filho Pedro. Por sinal, sussurrada pelos cantos, essa sugestão mais parecia um segredo de polichinelo: todos conheciam o projeto, menos o príncipe. A essas alturas, já com mulher e filhos, ele era mantido na maior ignorância dos planos que envolviam sua pessoa. Data dessa época a circulação de um folheto escrito em francês que acabou conhecendo grande circulação. Intitulado "O rei e a família real de Bragança, devem, nas circunstâncias presentes voltar a Portugal ou ficar no Brasil?",[10] o folheto inspirava-se nas posições de Tomás Antônio, que, como sabemos, opunha-se ao retorno dos Bragança. O autor elaborava seis proposições: 1. Portugal precisava mais do Brasil do que o contrário; 2. a partida para a Europa da família real seria o prelúdio da independência do Brasil; 3. d. João poderia conservar sua autoridade no Brasil, e a partir daqui fundar um império de grande peso "na balança política do Mundo"; 4. em Lisboa o rei estaria nas mãos dos rebeldes; 5. do Brasil o monarca controlaria o florescente Império português; 6. d. João teria tempo, quando quisesse, de fazer a mudança que lhe pediam naquele momento. A autoria do documento era atribuída ao emigrado francês tenente-coronel Francisco Cailhé de Geines. Entretanto, nos círculos políticos cariocas sabia-se que o texto fora escrito por encomenda expressa do ministro Tomás Antônio e com a aquiescência do rei.[11]

Nesse contexto passaram a circular também os "papelinhos" ou panfletos; manuscritos e impressos, fundamentais para a difusão de opiniões políticas e temas polêmicos,[12] que, nessa conjuntura, entre os anos 1821 e 1822, demonstravam uma clara articulação entre a emergência da opinião pública e o surgimento de um novo vocabulário político (ver imagem 58). Por meio desse tipo de comunicação era possível indagar acerca da legitimidade da autoridade real ou dar apoio a ela; questionar as ligações entre metrópole e colônia ou assegurar laços de permanência de um Império luso-brasileiro. Tais documentos partiam, sobretudo, da Bahia e do Rio de Janeiro, e propunham a conscientização da população, afirmando que ela não poderia restar alijada do processo. Mas as posições não eram unívocas: a Bahia, cujo comércio, em sua maior parte, era realizado diretamente com Portugal e África, não concordava com a "intromissão" inglesa, e por isso mesmo apoiou a política das Cortes, ao menos num primeiro momento; já o Rio de Janeiro era o grande beneficiário da política joanina, e apostaria todas as suas fichas na permanência de d. Pedro.

No início de 1821, d. Pedro seria informado das decisões, e sua partida foi dada como

definitiva. A despeito do estado avançado da gravidez de d. Leopoldina e de uma projetada separação dos dois, o príncipe mostrou-se logo decidido, pretendendo finalmente garantir sua entrada triunfal no cenário da política. Mas d. Pedro não partiu: a ideia mais parecia manobra dilatória do rei, que teve o cuidado de tranquilizar a nora, temendo maus sucessos nos trabalhos de nascimento do futuro neto. Os acontecimentos, porém, se precipitavam, e d. João viu-se obrigado a jurar a Constituição em fevereiro de 1821; seu derradeiro ato no Brasil. Mesmo assim, o tempo das meias palavras perdurava, e de 18 a 26 de fevereiro as incertezas continuaram, junto com o acelerado processo de enfraquecimento da autoridade real. O monarca, em meio a crises de abulia, não mostrava firmeza. Os decretos de Lisboa de 7 de março não só determinaram o regresso do rei a Portugal — ficando o príncipe encarregado do Governo Provisório do Brasil — como estabeleceram as instruções a respeito da eleição dos deputados brasileiros que atuariam junto às Cortes.

O ambiente, que já era ruim, entornou. Em 21 de abril de 1821, na então praça do Comércio, uma reunião de eleitores do Rio de Janeiro foi bruscamente interrompida por gritos de "Aqui governa o povo" e "Haja revolução". A multidão exigia que d. João VI jurasse a Constituição de Cádiz de 1812 e que permanecesse no país. Enquanto o vacilante rei mais uma vez aquiescia, seu filho reprimia violentamente a manifestação, cujas consequências ficariam relatadas no livro da viajante e preceptora dos príncipes, a inglesa Maria Graham, que lamentou as trinta mortes e os muitos feridos.[13] No dia seguinte, o prédio no centro da praça amanheceria pintado com os dizeres "Açougue dos Bragança", numa mostra de como os humores, também no Brasil, se voltavam contra a Coroa.

A única exultante era a rainha Carlota Joaquina, que nunca escondera sua aversão à corte do Rio de Janeiro. Voltava satisfeita à Europa, em 26 de abril de 1821, junto com o restante da família real, à exceção de d. Pedro, que ficava como um braço da monarquia no Brasil. Com a corte partia um séquito estimado em 4 mil indivíduos — entre ministros, oficiais, diplomatas e suas famílias —, além dos deputados brasileiros alguns meses depois. Era o fim do hamletismo político, iniciado desde a Paz de 1816: no lugar do clássico "Ser ou não ser", ficava a versão tropical encenada por d. João, que se resumia a constantes "Vou ou não vou", "Fico ou não fico".

Já d. Pedro, com seus 22 anos, permaneceria no Brasil, herdando esperanças e projetos políticos. No documento que reproduz a última conversa travada entre pai e filho, no momento da partida, ficava claro como faltava intimidade e sobrava distância. Ali estavam, frente a frente, o reticente rei d. João VI e o voluntarioso regente d. Pedro. O dia era 24 de abril e daí a dois dias "el-rei" embarcaria finalmente com o resto da família. O regente foi então chamado ao quarto do pai, onde se deu um famoso colóquio de poucas palavras. Na verdade, só se sabe o que disse o rei a partir da memória do filho, que fez questão de tudo recordar em carta datada do ano seguinte: "Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse antes de partir dois dias antes no seu quarto: Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros'". A memória é traiçoeira, sobretudo essa que se transforma em peça oficial de nacionalidade. Se d. João disse e o filho lembrou ao escrever, ninguém há de saber. O certo é que o decreto de 22 de abril de 1821 saía mencionando "saudade", esse termo tão carregado de sentidos: "Sendo indispensável prover acerca do governo e administração deste reino do Brasil, donde me aparto com vivos sentimentos de saudade, voltando para

Portugal…”.[14]

Dizem que, quando partiu, em 26 de abril de 1821, d. João ia varado de sobressaltos e tristezas, e que, atirado na sua bergère, o pobre homem mal falava.[15] Bem que o rei tentou propor uma parada breve em Salvador, a pretexto de deixar ordens para que obedecessem ao novo governo. Mas até o ministro Palmela achou que dessa vez bastava. Melhor era limpar logo os cofres, e transportar cuidadosamente as arcas do Tesouro e as burras do Banco do Brasil.[16] Só o rei carregou em ouro amoedado e em barra mais de 60 milhões de cruzados. E isso sem falar nos diamantes que estavam nas casas-fortes do Banco do Brasil. Pelas ruas, o povo, que mais uma vez acompanhava a movimentação da corte portuguesa, poetava: “Olho vivo/ e pé ligeiro/ vamos a bordo/ buscar dinheiro”.[17]

A HORA E A VEZ DE PEDRO

Enquanto d. João VI cruzava novamente os mares, agora em direção oposta, a Junta das Cortes debatia as disposições que regeriam o regresso do monarca. Para dar uma noção do impacto da volta do soberano, basta dizer que o órgão determinou que se observasse o antiquíssimo Regimento de Entradas em Lisboa, elaborado em 30 de agosto de 1502, por ocasião da chegada de d. Manuel, e apenas adaptado ao novo contexto. Pretendia atribuir alto papel ao monarca, equiparando-o a um grande vulto dos tempos do Descobrimento,[18] e ainda entregar-lhe as chaves da cidade.[19]

Não obstante, ao mesmo tempo que se faziam as honras da casa, também se deixava claro quem seriam os novos dirigentes: o monarca desembarcaria no dia 4 de julho (ver imagem 51), não sem antes ter recebido as deputações da Regência e das Cortes. Para mostrar força, as Cortes proibiram ainda a entrada de onze conselheiros do rei, considerando-os "perigosos". Entre eles estavam o conde de Palmela, o ministro Tomás de Vilanova Portugal e o visconde do Rio Seco (Joaquim José de Azevedo), aos quais determinaram o afastamento da capital e o retorno ao Brasil. No jogo de braço de ferro, os "vintistas", como eram chamados os revolucionários portugueses, mostravam quem virava o punho. Na mesma data, o rei foi obrigado a nomear novo ministério, substituindo a Regência, e assumiu a monarquia constitucional, que lhe dava um novo status político. Mas engana-se aquele que desfaz da força simbólica do rei: a entrada do monarca em Lisboa, acompanhado da rainha e do infante d. Miguel, foi descrita de maneira triunfal. Em 5 de julho Lisboa se preparou para receber aquele que, mesmo premido pelas circunstâncias, surgia como troféu de vitória, ainda amparado por sua condição de rei.

Se d. João VI se conformava à situação, Carlota Joaquina repetia seu papel de opositora; agora contra a revolução e os planos de cerceamento ao absolutismo real. Ela foi a única representante da família real que se recusou a jurar a Constituição de 1822, o que lhe custou o desterro no Palácio do Ramalhão.[20] Não perdeu, porém, a pose, e escreveu carta a d. João dizendo "desprezar" todos aqueles que "rodeavam e enganavam" o rei, seu marido. Enquanto isso, d. Pedro permanecia no distante Brasil. Mas o filho não era marionete do pai, e tinha lá seus arroubos e veleidades. Até por essa razão, num primeiro momento se tornou presa fácil na mão das elites locais, que, temerosas do andamento da revolução na metrópole, tentavam preservar as vantagens adquiridas.[21]

Mas logo arregaçou suas mangas: de coadjuvante virou ator principal. Já em sua primeira proclamação, ao que parece redigida pelo conde dos Arcos, o governo interino aprovou uma série de reformas na educação pública, na agricultura e no comércio, a despeito de deixar claro que exigiria "respeito austero das leis" e a "vigilância constante". As medidas práticas não foram muitas, mas o efeito era evidente: com elas ganhava corpo a figura do novo regente. O momento, no entanto, pedia cautela, até porque não havia noções claras sobre as repercussões do que começava a ocorrer em Portugal, onde, aliás, a política corria solta: as pretensões eram que as Cortes governassem um só reino com duas seções — europeia e americana — e não dois reinos autônomos com apenas um monarca.

E, como as Cortes tinham pressa e queriam tudo referendar, agora pediam o envio de uma representação brasileira a Portugal. A primeira reação não poderia ser mais otimista: não apenas o Rio e a Bahia, a nova e a velha capital do vice-reinado e do Reino Unido, se

pronunciaram a favor do constitucionalismo. Até o Pará, que compunha uma província de administração separada, se entusiasmou pela revolução, indicando que, no Brasil, o movimento foi a princípio saudado como a implantação de um regime liberal em luta contra o despotismo e o Antigo Regime, e a favor da liberdade. Ainda não se tinha como prever o furor recolonizador que se instalara na metrópole, onde as elites lusitanas se mostravam favoráveis ao constitucionalismo dos brasileiros, desde que subordinado ao português; o que mais lembrava um passo atrás.

Contudo, nada era límpido e certo nesses momentos iniciais e a reação da colônia foi positiva, com o Brasil selecionando logo seus deputados. As instruções das Cortes de 22 de novembro do ano anterior eram claras: todos os cidadãos eram considerados elegíveis, à exceção dos conselheiros de Estado e dos empregados da Corte Real. Determinou-se, ainda, a representação de um deputado para 30 mil habitantes, e o direito de participação do Brasil e das demais possessões ultramarinas. No caso brasileiro, previu-se a criação de juntas governativas leais à revolução a serem instaladas nas várias capitanias, que então passariam a se chamar províncias.[22] A base da representação brasileira foi fixada nos mesmos termos, e o cálculo da população foi formulado tendo por critério o ano de chegada da corte ao Rio de Janeiro, o que levava a um número de 2323386 habitantes e, portanto, uma média de 77 deputados (apesar de só 46 terem comparecido às sessões), para cem de Portugal metropolitano, nove pelos dois círculos de ilhas adjacentes (Madeira e Açores), e sete pelas possessões africanas e asiáticas (Cabo Verde, Bissau e Cacheu; Angola e Benguela; São Tomé e Príncipe; Moçambique; Goa; Macau, Timor e Solor).[23]

Os deputados de Pernambuco foram os primeiros a chegar a Lisboa, logo em 29 de agosto de 1821, contando com nomes como Muniz Tavares e Araújo Lima. Também os deputados fluminenses se destacaram, entre eles o futuro marquês de Paranaguá. Da Bahia foram enviadas personalidades como Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes. Mas foi apenas a deputação de São Paulo[24] que fez lição de casa, levando instruções explícitas, nas quais se reconhecia a pena de José Bonifácio e seus temas prediletos: a abolição da escravidão e a catequese dos indígenas.[25] Bonifácio era figura conhecida; permanecera na Europa por longo tempo: estudara e fora professor em Coimbra, e ocupara cargos administrativos importantes em Portugal. O documento trazia ainda apontamentos sobre a sede da monarquia (que deveria ser alternada), acerca do número de deputados dos dois reinos (que seria igualado) e sobre o reino do Brasil. Tal manual teve, porém, pouca serventia; as Cortes já haviam começado a se reunir em janeiro de 1821 e as primeiras medidas pretendiam subordinar os governos locais a Lisboa, assim como revogar tratados comerciais dos tempos de d. João. A desunião entre Portugal e Brasil era clara, e a intransigência das Cortes levou a crescente resistência. Para aqueles que viajaram a Portugal com a esperança de lá encontrar um debate sobre princípios da igualdade perante a lei e acerca dos direitos do Brasil, a realidade mostrava-se distinta: a colônia não passava, para muitos deputados portugueses, de "uma terra de macacos, de bananas e de negrinhos apanhados na costa da África".[26]

Deste lado do Atlântico a situação era igualmente instável. Enquanto em Pernambuco e na Bahia os grupos dirigentes tinham motivos mais imediatos para apoiar a política portuguesa, no Rio de Janeiro as elites políticas dividiam-se entre os conservadores vinculados a Bonifácio e os mais radicais que giravam em torno de Joaquim Gonçalves Ledo. Também o príncipe oscilava entre dar ouvidos às queixas locais e mostrar sinais de

fidelidade a seu pai. Preocupado em enternecer o coração do rei, d. Pedro mandava missivas em que extremava gestos de afeição e escondia as dúvidas: "A menina todos os dias fala no avô, já anda solta; o menino já sustenta a cabeça e está maior e mais forte".[27] O regente tinha ainda outros problemas pela frente, como sanear a situação financeira que herdara. As dificuldades estavam vinculadas às circunstâncias em que se operou a retirada da família real, e eram agravadas pela lastimável situação do Banco do Brasil, que, como se dizia na época, "nascera torto" e andava novamente à beira da falência.

Data dessa época também a fama de incorrigível galanteador do regente. Era na conta dessa fama que, ao lado das cartas mais políticas, em outras d. Pedro comentava "escorregadas" que dera na própria casa; ou melhor, denunciava que criados "bisbilhoteiros" lançavam suspeitas acerca de seus casos extraconjugais.[28] D. Pedro foi romântico também em seus ímpetos políticos, e parecia ansiar por assumir um lugar de maior evidência na condução política do Império. Talvez por isso tenha se contagiado pela verdadeira mania nacionalista que começava a assolar boa parte dos deputados brasileiros em Portugal, a qual já chegava rápido ao Brasil. Essa mudança de espírito era insuflada pelas atitudes das Cortes, que em 13 de julho de 1821 criavam as Juntas Provisórias e assim cancelavam atos de d. João, o qual encarregara o príncipe real do "governo geral e inteira administração de todo o Reino do Brasil". Aliás, entre fins de setembro e outubro de 1821, uma série de medidas expedidas pelas Cortes delineavam com mais precisão seus reais intentos: decidiu-se pela transferência para Lisboa das principais repartições instaladas no Brasil; novos contingentes de tropas foram destacados para o Rio de Janeiro, e finalmente, em 29 de setembro, foi assinado decreto exigindo o retorno do príncipe regente, ato que gerou reação imediata no Brasil. Um pouco acuado, o príncipe respondeu de pronto que ia dar cumprimento às disposições, e que "não quero influir mais nada no Brasil".[29] Mas os decretos das Cortes chocariam os políticos brasileiros, e d. Pedro não permaneceria firme em suas palavras por muito mais tempo.

As Cortes também determinaram que as diferentes províncias do Brasil se transformassem em províncias de Portugal — províncias ultramarinas —, desaparecendo o lugar político do Rio de Janeiro como centro da unidade brasileira; o que tornava desnecessária a presença do príncipe real na colônia. O golpe foi logo sentido, e em 14 de dezembro de 1821 assim escreveu d. Pedro a seu pai: "A publicação dos decretos fez um choque mui grande nos brasileiros, a ponto de dizerem pelas ruas: se a constituição é fazerem-nos mal, leve ao diabo tal coisa". É certo que em seguida o príncipe assegurava que respeitava de forma cega os decretos mas, ao mesmo tempo, manifestava-se "sensível" se fosse "obrigado pelo povo a não dar o exato cumprimento a tão soberanas ordens".[30] Pressões surgiam de todo lado: se ele partisse, o Brasil se declararia independente; se ficasse, continuaria unido, porém não mais acatando ordens das Cortes. Conforme reza a última carta do príncipe no ano de 1821, "dantes a opinião não era geral, hoje é e está mui arraigada".

O ano de 1822 começou cheio de dúvidas e com ralas certezas. Não à toa o partido brasileiro concentrava esforços no sentido de assegurar a permanência de d. Pedro no Brasil. E não só ele: radicais rondavam-no, jornais surgiam e desapareciam como se visassem apenas convencer o regente a ficar. Até então não havia unanimidade, mas aos poucos ela ia sendo criada. Porém, assim como as notícias de Lisboa chegavam ao Brasil com quase dois meses de atraso, tardava a atitude do príncipe. Era a conhecida irresolução

dos Bragança, que parecia manifestar-se também em d. Pedro, constantemente aconselhado por sua mulher, a qual julgava necessário que o marido fosse mais pressionado: "pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria".[31]

Com o tempo, a princesa se converteria numa das grandes influências favoráveis à emancipação e à desobediência do regente às Cortes (ver imagem 53): Leopoldina parecia temer o constitucionalismo português, permanecendo fiel aos princípios do absolutismo. O partido brasileiro precisava sensibilizar o regente com um ato simbólico, aliás, como são simbólicos todos os eventos que nascem para serem guardados pela história oficial. O movimento partiu do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas, e no dia 9 de dezembro, quando chegaram os decretos portugueses exigindo a volta imediata, criou-se o Clube da Resistência. Mas foi Gonçalves Ledo, do partido brasileiro, quem orientou ao então presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, que indagasse de d. Pedro acerca de uma solicitação formal para que ficasse no Brasil. Ao mesmo tempo, logo no primeiro dia do ano de 1822, o regente receberia carta de José Bonifácio pedindo-lhe que permanecesse e "não se tornasse escravo de um pequeno número de desorganizadores". Bonifácio, que em junho de 1821 fora vice-presidente da junta provisória em São Paulo, logo se tornou figura forte ao lado do regente.

No dia 9 de janeiro, d. Pedro recebeu no Paço — numa audiência do Senado da Câmara — um requerimento tomado por mais de 8 mil assinaturas, que pediam a ele que não deixasse o Brasil. O objetivo era claro: garantir a presença do herdeiro na colônia e assim suspender a maré recolonizadora que dominara a metrópole. E, se d. Pedro não se fez de rogado, até hoje pairam suspeitas acerca das famosas palavras declaradas pelo príncipe; o tão famoso "Diga ao povo que fico". O auto dessa sessão única apresenta uma declaração complementar que aparece em dois editais sucessivos do Senado. Segundo o primeiro edital do próprio dia 9, a resposta do príncipe teria sido: "Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa, e conhecido que a vontade de algumas províncias assim o requer, demorei a minha saída até que as Cortes e meu Augusto Pai e Senhor deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido". O mesmo auto diz, porém, no postscriptum, que os termos não foram exatamente esses, devendo ser substituídos pelos seguintes: "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que *fico*". Dito ou não dito, o fato é que, na sequência, o regente teria se achegado das varandas do Paço e declarado: "Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquilidade". Curioso: justamente essa parte da resposta de d. Pedro — referente ao "Fico" — não consta do edital do dia 10, onde se lê que teriam sido publicados na véspera pronunciamentos "com notável alteração de palavras", motivados pela "alegria que se apoderou de todos os que estavam no salão de audiências".[32] Política muitas vezes se faz na lógica do disse que disse, e nesse caso a memória selecionou apenas o mais impactante. De toda maneira, fiquemos com a segunda frase enquanto as Cortes portuguesas eram informadas, por ofício de 16 de fevereiro, que d. Pedro permaneceria, tendo declarado que o Brasil queria "ser tratado como irmão, não filho; soberano com Portugal e nunca súdito; independente [...] como ele e nada menos".

Apesar da contundência dos termos, vale repetir que boa parte das elites ainda desejava manter-se unida a Portugal, guardando-se apenas as franquias já alcançadas. Essa posição, advogada pelo ministério conservador, que defendia uma saída moderada e se aglutinava em torno de Bonifácio, contava com a oposição dos grupos radicais, que ousavam imaginar

um modelo diferente de representação, quiçá republicano. Mas, a despeito das tensões entre os grupos, o certo é que um processo mais estrutural e profundo ia se afirmando e a história não voltava atrás. É por isso que a contenda foi sendo decidida em duplo sentido — de dentro para fora, mas também de fora para dentro; com a intransigência das Cortes portuguesas de um lado e, de outro, a consciência interna de que a independência era o único caminho à disposição. Há quem diga, ainda, que a essas alturas Portugal é que pretendia se livrar do Brasil e de suas provocações. O fato é que pequenos incidentes de parte a parte lotaram a agenda política no curto intervalo que levaria ao episódio da Independência: o famoso Sete de Setembro às margens do rio Ipiranga.

INDEPENDENTES, PORÉM NEM TANTO

É possível especular que, se não fosse por conta da política das Cortes, com mais dificuldade teria se criado, no Brasil, um sentimento de autonomia. A Bahia ainda não perdoara ao Rio de Janeiro a mudança da sede do vice-reinado. E, enquanto as províncias do Norte continuavam preferindo uma capital mais próxima — Salvador, por exemplo —, no Sul não faltavam aqueles que desejavam removê-la para São Paulo. No entanto, mesmo a mais consolidada divisão interna tende a ceder diante de um inimigo externo, fato que acabou levando à união das diversas províncias e facções. D. Pedro, cada vez mais imbuído do seu papel, já alegara estar "cansado de aturar desaforos",[33] e o sentido da independência começava a se delinear na opinião pública. É assim que se entende a criação de um Exército brasileiro — Exército de 1ª Linha, como foi chamado — logo depois de as tropas portuguesas se negarem a jurar fidelidade a d. Pedro, e a formação de um novo ministério. Entre os muitos decretos, destaca-se a proibição do desembarque da expedição de Francisco Maximiliano e Sousa, que, chegada ao Rio em 9 de março, pretendia transportar o príncipe de volta a Lisboa, com uma esquadra semelhante à que levara o rei d. João.

Entrementes, as Cortes recebiam notícias, desencontradas, que davam conta da atitude do príncipe. Pela primeira vez a resposta veio conciliatória: era de bom-tom apertar a corda, mas não deixá-la romper-se. Mesmo assim o ambiente não era nada tranquilo: Bonifácio e seus colegas de gabinete chegaram a ser chamados de "depravados e ladrões", tamanho o calibre da reação portuguesa diante da atitude do príncipe e do papel de seus principais assessores. E a evolução foi rápida. Em fevereiro de 1822 a Região Sul do Brasil já formava um só bloco político, estando Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e até Minas Gerais em concordância com relação à ideia de autonomia e também na escolha do príncipe como figura central nesse processo. Ganhava pontos a corrente liderada por Bonifácio, a qual afirmava que só em torno da figura de um rei é que se evitariam separatismos ou até mesmo revoluções mais liberais e populares. Impunha-se, assim, a independência, muito embora, teoricamente unidas para a emancipação, as províncias continuassem divididas em seus interesses.

Igualmente tensas eram as sessões das Cortes em Portugal, sendo os deputados brasileiros sujeitos a todo tipo de impedimento. Conforme escrevia um deputado em carta ao *Correio do Rio de Janeiro*: "A rivalidade já passa a ódio, não só entre os Deputados de Portugal e Brasil, como entre o povo".[34] Vários deputados brasileiros não juraram nem assinaram a Constituição portuguesa. Alguns deles, depois da clara reversão de expectativas, fugiram às escondidas para Londres. Entre eles estavam Antônio Carlos de Andrada Machado, Diogo Antônio Feijó, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade e Antônio Manoel da Silva Bueno — todos de São Paulo —, e os deputados baianos Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes e José Lino Coutinho.

Enquanto isso, no Brasil, nosso príncipe dado a laivos de romantismo aproximava-se da maçonaria. A participação maçônica no "Fico" já fora notável, mas seria ainda mais fundamental no dia 13 de maio de 1822, quando se celebrava o aniversário de d. João e d. Pedro recebeu a investidura de "defensor perpétuo do Brasil" das mãos do grão-mestre da loja Grande Oriente do Brasil: justamente, José Bonifácio de Andrada e Silva. Entretanto,

várias figuras da mesma loja ou salientes na maçonaria de uma forma geral discordavam da política advogada pelo então ministro da Regência. Se Bonifácio combatia a escravidão, não escondia suas posições políticas conservadoras com relação à emancipação política: defendia maior autonomia, mas jamais uma separação radical.

No interior da maçonaria as posições também se dividiam, entre os mais conservadores advogando uma monarquia constitucional com pequena representação e os mais extremados associando a independência à ideia de República e do voto popular. Um exemplo dessa polarização pode ser percebido na discussão sobre a conveniência de eleger uma Assembleia Constituinte no Brasil. José Bonifácio e seu grupo eram contrários à convocação, enquanto Gonçalves Ledo (ativista da ala mais radical) e Martim Francisco (irmão mais moço de Bonifácio), entre outros, eram a favor. Tanto que chegaram a organizar nova petição, exigindo a convocação de uma Assembleia Geral Representativa. O documento, que contou com mais de 6 mil assinaturas, foi entregue ao príncipe em maio de 1822.[35] E, com o acirramento do processo, d. Pedro foi mais uma vez pressionado no sentido de convocar, em 3 de junho de 1822, uma Assembleia Constituinte. Afinal, enquanto vozes brasileiras eram abafadas na Corte de Lisboa, continuávamos por aqui sem representação, sem administração legítima ou mesmo freio para a temida recolonização. Por isso líderes como Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa inflamavam a população carioca, enquanto os jornais tratavam de pôr lenha na fogueira, abrindo verdadeira campanha contra as medidas das Cortes. Ledo defendia que a eleição fosse direta, ao passo que seus opositores advogavam um escrutínio indireto, mas o acirramento da situação acabaria por unir, pelo menos momentaneamente, tendências distintas.[36]

Foi nesse ambiente que em 3 de junho saiu o decreto de convocação da Constituinte brasileira. O texto final era de José Bonifácio, mas as ideias vieram, em grande parte, de Ledo. A palavra de ordem era "independência moderada pela união nacional", fórmula presente na proclamação de d. Pedro no dia anterior. Foram estabelecidos então os critérios para eleição de deputados: enquanto Minas Gerais teria vinte representantes; Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Piauí e Rio de Janeiro contariam com um cada; São Paulo, com nove, e Bahia e Pernambuco, com treze.[37] Um novo ato assinado pelo príncipe tornou o beneplácito do Executivo central brasileiro indispensável à validade das leis, ordens e resoluções que não deixavam de chegar do governo de Portugal. Era o "Cumpra-se" assinado em 4 de maio de 1822. Outra vez a reação surgia como ação, já que havia muito tempo cada navio chegado da metrópole só trazia notícias desagradáveis: a formação de novas forças, a criação de um conselho de procuradores para estender a autoridade sobre o Brasil, a objeção ao título de "defensor" que d. Pedro recebera, a negação ao direito da colônia de ser um reino não só unido como uno.

Já d. Pedro ia acercando-se das elites locais depois da investidura, agora seria a hora de entrar na maçonaria. Recebido com o nome de Guatimozim — o iniciado nos mistérios —, o príncipe herdeiro foi logo elevado a grão-mestre, na loja Grande Oriente. A maçonaria incitava a imaginação do jovem Pedro, que se vinculava cada vez mais aos setores conservadores. Por outro lado, voluntarioso, fortalecia-se em suas ações contra as Cortes, as quais, de longe, desconheciam seu poder de mando e o provocavam chamando-o de "o rapazinho".

O divórcio litigioso ia se consolidando. O Manifesto de 1° de agosto, redigido por Gonçalves Ledo mas atribuído a d. Pedro, anunciava a separação: "Brasileiros! Está acabado

o tempo de enganar os homens [...] Então as províncias austrais do Brasil, coligando-se entre si e tomando a atitude majestosa de um povo que reconhece entre os seus direitos os da liberdade e o da própria felicidade lançaram os olhos sobre mim, o Filho do seu Rei, e seu amigo...".[38] D. Pedro, por meio da pena de Ledo, aparecia como narrador dessa história, apoiando-se na imagem da reação: seus atos representavam, tão somente, "reação à vilania dos Portugueses".

Nesse momento, porém, a facção liberal de Gonçalves Ledo já havia perdido a liderança, tendo sofrido sua maior derrota em 19 de junho, quando não conseguiu impor a tese das eleições diretas para a Constituinte. A independência que se aproximava seria uma decorrência das tensões crescentes com as Cortes, mas simbolizava a vitória do grupo liderado por Bonifácio — conservador, monarquista e só timidamente constitucionalista — unido ao partido brasileiro de Ledo. A essas alturas, o grupo maçônico de Bonifácio, composto de proprietários rurais e comerciantes exportadores, já controlava a máquina de Estado.[39] É obra do ministro o manifesto de 6 de agosto, quando prevaleceu a saída monárquica. "Perdido o Brasil, está perdida a monarquia",[40] assim rezava o manuscrito moderado. Mas o ambiente estava mais para conflito que para contemporização. Ainda nesse mês o príncipe decretou que as tropas da metrópole eram consideradas inimigas, além de recomendar aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Uma nova enxurrada de manifestos ia deixando claro como os projetos de autonomia viravam realidade. O marco simbólico é que tardava.

OUVIRAM DO IPIRANGA AS MARGENS PLÁCIDAS

Faltava só o ato final, e ele aconteceria em São Paulo, como nem mesmo os Andrada — José Bonifácio e seus irmãos —, tão acusados de praticar um bairrismo paulista, poderiam sonhar. Depois de ter contornado problemas nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, d. Pedro partiu em 14 de agosto de 1822 para São Paulo, acompanhado de pequena comitiva: Luís de Saldanha da Gama — depois marquês de Taubaté —, veador da princesa (o oficial-mor e camarista e que servia ao príncipe como secretário político); o gentil-homem da Imperial Câmara, no Paço, Francisco de Castro Canto e Melo, irmão da que foi mais tarde a marquesa de Santos — a favorita do príncipe; "o malfalado" Chalaça — o ajudante Francisco Gomes da Silva, secretário e, diziam, alcoviteiro de d. Pedro; João Carlota, criado particular, e João Carvalho, lacaio do príncipe, seu guarda-roupa, estribeiro-mor e superintendente das Quintas Imperiais. Mais à frente no trajeto, juntaram-se ao séquito o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo e o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, confidente e mentor de d. Pedro. No Rio de Janeiro, a princesa Leopoldina era empossada como regente: cabia a ela presidir o conselho de ministros e dar audiências públicas no lugar do esposo — sempre ao lado de José Bonifácio, a cabeça do gabinete.

Enquanto isso, nosso diminuto grupo vencia de maneira pausada a viagem, percorrendo em dez dias cerca de 470 quilômetros entre Rio e São Paulo. Passaram a noite em fazendas em Areias, Lorena, Taubaté e Águas Brancas, recebendo tanto homenagens como críticas dos adversários dos Andrada. Mais à frente, ao pequeno grupo se juntou a guarda de honra; uma guarda de capacete de dragões e botas à *l'écuyère* (botas de escudeiro): mais um grupo de oficiais a serviço do regente. Outras pessoas foram aumentando a comitiva até a entrada em São Paulo, no dia 25 de agosto: cidade pequena, de ruas estreitas e tortuosas, cujos habitantes, segundo o último alistamento censitário de 1822, não passavam de 6920 almas. O príncipe partiu de São Paulo só em 1° de setembro, com destino a Santos, de onde retornaria na famosa manhã do dia 7.

O objetivo de d. Pedro em São Paulo era apaziguar os ânimos depois da sublevação que ficou conhecida como a Bernarda de Francisco Inácio. O termo vinha de "bernardinas" e correspondia às portuguesas "bernardices", relativas à tradição, em parte falsa, da ignorância e simplicidade dos frades beneditinos diante da reforma de são Bernardo. No Brasil, "bernarda" tornou-se expressão corrente em 1821, sendo associada aos movimentos populares da Independência. A origem estaria numa frase proferida por Tomás Antônio Vilanova Portugal, denominando "bernarda", tolice, asneira, a revolução constitucionalista do Porto em agosto de 1820 (ver imagem 59). Os jornais da época divulgaram o dito, que se fixou no vocabulário popular também com o sentido de "motim" e "revolta popular". Não é o caso de perseguir os meandros dessa história. É suficiente saber que o vínculo de d. Pedro com José Bonifácio era tal que o príncipe encarou a Bernarda de Francisco Inácio como um desafio à sua própria autoridade: deu a Martim Francisco o Ministério da Fazenda e resolveu visitar a província paulista a fim de aquietá-la, sempre em favor dos Andrada.

A viagem tinha, pois, objetivos políticos, mas nada impedia que o regente atentasse contra o sexto mandamento. Afinal, a fama de d. Pedro se espalhara, e dizia-se que nunca lhe escapava um bom rabo de saia: nobres, escravizadas, serviçais da corte. Comentava-se muito, por exemplo, certo episódio ocorrido em Santos, quando o imperador tentou

comprar uma escrava apenas porque a beleza dela lhe saltara aos olhos. Mas o caso mais conhecido, entre as fofocas que cercam a Independência brasileira, estava por acontecer, envolvendo d. Domitila de Castro Canto e Melo, filha do coronel João de Castro Canto e Melo e de d. Escolástica de Oliveira Toledo Ribas.

Domitila nascera em São Paulo, e era quase um ano mais velha que o príncipe, sendo moça madura e, diziam, dona de todas as graças femininas. Amargava as consequências de um casamento frustrado e o feito do que considerava serem as "estreitezas de seu meio provinciano". Se for certo que não era mulher para cuidar de filhos de um consorte, também não façamos de tudo um jogo de resultado viciado: Domitila jamais poderia imaginar que teria o papel que desempenhou na viagem do regente. Ao contrário, andava naquela ocasião sofrendo com as dificuldades que seu marido vinha lhe impondo: acusada de adultério, tinha a guarda de seus três filhos reclamada. Não se sabe se ela possuía planos de pedir a intervenção do príncipe contra o ex-marido — tendo seu acesso sido facilitado graças à presença de seu irmão na comitiva —, ou se o primeiro encontro foi golpe de sorte. Dito por não dito, conta a história, narrada desde o início do século XIX, que d. Pedro voltava de um bairro distante quando cruzou com uma bela mulher, que chegava carregada numa cadeirinha por dois escravos. Galante, o príncipe apeou do cavalo e saudou a desconhecida, cantando-lhe a beleza.

Depois de breve diálogo, d. Pedro suspendeu a cadeirinha: "Como Vossa Alteza é forte!!", teria dito a moça; ao que o cortejador respondeu: "Nunca mais V. Exa. terá negrinhos como estes".[41] Quem conta um conto aumenta um ponto, mas parece que a mulher de Felício Pinto Coelho e o marido da princesa Leopoldina se encontraram mesmo por mero acaso. No entanto, até hoje não se explica o que fazia Francisco de Castro Canto e Melo — irmão de Domitila — na comitiva do príncipe. Se foi solicitude fraterna, força do destino, ou premeditação, não há como apostar. O que, sim, se sabe é que então se iniciava um dos capítulos amorosos mais famosos da nossa história, e que contou com a diligente cumplicidade do irmão, mas também com a do pai, da mãe, dos irmãos, tios e primos de Domitila; todos regiamente compensados com mercês, distinções e honrarias. A partir daí — e a data oscila de 29 a 31 de agosto — a relação só iria se estreitar.

De toda maneira, a hora de voltar para o Rio aproximava-se. E o retorno se faria sem grande alarde, mesmo porque a guarda especial de trinta jovens já havia sido dispensada e a missão do príncipe era, agora, cada vez menos oficial. Além do mais, a essas alturas, a separação política estava praticamente deliberada, restando apenas a formalidade do anúncio. Logo que o príncipe partira em viagem, em 14 de agosto, José Bonifácio emitira ao corpo diplomático circular em que declarava a emancipação. Faltava, entretanto, não só o estopim como um evento que conferisse ao príncipe o lugar principal na cena. O motivo veio fácil: em 28 de agosto chegava ao Rio de Janeiro o brigue *Três Corações*, trazendo as rotineiras más notícias de Lisboa: as Cortes ordenavam a volta imediata do príncipe, o fim de uma série de medidas que consideravam privilégios brasileiros, e acusavam de traição os ministros que cercavam o regente.

Sob a presidência de Bonifácio o conselho de ministros reunira-se no Rio de Janeiro, e a conclusão viera rápida: chegara a hora. Tamanha era a pressa, que José Bonifácio recomendou ao correio, Paulo Bregaro, que juntasse quantos cavalos fossem necessários. As missivas, porém, não encontraram d. Pedro em local nobre. O príncipe, que tinha vencido a serra de Cubatão montado numa besta baia gateada, envergava uma farda

comum. Para piorar o cenário, lá pelo dia 7 de setembro ele contava com um estado de saúde que, embora não apresentasse maior gravidade, era por certo desconfortável. Não se sabe se a causa foi a mudança nos hábitos alimentares ou um gole de água menos pura, mas parece que as funções intestinais do príncipe estavam perturbadas, e de forma intermitente ele era obrigado a apartar-se da comitiva, alterar o ritmo da marcha e parar a fim de aliviar a dor repentina. Um dos companheiros de viagem, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, usou em seu depoimento de um eufemismo para descrever a situação de d. Pedro, o qual a todo momento saltava da montaria "para prover-se".[42] O momento não era o mais indicado para grandes atos, mas o destino nem sempre escolhe a hora certa.

Logo que soube da chegada dos emissários, Francisco de Castro Canto e Melo apressou-se a dar a notícia ao príncipe, num lugar chamado Moinhos. O major e irmão de Domitila legaria um relato engrandecedor sobre o Sete de Setembro,[43] centrando detalhes na figura do príncipe e na sua própria. Diante da notícia, d. Pedro, como era bem do seu caráter, alvoroçou-se e saiu em disparada em direção a São Paulo. Mas a seu encontro vinham a galope os mensageiros de José Bonifácio, que o alcançaram no meio do caminho: "no alto da colina próxima do riacho do Ipiranga".[44] Foi então, em cima de um pequeno declive, de onde podia se avistar a pacata cidade de São Paulo, mais ou menos às quatro horas da tarde, que o príncipe recebeu a correspondência das mãos do major Antônio Ramos Cordeiro (ver imagem 54).

As cartas eram muitas: atos das Cortes, missivas de José Bonifácio, de Antônio Carlos, da princesa Leopoldina (uma de 28 e outra de 29 de agosto). De posse do conteúdo das cartas, d. Pedro comunicou à sua cansada comitiva que as Cortes pretendiam "massacrar" o Brasil. Leu em voz alta os documentos que determinavam o fim de seu ministério; a convocação de um novo conselho. A carta mais violenta era de Bonifácio: "Venha Vossa Alteza Real quanto antes e decida-se, porque irresoluções e medidas de água morna [...] para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça".[45] E junto com as palavras de Bonifácio chegava o boato de que d. Pedro fora deserdado em benefício do irmão d. Miguel. Então, fez-se o ato.

A cena aparece narrada em qualquer manual de história do Brasil, mas é hora de tentarmos recriar sua teatralidade. Às quatro e meia da tarde, montado em sua besta, assoberbado pelo mal-estar, fatigado pela viagem, mas convocado pelo momento, d. Pedro formalizou o que já era realidade: arrancou a fita azul-clara e branca (as cores constitucionais portuguesas) que ostentava no chapéu, lançou tudo por terra, desembainhou a espada, e em alto e bom som gritou: "É tempo!... Independência ou morte! [...] Estamos separados de Portugal...". No relato de Canto e Melo, a cena é semelhante, mas com todos os presentes que seguiam o príncipe prestando "juramento de honra que para sempre os ligava à realização da ideia grandiosa de liberdade".[46] Também grandiosa, a memória do irmão de Domitila tende, anos depois, a tomar o incerto como certo e a Independência surgia (imaginada) como um evento popular; a despeito de sabermos que seus participantes estavam em local ermo e isolado.

Mas existe ainda a versão do padre Belchior Pinheiro, que afirmou ter lido as cartas para d. Pedro e que este, tremendo de raiva, lhe arrancara os papéis da mão e pisoteara-os. Então, seguindo os conselhos do bom amigo, logo se recompusera e, abotoando a farda, teria dito ao padre: "E agora, padre Belchior?". Ao que este teria respondido: "Se Vossa

Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação". E o relato segue solto: "Eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro… pois verão agora quanto vale o rapazinho". E continuou: "Amigos, as Cortes […] querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!". E continuou, com um script um pouco diferente: "Laço fora, soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil". E ainda: "Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil". Como se vê, cada narrador chama para si o papel de coadjuvante principal. Há pelo menos acordo quanto à divisa que a história guardou: "Independência ou morte" se transformaria — seja na versão pessoal de Belchior, seja na interpretação de Canto e Melo — no grande lema da ocasião. O brado foi seguido pela guarda, que deu ao local ermo a solenidade que o momento bem merecia. E ainda que a cena — acompanhada por cerca de 38 pessoas — não tenha de fato ocorrido dessa forma, a história trataria de construir sentido para o momento, sendo o mote repetido em São Paulo e no Rio, onde manifestações retomavam a legenda de "Independência ou morte" (ver imagem 55).

D. Pedro foi acolhido no Rio de forma esfuziante. O jornal *O Espelho* mostra bem como as notícias surgiam em crescendo. Em 17 de setembro apenas uma nota morna narrava a chegada do príncipe à capital depois de velocíssima viagem da cidade de São Paulo em cinco dias. No entanto, logo no dia 20, o mesmo jornal apresentava a situação com tintas diferentes: "Independência ou Morte! Eis o grito acorde de todos os brasileiros… O Brasil então acordou do seu letargo […] e resolveu na sua dignidade, sacudir o peso que o oprimia […] Então o Perpétuo defensor do Brasil conheceu que eram justos os clamores do povo fiel, que preferia um inimigo declarado a um amigo traidor…".[47]

A volta de d. Pedro foi bem mais rápida, com ele talvez excitado pelos eventos dos últimos dias: se os correios venciam normalmente em nove dias o percurso que separava São Paulo da capital do país, o príncipe o fez em apenas cinco, tendo partido na madrugada do dia 9 e alcançado São Cristóvão no cair do dia 14. D. Pedro chegava castigado pelas chuvas, e trazendo um laço verde de fita no braço esquerdo (a cor dos Bragança), logo acima de um ângulo de metal dourado com o famoso lema gravado: "Independência ou morte". No lugar do tope azul e branco instituído pelas Cortes, agora eram o verde e o amarelo (cor da flor amarela recebida como presente de Domitila ou a cor da Casa de Habsburgo, que o leitor escolha sua versão) que se impunham. E o laço viraria moda, conforme atestam anúncios do *Volantim*, oferecendo fitas verde-amarelas e outros "adereços da independência": "Vendem-se fitas cor de ouro com a legenda Independência ou morte, a doze vinténs, cada uma nas lojas de fazendas da Rua da Quitanda, casa 40 e nº 84 e nº 58 e nº 10 por trás do Hospício e na Rua da Cadeia nº 58".[48] Crescia também o uso do verde-amarelo, o grande tope nacional, inscrito na nova bandeira e nas armas. Circulava nas casas nobres, nos braços das elites, e em objetos — xícaras, jarros, canecas, relógios de mesa, leques —, que por sua vez entravam nas residências e nos encontros.[49]

As festas que tinham celebrado a chegada de d. João agora homenageavam a aclamação do primeiro imperador brasileiro, no dia 12 de outubro. Apesar de o dia ter amanhecido chuvoso, as janelas foram cobertas de sedas e as ruas ficaram polvilhadas de folhas secas. No meio do Campo de Santana teve lugar uma cerimônia que levaria à mudança do nome do próprio local, desde então conhecido como praça da Aclamação (ver imagem 56). E a

agenda era cheia: desfiles, acenos na varanda do palacete, te-déum na Capela imperial, beija-mão e teatro à noite. No decorrer do dia atividades não faltaram: touradas, danças, bailes, licores, banquetes, cavalhadas e pantomimas. Longe de ser divertimento passageiro, essas festas de independência tinham o dom de converter-se em rituais políticos endereçados ao povo, que assim reconhecia a separação entre Portugal e Brasil. O ritual dava visibilidade ao soberano e estabelecia vínculos da comunidade com a nova realidade política. Era hora de tornar a data "memorável", reconhecer o poder instituído e a figura de d. Pedro, agora transformado no principal protagonista.

Os tempos eram outros, e a carta que d. Pedro endereçou a d. João depois do Sete de Setembro trazia um tom totalmente diverso. Dessa vez, sem desautorizar o pai, o príncipe tirava das Cortes seu papel condutor: "Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1822. — Meu pai e senhor: — Tive a honra de receber de V. M. uma carta datada de 3 de agosto, na qual V. M. me repreende pelo meu modo de escrever e falar da facção luso-espanhola…". E a carta prosseguia, elevando o tom e os adjetivos:

> Respondemos em duas palavras: Não queremos. Se o povo de Portugal teve direito de se constituir revolucionariamente, está claro que o povo do Brasil o tem dobrado [...]. Firmes nestes inabaláveis princípios, digo [...] a essa cáfila sanguinosa, que eu como príncipe regente do reino do Brasil e seu defensor perpétuo, hei por bem declarar todos os decretos pretéritos dessas *facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas Cortes* [...], e todos os mais que fizerem para o Brasil, nulos [...] e inexequíveis [...] De Portugal nada, nada, não queremos nada. [...] Pois não é um bando de vis carbonários e assassinos, como os que têm a V. M. no mais ignomioso cativeiro. Triunfa e triunfará a independência brasileira ou a morte nos há de custar [...] Primeiramente hão de conhecer melhor *o rapazinho* e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas cortes estrangeiras [...] Sou de V. M., com todo o respeito, filho que muito o ama e súdito que muito o venera. — Pedro.[50]

Com essa missiva cheia de incorreções e com termos exaltados, o "rapazinho" ia à desforra.

E assim se completava o ato da emancipação. Uma emancipação singular no elenco das independências americanas, que tinham gestado repúblicas e não monarquias. O fato é que a emancipação chegava sem mudanças radicais, embora tenha produzido uma rica literatura de comentário político — sob a forma de panfletos —, evidência de que a independência era uma questão do maior interesse em toda a sociedade e todo tipo de pessoa tomou parte nesse debate. A emancipação também colocava no centro do poder não um presidente, mas um rei: um monarca português e da Casa dos Bragança.[51] Talvez por isso mesmo se tenha criado uma espécie de "lenda da Independência", que reconta a epopeia a partir de uma série de fatos perfilados e encadeados: a chegada da corte, a abertura dos portos, a elevação a Reino Unido, o "Fico", o "Cumpra-se" e finalmente a declaração de Independência, em 1822 — uma sequência que mais parece apontar para um final previamente conhecido e que deságua inevitavelmente no Império brasileiro.

Mas é bom que se diga que essa saída conservadora não era a única possível, e que ela foi vitoriosa no lugar de outros projetos, mais radicais ou mesmo de natureza republicana (ver imagem 58). O fato é que a adesão das províncias ao projeto de Império brasileiro foi bem menos simples do que se quer fazer crer na historiografia. O processo emancipatório não

se limita aos anos de 1820 a 1822; a fundação do Império a partir da concepção da construção do Estado unitário é uma versão criada por publicistas que participaram do debate da Independência e foi elaborada do ponto de vista das elites cariocas. Vale dizer: o programa unitário era uma construção tributária da intervenção de José Bonifácio, seja para não dar pretexto aos liberais radicais (isto é, aos republicanos), seja porque, no seu entendimento, o Brasil preexistia às províncias — a crença de que a América portuguesa estava vocacionada a constituir um vasto império. Em Pernambuco, por exemplo, sempre se discordou da direção do movimento, considerada muito centrada nos interesses do Rio de Janeiro.[52] Já entre a Bahia e a capital se travou verdadeira guerra civil do fim de 1822 a meados do ano seguinte, e a adesão da província só se daria em 2 de julho de 1823, que é até hoje tida como a data cívica da emancipação no local (ver imagem 60).

Mesmo assim, o Sete de Setembro representa um momento simbólico destacado de um longo processo de ruptura iniciado até antes da vinda da corte, e que levou, ao fim e ao cabo, a uma solução monárquica, implantada bem no meio das Américas. Cercado de repúblicas por todos os lados, o Brasil colocaria no centro do poder um rei, ou melhor, um imperador, para espanto e desconfiança dos vizinhos latino-americanos. Por certo, a emancipação não foi obra exclusiva de nosso quixotesco d. Pedro. O evento é expressão visível de uma série de tensões e arranjos que se colavam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característicos do fim do período moderno. Era todo o Antigo Regime que se desintegrava, e com ele as bases do colonialismo mercantilista.

Por isso, nossa emancipação não deixou de ser particular e trivial. Se o movimento foi liberal, porque rompeu com a dominação colonial, mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. Além do mais, se o processo de emancipação foi deflagrado pela vinda da corte, o que explica o formato final é o movimento interno de ajustamento às pressões de dentro e de fora, e principalmente um processo de substituição de metrópoles: com a atual reinando bem na região Centro-Sul do recém-fundado país.[53] Por outro lado, se uma nova unidade política foi implantada, prevaleceu uma noção estreita de cidadania, que alijou do exercício da política uma vasta parte da população e ainda mais o extenso contingente de escravizados. Com isso, noções bastante frouxas de representatividade das instituições políticas se impuseram, mostrando como a Independência criou um Estado mas não uma Nação. Criar uma cultura, imaginar uma formação, pretender uma nacionalidade: aí estava uma tarefa para a agenda futura do Primeiro e, sobretudo, do Segundo Reinado.

9.

HABEMUS INDEPENDÊNCIA: INSTABILIDADE COMBINA COM PRIMEIRO REINADO

UM IMPÉRIO NA TERRA: MÍSTICAS E SÍMBOLOS CRUZADOS

A independência brasileira tornava-se, aos poucos, uma realidade sem direito a retorno; isso apesar da estranheza que continuava pairando com relação à saída imperial. A solução monárquica mais parecia uma contradição em seus próprios termos, dado que na conjuntura era difícil imaginar um processo de emancipação nas Américas sem prever, como decorrência, a instalação de um regime republicano. Contradições à parte, a decisão de realizar a independência com a forma de uma monarquia constitucional representativa significou uma opção política entre outras disponíveis, nessa agenda dos possíveis. Ela visava, em primeiro lugar, evitar o desmembramento da ex-colônia, a exemplo do que ocorrera na América espanhola, quando quatro vice-reinados se converteram em catorze países distintos. Além do mais, a opção por colocar o rei no poder referendava o perfil das elites políticas brasileiras, majoritariamente educadas em Coimbra e nos moldes da realeza.[1]

A saída imperial significava, ainda, a justaposição de elementos novos e antigos.[2] Em primeiro lugar, d. Pedro I contava com os exemplos de dois imperadores em tudo distintos: Napoleão I e Francisco II. O primeiro, um general francês que se autotitulara imperador; o segundo, o poderoso sogro de Pedro, que guardava para si a galhardia de ser o chefe do tradicional reino da Áustria. Mas as referências imediatas não eram só europeias. No mesmo ano de 1822, buscando conter as investidas espanholas de recolonização, e para dar conta da rebelião republicana e nativista que se difundia no México, a alta aristocracia local proclamou imperador o general Iturbide, que recebeu o título de "Agustín I". A experiência seria breve, quase anedótica, mas tiraria da monarquia brasileira a chance de ser a única exceção monárquica num continente de vocação republicana.

Toda história tem muitas camadas, e um "Império brasileiro" representava para alguns o prolongamento dos desejos milenaristas que datavam da época da Reconquista e do movimento de expansão lusitano, que visava recuperar as terras ibéricas, perdidas para os muçulmanos. A Reconquista durou sete séculos, e a partir do XI tomou ares de guerra santa pela cruz cristã, sendo cercada de todo tipo de misticismo. As guerras só estariam concluídas em 1492, com a conquista do último reino muçulmano. Logo na sequência, Portugal dava início a uma espetacular expansão marítima, e ao começo da história de um império de proporções gigantescas e que, no seu apogeu, unia da Ásia até a América.

No entanto, essa história percorreu caminhos tortuosos antes de tomar um certo prumo. Um dos mais tormentosos envolveu d. Sebastião I, sétimo rei da dinastia de Avis, que, motivado pelo desejo de recuperar as glórias do passado, partiu para o Marrocos numa cruzada santa. Sua derrota em Alcácer-Quibir, no ano de 1578, e seu desaparecimento levariam a uma crise dinástica e ao nascimento do mito do Sebastianismo. D. Sebastião, que reinara apenas por três anos, ficaria conhecido como o Encoberto: o Adormecido. O surgimento dessa mística fez com que, em Portugal, o reconhecimento da decadência política, econômica e social do Império ficasse futuramente associado à desaparição de d. Sebastião, que algum dia retornaria para redimir a história do país. Anos mais tarde, já no século XVII, o nosso conhecido padre Vieira, em sua *História do futuro*, anunciava que o próximo império português havia de se situar no Brasil: "Ali lhe assinaria o lugar para um palácio que gozasse, ao mesmo tempo, as quatro estações do ano, fazendo nele o quinto

império…”.[3]

Como se vê, a noção de império carregava sentidos e tempos variados: mais ou menos estratégicos; mais ou menos milenares ou milagreiros. De toda maneira, o Império criado no século XIX representaria a concretização e o anúncio de uma nova era, cantada em verso e prosa desde os tempos de d. Sebastião, quando Portugal conheceu seu maior momento de apogeu mas também pressentiu o começo do declínio. Existem ainda outras concepções associadas ao nome. “Império” significava também a expansão de uma causa, com identidade marcadamente política. Em terras brasileiras a noção de império vinculou-se à ideia de uma larga extensão dentro do mesmo território.[4] Já a versão do político coetâneo, José Bonifácio, trazia outras derivações. Conta-se que o ministro e artífice da Independência afirmou que o nome era conhecido no país pois estaria ligado à popular Festa do Divino, ritual em que, até os dias de hoje, os brasileiros escolhem um imperador, em geral um menino.

Com tantas mitologias reunidas o império surgiria como símbolo da união territorial desse país de proporções continentais, e a realeza como a melhor saída (possível) para evitar a fragmentação política e territorial. Na visão das elites locais, apenas a figura de um rei uniria esse país gigantesco, marcado por profundas diferenças internas. Mas o novo monarca continuava a ser português de origem, e os símbolos da pátria, igualmente. Basta lembrar as cores e o escudo da realeza que permaneceram na bandeira nacional, ou a serpe bem disposta no cetro — antigo símbolo dos Bragança, ela representava uma espécie de dragão alado e simbolizava a força da dinastia. Enfim, com tantos motivos para desconfianças, internas e externas, logo após a independência política de 1822, investiu-se muito no cerimonial da nova realeza brasileira: d. Pedro foi aclamado imperador em 12 de outubro do mesmo ano (ver imagem 56) — data que a princípio os brasileiros consideraram mais importante que o próprio Sete de Setembro. Diz o refrão português que “boda molhada, boda abençoada”, e o casamento do imperador com a nação brasileira, a julgar pelas fortes pancadas de chuva que quase estragaram a cerimônia da aclamação, não deveria desmentir o dito.

Para marcar a data e a continuidade da realeza, num ato carregado de significados, logo que o tempo serenou, d. Pedro e d. Leopoldina achegaram-se à varanda do palacete do Campo de Santana — cenário de tantas manifestações da época de d. João — e juntos mostraram à multidão, espremida diante do palácio, a princesa d. Maria da Glória, erguida nos braços paternos e simbolizando a continuidade do Império e, no limite, da dinastia. Para o povo, que não estava habituado a presenciar rituais desse porte, um príncipe garboso em seus atos, virtuoso em sua prole e acompanhado de sua princesa — e assim exposto ao olhar — dizia mais à imaginação do que qualquer teoria do direito político.

E as mudanças vinham rápido, sobretudo no que se referia aos emblemas e símbolos: espécie de cartão de visita de um novo regime. No dia 10 de novembro o corpo diplomático estrangeiro era informado da adoção de uma nova bandeira no Brasil. O verde, cor que representava a tradição da Casa dos Bragança, e o amarelo, cor que simbolizava a Casa de Lorena e era usada pela família imperial austríaca, surgiam em posição central. Em destaque, ainda, o losango da bandeira imperial, indisfarçável e incômoda homenagem que d. Pedro I resolvera fazer a Napoleão, apenas introduzindo sob ele o brasão monárquico, com as armas imperiais aplicadas sob as plantas do Brasil. Se essa versão é exata, estaríamos diante de um caso de redefinição, típico do nosso processo cultural:

elementos tradicionais do armorial europeu, com seu significado preciso de homenagem aos soberanos da jovem nação, passavam a representar a nova realidade nacional.[5]

O ato da coroação teve lugar em 1° de dezembro, aniversário da restauração portuguesa e da União Ibérica e início do reinado dos Bragança: mais uma vez, a festa aglutinava datas e vinculava a realeza independente à monarquia destituída, porém atenta, em Portugal (ver imagem 57). O ritual tinha que ser caprichado e, para tanto, uniram-se modelos variados: um misto do cerimonial usado na sagração de Napoleão em Notre-Dame e do ritual dos imperadores da Áustria em Frankfurt, numa combinação inédita entre o tradicional e o moderno. Imitou-se ainda um detalhe da coroação dos reis da Hungria, que consistia em cortar o ar com uma espada, numa alusão original ao título recebido por d. Pedro de "defensor perpétuo do Brasil" — sua primeira investidura popular mas que se tornava então hereditária. Para alimentar ainda mais a imaginação, o imperador apareceu vestindo uma túnica de seda verde, calçado com botas de montaria com esporas e ostentando um manto em forma de poncho de veludo verde, forrado de cetim amarelo, bordado de estrelas e com uma guarnição de ouro. A simbologia era quase óbvia em sua apresentação, unindo elementos mais tradicionais aos novos símbolos da terra. Nessa lógica feita de detalhes, ajuntou-se à indumentária imperial uma murça feita de papos de tucano, retirada da arte plumária dos aborígenes locais, numa homenagem — dizia-se — aos chefes indígenas da terra.

Para completar o ato, o novo imperador recebeu a unção sagrada que o fazia rei legítimo diante dos demais soberanos europeus e perante seu povo. Desejando romper com o costume português, por um lado, e influenciado pela sagração e coroação de Napoleão, em 1804, por outro, d. Pedro I empenhou-se, junto com seus representantes políticos, na realização dessa cerimônia religiosa, regida pelo livro I do antigo Pontifical Romano. Nesse documento estabelecia-se que os soberanos deveriam ser ungidos e sagrados com óleo santo no contexto solene da missa pontifical, costume que os reis portugueses tinham abolido havia muito tempo. Construía-se, a partir de então, uma cultura imperial pautada em dois elementos constitutivos da nova nacionalidade: de um lado o Estado monárquico, como portador do projeto civilizatório; de outro a natureza, como base territorial desse Estado.[6]

Exemplar é o projeto elaborado por Jean-Baptiste Debret, artista francês que havia chegado ao Brasil em 1816, junto com outros colegas, mas que, a essas alturas, tornara-se uma espécie de artista da corte. Não por acaso, esse pintor, que fora responsabilizado por criar boa parte das imagens oficiais do período de d. João VI, agora, em 1822, era indicado para realizar uma alegoria para o pano de boca cortinado disposto no teatro da corte, o São João, onde d. Pedro faria seu discurso de posse e em seguida assistiria a uma apresentação que celebrava sua coroação como primeiro imperador do Brasil (ver imagem 52). Debret, um artista neoclássico, integrante do ateliê de Jacques-Louis David (o pintor da Revolução Francesa e depois de Napoleão Bonaparte) e seu primo, talvez em função do sentimento social aguçado de sua escola tenha encontrado dificuldades em dialogar com um contexto tão diverso do da sua pátria. Diante de um sistema escravocrata enraizado e dessa independência de bases monárquicas, parecia difícil traduzir as virtudes cívicas francesas.

Mas o francês se superou. Afinal, a alegoria idealizada para figurar como o primeiro símbolo oficial da realeza brasileira tinha como função explícita seduzir os novos súditos: nela, o Império do Brasil apareceria com toda a sua pompa, mas também com sua

singularidade. O próprio Debret é quem narra ter sido procurado pelo diretor de teatro interessado em substituir a pintura do antigo pano de boca, que representava o reino de Portugal cercado de súditos ajoelhados. Não ficava bem para a nova nação ter seu ato de independência celebrado num cenário repleto de imagens de servidão ao Império português. Assim, o artista francês alterou o tema do cortinado e representou "a fidelidade geral da população brasileira ao governo imperial, sentado em um trono coberto por uma rica tapeçaria estendida por cima de palmeiras".[7] Se a tapeçaria lembrava a arte europeia, as palmeiras funcionavam como símbolos claros desse sui generis Império nos trópicos. Além do mais, o governo imperial era representado por uma mulher que trazia um manto de fundo verde — como as florestas do local — e todo bordado de ouro, numa alusão à riqueza da terra. Ela apresenta, no braço esquerdo, uma espécie de escudo com as armas do imperador e, no outro, a Constituição brasileira. Mais uma vez, códigos de procedências distintas aparecem aqui devidamente misturados. No primeiro plano, uma cornucópia derrama "as frutas do país", bem nos degraus do trono. Mais à esquerda, vê-se uma barca amarrada e carregada de sacos de café e de maços de cana-de-açúcar: os grandes produtos que garantiam a economia local.

Mas o aspecto mais interessante do pano de boca era a representação das populações mistas do país. Numa das laterais, o artista pretendeu mostrar a fidelidade de uma família negra ao Império nascente: um menino portando um instrumento agrícola acompanha sua mãe, a qual, com a mão direita, segura vigorosamente o machado destinado a derrubar as árvores das florestas virgens; na mão esquerda, a mulher apoia no ombro um fuzil do marido arregimentado e pronto para partir. Assim, longe de questionar a escravidão, a africana comparece apenas para defender, com seu corpo, a monarquia. Dividindo o cortinado, uma indígena branca, assim diz Debret, ajoelhada ao pé do trono, apresenta dois gêmeos recém-nascidos — numa espécie de futuro apaziguado, que precisa apenas da "assistência do governo". Ao fundo, indígenas armados manifestam seu apoio ao novo Estado. Do lado oposto, estão perfilados leais oficiais da Marinha e um ancião paulista. Em segundo plano, outros paulistas e mineiros, "igualmente dedicados e entusiasmados", exprimem o mesmo sentimento de sabre na mão. Por fim, "caboclos ajoelhados mostram […] sua atitude respeitosa". Para tudo ornar, as vagas do mar, quebrando ao pé do trono, indicam a posição geográfica excepcional do Império brasileiro.[8]

A alegoria e o texto escrito por Debret, que acompanha a edição do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, representam a resposta mais sintética aos prognósticos do novo Estado. O trono imperial submeteria os diferentes grupos que compunham a nação, receberia deles a devida fidelidade e cumpriria a missão de incutir "a civilização" nesses trópicos longínquos. Não se nota nenhum sinal de conflito ou de luta política e civil; só união. Essa seria a mais universal e a mais particular das realezas; a mais mestiça de todas. O trono, no centro da cena, garante o olhar em direção à representação do imperador — com o P e a coroa logo acima da figura alegórica de uma mulher, que carrega em seus braços a Constituição: símbolo maior do Estado ocidental. O pano de boca é, assim, todo concebido a partir da ideia de que uma nova nação se formava nos trópicos, sob o signo da diferença.

Não obstante a exuberância de detalhes, o cortinado de Debret revela uma rigidez formal, mal resolvida. A monarquia estava longe de se encontrar em situação estável, e o ambiente não era de serenata. Em primeiro lugar, não há como esquecer a contradição flagrante entre uma monarquia que se pretendia "civilizada" e a vigência da escravidão,

esta, sim, enraizada em todo o território. Espécie de violência legal e moral institucionalizada, o sistema era não só oficial como naturalizado pelo país afora. Em 1808, a população dos domínios portugueses na América somava 2424463 pessoas, sendo 31,1% delas escravizadas.[9] Em Salvador, mesmo sem dados precisos, é possível estimar que, em 1807, negros e mestiços, escravos e libertos, chegassem a 80% dos aproximadamente 51 mil habitantes do local. Em 1835 eram 72% de uma população estimada em 65500 almas.[10] Nessa conjuntura, de um total de 79321 pessoas, 45,6% trabalhavam como escravos no Rio de Janeiro.[11] Não tinham, porém, e por definição, direitos, assim como não poderiam ser considerados nem sequer súditos. Para piorar, havia sempre o fantasma ameaçador da Revolta de São Domingos, que, como vimos, estourara no fim do século XVIII e que continuava rondando a imaginação das elites escravocratas brasileiras, as quais conviviam com a realidade de que "há seis escravos [...] para um só senhor, e onde, por consequência, o desejo inveterado das vinganças é como seis para um".[12]

No século XIX, quando os periódicos ainda eram poucos mas as fofocas muitas, o Haiti frequentou as manchetes e as boticas — local dileto para difusão das últimas novas. Comentavam-se à solta as rebeliões escravas que assolavam a ilha, levando ao descontrole geral ou ao controle da situação pelos africanos, o que, na linguagem da época, implicava imensa falta: de regra, de governo, de racionalidade. Como não existiam notícias objetivas, sobrava temor. O que se sabia, vagamente, era que o mais rico domínio francês — a Pérola das Antilhas, como era chamada essa parte da ilha — experimentava momento convulsionado. Concorrente do Brasil no comércio de açúcar (e com larga vantagem, nesse momento), a colônia era também conhecida por sua desigualdade populacional. Em 1754, lá havia 465 mil africanos escravizados, contra apenas 5 mil brancos; uma desproporção muito mais severa que a brasileira mas cuja sombra assustava as elites.

Data de 1754 a primeira revolta escrava no Haiti, rapidamente reprimida pelos franceses, que não conseguiram debelar os clamores pela independência. O segundo movimento teve como estopim a própria Revolução Francesa: a essas alturas a insurreição já era geral, e pegou fogo com a declaração jacobina, de 1791, que estabelecia o fim da escravidão nas colônias francesas. O processo foi longo, cheio de reviravoltas, mas o que mais impressionou as elites brasileiras foi quando Jean-Jacques Dessalines — ele próprio um liberto — expulsou os franceses, decretou a independência em 1804 e, de quebra, cunhou para si o título de "imperador". Imediatamente, as colônias da América do Norte e países europeus impuseram ao Haiti bloqueio que durou mais de sessenta anos, e cujas consequências estão presentes até hoje. Quanto aos dirigentes brasileiros, passaram a temer o Haiti como ao diabo. O movimento de 1804 repercutiu no país todo, e seria pretexto para várias medidas restritivas, entre elas um modelo centralizador de poder após a Independência. O Brasil se inventou, assim, como um anti-Haiti: por oposição, éramos todos brancos, cristãos e civilizados.

Até porque, por aqui, a situação ainda não era fácil. A adesão ao movimento ocorrido no Rio de Janeiro não foi imediata. Minas Gerais e as províncias do Sul logo se declararam favoráveis à consulta sobre a aclamação de d. Pedro. Pernambuco, em dezembro de 1822, jurou adesão, embora tenha tido o cuidado de já em setembro eleger seus próprios deputados. Como o território era grande, e a comunicação, difícil, Goiás e Mato Grosso acabaram se pronunciando favoravelmente só em janeiro de 1823. Depois veio o apoio do Rio Grande do Norte, de Sergipe e Alagoas. No entanto, as quatro províncias do Norte —

Pará, Maranhão, Piauí e Ceará —, junto com a Cisplatina e, como vimos, a Bahia, mantiveram-se fiéis às Cortes de Lisboa.[13]

No plano internacional, as nações também se dividiam. Os vizinhos latino-americanos, num primeiro momento, recusaram-se a aceitar a nova situação, e colocaram sob suspeição esse país que, negando a voga das emancipações, optava por manter a monarquia e, ademais, por um imperador português como chefe do novo Estado. Os Estados Unidos, que já começavam a atuar como uma força hegemônica no continente americano, reconheceram em maio de 1824 a emancipação brasileira. Enquanto isso, tropas leais à antiga metrópole resistiram na província Cisplatina, mas deixaram o país em novembro de 1823. Uma longa guerra, que resultou na independência do Uruguai apenas em 1825, teve início nesse contexto, mas o embate seria agora contra o Império brasileiro, e não mais contra o português.

Portugal, a pátria-mãe, demorou a aceitar a Independência, e só o fez em 1825. Não é preciso ser oráculo para adivinhar que a Inglaterra se ofereceu para intermediar as negociações, enviando um representante especial, Sir Charles Stuart, com o fito de conseguir, em Portugal, os termos de negociação para a independência do Brasil. Começava então uma série de conferências em Lisboa, com direito a agenda repleta. Em questão estavam a sucessão real, socorros mútuos em navios e soldados, indenizações em dinheiro — tanto para o governo português como para particulares — e a negociação de um tratado de comércio. Logo se decidiu que haveria reciprocidade de tratamento para os súditos das duas nações, cessariam as hostilidades, o valor das baixas feitas a Portugal seria restituído, e se fixaria um princípio básico para reger as relações comerciais, introduzindo uma tarifa comum de 15% de direitos de importação. Mas restava a questão capital: o Estado português exigia que fosse pago o valor de todos os objetos deixados no Rio de Janeiro. A conta era extensa em itens e implicava debitar ao Brasil metade da dívida pública contraída até 1807 com a Inglaterra: a "bagatela" de 12899:856$276 réis. No documento intitulado "Conta dos objetos que Portugal teria direito de reclamar ao Brasil", resultado da IV Conferência realizada em Lisboa em 15 de abril de 1825, incluiu-se tudo que Portugal julgava de direito: as equipagens, as pratas, os navios de guerra, os soldos dos oficiais, os fretes dos barcos que conduziram as tropas, divisões militares, as armas, as artilharias e a famosa Real Biblioteca: só ela avaliada em 800:000$000 réis.[14]

Negociação concluída e conta paga, a Inglaterra passou a tentar pôr um freio na presença, agora brasileira, no continente africano e no plano de tornar Angola independente, incorporando-a ao Império.[15] Além do território brasileiro e de suas fronteiras americanas, a emancipação do Brasil provocou reação em várias nações africanas, integradas ao Império português. Na Guiné, em Angola, Moçambique, grupos de mercadores de escravos propuseram a união com rebeldes do Rio de Janeiro. Não é coincidência, portanto, o fato de o reinado de Daomé ter sido o primeiro país a reconhecer o Império brasileiro.[16] Em Angola, um panfleto impresso aqui convidava Benguela a se unir à "causa brasileira".

Mas a Grã-Bretanha passaria a pressionar de maneira efetiva e constante pela supressão do tráfico. Ela, que abolira o comércio de seres humanos em 1807, agora começava a atuar contra os países que o praticavam, e o Brasil era sem dúvida o local de maior fluxo. Um dos traços mais marcantes da dinâmica social brasileira no início do XIX, a manutenção da hierarquia social por meio da contínua importação de africanos pelo comércio

transatlântico seria posta em xeque diante da investida britânica. Existiam verdadeiras fortunas acumuladas pelo comércio interno e transatlântico, constituindo o abastecimento do mercado brasileiro um sistema separado daquele do Atlântico Norte. Ele ligava diretamente Brasil e África, sendo dominado na parte americana por comerciantes brasileiros e portugueses sediados em portos como Salvador, Rio de Janeiro e Recife.[17]

Também não se pode esquecer que esse era um dos lados mais lucrativos do comércio colonial, com seus negociantes se confundindo com a elite empresarial da colônia, no início do XIX.[18] O Brasil recebeu, entre meados do XVI e meados do XIX, aproximadamente 4 milhões de cativos, 40% do número geral de africanos transportados através do Atlântico entre os séculos XV e XIX. Desse total, 80% vieram entre os séculos XVIII e XIX, sendo que o fluxo se concentrou, então, nas feitorias de Angola, Congo, Costa da Mina, golfo de Benin, Cabo Verde. Enfim, enraizado na realidade brasileira, o tráfico consolidava hierarquias internas, fortunas e sistemas de poder.

Já a Grã-Bretanha cobrou caro a proteção que deu à família real em sua viagem ao Brasil em 1808, incluindo a questão do tráfico logo no primeiro tratado entre as duas nações. A campanha que a Inglaterra empreendeu pela abolição do comércio de almas reunia de formas bastante ambíguas interesses econômicos, políticos e humanitários de diferentes setores do seu Império. Diante da pressão, Portugal e depois Brasil atuaram de maneira a contemporizar, o quanto puderam, a situação. No tratado de 1810, vimos que o príncipe d. João aceitava extinguir gradualmente e limitar o comércio de escravos, mas nada de efetivo foi realizado. O Congresso de Viena, cinco anos depois, representou novo marco na campanha abolicionista. Mas somente em julho de 1817 o funcionamento da repressão ao tráfico foi regulamentado, instituindo-se dos dois lados do Atlântico comissões mistas e o direito mútuo para avaliar a apreensão de navios e libertar os africanos encontrados a bordo. A comissão mista portuguesa e inglesa sediada no Rio de Janeiro processou, no entanto, apenas um navio, em 1821: a escuna *Emília*, que carregava escravos vindos da Costa da Mina. Os 352 africanos foram declarados livres, tiveram suas marcas corporais registradas, receberam cartas de emancipação e foram distribuídos em instituições públicas e particulares. Esse foi, porém, um caso bem isolado, já que o próprio intendente de polícia na época, Paulo Fernandes Viana, tinha relações notórias com grandes traficantes de escravos.

Um novo tratado seria estabelecido entre 1825 e 1826, como parte das negociações pelo reconhecimento, por parte da Grã-Bretanha, da independência do Brasil. A própria Constituição, preparada pela Assembleia de 1823, trazia a orientação de Bonifácio, que era contrário à continuação desse comércio e da escravidão, a médio prazo. Mas o artigo 254 do projeto, que previa a "emancipação lenta dos negros", desapareceu da Constituição de 1824, que não fazia menção alguma à escravidão. Novo tratado estabelecido entre 1826 e 1827 considerava piratas os navios envolvidos no comércio de escravos. Mas essa seria mais uma medida "para inglês ver": de 1826 a 1830 houve verdadeira corrida, em antecipação à suposta proibição iminente do tráfico, e, enquanto a média anual de importações na primeira metade da década girara em torno de 40 mil escravos, de 1826 a 1829 ultrapassou-se a média de 60 mil escravos por ano. A história continuaria igual, com inúmeras formas de violação de proibições e com a impunidade escandalosa dos contrabandistas (ver imagem 66).[19]

Essa atitude aberta e insidiosa contra o fim do tráfico contribuiu, ainda mais, para a

precarização da liberdade, para a conivência com a escravização ilegal de africanos recém-chegados, e para que libertos e homens de cor livres não tivessem garantias contra a reescravização. Sobre eles recaía o ônus de ter que provar sua liberdade, isso num país onde tal condição se transformava em "bem" raro e difícil de manter.[20] De todo modo, a política de defesa do tráfico e da manutenção da escravidão nunca foi um dado acidental no Brasil: esteve no centro da formação do Estado nacional. Por isso, os fundadores do Império mantiveram um discurso de "abolição gradual", na mesma medida em que aparelhavam o Estado para defender de maneira estável a ordem escravista. O mais importante era, a princípio, garantir a continuidade das relações comerciais com os Estados Unidos e com a Europa, sem descurar da continuidade do tráfico. O governo brasileiro permaneceria, assim, intimamente ligado ao "comércio infame", questão que, apesar da pressão britânica, demoraria a se resolver. O projeto nacional que então se construía previa, pois, a exclusão da cidadania de amplos setores — indígenas, escravos e mulheres —[21] e jogava a perspectiva da abolição num futuro longo, indeterminado.

Com tantas fragilidades, o Império brasileiro nascia escondendo fraquezas estruturais. O lema parecia ser aquele utilizado pelo personagem Tancredi, no roteiro que Visconti fez para o romance de Lampedusa, *O leopardo*: "Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude". Não se tocava na escravidão, na monocultura ou na grande propriedade. Restavam também intocadas as diferenças políticas internas e a questão fundamental da distribuição do poder entre a autoridade nacional, localizada no Rio de Janeiro, e os demais governos provinciais.

CRISE INTERNA: UM IMPÉRIO DIVIDIDO

Internamente o ambiente político continuava marcado pela divisão. Se a forma final que tomou a independência brasileira representou a vitória do grupo coimbrão e conservador liderado por José Bonifácio e pelos Andrada, logo após a emancipação as cisões ficaram mais evidentes. Não havia, por exemplo, acordo acerca das estruturas básicas sobre as quais o Estado iria se organizar. E não por acaso, nos dois primeiros anos de país independente — entre 1822 e 1824 —, os debates centraram-se na primeira Constituição brasileira. Começavam, então, as eleições para os deputados constituintes, e já em maio de 1823 ocorreu a primeira reunião da Assembleia.

Por lá, grupos com perspectivas muito distintas se digladiavam. Os "liberais moderados" circunscreviam as reformas ao alargamento de certas liberdades políticas e civis: consolidar os feitos da emancipação mas sem comprometer a ordem social ou o status quo vigente. A base desse grupo compunha-se de proprietários rurais e comerciantes vindos do interior de Minas Gerais ligados ao abastecimento da corte, associados a políticos da média burguesia e militares.[22] Os moderados pleiteavam apenas reformas político-institucionais, visando, principalmente, restringir o poder do imperador. Defendiam a monarquia constitucional, sujeita à divisão de poderes e que conferisse maiores prerrogativas à Câmara de Deputados e autonomia ao Judiciário. Nada de projetos democráticos e populares na condução do país.

Já os "liberais exaltados" lutavam por transformações mais amplas, advogando mudanças não só sociais como políticas. Havia divisões no grupo, mas, de uma maneira geral, seus integrantes defendiam o sistema federalista, a separação da Igreja do Estado, o incentivo à indústria nacional, o sufrágio universal, a emancipação gradual de escravos e, em alguns casos, a implantação de uma República democrática.[23] Eram responsáveis, pois, por propor projetos políticos alternativos, assim como se mostravam mais atentos à extensão da cidadania e à redução das desigualdades sociais.

Os dois grupos, entretanto, uniam-se frente ao "partido português", que reivindicava poderes absolutos para d. Pedro I e reunia não só os lusitanos, mas também alguns nacionais que advogavam a existência de uma monarquia absoluta. Juntos, moderados e exaltados compunham o "partido brasileiro", pois ambos desejavam a submissão do monarca ao Parlamento. Além desses grupos existiam os "bonifácios", facção liderada por José Bonifácio que defendia uma monarquia forte mas constitucional e centralizada, assim como pretendia abolir o tráfico e gradualmente a escravidão.

Foi nesse ambiente, claramente dividido, que se abriram os trabalhos da Constituinte de 1823. O projeto que de lá saiu levou o nome de Mandioca, por conta do critério censitário estabelecido para o direito de voto. Só poderiam ser eleitores ou candidatos a deputado aqueles que tivessem renda anual equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca. Tal critério mostrava a influência da elite agrária brasileira, a qual, depois de delegar a liderança do processo de emancipação a Pedro I, agora pretendia cortar suas asas. O esboço ficou nas mãos de Antônio Carlos de Andrada, que por sua vez se pautou na Carta francesa e na norueguesa. Na sequência o texto foi remetido à Constituinte, para debate e aprovação.

Os constituintes do partido brasileiro tomaram a direção dos trabalhos e previram a

organização de três poderes, seguindo a clássica divisão de Montesquieu e tendo o imperador e seus ministros do Estado no Executivo. O Legislativo, constituído pela Assembleia Geral formada pelos deputados e senadores: os primeiros eleitos por quatro anos e os segundos com mandato vitalício. Por fim o Judiciário, composto de juízes e dos tribunais. O pulo do gato do projeto da Constituição era o estabelecimento do predomínio do Poder Legislativo sobre o Executivo, medida que claramente contrariou a Pedro I e ao partido português, que defendia abertamente o absolutismo. Ainda mais contrariados ficaram os colegas portugueses quando viram que, em outro item do projeto, proibia-se aos estrangeiros o direito de participar na política brasileira, seja como deputados, seja como senadores.

Havia, porém, outras disputas mais profundas no interior da Assembleia: tanto exaltados como membros do partido português se opunham a José Bonifácio, mas por motivos diferentes. Entretanto, os grupos uniram-se no desafeto aos Andrada, fazendo da facção por ele liderada um inimigo comum. Já Pedro I, devido à atitude manifesta dos grupos brasileiros, que pretendiam transformá-lo em mero fantoche, tendeu a se aproximar dos portugueses.

O ambiente era nervoso, e demonstrações de xenofobismo tornaram-se cada vez mais frequentes. O conjunto das propostas soava como clara provocação, e em 12 de novembro de 1823 o imperador cercou e dissolveu a Assembleia Constituinte, mostrando que não aceitava ter seus poderes limitados e se transformar num mero símbolo. Apesar da pressão do Exército, que se manteve leal ao imperador, os deputados reunidos permaneceram em sessão durante a madrugada e declararam d. Pedro I um "fora da lei". Foi então que o monarca assinou decreto fechando a Constituinte. O episódio ficou conhecido como Noite da Agonia, por conta da resistência dos políticos, que se recusaram a deixar o recinto. A despeito de muitos deputados terem declarado que somente sairiam do local "pelas baionetas imperiais", a maioria voltou tranquilamente para casa. Apenas seis representantes foram deportados para a França: entre eles, os três Andrada. É irônico pensar que não só o modelo de independência brasileira preconizou uma monarquia em lugar de uma república, como nosso primeiro projeto constitucional foi vetado, e nem chegou a vingar. Aliás, em 1824 d. Pedro apresentaria, ou melhor, imporia um novo texto constitucional à nação. A alcunha pegou, e até hoje a primeira Constituição brasileira é conhecida como a Outorgada. Ninguém há de negar que o começo da vida política no Brasil como nação independente foi no mínimo complicado e tortuoso.

A CONSTITUIÇÃO DE 1824: A MARIONETE SOLTA DAS CORDAS

Para evitar equívocos, dessa vez o imperador reuniu a portas fechadas dez pessoas de sua inteira confiança: todos brasileiros natos e juristas, membros do Conselho de Estado, criado em 1823, e formados em Coimbra.[24] O texto constitucional foi elaborado em apenas quinze dias, e tinha como base o projeto da Mandioca.[25] O escriba foi Luís Joaquim de Santos Marrocos, arquivista da Real Biblioteca e famoso por seu mau humor com relação aos nativos da ex-colônia. Tendo chegado ao Brasil junto com os livros da Biblioteca, o funcionário sempre reclamou do que encontrou na América: o clima, os mosquitos, a falta de sociabilidade. Nem por isso saiu do país: casou e morreu por aqui.[26]

O texto foi então enviado às diferentes Câmaras, as quais, segundo versão oficial, quase não elaboraram observações à Constituição, que foi rapidamente jurada na Catedral do Império já em 25 de março de 1824.[27] O documento seguia o modelo liberal francês, prevendo um sistema representativo baseado na teoria da soberania nacional. A forma de governo era monárquica, hereditária, constitucional e representativa, dividindo-se o país em províncias. A novidade ficava por conta da introdução não de três poderes, mas de quatro, seguindo-se e adaptando-se a proposta de Benjamin Constant, que defendia a existência de cinco poderes: o real, o executivo, o representativo da continuidade, o representativo da opinião e o poder de julgar, estando este acima dos demais. Constant era suíço, fora educado na Universidade de Edimburgo, tendo passado anos na França, Suíça, Alemanha e Grã-Bretanha. Intelectual de renome em seu tempo, tornou-se influente na política francesa e, durante a segunda metade da Revolução — de 1815 a 1830 —, foi líder do grupo de oposição conhecido como os "independentes", que seguiam o modelo liberal de esquerda. Em 1819 publicou *A liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos*, em que discorria sobre o papel dos indivíduos em relação ao Estado. Preconizava o formato da monarquia constitucional da Grã-Bretanha, mas chegava a defender a continuidade da escravidão; isso para que os cidadãos pudessem participar das atividades civis. Publicou também *Curso de política constitucional*, de onde veio a inspiração para o Poder Moderador, logo introduzido no texto da Constituição brasileira.

De uso privativo do imperador, o Poder Moderador estava acima dos demais poderes e a eles se sobrepunha, cabendo a seu detentor força coativa e a atribuição de nomear e demitir livremente ministros de Estado, membros vitalícios do Conselho de Estado, presidentes de província, autoridades eclesiásticas, o Senado vitalício, magistrados do Poder Judiciário, bem como nomear e destituir ministros do Poder Executivo. O imperador era ainda inimputável e não respondia judicialmente por seus atos. Assim, se pelo projeto de 1823 o chefe do Executivo guardava apenas poder de veto, agora ele se transformava numa espécie de fiel da balança. O Poder Moderador tinha a função, segundo o texto, de garantir harmonia e equilíbrio ao Estado. Era na definição da época "um poder neutro".

Os demais pontos da Constituição não geraram discórdia. Abriu-se o culto religioso, a despeito de não se conhecer nenhuma proibição à existência de outros templos, sinagogas ou igrejas; as eleições mantiveram-se censitárias indiretas e em dois turnos: no primeiro, os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cem domicílios; no segundo, elegiam-se os deputados e senadores, estes últimos em lista tríplice da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência. A Igreja submetia-se ao Estado,

inclusive com o direito de o imperador conceder cargos eclesiásticos na Igreja católica (o chamado "direito de padroado"), e a Assembleia Geral era composta de duas Câmaras — a Câmara de Deputados e a Câmara de Senadores, sendo a primeira eletiva e temporária, e a segunda vitalícia e organizada por eleição provincial. Além disso, mantinha-se o Conselho de Estado, mas constituído de membros vitalícios nomeados pelo imperador.

Para os padrões da época, a Constituição de 1824, a despeito de ter sido "outorgada", foi até avançada: podiam votar todos os homens a partir de 25 anos com renda mínima anual de 100 mil-réis. Os libertos votavam nas eleições primárias, e o critério de renda acabava por não excluir do direito de voto a maior parte da população pobre, uma vez que a maioria dos trabalhadores ganhava mais de 100 mil-réis por ano. Por fim, analfabetos também tinham direito a voto.

Essa Constituição continuou a vigorar até o fim da monarquia, e os dados apontam para um cenário interessante: antes de 1881, 50% da população masculina adulta votava, o que equivalia a 13% da população total. Para dar uma ideia, em torno de 1870 a população votante na Inglaterra ficava em torno de 7%; na Itália, 2%; em Portugal, 9%; na Holanda, 2,5%; nos EUA, 18%. Sufrágio universal masculino existia apenas na França e na Suíça.[28]

Com toda a sua pretensão liberal a Constituição de 1824 garantiu, porém, um alto grau de centralização de poderes nas mãos do imperador, manteve um traço absolutista através do Poder Moderador e ignorou a escravidão. Também não se pode deixar de lado o contexto particular: a Carta e sua urgência representavam uma reação imediata ao projeto de 1823 e às tentativas de controlar o poder do monarca. Da mesma forma, não há como esquecer a maneira autoritária como a nova Carta foi imposta aos cidadãos nem o caráter voluntarioso do imperador, que inspecionou pessoalmente todos os detalhes. D. Pedro I iria repetir tal processo de outorga quando dois anos depois, já como d. Pedro IV de Portugal, participaria da elaboração da Constituição lusitana de 1826. Coisas de estilo pessoal que, nesse caso, virava problema nacional.

1831. OUTRA INDEPENDÊNCIA

Não passaria desapercebido o fato de o imperador dissolver a Assembleia e impor uma nova Constituição ao país. Também não restaria invisível o fato de o novo círculo de burocratas e mercadores — muitos deles portugueses ou com laços fortes com a ex-metrópole — fazer parte agora da esfera íntima de d. Pedro I. Em Pernambuco, por exemplo, província conhecida por sua disposição revolucionária e por sua vocação republicana e federalista, novas vozes se levantaram. Dentre elas, destacou-se o nome do frei Joaquim do Amor Divino, mais conhecido como Frei Caneca. De origem humilde e educado no seminário de Olinda, ele se transformou num intelectual refinado e num ativista político vigoroso. O estopim da revolta em Pernambuco foi a nomeação de um governador indesejado, mas o movimento produziu a primeira reação à política absolutista e centralizadora do governo de d. Pedro I. Foi por esses motivos que em 1824 estourou a Confederação do Equador, que pretendia a formação de uma República baseada inicialmente na Constituição da Colômbia, então a Carta mais próxima, na América do Sul, dos princípios do republicanismo norte-americano. A Confederação do Equador tinha raízes profundas que remontavam ao século XVIII — a Guerra dos Mascates (1710-11) — e ao início do XIX — a Revolução Pernambucana de 1817 (ambas de caráter republicano). Havia também divisões internas entre o norte pernambucano, que se dedicava ao cultivo do açúcar e do algodão e contava com vilas populosas, e a monocultura da região sul da província, com seu exclusivo açucareiro e cujas povoações não passavam de anexos dos engenhos.

Assim, se Pernambuco aceitara a monarquia apostando na garantia de autonomia local, com a promulgação da Constituição de 1824, e sua centralização excessiva, a frustração logo tomou conta da província. Os pernambucanos andavam divididos entre duas facções — uma monarquista e outra liberal e republicana — e a província era governada por Pais Barreto, líder dos monarquistas e nomeado presidente por Pedro I. Devido a pressões dos liberais, Pais Barreto renunciou, e Manuel Pais de Andrade, outra liderança importante da revolta e declaradamente republicano, foi eleito. O negócio não ficou, contudo, apenas entre os Pais. Informado da situação, Pedro I requisitou a recondução de seu candidato ao cargo, e foi solenemente ignorado. Testado em seus poderes, o imperador enviou dois navios de guerra ao Recife, tentando fazer valer sua lei. Os liberais, porém, se recusaram a reempossar o presidente, e o levante eclodiu. O imperador bem que tentou negociar, nomeando outro presidente. Mas era tarde demais: em 2 de julho de 1824 os revolucionários proclamaram a independência de Pernambuco, e ainda convidaram as demais províncias do Norte e Nordeste a se unirem a eles, formando a Confederação do Equador. Teoricamente, o novo Estado federalista e independente seria constituído pelas províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Pernambuco. No entanto, além de Pernambuco, apenas algumas vilas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e especialmente do Ceará aderiram ao movimento.

Os confederados reivindicavam que o Brasil fosse organizado de maneira análoga “às Luzes do século”, seguindo o “sistema americano” e não o exemplo da “encanecida Europa”. A ênfase recaía na solução federada, característica do republicanismo norte-americano. Na bandeira dos revoltosos figuravam não só os dois produtos da região — o

algodão e a cana — como representações da República e do federalismo. O imperador, por carta régia de 25 de julho de 1824, sentenciou os revoltosos, ordenando que fossem condenados. Mas a revolução continuava.

Em 12 de setembro forças terrestres lideradas por Pais Barreto atacaram o Recife e em cinco dias derrotaram os rebeldes. Alguns líderes foram assassinados, enquanto outros, como Frei Caneca, acabaram presos. Os rebeldes na Paraíba não tiveram melhor sorte. O processo judicial para apurar os culpados iniciou-se em outubro de 1824 e se estendeu até abril do ano seguinte. Das centenas de pessoas que participaram da revolta nas três províncias, quinze foram condenadas à morte, entre elas Frei Caneca. As execuções puseram fim ao movimento, mas deixaram lastro em Pernambuco, que se frustrara: esperavam que a primeira Constituição do Império fosse federalista, dando autonomia administrativa às províncias. Todas as demais províncias foram perdoadas por Pedro I, em 7 de março de 1825. A atitude dadivosa, porém, não escondia divisões nem diminuía rancores.

PROBLEMAS NA VIDA PÚBLICA E NA VIDA PRIVADA DO IMPÉRIO

O ambiente, na esfera íntima de d. Pedro, também não se mostraria dos mais tranquilos. Sabemos que, na vida dos reis, a separação entre a esfera pública e a esfera privada é tênue. Afinal, casamentos são questões diplomáticas, assim como o nascimento e a morte de entes queridos. E nesse caso a história se repetiria. Em 2 de dezembro de 1825, d. Leopoldina, a esposa cada vez mais isolada de Pedro I — o qual desde a viagem a São Paulo, na época da Independência, continuava a só ter olhos para Domitila —, dá à luz um filho homem, herdeiro das esperanças de continuidade do Império: o futuro monarca Pedro II.

Não eram poucas as promessas atribuídas a esse personagem.[29] Pela linha paterna, o príncipe imperial descendia de antepassados ilustres, imortalizados pela prosa portuguesa. D. Pedro era o 19º duque de Bragança, cuja família estava entrelaçada aos Capeto da França. Pela linha materna, d. Pedro era ligado ao imperador Francisco I, da Alemanha, Áustria, Hungria e Boêmia, ele mesmo filho de Leopoldo II, imperador da Alemanha e irmão de Maria Antonieta, mulher de Luís XVI. Descendia também de Francisco José, duque de Toscana, marido de Maria Teresa, imperatriz da Alemanha, Áustria e Boêmia.[30] Sua genealogia ia longe: chegava a santo Estevão, rei da Hungria; a Filipe II, a Filipe IV; aos reis de Aragão e Castela, e aos reis da França. Carregando a herança dos Bourbon, dos Habsburgo e dos Bragança, o batizado da criança imperial cercou-se de uma mística incomum. O fantasma desses reis, santos e loucos, imperadores e aventureiros, príncipes ilustrados, românticos ou melancólicos, acompanharia esse príncipe pela vida toda.

Três meses depois, em 10 de março de 1826, contando 59 anos incompletos bem vividos, morria no Paço da Bemposta, em Lisboa, d. João VI, assim diz a lenda, de indigestão após uma ceia farta. D. Carlota, alegando doença, evitou estar ao lado do marido moribundo e viajou para Lisboa, não sem deixar clara sua preferência para que d. Miguel, que não era o primogênito, assumisse o trono vacante. Já d. João sempre expressou preferência por d. Pedro; não obstante ele fosse agora considerado estrangeiro, uma vez que imperador do Brasil. Entretanto, antes de morrer, o rei, fiel a seu estilo indeciso, num documento ambíguo legava a regência à filha Isabel Maria, antes que o "legítimo herdeiro" assumisse. D. João apenas não indicara justamente quem seria o "legítimo herdeiro". Criou-se, assim, um problema sucessório. Nesse meio-tempo, Isabel Maria mandou comissão ao Brasil para saudar d. Pedro IV, novo rei de Portugal. Mas o impasse continuava, pois não era constitucional d. Pedro reunir as duas Coroas. A saída foi decidir pelo casamento de d. Maria da Glória (filha de d. Pedro) com d. Miguel. Além do mais, se Carlota Joaquina chamava por antipatias, d. Miguel, desde que voltara para Portugal, angariava cada vez mais popularidade. Já d. Pedro, por conta da independência no Brasil, era considerado quase persona non grata em território português.[31]

Mas deixemos essa questão dinástica em banho-maria, pois mais um evento atrapalharia a agenda, já conturbada, do imperador do Brasil.[32] Em 11 de dezembro do mesmo ano morria, depois de parto difícil, Maria Leopoldina, e cercada de rumores sobre os maus-tratos que o marido lhe dedicava. D. Pedro encontrava-se em meio a uma série de encruzilhadas tão íntimas como absolutamente públicas. A morte de Leopoldina geraria uma larga boataria a respeito desse príncipe "bárbaro", anunciada nas cartas que a imperatriz enviara à irmã Maria Luísa (que se casou e se separou de Napoleão) e também

ao pai, o poderoso imperador Francisco da Casa d'Áustria.

Diferentemente do que afirma o dito popular, não houve nada de fácil na vida dessa princesa. Após 1822, tendo desempenhado papel de grande relevância no processo de independência, ela se encontrava isolada na corte. Leopoldina passou então a escrever cartas lamentando-se do marido e do que chamava de "horrível América". Oscilava, falava em nome do povo, destacava seu sacrifício, mas o retrato final era o de uma princesa melancólica, sem amigos ou esposo a seu lado. Na última carta, datada de 8 de dezembro de 1826, e endereçada a Maria Luísa, d. Pedro converteu-se em "monstro sedutor", e a imperatriz não escondia ressentimentos: "Acabou de dar-me a última prova de seu total esquecimento a meu respeito, maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças". Leopoldina referia-se a Domitila, a marquesa de Santos, que ocupava, então, todo o tempo do jovem monarca. A princesa morreria quando seu último filho (o futuro soberano d. Pedro II) tinha apenas um ano e nove dias. Nesse meio-tempo, em 23 de maio de 1824, nascera Isabel Maria, a filha de Domitila, que seria, dois anos depois, reconhecida como filha do imperador e receberia o título de "duquesa de Goiás".[33]

1831: UMA NOVA INDEPENDÊNCIA

Enquanto isso, a vida pública era retomada no Brasil, com a abertura de eleições para a Câmara no final de 1824 e sua primeira reunião em 1826. Deputados de todo o país se reuniram, e, se os trabalhos começaram tímidos, logo ganharam força com a oposição se reorganizando e tomando a direção do movimento social. Também surgiram muitos e combativos jornais aos quais d. Pedro costumava reagir e responder, pessoalmente. O imperador ainda fez uso de seu Poder Moderador, dispensando ministros por conta de pequenos deslizes ou por mero capricho. O caráter voluntarioso e romântico de d. Pedro ia fazendo escola, assim como seu costume de deixar questões privadas interferirem diretamente nos assuntos do Estado.

No âmbito externo o monarca manteve a política expansionista de seu pai, que pretendera estender as fronteiras meridionais do Brasil até as margens do Prata. O resultado foi a continuidade da guerra na Cisplatina, com a Argentina. A província Cisplatina se transformou no atual Uruguai, e os dois contendores saíram igualmente derrotados, com seus cofres públicos literalmente arrombados.

Na esfera íntima, novas reviravoltas sobressaltaram a corte. Depois da morte de Leopoldina, seria a vez de Domitila conhecer o descaso do imperador. Tanto que em 1827 ele já tinha tomado a decisão de encontrar nas cortes da Europa uma futura imperatriz. O fim de caso se prolongou por três longos anos, mas d. Pedro foi firme, dessa vez. A seleção de uma nova esposa não se mostrou, porém, tarefa fácil, já que a má fama do monarca havia se espalhado pela Europa. Após três anos de procura o soberano finalmente se casou com d. Amélia de Leuchtenberg, princesa da Baviera, de dezessete anos de idade, e cuja beleza, dizem, teria sossegado os humores do rei.

O problema era que, para os políticos locais, o imperador parecia apenas interessado na vida privada e na política portuguesa. Sem perder de vista as vicissitudes de Lisboa, d. Pedro tentava interferir nos dois lados e continuava a assinar despachos relativos a Portugal como d. Pedro IV. Também começava a misturar finanças locais com as da ex-metrópole, assim como não desviava os olhos da sucessão real. Em 1827, quando d. Miguel completou 25 anos, e já teria direitos para assumir a regência, foi de d. Pedro a ideia de que o irmão passasse a governar seu país como lugar-tenente. D. Miguel retornou, porém, de uma estada prolongada na Áustria em fevereiro de 1828, para alegria de sua mãe, Carlota Joaquina, que julgou que teria condições, finalmente, de vingar antigos desafetos. Em Portugal teve início, então, o governo opressivo de d. Miguel, quando muitos políticos foram mortos e outros fugiram.

E também no Brasil as coisas se aceleravam. Uma série de pequenos conflitos vinha se acumulando desde 1830, deixando a cidade em contínua tensão. De um lado, a onda revolucionária que se abateu pela Europa, e que levou à queda de Carlos X e deu o trono francês a Luís Felipe de Orléans — o conhecido monarca cidadão, que se pronunciara abertamente em favor dos ideais da Revolução de 1789 —, despertou os liberais brasileiros contra o caráter absolutista do governo de d. Pedro. De outro, o assassinato do jornalista Libero Badaró em São Paulo, no dia 20 de novembro, acirrou ainda mais os humores da imprensa e da população. Jornalista italiano radicado no Brasil, proprietário do jornal de oposição *O Observador Constitucional*, Badaró argumentava que o governo imperial andava

exercendo uma espécie de autoritarismo negligente. Seus artigos pregavam a liberdade dos brasileiros através do rompimento com qualquer mandatário lusitano, incluindo-se, é claro, o próprio Pedro I. Correu, então, o boato de que o mandante do crime, o ouvidor Cândido Japiaçu, contava com a proteção de d. Pedro. Por fim, na Câmara de Deputados, a maioria liberal passou a atacar de frente o governo, e encerrou os trabalhos em 30 de novembro fazendo exigências de reformas constitucionais.[34]

Foi nesse contexto que d. Pedro viajou para Minas Gerais, buscando conter agitações federalistas locais. Nova onda de boatos espalhou a notícia de que ele preparava um golpe absolutista, planejando dissolver o Congresso. Por isso, quando o imperador voltou ao Rio, as recepções foram díspares. Comerciantes portugueses, partidários de d. Pedro, prepararam uma grande festa para celebrar o retorno, no dia 11 de março, com fogueiras, iluminações, girândolas e lençóis com as cores nacionais. Já os liberais brasileiros entenderam os festejos como uma ofensa à dignidade nacional. E assim se iniciava o conflito conhecido como Noite das Garrafadas — por conta dos objetos atirados —, que prosseguiu até o dia 16 do mesmo mês. Provocações, insultos, agressões, quebra-quebras de parte a parte tomaram as ruas da capital, ao lado de frases contraditórias que partiam dos diversos grupos, os quais ora davam "vivas à Constituição, à Assembleia e à liberdade de imprensa" ora aclamavam d. Pedro monarca absoluto. Documentos de época também mencionam a participação de africanos e negros vestindo jaquetas e portando chapéus com o laço nacional ou da federação. A ordem foi restaurada só no dia 17, mas por pouco tempo.[35]

No próprio dia 17, 23 deputados e o senador Campos Vergueiro redigiram uma representação ao imperador, exigindo a punição dos agressores portugueses. De nada adiantou d. Pedro instituir novo ministério, composto só de brasileiros, ou nomear outro comandante de polícia. Lembrou o viajante Armitage que se produziu "um efeito elétrico" na corte e nas províncias, incendiado pelos jornais, que mais lembrava um estado de rebelião latente. Até mesmo os moderados, que até então tentavam pôr panos frios na situação, mudaram de posição. Temporariamente unidos, moderados e exaltados, embora mantendo seus interesses diversos, faziam causa comum em derrubar o imperador. E a revolta fazia moda: os jornais de oposição difundiram o uso de laços verde-amarelos, os mesmos dos tempos da Independência, e, entre os exaltados ou republicanos, o chapéu de palha e a sempre-viva na lapela.

No dia 25 de março, aniversário da Constituição, novos conflitos estouraram nas ruas da corte. No momento em que assistia a uma parada militar no Campo da Aclamação, d. Pedro foi afrontado por indivíduos que davam vivas ao "imperador constituinte". A cada dia, novas manifestações e tumultos ocorriam. Mas a gota d'água caiu quando em 5 de abril, sem conseguir controlar as agitações, o ministério dos brasileiros foi demitido e d. Pedro nomeou outro, integrado apenas por elementos de seu círculo íntimo de relações.

Em moto contínuo, já no dia 6 uma multidão de 4 mil homens se aglomerou no Campo da Aclamação — que ia se convertendo no local dileto para as manifestações públicas —, espalhando-se depois pelas ruas da cidade. Protestavam contra a atitude do imperador, que não só demitira o ministério como compusera outro, formado por titulares do Império sem expressão maior do que o fato de serem da confiança do monarca. Ouviam-se brados de "viva a Constituição", "viva a independência do Brasil" como se, no contexto, tais mensagens nada tivessem a ver com d. Pedro. Não faltaram novos boatos, sobre a

suspensão de garantias constitucionais, prisão de senadores e morte de deputados. Comentava-se, ainda, um golpe de Estado dado pelo próprio monarca, o que só aumentava a tensão e a disposição para o rompimento final com o imperador.

Para tentar conter o movimento, d. Pedro enviou uma manifestação que deveria ser lida publicamente, afirmando que era um "constitucional de coração" e dando sua imperial palavra de que nada ocorrera. No entanto, antes que o juiz de paz pudesse terminar a leitura do documento, este foi arrancado de suas mãos e rasgado pelos manifestantes, os quais de pronto passaram a gritar: "Morra o imperador" e "Viva a Federação e a República".

Nova tentativa no sentido de contemporizar o movimento popular foi feita, agora do lado dos políticos brasileiros: três juízes de paz dirigiram-se ao Paço de São Cristóvão exigindo a reintegração do ministério deposto. O soberano, defendendo seu direito constitucional, negou o pedido. Já os juízes, obrigados a relatar o sucedido, ouviram novas palavras de ordem: "Morra o traidor! Às armas cidadãos".[36]

A pressão subiu a tal nível que o imperador resolveu jogar a última cartada: abdicou em favor de seu filho. Essa era mesmo a única maneira de sustar o processo, garantindo a continuidade da realeza no Brasil. No dia 7, por volta das três da manhã, a carta de abdicação era entregue para ser lida publicamente. A notícia foi recebida com grande entusiasmo, versos patrióticos, hinos cívicos e vivas a "Pedro II, imperador e constitucional do Brasil". D. Pedro I ainda teve tempo de nomear o tutor dos filhos que ficavam no Brasil. Por mais paradoxal que possa parecer, indicou seu antigo amigo, e antigo desafeto: José Bonifácio.

D. Pedro abdicou melhor do que reinou. Altivo, afirmou que a decisão estava tomada e encerrou o episódio: "Entre mim e o Brasil tudo está acabado e para sempre". Voltava ele então para Portugal, ao lado da esposa, onde reassumiu seu antigo título português e acrescentou o "defensor perpétuo do Brasil". Agora era hora de cuidar da vida da monarquia em Portugal e do lugar de sua filha, d. Maria da Glória.

No Brasil, a euforia tomou conta do ambiente, e de tal modo, que a abdicação foi entendida como um marco inaugural e fundador. Muitos a consideraram uma revolução exemplar, pois fora pacífica e não levara a derramamento de sangue. Outros a chamaram "regeneração brasileira", tal seu caráter popular. Toda uma memória foi criada em torno do evento, como se ele representasse um tempo novo: a verdadeira independência.[37] O importante é que o Sete de Abril, muito mais do que o Sete de Setembro, consagrou o espaço público como uma arena política e com ele o grupo dos exaltados, assim como suas práticas informais de cidadania.

No entanto, e mais uma vez, a calmaria seria breve. Como o futuro monarca era ainda menino, tinha seis anos incompletos, abriu-se o período das Regências: seria preciso que outros governassem o país em nome de d. Pedro II, até que ele chegasse à maioridade. Os ensaios de governo cidadão e federativo voltariam ao palco nos anos seguintes, assim como as manifestações de ordem, mais ou menos, popular. Dessa vez, porém, o barulho soaria tal qual eco: a partir das demais províncias do país.

10.
REGÊNCIAS OU O SOM DO SILÊNCIO

Dizem que o som do silêncio, às vezes, pode ser ensurdecedor. No período das Regências, que se abria no Brasil com a abdicação de Pedro I em 1831, a história confirma a expressão. O país era grande, e a corte desconhecia as especificidades de suas diferentes regiões, que vistas de longe pareciam quietas, serenas, e davam a impressão de que assim continuariam para sempre. A emancipação política de 1822 consolidou-se em torno da corte, isto é, do Rio de Janeiro, privilegiando a instituição monárquica e a unidade nacional. O sentimento autonomista era, porém, forte nas províncias: desfeita a unidade do Império luso-brasileiro como consequência da ruptura com Lisboa, o debate girava ao redor de dois programas políticos decididamente antagônicos: o centralismo da corte, de um lado, e o autogoverno provincial, de outro.[1]

Estava em jogo, assim, onde residiria o centro da soberania: nas províncias (e isso implicaria negociar novo pacto constitucional) ou no Rio de Janeiro. Vale lembrar que a adesão das províncias ao grupo vitorioso não foi pacífica, Pernambuco e Bahia estavam em condições de articular de forma consistente o autogoverno provincial. É certo que vingou o projeto unitário construído em torno da figura simbólica do rei e da crença na vocação do país para a unidade nacional — aquilo que José Bonifácio dizia ser o Brasil, "esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata até o Amazonas". Mas é certo também que a inspiração federalista que iria sacudir o Brasil ao longo do período regencial e consequências desse debate apareceriam durante o processo de independência. Para piorar a instabilidade geral, na época da abdicação de Pedro I, seu filho, o príncipe Pedro, tinha apenas cinco anos e quatro meses, cuidadosamente contabilizados, e a saída foi deixá-lo isolado no Paço de São Cristóvão, junto com suas duas irmãs — Francisca (a mana Chica) e Januária. Era preciso proteger o herdeiro das esperanças nacionais, pois por força da lei o príncipe regente não podia assumir o governo do Estado até completar a maioridade, aos dezoito anos. Abriu-se, então, um vácuo político que liberou a imaginação popular, com graves e importantes resultados. De um lado, o problema prático e burocrático mais imediato foi resolvido a partir de uma sucessão de quatro regências, assumidas por políticos brasileiros: duas compostas de três regentes (as chamadas "regências trinas") e duas de apenas um ("regências unas"). De outro lado, contudo, a questão sucessória incendiou as demais províncias, que agora, sem um rei no poder, passaram a contestar a legitimidade dos novos governantes, os quais estariam excessivamente voltados para a lógica da corte carioca. E dá-lhe barulho.

A primeira das reações foi a abertura de um amplo debate acerca da desmedida centralização política e administrativa imposta pelo Rio de Janeiro. Novas bandeiras foram içadas, e nelas se inscreviam temas como o federalismo e a República. A discussão não ficaria restrita, porém, ao âmbito parlamentar. Em moto contínuo, estouraram rebeliões em várias províncias brasileiras, que a despeito de suas demandas particulares guardavam, no conjunto, novas reivindicações por autonomia. Afastadas das instâncias decisórias, e insatisfeitas com os rumos tomados no Império, essas novas lideranças passavam a

introduzir tópicos até então pouco conhecidos na agenda do país. Revoltas como a Cabanagem, no Pará; a Balaiada, no Maranhão; a Sabinada, na Bahia, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, indicavam como o barulho ainda difuso das províncias — feito de descontentamentos isolados e tensões latentes — tinha potencialidade para se transformar num grande coral, composto de vozes que cantavam em solo mas resultavam num conjunto nada harmonioso.

É certo que quase nenhuma dessas vozes se opunha exatamente à monarquia. A ideia geral parecia ser esperar por Pedro II. Mas, enquanto o monarca crescia, cresciam também as demandas por autonomia. Era preciso que os regentes criassem uma agenda positiva que respondesse às novas demandas, entre elas, idealizar arranjos políticos que garantissem aos novos grupos a preservação de seus interesses, isso sem tocar na unidade territorial e na centralização monárquica. Com tantos dados no jogo de tabuleiro, esse se transformou no período mais dinâmico do Império, ao menos no que se refere à criação de projetos políticos e de propostas de diferentes formas de governo. Não por acaso Joaquim Nabuco teria afirmado: "No Brasil [...] a regência foi a república, de fato, a república provisória". Não se sabe se foi o Paço com seu monarca menino que encolheu ou se as esquinas do país é que nunca pareceram tão largas e distantes.

O IMPERADOR MENINO E AS REGÊNCIAS

Prevista na Constituição Política do Império do Brasil para o caso de vacância no poder, a Regência representava a saída mais legítima para dar normalidade política à situação criada com a partida abrupta do imperador, que não chegou a completar uma década de reinado. Assim, mal o Paço do Senado recebeu oficialmente a notícia da renúncia de Pedro I, o Senado elegeu a toque de caixa uma Regência Provisória composta de três senadores: Francisco de Lima e Silva (um militar de atuação política consolidada), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (advogado formado em Coimbra e ligado ao grupo paulista dos Andrada, que voltava a mandar na política nacional) e José Joaquim Carneiro de Campos (o marquês de Caravelas, o qual, igualmente formado em Coimbra, ajudou a redigir e assinou o texto da Constituição de 1824, assim como integrou o grupo conservador, tendo sucedido a José Bonifácio na pasta do Império e dos Negócios Estrangeiros). Os regentes tinham posturas opostas, tanto em relação aos grupos que apoiavam como nas atitudes políticas que adotavam: o primeiro era considerado um liberal, isto é, favorável ao federalismo; os outros dois eram conservadores, e o senador Vergueiro costumava ser encarado como um centralista empedernido.

Mas o tempo era de ação e de atos vistosos, capazes de conter a agitação que tomara o país. Por isso os regentes agiram rápido: restituíram a seus cargos os ministros demitidos por Pedro I, convocaram uma Assembleia Legislativa que deveria criar novo corpo de leis, anistiaram os criminosos políticos e afastaram das tropas os estrangeiros considerados "suspeitos e desordeiros". Para garantir a paz e mostrar a "boa vontade" dos regentes, no sentido de atender as demandas dos grupos insatisfeitos, foi elaborado um manifesto que pedia pela ordem e expunha as novas medidas políticas e administrativas. Mesmo assim, pequenos conflitos estouraram no Rio de Janeiro e em outras províncias — como Bahia e Pernambuco; todos eles contrários aos portugueses do Partido Restaurador, que a essas alturas pregavam pela volta do monarca português.

Nesse meio-tempo, apostando firme na força simbólica do imperador menino, já em 9 de abril (dois dias após a abdicação) o sucessor do trono foi aclamado (ver imagem 68), pelo Legislativo, imperador do Brasil. O artista francês Jean-Baptiste Debret mais uma vez ficou responsável por tornar "eterno" o momento, que era apenas resultado da política ligeira dos homens. De tão pequeno, o menino que foi apresentado ao povo na varanda do Paço da Cidade teve de montar numa cadeira para que pudesse ser visto ao acenar a todos com seu lenço. Essa era a forma como a elite política se organizava: procurando tornar visível o futuro próximo, que se encarnava na figura de um monarca ainda garoto.

Estranhos caminhos tinham levado o ex-monarca a nomear seu inimigo da vez — José Bonifácio de Andrada e Silva — tutor de seus filhos. Nessa hora parece ter vingado a maturidade política e intelectual do Patriarca da Independência. O momento era dramático, e d. Pedro sabia que deixava os filhos sem data para revê-los. A fim de não expô-los demais, e garantir que ficassem apartados da turbulência política que ia se espalhando pelo país, os três únicos membros da família real a restar no Brasil foram transladados para o Palácio de São Cristóvão ou da Boa Vista, mais afastado do centro agitado da capital. Lá, passariam a cumprir um tedioso cotidiano, com horários rígidos, poucas visitas, e muitas lições e tarefas. Era preciso formar o futuro imperador e mantê-lo tranquilo,

enquanto o Brasil, lá fora, literalmente fervia. Houve até quem pensasse em levar o pequeno monarca para São Paulo, mas a proposta não mereceu maior crédito: era conveniente que permanecesse na corte, até porque, sem se locomover, chamaria menos atenção.[2]

Pedro I só deixaria o território nacional em 13 de abril, e sua partida foi festejada pelas ruas, que comemoravam "a queda do tirano". Enquanto isso, ignorando o que ocorria nos arredores e o fato de que sua autoridade periclitava — por conta dos motins, agitações, revoltas e rebeliões que estouravam em diferentes rincões do Império —, o menino príncipe convertia-se numa projeção. As primeiras notícias dessa "revolução sem sangue" — nome que na época se dava para a abdicação — falam das esperanças na efetivação de uma monarquia constitucional, livre dos abusos de um monarca autoritário e vinculado aos interesses do Estado português: "Concidadãos! Já temos pátria; temos um Monarca símbolo da vossa união, e da integridade do Império, que educado entre nós, receba quase no berço as primeiras lições da Liberdade Americana, e aprenda a amar o Brasil que o viu nascer…".[3]

O clima era conturbado, dividindo-se os pasquins segundo as tendências de seus proprietários e do momento político. Interessante é notar dois fenômenos conjuntos: a fundação do jornal intitulado *D. Pedro I*, em 1833, que defendia a restauração — a volta do imperador português ao Brasil —, e o aparecimento, alguns meses depois, do jornal *D. Pedro II*, que advogava a união de todos contra a restauração. O pequeno imperador emprestava, portanto, o nome para uma causa que ele simbolizava mas sobre a qual, de fato, nada entendia.

Pouco se sabe da infância do segundo imperador. Tirando-se os relatos do monótono cotidiano do jovem d. Pedro e de suas irmãs, ou a descrição de seus medíocres professores, mais parece que o futuro monarca dormia o sono dos justos, à espera do eterno despertar. Em carta de 8 de maio de 1833, ele escreveu à rainha de Portugal d. Maria da Glória, sua irmã:

> Querida e muito amada irmã. Aproveitamos a viagem a Paris que faz o Sr. Antônio Carlos d'Andrada, irmão do nosso Tutor, para dar-lhe notícias. Há muito tempo estamos privados das suas, assim como das de nossa querida Mamãe… Aqui esforçamo-nos em seguir o seu exemplo: Escrita, Aritmética, Geografia, Desenho, Francês, Inglês, Música e Dança, dividem os nossos momentos; fazemos constantes esforços para adquirir conhecimento e somente a nossa aplicação pode trazer um pouco de lenitivo às vivas saudades que nos faz experimentar a separação…

Longe da família, restavam os estudos que d. Pedro, como bom herdeiro, levava a sério.[4]

DE PROVISÓRIA A PERMANENTE

No entanto, fora do ambiente tranquilo do Paço, os políticos da Regência Provisória se viram pressionados a agir rápido, e não só por decreto. Na Bahia, em Pernambuco e em Minas Gerais, portugueses começavam a ser atacados, mostrando uma nova face xenófoba dos ativistas. Era preciso acelerar ainda mais o processo político, e outra eleição foi marcada na Assembleia, para 3 de maio do mesmo ano de 1831, com o objetivo de transformar o provisório em permanente. No dia 17 de junho era eleita a Regência Trina Permanente, composta dos deputados José da Costa Carvalho (o marquês de Monte Alegre, que estudou direito em Coimbra e na sua volta ao Brasil foi eleito deputado pela província da Bahia, além de ter sido fundador de *O Farol Paulistano*, o primeiro periódico impresso e publicado em São Paulo); João Bráulio Muniz (colega de Carvalho em Coimbra e no jornal *Farol Paulistano*, era natural do Maranhão), e do senador Francisco de Lima e Silva (barão da Barra Grande, atuara na brigada que sufocou a Confederação do Equador, como presidente da província de Pernambuco entre 1824 e 1825, e como senador do Império) (ver imagem 62).

Essa era uma regência de políticos moderados, maioria por sinal na Câmara de Deputados. Tratava-se de uma elite política a serviço do rei, que foi decisiva na estrutura da organização política do Império e em sua capacidade de processar conflitos mediante arranjos entre grupos dominantes. Ela era homogênea pela educação e pela participação no serviço público. Por isso, para esse grupo, o fortalecimento do Estado e a unidade nacional constituíam valores políticos maiores e expressavam um interesse material muito concreto.[5] É necessário destacar, ainda, que havia na composição da Regência uma tentativa de centralizar o poder e equilibrar ânimos, reunindo no triunvirato representantes do Norte, Nordeste e Sudeste.

Mas, assim como seus predecessores, esses regentes precisariam responder de afogadilho às suas novas atribuições. Começaram com medidas mais brandas, reformando as Escolas de Medicina e Cirurgia do Rio e de Salvador, convertendo-as em faculdades e conferindo-lhes mais autonomia. Em tempos de nacionalismo, atitudes como essas tinham o poder de impressionar, além de sublinhar o gesto da independência, sob a forma de autonomia intelectual. No mesmo registro pode ser entendida a reorganização do Poder Judiciário e o estabelecimento do tribunal do júri. Entretanto, a medida mais ruidosa foi a reforma do Legislativo, capaz de limitar o exercício do Poder Moderador partilhado pelos regentes e aumentar a preeminência dos deputados e senadores sobre o Executivo.[6]

A Regência Trina tinha outras surpresas guardadas no bolso, entre elas a criação da Guarda Nacional: uma força pública a ser usada pelo poder central para conter manifestações e motins. Ela seria constituída a partir do contingente populacional espalhado pelas províncias, mas vinculada ao ministro da Justiça. O modelo vinha de uma instituição congênere existente na França e visava, em princípio, à participação do cidadão. Todos os cidadãos entre 21 e sessenta anos e em condições de serem eleitores — portanto com renda anual superior a 200 mil-réis, quando residentes em grandes cidades, e a 100 mil-réis nas demais regiões; escravos excluídos, naturalmente — eram obrigados a se alistar, sendo os cargos de comando eletivos em cada província.

No entanto, em virtude de sua composição social — recrutada somente dentre os

membros da elite —, mais do que uma força cidadã, a Guarda Nacional era um instrumento para garantir a ordem e conter revoltas locais. Também entrava na conta das elites políticas nas diferentes províncias o direito de escolherem os coronéis e majores de legião da Guarda Nacional. De tão conservadora, e atuante, ela criou uma tradição, estendendo sua atuação até a Primeira República, sobretudo nas áreas mais rurais do país. Além do mais, com essa tropa de elite evitava-se a participação política de militares ao lado dos populares, a exemplo do que ocorrera com as rebeliões que precederam a Independência e nas agitações provinciais que levaram à abdicação. A Guarda Nacional (e não os militares) se constituía, pois, como uma força repressiva muito confiável, inclusive em razão de sua origem social.

Mas não eram decretos nem nomeações que dariam conta da crise financeira e das agitações que passaram a ameaçar a unidade nacional. Os três partidos nacionais também se mantinham divididos entre Moderado (ou chimangos), Exaltado (ou jurujubas e farroupilhas) e Restaurador (ou caramurus, que queriam a volta de Pedro I e contavam com a chefia de José Bonifácio). Foi nesse contexto que começou a ascensão de um personagem cuja imagem ficaria colada à história das Regências: o padre Diogo Antônio Feijó, que já era deputado mas acabou nomeado ministro da Justiça. Arqui-inimigo de Bonifácio e dos caramurus, acusou-os de provocar agitações tentando desestabilizar a Regência e incitar a volta do imperador d. Pedro I. Em meio a uma série de acusações, eclodiu uma nova revolta na capital, em 3 de abril de 1832, sendo o tutor acusado de instigar as manifestações. Apoiado, porém, pelo Senado, Bonifácio manteve-se na função. Mas os dias do Patriarca estavam contados: responsabilizado por tramar contra a Regência, foi preso e enviado para a ilha de Paquetá, onde permaneceu confinado em sua casa de praia. Apesar de absolvido, jamais se recuperaria politicamente, vindo a morrer poucos anos depois em Niterói.

Feijó saiu fortalecido do "golpe de braço" com José Bonifácio, mas com uma lista de novos problemas a resolver. Ele mesmo acabaria destituído da sua posição de ministro da Justiça, assim como as atenções se voltariam para uma agenda de revoltas, que não se resumiam à corte e invadiam as províncias. As rebeliões eram muitas, e trariam de volta, para o governo, o velho fantasma da divisão e do desmembramento do país.

Em 1832 estourava a Cabanada em Pernambuco, província que já se destacara em várias ocasiões por seu espírito de contestação. A rebelião congregou índios, escravos fugidos, posseiros e proprietários rurais, todos dispostos a lutar contra os "jacubinos" e pela volta de d. Pedro I. Os cabanos expressavam interesses muito diversos, e resistiram bravamente por quatro anos: formaram um exército com farda e tudo, que atacava ao som de caixa, corneta e pífanos. Naquele ano já eram considerados senhores das matas de Pernambuco e seu raio de ação se concentrava na fronteira com Alagoas. Dessa feita, era sobretudo uma população mais desfavorecida que manifestava sua incompreensão da abdicação de Pedro I.

Mais uma vez o imaginário da realeza parecia se impor; não o desejo de uma monarquia real, mas a fé num modelo mítico e distante do dia a dia. A volta de d. Pedro podia até ser utópica naquela conjuntura, contudo tinha um significado concreto para os grupos envolvidos. Os cabanos catalisavam com sua resistência um conjunto amplo de insatisfações de grupos cujos interesses foram contrariados com a abdicação: militares que não queriam ser rebaixados; proprietários rurais que queriam expandir seu poder de mando; burocratas que dependiam de seus empregos; a elite de Alagoas que se beneficiou em termos de autonomia com a Coroa, e, claro, os cabanos propriamente ditos, gente das

matas, homens pobres do interior, índios e africanos escravizados que se sentiam ameaçados pelo novo governo. Para todos eles, a bandeira da restauração significava a esperança de um futuro que trouxesse de volta um passado recente.

O movimento foi duramente derrotado, em 1835, por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o mesmo que proclamara a Confederação do Equador e agora presidia a província. Não foi, porém, fácil "pacificar" os cabanos. O presidente organizou uma aliança política com províncias vizinhas e empreendeu política de "terra arrasada": delimitava-se um perímetro e quem estivesse dentro dele seria sumariamente considerado inimigo. Entre março e maio daquele ano, calcula-se que 1072 cabanos foram presos e 2326 mortos. A sorte girava, assim como o relógio das revoltas.

O ATO ADICIONAL DE 1834 E A REGÊNCIA DE FEIJÓ

Com revoltas estourando no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Maranhão, não havia outra saída senão buscar mudar o jogo, ao menos no âmbito do Legislativo. O Ato Adicional de 1834 significou a tentativa de reler a Constituição de 1824, tirando dela seu caráter por demais centralizador. As propostas iniciais eram radicais, chegando até a pedir o fim do Poder Moderador e o estabelecimento de uma monarquia federativa. Mas esse foi apenas o ponto de partida, ainda em 1831. O texto final — o de 1834 — baseava-se no modelo norte-americano porém não ousava tanto. Além de instituir a Regência Una, o Ato Adicional dissolveu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais (que deveriam dar maior autonomia para as províncias), estabeleceu um município neutro na corte (separado da província do Rio de Janeiro), mas manteve a vitaliciedade do Senado.

Contraditório em seus termos e fruto de muitos acordos e negociações, o Ato centralizava, na figura de um só regente, cujo mandato seria de quatro anos, e descentralizava, por meio das Assembleias provinciais. A medida também aumentava os poderes do presidente de província, que passava a ser a principal autoridade local. Sua nomeação era, contudo, prerrogativa do imperador, e o mandato não era fixo, podendo ser substituído a qualquer hora. O Ato era, assim, um verdadeiro retrato três por quatro do estado do governo: nem bem aqui, nem bem por lá; uma no cavalo e outra na ferradura.

Foi nesse clima que ocorreu a primeira eleição para regente único no país. Saiu vitorioso o padre Diogo Antônio Feijó, paulista, do Partido Moderado. Sua regência se iniciou em 12 de outubro de 1835, e o padre ficaria no cargo até 19 de setembro de 1837: um tempo até longo, se lembrarmos a fragilidade da situação política. Mas Feijó não teria vida fácil: contou com muitos adversários políticos, e teve como antagonista a própria Igreja, em razão da defesa que fazia do fim do celibato clerical. Dizia-se à boca pequena que os ministérios não sobreviviam ao mau humor de Feijó, sendo novos gabinetes formados no espaço de poucos meses. A instabilidade parecia ter se convertido em sistema de governo, com o regente movendo de uma pasta para outra um reduzido grupo de homens. Entretanto, o que marcou de fato a primeira Regência Una foi a eclosão de dois graves conflitos em pontos extremos, quase nas fronteiras, do país: a Cabanagem no Pará e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.

REVOLTAS POR TODO LADO. CABANOS NO LONGÍNQUO GRÃO-PARÁ

Não há como analisar o período das Regências sem lembrar o conjunto das revoltas que eclodiram no país. Por muito tempo conhecidas como "nativistas" — pois consideradas apenas motins políticos localizados e sem maiores questionamentos —, elas têm hoje sido entendidas de outra perspectiva, como uma expressão mais radical do embate político travado entre dois grupos que defendiam ora a unidade nacional ora o federalismo. Elas também deram prosseguimento às manifestações de descontentamento com a política de centralização, iniciadas já no Primeiro Reinado e responsáveis pela abdicação de Pedro I.

Foram muitas as manifestações de curta duração, mas algumas marcaram o cenário nacional e trouxeram sensação de pânico às elites regenciais aquarteladas na corte. A primeira a estourar, como vimos, foi a Cabanagem, na longínqua província do Grão-Pará, uma das que mais demoraram a "aderir" ao Brasil independente, só o fazendo em 15 de agosto de 1823, e por "imposição". Toda a história do Grão-Pará fora construída de maneira autônoma e independente do restante do país. A ocupação da região iniciou-se no século XVI, com a incursão na Amazônia de holandeses e ingleses interessados em especiarias; particularmente em sementes de urucum, guaraná e pimenta. Os portugueses chegariam somente em 1616, com a fundação do Forte do Presépio, ponto de partida para a construção da cidade de Belém, na época conhecida como Santa Maria do Belém do Grão-Pará. Apenas em 1621 — por causa da oposição aos grupos europeus lá instalados e do difícil enfrentamento com as populações locais — foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão (com capital em São Luís do Maranhão), com jurisdição autônoma em relação ao Estado do Brasil, cuja capital era Salvador, na Bahia. A fundação desse Estado objetivava aprimorar a relação da região com a metrópole, incentivando a coleta das "drogas do sertão", o cultivo de cana, algodão e cacau.

Na segunda metade do século XVIII foi criada pelo marquês de Pombal a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Fundada em 1755, ela visava controlar e fomentar a atividade comercial, e, diante da proibição da escravidão indígena na região, passou a explorar e comercializar africanos. A Companhia recebeu não só privilégios como o monopólio por vinte anos do tráfico de escravos e do transporte naval de todas as mercadorias no lugar. Além disso, seus funcionários foram oficialmente considerados "a serviço de El-Rei", respondendo diretamente à metrópole. De quebra, evitava-se o contrabando e a sonegação de impostos. Tantos privilégios foram motivo para muita contestação das elites locais, sempre desconsideradas pelo ministro português: o marquês de Pombal, que tinha interesses financeiros na região. O certo é que o comércio com a metrópole, até então incipiente, depressa floresceu. Os navios da Companhia saíam com o porão lotado de arroz, algodão, cacau, gengibre, madeira e outras drogas do sertão. Isso sem contar o movimento de escravizados. Se até 1755 se estimava a existência de 3 mil africanos no local, de 1755 a 1777 o número chegava a 12 mil, e toda a aquisição dessa mão de obra — que vinha de Cacheu, Bissau e Angola — era financiada pela Companhia.[7]

Com a morte de d. José, rei de Portugal, e a queda de Pombal, seu poderoso ministro, iniciou-se o famoso período da Viradeira — quando a sucessora de José no trono, d. Maria I,

se opôs a toda política pombalina. Em 1778 a rainha extinguiria não só o monopólio como a própria Companhia. A união do Grão-Pará com o Maranhão seria desfeita em 1774. Não obstante, mesmo contando com alguns intervalos de crise, o comércio manteve-se forte de 1800 até 1817. Pará e Maranhão juntos exportaram, de 1796 a 1799, cerca de 13,6% dos produtos remetidos à metrópole vindos do atual território do Brasil. Entre 1804 e 1807 essa porcentagem chegou a 19% e as duas capitanias ocupavam um orgulhoso quarto lugar no ranking das exportações.[8] Em vez de ter um só produto monocultor a oferecer, a região enviava à Europa um leque de ofertas exóticas, como cacau, café, arroz, algodão, couros, cravos, canela, salsaparrilha, puxiri, anil, óleo de copaíba, urucum, castanha e todo tipo de madeira.[9]

Como se pode notar, no período da Independência a região contava uma história muito diferente daquela do resto do Brasil, e não se identificava com o novo regime político. Na verdade, por lá se estabelecia uma rede familiar, de negócios e de gêneros. Além do mais, essa era uma sociedade onde conviviam muitos imigrantes nacionais e estrangeiros, vindos de Portugal, unindo povos, línguas e culturas.[10] Por fim, a relação comercial se fazia diretamente com a metrópole, e não havia por que demonstrar lealdades a um governo que lhe era, até então, desconhecido. Não por coincidência, na época da emancipação política havia no Grão-Pará muito ressentimento em virtude da falta de participação política nas decisões do governo brasileiro. Este taxava pesado a exploração das drogas do sertão.

Tal como ocorrera em Pernambuco em 1832, a Cabanagem no Grão-Pará reuniu grupos sociais distintos, com reivindicações próprias. Por sinal, os dois termos — Cabanada, em Pernambuco, Cabanagem, no Pará — são muito parecidos. Nas duas províncias o nome está relacionado às cabanas paupérrimas que serviam de moradia para a população de índios, mestiços e negros. Mas, no caso do Pará, esses grupos passaram a enfrentar diretamente as elites locais.

E foi com espírito que a Cabanagem começou. Em 7 de janeiro de 1835, dia de são Tomé, liderados por Antônio Vinagre, os rebeldes (tapuios, cabanos, negros e índios) tomaram o quartel e o palácio do governo de Belém, assassinando o presidente Lobo e Sousa e apoderando-se de grande material bélico. Ao mesmo tempo, nomearam um novo presidente do Grão-Pará: Félix Antônio Clemente Malcher, que se encontrava até então preso por conta de sua atuação considerada contrária ao regime. O governo, pressionado pela crescente radicalização do movimento, não duraria muito: Malcher, latifundiário e dono de engenhos de açúcar, acabou por trair seu próprio grupo aliado — conclamou que depusessem armas, voltassem ao trabalho, além de jurar obediência à Regência —, sendo deposto em 19 de fevereiro do mesmo ano. O movimento recuou, e os cabanos deixaram Belém no mês de julho seguinte.

Nova explosão ocorreria, porém, em agosto, tendo como estopim a morte de Mariana de Almeida, uma senhora de setenta anos, viúva de um negociante português. Contava-se na época que seu corpo teria sido arrastado e exposto à execração pública por causa da lealdade que dedicava a Pedro I. Não por menos, a revolta ficou conhecida como uma das mais violentas e seus líderes definidos como “malvados”, “anárquicos” e “sediciosos”. Realmente, os cabanos praticaram todo tipo de violência: escravos amarraram seus antigos senhores no tronco e aplicaram-lhes chicotadas; indígenas recrutados à força mataram comandantes e oficiais e assumiram suas fardas e patentes (todos viraram tenentes-

coronéis), assim como destruíram o bairro de Nazaré.

Mas o fato é que, quanto mais o movimento se radicalizava, maior era a autonomia lograda por negros e indígenas, bem como crescia o papel dos líderes africanos. Os escravizados fizeram a diferença na Cabanagem. Daí veio essa associação dos cabanos com o "mal" e o recorrente medo de que uma revolução nos moldes do Haiti pudesse estourar por aqui. Portanto, nada há de "natural" na assim chamada "maldade dos cabanos". Habitantes de "cabanas", lutavam contra o que diziam ser a falta de religião dos usurpadores portugueses de Belém, os quais, segundo eles, seguiam apenas as ordens da corte carioca. Também criticavam o presidente de província, considerado estrangeiro e maçom.

O movimento espalhou-se como rastilho de pólvora e alcançou o que hoje se conhece como os estados do Pará e do Amazonas. Tamanha "audácia" pedia reação e, em fevereiro de 1836, quatro navios de guerra se aproximaram de Belém com o objetivo de tomar a cidade. Em 13 de maio a região foi reconquistada pelas tropas imperiais; marco que não extinguiu o movimento. Entre 1836 e 1840 os rebeldes se dirigiram para o interior da província e radicalizaram ainda mais, com os cabanos defendendo o fim da escravidão e o direito à autonomia local — além de expressarem antigos e consolidados ódios aos portugueses e estrangeiros. A partir daí o movimento continuou entre idas e vindas, e durante dez meses a elite local permaneceu atemorizada com a perspectiva de um domínio dos cabanos, os quais, internados nas selvas, lutaram até 1840, quando foram totalmente exterminados. O saldo no número de mortes é dos mais cruéis: estima-se que de 30% a 40% de uma população de 100 mil habitantes. Milhares também foram os prisioneiros, mantidos nas corvetas imperiais — em especial a *Defensora* —, transformadas em navios-prisões.

Se alguns cabanos possuíam fortes e estranhos vínculos com o menino príncipe d. Pedro, expressando sua lealdade, muitas lideranças defendiam alternativas políticas diferentes daquelas preconizadas pelo centralismo do Império brasileiro. E, por mais que os cabanos fossem chamados de "patriotas", o termo, nesse contexto, não era sinônimo de ser brasileiro, e muito menos estava vinculado a desígnios e motivações nacionais. Indígenas, negros de origem africana e mestiços provenientes das mais diversas culturas criaram formas de identidade muitas vezes pouco afinadas com o modelo europeu de governo instalado no Rio de Janeiro.[11] Essa é, na verdade, mais uma história de encontros e de desencontros entre um passado colonial muito específico e a história imperial de 1822 a 1840, que procurava passar por cima das diferenças que a constituíam. Euclides da Cunha, influente pensador de inícios do século XX, definiu a região da Amazônia como "à margem da história", e o cabano como o fruto do "crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral".[12] Quem sabe essa era "outra história", que não combinava com a que ia sendo contada pelo Império brasileiro. Nesse caso, o relacionamento mais pareceu uma separação litigiosa.

DE FEIJÓ A PEDRO DE ARAÚJO LIMA: UMA NOVA AGENDA DE REVOLTAS

Hora de voltar ao mundo da corte, onde nosso regente Feijó, nos idos de 1837, encontrava-se cada vez mais isolado. Sua sustentação política era tão precária que o religioso não teve outro remédio senão declarar-se gravemente enfermo e oferecer sua renúncia em 19 de setembro. Regressou então à sua chácara em São Paulo, muito pressionado pela oposição conservadora e pelas revoltas que estouravam nas províncias. Passou a regência a seu adversário político, Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, que era seu ministro do Império desde 18 de setembro de 1837. As eleições realizaram-se em abril do ano seguinte, confirmando o ponderado Araújo — de caráter em tudo diverso do caráter do explosivo Feijó — como regente. Já como interino, Araújo fundara o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que iria se converter num futuro próximo no modelo educacional brasileiro. Mas, no contexto, a medida não repercutiu como devia. Parecia superficial lidar com tais temas quando as regiões fronteiriças do país se mantinham sob litígio e em perigo de secessão. Araújo Lima também criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (em 1838), outro futuro pilar da política imperial de Pedro II, e a Escola Militar (em 1839), todos entendidos como meros paliativos nesse contexto de humores exaltados.

Sua medida mais significativa seria o ato que acabava com as políticas liberais que marcaram as Regências anteriores, reformando-se o Código do Processo Criminal (que dava autonomia de julgamento às diferentes províncias) e elaborando-se uma Lei Interpretativa do Ato Adicional, em 12 de maio de 1840. O objetivo era claro: pôr fim ao processo de autonomia provincial e municipal, e manter o controle da política e do Judiciário bem nas mãos dos regentes. Visava controlar de vez não só as agitações locais como os movimentos que continuavam a estourar nas diversas partes do país. Era o "regresso" de Araújo Lima. No entanto, não seria fácil controlar e fazer retroagir uma série de movimentos que reivindicavam maior participação cidadã. A Cabanagem ainda não estava controlada, e novos movimentos apareciam do dia para a noite, tal qual cogumelos depois da chuva, no Norte, no Nordeste e no Sul.

MOVIMENTOS POLÍTICOS TÊM COR: REVOLTAS DOS MALÊS E SABINADA

Embora a Constituição de 1824 definisse como iguais a todos os homens livres, incluídos aí os libertos, na prática os descendentes de escravos foram sistematicamente excluídos das benesses do Estado. Não por acaso, nesse contexto de reivindicações generalizadas, também os negros ganharam as ruas, defendendo seu direito de serem incluídos na nação e no Estado que ia se constituindo.

A agitação começou na Bahia, província que já guardava uma tradição de lutas por autonomia política, contando sempre com a participação popular. Como vimos, em 1798 a Conjuração Baiana lembrou à Coroa portuguesa como estavam acesos os desejos de autonomia. No decorrer dos anos 1820 e 1830 aconteceu na província da Bahia — que só reconheceu a emancipação praticamente um ano depois da capital carioca (em 2 de julho de 1823) — uma série de revoltas. Na verdade, na primeira metade do século XIX, quilombos e práticas de candomblé se misturaram. Em 1826, na periferia de Salvador, um grupo de escravos, refugiados no quilombo do Urubu, deu início a um levante que fez subir a temperatura política na Bahia e provocou uma explosão de violência. Seu objetivo era um só: invadir Salvador, a partir de sua periferia, matar a população branca e garantir a liberdade dos cativos. As tropas do governador agiram rápido e bateram às portas do quilombo: cercados, seus habitantes resistiram duramente, liderados por uma mulher, Zeferina, que encarou os soldados armada com arco e flechas — aliás, com uma chuva de flechas. No ofício em que registrou a destruição do quilombo do Urubu, o conde da Ponte fez uso, pela primeira vez, da palavra "candomblé", num contexto de rebelião, para nomear o refúgio dos escravos rebelados.[13] O levante parou por aí, mas numa coisa o governador estava certo: na Bahia, no século XIX, a religião havia se transformado em linguagem política para os escravos.

E o que em outras províncias — como nas Minas — foi apenas rumor, em Salvador tornou-se real: a revolta escravista dava lugar ao medo generalizado. A Bahia atravessou a primeira metade do século XIX em plena turbulência política. Entre 1820 e 1840, os baianos viram ocorrer revoltas militares, motins antiportugueses, rebeliões de natureza federalista e republicana, quebra-quebras e saques populares — todos eles contando com a participação da população pobre livre e de escravos, tanto em Salvador quanto nas vilas do Recôncavo. Contudo, além disso, entre 1807 e 1835 os cativos da Bahia viraram protagonistas de uma série impressionante de revoltas de larga escala que eclodiram tanto nos engenhos, fazendas e armações de pesca quanto na capital e nos centros urbanos do Recôncavo. Essas revoltas acentuavam algumas características próprias ao contexto da luta escrava na Bahia: a cooperação entre escravos da área rural e urbana; a concentração de um número expressivo de cativos africanos com origens étnicas comuns, permitindo a formação de uma identidade cultural e religiosa compartilhada; a atuação dos quilombos na mobilização dos escravos rebeldes — quilombos que se multiplicavam nos subúrbios de Salvador e eram, ao mesmo tempo, refúgios para escravos fugidos e centros religiosos muitíssimo ativos.[14]

Em maio de 1807, um grupo de escravos, em Salvador, abriu o ciclo das revoltas baianas

orientadas pela forte concentração de rebeldes em torno de um grupo étnico — que podia ou não associar-se a outros grupos — e sustentadas por uma base religiosa — no caso, o islamismo. Os escravos que planejaram o levante de 1807 eram africanos, vinham do norte da atual Nigéria ocupada majoritariamente por grupos haussás e estavam dispostos a barbarizar não só a Bahia. O início da revolta deveria acontecer em 28 de maio, durante celebrações da festa de Corpus Christi, com o incêndio da Casa da Alfândega, por onde passavam os escravos importados da África, e de uma igreja no bairro de Nazaré — isso, apenas para desviar a atenção da tropa. Ato contínuo, os rebeldes atacariam a cidade a partir de sua periferia — os quilombos suburbanos que proliferavam nas imediações de Salvador. Não acabava aí. O levante pretendia mobilizar mulatos e negros, envenenar a população branca, queimar as imagens das igrejas em praça pública e, em seguida, atacar Pernambuco, para libertar os haussás escravizados naquela capitania. A guerra só terminaria com todos os brancos mortos e com a formação de um reino muçulmano, em algum ponto nos sertões da América portuguesa.[15]

Graças a uma delação, o governador tomou pé da trama antes que o levante eclodisse. As punições foram duras: lideranças presas, escravos sentenciados a chibatadas públicas no pelourinho, reuniões e festas africanas proibidas, bem como a livre circulação de libertos em Salvador e no Recôncavo. Mas o precedente estava aberto, os haussás continuavam bem organizados e, após a derrota, um grande número deles submergiu nos quilombos que se multiplicavam pelas matas, nos subúrbios de Salvador — e simplesmente aguardou por uma nova oportunidade.

E, em 1814, os haussás atacaram de novo. O segundo levante registrou, entre os meses de fevereiro e abril, uma sucessão de assaltos cada vez mais violentos, comandados a partir dos quilombos e realizados tanto no Recôncavo quanto em povoados nas imediações da capital. No mês de maio, o governador recebeu nova denúncia: os haussás pretendiam reeditar, em Salvador, o levante que deveria ter ocorrido em 1807. Com a diferença de que, dessa vez, estavam mais bem organizados: a rede rebelde cobria toda a cidade, o arsenal vinha sendo suprido com pólvora, molhos de varas para arco e pontas de flechas de ferro cuidadosamente ocultas nos matos, e a mobilização andava a passos largos, com adesão sem precedentes de outros grupos africanos, além de mulatos e crioulos.[16]

A derrota dos haussás, em 1814, não escondeu o fato de que a ordem escravista na Bahia estava em dificuldades. A maré não refluiu. Os cativos continuaram a alarmar seus proprietários e os ataques se multiplicaram, sobretudo nos engenhos da área do Recôncavo. Em 1816, uma nova rebelião aterrorizou a população de Santo Amaro, no coração do Recôncavo baiano: durante quatro dias, engenhos foram queimados, a cidade foi atacada, alguns brancos — e também escravos que se recusaram a aderir — acabaram mortos. Tão depressa como teve início, o levante foi derrotado — o que não impediu que um pavor duradouro se incorporasse ao cotidiano dos proprietários do Recôncavo.

Em 1835, mais de duas décadas depois da primeira rebelião, a grande sublevação escrava eclodiu em Salvador.[17] Dessa vez, o ataque partiu de dentro da cidade, e a população não teve uma noite fácil. Na madrugada de 25 de janeiro, grupos de africanos escravos e libertos, armados com porretes, instrumentos de trabalho e armas brancas, lutaram nas ruas de Salvador, durante mais de três horas, enfrentando soldados e civis. A religião esteve entrelaçada com a revolta: boa parte dos rebeldes saiu para lutar nas ruas com as compridas túnicas rituais brancas — os abadás — usadas pelos adeptos do islamismo.

Ainda, carregavam junto ao corpo amuletos com mensagens do Alcorão e com orações fortes para proteção (ver imagem 65).

Quem estava na dianteira do levante era a Sociedade dos Malês — o nome pelo qual ficaram conhecidos os africanos muçulmanos, na Bahia. E eles transpiravam religião *e* política: estavam compromissados tanto com a idealização do levante quanto com a organização de sua estrutura insurrecional. O islamismo, no Brasil, era uma religião exclusivamente africana, mas sem raiz étnica, com potencial para unir africanos escravos e libertos de várias origens e levá-los a contestar o estatuto da escravidão, de modo a combinar religião e revolta. De muitas maneiras, o islamismo foi um elemento decisivo de integração e mobilização: fez convergir para seu projeto religioso a luta política contra a escravidão, além de fornecer uma linguagem comum aos revoltosos e moderar as diferenças étnicas e culturais no interior da comunidade de africanos, na Bahia.

O Levante dos Malês, como a revolta ficou conhecida, previa uma Bahia para os africanos, e foi planejado para sacudir Salvador — não pretendia ocupar a cidade, mas virá-la de pernas para o ar, com ataques-relâmpago a quartéis, igrejas e edifícios públicos. Respeitou o protocolo militar muçulmano: não invadiu residências particulares, não matou os proprietários de escravos, não incendiou a cidade; lutou somente contra as forças organizadas para combatê-lo. E os malês esperavam muito do levante: seu plano seria seguir rapidamente para o Recôncavo, base do poder da ordem escravocrata baiana, onde estava concentrada a população de cativos, e mobilizar a escravaria dos engenhos de açúcar.

Os malês protagonizaram a maior das rebeliões escravas ocorridas na Bahia, e quiçá no Brasil, mas também a última. Esses rebeldes realizaram o levante de 1835 como uma rebelião escrava. No entanto, ele foi igualmente uma luta religiosa e étnica; e, nesse caso, a hostilidade entre os cativos, cooptados com sucesso por seus senhores em seus enfrentamentos contra os africanos, conseguiu comprometer decisivamente seus resultados. Durante o levante, setenta rebeldes morreram e, com a derrota, cerca de quinhentos foram punidos com pena de morte, açoite, deportação. O levante fracassou por diversas razões: a delação mais uma vez não faltou, o segredo vazou e a insurreição teve de ser antecipada. Tampouco conseguiram a coesão necessária entre os escravos crioulos e pardos e os africanos, o que reduziu sua força de enfrentamento. O mais grave, para eles, porém, foi que seus inimigos eram muitos e se uniram: toda a população livre da Bahia — branca e mulata, rica ou miserável — se articulou, por laços de interesse, solidariedade ou medo, contra a insurreição africana. A rebelião foi derrotada. Mas a derrota nunca significou o fim da luta pela liberdade, como uma utopia próxima da realidade.

E o ambiente na Bahia continuaria esquentado, mobilizando também as camadas médias, os militares e o povo pobre urbano. Persistia um claro sentimento antiportuguês, oriundo do fato de esse grupo estrangeiro monopolizar o comércio e ocupar altos postos administrativos, políticos e militares. Os ânimos se acirraram ainda mais com a renúncia do regente Feijó, em 1837, e com o projeto da lei de interpretação do Ato Adicional, o qual tolhia, ainda mais, a autonomia provincial.

Com esse clima quente, só faltava um estopim para a água do caldeirão entornar. A insatisfação corria solta entre os populares que demandavam maior participação, os militares que pediam aumento de soldo e as camadas médias que queriam para si um controle maior do comércio. Assim, a insatisfação ia unindo funcionários públicos,

artesãos, pequenos comerciantes, militares e soldados oficiais, além de africanos livres. A congregá-los estava um sentimento antilusitano, uma experiência urbana, em que ricos, pobres, brancos, pardos, crioulos e africanos se misturavam espacialmente, e a própria crise econômica pela qual passava a região. O presidente de província, alerta a esse ambiente, escrevia nos jornais que se formara um "partido desorganizador", simpatizante das revoltas que grassavam no Pará e, a essas alturas, também no Rio Grande do Sul. Confiante, garantia que não era preciso recear, pois tudo estava sendo feito para que "a hidra não levante o colo".[18]

Entretanto, o "colo" iria levantar, e logo. Na noite de 6 de novembro de 1837, oficiais do Corpo de Artilharia — temendo o recrutamento militar obrigatório que estava enviando militares para o combate contra um "certo movimento de Farroupilhas no Rio Grande do Sul" —, acompanhados de alguns civis, como Francisco Sabino Vieira e João Carneiro da Silva Rego, saíram do Forte de São Pedro e passaram a ocupar militarmente as redondezas. No dia seguinte, já com o controle da cidade nas mãos, mandaram abrir a Câmara Municipal e convocaram sessão extraordinária onde lavraram ata fundando formalmente o movimento. Estava, assim, deflagrada a Sabinada, que tomava o nome emprestado de um de seus líderes: Francisco Sabino. Contando com a assinatura de 105 homens, a província se declarava "inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro", considerando-se um "Estado livre e independente". Para mostrar total independência, os revoltosos ainda previram a instalação de uma Assembleia Constituinte, assim como nomearam presidente Inocêncio da Rocha Galvão, e secretário do novo governo, Francisco Sabino. Porém, como o primeiro era advogado e se encontrava exilado nos Estados Unidos, foi Sabino quem atuou como presidente, de fato.

Interessante notar que, dias depois, um novo documento assinado por 29 pessoas acrescentava uma retificação estabelecendo que a independência só valeria durante a menoridade do príncipe Pedro. Assim, o que parecia ser uma declaração de total autonomia, passou a incluir um registro de fidelidade à monarquia e ao seu futuro imperador, medida que foi chamada por alguns contemporâneos de "o lapso de pena". Ele não apaga, contudo, dois aspectos relevantes: o desejo de autonomia decisória por parte da Bahia, e a mística que ainda cercava o príncipe e a realeza, mesmo em momentos críticos, reassegurada.

Enquanto isso, o governo deposto — o então presidente de província, Francisco de Souza Paraíso, e o comandante das armas, Luís da França Pinto Garcez — refugiou-se na região do Recôncavo, e começou a mobilizar forças, contando principalmente com a Guarda Nacional. O governo imperial determinou que se cercasse a capital, em março de 1838, numa operação de bloqueio terrestre e marítimo a Salvador. Com o cerco, a cidade padeceu com a falta de víveres, sendo que o desabastecimento e um incêndio acabaram de vez com a moral dos revoltosos. Os líderes entregaram-se, então, pedindo que fossem mantidos livres. É claro que o pedido caiu no vazio, diante da intensa repressão que sobreveio, seguida da suspensão dos direitos e do degredo de vários presos. O próprio Sabino foi capturado no dia 22 de março na casa do cônsul francês.

A reação foi como sempre exemplar. Segundo dados oficiais, morreram em combate 1258 rebeldes e 594 soldados. Prenderam-se 2989 rebeldes, sendo muitos aprisionados em navios. Foram deportados 1520 homens para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e por lá aguardaram julgamento. Já os africanos livres foram mandados de volta para a África.[19] O

destino de Sabino foi diferente: com a anistia concedida por decreto imperial de 22 de agosto de 1840, ele foi enviado para Goiás, onde se envolveu com a política local. De lá foi deportado para Mato Grosso; morreu em 1846.[20]

É difícil explicar a convivência de uma revolta separatista mas também leal ao imperador, e que uniu militares, comerciantes, profissionais liberais, escravos, oficiais, e negros livres. O próprio Sabino era mulato e descendente de africanos escravos, e talvez por isso tenha merecido uma punição exemplar. Da Conjuração Baiana, em 1798, até a Sabinada, em 1838, foram quarenta anos de revoltas, motins, levantes escravos, saques e quebra-quebras na Bahia, que incluíram cativos, negros, pardos e mulatos livres numa província marcada pela escravidão e por uma clara insubmissão às hierarquias, pautada em critérios de origem e de cor.

ENTRE FARRAPOS: UMA LONGA E INSISTENTE REVOLTA NA FRONTEIRA AO SUL DO PAÍS

Com o fim da Sabinada, o regente mal pôde dormir satisfeito: uma revolução no Sul do país continuava a dar trabalho e crescia a olhos vistos. Os motivos eram sempre os mesmos, só mudavam de lugar: condenava-se a concentração de poder na corte, e apoiava-se a reversão da autonomia às províncias. E foi assim que em 1835 se iniciou nova revolta, na qual brasileiros lutaram como "farrapos" — termo que lembra a pouca roupa, esfarrapada, das camadas mais pobres. Mas ali estavam reunidos não só os peões das estâncias como proprietários de terra e de gado do Sul, e pessoas de todos os estratos sociais.[21]

A Revolução Farroupilha — ou Guerra dos Farrapos, como também ficou conhecida — demonstra, mais uma vez, que não é possível pensar numa única história do Brasil. Incorporado tardiamente à colônia, o extremo sul era área de fronteira, terra de posse incerta, porém essencial: zona de acesso à rica região da Bacia do Rio da Prata. De início (1626), a região fora ocupada por padres vindos do Paraguai, que, sob a bandeira espanhola, fundaram missões para o aldeamento de índios. Com a chegada de bandeirantes, os jesuítas abandonaram o local, mas deixaram por lá o gado chimarrão. Anos mais tarde seria a Coroa portuguesa que avançaria rumo ao sul, fundando, em 1680, na Bacia do Prata — em território que é hoje o Uruguai —, a Colônia Sacramento.

O local foi inúmeras vezes atacado por espanhóis e recuperado pelos portugueses, que o consideravam um posto avançado ao sul. No final do século XVII foi a vez de os padres jesuítas retomarem o território, fundando os Sete Povos das Missões. Mas o agrupamento de jesuítas e de Guarani também teria seu fim com a Guerra Guaranítica, ocorrida entre 1753 e 1756. Determinou-se, então, que a região das Missões ficaria para Portugal, e a Colônia Sacramento nas mãos dos espanhóis. No entanto, uma série de tratados anulou antigas disposições e transformou a área numa zona de litígio frequente, com constantes lutas pela posse de terra e gado, e de enfrentamento direto entre lusos e castelhanos. Já os portugueses incluíram a região entre seus domínios, por conta do comércio do Prata, do necessário controle do contrabando, e sobretudo da importância militar do lugar. Mas o certo é que a Coroa portuguesa estava mais interessada na agricultura exportadora tropical, centrada no Nordeste. As longínquas terras do Sul eram apenas uma escala para atingir o lucrativo contrabando realizado na região do Prata, que escoava a prata de Potosí.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII, e a necessidade de animais de tração e para abate e abastecimento alterariam novamente a situação do Sul, agora ocupado por tropeiros que seguiam em busca do gado. Era de lá que partiam rebanhos bovinos e tropas de muares que integravam o comércio entre as duas regiões. Com o decorrer do tempo, tropeiros transformaram-se em criadores de gado e passaram a demandar sesmaria e posse da terra. A Coroa, por sua vez, manifestava claro interesse no assentamento de população na região fronteiriça. Foi em 1737 que Portugal fundou um núcleo oficial no Sul, até porque precisava controlar os sucessivos ataques de castelhanos à Colônia de Sacramento. A Coroa também ofertou terras a militares, como forma de pagamento, além de distribuir aos senhores de terra e de gado sesmarias, animando assim

o assentamento de grandes fazendas de criação e tentando evitar os constantes e danosos ataques de castelhanos.

No fim do século XVIII entrou em cena o charque, a carne marmorizada — seca e salgada — que logo se converteu em comida de escravos. Em 1820, como vimos, o governo de d. João, contando com os estancieiros do lugar, teve sucesso na guerra contra os espanhóis e incorporou a Banda Oriental, com o nome de província Cisplatina. Em razão de seus préstimos militares, e de sua localização apartada, essa elite sulina tinha, assim, relativa autonomia local.

Mas a situação se modificaria com o processo de independência e o projeto de centralização política capitaneada pela elite carioca. Ademais, os novos impostos espoliavam a região de suas riquezas e diminuíam as rendas locais. Os senhores do Sul discordavam das altas taxas que recaíam sobre o gado, sobre a terra e principalmente sobre o charque.[22] Por outro lado, com a perda da província Cisplatina, em 1828, motivada pela independência do Uruguai, o desprestígio e o orgulho ferido transformaram-se em cicatrizes. "Transformou-se o Rio Grande numa estalagem do Império", bradava o estancieiro, militar e general Bento Gonçalves, resumindo o sentimento geral daqueles que se viam apenas como prestadores de serviços e defensores da fronteira.

Farroupilhas ou farrapos era, por sinal, como se chamavam todos os rio-grandenses que se revoltavam contra o governo imperial. Esse termo, no começo considerado pejorativo, vinha sendo utilizado havia pelo menos uma década antes da eclosão do movimento, para nomear os rio-grandenses ligados ao Partido Liberal e contrários ao governo central. O apelido pegou e virou motivo de orgulho. Tanto que em 1832 foi fundado o Partido Farroupilha, com um programa basicamente contrário a todos os portugueses que monopolizavam os mais altos cargos do Império e do Exército. Havia também aqueles que acreditavam que só a independência da província daria aos farrapos e aos locais a desejada autonomia provincial. Entre os farrapos havia, pois, muitos segmentos irmanados: estancieiros, estancieiros militares, abolicionistas, e até escravos que se aproximaram do grupo em busca de liberdade. De início, nem todos eram republicanos e federalistas; foi só a marcha dos acontecimentos que unificou perspectivas, a princípio distintas. Por fim, é preciso mencionar que muitos líderes farroupilhas eram maçons, entre eles o próprio Bento Gonçalves, que adotou o codinome, nada convincente, de Sucre.[23]

De toda forma, também nesse extremo do Brasil o sentimento era de impotência e mágoa. Parecia chegada a hora de voltar a pegar em armas; dessa vez, contra o governo imperial. Começaria em 20 de setembro de 1835 um longo conflito contrário ao centralismo imperial, e de claro caráter separatista e republicano, que só terminaria em 1° de março de 1845, já nos tempos do Segundo Reinado brasileiro. Sua importância seria tal que ele influenciaria movimentos liberais em São Paulo, a Sabinada, na Bahia, e colar-se-ia à própria história do Império do Brasil.

"O centro explora o Sul" era a frase que mais se ouvia às vésperas de 1835, anunciando o embate com a corte. Por outro lado, as relações dos farroupilhas com o Uruguai, recém-independente, também não eram estáveis. Por vezes, pretendia-se animar o comércio, as afinidades de parentesco e pessoais com o novo país. O próprio Bento Gonçalves, só para ficarmos com o exemplo do líder do movimento, era casado com uma uruguaia. Em outros momentos, porém, pairava um ar de animosidade contra os castelhanos, que sempre atentavam contra as fronteiras na movediça região do Prata.[24]

Com tantas ambiguidades e motivos para tensão, quando a revolta estourou em setembro, nova contradição se destacou. Bento Gonçalves, na declaração que fez para o periódico *Recopilador Liberal*, explicava que o movimento era de livre defesa contra as liberdades ameaçadas, mas reafirmava a lealdade à ordem monárquica "sustentando o trono do nosso Jovem Monarca e a integridade do Império".[25]

Nos seus dez anos de luta, os farroupilhas ganharam e perderam inúmeras batalhas. Vale mencionar um dos momentos mais expressivos, quando foi proclamada a República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836, sendo o ato ratificado pela Câmara Municipal de Piratini, que declarou a independência do Rio Grande do Sul, cujo presidente seria Bento Gonçalves da Silva. A nova capital seria Piratini, e a forma de governo, republicana, com laços federativos com todas as províncias que garantissem a mesma forma de governo. Esse momento específico representa uma inflexão significativa na história da Revolução Farroupilha, que até então se declarara leal à monarquia e ao príncipe Pedro. Aliás, mesmo declarada a separação, a República Rio-Grandense, em sua Constituição, criada alguns anos mais tarde, reafirmava algumas das bases estruturais do Império: o voto censitário e a mão de obra escrava.

Nessa longa guerra, algumas figuras se tornaram míticas. Uma delas foi o próprio Bento Gonçalves, que fugiu da prisão espetacularmente por duas vezes. Numa delas, junto com os colegas presos no Rio de Janeiro, cavou um buraco na cela, mas, em solidariedade ao correligionário Pedro Boticário, que de tão gordo não passou na fresta, desistiu da evasão. Em outra ocasião, quando foi novamente preso e remetido para o Forte do Mar, na Bahia, escapou do local a nado, indo ao encontro de um barco onde colegas o esperavam. Há também nomes como o do italiano Giuseppe Garibaldi — famoso revolucionário internacional —, que na conquista da província vizinha, Santa Catarina, arrastou, por terra e puxados por bois, dois navios até a foz do rio Capivari. Ademais, foi por lá que conheceu a bela — e igualmente lendária — Anita, com quem formaria uma dupla amorosa e guerreira, cantada até hoje.

No entanto, a guerra foi longa demais, e consumiu muitos esforços, dinheiro e homens. Por isso, mais no final do conflito, escravizados passaram a ser aceitos nos campos de batalha, lutando ao lado de seus senhores em troca de liberdade, como haveria de suceder em outros contextos e locais, no futuro. A partir de 1840, quando as demais regiões já se encontravam pacificadas pela força das armas, o Império concentrou forças no Sul e passou a combater de frente os farroupilhas. A paz ainda demoraria, e viria das mãos do barão de Caxias, personagem que ficaria conhecido durante o Império pela alcunha — correta e irônica — de o Pacificador. O cessar-fogo só se daria em 28 de fevereiro de 1845, com a assinatura do Tratado de Poncho Verde (ver imagem 64). No Sul, o acordo ficou conhecido pelos revolucionários como "paz honrosa", uma vez que várias das antigas reivindicações foram alcançadas: a dívida contraída durante o conflito seria paga pelo Império; os oficiais do exército farroupilha integrariam o Exército imperial, guardando os mesmos postos que ocupavam; concedeu-se a liberdade aos escravos que lutaram na guerra; a segurança individual e a propriedade foram garantidas; os prisioneiros de guerra seriam soltos, e, sobretudo, os (ex-)revoltosos poderiam escolher livremente o seu presidente de província.

Terminada a última rebelião regencial, em pleno período do Segundo Reinado e da corte de Pedro II, começava a construção de uma nova história para esses lados, mais ao sul do

Brasil, que engendraram sua identidade regional a partir dessa agenda de fatos e personagens. Mas, se a Revolução Farroupilha foi a última a acabar, não foi a última a estourar. Ainda durante a Regência Una ocorreu mais uma das rebeliões que assolaram a paz dos dirigentes imperiais. E ela vinha de outro canto do país: no igualmente longínquo Maranhão, província outrora ligada ao Grão-Pará, eclodiu uma revolta, em 1838, que aglutinou a população pobre da região: a Balaiada.

A BALAIADA: DESTITUÍDOS DO NORTE UNIDOS CONTRA O CENTRO DO BRASIL

O Maranhão tivera, no passado não muito distante, uma ligação direta com a metrópole, que condicionara sua história política com traços, no mínimo, singulares, ao menos em relação ao resto do Império. Durante todo o período colonial, a não ser entre 1652 e 1654, o Maranhão formou, junto com as capitanias do Ceará, Grão-Pará e Amazonas, o Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará, o qual, de 1621 a 1651, dispôs de administração própria.[26] A sede do governo ficava em São Luís do Maranhão, e os contatos administrativos, financeiros e políticos eram realizados diretamente com Lisboa. Dessa forma, a gigantesca porção de terra carregava características próprias, embora partilhasse a mesma língua oficial da metrópole, contasse com o predomínio do latifúndio escravista nas suas áreas da faixa litorânea, e professasse a religião católica — a despeito da existência de uma pluralidade de religiões africanas e indígenas praticadas no local — e o respeito a um só soberano: o rei de Portugal. Além desses aspectos comuns, e na conta de tantas especificidades, os contatos da região eram muito mais estreitos com a África e a Europa do que com as demais capitanias brasileiras.

Nos tempos do monarca d. José I (1750-77), em virtude da atuação do marquês de Pombal, novas mudanças foram introduzidas na área setentrional. Em 1750, o Tratado de Madri redefiniu os limites entre as colônias espanholas e portuguesas, incorporando o Uruguai a Castela, e toda a atual região amazônica ao domínio luso. Foi nesse contexto que a capital passou para Belém, e a unidade administrativa inverteu a ordem das coisas, com o Estado sendo renomeado Grão-Pará e Maranhão. Sob o governo de Pombal, o Maranhão tinha sua administração e finanças vinculadas ao Grão-Pará e respondia à mesma Companhia de Comércio. Ainda nesse contexto a Região Norte foi articulada ao tráfico atlântico de africanos, os indígenas foram emancipados — por conta das medidas pombalinas que proibiam a escravidão dos "naturais" — e a própria colonização portuguesa recebeu novo influxo. No seu apogeu, no século XIX, a administração da rica região ia do Nordeste Ocidental até a Amazônia, sendo Belém a capital.

O Estado se desmembrou nos anos de 1772 a 1774, permanecendo, entretanto, subordinado à corte de Lisboa.[27] Formaram-se, então, duas grandes unidades: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro ao extremo norte e o Estado do Maranhão e Piauí no Meio-Norte, sendo ambos integrados aos Estados do Brasil apenas em 1811. Tal processo, longo e particular, explica também por que Pará e Maranhão foram as últimas capitanias a se submeterem militarmente ao novo Império brasileiro, só o fazendo em 1823. O sentimento local era tudo menos o de serem "brasileiros".

Para tornar ainda mais complexo o já complicado quadro, com a independência política de 1822 o Maranhão passou a padecer os mesmos problemas das demais províncias: muito tributado, via pouco retorno por parte da corte carioca. Mas a revolta que eclodiria no Maranhão trazia outras novidades, graças à sua composição social: eminentemente popular, o movimento era contrário aos grandes proprietários locais. A província atravessava um período de crise, uma vez que o algodão, principal produto exportado na época, sofria forte concorrência no mercado internacional, perdendo valor de maneira

crescente. Os impostos continuavam, porém, altos, e as condições de miséria e opressão cada vez mais insustentáveis.

Os grupos que mais sofriam com tal situação eram os trabalhadores livres, camponeses, vaqueiros e escravos — e foram esses grupos que se mobilizaram desde o início contra as injustiças que grassavam na região. Mas eles não eram os únicos setores insatisfeitos na população: os profissionais liberais maranhenses, também descontentes, passaram a reivindicar mudanças nas regras das eleições locais e fundaram um jornal de nome *O Bem-te-vi* com o objetivo de difundir os princípios republicanos e federativos aos quais haviam aderido. Para aumentar a pressão, esses mesmos setores médios urbanos se aproximaram das camadas mais pobres da população, compartilhando reivindicações comuns.[28]

A revolta se iniciou em 1838, sem grande mobilização ou clareza de metas, e ganhou o apelido de seu líder: Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, por alcunha o Balaio. Balaio era fabricante de cestos — balaios —, e tinha sido vítima da polícia local, que violentara duas de suas filhas e não recebera punição. Ele formou, então, um bando privado e passou à vingança. Francisco dos Anjos literalmente aterrorizou o interior maranhense.

Mas o estopim da revolta foi a detenção de José Egito, um político local, ligado aos cabanos do Pará. Seu irmão, Raimundo Gomes, no dia 13 de dezembro de 1838 invadiu um edifício da Vila de Manga, a cadeia pública, e soltou o irmão. Raimundo imediatamente pediu — e conseguiu — apoio do Balaio, e foi nesse contexto que os revoltosos passaram a destruir e saquear fazendas, assim como tomaram a cidade de Caxias em 1839.[29] Organizou-se, então, um governo provisório, e foram adotadas algumas medidas emergenciais: decretou-se o fim da Guarda Nacional — que representava, segundo eles, o poder militar dos proprietários agrários — e a expulsão dos portugueses residentes na cidade. Mas o movimento rapidamente se radicalizou. Foi nessa época que se destacaram novos líderes, como o negro Cosme Bento, chefe de um quilombo local que chegou a reunir mais de 3 mil africanos.

Para combater o movimento, a Regência enviou ao Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, com experiência militar na Guerra da Independência na Bahia, em 1823, e na Guerra da Cisplatina que ocorreu de 1825 a 1828. Os setores médios que até então apoiavam o movimento, preocupados com os caminhos que ele tomava, acabaram por apoiar as forças militares imperiais. A insurreição foi contida em 1841, deixando um saldo de 12 mil sertanejos e escravos mortos nos combates. Os revoltosos presos foram anistiados por Pedro II, e a vitória levou o coronel Luís Alves de Lima e Silva a ser condecorado com o título de "barão de Caxias".

O Império não caiu, mesmo que sacudido em suas estruturas por tantos movimentos que eclodiram de norte a sul do país. Ficaria, porém, marcado por essas insurreições e pelo velho e sempre presente fantasma do desmembramento. Afinal, bastava olhar para os lados e ver como os quatro antigos vice-reinados — Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata — não resistiram às revoltas populares que grassaram em seus territórios em inícios do XIX; revoltas que levaram à criação de uma série de países cuja extensão territorial não se comparava à do Brasil, que mais parecia um gigante de língua portuguesa, incrustado bem no meio do continente.

O certo é que, com a vacância do trono, um clima de incerteza tomou conta das principais cidades do país, levando não só a movimentos reivindicatórios como à criação de diversas sociedades políticas. Dentre elas, uma das mais conhecidas era a Sociedade

Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, fundada em 10 de maio de 1831. Formada por adversários confessos do primeiro imperador — reunidos em torno da rubrica de "liberais exaltados" — mas também por antigos colaboradores do ex-monarca, como José Bonifácio de Andrada, e militares representantes do "liberalismo moderado", a Defensora sustentava um compromisso entre as suas lideranças com o fito de evitar a mudança das hierarquias vigentes. Apesar de defender a bandeira do civismo, a agremiação orientou suas primeiras atividades visando coibir o "populacho". Além disso, organizou festas e eventos cívicos com o objetivo de identificar os súditos com o que era considerada "a boa sociedade". Outro grupo se reuniu no Rio de Janeiro, em torno da Sociedade Federal, criada em 31 de dezembro de 1831. Seu propósito era pressionar o Senado em favor das reformas constitucionais, e sua vida foi efêmera. Existiam também sociedades que defendiam posições contrárias, como a volta do imperador. Esse era o caso da Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira, que reunia militares fiéis ao antigo monarca.[30]

O fato é que, como definiu Gilberto Freyre, a Regência representou um "período de tão frequentes conflitos sociais e de cultura entre grupos da população — conflitos complexos com aparência de simplesmente políticos — que todo ele se distingue pela trepidação e pela inquietação".[31] Sem contar as manifestações de que aqui tratamos, poderíamos mencionar mais sete revoltas ocorridas em 1831 — cinco no Rio de Janeiro, uma no Ceará e uma em Pernambuco —, além de uma série de conflitos de menor proporção em outras províncias. O conjunto escancarava o quão grande e diverso era o país, e como a política centralista do governo imperial fazia água.

Não por acaso, no segundo ano do governo de Araújo Lima aumentaram as disputas políticas no Congresso. Também por lá os ânimos estavam divididos. A saída veio rápida, e inesperada, a despeito de não ser de todo inusitada. O único consenso possível foi antecipar a maioridade política do menino Pedro, que na época contava apenas catorze anos. Rei não tem idade, ou, se tem, ela vem disfarçada por sua posição ritual. Aos olhos dos políticos locais, somente o monarca Pedro II, o único nascido em território brasileiro, poderia garantir a unidade frágil do país e acalmar os ânimos. Boa parte das disputas já andava serenada, mas nada impedia que novas eclodissem.

Por isso preparou-se um golpe, o golpe da maioridade, e o maior ritual público que o Brasil já conheceu. O teatro da pouca idade do soberano.

11.
SEGUNDO REINADO: ENFIM UMA NAÇÃO NOS TRÓPICOS

A ideia de antecipar a subida de d. Pedro ao trono, originalmente prevista pela Constituição para 1843, quando o monarca completaria dezoito anos, era segredo de polichinelo. Afinal, já em 1835 se comentava abertamente a "necessária" coroação do imperador. Mas foi em 1840, com a criação do Clube da Maioridade, que o projeto tomou forma: os deputados liberais, contrários à Regência de Araújo Lima, vão ao Senado e exigem a posse antecipada de Pedro de Alcântara. Inusitado pensar que, diante das várias rebeliões regenciais, dos projetos republicanos e da radicalização da situação, reforçou-se uma saída simbólica, sustentada num sistema de governo monárquico e liderado pela Região Centro-Sul do país: só o monarca poderia garantir um poder centralizado e de representação nacional.

Já o pequeno príncipe, mantido no Paço e apartado da situação, parecia pouco entender as contingências mais urgentes do mundo da política. Em relato datado de março de 1840, Pedro Araújo Lima conta como foi sua conversa com o monarca. Segundo o regente, quando perguntado sobre a possibilidade da maioridade, d. Pedro teria dito apenas: "De fato, não tenho pensado nisso".[1] A versão oficial da mesma história é bem diferente. Conta que, consultado em 1840, o jovem de catorze anos teria dito: "Quero já!", revelando uma maturidade emocional em que é difícil acreditar. Começava a se forjar, então, uma imagem que acompanharia o imperador até sua morte: o homem de porte impassível, cautela nas palavras e decidido politicamente. A representação de um rei que, pretensamente posicionado acima da política, viria redimir a nação. De acordo com os relatos, a não ser pelas pernas finas e voz estridente, d. Pedro parecia representar a encarnação de um monarca europeu. Com o tipo dos Habsburgo — queixo longo, olhos muito azuis, pele clara, cabelo liso e aloirado —, o príncipe destacava-se em meio à população de seu reino, em sua boa parte composta de negros, mestiços e mulatos.

Jornais e panfletos distribuídos na corte não cansavam de enaltecer as qualidades prodigiosas do jovem Pedro: sua educação, inteligência, cultura, domínio de línguas mortas e vivas, além da destreza na equitação e na esgrima. O segundo rei que o Brasil conheceu — o mais duradouro e popular — iniciava, assim, sua vida cívica envolto por um suntuoso teatro; o teatro da sua precoce maturidade. As roupas de adulto, a fama de filósofo e poliglota, e o temperamento equilibrado, tudo contribuía para fazer do monarca um grande personagem projetivo: um espelho invertido de seu pai. E estava pronto o cenário necessário para o ritual de sagração e coroação de d. Pedro II.

“SHOW TIME”: UM ESPETÁCULO DIGNO DOS GRANDES REIS

No dia 18 de julho de 1841 o Rio de Janeiro amanheceu mais uma vez em festa. A corte, vestida com o máximo decoro, aguardava pelo maior ritual já preparado no país. O folheto *Disposições para a Sagração de S. M. O Imperador*, impresso na ocasião, apresentava com detalhes a intenção de ostentar a grandiosidade do Estado monárquico e ilustrar como ele iniciaria uma nova tradição. Três programas — que tratavam do cortejo, da sagração, da recepção e das normas para o banquete — compunham um pequeno volume de dez páginas, fartamente distribuído. Marcado para começar ao meio-dia de 16 de julho, o ritual envolveria centenas de pessoas, que deveriam incorporar-se ao cortejo em momentos precisos, com posições e atitudes específicas. Cada um com sua função e seu instante de glória. Piquetes de cavalaria, marchas, carruagens, arqueiros, tiros e salvas que estrondariam em momentos predeterminados, tudo servia para produzir um efeito de sedução e, também, de intimidação (ver imagens 69 e 70).

O calendário da sagração e dos dias subsequentes seria igualmente delimitado de maneira precisa: a agenda da cerimônia, o dia para receber felicitações, a noite das iluminações, a visita ao Teatro de São Pedro de Alcântara e por fim o grande baile. Os cofres públicos é que sairiam desfalcados com tantos gastos. Obras invadiram a corte de janeiro a julho: madeiras, tecidos, vidros, tintas, ferragens, carpinteiros, pintores, fogueteiros, costureiras, artistas e seus aprendizes eram vistos caminhando apressados pelas ruas da capital. O projeto central da famosa Varanda — edifício especialmente construído de onde d. Pedro saudaria o povo depois de coroado — foi elaborado, e sua execução dirigida, pelo arquiteto e pintor Manuel de Araújo Porto-Alegre. A estratégia era conhecida: dar concretude aos interesses do poder através da construção de sua imagem material. O edifício majestoso acabava funcionando como ponto de projeção da excelência do regime, ao mesmo tempo que reafirmava a autoridade do governante e a confiança mútua entre o príncipe e seus súditos.

Marc Ferrez, artista vindo da França ainda na época de d. João, ficou responsável pelas esculturas realizadas para a ocasião. Lustres de cristal, arandelas, globos, lâmpadas, inscrições, talhas, bordados, franjas, cordões, papéis de parede, metais dourados, veludos, damascos e sedarias, telas e galões de ouro e de prata, tapeçarias… esses são alguns dos itens presentes no documento de descrição da Varanda.[2] De amplas proporções, ela tomava toda a extensão que separava o Paço da Capela imperial. E, para decorá-la, alegorias foram criadas com o propósito de representar os anseios e a imagem projetada do novo reinado. A começar pela palavra “templo”, nome dado à parte central do edifício onde se instalaria Pedro II depois de coroado, que já remetia ao sentido de culto religioso e exposição divina. Lembrando as riquezas da terra, vinha a denominação dada aos pavilhões laterais: Amazonas e Prata, em homenagem aos rios, demarcadores de fronteiras, lá representados por duas estátuas colossais. Dois leões — simbolizando a força e o poder — posicionavam-se ao pé da escadaria que, do Pavilhão Prata, descia à Capela imperial. No ático todas as imagens lembravam a Antiguidade: bigas, um carro triunfal, as estátuas da Justiça e da Sabedoria, bem como a inscrição “Deus protege o Imperador e o Brasil”. No templo ficava a sala do trono. Ali, destacava-se também o reboco do teto, cujo quadro central representava o imperador d. Pedro I dando a seus dois filhos as coroas de Portugal e do Brasil, sendo ele

ao mesmo tempo coroado por uma auréola de estrelas, símbolo da imortalidade.[3]

Há muito mais. Do lado do Brasil, destacava-se um padrão de ouro com a esfera de suas armas; aos pés de Portugal, ficavam os louros de sua antiga glória, tudo rodeado por estrelas que se referiam às províncias do Império, e ainda os signos do zodíaco que regem as datas de nascimento e da elevação ao trono do novo imperador (Sagitário e Câncer), sobre um fundo azul. Para fortalecer bem a imagem de predestinado do soberano, grandes medalhões representavam Carlos Magno, Francisco II, Napoleão e Pedro, o Grande; todos eles conhecidos como fundadores de impérios. Isso sem falar das armas de Portugal e da Áustria, berços da casa imperial brasileira. No arco que cobre o trono, os perfis de Pedro I e d. João VI. Por fim, na mesma sala do trono, surge uma apoteótica visão dos destinos históricos do país: de um lado, o imperador investido do exercício de seus direitos constitucionais; de outro, aqueles que seriam os vícios, as calamidades, os crimes que dilaceravam o Império durante o "estado anormal e anárquico do país na menoridade". Estes, por sua vez, fogem espavoridos para o inferno de onde haviam saído, a fim de ceder o lugar à sabedoria e à virtude do novo regime.

Hora de interromper a descrição e anotar o caráter ideológico do cenário. Nele, as Regências representam a anarquia e a terra do demônio, enquanto a monarquia simboliza o estado "normal" e a prosperidade. As Regências, a vaidade; o Império, a sabedoria, as ciências e a virtude cívica. Tudo devidamente contraposto e com ar inaugural, como se o Segundo Reinado viesse abrir uma era de civilidade, e os projetos republicanos experimentados durante as Regências não passassem de barbárie e passado enterrado. A história estava sendo assim manipulada, no sentido de mostrar coerência e continuidade entre passado e futuro. Pelas galerias e pavilhões, homenagens e feitos históricos bem selecionados — o Fico, a Independência, além do nome de ilustres da pátria. Retirando do passado apenas os momentos em que a monarquia surgia bem representada, a imagem do rei repercutia, simultaneamente, no espaço urbano, público e sensível.

Enquanto isso, o pobre garoto mal escondia o temor diante da roupa tão volumosa, da coroa pesada, do cetro alto que continha na ponta uma serpe, do manto que se arrastava pelo chão. E travou-se uma verdadeira batalha de imagens em torno do imperador. Nas primeiras gravuras que circularam fora e dentro do país chama atenção a imagem do menino atrapalhado com os detalhes de sua vestimenta um pouco grande. Já nos retratos oficiais, o nosso monarca mais parecia um Bourbon ou um Habsburgo, até porque a monarquia brasileira decidira reintroduzir o ritual da coroação e sagração, abolido em Portugal desde o desaparecimento do rei d. Sebastião em Alcácer-Quibir. Para os portugueses a esperança do retorno do rei perdido era sempre renovada, e por essa razão os reis Bragança continuavam a ser aclamados e não coroados. Já no Brasil se negava a matriz lusitana, e buscava-se maquiar a juventude da realeza local mirando ancestrais mais antigos. Por isso o imperador brasileiro seria aclamado, coroado e sagrado, como se a antiguidade do ritual corrigisse a fragilidade do momento político.

Mas existiam também novidades no ritual. Afinal, em tempos de revolução, Pedro de Alcântara seria investido como "Dom Pedro Segundo, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil". Misturavam-se, dessa maneira, "velhos e novos rituais": a sagração era mantida, porém d. Pedro, à semelhança de boa parte da realeza coeva, transformava-se em monarca constitucional. A intenção era que ele representasse não só o reinício como também a

continuidade. A começar pelas insígnias — a espada, o cetro, o manto, a coroa. O manto do fundador do Império, todo feito de veludo verde com tarja bordada, semeado de estrelas de ouro, dragões e esferas, e forrado de cetim amarelo, significava uma homenagem ao Novo Mundo, assim como a forma de poncho fazia referência às vestimentas da terra. A espada, que pertencera a d. Pedro I, tinha na lâmina as armas portuguesas. A bandeja em que vinha a espada carregava também a Constituição do Império embrulhada numa capa de veludo verde, coberto com um fitão da imperial Ordem do Cruzeiro. O globo imperial, insígnia indispensável nas sagrações de monarcas, era composto de uma esfera armilar de prata, tendo na eclíptica dezenove estrelas de ouro, cortadas pela cruz da Ordem de Cristo. O anel, usado no dedo anular da mão direita, incrustado de brilhantes, apresentava no centro dois dragões presos pela cauda. As luvas do monarca, feitas com seda, traziam as armas do Império. O cetro de ouro maciço tinha 1,76 metro de altura, com dois olhos de brilhante a se destacar no topo, representando a imagem da serpe: o símbolo dos Bragança — uma espécie de dragão alado. A "mão da Justiça" esculpida a partir da mão direita do imperador foi modelada em gesso por Marc Ferrez logo após a sagração e distribuída aos grandes da corte. Fechando o desfile de símbolos, vinha a coroa. Media dezesseis polegadas, o que a tornava um pouco desproporcional na cabeça do imperador. A base era ornada com brilhantes e pérolas, parte das quais fora retirada da antiga coroa de d. Pedro I, dizia-se, devido à pressa e à falta de dinheiro.[4] O diálogo entre o estilo europeu e os novos elementos nacionais é evidente. O Cruzeiro do Sul e outras estrelas brasileiras mostram o céu do Brasil. O cabeção de papos de tucano, a ombreira ruiva de galos-da-serra, trazem referências idealizadas aos indígenas.

Mas o ritual teria o poder de enfeitiçar. Apenas o cortejo era formado por mais de cinquenta integrantes, entre soldados e guardas de honra; banda de música; um arauto; porteiros; o corregedor da corte; o confessor; e vários coches conduzindo nobres e a família imperial.[5] Na Capela imperial, por sua vez, achava-se reunida parte selecionada da corte, que esperava pelo beija-mão.[6] Conta-se que, como os cabeleireiros franceses eram raros, não deram vazão à demanda, e senhoras penteadas na véspera dormiram vestidas e recostadas em travesseiros. Tudo foi feito, enfim, para que o evento lembrasse uma versão autêntica da mais tradicional das sagrações europeias.

A desmentir a "autenticidade" da cena à europeia estavam apenas os súditos com suas cores mais morenas e a pobreza do ambiente tão bem disfarçada pelos pintores oficiais. Repicaram os sinos, soaram as salvas, e a multidão saudou o novo imperador. Com a pesada coroa na cabeça, arrastando o longo manto e com a murça de plumagem dando-lhe o aspecto exótico de Imperador do Divino, subiu d. Pedro os degraus do trono e olhou para a turba a seus pés. Assim pequeno, ele mais parecia uma figura alegórica. Mas o que valia era a lógica do espetáculo proporcionado pelo Estado. Esqueça-se a idade do monarca, a pressa na realização do ritual e o caráter um pouco artificial de toda a encenação. Até parecia que as dificuldades políticas experimentadas durante as Regências tinham se diluído em meio ao fascínio da sagração ritual.

CONSTRUINDO UMA NAÇÃO E DESENHANDO SEU IMPERADOR

O período que vai de 1841 a 1864 representa uma fase importante para a consolidação da monarquia no Brasil. As rebeliões regenciais da Bahia, Pará e Maranhão estavam debeladas com a ajuda do barão de Caxias, que se transformou numa espécie de herói local. Nesse mesmo momento, o Gabinete da Maioridade anistiou os "rebeldes" que se entregaram às autoridades e, assim, o término das rebeliões separatistas foi celebrado como um novo começo, acima das possíveis divisões partidárias.

A educação cívica de d. Pedro tomava nova força nesse contexto, com o auxílio de seu influente mordomo Paulo Barbosa, que trataria de instruí-lo na arte do exercício do poder.[7] Em nota datada de 1842, d. Pedro perguntava: "Como se chama o Arauto? Como se chama o mestre de cerimônias? Como se chama o primeiro ajudante do mestre de cerimônias? Quantos são os moços da Câmara e quais são seus nomes? Não sei exatamente quanto se despende com as cavalariças…".[8] No entanto, se o rei ainda ensaiava sua inserção na política, a política se fazia a seu redor e utilizava-se de sua imagem. Nas repartições, nos jornais nacionais e estrangeiros, nas festas ainda tímidas da corte, nos lenços e moedas, o rosto de d. Pedro passava a circular.

Além do mais, seguindo a prática das realezas, era chegada a hora de casar o imperador — que se aproximava dos dezoito anos —, para que sua imagem de adulto atingisse real maioridade. Era árdua a tarefa de procurar um bom partido para ele: tratava-se do rei de um Império distante e exótico, ainda mais atrapalhado pela má fama do pai. E Pedro II, de caráter tímido, corava ante a ideia de casamento. Em carta de Pedro Araújo Lima ao mordomo-mor, Paulo Barbosa, assim se comenta a posição de d. Pedro II diante do matrimônio:

> Perguntei-lhe se ele autorizava a iniciar uma negociação na qual eu não queria dar nem um passo sem seu consentimento porque esse negócio tocava de perto a sua pessoa e que havia de influir na felicidade doméstica. Ele teve a bondade de me dizer que eu podia fazer o que entendesse melhor. [...] Depois expliquei que convinha realizar os esponsais o mais breve possível, para que ele estivesse habilitado para entrar no exercício do poder.

O relato revela os interesses das várias partes e as estratégias de casamento. Não estava em jogo a "felicidade doméstica" de Pedro II, e sim as exigências públicas: afinal, o casamento significava a efetivação da maioridade.

De toda maneira, com o aceite formal do rei, as negociações tomaram rumo, envolvendo três esponsais ao mesmo tempo: de d. Pedro e de suas duas irmãs, d. Januária e d. Francisca. Mas o casamento do imperador era sem dúvida o mais estratégico. A noiva foi encontrada, e em 23 de julho de 1843 chegava junto com a escritura do matrimônio um pequeno retrato de Teresa Maria Cristina, princesa das Duas Sicílias (ver imagem 71). Teresa era Bourbon por parte de três de seus avós, Habsburgo pela outra avó. Sua família não era, contudo, muito abastada, sendo o dote minguado. Ademais, a princesa era quase quatro anos mais velha que o imperador e descendente de um ramo menos importante da família. Porém, dizia-se que era boa cantora, além de ser sobrinha de Maria Amélia, rainha dos franceses e irmã do rei de Nápoles, Fernando II. Contam os relatos que d. Pedro, apesar de sua habitual moderação, afirmou ter gostado do retrato, o qual, é bom que se diga,

realçava as qualidades da futura imperatriz e disfarçava os defeitos. O casamento foi realizado por procuração, em Nápoles, e logo após a cerimônia Teresa Cristina enfrentava a longa viagem rumo ao Brasil. As despesas do governo brasileiro não foram poucas. No total gastaram-se 3:555$000 réis com o retrato do imperador, o presente para a futura imperatriz e barras de ouro para comprovar a riqueza do reino.

Cerca de oitenta dias mais tarde chegava ao Rio de Janeiro a imperatriz do Brasil: no dia 3 de setembro de 1843, a fragata *Constituição* aportou na baía de Guanabara. Tudo estava pronto para a cerimônia. Sua Majestade, com o uniforme de almirante, entrou a bordo da lancha imperial, que se encontrava enfeitada com o dragão dos Bragança e seria movida por 24 remadores portando fitas brancas com as cores das Duas Sicílias. O imperador fez breve cumprimento e só então se dirigiu aos aposentos de S. M. a Imperatriz, onde também estava S. S. R. o conde D'Áquila — o futuro cunhado, que se casaria com sua irmã d. Januária. Às onze horas o casal real saiu de bordo e se dirigiu em carruagem real a um te-déum e ao ritual do beija-mão. Depois, seguiu-se um minucioso roteiro que incluía folguedos, jantar de gala no Paço e bailes nas paróquias onde os escravos "estavam autorizados a exibir suas danças em homenagem a S. M. Imperial, mãe dos brasileiros".

No entanto, nem o melhor dos rituais esconde frustrações, e muito se falou sobre as de d. Pedro. Malgrado as informações que lhe haviam chegado a respeito das virtudes da imperatriz, parece que o imperador só conseguiu notar os problemas: d. Teresa Cristina era baixa, obesa e um pouco coxa. Dizem que o jovem monarca não teria conseguido disfarçar a decepção, e que chorou nos braços da condessa de Belmonte, sua aia, e no ombro do mordomo Paulo Barbosa, que lhe dizia: "Lembre-se da dignidade do seu cargo. Cumpra o seu dever, meu filho!". Melhor fortuna coube às duas princesas imperiais, que logo viajaram para suas cortes europeias. D. Francisca, "a bela Chica", se casaria em 1843 com o príncipe de Joinville, filho de Luís Felipe da França, e d. Januária contrairia núpcias com o conde D'Áquila, irmão de Teresa Cristina, no mesmo ano. Mas "negócios de Estado" são negócios, e de uma maneira ou de outra o matrimônio imperial se consumou. Em 1845 nasceria o primeiro filho do casal, d. Afonso, que faleceria já em 11 de junho de 1847. Em 1846, Teresa Cristina deu à luz uma menina, Isabel, e no ano seguinte nasceu Leopoldina. D. Pedro Afonso, o quarto filho do casal, também morreria com um ano de idade, em 10 de janeiro de 1850, na Fazenda de Santa Cruz. Essa parecia ser a sina dos varões Bragança, os quais, comentava-se na época, nunca vingavam.

O importante é que publicamente a virilidade do monarca era recebida como sinal de maturidade, e não foi por coincidência que nesse momento o imperador passou a se inteirar mais e mais das questões do Estado. Na Europa, o ano de 1848 foi marcado por uma onda de revoluções que começou em Paris, com a instalação da Segunda República em 24 de fevereiro, passou pela Alemanha, Baviera, Áustria, Hungria, Milão, para chegar, em seguida, à Sicília. As irmãs de d. Pedro sentiram na pele os efeitos do movimento. Francisca, casada com o filho de Luís Felipe de Orleans, rei da França deposto, foi obrigada a se exilar na Inglaterra. Januária, casada com o filho do rei de Nápoles e das Duas Sicílias, escapou de lá por milagre. Já o Império de d. Pedro parecia andar na contramão das demais monarquias.

BONS E MAUS VENTOS

Longe da ventania, o jovem rei passava a enfrentar uma série de novos desafios que misturavam boas e não tão boas surpresas. De um lado, no poder desde 1848, estava um ministério nitidamente conservador: Araújo Lima (marquês de Olinda), Eusébio de Queirós, Paulino José Soares de Sousa e Joaquim José Rodrigues Torres. A Câmara seguia igual coloração, tendo um liberal para 110 conservadores. Mas esse mesmo ministério, que tendia ao imobilismo, seria obrigado a se agitar diante de questões fundamentais: o problema da estrutura agrária, o incentivo à imigração e, por fim, a espinhosa questão do tráfico de escravos.

Em primeiro lugar, a recorrente pressão pelo fim do "comércio infame" aumentou ainda mais nessa conjuntura, com a Inglaterra à frente do movimento. Entre 1839 e 1842 multiplicaram-se as apreensões de navios negreiros, até que em 1850 a situação se tornou insuportável. Internamente, o tema era dos mais embaraçosos: apesar de compactuar com o tráfico, o Estado imperial sabia que a interdição do mesmo se transformava em condição fundamental para legitimar sua autonomia política. Ainda, a manutenção desse gênero de negócio jogava o Brasil dentro do grupo de "nações bárbaras", imagem em tudo oposta à feição civilizada que o Império brasileiro começava a divulgar. Para piorar, o tema não era de fácil assimilação no interior do país, muito dependente desse tipo de mão de obra. Entre os anos 1841 e 1850, o destino de 83% do total de africanos transportados para a América era o Brasil, 12% rumavam para Cuba, e o restante se dividia entre Porto Rico e Estados Unidos.[9] Isso sem falar no lucro obtido pelos traficantes, uma vez que a organização tinha repercussões continentais e envolvia outros comércios paralelos (ver imagem 67).[10]

O assunto possuía tal dimensão que passava a chacoalhar outras questões internas do Império. A Lei de Terras de 1850, por exemplo, que fora apresentada pela primeira vez em 1843, visava organizar o país para o fim eventual do trabalho escravo —[11] tendo sido votada poucos dias após a interrupção do tráfico. Na verdade, essa história durou até o final do Império. O objetivo da lei era desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes. Outra medida tomada nesse momento foi a centralização da Guarda Nacional, que visava ao fortalecimento do governo federal ante os proprietários, cuja reação à possível extinção do tráfico e à regulamentação da posse da terra seria negativa. Por fim, a promulgação do Código Comercial, no mesmo ano, está também conectada ao assunto, uma vez que se tornou necessário legislar sobre a maré de negócios que tomou conta do país justamente em razão da liberação do capital outrora empregado no negócio negreiro.

Toda causa tem muitos efeitos, e o fim do tráfico em 1850 acabou por disponibilizar verba excedente para utilização na própria estrutura interna do Brasil. Como se tratava de um negócio nem sempre legal e aberto, as receitas que daí provinham não apareciam na contabilidade oficial do Estado. Assim, encerrado o tráfico, uma massa de recursos surgiu da noite para o dia, como num passe de mágica. A saída para o Estado foi investir na infraestrutura do país, e acima de tudo na área dos transportes ferroviários. Para dar uma ideia, de 1854 a 1858 foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro, a iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas

e de estabelecimentos de instrução começou a crescer. Com o fim da aplicação no mercado negreiro, as importações também cresceram 57,2% no período de dois anos: uma grande notícia para um governo que vivia basicamente do imposto de importação.[12]

Um pouco de sorte sempre ajuda, e a extinção oficial do tráfico coincidiu com a alta do café nos mercados estrangeiros. Deficitário durante o período de 1840 a 1844, tal comércio tornou-se extremamente lucrativo a partir de 1845. As vendas subiram 23%, entre 1850 e 1851, e o otimismo passou a ser a nova palavra de ordem no Império. A situação financeira era de fato animadora: para 1831-32, logo após a abdicação de d. Pedro I, a receita geral do Império foi orçada em 11171:520$000. Em 1840-41, depois da maioridade, subiu a 16310:571$000, para em 1862-63 chegar a 48343:182$000. Esse período de crescimento econômico ficou conhecido como a Era Mauá — nome do empresário brasileiro que possuía dezessete diferentes empresas e ampliou seu raio de ação até o Uruguai e a Argentina, com investimentos na área financeira e industrial — e como a época da implantação da estrada de ferro no país: entre 1854 e 1889 construíram-se 10 mil quilômetros de ferrovias.

Também no tabuleiro externo a situação era mais animadora. O êxito da política brasileira na complicada região do Prata, com a derrota do líder uruguaio Oribe por tropas brasileiras, encerrou (ao menos por certo tempo) a disputa territorial que, entre outros fatores, levara à abdicação de d. Pedro I. Além do mais, como corolário da Lei de Terras e da abolição do tráfico entrava em cena uma política de atração de imigrantes europeus. No entanto, o Brasil tinha poucas condições de competir com outros países, sobretudo os Estados Unidos, que ofereciam maiores facilidades na aquisição de terras, possuíam um sistema de transporte mais consolidado e, em parte do território, não tinham escravidão. Mesmo assim, também por aqui, e como alternativa ao braço escravo, a partir de 1850 começou-se a trazer trabalhadores europeus e orientais. A ideia era encontrar substitutos para o trabalho escravo, agora mais caro, uma vez que após o fim do mercado negreiro a saída fora recorrer ao tráfico interno de cativos, que passaram a custar o dobro do preço.

Mas a política de imigração de mão de obra estrangeira financiada por particulares geraria muita controvérsia. Afinal, o modelo significava uma espécie de escravidão por dívida, com os trabalhadores tendo que pagar todos os gastos prévios — viagem, moradia, terra, instrumentos — feitos pelos fazendeiros. Iludidos com a promessa da pequena propriedade, imigrantes não só fugiam para as cidades como promoviam revoltas, sendo famosa uma que estourou em 1856, nas terras do senador Vergueiro, seguida da proibição de emigração pelo governo prussiano em 1859.[13]

O governo passaria a financiar a vinda de imigrantes europeus no fim dos anos 1860, medida que, segundo a lógica dos governantes, traria "novo benefício", como o branqueamento da população, apregoado pelas teorias científicas da época. Afinal, não era possível esquecer o receio que pairava, nesse momento, com relação ao "futuro de um país de raças mestiças",[14] e o persistente medo do haitismo, num país de maioria escrava. Em 1849, contabilizavam-se no Rio de Janeiro 110 mil escravos para 266 mil habitantes,[15] o que dava à corte a impressão de uma "pequena África", sendo este, aliás, o apelido do bairro vizinho ao Paço onde d. Pedro morava.

Para encerrar a longa e acirrada década de 1850, no ano de 1859 a primeira grande epidemia de febre amarela assolou o Rio de Janeiro, chegando o obituário aos milhares; e nessa relação incluía-se a morte de um dos filhos de Pedro II.[16]

Mas, entre muitos altos e baixos, a década de 1850 ficaria particularmente associada à estabilidade financeira e ao momento de paz que o país experimentou a partir de então. Era no Rio de Janeiro que se sentiam mais de perto as mudanças resultantes do fim do tráfico. Na verdade, toda a urbanização da cidade passava por uma revolução. O modelo era a Paris burguesa, contudo a realidade local oscilava entre bairros elegantes e as ruas onde só se notava o trabalho escravo e dos libertos.

Realidade acintosa nas ruas e nos sobrados de maior ou menor porte, a escravidão urbana variou conforme a característica das cidades e a posse dos senhores. Nos sobrados maiores, uma hierarquia de pajens, moleques de recado, amas e criadas de quarto, bem-vestidos e ataviados, confirmava o status dos senhores. Já nos casebres de mulheres solteiras ou viúvas, nas casas remediadas ou de funcionários públicos mais modestos, escravos e escravas mourejavam lado a lado com seus senhores e, sobretudo, senhoras, criando inesperados laços de intimidade, os quais, por sinal, não chegavam a abrandar a violência inerente à escravidão urbana. Nesse contexto, algumas figuras se tornaram emblemáticas e, entre elas, as amas de leite compuseram espetáculo à parte. Presentes em álbuns de família ou nos *cartes de visite*, levados ao exterior, compunham a imagem exótica, romântica e pacífica que se queria exportar da escravidão brasileira. Mas a tensão está sempre presente: basta notar que, enquanto o jovem senhor era sempre identificado com nome e sobrenome, as amas restavam no anonimato de sua condição.

Havia muitos outros personagens soltos pelas cidades. Escravos de ganho — aqueles cujo trabalho era cobrado por dia e por jornada — percorriam as ruas em busca de serviço ou respondendo a demandas prévias. Carregadores, sobretudo os de objetos de grande porte — tonéis, pianos, caixas —, destacavam-se junto com suas lides, e em ritmo sincopado entoavam cantos. Da mesma forma, as vendeiras e quituteiras chamavam atenção por sua independência e capacidade de articulação de diferentes negócios e laços sociais. Muitas delas constituíam pecúlios e, ao se alforriarem, construíam famílias a partir da compra de escravas jovens, que eram mais tarde igualmente alforriadas. No mundo da escravidão urbana, no qual a vigilância era um pouco mais frouxa, inventou-se uma variedade de profissões, arranjos de vida e de possibilidades de ir e vir. Nesse universo, libertos, homens livres e escravizados formaram, ao lado dos pobres livres, mundos quase invisíveis de laços de solidariedade e ajuda mútua. Montaram universos paralelos ao brilhante teatro da corte, que ganhava então nova escala.[17]

Mas o "moderno" mundo urbano deveria espelhar uma sociabilidade branca e ademais europeia. Quem sabe por isso, de um dia para outro, nos locais de maior acesso foram sendo edificados palácios, jardins públicos e amplas avenidas. A corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), bondes puxados a burro (1868), rede de esgoto (1862) e abastecimento domiciliar de água (1874). O mundo do trottoir e dos novos consumos também se modificava. Para o novo comércio elegante, a rua Direita — que misturava estabelecimentos de moda com pequenos armazéns de secos e molhados — parecia não ser mais suficiente. O acanhado das ruas, o odor de esgoto, o serviço urbano dos escravos, o cheiro de maresia, tudo contribuía para a contínua decrepitude do local.

Agora era a vez da mística rua do Ouvidor, onde se abriam a cada dia novas lojas de modistas franceses, floristas, joalheiros, cabeleireiros, charuteiros e até sorveteiros. Por oposição ao reduzido movimento de outrora, surgiam os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, as indumentárias requintadas com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris. Não por acaso, a rua do Ouvidor transformava-se no símbolo dileto dessa nova urbanidade, segundo a qual se pretendia viver nos trópicos como nos bulevares europeus. A impressão de certo desajuste não escapou a Machado de Assis, que num conto narrou a história de Fulano Beltrão, um homem cuja ascensão social e política levou a mudanças profundas em seus hábitos. Uma delas foi passar a desfilar na rua do Ouvidor; outra veio com a morte da mulher: para consolar-se, mandou "esculpir na Itália um magnífico mausoléu, que esta cidade admirou exposto, na rua do Ouvidor, durante perto de um mês".[18] Essa rua era, assim, o local dileto para o jogo social, mas também fórum para debate de questões da política, do comércio, da literatura, das artes e ademais das modas.

A cidade fluminense passaria a funcionar, ainda, como um polo centralizador e difusor de hábitos e linguagens, na mesma medida em que lá se enraizava a "boa sociedade". Não era à toa que, enquanto as "mocinhas casadoiras" sonhavam com as diversões da corte, os fazendeiros do interior e de outras províncias temiam pela entrada de seus filhos nas "delícias da Babilônia fluminense".[19] Não que essa aristocracia da terra deixasse de se reconhecer nas suas propriedades de café e nos solares que iam sendo construídos nas províncias e onde se podia oferecer um baile ou guardar o troféu de hospedar o imperador em visita. Mas era nas grandes capitais que a vida social ia se estabelecendo com sua febre de concertos e festas.

Isso sem falar nos teatros, que, em tempo de encenação, completavam a cena. Era lá que se ia para ver e ser visto. Dentre os palcos existentes no Rio de Janeiro, destacavam-se os do São João e do Lírico Fluminense, no Campo da Aclamação, onde Carlos Gomes apresentou sua primeira ópera, *A noite do castelo*, e estreou *O Guarani*, em 2 de dezembro de 1870, em homenagem ao aniversário do imperador. Passaram por esses palcos vários atores internacionais, e mesmo nacionais, como o satírico Martins Pena. As futilidades da corte, seu estrangeirismo, estão presentes em diversas obras do dramaturgo. Na peça *O caixeiro da taverna*,[20] Francisco se queixa: "Não se vê por essa cidade senão alfaiates franceses, dentistas americanos, maquinistas ingleses, médicos alemães, relojoeiros suíços, cabeleireiros franceses, estrangeiros de todas as seis partes do mundo…". Os ingleses eram chamados por Pena de "senhor mister", mas a verve se dirigia mesmo contra a "mania de francês".

As diversões que mais faziam sucesso eram, porém, os bailes e serões. Lá se desenvolvia a arte de entreter uma palestra, cultivar o humor, dançar uma valsa, cantar uma ária, declamar ou inspirar um verso, criticar com maledicência ou com piedade, cortejar as mulheres.[21] Os bailes conheceram seu momento de apogeu nesse contexto, adquirindo uma feição não só social como política, sendo o local para polêmicos debates entre partidos, ou mesmo para conciliações. "Não se faz política sem bolinhos", dizia o político Cotegipe acerca dos saraus feitos à base de muito Donizetti, Rossini, Verdi. Roupas elegantes para senhoras, sem esquecer os enchimentos, que permitiam milagres, arredondando partes estratégicas do corpo. O ramalhete nas mãos das damas, o charuto para os homens, os bailes nos cassinos entre gorgorões, filós, fios de ouro, plumas, rendas de Bruxelas e da Inglaterra, *flots* de filó e os leques de marfim, madrepérola, tartaruga ou

sândalo… enfim, aí estavam as delícias da vida da corte, o sonho de viver no Brasil como se vivia na França, a despeito do calor dos trópicos.

Não se engane, entretanto, quem pensa que o Rio de Janeiro era Paris e o Recife tinha a cara de Londres. As cidades eram ilhas contadas, cercadas pelo ambiente rural, sendo a escravidão onipresente. No triste conto "Pai contra mãe", Machado de Assis relembra que "a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos". A máscara, o ferro de pescoço e a triste profissão daqueles que viviam de prender escravos fugidos, noticiados em anúncios de fuga que apareciam cotidianamente nos jornais. No mesmo conto, Cândido Neves caçava "escravo fugido" e orgulhava-se de sua função. Até que, na iminência de ter que entregar seu próprio filho por falta de dinheiro, prende uma mulata que, grávida, aborta o bebê que carregava em seu ventre. "Nem todas as crianças vingam", sentenciou Neves.[22]

Na ótica da corte, o mundo escravo e o mundo do trabalho deveriam ser não só transparentes como silenciosos. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte e a violência e alta densidade de escravos é flagrante. Os cativos representavam de metade a dois quintos do total de habitantes da corte no decurso do século XIX. A corte reunia em 1849, de acordo com o *Almanak Laemmert*, a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o fim do Império romano: 110 mil escravos sobre 266 mil habitantes.[23] No núcleo urbano do município formado por oito paróquias centrais — Sacramento, Engenho Velho, São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Glória, Lagoa —, as porcentagens eram menores, mas o impacto da presença negra era ainda maior. Esse era o centro nervoso da corte, sede dos principais edifícios públicos, praças e do comércio mais importante do Império. Do total de 206 mil habitantes que moravam na área, 79 mil (38%) eram escravos.[24] Ademais, bem nas cercanias do Paço ficava o Reino do Obá, composto de africanos, crioulos e negros que podiam ser escravos, libertos ou homens livres. Nessa região, conhecida como Pequena África, de cada três habitantes um era africano, segundo o censo de 1849. Outras cidades brasileiras tinham proporção ainda maior de cativos. Era o caso de Niterói (onde em 1833 quatro quintos da população era escrava) e Campos (onde 59% eram cativos), e de Salvador, que apresentava uma população de menor porte: cerca de 81 mil habitantes em 1855.

Mas não era apenas a escravidão que ofuscava os projetos civilizatórios do Império. O peso da população rural era enorme quando contrastado com a urbana. A população das capitais do Império representava 8,49% da total em 1823, 10,41% em 1872, e 9,54% em 1890.[25] Para completar o quadro, mais ou menos 50% desse contingente se concentrava em apenas três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife: 59% em 1832; 48% em 1872, e 58% em 1890.[26] Percebe-se, portanto, ao mesmo tempo, a importância da corte como centro irradiador, mas também seu caráter de exceção. A moda era para poucos. A escravidão e o abandono do habitante do Brasil profundo eram e seriam, até o final do reinado de d. Pedro II, as grandes contradições de seu Império, que se pretendia civilizado: uma quase Europa.

POLÍTICA NO SEGUNDO REINADO: MAIS DO MESMO

Também o exercício da política parecia ser prática para uma minoria. Isto é, desde a morte de d. Pedro I, em 1831 — que determinara a passagem da maioria de seus partidários para as fileiras dos monarquistas, chamados então de "conservadores" —, dois grandes partidos revezavam-se no poder. Os conservadores triunfaram nas eleições de 1836, governando de 1837 a 1840. Nesse ano, a oposição liberal — que, aliada a alguns conservadores, tomou a frente pela maioridade — tornou-se vitoriosa e permaneceu no poder até 1841. Mais uma vez os conservadores, de 1841 a 1844; os liberais, de 1844 a 1848; os conservadores, de 1848 a 1853, e foi em 1853 que se inaugurou a "conciliação", misturando-se representantes dos dois partidos nacionais. A união durou apenas cinco anos, mas revelou não só fragilidades de ambos os partidos como as potencialidades de intervenção da monarquia no jogo político. Na falta de uma classe burguesa, capaz ela própria de regular as relações sociais por meio de mecanismos do mercado, coube ao Estado a consolidação do comando nacional e do protecionismo econômico.[27] Para ajudar, também o perfil dessa elite dirigente viria a ser homogêneo, em termos tanto de extração social como de ideologia e treinamento. Assim, o setor burocrático, inicialmente dominado por magistrados e militares, seria, com o processo estatizante, aos poucos tomado por profissionais liberais e advogados: os famosos "bacharéis".

As elites brancas entenderiam a corte como um clube, onde conviviam sócios sortudos; independentemente das facções políticas. Com efeito, luzias e saquaremas, como eram chamados conservadores e liberais, partilhavam a mesma origem social; formação educacional em Coimbra; carreira voltada para a medicina e em especial para o direito; titulação, e relações pessoais.[28] Divididos por ideias que privilegiavam ora a centralização do Estado ora a sua descentralização, fechavam, porém, em uníssono quando o negócio implicava manter a escravidão e a estrutura vigente. A elite brasileira de então poderia ser caracterizada ainda como "uma ilha de letrados num mar de analfabetos".[29] A educação tornou-se inclusive uma marca distintiva de tais grupos, num país em que o recenseamento de 1872 mostrava que apenas 16% da população era alfabetizada, sendo 23,43% a proporção de homens e 13,43% a de mulheres. Isso sem falar da população escravizada, na qual o índice de analfabetismo chegava a 99,9%. Boa parte dessa elite optava pela formação jurídica em Coimbra, até a Independência, e em seguida em duas províncias que contavam com escolas de direito desde 1828: São Paulo e Olinda, depois transferida para o Recife. A própria vida escolar de boa parte da elite brasileira era bastante previsível. Famílias de mais recursos contratavam tutores particulares, que preparavam seus pupilos para a entrada em liceus ou, de preferência, no Colégio D. Pedro II, que, criado em 1837, era o caminho certeiro para os almejados cursos jurídicos e já garantia um diploma de bacharel em letras. A partir daí o destino era ou a Europa ou os quatro cursos de direito e de medicina, neste último caso no Rio de Janeiro ou na Bahia. Nos cursos de direito formavam-se não apenas juristas e advogados que mais tarde seguiam carreira pública, como deputados, senadores, diplomatas; isto é, toda a burocracia do Estado.

No entanto, o incentivo à formação de juristas geraria um excedente de bacharéis e a procura de emprego público fácil, assim como incentivaria o caráter clientelístico da

burocracia imperial a rodear o Estado. Com tantos elementos somados, "bacharel" transformou-se num termo que carregava não só uma qualificação profissional como um capital simbólico fundamental. Na teoria, o bacharel era um cidadão com diploma em direito. Na prática, jovens formados em matemática ou letras — e por vezes nem graduados, mas com um bom capital social — também podiam portar o título e disputar as concorridas vagas de emprego público. É por isso que o conhecido (e crítico) jurista da escola do Recife, Sílvio Romero, em *Doutrina contra doutrina*, ironiza a imagem desse grupo sempre de casacas e mendigando algum emprego, de preferência um de fachada, que não requeresse empenho pessoal. Eram os advogados sem clientes, os médicos sem clínicas, os escritores sem leitores, os magistrados sem juizados, que faziam do diploma uma distinção e uma forma de sobrevivência estável.[30]

Mas esse "baixo clero" não detinha o poder. Na verdade, a maior parte das grandes decisões da política nacional era tomada pelos representantes do Executivo e do Legislativo, além dos conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados.[31] No topo da elite do Império estava o Conselho de Estado: o "cérebro da monarquia". Criado em 1823 e extinto pela reforma de 1834, o Novo Conselho foi reinstaurado em 1841 e permaneceu em atividade até o fim do Império. Esse era o "núcleo duro do Imperador"; o cargo era vitalício, podendo ser suspenso, pelo monarca, por tempo indeterminado. Os ministros representavam o Poder Executivo, no entanto o imperador era o primeiro titular e tinha total liberdade de escolha.[32] A interferência e o poder de veto do imperador, aliados à própria formação singular do ministério brasileiro, faziam com que a vida política dos gabinetes fosse muito curta. Até 1861 foram onze os ministérios, e 23 até o final do Império, em 1889.

Na linha de frente do Império viriam a seguir os senadores. Mais uma vez, era o imperador que selecionava os nomes em listas tríplices, obtidas por eleição, mas a partir de certos critérios: o pretendente à vaga deveria ter idade mínima de quarenta anos e renda anual de 800$000 réis. O grande poder dos senadores advinha da vitaliciedade do cargo, que levou alguns de seus membros a permanecerem no posto por mais de trinta anos. Num degrau mais baixo estariam por fim os deputados. Esse era "o grupo mais numeroso e menos poderoso",[33] a despeito de o cargo representar passo fundamental para futuros postos de maior evidência. Os requisitos para eleição eram idade mínima de 25 anos e renda de 400$000 réis.

Tendo o Poder Moderador em suas mãos — que lhe dava a primazia do veto em várias instâncias — e contando com uma elite bastante homogênea, apesar de dividida entre dois partidos, d. Pedro II cada vez mais reinava e governava. Era inclusive comum ouvir dizer, em meados do século, que não havia nada mais parecido com um saquarema — apelido dado aos conservadores em virtude de um de seus principais líderes, o visconde de Itaboraí, ser fazendeiro no município de Saquarema, no estado do Rio — do que um luzia (referência à cidade mineira de Santa Luzia, onde os liberais sofreram sua pior derrota na revolta de 1842) no poder. Afirmava o político Afonso Celso: "Liberais e conservadores passam pelo poder sem deixar vestígios que os distingam. Não se lhes percebe quase o revezamento. É que o — 'sai para que eu ocupe o teu lugar' — é a mola real de todas as lutas…".[34] Machado de Assis, em seu conto "Teoria do medalhão", de 1882, imagina os bons conselhos que um pai daria a seu filho, sobre as vicissitudes da política: "Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a

cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos…".[35]

Mas nem tudo eram mesmices. Além das similitudes escandalosas, existiam diferenças importantes. Tomando-se o intervalo de tempo decorrido entre o fim das Regências e a conclusão do movimento praieiro, que agitou a província de Pernambuco de 1845 a 1848, pode-se vislumbrar uma política dos luzias que tendia mais para a descentralização provincial. Tal diferenciação só pode ser inferida, porém, a partir dos discursos dos políticos e debates parlamentares, pois nenhum dos partidos apresentara, pelo menos até esse contexto, nenhum programa oficial. Mas os apelidos foram criando raízes e fazendo história. Os luzias traziam no nome o local de uma derrota militar, sofrida em 1842. A rápida expansão do termo "saquarema" pode ser explicada, pois, em função do predomínio liberal entre 1844 e 1848 e do apelo à centralização do Estado. Talvez por isso o nome "saquarema" tenha se enraizado durante o Império, sendo associado aos conservadores fluminenses. Não há como esquecer, também, o sentido maledicente que o nome desse partido carregava, já que se vinculava à ideia de "protegido", ou mesmo à noção de "sacar". É possível arriscar ainda outra distinção entre as duas facções: o partido conservador seria composto a partir da aliança da burocracia com o grande comércio e a grande lavoura de exportação, enquanto o partido liberal trazia em seus quadros uma maioria de profissionais liberais urbanos unidos à agricultura de mercado interno e de áreas mais recentes de colonização.[36]

No entanto, em alguns aspectos a proximidade entre os partidos era tão grande que permitia aos contemporâneos ironizar a ausência de plataformas, a arte da bajulação ao imperador e a prática "espetacular" da política. Os parlamentares eram mestres na "pose" e na adulação à imprensa, que publicava seus discursos longos, de preferência de mais de duas horas, cheios de digressões, citações e demais artifícios da oratória. A deputação era também um divertimento. Casados, os deputados deixavam esposas na província para levar no Rio uma folgada vida de solteiro.[37]

O fato é que a reconciliação temporária dos partidos — fruto dessa mesma homogeneidade — levou ao fortalecimento do Império e da figura do seu monarca. Formado graças ao esforço político de Honório Carneiro Leão, o marquês de Paraná, o Gabinete da Conciliação, como era chamado, contou com a presença simultânea de figuras de origem liberal e conservadora. Em termos práticos, a formação desse ministério representou a consolidação de uma estabilidade política jamais conhecida desde a Independência. A conciliação representou um mecanismo capaz de fortalecer a unidade de interesses das elites que controlavam a vida política nacional, mantendo uma estrutura centralizada, em torno da figura do rei.

É inclusive nessa época que, pela primeira vez, percebe-se a atuação forte de Pedro II como promotor de um novo modelo de cultura nacional. Nas anotações que fez às margens do livro *Confederação dos Tamoios*, datado de 1856 e especialmente comissionado pelo Estado, Pedro II escrevia, entre garranchos, que lhe faltavam duas grandes obras: "organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite". Conformar uma cultura própria e unificar o território era tarefa premente nesse momento dado a nacionalismos românticos. Mas os desafios eram muitos. A maior parte da população estava fora dos canais de participação política, e o país andava cindido entre duas faces: a externa, um país organizado em modelo europeu, com uma monarquia constitucional, um rei jovem e com fama de culto, um congresso eleito e partidos políticos regulares; e a interna, um território

imenso e plural, dominado por grandes propriedades isoladas. Qual seria a estratégia para transformar essa multiplicidade de províncias e realidades numa nação? Como fazer de uma população dispersa na área rural, mal unida por lealdades de província, condicionada pelo sistema escravista sentir-se parte de uma comunidade política? Como criar um sentimento de Brasil? A saída será, ao lado do incentivo a um projeto modernizador, investir na seleção de certos traços de uma "cultura tropical", e distante de tudo que lembrasse a escravidão.

ENFIM O MAIS PARTICULAR E O MAIS ORIGINAL DOS ESTADOS: UMA MONARQUIA TROPICAL

O século XIX ficou conhecido como a "era dos nacionalismos".[38] A criação de uma história continuada e de heróis ancestrais; a imposição de uma língua de monumentos culturais; a seleção de lugares, paisagens e povos originais; a eleição de representações oficiais (dentre símbolos como hinos e bandeiras) e identificações pitorescas (costumes, especialidades culinárias ou animais emblemáticos) faziam parte de um modelo básico que se divulgou largamente nesse contexto.[39] O romantismo previa justamente a exaltação do que havia de mais particular a cada nação e, por isso, além das características comuns, a cada país coube sua dose de particularidade.

Já no caso brasileiro existem diferenças dignas de registro. Para começar, em geral o nacionalismo romântico se expressou em regiões relativamente pequenas e bastante homogêneas do ponto de vista linguístico e cultural. Procurar por homogeneidades num Estado de proporções continentais e caracterizado por uma população tão heterogênea era tarefa complicada. A saída foi "esquecer" a escravidão e idealizar os indígenas, os quais, dizimados sistematicamente nas florestas, reapareciam em romances e pinturas oficiais ou semioficiais. A representação do país como indígena (e masculino) juntava as concepções de um Brasil americano, mas também monárquico e português. Ou seja: uma mistura da cultura da velha metrópole com a identificação com a América, que nos faz independentes. Por outro lado, se em outros países o romantismo teve um caráter contestador, no exemplo brasileiro ele foi majoritariamente palaciano e financiado pela monarquia, o que condicionou seu perfil conservador.[40] Assim, se o nacionalismo brasileiro não foi monolítico, seu papel histórico é evidente. Ele permitirá afirmar particularismos, construir uma identidade em oposição à metrópole, valendo-se de elementos particulares — a natureza tropical e seus naturais — bem como universais. Afinal, tínhamos a mais tradicional das monarquias, formada por Braganças, Bourbons e Habsburgos.[41]

Para entender a centralidade da monarquia, basta avaliar a importância das instituições e dos intelectuais que cercaram o soberano. É nesse momento que o imperador assumirá uma postura mais ativa junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia Imperial de Belas Artes, assim como procurará formar uma geração de escritores e de artistas — tão jovens como ele. Essa é a época do indigenismo de fundo romântico, dos quadros neoclássicos grandiosos da Academia Imperial de Belas Artes, dos exames no Colégio Pedro II. De um lado, a natureza se convertia em paisagem cultural, e os trópicos — devidamente invertidos — passavam a representar pujança e desenvolvimento. No esforço de viabilizar uma identidade nacional, o historiador do grupo, Varnhagen, criou uma narrativa que destaca o contraste entre a monarquia constitucional brasileira e as repúblicas latino-americanas, marcadas, segundo ele, por instabilidade crônica, ausência de liberdade e guerras civis. Para fora, o Brasil buscava firmar-se, pois, como a única nação civilizada das Américas. Para dentro, porém, era preciso resolver o problema de ser uma monarquia que manteve a dinastia de Bragança numa América inteiramente republicana.

Por isso, era premente destacar certa memória, reconhecer uma cultura e criar um ambiente favorável à nova nacionalidade. E, se no plano político uma monarquia

americana era vista sob suspeita pelas demais nações do continente, internamente era também necessário criar um sentimento de Brasil. E foi com essa intenção que se deu a fundação de um estabelecimento dedicado "às letras brasileiras". Criar uma intelectualidade local, e não formada em Portugal, parecia ser medida urgente. Talvez por isso, em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, aberto em 1834 em Paris, formou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 1840, os românticos brasileiros, quando o monarca d. Pedro II se tornará assíduo frequentador e incentivador dos trabalhos desse estabelecimento.

A partir de então, o IHGB — quiçá a instituição que mais se empenhou em forjar uma identidade para o país — se afirmaria como um centro de estudos ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre os intelectuais e os meios oficiais. E a associação entre o Paço e o IHGB se desenvolveria de maneira crescente: em 1838, d. Pedro II foi convidado a ser o "protetor" da instituição; em 1839, ofereceu uma das salas do Paço imperial para as reuniões do estabelecimento; em 1840, por ocasião do aniversário do monarca, foi cunhada a medalha que continha os dizeres: "*Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio*"; em 1842, o próprio imperador se tornou membro do Instituto francês, e finalmente, entre 1842 e 1844, o rei instituiu prêmios para os melhores trabalhos apresentados no IHGB.

Composto, em sua maior parte, da "boa elite" da corte, que se reunia sempre aos domingos para debater com intelectuais temas previamente selecionados, o IHGB tinha como objetivo construir uma história nacional, a partir da seleção de eventos e grandes personagens, logo transformados em heróis. O vínculo com o Estado era tal que ele chegava a colaborar com 75% das verbas da instituição. Assim, por meio do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, iniciava-se um processo que implicava não só o fortalecimento da monarquia e do Estado como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural. Era dessa maneira que o monarca lançava as bases para uma atuação que lhe daria a fama de mecenas: do sábio imperador dos trópicos. Seguindo o exemplo de Luís XIV, d. Pedro não apenas formava a sua corte como elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para enaltecer a nacionalidade, literatos para criar um tipo nacional.

A característica moderada do grupo ajudou na recepção desse projeto, em meio a um ambiente cultural bastante fraco. Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-79), conhecido por sua atuação na Academia de Belas Artes, e os literatos Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-91), Joaquim Manuel de Macedo (1820-82), Gonçalves Dias (1823-64), e o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78) passariam a frequentar o IHGB, a partir de 1840, tendo na revista do Instituto um órgão dileto de divulgação de suas ideias. Por outro lado, o caráter oficial desse estabelecimento auxiliou na aceitação do projeto de renovação literária, sobretudo em função da presença constante do imperador. Este, por sua vez, gerou um conformismo palaciano, tolhendo as iniciativas artísticas mais rebeldes. Um paradoxo chama, contudo, atenção: o descuido político com os indígenas é paralelo à sua eleição como símbolo romântico na literatura e na poesia. Sabia-se pouco a respeito dos nativos, mas na literatura ferviam os romances épicos com chefes e indígenas heroicos e amores silvestres. Dicionários de línguas indígenas vendiam como pão fresco, e o próprio imperador, animado pela voga que assolou a corte, passou a estudar o tupi e o guarani.

Aliás, ia se esculpindo a representação do sábio imperador. Era d. Pedro quem financiava, pessoalmente, projetos de pesquisa de documentos relevantes para a história do Brasil, no país e no estrangeiro. Ele também se interessava pelas pesquisas de etnografia e linguística americana. Ajudou o trabalho de cientistas como Martius, as pesquisas de Lund, de Gorceix, dos naturalistas Couty e Goeldi, dos geólogos Orville Derby, Charles Frederick Hartt, do botânico Glaziou, do linguista e filólogo Seybold, além de vários outros naturalistas que aqui estiveram. Financiou profissionais de outras áreas, entre advogados, agrônomos, arquitetos, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos e pintores. Tal política privada de financiamento era conhecida na época como o "bolsinho do imperador", que ajudava o monarca a difundir sua imagem de um Luís XIV dos trópicos. Segundo o médico Joaquim Murtinho, o jovem d. Pedro dizia em alto e bom som, e para quem quisesse (ou não) ouvir, uma frase sem dúvida de grande efeito e projeção: "A ciência sou eu".[42]

O INDÍGENA MORRE PARA QUE A NAÇÃO VINGUE[43]

Mas, se cabia à historiografia formar um novo panteão de heróis nacionais, foi na área da literatura que o nacionalismo ganhou maior visibilidade. Delineavam-se, então, as bases de uma verdadeira política literária. Foi justamente nesse contexto que Gonçalves de Magalhães publicou o poema épico *A Confederação dos Tamoios* (1856), que era aguardado como o documento de demonstração de "validade nacional do tema indígena".[44] Retornando ao modelo do "bom selvagem", Magalhães construía o que deveria ser o maior épico nacional, centrado na figura dos heróis indígenas, com seus atos de bravura e gestos de sacrifício. Tentando fundir a "excentricidade romântica com a pesquisa histórica", esse autor acreditava ser possível superar as especificidades regionais para chegar a um mito nacional de fundação.[45]

Inspirada em artigo de Baltasar da Silva Lisboa, publicado em 1834, a obra conta a saga da nação Tamoio, que luta pela liberdade contra os agressores portugueses — caracterizados como selvagens e aventureiros. Porém, as oposições não se limitam aos pares descritos. Enquanto os brancos podem ser divididos entre portugueses brutos e colonizadores (que transformaram uma nação livre em escrava) e brancos religiosos (padres jesuítas mancomunados com o futuro Império), também os indígenas se encontram divididos. De um lado, os silvícolas bárbaros ou (por sua simplicidade) catequizados; de outro os aborígenes indomáveis e livres como a natureza. Nessa batalha de dualidades, o par enaltecido é o que lembra a pureza: os portugueses do futuro Império (que personificam a unidade nacional e a fé cristã) e os indígenas não conspurcados pela civilização. É num momento significativo da trama que Tibiriçá, índio converso da tribo Guaianá, tenta convencer seu sobrinho rebelado, Jagoanharo, acerca das vantagens do mundo europeu. É assim que a literatura vai cedendo espaço ao discurso oficial, sendo o indígena transformado num modelo nobre, mesmo que como o grande perdedor nessa gênese do Império. Como um exemplo a ser seguido, o indígena surgia como herói e vítima de um processo que o atropelava. Nascido livre, ele é morto em liberdade e para a liberdade. Como um "fardo da civilização" o Império se impunha por meio da representação do indígena, mas, também, sobre o indígena: sua grande vítima.

Além de Magalhães (depois visconde de Araguaia), Gonçalves Dias mereceria a atenção do imperador. Considerado o grande poeta romântico brasileiro, trouxe o indianismo para a métrica. Partindo de documentos da história e da sua própria etnografia, Gonçalves Dias cria uma poética dedicada à formação do país. Seu poema mais famoso, *I-Juca-Pirama* — que em tupi quer dizer "o que há de ser morto" —, retoma o tema do canibalismo heroico e da bravura do herói guerreiro. Dias reconta a história de um guerreiro Tupi que, feito prisioneiro pelos Timbira, espera por sua morte, mas teme pela sorte do pai — velho, fraco e cego —, a quem serve de guia. Ambos são capturados pelos Timbira, e o filho chora perante o perigo. Diante do choro do jovem, os Timbira soltam-no, pois, segundo os rituais antropofágicos, não se devora o covarde. Já o velho Tupi lamenta a fraqueza do filho e o maldiz. É então que o jovem guerreiro resolve enfrentar sozinho os Timbira: ganha assim direito ao sacrifício da morte e à reconciliação com o pai.[46] O indígena — a despeito de tantas perdas — surgia, pois, como um exemplo idealizado de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Entre a literatura e a realidade, a ficção e a não ficção, os limites

pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela, selecionava origens para a nova nação.

Em 1865 era publicado o romance que empolgou o país e revolucionou a temática e a linguagem da literatura que se praticava no Brasil, apegada aos cânones de Portugal. *Iracema*, de José de Alencar, não só trazia os temas e paisagens caros ao gênero como em seu nome (e invertendo-se as letras) incorporava o anagrama de "América". Nesse longo poema escrito sob a forma de romance, a bela "virgem dos lábios de mel" aparece retratada em meio a um passado mitificado e perdido no século XVII. A obra representa o nascimento do Brasil, diante, mais uma vez, do sacrifício indígena. O casal central — Martim e Iracema — simboliza os primeiros habitantes do país, e de sua união resultará uma predestinada raça. Em determinado momento, Iracema morre para que seu rebento Moacir (o "filho do sofrimento") viva. No livro destaca-se a mestiçagem: língua híbrida, religião sincrética, nação de mulatos e mamelucos. Mais uma vez distantes do Brasil do século XIX, tão marcado pela escravidão, heróis brancos e indígenas convivem em ambiente inóspito e se comportam como nobres. Se não nos títulos, ao menos nos gestos e ações.

As experiências de Alencar com o indigenismo não haviam começado, porém, com *Iracema*. Publicado originalmente em folhetins no *Diário do Rio de Janeiro*, entre janeiro e abril de 1857, *O Guarani* ganhava a forma de livro no mesmo ano. O romance se passa também no século XVII, e seu principal protagonista é Peri, par romântico para a loura e alva Ceci. No final do romance o índio tenta salvar a "virgem loura". Ambos terminam juntos, anunciando um amor quase platônico, levados pela torrente de um rio: justamente o rio, metáfora da ideia de purificação. Em 1870, estrearia com êxito no Scala de Milão a ópera composta por Antônio Carlos Gomes (1836-96) chamada *Il Guarany* [O Guarani], cujo libreto se inspirava na obra de Alencar. Tendo seu trabalho também financiado por d. Pedro II, Carlos Gomes combinava as convenções europeias com aspectos considerados mais originais na cultura local. Compunha-se música romântica, mas de base indígena, como a afirmar uma identidade ao mesmo tempo universal e particular.

Esses e outros exemplos mostram como no Brasil o romantismo não foi apenas um projeto estético, mas antes um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo, ao desejo de independência cultural e à monarquia. Atacados de frente por historiadores como Varnhagen, que os chamava de "patriotas caboclos", os indigenistas brasileiros tiveram sucesso na imposição da representação romântica do indígena como símbolo nacional. É significativa, também, a resposta de Magalhães ao grande historiador do Império. Acusado de ser fantasioso, é desta maneira que reage o protegido do imperador: "A Pátria é uma ideia, representada pela terra em que nascemos".[47] Fazendo da literatura um exercício de patriotismo, esse gênero ganharia lugar oficial nos planos do Estado. Imagem ideal, o indígena romântico encarnava não só o mais autêntico como o mais nobre, intentando construir um passado honroso. Por oposição aos africanos, que lembravam a vergonhosa instituição escravocrata, o indígena permitia selecionar uma origem mítica e estetizada. A natureza brasileira também cumpria função paralela: se não tínhamos castelos medievais ou igrejas renascentistas, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas tropicais, aparecia representado o monarca, o Estado e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual.

Também na Academia Imperial de Belas Artes — que, embora tenha sido criada em 1826, só começou a funcionar regularmente durante o reinado de d. Pedro II —, a vertente

romântica proliferou e adaptou-se ao projeto que se implantava em outras áreas. No plano pictórico, a Academia seria a grande responsável por uma transformação radical: o Barroco é relegado ao segundo plano e o neoclassicismo passa a imperar, sobretudo na corte e em algumas capitais. O estabelecimento representava o resultado imediato da chegada do grupo de artistas franceses ao Brasil, em 26 de março de 1816, contudo viveria uma situação mais estabilizada nesse contexto, especialmente em função dos auxílios públicos e privados do monarca. Empreendendo com a Academia uma política semelhante à do IHGB, o imperador passou a distribuir prêmios, medalhas, bolsas para o exterior, assim como participou assiduamente das Exposições Gerais de Belas Artes, promovidas todos os anos, ou ofertou insígnias da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa aos artistas de maior destaque. De 1845 em diante, d. Pedro custeou o Prêmio Viagem, aberto anualmente, e que financiava um pensionato no exterior durante três anos. O monarca também comissionou artistas para realizarem retratos oficiais, que eram distribuídos pelo país ou levados nas viagens que ele realizaria, primeiro dentro e depois fora do Brasil. Alguns desses artistas — como Simplício Rodrigues de Sá e Félix-Émile Taunay — ainda foram professores do imperador e de suas irmãs ou se tornaram pintores oficiais da corte. Também na Academia, a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico tornou-se uma marca na produção.

Produtora das imagens oficiais do Império, a Academia imporia não só estilos como temas: o motivo nobre, o retrato, a paisagem e o indigenismo histórico entrariam em voga. Em boa parte produzidas no exterior, tais obras apresentavam uma idealização da paisagem e da população, coerente com o olhar de quem descreve ao longe a realidade. É o caso das obras icônicas de Victor Meirelles de Lima em *A primeira missa no Brasil* (1860) e *Moema* (1866), ou de José Maria Medeiros com *Iracema* (1881), que fazem parte do ciclo indigenista, o qual chega à pintura na década de 1860 (ver imagens 72 e 74). Nessas obras, os indígenas passivos e idealizados compõem a cena sem alterá-la: são quase um elemento colado à paisagem tropical. Nas amplas telas, a colonização perde seu caráter invasivo, para mostrar-se como um encontro harmonioso e consensual.

O romantismo brasileiro alcançou, portanto, grande penetração, tendo o indígena como símbolo. Os índios do romantismo nunca foram tão brancos, e o monarca e a cultura brasileira se tornaram mais e mais tropicais. Diante da rejeição ao negro escravo, e mesmo aos primeiros colonizadores, o indígena restava como o legítimo representante da nação. Puro, honesto e corajoso, atuava como rei no exuberante cenário da selva brasileira e em total harmonia com ela. Viajantes, cronistas, historiadores, nomes como Gabriel Soares de Sousa, Rocha Pita, Manoel da Nóbrega, saem dos compêndios e entram nas notas explicativas que acompanham os textos, os quais por sua vez servem de base para a pintura. História e mito caminham lado a lado, enquanto a imaginação cede espaço ao didatismo: o índio nobre teria existido num passado remoto, e era ele, assim mitificado, que inspirava os dramas românticos produzidos na corte, os quadros grandiosos ambientados nos trópicos, as belas óperas que apresentavam, para o exterior, um Império tão exótico quanto nobre. Como um bom selvagem tropical, o indígena romântico permitiu à jovem nação fazer as pazes com um passado honroso, anúncio de um futuro promissor.

O mecenato de d. Pedro II conheceu, ainda, outras facetas. É famosa a admiração do monarca pela ópera e a sugestão que fez a Wagner, em 1857, encomendando-lhe uma obra

lírica para o Rio de Janeiro. O pedido foi gentilmente declinado, mas, em 1876, quando d. Pedro II assistia, ao lado do imperador da Alemanha e de outros soberanos alemães, à tetralogia de Wagner, encenada em Bayreuth, autodenominou-se "um wagneriano histórico", e não de primeira hora como os demais. Em 1857, ele criava a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, destinada a formar músicos nacionais e difundir o canto lírico. O imperador interessava-se, igualmente, pela medicina, financiando pesquisas de profissionais brasileiros, assim como investia recursos no hospício da corte que, desde 1850, levava o seu nome. A primeira Comissão Científica de Exploração (1859) — apelidada por seus opositores de Comissão das Borboletas —, que fez coletas em províncias do Norte, foi também patrocinada por ele.

Enfim, foi aí que o Brasil virou tropical, ao menos na representação pública, e seu Estado um espelho, um pouco deformado, da Europa. Entre muitos ramos de café e tabaco, por vezes cercado de alegorias, coroado como um césar em meio a coqueiros e paineiras, e rodeado por livros e símbolos de cultura erudita, Pedro II foi transformado em sinônimo da nacionalidade, sobretudo num momento em que a política mais parecia exercício de calmaria. No entanto, os anos 1870 começavam a bater na porta do Paço. Antes disso, em 1865, iniciava-se a desastrosa Guerra do Paraguai, que marcou o apogeu mas também o princípio do declínio da monarquia brasileira. Essa guerra terminou em 1870, deixando um saldo alarmante de mortos e, para o Império, a pecha de assassino. Foi nesse mesmo ano ainda que nasceu o Partido Republicano e o movimento abolicionista tomou forma irreversível. Nada é para sempre, e os trópicos, só na imaginação, eram telúricos e eternamente pacíficos.

12.

ELA VAI CAIR: O FIM DA MONARQUIA NO BRASIL

FIM DE FESTA: A LONGA E DESASTROSA GUERRA NO PARAGUAI

A chegada da década de 1870 significou uma guinada radical na até então pacata política do Segundo Reinado. Em 1865 começou a guerra internacional até hoje mais conhecida no país: a Guerra do Paraguai. Diferentemente do que imaginavam o monarca, ministros, generais e até mesmo seus aliados — Argentina e Uruguai —, o conflito não seria breve ou fácil. Além do mais, no período que durou o evento, o governo brasileiro voltou-se de tal maneira para ele, que pouco capital e pouco tempo sobraram para reformas internas. Os gastos com a guerra foram enormes: 614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864, criando-se um déficit que persistiu até o fim da monarquia.[1]

E, mesmo antes do início oficial da guerra, anunciava-se tempestade nas relações internacionais do Império. Em 1862, quando o país se preparava para participar da Exposição Universal de Londres — onde se exibiria a pujança da agricultura tropical —, estourou a Questão Christie. William Dougal Christie, desde 1860 representante da Inglaterra na corte brasileira, era famoso criador de impasses diplomáticos. A gota d'água caiu quando três oficiais ingleses, que andavam bêbados pelas ruas do Rio, foram presos por desacato à polícia da corte, o que Christie julgou ultrajante a seu país. A represália veio logo: ele ordenou que o comandante da esquadra inglesa no Rio de Janeiro bloqueasse o porto, e cinco navios mercantes brasileiros acabaram apreendidos pela marinha britânica, fora da baía de Guanabara, o que quase causou um grave problema internacional e por pouco não levou a uma guerra. Os políticos imperiais recebiam sempre em tom de zombaria as atitudes de Christie. "Aprendeu a diplomacia no território de Mosquito", dizia o barão do Penedo. Essas são "as loucuras de Mr. Christie", resumia o ministro Zacarias. Mas a maior das "loucuras" do representante inglês foi deixar de comparecer ao aniversário de Pedro II, no dia 2 de dezembro de 1862, quando se convocara todo o corpo diplomático. Dessa vez foi o imperador quem decidiu romper relações com o governo britânico, obrigando Christie a ceder: o rei da Bélgica, chamado a atuar como árbitro na questão, deu ganho ao Brasil, e a Inglaterra apresentou desculpas formais. Mesmo assim, as relações entre os países ficaram suspensas durante dois anos.

Mas essas não eram as maiores preocupações do Império. Os anos 1860 marcaram o recrudescimento da campanha pela abolição da escravidão. Com o fim do tráfico em 1850, a questão servil entrou na agenda do país para não mais sair. Até porque, com o término da Guerra de Secessão nos EUA, em 1865, a votação vitoriosa da 14ª emenda à Constituição norte-americana acabou com a escravidão naquela nação, e o fantasma do fim do sistema passou a assombrar, ainda mais, o imaginário das elites locais e governamentais. Apenas Cuba mantinha, a essas alturas, a escravidão, e a pressão internacional ficava cada dia mais forte.

A crise na região do Prata roubaria, porém, as atenções, e adiaria a questão da supressão do trabalho escravo em território nacional. Aliás, a Guerra da Tríplice Aliança, "La Guerra Grande", que estava para começar, teria tal impacto que logo se transformaria em questão nacional e suprapartidária. No início da década de 1860, as tensões nas fronteiras do Prata achavam-se fragilmente serenadas. Em torno de dois grandes rios, Uruguai e Paraguai, quatro nações dividiam limites e intenções distintas: Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai.

Nesse terreno minado, os contendores aplicavam-se em jogar num complicado tabuleiro político. Em discussão estava, além do acesso à navegação na bacia platina, a hegemonia sobre o lugar e a conformação de diferentes processos nacionais. A região era tão explosiva que uma já vasta lista de incidentes se acumulava, bem antes de a guerra começar. Uma crise ministerial que estourara ainda no ano de 1849 teve por centro as ambições do presidente argentino Don Juan Manuel Rosas. O ditador andava dando trabalho: ambicionava concretizar o velho sonho de reconstituir o antigo Vice-Reinado do Prata, divisão administrativa da América espanhola. Para tanto, já havia assegurado o domínio do Uruguai, e ameaçava pressionar a fronteira brasileira na província do Rio Grande do Sul. Quanto ao governo do Brasil, a despeito de conhecer as intenções de Rosas, achou por bem evitar o conflito, o que acarretou a queda do ministério e a indicação de novo presidente no Conselho: Eusébio de Queirós. A impressão que se tinha era que tudo ocorria ao mesmo tempo: investidas cada vez mais agressivas na região do Prata e indícios do fim, lento e gradativo, da escravidão. Pairava um temor generalizado diante da extrema concentração de escravos na Região Sudeste, motivada pela expansão cafeeira nas décadas de 1830 e 1840.[2] Como resposta, planejou-se a realização do primeiro recenseamento geral e a implantação do registro civil, que ajudariam a avaliar a situação e seu iminente risco de rebeliões. A proposta foi malvista pelas elites, o que levou ao seu pronto engavetamento. Numa atitude recorrente, os proprietários, receosos, preferiam o silêncio diante da verificação da proporção elevada de negros — livres, escravizados ou libertos.[3]

Mas o vento soprava em outra direção, e a partir de 1851 "os negócios do Prata" constituiriam o principal tema da política brasileira. E, se o primeiro conflito na região terminou rapidamente — com o Brasil entrando oficialmente na guerra em 1851 e a capitulação de Rosas acontecendo em fevereiro de 1852 —, o equilíbrio ia se tornando cada vez mais precário. Logo em 1864 estourou a Questão do Uruguai: desde o ano anterior uma guerra civil separava o país entre os adeptos do Partido Colorado, chefiado pelo general Venancio Flores, e os adeptos do Partido Blanco, liderados por Atanasio Aguirre, que assumira a presidência de uma nação dividida entre facções. Brasil e Argentina apoiavam Flores, uma vez que ambos temiam a política expansionista proposta pelos blancos.[4] Mas a questão uruguaia também se encerraria rapidamente. Em 15 de fevereiro de 1865, Aguirre capitulou, e assinou-se novo acordo de paz com o Brasil.

Contudo, a tensão recomeçaria na região com outros lances e um novo inimigo: o Paraguai. O tabuleiro do Prata parecia possibilitar muitas jogadas estratégicas: na Argentina os federalistas eram batidos pela candidatura de Bartolomé Mitre, que passava a liderar um processo de centralização do Estado; no Brasil, o Partido Liberal chegava ao poder, após catorze anos de domínio do grupo conservador; no Paraguai, morria em 1862 o presidente Carlos Antonio López, sendo logo substituído por seu filho, Francisco Solano López, que entraria rapidamente em choque com o Império brasileiro. Em primeiro lugar, a monarquia não acolheria bem a tentativa — aliás, frustrada — do chefe paraguaio para mediar o conflito entre Brasil e Uruguai. Além do mais, o Paraguai disputava com o Brasil o papel de fornecedor de erva-mate no mercado latino-americano, e via em Montevidéu uma alternativa para o comércio exterior, exigindo redefinição nas fronteiras. Para fechar o quadro, falta mencionar que também os federalistas argentinos pretendiam o controle de Montevidéu, aliás, por motivos semelhantes. Formavam-se então dois blocos, ainda informais. De um lado, federalistas argentinos, blancos uruguaios e o Paraguai; de outro, o

Império brasileiro, o Partido Colorado e o governo argentino.

A região vivia assim a experiência de construção de uma nova ordem política após as independências. Além da disputa entre os Estados recém-independentes para impor uma única soberania rio-platense, na área do Prata desenharam-se conflitos internos, justificados pelas diferentes tendências dos governos envolvidos no litígio. Ainda a compor o quadro de instabilidade, note-se que Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai se separavam pela cultura, pelos governos e pela imagem que cada um tinha do outro: império estável versus repúblicas instáveis; exemplo de civilização versus expansionismo e barbárie; imperador versus caudilhos.

Como se vê, o cenário da guerra estava montado: só faltava o estopim. E ele ocorreu em território uruguaio, em 1864, quando o Império lançou um ultimato exigindo providências rápidas contra supostos abusos sofridos por brasileiros lá residentes e pressões sobre criadores de gado rio-grandenses instalados do outro lado da fronteira. Como não se atendeu o pedido brasileiro, a resposta foi imediata: uma breve e temporária invasão do país vizinho. Outros incidentes aconteceram envolvendo os demais países litigantes; isso sem contar as pretensões paraguaias que almejavam conquistar uma saída terrestre para o mar. Então a guerra teve início, articulando os aliados em dois blocos. Em 12 de novembro, as autoridades paraguaias aprisionaram o vapor brasileiro *Marquês de Olinda*, e em dezembro as tropas de López invadiram Mato Grosso. Quatro meses depois, em abril de 1865, virando o jogo, a Argentina foi invadida: López atacou Corrientes e Entre Ríos, províncias até então aliadas do Paraguai. A partir daí o dirigente paraguaio ficou isolado no cenário daquele jogo perigoso.

Enquanto isso, no Brasil, animado com o sucesso de sua atitude incisiva no caso da Questão Christie, Pedro II partiu em 7 de julho de 1865 para a fronteira ao sul do país. Ele seria "o voluntário número 1 do Exército". A marcha terminou em Uruguaiana, onde o imperador encontrou os chefes militares brasileiros e seus aliados de guerra: o presidente Mitre e o presidente Flores. Mas, se é relativamente fácil entrar numa guerra, mais difícil é sair dela, ou mensurar suas consequências. Além disso, um evento com tantos contendores sempre deixa margem para diversas opiniões. Mesmo no caso brasileiro, as interpretações variaram, e muito. Há quem diga que a origem da guerra estaria condicionada à ambição desmedida de López e a seu caráter autoritário. Mais personalista, tal versão insiste em acusar o presidente paraguaio, sua política fraudulenta e a aversão que d. Pedro II teria ao seu perfil de caudilho. Há também quem explique o conflito a partir da política imperialista inglesa. Ciosa em manter sua influência financeira no local, a Inglaterra teria se imiscuído na guerra, forjando oposições e selando amizades. A seguir tal interpretação, López seria um paladino anti-imperialista, isolacionista, defensor de um modelo mais autônomo e vítima dessa conspiração internacional. Existe uma terceira interpretação, mais atenta aos diferentes processos de formação nacional por que passavam os países envolvidos e aos interesses geopolíticos e econômicos da região platina. Para o Brasil era importante garantir a navegação dos rios Paraná e Paraguai, pois através deles a província de Mato Grosso mantinha contatos com o resto do país e assegurava o controle do comércio na região do Prata. Quanto à Argentina, apesar de sufocadas as intenções expansionistas, ainda era patente sua disposição em anexar territórios vizinhos e ampliar sua esfera de interesses. Já do lado de López, reconhecida a autonomia do país e contidos os ímpetos argentinos, afloraram divergências em torno da navegação dos rios e das

fronteiras. Isso sem falar das velhas desconfianças que pairavam sobre o Brasil, esse gigantesco Império escravocrata, diante das pequenas repúblicas sul-americanas, assustadas com possíveis imperialismos. Assim, além dos motivos imediatos e das provocações de parte a parte, a região mais parecia um grande caldeirão de água quente, prestes a transbordar, como, por sinal, transbordou.

Em 1° de maio de 1865 foi assinado em Buenos Aires o Tratado Secreto da Tríplice Aliança. Nele se determinava que só se negociaria a paz mediante a deposição de Solano López. Estabeleciam-se, ainda, novas fronteiras para os países litigantes, bem como se definia que o Paraguai, como nação agressora, pagaria os gastos e prejuízos decorrentes da guerra. A prepotência nos termos era evidente: os aliados pareciam animados e supunham — equivocadamente — que se tratava de uma guerra rápida, suposição alimentada pela clara vantagem militar que tinham. Do ponto de vista demográfico, eles chegavam a 11 milhões de habitantes (sendo 9,1 milhões brasileiros e potencialmente soldados), enquanto o Paraguai dispunha de um contingente de apenas 318144 soldados. No plano econômico os aliados obtinham com o comércio exterior em torno de 36 milhões de libras, ao passo que no Paraguai os números não eram superiores a meio milhão de libras.[5] O Paraguai entrava assim em posição fragilizada na guerra, ainda mais porque perdera os aliados com os quais até então contava: Aguirre foi derrotado e Flores foi eleito no Uruguai; a invasão da Argentina rompeu a aliança entre López e os governadores de Corrientes e Entre Ríos. Vale lembrar que, até a emergência do conflito, o Império possuía um exército mal preparado e sua maior força era a Guarda Nacional (criada em 1831 e reorganizada em 1850), basicamente comandada por grandes proprietários. Era a primeira vez, pois, que se formava um exército profissional, a despeito de muitas convocações compulsórias e de poucos alistamentos voluntários: estes mais numerosos durante o primeiro ano da guerra, quando a participação no evento era considerada um ato de patriotismo.[6]

Nesse momento inicial, os mais diferentes propósitos incentivavam novos alistamentos. Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*, narra a história de Jorge, "um dos primeiros lugares entre os dandies da Rua do Ouvidor", que, disposto a impressionar Estela, se alista para combater no Paraguai. Aos olhos do personagem de Machado, o embate não passava de pretexto para uma romântica declaração amorosa, até porque, na partida, Jorge preocupava-se mais com o "vinco do uniforme e o brilho das botas".[7] O tom de ufanismo, de fato, invadiu a corte, que comemorava como podia cada nova batalha. O nosso já conhecido Fulano Beltrão, outro personagem do escritor, resolve celebrar a vitória brasileira na Batalha de Riachuelo com um baile onde meteu "um troféu de armas navais e bandeiras no salão de honra, em frente ao retrato do Imperador".[8]

Mas os números também geravam otimismo. A Marinha imperial crescia e se equipava, passando de 45 navios armados, em 1865, a 94 belonaves no fim do conflito, em 1870. A Argentina contava com um exército pequeno em 1865 — 6 mil homens —, porém bem treinado, e o Uruguai com 4 mil soldados. O entusiasmo era tal que em Buenos Aires, por exemplo, em 16 de abril desse mesmo ano, o general Mitre anunciou: "Em 24 horas aos quartéis, em três semanas em Corrientes, em três meses em Asunción". Entretanto, diferentemente do que todos esperavam, a primeira rendição — a de Uruguaiana — encerrou a primeira fase da guerra, mas não o conflito. Ao contrário, começava então uma guerra de cinco anos, repleta de sacrifícios, que desmanchavam a unanimidade inicial, transformando o embate militar em evento cada vez mais impopular.

Tinham início, igualmente, as discórdias internas nas Forças Armadas brasileiras. Tamandaré, comandante das forças navais, estava velho e cansado. Já Caxias contava com bastante prestígio em razão de sua atuação durante as rebeliões regenciais, e além de general era senador pelo Partido Conservador. Por isso sua entrada na guerra virou marco: começava com ele uma nova fase do combate e uma grande reorganização do Exército. O general chegou ao Paraguai em novembro de 1866 e encontrou um exército desfalcado e desanimado. A região era insalubre e o despreparo, geral. De mais a mais, rareava a apresentação de voluntários brasileiros, o que levou o governo a estabelecer o recrutamento obrigatório. Os ânimos se acirravam, e os elogios transformaram-se em críticas ferozes, como as do *Correio Mercantil*, que em 9 de novembro de 1866 chamou a guerra de "açougue do Paraguai".

Por outro lado, para evitar o alistamento forçado, muitos senhores passavam a enviar seus cativos, como forma de se livrar do "castigo da guerra". Nas reuniões do Conselho de Estado do ano de 1866, as opiniões se dividiam: uns eram a favor e outros eram contra a presença de negros libertos nas fileiras do Exército. Para os que defendiam tal expediente, como o parlamentar Pimenta Bueno, a liberação de escravos para o recrutamento (e inclusive a não indenização de seus proprietários) seria justa, pois era "preferível poupar a classe mais civilizada e mais moralizada, e não a outra que é menos, e que pode ser perigosa. Entre males cumpre escolher os menores". Já para Nabuco de Araújo, o recurso seria problemático, e o senador acrescentava: só se os cativos, "depois de serem soldados, voltassem à escravidão". Segundo ele, porém, era de bom alvitre supor que "os escravos comprados são libertos e por consequência cidadãos antes de serem soldados; são cidadãos-soldados [...] disciplinados pelo seu hábito de obedecer".[9] Por sua vez, o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, alertava que "um numeroso exército de libertos [...] seria um elemento perigoso no teatro das operações, e o seu alistamento poderia, dentro do Império, comover a população escrava, agitada não só pelos seus próprios instintos, mas ainda por instigação de agentes ocultos".[10] O próprio Caxias dizia que "a introdução do elemento servil nas suas fileiras [está] produzindo já seus maléficos resultados por meio dos exemplos imorais, e de todo contrários à disciplina, e subordinação dados constantemente por homens, que não compreendem o que é pátria, sociedade e família".[11] Como se vê, não existia unanimidade quando o tema chegava perto da abolição e da inclusão de negros na sociedade, e, nesse caso — alegoricamente —, no Exército. A "mudança na coloração" do Exército brasileiro também não passaria despercebida aos jornais paraguaios, que começaram a chamar nossos soldados de "*los macaquitos*". O *Cabichuí*, periódico diretamente ligado a López, trazia uma série de charges representando um exército composto de macacos, e também seus generais, o imperador e a imperatriz caricaturados da mesma maneira (ver imagem 76).

Nesse meio-tempo, na corte, procurava-se nuançar o acirramento da guerra, evitando-se notícias pormenorizadas. Mas a Sorte não parecia andar de bons bofes: estamos no ano de 1867, e, enquanto no Brasil um surto de cólera consumia a população, o combate nas fronteiras começava a mostrar sua face mais sangrenta. Com tantos dissabores, o Estado imperial passou a ser responsabilizado pela continuidade da guerra e pela verdadeira obsessão que assolou o alto-comando brasileiro, de só dá-la por encerrada com a deposição de López. Até Caxias defendeu o fim do conflito, em 1868, quando o Império empreendeu suas maiores manobras: Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Humaitá. No entanto, foi apenas

no princípio de 1869 que as tropas brasileiras tomaram Assunção, aliás, sem encontrar mais resistência alguma. Ocupada a capital, Caxias deu a guerra por terminada, mesmo sem a captura do chefe paraguaio. Alegando doença, o general abandonou o embate, apesar da objeção do imperador. Caxias chegou de volta da batalha e não foi acolhido com as festas que imaginava merecer. Mesmo assim, o Estado conferiu-lhe o Grão-Colar da Ordem de D. Pedro I — honraria que desde o início do Império nenhum outro brasileiro havia recebido — e o título de duque.

Além de Caxias, o general Osório retornaria da Guerra do Paraguai aclamado como um popular herói desse conflito. Se Caxias gozava do prestígio de estrategista militar, Osório foi então reconhecido como um ícone nacional de bravura. São inúmeros os registros de época que descrevem, em detalhes, os atos protagonizados pelo militar. Suas façanhas foram lembradas tanto por aliados quanto por paraguaios, e fomentaram o mito criado entre as tropas. Dizia-se que Osório tinha o "corpo fechado" e que, depois dos combates, "sacudia o poncho para que as balas caíssem".[12] Mas, mesmo sem Caxias e Osório, a caça a López continuaria, com novo expoente a partir de 22 de março de 1869: o conde D'Eu. A despeito das súplicas da esposa, Isabel, que pretendia ver o marido seguro no Paço, agora era o conde quem estava à frente de um exército de 26 mil homens, cansados e loucos para desertar. No dia 12 de agosto, setecentos paraguaios foram mortos e 1100 homens aprisionados. Em 16 de agosto, outra batalha: Campo Grande para os brasileiros; Acosta Ñu para os paraguaios. E mais baixas: 2 mil paraguaios morreram e 2300 caíram prisioneiros. A perseguição a López só teve fim em 1° de março de 1870, quando as tropas brasileiras o encurralaram em Cerro Corá, e ele foi morto junto com seu filho adolescente. A consequência para o lado paraguaio não foi apenas a deposição de seu dirigente máximo, mas a destruição do próprio Estado nacional. O número de baixas sofridas pelo país é até hoje objeto de discórdia, e oscila entre 800 mil e 1,3 milhão.

Quanto às estatísticas brasileiras, as discrepâncias já começam na relação de homens enviados, variando de 100 mil a 140 mil. Em 1870, o número de perdas divulgado pelo governo imperial foi de 23917, dessa maneira distribuídas: 4332 mortos, 18597 feridos, 988 desaparecidos.[13] A guerra terminava com uma vitória abalada pelo número de mortes de ambos os lados e pela exposição da crueldade das batalhas. A imagem do imperador também saía muito arranhada. O antes pacífico monarca, o mecenas das artes avesso à política, transformou-se no senhor da guerra.

A "tríplice infâmia", como passou a ser chamada a aliança, errou em cheio em sua avaliação. O confronto que se pretendia breve acabou durando cinco anos e assumindo proporções dantescas. Terminada a guerra, a situação do Império foi atingida não só fora como dentro do país. Em primeiro lugar, o combate consolidou uma instituição no cenário local: o Exército. Se em 1865 este possuía 18 mil homens, um ano depois os números variavam entre 38 mil e 78 mil soldados. Foi durante o conflito que se formou esse novo Exército, separado da "força de elite" que era a Guarda Nacional. Já com o fim da guerra, os combatentes carregados de láureas, a profissão de armas tornava-se uma forma de ascensão social e ganhava uma representatividade social até ali desconhecida. Criou-se então uma elite dentro do Exército, social e intelectualmente antagônica à elite civil, insatisfeita com a situação do país e com sua própria posição na hierarquia de poder. Ao mesmo tempo, acostumados a conviver lado a lado com soldados negros, os militares passaram a negar-se a exercer a antiga função: perseguir escravos fugidos. Enfim, o

Exército acumulava descontentamentos com o Império. Não por obra do acaso, de suas fileiras logo sairiam simpatizantes da causa da República e da Abolição.

Por outro lado, é preciso lembrar que não existem soldados escravos, e o recurso logo se converteu em moeda de troca, e fez com que muitos negros conseguissem negociar sua manumissão. Segundo dados do jornal *Times* de 23 de junho de 1869, serviram no Exército brasileiro 7979 escravos libertos.[14] O tema do recrutamento militar e a questão espinhosa da abolição da escravidão tornavam-se, assim, assuntos intrinsecamente vinculados e causas de uma das mais graves crises políticas do período. Porém, se Osório e Caxias foram transformados nos heróis da vez — imortalizados em monumentos públicos e nos artigos de jornais —, já os negros combatentes, ao retornarem ao Brasil, mesmo alforriados, encontraram-se diante da dura realidade do regime escravista ainda vigente. Anônimos, muitos se viam reconduzidos ao cativeiro, até porque no Brasil dessa época a liberdade de um negro era troféu difícil de guardar. Tal paradoxo foi capturado por Angelo Agostini — ele mesmo um abolicionista declarado — na caricatura "De volta do Paraguai", publicada em 1870 (ver imagem 77).[15] Na imagem aparece um soldado negro, condecorado com honras militares sobre o peito, e que, ao retornar da guerra, encontra sua mãe escrava sendo castigada no tronco. Junto da imagem, lemos a seguinte legenda: "Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco! Horrível realidade…".

O Brasil havia gastado mais de 600 mil contos de réis, agravado uma situação de dependência financeira em relação à Inglaterra, perdido muitos soldados em combate e posto um ponto final na representação de um Império pacífico. Contudo, as repercussões da guerra são paradoxais e incontroláveis. Talvez pela primeira vez um sentido positivo de "pátria" tenha começado a se desenvolver, em especial no início da guerra, com os batalhões de voluntários e as primeiras vitórias. A bandeira começou a ser hasteada de modo sistemático, o imperador virou o líder da nação empenhado em conseguir apoio dos dois partidos, e surgiram os heróis nacionais: Caxias, Osório, Barroso (ver imagem 78). Além disso, os artistas Pedro Américo e Victor Meirelles iriam realizar uma espécie de pintura patriótica e elevatória, tendo como tema as batalhas. Victor Meirelles escolheu pintar a Batalha dos Guararapes para vincular a Guerra do Paraguai ao episódio de "criação" da pátria brasileira; já Pedro Américo selecionou a sangrenta Batalha do Avaí e a apresentou como uma luta entre a civilização (os brasileiros) e a barbárie (os paraguaios) (ver imagem 75). Ainda: o músico norte-americano Louis Moreau Gottschalk compôs a fantasia em torno do Hino Nacional e fez um concerto gigantesco no Rio de Janeiro, enquanto o poeta romântico Bernardo Guimarães compôs o "O adeus do voluntário". Internamente, porém, as feridas não cicatrizavam. Terminada a guerra, pouco espaço sobraria para os veteranos e, como a maioria dos ex-soldados, também os negros, e sobretudo eles, permaneceriam marginalizados. A liberdade era troféu difícil de ganhar; quase impossível de manter.[16]

A CAMPANHA ABOLICIONISTA: A LIBERDADE HÁ DE SER GRADUAL

Com o término da Guerra do Paraguai, as campanhas em prol da República e da abolição da escravidão voltaram a se agitar. No início da década de 1870 foram criados o Partido Republicano, a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Além disso, em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que, apesar de seu perfil tímido e da defesa de um modelo gradativo para o fim do sistema, significava um passo importante nessa direção. Mesmo assim, em tempos de humores acirrados, essa lei foi entendida apenas como uma manobra política para acalmar a oposição. Afinal, a medida libertava os escravos que nascessem após a data de sua promulgação, mas não suas mães. Por isso mesmo, estabelecia-se que os menores permaneceriam com as progenitoras até os oito anos, quando o senhor optava por receber indenização do Estado — no valor de 600 mil — ou por utilizar os serviços do menor até os 21 anos. Eram evidentes as vantagens dos senhores, que além do mais tinham por prática alterar a idade na matrícula de nascimento dos cativos. A despeito de tantos favorecimentos, o projeto contou com a oposição dos donos de escravos, que começavam a desconfiar de seu monarca.

Por sinal, embora moderada, a lei geraria todo tipo de reação. Basta mencionar que a adesão das províncias do Norte à medida foi muito mais imediata que as do Sul, indicando uma grande divisão de interesses. O próprio censo de 1872 explicava tais posições: o Norte contava com apenas 37% dos escravos, contra 59% das quatro províncias cafeicultoras (incluindo a corte) e 7,3% das demais províncias do Sul e do Centro-Oeste.[17] Por conta das diferenças internas, a coalizão dos proprietários do Nordeste teve o poder de irritar os cafeicultores do Sul do país e abalar a legitimidade do regime. Como afirmara Joaquim Nabuco — que ia se convertendo numa espécie de símbolo do movimento abolicionista —, estava aí expressa a noção de "dialética da ambiguidade": o Estado era o alicerce da escravidão, mas era, também, o único que poderia derrubá-la.

Havia na lei outro detalhe que desgostou os grandes proprietários, e os indispôs com a monarquia. A medida reconheceu formalmente a existência de famílias escravas. Organizaram-se, então, listas de matrícula criadas a partir de um fundo de emancipação, que separava famílias de indivíduos escravos. As decorrências da lei de 1871 não foram, nesse sentido, desprezíveis, uma vez que se invertiam antigos procedimentos: se até ali os chamados "homens livres de cor" é que precisavam se fazer socialmente reconhecidos, agora o ônus da prova ficava com o senhor, que era obrigado a apresentar a matrícula do seu escravo. Sem ela, qualquer pessoa "de cor" era considerada juridicamente livre.[18] A reforma de 1871 também agitaria a ainda tímida discussão sobre direitos políticos. Se os "ventre-livres" eram libertos, poderiam também ser considerados cidadãos plenos, a despeito de, nos termos da lei, terem que servir ao senhor de sua mãe até os 21 anos. A questão permaneceria polêmica até depois da Lei Áurea, de 1888. De toda maneira, gradualismo, tutela, políticas de dependência e de controle fizeram parte dos anseios políticos do Estado, sobretudo quando se tratava de legislar sobre libertos. Além do mais, difundiu-se a noção de que o Estado e a sociedade tinham direito a uma indenização pela

perda do trabalhador. O fato é que a mentalidade vigente pretendia retardar o fim do domínio privado dos senhores. É por isso que a lei, ao introduzir o Estado como mediador das relações, feria de frente os interesses das elites rurais, ao mesmo tempo que abria espaço para a organização do primeiro movimento abolicionista nos tribunais de São Paulo e do Rio de Janeiro.[19]

Mas a verdade é que a lei de 1871 também serviu para arrefecer o ambiente, por algum tempo, e a campanha abolicionista entrou em compasso de espera. A ideia era antecipar para melhor controlar: evitar uma guerra civil, como ocorrera nos Estados Unidos, ou uma rebelião generalizada de escravos, a exemplo das revoltas no Haiti. Era este, aliás, o motivo de retardar a medida até o findar da Guerra do Paraguai: dispor das tropas no país. Fazer pouco para evitar o pior era lema dessa elite de perfil conservador. Mas o tema entraria na agenda para não mais sair. A política de dissimulação chegaria também ao próprio monarca, que encenava rituais enquanto pouco tocava nas questões cruciais da política imperial. Renunciou na década de 1870 ao título de soberano (porque a soberania era do povo); depois de sua primeira viagem à Europa, em 1871, abriu mão do costume português do beija-mão, assim como evitou títulos ou monumentos. Os trajes reais seriam utilizados apenas nas datas solenes — Aberturas do Congresso e Falas do Trono —, enquanto nas demais ocasiões d. Pedro preferia apresentar-se como um "monarca moderno", cercado de símbolos de erudição, entre muitos livros, globos, pilares e penas de escrever. No entanto, apesar da nova imagem, o imperador resistia ao debate político: o certo é que, embora se afirmasse contrário à escravidão, jamais usou de seu poder no sentido de apressar a abolição.

PARTIDO REPUBLICANO: FEDERALISMO SIM, ABOLIÇÃO MELHOR NÃO MENCIONAR

Outros focos de oposição tomavam forma, surgindo, entre eles, e pela primeira vez, grupos políticos relativamente afastados da realeza. Em 3 de dezembro de 1870 foi publicado o jornal *A República*, que trazia estampado o "Manifesto republicano brasileiro", o mesmo que daria base para a fundação de um novo partido em 17 de janeiro de 1872. Formado inicialmente por profissionais liberais ligados a setores urbanos, nomeadamente paulistas, o Partido Republicano organizou seu primeiro congresso em julho de 1873, quando foi reforçado por novos adeptos de fôlego: fazendeiros paulistas que, descontentes com o que consideravam ser uma política intervencionista do Estado, passaram a engrossar as fileiras da oposição à monarquia.

Além do mais, com o predomínio do café na região, São Paulo ia se tornando a província mais rica da União, sem a correspondente representação no Congresso. Nas três últimas décadas do século, a cafeicultura expandiu-se decisivamente no Oeste Paulista, suplantando a produção fluminense já nos anos 1880. A assimetria política era, entretanto, evidente. Maior produtor de café, São Paulo contava com número inexpressivo de senadores durante o período imperial: três em 1859, equivalente à bancada do Pará e inferior à da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Mesmo em 1889, o grupo paulista na Câmara de Deputados era praticamente igual ao do Ceará, e inferior à representação de Pernambuco, Bahia, Minas, Rio de Janeiro, sendo que o mesmo ocorria no Conselho de Estado e nos ministérios.[20]

Assim, se essa não era com certeza a primeira ocasião em que se formavam movimentos republicanos, a alternativa começou a se revelar mais viável a partir de 1870. A cisão do Partido Liberal levou, então, à formação do Partido Republicano Paulista, em 18 de abril de 1873, que se reuniu na hoje famosa Convenção de Itu. O grupo criticava, sobretudo, o centralismo do trono e da administração, e propunha uma reforma pacífica, através da implementação de uma república federativa. O manifesto de 1870 começava assim: "Centralização — desmembramento; descentralização — unidade", mostrando como a ideia de federação e sua união com um regime político definido como "americano e para a América" faziam parte da ementa inicial do partido.[21] Com a publicação do manifesto, chegou uma série de adesões vindas de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Mas não foi em todas as províncias que houve entusiasmo imediato pela causa. Na Bahia, por exemplo, famoso reduto monarquista, o impacto foi pequeno. Na Paraíba o partido inexistiu, e no Ceará, província pioneira na abolição da escravidão, o Partido Republicano só foi fundado em 1887. Em São Paulo, porém, construiu-se um partido forte, contando o grupo com médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, comerciantes e também com grande contingente de fazendeiros de café do Oeste Paulista — que representaram 50% dos delegados presentes na famosa Convenção de 1873, a primeira convenção republicana do Brasil.[22]

Não obstante, a despeito de o surgimento dos partidos republicanos ser contemporâneo à campanha pela abolição, os temas não eram coincidentes. Republicanos evitavam tratar da questão, e preferiam silenciar para garantir uma aliança com os fazendeiros do Oeste

Paulista. A atitude mostrou-se, aliás, das mais oportunistas. Afinal, grande parte dos integrantes eram, eles mesmos, proprietários de escravos e preferiam aderir ao federalismo. Além do mais, preocupados com a manutenção da ordem, os novos republicanos investiam no gradualismo e na indenização, assim como se calaram com relação ao tema da abolição da escravidão, de olho nos espectros da guerra civil.

E O MONARCA RESOLVE, EM PLENA CRISE, CONHECER O MUNDO

O fato é que, até o final da década de 1870, organizaram-se três focos separados de oposição ao Império: abolicionistas, republicanos e o Exército. Enquanto isso, o monarca afastava-se cada vez mais da política. Data dessa época uma verdadeira voga de caricaturas ironizando sua inação. Chamado de Pedro Banana e Pedro Caju, o imperador passava a ser ridicularizado por conta do modo como encarava os negócios de Estado, ou de suas indecisões, cada vez mais públicas, que lhe valeram a alcunha de o Emperrador. Desde os anos 1850 a imprensa era livre no Brasil, sendo o próprio soberano alvo constante de ataques. Famosos eram os jornais ilustrados, e três desenhistas de origem europeia tornaram-se muito populares: Angelo Agostini e Luigi Borgomainerio — ambos italianos e que desenhavam, respectivamente, a *Revista Ilustrada* e *Le Figaro* — e Rafael Bordalo Pinheiro, amigo de Eça de Queirós, recém-chegado de Lisboa e dono de *O Mosquito*. Contam-se mais de vinte revistas do gênero, e a mais conhecida era mesmo a *Revista Ilustrada*, fundada em 1876. A mania de erudição do imperador, suas pernas finas, a voz estridente e o pouco interesse pela política davam pano para manga. Também a imagem do velho monarca, um mecenas de barbas longas e brancas, teve na caricatura um grande alvo. O imperador era caricaturado de maneira sonolenta nas sessões do IHGB, ou quando assistia aos exames do Colégio D. Pedro II e presidia o Congresso. Também dormia ou era representado como um fantoche durante as Falas do Trono, mais parecendo um porta-voz alienado dos interesses dos chefes de gabinete. Mas o tema que gerou os comentários mais ácidos foi a decisão tomada pelo imperador de conhecer o mundo. As revistas, impiedosas, passaram a ridicularizar o que chamavam de "motomania": a "doença" de viagens do monarca. Essa é a época de uma série de deslocamentos do soberano, dentro e fora do Brasil. Sobretudo as viagens para o Velho Mundo seriam longas: nos anos de 1871, 1876 e 1887 d. Pedro praticamente esteve ausente do país.

O certo é que em 1871, bem no meio de uma grave crise política, um imperador que parecia entediado com seu país se preparava para visitar um mundo que só conhecia a partir dos livros. A saída de d. Pedro geraria todo tipo de controvérsia partidária. É interessante notar, no entanto, como, apesar do caráter público das viagens, foram sempre razões de ordem pessoal que alicerçaram justificativas oficiais. Nesse primeiro caso, o pretexto seria a morte da princesa Leopoldina de Saxe-Coburgo, filha de d. Pedro II, na França, e que deixava filhos menores, os quais restariam sob a tutela do avô. Decretado luto oficial, o imperador partiu em 25 de maio de 1871 para a Europa e o Oriente Médio. E o soberano tomaria gosto. Voltaria apenas em março de 1872, mas, de tão animado com a experiência, logo armou mais uma viagem.

Novamente, o motivo oficial girou em torno de tema da esfera privada: o frágil estado de saúde de Teresa Cristina, que deixaria a comitiva logo no início dessa segunda viagem, para ficar descansando nas águas de Gastein, na Áustria. Feita a primeira parada, o imperador seguiu com sua larga comitiva, formada por duzentas pessoas, para uma longa excursão que incluía, em doses equilibradas, Estados Unidos, Canadá, um pouco de Ásia, parte da África, Europa (Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Rússia, Turquia, Grécia,

Áustria, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal) e especialmente seis longas semanas em Paris (ver imagem 79). Mais uma vez d. Pedro planejava fazer de sua travessia uma grande maratona: o monarca que custara a deixar os trópicos parecia não ter nenhuma pressa em voltar.

Contudo, mais do que a passagem pelo Oriente, a segunda viagem de d. Pedro ficou guardada na memória como aquela em que, pela primeira vez, um soberano pisava em solo norte-americano e republicano. D. Pedro inauguraria a Exposição Universal de Filadélfia, ocasião em que também se comemorava o primeiro centenário da independência local. Não por coincidência, a chegada a Nova York em 1876 foi cercada de atenção e, como o imperador gostava de dizer, "a coroa não faria feio": afinal, tratava-se do "único soberano das Américas".[23] Sempre com sua jaqueta preta e retirando o título honorífico de "dom" de sua assinatura, "o monarca da casaca" — conforme ironizava Eça de Queirós — cumpriria pesada agenda. Dela faziam parte encontros com intelectuais, a inspeção a pavilhões da feira, a visita a indústrias, estradas, museus e instituições de pesquisa.

Nas conversas que entabulou com Graham Bell, que teria lhe dado a primazia de experimentar seu novo invento — o telefone —, nas visitas aos monumentos históricos, o rei tentava recompor sua imagem esclarecida e liberal. Talvez o episódio mais reproduzido dessa viagem seja aquele em que d. Pedro, no Velho Mundo, encontrou Victor Hugo: símbolo e arauto da República. Já em Paris, o monarca pediu ao intelectual que viesse visitá-lo; e, como Hugo se recusou, foi d. Pedro quem, dando um tapa no protocolo, dirigiu-se à casa do ilustre francês. Conta-se que lá se deu um encontro que embaralha as fronteiras entre mito e história. Ao ser introduzido pela filha do escritor como a "Majestade do Brasil", d. Pedro reagiu: "Minha filha, aqui existe apenas uma majestade: Victor Hugo". Após a conversa, trocaram-se fotografias e o monarca saiu com seu grande troféu: uma forte provocação para os republicanos brasileiros mas que duraria pouco. Afinal, era hora de retornar, e o ambiente da volta era muito distinto do da partida.

ESCÂNDALOS À VISTA

Dizem que a eficácia de um governante está muito ligada à sua capacidade de sair ileso e de ficar distante de qualquer escândalo. E não por obra do acaso foi que na década de 1870 uma política deliberada de denúncias acerca dos gastos extremados da Coroa tomou lugar na imprensa. Enumeravam-se despesas, verificavam-se as finanças do país e se cobrava transparência nas prestações de contas do Estado Real. Tal qual sinaleiro de má fumaça, uma grande polêmica estourou nos jornais cariocas, em 1873, a respeito da conta paga por Pedro II quando se hospedou no Hotel do Porto, em Portugal, no ano anterior. A nova postura pública oscilava agora entre preservar a figura do monarca e colocar em debate suas ações como cidadão. As posições se dividiram entre aqueles que preferiam o ocultamento e outros que advogavam o viés constitucional da liberdade de imprensa. Contra ou a favor, evidenciou-se uma rachadura na imagem pública do monarca.

Mas o maior escândalo político da época ficou conhecido como o "roubo das joias da Coroa". O episódio em si não merece grande atenção. Já sua repercussão é indício forte de como as dúvidas em torno da monarquia eram maiores do que as certezas. Na noite de 17 para 18 de março de 1882, desapareceram do interior do Paço de São Cristóvão joias raras da imperatriz. O chefe de polícia, desembargador Trigo de Loureiro, logo apurou que o responsável pelo furto seria uma pessoa da intimidade do palácio. Manuel Paiva e seu irmão Pedro de Paiva, velho servidor do Paço, logo viraram os principais suspeitos do crime, o qual, segundo a imprensa local, estaria sendo acobertado pelo próprio imperador. Presos, os dois larápios, apesar de confessarem seu crime, jamais foram processados. As joias, consideradas "uma fortuna", foram encontradas na casa de Manuel Paiva, enterradas em latas de manteiga, e mesmo assim os culpados foram soltos sem punição.[24] A reação foi de indignação; o exemplo é do *Jornal do Commercio* de 29 de março de 1873: "A restituição da propriedade pode satisfazer o espoliado, mas não as exigências da moral da sociedade". A boataria rolou solta, com vários jornais dando cobertura ao episódio. Raul Pompeia, em *A Gazetinha*, acusava o imperador de ter violentado a filha de Paiva e de tê-lo soltado, por medo de retaliação. A *Gazeta da Tarde*, sob o título "A ponte do Catete", redigiu ataques duros à "fraqueza" do imperador, enquanto a *Revista Ilustrada*, com muito humor, cobrava o cumprimento da justiça. O escândalo teve tal repercussão que as agências telegráficas transmitiram a notícia para o estrangeiro. Era evidente como se demolia sistematicamente a figura pública do imperador, cuja popularidade caía precipício abaixo.

D. Pedro tentava acobertar tudo, porém sua famosa política de dissimulação já não encontrava muita sustentação. Afinal, o soberano sempre teve amantes, mas só então se falou, publicamente, de sua infidelidade. A corte sempre dispôs de um orçamento folgado para a realização de seus rituais, no entanto apenas nesse momento alguém se lembrou de fazer as contas. Gilberto Freyre, anos depois, arriscou interpretar a troca da "coroa pela cartola" como uma situação em que a realeza punha em perigo sua própria existência. Chamando d. Pedro de "imperador cinzento de uma terra de sol tropical", Freyre enxerga incompatibilidade entre as expectativas do povo e a nova figuração do imperador.[25] Parece que, ao se voltar para a Europa, ele se afastava do imaginário local e se transformava num monarca "dos outros". No Carnaval de 1883, um dos carros alegóricos apresentava o imperador só, num quarto, sob o dístico: "Roubaram-lhe tudo". Outro ironizava o interesse

do monarca pela passagem do planeta Vênus, numa alusão ao seu gosto pela astronomia. Melhor mesmo era a charge de Agostini: “De tanto olhar para o céu, nosso Imperador vai perder o caminho da terra”.

A MONARQUIA TROPEÇA (E CAI)

A entrada nos anos 1880 encontrou a monarquia cercada por desafios de todo tipo. Em 1880 foi fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, e em 1883 a Confederação Abolicionista. Também nesse ano o poeta romântico Castro Alves publicou *Os escravos*, e Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, duas obras que não só tinham como autores líderes do movimento de emancipação como se tornaram — na literatura e na ciência política — livros de referência sobre a questão. Os tempos mudavam e pediam novos intérpretes e poetas para corrigir injustiças e desacertos. Com o desejo de transformar o mundo, Castro Alves criou uma poesia capaz de chegar "nas nuvens do chorar da humanidade" e de ser "o arauto da liberdade". Seu verso era "filho da tempestade" e "irmão do raio"; ele compunha para ser recitado diante da multidão, em praça pública, e criava poesia para ir direto à alma do ouvinte e comovê-lo. Acima de tudo, sua obra foi inimiga da escravidão, e a esse combate Castro Alves dedicou boa parte da vida.[26] O fato é que sociedades abolicionistas pipocavam pelo país.

Em 1884 a escravidão foi extinta oficialmente no Ceará e no Amazonas, e em 28 de setembro de 1885 foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe — que dava liberdade aos escravos de mais de sessenta anos, apesar de garantir seus trabalhos ainda por três anos. O caráter conservador da medida era tão nítido que as reações não se fizeram esperar. Afinal, da época da Lei do Ventre Livre à Lei dos Sexagenários a origem e a distribuição de escravos no país tinham se alterado radicalmente. Segundo o *Relatório de 1886*, desde 1873, contabilizando-se manumissões e mortes, o número de escravos sofrera uma redução de 412468. As estimativas para 1886 apontavam para uma população escrava de 1133228, e as matrículas de 1887 revelavam a existência de 723419 cativos. Além da redução, a distribuição desigual acelerava-se: não só os cativos eram deslocados do Norte para o Sul, como as libertações eram muito mais evidentes na região setentrional.

O ano de 1885 traria mais uma surpresa ruim para a já complicada agenda do Segundo Reinado: um novo surto de cólera dizimou parte significativa da população da corte e ajudou a acirrar, ainda mais, os ânimos. Mesmo assim, o imperador — que fizera um empréstimo de 50 mil libras à casa bancária Knowler Foster, de Londres — manteve-se firme em sua intenção de voltar à Europa, embarcando no dia 30 de junho de 1887. A terceira partida imperial foi cercada por um mar de controvérsias. Alguns jornais alegavam que d. Pedro II fugia das questões políticas que assolavam o país. Outros, que o monarca sofria de inequívoca decadência física. A bem da verdade, com apenas 62 anos de idade, d. Pedro parecia um velho consumido, marcado por rugas profundas, um olhar perdido e uma imensa barba branca.

O navio *Gironde*, que fora apelidado de Esquife da Monarquia, levava uma pequena comitiva: o príncipe Pedro Augusto (neto do imperador), os condes de Carapebus, o médico e conde Mota Maia, o dr. visconde de Saboia, José Maria da Silva Paranhos e os dois monarcas, com expressões cansadas. O soberano adoecera em 1887 e também em inícios de 1888. Comentava-se que, se a primeira viagem fora motivada pelo desejo de conhecer o mundo e a segunda pela doença da imperatriz, a terceira encobria a fraqueza do próprio Pedro II. O périplo duraria alguns meses, e foi novamente a princesa Isabel quem ficou no lugar do pai, ao lado do marido, figura cada vez mais impopular. Corriam muitos boatos

sobre a avareza do conde D'Eu e acerca dos negócios espúrios que realizava como dono de "casas de pensão". Jornais como o *Diário*, de 3 de agosto de 1889, chamavam o genro de d. Pedro de "o corticeiro", "o agiota sem berço", revelando as preocupações que rondavam a sucessão e um possível Terceiro Reinado.

Mas, se a boataria navegava no país, a viagem corria tranquila. O imperador aportou em Portugal em 19 de julho, e já no dia 22 estava em Paris. Era, porém, outro d. Pedro que voltava à Europa. Tudo havia mudado, e sua "era romântica", representada por personagens como Gobineau, Victor Hugo e Wagner, parecia morta. Mas rei que é rei não perde a realeza, e Pedro II tentaria reavivar a mística de "monarca-mecenas": visitou intelectuais como Pasteur e Renan, fez versos e traduções e os enviou a amigos e parentes. Foram seis meses de repouso, pouco para a agitação que lhe aguardava.

FINALMENTE... A ABOLIÇÃO

Em 10 de junho de 1887 a condessa de Barral escrevera a Isabel: "Não lhe dou parabéns da Regência que vai ter de exercer, mas fiada no seu juízo e nos bons conselhos de seu marido, espero em Deus que tudo ande bem durante essa ausência".[27] Numa carta quase premonitória, Barral — a preceptora da princesa e amiga íntima de Pedro II —, talvez inspirada pela própria situação francesa, temia pelo governo de sua protegida. Politicamente a situação se complicava com o avanço do Partido Republicano e as querelas com o Exército, mas era, sobretudo, a pressão pelo fim da escravidão que captava o grosso das atenções. A partir da década de 1880, e dividido em duas grandes correntes — moderados (cujo ideólogo era Joaquim Nabuco) e radicais (entre os quais se destacavam nomes como Silva Jardim, Luís Gama, o conhecido "rábula negro" morto em 1882, José do Patrocínio e Antônio Bento) —, o abolicionismo tomava novamente as ruas e os jornais: *Jornal do Commercio*, *A Onda*, *A Abolição*, *Oitenta e Nove*, *A Redenção*, *A Vida Semanária*, *Vila da Redenção*, *A Liberdade*, *O Alliot*, *A Gazeta da Tarde*, *A Terra da Redenção*, *O Amigo do Escravo*, *A Luta*, *O Federalista*, bem como dezenas de panfletos e pasquins.

Nessa época não era incomum assistir a procissões, participar de rituais, cerimônias emocionais nos teatros da corte ou de manifestações pelo fim da escravidão, que perdia em eficácia e aceitação.[28] Por mais que o governo tentasse recorrer a táticas "reformistas" — como a promulgação da Lei dos Sexagenários —, o resultado começava a ser o oposto. E os ataques vinham de todo lado, isso sem falar das rebeliões escravas que estouravam nos quatro cantos do país. "Medo" era uma palavra e um sentimento que se socializava. Medo da reescravização, medo da violência que virava moeda corrente no contexto. E não só os escravizados se amotinavam como o sistema se tornava ainda mais violento nos seus estertores. Os senhores, prevendo o fim do regime, e tendo boa parte de seu capital imobilizado em escravos, passavam a exigir uma jornada ainda mais carregada de trabalho. As consequências foram fugas constantes, ataques e assassinatos de fazendeiros e feitores, protestos de forros e populares; movimento paralelo, diga-se de passagem, ao aumento do recurso aos castigos e sevícias. Conscientes de que a escravidão perdia a legitimidade e o consenso, grupos de escravos ganhavam em ousadia e articulação, revoltando-se, fugindo, cometendo crimes, clamando por melhorias em suas condições de vida e por autonomia.[29] Em todas as regiões de concentração de escravos, a rebeldia tomou proporções assustadoras. Para conter o pânico, a política atuou ao lado dos senhores, prendendo escravos considerados indisciplinados, descaracterizando denúncias de maus-tratos e reprimindo atos de abolicionistas. Mas a indisciplina tornava-se coletiva e os crimes cada vez mais violentos, rompendo-se assim um dos tabus de uma sociedade escravista: o monopólio do castigo corporal e da violência por parte dos brancos.[30] A dificuldade em manter as atividades de repressão dentro do estrito cumprimento da lei acenava para uma situação de desgoverno. Escravizados revoltavam-se, fugiam na calada da noite, retiravam-se em bandos das fazendas de café, muitas vezes liderados por agentes abolicionistas. Não era raro ver grupos de cativos transitando pelas estradas e invadindo cidades.

Nas últimas décadas do século XIX, e com o apoio de abolicionistas, multiplicaram-se refúgios de escravos em torno da área urbana do Rio de Janeiro: o quilombo Camorim, na zona rural de Jacarepaguá; o quilombo Raimundo, no Engenho Novo; o quilombo Miguel

Dias, no Catumbi; o quilombo Padre Ricardo, na Penha; o quilombo Clapp, na praia de São Domingos, já nos arrabaldes da cidade de Niterói. Havia ainda outra rota de fuga para longe das fazendas de café que seguia pela porção paulista do Vale do Paraíba e terminava no famoso complexo Jabaquara, instalado em área vizinha à cidade portuária de Santos. No final do XIX, essa área integrava pelo menos três quilombos com lideranças próprias: o quilombo de Pai Filipe, o quilombo do Garrafão e o Jabaquara propriamente dito.[31] Para o complexo do Jabaquara seguiam fugitivos das fazendas paulistas, recebendo apoio dos lendários caifases — nome que fazia alusão ao sacerdote que anunciou ser Jesus, o redentor do povo judeu. Chefiados pelo advogado Antônio Bento de Sousa e Castro, que, com a morte do poeta Luís Gama, virara uma liderança abolicionista em São Paulo, os caifases desafiavam a fúria dos senhores. A partir de 1884, o grupo encaminhou o maior número possível de escravos para o Ceará, província marginal ao centro de interesses do Império, com pequeno contingente de cativos, por onde a campanha abolicionista avançou rapidamente e onde a abolição ocorreu quatro anos antes do que no resto do país, à semelhança da província do Amazonas.[32]

Outro quilombo, o do Leblon, no Rio de Janeiro, embora bem menor que o de Jabaquara, também fez história. O quilombo nasceu na chácara de seu idealizador, o português José de Seixas Magalhães, um comerciante esperto, com dinheiro no bolso e ideias avançadas. Seu negócio era o fabrico e o comércio de artigos de couro, inclusive para exportação, com uso de maquinário a vapor. A casa comercial Seixas e Cia. funcionava num amplo armazém, na rua Gonçalves Dias, no coração elegante da cidade, e era ponto para encontro e prosa de abolicionistas proeminentes: o poeta Olavo Bilac, o jornalista José do Patrocínio, o jurista Rui Barbosa, o escritor Coelho Neto, e alguns intelectuais de renome, como André Rebouças, Paula Nei e Joaquim Nabuco — quase todos favoráveis a um projeto de abolição imediata e sem indenização.[33]

Seixas Magalhães, por sua vez, era membro ativo da Confederação Abolicionista. Criada no Rio de Janeiro por dois abolicionistas notáveis — José do Patrocínio e André Rebouças —, a Confederação reunia cerca de trinta clubes e associações antiescravistas, em praticamente todas as províncias do Império, e tinha agenda cheia: aliciou escravos, acoitou fugitivos, produziu panfletos, organizou conferências. Ela também esteve a postos para apoiar os fugitivos do Leblon, e contribuiu com as condições para a proteção, organização e manutenção do refúgio de escravos que Seixas instalou em sua chácara.

O quilombo do Leblon tornou-se famoso graças a uma particularidade: os escravos lá refugiados se dedicavam ao cultivo e ao comércio de flores, mais especificamente a produção de camélias brancas. A associação da flor com a Abolição foi uma bela jogada de propaganda executada pelo movimento abolicionista. A camélia era uma flor ainda muito rara no Brasil e, diziam os abolicionistas, em sua fragilidade assemelhava-se à liberdade que os escravos ambicionavam conquistar: necessitava de cuidados e abrigo especial, além do manejo de técnicas complexas de cultivo que dependiam, é claro, do trabalhador livre, e não da mão de obra escrava, condenada a desaparecer por criminosa *e* obsoleta. O simbolismo delicado das flores foi parar no centro da vida pública do Império. Portar uma camélia na botoeira do paletó ou cultivá-la no jardim de casa era gesto político: significava declarar princípios e indicava disposição para ação. Usar flor era declaração de adesão à causa da Abolição e sinal de apoio e proteção para cativos fugidos. A moda logo pegou: em São Paulo, os caifases, cada dia mais ousados, embarcavam os fugitivos das fazendas de

café para a corte, com a orientação de aguardarem que alguém, usando uma camélia branca na lapela, os viesse buscar na plataforma de desembarque da Estação Central. Os abolicionistas do Recife evocavam igualmente o simbolismo da flor, e trataram de batizar de *Camélia* uma barcaça que levava escravos para o Ceará. O peso da legitimidade popular à causa abolicionista crescia e, pela primeira vez na história do país, esse peso materializava uma estratégia de luta política para o cativo dentro da sociedade do Império.[34]

Nesse momento tornavam-se mais fortes, também, outros tipos de solidariedade escrava, cimentados por laços de parentesco, casamento, apadrinhamento, ou expressos nas irmandades negras, que igualmente proliferavam no contexto. E, como as autoridades perdiam a olhos vistos instrumentos para conter a onda de insubmissão, a saída era recorrer a toda sorte de negociação. Contratos entre senhores e libertos; promessas de salário e autonomia; apostas no futuro. Tudo se convertia em filosofia e prática de gradualismo, na esperança de retardar o inevitável (ver imagens 80-1). Para o Estado, ia ficando evidente que era preciso se antecipar, até porque a abolição já se realizava à revelia dos governantes, por iniciativas particulares e dos próprios escravos. Por fim, novos heróis associados à causa surgiam, dentre eles José do Patrocínio, filho de mãe escrava, republicano e democrata, arengando plateias populares com discursos incendiários. O fato é que conviviam modalidades, muitas vezes concomitantes, de luta abolicionista: a ação dos próprios escravos, a movimentação dos abolicionistas e a batalha política em nível nacional. O abolicionismo se convertia, portanto, em outra grande causa, forjando o sentimento e a imaginação dos brasileiros.

Andava, pois, difícil contemporizar. Talvez por isso, redigido de modo simples, o texto da Lei Áurea saiu curto e direto: "É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário". O Treze de Maio redimiu 700 mil escravos que representavam, a essas alturas, um número pequeno no total da população geral, estimada em 15 milhões de pessoas. Mesmo assim, a penada da princesa não foi simples manipulação política, e de fato oficializou e acabou por encerrar o final desse sistema, ao menos nas bases mercantis, que insistia em perseverar no Brasil.

A libertação tardara demais, e representou o rompimento do último laço forte da monarquia: os cafeicultores perderam a esperança de ver seus bens "ressarcidos" e divorciaram-se, de maneira litigiosa, de seu antigo aliado. Comemorada no estrangeiro como uma vitória do governo imperial, a Lei de 13 de maio foi recebida no Brasil, após a explosão inicial de júbilo, com muita expectativa, e se constituiu no ato mais popular do Império. Joaquim Nabuco — nessa época chamado de Príncipe da Abolição — escreveu em 23 de maio de 1888: "Está feita a abolição! Ninguém podia esperar tão cedo tão grande fato e também nunca um fato nacional foi comemorado tanto entre nós. Há vinte dias vive esta cidade um delírio […]. A monarquia está mais popular do que nunca…".[35] Estava e não estava certo o famoso parlamentar. De um lado, há quem diga que a ausência de d. Pedro do país fora proposital, e que ele pretendia dar a Isabel a autoria do ato popular e pavimentar sua passagem segura para o Terceiro Reinado no Brasil. E a imagem pública de Isabel seria mesmo muito valorizada com a lei, sendo ela lembrada como "a redentora dos negros". A própria maneira como a abolição foi apresentada oficialmente — como um presente e não como uma conquista — levou a uma percepção equivocada de todo esse processo marcado pelo envolvimento decisivo dos próprios escravizados na luta. A estratégia política implicava divulgar que eles haviam sido "contemplados" com a lei,

recebido uma dádiva, e mais: precisavam mostrar apenas gratidão pelo "presente", assim como ampliar e consolidar antigas redes de dependência. Mais uma vez, a mesma perspectiva que priorizava o ressarcimento e uma liberdade apenas gradual e progressiva se inscrevia na recepção e na interpretação da nova lei, que buscava, entre outros, reconfigurar antigas estruturas de servidão, processos complexos de troca de favores e de formas de submissão.

No entanto, a lei teria outras consequências. Mais do que as perdas materiais, a Abolição levou ao desprestígio de uma minoria muito ativa, e extremamente ligada ao Trono, que rapidamente se bandearia para o lado dos republicanos. Por mais que a monarquia tenha recompensado os proprietários rurais que se sentiam lesados com títulos de baronato, a falta de indenização selara o rompimento com o Estado. Além disso, o receio de um Terceiro Reinado nas mãos de Isabel crescia na mesma proporção que as intrigas em torno da figura do conde D'Eu; apresentado como um "francês", um estrangeiro, e comparado à "austríaca" Maria Antonieta, nunca perdoada pelos franceses.[36] Dessa forma, apesar de a versão oficial atribuir a Isabel o título de "A Redemptora", e do clima de euforia que os órgãos oficiais procuravam capitalizar — com a emissão de moedas festivas e condecorações —, esse pareceu ser o último ato do teatro da monarquia.

Em Milão, passados dez dias da promulgação da Abolição, o imperador tomou conhecimento da nova situação. Depois de a saúde do monarca ter sido considerada satisfatória, a imperatriz resolveu ler o telegrama enviado pela princesa Isabel no próprio dia 13 de maio. Boa parte das biografias destaca a resposta "serena" do monarca, que teria apenas dito: "Graças a Deus"; o que mais parece uma peça de propaganda política do que um comentário daquele que durante pelo menos cinquenta anos teria evitado terminar com a escravidão. E começava então o regresso de d. Pedro a um Brasil diferente: após praticamente quatro séculos, um país sem escravos.

Contudo, em que pesem os maus presságios, a recepção do imperador contrariou as suspeitas iniciais. No alto do Pão de Açúcar, uma enorme bandeira com a palavra "Salve" parecia redimir receios. Agora era o imperador que inspirava cuidados: se ele já partira com uma imagem fragilizada, voltava enfermo. Mais do que isso, a representação da realeza estava doente. Apesar das simpatias que ainda angariava, o monarca era agora apenas um fantasma de si próprio: um fantasma da realeza.

A REPÚBLICA NÃO PODE MAIS ESPERAR

O ano de 1889 parecia começar bem. Em 28 de fevereiro, Levasseur comunicou que dera o último retoque no extenso ensaio que seria publicado na *Grande Encyclopédie* sobre o Império. O texto, que originalmente possuía quinze páginas, com a ajuda de Rio Branco passou a ter 51. O espaço que o Brasil ganhou na publicação era digno de nota: só perdia para a Alemanha. Também nesse ano saiu a biografia de d. Pedro II, feita pelo grande rabino de Avignon, Benjamim Mossé. Escrita em tom laudatório, a obra era antes uma homenagem ao imperador e, segundo suspeitas gerais, teria sido mesmo redigida por Rio Branco. O Brasil também participaria da Exposição Universal de Paris de 1889. O país esmerou-se na construção de um pavilhão grandioso, com um estilo híbrido dos palácios de fantasia. Contava com uma torre majestosa de quarenta metros e uma cúpula envidraçada chamativa. Num quiosque, vendia-se café a dez cêntimos a xícara. Enormes telas do pintor acadêmico e negro Estevão da Silva, apresentando frutas tropicais, enfeitavam as salas mais vazias. Seis estátuas colossais representavam os rios do Brasil, e numa enorme bacia flutuava uma típica vitória-régia.[37]

"Para fora" tudo ia, portanto, muito bem. No entanto, o cenário interno era bem diferente: ao mesmo tempo que o Império foi à França homenagear a Revolução, a campanha republicana ganhou força no Brasil, tomando como pretexto as mesmas comemorações do centenário da República Francesa. A cada dia as posições se radicalizavam. No governo liberal de Ouro Preto foi criada a Guarda Negra, espécie de força paralela ao Exército para proteger a monarquia. Essa guarda nascera de uma ideia de José do Patrocínio, para quem a lealdade à abolição era mais importante do que os sistemas políticos, incluindo-se a República. Embora uma das primeiras preocupações de seu idealizador fosse evitar o enfrentamento direto, devido à especificidade da situação e da composição da Guarda — os detratores diziam que era formada pela "ralé carioca" —, os embates não se fizeram esperar.

A situação era de fato paradoxal. Os ex-escravizados guardavam lealdade à monarquia e opunham-se aos republicanos, chamados de "os paulistas", como se estes últimos fossem os verdadeiros algozes. Mais ainda, numa época de incertezas e de possíveis reescravizações, os líderes da Guarda mostravam que seria melhor ficar com o certo do que apostar no incerto: na visão da época era apenas a monarquia que garantira a abolição e a esse regime se pedia lealdade. E não paravam de surgir boatos acerca da Guarda Negra. Rui Barbosa, por exemplo, tratou de defini-la como "um troço de maltrapilhos entoando vivas à monarquia e ao partido liberal", uma "capoeiragem autorizada".

Num ambiente já suficientemente polarizado, no dia 15 de junho, quando a família imperial saía do Teatro Sant'Ana, depois de assistir ao concerto de Giulietta Dionesi, ouviu-se do meio da multidão um súbito "Viva a República". O imperador pareceu não se perturbar e pediu ao delegado que "deixasse aquela gente sossegada. Cada um fizesse o que quisesse".[38] Poucos minutos mais tarde, porém, quando o monarca já se encontrava em sua carruagem, um tiro foi disparado em sua direção. A polícia prendeu o culpado: Adriano do Vale, um imigrante português de vinte anos, recém-despedido da casa comercial em que trabalhava. No dia seguinte, uma série de almanaques trazia a imagem do "regicida" e dramatizava o atentado. Na verdade, se o episódio não oferecia riscos

maiores, o fato transformava-se em "evento" quando a ele se atribuíam novos significados. No interior desse ano tão tenso, o atentado servia como símbolo da fragilidade do regime para alguns, amostra dos desafetos para outros.

E a reação veio logo: o chefe de polícia da corte, José Basson de Miranda Osório, ameaçava processar pelo artigo 90 do Código Criminal os indivíduos que, nas praças, ruas ou outros lugares, dessem "vivas à República, ou morras à Monarquia". Enquanto isso, o réu permanecia num cubículo da ilha das Cobras, esperando pela decisão do júri.[39] A partir do segundo semestre, a cada dia um novo acontecimento insistia em desmentir a normalidade. Em 15 de outubro, por exemplo, data das bodas de prata da princesa Isabel, a Guarda Negra ganhou as ruas do Rio de Janeiro, com pelo menos 1500 homens. Os jornais também não davam trégua, comentando de forma exaltada ora a onda de anarquia ora a intenção de d. Pedro de abdicar em favor de Isabel. Nesse ínterim, o Exército — que havia fundado o Clube Militar da corte — começou a se manifestar, exigindo posição mais representativa no cenário nacional.

Em 6 de junho de 1888 já caíra o ministério de João Alfredo, tendo este sido substituído pelo visconde de Ouro Preto, cuja plataforma de governo visava evitar a ascensão da alternativa republicana. Propunha o político a liberdade de culto, maior autonomia dos municípios e províncias, liberdade de ensino, reforma do Conselho de Estado e redução de direitos de exportação. O programa dividiu os cidadãos: para alguns, muito radical; para outros, excessivamente tímido. Os conservadores que tinham a maioria na Câmara rejeitaram o programa e Ouro Preto determinou a dissolução desta. Entretanto, mais do que lembrar a viciosa disputa entre os partidos brasileiros, o episódio começava a anunciar o fim da estrutura monárquica centralizada, e a crise parecia agora até mesmo corporativa. O fato é que a ideia do fim do regime monárquico passava a ser abertamente discutida, assim como a opção pela República.

Mas o medo maior era o descontrole, e não por acaso o Partido Republicano Paulista começou a frequentar os quartéis, arquitetando uma contrarrevolução preventiva que visava garantir as estruturas sociais.[40] E o estopim simbólico ocorreu no dia 9 de novembro de 1889. Era hora de d. Pedro II descer da calma Petrópolis e inaugurar no Caju o Hospital São Sebastião. O monarca presidiria ainda o Conselho de Ministros e à noite iria ao baile que o governo oferecia à Marinha do Chile; o Baile da Ilha Fiscal. Muito se falou a respeito desse evento, que ficou conhecido como o episódio final da monarquia. Discorreu-se sobre as orgias, sobre a ostentação e o luxo incompatíveis com a situação política, ou acerca dos rumores de que as Forças Armadas teriam sido intencionalmente excluídas da lista de convidados. Recorda Machado de Assis, em *Esaú e Jacó*: "Dentro e fora, do mar e de terra, era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas, novas para uns, saudosas para outros".

O salão oblongo, decorado com as bandeiras dos dois países, estava preparado para as danças, porém, da família real, só Pedro Augusto valsou. Já Suas Majestades Imperiais, o conde D'Eu e a princesa Isabel retiraram-se cedo, à uma da madrugada *avant le souper monstre*, em que Ouro Preto saudou o Chile. E o luxo tinha lá suas razões. O baile na ilha contígua à corte se transformara num grande palco, especialmente montado para representar a grandeza da monarquia. Tratava-se do primeiro baile oficialmente promovido pelo Império, e para tanto foram distribuídos 3 mil convites, enquanto o Palácio da Ilha Fiscal era maquiado com seu salão iluminado por milhares de velas.

Suspensos momentaneamente os conflitos, reuniam-se num mesmo salão liberais e conservadores, a corte e seus barões, e até mesmo o primeiro-tenente da Marinha, José Augusto Vinhais, que teria um importante papel, alguns dias depois, no golpe que selaria a sorte do Império.

O povo, mais uma vez apartado das grandes celebrações, foi premiado com fandangos e lundus. No largo da Praça, bem em frente à Ilha Fiscal, uma banda da polícia, com farda de gala, responsabilizava-se por essa parte da diversão.[41] E não faltaram as anedotas. Ao desembarcar, fraco das pernas e amparado por seu incansável médico Mota Maia, o imperador teria dado um leve tropeço. Sem perder a altivez, gracejou: "A monarquia escorrega, mas não cai". Mal sabia o monarca que faltava pouco.

Enquanto isso, os militares encontravam-se em seu clube, para começar a confabular. Na agenda apertada do golpe os dias passavam rápido, e já no dia 10 Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Sólon Ribeiro, Rui Barbosa e os chefes republicanos Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo se reuniam na casa do próprio general: Deodoro precisava ainda ser convencido, e insistia dizendo que preferia esperar pela morte do imperador. Para animar o velho militar, sobravam boatos e denúncias intrigando o Exército e a realeza. Faltavam apenas quatro dias para o fim da monarquia no Brasil.

Nesse meio-tempo, as conspirações corriam soltas e a monarquia ficava cada vez mais isolada. De um lado, desde 1874 existia um abismo político entre a Igreja e o Estado. O estopim teria sido a prisão de dois bispos — d. Vital e d. Macedo Costa — que haviam procurado restringir as atividades da maçonaria no Brasil. Mas a razão de fundo era mais profunda, e estava ligada a uma disputa acerca da hegemonia e autonomia na condução dos negócios e nas decisões do Estado. Pelo sim, pelo não, a resposta do governo tinha sido dura, e a anistia aos prelados, em setembro de 1875, não fora suficiente para apaziguar a situação.

Partiam, porém, do Exército as manifestações de maior descontentamento. Em suas fileiras estavam os principais defensores do positivismo e se difundia a ideia da República. Desde o fim da Guerra do Paraguai, os líderes militares protestavam contra a proibição de que oficiais se manifestassem através da imprensa sobre assuntos políticos. A situação já vinha nervosa desde 1884, quando setores do Exército teceram elogios ao líder do movimento dos jangadeiros — Francisco do Nascimento, o Dragão do Mar —, que se recusava a transportar para os navios negreiros os escravos vendidos aos cafeicultores e proprietários de terras do Sul do país. Mantendo coerência, em 1886 o marechal Deodoro da Fonseca negou-se a punir oficiais considerados insubmissos, e foi demitido do cargo. Deodoro chegou ao Rio em janeiro de 1887 e foi recebido com festa, em vez de repúdio, pelos alunos da Escola Militar.

Com a pressão paulista e a liderança de setores descontentes do Exército, o movimento em favor da República se alastrou e os acontecimentos se precipitaram. O marechal Deodoro, após uma forte boataria — que asseverava a prisão do major Sólon —, acabou entrando a cavalo no quartel-general e, apesar do lapso de dar "vivas a Sua Majestade o Imperador, à família Imperial e ao Exército", foi em frente: obrigou Ouro Preto a se demitir, declarando que levaria pessoalmente a formação do novo governo ao imperador. Essa passagem é objeto de controvérsia. Ao que tudo indica, Deodoro e Constant encontravam-se no quartel-general do Exército e lideraram um contingente rebelde de cerca de mil homens, que logo aglutinou a Marinha. Contudo, o clima era ainda incerto e,

pelo visto, a República não se proclamou abertamente, nem deu Deodoro um grito homólogo ao também suspeito grito do Ipiranga (ver imagem 82).

Deixando um pouco de lado os detalhes, o que se sabe é que entre a demissão de Ouro Preto e a Proclamação da República houve um hiato. O imperador ficara esperando no Paço uma visita de Deodoro, a qual jamais ocorreria, pois, ao que parece, o marechal evitava encarar o velho monarca. O tom titubeante da movimentação era notável, mas o anúncio oficial da República foi feito, finalmente, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e por José do Patrocínio, na época o vereador mais jovem da Câmara. No dia seguinte, a primeira edição do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* estampou a proclamação do Governo Provisório, anunciando a extinção da monarquia. Faltava, porém, avisar o imperador. O constrangimento era tal que, em lugar de mandarem uma delegação de altas patentes ou de políticos tradicionais e diplomatas estrangeiros, enviaram oficiais subalternos para comunicar, às três horas da manhã do dia 16 de novembro, o banimento da família imperial.

Ainda em Petrópolis, antes de descer à corte, ao ouvir a imperatriz repetir que tudo estava perdido, o monarca teria dito: "Qual, senhora, chegando lá isso acaba!".[42] Mas a confiança de d. Pedro seria logo abalada. No comunicado, o Governo Provisório dava o prazo de 24 horas para que a família real deixasse o Brasil. Na resposta oficial, o imperador mais uma vez aderiria ao seu teatro. Parafraseando Napoleão, que teria dito: "Abandono este país que tanto amei", o nosso rei tropical perpetuaria uma frase de igual efeito que terminava com a afirmação: "este país que me é tanto afeiçoado".[43]

A partida foi fixada por d. Pedro para as duas horas da tarde do dia 17, após a missa das onze na igreja do Carmo. No entanto, o fantasma da monarquia parecia tão vivo, que o Governo Provisório, temeroso das manifestações favoráveis ao imperador e do choque com estudantes republicanos, comunicou que a partida deveria ser imediata. O monarca e sua família embarcaram, então, no meio da madrugada, e foi nesse momento que ocorreu o único diálogo tenso. Dizem que o imperador teria perguntado se Deodoro estava "no meio disso" e, ao ouvir a resposta positiva, afirmou: "Não sou negro fugido. Não embarco nesta hora", e ainda blasfemou: "Os senhores são uns doidos!". No mesmo sábado, o Governo Provisório publicava a seguinte nota: "Concidadãos: o povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial…". Os termos começavam a mudar, bem como anunciavam novos tempos. Assim, circundado por alguns exilados e outros autoexilados, partiu o *Parnaíba*, selando o fim da monarquia. Já a República que ficava estava longe de parecer consolidada.

O projeto republicano — a despeito dos titubeios iniciais — significou uma saída legítima diante da falência do Império. Mais que uma questão exclusivamente institucional, ele vinha de encontro a uma ampliação importante do espaço público durante a década de 1880, que levou a ação política para fora do Parlamento. Apreciados pela opinião pública, acontecimentos como o roubo das joias ganharam importância no sentido de deslegitimar a monarquia. O movimento intelectual também foi forte, já que criou uma nova linguagem, lançou mão da polêmica e atacou os três suportes do Império: o monarca, a religião e o romantismo. Além disso, foi evidente a renovação no campo das ideias: o evolucionismo, o materialismo e o positivismo representaram teorias para a ação nas mãos dos intelectuais da época: a imagem do progresso e a concepção de modernização seriam

associadas à palavra "república". A combinação desses novos elementos (espaço público, intelectuais e ideias) formou uma cultura política nova que modelou novos símbolos e jogou água para o moinho da República.

Mesmo assim, reinou a dúvida, amiga certeira dos projetos de futuro. Machado de Assis, em *Esaú e Jacó*, narra o hilário caso do dono da Confeitaria do Império: "seu" Custódio mal terminara de encomendar uma nova tabuleta para a sua tradicional "Confeitaria do Império" quando soube do ocorrido. Pediu, então, ao pintor que interrompesse o trabalho, que a essa altura estava na seguinte situação: "Só algumas das letras ficaram pintadas, a palavra *Confeitaria* e a letra *d*. A letra *o* e a palavra *Império* estavam só debuxadas a giz". No entanto, para desespero do sr. Custódio, que havia mandado um bilhete pedindo ao pintor que parasse no "d", o trabalho foi terminado. Ante a necessidade de uma nova placa, Custódio procurou o Conselheiro Aires, que sugeriu que o nome passasse para "Confeitaria da República". Temeram, no entanto, que em poucos meses poderia haver nova reviravolta e mais uma vez o título do local teria que ser alterado. O Conselheiro sugeriu, então, o nome "Confeitaria do Governo", que se prestava a qualquer regime. Mas depois concluíram que qualquer governo tem oposição, e que essa bem poderia quebrar a tabuleta. Aires arriscou ainda que Custódio deixasse o título original — "Confeitaria do Império" — e só acrescentasse "fundada em 1860", a fim de redimir quaisquer dúvidas. Mas "pareceria que o confeiteiro, marcando a data da fundação, fazia timbre em ser antigo", o que naquela época de modernidade, definitivamente, não soava muito bem. Decidiram, por fim, pelo próprio nome do dono: "Confeitaria do Custódio". E assim terminava a complexa conversação: "Gastava alguma cousa com a troca de uma palavra por outra, *Custódio* em vez de *Império*, mas as revoluções trazem sempre despesas".[44]

13.

A PRIMEIRA REPÚBLICA E O POVO NAS RUAS

UM NOVO TEMPO: UMA VERDADEIRA BATALHA DE SÍMBOLOS

No dia 17 de novembro de 1889, um domingo, às três da madrugada, a família real partiu acompanhada por alguns poucos autoexilados. Dizem que os novos dirigentes acharam por bem evitar a luz do dia e impedir qualquer reação da população. Já o ex-imperador, procurando manter uma postura altiva, deixava saber que só levaria consigo a primeira edição de Camões: "Essa lhe bastava". A ideia era fazer valer o dito popular: "Os reis não são expulsos, mas partem". Mas a história não seria bem essa: na chegada a Portugal formalizou-se o banimento. Além da expulsão, o decreto de 23 de dezembro de 1889 destinava uma ajuda de 5 mil contos para o estabelecimento do ex-monarca no estrangeiro. D. Pedro rejeitaria, porém, a quantia, numa atitude que irritou o Governo Provisório, o qual, em resposta redigida pelo ministro Rui Barbosa, mudou os termos do acordo, extinguiu as dotações e deu o assunto por encerrado. Era chegada a hora de fechar essa página e iniciar um novo tempo. O tempo da República.

Enquanto isso, no Brasil, para provar que a República vinha para ficar, alteravam-se rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva de regime. O largo do Paço passou a se chamar 15 de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; o Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o vistoso conjunto de residências denominado Vila Ouro Preto foi batizado de Vila Rui Barbosa. Os motivos impressos no papel-moeda circulante também foram alterados, e rapidamente: saiu d. Pedro II e a monarquia, entraram as imagens da nova República dos Estados Unidos do Brasil. A voga chegou aos nomes próprios, que começaram a se inspirar nos modelos republicanos norte-americanos — Jefferson, Franklin, Washington.[1] Até mesmo o termo "corte" foi trocado, por decreto, por "capital federal"; isso a despeito de a população, acostumada com o nome antigo, acabar por mantê-lo (ver imagem 84). Uma nova lista de festas nacionais substituiria as antigas datas do *Almanack Laemmert*, famoso noticioso do Império: o dia 1° de janeiro celebraria a "fraternidade universal", 13 de maio, "a fraternidade dos brasileiros", 14 de julho, "a República", e 21 de abril "os precursores". Neste último caso, tratava-se de consagrar a figura de Tiradentes, o único rebelde condenado à morte durante a Conjuração Mineira de 1789. No entanto, como se desconheciam retratos do herói, o que se viu foi um processo crescente de associação entre a sua figura e a de Cristo: olhar cândido, vestes brancas com um crucifixo no peito, cabelos até os ombros, soltos.[2] A partir desse momento, a imagem do novo herói ganharia a iconografia política, que se apropriou de Tiradentes não só como símbolo revolucionário: o mártir que se sacrificou pela República.

A história que envolveu a escolha de um novo Hino Nacional, logo em 20 de janeiro de 1890, é igualmente significativa. Abriu-se um concurso e o vencedor foi o projeto de Leopoldo Miguez e Medeiros e Albuquerque, que se oficializou como Hino da Proclamação da República. Mas o velho hino de Francisco Manuel da Silva, que não havia nem ao menos entrado na competição, continuou a ser o Hino Nacional. "Prefiro o velho", teria dito o marechal Deodoro, não obstante a suspeita de que fosse de autoria de d. Pedro I. Até mesmo a bandeira nacional, a despeito das interpretações surgidas a posteriori (que explicavam o verde como uma referência às matas do país, e o amarelo como uma alusão às riquezas minerais), seguia ostentando seus vínculos com a tradição imperial: o verde, cor heráldica da Casa Real Portuguesa de Bragança; o amarelo, cor da Casa Imperial

Austríaca de Habsburgo. Além disso, o desenho republicano reaproveitou o losango da bandeira imperial, apenas retirando o brasão monárquico com as armas imperiais aplicadas e introduzindo o lema positivista de "Ordem e Progresso".[3] Assim, apesar dos esforços, continuava enraizado na nação um incômodo imaginário monárquico, presente até hoje não só em elementos da retórica patriótica como numa concepção de sociedade ainda impregnada pela mística dos títulos de nobreza, das ordens honoríficas e dos rituais de consagração.

Mas as mudanças eram claras. Enquanto o indígena foi símbolo dileto do Império, a partir da República seria a figuração de uma mulher heroica que roubaria a cena. Nos anúncios de produtos em jornais, ou mesmo nas imagens oficiais, era agora a figura feminina que representava a República. A associação desse tipo de representação com a República estava presente já na tradição clássica, especialmente romana, mas foi na França, no período que precedeu a Terceira República, que a imagem de Marianne se popularizou. Enquanto nesse país a figura da mulher jovem, de peitos quase à mostra, túnica e barrete frígio — aliando as noções de liberdade, felicidade e fertilidade maternas — se tornou muito popular, no Brasil a alegoria fracassou, mesmo em sua versão positivista, espelhada em Clotilde de Vaux: poeta e escritora francesa, musa de Augusto Comte, que o teria inspirado na criação de sua "Filosofia da Humanidade" e logo se transformara em símbolo republicano (ver imagem 83). Já por aqui, as mulheres continuavam em casa, com vestimentas que lhes cobriam o corpo inteiro, e sem direito a participação política.

HORA DE REPÚBLICA CAFÉ COM LEITE

A Constituição de 1891 definiu as bases institucionais do novo regime — presidencialismo, federalismo e sistema bicameral — e implementou uma série de mudanças, para bem marcar a ruptura.[4] A Igreja separou-se do Estado, e introduziu-se o registro civil de nascimentos, casamentos e mortes. A proposta federalista, por sua vez, organizava o novo regime em bases descentralizadas, dando às antigas províncias, agora transformadas em estados, maior autonomia e controle fiscal, e jogava por terra a crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional.

A agenda republicana substituiu o Poder Moderador — a chave da organização política do Império — pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar do sistema censitário até então vigente. O debate em torno da restrição do direito de voto seguiu o entendimento já praticado durante o Império: só seriam considerados eleitores os brasileiros adultos, do sexo masculino, que soubessem ler e escrever. Além do voto das mulheres, estava proibido o voto dos mendigos, dos soldados, praças e sargentos, e o dos integrantes de ordens religiosas que impunham renúncia à liberdade individual.

Contudo, certas características vindas de longa data persistiam e foram até aprimoradas. Uma delas era o perfil oligárquico da nação: novas leis eleitorais mantiveram o número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis para os cargos públicos.

É preciso destacar, também, o papel fundamental que desempenhou o Exército durante o novo regime. A República foi produto da ação de um grupo de oficiais social e intelectualmente antagônico à elite civil do Império, insatisfeito com a situação do país e com seu próprio status político.[5] Mas esses oficiais estavam divididos internamente, e não conseguiram chegar a um acordo sobre o significado do republicanismo ou quanto aos objetivos institucionais do novo regime. Também estavam separados por rivalidades e ambições pessoais, e por visões muitas vezes opostas a respeito do futuro do Exército e do próprio país. Além disso, o grande prestígio que a República emprestava aos militares estimulava a ambição política dos oficiais e a desunião interna, aliada ao desacordo entre as elites civis acerca do papel do Exército na nova sociedade.

Ainda assim, o regime republicano sobreviveu pela força, e até 1894 o país experimentou a tutela militar a partir de seus dois primeiros governos: o marechal Deodoro da Fonseca, líder do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, foi também o primeiro presidente, sendo sucedido por Floriano Peixoto, seu vice. Mas o próprio marechal Deodoro não teria vida fácil. Em 1891 eclodiu a primeira Revolta da Armada, também conhecida como Revolta da Esquadra. O estopim estava ligado ao governo autoritário de Deodoro, que, em flagrante violação da Constituição daquele ano, ordenou o fechamento do Congresso. A medida era resultado, em grande parte, da inabilidade do presidente em lidar com a oposição. Esta andava cada vez mais descontente com a crise econômica dos primeiros anos de República — especulação vertiginosa, fraudes, inflação. Comandada pelo almirante Custódio de Mello, boa parte da frota fundeada na baía de Guanabara sublevou-se: a Armada — como a Marinha era chamada na época — exigia a reabertura do Congresso, do contrário bombardearia o Rio de Janeiro. Para não ter de enfrentar a provável derrota ou

uma guerra civil, Deodoro renunciou em 23 de novembro.

Seu vice, o marechal Floriano Peixoto, assumiu o posto e se manteve ele próprio à frente da nação, em vez de convocar eleições, como estabelecia a Constituição. O governo de Floriano trouxe então para a cena pública um novo ingrediente político: o jacobinismo, muitas vezes chamado apropriadamente de "florianismo". O auge do movimento aconteceu entre 1893 e 1897, no Rio de Janeiro, com expressiva participação popular.[6] O florianismo foi o primeiro movimento político espontâneo da República, centrado na figura de uma liderança capaz de galvanizar setores expressivos das camadas médias urbanas e da população em geral, e de fornecer-lhes uma postulação igualitária para o novo regime, a qual, no entanto, só poderia ser implantada pelo autoritarismo militarizado do marechal.

A Marinha continuava, porém, indócil e, em setembro de 1893, um grupo de oficiais exigiu a convocação de novas eleições presidenciais: era a segunda Revolta da Armada. Com uma significativa folha de serviços prestados ao Império, a Marinha e seus oficiais sentiam-se negligenciados pela República. Já o almirante Custódio de Mello acreditava que rebelar a Armada contra o governo de Floriano era a melhor estratégia para recuperar o antigo prestígio da Força, e abriu grave crise política. Floriano, que andava enfrentando a Revolução Federalista no Sul do país, reprimiu a Armada, governou em estado de sítio, e ganhou a alcunha de Marechal de Ferro. A Revolução Federalista resultou numa sangrenta guerra civil que começou em 1893, só terminou em 1895 e contrapôs o Partido Republicano Rio-Grandense, favorável à ditadura republicana dos positivistas gaúchos, ao Partido Federalista, defensor da Constituição de 1891, da autonomia municipal e do governo federal com poder centralizado. Já o movimento dos almirantes seria contido apenas em 1894, mas deixava a ferida aberta.[7]

Em 1894 foram convocadas eleições, e Prudente de Morais, do Partido Republicano Paulista, venceu-as. Começou o primeiro governo civil da República e a ascensão da corrente moderada e pragmática do Partido Republicano Paulista, preocupada em executar uma política de pacificação do país, garantir os interesses da elite cafeicultora de São Paulo e realizar a transição da República jacobina para a República oligárquica. Prudente de Morais faria de Campos Sales seu sucessor, em 1908, e com o novo presidente teve início o processo de rotinização da República. Criada pelo governo Campos Sales, a partir de 1898 a Política dos Governadores — ou Política dos Estados, como ele dizia — reconhecia a plena autonomia das elites regionais, fazia vista grossa aos esbulhos cometidos por essas elites para eleger as bancadas e o governo estadual, acenava com benesses do Tesouro e apresentava a fatura: as unidades da federação deveriam agir coesas e em consonância com as decisões do poder central — se conflito houvesse, estaria confinado aos estados.[8]

O controle do governo federal era decidido, a partir de então, apenas pelos estados de Minas Gerais e São Paulo. Numa República onde se regulava a distribuição do poder pela hierarquização da importância das unidades da federação, a força política de um estado sustentava-se no tamanho de seu eleitorado e na consequente extensão de sua presença parlamentar. Por sua vez, a estabilidade política da República estava garantida por três procedimentos principais: empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas

locais, as fraudes continuavam frequentes. Aliás, fraudes aconteciam em todas as fases do processo eleitoral — do alistamento de eleitores até o reconhecimento dos eleitos. Entretanto, alguns procedimentos ficaram famosos. A eleição de "bico de pena" vem do Império e diz respeito às diversas manipulações feitas pelas mesas eleitorais, como a falsificação de assinaturas e adulteração das cédulas eleitorais. A "degola" significava o não reconhecimento do eleito pela Comissão de Verificação da Câmara dos Deputados — procedimento que eliminava os adversários, anulando sua eleição. O "voto de cabresto" era quase uma prática político-cultural — um ato de lealdade do votante ao chefe local. Por fim, o "curral eleitoral" aludia ao barracão onde os votantes eram mantidos sob vigilância e ganhavam uma boa refeição, dali só saindo na hora de depositar o voto — que recebiam num envelope fechado — diretamente na urna.[9]

O voto era entendido como moeda de troca, as relações de poder se desenvolviam a partir do município, e na ponta desse relacionamento está o fenômeno do coronelismo. Coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do Império que ligou proprietários rurais ao governo. Com a República, a Guarda perdeu sua natureza militar, mas os coronéis conservaram o poder político nos municípios onde viviam. Daí em diante, o coronelismo passou a significar um complexo sistema de negociação entre esses chefes locais e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros.[10]

O coronel era, assim, parte fundamental do sistema oligárquico. Ele hipotecava seu apoio ao governo estadual na forma de votos, e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão dos cargos públicos, que iam do delegado de polícia à professora primária. E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismos, negociações e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos de época, o país não passava de uma grande fazenda.

UM BRASIL IMIGRANTE, UMA BABEL DE LÍNGUAS[11]

Com o fim da escravidão e a consequente desorganização momentânea do sistema de mão de obra, uma série de esforços foi feita no sentido de atrair imigrantes, sobretudo europeus, para o Brasil. A experiência vinha da época do Império, mas no contexto da Primeira República seria incrementada. Contando com a concorrência de países como Argentina, Cuba, México e Estados Unidos da América, o governo brasileiro teve que se esmerar para vender a ideia do "paraíso terreal". Grandemente destinado ao campo — à formação de núcleos coloniais oficiais nos estados do Sul e em especial às fazendas de café na Região Sudeste —, esse contingente de imigrantes acabaria absorvido pela dinâmica das cidades que cresciam e ofereciam empregos e serviços.

Enganados por uma propaganda ilusória, poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde (a partir dos últimos anos da década de 1910), japoneses foram tomados por uma febre imigratória. O mito da abundância dos trópicos casou-se bem com uma Europa que expelia sua população pobre e seus pequenos proprietários endividados. Por fim, o considerável aumento populacional em escala mundial, coadunado com a melhoria dos transportes, acabou por colocar à disposição grandes grupos de camponeses desempregados.[12] Estima-se que mais de 50 milhões de europeus abandonaram seu continente de origem em busca da tão desejada "liberdade", que vinha sob a forma de propriedade e emprego (ver imagem 86).

A maior parte dos imigrantes transatlânticos dirigiu-se para a América do Norte, mas 22% deles — em torno de 11 milhões — desembarcaram na América Latina: 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses, e 3% franceses e alemães. Desse contingente, 46% se dirigiram à Argentina; 33% ao Brasil; 14% a Cuba, e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile.[13] Entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes entraram por ano no Brasil, sendo 58,5% provenientes da Itália. Entre 1904 e 1930, o número chegou a 79 mil, com os portugueses alcançando 37% do total de entradas. Em 1908, aportaria aqui a primeira leva de imigrantes japoneses, radicalizando ainda mais a babel de culturas que afluíam ao país. E, se as origens eram muitas, em comum havia o desejo de "fazer a América".

Desde o início, o processo de imigração apresentou características distintas. Como existiam grandes áreas não ocupadas no Sul do país, instalou-se aí um modelo de imigração baseado em pequenas propriedades policultoras. Tanto nos núcleos do governo como nos particulares, a terra era vendida a prazo, em lotes de vinte a 25 hectares geralmente distribuídos ao longo dos cursos de água. As propriedades eram, porém, muito isoladas, e seus novos habitantes sujeitos a todo tipo de adversidade: ataques de indígenas, maus-tratos por parte da população local, dificuldades de comércio.

Já no caso dos cafezais, e em especial em São Paulo, o modelo que vingou foi o da imigração estrangeira subvencionada pelo Estado ou pelos proprietários de terra, para o trabalho direto nas fazendas. Assim, foram poucos os núcleos que prosperaram no Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná, enquanto a imigração que visava à cafeicultura se expandiu. Em São Paulo foi fundamental a ação do governo estadual. Respondendo à pressão dos próprios fazendeiros, na década de 1890 começaria o subsídio da União, que cumpriu o papel de equilibrar o fluxo de pessoas com as necessidades

crescentes da economia. Até 1900, a federação financiou de 63% a 80% da entrada de imigrantes; só a partir da virada do século, com a entrada de espanhóis e portugueses em São Paulo, firmou-se a imigração com subsídio privado por conta da intensificação das atividades urbano-industriais.

As dificuldades financeiras se apresentavam já na viagem. Vítimas de exploradores da miséria alheia, os imigrantes pagavam sobretaxas e preços altos pela passagem. Amontoados em navios de má categoria, descobriam logo na travessia oceânica as diferenças culturais, as quais se agudizavam no novo lar. Os imigrantes não só eram originários de regiões diversas de um mesmo país, como provinham de países rivais ou com hábitos muito diferentes, de modo que a convivência forçada gerava conflitos infindáveis: alemães do Norte brigavam com os do Sul; japoneses tinham atritos com italianos; poloneses com alemães, e o conjunto com os locais. As línguas eram várias, os dialetos também, e todos estranhavam a dieta à base de farinha, arroz e feijão e as casas enfileiradas, construídas com tijolos de barro e teto de palha. Assim, longe de constituírem grupo homogêneo, os recém-chegados recriavam nos trópicos seus costumes distintos. Alguns, vindos de regiões mais setentrionais da Itália, estavam adaptados à vida nas cidades. Outros, como a maioria originária do Vêneto, apenas reajustavam por aqui velhos hábitos rurais. Essas populações precisaram substituir a polenta pelo arroz, conhecer novos legumes e frutas, e aguardar um pouco até poder pendurar as linguiças e toucinhos secos no teto das casas.

Católicos fervorosos, poloneses e italianos estranhavam o catolicismo rústico existente no país, e reacendiam sua fé decorando as casas com santos da devoção e demais símbolos pátrios. Hábitos de higiene também dividiam as populações. Os italianos tomavam banho uma vez na semana, contentando-se em lavar as mãos e as partes mais suadas do corpo. Reagiam tanto à fartura de água dos nacionais, que tomavam banho de rio ou de tina diariamente, quanto ao ofurô coletivo dos japoneses. O estranhamento em relação a este último grupo era, aliás, geral: japoneses só ficavam satisfeitos quando viam o arroz crescer, e não sabiam deixar a carne-seca de molho para que amolecesse, assim como mal imaginavam que o bacalhau precisava ficar na água para perder o sal. Já o feijão não entrava na dieta deles, muito menos a farinha. Diferentemente dos europeus, pouco investiam na melhoria de suas casas: nem sequer as decoravam, até porque todo o dinheiro economizado deveria ser destinado aos parentes, ou virava pecúlio para um futuro e desejado retorno.[14]

Apesar dos percalços, a maioria acabou se adaptando às terras brasileiras. A cada povo seu credo, e também nesse campo a fé se misturou. Curandeiros, benzedeiras, herbanários, percorriam fazendas e, na falta de médicos e remédios, esses profissionais ocuparam espaços vazios. Três "remédios" davam conta de uma coleção de males: óleo de fígado de bacalhau purificava; sal amargo liberava o estômago e curava constipações; óleo de rícino era purgante eficaz. Do Rio Grande do Sul às fazendas paulistas apelava-se para esses medicamentos milagrosos, e, quando nada dava certo, a saída era abusar das orações e dos curandeiros. Já na Bahia eram ifás — porta-vozes das divindades — que cumpriam tal papel, trazendo suas ervas da África. O mesmo ocorria no Norte, onde imperava um conhecimento ameríndio e o uso alargado das plantas de efeito alucinógeno. Tal qual contaminação, as receitas se misturaram, gerando um "receituário" mestiço.

Com a chegada dos anos 1930 a imigração transoceânica diminuiu sensivelmente. Em

1927, por exemplo, o destino de imigrantes que procuravam terras europeias superava em muito o daqueles que preferiam tentar a sorte em outras plagas. Por outro lado, vários países instituíram políticas restritivas, a começar pelos Estados Unidos, logo seguidos por nações como o Brasil. De 1917 a 1924 os EUA limitaram a entrada de estrangeiros, e em dezembro de 1930 o então presidente Getúlio Vargas adotou o mesmo tipo de restrição diante daquilo que o historiador Sérgio Buarque de Holanda definiu como "a afluência desordenada de estrangeiros", que seria responsável pelo desemprego das populações locais.[15]

Contudo, a paisagem humana já estava, a essas alturas, definitivamente alterada. Até hoje em São Paulo se come uma boa pizza nas noites de domingo; uma macarronada no almoço do sábado, com direito também a quibe e tabule mais ao anoitecer, ou um arroz chop suey. Café da manhã se completa com uma passada na "padaria do português", e a salada fica melhor com um azeite espanhol. Talvez tenha sido Juó Bananère (codinome de Alexandre Marcondes Machado, um paulista que nada tinha de ascendência italiana) quem melhor expressou essa mistura incomum. Escreveu sua obra utilizando o *patois* falado pela colônia italiana de São Paulo e editou *La divina increnca*, em 1915, intitulando-se "Gandidato à Gademia Baolista de Letras".

UMA NOVA PAISAGEM: AS CIDADES E SUAS INDÚSTRIAS

De 1880 até os anos 1930, a sociedade brasileira dinamizou-se muito. A nova configuração social representava o resultado imediato do crescimento geral da população combinado com a política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. Para completar, já na década de 1910 se observou um acelerado processo de substituição de importações — implementado durante a Primeira Guerra e no final desta —, o qual, unido à crise da agricultura, levou a que cidades e indústrias ganhassem importância renovada no cenário nacional.

A população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu a 3,7%, e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%. Por outro lado, se no primeiro decênio da República a população rural decresceu 2,2%, na área urbana ela aumentou 6,8%. A urbanização era uma realidade que vinha para ficar, e alterava rapidamente a feição do país. Apesar disso, a realidade nacional continuava eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%), à indústria, e 1,5 milhão (16,5%), aos serviços de uma maneira geral.

A população concentrou-se em algumas grandes cidades.[16] O Rio de Janeiro seria o coração da República, São Paulo a cabeça, e anos depois viria Belo Horizonte, a cidade que a República imaginou à sua imagem e semelhança, e que se tornou a primeira urbe planejada do Brasil. Os três centros controlariam recursos e mostrariam como o eixo econômico do país estava definitivamente virado para a Região Sudeste. Por outro lado, se o objetivo inicial da política imigrantista era chamar população estrangeira para engrossar o trabalho na lavoura rural, com a crise da agricultura e o crescimento urbano boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades como também pelas especializações profissionais que traziam na bagagem. Além de camponeses, entraram no país pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes — diversificando o quadro de serviços urbanos.

Importa lembrar, ainda, o intenso movimento de migração interna, resultado da lenta desmontagem do sistema escravocrata. No período que vai de 1872 a 1900, foi na Região Nordeste que houve maior perda populacional, como consequência do comércio interno de escravos que despovoou a economia do açúcar e do algodão, e reforçou a densidade dos estados cafeeiros. Castigados pelas secas de 1870 e 1880, grupos de migrantes dirigiram-se para o Rio de Janeiro, que funcionava como chamariz cultural, além de se apresentar como provedor de empregos em geral, e mais especificamente para o funcionalismo público e estatal.

No entanto, os migrantes buscavam também os estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e a Amazônia, por conta da febre da borracha que animou o país. Com os meios de transporte demandando o produto, o látex proveniente da seringueira passaria por um surto tão breve como marcante, e a Amazônia seria invadida por seringueiros que, fugidos da carestia do Nordeste, enfurnavam-se nos rios, chegando até regiões isoladas para o retiro da borracha. A "era da borracha" foi curta, terminou nos anos 1910, mas deixou rastro: Manaus virou a capital do Norte, aburguesaram-se as suas ruas, teatros e costumes, e o estado enriqueceu da noite para o dia.

E era preciso embelezar as principais cidades, para que bem representassem suas funções: cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; implementar o transporte coletivo, e construir instituições representativas. Foi com esse intuito "civilizatório" que o presidente Rodrigues Alves (1902-06) montou uma equipe técnica para fazer do Rio de Janeiro uma vitrine para os interesses estrangeiros — começava o período conhecido como Regeneração. A comissão responsável pelas obras recebeu poderes ilimitados e estabeleceu um plano com três grandes metas: a modernização do porto, que estaria a cargo do engenheiro Lauro Müler; o saneamento da cidade, de cuja realização se incumbiria o médico sanitarista Oswaldo Cruz, e a reforma urbana, que caberia ao engenheiro Pereira Passos, o qual conhecia de perto o projeto para Paris elaborado pelo barão de Haussmann. Marco paralelo e complementar foi a expulsão da população pobre que habitava a região central e a destruição dos "cabeças de porco". Era a ditadura do "bota-abaixo", que demolia casas, cortiços e os hotéis baratos — os "zungas",[17] ou os "caixotins humanos", conforme definição do escritor negro Lima Barreto, ele próprio habitante dos subúrbios cariocas e testemunha crítica desse momento (ver imagem 88a).[18]

A partir da década de 1870, São Paulo tornou-se palco privilegiado para transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Pressionada pela prosperidade da lavoura cafeeira e pelas tensões derivadas do fim da escravidão no país, a antiga cidade se transformava na "metrópole do café": um entreposto comercial e financeiro. Foi a época da criação do Instituto Butantã (que produziu soros à base de veneno de cobra), da inauguração da iluminação elétrica e dos transportes públicos orquestrados pela estrada de ferro. Novas vias foram abertas, prolongaram-se velhas estradas, ampliaram-se largos, e surgiram novos jardins públicos.

Tantas alterações levariam a mudanças claras no comportamento da população local. Em São Paulo, a "boa sociedade" descobriu novos hábitos sociais nos bailes, no turfe, no trottoir e nas noitadas no teatro (ver imagem 88b). E também em São Paulo o processo de urbanização implicou o "embelezamento" da cidade, mas igualmente a expulsão da pobreza. Se a infraestrutura da cidade foi alterada com a abertura de novos bairros e ruas elegantes como a avenida Paulista, casebres e favelas foram destruídos, com o objetivo de garantir o prolongamento e ampliação de ruas, largos e praças.

Outro caso emblemático é o de Belo Horizonte.[19] Os republicanos mineiros construíram a nova capital de Minas Gerais na tentativa de unificar política e culturalmente um estado de economia decadente e marcado pela divisão de poder entre as diferentes facções da oligarquia regional que disputavam o controle político na antiga capital, Ouro Preto. O projeto de Belo Horizonte foi imposto de modo autoritário, repressivo e violento: exigiu a destruição total do povoado do Curral del Rey, a expulsão da população pobre para a zona suburbana e a distribuição ordenada por bairros. Mas a nova capital também foi planejada, organizada e executada pela facção mais agudamente moderna e republicana das elites mineiras, embalada pelo sonho do progresso e da técnica. Essa elite desenhou Belo Horizonte com um curioso sentido de modernidade: largas avenidas que permitissem maior fluência de tráfego, muitas praças, e uma noção rigorosa de hierarquia da área urbana — de um lado, ficavam os serviços comuns, como estação ferroviária, hospital e comércio; do outro, teatro, escolas, a municipalidade. O desenho trazia também uma evidente intenção cenográfica: na parte mais alta da cidade, numa praça retangular, os

prédios imponentes das secretarias capitaneados, ao fundo, pelo Palácio do Governo Estadual — e, em posição de destaque, a figura da Liberdade entronizada em pedra (ver imagem 88c). Na terra da República e de Tiradentes, a praça recebeu o nome de praça da Liberdade e o palácio foi batizado Palácio da Liberdade.

Nesses três exemplos se delineiam os destinos comuns às urbes brasileiras: a antiga corte carioca que se reinventou em função da República e como Distrito Federal; a cidade paulistana que se aparelhou para encenar seu novo papel político e econômico advindo da economia do café, e Belo Horizonte, uma nova cidade especialmente projetada para cumprir o papel de capital de seu estado. Se os novos arranjos visavam a um projeto político republicano e moderno, alternativo ao Império, não havia como esconder as marcas de uma sociedade de perfil basicamente agrário-exportador. Em vez da dicotomia fácil — monarquia ou república; barbárie ou progresso —, conviviam tempos distintos, inclusão e exclusão, avanço tecnológico e repressão política e social. Além do mais, se havia clara ampliação das oportunidades de trabalho, o setor que mais crescia era o dos ambulantes: dos pequenos negócios, dos vendedores de produtos alimentares, dos carpinteiros, sapateiros e carroceiros. Lado a lado, estavam mundos diferentes, mas inesperadamente próximos.

E não tardariam a surgir movimentos que revelavam outras faces da modernidade. Postas à margem, populações expulsas dos centros elegantes das cidades e deixadas ao largo da "civilização" — nos sombrios sertões ou nas longínquas florestas — começavam a tomar as manchetes dos jornais. Porém, os primeiros sinais de revolta partiram não do interior do país, mas de dentro das cidades.

RUÍDOS NAS CIDADES

De 10 a 16 de novembro de 1904 ocorreu no Rio de Janeiro uma revolta popular contra medidas que visavam erradicar a febre amarela. Sobretudo a população pobre dos arredores da capital reagia à vacinação obrigatória contra a varíola, operação liderada pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz.[20] A manifestação era resultado da má informação, mas também da mistura apressada de tantas levas populacionais — com histórias, costumes e aprendizados distintos. A incompreensão de parte a parte provocou uma verdadeira explosão, com direito a quebra de meios de transporte, depredação de edifícios e ataque a agentes higienistas. O governo reagiu com violência: decretou estado de sítio, suspendeu direitos constitucionais, prendeu os líderes do movimento e os deportou para o atual estado do Acre. A revolta foi finalmente controlada, mas o saldo restou ambivalente: de um lado erradicou-se a varíola na cidade do Rio de Janeiro; de outro, chegou a trinta o número de mortos durante a rebelião, e a 110 os registros de feridos.

Da parte da República a questão era anunciada de forma objetiva e racional: fazia-se necessário priorizar a saúde da população. Desde o último quartel do século XIX o tema da saúde vinha frequentando a agenda intelectual e política brasileira, e gerava preocupação. Viajantes, jornalistas, literatos, médicos e cientistas sociais andavam atentos à forte incidência de moléstias tropicais, às enfermidades legadas por escravos africanos e por imigrantes, às doenças da cidade e do meio rural.[21] Sobretudo a mestiçagem era considerada um grande mal; quase uma sina local. Afinal, teorias como o darwinismo racial e mesmo a antropologia criminal de Cesare Lombroso faziam muito sucesso no país.[22] Supunha-se que as raças correspondiam a dados essenciais e fixos, e que a humanidade se dividia a partir delas em hierarquias naturais. Ou seja, cada raça teria potenciais distintos e inalteráveis, estando os brancos caucasianos no topo da pirâmide social e evolutiva, e os negros na base. Contudo, piores que as raças puras seriam as mestiçadas, as quais, de acordo com esses mesmos teóricos, eram passíveis de todo tipo de "degeneração hereditária". Segundo profissionais brasileiros como Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina da Bahia, os mestiços estariam mais propensos à criminalidade, à loucura e a outros "estigmas" próprios de seu grupo racial. Não por acaso, em 1894 Nina Rodrigues publicou o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, propondo a existência de dois códigos penais, um para brancos e outro para negros, adaptados aos "graus de evolução de cada grupo".

Se há que se questionar as falácias dessas teorias, o certo é que o país sofria com uma série de epidemias. "O Brasil ainda é um imenso hospital", dizia o médico Miguel Pereira, em outubro de 1916; frase logo transformada em metáfora, e uma espécie de epitáfio nacional. Nas estatísticas médicas, a lista de moléstias contagiosas era apavorante. Algumas epidemias eram consideradas "de fora" — como é o caso do cólera, um dos maiores responsáveis pelos óbitos na época. Outras eram entendidas como "de dentro", tais como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Segundo os especialistas, esse cenário era ainda agravado pelo predomínio de habitações populares e provisórias chamadas "choças". Feitas de barro, elas representavam o habitat natural para o inseto conhecido como "barbeiro", transmissor da recém-descoberta doença de Chagas, além de favorecerem o impaludismo e inúmeras infecções intestinais. Já na conta dos imigrantes

entrava o tracoma, infecção ocular perigosa e transmissível. Essas e outras epidemias maculavam a já frágil reputação do país, por isso as reformas urbanas pretendiam erradicá-las, e muitas vezes tinham sucesso ao fazê-lo.

O interior do país foi então percorrido por viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, que levaram a saúde do litoral ao encontro dos sertões brasileiros. Entre 1907 e 1913, regiões do interior paulista, de Minas, da Bahia, os vales do São Francisco e do Tocantins, alcançando até a Amazônia, entraram na rota de tais expedições higienistas.[23] Esse projeto médico era parte, ademais, de um movimento nacionalizante que considerava as "patologias da pátria" (as pestilências ou epidemias) fatores emergenciais. Isso sem falar da lepra, da sífilis e da tuberculose, as que mais matavam no país. As "patologias do Brasil" pareciam atingir a todos, mas os grandes alvos — além dos sertanejos, caipiras e populações do interior — foram os ex-escravos, os habitantes pobres das cidades, os moradores dos cortiços e favelas, os imigrantes, trabalhadores e os camponeses.

Nessa mesma leva de "brasileiros perigosos" estavam incluídos os marinheiros, tidos como os mais "bárbaros" da corporação. E foram eles que, entre 22 e 27 de novembro de 1910, protagonizaram nas águas da baía de Guanabara a Revolta da Chibata.[24] Para conter a marujada, formada por negros e mestiços, na Marinha a ordem era mantida à base da aplicação de castigos físicos, como o chicote. A rebelião recebeu a alcunha de Revolta da Chibata justamente por representar a reação dos marinheiros à aplicação de castigos físicos (ver imagem 87). Entretanto, ela também se encarregou de expor publicamente a violência do Estado contra a população pobre, o racismo e a crueldade reinante em meio à oficialidade das Forças Armadas. A chibata era punição herdada da marinha portuguesa, e no Brasil ganhara uma conotação ainda mais pesada, por conta de sua associação com a escravidão. Mas, se o sistema acabara em 1888, a sevícia continuava firme na Marinha, e amparada no corpo da lei, que arrogava a ela o poder de "quebrar o mau gênio" dos rebeldes.

O estopim do movimento se deu no dia 16 de novembro de 1910, quando uma série de embarcações nacionais e estrangeiras aportou na baía de Guanabara para saudar a posse do novo presidente: o marechal Hermes da Fonseca. A campanha eleitoral havia sido empolgante, pela primeira vez a participação popular fora relevante numa eleição, mas, ainda assim, Hermes da Fonseca derrotou o candidato favorito, Rui Barbosa, de oposição ao governo. A candidatura de Hermes, apesar do apoio de Pinheiro Machado — do Partido Republicano Conservador —, indicava a volta do Exército ao poder. Já a candidatura de Rui representava o incentivo ao funcionamento regular das instituições republicanas e a sustentação das lideranças civis no exercício do governo — era a campanha "civilista".

Porém, se em terra firme reinava um ambiente de congratulação, nos navios de guerra da Marinha brasileira a situação era outra. No maior e mais possante desses navios — o encouraçado *Minas Gerais* —, a tripulação perfilada fora obrigada a presenciar os castigos infligidos ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes — 250 chibatadas — e seu recolhimento à prisão, sem direito a tratamento médico. Fazia já algum tempo que a marujada se reunia na região portuária para planejar a rebelião, e o castigo foi a gota d'água. Na noite de 16 de novembro, enquanto Hermes da Fonseca oferecia uma recepção para comemorar sua posse, os marinheiros dominaram os couraçados *Minas Gerais*, *São Paulo* e *Bahia* — além do navio de patrulha *Deodoro* —, acionaram seus canhões contra a cidade, com tiros de advertência, e mandaram um ultimato ao governo: ou cessavam os

castigos corporais na Marinha do Brasil ou a capital da República seria bombardeada. O governo acabou cedendo, o Congresso Nacional anistiou os revoltosos, e os marinheiros vitoriosos devolveram as embarcações aos oficiais. Poucos dias depois, no dia 4 de dezembro, porém, veio o troco: 22 marujos foram presos na ilha das Cobras, acusados de conspiração. Sofreram tantas barbaridades que apenas dois sobreviveram. Um deles foi o principal líder da revolta, o marinheiro João Cândido, que, promovido a Almirante Negro pela imprensa, transformou-se, para ódio dos oficiais da Marinha, em eterno herói popular.

A Revolta da Chibata foi um baque. Até o fim da Primeira República, a Marinha recuou e praticamente desapareceu da política. Mas a rebelião dos marinheiros fez parte de um conjunto maior (e muito diferente) de movimentos militares — a Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, a Revolta dos Sargentos, a Primavera de Sangue — que revelaram fissuras no centro do poder da República. A ocorrência desses movimentos sociais também indica dois aspectos importantes do comportamento militar. O primeiro é que parte da ação política acontece fora das instituições republicanas e dos partidos políticos. O segundo, que a natureza das intervenções militares foi muitas vezes reformista. Seus participantes enxergavam-se atuando como instrumento da vontade popular e estavam, de certo modo, muito próximos à ideia do que se poderia chamar de "soldado-cidadão".[25]

De toda maneira, o projeto de Regeneração das Cidades — nome dado às reformas urbanas do período — combinava com a certeza da "degeneração" dos mestiços e da população pobre condenada pela ciência determinista da época. A existência de uma economia aferrada aos serviços e negócios de exportação agrária, e limitada por uma industrialização incipiente, teve como resultado uma vida urbana bastante provisória, que passava por crises cíclicas de carestia, aumentos constantes nos preços dos gêneros alimentícios, nos custos de moradia e de transporte. Para piorar, com o processo inflacionário que se instalou, multiplicaram-se a pobreza e as condições irregulares de vida. Nas palavras irônicas do escritor Mário de Andrade, nas novas cidades "os mocambos são tão numerosos como os coqueiros".[26] No entanto, o "menos" também foi "mais". Afinal, não foram poucos os movimentos sociais urbanos que, reagindo à falta de estrutura, tomaram as ruas com manifestações contra a carestia, o aumento de aluguel e todo tipo de precariedade.

DO OUTRO LADO RESIDEM OS "OUTROS"

A reação a tanta novidade não ficou restrita apenas às cidades. Em distintas regiões do país estouraram movimentos sociais que combinavam a questão agrária e a luta pela posse de terra com traços fortemente religiosos. Levantes como Contestado, Juazeiro, Caldeirão, Pau-de-Colher e Canudos representaram o lugar do encontro entre a mística e a revolta, o resultado pouco previsto do processo de modernização e da desatenção com esse grande contingente populacional. Abandonados por uma República que fazia da propriedade rural a fonte do poder oligárquico, grupos de sertanejos buscaram transpor o abismo que os separava da posse da terra, teceram relações inesperadas entre a história e o milenarismo, e sonharam viver numa comunidade justa e harmônica.

Em 1896, começou o conflito armado de maior visibilidade nos momentos iniciais da República, prontamente transformado em bode expiatório nacional: um cancro monarquista, diziam as elites reunidas na corte e longe dos sertões. A rebelião opôs a população de Canudos, arraial que cresceu no interior da Bahia, ao recém-criado governo da República (ver imagem 85). Em 1897, com a missão de cobrir os acontecimentos para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Euclides da Cunha levou um susto.[27] Republicano de carteirinha, ele havia embarcado para a Bahia com a convicção de que a República iria derrotar uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos — ainda por cima acusados de "monarquistas" —, acoitados num arraial miserável. Atônito, descobriu, nos sertões baianos, uma guerra longa e misteriosa, um adversário com enorme disposição para o combate, um refúgio sagrado, uma comunidade organizada e uma terra desconhecida. No impacto da descoberta, anotando tudo que via e ouvia, Euclides adotou nova perspectiva, e tornou-se um grande escritor. Sua história assumiu um tom de denúncia. Foi muito além da reportagem de guerra: insistiu em revelar o efeito das secas na paisagem arruinada do sertão baiano e a devastação do meio ambiente produzida pelas queimadas no Semiárido Nordestino; inscreveu na natureza uma feição dramática capaz de projetar, no enredo de sua narrativa, imagens de medo, solidão, abandono; reconheceu no mundo sertanejo uma marca do esquecimento secular e coletivo do país.

Em *Os sertões*, publicado em 1902, Euclides da Cunha retomou a história da guerra contra Canudos com um enfoque mais amplo do que usara nos artigos de jornal.[28] Mas manteve o tom de acusação. Responsabilizou a Igreja, a República, o governo estadual baiano e, sobretudo, o Exército pelo massacre dos habitantes de Canudos. Denunciou a guerra contra o arraial de sertanejos como fratricídio, matança entre irmãos. Projetou sobre as plantas da caatinga a tragédia de Canudos inscrita na própria natureza, com visões do desfecho da guerra: a decapitação dos prisioneiros, o calvário dos resistentes, dizimados por fome, sede, doenças e pelos projéteis do Exército. Seu livro virou monumento; é o memorial de Canudos.

Mas sobretudo a Guerra ou Campanha de Canudos — esse movimento sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro que durou de 1896 a 1897 — tomou a imaginação do país.[29] A região fora ocupada por uma série de latifúndios decadentes, era assolada por crises cíclicas de seca e desemprego crônico, e contava com milhares de sertanejos que peregrinavam pelo sertão baiano. Em maio de 1893, Conselheiro e seus seguidores chegaram a Bom Conselho, Bahia. Ali assistiram a uma cobrança de impostos que haviam

aumentado muito com o advento da República e, diante do povo reunido num dia de feira, Antônio Conselheiro arrancou os editais pregados nas paredes e os queimou. Ao saber do ocorrido, o governador do estado, Rodrigues Lima, enviou soldados para prender o beato e dissolver seu grupo. Mas os policiais foram atacados e facilmente derrotados pelos sertanejos. Esse combate levou Conselheiro a pôr fim à peregrinação e se estabelecer na fazenda de Canudos. Da data de chegada até o fim da guerra, a comunidade cresceu de 230 para cerca de 24 mil habitantes e, batizado de Belo Monte, o arraial se tornou um dos mais populosos da Bahia.

Canudos incomodou o governo da República e os grandes proprietários de terras da região por uma razão principal: era uma nova maneira de viver no sertão, à parte do sistema de poder constituído. É certo que o arraial não chegou a representar uma experiência de vida igualitária — o desenho urbano da comunidade, bem como a distribuição de tarefas e as relações sociais entre seus membros, indicava que as hierarquias sociais não foram eliminadas. Mas é certo também que se tratava de uma experiência social e política distinta daquela do governo central republicano: o trabalho no arraial baseava-se no princípio de posse e uso coletivo da terra, e na distribuição do que nela se produzia. Todos que lá chegavam recebiam gratuitamente uma porção de terra onde viver e trabalhar. Havia plantações diversas, criação de gado e animais de montaria, e fabricava-se couro curtido. O resultado da produção era dividido entre o trabalhador e a comunidade, a autoridade religiosa do Conselheiro não dependia do reconhecimento da Igreja católica, e Canudos não estava submetido nem aos proprietários de terra nem aos chefes políticos da região — representava um elemento perturbador num mundo dominado pelo latifúndio.

A República enviou a Canudos quatro expedições formadas por tropas do Exército, e o contingente de soldados aumentava a cada vez. Em março de 1897, o coronel Moreira César, comandando 1300 soldados na terceira expedição, atacou o arraial, metralhando-o por horas a fio. As tropas do governo foram, porém, derrotadas, Moreira César baleado e morto, e, ao fugirem, os soldados foram novamente atacados pelos sertanejos; centenas morreram. A repercussão da derrota foi estrondosa. No Rio de Janeiro, capital da República, os jornais divulgavam que Canudos era um reduto monarquista e tinha que ser destruído. Mesmo assim, o arraial resistia a ataques cada vez mais violentos da quarta expedição enviada pelo governo, composta de 421 oficiais e 6160 soldados, armados até os dentes. Em outubro de 1897, o Exército garantiu que quem se rendesse sobreviveria. Mas o acordo não foi cumprido, e muitos dos homens, mulheres e crianças que se entregaram foram degolados. No dia 5 do mesmo mês, por fim, o arraial foi invadido, queimado com querosene e dinamitado.

A República procurou converter Canudos num grande exemplo: um exemplo da barbárie contra a civilização; do atraso contra a modernidade. O corpo de Antônio Conselheiro também fez parte da performance. Seu crânio foi levado ao Rio de Janeiro, para que o médico Nina Rodrigues e a ciência dessem a última palavra sobre a loucura e a mestiçagem. Havia mesmo um abismo entre as diferentes partes do país, e era premente o alerta para que as elites intelectuais e políticas olhassem, finalmente, para seu interior. Talvez a melhor expressão desse descompasso esteja no desabafo de Euclides da Cunha, no final de *Os sertões*: “Fechemos este livro [...] Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos. Vimos

como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem".[30]

Mais do que analisar cada movimento — e foram muitos —, o importante é destacar como, por trás de cada um deles, está a questão da posse da terra, o desejo de justiça, a imoderação religiosa, e o encontro entre revolta e mística. Digna de atenção é a peculiaridade de suas organizações, que revelam a persistência de estruturas de poder baseadas nas polaridades dispostas entre padres e fiéis; coronéis e seus dependentes; padrinhos e afilhados; beatos e seguidores; santos e devotos; coronéis e bandos armados.[31] Não por acaso, nesse momento ganharam fama, ultrapassando a fronteira do sertão, chefes de bandos armados, como Antônio Silvino, Lampião e Antônio Dó; personagens ambíguos, representativos de uma alternativa às relações de poder enraizadas na posse da terra. Ao mesmo tempo que acenavam para uma vida mais justa e igualitária, terminaram reproduzindo as antigas marcas da violência e do arbítrio. Desafiando os modelos de cidadania e da igualdade jurídica, aí estavam os sertões bravios, com seus personagens inesperados, mas essenciais para se entender a jovem República brasileira.

OS OUTROS E NÓS: AS GREVES OPERÁRIAS SACODEM O PAÍS

Dos anos 1910 em diante outro setor se agitaria: os operários do novo parque industrial, resultado bastante imediato da chegada de imigrantes europeus. E, se não foram os imigrantes os únicos nem os maiores responsáveis pelos movimentos grevistas, é certo que tiveram grande influência, sobretudo no que se refere à entrada do anarquismo no Brasil, a partir da década de 1890. Italianos, espanhóis, portugueses e muitos brasileiros adeririam ao movimento, e essa constituiria a mais importante corrente de organização e mobilização política dos operários por mais de trinta anos.

A industrialização brasileira se iniciou por volta de 1840, quando as novas fábricas demandaram mão de obra operária — especialmente na construção civil e ferroviária.[32] A partir da década de 1860, com o aparecimento das tecelagens de algodão, a indústria foi se concentrar cada vez mais na Região Centro-Sul do país e, de 1880 em diante, já se notavam índices de aceleramento no desenvolvimento industrial, acompanhado por uma demanda crescente de mão de obra: entre 1880 e 1884, foram abertas 150 novas fábricas; em 1907, esse número saltou para 3410, e, em 1929, 13336 novos estabelecimentos absorviam um total de 275512 operários.[33] A base social dessa classe operária vinha das migrações inter-regionais e, a partir dos anos 1860, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, era originária também da mão de obra imigrante, sobretudo italiana. Durante esse período, São Paulo consolidou sua vocação como centro industrial, ancorou o processo de industrialização, nomeadamente na indústria têxtil, e fortaleceu a presença estrangeira na base social da força de trabalho fabril — em 1912, 60% dos operários têxteis de São Paulo eram italianos e vinham principalmente de Nápoles, Vêneto, Sicília e Calábria.

A imigração italiana ajuda a entender a associação dos trabalhadores brasileiros com o anarquismo — força política hegemônica no movimento operário italiano —, pelo menos em São Paulo.[34] E, reza a boa tradição revolucionária, um anarquista italiano, ao imigrar, transformava-se num missionário dos ideais libertários. Os ideais desse grupo também desembarcaram na bagagem dos imigrantes espanhóis e portugueses, os quais assumiram papel decisivo na orientação política do movimento operário que crescia igualmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Anarquista é aquele que se propõe a criar uma sociedade sem Estado, formada por comunidades autogeridas cujo cotidiano é orientado pelos princípios da liberdade, da livre experimentação, da solidariedade e da fraternidade. No Brasil, os anarquistas se organizaram entre os operários através de associações de luta e de reivindicações — voltadas para a propaganda, melhoria das condições de vida do trabalhador e do seu acesso à educação. Criaram diversas publicações — *O Amigo do Povo*, *A Voz do Trabalhador*, *A Terra Livre*, *A Plebe*, *A Lanterna* — e utilizaram a greve como principal arma de mobilização e combate. Também se dividiram entre duas correntes. Os anarcossindicalistas predominaram em São Paulo e apostavam nas associações como principal espaço de atuação política. Já os anarcocomunistas acreditavam na insurreição como caminho de ação revolucionária. Todos, porém, estavam de acordo num ponto: apenas através da ação direta e autônoma dos operários seria possível alcançar a abolição do capitalismo e a instauração da anarquia.

Não por coincidência, o período de 1906 a 1908 foi marcado por um crescimento no número de greves. A classe operária reagia às péssimas condições de trabalho — não havia

restrição de idade ou tempo máximo de jornada diária —, assim como lutava por melhores salários e pela criação de órgãos de representação, como sindicatos e partidos. Crianças trabalhavam nas fábricas a partir de cinco anos de idade, sendo que menores chegavam a constituir metade do número total de operários empregados. O censo industrial de 1919 também assinala a existência de largo contingente de mão de obra feminina. A presença de crianças e mulheres nas fábricas levava à diminuição do nível médio dos salários, enquanto a carestia aumentava nos anos de guerra.

A classe operária tornou-se um novo protagonista na vida pública do Brasil. Os operários se organizaram em sindicatos, federações sindicais e diferentes tipos de organizações, e rapidamente chegaram à criação de uma central sindical de orientação anarquista — a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906. Entre 1900 e 1920 estouraram cerca de quatrocentas greves organizadas em torno da luta por melhores condições de trabalho e de vida (aumento de salário, proteção ao trabalhador, redução de jornada de trabalho, direito de organização) ou de natureza explicitamente política: greves contra a Primeira Guerra e em solidariedade às lutas internacionais dos operários. Em 1902 ocorreu no Rio de Janeiro a primeira manifestação grevista, nesse caso envolvendo uma fábrica de sapatos. Em 1903, também na capital federal, eclodiu a primeira greve geral multiprofissional, que se estendeu aos pintores, gráficos, chapeleiros e outros setores, sendo reprimida pela polícia. Em 1904, nova greve, coordenada por funcionários da Cia. Docas de Santos, e apoiada pelos gráficos de São Paulo e pelos marítimos do Rio de Janeiro. Em 1906, uma das greves ferroviárias de maior proporção estourou em São Paulo, motivada pelos abusos cotidianos sofridos pelos operários locais, e pela redução de salários. Em 1907, conheceu-se a primeira greve geral em São Paulo, pela defesa das oito horas de trabalho, difundindo-se o movimento para outras cidades do estado, como Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A agitação tomou conta das indústrias de alimentação, da metalurgia, e alcançou sapateiros e gráficos, chegando a atingir 2 mil operários. No entanto, a despeito do claro crescimento do movimento grevista, num país de tradição clientelística e pouco afeito à esfera pública de representação, as greves eram alvo de repressão sistemática. Vários imigrantes foram expulsos do Brasil sob alegação de serem "anarquistas e baderneiros", e muitos trabalhadores nacionais acabaram espancados e presos pela mesma razão.

As crises de 1910 e 1913, o desemprego, a redução nas horas de trabalho e o prolongamento da jornada explicam a força do movimento anarquista. Em 1917, a greve atingiu de 50 mil a 70 mil operários no Rio de Janeiro, e em São Paulo chegou à maioria da população trabalhadora (ver imagem 89). Os resultados práticos não foram imediatos, mas a repercussão ajudou na mobilização dos trabalhadores e na formação dos futuros sindicatos.[35] O clima andava quente e, entre 1919 e 1920, só na capital de São Paulo ocorreram 64 greves, e mais catorze no interior. O Primeiro de Maio de 1919 congregou de 50 mil a 60 mil participantes no Rio de Janeiro, entre trabalhadores industriais, líderes anarquistas e simpatizantes do comunismo. Em São Paulo, calcula-se um perfil semelhante, incluindo têxteis, sapateiros, gráficos, padeiros, metalúrgicos e operários.

A partir dos anos 1920, a forte repressão policial praticada contra os trabalhadores reduziu a possibilidade de greves e enfraqueceu a movimentação dos sindicatos. Em 1922, com a criação do Partido Comunista, fundado quase que inteiramente por ex-anarquistas, a liderança passaria aos poucos para os comunistas, mas a divisão entre os dois grupos

acabaria por diminuir a capacidade de mobilização. Por outro lado, com o fracasso das duas greves que abriram a década de 1920 — a dos têxteis em São Paulo e a dos ferroviários no Rio —, a mobilização decresceu. O movimento operário, no entanto, continuou presente na vida pública brasileira — e se tornaria, nas décadas seguintes, mais amplo, organizado e complexo.

Como se pode notar, campo e cidade mostravam mais identificações que rupturas. O melhor exemplo talvez esteja na relação entre o nome Canudos e a realidade das favelas que se desenvolviam nos arredores das cidades. Foi no morro da Providência, na zona portuária, que se localizou a primeira favela do Rio de Janeiro, povoada pelos ex-combatentes de Canudos. Contam os cronistas que, junto com suas mulheres — as chamadas "vivandeiras", que abasteciam de gêneros todo o regimento —, eles organizaram acampamentos perto do Ministério da Guerra, demandando novas moradias. Contudo, o que era abrigo transitório se transformou em moradia definitiva, assim como os morros nas laterais da cidade foram sendo ocupados. A própria palavra "favela" tem origem em planta do mesmo nome que brotava abundante no cenário seco do arraial de Canudos, e já designava o morro situado bem no teatro de operações de Canudos, o morro da Favela. Com o fim da batalha, passou a nomear o conjunto dos casebres erguidos pelos ex-combatentes no morro da Providência. Se não fosse verdade, pareceria piada de mau gosto, pois o termo se generalizou pelos aglomerados urbanos de início do século XX, lembrando esse encontro ainda hoje tenso entre tantos Brasis.[36]

ANTROPÓFAGOS, UNI-VOS: OS MODERNISMOS E AS NOVAS FORMAS DE SER BRASILEIRO

O descontentamento andava por toda parte e não era privilégio de um só grupo social. Na verdade, os anos 1920 abriram uma agenda de mudanças e inauguraram no país hábitos, procedimentos e diagnósticos que orientariam várias gerações. Se nesse momento se generalizou um sentimento de decepção com relação à República, foi também nele que se imaginou um Brasil moderno. Sobretudo a intelectualidade nacional passaria a questionar concepções mais tradicionais na área da cultura, assim como enfrentaria as instituições republicanas, elevando o tom da ruptura. Aí estavam novos atores que passaram a lutar por direitos e participação.[37]

O marco desse processo foi o ano de 1922, quando dois eventos, profundamente diferentes, ocorreram: de um lado, em todo o país se comemorou o centenário da Independência; de outro, em São Paulo aconteceu a Semana de Arte Moderna. A Semana seria no futuro imediato identificada com o momento inaugural — o marco zero para entender a reação de toda uma geração que rompeu com os padrões vigentes, muito vinculados à cultura bacharelesca. O padrão era até então dado pela Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 por um colegiado de homens públicos e intelectuais do calibre de Machado de Assis, Graça Aranha, Oliveira Lima, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Seguindo o modelo da matriz francesa, a ABL reunia quarenta personalidades de peso, que na época representavam uma espécie de "arcabouço intelectual, moral e político da nação".[38] No entanto, com o correr do tempo, o grupo acadêmico ocupou lugar mais assentado e corporificou um padrão, sobretudo de conduta, que o manteve longe das vanguardas, das novas experiências simbolistas e modernistas, e, especialmente, do "grupo boêmio", que se reunia nos bares e livrarias cariocas: verdadeiros clubes de sociabilidade dessas novas gerações.

Vários modernismos surgiram, ao mesmo tempo, revelando um movimento plural que respondia à entrada de uma nova linguagem e visão do Brasil. E, se o agito foi variado, coube à experiência paulista de 1922 catalisar a percepção desse momento em que confluíram ideias, contestações e anseios dispersos pelo país. O marco simbólico aconteceu de 11 a 18 de fevereiro de 1922, quando São Paulo sediou, no vistoso e neoclássico Theatro Municipal, uma Semana de Arte Moderna promovida por intelectuais como os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade; os artistas Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Anita Malfatti e Victor Brecheret; o músico Heitor Villa-Lobos, entre outros. Graça Aranha, membro da Academia, foi também um dos organizadores do evento, assim como o intelectual e cafeicultor Paulo Prado, que ajudou a financiar as atividades. Em pauta estava a crítica à importação de movimentos artísticos e teorias estrangeiras, propondo a reintrodução de modelos nacionais. O intento era renovar o ambiente artístico e cultural, adotando experiências estéticas de vanguarda que ocorriam na Europa — como o futurismo italiano, o cubismo, o expressionismo — mas fazendo uso de uma régua brasileira.

Se a Semana não teve grande repercussão imediata e, ao contrário, recebeu muitas críticas, com o tempo ela se projetou e adquiriu um significado que a uniu à noção de

modernismo e vanguarda no país. Em 1928 era lido e depois publicado no primeiro número da *Revista de Antropofagia (ver imagem 4)* o "Manifesto antropófago". A autoria era de Oswald de Andrade, que já havia escrito outro, o da "Poesia Pau-Brasil", incitando a criação de uma poesia em moldes brasileiros. Cosmopolita e membro de uma família de recursos, Oswald, em suas viagens à França, ficara impressionado com as novas correntes de vanguarda, conhecera a produção cultural africana e da Polinésia, lera sobre a psicanálise, assim como privara do contato com a intelectualidade local. O "Manifesto antropófago" seria caudatário dessa experiência e logo se converteria num slogan do grupo e da geração. Nele desfilavam de forma bem-humorada referências a Rousseau, Montaigne, Picabia, Freud, e em destaque aparecia exposta a contradição entre duas culturas distintas e coetâneas: a primitiva (ameríndia e africana) e a latina (europeia). Diferentemente do indigenismo romântico do XIX, a ideia era apresentar não um processo de assimilação pacífico, mas a tensão inerente a esse encontro, que levaria à deglutição crítica do outro. "Tupi or not tupi, that is the question", "Só me interessa o que não é meu", são aforismos que mostram, com ironia, a contraposição aos movimentos artísticos do Império.

A palavra de ordem seria agora "antropofagia", e a ambição, produzir uma "língua literária", e "não catequizada". Oswald releria o conceito, para mostrar como no Brasil a prática da antropofagia cultural fizera com que adotássemos uma "deglutição" e uma tradução particulares. Ou seja, as influências externas seriam "devoradas e vomitadas", criando-se daí um produto totalmente novo. Estava em curso o retorno de filosofias e culturas ameríndias, mas também africanas.

Caso exemplar é a publicação de outra obra, *Macunaíma*, de Mário de Andrade, em 1928. O romance narra a história desse herói "sem nenhum caráter", que percorre o Brasil todo à procura de uma pedra: a muiraquitã, um amuleto da sorte. A trama solapa cronologias fáceis, e desterritorializa o país, com o personagem saltando de uma ponta a outra da fronteira. O livro nascia clássico ao descrever as desventuras desse herói brasileiro, alijado do padrão mais universal: ele mentia, negociava, prejudicava os demais, mas chorava e se enternecia também. Dessa vez, de forma metafórica, o herói de nossa gente, um "preto retinto", vira branco, um de seus irmãos vira índio e o outro negro (branco na palma das mãos e na sola dos pés). Como concluía Mário: "E estava lindíssimo na Sol da lapa os três manos um louro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus".[39]

Macunaíma representava, assim, o resultado de um período fecundo de estudos e dúvidas sobre a cultura brasileira,[40] incorporando traços de uma cultura não letrada, em que se inseriam indígenas, caipiras, sertanejos, negros, mulatos e brancos, muitos deles até então esquecidos nas artes nacionais. Mário, que nasceu e viveu na cidade de São Paulo, que nunca saiu do país, foi sem dúvida o personagem mais significativo nesse processo de "abrasileiramento do Brasil".[41] Não que ele fosse xenófobo, ou tivesse aversão a valores do estrangeiro. Seu fito era adquirir uma dicção própria, relacionando-se com as culturas e histórias de seu país. Mário de Andrade e seu livro restaram como ícones desse novo momento em que o Brasil começava a se entender e autofotografar. Não só se negava o argumento racial e seu derrotismo, como a mestiçagem e a presença de negros aqui viravam características fundamentais: uma verdadeira fortuna.

Entretanto, se São Paulo cumpriu o papel de marco, vale relativizar sua centralidade exclusiva. Saldanha Marinho deixaria uma frase que virou bordão para toda uma geração que adotou a modernidade como forma de refletir ceticamente sobre o período: "Essa não

é a república dos meus sonhos". Membro histórico do Partido Republicano, signatário do manifesto de 1870, um dos redatores da Constituição de 1891 e senador do novo regime, Marinho expressava o ceticismo dos intelectuais da época, e de vários intelectuais cariocas. Reunidos nos cafés e confeitarias, eles tomaram a cidade como seu palco e projeção, desenvolveram uma literatura satírica e humorística, e se vestiram como um grupo boêmio sempre às turras e em meio a garrafas nos bares cariocas. Oposta ao bom-mocismo da Academia e ao perfil mais intelectual paulistano, essa era uma geração de profissionais liberais que pretendia chocar e cuja sociabilidade incluía o relacionamento com outros grupos, como, por exemplo, aqueles que se reuniam em casa da tia Ciata.[42]

Nascida em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, tia Ciata tinha ascendência no interior de uma comunidade muito peculiar de negros baianos instalada no bairro carioca da Saúde, na área central do Rio de Janeiro. As "tias" são baianas mais velhas; exercem liderança na comunidade, e a mais famosa delas foi mesmo tia Ciata. Hilária Batista de Almeida era quituteira, dona do tabuleiro mais famoso da cidade, confeccionava trajes de baiana para os clubes carnavalescos e andava pelas ruas do Rio sempre com suas vestes de baiana. Nos fins de semana organizava pagodes e festas dançantes em sua casa — baile na sala de visitas, samba nos fundos e batucada no terreiro, dizia o compositor João da Baiana, frequentador assíduo. Com suas festas, ela tecia também relações com outros personagens do mundo carioca, já que nelas reunia compositores, malandros, intelectuais, artistas, jornalistas e publicistas. Iniciada no candomblé em Salvador, tia Ciata era filha de Oxum e tinha posição proeminente no terreiro de João de Alabá no Rio de Janeiro, sendo ainda curandeira reconhecida. Na casa de tia Ciata foi criado o primeiro samba gravado em disco: "Pelo telefone", que o compositor Donga registrou em seu nome na seção de autores da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Com esse gesto, Donga assegurou direitos autorais sobre uma composição provavelmente de produção coletiva. O registro provocou polêmica: os habitués das noitadas musicais do bairro da Saúde reclamaram contra a presunção de autoria de Donga, e fizeram seu protesto circular pela cidade, inclusive sob a forma de versos: "Ó que caradura/ De dizer nas rodas/ Que esse arranjo é teu!/ É do bom Hilário/ E da velha Ciata/ Que o Sinhô escreveu".

Irreverente, esse foi o ambiente propício para o desenvolvimento do samba carioca — que contava com nomes como Pixinguinha, Caninha, China, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, Sinhô — e para outras manifestações que representavam o adensamento de um pujante caldo cultural afro-brasileiro, incluindo-se aí os modernistas cariocas, que frequentavam esse mesmo circuito. As margens sociais do modernismo carioca foram, assim, mais amplas, favorecendo o encontro entre o pobre carioca, mulato ou negro, intelectuais e filhos da burguesia. Outro bom exemplo é o da compositora popular Chiquinha Gonzaga solando o "Corta-Jaca" em festa oficial no Catete, a convite da esposa do então presidente da República, Hermes da Fonseca. Na comparação entre modernos, as relações, no caso dos cariocas, eram muito mais informais e a abrangência social mais ampla. Não só Ciata ou Gonzaga faziam parte do grupo estendido, mas também Suzana — nome de ficção de Tina Tati, conhecida dona de um cabaré, muito atuante na propaganda abolicionista — e Maria Bragança de Mello, defensora do nudismo e cultora de ciências ocultas.

O grupo foi muito influenciado por artistas da geração anterior como Paula Nei, Pardal Mallet e José do Patrocínio. Contudo, reunia agora figuras de expressão como o jornalista e

escritor Lima Barreto, o crítico Gonzaga Duque, o caricaturista Raul Pederneiras, o poeta Emílio de Menezes, Bastos Tigre, que recebeu o pseudônimo de Don Xiquote por causa de sua veia crítica e ácida. Eles se autodenominaram "confraria humorística", e adotaram o Café Papagaio como quartel-general.[43] Organizar performances, simular situações de atrito, improvisar discursos e fazer muita piada e deboche eram algumas das especialidades desse grupo boêmio. No Café Papagaio, até a mascote — chamada Bocage — era malcomportada, falava palavrões, usava termos pornográficos e declamava versinhos indecorosos.[44] A má fama era tal que dizem que até a ave foi apreendida pela polícia. Mas, se o grupo aproveitava a vida e se divertia, também produzia, e muito: revistas, livros de ficção, artigos em jornal, obras de poesia. Enfim, modernismo se escreve no plural com "s", e vários projetos paralelos iam tomando forma.

E a cada estado a sua imagem. São Paulo, por exemplo, diante de seu recente papel no cenário nacional, passou a buscar elementos que destacassem "sua modernidade". Bandeirantes deixaram de ser vistos como meros aventureiros — caçadores de escravos e aprisionadores de indígenas — para serem convertidos em "heróis de uma raça", símbolos do caráter empreendedor da gente paulista. Também foi nesse momento que as Minas Gerais barrocas seriam pinçadas pelos modernistas para se armarem como "berço da cultura brasileira". A ideia era apagar qualquer passado imperial, considerado "artificial e copiado", exaltando-se agora um país mestiço.

A publicação de *Casa-grande & senzala*, datada de 1933, é igualmente emblemática, sinalizando para esse movimento de longo curso, que conformava novos ícones da modernidade. Retomando a temática e a experiência da convivência entre as "três raças", Gilberto Freyre, um intelectual da elite de Pernambuco, trazia para seu livro a experiência privada das oligarquias nordestinas e fazia desta um exemplo de identidade. A obra oferecia um novo modelo para a sociedade multirracial brasileira, invertendo o antigo pessimismo e introduzindo os estudos culturalistas como alternativas de análise. O "cadinho das raças" aparecia como uma versão otimista do mito das três raças, mais evidente aqui do que em qualquer outro lugar. "Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ou do negro",[45] afirmava Freyre, tornando a mestiçagem uma questão de ordem geral.

Era assim que o cruzamento de raças passava a singularizar a nação nesse processo que leva a miscigenação entre diferentes grupos sociais — na maioria das vezes violenta — a se transformar em modelo de sociabilidade. Não que inexistissem relatos cruéis na obra de Freyre, mas é evidente como o antropólogo idealizava uma nova civilização, cujo modelo era agora o da casa-grande nordestina. Diferentemente do modernismo paulista e carioca eminentemente urbano, nesse caso era a sociedade colonial da cana, pescada no passado, que virava forma de nacionalidade. Inclusão casava-se com exclusão social e os opostos se equilibravam: o senhor patriarcal e o escravo fiel.[46] Freyre mantinha intocados em sua obra os conceitos de hierarquia social dada por critérios raciais, assim como não deixava de descrever a violência e o sadismo presentes durante o período escravista. A novidade do seu argumento estava em destacar a intimidade do lar, suavizar a vida dura do eito e fazer de tudo material de exaltação: enfim uma "boa escravidão", como se essa não fosse uma contradição em seus termos.

O "DAY AFTER". POPULAÇÕES NEGRAS APÓS A ABOLIÇÃO

Por sinal, passada a euforia dos primeiros momentos da Lei Áurea, de 1888, foram ficando claras as falácias e incompletudes da medida. Se ela significou um ponto final no sistema escravocrata, não priorizou uma política social de inclusão desses grupos, os quais tinham poucas chances de competir em igualdade de condições com demais trabalhadores, sobretudo brancos, nacionais ou imigrantes. A impressão era a de que seria preciso apagar o "passado negro", conforme teria dito Rio Branco, o ministro de Relações Exteriores, num duplo ato falho. Vale lembrar a estrofe do novo Hino da República, que, como sabemos, foi escrito no início de 1890 e conclamava: "Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país…". "Outrora" fora um ano e meio antes, mas ninguém mais fazia questão de recordar.

Na realidade, nos primeiros anos da República pairava um verdadeiro "medo" de novas escravizações, ou da vigência de políticas raciais no país. Sobre os libertos recaía, portanto, um fardo pesado, condicionado pelos modelos deterministas de interpretação social e pela própria história. Foi por isso que ocorreu, então, uma reversão de expectativas, uma vez que a igualdade jurídica e social acabou sendo condicionada por novos critérios raciais, religiosos, étnicos e sexuais. Segundo a visão da época, a explicação para a falta de sucesso profissional ou social dos negros e mestiços estaria na biologia; ou melhor, na raça, e não numa história pregressa ou no passado imediato. Henrique Roxo, médico do Hospício Nacional, em pronunciamento no II Congresso Médico Latino-Americano de 1904 asseverava que negros e pardos deveriam ser considerados como "tipos que não evoluíram"; "ficaram retardatários". Segundo ele, se cada povo carregava uma "tara hereditária", no caso desses grupos ela era "pesadíssima", levando à vadiagem, ao álcool e demais distúrbios mentais. O médico não deixava de incluir argumentos sociais, culpando a "transição bruscada", assim como o crescimento desorganizado das cidades.

O fato é que o país continuava sendo representado como um gigante mestiço, que, nesse sentido, pedia cuidados. O Brasil foi o único país latino-americano a participar do I Congresso Internacional das Raças em julho de 1911, e enviou para Londres o então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista de Lacerda. Por lá, o cientista apresentou um artigo intitulado "Sur les Métis au Brésil", com conclusões insofismáveis: "É lógico supor que na entrada do novo século os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós".[47] O texto apostava, a partir de argumentos biológicos e sociais, num futuro branco e pacífico, com os negros e mestiços desaparecendo para dar lugar a uma civilização ordenada e crescentemente branqueada. Porém, a tese do cientista seria recebida de maneira pessimista no país, mas não pelos motivos que podemos imaginar. Ao contrário, julgava-se que um século era tempo demais para que o Brasil se tornasse definitivamente branco.

Também o antropólogo Roquette Pinto, presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, previa um país cada vez mais branco: em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio. A entrada conjunta e maciça dessas escolas fez com que o debate pós-abolição fosse deslocado da questão jurídica do acesso à cidadania e igualdade, para argumentos retirados da biologia. A ciência naturalizava a história, e transformava hierarquias sociais em dados imutáveis. E

o movimento era duplo: de um lado, destacava-se a inferioridade presente no componente negro e mestiço da população; de outro, tentava-se escamotear o passado escravocrata e sua influência na situação atual do país. Desenhava-se, assim, uma espécie de subcidadania, que mirava os habitantes dos sertões, mas também dos "cortiços", tão bem descritos por Aluísio Azevedo, que, em 1890, publicou *O cortiço*, romance em que caracterizava tais aglomerados como verdadeiros barris de pólvora, não só por reunirem populações tão distintas — portugueses, espanhóis, ex-escravos, negros e mulatos livres — como por carregarem as mazelas dessa urbanização feita às pressas e às custas da expulsão de largos contingentes populacionais.

Os libertos conviviam, pois, com o preconceito do passado escravocrata, somado ao preconceito de raça. Não por acaso o escritor Lima Barreto afirmou em seus diários que no Brasil "a capacidade mental dos negros é discutida a priori, e a dos brancos, a posteriori", e finalizou desabafando: "É triste não ser branco".[48] Após a Abolição, as populações de origem africana foram marcadas por um racismo silencioso, mas eficaz, expresso por uma leitura hierarquizada e criteriosa das cores. Imagens como o ócio e a preguiça se associaram rapidamente aos negros e mestiços, definidos como desorganizados social e moralmente. É por isso que a "liberdade era negra, mas a igualdade branca".[49] A igualdade e a cidadania eram ganhos das elites brancas e com acesso a voto, sendo que as populações que conheceram a escravidão deveriam se limitar a celebrar a liberdade do ir e vir. Bom exemplo seria o apego imediato à posse de certos objetos cuja proibição de uso simbolizava a própria ausência de liberdade. Conta o viajante Louis-Albert Gaffre que, logo depois da Abolição, negros e negras de posse de suas pequenas economias dirigiram-se às lojas de calçados; acessórios que lhes eram até então interditados. Contudo, se foi grande a procura desses ícones da liberdade, o resultado imediato se revelou decepcionante. Os pés outrora descalços, calejados, acostumados ao contato direto com o chão não aguentaram o uso de "tanta modernidade". Por isso, testemunhas de época relatam ter observado nas ruas da cidade ou no campo negros carregando pares de calçado: não nos pés, mas apoiados nos ombros, como bolsa a tiracolo ou troféus (ver imagem 1).[50] Liberdade, de toda forma, significava o arbítrio de poder comprar e usar o que se quisesse, e de ter nome e identidade.

Não obstante, o desfile de continuidades era maior que o de rupturas. Sobretudo nas áreas rurais, os libertos misturaram-se à população pobre; situação, aliás, que nada trazia de novidade. O que representava, sim, uma novidade era o nomadismo experimentado por essas populações, que agora evitavam estabelecer-se em endereço fixo. O que se sabe é que esse vasto segmento, formado também por caipiras, sertanejos e caboclos, habituara-se a desenvolver roças volantes e deslocar-se sazonalmente, atuando como vaqueiros, tangedores, domadores de cavalos, jornaleiros nas planícies do Sul do país ou na pecuária nordestina. Esse tipo de condição explicaria também o hábito da parcimônia nos bens e da recusa das criações animais.[51] Trabalhadores negros se misturaram à população camponesa, aderiram ao modo de vida caipira e caboclo de São Paulo, tomaram parte na produção agrícola das fazendas de Minas Gerais, assim como atuaram na economia açucareira e na cultura do algodão do Nordeste. Evitavam vida sedentária e viviam em torno dos "mínimos vitais":[52] uma cultura dirigida para a produção dos pequenos excedentes, tanto comerciais como alimentares; uma sociabilidade construída na base das relações de vizinhança e das reuniões nos arraiais, vilas e bairros rurais.

Assim, se alguns sanitaristas apontavam a apatia e a degeneração dos mestiços, e reconheciam neles um Brasil doente, relatos de cronistas enalteciam agora o que chamavam de "um modo de vida puro e caipira". É dessa época a contraposição entre o mestiço corrompido e a representação do Jeca Tatu, personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato em 1914, no artigo "Urupês", para o jornal *O Estado de S. Paulo*. O modelo original vinha do caipira da região do Vale do Paraíba, e o personagem se converteria numa das mais conhecidas caricaturas dos pobres rurais no imaginário dos brasileiros. Para Lobato, diante de problemas que vivenciava, como agregado, das grandes transformações na vida política, das secas intermitentes e da carestia constante, o caboclo permanecia alheio a qualquer mudança. Não por coincidência, nesse mesmo contexto, Rui Barbosa proferiu uma palestra utilizando-se da caricatura do Jeca. "Quem afinal seria o povo brasileiro?", perguntava ele. Aquele caboclo agachado e cujo voto era trocado por uma bebida no bar ou um rolo de fumo, ou o senhor da elite, que lia em francês, fumava cigarros e ia aos teatros e óperas italianas?[53]

Perguntas desse tipo ocuparam os debates políticos que antecederam o fim da Primeira República, em 1930, e representavam o outro lado dos projetos de modernização do país. Aí estava o Brasil das casas de pau a pique, na versão mineira; das cafuas na Chapada Diamantina; do mocambo nordestino; ou das palhoças dos ribeirinhos. Era nesses locais que se praticava uma sociabilidade cabocla, caracterizada pelos ritos de respeito, mas também pela violência. Ao largo de uma agricultura itinerante, produzia-se uma alimentação caipira, à base de mandioca, milho e feijão. Em dias especiais, galinha ou carne-seca misturadas com farinha, pirão, angu e paçoca. Cultuava-se igualmente uma religiosidade popular, que mesclava em doses generosas um catolicismo rústico com práticas retiradas de diversas tradições nacionais e também estrangeiras, onde ao sagrado se misturavam feitiços, quebrantos e preces. Aí estava o lado oposto de um mesmo país. O oposto do mesmo.

INDÍGENAS E AMERÍNDIOS: OS "BÁRBAROS" (AINDA) ENTRE NÓS

Dentre os excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos: os indígenas. Se mesmo no Império o interesse foi mais retórico do que pragmático, e se os nativos figuraram antes no romanceiro romântico do que em políticas de efetiva aplicação, com a República o apagamento seria ainda mais evidente.[54] Caso exemplar foi o massacre do grupo Kaingang, para que a estrada de ferro Noroeste do Brasil pudesse passar. Na época, Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, foi aos jornais defender o extermínio desses grupos.

Foi em 1880 que teve início no Oeste Paulista o processo de demarcação de terras das tribos Guarani, Xavante e Kaingang. E, se as duas primeiras nações foram "integradas", mesmo que ao preço de serem dizimadas culturalmente, a última resistiu à invasão de suas terras. O auge do confronto se deu em 1905, com a construção da estrada de ferro. A resistência indígena — na época chamada de "muralha Kaingang" — foi brava e longa. A situação só foi controlada em 1911, depois de o grupo ter sido praticamente exterminado e graças à intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). Na condução dessa instituição estava Cândido Mariano Rondon, militar e sertanista, que construiu linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás, entre outras atividades. O governo republicano andava preocupado com o isolamento da região e com a fragilidade das áreas de fronteira. Foi Rondon quem cumpriu o papel de incorporar a Amazônia efetivamente à nação, não só por meio do telégrafo (neste caso, o Centro-Oeste ao Sul do país) como mapeando o local, desbravando terras e estabelecendo um primeiro contato com os indígenas.

Mas em cada região a política de terras era distinta, ainda mais se lembrarmos que existiam áreas consideradas novas — como a Amazônia, redescoberta por conta da expansão da borracha — e outras de colonização antiga. De toda maneira, a questão indígena deixara de vincular-se ao tema da mão de obra, para se configurar como um problema de terras. Nas regiões de povoamento antigo a ordem era controlar o perímetro dos aldeamentos. Já nas frentes de expansão ou rotas fluviais, a despeito de se fazer uso de mão de obra indígena, o objetivo era a conquista territorial, justificada a partir da noção da "segurança dos colonos". Nesse momento a saída implicaria a adoção de medidas que, se não eram inéditas, jamais haviam sido implementadas com conivência do Estado. As diretrizes eram duas: ou o extermínio dos índios "bravos", ou "civilizá-los e incluí-los na sociedade".[55] Apesar dos termos da Constituição republicana, tardaria para que uma política de proteção e inclusão fosse, de fato, implementada.

CRISE NA TERRA DO FAVOR

Entre 1914 e 1918 — o período da Primeira Guerra — o país conheceu uma série de novidades, que bem reunidas gerariam muito movimento e agitação. Foi nesse momento que se deu a crise da economia agrário-exportadora, motivada pelas contínuas secas e flutuação no preço do café. Ao mesmo tempo, com a entrada da população imigrante e o desenvolvimento urbano que se acelerou após o fim da Primeira Guerra Mundial, tomou força um grupo de profissionais liberais, desvinculado da grande lavoura. Além do mais, o processo de "substituição de importações", ocorrido durante o contexto da guerra, levaria à expansão do pequeno comércio e da pequena indústria, e com ele ao aumento do contingente de comerciantes, artesãos e industriais de menor porte.

Por outro lado, com a intervenção do Estado cresceu o funcionalismo público e o número de assalariados ligados ao sistema administrativo do país. Ocorreu um verdadeiro inchamento do aparelho de Estado, sendo os funcionários públicos ironizados por literatos como Machado de Assis e Lima Barreto, eles próprios tendo atuado na profissão. Barreto, por exemplo, desfaz desse tipo de ganha-pão:

> Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público [...]. Tão depressa foi a minha adaptação que me julguei nascido para ofício de auxiliar o Estado, com a minha reduzida gramática e o meu péssimo cursivo, na sua missão de regular a marcha e a atividade da nação...[56]

Importante é que as cidades cresceram, porém sem romper com a dinâmica do modelo agroexportador. Ao contrário, durante a Primeira República expandiu-se o fenômeno conhecido como "voto de cabresto" e do coronelismo, na sua correlação com o governo, configuração que a princípio neutralizou a atuação desses novos grupos urbanos, limitando a participação e o voto. Era difícil mostrar autonomia nessa terra do favor. Longe do liberalismo político, da compreensão de que a abolição era resultado de um movimento coletivo, e que a República nascera de um acerto entre cidadãos, continuava forte o complicado jogo das relações pessoais, contraprestações e deveres: chave do personalismo e do próprio clientelismo.

No entanto, mesmo antes da guerra ocorreu o fortalecimento de protagonistas mais autônomos e que passaram a se contrapor aos interesses agrários. Exemplo de manifestações da nascente classe média urbana foram o florianismo, a "campanha civilista" de 1909, a luta contra a carestia que varreu as cidades brasileiras, e as rebeliões tenentistas dos anos 1920 — que percorreram o país de ponta a ponta. Por sinal, a eclosão de vários movimentos tenentistas na década de 1920 desestabilizou, ainda mais, o frágil equilíbrio da Primeira República. Em 1920, os oficiais de baixa patente formavam boa parte do corpo de oficiais — 65,1% eram segundos-tenentes ou primeiros-tenentes e 21,3% eram capitães.[57] Tinham um pé no Exército, outro na sociedade. Os tenentes, como ficaram conhecidos, acreditavam que o Brasil precisava de um governo central forte capaz de intervir na economia para desenvolver os recursos naturais, promover a industrialização e proteger o país da exploração estrangeira. Também enxergavam no regionalismo e na corrupção a origem e os motivos do que havia de errado no Brasil. Eram liberais em temas sociais e autoritários em política. E agiam na cena pública como

militares: estavam dispostos a proteger o país e a destruir o poder das oligarquias regionais, reduzir o quadro das profundas desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo — mas não sabiam o modo de atingir seus propósitos nem como construir o país com que sonhavam.

E, então, partiram praticamente sozinhos para enfrentar o governo. A Revolta dos 18 do Forte, que aconteceu no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922, é considerada o primeiro levante tenentista, e teve momentos dramáticos: com o fim da rebelião no Forte de Copacabana, 28 oficiais decidiram prosseguir, e saíram em marcha pela avenida Atlântica para confrontar a tropa legalista (ver imagem 90). No trajeto, dez abandonaram o grupo; os dezoito restantes continuaram a marchar em meio ao tiroteio. Apenas dois tenentes rebeldes — Siqueira Campos e Eduardo Gomes — sobreviveram. A segunda revolta, a Revolução Paulista de 1924, representou o maior conflito bélico até então ocorrido na cidade de São Paulo. Deflagrado no dia 5 de julho (no segundo aniversário da Revolta dos 18 do Forte), o movimento ocupou a cidade durante 21 dias.

Em 1924 estourou a Comuna de Manaus, que se expandiu até a região de Óbidos no Pará. Por conta da queda do preço da borracha, o estado vivia uma situação caótica, com muitas acusações de corrupção administrativa. O governo federal, visando solucionar a crise, recorreu a uma política de créditos que gerou ainda mais endividamentos. Militares da guarnição de Manaus protagonizaram então um levante na capital do Amazonas contra os "poderes constituídos da República". Assim como os demais tenentes, consideravam-se os legítimos mandatários do povo e pediam a reversão da situação política e econômica.

Entretanto, o levante tenentista de maior repercussão foi a Coluna Prestes/Miguel Costa, que varreu o país de 1925 a 1927 (ver imagem 91).[58] Se o motivo imediato era derrubar o governo do presidente Artur Bernardes, outras demandas tinham fôlego maior. Seus membros exigiam o voto secreto, a reforma do ensino público, a obrigatoriedade do ensino primário e a moralização da política. Denunciavam, também, as miseráveis condições de vida e a exploração dos setores mais pobres. A Coluna era fruto da união do grupo de tenentes paulistas (vinculados a Miguel Costa) com os militares sublevados no Rio Grande do Sul e comandados por Luís Carlos Prestes. Este último logo se converteria em símbolo do espírito de mudança que animava os tenentes, ganharia a admiração dos setores médios urbanos e se converteria no Cavaleiro da Esperança, tendo a Coluna suas fileiras engrossadas pela entrada de voluntários vindos de diferentes pontos do país. Percorreriam no espaço de dois anos e cinco meses 25 mil quilômetros, atravessando doze estados brasileiros; contavam com um núcleo fixo de cerca de duzentos homens, o qual, no entanto, chegou a alcançar um contingente de 1500 participantes em certos momentos da caminhada. Nas cidades visitadas pela Coluna, a reação era ambígua. Se alguns saudavam os tenentes e os viam como salvadores, outros reagiam a eles e às práticas arbitrárias que realizavam: arrebanhavam cavalos e gado sem o consentimento das populações; ordenavam o confisco de remédios, ataduras e alimentos em povoados e pequenas cidades. A Coluna evitava entrar em choque com as forças militares legalistas, movimentava-se com grande rapidez, e seu propósito era este mesmo: manter o movimento como uma espécie de protesto armado que parecesse invencível. E, nesse aspecto, a estratégia deu certo: a Coluna cruzou o país de Mato Grosso ao Maranhão, refez o trajeto e, em 1927, refugiou-se na Bolívia. No Exército, entre os oficiais e em meio à soldadesca, crescia a admiração pelos rebeldes. Anos mais tarde, o general Dutra se lembraria da atitude assumida pela maioria

dos militares em campo para combatê-los. “Deixe que passem”, diziam uns aos outros.

A REPÚBLICA QUE NÃO ERA VELHA

Com a chegada do fim da década de 1920, a Primeira República ia se esgotando e seu legado parecia, mesmo em seu contexto, ambivalente. De um lado, ficaria na lembrança como o momento do boom da urbanização, da industrialização e da entrada de imigrantes. De outro, como um período de repressão, de todo tipo de falcatruas políticas, da aplicação de medidas racistas e da expulsão da pobreza para as laterais das cidades. Além do mais, com tantas ambiguidades, a República se converteu em palco do conflito, sendo os centros urbanos considerados espaços de atuação das "classes perigosas" e de movimento e reação "dos de baixo".[59]

E, entre os dois lados, melhor ficar com os dois. Foi nesse cenário que se deram os primeiros passos para a institucionalização do Estado republicano e pela luta por melhores condições de trabalho. Além disso, destacar apenas o processo de exclusão social, que com certeza ocorreu, corresponderia a repetir a visão das elites dirigentes da época, que entendiam como "hordas anárquicas" o que eram antes associações dos mais variados tipos, agindo, muitas vezes, de maneira ordeira, a partir de abaixo-assinados, campanhas públicas e protestos organizados.[60] Talvez por isso, o período tenha ficado conhecido como República Velha, termo pejorativo criado depois da Revolução de 1930. Há vários motivos que explicam a designação e, sobretudo, sua persistência até os dias de hoje.

De um lado existiram razões de cunho político e social que levaram a alcunha a se enraizar. De outro, é igualmente verdade que durante essa República tomou forma um processo sem volta, de democratização de nossos costumes e instituições. Foi nesse momento que os diferentes poderes ganharam uma forja definida, ensaiaram-se novos processos eleitorais e se rascunharam os primeiros passos no sentido de constituir uma sociedade cidadã com modelos de participação. Assim, se estouraram muitos conflitos no período, se não foram poucos os movimentos autoritários que asseguraram o novo regime republicano na marra, na base de muita eugenia e estado de sítio, vimos como o momento foi inaugural no sentido de transformar o espaço das cidades no lugar de uma cidadania ativa onde ocorrem as disputas próprias à vida republicana.

Não seria a primeira vez que políticos e intelectuais vinculados a um novo momento atribuiriam a si mesmos os méritos da novidade e jogariam para outro período, em geral o imediatamente anterior, a designação de "ultrapassado". Novos momentos tendem a enxergar o passado a partir de lentes de curto alcance que deformam, e selecionam, tendo um ponto de vista ressaltado: o seu. Esse seria o caso da Revolução de 1930 e do Estado que foi logo autodesignado como "Novo": Estado Novo. Segundo essa visão, caberia só ao futuro o estabelecimento de uma verdadeira *res publica*, e a introdução de uma realidade social, moral e política deveras moderna.

De todo modo, se o país começou a República encantado com a modernidade, terminou seus anos 1920 entre angustiado e ansioso para conhecer certa "brasilidade", rever seu passado e projetar um novo futuro. Já disse o crítico Roberto Schwarz que no país tudo parece "recomeçar do zero", e que por aqui o nacional se constrói por subtração.[61] Ou seja, cada contexto cria novas formas de imaginar o país e tenta apagar o que existia até então. Contudo, parecia ter chegado a hora de buscar modelos de identidade nacional, construídos a partir do sementeiro da especificidade: a até então surrada mestiçagem que

de biológica vira cultural. No Brasil que nasceu dos vários projetos modernistas do início do século figuraria um mundo de ambivalências: o passado a conviver com o presente; maxixe e lundu com música clássica; cordel com literatura acadêmica; transporte acelerado com o ritmo do lombo de burro; um país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões distantes; exclusão social com processos de inclusão; clientelismos combinados a processos até então desconhecidos de institucionalização política e social. Com efeito, os homens da primeira geração republicana brasileira, os homens nascidos na passagem do século XIX para o XX, conseguiram redescobrir o Brasil no sertão. Musicólogos como Mário de Andrade e Villa-Lobos, indianistas como Cândido Rondon, ensaístas, sociólogos e historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, sanitaristas como Carlos Chagas e Belisário Pena, militares como os tenentes da Coluna Prestes, são os responsáveis por um movimento quase sempre *on the road* de questionamento e transformação das atitudes, concepções e sistemas políticos de conduta, movimento construído em torno da ideia de "incorporação dos sertões" e consequente encontro com o outro representado pelo homem brasileiro — um personagem invariavelmente visto como isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente a mudanças, despossuído, mas em torno do qual ocorre um processo de redescobrimento constante do Brasil.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, no livro *O pensamento selvagem*, afirma que o homem é animal classificador: primeiro classifica e depois dá sentido e encontra utilidade. República Velha foi o nome que vingou durante bom tempo; a forma como os homens do Estado Novo viram primeiro a si mesmos e, numa operação de noves fora, definiram tudo que os antecedeu. À maneira de Narciso, acharam feio o que não era espelho. Hora de fechar esse período polêmico e ambíguo, porém igualmente afirmativo na batalha por direitos, pela construção da distinção entre as esferas pública e privada, pela luta em busca do reconhecimento da cidadania. Não por acaso a rua se converteu em local privilegiado, recebendo a moda, o footing, a vida social, mas também os jornaleiros, os grevistas, as manifestações políticas e as expressões da cultura popular. Melhor optar por Primeira República. "Primeira", pois teve o protagonismo do início (para o bem e para o mal) e porque ensejou novas e múltiplas formas de exercício da cidadania.

14.

SAMBA, MALANDRAGEM E MUITO AUTORITARISMO NA GÊNESE DO BRASIL MODERNO

A PRIMEIRA REPÚBLICA VAI ACABAR: NO VOTO OU NAS ARMAS

No dia 1º de março de 1930, um sábado de Carnaval, os brasileiros que sabiam ler e escrever saíram de casa para eleger o próximo presidente da República — e escolher uma nova bancada de deputados federais. Essa seria a 12ª eleição presidencial da República brasileira. O pequeno número de eleitores — votava o brasileiro adulto, do sexo masculino e alfabetizado, correspondente a 5,6% da população — não impediu o desenrolar de uma campanha eleitoral empolgante nem que aquela fosse uma eleição disputadíssima, como não se via acontecer desde 1910, com a disputa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca.[1] Os candidatos eram outros e o Brasil havia mudado bastante, mas, de alguma maneira, a eleição de 1930 retomava algo da disputa ocorrida vinte anos antes. A campanha foi para as ruas, espalhou-se pelo país e mobilizou a população em grandes comícios — ou "meetings", na expressão da época. E obrigou a nação a encarar o debate não apenas sobre os procedimentos e as regras da sucessão presidencial, mas sobre as práticas do regime republicano: o valor da igualdade social, o exercício da cidadania e o modo como essas práticas são incorporadas à República.

A eleição de 1930 capturou o sentimento do fim de uma era. O equilíbrio político que fragmentou a distribuição do poder através de um arranjo não escrito entre o governo federal e as elites regionais — a Política dos Governadores — foi rompido pelo próprio presidente da República, Washington Luís. Ninguém esperava que ele insistisse na candidatura de Júlio Prestes, presidente de São Paulo,[2] à sua sucessão, pondo fim à alternância de mineiros e paulistas na condução da política nacional. Washington Luís estava convencido de que não se governava uma República com eleições e votos, e sim com o estrito controle das forças políticas estaduais. E, até 1929, quando lançou o nome de Júlio Prestes à sucessão, tudo parecia seguir nessa direção: as elites regionais estavam devidamente eternizadas nos Executivos estaduais, e a dinâmica do Legislativo obedecia ao arranjo para distribuição do poder entre a União e os estados.

Washington Luís havia exercido uma presidência tranquila — ainda mais se comparada com a de seu antecessor, Artur Bernardes, que governara quatro anos sob estado de sítio. A forte repressão policial praticada contra os trabalhadores urbanos durante toda a década de 1920 reduziu a possibilidade de greves e enfraqueceu a movimentação dos sindicatos. Já o fôlego meio alucinado e a ferocidade oposicionista dos tenentes pareciam ter se exaurido em 1927, quando os últimos integrantes da Coluna Prestes/Miguel Costa se refugiaram da perseguição do governo brasileiro na Bolívia e no Paraguai depois de atravessar praticamente todo o território nacional.[3]

Washington Luís cozinhou sua sucessão em fogo brando e adiou o quanto pôde o prazo para dar início ao processo de escolha do candidato oficial. Na engenharia institucional que sustentava as bases do acordo entre a União e os estados, as eleições presidenciais ocorriam já praticamente decididas: o presidente da República indicava o candidato oficial e esse era o nome que receberia o apoio integral dos grupos dos detentores de poder em todas as unidades da federação — a partir daí, era virtualmente impossível a derrota eleitoral.

A sucessão presidencial transformou-se num ritual de passagem do poder que incluía alguma dose de instabilidade política e contemplava um ajuste entre Minas e São Paulo,

recomposto a cada quatro anos e sempre rodeado de intrigas e tensão. Mas foi esse ajuste que garantiu a estabilidade interna do sistema. Entre 1894 e 1906, a direção dos negócios da República coube aos paulistas; já entre 1906 e 1918, a mão se inverteu e os mineiros assumiram o controle do poder central. Entre 1919 e 1929, ocorreu nova alteração, e mineiros e paulistas passaram a se alternar na condução da política nacional. Em 1926, em meio ao clima de instabilidade política que cercou o governo de Artur Bernardes, os mineiros tomaram a iniciativa de indicar como seu sucessor Washington Luís, um legítimo representante dos interesses de São Paulo, apesar de nascido no Rio de Janeiro — por via das dúvidas, acomodaram o conterrâneo Fernando de Melo Viana na Vice-Presidência.[4] Em 1929, era o caso de aguardar a retribuição dos paulistas; enquanto isso, Minas ia se preparando para ocupar o Palácio do Catete — um palacete de gosto duvidoso, em estilo neoclássico, próximo à praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, construído pelo barão de Nova Friburgo para sua residência e transformado, em 1897, na sede da Presidência da República.

Até hoje, historiadores discutem os motivos que levaram Washington Luís a apostar pesado na ruptura com Minas. O presidente provaria ser um típico produto do sistema que ajudou a destruir: avesso a negociações, convencido de que a política era assunto exclusivo de uma reduzida elite que controlava o processo eleitoral e a administração do país, vaidoso e muito autoritário. "Ouvir… não ouvia", escreveu o ex-deputado Gilberto Amado, em suas memórias. E completou o perfil do presidente criticando "a absoluta desconsideração pelos efeitos dos seus gestos e atitudes na sensibilidade dos atingidos por eles. Que o prejudicado ou o repelido pudesse remorder-se, ressentir-se, reagir — não lhe ocorria".[5]

Washington Luís era um fenômeno de soberba, mas, além disso, talvez apostasse em alguns cenários alternativos para o país. O primeiro: Júlio Prestes seria o homem certo para dar continuidade ao plano de estabilização econômica que ele implantara durante seu governo. Este previa duas medidas importantes: estabilizar o câmbio em relação à libra esterlina — na época, o padrão de referência da moeda para o mercado internacional — e acabar, de uma vez por todas, com os frequentes solavancos monetários sofridos pelo setor cafeeiro paulista, responsável pelo item mais relevante da pauta de exportações do Brasil.

O segundo cenário: São Paulo tornara-se o principal estado da federação, e era seu destino governar o país. Washington Luís confiava tanto no dinamismo econômico demonstrado pelos cafeicultores paulistas quanto no controle que esse setor mantinha sobre as forças políticas no plano estadual. E havia, ainda, um terceiro cenário: o receio das possíveis consequências advindas da divergência entre os produtores de café de Minas e os de São Paulo em relação à política de valorização do produto.[6] Com tudo isso em jogo e uma carreira de homem público construída em São Paulo, é bem provável que Washington Luís julgasse desnecessário manter o acordo entre os dois estados: Minas não era um produtor de café do mesmo porte que São Paulo, o nível de desenvolvimento econômico tinha se alterado visivelmente, e não lhe parecia ser razoável submeter os interesses paulistas, durante quatro anos, à vontade da elite mineira, econômica e politicamente mais frágil.

Em maio de 1928, o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, elegante e em traje de gala, compareceu à cerimônia de inauguração da estrada de rodagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo — um grande momento para a administração de Washington Luís. Antônio Carlos subiu no palanque, acomodou-se ao lado do presidente da República e,

no primeiro discurso que ouviu, ficou chocado. O orador deixou a sutileza de lado e bateu firme na tecla da sucessão: saudou o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como "o futuro presidente da República". Antônio Carlos posava de aristocrata, sua família tinha fundas raízes na luta de Independência — era descendente direto de José Bonifácio, o conselheiro que tanto influenciara d. Pedro I em sua regência —, e fazia política à moda de Minas: entendeu o recado, voltou para Belo Horizonte e foi conspirar.[7] Um ano depois, em junho de 1929, quando Washington Luís finalmente oficializou a candidatura de Júlio Prestes, Antônio Carlos mandou avisá-lo de que os mineiros já estavam comprometidos com outro candidato — e de oposição.

Foi preciso gastar muita lábia, mas Antônio Carlos fez sua parte: abriu mão da própria candidatura, defendeu a necessidade de um alinhamento de forças regionais não associadas ao café e propôs a composição de um arco político amplo, capaz de abrigar toda sorte de dissidências — inclusive os tenentes revoltosos da década de 1920. Nos dois estados que aceitaram formar com Minas a candidatura de oposição — Rio Grande do Sul e Paraíba —, as elites estavam longe de identificar o país somente com o café, e seus interesses tendiam a dar prioridade ao mercado interno. No fim dos anos 1920, as elites regionais, em Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, experimentaram um processo de renovação de suas lideranças políticas que incluía elevação do grau educacional, o relativo rejuvenescimento de seus quadros e uma disposição para encampar um projeto reformista, fruto da ebulição política, social e cultural que marcou aquela década.

No Rio Grande do Sul, as principais forças políticas — chimangos ou liberais; maragatos ou federalistas —, enfim enquadradas pelo governo estadual, no final da Revolta Federalista de 1923, alimentavam duas décadas de velhos ressentimentos cultivados contra a distribuição desigual de poder entre as unidades da federação. Com produção econômica voltada para o mercado interno e menor eleitorado, se comparado a São Paulo e Minas Gerais, aos olhos do governo federal os gaúchos pareciam condenados a se manter afastados da esfera do poder presidencial. Já a Paraíba, um pequeno estado do Nordeste com uma elite emergente que vinha trabalhando duro para restringir a força de mando dos grandes fazendeiros — os "coronéis" —, era capaz de enxergar longe e sonhar alto: ambicionava isolar politicamente Pernambuco e liderar uma nova constelação de estados nordestinos com protagonismo no cenário nacional.[8]

A chapa de oposição trazia a candidatura do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, à Presidência da República e a de João Pessoa, presidente da Paraíba, à Vice-Presidência. Vargas vinha de uma família de criadores de gado da cidade de São Borja, no extremo oeste do estado, formou suas ideias políticas na tradição da ditadura republicana dos positivistas gaúchos e subiu depressa na vida pública: foi deputado estadual, federal, líder da bancada de seu estado no Congresso, e ministro da Fazenda de Washington Luís entre 1926 e 1927. Já a família de João Pessoa tinha, havia anos, o controle político da Paraíba, seu tio Epitácio Pessoa fora presidente da República entre 1919 e 1922, e o sobrinho gozava da fama de administrador eficiente e honesto.[9]

Precavido, Antônio Carlos manteve os mineiros na retaguarda e prosseguiu no trabalho de carpintaria política. Batizada de "Aliança Liberal", a composição oposicionista tinha todos os ingredientes necessários: abrigava um amplo leque de dissidências, viabilizava um eixo alternativo de poder e apresentava uma nova linguagem política com capacidade de mobilização de um largo segmento da sociedade.

A população aprovou o nome, que entrou para o dia a dia dos brasileiros. “Aliança Liberal” designava a articulação das forças dissidentes, mas apontava também para um ideário político (ver imagem 92). A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil.[10]

No segundo semestre de 1929, a Aliança Liberal estava pronta para disputar o coração e a mente do eleitorado brasileiro — e pretendia travar a disputa a céu aberto. Atuando fora do estreito campo institucional e formadas por jovens militantes dispostos a levar a política para as ruas de algumas das principais cidades brasileiras, as Caravanas Liberais transformaram-se num sucesso que se generalizou pelo país. A pauta dessas caravanas começava pelas bandeiras mais populares: anistia aos tenentes e militares rebelados entre 1922 e 1927, concessão de direitos sociais aos trabalhadores, introdução do voto secreto, diversificação econômica, além do compromisso com a realização de obras para combater as secas nordestinas.[11]

Nos primeiros dias do ano de 1930, o próprio candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas, desembarcou no Rio de Janeiro, vindo de Porto Alegre, como a estrela principal do grande comício de apresentação da plataforma da Aliança Liberal.[12] A República brasileira estava habituada a eleições modorrentas que incluíam a divulgação do programa eleitoral, pelo candidato, em recinto fechado, para convidados escolhidos, seguida de um grande banquete. A ideia de romper com esse ritual, mobilizar o povo e ir para a praça pública era uma novidade e um pequeno escândalo. O comício aconteceu no dia 2 de janeiro e lotou de espectadores a Esplanada do Castelo, no centro da cidade. O palanque abrigava, além dos principais líderes da aliança, outros pesos pesados da oposição francamente populares, como o advogado Evaristo de Morais e o deputado Maurício de Lacerda, jornalista insubmisso apelidado de Tribuno do Povo. Sob ameaça de chuva, a multidão, estimada em mais de 100 mil pessoas, parecia hipnotizada e aplaudia entusiasticamente a exposição feita por Vargas do texto integral da plataforma oposicionista: 31 páginas lidas por um candidato baixinho, barrigudo e incapaz de arrematar seus parágrafos com qualquer alteração no timbre de voz.

Ainda assim, não havia chance de vitória nas urnas para a oposição. Júlio Prestes tinha o apoio ostensivo de Washington Luís e dos poderosos cafeicultores paulistas. Além disso, o presidente mobilizou a favor de seu candidato a força política de dezessete presidentes estaduais, com autonomia para definir seus próprios métodos de obtenção de votos. Como de costume, as fraudes, o suborno e as coerções eleitorais ocorreram dos dois lados, em todo o país, inclusive nos três estados que sustentavam a composição oposicionista. O sistema político era um ciclo fechado e o resultado da eleição, previsível, espetava Sinhô, o mais ilustre compositor popular desse período e um entusiasta da candidatura de Júlio Prestes, a quem conheceu pessoalmente em São Paulo, numa festa dada por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Cada um se conformasse com sua sina, tripudiava o sambista, nos versos de uma marchinha carnavalesca de sucesso entre os foliões de 1930: “Eu ouço falar/ Que para nosso bem/ Jesus já designou/ Que seu Julinho é quem vem”.[13] Sinhô sabia

bem o país que cantava. Abertas as urnas, Júlio Prestes foi declarado vencedor: 1091709 de votos contra 742794 dados a Getúlio Vargas. Em São Paulo, a derrama de votos no candidato da situação foi escandalosa: 350 mil contra 30 mil. Já em Minas, onde a Aliança Liberal contava obter uma frente expressiva graças ao tamanho de seu colégio eleitoral, Antônio Carlos prometeu 350 mil votos e entregou só 280 mil. Na Paraíba, o eleitorado era pequeno e a vantagem de 20 mil votos dados à oposição fazia pouca diferença. Pernambuco, por sua vez, estava disposto a liquidar com os devaneios de hegemonia política na região e cravou 61 mil votos em Júlio Prestes, contra 9 mil na Aliança Liberal. Apenas no Rio Grande do Sul a vitória da oposição foi esmagadora: Vargas recebeu 295 mil votos contra mil dados a Júlio Prestes.[14]

Encerrada a apuração, não havia muito que fazer, além de resmungar contra fraudes eleitorais, no mais das vezes impossíveis de serem provadas. A vitória de Júlio Prestes sugeria o fim da aventura oposicionista e o reacomodamento das elites regionais ao velho quadro político. O próprio Vargas reconheceu a vitória do adversário, reassumiu o governo do Rio Grande, ajeitou uma reaproximação com o Catete e deu por encerrado seu compromisso eleitoral com a oposição.

Mas nada seria assim tão simples. A Aliança Liberal abrigava uma coalizão ampla capaz de combinar interesses políticos variados, opções doutrinárias distintas e duas ou mais gerações de líderes regionais — e nem todos pensavam como Vargas. Entre os líderes políticos mais jovens, como Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, em Minas Gerais, ou João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha, no Rio Grande do Sul, havia otimismo com o projeto reformista. E, entre eles, havia, ainda, a ambição de se destacarem na carreira política sem a sombra dos velhos caciques, o inconformismo com a derrota eleitoral e muita disposição para ir à forra. Júlio Prestes até podia ganhar nas urnas, rosnavam uns para os outros, mas Getúlio venceria nas armas.

A alternativa de enveredar por uma solução armada não era fanfarronada dos jovens líderes civis — ela contava com a firme adesão dos tenentes. O grupo de oficiais subalternos, remanescentes das intervenções militares dos anos 1920, estava ferido nos seus brios, buscava o poder que não conseguira desde a Proclamação da República e não se sentia disposto a deixar esse poder escapar sem luta. Os tenentes possuíam experiência militar, eram idealistas, politicamente inquietos, gozavam da admiração da tropa e de simpatia entre setores médios da população e a massa de trabalhadores urbanos. Além disso, havia, no grupo, um punhado de jovens oficiais capacitado a aliar a influência dentro e fora dos quartéis com a condução militar da rebelião pretendida pelos três estados dissidentes — Juarez Távora, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto, Miguel Costa, Agildo Barata, Juracy Magalhães.

A aproximação entre os jovens oficiais e os líderes civis da oposição revelou-se letal para o governo de Washington Luís, ainda que o nome de maior prestígio entre os tenentes — Luís Carlos Prestes — tenha recusado o comando militar da Aliança Liberal. Na conjuntura de 1930, Prestes já caminhava a passos largos para virar mito: foi o comandante da última coluna de militares guerrilheiros da década de 1920, assumiu a responsabilidade meio messiânica de despertar a população miserável do mais profundo interior do Brasil para a luta política, brincou de gato e rato no sertão com as tropas do governo enviadas para combatê-lo. E, uma vez exilado na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, transformou-se num fenômeno de popularidade e carisma: era o chefe militar sonhado pelos líderes civis

aliancistas. Contudo, em 1930, Prestes surpreendeu os brasileiros com dois manifestos radicais nos quais se apartou para sempre dos tenentes, rejeitou o programa proposto pela Aliança Liberal, anunciou a criação de uma organização política para combater o governo — a Liga de Ação Revolucionária — e sinalizou sua adesão aos comunistas.[15] Começava, nesses manifestos, a história de uma longa trajetória política; o lance seguinte levaria Prestes a embarcar para uma temporada em Moscou e a ingressar, em 1934, no Partido Comunista Brasileiro.

Apesar da adesão da quase totalidade dos tenentes e da disposição bélica de diversas lideranças políticas civis, os planos para deflagrar a ação armada não engatavam. É certo que se conspirava por toda parte: circulavam boatos de golpe contra a posse de Júlio Prestes em Porto Alegre, Belo Horizonte, Montevidéu, Buenos Aires; tenentes exilados atravessavam regularmente a fronteira e entravam no Rio Grande do Sul para se reunir com os jovens dirigentes da oposição; munição e armas desembarcavam clandestinamente no país, procedentes da Argentina. Porém, sobrava também indecisão entre os principais dirigentes da Aliança Liberal. Oportunista, Vargas farejava o vento para decidir, em função dos desdobramentos da conjuntura. Já Antônio Carlos, às vésperas de transmitir o cargo ao seu sucessor, Olegário Maciel, alegava não estar seguro do tipo de apoio que os rebeldes receberiam em outros estados. A conspiração continuava viva; a ofensiva armada, contudo, andava em compasso de espera. A Aliança Liberal precisava de um fato novo que rearticulasse a oposição e servisse de estopim para acender a rebelião.

A novidade veio nas últimas semanas do mês de julho. No final da tarde do dia 26, João Pessoa foi assassinado, com três tiros à queima-roupa, enquanto tomava chá e debatia a situação política, em companhia de correligionários, na elegante e concorrida Confeitaria Glória, no Recife.[16] O autor dos disparos não era um pistoleiro de aluguel e a morte do presidente da Paraíba não havia sido encomendada por terceiros — não se tratava de "crime de mando", como se diz, ainda hoje, no Nordeste. João Dantas, o assassino, era advogado, foi preso em flagrante e confessou ter cometido o crime motivado por fatores pessoais: algum tempo antes, a polícia da Paraíba tinha varejado seu escritório, confiscado documentos e, com a anuência de João Pessoa, mandara o material para divulgação na imprensa local. O jornal *A União*, órgão oficial do governo estadual, publicou tudo na primeira página, inclusive cartas de amor, repletas de detalhes eróticos, trocadas entre Dantas e Anayde Beiriz, uma professora de 25 anos, bonita, solteira, poeta, fumante e feminista. O escândalo foi tremendo e Anayde, devastada, acabaria se suicidando.

Contudo, nas circunstâncias do assassinato de João Pessoa também cabia farta motivação política. João Dantas era aliado do coronel José Pereira, poderoso chefe sertanejo no município de Princesa, quase na divisa entre Paraíba e Pernambuco, líder de um levante armado contra as medidas adotadas por João Pessoa para enquadrar a autonomia de mando dos coronéis.[17] A Sedição de Princesa, como ficou conhecido o levante, eclodiu em fevereiro de 1930 — cinco meses antes do assassinato de João Pessoa — e assumiu proporções surpreendentes. Comandados por José Pereira, os rebeldes ocuparam toda a região e se declararam independentes da Paraíba. Também derrotaram os sucessivos batalhões da Força Pública do estado — o nome da Polícia Militar, na época — enviados pelo presidente estadual para acabar com a sedição. Para completar, José Pereira autonomeou-se governador do "Território Livre de Princesa".

Além de avançarem pelo sertão, os rebeldes receberam apoio de fora: recursos,

informações e armamento chegavam regularmente até Princesa, vindos de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e, é claro, do governo de São Paulo, interessado em desestabilizar João Pessoa. De olho nos acontecimentos, Washington Luís aguardava o momento certo para decretar a intervenção no estado, deslocar forças federais para a Paraíba e liquidar com a principal base da Aliança Liberal instalada no Nordeste. Também se maquinava em Belo Horizonte e Porto Alegre, só que, nesse caso, a favor de João Pessoa. Tanto o Rio Grande do Sul quanto Minas Gerais arrumaram um jeito de enviar munição para abastecer a Força Pública da Paraíba: milhares de cartuchos foram acondicionados em latas de compotas de ameixas secas e pêssegos em calda, enfiados em barris de sebo ou enrolados entre fardos de charque. Num rompante, Antônio Carlos despachou o avião monomotor *Garoto*, da Força Pública mineira, para despejar bombas caseiras sobre Princesa, bem como uma chuva de panfletos conclamando os rebeldes à rendição.

Mas, se a crise era até então regional, com o assassinato de João Pessoa ela transbordaria para o plano nacional. A Aliança Liberal não podia imaginar pretexto melhor, e acusou o Catete de fomentar a rebelião para, ato contínuo, intervir na Paraíba — Washington Luís seria o cérebro da operação que, à distância, por vingança política, armara o criminoso. A tragédia chocou o país, a população estava indignada com o assassinato. O estado parecia ingovernável após o atentado, e a oposição soube aproveitar a oportunidade. Com a faixa de presidente estadual atravessada no peito, o corpo de João Pessoa foi velado na Paraíba e, em seguida, viajou de navio para ser enterrado no Rio de Janeiro, onde os líderes da Aliança Liberal, num desafio direto a Washington Luís, reuniram dezenas de pessoas no cais do porto e prestaram sua última homenagem. Antes de começar o cortejo fúnebre, de pé sobre uma carreta, ao lado do caixão e diante da massa eletrizada, o deputado Maurício de Lacerda agarrou um megafone e reacendeu o pavio da rebelião: “No esquife que aí vedes, não está o corpo de um grande cidadão, mas o cadáver da Nação! […] Vós, gaúchos e mineiros, vinde cumprir a vossa promessa! O povo está disposto a morrer pela liberdade!”.[18]

Em 3 de outubro, teve início a revolta civil e militar de 1930. A ação armada foi desfechada simultaneamente em Minas e no Rio Grande do Sul, eclodiu com algumas horas de atraso na Paraíba e contou com um oficial superior de prestígio no comando das operações: o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, até então pouco conhecido do público mas respeitado pelos companheiros de farda, que enxergavam nele um comandante competente. Seu planejamento das operações militares previa, na primeira fase, neutralizar as tropas federais — ou pela adesão da soldadesca, ou por meio do assalto às principais guarnições do Exército.[19] A estratégia de Góes Monteiro era simples: surpreender as unidades leais ao governo federal em seus quartéis, e apostar tanto na adesão dos oficiais subalternos quanto no aliciamento dos sargentos que detinham o controle da tropa. Deu certo: de capitão para baixo, a tendência foi o apoio à Aliança Liberal. A grande força militar de sustentação dos rebeldes, porém, veio das poderosas Polícias Militares estaduais, pequenos exércitos autônomos, muito bem equipados, e que respondiam apenas ao comando dos presidentes estaduais, coadjuvadas por batalhões de voluntários formados por civis armados.

Em Minas Gerais, todas as guarnições do Exército resistiram aos revoltosos. Entre os dias 3 e 8 de outubro, o quartel do 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, transformou-se no principal baluarte da legalidade no estado e foi bombardeado, dia e

noite, por cerca de 4 mil homens da Força Pública — a rendição aconteceu somente na tarde de 8 de outubro. Devido à posição estratégica do quartel, o fogo de barragem das trincheiras e o impacto das granadas de mão, a cidade entrou em pânico. Correu o rumor de que os militares entrincheirados no 12° Regimento dispunham de artilharia com potência para canhonear Belo Horizonte. E o pavor só fez crescer. Duas bombas legalistas foram atiradas de um aeroplano da aviação militar da Força Pública paulista, destinadas ao Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro. Nenhuma acertou o alvo: a primeira caiu dentro do tanque de lavar roupas do terreiro do palacete vizinho; a segunda enterrou-se num canteiro da praça da Liberdade, defronte à Secretaria de Segurança, e também não explodiu, para alívio dos mineiros.[20]

Acantonada na Paraíba, a Aliança Liberal desfechou a ofensiva sobre os demais estados do Nordeste. O comandante das operações militares na região, Juarez Távora, vinha das revoltas tenentistas da década de 1920. Em março, ele havia protagonizado uma fuga espetacular da fortaleza de Santa Cruz, na baía de Guanabara, onde estava preso. No meio da noite, acompanhado de dois outros militares, também prisioneiros, Távora desceu as muralhas da fortaleza pendurado numa corda improvisada, nadou até um bote e sumiu no mar. Ele só reapareceria meses depois, liderando soldados rebelados numa bem-sucedida série de ataques-relâmpago aos prédios públicos do Recife.[21] Em três semanas, os rebeldes conseguiram subjugar os estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte. Só faltava cair a Bahia, e Salvador permanecia sitiada pelas forças da Aliança Liberal.

Em pouco mais de uma semana, os rebeldes dominaram a situação militar do Rio Grande do Sul. Com as forças legalistas neutralizadas, Góes Monteiro moveu suas tropas, em ferrovia, na direção de São Paulo. As chances de êxito eram reais e, dessa vez, Getúlio Vargas jogou sua sorte na vitória da Aliança Liberal — de uniforme de brim cáqui, assumiu o comando civil da rebelião e seguiu em frente com o comboio militar. Em Itararé, na divisa entre Paraná e São Paulo, estava previsto o maior e mais efetivo combate entre os rebeldes e as forças legalistas. A cidade, no interior paulista, abrigava um entroncamento ferroviário decisivo para os dois lados em conflito: os trilhos abriam caminho tanto para São Paulo quanto para o Rio de Janeiro.

O país inteiro prendeu a respiração e aguardou, em suspense, a realização de um confronto. Itararé era uma barreira inexpugnável, vangloriava-se o Catete, que entrincheirou na cidade 6 mil homens da Força Pública paulista e do Exército, com ordens de barrar os rebeldes a qualquer preço. Contudo, "a maior batalha da América do Sul", como anunciaram as manchetes dos principais jornais do país, nunca aconteceu. Rebeldes e legalistas chegaram a Itararé, estabeleceram suas linhas defensivas, trocaram alguns tiros e estacionaram. Os dois lados simplesmente decidiram esperar pelo fim das chuvas torrenciais que dificultavam as operações militares e por uma melhor definição do clima político. Podia até ser uma decisão sensata, mas o militarismo estava exacerbado e o sentimento geral era de que o país vivia um enorme anticlímax.

No Catete, Washington Luís demorou a reagir — apenas no dia 10 de outubro resolveu informar aos brasileiros que seu governo enfrentava uma revolta.[22] Também custou a aceitar que o impacto e a extensão da rebelião eram maiores do que conseguira avaliar. Ele precisava encarar a rapidez do avanço das forças rebeldes em direção ao Rio de Janeiro, a vacilação de seu dispositivo militar e os efeitos da crise econômica de 1929: a alta dos

preços, o desemprego, a perda do valor de compra da moeda. O cenário era ruim, e as medidas que adotou se mostraram pouco eficazes para atacar o desastre que se abateu sobre seu governo: estado de sítio, censura aos jornais, feriado por decreto até 21 de outubro — para impedir uma corrida aos bancos —, convocação de reservistas e o início de uma campanha cívica de repressão ao boato. Além disso, caía rapidamente o número de militares legalistas e tanto o Exército quanto a Marinha reconsideravam sua lealdade ao governo federal. Os comandantes militares também precisavam intervir antes que a tropa fosse derrotada pelos rebeldes ou a disciplina e a hierarquia acabassem subvertidas diante do alto número de deserções em apoio à Aliança Liberal.

Já Washington Luís podia perder tudo, menos a pose. O Palácio Guanabara, residência oficial do presidente da República, estava com seus jardins cercados e o prédio, sob ameaça de bombardeio; os canhões nos fortes de Copacabana, Leme e São João disparavam salvas de tiros para exigir sua renúncia; os generais haviam apresentado um ultimato; o Rio de Janeiro prometia se amotinar, mas ele permanecia irredutível: "Eu não renuncio! Só aos pedaços sairei daqui!",[23] esbravejava, para um grupo de ministros encolhidos na sala de despachos do palácio. Não foi preciso ir tão longe. Às sete da manhã de 24 de outubro, a menos de trinta dias do fim de seu mandato, Washington Luís estava deposto; detido e encaminhado para o Forte de Copacabana, seguiria, um mês depois, para o exílio na Europa.

Em 3 de novembro, a Junta Governativa Provisória, formada por dois generais — Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto — e um contra-almirante — José Isaías de Noronha —, entregou o poder a Getúlio Vargas. A Primeira República estava encerrada, e a Revolução de 1930, como a rebelião ficou conhecida, tornou-se um marco decisivo para os historiadores —[24] menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país.

O GOVERNO PROVISÓRIO

Getúlio pendurou a farda, vestiu um terno, arrematou a fatiota com uma gravata escura e subiu as escadas do Palácio do Catete para tomar posse como chefe do Governo Provisório. A mudança não era só de indumentária: com sua posse, o Executivo assumia plenos poderes e passava a ter condições de promover uma radical intervenção no sistema político. O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Assembleias Municipais foram dissolvidas, os políticos eleitos durante a Primeira República perderam seus cargos, os presidentes dos estados foram substituídos por interventores, a imprensa de oposição foi censurada — pela primeira vez, desde a Constituição de 1824, todos os postos de poder no país estavam sendo ocupados por civis e militares não eleitos.[25] Eufórico com a vitória no Nordeste e recém-desembarcado no Rio de Janeiro, Juarez Távora assegurava que a forma de governo que o Brasil teria pela frente não seria nem democrática nem liberal: "Aprovo a ditadura no seu exato sentido". E arrombou a porta: "Ditadura sem limite fixado, até que todos verifiquem por atos, não por palavras, a regeneração e a reabilitação dos costumes políticos e administrativos".[26]

Vargas não pretendia pôr em risco sua própria conquista. Estava claro que, se promovesse eleições, as elites regionais, cujas estruturas de mando na esfera estadual permaneciam intactas, venceriam. Para institucionalizar a nova ordem, seria preciso transformar o sistema político e consolidar um amplo programa de reformas sociais, administrativas e políticas. O projeto era ambicioso, não podia ser executado da noite para o dia, mas nem o próprio Távora poderia prever que a ditadura que defendia, em 1930, se estenderia por quinze longos anos, com um breve interregno constitucional de 1934 a 1937. Seja como for, Vargas, já no discurso de posse, apresentou um programa reformista radical. A agenda incluía quase todos os pontos defendidos pela Aliança Liberal, e foi implementada através de uma profusão de decretos: anistia aos tenentes, remodelamento do Exército, criação dos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Educação e Saúde Pública, reforma do ensino e da educação pública.

Um assunto dominava a atenção de Getúlio: a política trabalhista.[27] Foi nessa área que ele mostrou quem era e a que viera. Dividiu sua política em duas metades. Numa, criou as leis de proteção ao trabalhador — jornada de oito horas, regulação do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e à aposentadoria. Na outra, reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado — sufocou, com particular violência, a atuação dos comunistas. Para completar, liquidou com o sindicalismo autônomo, enquadrou os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado e excluiu o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho.

O governo era provisório, e Getúlio não conversava sobre dois assuntos: a convocação de uma Assembleia Constituinte e a data para uma nova eleição presidencial. Os brasileiros não podiam votar em nenhuma instância política e para nenhum cargo executivo ou legislativo; a partir de 1932, porém, para demonstrar a bem-intencionada — mas sempre postergada — disposição constitucional de seu governo, o país passou a dispor de um novo Código Eleitoral moderno e democrático. O novo código criava a Justiça Eleitoral, adotava o voto secreto em gabinete indevassável e encerrava com o argumento — caro ao

republicanismo europeu dos séculos XVII e XVIII — de que votar significava manifestar uma preferência em público.[28]

Com essas duas medidas, o código inviabilizou um conjunto de fraudes característico do sistema representativo da Primeira República: o voto secreto protegia o eleitor das pressões das elites regionais em meio às disputas políticas estaduais; a Justiça Eleitoral entregava a juízes profissionais a fiscalização das eleições, da apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos. O novo código também reconhecia uma conquista formidável das mulheres: o direito de votar e de serem votadas. Em diversos estados, os rebeldes receberam o apoio de batalhões femininos que atuaram intensamente na retaguarda do movimento armado de 1930 — o Batalhão Feminino João Pessoa, por exemplo, foi obra de uma advogada mineira de 23 anos, Elvira Komel, e alistou cerca de 8 mil mulheres distribuídas por 52 cidades.[29]

Apesar disso, não havia nenhuma fé democrática do país a ser restaurada por Vargas. A Aliança Liberal prometeu refundar a República, sustentou sua promessa num impressionante programa de reformas, mas as grandes forças políticas responsáveis por sua institucionalização não tinham origem nem vocação democrática. Acreditavam que o projeto democrático que animava a Constituição de 1891 definhara sob a prevalência da Política dos Governadores, e optaram por um governo forte e centralizador. A coalizão que empalmou o poder em 1930 era heterogênea, e os protagonistas divergiam sobre quase tudo — menos sobre os adversários. Desde os primeiros dias do Governo Provisório, o grupo se viu às voltas com a ambiguidade de um amplo programa de reformas cujo objetivo era mudar a República, sem, contudo, alterar as bases sobre as quais ela se constituiu.

Os tenentes propunham controlar as polícias estaduais, reequipar as Forças Armadas e garantir o impulso do país para a indústria, em especial a siderurgia. Além disso, faziam coro com os setores médios e os trabalhadores urbanos que engrossaram o apoio popular à Aliança Liberal, em favor da regulação do mercado de trabalho e da elaboração de uma legislação social; eram refratários, porém, ao alargamento democrático da República e francamente favoráveis à ascendência do Estado sobre a sociedade. As jovens lideranças civis, por sua vez, estavam ansiosas por uma maior soma pessoal de poder, enquanto as elites dissidentes de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba pretendiam aumentar sua participação na direção dos negócios da República, com um mínimo de alteração em suas bases de mando — o que significava, sobretudo, manter inalterada a estrutura agrária do país. E todos eles aspiravam chegar à condição de força dominante no interior da coalizão no poder e assumir o controle do governo.[30]

Já Vargas não se deixava ver com facilidade. Ele tinha um plano de poder, pretendia continuar onde estava e, para isso, conduzia a política quase como um negócio; seguia as próprias regras e realizava combinações políticas aparentemente improváveis mas que lhe serviam para manter o mando. Seus expedientes mais comuns incluíam distribuir vantagens e compensações, procrastinar soluções definitivas até que o tempo lhe oferecesse a ocasião propícia para decidir e equilibrar-se como árbitro das disputas na coalizão de forças que sustentavam seu governo.

POR SÃO PAULO E CONTRA O BRASIL: A GUERRA CIVIL DE 1932

Em 1932, porém, a astúcia política de Vargas parecia esgotada. Cada vez mais desconfiados de que o propósito do governo era prolongar o provisório a ponto de torná-lo permanente, as lideranças intrarregime, sobretudo em Minas e no Rio Grande do Sul, e as oposições juntaram forças para insistir na realização de eleições imediatas. As ruas das principais cidades receberam manifestantes organizados em Ligas Pró-Constituinte, e o nível de tensão pública aumentou. O grande adversário de Vargas, no entanto, estava em São Paulo.[31] A vitória dos rebeldes, em 1930, abateu o protagonismo da elite paulista e instalou um poderoso foco de oposição no estado mais rico do Brasil. As insatisfações se acumulavam e os paulistas estavam dispostos a reagir diante do que lhes parecia ser a longa lista de agravos perpetrados por Vargas contra São Paulo: a perda do controle da política do café — que passou das mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo para o Conselho Nacional do Café, novo órgão criado pelo governo federal para enfrentar a crise mundial — e a quebra da autonomia política do estado com a imposição de interventores. Nascidos em outras regiões do país, os interventores eram vistos como "forasteiros", maleáveis aos desejos do Catete. Para piorar as coisas, no caso de São Paulo, o interventor escolhido foi João Alberto Lins de Barros, nordestino e selecionado a dedo em meio ao grupo dos tenentes.

Entre outubro de 1930 e os primeiros meses de 1932, Vargas viu-se forçado a nomear sucessivamente quatro interventores para São Paulo — os paulistas estavam dispostos a provar que eram ingovernáveis. Mas o ruim podia piorar. Em 1932, as forças políticas do estado chegaram a um entendimento em torno de uma pauta comum de oposição que combinava a bandeira constitucionalista — a exigência de convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte — com um claro antagonismo regionalista. Dessa mistura, resultou um forte sentimento de identidade e a materialização da política do ressentimento. "São Paulo é a locomotiva que puxa os vagões velhos e estragados da federação!",[32] decretou o escritor Oswald de Andrade, um ícone do modernismo. Mais provinciano que o ufanismo de Oswald, só o brado com que os paulistas pretendiam derrubar o governo: "Por São Paulo com o Brasil, se for possível; por São Paulo contra o Brasil, se for preciso!" (ver imagem 93).[33]

Nem todo paulista se identificava com o separatismo regional, mas havia acordo em dar combate a um governo federal forte e centralizador, capaz de intervir na autonomia política e econômica do estado. A bandeira constitucional significava eleição e, com ela, também havia a chance de São Paulo readquirir o controle da República. Até hoje, essa combinação entre derrubar o governo e convocar uma Assembleia Constituinte levou muitos paulistas a se referirem ao movimento como a Revolução Constitucionalista de 1932. Faltava apenas dar o último passo, e em 9 de julho de 1932 cerca de 20 mil soldados — entre as guarnições federais e as unidades da Força Pública — engatilharam suas armas contra o governo Vargas. A população de São Paulo, sobretudo na capital, se mobilizou: milhares de civis, incluindo os estudantes da Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, alistaram-se nos batalhões de voluntários; fábricas adaptaram-se à indústria de

guerra; colônias de imigrantes italianos e sírios prestaram socorro aos feridos; o clero católico deu suas bênçãos aos combatentes. A "causa paulista" foi abraçada com um fervor cívico que ainda não se conhecia no estado, e o entusiasmo feminino superou as expectativas: milhares de mulheres, ricas e pobres, doaram suas joias atendendo ao chamado da campanha Ouro pelo Bem de São Paulo, lançada sob o pretexto de conseguir lastro para pagar os custos de guerra. Entre julho e setembro, por volta de 90 mil alianças de casamento foram entregues ao governo estadual, por suas proprietárias, para serem derretidas.

Apenas os trabalhadores das fábricas ficaram de fora da mobilização geral.[34] No estado onde se concentrava o maior número de indústrias do país, os operários não acorreram em massa para lutar. Nos meios operários, muitos duvidavam de um levante em que não cabia nenhuma atenção às demandas dos trabalhadores; entre as elites de São Paulo, crescia o temor de que os operários mobilizados para a guerra saíssem do controle e partissem para sua própria revolta. Enquanto durou a guerra, inquietos com o risco de comoção social, os dirigentes paulistas mantiveram suas fábricas sob estreita vigilância e as lideranças operárias, se possível, trancadas na cadeia.

São Paulo só tinha uma chance de vitória: desfechar uma ofensiva militar fulminante contra o Rio de Janeiro, antes que Vargas organizasse suas forças.[35] As tropas paulistas, porém, avançaram lentamente: apostavam que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul — onde era forte a indisposição com o governo federal — se juntariam aos rebeldes. Também estavam convencidas de que os quartéis e guarnições militares no Rio de Janeiro se sublevariam para depor Vargas. E a guerra começava bem para o lado dos paulistas: os rebeldes controlaram o estado, estacionaram nos acessos ao Vale do Paraíba, arremeteram contra as forças federais em pleno território mineiro e bloquearam o túnel de acesso à ferrovia que cortava a serra da Mantiqueira. Numa ação que parecia escapar das telas de cinema, agentes do governo de São Paulo compraram, em segredo, no Chile, dez aviões de combate; em seguida, contrataram pilotos norte-americanos, que conseguiram aterrissar clandestinamente no meio do mato, em Mato Grosso, e, depois de inúmeras peripécias, entregaram a compra aos rebeldes.

Ainda assim, deu tudo errado. As lideranças do Rio Grande do Sul e de Minas podiam até estar furiosas com a política centralizadora do Governo Provisório, mas não iriam correr o risco de depor um governo que elas mesmas haviam posto no poder — leais a Vargas, suas tropas iriam invadir São Paulo. No Catete, Getúlio, mais uma vez, entregou o planejamento das operações militares a Góes Monteiro, que começou os preparativos para uma ofensiva. Montou uma estrutura de defesa para o Rio de Janeiro, sufocou qualquer tentativa de golpe militar na capital da República e jogou na guerra 80 mil homens do Exército e da Marinha, muitos vindos do Norte e do Nordeste, contra 70 mil paulistas. O estado de São Paulo foi cercado por terra, aviões do governo federal abriram sua artilharia sobre as trincheiras dos rebeldes, o porto de Santos foi bloqueado, e a "guerra paulista" mobilizou o país todo.

Em 1º de outubro de 1932, São Paulo assinou a rendição. Num gesto característico, Vargas primeiro acertou as contas: prendeu os rebeldes, expulsou oficiais do Exército, cassou os direitos civis dos principais implicados no levante, despachou para o exílio as lideranças políticas e militares do estado, mandou reorganizar a Força Pública e reduzi-la ao status de órgão policial. A elite paulista estava derrotada. Sem muito alarde, Vargas também consolidou sua aliança com os militares, cimentada em torno de duas promessas de médio

e longo prazo: reequipar o Exército e criar uma indústria bélica nacional. Depois disso, negociou com os derrotados: nomeou um interventor civil — e paulista — para o estado, instruiu o Banco do Brasil a assumir os bônus de guerra emitidos pelos bancos de São Paulo e confirmou a convocação para a Assembleia Constituinte, fixando o calendário eleitoral para 3 de maio de 1933.[36]

VIDA CURTA PARA A DEMOCRACIA

Sem partidos políticos nacionais e com o enfraquecimento das elites regionais de oposição, que viram reduzida sua capacidade de manobra nos estados para obtenção de apoio eleitoral, o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte trouxe inúmeras novidades: facilitou a circulação de autoridades, criou vários partidos de alcance regional e apontou para a renovação da classe política.[37] Instalada em 15 de novembro de 1933, no Palácio Tiradentes, sede do Congresso Nacional, a Constituinte tinha de tudo um pouco. Havia lugar para um punhado de deputados novatos, muitos deles eleitos por obra do sistema de candidaturas avulsas, e para uma forte bancada da situação, cuja vitória vinha debitada na conta dos interventores estaduais. São Paulo juntou suas forças e materializou um bloco coeso disposto a fazer oposição a Vargas; o eleitorado católico elegeu um grupo expressivo de parlamentares comprometidos com a Igreja, e o país abriu espaço para a escolha de uma solitária deputada constituinte — a médica Carlota Pereira de Queirós. Os eleitos trabalharam durante oito meses, promulgaram a nova Constituição em 16 de julho de 1934 e, no dia seguinte, elegeram, pelo voto indireto, Getúlio Vargas para presidente da República.

Ainda que lhe garantissem um mandato presidencial novo em folha e aprovassem constitucionalmente todos os atos executados pelo Governo Provisório, os deputados introduziram na Constituição algumas disposições que tiraram Vargas do sério — o texto final era "monstruoso", confidenciou ele aos mais íntimos.[38] Não era; apenas eliminava as condições do mando discricionário que ele vinha exercendo até então. O novo texto constitucional submetia o Executivo à fiscalização do Legislativo, acabava com os decretos que permitiam ao chefe do Governo Provisório substituir o Congresso na função de elaborar leis e garantia completa independência ao Tribunal de Contas. Para aumentar a irritação de Vargas, os congressistas limitaram em quatro anos o mandato presidencial e ainda vetaram a possibilidade de reeleição.

A nova Constituição refletia os esforços modernizadores e democratizantes dos deputados — a racionalização da autoridade, a manutenção do federalismo, o reforço para o desenvolvimento das instituições políticas, a inclusão de novos setores sociais por meio de um processo eleitoral mais alargado. Mas ela também expunha os limites dessa mesma República, que continuavam em vigência após 1930: conservou inalterada a estrutura agrária do país e manteve o trabalhador rural fora da legislação protetora do trabalho. Os analfabetos continuavam excluídos do processo eleitoral, e os imigrantes foram submetidos a uma política restritiva em suas garantias individuais, que permitia ao Estado expulsar estrangeiros considerados politicamente perigosos à ordem pública ou aos interesses nacionais. O texto constitucional também assegurava ao Executivo o uso de um instrumento coercitivo que trazia embutida a concessão de plenos poderes — o estado de sítio —, além de permitir a adoção da censura para todo tipo de publicação. Mesmo assim, essa era uma Constituição inovadora, que ampliava as condições para o exercício da cidadania. Mas ela durou menos de dois anos. No Brasil, como em toda parte do mundo, enquanto avançavam os anos 1930, a atmosfera tornava-se cada vez mais pesada. Uma mudança radical estava em andamento, alterando a ordem das prioridades e indicando que a democracia não estava mais no topo da lista das preferências políticas.

O que fez proliferar os ditadores não foi somente uma permanente sensação de crise profunda que paralisava governos desde a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e parecia sugerir que a suposta agonia do capitalismo só poderia ser resolvida pelo intervencionismo do Estado. As nuvens eram mais escuras e carregadas. Em 30 de janeiro de 1933, o presidente alemão Hindenburg nomeou Hitler chanceler e a barbárie vestiu o hábito da modernidade:[39] o partido nazista chegou ao poder e, com ele, a intolerância à oposição, o culto ao militarismo e à guerra, a submissão da sociedade à racionalidade administrativa e a disposição para a política do genocídio. Em 27 de fevereiro, o Reichstag — o Parlamento alemão — estava em chamas, enterrando, no incêndio, as esperanças de um futuro democrático na Alemanha. A terrificante novidade totalitária — o nazismo alemão, o stalinismo soviético — e as formas características do fascismo, sobretudo o italiano, emergiram numa Europa atravessada por guerras civis, pela desagregação dos velhos impérios autocráticos e pela crise econômica.

Entre nós, a força do fascismo anunciou-se de maneira clara a partir de 1932, com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB).[40] Era o primeiro partido político de massas do Brasil, com capacidade de inserção nacional, crença corporativa, culto à liderança política e ao domínio do Estado, e disposição para fazer ecoar o discurso antissemita uma oitava acima do que já era corrente na sociedade brasileira. Os integralistas arrebanharam apoio nos setores das classes médias urbanas, sobretudo entre funcionários públicos, padres, profissionais liberais, poetas, comerciantes, industriais, e nas áreas de colonização alemã e italiana. Recebiam assessoria e ajuda financeira da embaixada da Itália, dispunham em seus quadros de um grupo de intelectuais prontos a produzir ideologia fascista em moldura de brasilidade — Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso — e contavam com uma militância ativa.

Em outubro de 1934, na cidade de São Paulo, uma única marcha comandada pela AIB reuniu em torno de 40 mil integralistas, que desfilaram, batendo as botas no chão, em cadência militar. A população, perplexa, se acotovelou para ver. Pálidos de emoção ou ansiedade, minuciosamente coreografados em fileiras fechadas e braços estendidos, os integralistas marcharam impecáveis: camisas verdes, braçadeiras com insígnias grafadas em negro — a letra grega sigma, de "soma", indicando que o integralismo era a síntese totalizadora de toda a sociedade —, estandartes desfraldados audaciosamente à luz do dia, numa marcação cênica que pretendia demonstrar força e disposição de combate. No auge de seu crescimento, em 1937, a Ação Integralista Brasileira chegou a reunir entre 100 mil e 200 mil adeptos em todo o país, numa população de cerca de 40 milhões de habitantes — era a face escancarada do fascismo (ver imagem 95). Menos visível, talvez, foi o movimento de aproximação com o fascismo que cresceu entre os integrantes do governo e no meio dos oficiais das Forças Armadas.[41] O general Góes Monteiro, por exemplo, a mais competente e poderosa patente do Exército de então, não duvidava que o fascismo italiano apresentava a melhor alternativa para a modernização do país.

Vargas, nesse aspecto, não discordava de Góes Monteiro e também via no integralismo uma forma orgânica de governo com exacerbação dos valores da nacionalidade, exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo — pontos que reforçavam suas próprias convicções autoritárias. Mas simpatia tinha limites: enquanto Góes Monteiro defendia o monopólio das armas para o Exército e não engolia nenhuma iniciativa paramilitar, Vargas não estava disposto a confiar num movimento que deixava explícita a

intenção de governar o país, no seu lugar, o mais rapidamente possível. Confirmando suas suspeitas, os integralistas montaram uma estrutura hierárquica paralela à de seu governo, que incluía a criação de milícias paramilitares, o uso de propaganda em tecnologia moderna — fotografia, rádio e cinema — e um azeitado arranjo assistencialista em alguns estados e municípios. A essas alturas, Vargas sabia que era impossível ignorar o movimento. Pragmático, ele pretendia usar a máquina fascista de acordo com suas próprias conveniências e fazer do integralismo um aliado tático contra as novas forças que se organizavam na oposição — em especial, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e os comunistas.

A ANL foi criada a partir das articulações promovidas por uma facção minoritária dos tenentes que não acompanharam Vargas, ou se desencantaram com seu governo.[42] O grupo — do qual faziam parte Miguel Costa, Herculino Cascardo, Roberto Sisson, João Cabanas, Carlos Leite, André Trifino, Agildo Barata — era pequeno, mas todos os seus membros tiveram participação ativa nos movimentos militares da década de 1920, continuavam envolvidos com a política e tendiam a se identificar com propostas sociais reformistas, pretendendo recuperar o rumo da República, que julgavam ter se desviado após a vitória da Aliança Liberal, em 1930.

Os tenentes eram politicamente ativos e nada desatentos: viam a luta contra o fascismo como a única opção realista, entendiam que a emergência do integralismo resultava do impacto político do fascismo no Brasil e especulavam sobre a extensão desse impacto dentro do governo. Apostaram numa coalizão ampla capaz de abrigar o conjunto das forças de oposição e num programa político reformista e antifascista que retomava — e radicalizava — os principais pontos da plataforma da Aliança Liberal: suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, nacionalização dos serviços públicos, reforma agrária, aumento dos salários, garantia dos direitos e das liberdades individuais — incluindo a liberdade religiosa — e combate ao racismo.

No início de 1935, os organizadores da ANL prepararam um evento solene de instalação, no Teatro João Caetano, na área central do Rio de Janeiro. O teatro era o maior e mais antigo da cidade, construído por ordem de d. João VI, e foi escolhido a dedo pelos tenentes por abrigar uma simbologia poderosa — ali tinha sido assinada a primeira Constituição brasileira. Ainda assim, depois de tudo planejado, quando as pesadas cortinas de veludo vermelho foram abertas, os principais articuladores do evento, presentes no palco, se entreolharam, pasmos. Cerca de 10 mil pessoas atenderam ao chamado para ouvir a ANL: havia gente nas cadeiras, nos camarotes e frisas, nas torrinhas; gente sentada nos corredores, pendurada nas balaustradas e trepada no topo das colunas. No final da festa, um estudante, Carlos Lacerda, nervosíssimo mas atrevidíssimo, filho do grande líder popular Maurício de Lacerda, membro da Juventude Comunista e muito bom de oratória, subiu ao palco e lançou o nome de Luís Carlos Prestes para presidente de honra da ANL. O lance tirou o fôlego da plateia, e o teatro veio abaixo numa aclamação uníssona e barulhenta.

O cargo não existia, a cena havia sido previamente preparada pelos comunistas, e a proposta não tinha como não ser aceita. Prestes era a liderança política de maior prestígio no país, um herói popular e personagem de inegável carisma. Tinha charme, suas maneiras eram suaves, a voz firme dominava qualquer interlocutor e o brilho dos olhos convencia pela sinceridade — era, igualmente, um homem duro, vaidoso e intolerante,

mas isso os brasileiros ainda não sabiam. Seja como for, naquele momento seu nome era imbatível. Na avaliação dos comunistas tratava-se de uma jogada decisiva para viabilizar sua própria adesão à ANL, em obediência à orientação prescrita por Moscou: os partidos comunistas, em qualquer parte do mundo, deveriam apoiar a formação de frentes populares, criadas para combater o fascismo, a ameaça nazista e o perigo da guerra. A estratégia funcionou, e governos de frentes populares foram eleitos no Chile, na França e na Espanha.

A ANL foi exatamente isso. Uma frente de massas atuando dentro da ordem constitucional, com quatrocentos núcleos espalhados por todo o país, capaz de promover grandes campanhas em favor dos direitos de cidadania e comícios que reuniam milhares de pessoas. Já o Partido Comunista era uma organização minúscula, clandestina, com escassa penetração na sociedade, mas com o firme propósito de readequar a orientação das frentes populares no rumo de uma insurreição.[43] O Brasil vivia um momento altamente suscetível a manifestações políticas, com greves mobilizando operários na capital da República e em São Paulo, descontentamento nas Forças Armadas, movimentos reivindicatórios de todo tipo pipocando nos estados, e ferozes enfrentamentos de rua acontecendo entre integralistas e partidários da ANL. No Catete, preocupado com a conjuntura e assustado com a rapidez do crescimento da ANL, Vargas aguardava a ocasião propícia para intervir.

Em 5 de julho de 1935, data dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, a ANL realizou sua última reunião pública, em sua sede, no largo da Carioca, no Rio de Janeiro — precavido, o governo já havia mandado proibir comícios. A faísca que acendeu o pavio curto do Catete foi produzida por um manifesto, redigido por Prestes, encaminhado à ANL na data do comício e lido pelo mesmíssimo Carlos Lacerda. "Brasileiros!", recitou este, vibrante. "Vós que nada tendes para perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!"[44] O apelo de Prestes à tomada do poder pelas armas era tudo que Vargas precisava ouvir. No dia seguinte, um decreto presidencial fechou a ANL e pôs a organização na ilegalidade.

Miguel Costa, furioso, enviou a Prestes carta desaforada: "Você […] pouco ou mal informado […] lançou seu manifesto dando a palavra de ordem 'todo o poder à ANL'. […]. Tal ordem só deveria ter sido dada quando o governo já se encontrasse na impossibilidade material de reagir".[45] Ele estava certo. O texto do manifesto capturava um discurso de vitória fácil — ignorava as reais condições políticas do Brasil, desdenhava da capacidade de reação de Vargas, comprometia a ANL, superestimava o efetivo militar à disposição da insurreição. Prestes, contudo, não redigiu seu manifesto amparado apenas pela falta de noção. A orientação para o levante fazia parte das diretrizes concebidas em Moscou pela Internacional Comunista — o organismo soviético encarregado de instruir os partidos comunistas sobre como levar adiante ações revolucionárias. Os dirigentes da Internacional Comunista sabiam muito pouco acerca da América do Sul, dispunham de informações ainda mais precárias sobre o Brasil e analisavam a realidade política brasileira em chave idêntica à da China — imensos países semicoloniais, com governos centrais incapazes de controlar integralmente o território nacional e, assim, abertos a insurreições regionais.[46] Contando com a experiência militar e o prestígio popular de Prestes, que vivia em Moscou

desde 1931, os soviéticos desenvolveram planos para a região provavelmente a partir de 1933, e apostaram na chance de acender um foco insurrecional no Brasil. Entre o fim de 1934 e os primeiros meses de 1935, a Internacional Comunista despachou quadros profissionais para cá, e incluiu entre eles especialistas em explosivos, formas de sabotagem, lutas de rua, codificação e decodificação de mensagens e transmissões de rádio, além de um agente responsável pelo financiamento da operação brasileira.

Em março de 1935, a organização transferiu seu escritório sul-americano de Buenos Aires para o Rio de Janeiro, sob a direção de Arthur Ewert, eleito deputado ao Parlamento alemão durante a década de 1920 e com uma extensa folha de serviços prestados em defesa do movimento comunista internacional. Em abril de 1935, Prestes regressou clandestinamente ao Brasil, acompanhado de Olga Benário, agente recrutada no IV Departamento do Estado-Maior do Exército Vermelho — o serviço secreto militar soviético — para garantir sua segurança, e que acabaria por se tornar sua companheira (ver imagem 94). Seria a primeira vez, na história do país, que os comunistas pegariam em armas para fazer valer seu programa revolucionário; em novembro de 1935, eclodiram os levantes armados, em três pontos diferentes do território.

O primeiro levante teve início em 23 de novembro, começou no quartel do 21° Batalhão de Caçadores em Natal, espalhou-se numa velocidade inesperada, e os comunistas, contando com apoio popular e sem encontrar muita resistência, conseguiram ocupar a cidade durante quatro dias. Em Pernambuco, o 29° Batalhão de Caçadores levantou-se na madrugada do dia 24, na Vila Militar, em Jaboatão dos Guararapes, e marchou para o centro do Recife sob o comando de dois oficiais e de uma extraordinária liderança comunista — o então sargento Gregório Bezerra. Foram três dias de combates, com Bezerra coordenando os rebeldes e percorrendo ruas e guarnições militares atrás de armamento e adesão até ser posto fora de combate, com um tiro, durante a tentativa de tomar praticamente sozinho o quartel-general da 7ª Região Militar. Mas, tanto no Recife, onde a ameaça de bombardeio aéreo apavorou a população, quanto em Natal, os insurgentes estavam sós, dependiam da improvisação e eram pouco numerosos para enfrentar a ofensiva das tropas do Exército leais ao governo que se deslocaram da Bahia, do Ceará e da Paraíba. Em 27 de novembro, os rebeldes foram encurralados e a insurreição, no Nordeste, dominada.[47]

O terceiro e último levante ocorreu no Rio de Janeiro, na madrugada de 27 do mesmo mês de novembro, em duas unidades militares de elite — o 3° Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos.[48] Da Escola de Aviação, os rebeldes planejavam decolar com os aviões — e fracassaram quando não conseguiram defender o aeroporto contra o ataque das tropas legalistas. Já para o 3° Regimento de Infantaria, a estratégia era outra: dominar rapidamente o quartel, lançar um ataque sobre o Palácio Guanabara e prender o presidente da República. Não funcionou: situado na praia Vermelha, encravado numa estreita faixa de terra entre o mar e a montanha e dispondo de uma única via de acesso, o 3° Regimento de Infantaria era uma ratoeira. Durante a madrugada, os rebeldes atacaram e demoraram mais que o previsto para tomar o quartel. Nesse meio-tempo, foram cercados pelas tropas governistas. Sitiados e enfrentando artilharia pesada, após oito horas de resistência convenceram-se de que a situação estava perdida.

Ainda em novembro, durante os levantes em Natal e no Recife, Vargas pressionou e o

Congresso aprovou o estado de sítio. Em dezembro, a pressão aumentou, o governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo, o general Góes Monteiro defendeu a suspensão dos direitos individuais, e os deputados aceitaram decretar o estado de guerra por noventa dias — medida prorrogada sucessivamente, até julho de 1937. O governo podia agora agir sem limitações, e levou adiante uma brutal operação, em larga escala, de busca e detenção, sem data para terminar, que jogou na cadeia milhares de pessoas — membros da ANL, comunistas, simpatizantes e qualquer cidadão que a polícia considerasse suspeito de conspiração, incluindo o popular prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto.[49]

Com as cadeias abarrotadas e navios de guerra da Marinha do Brasil transformados em prisão flutuante, os julgamentos foram sumários, as chances de defesa, reduzidas, e os condenados, enviados para os presídios da Ilha Grande e para Fernando de Noronha. Apanhado no arrastão repressivo em março de 1936, em Maceió, o escritor Graciliano Ramos, um dos inúmeros simpatizantes do Partido Comunista no Nordeste, foi embarcado no porão de um navio para o Rio de Janeiro e, em seguida, enviado para a Colônia Correcional da Ilha Grande, onde permaneceu preso, sem acusação formal, até janeiro de 1937. Em liberdade, Graciliano escreveu *Memórias do cárcere*, o mais contundente relato da violência desmedida gerada pelo governo Vargas. Publicado somente após sua morte, em 1953, o livro arrancou do anonimato os companheiros de cadeia, registrou o duro aprendizado do intelectual na prisão, revelou o processo de degradação produzido pelo sistema carcerário: "Aqui não há direito", dizia o encarregado dos presos da Ilha Grande. "Escutem. Nenhum direito. […] Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer".[50]

Vargas sabia das torturas e da violência policial, e conhecia a ferocidade do sistema repressivo a que seu governo dera início. Também foi informado regularmente e com antecedência sobre a movimentação dos comunistas e sobre os planos para desencadear levantes em pontos distintos do país. Um dos enviados de Moscou, Johnny (ou Johann) de Graaf, incumbido do treinamento em métodos de luta, barricadas nas ruas e fabricação de bombas, era agente duplo: transmitia suas informações a Alfred Hutt, superintendente da companhia de energia Light, no Rio de Janeiro, e o principal agente do serviço secreto britânico no Brasil — o MI6. Hutt repassava tudo ao embaixador inglês, as informações eram selecionadas por Londres e entregues ao ministro do Exterior, Oswaldo Aranha, que as encaminhava a Vargas.[51] Entre dezembro de 1935 e março de 1936, a caçada policial, abastecida com as informações de Johnny, chegou até os quadros da Internacional Comunista — e, em seguida, ao esconderijo de Prestes. Não escapou ninguém. O corpo de Victor Baron, encarregado pelos soviéticos das transmissões clandestinas de rádio, foi atirado de uma das janelas da Polícia Central, na capital da República, para simular suicídio — ele havia sido assassinado sob tortura. Arthur Ewert, submetido a longos interrogatórios e diversas formas de tortura, enlouqueceu na prisão — morreu, em 1959, internado no principal hospital de Berlim Oriental. Prestes seria mantido preso durante nove anos, parte desse período em completo isolamento. Olga Benário, judia e comunista, foi deportada, grávida, para a Alemanha nazista, entregue à Gestapo e morta numa câmara de gás, no campo de extermínio de Bernburg.

Com a ANL fechada e os comunistas na cadeia, Vargas liquidou as forças de oposição situadas à esquerda do seu governo; cioso do poder, a ele só faltava livrar-se do curto experimento democrático, inaugurado com a Constituição de 1934. Em 1937, às vésperas

das eleições que deveriam escolher o novo presidente da República, empurrou o Brasil para mais oito anos de ditadura e quase não enfrentou reações. Para que isso acontecesse, foi indispensável muito cálculo político, uma boa dose de sangue-frio e uma notável capacidade de, com frequência, recuar um passo para avançar dois. Ele manobrou os parlamentares e enquadrou presidentes estaduais — em especial, Flores da Cunha, presidente do Rio Grande do Sul, seu ex-aliado, a essas alturas no exílio. Vargas também controlou milimetricamente a competição política entre seus possíveis sucessores, cuidou de não desperdiçar forças e apostou na fragilidade das práticas democráticas do país.[52] Um plano bem urdido pegaria todos de uma vez, mas seu sucesso dependia do acerto na dosagem de alguns ingredientes — um deles, a aliança com o Exército. Uma dupla de generais foi decisiva: o chefe do Estado-Maior, Góes Monteiro, e Eurico Gaspar Dutra, próximo aos integralistas e nomeado ministro da Guerra, em 1936. Os generais queriam um Exército moderno, com armas e indústria; em troca, dariam a Getúlio apoio militar para o golpe e sustentariam a ditadura. O outro ingrediente era convencer a opinião pública de que, com os levantes de 1935, o país estava bordejando a catástrofe. "O comunismo", informou Vargas à nação, pelo rádio, à meia-noite de 31 de dezembro, "constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã."[53]

A combinação entre censura, repressão e propaganda produziu uma tempestade ideológica que demonizou a atuação dos comunistas, infundiu terror no coração da população católica e das classes médias e altas, e consolidou um imaginário anticomunista que acompanharia a história política do país pelos cinquenta anos seguintes. Os levantes de 1935 converteram-se, pelo discurso oficial, na Intentona Comunista — "intentona" significa "intento louco ou insensato" —, e uma carga injuriosa de crimes foi imputada aos rebeldes: os oficiais comunistas seriam acusados de ter assassinado friamente os próprios companheiros legalistas do 3º Regimento de Infantaria enquanto estes dormiam; o levante em Natal teria sido acompanhado por saques, depredações, invasões e estupros.

Para justificar o combate ao seu maior inimigo, Vargas forjou acusações a rodo. No dia 30 de setembro de 1937, o país foi sacudido pela denúncia, publicada pela imprensa, da existência de preparativos para um novo levante orientado por Moscou. O Exército havia capturado um minucioso programa secreto de tomada do poder — o Plano Cohen —, repleto de instruções atemorizantes: incêndio de prédios públicos, saques, fuzilamentos sumários de civis.[54] O documento tinha nome judaico e era falso. Foi escrito pelo então coronel Olympio Mourão Filho, organizador da milícia paramilitar da AIB, responsável pelo serviço secreto integralista e lotado no setor de inteligência do Estado-Maior do Exército. O general Góes Monteiro recebeu a papelada produzida por Mourão, tratou-a como autêntica e a encaminhou a Vargas. Ato contínuo, o documento foi tornado público.

Cópias começaram a circular nos quartéis, os jornais reacenderam os debates contra o perigo comunista, programas de rádio trovejavam o tema do anticomunismo, e a população ficou alvoroçada. Em torno de dois meses depois, satisfeito com o resultado, Vargas avaliou que o sinal estava verde: no dia 10 de novembro, cercou o Congresso e mandou seus membros para casa, jogou a Polícia Militar na rua, impôs uma nova Constituição ao país e batizou o golpe de Estado. Mal foi disparado um tiro. Começavam os longos anos de ditadura do Estado Novo.

NOSSO PEQUENINO FASCISMO TUPINAMBÁ

O centro de sustentação do Estado Novo estava corporificado funcional e pessoalmente na figura de Vargas — o único civil a comandar uma ditadura no Brasil, garantida pelas Forças Armadas, em especial pelo Exército, e apoiada numa política de massas. O novo regime fazia uso da leitura da obra de alguns pensadores políticos conservadores, como Alberto Torres, um defensor da ideia de que cabia ao Estado organizar a sociedade, fornecer um propósito à nação e implantar as mudanças de que o país necessitava. Também tinha nome e tonalidade fascistas. "Estado Novo" designava a ditadura de Salazar, iniciada em Portugal em 1932, e o regime brasileiro compartilhava alguns traços com o fascismo europeu: a ênfase no poder do Executivo personificado numa liderança única; a representação de interesses de grupos e classes sociais num arranjo corporativo, isto é, sob a forma de uma política de colaboração entre patrões e empregados, tutelada pelo Estado; a crença na capacidade técnica posta a serviço da eficiência do governo e acompanhada da supressão do dissenso.[55]

Apesar disso, no caso do Estado Novo imposto por Vargas, não se tratava de um regime fascista, e menos ainda da reprodução de um modelo fascista europeu — português ou italiano, ou ainda espanhol. Sua natureza era outra: autoritária, modernizante e pragmática (ver imagem 96). Ou, como definiu, sarcástico, Graciliano Ramos, o Estado Novo era, no máximo, "nosso pequenino fascismo tupinambá".[56] O projeto de uma sociedade autoritariamente controlada pelo Estado — e não apenas suas classes populares — envolvia, é claro, o estabelecimento de um sistema repressivo capaz de manter com sucesso a tampa sobre o caldeirão e impedir a ebulição de qualquer atividade oposicionista. Mas a viabilidade do Estado Novo dependia também da capacidade de Vargas seguir em frente com a fórmula de restringir ao mínimo o núcleo de decisão e ampliar ao máximo suas bases de sustentação, construindo, para isso, um aparato político dotado de ferramentas próprias para angariar adesões e absorver conflitos.

As vigas mestras do sistema de repressão policial do Estado Novo foram instituídas antes do golpe de 1937, à medida que a Constituição de 1934 se desintegrava.[57] A Lei de Segurança Nacional, de 1935, definia os crimes contra a ordem política e social, e o Tribunal de Segurança Nacional, instalado em 1936, servia para julgar sumariamente os atos políticos cometidos e mandar os condenados para a prisão. Antes disso, porém, em janeiro de 1933, Vargas criou, por decreto, na capital da República, sua polícia política. A Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp) atuava exclusivamente na repressão política, e cuidava de receber denúncias, investigar, deter e encarcerar qualquer pessoa cuja atividade fosse considerada suspeita — sem necessidade de comprovar prática efetiva de crime. No comando da Desp — e da Polícia Civil — Vargas entronizou o capitão do Exército Filinto Müller. Na condição de chefe de polícia, Müller não vacilou em mandar matar, torturar ou deixar apodrecer nos calabouços da Desp suspeitos e adversários declarados do regime. Pró-nazista, manteve através de sua delegacia um intercâmbio, reconhecido pelo governo brasileiro, com a Gestapo — a polícia secreta de Hitler — que incluía troca de informações, técnicas e métodos de interrogatório.[58] Müller era oficial da ativa, provisoriamente deslocado para um posto especial fora da cadeia de comando regular, e voltaria a vestir a farda em 1942, mas jamais recebeu nenhum tipo de

desaprovação formal do Alto-Comando por seu comportamento e pelos serviços prestados ao Estado Novo. E, ademais, sempre contou com o apoio incondicional do presidente da República.[59]

O Estado Novo, como qualquer governo de força, dependia do consentimento da maioria da população. Aliás, nenhum governo anterior a Vargas devotou mais esforços a tentar construir um aparato próprio para se legitimar e difundir seu ideário político.[60] Tampouco se esqueceu do exercício sistemático e amplo da censura vista como peça fundamental de desmobilização e supressão do dissenso. A peça-chave que ligou o sistema e o fez funcionar foi concebida por Getúlio, em 1939, sob a forma de uma agência com gigantesco poder de interferência na área de comunicação — o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Diretamente subordinado à Presidência, com órgãos filiados nos estados e dirigido por um jornalista, Lourival Fontes, cuja lealdade estava com Vargas, e as simpatias políticas, com o fascismo italiano, o DIP era uma máquina bem planejada: tinha seis seções — propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares — e a tarefa de projetar as bases de legitimidade do Estado Novo. A agência interferiu em todas as áreas da cultura brasileira; censurou formas de manifestação artística e cultural; instrumentalizou compositores, jornalistas, escritores e artistas, e desenvolveu múltiplas linhas de ação. Numa delas, funcionários do DIP exploraram o potencial da imprensa escrita criando publicações concebidas exclusivamente para esse fim — as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Em outra, a agência buscou assumir o controle sobre tudo que se relacionava com a canção popular, talvez a mais eficiente linguagem produtora de conhecimento sobre o Brasil e acessível a toda a população.

Durante a década de 1930, a canção popular firmou-se, de vez, como o traço essencial e mais evidente da fisionomia musical do Brasil moderno. As composições do período solidificaram a linguagem autônoma do samba, foram buscar nesse gênero musical certa raiz própria distintiva da condição de ser brasileiro e elegeram dois eventos para caracterização de seus modelos: a institucionalização do Carnaval como a mais importante festa popular do país e a consolidação do rádio como primeiro veículo de comunicação de massas. São os anos da fase de ouro do samba urbano brasileiro, que contou com compositores do porte de Ary Barroso, Wilson Batista, Ataulfo Alves, Assis Valente, Dorival Caymmi, Nelson Cavaquinho, Geraldo Pereira. E, é claro, com Noel Rosa, cuja trajetória artística inclui a criação de cerca de trezentas composições em sete anos de atividade, de 1930 a 1937.[61] Noel consumou o processo de modelagem da forma da canção que hoje conhecemos: linguagem própria fundada nas entoações e expressões da fala cotidiana, relação entre melodia e letra, inventividade poética e tratamento musical flexível — ora acelerando na direção da marchinha, ora valorizando o percurso melódico de modo a conservar as inflexões sonoras originárias das serestas e das modinhas. Fazer canção, para Noel, significava compor samba. Com a linguagem atrelada ao dia a dia do país, seus sambas revelam os signos do projeto de modernização então em marcha — o telefone, o cinema falado, o apito da fábrica, a fotografia e a baratinha, um carro esporte conversível com lugar para duas pessoas.

Noel Rosa morreu em maio de 1937 — não compôs sob a ditadura. Tampouco presenciou o trabalho desenvolvido pelo DIP e a atuação da agência no campo da canção popular. Noel certamente ficaria assustado: só no ano de 1942, o DIP proibiu 373 canções e 108 programas de rádio, e interferia em tudo.[62] Instituiu o Dia da Música Popular Brasileira em 3 de

janeiro, organizou o Carnaval carioca, botou peso na escolha de temas nacionais, de preferência históricos, para definir o samba-enredo das escolas, e apostou na utilidade do samba como símbolo de identidade nacional.[63]

Os funcionários do DIP foram especialmente hábeis em aproveitar o impacto tecnológico operado pelos novos veículos de comunicação — rádio e cinema — e propagandear as ações e iniciativas do governo. O rádio já era, na época, um fenômeno de massa: atendia à demanda de entretenimento de uma audiência crescente, estava consolidado como veículo publicitário e conseguia fazer brotar o sucesso. Em 1938, o DIP passou a difundir propaganda oficial por meio da transmissão radiofônica diária, em cadeia nacional, da *Hora do Brasil*; através desse programa, popularizou a voz de Vargas, com discursos curtos e simples que pareciam eliminar intermediários e falar diretamente ao ouvinte. Em 1942, a agência ampliou o foco, e tratou de associar a mensagem do governo a uma programação humorística e de musicais. Eficiente, ela investiu no formidável sucesso dos "programas de auditório", idealizados para tornar a Rádio Nacional uma espécie de casa de teatro acessível à população pobre, e onde torcidas — os fã-clubes — assistiam aos cantores de sucesso.

A legitimidade da ditadura do Estado Novo dependia de que seus agentes o associassem a Vargas, combinando, na figura do ditador, a imagem do líder com a representação da nação. Um dos principais pontos de apoio do regime, o Ministério da Educação e Saúde foi decisivo para sinalizar a importância que o Estado Novo atribuía à cultura como ferramenta na composição desse modelo. Dirigido por Gustavo Capanema — mineiro que disputou e perdeu o posto de interventor em Minas Gerais em 1933, e que Vargas optou por levar para o Rio de Janeiro em 1934 —, o órgão foi, talvez, o melhor exemplo da ambivalência cultivada pela política do Estado Novo.[64]

E Capanema agarrou sua oportunidade no comando da pasta da Educação. Criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nomeou Heitor Villa-Lobos — o grande compositor de música clássica — superintendente de educação musical e encarregado da formação de grandes corais orfeônicos, compostos de estudantes que se apresentavam nas manifestações de massas do regime. Para abrigar a sede do seu ministério, Capanema garantiu a execução de um projeto arquitetônico que punha em prática experimentações técnicas e estéticas modernistas sem precedência no país. A obra era do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, a inspiração vinha da nova linguagem arquitetônica definida por Le Corbusier, as paredes traziam murais de Portinari, e o projeto contou com a colaboração do arquiteto Oscar Niemeyer. O prédio existe até hoje, talvez um pouco maltratado, mas ainda espetacular. Porém, num movimento pendular característico do Estado Novo, o mesmo ministério Capanema que promovia os modernistas e as vanguardas silenciou sobre as intervenções arbitrárias e prisões que atingiram as áreas da cultura e da educação; também não impediu a perseguição aos comunistas, e fechou a Universidade do Distrito Federal.

A cultura era entendida como assunto de Estado, e a ditadura fez uso disso para se aproximar de escritores, jornalistas e artistas. Entre o ministério Capanema e o DIP abriu-se um mercado de cargos destinados a intelectuais que desejassem se inserir nos espaços privilegiados do serviço público, e formou-se uma larga roda de convívio entre intelectuais e artistas e o núcleo decisório do governo. Ainda que alguns entre eles antagonizassem, com sua produção, a ordem estabelecida, uma expressiva parcela dos intelectuais

brasileiros ao centro, à direita e à esquerda do espectro político aceitou demandas que lhe faziam as agências do Estado Novo: poetas, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Rosário Fusco e Menotti Del Picchia; intelectuais, como Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Nelson Werneck Sodré; ou escritores, como Graciliano Ramos.[65] É bem verdade que havia uma vontade de transformação atravessando o campo da cultura e projetando, em escala nacional, uma estética, uma imaginação e um pensamento que já não estavam circunscritos aos regionalismos. O Estado Novo forneceu régua e compasso a esse esforço de construção de uma nacionalidade triunfante, sustentada, numa ponta, pela crença na autenticidade da cultura popular e, na outra, pela mistura heterogênea de elementos culturais originários de várias regiões do país. Um turbante de baiana aqui, ali um pandeiro ou um tamborim pinçados do morro carioca, acolá um toque de berimbau e um passo de capoeira, mais adiante um mulato de voz macia que resume todos os brasileiros — ao sul do equador nada é puro, e tudo estaria misturado.[66] Na representação vitoriosa dos anos 1930, o brasileiro nasce, portanto, onde começa a mestiçagem. A mistura deixou de ser desvantagem para tornar-se elogio, e diversas práticas regionais associadas ao popular — na culinária, na dança, na música, na religião — seriam devidamente desafricanizadas, por assim dizer. Transformadas em motivo de orgulho nacional, foram aclamadas, e são até hoje consideradas, marca da originalidade cultural do país.

Assim foi com a feijoada. Originalmente uma "comida de escravos", a combinação de feijão-preto cozido com grandes nacos de carne de porco e toucinho, adubada com couve, laranja, arroz e farinha, converteu-se em prato nacional e carregou consigo a representação simbólica da mestiçagem: o feijão-preto e o arroz branco, uma vez misturados, funcionam como a metáfora harmoniosa de uma mestiçagem que é racial *e* cultural; a couve, por seu turno, reporta ao verde das matas, e a laranja tem a cor amarelada do ouro — numa feijoada completa tudo se mistura e prontamente se transforma em matéria de nacionalidade. O processo de elaboração dessa nacionalidade também visou outras áreas. Reprimida pela polícia do final do século XIX e tipificada como crime pelo Código Penal de 1890, a prática da capoeira, ainda hoje, remete tanto a uma coreografia quanto a um jogo, além de ser igualmente uma forma de luta e de memória da resistência dos escravos. Em 1937, porém, a capoeira passou a ser valorizada pelo Estado Novo. Nem branca nem negra, vira capoeira "cruzada", como já se dizia desde o início do século XX — é o resultado original de algo criado pela mistura entre o português, o africano e o índio. Nos tempos de Vargas, a capoeira fez a transição para o mundo das representações nacionais e foi oficializada pelo Estado Novo como a legítima modalidade esportiva nacional. Seria assim também com o candomblé, oficializado nesse mesmo contexto (ver imagem 98).

A celebração da diversidade racial e cultural proporcionou ao país as condições para acertar o relógio com a cultura importada dos europeus e dos norte-americanos e colocar a originalidade mestiça no centro de seu investimento sociocultural para exportação. Em 1939, o Brasil despachou para os Estados Unidos a cantora Carmen Miranda, sua mais bem-sucedida versão internacional. Carmen já havia se transformado na grande estrela do disco, do palco e dos cassinos brasileiros, era adorada pelo público, e desembarcou em Nova York a convite de produtores norte-americanos, para cantar na revista musical *Streets of Paris*.[67] Reza a lenda que ela levou exatos seis minutos para conquistar a Broadway e

necessitou de apenas um filme, *Serenata tropical*, para ganhar fama mundial. A história pode ser exagerada, mas a escalada de Carmen foi vertiginosa, e em pouco tempo ela era a artista feminina mais bem paga de Hollywood. Sua foto estampava capas de revistas, anúncios de publicidade e vitrines de lojas dos Estados Unidos, seus discos vendiam aos milhares, e os *nightclubs* disputavam o privilégio de ter um show estrelado por ela — de preferência, acompanhada por seu célebre conjunto musical, o Bando da Lua. Embora costumasse declarar aos jornalistas não ter voz nenhuma — "o que eu tenho é bossa" —,[68] Carmen Miranda foi uma artista dotada de genuíno talento. A despeito de ser portuguesa de origem, ela era, também, uma grata coincidência para o projeto de valorização da mestiçagem desenhado pelo Estado Novo. Seu repertório e estilo incluíam canções de letras indecifráveis, uma coreografia que misturava vagos elementos de samba com um vocabulário gestual exuberante e com um lado musical cômico, rítmico e acelerado, além de um cenário de extrema cafonice tropical.

Por improvável que pareça, essa mistura tinha "bossa", isto é, tinha jeito e talento, coerência e estilo. Carmen Miranda só se apresentava vestida como uma baiana incrementada — inclusive, de lamê vermelho-escuro —, com um imenso turbante de arco-íris na cabeça capaz de acomodar uma ou duas cestas com apliques de pérolas e de pedras coloridas transbordando bananas e outras frutas tropicais de cera, enormes brincos dourados nas orelhas e pulseiras a granel. Para completar o figurino, altíssimas sandálias-plataforma, fundamentais para quem media apenas 1,52 metro de altura, e mais penduricalhos, e ela quase desaparecia dentro da gargantilha de contas graúdas e da profusão de balangandãs — pencas de figas e amuletos que originalmente representavam um pedido ao santo ou pagamento de promessa. No final de cada apresentação, Carmen tinha reinventado o Brasil. Ela dissolvia numa brasilidade genérica negros, brancos e índios, e celebrava um país híbrido, alegre e harmônico.

No início da década de 1940, porém, a rota foi alterada, e chegou a hora de os próprios norte-americanos demonstrarem súbito interesse pelas coisas brasileiras. Entre 1933 e 1945 — anos do governo do presidente Franklin Roosevelt —, os Estados Unidos adotaram uma política externa que combinava doses bem calculadas de pressão e cautela diante do avanço alemão e do nascente sistema de poder dos países do Eixo. A consequência da adoção dessa política, no caso da América Latina, significou uma mudança radical na estratégia de relacionamento entre o governo norte-americano e os países do continente. De olho no mercado externo como uma das condições para se recuperar dos efeitos desastrosos da crise de 1929, ansioso para impedir a influência alemã e italiana, e decidido a garantir a liderança na região a todo custo, Roosevelt trocou a truculência pela negociação: substituiu o uso recorrente da prática intervencionista no continente por uma retórica de solidariedade — o pan-americanismo —, e propôs aos países da América Latina um suculento cardápio de medidas cooperativas de natureza econômica, tecnológica e militar. Roosevelt batizou sua nova estratégia com nome ambicioso — Política de Boa Vizinhança — e arrematou o projeto com um programa de aproximação cultural.[69] A Política de Boa Vizinhança investiu pesado no cinema e criou uma linha de filmes destinados a estimular o pan-americanismo. Nem sempre dava certo. *Serenata tropical*, por exemplo, deixou os argentinos enfurecidos — não só faltava tango no enredo como sobravam salafrários entre os moradores de Buenos Aires. Já *Aconteceu em Havana* atingiu em cheio os brios das plateias de Cuba, indignadas com a imagem de pequenos vigaristas e

com a maneira como Havana, sua bela capital, aparecia no filme — um cassino rodeado por extensos canaviais.

Então, em 1941, os estúdios Disney decidiram entrar no negócio. Em maio desse ano, Walt Disney em pessoa voou com uma equipe de músicos, roteiristas e desenhistas para o México, desceu pela América do Sul até o Brasil e a Argentina, e regressou, em agosto, com pesquisa e esboços suficientes para dois desenhos animados que se transformariam num grande êxito da Política de Boa Vizinhança: *Alô amigos* (*Saludos Amigos*) estreou em 1943 e *Você já foi à Bahia?* (*The Three Caballeros*), em 1945. *Alô amigos* trazia como música-tema a canção "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso, o mais famoso discurso de afirmação da identidade da nação brasileira construído em cadência de samba e que continua a ser cantado como uma espécie de hino nacional alternativo. *Você já foi à Bahia?* exibia canções de Ary Barroso, na voz de Aurora Miranda, irmã de Carmen, e apresentava uma sensacional inovação tecnológica, já testada por Disney em 1940 no filme *Fantasia*: além de cantar, Aurora Miranda, vestida como a indefectível baiana, contracenava com os personagens do desenho animado. Os dois filmes apresentaram o Brasil ao público norte-americano sob os auspícios de uma figura que levava ao plano internacional um universo cultural até então provinciano: o papagaio Zé (Joe) Carioca.[70] O personagem foi inspirado nas intermináveis anedotas de papagaio ouvidas pela equipe de Disney durante a estadia no Rio de Janeiro, nasceu numa sala do hotel Copacabana Palace, provisoriamente convertida em estúdio, e tinha as feições vagamente semelhantes às do compositor Herivelto Martins, autor de um punhado de canções de grande sucesso. Os norte-americanos não sabiam disso, mas a associação era antiga: o papagaio foi o animal que simbolizou o Brasil nos relatos dos primeiros viajantes que aqui aportaram ainda no século XVI. Zé Carioca era uma espécie singular — um "papagaio na periferia do capitalismo".[71] Seu sucesso foi tão instantâneo quanto duradouro. Afinal, ele era capaz de combinar elementos culturais diversos, estetizar a figura do malandro, esvaziá-la de seu sentido transgressor e extrair dessa mistura uma síntese de quem seríamos nós. Por todos os lados era possível reconhecer sinais dessa identidade nacional que o brasileiro ainda gosta de usar para se distinguir: mestiço, vivendo de biscates, sem dinheiro — na "prontidão", como se dizia na gíria da época — e um tanto preguiçoso. Mas, como o próprio Zé Carioca, um sujeito irresistível: simpaticíssimo, livre, feliz da vida, falante, caloroso, folgado, cheio de bossa, bom de bola, craque no samba, um tanto safado — e capaz de aprender tudo depressa, inclusive a melhor maneira de enrolar estrangeiro. Já em sua estreia, Zé Carioca projetou uma imagem positiva do Brasil no exterior, e encantou os brasileiros em geral e a família Vargas em especial, que viu no filme uma homenagem dos norte-americanos ao país e ao seu povo, e se encarregou de patrocinar a sessão inaugural de *Alô amigos* nos cinemas do Rio. O interesse do Estado Novo pelas coisas nacionais foi amplo e variado o bastante para incluir a escolha, para padroeira do país, de uma Virgem Aparecida que, pescada do rio Parnaíba e um pouco castigada pelas águas, era mestiça como os brasileiros.

Mas era preciso reconhecer, como parte dessa inexorável condição de brasileiro, alguns outros itens não tão positivos: a miséria do mundo rural, a falta de dinheiro da maioria da população urbana e o impressionante descompromisso com a ideia de bem público. Também isso "são coisas nossas", avisava Noel Rosa, numa canção de 1932.[72] E enumerava: o malandro que bebe mas não come, a palhoça lá na roça, o prestamista e o vigarista, o bonde que parece uma carroça, tudo isso define um país que é capaz de brincar

alegremente com a própria miséria — e cada um desses itens é uma contradição tão brasileira, sublinhava o compositor, quanto uma morena, um pandeiro e um violão. Na contramão da ironia dos versos de Noel, porém, estava em curso no país um pensamento que negava o argumento racial, arriscava explicações de ordem cultural e insistia em oferecer a mestiçagem como a melhor resposta do Brasil ao resto do mundo.

O momento era absolutamente adequado ao aparecimento de uma obra como *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, cuja primeira edição data de 1933. Seu sucesso, como vimos, foi imediato. Freyre oferecia uma nova interpretação para a sociedade multirracial brasileira e fazia a apologia da civilização lusotropical, resultado inesperado e original da estratégia portuguesa de adaptar a civilização europeia aos trópicos. A proposta do livro era repisar, sob novo ângulo, a ideia de uma sociedade misturada e pioneira em função da ausência de segregação e de uma miscigenação extremada e feliz.[73] Gilberto Freyre executou a façanha analítica de dar caráter positivo ao mestiço — atribuindo a ele não o atraso do país, e sim sua grande vantagem de futuro. Mas Freyre não era o único autor disposto a arregaçar as mangas e buscar uma maneira de entender o Brasil a partir de uma visada original. Em 1936, ainda sob o impacto de sua obra e da modernização dos anos 1930, Sérgio Buarque de Holanda publicou *Raízes do Brasil*, poderoso ensaio sobre os descompassos que iriam formar nossa sociedade. O livro de Sérgio Buarque segue em direção contrária ao caminho indicado em *Casa-grande & senzala*: traz a crítica aguda das soluções autoritárias adotadas sistematicamente no decorrer da história do país, alude aos princípios formadores da sociedade brasileira, testa as possibilidades e expõe as tensões do processo de modernização do país.[74]

Em 1942, a dupla transformou-se em trio, por força da edição de *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., livro que estabelece novo ponto de viragem nesse esforço de reinterpretação do país.[75] No argumento de Caio Prado, a especificidade do Brasil não decorre nem das raízes nem da mestiçagem; ela consiste na ausência de processos de ruptura com as formas políticas e econômicas que organizaram a realidade brasileira ao longo de sua trajetória histórica. Sem uma ruptura radical, argumenta Caio Prado, não há como superar os laços de miséria, subordinação e dependência. E insiste: uma sociedade que se remodela sem um abalo profundo mantém as marcas do atraso e os elementos causadores da miséria. Esses e outros autores de diferentes tendências, como Oliveira Viana, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Alceu Amoroso Lima, Guerreiro Ramos, foram responsáveis pela voga dos grandes ensaios interpretativos do país, que deixavam de olhar o Brasil como uma realidade fragmentada e buscavam entender as contradições enraizadas na sociedade brasileira.

E se a crítica intelectual, do lado que fosse, tornava-se cada vez mais contundente, Vargas continuava firme no sentido de manobrar o campo da cultura e na função de mobilizar a adesão dos trabalhadores. A interferência do Estado como mediador das relações de trabalho era favorável aos operários, reconhecia direitos trabalhistas e sociais, e aumentava o poder de pressão dos trabalhadores sobre os patrões.[76] Entre 1930 e 1945, seu governo implantou as bases e a estrutura da legislação trabalhista, sindical e previdenciária brasileira — e, apesar de transformada, ela chegaria aos dias atuais. Mas, como toda estratégia política, essa também tinha dois lados, e o preço a pagar era a restrição da liberdade política. O trabalhador podia aceitar ser incorporado à sociedade pela tutela do Estado; também podia assumir os riscos de uma vida clandestina e tentar

criar formas de ação sindical e política independente. Ou, ainda, podia submergir num submundo de proscritos: uma espécie de comunidade à parte, continuamente denegrida, perseguida pela polícia, composta de estrangeiros, anarquistas, comunistas, mendigos e da figura do malandro. A malandragem se caracteriza por sua relação esquiva com o mundo do trabalho, e a ela se articulam um personagem e uma escolha política.[77] A figura do malandro — ou vadio — não era exatamente uma novidade na cultura brasileira. Tinha suas origens no século XIX, e servia para definir um sujeito que opera na linha fronteiriça entre o lícito e o ilícito: trabalha o mínimo possível, vive do jogo, das mulheres, de pequenos expedientes e dos golpes que aplica nos otários.

Vargas tinha todo o interesse em combater a malandragem, já que ela poderia facilmente ser interpretada como gesto de recusa política. O compositor Wilson Batista, talvez o mais expressivo representante de uma geração de sambistas que adotaram a malandragem como definição de identidade, sabia que era quase impossível escapar da mitologia do trabalho definida pela ditadura, estava cansado de ter suas canções censuradas e compôs, em parceria com Ataulfo Alves, "O bonde São Januário", seguindo as regras do DIP: "Quem trabalha é quem tem razão/ Eu digo e não tenho medo de errar/ O bonde São Januário/ Leva mais um operário/ Sou eu que vou trabalhar".[78] A canção foi gravada para o Carnaval de 1941, arrasou na interpretação de Cyro Monteiro e fez carreira. Depois de liberada pelo DIP, letra e música circularam de boca em boca, mas a história mudou de figura e a canção passou a agregar na letra uma pequenina — e decisiva — alteração, introduzida pelo próprio autor: "O bonde São Januário/ Leva mais um grande otário/ Sou eu que vou trabalhar". Não foi preciso muita imaginação para entender quem era otário. Burlar o discurso do poder e revelar o logro no jogo da linguagem é estratégia de malandro. Significa valer-se dos dois lados da fronteira — o trabalhador e a lei —, usar ambos e agir em proveito próprio. Era essa estratégia que Vargas não podia perdoar.

ADEUS, ESTADO NOVO

A Segunda Guerra Mundial foi o divisor de águas nos rumos do Estado Novo: garantiu o protagonismo do projeto de modernização proposto pelo regime, ao mesmo tempo que revelou o esgotamento da sua natureza autoritária.[79] Até onde foi possível, a política externa brasileira manteve-se neutra nos anos que antecederam o litígio internacional. Vargas conduziu o jogo até que, com o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, em 1941, foi pressionado a tomar a posição: só em 28 de janeiro de 1942, no final da Reunião dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações comerciais e diplomáticas com as potências do Eixo. A reação não se fez esperar: submarinos alemães torpedearam navios mercantes brasileiros em águas territoriais do país. A população saiu para as ruas e promoveu as primeiras grandes manifestações públicas desde o início da ditadura: exigia a entrada imediata do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados.

Enquanto durou a neutralidade brasileira, Vargas buscou maximizar o ganho sem se expor demais. Garantiu acordos comerciais com a Alemanha nazista, que consolidaram o papel do Brasil como principal parceiro mercantil do Reich na América, e adquiriu submarinos na Itália fascista em troca da exportação de carne e matérias-primas agrícolas. Para compensar, tratou de explorar as possibilidades de relações comerciais com os Aliados, e liberou a compra de destróieres nos Estados Unidos e material bélico na Inglaterra para atender à Marinha do Brasil. Num momento em que não estava claro quem ganharia a guerra e a ofensiva nazista na França havia sido arrasadora, Vargas via a neutralidade como uma estratégia de aproveitamento máximo das circunstâncias; comercializava com ambos os lados, para exasperação do estreito núcleo decisório de seu governo, uns favoráveis aos Aliados, como o chanceler Oswaldo Aranha e seu próprio genro, Ernâni do Amaral Peixoto, interventor do Rio de Janeiro, e outros francamente germanófilos, como os generais Góes Monteiro e Dutra.

As afinidades ideológicas do Estado Novo pendiam para o fascismo: um mês antes da queda de Madri e da derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, Vargas pôs a cautela de lado e reconheceu oficialmente o governo fascista do general Franco. Ele, porém, tinha boas relações com o presidente Roosevelt, e fez de tudo um pouco para intensificar a parceria, uma vez que os propósitos modernizantes de seu governo dependiam de uma estratégia de aproximação com os norte-americanos, no sentido de garantir a colaboração para o estabelecimento de uma indústria de base no Brasil. Mas também fez pressão: instruiu o Itamaraty a divulgar sua disposição de não esperar a decisão dos americanos de apoiar seu projeto de industrialização, insinuou a intenção de aceitar a colaboração alemã e mandou um telegrama para Hitler com “meus votos de felicidade pessoal e de prosperidade para a nação alemã”.[80]

A partir de 1942, com a entrada do Brasil na guerra e a cessão de uma base aeronaval dos Estados Unidos, próxima à cidade de Natal, para contribuir com a linha de defesa do Norte da África, a colaboração brasileira com a administração Roosevelt mudou de patamar e o projeto de industrializar o Brasil saiu do papel. A questão da siderurgia estava no centro desse projeto, vinha do ideário da Aliança Liberal, em 1930, e fazia parte do compromisso de Vargas com as Forças Armadas em troca do apoio militar para o golpe de 1937. Em

1942, com empréstimos de longo prazo do Export-Import Bank, o Estado Novo criou a Companhia Vale do Rio Doce, para exploração de minério de ferro, e construiu a imensa usina siderúrgica em Volta Redonda, uma cidade industrial inteiramente planejada, vizinha ao Rio de Janeiro, símbolo da autossuficiência econômica que Vargas ambicionava para o Brasil. Para arrematar, garantiu o controle da usina através da Companhia Siderúrgica Nacional, uma empresa de economia mista com controle acionário estatal. Em seguida, avançou em áreas como o minério de ferro, processamento de álcalis, produção de motores para aviões e caminhões. Também delineou uma política específica para enfrentar o desafio do petróleo e, se não teve êxito em estabelecer as grandes refinarias estatais, deixou aberto o caminho que, na década seguinte, levaria à campanha pela criação da Petrobras.

A partir de 1943, ia ficando claro para Vargas que a guerra se encaminhava para seu estágio final, e que isso significava a derrota do Eixo. Ele também percebia que o Estado Novo não sobreviveria, embora o Brasil estivesse lutando ao lado dos prováveis vencedores: em agosto de 1943, enfureceu Dutra e Góes Monteiro — que não admitiam a entrada do país na guerra ao lado dos Aliados —, criou a Força Expedicionária Brasileira e enviou soldados para lutar na Itália em 1944 — algo em torno de 25 mil homens que lá se arriscaram, apesar do péssimo treinamento e do frio intenso. O fim da guerra, porém, estava associado à luta pela democracia, e revelava aos brasileiros a contradição de combater o fascismo na Europa e manter aceso o autoritarismo no país (ver imagem 97).

Em outubro de 1943, o "Manifesto dos mineiros", com 92 assinaturas de personalidades do estado de Minas Gerais, reivindicando a instalação de um regime democrático, abriu o campo da luta política para as forças de oposição. Vargas podia até não levar fé na qualidade da oposição que se anunciava, mas considerou a sério a nova conjuntura e preparou a transição para um regime constitucional, apoiado em amplos setores da população, sobretudo aqueles que se beneficiaram da legislação social e trabalhista. O plano era bom, mas nem tudo iria dar certo nessa estratégia, até então, cuidadosamente elaborada e executada.

15.

YES, NÓS TEMOS DEMOCRACIA

QUEREMOS GETÚLIO!

O Brasil ia saindo do Estado Novo profundamente mestiçado em suas crenças e costumes, mas internalizando um racismo mal disfarçado e uma hierarquia social arraigada na intimidade que pareciam prescindir da lei para se afirmar. O país também descobriu no samba urbano carioca o ritmo da nação, dispunha de um bocado de símbolos nacionais, contava com uma importante legislação trabalhista, e construiu a base de um projeto de modernização e industrialização que ia se diversificando. As aspirações eram altas, a popularidade de Vargas aumentara. Mas o ambiente político andava, a cada dia, mais carregado. Os protestos vazavam pelas brechas que a censura deixava destampadas, começavam a se tornar incontroláveis e eram irreversíveis: os brasileiros também queriam liberdade de expressão, exigiam um presidente eleito democraticamente e reivindicavam uma mudança constitucional.

Vargas não duvidava que o aparato autoritário do Estado Novo estava fazendo água e que seria inevitável descomprimir o sistema político. Seu primeiro problema era como proceder à transição democrática e reajustar a estrutura de governo de modo a permanecer no poder. Seu outro problema era quando deveria iniciar esse processo de descompressão. Em 1945, logo no começo do ano, Vargas entendeu que não havia mais tempo disponível: em 28 de fevereiro, assinou o Ato Adicional à Constituição de 1937 estabelecendo que a data das eleições fosse definida em três meses — tanto para presidente da República quanto para composição de novo Congresso legislativo.[1] Poucos dias antes, as forças políticas de oposição já tinham atropelado os melhores planos de Getúlio e lançado a candidatura do comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Eduardo Gomes, à Presidência da República.

Para Vargas, a atividade política sempre foi uma questão de cálculo e de oportunidade. Ainda em março, ele declarou formalmente que não seria candidato à Presidência da República, e sem nenhum entusiasmo anunciou o apoio do governo à candidatura do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. O apoio pode ter sido dado a contragosto, mas a candidatura de Dutra tinha grande utilidade na definição de sua estratégia política: servia bem para dividir as Forças Armadas, reduzia o apoio eleitoral de Eduardo Gomes e desviava do foco de atenção dos adversários a movimentação continuísta desenvolvida pelo Palácio do Catete. Eduardo Gomes, ou simplesmente o Brigadeiro, como era conhecido, vinha das lutas tenentistas — foi um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana —, tinha aura e pose de herói, uma elevada autoestima e fama de democrata. Ao menos na opinião da fatia do eleitorado feminino que o apoiava, também possuía estampa suficiente para merecer o mais despropositado slogan: “Vote no Brigadeiro, que ele é bonito e é solteiro!”. Dutra, por contraste, baixote, sensaborão e demasiado previsível, estava casado havia anos, fazia parte do grupo getulista desde os tempos de cadete da Escola de Guerra de Porto Alegre, gozava da reputação de militar legalista, fora próximo dos integralistas e notório admirador da Alemanha nazista.[2]

Ambos eram católicos fervorosos, o que muito ajudava, e ainda ajuda, a ganhar eleição, solenes pretensiosos e um completo desastre no papel de candidatos, em especial na hora de pedir voto ao eleitor. Dutra foi capaz de comparecer a uma manifestação de apoio à sua candidatura, na Federação dos Rodoviários, no Rio de Janeiro, apinhada de gente, proferir

um discurso interminável sobre os grandes vultos da história militar brasileira e ir embora para casa sem ter feito uma única menção aos trabalhadores que o escutavam. Eduardo Gomes não ficava atrás, e conseguiu realizar a façanha de reunir os principais dirigentes sindicais do Rio para conhecer sua plataforma eleitoral e com eles trocar duas frases: "Muito prazer" e "Muito obrigado".[3]

Os dois candidatos não agiam como políticos, mas como militares — da ativa. E, com a atenção do público muito concentrada nos atributos pessoais de cada um — ou na falta deles —, passou quase despercebido um aspecto importante: estava sendo travada uma disputa, inédita, entre um brigadeiro da Força Aérea e um general do Exército; uma novidade inquietante para a construção democrática brasileira. As Forças Armadas, e em especial o Exército, já não representavam o papel subalterno.[4] Ao contrário. O Exército foi o mais confiável aliado da ditadura de Vargas, seu principal instrumento de controle. Em 1945, havia se tornado um elemento dinâmico do Estado, funcionava como uma espécie de força executiva, e não se enxergava mais nem como subordinado ao poder civil nem como instrumento da vontade popular, à maneira dos oficiais republicanos de 1889, ou dos tenentes da década de 1920. Getúlio abriu a porta e os generais entraram. A partir de 1945, o Exército não era só uma instituição moderna, com armas, equipamentos e tropa condizentes; transformara-se numa instituição qualitativamente diferente e, em termos políticos, bem mais letal: uma força autônoma, intervencionista, convicta de ser a única em condições de formar uma elite bem treinada, com visão nacional e preparada para atuar na cena pública — e os militares iriam agir movidos por essa convicção nos quarenta anos seguintes da história republicana brasileira. O general Góes Monteiro foi um oficial competente, tinha comandado o processo de transformação da instituição militar em dupla com Dutra, sentia-se orgulhoso da sua obra e era um boquirroto incorrigível: anunciou aos quatro ventos ter "acabado com a política no Exército para os militares poderem fazer livremente a política do Exército".[5]

Vargas iria descobrir depressa que tipo de política era essa que os brigadeiros e generais pretendiam praticar: sua deposição pelas Forças Armadas, em outubro de 1945, seria o primeiro golpe planejado em conjunto pelas três instituições militares — Exército, Marinha e Aeronáutica. Para efetivar o golpe, foi criado o embrião do que viria a ser o Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), e também, pela primeira vez, a corporação militar agiu politicamente como um todo.[6] No início desse mesmo ano, porém, Vargas ainda apostava no legalismo das Forças Armadas, acreditava em sua aliança com Dutra e, sobretudo, confiava em sua habilidade para explorar as divisões internas ao oficialato, manipular os generais jogando as ambições de uns contra os outros e controlar os quartéis em benefício de seus interesses políticos. Na realidade, ele calculou mal a dimensão da transformação operada com sua própria conivência, seu projeto de continuidade concentrou-se no mundo da política e entre os trabalhadores urbanos, e ele passou ao largo das modificações ocorridas no interior da instituição militar — um erro sem conserto.

O grande passo seguinte foi anunciar a concessão de anistia para centenas de presos políticos do Estado Novo, incluindo o líder comunista Luís Carlos Prestes, a essas alturas uma personalidade política consagrada, cercada da mística de um homem excepcional, meio mártir, meio herói, e cuja popularidade era muitas vezes maior que a de seu próprio partido. A campanha pela anistia ganhara as ruas, a luta pela libertação dos presos

políticos tomou conta dos jornais, e milhares de pessoas em todo o país apoiavam manifestos a favor da volta dos exilados e pela liberdade de organização partidária — inclusive para os comunistas (ver imagem 100).[7] No dia 18 de abril de 1945, com a anistia assinada, uma multidão se acotovelou em frente ao portão principal da Penitenciária Central, na rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, para saudar Prestes. Dos dezoito anos que o separavam do fim da grande marcha, realizada por sua lendária coluna, passara oito no exílio e nove na cadeia. O homem que caminhou até um portão lateral da penitenciária, com a fisionomia contraída, e partiu, depressa, de carro, estava pálido, magro e envelhecido; não sabia muito bem o que acontecera com sua companheira Olga Benário e tampouco conhecia a filha de ambos, Anita, resgatada, aos catorze meses, pela avó, por força de uma formidável campanha internacional, de dentro de uma prisão nazista — Anita vivia com as tias, em Moscou.

Mas Prestes estava ansioso para ressurgir na vida pública. Um mês depois de sair da prisão, subiu ao palanque para falar no comício organizado pelos comunistas no Rio de Janeiro, debaixo de uma ovação inesquecível. Cerca de 10 mil pessoas enfrentaram a chuva fina e se espremeram desde cedo no estádio de São Januário, no subúrbio carioca. Qualquer esforço valia para ver e ouvir Prestes, e se espantar com seu gigantesco retrato plantado no gramado, iluminado por gás neon e encimado por grandes letras que formavam a palavra "Brasil" — sem contar, é claro, o impacto provocado pela visão das bandeiras do Brasil e da União Soviética, hasteadas uma ao lado da outra, no centro do estádio.[8] Para surpresa geral, Prestes anunciou uma reviravolta política completa na posição dos comunistas: declarou apoio incondicional ao governo de Getúlio, reivindicou a convocação de uma Assembleia Constituinte e defendeu o adiamento das eleições presidenciais. A linha do seu argumento podia até seguir rente com a orientação de Moscou, que recomendava aos comunistas a aliança com seus governos nacionais desde que, durante a guerra, esses governos estivessem alinhados à URSS, como era o caso do Brasil. Mas Prestes também deixou os princípios de lado, apoiou um ditador que havia extraditado sua mulher para a Alemanha nazista, e encarou a chance da aliança com Vargas com excesso de pragmatismo e uma boa dose de oportunismo: os comunistas não eram muitos, o partido sofrera a repressão implacável do Estado Novo, sua força política estava perto de zero, seus membros atuavam na clandestinidade. Apoiar Vargas trazia enormes vantagens: franqueava o acesso ao movimento sindicalista, aproximava o partido da base social de Getúlio, garantia legitimidade democrática aos comunistas e patrocinava seu ingresso na disputa eleitoral.

A pretensa virada de Prestes não convenceu alguns militantes, como o historiador Caio Prado Jr., preocupado em preservar a coerência política na linha de atuação dos comunistas, mas vendeu muito bem a imagem do partido para a sociedade brasileira: em maio de 1945, quando ocorreu o comício em São Januário, os dirigentes calculavam haver 6800 membros em todo o país; dois anos depois, o número de filiados oscilava entre 180 mil e 220 mil.[9] O partido dispunha ainda de uma numerosa camada de simpatizantes que seguia as diretrizes do seu comitê central, além de um grupo de artistas e intelectuais de prestígio que ajudariam a construir, a partir da década de 1950, um projeto alternativo de modernização da sociedade brasileira. Muitos viriam a se desligar rapidamente da militância partidária, como o poeta Carlos Drummond de Andrade; outros, só depois de longo tempo, como o escritor Jorge Amado. Seja como for, em 1945, um elenco de estrelas

circulava em volta dos comunistas. Havia artistas plásticos, como Candido Portinari, Carlos Scliar, Di Cavalcanti e José Pancetti; músicos eruditos do porte do maestro Francisco Mignone; arquitetos com o talento de Vilanova Artigas e Oscar Niemeyer; escritores com o peso de Graciliano Ramos e Monteiro Lobato; jovens cineastas como Nelson Pereira dos Santos; compositores como Dorival Caymmi, Mário Lago e Wilson Batista; cantores populares como Nora Ney e Jorge Goulart.[10]

Para Getúlio, o apoio dos comunistas, e em especial de Prestes — a única liderança capaz de disputar com ele em popularidade —, podia ser um trunfo, mas não era a pedra mais importante do seu tabuleiro político. Como sempre, o comportamento de Vargas foi dúbio, e ninguém podia dizer com certeza se ele pretendia preparar o terreno para realizar a transição democrática ou se, ao contrário, manobrava a conjuntura para viabilizar um projeto continuísta de governo. Mas de uma coisa não havia dúvida: Getúlio não chegara até o Catete para se deixar pegar desprevenido. Enquanto o Estado Novo ia se desintegrando, ele apostou pesado na atuação de personagens inesperados — os trabalhadores urbanos.

E, como não poderia deixar de ser, o jogo começou a se desequilibrar em São Paulo. No início de março de 1945, os membros do Centro Acadêmico Onze de Agosto — o mais antigo do país —, ligado à Faculdade de Direito do largo de São Francisco, partidários da candidatura de Eduardo Gomes, decidiram, por conta e risco, convocar os trabalhadores a lutarem pela derrubada do Estado Novo e a favor da democracia.[11] Os paulistas podiam até ter sido derrotados por Vargas em 1932, mas jamais se convenceram disso, e não perdiam a oportunidade de ir à forra. No caso dos estudantes, bastava armar a passeata, seguir para a praça da Sé, no coração da cidade, ocupar a escadaria da catedral, improvisar um comício na hora de maior movimento de pedestres e, de microfone em punho, desancar Getúlio. Mas ninguém esperava pelo que aconteceu. De repente, dezenas de trabalhadores que transitavam tranquilamente pela praça da Sé reagiram. Enfurecida, a multidão avançou contra os oradores batendo latas, brandindo pedaços de pau, agarrando qualquer outra coisa que encontrasse pela frente para atirá-la em quem estivesse na escadaria — e, em meio a uma vaia estrepitosa, a massa de populares botou os estudantes para correr. A população que estava por lá se uniu em gritos de “Viva Getúlio”, “Viva os trabalhadores” e “Nós queremos Getúlio”, quebrou o que viu pela frente — incluindo as vidraças da Faculdade de Direito — e só parou quando se sentiu desagravada. Dois dias depois, o episódio se repetiu no Recife, provocando a morte de um estudante, e, em seguida, foi reeditado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. A oposição foi do pasmo ao espanto: caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio popular de Getúlio?[12] Era isso mesmo. Tanto os trabalhadores quanto os setores mais pobres da população urbana apoiavam Vargas e se mostravam a favor de sua permanência no poder.

O que começou em São Paulo se transformou depressa num movimento de protesto, ganhou nome e tratou de demonstrar nas ruas sua razão de ser. O Queremismo, como ficou conhecido, por força do slogan “Nós queremos Getúlio”, era uma novidade numa República onde, até então, o povo fora mantido a uma distância segura dos mecanismos de condução do poder.[13] Sua demanda, quase obsessiva — manter Vargas no governo —, tinha natureza política: a defesa dos direitos que garantiam a cidadania social obtida pelos trabalhadores a partir da década de 1930. Ao perceber que o Estado Novo caminhava para um final desfavorável ao presidente, os trabalhadores saíram às ruas: suspeitavam que o

conjunto de leis de proteção ao trabalho, até então com dois gumes, sem Getúlio poderia começar a cortar de um lado só — o lado do patrão.

Fiel ao seu estilo de dizer uma coisa, insinuar outra nas entrelinhas e terminar fazendo uma terceira, completamente diferente, Vargas declarou diversas vezes que não seria candidato à própria sucessão, e insistiu que sua intenção era presidir as eleições e se retirar da vida pública — para o sossego e a obscuridade do lar, arrematava com um sorriso modesto.[14] Só revelava qual era, de fato, o seu propósito pela disposição de estimular cada vez mais abertamente o Queremismo. Vargas autorizou a transmissão dos comícios e manifestações populares em cadeia nacional de rádio, garantiu aos queremistas o discreto apoio do DIP e do Ministério do Trabalho, e facilitou-lhes o acesso ao financiamento privado através de recursos junto aos empresários que lhe eram favoráveis. No segundo semestre de 1945, o Queremismo dispunha de dezenas de comitês espalhados em várias cidades do país, e os militantes estavam metidos numa atividade política febril: abaixo-assinados, panfletagem, declarações de apoio e solidariedade, comícios. O movimento se organizou, cresceu e passou a contar com a adesão de Prestes e dos comunistas, sempre buscando se posicionar mais próximo de onde o vento soprava. E, quando os queremistas perceberam que Vargas não havia se desincompatibilizado do cargo a tempo de concorrer nas eleições, não tiveram dúvida: ampliaram a própria demanda com um novo slogan de contornos políticos ainda mais nítidos: exigiram uma "Constituinte com Getúlio!".

O Queremismo era uma novidade difícil de compreender, que se desenvolveu no curso da transição democrática, brotou na rua a partir de uma demanda popular e garantia a Vargas uma expressiva base política. Mas sozinho, com um ideário restrito e no formato de um organismo espontâneo do povo recém-admitido na cena pública, o movimento não sustentava um projeto de poder. Em outubro de 1945, porém, para novo espanto das forças de oposição, Getúlio agiu às claras e revelou um pouco mais sobre sua maneira de fazer política. Aproveitou-se de um evento com boa visibilidade popular — a inauguração da rede de eletrificação dos trens suburbanos, no Rio de Janeiro —, subiu ao palanque e convocou os trabalhadores a aderirem ao recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O partido seria capaz de dar ao trabalhador a condição de tornar-se um participante na gestão dos negócios públicos, argumentou, e evitaria "que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais depois de eleitos pelos trabalhadores se esquecem dos compromissos com eles assumidos". Era uma afirmativa difícil de provar; mas era ainda mais difícil de ser refutada. "Os trabalhadores devem ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações",[15] concluiu.

Depois de oito anos com todas as casas legislativas fechadas e da extinção de associações, agremiações e frentes partidárias, os brasileiros retomaram a liberdade de se associar em torno de um misto de ideias, interesses e valores comuns, para participar do processo eleitoral e propor as próprias leis. O mesmo Ato Adicional que marcou a data para as eleições determinou as condições de organização dos novos partidos. Introduziu, também, duas restrições importantes do ponto de vista da construção de uma experiência democrática. A primeira, o critério de abrangência nacional, uma exigência que visava impedir o ressurgimento de organizações regionais, característico da Primeira República, e que reduziu para vinte o número de partidos em condições de participar de eleições, entre 1945 e 1964 — uma diferença expressiva se comparada com as dezenas de associações

regionais envolvidas nas disputas legislativas de 1933 e 1934. A segunda restrição, o critério ideológico, deixava a cargo dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral o poder de traçar a linha divisória entre a liberdade de expressão e de ação e a proibição do funcionamento de qualquer associação política cujo programa "contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".[16]

A transição estava valendo, os partidos eram essenciais para a prática da democracia, e a oposição vinha tentando montar uma coalizão anti-Vargas desde 1943. Ser de oposição podia ter vários significados: combater o Estado Novo, levantar a bandeira da democratização do país ou professar o credo liberal. Mas ser de oposição também queria dizer muito, em especial que o sujeito pretendia remover da cena pública brasileira qualquer coisa que se relacionasse a Vargas. Era o antigetulismo feroz, que reunia grupos políticos com interesses muito distintos num partido como a União Democrática Nacional (UDN), com o formato de uma ampla frente de oposição, criada em abril de 1945.[17] A UDN — o "partido do Brigadeiro", como se dizia então — abrigava o que havia sobrado das elites regionais, a fina flor dos homens de negócios, industriais e cafeicultores de São Paulo, o establishment das camadas médias urbanas, antigos aliados de 1930 e do Estado Novo que foram afastados ou se afastaram voluntariamente de Vargas; além dos socialistas democráticos e dos dissidentes do Partido Comunista. É bem verdade que esses foram os primeiros a desistir: em 1946, abandonaram o barco da coalizão antigetulista e se organizaram em torno do jornal *Orientação Socialista*, apostando na defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para acabar com o Estado Novo. No ano seguinte, foi a vez de os socialistas criarem um partido próprio — o Partido Socialista Brasileiro (PSB) — e investirem num programa de esquerda democrática.

Quem não arredou o pé da UDN desenhou seu perfil definitivo: um partido conservador, moralista, antidemocrático e com indisfarçável vocação golpista. A UDN tinha o costume de defender a democracia enquanto cozinhava em banho-maria o golpe de Estado, seus membros eram incapazes de ir além de uma visão estritamente moral da vida pública e valorizavam ao extremo o comportamento pessoal de quem ocupava o poder. O partido dispunha de um bom número de oradores competentes, radicais e afinadíssimos entre si — a Banda de Música, como o grupo de parlamentares ficou conhecido —, e capaz de se organizar de maneira a não deixar passar um dia sem atazanar a vida dos adversários: Adauto Lúcio Cardoso, Oscar Dias Correia, Afonso Arinos, Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro. Quem capitaneava a UDN era Carlos Lacerda.[18] Reviravoltas acontecem, e o estudante que, em 1935, de improviso, lançara o nome de Prestes para presidir a Aliança Nacional Libertadora havia, dez anos depois, renegado o Partido Comunista, adotado um catolicismo carola e assumido um perfil ultraconservador. Apesar disso, continuava atrevido, oportunista e mais abusado ainda. Também tinha verve, erudição, esbanjava competência e possuía uma inteligência incendiária. Lacerda sabia manejar as palavras, e era um mestre insuperável na arte da intriga política: surpreendia o adversário com suspeitas, acusava com ou sem provas, ridicularizava, achincalhava, sempre de forma sistemática e em tom contundente. Como costumava dizer Afonso Arinos, seu companheiro de partido, sem disfarçar o receio e a admiração que o personagem lhe inspirava, Lacerda era um propulsor de crises, e tornava-se particularmente perigoso durante as crises que provocava porque confundia seu destino pessoal com a sorte das instituições republicanas.[19]

Já Vargas fomentou a criação de dois partidos. O primeiro, o Partido Social Democrático (PSD),[20] surgiu para capitalizar os efeitos de quinze anos de controle político dos interventores em cada unidade da federação, ativar para dentro da estrutura partidária as benesses da máquina administrativa estadual e operar a capacidade dessa máquina de se ramificar pelo interior do estado até atingir o eleitorado dos municípios. O PSD lançou oficialmente a candidatura do general Dutra e foi, até 1964, o fiador da estabilidade da República. Era um partido de profissionais, adorava o poder e, para conservá-lo, seus líderes combinavam a contagem meticulosa dos votos recebidos com uma bem calculada repartição de cargos e de recursos públicos. "Entre a Bíblia e *O capital*, o PSD fica com o *Diário Oficial*",[21] definiria bem-humorado, tempos depois, Tancredo Neves, ele próprio um pessedista de altíssima estirpe. O PSD tinha voto, prestígio regional, sabia da importância de eleger os prefeitos para garantir o poder do governador, jamais contestava resultado de urna, e era doutor na tática do acordo e da aliança. O PSD estava "à esquerda da direita e à direita da esquerda",[22] ensinava Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Vargas e fundador do partido. Os grandes pessedistas eram mestres na capacidade de confabular e conchavar: Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, José Maria Alkmin, Ulysses Guimarães. Mas o PSD era também o partido da velha política do favor miúdo e da astúcia provinciana, cujos líderes regionais, sustentados por "coronéis" locais, mantinham eterno controle sobre os deputados de suas bancadas: Vitorino Freire, no Maranhão; Benedito Valadares, em Minas Gerais; Pedro Ludovico, em Goiás.

De qualquer modo, o alicerce do que havia de específico no projeto de Vargas estava assentado no segundo partido — o Partido Trabalhista Brasileiro.[23] A ossatura partidária vinha dos sindicatos filiados pelo Estado Novo e do funcionalismo público que integrava a burocracia do Ministério do Trabalho, e isso não deixava de ser uma grande novidade: o PTB não foi concebido para ser um partido *dos* trabalhadores, mas era, sem dúvida, um partido criado *para* os trabalhadores.

A principal novidade, porém, estava no projeto político. O trabalhismo — como esse projeto ficou conhecido — identificava na questão social o grande problema das massas trabalhadoras no Brasil, entendia que a solução para essa questão exigia a intervenção do Estado, e enxergava na legislação social introduzida nos anos 1930 a base de um amplo programa de reformas que se propunha a oferecer proteção legal ao trabalhador.[24] O getulismo, por sua vez, servia para personificar esse projeto na figura de Vargas, na sua capacidade de reconhecer o esforço do trabalhador e na disposição de seu governo de velar pelo bem-estar dos brasileiros, protegendo e amparando os assalariados e os setores mais pobres da população. Já o queremismo fincava a base popular do PTB, e iria fornecer ao partido a massa de militantes espalhada em praticamente todo o país. É certo que o PTB, enquanto existiu, cultivou cuidadosamente a mítica de Vargas. No início da década de 1960, porém, seus dirigentes já tinham conseguido ampliar o trabalhismo além de sua dependência original do getulismo e marcá-lo mais acentuadamente com o nacionalismo, com a opção pelo reformismo e com a incorporação de outros setores sociais, em especial os trabalhadores rurais.[25]

Entre 1945 e 1964, o PTB investiu numa aproximação com o socialismo de cunho democrático, contrapôs seu projeto sempre que possível às pretensões de crescimento dos comunistas entre os trabalhadores, e viu sua representação no Congresso aumentar até o ponto de disputar com o PSD a posição de maior partido nacional. Começou com 22

deputados federais em 1945, subiu para 51 parlamentares em 1950, e só fez crescer: 56 deputados em 1954, 66 em 1958 e 116 em 1962.[26] Também introduziu um conjunto de novas lideranças vocacionadas para a disputa política e com grande disposição para o debate parlamentar. E no PTB se abrigaram os dois personagens destinados a exercer indiscutível protagonismo na cena pública brasileira daí por diante: João Goulart, o herdeiro escolhido por Vargas; Leonel Brizola, o líder trabalhista que assumiu e radicalizou o legado getulista.

Vargas tinha acertado de novo. A aliança PSD-PTB seria imbatível, faria três presidentes da República no curto período de dezenove anos, e foi decisiva para a manutenção da ordem democrática no país. Contudo, nos últimos meses de 1945, a situação parecia ser a pior possível: supunha-se que a decantada habilidade política de Getúlio finalmente havia desandado, muita gente garantia que ele estava liquidado, e a vitória da candidatura de Eduardo Gomes era dada quase como fato consumado. No dia 29 de outubro, Vargas foi deposto por seus ministros militares — com a concordância do general Dutra, ministro da Guerra até o momento de se desincompatibilizar do cargo para concorrer às eleições. Menos de 48 horas depois, o ex-ditador se viu embarcado de volta à fazenda de sua família, em São Borja, no Rio Grande do Sul, sem condições ou tempo para organizar nenhum movimento de resistência. Com Vargas fora de combate, e às vésperas das eleições presidenciais, marcadas para 2 de dezembro, o PTB parecia desnorteado, e o PSD, desanimado para, sozinho, carregar a insossa candidatura de Dutra. Em compensação, a UDN estava certa da vitória, e a cada dia mais assanhada. O alívio, porém, durou pouco. No meio do mês de novembro, num discurso pronunciado no palco do imponente Theatro Municipal do Rio de Janeiro, para uma plateia escolhida, Eduardo Gomes decidiu posar de valente: desancou Vargas e declarou que dispensava os votos dos getulistas. “Uma malta de desocupados”, desdenhou.[27] Depois de quase um ano em campanha, o Brigadeiro ainda não aprendera a máxima sagrada de qualquer eleição: candidato não despreza voto — de preferência, agradece. No dia seguinte, a liderança queremista torceu o argumento, associou a palavra “malta” à expressão “marmiteiro”, foi para o rádio e martelou, cotidianamente, por ondas curtas ouvidas em todo o país, a informação de que Eduardo Gomes dispensava o voto dos marmiteiros.

Para não deixar dúvida sobre quais votos estavam sendo menosprezados pelo Brigadeiro, os queremistas desdobravam-se em explicações: o voto do trabalhador pobre, que levanta da cama de madrugada, mora no subúrbio, trabalha o dia todo longe de casa, ganha uma miséria e carrega o almoço na marmita — arroz, feijão, ovo frito. Milhares de pessoas se reconheceram na condição de trabalhadores, assumiram orgulhosamente a identidade de marmiteiros, e trataram de dar o troco a um candidato que não queria saber de pobre nem na hora da eleição: compareceram em massa aos últimos comícios organizados pelo PTB batendo furiosamente em marmitas e panelas, e se anunciaram adversários dos “grã-finos”, isto é, da elite que votava no Brigadeiro. Para azar da UDN, era muita gente carregando marmita na mão — todos, eleitores.

Os marmiteiros deram a volta na campanha de Eduardo Gomes, e Getúlio arrematou a disputa conclamando os trabalhadores a elegerem Dutra. Faltava meia hora para o encerramento do último comício do candidato do PSD, no Rio de Janeiro, quando chegou ao palanque um emissário com a mensagem de São Borja. Vargas arquivou por uns tempos o ressentimento, fez as contas do que poderia significar a vitória da UDN para a desmontagem

de seu projeto político, e decidiu quebrar o silêncio com uma declaração de apoio formal a Dutra: "O candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista [...]. Ele merece, portanto os nossos sufrágios!". Mas, escolado com a traição de seu ex-ministro, também mandou a Dutra um aviso: "Estarei ainda ao lado do povo contra o Presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato".

Ainda restavam cinco dias de campanha, tempo bastante para as militâncias do PTB e do PSD inundarem o país de cartazes, com a foto de Vargas sublinhada por um texto direto e curto — "Ele disse: Vote em Dutra!". A rigor, não precisava nem da foto: "Ele", com maiúscula, todo mundo sabia quem era. No dia 2 de dezembro, 6,2 milhões de brasileiros, representando 13,4% da população, saíram de casa e formaram longas filas nos locais de votação — sem prática após oito anos de Estado Novo, a Justiça Eleitoral penou para ajustar o processo de recepção e contagem dos votos. Mas a eleição estava ganha. Abertas as urnas, Dutra venceu em todo o país, exceto no Ceará, no Piauí e no Distrito Federal, com 52,39% dos votos contra 34,74% dados a Eduardo Gomes. Também obteve uma margem confortável de vitória nos três principais estados da União: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.[28] Mesmo que a cada nova eleição presidencial a aliança entre os dois partidos tivesse de ser renegociada, a dobradinha PSD-PTB acabava de exibir sua musculatura política.

Mas logo se descobriria que derrubar o ditador era tarefa bem mais fácil do que tirar de cena o estrategista político e seu legado. Como anunciavam os versos de uma canção composta para celebrar o regresso de Getúlio ao poder, a depender da vontade do povo brasileiro, o retrato do Velho iria voltar para o mesmo lugar.

Juntos, PSD e PTB fizeram maioria nas eleições para o Congresso. O PSD conquistou 42% dos votos, o PTB 10%; a UDN levou 26%, e o recém-legalizado Partido Comunista ficou com 9% — os 13% restantes foram distribuídos aos candidatos dos pequenos partidos. Os eleitos tomaram posse em janeiro de 1946, o Congresso se reuniu imediatamente na qualidade de Assembleia Constituinte, e oito meses depois, em 18 de setembro de 1946, seus membros entregaram uma nova Constituição ao país.

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais obtidas desde a década de 1930, mas repôs a exigência da democracia e do exercício dos direitos políticos como condições incontornáveis para a vida pública brasileira.[29] Seu texto previa uma rotina democrática para as instituições republicanas, com eleições diretas para os postos de governo no âmbito do Executivo e do Legislativo e nas três esferas da federação — União, estados e municípios. Também garantia a liberdade de imprensa e de opinião, reconhecia a importância dos partidos políticos e ampliava o escopo democrático da República, incorporando, como eleitores, mais de um quarto da população com idade a partir de dezoito anos. Durante vinte anos, a Constituição de 1946 serviu de norte ao país e imputou um ritmo democrático à vida pública nacional: reconheceu no Parlamento um ator político decisivo — sobretudo nos momentos de grave crise institucional —, consolidou o funcionamento dos partidos políticos, fortaleceu a independência dos sindicatos, e garantiu a organização de eleições regulares e razoavelmente limpas, com resultados apenas marginalmente afetados por fraudes.

Mas não há solução fácil no horizonte da democracia. Ainda hoje, as interpretações mais difundidas, embora reconheçam a inequívoca vocação democrática da Constituição de 1946, sublinham suas limitações e sua incidência sobre aquilo que consideram ser a fragilidade da experiência democrática brasileira nesse período: a exclusão do direito do voto aos analfabetos — um contingente expressivo da população adulta —, a restrição do direito de greve, a não incorporação dos trabalhadores do campo à legislação trabalhista e a interferência cada vez maior dos militares nos negócios da República. Contudo, apesar das limitações, a democracia não era menos presente naquele contexto do que o seria no futuro. A explicação é razoavelmente simples: não existe um regime político de democracia plena.[30] No caso brasileiro, os sinais da expansão do processo democrático sustentado pela Constituição de 1946 tornaram-se ainda mais evidentes, no final dos anos 1950 e início dos 1960, através da crescente capacidade de mobilização autônoma dos trabalhadores rurais e da pressão popular por uma sociedade menos excludente.

Se o Brasil andava mais democrático, o mundo estava mais maniqueísta, intolerante e polarizado. Os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra sepultaram impérios, redesenharam o mapa-múndi e criaram um novo enredo para orientar as relações políticas mundiais — a Guerra Fria.[31] No tabuleiro da Guerra Fria, a geografia fazia toda a diferença. Os Estados Unidos eram parte das Américas, ao sul do rio Grande começavam as outras Américas, e Washington sempre enxergou os países do continente próximos demais do seu território. Da perspectiva dos militares do Pentágono, uma mudança política em qualquer desses países alterava substancialmente o equilíbrio de poderes entre as duas superpotências e deixava as fronteiras norte-americanas mais vulneráveis a ataques

soviéticos. Já o Brasil era o maior país da América Latina, e o interesse estratégico no seu território era alto. Os EUA temiam mais que tudo a ascensão de um governo local que facilitasse aos comunistas brasileiros a transformação do país num "satélite de Moscou" — expressão usada tanto em Washington quanto no Rio de Janeiro.

Uma vez instalado no Catete, o presidente Dutra tratou de tranquilizar a Casa Branca: adotou uma política subserviente aos interesses norte-americanos, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e escolheu os comunistas locais como inimigos preferenciais. Ficou tão famosa a subserviência de Dutra aos norte-americanos, que virou anedota: por ocasião de sua visita oficial ao Brasil, o presidente Truman saudou o anfitrião perguntando: "*How do you do*, Dutra?". E ouviu em resposta: "*How tru you tru*, Truman". Mas nem tudo era piada. O Partido Comunista do Brasil era o partido mais forte da América Latina, tinha dezessete deputados e um senador no Congresso Nacional, 46 deputados espalhados em quinze Assembleias Legislativas e formou maioria na Câmara Municipal do Distrito Federal.[32] Independentemente da linha programática, o PC estava em vias de se tornar uma força política respeitável. No contexto da Guerra Fria e compartilhando da fobia anticomunista que se alastrou nas Forças Armadas brasileiras a partir dos levantes de 1935, Dutra estava decidido a agir o mais cedo possível — de preferência, imediatamente depois de assumir a Presidência da República.

No início de 1946, uma onda de greves que começou entre os bancários paulistas, ganhou ímpeto e se espalhou para outros estados, como Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia e Pará, serviu como pretexto para o governo Dutra decidir-se pela repressão — aos comunistas em particular e aos trabalhadores em geral. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil foi declarada ilegal, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em 143 sindicatos — num total de 944 — e o direito de greve foi regulamentado por decreto, de modo a proibir paralisações em quase todas as atividades. Depois de ler as minúcias do texto da lei, o jurista Antônio Ferreira Cesarino Júnior perdeu a paciência: "Com esse decreto em vigor, greve legal só em perfumaria", disparou.[33]

Durante o mês de março de 1946, Luís Carlos Prestes forneceu a Dutra o pretexto de que ele precisava para deflagrar uma ampla campanha anticomunista e reenviar o PC de volta à clandestinidade. Num debate no Rio de Janeiro, indagaram a Prestes qual seria a posição de seu partido na eventualidade de uma guerra do Brasil contra a URSS, e ele não titubeou: nesse caso, explicou com seu tom professoral, o governo brasileiro estaria cometendo um ato criminoso, essa seria uma guerra imperialista, e os comunistas, contrários a ela. A pergunta era pueril e a resposta de Prestes, tola, mas para o general Dutra foi mais que suficiente.[34] Em maio de 1947, por três votos a dois, os juízes do Tribunal Superior Eleitoral cassaram o registro do PC sob dupla alegação: a primeira acusava o Partido Comunista do Brasil de ser um partido estrangeiro — o nome "do Brasil" em vez de "brasileiro" estaria nomeando uma seção da Internacional Comunista, cuja sede estava em Moscou; a segunda manejava o critério ideológico, embutido no Ato Adicional de 1946, para definir a atuação dos comunistas como antidemocrática: "insuflando luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem".[35] Em janeiro de 1948, o Congresso Nacional decidiu cassar os mandatos de todos os eleitos pela legenda do PC. Privados de seus direitos democráticos e isolados do sistema partidário, os comunistas corriam o risco de enfrentar uma repressão generalizada, e reencontraram o duro cotidiano da militância clandestina.

A presidência de Dutra foi atrabiliária em política e desastrada em economia. Para enfrentar a inflação gerada nos últimos anos de guerra, o governo não só promoveu a liberação indiscriminada de importações como tratou de subsidiá-las pelo câmbio sobrevalorizado.[36] O remédio quase matou o doente. A inflação desacelerou, mas à custa do rápido esgotamento das milionárias reservas cambiais em libras esterlinas e em dólares, acumuladas durante a Segunda Guerra. Como se dizia, Dutra "queimou" as reservas nacionais por meio de uma abertura comercial que inundou o mercado interno de sobras de guerra e supérfluos — matéria plástica, Cadillacs, ioiôs e bambolês — e não tomou providência alguma para ampliar a capacidade industrial do país. A tentativa de consertar o estrago veio em 1948, com o anúncio do Plano Salte (sigla formada a partir das iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), concebido para definir os investimentos públicos nessas áreas essenciais. O plano não avançou muito, e boa parte dele nem sequer saiu do papel.

Dutra se imaginava austero, um homem de poucas palavras e hábitos regulares. Ele era isso e um pouco mais: tinha vista e horizonte estreitos e postura moralista. Em abril de 1946, mal tomara posse e já havia assinado um decreto que resvalava na hipocrisia: proibiu o jogo em todo o território nacional e fechou os cassinos. O decreto teria sido inspirado pelas insistentes orações da esposa do presidente, que, de tão carola, era conhecida pelo apelido de Dona Santinha, e vinha embalado numa impostura: a de que seu governo tinha a obrigação de preservar a moral e os bons costumes entre os brasileiros.[37] O Brasil possuía mais de setenta cassinos oficiais localizados no Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e nas estâncias hidrominerais de Minas Gerais e de São Paulo — e alguns eram deslumbrantes. Os três grandes cassinos do Rio — Copacabana Palace, Atlântico e o da Urca — tinham classe, glamour e savoir-faire.[38] O Atlântico encantava pelo estilo art déco e oferecia uma vista inesquecível da praia de Copacabana. Já o cassino do Copacabana Palace impressionava pela suntuosidade: os móveis — e os crupiês — vinham da França, o *grill* tinha capacidade para seiscentas pessoas, sobre cada mesa havia uma orquídea fresca, a pista de dança era de vidro inteiramente iluminado e a porta só abria, nos fins de semana, para quem estivesse em black tie. Por fim, o cassino da Urca esbanjava bossa: operava com três orquestras que subiam e desciam alternadamente para o palco em plataformas móveis vindas do porão, tinha uma inacreditável cortina de espelhos e apresentava as melhores atrações musicais da cidade — entre elas, Carmen Miranda.

Os cassinos eram bem mais do que a roleta e o bacará. Ofereciam um esplendor de luzes e música, serviam como programa perfeito para quem quisesse se divertir, misturavam pessoas diferentes — desde os menos endinheirados até grandes empresários, passando por políticos, escroques, diplomatas, velhos e novos-ricos, prostitutas caríssimas, a alta sociedade, celebridades locais e algumas estrelas desembarcadas do jet set internacional. Mas os cassinos eram, sobretudo, um importante mercado de trabalho, essencial para os músicos brasileiros. Com o decreto de Dutra, cerca de 40 mil pessoas acabaram desempregadas em todo o país. Muitos bateram na porta do Palácio do Catete para convencer o presidente de que o prejuízo seria grande e que o jogo continuaria a funcionar de maneira clandestina. Não houve jeito. O governo Dutra estava atento a rezas e às beatas, mas era impermeável às demandas sociais.

DE VOLTA AO CATETE

Vargas rompeu abertamente com Dutra em dezembro de 1946. Recolhido ao fundo da cena, numa espécie de autoexílio na estância de Santos Reis, em São Borja, ele continuou a respirar política e a exibir prestígio popular: sua eleição para deputado *e* senador, em 1946, recebeu uma votação estrondosa. E o fato de ter, deliberadamente, frequentado pouco o Congresso e permanecido à margem dos trabalhos da Constituinte — Vargas não compareceu ao Rio de Janeiro nem mesmo para assinar o texto final da nova Constituição — não fez nenhuma diferença quando chegou a hora de mobilizar os trabalhadores e construir uma nova candidatura à Presidência da República. Mas seu posicionamento político mudou, e muito. Getúlio saiu da situação para a oposição, e precisava não só alinhavar suas diferenças com Dutra e com os liberais da UDN como investir numa disputa programática: aprofundar a intervenção industrializante, garantir o pleno emprego, combater a carestia sem sacrifício do crescimento econômico.[39]

Em 1949, na hora do lançamento oficial das candidaturas presidenciais para as eleições de 1950, Vargas estava pronto. Ele já havia reajustado os pontos principais de seu velho projeto nacionalista e industrializante ao novo contexto internacional, e destacara duas bases: desenvolvimento e bem-estar social. O mote que escolheu era caro aos brasileiros, sobretudo em tempos de Guerra Fria: a independência econômica do país. Além disso, o argumento de combate à inflação e à alta do custo de vida reforçava sua identificação com setores mais atingidos pela política econômica do governo Dutra, ao mesmo tempo que conseguia sensibilizar os empresários com um programa de amparo à industrialização, dando prioridade à indústria de base. Vargas estava com 67 anos, tinha pressa e pretendia regressar ao Catete pelo voto direto popular — "nos braços do povo". O slogan era um achado em termos de comunicação política: "Ele voltará!". A campanha começou com um desfile em carro aberto pela rua da Praia, na época o centro do comércio elegante e o fervedouro político de Porto Alegre. Nos dois meses seguintes, Vargas percorreu todos os estados e as principais cidades do país. Também montou acordos e alianças inacreditáveis. Para atrair os votos do Norte e do Nordeste, por exemplo, ele escolheu como companheiro um político quase desconhecido no Sul: o advogado Café Filho, um forte opositor do Estado Novo e que tivera participação ativa na Aliança Nacional Libertadora.

Sua preocupação era fazer acordos e não se prender a partidos. Em Pernambuco, aliou-se à UDN. Já em São Paulo, abriu composição com o governador Ademar de Barros, um velho adversário com grande capacidade de comunicação com as massas, ambição de se projetar nacionalmente, e que tinha nas mãos o controle de um pequeno porém eficiente partido político — o Partido Social Progressista (PSP) — com penetração no interior paulista. A estratégia de alianças de Vargas tinha um viés imediatista, era arriscada, e cobraria dele um preço alto na hora de governar o país, mas a curto prazo funcionava: sua candidatura não se apresentou identificada com um único partido e sim como uma fórmula suprapartidária que combinava novas e velhas lideranças políticas regionais, e misturava os empresários interessados nos benefícios da industrialização com a força eleitoral dos operários, dos trabalhadores e dos setores de baixa classe média, em expansão nas grandes cidades.

Para completar, os adversários demonstraram ter fôlego curto. Atônita e ainda remoendo

a derrota para Dutra, a UDN apresentou novamente ao eleitor o nome de Eduardo Gomes. Mas o Brigadeiro continuava incorrigível, e com uma única declaração pública conseguiu dar um xeque-mate na própria candidatura: em junho, num comício, anunciou ser a favor da extinção do salário mínimo — em nome da liberdade contratual.[40] Por sua vez, o PSD, que já havia lançado a candidatura do mineiro Cristiano Machado, percebeu rápido que estava numa encruzilhada, e saiu-se da enrascada com uma solução típica do manual pessedista: manteve a candidatura oficial de Machado, bandeou os votos para Getúlio e criou um neologismo político — "cristianizar", em política, serve, até hoje, para nomear a estranha situação em que um partido lança seu candidato às eleições para, em seguida, abandoná-lo, sem rumo e sem voto, entregue à própria sorte.

A UDN continuava atônita, mas Carlos Lacerda estava furibundo: "O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar".[41] Lacerda falava sério: nos anos seguintes, iria se apegar a esse programa de ação e usar de seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa*, para sustentar que o governo de Getúlio não prestava. Mas a vitória de Vargas foi indiscutível, e quase 4 milhões de eleitores, ou 48,7% do total, cravaram seu nome nas urnas, contra 29,7% de votos dados ao Brigadeiro e 21,5% a Cristiano Machado. No dia 31 de janeiro de 1951, ele subiu novamente as escadas do Palácio do Catete, dessa vez na condição de presidente eleito pelo voto direto da população.[42]

No final de 1951, Getúlio enviou ao Congresso o projeto de lei que iria fixar, no imaginário nacional, a convicção de que seu programa político tinha, de fato, a pretensão de garantir a independência do país através do desenvolvimento econômico autônomo — a criação da Petrobras.[43] A proposta estava no centro do seu plano de governo, a demanda por petróleo e derivados ocupava o primeiro lugar na pauta dos produtos importados, e parecia evidente a inconveniência de o país continuar a depender dessa importação. Ademais, a campanha pela nacionalização dos bens do subsolo vinha da década de 1930 e mobilizava intensamente os brasileiros.

Como dizia o escritor Monteiro Lobato, tudo é loucura ou sonho no começo — e não se deve duvidar que, por vezes, as duas possibilidades apareçam juntas num mesmo projeto. Em 1937, quando Lobato publicou O poço do *Visconde*, a prospecção e exploração do petróleo, no Brasil, dentro das regras estabelecidas pelo Estado, pareciam loucura, sonho ou, no máximo, um bom tema de ficção infantojuvenil: "A descoberta de petróleo no sítio de dona Benta abalou o país inteiro", desafiou Lobato, decidido a denunciar, se não para os adultos, ao menos para os jovens, a quem interessava manter as amarras da dependência econômica dos brasileiros.

> Até ali ninguém cuidara de petróleo porque ninguém acreditava na existência do petróleo nesta enorme área de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, toda ela circundada pelos poços de petróleo das repúblicas vizinhas. Mas assim que irrompeu o Caraminguá número 1 os negadores ficaram com cara d'asno, a murmurar uns para os outros: "Ora veja! E não é que tínhamos petróleo mesmo?".[44]

Lobato, que morreu em 1948, não chegou a ver nem a cara d'asno dos negadores incrédulos nem a questão do petróleo posicionada no centro das definições da nossa vida política e econômica. Em 1951, porém, a história era outra: a defesa do monopólio da

exploração do petróleo pelo Estado tinha se transformado num dos maiores movimentos de opinião pública da nação. A Campanha do Petróleo, como o movimento ficou conhecido, assumiu o formato de grande mobilização cívica em defesa das riquezas nacionais e reuniu setores muito amplos da sociedade em torno da ideia de que o desenvolvimento autônomo do país dependia sobretudo da vontade política dos brasileiros.

O tema penetrou fundo na sensibilidade política da população e contribuiu para amadurecer entre os brasileiros o sentimento de soberania nacional. Como se desejasse reafirmar sua própria grandeza cívica, esse foi um dos poucos movimentos de massas da história do país a abrigar um largo espectro de opções ideológicas, reunindo militares, comunistas, socialistas, católicos, trabalhistas e até udenistas, debaixo de uma só palavra de ordem, lançada pela União Nacional dos Estudantes (UNE): "O petróleo é nosso!".[45]

A Petrobras iniciou suas operações em janeiro de 1954, ainda durante a presidência de Vargas, na condição de uma empresa estatal com o monopólio da prospecção e da exploração do petróleo (ver imagem 99). A indústria do petróleo definia uma das pinças da ofensiva de Getúlio para levar adiante o projeto de industrialização do país; a segunda pinça era a geração de energia elétrica. Ao contrário do que aconteceu na questão do petróleo, porém, seu governo não conseguiu completar os procedimentos necessários para a criação de uma companhia estatal de energia elétrica — a Eletrobras entrou em funcionamento apenas em 1962. Em compensação, a administração Vargas plantou a infraestrutura e o suporte financeiro capazes de promover a ampliação da capacidade de produção de eletricidade do país durante a década seguinte.

O investimento em usinas hidrelétricas demora, no mínimo, cinco anos para apresentar resultados, e o governo de Vargas se encerrou com um aumento não tão significativo no consumo de energia elétrica — de 5,8 milhões de quilowatts consumidos em 1950, passou-se para 8,3 milhões de quilowatts.[46] Isso não impediu que sua administração executasse um projeto abrangente de industrialização, buscando contemplar dois ramos avaliados como prioritários. Um deles, a expansão da indústria de base, em especial a siderurgia. O outro, a fabricação de caminhões e tratores, viabilizada, sobretudo, através de acordo entre a Fábrica Nacional de Motores e algumas empresas estrangeiras. Tal acordo previa a nacionalização progressiva da produção, e teve forte impacto positivo na implantação da indústria de veículos no país, ocorrida no governo seguinte ao seu.[47] A proposta de criação de empresas estatais em áreas consideradas estratégicas, como a prospecção e exploração de petróleo e a produção de eletricidade, significava, porém, entrar em rota de choque com interesses fortemente consolidados e que favoreciam a participação de grupos estrangeiros: Standard Oil, no caso do petróleo; Light and Power Co. e American & Foreign Power Co., na geração de energia elétrica. Com seus erros e acertos, o governo de Vargas pôs em cena, pela primeira vez, de forma nítida, o embate entre projetos distintos de modernização do país — o seu, de teor nacionalista, e o de seus opositores, favoráveis à associação com o capital internacional. Esses projetos entendiam de maneira oposta as funções do Estado, apresentavam leituras diferentes da realidade, e em torno deles toda a sociedade brasileira iria se dividir no decorrer das décadas seguintes.

Um ponto nevrálgico a definir e separar esses projetos derivava da maior ou menor disposição do Estado em experimentar políticas públicas que tivessem por objetivo tornar a sociedade brasileira menos excludente — através da montagem de uma rede urbana de

proteção social, que fosse capaz de incluir milhares de novos trabalhadores no mercado. O outro ponto de separação residia na tolerância do Estado para com o capital estrangeiro como motor do desenvolvimento econômico. O governo de Vargas definiu a opção pelo ideário do nacional-desenvolvimentismo:[48] a defesa da intervenção do Estado em atividades consideradas de interesse nacional, priorizando as industriais e aquelas vinculadas à diversificação do mercado interno.

O Brasil precisava urgentemente se reposicionar no cenário internacional e superar seu papel agrário-exportador — foi essa a escolha que deu a partida ao programa de Vargas. E ela envolvia custos políticos consideráveis: entrava em choque com empresas estrangeiras, com os interesses locais industriais e financeiros associados ou em vias de se associarem ao capital internacional, e com os poderosos proprietários de terras que permaneciam politicamente ativos em suas regiões. Todos esses grupos combatiam um Estado regulador do mercado, concentrador de riquezas e favorável à adoção de políticas de contenção do capital estrangeiro em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, e julgavam-se prejudicados por uma legislação trabalhista que avaliavam ser excessivamente onerosa aos empresários.

Vargas fazia política com técnica e estilo, mas no seu regresso ao Catete deparou-se com uma dificuldade inesperada: seu feitio era de mando. Propenso a soluções autoritárias, confiante no poder pessoal, escolado em golpes e levantes, ele simplesmente não sabia atuar num ambiente democrático. A estratégia de não se identificar com um único partido e se colocar acima deles dera resultado na campanha eleitoral, mas foi um desastre na hora de administrar o país: o PTB entrou em crise, fragmentado por disputas internas, e o PSD começou a divergir da aliança getulista nas votações, motivado por intermináveis disputas regionais. A UDN, por seu lado, soube usar o vento a favor, articulou-se com um punhado de pequenos partidos — o Partido Libertador, o Partido Republicano e o Partido Democrata Cristão —, formou um bloco oposicionista e passou a obstruir as iniciativas do governo.

A UDN assumiu no governo Vargas uma postura oposicionista radical e intransigente, mas sua força política cresceu graças a alterações muito negativas na conjuntura econômica e com consequências imediatas sobre o dia a dia dos brasileiros: a subida dos índices de inflação e a queda nos salários dos trabalhadores. A partir de 1952, o projeto de crescimento econômico de Getúlio encontrou obstáculos difíceis de serem removidos: o governo Eisenhower deslocou o principal foco da Guerra Fria para países como Coreia, Líbano e Egito — todos na iminência de passarem a orbitar em torno da URSS. Na sequência, os EUA retiraram seu apoio ao programa de investimentos no Brasil e, como se não bastasse, o Banco Mundial tratou de cobrar do país a dívida pelos empréstimos vencidos. O efeito não demorou a aparecer: a inflação subiu, o custo de vida aumentou, o gasto público cresceu, os salários despencaram.[49] E Vargas se desequilibrou de vez.

Apesar da deterioração da situação econômica, os trabalhadores não se transferiram com armas e bagagens para a oposição; mas deixaram claro ao governo que seu apoio não era incondicional. Em 18 de março de 1953, cerca de 60 mil trabalhadores paulistas transformaram a insatisfação em ação e saíram, em passeata, da praça da Sé em direção à sede do Executivo estadual — o palacete Campos Elíseos, no centro. A Marcha das Panelas Vazias, contra a carestia e por aumento de salários, era só o começo: dez dias depois, a cidade parou e Vargas acabou convencido de vez de que os operários estavam falando

sério. A Greve dos Trezentos Mil[50] durou quase um mês e foi coordenada pelos cinco maiores sindicatos de São Paulo: têxtil, metalúrgico, gráficos, vidraceiros e marceneiros. Os grevistas conquistaram um aumento, em média, de 32% no salário, e sua forma de mobilização serviu de modelo para o movimento operário em todo o país, pelo menos até 1964. A greve transbordou para a sociedade, recebeu o apoio dos estudantes e permitiu aos trabalhadores não apenas construir sua primeira intersindical — a união de sindicatos de diferentes categorias com o objetivo de atuarem politicamente, o que era proibido pela legislação — como avançar rapidamente para o formato de uma central sindical. No fim da greve, o recém-criado Pacto de Unidade Intersindical contava com mais de cem sindicatos filiados, só em São Paulo.

Getúlio podia ser autoritário, mas não era bobo. Em março ocorreu a Greve dos Trezentos Mil, em junho os marítimos pararam no Rio de Janeiro e, antes que o mês de julho começasse, João Goulart estava nomeado ministro do Trabalho.[51] Goulart era presidente do PTB, sabia conversar, tinha paciência para ouvir e negociava como poucos; além disso, tanto ele quanto o seu partido tinham ótimo relacionamento com as lideranças sindicais. E o presidente queria demonstrar aos trabalhadores o quanto valia essa nomeação: Jango, seu apelido desde criança, era seu herdeiro político. "Jango sou eu", Vargas disparou à queima-roupa para uma comitiva de líderes sindicais recebida no Catete, logo após a posse de Goulart no Ministério do Trabalho e o encerramento da greve dos marítimos. "Naquilo que ele vos disser estará me representando. Podem confiar nele como se fosse em mim",[52] arrematou.

Vargas nomeou Jango para atuar junto aos setores sociais que mais lhe deram apoio desde a década de 1930. Afinal, deve ter imaginado, era só o que lhe faltava: perder a sustentação política dos trabalhadores no meio da batalha pelo desenvolvimento econômico e social do país. A nomeação deu resultado. Goulart reaproximou do governo o movimento sindical, aliviou as pressões patronais sobre os sindicatos e construiu uma base operária para oferecer sustentação política a Vargas. Mas, com a situação econômica deteriorada, ele conseguiu apenas abrir canais de negociação; não era possível impedir a deflagração de novas greves. E apareceu um problema novo: Jango se transformou no alvo predileto da oposição. A cada movimento de aproximação do governo ao movimento sindical, a imprensa despejava sobre a cabeça do ministro uma avalanche crescente de críticas e denúncias.

A UDN sempre teve ao seu lado os principais órgãos de comunicação do país.[53] Jornais e rádios, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, ofereceram apoio maciço à candidatura de Eduardo Gomes, tanto em 1945 quanto em 1950, e compraram uma briga de morte contra o conjunto de propostas apresentadas pelo governo de Vargas. Até aquele momento, Jango era visto como um político de província, jovem, rico e inexperiente; foi a nomeação para o ministério que o revelou publicamente. Só então a UDN compreendeu o significado da escolha de Vargas e fez de Jango seu alvo predileto. Daí por diante, tornou-se recorrente no noticiário oposicionista a denúncia de que ele seria o grande mentor das greves, com o propósito inconfessável de lançar as condições para a criação de uma "República sindicalista": uma ditadura sindical, sustentada por uma reforma da Constituição, protegida dos adversários pela mobilização do movimento sindical e legitimada por um Parlamento dominado pelos trabalhadores.

A mera evocação da "República sindicalista" deixava a UDN de cabelo em pé, mas era uma

peça de ficção — não existiu nem como projeto nem como alternativa de poder. Apesar disso, Goulart nunca se livrou da pecha de ser seu grande formulador e principal beneficiário: às vésperas do golpe de 1964, a acusação, martelada diariamente, assumiu contornos ainda mais ameaçadores, em razão de uma conjuntura polarizada e que contava com a ampla mobilização dos setores populares. Carlos Lacerda, por seu lado, jamais deixaria escapar das páginas da *Tribuna da Imprensa* um personagem que, não bastasse ser o herdeiro político de Vargas, era também um ministro de 34 anos, solteiro, bonito, namorador e boêmio: "Joãozinho Boa Pinta deve sair do ministério e voltar ao cabaré, que é a sua universidade, a sua caserna e o seu santuário [...]. Ser ministro não é o mesmo que dançar tango",[54] injuriava, virulento.

Jango conseguiu sustentar-se por oito meses no cargo de ministro do Trabalho. Em janeiro de 1954, com a concordância de Vargas e para atender às reivindicações do movimento sindical, apresentou a proposta de duplicar o salário mínimo — caso aprovada, o salário seria elevado para 2400 cruzeiros. A UDN estrilou no Congresso, os jornais oposicionistas cuspiram fogo, mas quem ameaçou a estabilidade democrática foram os quartéis. Em meados de fevereiro, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército entregaram um manifesto com críticas acerbas ao governo nas mãos de seus comandantes, e estes, por sua vez, deram imediata divulgação ao documento, que passou a circular entre os parlamentares da UDN e os jornalistas da oposição.

O "Manifesto dos coronéis" tinha um tom de descontentamento sedicioso.[55] Acusava o governo Vargas de aceitar "o clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas", denunciava a crise de autoridade que atingia as Forças Armadas, ameaçava com o risco de desordens e reagia contra a proposta salarial de Jango, que, ao menos na opinião dos signatários, aumentava, e muito, o gasto com as contas públicas — além de alterar o padrão de vida e inverter a situação de status entre civis e militares. Visto retrospectivamente, o "Manifesto dos coronéis" é um indicativo notável de que os militares já constituíam um risco real às instituições democráticas da República. Seu redator — o então coronel Golbery do Couto e Silva — estaria, dez anos depois, na origem e no centro da ditadura imposta ao país pelo golpe de 1964; entre os signatários, apareciam os nomes de alguns dos oficiais que, promovidos a generais, iriam tomar posição na linha de frente daquela conspiração golpista e na própria condução do regime militar — Sylvio Frota, Ednardo d'Ávila Melo, Antônio Carlos Muricy, Adalberto Pereira dos Santos, Sizeno Sarmento, Amauri Kruel.

Em 1954, Vargas não poderia ter antevisto o que iria acontecer dali a dez anos, mas percebia que os militares queriam mais que salários e equipamentos. O "Manifesto dos coronéis" expressava insatisfação, ressentimento e, o mais grave, era um gesto flagrante de indisciplina — seus autores estavam a um passo da conspiração. Diante da seriedade da situação política, Getúlio tomou providências: demitiu o ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, e acertou com Goulart a própria demissão. Com Jango fora do governo e supondo ter neutralizado o apetite dos coronéis, ele se sentiu à vontade para agir. No feriado de 1° de maio, data em que invariavelmente fazia seu pronunciamento aos trabalhadores, Vargas revelou um pouco mais sobre a maneira como perseguia seus objetivos, abusando de jogadas arriscadas, dissimulando o essencial e adiantando-se aos acontecimentos. Anunciou a duplicação do salário mínimo tal como proposto por Jango, elogiou a atuação de seu ex-ministro do Trabalho e, dirigindo-se aos trabalhadores, partiu

para o contra-ataque: “Como cidadãos a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituís a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo”.[56]

GETÚLIO MORREU. VIVA GETÚLIO!

Provavelmente era tarde demais para uma reação de Vargas — a oposição estava mais bem posicionada para derrubar seu governo do que os trabalhadores para sustentá-lo. E as coisas se complicariam ainda mais para Getúlio. No início da madrugada de 5 de agosto, o ministro da Justiça, Tancredo Neves, acordou com o toque do telefone. Do outro lado da linha, o coronel Milton Gonçalves, da chefatura de polícia, tentava lhe informar que o jornalista Carlos Lacerda fora vítima de um atentado e estava ferido, de leve, no pé. "Só isso? Podia ser pior", resmungou Tancredo. O coronel fez uma pausa curta, tomou coragem e acrescentou o dado que faltava: um oficial da Aeronáutica, major Rubens Vaz, que acompanhava Lacerda, morrera. Tancredo arregalou os olhos, respirou fundo e acordou de vez: "Nada podia ser pior".[57]

Não se sabe ao certo se o diálogo aconteceu nesses termos, mas Tancredo não estaria exagerando. O atentado contra Lacerda era um desastre para o governo: tinha potencial para desencadear uma crise militar sem precedentes na história da República, acelerar a perda de autoridade do presidente e isolar Getúlio na solidão do Catete. Além disso, havia a imprensa.[58] Os meios de comunicação funcionavam como o principal alimentador de crises do governo de Vargas, e Lacerda era sua estrela mais estridente. A *Tribuna da Imprensa* podia até ser um jornal de tiragem reduzida — não chegava a 10 mil exemplares —, e jamais dava uma notícia com um mínimo de isenção, mas a palavra de Lacerda tinha enorme prestígio: uma frase sua servia para alimentar durante dias as manchetes dos jornais.

Lacerda perseguia Vargas num tom cada vez mais exaltado. Na impossibilidade de conseguir o golpe de Estado, apostou na força da imprensa como fator de desestabilização do governo. Concentrou fogo numa série de denúncias de escândalos verdadeiras ou não que comprometiam a administração de Getúlio — tráfico de influência, empréstimos irregulares, antiamericanismo, corrupção. Bem desdobradas pelos jornais e pelo rádio, essas denúncias repercutiam durante semanas e aumentavam muito a pressão sobre o governo, além de corroer sua credibilidade e contribuir para seu isolamento político e social. Algumas denúncias eram forjadas; outras, porém, realmente comprometiam o governo e, a partir de 1953, com o escândalo do jornal *Última Hora*, Vargas perdeu a batalha da imprensa. Contudo, e para exasperação de Lacerda, por mais que se esmiuçasse a administração federal, não havia jeito de atingir o presidente da República.

A imprensa teve uma atuação decisiva para a corrosão das bases de apoio do getulismo, sobretudo entre os setores médios urbanos. Mas foi somente a partir do escândalo envolvendo a Última Hora que os principais órgãos de comunicação do país — *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *O Jornal*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* — escancararam seu papel de protagonistas na condução da crise política que iria pôr fim ao segundo governo de Vargas. A Última Hora era o resultado de um acerto entre Getúlio e o jornalista Samuel Wainer —[59] uma das estrelas dos Diários Associados, o grupo de comunicação mais forte do país, e responsável por obter de Vargas, ainda em São Borja, a entrevista que o lançava candidato à Presidência da República. Os detalhes do novo jornal tinham sido combinados ainda durante a campanha eleitoral, e a Última Hora foi, sim, largamente favorecida e incentivada por Vargas, que sabia da importância de estabelecer

um canal direto e confiável de propaganda e comunicação com a população. E Wainer tirou inúmeras vantagens desse acerto ao cumprir o papel de intermediário entre o governo e a sociedade — afinal, seu jornal era o porta-voz do presidente da República.

Pode até ser que Wainer tenha condicionado a produção de notícias às prioridades do governo e enredado a *Última Hora* numa relação promíscua com o poder, mas também havia criado um jornal inovador: moderno, criativo, com texto ágil, utilização de cores, retratos do cotidiano da população nas grandes cidades e disposição para pagar bons salários. Não deu outra: o sucesso foi imediato, as tiragens dispararam. Já o pequeno punhado de empresários que controlava os principais órgãos de comunicação do país se sentiu ameaçado; avaliou que Vargas tinha interferido diretamente no mercado de informação e notícias e desequilibrado o jogo a seu favor. A resposta não tardou e os donos dos jornais partiram para o confronto aberto. Com a esmagadora maioria da imprensa contra si, Wainer enfrentou uma campanha duríssima e viu o cerco se fechar numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Esta foi instalada a pedido da UDN com o objetivo de comprovar o uso de recursos públicos para favorecimento ilícito; para completar, Lacerda também acusava Wainer — judeu nascido na Bessarábia, que na época fazia parte do Império russo — de ter falsificado sua nacionalidade, uma vez que a Constituição de 1946 proibia que estrangeiros fossem proprietários de jornais. Wainer terminou condenado — os empréstimos concedidos ao jornal eram resultado de tráfico de influência. Contudo, as revelações sobre os empréstimos irregulares chegavam, no máximo, até Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil; não atingiam Vargas. Lacerda esperneou, a UDN escarafunchou o quanto pôde, mas não houve jeito: nem a imprensa nem o Relatório Final da CPI comprometiam diretamente a figura do presidente da República.

A crise que se iniciou em 5 de agosto tinha, porém, outra qualidade. O atentado contra Lacerda foi cometido na porta de sua casa, na rua Tonelero, em Copacabana (ver imagem 102).[60] O major Vaz fazia parte de um grupo de jovens oficiais udenistas da Aeronáutica que se revezavam como seus guarda-costas, e sua morte posicionou as Forças Armadas no coração da crise. A Aeronáutica se convertera numa força política de oposição a Vargas, a oficialidade venerava a figura do Brigadeiro e a oportunidade era boa demais — sem muita conversa, os oficiais atropelaram a Constituição, subverteram a hierarquia militar e assumiram a condução de um inquérito por conta própria.

É certo que Tancredo Neves era então ministro da Justiça e a apuração do crime, caber à Polícia Civil. Mas nem ele nem seus subordinados tiveram oportunidade de investigar com autonomia o atentado. A Aeronáutica instalou o grupo de oficiais encarregado da investigação na Base Aérea do Galeão, garantiu aos investigadores total liberdade de ação e armou uma operação militar para pegar os assassinos — a República do Galeão, como o grupo foi chamado pelos getulistas, inicialmente com ironia e logo depois com temor, era, de fato, um governo dentro do governo. O atentado foi obra de pistoleiro, o crime, malsucedido, e seu planejamento, primário — o veículo da fuga era um táxi que fazia ponto junto do Palácio do Catete e aguardou seus passageiros parado numa esquina; ademais, antes do crime, o mesmíssimo táxi tratou de seguir Lacerda por quase toda a cidade, até os pistoleiros decidirem o local da tocaia. A Aeronáutica não teve dificuldade para localizar o motorista e chegar aos criminosos — era crime encomendado. O governo de Vargas começou a acabar quando os pistoleiros confessaram o nome do contratante e a Aeronáutica chegou diretamente ao chefe da Guarda Presidencial, Gregório Fortunato (ver

imagem 101). Mas a autoridade do presidente só passou a se decompor na tarde em que oficiais da Aeronáutica entraram no Catete, retiraram com toda a tranquilidade os arquivos de Gregório e liberaram seu conteúdo para a imprensa. Havia mesmo muita corrupção em volta de Getúlio. As transações ilegais aconteciam em larga escala, estavam envolvidos inúmeros assessores e figuras públicas, além de pelo menos um membro de sua família — o filho Manuel Vargas.

A tese da responsabilidade mais ou menos direta de Vargas no atentado era uma obsessão de Lacerda, e foi fartamente explorada por ele antes mesmo do início da apuração policial. "Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas",[61] fulminou a *Tribuna da Imprensa*, no dia seguinte ao atentado. É provável que Gregório Fortunato, um personagem vaidoso, com baixa escolaridade e alimentando uma lealdade canina a Getúlio, tenha se deixado corromper, concentrado nas mãos uma espécie de poder paralelo graças à sua proximidade com o presidente e interpretado a conjuntura política a partir de critérios próprios. Também é possível que até a oposição e o próprio Lacerda concordassem que, pessoalmente, Getúlio era honesto. Mas numa coisa eles tinham razão: a corrupção cresceu à sombra do Catete, e Vargas, mesmo ignorando a iniciativa criminosa de Gregório, foi leniente e não tinha como fugir da responsabilidade.

Getúlio passou seus últimos dias confinado no Catete. A opinião pública estava contra ele, aumentava o coro dos brasileiros que exigiam sua renúncia, e as lealdades se dispersavam. Na madrugada de 24 de agosto, o presidente reuniu seu ministério e, se tinha dúvidas sobre as possibilidades de resistir, elas desapareceram: todos os ministros propuseram a renúncia ou uma licença — à exceção de Tancredo Neves, único partidário da resistência aberta.[62] As alternativas eram péssimas: Vargas não contava com o Exército para repetir 1930, nem tinha os trabalhadores mobilizados ao seu lado como em 1945. Se negociasse a renúncia, estava desmoralizado; se resistisse, seria deposto. No fim da madrugada, quando ele já estava recolhido, seu irmão Benjamin bateu na porta do quarto para informá-lo da intimação que recebera para comparecer ao Galeão. Só então Vargas teve certeza de que ele era o próximo. Fechou a porta, deitou-se na cama. Em algum momento entre 8h30 e 8h40 da manhã de 24 de agosto de 1954, Getúlio encostou o cano da pistola no lado esquerdo do peito e apertou o gatilho.

Cerca de uma hora depois, o prefixo inconfundível e estridente do *Repórter Esso*, o mais importante noticiário de radiojornalismo do país, informou aos brasileiros, com exclusividade, em edição extraordinária, o suicídio de Vargas (ver imagem 103). E então o Brasil desatinou. Aturdidas, as pessoas saíam de casa, procuravam umas às outras e choravam. Aos poucos, porém, a população se transformou e, em diversas cidades — Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo —, uma multidão amargurada, revoltada e colérica passou a percorrer as ruas armada com paus, pedras e fúria.[63] O centro do Rio de Janeiro foi ocupado por grupos com milhares de manifestantes, que partiam de lugares onde as pessoas habitualmente se concentravam para discutir política — a Galeria Cruzeiro, o largo da Carioca, o Tabuleiro da Baiana —, convergiram para a Cinelândia e se amotinaram, destruindo tudo que encontrassem pelo caminho e que estivesse, de alguma maneira, relacionado com a oposição a Vargas.

A multidão arrancou dos postes a propaganda política dos candidatos da UDN, quebrou as vidraças do prédio da Standard Oil, apedrejou a fachada da embaixada dos Estados Unidos

e dos edifícios onde funcionavam as redações de *O Globo* e da *Tribuna da Imprensa*, e ainda cercou e incendiou os caminhões de distribuição dos jornais — apenas a Última Hora circulou nesse dia. Não se esqueceu de Lacerda: caçado nas ruas, ele se refugiou na embaixada americana. Deu sorte: quando a multidão ameaçou invadir o prédio, um helicóptero da Força Aérea Brasileira tratou de resgatá-lo, no telhado, para, em seguida, depositá-lo, são, salvo e apavorado, a bordo do cruzador *Barroso*, da Marinha do Brasil, fundeado na entrada da baía de Guanabara.

Em frente ao Catete, cerca de 1 milhão de pessoas tentavam ver o corpo de Getúlio; muita gente chorava compulsivamente, outros desmaiavam, e havia quem, ao entrar na sala onde ocorria o velório, se agarrasse ao caixão. Às 8h30 da manhã do dia 25, a multidão acompanhou o corpo de Vargas até o Aeroporto Santos Dumont, num gigantesco cortejo que ia se desenrolando pela praia do Flamengo, do Russel, e pela avenida Beira-Mar (ver imagem 104). Mas, quando o avião da Cruzeiro do Sul decolou e desapareceu no céu, rumo a São Borja, aconteceu o inevitável: as pessoas perceberam que estavam em frente ao quartel-general da 3ª Zona Aérea. A dor se transformou em cólera, a multidão avançou, a Aeronáutica, aterrorizada, pegou em armas, soldados e oficiais dispararam contra a população civil desarmada. O tiroteio durou quinze minutos. Mulheres e crianças foram pisoteadas, uma pessoa morreu e muita gente saiu ferida — por estilhaços de granada, cortes de sabre ou tiros. Os manifestantes fugiram, mas o motim não terminou: a multidão se reagrupou no centro da cidade, outros milhares se juntaram a ela, e os conflitos continuaram a sacudir o Rio de Janeiro durante todo o dia.

O suicídio de Vargas frustrou a oposição, que, desnorteada, viu escapar a oportunidade de acirrar a crise, desmoralizar o presidente com a renúncia e abrir caminho para o golpe militar — foi o último triunfo político de Getúlio. Sua carta-testamento não deixava dúvida sobre como o suicídio deveria ser entendido pela população: uma campanha subterrânea de grupos internacionais aliara-se à dos grupos nacionais para bloquear a legislação trabalhista e o projeto desenvolvimentista. “Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”,[64] declarou. Otávio Mangabeira, um dos grandes líderes da UDN, ainda atordoado, reconheceu que a vantagem política duramente acumulada pela oposição havia lhe escorrido por entre os dedos: “Mais uma vez ele nos ganhou”,[65] lamentou. Antes de cometer suicídio, Vargas deixou registrado: “Escolho este meio de estar sempre convosco. […] Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”. Seu gesto final tinha um poderoso apelo político e, de fato, imobilizou a oposição e paralisou os golpistas. Mas foi o povo nas ruas quem garantiu a democracia e fez os golpistas recuarem.[66]

16.

OS ANOS 1950-1960: A BOSSA, A DEMOCRACIA E O PAÍS SUBDESENVOLVIDO

GOLPE E CONTRAGOLPE

Na manhã do sábado de Carnaval de 1956, dois oficiais da Aeronáutica, o major Haroldo Veloso e o capitão José Chaves Lameirão, chegaram cedo à Base Aérea dos Afonsos, no Rio de Janeiro, passaram pelas sentinelas, renderam o oficial de dia e arrombaram o depósito de munição. Retiraram do hangar um avião de combate entupido de armas e explosivos, e decolaram na direção do campo de pouso de Jacareacanga, minúscula guarnição da Força Aérea no meio da mata, no sul do estado do Pará, perto da divisa com Mato Grosso. Os dois oficiais eram udenistas fanáticos, veneravam Carlos Lacerda, estavam indignados com a vitória "getulista" nas eleições presidenciais de outubro de 1955 e pretendiam levar a cabo um plano alucinado: montar um foco de sedição no Brasil Central e dar início à guerra civil.[1]

O levante de Jacareacanga não durou vinte dias — antes do final de fevereiro a rebelião estava liquidada. Contudo, o episódio era indicativo do alto grau de instabilidade política do país. O presidente que os oficiais da Aeronáutica queriam derrubar fora empossado no cargo havia menos de um mês: Juscelino Kubitschek. JK (como ficaria conhecido) vinha de uma carreira política de prestígio construída dentro do PSD mineiro: deputado federal, prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais. No entanto, apesar do currículo e de já estar eleito, a briga para conseguir tomar posse não foi nada fácil. Passada a comoção causada pelo suicídio de Getúlio e o impacto das manifestações populares, a UDN voltou à ação decidida a impedir a realização das eleições presidenciais marcadas para 3 de outubro de 1955, nas quais suas chances de vitória, aliás, eram reduzidas.[2] Os udenistas foram, porém, desarmados pela rápida recomposição da aliança entre o PSD e o PTB, que firmou uma chapa disposta a defender o legado de Vargas e com capilaridade nacional: Juscelino Kubitschek para presidente e João Goulart para vice-presidente.

A candidatura de Jango provocava arrepios na UDN, mas sem um bom casuísmo na algibeira o partido não teve alternativa senão concorrer. Como sempre, a UDN apostou num discurso de apelo moralista, confiou num candidato das Forças Armadas — dessa vez proveniente do Exército, o general Juarez Távora, uma das muitas lideranças de 1930 que romperam com Vargas às vésperas do Estado Novo — e de novo apelou para um slogan inacreditável de tão ruim: "Vote no general Juarez Távora, o tenente dos cabelos brancos". Ainda assim, a campanha eleitoral foi dura, e a vitória de Juscelino, apertada: 36% dos votos, contra 30% dados a Juarez, 26% a Ademar de Barros e 8% a Plínio Salgado, líder dos antigos integralistas. A eleição para vice-presidente era independente, e João Goulart deu um banho nos adversários, obtendo mais votos que Juscelino: 3591409 contra 3077411 eleitores.

Carlos Lacerda, que dava a eleição por perdida antes mesmo da abertura das urnas, não pretendia assistir de braços cruzados a mais uma vitória dos herdeiros de Vargas: deflagrou a campanha para impugnar a posse dos eleitos e impor ao país, com apoio das Forças Armadas, um governo de emergência, se possível de base parlamentarista, capaz de "reformar a democracia para livrar o Brasil de bandidos políticos".[3] A justificativa da UDN para tentar a impugnação era de um oportunismo escandaloso: a vitória de Juscelino fora ilegítima, esbravejavam os udenistas, uma vez que a candidatura não obteve a maioria absoluta dos votos. Nem a Constituição de 1946 nem a legislação eleitoral em vigor

exigiam maioria absoluta, e a UDN queria mudar as regras do jogo *depois* de finalizada a partida. Não obstante, o debate contou com ampla repercussão na imprensa, entrou nos quartéis — e, a partir daí, a temperatura política começou a ferver. Não se sabe quem se pôs a conspirar primeiro, se a UDN ou os militares, mas uma coisa é certa: o golpe de Estado estava em andamento, recebia o endosso discreto do vice-presidente Café Filho — que assumiu o governo logo após o suicídio de Vargas — e tinha o apoio de um grupo de ministros poderosos: Prado Kelly, da Justiça; Amorim do Vale, da Marinha; Eduardo Gomes, da Aeronáutica. Só havia um problema: o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott — ministro da Guerra.[4] A pedra no sapato dos golpistas era um militar com perfil estritamente profissional, obcecado pela disciplina e que contava com a lealdade irrestrita da tropa. O general Lott era também um legalista impecável; enquanto estivesse no comando, não havia chance de uma conspiração golpista vingar dentro do Exército.

No início do mês de novembro, contudo, o quadro político sofreu uma alteração súbita. Café Filho alegou estar doente, os médicos prescreveram repouso absoluto e, embora algumas lideranças pessedistas, como Tancredo Neves e José Maria Alkmin, nunca tivessem acreditado na veracidade dessa doença que favorecia os golpistas, os procedimentos andaram: Constituição era Constituição, e o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu interinamente a Presidência da República.

Carlos Luz não escondia sua simpatia pelos golpistas, estava certo de que conseguiria demitir Lott sem provocar um terremoto no Exército e, nem bem se instalou na Presidência, convocou o ministro da Guerra para comparecer ao Catete. Deu-lhe um chá de cadeira de quase duas horas e, ao recebê-lo, informou que desautorizara uma decisão dele — tudo para forçá-lo a entregar o cargo. Na madrugada de 11 de novembro, com o ministro demissionário ainda de pijama, trinta generais de guarnições do Rio de Janeiro chegaram a sua casa dispostos a apoiá-lo, além de um grupo de sargentos. Para um golpe, golpe e meio, deve ter concluído Lott. E decidiu dar meia-volta. Saiu de casa direto para seu gabinete, confirmou por rádio que os quartéis do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e São Paulo continuavam alinhados com seu comando, mandou chamar o presidente do Senado e o líder da maioria na Câmara para comunicar-lhes o que iria fazer, e botou os tanques na rua. O contragolpe promovido por Lott foi fulminante. As lideranças civis ficaram em polvorosa, e já havia deputado sussurrando no ouvido do general que ele deveria se manter no poder. Mas legalidade era legalidade, e Lott entregou ao Congresso a solução da crise. Reunidos em sessão extraordinária, os deputados depuseram Carlos Luz — cuja presidência durou exatos três dias e quase mergulhou o país numa guerra civil — e nomearam para ocupar interinamente a chefia do Executivo o presidente do Senado, Nereu Ramos. Ninguém sofreu punição e nada foi cobrado dos golpistas.

Quando a conjuntura política parecia finalmente entrar nos eixos, Café Filho saiu do hospital e anunciou sua disposição de reassumir a Presidência da República. Começou tudo de novo: a UDN voltou a se assanhar, o Exército retornou com os blindados para as ruas do Rio de Janeiro, e o Congresso se reuniu em caráter de emergência para responder à nova crise. Dessa vez, os parlamentares se deram conta de que não poderiam continuar numa posição condescendente: votaram a interdição de Café Filho, reafirmaram a interinidade de Nereu Ramos, confirmaram a posse do novo presidente eleito para 31 de janeiro de 1956 e estenderam o estado de sítio até essa data. Juscelino e Jango suspiraram aliviados. Já o general Lott jamais aceitou ter protagonizado um contragolpe — segundo ele, liderara

um “movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”. E o argumento do general fazia todo o sentido: afinal, bem-intencionado ou não, ele havia se rebelado contra a autoridade legitimamente constituída. Mas o problema não era só de indisciplina. Com a Novembrada, em 1955, o país tomou conhecimento da existência de tendências de natureza nacionalista e até mesmo democrática no interior das Forças Armadas.[5]

Começava a aproximação dos sargentos com o trabalhismo — mais adiante, viriam os marinheiros e os fuzileiros navais. E, nessa hora, o PTB vacilou. Em vez de exigir uma instituição militar despolitizada, estritamente profissional e submissa ao poder civil, os trabalhistas decidiram seguir o caminho já trilhado pela UDN. Idealizaram um Exército intervencionista, reformista e disposto a ecoar o interesse popular — aos moldes dos tenentes, durante a Primeira República. Tanto à direita quanto à esquerda, as lideranças partidárias da época cometeram erro idêntico: projetaram as Forças Armadas na política, aceitaram sua interferência num regime legitimado pelas regras da democracia e acentuaram seu protagonismo na cena pública. Só se enxergou a extensão do erro quando ele não tinha mais conserto — em março de 1964.

O VENDEDOR DE ESPERANÇAS

Juscelino tomou posse como determinava a Constituição e não titubeou: confirmou Lott no Ministério da Guerra. O general, por sua vez, se não conseguiu isolar os quartéis do debate político, manteve as Forças Armadas sob controle. Lott absorveu no âmbito da disciplina hierárquica o ativismo dos militares, e sua atuação foi decisiva para garantir a estabilidade política de um governo que começou contestado, assumiu em meio a uma atmosfera de crise, mas acabou se fortalecendo. Juscelino, por seu lado, tratou as Forças Armadas com luvas de pelica.[6] Anistiou os oficiais envolvidos em atos de insubordinação, como Jacareacanga, e capitalizou politicamente o resultado — sem perceber, talvez, que acostumava os insubmissos à impunidade. E tratou de ganhar os quartéis na lábia, pondo em evidência para o Alto-Comando os atrativos que seu programa de desenvolvimento econômico poderia trazer para os militares avançarem com sucesso na criação de uma indústria bélica, além de atender às suas necessidades de modernização, reorganização e rearmamento. Juscelino era bom de conversa e melhor ainda na prática de cooptação. Comprou para uso do Ministério da Aeronáutica um moderno avião *Viscount*, com cabine pressurizada, poltronas amplas e velocidade de cruzeiro de seiscentos quilômetros por hora, e acalmou o almirantado com a aquisição de um porta-aviões da Marinha britânica — que os almirantes agradecidos rebatizaram *Minas Gerais*. Mas, sobretudo, Kubitschek atraiu os militares para ocuparem cada vez mais espaço em órgãos estratégicos da administração federal e do planejamento — em especial na Petrobras e na segurança pública.

É certo que o presidente sabia construir a ocasião e tirar proveito dela, mas o governo tinha também uma alavanca estratégica imbatível — o Plano de Metas ou Programa de Metas.[7] Graças a ela, Juscelino conseguiu articular, ainda em seu primeiro ano de mandato, uma bem-sucedida aliança entre grupos sociais de interesses muito diversos que aceitaram se unir em torno de um grande projeto de planejamento econômico capaz de resumir as principais linhas de sua administração. Exposto pela primeira vez numa reunião ministerial realizada no segundo dia de governo, 1° de fevereiro de 1956, e publicado no dia seguinte no *Diário Oficial*, o Plano de Metas foi o primeiro e o mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país. Com ele, Juscelino dava concretude ao slogan que animara a campanha presidencial — a promessa de que sob seu comando o Brasil cresceria "cinquenta anos em cinco" —, e se propôs a efetuar uma mudança estrutural na capacidade produtiva nacional. O Plano de Metas fez do governo de JK um sucesso (ver imagem 105). Atribuiu ao Estado a tarefa de viabilizar uma agenda de crescimento econômico acelerado, aprofundou o processo de industrialização e privilegiou o setor industrial de bens de consumo duráveis, alterando os hábitos e o cotidiano da população, que, deslumbrada e espantada, passou a conviver com um sem-número de novidades. Entre outras coisas, um punhado de eletrodomésticos modernísimos: máquina de lavar roupa, grill automático, rádio de pilha, ventilador portátil, enceradeira com três escovas, fogão com visor panorâmico, som estereofônico, TV com controle remoto preso por um fio ao aparelho. Tão formidáveis quanto os eletrodomésticos eram os produtos para casa: sabão em flocos, Detefon com pulverizador, pilhas Eveready. Ou, ainda, os novos utensílios e as peças de vestuário fabricados em massa com materiais sintéticos, baratos e coloridos, alguns de nomes estranhíssimos — polímeros, náilon, raiom, banlon, courvin, acrílico,

napa, fórmica, vinil e linóleo.[8]

O Plano de Metas definiu 31 objetivos com enfoque privilegiado em quatro pontos. Na primeira prioridade, o governo previa alocar investimentos para o setor de transportes, em especial o rodoviário, e incentivar a indústria automobilística — as outras três prioridades canalizavam recursos em energia, indústria pesada e alimentos. A partir de 1958, os brasileiros viram se materializar nas ruas e estradas duas novidades: o DKW-Vemag, que, apesar de barulhento, era o primeiro automóvel a sair da fábrica com 50% de peças nacionais, e a Rural Willys, o primeiro carro também nacional com tração nas quatro rodas. A expansão da malha rodoviária foi provavelmente o melhor momento do Plano de Metas. Juscelino pavimentou 6 mil quilômetros de novas rodovias entre 1956 e 1960, num país que até então contava apenas 4 mil quilômetros de estradas, e viabilizou uma rede de integração territorial capaz de garantir a circulação de mercadorias entre as áreas rurais e os principais centros industrializados, além de criar novos mercados.[9] Em janeiro de 1958, com o preço do petróleo relativamente baixo e a entrada da indústria automobilística no país, Juscelino avaliou que o desafio de abrir novas rodovias de terra vermelha e asfalto valia a pena: mandou chamar ao Catete o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, funcionário do Ministério da Agricultura, um tocador de obras com pinta de galã e espírito de desbravador, e propôs cortar os cerrados do Brasil Central, "arrombar a selva e unir o país de norte a sul".[10] A rede rodoviária Belém-Brasília matou o engenheiro no meio da mata, atingido por um galho que despencou de uma árvore gigantesca, mas interligou por estrada de rodagem os estados de Goiás, Maranhão e Pará, inseriu a Amazônia no mercado brasileiro e forneceu uma nova alternativa para atenuar desequilíbrios regionais.[11]

Sayão não foi o único a colaborar com Juscelino em projetos que, aos demais, pareciam mirabolantes. Esse era o estilo de Kubitschek: talento de negociador, astúcia política, visão empresarial e capacidade de reconhecer as qualidades alheias — além de um sorriso que ficou famoso.[12] O presidente seduzia, argumentava, insistia — como se dizia na época, Juscelino voava com qualquer tempo e pousava em qualquer campo. Até mesmo Carlos Lacerda, seu grande desafeto, não escondia uma ponta de admiração: ele era "um político ardilosíssimo e a pessoa mais simpática do mundo",[13] concedia.

O estilo fazia a diferença na hora de Kubitschek abordar problemas e conquistar a máxima simpatia de cada grupo social, mas não explica tudo. A outra parte do segredo de Juscelino está provavelmente no fato de que ele conseguiu transformar o Plano de Metas no projeto de um Brasil possível. Seu programa de governo dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade. A chave para construir esse novo país chamava-se "desenvolvimentismo" e defendia a ideia de que nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela industrialização e pela urbanização.[14] A confiança que Juscelino depositou nesse projeto de Brasil foi contagiosa, e não é muito difícil entender por quê. O projeto de JK sustentava-se na crença de que a construção de uma nova sociedade dependia da vontade do Estado e do desejo coletivo de um povo que, enfim, teria encontrado seu lugar e destino.

Um projeto com essa ambição tinha potencial de agregação — e muitos intelectuais se sentiram atraídos por ele. O governo de Juscelino manteve sintonia com uma franja de intelectuais de várias origens e especialidades dispostos a provar que seria possível construir para o país alternativas de modernidade fora do modelo norte-americano. Um dos grupos que se aproximaram de JK estava instalado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão ligado à Casa Civil da Presidência da República, com sede no Rio de Janeiro.[15] O Iseb funcionou como um espaço ativo de socialização entre políticos, intelectuais, artistas e estudantes, e reuniu um elenco de pensadores que marcou época: Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe. Esse grupo forneceu fundamentação teórica para projetos do alto escalão da administração de Kubitschek, e contribuiu com uma visão ampla do Brasil e de seu processo de industrialização. Produziu, ainda, os argumentos de defesa para uma opção nacionalista não ortodoxa, que não significasse rejeição ao estrangeiro e que estivesse circunscrita à definição de qual é o interesse nacional.

O Iseb não foi o único laboratório de ideias do governo de JK. Em 1954, o economista Celso Furtado tinha pouco mais de trinta anos e acabava de publicar seu primeiro livro: *A economia brasileira*. O trabalho de Furtado trazia a marca das formulações elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas, instalada no Chile em 1949 e da qual o próprio Furtado fez parte até 1957. As análises da Cepal contribuíram para embasar o Plano de Metas, mas o livro de Celso Furtado, além de apresentar instrumentos para uma nova maneira de pensar o país, fornecia aos técnicos do governo uma palavra-chave — "subdesenvolvimento" — para enquadrar os dilemas da sociedade brasileira.[16] Subdesenvolvimento significaria um momento específico de formação do capitalismo, próprio de sociedades como a brasileira, cuja economia foi historicamente subsidiária do sistema colonial e que, por isso mesmo, se viu forçada a conviver com consequências que se autossustentam, apesar do avanço do processo de industrialização: a estrutura agrária arcaica, as relações entre a monocultura exportadora e o capitalismo internacional, a dualidade da estrutura produtiva nacional, a profunda desigualdade nas relações de trabalho. Segundo Furtado, para ultrapassar tal situação, dependia-se de um conjunto de reformas básicas a serem implantadas pelo Estado — agrária, fiscal, bancária, urbana, tributária, administrativa, universitária. A defesa dessas reformas estruturais tornou-se uma das principais bandeiras de luta das forças nacionalistas e de esquerda no país, e assumiu sua forma política definitiva — as reformas de base — a partir de 1962, durante o governo de João Goulart. A palavra "subdesenvolvimento", por sua vez, entrou para o vocabulário da população, que passou a utilizá-la difusa e diversamente. Mas sempre mantendo a angulação definida por Furtado: era preciso pôr em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo.

A fórmula do reformismo desenvolvimentista, a noção-chave do subdesenvolvimento e a compreensão de que o povo brasileiro era o agente de transformação de sua própria história amadureceram entre os tecnocratas do governo e os intelectuais da academia; também viveram uma floração e uma maturação particulares no campo da cultura, e tornaram-se rapidamente objeto de construção estética e de produção artística. O Teatro de

Arena, em São Paulo, por exemplo, que começou a atuar por volta de 1953, mantinha um elenco permanente de jovens atores e encenadores que se pretendiam modernos, comprometidos com um teatro realista, e estavam empenhados em construir "uma dramaturgia integralmente brasileira" — e que englobava direção, interpretação, cenografia, produção de texto e temática.[17] Em fevereiro de 1958, o grupo apresentou numa pequena sala meio improvisada, com cerca de cem lugares, no centro da cidade, a peça *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Tendo em cena o cotidiano dos trabalhadores nas fábricas, identificava o poder do capital e defendia a greve por melhores salários — foi um sucesso de público e abriu as portas para uma nova dramaturgia com timbre brasileiro.

No caminho aberto pelo Teatro de Arena viriam outros grupos, como o Oficina e o Opinião, mas a atenção às experiências de vida do povo não se limitou ao teatro; essa questão seria abordada pelo cinema, e vinha sendo formulada de várias maneiras. A Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Paulo, tinha o objetivo de produzir filmes com características essencialmente brasileiras e com a qualidade das produções europeias e norte-americanas — seu modelo de padrão estético era o cinema produzido em Hollywood.[18] Não funcionou. A Vera Cruz estava mesmo interessada em assuntos locais, sem esquecer o Brasil rural — *O cangaceiro*, de Lima Barreto, foi seu grande sucesso. Mas o sistema de produção era caro, os personagens muitas vezes escorregavam para o estereótipo, o roteiro capturava o pitoresco fácil, e o retorno financeiro custava a chegar — em 1954, a companhia estava falida.

A Vera Cruz que deu certo funcionou no Rio de Janeiro. A produtora Atlântida também fazia filmes de maneira contínua, mas apostava numa produção rápida, com roteiros despretensiosos e baixo orçamento. Os críticos espinafravam; já o público adorava, e os cinemas ficavam lotados com um tipo de comédia popular — as chanchadas — que se tornou a marca registrada da Atlântida.[19] Não é difícil entender a razão desse êxito. As chanchadas parodiavam os grandes sucessos de Hollywood e se valiam de uma linguagem de base popular, originária do circo, do teatro de revista, do anedotário, da crítica política e de costumes. O elenco, em geral, já tinha trabalhado no rádio, no circo ou em ambos — Grande Otelo, Oscarito, Dercy Gonçalves, Zé Trindade, Ankito —, os personagens falavam de forma direta, e sempre havia um pouco de samba, piadas e mulheres bonitas no roteiro. A trama podia ser ingênua, mas a fonte de inspiração era o brasileiro comum; o retrato final nunca deixava de ser positivo, e essa foi a chave do sucesso: o povo se via e se ouvia na fita.

Em 1955, porém, um jovem cineasta, Nelson Pereira dos Santos, encontrou a forma de levar para dentro de um filme a dura realidade de um Brasil pobre, marcado por fundas desigualdades sociais, e resumiu em linguagem cinematográfica a proposta de Celso Furtado de pôr em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo. O filme *Rio, 40 graus* rompeu com a estética hollywoodiana, apostou num tipo de produção artesanal, rápida e barata, abusou de externas — Quinta da Boa Vista, Maracanã, Pão de Açúcar, Copacabana, Corcovado — e reuniu um elenco com atores não profissionais.[20] O diretor sabia o que queria projetar na tela: a condição de vida da população favelada, abordada com delicadeza, sem preconceito, num tom de realismo até então inédito, sem abrir mão da sutileza e da imaginação da plateia. *Rio, 40 graus* revelava a beleza do Rio de Janeiro num domingo de muito calor; mas quem conduzia a visão do espectador era a

realidade de uma cidade abatida socialmente pela miséria e pela brutalidade. A cena de abertura é memorável: um amplo panorama do Rio de Janeiro que fecha na favela do morro do Cabuçu. Em outra tomada, os cinco meninos descem a favela como se estivessem se apoderando da cidade — e o filme esbanja lirismo. Até então ninguém havia mostrado o Rio de Janeiro com tanta veemência. E, por isso mesmo, nem todo mundo na plateia compreendia a visão do diretor ou concordava com ela. Entre os que discordavam estava o coronel Geraldo de Meneses Cortes, chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, que mandou proibir o filme em todo o território nacional. E justificou a censura: os termômetros oficiais da cidade nunca atingiram quarenta graus — no máximo, tinham marcado 30,7 graus —, o diretor além de mentiroso era comunista, e o filme, um achincalhe imperdoável com a imagem da capital federal.

Foi preciso cair o governo Café Filho e o coronel Cortes perder o cargo de censor para o filme ser liberado. A partir de então, além de o diretor ser reconhecido como o cineasta capaz de alterar a maneira de fazer cinema no Brasil, *Rio, 40 graus* tornou-se fonte de referência para o movimento que eclodiu no final dos anos 1950: o Cinema Novo. É certo que os trabalhos mais emblemáticos do Cinema Novo são posteriores ao governo de JK: *Vidas secas*, também de Nelson Pereira dos Santos, foi lançado em 1963; *Os fuzis*, de Ruy Guerra, no ano seguinte; a primeira exibição de *Deus e o diabo na terra do sol*, escrito e dirigido por Glauber Rocha, em março de 1964. Mas *Rio, 40 graus* era o anúncio do que estava por vir. E Glauber decretou: "Explodiu o primeiro filme revolucionário do Terceiro Mundo antes da Revolução Cubana".[21]

Glauber foi a grande liderança do Cinema Novo e seu melhor talento. *Deus e o diabo na terra do sol* não é seu primeiro trabalho, mas, certamente, é seu filme de maior impacto: um documento importante da cinematografia moderna em todo o mundo e a grande referência do cinema brasileiro. O filme mistura elementos históricos, literários e musicais com o repertório da cultura popular, mergulha na violência e no misticismo que brotam do interior profundo do Brasil e filtra tudo isso por meio de uma narrativa de grande efeito estético. *Deus e o diabo na terra do sol* guarda momentos antológicos: o giro arrebatador da câmera em volta do casal Corisco e Rosa, ao som da ária das *Bachianas brasileiras nº 5*, de Villa-Lobos, está até hoje na memória do cinema nacional.

O programa do Cinema Novo podia ser resumido em três pontos principais: modificar a história do cinema no Brasil; modificar o Brasil; se sobrasse tempo, modificar o mundo também.[22] Em torno dessa agenda emergiu uma geração de cineastas: Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Gustavo Dahl, Paulo César Sarraceni, Leon Hirszman, Walter Lima Jr., Arnaldo Jabor e, é claro, Glauber Rocha. A conexão entre arte, violência e história como ferramenta para explicar o Brasil é própria da filmografia produzida por essa geração que se esforçou para identificar os problemas do homem simples do povo e se acreditou a própria encarnação da consciência do país. Um problema, porém, ficou sem solução: a linguagem era hermética e o público, restrito. No Cinema Novo o projeto estético e político costumava sobrepor-se ao resultado comercial — o filme se justificava por si mesmo. Mas, do ponto de vista da criação de uma linguagem cinematográfica, até hoje o Brasil não conheceu nada de parecido.

Rio, 40 graus evocava a realidade de uma população de desvalidos urbanos; já a Bossa Nova remetia a um Brasil solar, praiano, luminoso e surpreendentemente jovem. Era uma lufada inesperada de ar não só nos assuntos culturais do país, mas até no seu ambiente político, e

não foi à toa que muita gente teve dificuldade de digerir a sutileza daquele ritmo logo na primeira audição ou entender a relação da Bossa Nova com o país. Alguns simplesmente reduziam a sonoridade dissonante das canções à mera alienação dos compositores; outros, a uma clara tentativa de americanização do samba pela classe média carioca. Seja como for, o certo é que ninguém ficou de fora da discussão, a favor ou contra. Com as características de movimento musical, a Bossa Nova teve vida curta e intensa: surgiu em 1958 e durou até por volta de 1963.[23] Foi o tempo de inventar um gênero musical, criar uma novidade rítmica capaz de virar o samba do avesso, desfiar harmonias inusitadas e inaugurar um estilo conciso de interpretação. O movimento teve como precursores um grupo de músicos afinados com as perspectivas abertas pelo cool jazz norte-americano — Dick Farney, Lúcio Alves, Johnny Alf, o conjunto Os Cariocas —, e nasceu das experimentações de uma turma de compositores, a maioria muito jovem, interessados em obter uma sonoridade que se mostrasse diferente do estilo rebuscado dos sambas-canções onipresentes na época e da sensibilidade musical convencional que orientava o repertório de então. Entre eles estavam Tom Jobim, João Gilberto, Vinicius de Moraes, Carlos Lyra, Roberto Menescal, Ronaldo Bôscoli, Newton Mendonça, Sérgio Mendes, Eumir Deodato (ver imagem 107). E, é claro, na origem da Bossa Nova havia Nara Leão, que foi sua musa, anfitriã, adversária e, por fim, sua intérprete definitiva. No plano da linguagem, contudo, a Bossa Nova é Tom Jobim e João Gilberto.[24] A atuação de Tom foi decisiva nos rumos da harmonia, isto é, no jeito como ele agregava um acompanhamento instrumental à melodia cantada. João Gilberto, por sua vez, inventou a "batida da bossa": criou um jogo de equilíbrio entre o ritmo do canto e o ritmo do violão; nesse jogo, cada sílaba cantada ocupa um lugar milimetricamente exato com os ataques de acorde e os baixos do violão.

Em 1958, quando eles se encontraram para gravar o primeiro disco de João Gilberto, muita gente não gostou, mas todo mundo entendeu que havia surgido um modo diferente de fazer música, e isso *era* Bossa Nova: o samba ritmicamente simplificado numa batida, capaz de acomodar as harmonias mais sofisticadas. Seja como linguagem, seja como movimento, o fato é que, a partir desse ano, a trajetória da Bossa Nova foi movimentada: despertou nos jovens a vontade de cantar, compor ou tocar violão e esteve na raiz de alguns dos principais acontecimentos musicais da década seguinte — os afros-sambas de Baden Powell, a canção de protesto contra a ditadura, o Tropicalismo, o Clube da Esquina. Na esteira, desencadeou uma febre comercial tanto no Brasil quanto nos EUA e, de repente, tudo era bossa-nova: calçados, eletrodomésticos, óculos, leite em pó, e até um jeito esquisito de pentear o cabelo — a marca servia para associar os produtos à ideia de ousadia, juventude e modernidade.[25]

E a Bossa Nova ganhou o mundo: foi assimilada por músicas populares das mais variadas partes do planeta, a começar pela da Europa e dos Estados Unidos, e passou a ser gravada por grandes artistas internacionais — em 1967, por exemplo, Frank Sinatra sustentou um disco inteiro, *Francis Albert Sinatra & Antonio Carlos Jobim*, com esse repertório.[26] A Bossa Nova era um modo de dizer o que o país tinha de melhor e a confirmação de sua viabilidade: um Brasil moderno, cosmopolita, sofisticado, belo, livre. Ela forneceu aos brasileiros a senha para acelerar o tempo e criar, em cinco anos, algo novo capaz de vencer o subdesenvolvimento — ao menos no campo da cultura.

No mundo do planejamento e da definição de políticas públicas, porém, ao Plano de Metas faltou desatar o nó que amarrou os gargalos do desenvolvimentismo.[27] Uma ponta

desse nó apareceu nos resultados negativos provocados pelo programa de crescimento econômico. É certo que Juscelino, como Getúlio, concentrou no Estado a tarefa de investir pesado na infraestrutura do país. Mas com uma diferença: Vargas tinha apostado num projeto nacionalista de industrialização; Kubitschek foi muito mais um pragmático astuto. Para Juscelino, "o que interessava era 'onde está a fábrica' e não 'onde mora o acionista'",[28] comentou, em suas memórias, o economista Roberto Campos, membro da equipe de tecnocratas de JK e devoto do capital internacional.

Evidentemente, nem todos compartilhavam da fé de Campos nos benefícios advindos da internacionalização da economia brasileira. Sindicalistas, estudantes, intelectuais e sobretudo militantes comunistas fizeram duras críticas a um processo de desenvolvimento econômico que, argumentavam, era capaz de integrar o setor industrial local à estrutura econômica mundial não por suas próprias pernas, mas por meio das empresas multinacionais. O historiador Caio Prado Jr., por exemplo, nunca perdoou: "[…] jamais houve no Brasil um governo mais entreguista que o do sr. Juscelino Kubitschek".[29] As consequências da internacionalização podiam até ser inevitáveis num país durante tanto tempo dependente da exportação de produtos primários, mas num aspecto os críticos estavam cobertos de razão: os danos existiram, e não foram pequenos.

O Plano de Metas viabilizou as condições para o ingresso do Brasil num estágio avançado de industrialização, mas sem criar condições reais para isso. Na pressa de mudar o patamar de desenvolvimento do país em apenas cinco anos, Kubitschek improvisou: investiu na aceleração do crescimento sem avaliar o financiamento do processo. E optou pelo atalho, facilitando a entrada de capitais externos no país por meio da concessão de privilégios fiscais e econômicos, e aceitando depender de financiamentos internacionais para acelerar o crescimento industrial. Os atalhos acarretaram três tipos de prejuízo. O primeiro foi a relativa facilidade com que empresas estrangeiras assumiram o controle de setores do desenvolvimento econômico brasileiro. O segundo veio com o aumento constante dos déficits da balança de pagamentos, seguido da consequente ampliação da dívida externa. O terceiro resultou da decisão de crescer com inflação.

Ninguém melhor que Kubitschek para saber que um programa de combate à inflação tem custos políticos — restrição de salários, créditos e gastos públicos. É certo que no curto prazo foi possível manter sob relativo controle as reivindicações salariais, sobretudo através da capacidade de negociação de João Goulart, com grande influência entre trabalhadores urbanos e sindicalistas. Aliás, a composição Juscelino e Jango não apenas personificou a continuidade do legado de Vargas ou consagrou o melhor momento da aliança PSD-PTB; ela foi decisiva na intermediação das relações entre o Estado e o movimento sindical, e contou muito na manutenção do instável equilíbrio das forças políticas[30] que caracterizou o governo de JK.

A necessidade de adotar um programa de contenção de gastos para combater a inflação significava impor restrições ao Plano de Metas. Entre frear o crescimento e aceitar o financiamento inflacionário, Juscelino não hesitou. Sustentou o argumento de que alguma dose de inflação era inevitável e esperou alcançar a estabilização gradualmente. Adiou, assim, para o governo seguinte a execução de medidas de contenção econômica, e deixou para seu sucessor uma inflação que havia dado um salto e continuava acelerada: em 1957, a taxa de inflação fechou em 7%; em 1958, subiu para 24,4%; em 1959, bateu em 39,4%.[31]

A outra ponta que amarrava o nó do desenvolvimentismo tinha natureza claramente

política. JK apresentou aos brasileiros o Plano de Metas como o mais ambicioso projeto de modernização da história do país — e era mesmo. O gargalo, contudo, não estava na ambição do moderno, mas na estratégia adotada por Juscelino ao tentar implantar um projeto dessa magnitude sem alterar as bases de desigualdade política e social. E, também nesse caso, um bocado de improvisação sustentava sua estratégia. Na burocracia do Estado, por exemplo, Juscelino criou a "administração paralela".[32] A intenção, mais uma vez, era contornar o sistema de clientela — o uso do serviço público para distribuir favores e empregos a quem ajudava o governo a conseguir votos — sem a necessidade de contestá-lo radicalmente. A "administração paralela" compunha-se de vários centros de assessoria, planejamento e execução de políticas que dominavam a linguagem técnica, recebiam generosas doses de financiamento e tinham dupla utilidade: permitiam recrutar gestores dinâmicos, capazes de implementar rapidamente o Plano de Metas, e criavam as condições para o governo driblar o conflito e deixar intocadas as razões da ineficiência da administração pública, as práticas de clientela e o empreguismo.

Diante da questão agrária, porém, o Plano de Metas ficou na retórica. O latifúndio era mesmo o maior símbolo do subdesenvolvimento, mas a posse da terra era fonte de poder, significava representação no Congresso, sustentava as bases regionais do PSD; os grandes proprietários rurais nunca foram ameaçados nem mesmo por Vargas, e Juscelino era cauteloso o bastante para não se intrometer no sistema vigente de propriedade.[33] Nos anos 1950, cerca de 70% dos brasileiros permaneciam no campo — a população urbana só iria superar a rural no fim da década de 1960. Os desníveis de pobreza e desigualdade social entre campo e cidade e entre a Região Sudeste e o Nordeste eram imensos, e a situação de carência da população pobre mantinha-se inalterada: faltavam escolas, não havia saneamento básico nem acesso à saúde, o trabalhador rural continuava excluído da legislação protetora do trabalho. Medido com sua própria régua — o que fez e o que se propôs a fazer —, o governo de JK só interferiu no campo com ações paliativas: expansão do crédito rural, distribuição de alimentos, socorro aos flagelados da seca de 1958, abertura de frentes de trabalho e construção de açudes.

Enquanto Juscelino se dirigia ao mundo urbano e apostava na cidade como uma gigantesca fábrica de homens modernos, a mobilização da população rural passou a crescer e a ganhar força e visibilidade — até se transformar na grande novidade política do início da década de 1960. A movimentação dos trabalhadores do campo na cena pública reivindicando terra e direitos é anterior ao governo de Juscelino — começou nos anos 1940. Na sua origem, estava a expansão do processo de expulsão do camponês de sua posse de terra por meio da especulação fundiária e do sistema de grilagem — uma antiga prática de forjar documentos para apropriação indébita da terra. A generalização desse processo teve diversas consequências: a intensa migração para as cidades, que levou a um rápido e desordenado crescimento da periferia e ao aumento das favelas; o início de um movimento populacional que se estenderia até os anos 1980 e afetaria substancialmente o padrão de ocupação do território brasileiro. Além disso, intensificaram-se as reivindicações no campo por terra e direitos. O campo começou a ferver a partir de 1946, com o levante de Porecatu, no Paraná, quando centenas de camponeses armados exigiram a posse das terras griladas e devolutas da região. Oito anos depois, em 1954, eclodiu a revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, que se estendeu até 1961, originou a "República de Trombas e Formoso", com regras definidas por instituições criadas pelos próprios camponeses, e conseguiu a

legalização de terras para cerca de 10 mil lavradores e suas famílias. Em 1956, chegou a hora de os posseiros se insurgirem nos municípios do sudoeste do Paraná: tomaram as ruas das cidades, expulsaram as autoridades locais e invadiram escritórios das empresas de colonização envolvidas com a especulação fundiária, destruindo contratos de dívida, notas promissórias e títulos de propriedade — muitas vezes, documentos forjados pelas próprias empresas.[34]

No final dos anos 1950, a reforma agrária se consolidou como uma reivindicação unificadora das lutas dos trabalhadores rurais; surgiram as organizações camponesas e em meados da década foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). E então, em 1955, as Ligas Camponesas renasceram no Nordeste.[35] A primeira experiência de organização dos camponeses num tipo de associação civil — as Ligas Camponesas — fora realizada pelo Partido Comunista, entre 1945 e 1947, com o objetivo de mobilizar os trabalhadores do campo, levantar suas reivindicações e congregá-los numa aliança com os setores operários nas cidades. Essa experiência foi interrompida a partir de 1947, em consequência do processo de proscrição da vida legal do PCB, da cassação de seus parlamentares e da repressão crescente do governo Dutra. Em 1955, porém, a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) possibilitou um novo começo na trajetória das Ligas Camponesas. A SAPPP foi fundada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, no coração da agroindústria açucareira de Pernambuco. A princípio, a associação pretendia apenas impedir o processo de expulsão dos foreiros e arrendatários das terras do engenho. Mas, muito depressa, a SAPPP converteu-se num movimento social de amplo alcance — as Ligas Camponesas — e introduziu a questão agrária no centro da agenda política nacional, entre 1950 e 1960.

Até o início da década de 1960, as Ligas Camponesas lutaram pela expansão dos direitos civis e sociais, e a estratégia orientou-se pela disputa jurídica: ao representarem o trabalhador rural no tribunal, os advogados das ligas transformavam conflitos sociais em conflitos jurídicos, e o trabalhador, num sujeito portador de direitos. Tal estratégia começou a ser utilizada em 1955, pelo então deputado estadual Francisco Julião, que se tornou o mais importante dirigente dessas organizações, e foi muito bem-sucedida.[36] Com a desapropriação do Engenho Galileia, em 1959, as ligas se expandiram pelos principais estados do Nordeste e para todas as regiões do país. A partir de 1961, assumiram a defesa de um projeto radical de reforma agrária — "Na lei ou na marra, com flores ou com sangue", como anunciado pelos cerca de seiscentos delegados presentes ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte — e iniciaram invasões e ocupações de terra. Uma dissidência do movimento partiu para a implantação de campos de treinamento de guerrilhas — o mais conhecido foi instalado em Dianópolis, em Goiás, e desativado pelo Exército ainda em 1962.[37] A maioria, porém, buscou um novo formato político de atuação para as ligas, cada vez mais próximo de uma organização de massas capaz de se articular aos movimentos sociais que aconteciam nas cidades.

O campo também se convertera num espaço incontornável de disputa política que incluía o Partido Comunista e a Igreja católica. A presença dos comunistas significava o deslocamento sistemático de militantes para a área rural e o engajamento na formação de sindicatos rurais. Já a Igreja católica estava dividida: uma parcela do clero pretendia promover a doutrina cristã e neutralizar a força das esquerdas no campo; outra, porém,

estava interessada em reforçar laços com os trabalhadores, e comandou um processo inédito de sindicalização rural através da criação de um programa voltado para a educação pelo rádio — o Movimento de Educação de Base (MEB). O programa tinha o objetivo de alfabetizar a população camponesa para produzir uma ação transformadora da realidade. Funcionava por meio das Escolas Radiofônicas e de uma série de cartilhas inspiradas no método de alfabetização do educador Paulo Freire, e foi um sucesso: em 1963, o MEB atuava intensamente em catorze estados brasileiros.[38]

As mobilizações dos trabalhadores rurais reivindicavam terras e direitos. A administração de JK, por sua vez, via no campo a parte atrasada e tradicional do Brasil, não apresentava solução para a questão agrária, e considerava como alternativa deslocar populações da área rural e absorvê-las nas cidades. O descompasso era grande e de difícil solução. Ainda em 1956, Juscelino recorreu ao Plano de Metas e fez da construção de Brasília a metassíntese: uma cidade inteiramente planejada, que pretendia representar o esforço de afirmação da nacionalidade e o desejo de integração do interior ao centro, do país ao mundo, da tradição ao moderno. A construção de Brasília forneceu ao governo de Kubitschek e ao Plano de Metas um símbolo compreensível pela população (ver imagem 108).[39] Os brasileiros ficaram fascinados com a ideia de conceber uma cidade para o futuro, fora das medidas arquitetônicas e urbanísticas conhecidas, ancorada num platô no centro do Brasil e projetada sobre uma enorme extensão vazia — a densidade populacional média da região mantinha-se inferior a uma pessoa por quilômetro quadrado. É certo que a proposta de transferir a capital do país para o interior não era nenhuma novidade: a ideia vinha desde o século XIX, foi debatida em diversas ocasiões, estava prevista na Constituição de 1934 e permanecia na de 1946. Contudo, também é certo que, até Juscelino, ninguém se dispôs a levar a aventura a sério: além de caríssima, a transferência da capital não era prioridade ou uma reivindicação da sociedade.

Quando os udenistas souberam que JK tencionava construir Brasília numa região semiárida, ligada por uma rede de comunicações sobretudo aéreas, e onde só havia mato ralo, terra barrenta, poeira vermelha e miado de onça, não hesitaram: votaram a lei que autorizava a transferência da capital e aguardaram pelo desastre. A UDN, mais uma vez, calculou mal: Juscelino materializou Brasília em três anos. Entregou o projeto arquitetônico a Oscar Niemeyer, o planejamento urbanístico a Lúcio Costa e gerou as condições capazes de viabilizar a obra em tempo recorde: atalhou a burocracia por meio da criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) — um dos núcleos mais poderosos da "administração paralela"; mandou chamar, em Minas, o engenheiro Israel Pinheiro, de sua estrita confiança, para dirigir a empresa; aprovou uma lei especial no Congresso que lhe permitiu construir sem entraves jurídicos a nova capital, e não perguntou pelos custos. Para a oposição, sobrou o de sempre: acirrar o discurso político, mirar no projeto de construção da nova capital e torcer para acertar o tiro. A Banda de Música da UDN foi implacável: dia sim, no outro também, os udenistas invocavam o desperdício de recursos públicos num país de muitas carências e prioridades, a monumentalidade do projeto, a suspeitíssima urgência, a impossibilidade de a capital ser terminada durante a administração de JK. E, à medida que o ritmo se acelerava, Brasília ficava pronta, a mudança tornava-se real e o dia da inauguração se aproximava, a oposição apelou: a cidade era longe, a terra, hostil, o terreno, poroso, o lago artificial jamais se encheria e os telefones nunca falariam.

Juscelino sempre sustentou que a decisão de construir Brasília surgiu do nada, de um gesto visionário que ele incorporou ao seu programa de governo e lhe permitiu ver longe. Mas é pouco provável que as coisas tenham se passado desse modo: Brasília cumpria funções demais para não ser intencional. Fez a ponte entre o velho e o novo Brasil, conferiu inteligibilidade popular ao Plano de Metas, forneceu a JK um inédito poder de barganha diante de adversários sensíveis à participação num negócio altamente lucrativo, e desviou a atenção da sociedade de problemas de difícil solução para o governo, como a inflação e a reforma agrária. Brasília tornou-se simultaneamente monumento e símbolo nacional, levou consigo o próprio JK e garantiu a ele um lugar excepcional na história do país. Além disso, Juscelino já havia exibido na prefeitura de Belo Horizonte, mais precisamente na criação do conjunto arquitetônico da Pampulha, uma boa dose da sua capacidade construtora e da disposição de investir em projetos urbanísticos ousados e futuristas — de muitas maneiras, Brasília nasceu ali.[40] Seja como for, JK deu a Brasília prioridade máxima. Ele sabia que precisava concluir a obra e que nenhuma outra administração jamais comprometeria os recursos do país nesse projeto. A construção parecia rematada loucura, e talvez fosse. Ao menos essa era a convicção do jornalista Otto Lara Resende quando escreveu que "Brasília foi o produto de uma conjunção rara de quatro loucuras: a de Juscelino, de Israel, Niemeyer e Lúcio Costa".[41]

O resultado apresentado pelos quatro era tão inabitual, que parecia dar razão a Lara Resende — a cidade surgiu num piscar de olhos, tinha uma beleza estranha e não se assemelhava a nada já visto pelos brasileiros. O traçado do Plano Piloto lembra duas imagens superpostas: a cruz que funda um novo Brasil e o avião que aterrissa no Planalto Central, orienta o destino do país no rumo da modernidade e segue adiante, como se voasse "em rota para a impossível utopia",[42] na definição famosa de Lúcio Costa. A cidade está dividida em dois eixos que se cruzam em ângulo reto — o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário — e separam a área residencial e seus equipamentos complementares do espaço urbano ocupado pelos edifícios do governo. Os ministérios são propositalmente idênticos, costeiam o Eixo Monumental e acentuam a grandiosidade da praça dos Três Poderes e a plasticidade dos palácios de concreto armado, tão leves que mal tocam o chão. A nova capital não tem ruas, nem praças, nem calçadas, nem pedestres. Lá, diziam os primeiros moradores, o corpo humano se divide em três partes: cabeça, tronco e rodas. Sua construção também carrega as ambivalências do Plano de Metas. Nunca se soube ao certo quanto custou Brasília. Tampouco se sabe quantos operários morreram na pressa da construção, se é verdade que seus cadáveres foram enterrados com máquinas escavadoras junto às próprias edificações, se de fato existiu a prática de castigos corporais contra trabalhadores, e se realmente eles protestaram por melhores condições de vida e de trabalho. Sabe-se apenas que os milhares de operários vindos sobretudo do Nordeste, de Goiás e do norte de Minas Gerais — os candangos — só moraram em Brasília quando aquilo era canteiro de obras. Concluída a capital e instalado o governo, tiveram poucas opções: ou foram devolvidos a seus estados natais, ou foram viver segregados em acampamentos semelhantes a favelas, na periferia. Esses acampamentos deram origem às "cidades-satélites" como as conhecemos hoje, as quais só fizeram crescer: nos dez primeiros anos que se seguiram à fundação, cerca de 100 mil migrantes se tornaram favelados na nova capital.[43]

Brasília expulsou os pobres para a periferia, segregou funcionários públicos, burocratas e

parlamentares em unidades residenciais fundamentalmente idênticas — as superquadras —, de acordo com uma concepção hierárquica e segmentada da vida social, e acentuou a presença esmagadora do Estado empregador. Por outro lado, Juscelino não era alheio a nada do mundo da política e tinha de saber que o gesto de transferência da capital trazia de contrabando um efeito perverso: contribuía para o isolamento do centro de poder, distanciava o governo das demandas sociais crescentes e alienava o governante do contato com o povo. Mais de cinquenta anos passados, Brasília confirmou sua vocação modernista, integrou o país pela interiorização, tal como anunciava o slogan de JK, e manteve as marcas de sua ambivalência: conservou impecáveis seus palácios, como queriam Kubitschek e Niemeyer, "suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto"; também sustentou as condições para tornar o poder na República mais asséptico, mais isolado, mais vaidoso, mais arrogante.

O SEMEADOR DE VENTO

A nova capital federal foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Nove meses depois, Juscelino deu posse ao novo presidente eleito, Jânio Quadros, sem saber que estava realizando uma façanha e tanto: apenas em 2003 um presidente civil, eleito pelo voto popular, tornaria a entregar a faixa ao seu sucessor. JK viajou para a Europa, de férias, convencido de que estaria de volta a Brasília e a seu cargo em 1965. A Constituição de 1946 vedava a possibilidade de reeleição e sua campanha presidencial começou ali mesmo, na despedida do cargo: a cidade estava coberta de faixas e cartazes com o slogan "JK-65", e, no aeroporto, uma multidão aguardava por ele para dizer-lhe até breve. Juscelino passou o último ano de seu mandato com um olho posto na urgência de construir Brasília e o outro espiando as condições favoráveis de retorno ao poder. E maquinou uma estratégia para seu partido *perder* a eleição.[44] A situação financeira do país era grave, o governo não tinha controle sobre os gastos, e seu sucessor precisaria adotar um programa rigoroso de austeridade econômica. O segundo passo era mais longo: como transferir esse ônus para a oposição. A estratégia seria fazer a UDN vencer as eleições, gastar o mandato levando nas costas uma política impopular de combate à inflação para que, no final, JK retornasse, em 1965, com um novo programa de crescimento.

Juscelino estava manobrando em causa própria e com uma boa dose de onipotência: dificilmente a UDN iria apoiar um candidato indicado por ele. Ainda assim, a manobra podia dar certo. JK era mestre da política dos bastidores e do conchavo, encerrava o mandato com popularidade de sobra, sua estratégia poderia produzir uma ampla coalizão de centro-direita capaz de contrabalançar a força crescente das esquerdas, sobretudo do PTB, e, para facilitar a situação, o PSD não tinha um bom nome apto a sucedê-lo. Juscelino só não considerou na sua estratégia a intromissão dos paulistas. São Paulo foi o grande beneficiário do seu governo: o estado concentrou o crescimento industrial, os empresários receberam crédito fácil, e a velocidade da expansão urbana indicava que São Paulo caminhava em ritmo acelerado para se tornar a maior e mais importante capital do país. Mas, no cenário político nacional, não havia meio de São Paulo alinhar-se: nem o PSD, nem a UDN, nem o PTB chegavam a ter força expressiva no estado, e quem disputava o poder ainda eram partidos minúsculos com abrangência regional que atuavam como ferramentas e porta-vozes políticos de lideranças locais — o caso mais famoso, o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros.

Em maio de 1959, um punhado desses pequenos partidos articulou-se com a UDN, atropelou a estratégia de JK e apostou na candidatura de Jânio Quadros para a Presidência da República — um personagem politicamente incontrolável para os propósitos de Juscelino.[45] Desde que assumiu o primeiro mandato de vereador, em 1948, Jânio vinha numa escalada vertiginosa, tendo sido eleito sucessivamente deputado estadual, prefeito e governador — venceu três eleições em cinco anos, atuando sempre em São Paulo. Tinha a fama de administrador honesto e competente, não possuía vínculos com o legado de Vargas — mas tampouco carregava a pecha de antigetulista — e o tom de sua campanha era música para os ouvidos da UDN: ataques à corrupção, à inflação, à alta do custo de vida, ao desperdício de dinheiro com as obras monumentais de Brasília, acompanhados de promessas de crescimento econômico, austeridade pública e contenção de gastos. Jânio

jamais explicou de maneira convincente como iria superar os limites do governo de Kubitschek ou atacar os problemas fundamentais ao desenvolvimento brasileiro. Sua mensagem era antipolítica. Ele se apresentava como um candidato acima dos partidos, e expressava profundo desdém pelos políticos tradicionais e por seu estilo de atuação. Só insistia num ponto: que o povo lhe delegasse sua confiança e acreditasse *nele*, pessoalmente. E, repetia, era o único candidato independente e dedicado à atividade política por vocação cívica e paixão pelo serviço público — o nome, portanto, capaz de oferecer algo novo e dar rumo ao país.

Carlos Lacerda foi um dos primeiros a perceber que, com ou sem os udenistas, a candidatura de Jânio era irresistível, e carregou para a campanha janista o apoio da UDN. Lacerda entendeu certo. Em torno de Jânio se cristalizavam impulsos de esperança e de adesão vindos de todas as camadas sociais — e, em especial, do eleitor de classe média, atormentado pelos efeitos da inflação, que enxergava no candidato a encarnação do gestor enérgico e capaz de comandar com eficiência os solavancos de uma economia em crescimento. Essa era uma candidatura incomum, e a velocidade com que se afirmou deveria ter acionado um sinal de alerta: havia um vácuo por onde um intruso esperto poderia crescer. A candidatura de Jânio sublinhava o descontentamento da sociedade com a alta do custo de vida e com a queda nos salários, indicava um aumento da capacidade reivindicatória da população e sugeria certo cansaço da estrutura partidária, com dificuldades para se adaptar e absorver as novas demandas populares.

Mas o apelo do candidato não estava apenas no que ele dizia. Jânio tinha o senso do espetáculo na política.[46] Não hesitava, num comício, em simular desmaios de fome, tomar injeção para recuperar forças, vestir terno velho, de ombros estrategicamente salpicados por um pó que dizia ser caspa, usar gravata torta, sentar no meio-fio para comer sanduíche de mortadela e bananas — queria ser percebido visualmente como parte da população pobre, trabalhadora, sofrida. Subia nos palanques, magro, colérico e desleixado, gesticulando muito, brandindo uma vassoura nas mãos e, modulando o tom de voz, propunha uma varredura moral e administrativa no Brasil. Usava de uma linguagem empolada, cheia de termos em desuso, escandia as sílabas das palavras, e deixava a multidão boquiaberta com sua grandiloquência professoral e pernóstica — às vezes ninguém entendia nada, mas Jânio sabia a ocasião exata em que dizia o que todos queriam ouvir. Seus comícios aconteciam nas ruas, nas fábricas, nas favelas e periferias das cidades, e atraíam milhares de pessoas com vassouras nas mãos, dispostas a levar a sério o candidato e sua retórica de campanha (ver imagem 109).

É difícil dizer se Juscelino, em algum momento, viu com simpatia a candidatura de Jânio — não era fácil lidar com um candidato messiânico, histriônico e irascível. Quando afinal chegou a hora de disputar as eleições, o PSD, sem alternativa, aceitou a indicação dos grupos nacionalistas do Congresso e lançou o nome do marechal Lott para presidente, talvez apostando na oportunidade de consolidar sua presença nas Forças Armadas.[47] Em seguida, o partido reeditou a aliança com o PTB e homologou, mais uma vez, a candidatura de João Goulart para vice da chapa. Lott saiu candidato e jogou um balde de água fria nas pretensões eleitorais do PSD. Ele era um nome com grande prestígio político, respeitado entre os militares, admirado por sua postura legalista e democrática, mas como candidato não entusiasmava ninguém. E, no momento em que ficou evidente para os pessedistas que Lott estava mesmo fadado a perder, as lideranças do partido trataram de cristianizar o

candidato e, junto com o PTB — e com o apoio do próprio Jânio —, estimularam os eleitores a votar numa chapa extra, chamada, meio por gozação, de "Jan-Jan" — Jânio na Presidência e Jango para vice.

O resultado das urnas deixou ileso o PSD, fortaleceu o PTB e confirmou a força eleitoral da dupla. Jânio recebeu a maior votação até então registrada no país: 5636623 votos contra 3846825 dados a Lott. Jango, de novo eleito, obteve 4547010 votos, número superior ao de eleitores de Lott.[48] O resultado também indicava que havia novidades no cenário nacional. A primeira: o vice-presidente eleito era da chapa adversária à do presidente. A segunda sublinhava o impacto da candidatura janista no crescimento eleitoral da UDN, que conquistou o governo em seis estados, entre onze que realizaram eleições, incluindo Minas Gerais, com Magalhães Pinto, e levou Carlos Lacerda a se eleger o primeiro governador da Guanabara — a cidade-estado criada por Juscelino para compensar os cariocas pela transferência da capital para Brasília.

Quem votou em Jânio, porém, iria descobrir logo que o novo presidente se saía melhor disputando votos do que administrando o país. É certo que ele obteve êxito em renegociar as dívidas internacionais e lançou o mais completo programa de combate à inflação já experimentado desde Vargas. É certo também que, com a colaboração do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN mineira, Jânio se deu bem na condução de uma política externa independente. O Brasil reformulou o alinhamento com os interesses norte-americanos, estabeleceu vínculos diplomáticos e/ou comerciais com os países socialistas, negociou sua dívida com a Europa, Estados Unidos e o bloco soviético, e se aproximou do Terceiro Mundo.[49]

Mas Jânio era político de província. Conhecia mal as lideranças partidárias nacionais, e desdenhou da possibilidade de montar uma base parlamentar própria, embora seu governo não tivesse maioria no Congresso.[50] Tampouco estava preocupado em negociar com o campo oposicionista; foi um mestre em exacerbar o atrito. Bateu de frente com o Congresso, com a imprensa, com o funcionalismo, com o vice-presidente da República. E acabou rompendo com a própria UDN, injuriada com os rumos da política externa — que, em tempos de Guerra Fria, o partido entendia como uma guinada do governo para a esquerda. Em alguns meses, Jânio Quadros conseguiu confundir o ambiente político nacional, subestimar seus aliados e se isolar na Presidência. Sem planejamento de longo prazo, com uma visão estreita do país e moralista na vida pública, um perfil autoritário e alma de burocrata, governava a República como quem chefia uma repartição. Centralizava decisões, controlava miudezas, disparava aos ministros e auxiliares bilhetinhos com instruções telegráficas, sempre urgentes, nos quais os assuntos se misturavam sem diferenciações. Logo após a posse, abriu temporada de caça aos corruptos, através da instalação de comissões de sindicância com instruções para realizar devassas em órgãos públicos, e cujos resultados, mesmo sem provas, o presidente mandava divulgar com estardalhaço. Os bilhetinhos se perdiam na imensidão da máquina administrativa, o governo andava em zigue-zague, e Jânio continuava a se meter em tudo. Aboliu o uso da gravata no dia a dia do palácio e criou uniforme para o funcionalismo público, no estilo safári, inspirado nos slacks utilizados pelos ingleses na Índia — a seu ver, um traje mais adequado a um país tropical. E, para eliminar dúvidas, mandou publicar os moldes para confecção do vestuário masculino e feminino no *Diário Oficial*, especificando: "Tecido: Linho nacional. Cor: Bege" — sarcástica, a imprensa apelidou aquilo de "pijânio".[51] Em

menos de sete meses de governo, Jânio assinou uma série inacreditável de decretos: vetou corridas de cavalos nos dias úteis e rinhas de galo todos os dias; proibiu o uso de lança-perfume nos bailes de Carnaval e de biquíni nas praias; regulamentou o comprimento dos maiôs nos desfiles televisionados dos concursos de misses. E, para arrematar, instalou dois jumentos nordestinos pastando a grama verde do imenso jardim do Palácio da Alvorada — não satisfeito, mandou botar chapéus de palha nos animais por conta do sol forte do cerrado e subir uma imensa grade de ferro para cercar o palácio e proteger os burricos.[52]

Jânio era mesmo um intruso político à frente de um governo que não se definia, mas pretendia governar o país em seus próprios termos. E, em sua opinião, isso era inviável com a Constituição de 1946 em vigor e um Congresso renitente e desconfiado. Não era verdade; ou, pelo menos, não era *toda* a verdade. Jânio não tinha compromisso com as instituições democráticas, sentia-se tolhido pelos limites constitucionais, e cultivou artificialmente o impasse entre os poderes da República. Com isso, acirrou suas contradições com o Congresso e se isolou cada vez mais. O campo oposicionista crescia, sobretudo pela ação dos trabalhistas, que, com o aval dos movimentos populares e em rota de aproximação com os comunistas, repudiavam sua política econômica, que desvalorizou a moeda, dobrou o preço do pão, aumentou as tarifas de ônibus, restringiu o crédito e congelou salários. Ainda assim, não havia obstáculos intransponíveis — nada que não pudesse ser contornado pela negociação e o impedisse de governar.

No fim do mês de julho de 1961, Jânio mandou convidar o vice-presidente João Goulart para chefiar a primeira missão comercial brasileira em viagem à República Popular da China. A relação entre os dois estava perto da ruptura — Jango foi um dos primeiros alvos das comissões de sindicância e viu o convite com desconfiança. Mas não tinha como recusar, e acabou embarcando. Enquanto Jango negociava acordos em Pequim, Jânio, em Brasília, provocava um escândalo político, ao conceder, em 19 de agosto, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração do Brasil, a Ernesto Che Guevara, ministro da Economia de Cuba. A Revolução Cubana dividia as opiniões, o gesto do presidente inflava os temores norte-americanos com o rumo pró-Cuba da política externa brasileira, a UDN reagiu indignada, e os militares que já haviam recebido a condecoração ameaçaram devolver o colar.[53] Jânio tinha motivos práticos para estreitar relações com o governo cubano: existia a possibilidade de empresas brasileiras estabelecerem comércio de bens e maquinaria com os países do bloco socialista, através de Cuba. Carlos Lacerda, porém, avaliou que, dessa vez, o governo fora longe demais e tomou um avião para Brasília, disposto a botar tudo em pratos limpos. São muitas as versões do seu encontro com o presidente. Mas, de volta ao Rio de Janeiro, Lacerda virou a mesa: atacou o governo em rede de rádio e televisão, chamou Jânio de irresponsável e acusou o ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, de tramar um golpe de Estado e convidá-lo a participar. A temperatura política do país ferveu.

Em 25 de agosto, Dia do Soldado, uma sexta-feira, Jânio compareceu, pela manhã, ao desfile militar na Esplanada dos Ministérios, passou a tropa em revista, ouviu a leitura da ordem do dia, saudou a bandeira — tudo como manda o figurino. Voltou para o palácio, mandou chamar os ministros militares e comunicou oficialmente que estava abandonando o cargo. Diante dos militares atônitos, enfatizou: “Com este Congresso não posso governar. Organizem uma junta e dirijam o país”.[54] Assinou a carta de renúncia, determinou ao ministro da Justiça que a encaminhasse ao Congresso apenas às quinze horas, e às onze

embarcou no avião da Presidência rumo à Base Aérea de São Paulo, em Cumbica — na saída de Brasília instruiu o ajudante de ordens que o acompanhava a levar consigo a faixa presidencial.

O que Jânio pretendia com a renúncia, ele nunca explicou bem aos brasileiros. Mas há acordo entre os historiadores: seu gesto intencionava causar uma comoção nacional que o trouxesse de volta triunfalmente ao cargo com os poderes presidenciais aumentados — e, de preferência, sem o Congresso para incomodá-lo. Renunciar era uma forma de sair do palco para não se desgastar, e diversas vezes em sua carreira política ele usara da figura da renúncia como uma arma — sempre brandida com sucesso. A manobra poderia funcionar de novo: o nome de Goulart tinha forte rejeição entre os militares; além disso, ele estava longe, sem condições de articular sua posse. O Congresso só examinaria sua renúncia após o fim de semana, e o povo defenderia seu mandato nas ruas, talvez mobilizado numa espécie de novo queremismo. "Atrás de mim não fica ninguém", Jânio teria dito ainda na Base Aérea de Cumbica. E completaria: "Não farei nada para voltar, mas considero minha volta inevitável".[55]

Se o plano era esse, deu tudo errado. O povo não se mexeu, os governadores não se manifestaram, o Congresso aceitou a renúncia duas horas depois de receber a carta de Jânio e considerou que se tratava de um ato unilateral. Os deputados estavam fartos de um governo que acusavam de tentar desmoralizar o Legislativo, ninguém se dispôs a defendê-lo e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a Presidência da República até o regresso de Jango. No dia 28 de agosto, Jânio mandou devolver a faixa presidencial e, do porto de Santos, embarcou para a Europa. Sobraram, no tabuleiro, os ministros militares. Uma questão era a renúncia, ratificada por eles sem discussão. Outra, muito diferente, era a sucessão. E foi aí que os militares fizeram suas próprias contas e decidiram intervir. No mesmo 28 de agosto, três dias após a renúncia de Jânio, Mazzilli informou ao Congresso que os ministros militares não aceitavam o retorno de João Goulart ao país para ser empossado na Presidência. Diziam mais: se Jango desembarcasse no Brasil, seria preso. Os ministros não se comportavam como militares; jogavam uma cartada política. Apostavam numa espécie de golpe constitucional, de baixo custo para as Forças Armadas: estavam intimidando o Congresso para que os parlamentares declarassem o impedimento de Goulart.[56] Nem a UDN concordou. Estava aberta a crise política, os resultados eram imprevisíveis, e o país iria caminhar perigosamente próximo de uma guerra civil.

Mas a história ainda tinha enredo. No Rio de Janeiro, o marechal Lott expressou a divisão nas Forças Armadas e lançou um manifesto à nação, pela defesa da ordem constitucional. E então, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola decidiu que era hora de agir. Sua intenção era trazer Goulart a Porto Alegre e garantir a posse a todo custo.[57] Brizola era a principal liderança da ala mais à esquerda do PTB, além de cunhado de Jango. Havia assumido o governo em 1959 e seu nome começava a se tornar conhecido no país, sobretudo graças a um decreto ousado que encampou os serviços e bens da Companhia Telefônica Nacional, filial da International Telephone & Telegraph (IT&T). Até o final de seu governo, Brizola iria implementar pelo menos duas outras medidas ainda mais ousadas: a desapropriação de fazendas para distribuição das terras aos agricultores organizados no Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) e a estatização da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, subsidiária da American & Foreign Power, grupo ligado à Electric

Bond & Share.[58]

Silenciar Lott foi tarefa relativamente fácil — o ministro da Guerra mandou prendê-lo na fortaleza da Lage, uma ilha na entrada da baía de Guanabara, entre o morro Cara de Cão, no Rio de Janeiro, e a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Silenciar Brizola era outra conversa. O governador pôs em ação a poderosa Brigada Militar gaúcha e determinou a transferência dos estúdios da Rádio Guaíba para o subsolo do Palácio Piratini. Ato contínuo, postou um destacamento da Guarda de Choque com três metralhadoras pesadas protegendo a antena transmissora e a torre, na ilha da Pintada, a doze quilômetros de Porto Alegre. Fez o teste e mandou o locutor anunciar: "Esta é a Rádio da Legalidade, transmitindo dos porões do Palácio Piratini, na capital do Rio Grande do Sul". Com o microfone na mão, Brizola sublevou o estado e mobilizou o resto do país a agir em defesa da Constituição. A Rádio da Legalidade transmitia 24 horas, por ondas curtas, centralizava as transmissões de aproximadamente 150 outras rádios, e era ouvida em todo o Brasil e no exterior.[59]

Brizola sabia bem o risco que estava correndo. Armou a população para a resistência, convocou uma multidão a ocupar a praça da Matriz, defronte ao palácio, e simulou a interdição da barra do porto do Rio Grande. Instalou ninhos de metralhadoras no alto do Piratini e na torre da catedral metropolitana, ainda em construção, e subiu barricadas feitas com sacos de areia, bancos arrancados da praça, carros e caminhões amontoados em volta do palácio. Distribuiu armas aos funcionários, andava para cima e para baixo com uma metralhadora a tiracolo, e não exagerava: os ministros militares enviaram uma força-tarefa da Marinha para o Rio Grande do Sul e deram ordem de decolagem aos aviões da Base Aérea de Canoas para bombardeio do palácio — os sargentos da base, sublevados, esvaziaram os pneus, desarmaram os aviões e impediram os oficiais aviadores de decolar. No dia 28 de agosto, a correlação de forças começou a mudar. O comandante do III Exército, general José Machado Lopes, acompanhado de seu Estado-Maior, entrou no Piratini e, contrariando previsões, declarou ao governador estar decidido a defender a posse de João Goulart. Na divisão administrativa da força terrestre, o III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, era o mais poderoso. Ao lado de Brizola havia, a partir de então, 40 mil soldados, 13 mil homens da Brigada Militar e cerca de 30 mil voluntários. Ele se tornou a primeira liderança civil a resistir abertamente a um golpe militar, e não podia mais ser subestimado.

Os ministros militares compreenderam, então, que não seria fácil impedir a posse de Goulart. Em Goiás, o governador Mauro Borges decidiu acompanhar Brizola na resistência.[60] Declarou a capital rebelada, mandou a Polícia Militar ocupar os pontos estratégicos da cidade, instituiu o "Exército da Legalidade", formado por voluntários, e avisou: caso Goulart desejasse desembarcar no estado, teria toda a segurança para transitar de Goiânia a Brasília. No resto do país eclodiram greves, a Ordem dos Advogados do Brasil e a União Nacional dos Estudantes — cuja diretoria se transferiu para Porto Alegre — exigiram o respeito à ordem constitucional, e manifestações a favor da legalidade pipocaram nos estados. Contra a posse de Jango e declaradamente favorável ao veto dos ministros militares, só o jornal *O Estado de S. Paulo* e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Os ministros sabiam que suas escolhas tinham se estreitado: ou partiam para a guerra civil, ou negociavam uma alternativa. O Congresso encontrou uma saída conciliatória: a

adoção, às pressas, do regime parlamentarista. A solução era postiça e iria funcionar mal, mas resolvia a crise: Jango tomaria posse com os poderes amputados. Faltava a sua concordância, e Tancredo Neves, que havia sido ministro de Vargas, foi encarregado de levar a proposta até ele. Goulart fora informado em Cingapura da renúncia de Jânio e tinha feito uma longa viagem de volta até Montevidéu, onde esperava notícias do Brasil. Tancredo não teve uma conversa fácil, mas convenceu Jango. Na noite de 1° de setembro, este desembarcou em Porto Alegre com a emenda instituindo o parlamentarismo prestes a ser aprovada — o que iria acontecer durante a madrugada de 2 de setembro. Brizola, indignado, resistia ao acordo — para ele, Jango deveria seguir por terra, até Brasília, à frente do III Exército e, sem restrições aos seus poderes presidenciais, assumir o governo (ver imagem 110).

É difícil saber as razões que levaram Goulart a aceitar a mudança de regime e acatar a fórmula parlamentarista. Existia um temor genuíno de uma guerra civil, e não há motivo para duvidar que Jango quisesse evitá-la. Também não há dúvida de que ele tinha os olhos postos em Brasília e não queria perder a oportunidade de assumir a Presidência. Talvez seus planos fossem outros: assumir o governo e num curto período desarmar seus opositores, ampliar sua base política conquistando o apoio do PSD, sabotar o parlamentarismo e recuperar os poderes presidenciais — o que iria efetivamente acontecer em 1963. E ele sabia que não poderia marchar sobre Brasília. A rebelião popular que tomava conta do Rio Grande do Sul e se alastrava pelo país era a seu favor, mas nada estava sob seu comando; mesmo vitorioso nesse caso, quem teria de fato o poder seria Brizola.[61] Seja como for, naquela noite Jango fez suas escolhas: foi até a sacada do Piratini, acenou para a multidão e não disse uma palavra. Três dias depois, embarcou para Brasília.

Não sabia o que o aguardava.

17.

NO FIO DA NAVALHA: DITADURA, OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA

UM PRESIDENTE EQUILIBRISTA

Em 7 de setembro de 1961, Dia da Independência, João Goulart chegou ao Congresso Nacional para assumir a Presidência da República. Jango tinha 43 anos, estava impecável num terno azul-escuro de verão e disfarçava a ansiedade com um sorriso largo (ver imagem 111). Pela terceira vez naquele ano um presidente tomava posse; o ambiente era de festa, mas o sentimento geral misturava euforia e alívio. A situação do país continuava dificílima: inflação alta e em trajetória ascendente, descontrole dos gastos públicos e um alarmante volume de dívida externa a ser pago já nos primeiros meses de 1962. Ademais, Goulart assumiu o cargo em regime de emergência: ele até dispunha de esboço para um plano de governo — as reformas de base —, mas não teve tempo de construir uma estratégia de planejamento. E havia o parlamentarismo. O sistema fora inventado às pressas e significava uma solução conveniente para seus idealizadores. Afinal, dava força ao Legislativo sem deixar espaço de ação ao Executivo. No fundo, o Congresso solucionou a crise política à sua maneira: para governar, o novo presidente necessitava obter sólida maioria na Câmara Federal.[1]

A chave para a composição no Legislativo estava no PSD, o partido com maior capilaridade nacional, lideranças expressivas e força eleitoral. No dia a dia do Congresso, o PSD atuava como seu centro político, atraindo e equilibrando as diferentes forças partidárias e combinando uma postura conservadora com largas doses de moderação e capacidade de negociação. Goulart planejava recompor a aliança PSD-PTB, que fornecera estabilidade política ao período Kubitschek, para ampliar a base de sustentação do Executivo e garantir a adesão do centro. Além disso, não podia perder o controle do PTB e precisava ganhar o apoio das demais forças de esquerda.

O tempo era curto e Jango tinha pressa: articulou a nomeação do pessedista Tancredo Neves para primeiro-ministro e estimulou a montagem de um gabinete sustentado por uma base suprapartidária que reunia os três principais partidos políticos — PSD, PTB, UDN —, apropriadamente batizado de "gabinete de conciliação nacional". Durante os dezesseis meses de regime parlamentarista, ainda que o governo tivesse de contemplar a formação de outros dois gabinetes, Goulart se manteve na defensiva, procurando uma maneira de viabilizar sua proposta de reformas para o país.

No cenário internacional, o principal problema era a negociação com os Estados Unidos: na pauta, a questão da dívida externa e da regulamentação do capital estrangeiro na economia nacional. Em abril de 1962, Jango viajou para Washington a fim de tratar do assunto com John Kennedy. A recepção foi cordial, a imprensa norte-americana cobriu Goulart de elogios, mas os credores do Brasil preferiram esperar para ver o rumo que o governo tomaria, e por isso as negociações não avançaram. Do lado de Washington, a desconfiança também persistiu. A política externa independente iniciada por Jânio Quadros e mantida pelo novo chanceler, San Tiago Dantas, tinha componentes inaceitáveis para os norte-americanos no auge da conjuntura da Guerra Fria: contrariava as exigências de alinhamento do Brasil diante dos dois polos de poder mundial — EUA e URSS —, insistia em construir a autonomia brasileira a partir de uma diversificação de parceiros e, no que dizia respeito à América Latina, se opunha às sanções contra Cuba propostas pelos Estados Unidos no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).[2]

Jango regressou ao Brasil com o prestígio em alta, as mãos abanando e uma enxurrada de problemas. Alguns, como a inflação e o esgotamento do ciclo de investimento do Plano de Metas, vieram por herança de governos anteriores; outros, porém, estavam na base da estrutura histórica e profundamente desigual da sociedade brasileira, como a questão agrária. No início dos anos 1960, o Nordeste virou uma espécie de coração do país e a reforma agrária se firmou no topo da agenda política. Proprietários de terras, camponeses e governo engalfinhavam-se sobre qual tipo de reforma deveria ser implementada. A partir de 1961, Francisco Julião, o advogado franzino que se transformou na principal liderança das Ligas Camponesas, deixou claro que, para os trabalhadores rurais, reforma agrária significava desapropriação de terras improdutivas, superiores a quinhentos hectares; pagamento de indenização com títulos da dívida pública; concessão, sem custos, de terras devolutas aos camponeses; entrega do título de propriedade aos posseiros, e estímulo às cooperativas. O PSD, por sua vez, aceitava discutir a reforma agrária — e isso não era pouca coisa, a considerar suas bases regionais, muitas vezes sustentadas por grandes fazendeiros locais —, desde que executada nos termos da Constituição: desapropriação com indenização à vista e em dinheiro, ou em títulos da dívida pública com correção monetária. Já os proprietários de terras eram contrários à reforma agrária e tinham pavor da sindicalização rural — a partir de 1963, eles abandonaram a retórica e começaram a se armar.[3]

Para as forças de esquerda, indenização à vista e em dinheiro ou com correção monetária era negócio e não reforma, e o debate com o PSD emperrou. Jango se viu diante de ocupações de terras em Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia; seu governo também teve de se haver com multidões famintas saqueando armazéns em cidades no sertão pernambucano, além do assassinato de líderes camponeses — o mais famoso deles, João Pedro Teixeira, dirigente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, que contava cerca de 10 mil associados. Com um mês na Presidência, Goulart agiu para conter as pressões: criou a Superintendência de Política Agrária (Supra), com poderes de desapropriação e a função de planejar e promover a reforma agrária. E, para sofrear o protagonismo das Ligas, ao mesmo tempo que construía sua base de apoio na área rural, o governo investiu na criação de sindicatos e na extensão da categoria de trabalhador rural, que passou a incluir, como beneficiário da máquina sindical e previdenciária, os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e produtores autônomos.

Nas grandes cidades, a organização e as lutas do sindicalismo operário levaram à criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a um clima de permanente mobilização social. Com inflação em alta, salários desvalorizados e custo de vida aumentando — de 51,6% em 1962 para 79,9% em 1964 —, o país se encheu de greves.[4] Além de alarmar os empresários, a escalada grevista jogou um peso decisivo no fortalecimento das forças de esquerda e no interior da estrutura sindical, que passou a oscilar entre o controle estatal herdado da legislação varguista e a autonomia de ação.

O campo das esquerdas era largo, ativo e plural. Nele cabiam comunistas, socialistas, nacionalistas, católicos, trabalhistas, e se acomodavam partidos, associações de sargentos, marinheiros, fuzileiros navais ou de estudantes, sindicatos e federações operárias ou camponesas, organizações e grupos revolucionários.[5] A despeito da própria heterogeneidade e da conhecida dificuldade para desenvolver um programa de comum

acordo, o improvável aconteceu: no final de 1961, as esquerdas formaram uma coalizão sem precedentes, voltada para a aprovação e execução imediata do projeto das reformas de base — e quiseram começar pela reforma agrária. A situação se complicava com a crescente radicalização das forças que compunham essa coalizão e que se negavam a negociar, pretendendo aprovar as reformas de qualquer maneira: mobilizando as ruas para pressionar os deputados ou "na marra", como se costumava dizer, por meio da confrontação direta com o Congresso. Sem acordo, não havia jeito de se aprovar no Legislativo um programa que atingia a base de sustentação do poder na República, tinha viés distributivo de renda e vocação socialmente inclusiva. A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos — cerca de 60% da população adulta — e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais.[6]

As eleições de outubro de 1962 renovaram o Congresso, elegeram onze novos governadores e emitiram uma espécie de alerta: a chance para implementar as reformas por meio de um programa moderado e gradual estava no limite, e iria se perder. Em nenhuma das disputas para governador houve aliança entre PSD e PTB, e somente um novo governador eleito se posicionava no campo das esquerdas — Miguel Arraes, em Pernambuco.[7] Além disso, apesar da vitória de Leonel Brizola, eleito com 269 mil votos para a Câmara dos Deputados — aliás, a mais alta votação obtida por um candidato até então —, a correlação de forças no Congresso pouco se alterou.

As eleições de 1962 emitiram um segundo alerta: o golpismo continuava articulado no país. A característica dessas eleições foi o envolvimento de organismos extrapartidários no financiamento das campanhas, e o mais perigoso deles, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), funcionava no Rio de Janeiro, desde 1959, articulado com a Agência Central de Informações (Central Intelligence Agency, CIA) norte-americana.[8] O Ibad despejou uma avalanche de dinheiro para o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e seiscentos a deputados estaduais, além de oito candidatos a governadores — uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor. Os recursos provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro, e de fontes governamentais dos Estados Unidos responsáveis por investir "um ou dois dólares americanos" na conspiração contra Goulart, como anos depois o embaixador norte-americano confirmou ter feito.[9] O objetivo do patrocínio em alta escala era estratégico: construir uma frente parlamentar oposicionista no Congresso, emperrar o governo e abrir caminho para o golpe. Por conta da corrupção eleitoral, o Ibad foi fechado por Jango, em 1963, após uma CPI que comprovou as ilegalidades. Mas o Ibad nunca agiu sozinho. Muito mais dissimuladas, ambíguas e sofisticadas eram as atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), fundado, no final de 1961, por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, e por um punhado de oficiais que orbitavam em torno da Escola Superior de Guerra (ESG).

A ESG foi criada pelo Alto-Comando das Forças Armadas, em 1949, tinha inspiração no National War College norte-americano e pretendia aproximar militares e empresários, construindo um caminho comum que levaria ao crescimento industrial do país.[10] A partir dos anos 1950, a ESG dedicou-se a elaborar uma concepção de desenvolvimento e de segurança nacional adequada ao cenário da Guerra Fria: não circunscrita ao conceito tradicional de defesa e orientada por uma noção de guerra interna que redirecionava o papel das forças militares para o controle da sociedade, propunha um modelo de desenvolvimento econômico para o país e enfatizava a importância da atividade de inteligência e informação para maior eficiência do Estado.

Já o Ipes sempre foi uma organização de ingresso controlado e vida dupla.[11] Na fachada, tratava-se de uma instituição de orientação política conservadora voltada para a realização de estudos sobre a realidade brasileira. Funcionava numa sede confortável espalhada por treze salas, no 27º andar do Edifício Central, no Rio de Janeiro, e mantinha escritórios em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco — estados considerados estratégicos. O Ipes reunia a nata do empresariado brasileiro, além dos diretores de empresas multinacionais com atuação no país, dirigentes das principais associações de classe empresariais, militares, jornalistas, intelectuais e um grupo de jovens tecnocratas. Todos estavam envolvidos em atividades de produção intelectual que contemplavam desde a edição de livros e filmes até ciclos de palestras.[12] Nos subterrâneos, porém, a história era outra, e o Ipes agiu contra Goulart com uma política de duas vertentes. A primeira consistiu na preparação e execução de um bem orquestrado esforço de desestabilização do governo, que incluía custear uma campanha de propaganda anticomunista, bancar manifestações públicas antigovernistas e escorar, inclusive no âmbito financeiro, grupos e associações de oposição ou de extrema direita. A segunda traçou estratégias de planejamento para subsidiar um novo projeto de governo e de desenvolvimento para o país, aberto ao fluxo do capital internacional e com vocação autoritária. Ao contrário do que ainda hoje se afirma, o Ipes não foi um mero disseminador de propaganda anticomunista ou um grupo de extrema direita ocupado em estocar armas. Era um núcleo de conspiração golpista com agenda própria; seus membros estavam informados e muito bem posicionados entre os conspiradores que viriam a derrubar Goulart e durante a ocupação do Estado após março de 1964.

No entanto, a atuação do Ipes, sozinha, não seria suficiente para executar o golpe de Estado. Empresários e militares poderiam conspirar, mas, sem bases reais onde sustentar uma narrativa anti-Goulart, não havia campanha, propaganda ou fervor ideológico capaz de desestabilizar o governo. O golpismo estava no horizonte, embora não se mostrasse como opção a curto prazo. No final de 1962, no entanto, os acontecimentos pareciam se precipitar, e a solução parlamentarista mostrava desgaste — graças, inclusive, à indisfarçada colaboração do próprio presidente. Jango assumiu seus poderes presidenciais, logo após o plebiscito aprovado em setembro de 1962 e realizado em 6 de janeiro de 1963, para que os brasileiros se manifestassem sobre a forma de governo. O resultado foi indiscutível: dos 11,5 milhões de eleitores, 9,5 milhões votaram a favor do retorno do regime presidencialista.[13] Goulart entendeu a enxurrada de votos como uma nova eleição, e não estava de todo errado. Faltou, porém, considerar outro aspecto: a vitória foi sua, mas os votos eram pelo presidencialismo, e diversos partidos e lideranças políticas que se empenharam em consegui-los, simplesmente estavam de olho nas eleições presidenciais de

1965. Ainda assim, a popularidade do presidente era grande e seu governo tinha chance de começar uma segunda vez. Então, surpreendentemente, num ano que começava auspicioso, Jango tropeçou e se desequilibrou de maneira irrevogável.

OS IDOS DE MARÇO

Em 1963, existiam duas agendas políticas, à esquerda e à direita, disputando para se transformar num projeto para o país — e a disputa seguiu seu curso sem disposição e sem capacidade de se resolver dentro das regras democráticas. Faltava ao governo habilidade de convencimento, e sobrava radicalismo às forças políticas que atuavam dentro e fora do Congresso Nacional. Em abril desse ano, sob orientação de Goulart, o PTB levou ao plenário do Legislativo a proposta de emenda constitucional para a reforma agrária; foi derrotado, em votação, seis meses depois. A derrota da emenda sinalizava que a segunda oportunidade de Jango levar a cabo seu programa de governo estava perdida, e que havia uma equivocada avaliação das forças em jogo.

Entre as esquerdas, o sentimento generalizado era de autossuficiência, existia certa afobação, e Leonel Brizola, na liderança da coalizão, deu trabalho a Jango. Reclamava que o governo deveria endossar uma política de confronto com o capital estrangeiro, patrocinava a convocação de uma Assembleia Constituinte que incluísse operários, camponeses e os subalternos das Forças Armadas, e admitia ser inevitável atropelar o Congresso para executar as reformas de base. Brizola podia até ser turrão, mas seu nome unificava as esquerdas e ele gozava de uma popularidade sem precedentes, sobretudo em meio aos sargentos das Forças Armadas e das Polícias Militares e entre os marinheiros e fuzileiros da Marinha — em 1963, havia 40 mil sargentos na ativa e cerca de 22 mil se assumiam brizolistas.[14] A linguagem de Brizola, que já era exaltada, descambou rápido para um radicalismo perigoso, mas essa não foi uma exclusividade sua; no fim do ano de 1963, as esquerdas sentiam-se à vontade para avaliar o Congresso como conservador, e consideravam a Constituição de 1946 ultrapassada e a atividade parlamentar, mera plataforma para propaganda política.

Na outra ponta da corda, Carlos Lacerda continuava solto para turbinar a campanha de desestabilização do presidente da República. Em outubro, concedeu uma longa entrevista a um jornalista norte-americano — devidamente reproduzida pela *Tribuna da Imprensa* — e fez estourar uma nova fase de polarização política: a situação do país se apresentava tão grave, concluía, que os militares debatiam se era "melhor tutelá-lo [a Jango], patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente".[15] Para quem aprendeu a fazer política com Vargas, Jango reagiu mal às declarações de Lacerda: reuniu ministros e enviou mensagem ao Congresso solicitando a decretação do estado de sítio no país para que ele pudesse intervir na Guanabara. A hostilidade foi geral. Os governadores mandaram avisar que não aceitariam atos de exceção em seus estados, as forças de esquerda desconfiaram que as medidas talvez pudessem ser utilizadas também contra elas, e os três grandes partidos — PTB, UDN e PSD — se uniram e deixaram claro ao Executivo que o estado de sítio seria negado.

Com a derrota anunciada, Jango recuou, mas o estrago estava feito e a autoridade do presidente, enfraquecida. Não foi a primeira vez. Um mês antes, sua autoridade também saíra arranhada durante a administração de uma crise na área militar — a rebelião dos sargentos.[16] A crise teve início com a decisão do Supremo Tribunal Federal confirmando serem inelegíveis os sargentos que concorreram a cargos eletivos em 1962, e explodiu num ato inesperado de insubordinação militar. Em Brasília, sargentos da Aeronáutica e da

Marinha e soldados do Corpo de Fuzileiros Navais tomaram de assalto a Base Aérea e o Ministério da Marinha, fecharam rodovias e o aeroporto, invadiram o Congresso Nacional, ocuparam o prédio do Supremo Tribunal Federal — e ainda prenderam, por algumas horas, o ministro Victor Nunes Leal, presidente do Supremo.

Antes que o movimento se alastrasse, comandantes militares despejaram tropas em Brasília e liquidaram a rebelião, mas os efeitos políticos seriam desastrosos para o governo. Foi um choque para a oficialidade o ataque à disciplina militar e a facilidade com que era possível isolar a capital da República. E tão chocante para os quartéis quanto a insubordinação dos sargentos seria a reação de Jango, que assumiu posição de neutralidade — sem defender nem atacar os rebeldes — e silenciou diante do apoio aos sargentos expressado pela maioria das forças de esquerda. Começou aí a inversão de sentido que permitiu aos golpistas se apropriarem da bandeira da defesa da legalidade, argumento capaz de, nos meses seguintes, fornecer credibilidade à campanha anti-Goulart patrocinada pelo Ipes. A partir de outubro, a instabilidade política e administrativa do governo ficou evidente. Havia paralisia decisória no Executivo, consequência da alta rotatividade ministerial, da ausência de uma sólida maioria parlamentar e da radicalização das forças políticas. A inflação anual bateu na marca de 79,9%, o crescimento econômico ficou em 1,5% ao ano, e generalizou-se o sentimento de que o governo tinha perdido o controle. Os credores internacionais bloquearam os créditos e o governo norte-americano entornou recursos nos estados em que governadores incubavam a ação de grupos golpistas — Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.[17]

Quando os idos de março de 1964 chegaram, Jango vivia a véspera de acontecimentos definitivos. O primeiro sinal inequívoco de que seu governo estava decidido a partir para o embate com o Congresso Nacional veio numa sexta-feira 13. O comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi cuidadosamente preparado inclusive na simbologia (ver imagem 112) — o palanque montado na praça fora utilizado por Vargas nas cerimônias do Estado Novo — para escancarar a união das esquerdas e o avanço dos trabalhadores ao lado do governo. Mobilizou uma multidão estimada entre 150 mil e 200 mil pessoas, e durou mais de quatro horas, com exatos treze discursos. Jango foi o último a falar, e tinha a seu lado a mulher, Maria Thereza, linda, jovem e meio assustada. O presidente discursou de improviso e acertou no tom e na emoção: a hora das reformas havia chegado; bastava de conciliação, declarou, convicto.[18]

Dois dias depois, Jango encaminhou a Mensagem Anual da Presidência ao Congresso, a qual definia a agenda das reformas, propunha a convocação de um plebiscito para sua aprovação, solicitava delegação de poderes legislativos ao Executivo e defendia modificações no texto da Constituição de 1946.[19] A mensagem presidencial deixou os parlamentares de cabelo em pé, e para muita gente pareceu confirmar os piores prognósticos do Ipes e da UDN: Jango, mais dia, menos dia, tentaria impor sua política, dissolver o Congresso, concentrar poderes excepcionais no Executivo, mudar as regras eleitorais para se beneficiar e permitir a candidatura de Brizola — impossibilitado, pela Constituição de 1946, de concorrer a qualquer novo cargo eletivo em virtude de seu parentesco com Goulart. É verdade que Brizola não escondia a ambição de governar o país e que Jango provavelmente gostaria de se reeleger. Também é verdade que os dois propunham realizar fundas alterações constitucionais. Mas, até então, era só discurso, e a linguagem radical entrava na conta da disputa política. Já com a mensagem ao Congresso,

tudo mudava: ela amplificava o comportamento de ambos e sugeria que nada mais parecia inibir a atuação do presidente — e, a qualquer momento, ele poderia sair da legalidade que o sustentava. Uma onda de suspeição sobre as intenções do governo agitou a imprensa e atingiu em cheio a opinião pública.

Em São Paulo, deu-se a evidência de que a bandeira da legalidade havia mudado de mãos. No dia 19 de março, uma multidão saiu da praça da República e marchou compacta até a praça da Sé, carregando faixas, bandeiras e uma profusão de rosários — para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo, gritavam em coro. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi preparada pelo Ipes através da União Cívica Feminina, um dos muitos grupos de mulheres organizados pelo instituto em todo o país para fazer pressão política. Reuniu em torno de 500 mil pessoas, e tinha dois propósitos: servir como resposta ao comício da Central do Brasil e lançar um eloquente apelo da sociedade à intervenção das Forças Armadas.[20] Por conta da excessiva autoconfiança, nem Goulart nem a coalizão das esquerdas ligaram para o fato de meio milhão de pessoas saírem às ruas, na cidade mais importante do país, para protestar — "Isso não é povo", desdenharam.[21] Estavam enganados. A marcha que parou São Paulo era a comprovação de que se consolidara uma frente de oposição ao governo, com capacidade de mobilização e composição social heterogênea. Na origem dessa frente, em primeiro lugar estava a compartilhada aversão de setores da sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais. Em segundo, o dinheiro curto e o futuro incerto acenderam o ativismo das classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual. E tudo isso junto ajuda a entender a intensidade e a extensão do movimento. Entre 19 de março e 8 de junho de 1964, uma multidão marchou com Deus contra João Goulart — ou, após 31 de março, para comemorar a vitória do golpe que depôs seu governo — em pelo menos cinquenta cidades do país, incluindo capitais e cidades de pequeno ou médio porte.[22]

Para depor Jango, faltava unificar os quartéis — que afinal haviam se compromissado com a legalidade constitucional desde sua posse em 1961. No dia 25 de março, com o presidente descansando no feriado da Semana Santa em sua fazenda de São Borja, o ministro da Marinha detonou a crise que iria comprometer de forma irremediável a autoridade do governo com os militares e fornecer a justificativa para o golpe: mandou prender quarenta marinheiros e cabos que organizaram as solenidades de comemoração do segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).[23] A entidade tinha viés sindical, e fora criada com o objetivo de conseguir melhores condições de trabalho para o pessoal da Marinha de Guerra que sobrevivia com salários baixos, péssima alimentação nos navios e regulamentos absurdos — estavam proibidos de casar sem autorização ou de sair às ruas em trajes civis. Não foi por acaso que João Cândido, o líder da Revolta da Chibata, movimento ocorrido em 1910 para protestar contra a prática de castigos corporais na Marinha, era o convidado de honra da solenidade promovida pela AMFNB — a situação vivenciada pelos marinheiros durante a Primeira República não havia se alterado radicalmente. Com a ordem de prisão, explodiu o motim: mais de 3600 marinheiros se entrincheiraram no Palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, e por três dias recusaram-se a abandoná-lo — exigiam que a Marinha reconhecesse sua entidade e revogasse punições. A adesão foi geral, e a marujada embarcada promoveu atos de sabotagem para impedir que as embarcações

saíssem do porto.[24] No impasse, o ministro se desmoralizou: a tropa enviada para invadir o sindicato e tirar de lá os amotinados, composta de quinhentos fuzileiros e treze tanques, ficou desacreditada no momento em que 26 de seus soldados depuseram armas e capacetes, entraram no prédio e aderiram ao motim.

Na madrugada de 27 de março, Jango voltou para o Rio às pressas, nomeou novo ministro, assumiu as negociações e pôs tudo a perder: pela manhã, acertou a saída dos amotinados e mandou levá-los a um quartel do Exército. No mesmo dia, à tarde, liberou a marujada, declarando-os anistiados. O espetáculo dos marinheiros insubordinados marchando eufóricos pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, em direção ao Ministério da Guerra, calou fundo nas Forças Armadas e deixou estarrecida a oficialidade. A interpretação era unânime: o que sucedera na Marinha fora quebra de disciplina, rompimento do princípio de hierarquia e desmoralização do comando. O episódio sacudiu os quartéis, e os integrantes do Ipes admitiram a possibilidade de o golpe estar próximo. O levante teria início em São Paulo, ocorreria provavelmente na noite de 10 de abril, e só dependia da finalização da costura entre os principais comandos militares. Enquanto isso, na base norte-americana de Norfolk, na Virgínia, uma força-tarefa naval aguardava autorização para se movimentar em direção ao Brasil. A força-tarefa integrava a Operação Brother Sam, um plano de ação preparado em Washington com a cumplicidade de militares brasileiros para providências de apoio aos golpistas. Tinha previsão de zarpar em 1° de abril e orientação de se dividir em três ao atingir as águas brasileiras: uma parte dos navios devia chegar ao porto de Santos, outra ao Rio e a terceira a Carapebus, perto de Vitória, no Espírito Santo. A determinação era somente de apoio logístico, sobretudo em caso de resistência prolongada.[25]

Na noite de 30 de março, Jango saiu do Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, disposto a fazer jus a uma gíria da época que as esquerdas transformaram em bordão de incentivo — "Manda brasa, presidente!". Mandou. Foi discursar na festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos, no auditório do Automóvel Clube, na Cinelândia.[26] Jango entrou no salão apinhado de sargentos, marujos e fuzileiros navais, subiu ao palco e discursou ao lado do marinheiro de primeira classe Cabo Anselmo, como foi apresentado ao Brasil inteiro o então presidente da AMFNB e líder do motim dos marinheiros — e também o mais célebre informante a serviço da Marinha e da CIA.[27]

Até hoje não se sabe exatamente o momento em que Cabo Anselmo se tornou agente duplo: se enquanto presidia a AMFNB ou após o golpe de 1964. Sabe-se apenas que sua atividade resultou na morte de vários militantes de oposição armada à ditadura militar, incluindo sua mulher, Soledad Viedma. No dia 30, porém, Cabo Anselmo ainda saía nas primeiras páginas dos jornais, tinha 25 anos, cara de menino e não desconfiava que, naquela noite, Jango aparecia em público como presidente da República pela última vez. Durante a madrugada, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, atropelou o Ipes e decidiu descer com sua tropa em direção ao Rio para tentar tomar de assalto o Ministério da Guerra e depor o governo de Goulart.

Entre 31 de março e 4 de abril, quando se asilou em território uruguaio, Jango teve algumas oportunidades de reagir ao golpe. A primeira, com baixo custo e risco, bem como boa probabilidade de êxito, seria impedir que Mourão avançasse: a tropa deslocava-se lenta e visível pela estrada União e Indústria, era pequena, mal municiada, e em parte formada

por recrutas. A segunda dependia de Jango permanecer no Rio de Janeiro, fazer uma proclamação à nação e comandar a resistência apoiado pelas guarnições leais — sua saída intempestiva da Guanabara para Brasília desorientou todos que o apoiavam e foi interpretada como uma fuga. Ainda sobrava uma terceira oportunidade: entrincheirar-se no Congresso Nacional, em Brasília, apresentar um programa democrático com garantia das eleições e mobilizar em seu apoio, além do PTB e dos parlamentares da coalizão das esquerdas, o próprio PSD. A última oportunidade de reação — e certamente a mais temerária — foi apresentada por Brizola, com Goulart já em Porto Alegre, e propunha reeditar em condições menos favoráveis o esquema que sustentou a Campanha da Legalidade em 1961, com o próprio Brizola liderando a mobilização civil e o general Ladário Telles, comandante do III Exército, à frente das operações militares.[28]

Até hoje os historiadores debatem as razões que permitiram aos golpistas alcançar uma vitória fácil. É certo que faltou o comando de Jango para resistir. Contudo, entre as esquerdas e junto aos setores que o apoiavam, ninguém tomou a iniciativa de assumir a liderança e enfrentar o golpe — nem o Partido Comunista ou o CGT, nem as Ligas Camponesas, nem Brizola. É provável que todos eles, inclusive Goulart, tenham feito o mesmo cálculo antes de recuar: a intervenção militar, em 1964, repetiria a lógica de 1945, 1954, 1955 e 1961. As Forças Armadas se projetariam no ambiente político no duplo papel de moderador e protagonista para, em seguida, convocar eleições, devolver o poder aos civis e se recolher aos quartéis. E talvez Jango se imaginasse em posição análoga à de Vargas, em 1945: também ele recuaria para São Borja, aguardaria os acontecimentos e retomaria a vida pública, a partir das eleições, em 1965.

Afinal, o levante mineiro era uma típica quartelada — Mourão tinha pressa, estava próximo da compulsória e acreditava que pôr a tropa na rua seria a faísca capaz de acender o rastilho de pólvora entre os comandos militares. O governador de Minas, Magalhães Pinto, por sua vez, sonhava com a Presidência em 1965, sabia que tinha poucas chances de disputar a indicação do seu partido, a UDN, com Carlos Lacerda, e sustentou o plano de Mourão visando aumentar o próprio cacife político: pretendia oferecer o estado aos golpistas como a base ideal para uma campanha militar fulminante.[29] Ninguém, nem Magalhães Pinto, Carlos Lacerda ou Ademar de Barros, imaginava algo diferente de uma curta intervenção militar. Nem mesmo Juscelino Kubitschek — senador pelo estado de Goiás desde 1962. JK, com seu jeito característico de fazer política, declarou não ser a favor do golpe, mas, sublinhou, tampouco apoiaria Jango, para não ficar contra Minas Gerais.[30] Uma ditadura militar prolongada também não estava nos planos do presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que, percebendo a desintegração do governo, decidiu precipitar os acontecimentos e depôs Goulart. Convocou uma sessão conjunta secreta do Congresso Nacional e, na madrugada de 2 de abril, declarou vaga a Presidência da República (ver imagem 113). Nem mesmo diante dos protestos veementes de Tancredo Neves, que informava estar Jango em território nacional — e, portanto, em pleno exercício de seus poderes —, o senador titubeou: cortou o som, apagou as luzes do Congresso e consumou o golpe.[31] Ninguém imaginava outra coisa além de eleições em 1965. Mas todos estavam enganados. Uma facção entre os golpistas tinha agenda própria, o governo dos militares iria durar 21 anos, e o Brasil acabava de ingressar numa longa ditadura.

QUANDO UM GOLPE VIRA GOVERNO

Na tarde de 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional se reuniu para eleger o novo presidente da República. Os principais deputados da coalizão das esquerdas já não estavam lá: na véspera, fora publicada a primeira lista dos parlamentares cujos mandatos foram "cassados" — uma expressão pejorativa para nomear os atingidos pela extinção de seus direitos políticos por um período de dez anos. Outras listas viriam, perfazendo quatrocentas cassações até março de 1967. O que sobrara do Congresso participou de uma eleição indireta em que só havia um candidato — o general Humberto de Alencar Castello Branco. O voto era nominal e devia ser pronunciado de viva voz — apenas 72 deputados tiveram coragem de se abster, entre eles Tancredo Neves e San Tiago Dantas. No final da tarde, o general foi eleito com 361 votos — incluindo o de JK — para completar o mandato de Jango. Castello tomou posse alguns dias depois, no plenário do Congresso Nacional. Jurou defender a Constituição de 1946, prometeu entregar o cargo ao seu sucessor em 1965 e garantiu que as cassações estavam encerradas.[32]

Em seu discurso, o general disse o que todo mundo queria ouvir, mas não cumpriu nada do que prometeu. O golpe que levou Castello Branco à Presidência da República não guardava semelhança com a quartelada protagonizada por Mourão Filho e Magalhães Pinto, a não ser pelo fato de que ambos eram acontecimentos de exceção, violentos e arbitrários. Entre 30 de março e 11 de abril, militares e empresários do Ipes travaram uma disputa nos bastidores para neutralizar os diversos núcleos que atuaram de forma mais ou menos autônoma na deposição de Goulart — e, no Rio de Janeiro de então, conspirava-se até pelos telefones, ironizavam os jornalistas.

Enquanto o mundo político pensava na eleição do próximo presidente e ratificava um general para lidar com o cargo até lá, o Ipes concentrava-se em criar as circunstâncias capazes de transformar uma quartelada em golpe e um golpe em governo. Seus associados e colaboradores manobraram para ocupar posições-chave nos ministérios e órgãos da administração do Estado.[33] O alvo prioritário era a estrutura de planejamento governamental e de definição de política econômica — com o imediato estabelecimento do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica —, além de duas outras áreas também consideradas estratégicas: os órgãos políticos de decisão executiva com alcance na Presidência da República e nos vários ministérios — a começar pela Casa Civil e pela Casa Militar — e o controle das atividades de coleta de informações sobre questões de segurança interna que desaguaria na criação, em junho, do Serviço Nacional de Informações (SNI). Nada disso lembrava o tradicional intervencionismo das Forças Armadas, tão frequente na história republicana pré-1964. A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso.

A área sensível do novo sistema político estava localizada no controle, pelas Forças Armadas, da Presidência da República. Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e cinco generais do Exército se alternaram no comando do Executivo — Castello Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85) —, além do curto período de mando de uma Junta Militar, composta pelos ministros das três Forças, entre agosto e outubro de 1969. Do começo ao fim da ditadura, porém, vicejaram tensões e conflitos reveladores de que a "opinião dos quartéis", como os militares costumavam se referir ao próprio ativismo político, não era unânime, com disputas internas pelo controle do Executivo. As Forças Armadas tinham uma longa história de envolvimento na vida pública nacional, eram politicamente heterogêneas, incluíam diferenças de arma, geração e carreira, possuíam interesses próprios e capacidade de promovê-los, mas nunca haviam exercido o poder de maneira duradoura. Em 1964, foi diferente: os generais julgaram-se capacitados para assumir o governo, e grupos intramilitares formados por oficiais, com rivalidades, convicções e estratégias próprias, pretenderam intervir no curso do novo sistema que, afinal, tinham ajudado a criar e sobre o qual se sentiam responsáveis.[34] A despeito das diferenças, esses grupos convergiam para a ideia de que cuidar da segurança interna deveria prevalecer como missão da instituição militar. Também insistiam em afirmar que a fonte de soberania do novo sistema político era militar e se originava nas Forças Armadas — não provinha apenas da autoridade hierárquica dos generais.

O problema para os grupos intramilitares não era o poder, mas o que deveria ser feito com ele, e o ativismo crescia nos cenários de sucessão presidencial.[35] O general Castello Branco foi o primeiro de uma longa lista; todos entrando e saindo do poder em meio a fortes crises. O governo de Castello não tinha nada de moderado, serviu para institucionalizar as soluções discricionárias que limitaram as competências dos demais poderes e lançou as bases da estrutura de repressão que garantiu longevidade à ditadura. Não obstante, o governo foi alvo de insatisfação nos quartéis e o ministro da Guerra, general Costa e Silva, se tornou líder de setores dissidentes da oficialidade que reivindicavam a expansão dos instrumentos autoritários para controle da sociedade. Os dissidentes estavam frustrados e à procura de um general de prestígio, e Costa e Silva engatou assim sua própria candidatura.

Castello Branco morreu em 18 de julho de 1967, logo depois de deixar o governo, ao regressar de uma viagem ao Ceará, num mal explicado acidente aéreo: o pequeno avião bimotor que transportava o ex-presidente entrou em rota de colisão com uma esquadrilha de jatos da Força Aérea Brasileira.[36] Seu sucessor, o general Costa e Silva, fabricou um governo que parecia personalizar as esperanças dos oficiais interessados em participar da condução dos rumos do Estado — dos dezenove ministros, dez eram militares e um deles, o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, posava como o fiador dos grupos intramilitares radicais. Mas terminou o mandato com o Executivo emparedado pelos quartéis e a crise militar escancarada.[37] Em agosto de 1969, o general sofreu um acidente vascular cerebral, foi oficialmente afastado da Presidência da República por invalidez e as Forças Armadas se viram diante de um impasse: dar posse ao vice-presidente, o deputado Pedro Aleixo, da UDN mineira, um nome que eles consideravam inaceitável tanto pelo fato de Aleixo ser civil quanto por comportar-se com alguma moderação política e improvisar

novos procedimentos de escolha. A boataria tomou conta dos quartéis, a oficialidade reivindicou participação no debate, Pedro Aleixo ficou detido em casa, e a solução encontrada — entregar o Executivo a uma junta formada pelos três ministros militares — durou três meses e não se sustentou. Para tornar a crise ainda pior, Marinha e Aeronáutica resistiam a aceitar que o nome do sucessor fosse fornecido pelo Exército, e setores da oficialidade apoiaram a candidatura do general Albuquerque Lima.

Antes que a situação descambasse em anarquia, o Exército produziu seu candidato. O general Garrastazu Médici era militar taciturno, com perfil de burocrata, sem popularidade e quase um desconhecido — dirigia o Serviço Nacional de Informações. O Brasil só soube da sua existência após o dia 6 de outubro de 1969, quando seu nome foi validado para a Presidência da República pelo Alto-Comando das Forças Armadas — um concílio formado por ministros militares, chefes dos Estados-Maiores das três Forças e pelo chefe do Gabinete Militar.

Quando chegou ao fim de seu governo, Médici fez seu sucessor, o general Ernesto Geisel, sem problemas (ver imagem 120). A última grande crise da ditadura ocorreu para a sucessão do próprio Geisel, e ficou restrita a uma queda de braço entre ele e o ministro do Exército, Sylvio Frota, que pretendia sucedê-lo no cargo.[38] Frota comportava-se como o delegado da vontade do Exército: divergia da condução política do país e apresentava-se como porta-voz dos oficiais que foram retirados do ambiente profissional para assumir um novo tipo de poder de natureza repressiva e policial. Ernesto Geisel vinha de uma família de imigrantes alemães, e chegara ao posto de general conservando o porte germânico e a personalidade explosiva — foi um presidente temido: demitiu Frota, proibiu os generais comandantes de exército de se meterem no assunto e conduziu sua própria sucessão. Mais uma vez, o indicado, general João Figueiredo, sairia dos quadros de chefia do SNI. Nos quartéis, ninguém reclamou. A frequência das crises decerto deixou marcas nas escolhas feitas pelos militares; mas não alterou a dinâmica da ditadura, definida por variações consideráveis no uso dos poderes discricionários, repressão seletiva, controle do fluxo público da informação, e sustentação de um programa de desenvolvimento econômico de corte modernizante e conservador.

Hora de falar dos governos militares e do período sombrio da ditadura brasileira.

A ditadura pode até ter sido uma sucessão quase imperial de generais no exercício da Presidência da República; contudo, entre 1964 e 1985, o Ministério do Planejamento, juntamente com o da Fazenda, não ficava atrás. Tinha poderes de sobra, era reduto de civis, e o comando da área econômica cabia quase todo ao Ipes: Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões, Antônio Delfim Netto, Hélio Beltrão, Mário Henrique Simonsen.[39] "No fundo, existia um canal absolutamente aberto entre o governo e o setor empresarial",[40] reafirmou, cinquenta anos depois, Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, e do Planejamento entre 1979 e 1985. O Ministério da Fazenda dispunha de controle quase total do orçamento, isto é, sobre gastos que deveriam ser definidos pelo Congresso Nacional. "O ministro da Fazenda tinha poderes de autorizar qualquer despesa que lhe desse na telha", recordou o ex-ministro Maílson da Nóbrega, e completou: "Poderes de matar de inveja um rei medieval".[41] O projeto de desenvolvimento econômico da ditadura pretendia facilitar o investimento estrangeiro, reduzir o papel ativo do Estado e elevar o ritmo de crescimento. E tudo isso foi feito sem contestação: "Fazíamos, e não havia força política, nem legislativa, nem no Judiciário, que pudesse se contrapor a esse comando econômico",[42] confirmou o ex-ministro Ernane Galvêas. O governo Castello Branco ergueu as bases econômicas e financeiras que serviriam para deslanchar o modelo de desenvolvimento, e deu prioridade a um programa de estímulo ao investimento estrangeiro e de incentivo às exportações por meio da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. Adotou uma dura política de estabilização: controle dos salários, redução da idade legal mínima de trabalho, fim da estabilidade no emprego através da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), repressão aos sindicatos, proibição de greves.[43]

Em 1967, quando o general Costa e Silva assumiu o governo, a economia entrava em crescimento, e o ônus do arrocho econômico havia desabado sobre os trabalhadores e os assalariados dos setores médios urbanos. Com o custo de vida subindo e os salários congelados, em abril de 1968 cerca de 1200 operários da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, instalada na cidade industrial de Contagem, a dezessete quilômetros de Belo Horizonte, paralisaram as atividades, ocuparam a fábrica — a maior do parque industrial — e exigiram reajuste salarial acima do teto proposto pelo governo.[44] Três dias depois, Contagem parou: o número de grevistas subiu para 16 mil trabalhadores, e o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, se viu forçado a ir negociar pessoalmente, deixando a sede do Sindicato dos Metalúrgicos debaixo de vaias. A cidade foi ocupada por tropas da Polícia Militar, operários foram presos, o sindicato, fechado, e as empresas mandaram convocar os trabalhadores em casa, sob ameaça de demissão. Contagem surpreendeu os militares e o governo negociou. Por outro lado, a greve inovou na forma de organização, e isso também dificultou a repressão imediata: os grevistas não armavam piquetes, não realizavam grandes assembleias nem tinham liderança ostensiva — conhecidos, só Ênio Seabra e Imaculada Conceição de Oliveira, do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade. A mobilização dos operários ocorria dentro das fábricas, através de comissões semiclandestinas que reuniam de cinco a dez participantes e atuavam em rede. A greve de Contagem terminou quinze dias após seu início, com um abono de 10% e certa esperança de que era possível

enfrentar a política salarial do governo.

Depois de três meses, em Osasco, no cinturão industrial de São Paulo, os operários da Cobrasma, cuja principal atividade era a indústria metalúrgica e de construção mecânica, cruzaram os braços.[45] A greve de Osasco pretendia desencadear uma onda de reação do movimento operário e sindical em todo o país contra o modelo econômico da ditadura. Tal como ocorrera em Contagem, o trabalho de mobilização começou pelas comissões de fábrica e a adesão foi maciça: no primeiro dia, 10 mil operários pararam. Mas dessa vez os militares não tencionavam ser constrangidos pelo movimento operário. No segundo dia de greve, a Cobrasma foi invadida por soldados com metralhadoras e dois blindados com armamento de combate. Após a invasão, a Polícia Militar ocupou a cidade de Osasco, cerca de quatrocentos trabalhadores foram presos e, entre as lideranças, quem conseguiu escapar da cadeia tratou de sumir na clandestinidade — inclusive o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, José Ibrahim. A violência da repressão funcionou como instrumento tanto de coerção quanto de dissuasão e, nos dez anos que se seguiram, o movimento operário submergiu em todo o país.

Mas, enquanto os militares aprofundavam os instrumentos de repressão dentro das fábricas — e para o restante da sociedade —, a economia se aqueceu e a inflação, em vez de subir, passou a cair. Teve início um surto de crescimento que, no seu apogeu, superou qualquer período anterior, e o governo começou a falar de "milagre econômico brasileiro".[46] A performance de crescimento seria indiscutível, porém o milagre tinha explicação terrena. Misturava, com a repressão aos opositores, a censura aos jornais e demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política econômica, e acrescentava os ingredientes da pauta dessa política: subsídio governamental e diversificação das exportações, desnacionalização da economia com a entrada crescente de empresas estrangeiras no mercado, controle do reajuste de preços e fixação centralizada dos reajustes de salários.

A indústria automobilística triplicou a produção, faltou cimento para atender ao aumento da demanda na construção civil, e a Bolsa de Valores parecia fabricar dinheiro fácil — no pregão do Rio de Janeiro, um mês de transação, em 1970, ultrapassou, em dez vezes, todo o movimento do ano de 1968. O "milagre econômico", contudo, teve um preço, e o crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuado de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores. Deu-se também um aumento vertiginoso da dívida externa, com o país mais vulnerável às alterações do cenário internacional em decorrência da captação de recursos privados no exterior — com financiamento mais barato e maior prazo — e obtenção de crédito para a indústria em bancos privados internacionais com juros flutuantes e elevados. Os brasileiros só iriam acordar para o tamanho dessa vulnerabilidade após 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) reduziu a oferta de petróleo, o preço do produto foi multiplicado por quatro, não havia alternativa senão continuar comprando, e o milagre finou. Ao contrário do brasileiro comum, tanto os generais do Executivo quanto os tecnocratas do Ministério do Planejamento sabiam que havia distorções no crescimento da economia e que as consequências viriam. E ninguém se mexeu: o resultado era muito bom e a ditadura se beneficiava dele. Na explicação meio cínica do general Médici, que ocupou a Presidência da República no período de apogeu do ciclo de crescimento, o país estava

muito bem; o povo é que ia mal.

Uma ditadura é formada por mandantes arbitrários, oposicionistas tenazes e uma população que precisa sobreviver — parte dela atravessa em silêncio, com medo ou apenas conformada o tempo do arbítrio. Enquanto durou, o "milagre econômico" escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial entre as classes médias urbanas, se beneficiou com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir num mercado abarrotado de novidades: TV em cores, toca-fitas, câmera Super-8, automóveis — Corcel, Opala, Galaxie, Chevette. Para completar a felicidade do brasileiro, ainda existia a possibilidade de o assalariado finalmente "dar o salto da casa própria" e comprar imóvel financiado pelo recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH). O "milagre econômico" teve seu apogeu entre 1970 e 1972, e o êxito na economia ajuda a entender, ao menos em parte, por que o general Médici conseguiu ser, ao mesmo tempo, o responsável por comandar o pior período de repressão e violência política na história brasileira e um presidente popular, pouco criticado e muito aplaudido. O grau de controle coercitivo sobre a sociedade que a ditadura adquiriu durante sua presidência foi imenso, mas por si só não garantia apoio. Todo governo, para se sustentar, depende de alguma forma de adesão, e o "milagre econômico" ajudou a fabricar uma base geradora de consentimento junto à população. Três dias depois de sua posse, em 1969, Médici autorizou a reformulação de um órgão de comunicação criado por seu antecessor — a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) — e pôs para funcionar uma campanha de propaganda política sem precedentes. A propaganda feita pela Aerp era criativa, não tinha nada de chapa-branca nem ostentava os sinais típicos do marketing político. As peças falavam em otimismo, orgulho e grandeza nacional; celebravam a diversidade e a integração racial brasileira; afirmavam a harmonia social, e embalavam tudo isso em filmes curtos, com narração direta, imagens bem cuidadas e um arremate musical que grudava na lembrança do espectador.[47]

A propaganda da Aerp foi produzida para a televisão e fez sucesso. Os militares tinham um projeto de desenvolvimento em grande escala, pretendiam realizar a integração completa do território nacional, e o Brasil se transformou num imenso canteiro de obras verde-oliva — tudo devidamente registrado e festejado por aquela assessoria. A mais famosa dessas obras — a construção da Transamazônica —[48] fez o encaixe perfeito entre o projeto de desenvolvimento econômico concebido no Ipes e as diretrizes de segurança interna desenvolvidas pela ESG: uma estrada gigantesca, com 4997 quilômetros previstos no projeto, 4223 quilômetros (mal) construídos, e a pretensão de cortar a Bacia Amazônica de leste a oeste e ligar a Região Nordeste ao Peru e ao Equador. A construção da Transamazônica serviu de alavanca para um ambicioso programa de colonização que incluía o deslocamento de quase 1 milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e tamponar a área de fronteiras. A estrada foi inaugurada por Médici em 27 de setembro de 1972 e utilizada para potencializar uma imagem ufanista do Brasil, compartilhar o sentimento de que estava em curso um processo formidável de modernização do país e produzir identidade. Mas não foi bem assim. A construção da Transamazônica massacrou a floresta, consumiu bilhões de dólares, e até hoje a estrada tem trechos intransitáveis por conta das chuvas, dos desmoronamentos e das enchentes dos rios. A Transamazônica torrou um dinheiro que não havia, mas os brasileiros só entenderam isso na hora em que

acabou o milagre e a inflação bateu na casa de três dígitos — em 1980, atingiu a cifra de 110%. Quando o governo dos militares terminou, em 1985, o país estava endividado e a inflação chegava a 235%. O Brasil se tornara a cópia exata do reino de Belíndia, situado num longínquo rincão entre o Ocidente e o Oriente e criado, em 1974, pela imaginação do economista Edmar Bacha, que queria denunciar a crise, precisava driblar a censura e criou o texto "O economista e o rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas".[49] Em Belíndia, a forma de contabilizar a riqueza nacional servia para ocultar a brutal concentração de renda que repartia o país entre regiões avançadas — a "Bélgica" — e regiões muitíssimo atrasadas — a "Índia" — onde havia fome, miséria absoluta, baixa expectativa de vida e alta taxa de mortalidade infantil.

TEMPERATURA SUFOCANTE

Em 14 de dezembro de 1968, o *Jornal do Brasil*, um dos mais importantes matutinos da época, foi às bancas com uma edição cuidadosamente planejada para provocar estranheza. Entre as bizarrices, o jornal estampou o aviso "Ontem foi o Dia dos Cegos" e a previsão meteorológica na primeira página. Não satisfeito, anunciou: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos". O dia era de sol forte e céu escandalosamente azul, mas a edição falava sério: tentava alertar o leitor da presença de censores na redação — naquela madrugada, entrara em funcionamento uma operação militar destinada a censurar toda a imprensa nacional.

O jornal também avisava que o ruim tinha piorado. Às dez da noite de 13 de dezembro de 1968 o ministro da Justiça, Gama e Silva, em cadeia nacional de rádio e televisão, fizera uma rápida introdução de cinco minutos e passara a palavra a Alberto Curi, que durante dezoito minutos havia apresentado, num tom monocórdico e solene, o texto do Ato Institucional nº 5. O documento contava doze artigos e vinha acompanhado de um Ato Complementar nº 38 que fechava o Congresso Nacional por tempo indeterminado. O AI-5 suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso. Foi imposto ao país numa conjuntura de inquietação política e movimentação oposicionista: manifestações estudantis, greves operárias, articulações de lideranças políticas do pré-1964 e início das ações armadas por grupos da esquerda revolucionária. Para editá-lo, os militares se utilizaram de um pretexto: a recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo judicial contra o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ser autor de um discurso ofensivo às Forças Armadas, proferido, no plenário da Câmara, no dia 3 de setembro daquele ano. Moreira Alves era um deputado valente, que já tinha denunciado — e provado — dezenas de casos de tortura ocorridos nos quartéis durante o governo de Castello Branco,[50] e fez discurso duro na tribuna: "Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?", indagou. O discurso, porém, não teve nenhuma repercussão: Moreira Alves falou em horário ingrato e para um plenário vazio. Mas, se os militares queriam um pretexto, esse estava ótimo: o ministro da Justiça solicitou a licença para processar o deputado, o Congresso recusou, e o AI-5 foi o desfecho da crise.[51]

O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância. Apesar disso, não foi o único instrumento de exceção criado pelas Forças Armadas nem significou um "golpe dentro do golpe" aplicado por facções intramilitares radicais para garantir a expansão do arbítrio e da repressão política. O AI-5 fez parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias mas dotadas de valor legal, adaptadas ou autoconferidas pelos militares. Eles despenderam grande esforço para enquadrar seus atos num arcabouço jurídico e construir um tipo de legalidade plantada no arbítrio — uma legalidade de exceção —,[52] capaz de impor graves limites à autonomia dos demais poderes da União, punir dissidentes, desmobilizar a sociedade e limitar qualquer forma de participação política. O primeiro Ato Institucional foi redigido em segredo e promulgado oito dias após o golpe. Vinha assinado pelo autoproclamado Comando Supremo da Revolução — formado pelo

general Costa e Silva, pelo almirante Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Mello — e tinha onze artigos: transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava o Judiciário, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelar os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitir funcionários públicos civis e militares. Para legitimar esse instrumento com algum grau de embasamento legal, os militares concederam a si próprios poderes constitucionais e embutiram a manipulação jurídica na "Introdução" do primeiro Ato Institucional: "A Revolução vitoriosa [...] é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte".[53]

As Forças Armadas até hoje empregam o termo "Revolução" para se referir ao golpe, e isso ocorre por conta do primeiro Ato Institucional: garantia-se legitimidade ao sistema e institucionalizava-se a repressão. Em razão dos vários Atos Institucionais que se seguiram, esse passou a ser conhecido como AI-1, e forneceu ao governo do general Castello Branco o instrumento jurídico que permitiu encarcerar milhares de pessoas, bem como improvisar áreas de detenção em estádios de futebol, como o Caio Martins, em Niterói, além de transformar embarcações da Marinha Mercante e da Marinha de Guerra em navios-prisões.[54] O AI-1 também liberou a execução de manobras policial-militares de detenção em massa, com bloqueio de ruas, busca de casa em casa e checagem individual, que se deram durante o ano de 1964, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco — cerca de 50 mil pessoas acabaram detidas nessas manobras, conhecidas como Operação Limpeza.

Era de repressão que se tratava, e o AI-1 facilitou as condições para o expurgo no serviço público. A estratégia tinha duas pontas. Numa, os militares criaram Comissões Especiais de Inquérito, de natureza administrativa, em todos os níveis de governo: ministérios, órgãos e empresas estatais. Na outra, instauraram Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para investigar as atividades de funcionários na administração pública.[55] Os IPMs foram dirigidos sobretudo por coronéis do Exército selecionados por seu radicalismo ideológico, e o encargo era entendido como uma tarefa prestigiosa. Os coronéis estavam investidos de uma função policial de novo tipo, não submetida a regras de comprovação, e atuaram movidos por um intenso furor punitivo. Nas primeiras semanas após o golpe, haviam sido instaurados 763 IPMs; em um ano de atividade, 10 mil réus e 40 mil testemunhas foram submetidos a inquéritos que revelavam completo desprezo pelas regras de justiça.

Entre 1964 e 1973, milhares de brasileiros foram atingidos pelos expurgos. Estima-se que 4841 pessoas perderam direitos políticos ou foram cassadas, aposentadas ou demitidas pela ditadura — só o AI-1 teve como alvo 2990 cidadãos. Nos quartéis, os expurgos atingiram as três Forças e remeteram 1313 militares para a reserva. Estavam fora da farda 43 generais, 532 oficiais de todas as patentes, 708 suboficiais e sargentos, e trinta soldados e marinheiros.[56] Esse pessoal foi punido de forma particularmente cruel: o militar era declarado morto. Perdia, assim, as vantagens adquiridas ao longo da carreira — soldo de promoção, aposentadoria, salário-saúde e salário-família; a esposa, quando havia, recebia pensão de viúva. O AI-1 tinha prazo de validade — terminaria em 31 de janeiro de 1966, data final do mandato de João Goulart. Em outubro de 1965, porém, Castello Branco liquidou com as ilusões de quem ainda acreditava em ditadura temporária, prorrogou o próprio mandato e baixou por decreto o AI-2. Além das medidas destinadas a fortalecer o Executivo, o AI-2 mudava as regras do jogo no caso da representação política: suprimia as eleições por voto popular direto para presidente da República e extinguia todos os partidos

políticos então existentes.

O AI-2 devolveu Carlos Lacerda à oposição, e em grande estilo: em outubro de 1966, ele lançou o manifesto da Frente Ampla, uma implausível organização de oposição que reunia, além dele, Juscelino Kubitschek e João Goulart.[57] A ideia do entendimento entre os três inimigos partiu do próprio Lacerda, e a frente conseguiu agrupar quase todas as correntes políticas com atuação no período democrático — inclusive os comunistas. Com duas exceções: Leonel Brizola, exilado no Uruguai, se recusou a encontrar-se com Lacerda; Miguel Arraes, um dos dois governadores a serem presos pela ditadura — o outro foi Seixas Dória, de Sergipe — e a principal liderança das esquerdas no Nordeste, estava exilado na Argélia e também não quis saber de conversa.

Se o objetivo era selecionar um candidato à Presidência da República, o principal beneficiário da Frente Ampla era mesmo Carlos Lacerda: Jango estava no exílio; Kubitschek, apesar de todos os acenos que fez aos militares, havia sofrido um IPM — que visava arrancar confissões não comprovadas de desvio de dinheiro público —, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Mas a Frente Ampla significava uma alternativa oposicionista real: reunia três grandes lideranças nacionais, abria canais de participação para a sociedade com comícios, reuniões públicas e manifestações de rua, e apresentava um programa mínimo para derrotar a ditadura no voto: restauração do poder civil, anistia, pluripartidarismo, direito de greve, constituinte, eleições diretas. Não podia durar. Em abril de 1968, Costa e Silva decretou sua ilegalidade e proibiu suas atividades. Os militares jamais perdoaram Carlos Lacerda, a quem consideraram traidor: em dezembro do mesmo ano, seu nome encabeçou a lista de cassações do AI-5 e ele foi preso. Nunca mais voltaria à vida política.

O Ato nº 3 foi assinado pelo general Castello Branco em fevereiro de 1966, e se encarregaria de acabar com as eleições diretas para governadores. Além do mais, um Ato Complementar serviria para alterar a correlação das forças políticas no Congresso e nas Assembleias Estaduais, ao estabelecer as normas para criação de apenas dois partidos: um de apoio ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os dois atos encerravam a experiência do pluripartidarismo iniciada em 1946 e suprimiam a cidadania dos brasileiros: nos dezessete anos seguintes, a população perdeu o direito de eleger governadores, e teria de esperar 23 anos para escolher um presidente da República. Quem quisesse permanecer na política, e não estivesse preso ou cassado, precisava escolher o partido, e ficou difícil formar o MDB — a maior parte dos políticos em atividade correu para se abrigar na Arena. O partido do governo reunia a fina flor do conservadorismo, filiou praticamente toda a UDN, boa parcela do PSD e uma estreita fatia do PTB.[58] Enquanto existiu, a Arena foi incapaz de atuar como partido e formular alternativas políticas nacionais; em compensação, sofria de incurável vocação adesista, sua postura era subserviente e seus integrantes aprovavam quase todos os projetos que o Executivo enviava ao Congresso. Mas a Arena também tinha diretórios instalados em todo o país, e se organizou rapidamente numa grande estrutura partidária sustentada por uma extensa rede de políticos, simpatizantes, militantes e eleitores — o partido garantiu suporte civil e foi outra fonte geradora de consentimento ao governo dos militares.

A Arena passou para a história como o partido do “sim, senhor”, e os militares esperavam que o MDB fosse dócil o suficiente para atuar como o partido do “sim”. Afinal, era oposição

consentida e, entre 1966 e 1970, quando se consolidou como força política de oposição real, quem combatia a ditadura não via nenhuma razão para confiar nele.[59] Muitos duvidavam de um partido fraco que aceitou o jogo da ditadura e, quando os preparativos para as eleições parlamentares se intensificaram, a campanha pelo voto nulo capitaneada pelas organizações da esquerda revolucionária obteve sucesso: em 1966, o índice de votos nulos e brancos chegou a 21%; em 1970, alcançou o patamar de 30%, num evidente sinal de descrédito do sistema bipartidário imposto pelos militares.

O MDB passou a desconfiar de que talvez estivesse metido num beco sem saída. Entre autodissolver-se e continuar funcionando apesar das cassações e da suspensão de direitos políticos, a base de liderança do MDB, originária do PTB e do PSD, decidiu ir em frente. Reuniu o partido em torno do único ponto de consenso — o retorno do país à democracia — e assumiu os riscos de comportar-se como oposição. Entre 1967 e 1968, parlamentares do MDB participaram de protestos, passeatas e greves; subiram à tribuna para denunciar o arbítrio, a perda de direitos, o processo de desnacionalização. O preço foi alto: a edição do AI-5, em 1968, devastou o partido e, numa bancada de 139 parlamentares, sessenta foram cassados. Em 1970, a bancada estava reduzida a 89 deputados.

A MÁQUINA DE MATAR GENTE

Nos primeiros dias de junho de 1964, o general Golbery do Couto e Silva saiu da sede do Ipes, percorreu alguns quarteirões e se instalou em seu novo escritório, no 12º andar do Ministério da Fazenda, no centro do Rio de Janeiro. O general dispunha de um orçamento de 260 mil dólares em valores da época — metade em verbas secretas —, o novo cargo tinha status de ministro, e ele levava consigo os dados compilados pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura, o setor secreto que dirigira no Ipes, sobre 400 mil brasileiros. Os arquivos do Ipes serviram de base para Golbery criar o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão de coleta de informações e de inteligência que ele pretendia fazer funcionar como um centro de formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da Presidência da República e como o núcleo principal de uma rede de informações atuando dentro da sociedade e em todos os níveis da administração pública.[60] O general Golbery era um personagem feito para o mundo da conspiração política.[61] Obsessivamente reservado, ele burilava a própria mitologia: não falava em público, não dava entrevistas, movimentava-se nos bastidores, e seria a eminência parda da ditadura. Chamavam-no, pelas costas, de "o satânico dr. Go", numa alusão ao vilão do filme de James Bond, "o satânico dr. No", que fazia sucesso na época. Golbery não conquistou fama ou desafetos à toa. Dez anos depois de sua criação, o SNI era o centro de um sistema reticulado que abrigava o vasto dispositivo de coleta e análise de informações e de execução da repressão construído pelos militares.

Criado sob o guarda-chuva do SNI, em 1966, através de uma portaria secreta, e vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, funcionou o mais discreto serviço secreto da ditadura: o Centro de Informações do Exterior (CIEX).[62] Seus agentes atuavam fora do Brasil, integravam o staff das embaixadas e tinham a missão de reunir o maior volume possível de informações sobre as atividades dos brasileiros no exílio. O aparato imaginado pelos militares para identificar e liquidar seus opositores, porém, seria mais complexo: o SNI era a cabeça do sistema, e o CIEX, só parte do desenho.

Até maio de 1967, a ditadura se utilizou da estrutura de repressão já existente nos estados: os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), subordinados às Secretarias de Segurança Pública, e os policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos, famosos pelo uso da violência e pela prática da corrupção. A máquina de repressão começou a tomar nova forma nesse ano, com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE). O CIE atuava tanto na coleta de informações quanto na repressão direta, e foi provavelmente a peça mais letal dessa máquina. Tão temidos quanto o CIE eram o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), criado em 1957, e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), montado em 1970.[63]

A partir de 1969, a máquina de reprimir tocada pelos militares tornou-se maior e mais sofisticada com a criação, em São Paulo, da Operação Bandeirante (Oban), um organismo misto formado por oficiais das três Forças e por policiais civis e militares, programado para combinar coleta de informações, interrogatório e operações de combate. A Oban foi financiada por empresários paulistas e executivos de empresas multinacionais — Ultragaz, Ford, Volkswagen, Supergel, Copersucar — que se reuniram com o então ministro Delfim Netto num encontro organizado pelo banqueiro Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil

de São Paulo, e estabeleceram um sistema fixo de contribuições,[64] cuja estrutura e funcionamento são, até hoje, um bem guardado segredo da ditadura. Também serviu de modelo para a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (Codi) e Destacamentos de Operação Interna (DOI). Os Codi-DOI estavam sob o comando do ministro do Exército, Orlando Geisel, conduziam a maior parte das operações de repressão nas cidades e atuavam sempre em conjunto: os Codi, como unidades de planejamento e coordenação; os DOI, subordinados aos Codi, como seus braços operacionais.[65] Mas, mesmo antes de essa máquina estar pronta para funcionar, a ditadura violou sua própria legalidade de exceção, e o uso da repressão sem limites judiciais ocorreu em pelo menos três circunstâncias. A primeira, a partir de 1969, nos casos de desaparecimentos forçados praticados, na maior parte das vezes, para encobrir homicídios de prisioneiros ou provocar incerteza na oposição sobre o destino do desaparecido. A segunda, iniciada em 1970, na instalação de centros clandestinos que serviram para executar os procedimentos de desaparecimento de corpos de opositores mortos sob a guarda do Estado, como retirada de digitais e de arcadas dentárias, esquartejamento e queima de corpos em fogueiras de pneus. A terceira, desde 1964, no uso sistemático da tortura como técnica de interrogatório (ver imagem 116).[66]

A prática da tortura instalou-se nos quartéis ainda no início do governo Castello Branco, e se espalhou como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder — civis e militares. Ao se converter em política de Estado, entre 1964 e 1978, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. Para a tortura funcionar, é preciso que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas, laudos periciais mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, gente disposta a fraudar autópsias e autos de corpo de delito e a receber presos marcados pela violência física. É preciso, ainda, descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que a máquina de repressão política funcione com maior eficácia. No Brasil, a prática da tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica. Nos primeiros anos de ditadura, o alvo prioritário foram as forças de esquerda que tinham conduzido as lutas sociais do governo Goulart. Mas, a partir de 1966, os estudantes retomaram as manifestações de rua que desaguaram nas grandes passeatas de protesto de 1967 e 1968 e transformaram-se em foco de oposição direta ao governo dos militares.[67]

Nunca foi tão perigoso ser estudante no Brasil. Em 1968, a notícia da morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado pela polícia com um tiro numa manifestação de protesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, percorreu o país, sensibilizou a população e marcou o momento em que a mobilização estudantil se transmudou em movimento social de massa. Mais de seiscentas pessoas compareceram à missa de sétimo dia, celebrada, no Rio, pelo vigário da cidade, d. José de Castro Pinto. Com a igreja da Candelária cercada por centenas de fuzileiros e cavalarianos da Polícia Militar, quinze padres deram-se as mãos formando duas correntes para permitir a saída dos fiéis em segurança — "Inesquecível, padres", gaguejou, emocionado, o crítico literário Otto Maria Carpeaux (ver imagem 115).[68]

Não foi a primeira nem seria a última ocasião em que um punhado de padres corajosos ofereceria proteção contra a violência e o arbítrio.[69] A comprovação da prática da tortura pelos militares levou um grupo de bispos da Igreja católica ao campo da oposição e a utilizar seus próprios canais de comunicação para fazer chegar à opinião pública internacional relatos sobre tortura no Brasil. Em 1970, por exemplo, a igreja Saint-Germain-de-Prés, em Paris, expôs em seu altar-mor um Cristo algemado, com um tubo na boca e um magneto no topo da cruz. No alto, a esfera cortada pela inscrição "Ordem e Progresso". Em maio de 1969, o padre Antônio Henrique Pereira Neto, auxiliar direto de d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e reconhecido internacionalmente como um símbolo da luta em defesa dos direitos humanos, foi sequestrado, torturado e morto no Recife. Era a primeira vez que no país se assassinava um padre por motivos políticos.

A constatação de que parte das forças de esquerda estava realmente disposta a pegar em armas liberou de vez a ferocidade da ditadura. Em janeiro de 1969, Carlos Lamarca, oficial do 4º Regimento de Infantaria, baseado em São Paulo, assaltou o depósito de armas do quartel e fugiu numa Kombi carregada com fuzis, submetralhadoras e munição. Lamarca abandonara o Exército para se juntar aos guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das várias organizações da esquerda revolucionária criadas após o golpe. Algumas dessas organizações eram minúsculas, poucas tiveram força e estrutura suficientes para desafiar a ditadura, e a maioria formou-se a partir de dissidências originadas pela derrota sem resistência sofrida pelo Partido Comunista, em 1964; mas quase todas optaram pela luta armada.[70]

Lamarca pretendia montar um foco guerrilheiro no campo, e foi morto, em 1971, pelos militares, nas proximidades de Buriti Cristalino, lugarejo isolado no interior da Bahia — o povoado tinha quatro ruas, casas de adobe e palha, um mercado e cerca de duzentos habitantes. Carlos Marighella, outra grande liderança da esquerda revolucionária, apostava na guerrilha urbana e previa enfrentar a ditadura com colunas guerrilheiras móveis deslocando-se pelo país e convergindo para o sul do Pará. Marighella havia participado das lutas contra o Estado Novo, fora deputado constituinte em 1946 e fundara o maior grupo armado de oposição aos militares — a Ação Libertadora Nacional (ALN).[71] Também entendia de futebol, sabia fazer poesia e gostava de samba. Morreu fuzilado numa tocaia armada pela ditadura, em 1969, em São Paulo.

A morte de Marighella marca o início da ofensiva militar contra a esquerda revolucionária; a de Lamarca indica o momento em que essas organizações entraram em fase terminal — seriam dizimadas até 1976. Separando as datas, existe uma sequência de ações armadas que deixaram os militares desnorteados, e levaram a ditadura a reorientar a máquina repressiva e a adotar uma política de extermínio: assaltos a bancos, carros-fortes, empresas, lojas de armas, e instalação de bases guerrilheiras e focos insurrecionais. A mais espetacular ação executada pela esquerda revolucionária aconteceu no Rio de Janeiro, em 1969, e surgiu na cabeça de dois jovens militantes — Franklin Martins e Cid Benjamin — da Dissidência Universitária da Guanabara, uma organização minúscula mas atrevida: o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, que só seria solto em troca da libertação de quinze presos políticos.[72] Era um tipo de ação inesperada e de largo alcance: buscava a repercussão aberta, transformava a luta armada, a tortura e a existência de presos políticos no país em notícia internacional — fato que os militares negavam reiteradamente —, e desmoralizava a ditadura.

Outra ação, contundente, aconteceu na área rural. A Guerrilha do Araguaia contou com cerca de cem guerrilheiros, inclusive alguns camponeses, e acabou num massacre.[73] As Forças Armadas deslocaram para a região do Bico do Papagaio, sudoeste do Pará, entre 1972 e 1974, em torno de 4 mil homens e, em outubro de 1973, Brasília emitiu a ordem de não fazer prisioneiros no local. O envio de força militar e policial para regiões onde se supunha existirem bases de treinamento de guerrilha foi uma das características da repressão na área rural. A outra seria o uso da violência mobilizada por proprietários de terras. Com a exceção do estado do Pará, espécie de epicentro dos conflitos fundiários do país e onde a violência foi constante, a repressão ao movimento de trabalhadores rurais mostrou-se desigual ao longo do período histórico da ditadura, formando duas curvas ascendentes: a primeira, nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe de 1964, e a segunda, iniciada a partir de 1975, atingindo seu pico na primeira metade da década de 1980 — foram registrados por volta de 1100 assassinatos.[74] Estes ocorreram, em sua maior parte, em conflitos de terra e tiveram como protagonistas jagunços, capangas e milícias paramilitares constituídas por proprietários rurais — foram crimes cometidos por grupos de extermínio privados, embora tenham contado com o beneplácito ou com a omissão do Estado brasileiro. Boa parcela desses crimes permanece sem identificação ou sem que a investigação sobre suas circunstâncias tenha obtido informações conclusivas.

Mas nada se compara aos crimes cometidos pela ditadura contra as populações indígenas. O mais importante documento de denúncia sobre esses crimes — o Relatório Figueiredo — foi produzido pelo próprio Estado, em 1967, e ficou desaparecido durante 44 anos, sob a alegação oficial de que havia sido destruído num incêndio. O relatório foi encontrado quase intacto, em 2013, com 5 mil páginas e 29 tomos — das 7 mil páginas e trinta tomos que constavam da versão original. Para escrevê-lo, o procurador-geral Jader de Figueiredo Correia percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros e visitou 130 postos indígenas em todo o país.

O resultado é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas brasileiros por proprietários de terras e por agentes do Estado. Figueiredo fez um trabalho de apuração notável. Incluiu relatos de dezenas de testemunhas, apresentou centenas de documentos e identificou cada uma das violações que encontrou: assassinatos, prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Seu relatório denuncia — e comprova — a existência de caçadas humanas feitas com metralhadoras e dinamite atirada de aviões, inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e doações de açúcar misturado a estricnina.[75] Os índios estavam posicionados entre os militares e a realização do projeto estratégico de ocupação do território brasileiro concebido pelo Ipes e pela ESG, e pagaram um preço alto demais por isso.

CALE-SE!

Em 1973, o compositor Chico Buarque escreveu, em parceria com o cineasta Ruy Guerra, a peça teatral *Calabar: O elogio da traição*. O espetáculo pretendia questionar a versão oficial sobre a Independência do Brasil, e seria encenado no momento em que a ditadura festejava os 150 anos desse evento. Na véspera da estreia, porém, chegou a notícia de que ele estava proibido. Os autores também foram informados de que estava vedada qualquer menção ao nome Calabar, assim como a divulgação da notícia de que a peça fora integralmente censurada.[76] A censura a *Calabar* partiu do CIE, e os produtores do espetáculo quebraram — a montagem era cara e o dinheiro já havia sido previamente investido.

Mas esse não foi um episódio isolado. O governo dos militares carregava consigo uma proposta de silêncio, e utilizou a censura política como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. A ideia era aparentemente simples: combinava manejar o controle sobre a produção e a circulação de bens culturais no país com repressão política (ver imagem 117). Nenhum outro órgão cresceu mais depressa, e a censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional (ver imagem 114). A censura oficial e de cunho moralista existia desde a Constituição de 1946, exercida pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Ao seu lado, os militares instalaram uma espécie de braço articulado à máquina de repressão, orientado para suprimir qualquer tipo de contestação produzida no campo da cultura, do pensamento e das ideias.[77] Filmes eram proibidos ou tinham cenas cortadas; versos de canções eram mutilados ou vetados; peças teatrais acabavam barradas pelas autoridades, por vezes às vésperas da estreia, como aconteceu a *Calabar*.

A lei de censura prévia para livros e publicações foi instituída em 1970, e determinava que os editores enviassem originais para Brasília, antes da publicação. Na prática, revelou-se tecnicamente inexequível: só em 1971 foram lançados 9950 novos títulos, demandando um número impossível de censores. Mas a imprensa estava amordaçada e os jornalistas, perseguidos ou encarcerados. Obras eram retiradas das exposições, como ocorreu no IV Salão de Arte do Distrito Federal e no I Salão de Ouro Preto, ambos em 1967, ou na Bienal da Bahia em 1968. Artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Nara Leão, Geraldo Vandré, Odair José e Chico Buarque foram obrigados a se exilar. Intelectuais eram vigiados e professores universitários, forçados à aposentadoria. Um grupo de dez dos principais pesquisadores da Fundação Instituto Oswaldo Cruz foi proibido de trabalhar no Brasil, e um dos maiores historiadores do país, Caio Prado Jr., estava preso.

Diante do cerco, uma parte do mundo da cultura inventou estratégias para resistir, utilizando-se de entrelinhas, tirando vantagens de oportunidades mínimas de contestação — eram "as tretas do fraco",[78] atos de rebelião que irrompem de maneira inesperada na cena pública. Talvez a primeira manifestação pública contra a ditadura tenha sido fruto dessa astúcia. Aconteceu no dia 18 de novembro de 1965, em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro, por ocasião da abertura da II Conferência Extraordinária Interamericana da OEA. Os manifestantes eram nove, mas o grupo ficou conhecido como os Oito do Glória: os jornalistas e escritores Antonio Callado, Márcio Moreira Alves e Carlos Heitor Cony; os

cineastas Glauber Rocha, Mário Carneiro e Joaquim Pedro de Andrade; o embaixador recém-cassado Jayme de Azevedo Rodrigues; o encenador teatral Flávio Rangel; o poeta Thiago de Mello. No momento em que Castello Branco descia do carro para entrar no hotel e presidir a cerimônia de abertura da OEA, os manifestantes escancararam faixas com frases escritas em letras garrafais — "Abaixo a ditadura", "*Bienvenidos a nuestra dictadura*", "Viva a liberdade". Acabaram todos presos. Mas choveram protestos contra a prisão, inclusive do exterior: Luis Buñuel, Jean-Luc Godard, Alain Resnais, Michelangelo Antonioni, Pier Paolo Pasolini, Alberto Moravia.[79]

Os militares iriam descobrir depressa que prender intelectual ou reprimir artista não era coisa trivial. Em fevereiro de 1968, a censura tirou de cartaz a peça *Um bonde chamado desejo*, de Tennessee Williams, e proibiu a atriz Maria Fernanda de atuar por trinta dias. A reação foi fulminante: a Greve de Protesto contra a Censura parou teatros do Rio de Janeiro e de São Paulo durante 72 horas, e realizou uma memorável vigília na escadaria do Theatro Municipal do Rio. Entre os que compareceram ao protesto estavam o poeta Carlos Drummond de Andrade, os compositores Chico Buarque e Vinicius de Moraes, o animador de programas de auditório Abelardo "Chacrinha", o dramaturgo Nelson Rodrigues, o arquiteto Oscar Niemeyer, os atores Paulo Autran, Cacilda Becker, Tônia Carrero, o cineasta Glauber Rocha, o crítico literário Otto Maria Carpeaux, e os pintores Di Cavalcanti e Djanira.[80]

As artes, afinal, incomodavam. Em 1970, Antonio Manuel expôs o próprio corpo na noite de abertura do Salão Nacional de Arte Moderna, no MAM carioca. Intitulada *O corpo é a obra*, a proposta havia sido recusada pelo júri, e a ação do artista era provocadora: "Naqueles dias o corpo estava na linha de frente. Ele foi submetido a violência em protestos de rua e à tortura utilizada pelo regime militar contra prisioneiros políticos",[81] declarou Antonio, tempos depois. No mesmo ano, Cildo Meireles propôs *Inserções em circuitos ideológicos*, obra que convocava o espectador a aderir a uma espécie de guerrilha artística, ensinando-o a imprimir informações e opiniões críticas em rótulos de garrafas de Coca-Cola ou notas de dinheiro, que eram, em seguida, postas de novo em circulação (ver imagem 123). Ainda em 1970, no evento Do Corpo à Terra, que inaugurava o Palácio das Artes, em Belo Horizonte, Meireles queimou galinhas vivas no trabalho *Tiradentes: Totem-monumento ao preso político*, numa denúncia da tortura e do assassinato de opositores do governo militar. Artur Barrio jogou trouxas ensanguentadas com ossos e carnes de animais no ribeirão Arrudas, que atravessa o centro da capital de Minas, numa alusão aos crimes da ditadura — as trouxas sugeriam corpos humanos despedaçados e deixados anonimamente ao ar livre. O evento mobilizou cerca de 5 mil pessoas e a inauguração acabou na delegacia, com a chegada do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.[82] O cartum *Rango* — o faminto personagem criado por Edgar Vasques — virou símbolo de crítica aos militares (ver imagem 119). Mas foi Henfil quem melhor demonstrou que o poder de comunicação do cartum é vital para a luta política, pela rapidez e pela clareza com que fixa posições, ideias e opiniões. A concisão do texto, a crítica cáustica e o traço leve de Henfil deram vida a um trio indignado, irônico e de espírito libertário que, do alto da caatinga, denunciava nossa miséria social e resistia corajosamente ao arbítrio — Capitão Zeferino, Graúna e o bode Francisco Orelana.

A "canção de protesto" foi a primeira tentativa do compositor popular de se mobilizar de maneira sistemática contra a ditadura. Deixando de lado a sofisticação cosmopolita da

Bossa Nova, a "canção de protesto" apresentava um programa de denúncia e resistência política, enraizado na autenticidade cultural e política do homem do povo. O empenho em estabelecer uma relação direta entre arte e contexto social e a crença na eficácia revolucionária da palavra cantada sistematizaram os grandes temas do debate político durante a década de 1960 e aparecem expressos em canções com características estéticas e musicais muito distintas: "O comedor de gilete" (1964), de Carlos Lyra em parceria com Vinicius de Moraes; "Terra de ninguém" (1965), dos irmãos Valle; "Maria do Maranhão" (1965), de Carlos Lyra e Nélson Lins de Barros; "Disparada" (1966), de Geraldo Vandré e Théo de Barros; "Favela" (1966), de Padeirinho e Jorginho; "A estrada e o violeiro" (1967), de Sidney Miller; e "Procissão" (1968), de Gilberto Gil. Já em 1968, surgiu a Tropicália, movimento musical que reunia compositores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Torquato Neto, Capinam, Rogério Duprat e a revolucionária banda de rock Mutantes, transbordando para outros campos da cultura — no teatro, nas artes visuais, no cinema. A Tropicália misturava a tradição da canção popular com o pop internacional e com experimentações de vanguarda, evocava as imagens estereotipadas do Brasil como paraíso tropical, e realizava a crítica aguda do país com referências incisivas à repressão política, à desigualdade e à miséria social.

Parte do que a Tropicália incorporou em suas canções — como o rock, em especial Beatles — também serviu para dar forma a outro movimento musical, o Clube da Esquina, que costuma ser lembrado pela figura de Milton Nascimento e pela criação de uma cena sonora nova e bastante sofisticada que trouxe para a canção os temas do desaparecimento forçado, da morte dos amigos, da supressão da liberdade. Ainda nesse período, uma vertente da canção romântica — "brega" ou "cafona" — alcançou altas vendagens no mercado de discos, bateu recordes de execução nas rádios, e escancarou os temas do racismo e da segregação social vivenciados pela população pobre brasileira.[83]

Mas, quaisquer que fossem as formas de engajamento na oposição à ditadura, as diferentes modalidades da canção popular compartilharam idêntica vocação: burlar a censura, perturbar o poder, comprometer a veracidade da narrativa oficial produzida pelos militares. Afinal, tudo deixa rastro, nada é tão bem apagado, nenhum homem desaparece tão por inteiro que ninguém se lembre de seu nome. O que hoje é banal, já previa Chico Buarque nos versos de uma de suas canções, um dia vai dar no jornal.

18.

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA: A TRANSIÇÃO PARA O PODER CIVIL...

NAVEGAR É PRECISO

No dia 15 de março de 1985, o último general a governar o Brasil, João Figueiredo, recusou-se a entregar a faixa presidencial ao seu sucessor ou a descer solenemente a rampa do Planalto como previa o cerimonial — escolheu sair do palácio pela porta dos fundos. Menos de dois meses antes, em janeiro, numa entrevista para a televisão, ele havia feito um balanço muito pessoal do seu governo, no qual mandou um recado curto e grosso para os brasileiros: "Quero que me esqueçam".[1] Figueiredo era um personagem destemperado, meio violento e espantosamente vulgar, que destilava rancor ao deixar a Presidência da República.[2] Terminou o mandato isolado do grupo de generais que, seis anos antes, sustentara sua indicação para o cargo. Com a autoridade desgastada e a fama de chefiar a administração mais impopular dos vinte anos anteriores, seu governo também fracassou na tarefa que lhe fora destinada pelo antecessor: desengajar os militares do controle do Executivo, sem pôr em risco o projeto de país que vinha sendo implantado desde 1964.

O processo de descompressão do sistema político começara a ser orquestrado em 1975, pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, ambos convencidos de que a ditadura deveria fazer suas escolhas e definir o momento mais conveniente para revogar os poderes de exceção.[3] No entendimento da dupla — e de vários comandantes de tropa e líderes de opinião da caserna —, os generais precisavam abrir mão do controle da Presidência da República. Primeiro, porque a vida política e a incumbência de zelar pela segurança interna estavam afetando os quartéis e revelando-se um risco para os interesses da instituição. Segundo, porque a ditadura envenenara a estrutura interna das Forças Armadas. Inúmeros oficiais tinham sido retirados das estruturas hierárquicas de comando das unidades, da rotina de treinamento e do ambiente profissional para serem investidos de funções policiais e punitivas. Pior: para quem dava expediente nos quartéis, isso parecia um bom negócio. Afinal, torturadores eram condecorados com a Medalha do Pacificador — que registra atos de bravura ou prestação de serviços relevantes ao Exército — no seu grau mais honroso, e recebiam promoções convencionais, além de gratificações salariais. Uma burocracia da violência fora instalada dentro das Forças Armadas e se tornara fonte de poder no interior da hierarquia militar.

A política de abertura controlada, iniciada em 1975 pelo governo do general Geisel, também poderia ser a solução para manter a oposição longe do Executivo, de modo a garantir que a alternância de poder se realizasse de maneira tutelada, restrita aos círculos civis aliados e sem riscos institucionais. "Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas", reagiu Geisel, em 1977, diante das perguntas dos jornalistas sobre os instrumentos de controle que criou, característicos de um sistema político autoritário. E arrematou: "O Brasil vive um regime democrático dentro de sua relatividade".

O Pacote de Abril, como ficou conhecido o conjunto de medidas arbitrárias editadas por seu governo, adiava para 1982 a eleição indireta para governadores e alterava a composição do colégio eleitoral que deveria escolhê-los, de modo a reforçar a presença da Arena. Geisel inventou para rádio e televisão a campanha eleitoral "surda-muda", como se dizia no MDB: só era permitido ao candidato apresentar foto três por quatro (no caso da TV), nome e minicurrículo — sem nenhum tipo de mensagem. Também modificou a representação na Câmara Federal, aumentando a bancada dos pequenos estados, onde a

Arena era mais forte. E amarrou o pacote com a invenção do senador biônico, a ser eleito indiretamente pelo mesmo colégio eleitoral que escolheria o futuro governador — o apelido, dado pela oposição, aludia a um seriado norte-americano, *O homem de 6 milhões de dólares*, cujo protagonista, um cyborg, tinha poderes artificiais fabricados graças à tecnologia.

Ainda em 1973, enquanto Geisel se preparava para ter seu nome sacramentado como próximo presidente da República por um colégio eleitoral formado para esse fim no Congresso Nacional, um grupo de vinte parlamentares — os "autênticos" do MDB, como esses parlamentares ficaram conhecidos, em virtude da disposição oposicionista —, num gesto de astúcia e senso de oportunidade, utilizou as regras da ditadura para fazer oposição e lançou a candidatura de Ulysses Guimarães, a principal liderança do partido, para disputar a vaga com Geisel.[4] O colégio eleitoral servia apenas para homologar a decisão dos militares, e a apresentação de uma candidatura do MDB parecia perda de tempo. Além do mais, a candidatura podia desmoralizar de vez o partido, se fosse interpretada como capitulação de uma oposição impotente e pronta a legitimar os poderes de exceção da ditadura. Não aconteceu nem uma coisa nem outra. Ficou claro que a estratégia do MDB não era disputar a eleição para valer, mas, antes, assumir uma posição oposicionista mais agressiva, abrir brechas de denúncias nos meios de comunicação, mobilizar as pessoas em comícios. Ulysses Guimarães evocou para lema os versos de Fernando Pessoa — "Navegar é preciso, viver não é preciso" — e lançou sua "anticandidatura", como ele próprio a definia, num discurso memorável durante a convenção do partido. Em seguida, ao lado do seu candidato a vice, Barbosa Lima Sobrinho, um dublê de político e jornalista de espírito libertário, que havia sido deputado federal e governador de Pernambuco, saiu pelo Brasil a bordo de caravanas pregando o restabelecimento dos valores democráticos. Percorreram catorze estados, ajudaram a organizar a estrutura nacional do MDB — o número de diretórios saltou de 786 para 3 mil —, e fizeram crescer o espaço dedicado à oposição em jornais e revistas. A anticandidatura também exigiu ânimo cívico e valentia pessoal para enfrentar a truculência dos governadores da Arena — em Salvador, por exemplo, o aeroporto estava cercado por tropas policiais armadas com fuzis e acompanhadas de cães adestrados. Os atos de violência foram inúteis. A anticandidatura encerrou a fase do voto nulo como opção oposicionista e abriu o caminho para a vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974: o partido recebeu 4 milhões de votos a mais que a Arena para o Senado, obteve 161 cadeiras no Congresso Nacional — contra 203 da Arena —, e fez maioria em Assembleias Legislativas de estados importantes, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Ninguém mais duvidava do papel do MDB e, no momento em que foi anunciada a vitória de Geisel no colégio eleitoral, Ulysses virou-se para o deputado ao seu lado, deu um sorriso matreiro e avisou: agora é que vai começar a melhor parte da história.

O MDB enfrentou a ditadura com um punhado de deputados corajosos, um presidente notável — o próprio Ulysses Guimarães — e um slogan espertíssimo: "Vote no MDB — você sabe por quê". A reforma partidária, em 1979, significou, para a dupla Geisel-Golbery, a derradeira chance de eliminar o caráter plebiscitário das eleições polarizadas entre governo e oposição, com dois objetivos em mente: enfraquecer a oposição, fragmentando-a por meio da fundação de novas organizações partidárias, e criar oportunidades para o aparecimento de um partido alternativo de situação que não fosse identificado com o

governo. Cinco novas agremiações concorreram nas eleições de 1982: o MDB, transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); a Arena, reorganizada em Partido Democrático Social (PDS); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), recriado para funcionar como linha auxiliar governista, e duas novas forças de oposição recém-surgidas, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola com o propósito de unir a atualização dos princípios de justiça social caros ao trabalhismo dos anos 1960 à defesa do socialismo democrático.[5] No teste das urnas, os militares descobriram que o feitiço tinha virado contra o feiticeiro e que, pela primeira vez desde o golpe de 1964, não detinham a maioria no Congresso Nacional.

Geisel era com certeza imperial de tão autoritário, mas tinha também claro o sentido que queria dar à descompressão do sistema e contava com dois operadores políticos competentes: o general Golbery atuava "para dentro", e foi o estrategista da abertura controlada; Petrônio Portella, senador pelo Piauí, era discreto, prolixo e dissimulado, tinha bom trânsito entre os parlamentares e habilidade para a costura interna do Congresso — atuou como interlocutor do governo nas negociações com os setores moderados de oposição. Em 1978, Portella e Golbery iniciaram uma série de encontros, tanto com a liderança do MDB quanto com representantes de instituições da sociedade civil, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Pretendiam colocar na mesa de negociações as demandas mais urgentes e avaliar a viabilidade de um processo de transição controlado e executado por etapas.

As Forças Armadas intervieram na cena pública em 1964 e ficaram 21 anos no poder porque julgavam ser isso do interesse da instituição — e, como até hoje se imaginam com legitimidade própria, consideraram estar agindo em benefício do país. Quando avaliaram a conveniência de abrir mão do controle direto do Executivo, também trataram de preservar seus interesses específicos. Uma das exigências dos militares era manter ativas as estruturas concebidas durante a ditadura, entre elas o sistema de informação e segurança. Além disso, demandavam a garantia de que permanecesse intocável quem tivesse se envolvido com a repressão política — não haveria "revanchismo", costumava-se dizer nos quartéis. Por fim, exigia-se a continuidade dos incentivos para o desenvolvimento da indústria de armamento criada a partir de 1964, de comum acordo com os empresários, e das empresas relacionadas à segurança do Estado, sobretudo as de telecomunicações e informática.[6]

Os militares saíram intocados do governo — e assim permanecem até hoje. Mas perderam em prestígio, legitimidade social e estratégia: não conseguiram manter sob controle o processo de liberalização do sistema político e substituir gradativamente a coerção da ditadura por um governo civil de tipo autoritário. Nenhum dos generais comprometidos com o projeto de abertura controlada almejava democracia sem restrições. Com o argumento de que jamais existiu uma situação democrática de fato no país, o general Golbery, por exemplo, não aceitava discutir propostas de redemocratização nem admitia debater a restauração dos procedimentos democráticos previstos na Constituição de 1946. O general Figueiredo pensava da mesma forma. A diferença é que era didático: "Nós temos a laranja-lima, a laranja-pera, a laranja-baía, que têm sabores diferentes, mas nem por isso deixam de ser laranjas […]. Assim também há democracias diferenciadas", explicou, em 1978, para repórteres da *Folha de S.Paulo*. E arrematou: "Me respondam, o

povo está preparado para votar? [...] O brasileiro pode votar bem se ele não conhece noções de higiene?".[7]

O fracasso dos militares na tentativa de superar a ditadura para institucionalizar uma ordem autoritária ocorreu por várias razões. A mais evidente: eles perderam o trunfo da economia. No final do governo do general Geisel, o Brasil possuía um dos maiores e mais bem integrados complexos industriais entre os países periféricos, mas sofria o choque do aumento nos preços do petróleo e de sua comprida fila de consequências: crescimento lento nas exportações, aceleração nas taxas de juros internacionais, aumento da dívida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo do general Figueiredo, e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego.[8]

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A situação da economia nutriu a politização da sociedade, mas a oposição também havia mudado o ritmo, a forma e a linguagem do enfrentamento político com a ditadura. Em março de 1973, o estudante Alexandre Vannucchi Leme foi sequestrado, torturado e morto no Codi-DOI de São Paulo.[9] Vannucchi era aluno da Universidade de São Paulo (USP), tinha liderança no meio universitário paulista, militava numa organização revolucionária — a ALN —, e o sequestro ocorreu dentro da Cidade Universitária. Sua morte comoveu a população e devolveu o movimento estudantil às ruas. Três mil estudantes compareceram à missa em memória do colega assassinado, celebrada em plena catedral da Sé, pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, uma das principais referências religiosas dos brasileiros na defesa pelos direitos humanos.[10] A polícia cercou a USP, montou barreiras policiais em pontos estratégicos da cidade e um aparato de guerra em frente à catedral. Quem conseguiu furar o bloqueio e entrar na igreja, porém, viveu um dia para não esquecer: 24 padres oficiaram com o cardeal Arns uma missa que emocionou o Brasil inteiro. Pouco antes da comunhão o compositor Sérgio Ricardo surgiu no altar, violão em punho, e cantou, pela primeira vez, a canção "Calabouço", unindo dois assassinatos: o de Alexandre Vannucchi Leme e o de Edson Luís de Lima Souto, morto pela polícia cinco anos antes, como vimos, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

A história começou a mudar nesse ano de 1973, mas o ponto de inflexão para um novo alinhamento das forças de oposição à ditadura aconteceu nos primeiros dias de novembro de 1975, uma semana depois da morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do Codi-DOI paulista. Herzog era um profissional respeitado, dirigia o departamento de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo e, diante dos policiais que foram prendê-lo, à noite, na redação, prontificou-se a ir ao DOI na manhã seguinte — precisava terminar a edição do telejornal, explicou aos agentes. Às oito horas de 25 de outubro, Herzog compareceu à sede do Codi-DOI. No mesmo dia, à tarde, ele estava morto dentro de uma cela.[11] Vladimir Herzog foi assassinado sob tortura, e os militares, dessa vez, não tinham como desaparecer com o corpo — a redação inteira da TV Cultura sabia que seu diretor fora espontaneamente ao DOI. Sem alternativa, construíram a versão do suicídio: em nota oficial emitida pelo comandante do II Exército, o país foi informado de que Herzog teria se enforcado numa cela do Codi-DOI paulista, usando uma tira de pano — que ele não possuía —, com os pés no chão e as pernas curvadas.

Em 1975, as versões de suicídio divulgadas pelos militares tinham virado rotina: quase cinco meses antes da morte de Herzog, o tenente José Ferreira de Almeida também teria se suicidado na mesma cela, com outra tira de pano que não existia e na mesma posição. Pouco mais de dois meses após o assassinato de Herzog, a morte do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do Codi-DOI paulista, produziu versão idêntica. Fiel Filho foi o 39º caso de suicídio de prisioneiro político da ditadura e o 19º a se enforcar — em dois desses casos, os presos teriam se enforcado sentados.[12] O jornalista Herzog, o tenente Almeida e o operário Fiel Filho foram apanhados no arrastão de uma grande ofensiva da repressão desencadeada no início daquele ano, e comandada pelo Centro de Informações do Exército (CIE).[13] O alvo era o PCB — mais de duzentas pessoas foram presas, em São Paulo, e dezesseis dirigentes partidários foram assassinados. A ofensiva dos militares fazia parte da estratégia

de Geisel para restringir o processo de abertura e escancarar as conexões entre o PCB e os parlamentares do MDB. A morte de Herzog, contudo, fez reagir uma rede de informação liderada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que denunciou a farsa do suicídio e aglutinou o movimento de protesto contra a prisão ilegal, a tortura e o assassinato. A viúva, Clarice, e os filhos, Ivo e André, recusaram-se a sepultar o corpo em poucas horas e em silêncio, como exigiam os militares. O rabino Henry Sobel reafirmou a denúncia de que o jornalista fora assassinado, determinando que Herzog, judeu cuja família imigrara para o Brasil para escapar do avanço das tropas de Hitler sobre a Iugoslávia, fosse enterrado dentro do Cemitério Israelita de São Paulo, e não junto aos muros, na ala destinada aos suicidas.

O tiro tinha saído pela culatra. Aproximadamente 30 mil estudantes paralisaram as aulas nas principais universidades paulistas. Começou a se alinhar uma ampla frente de mobilização contra a ditadura, que reunia o MDB, o Sindicato dos Jornalistas, o movimento estudantil, a OAB, a CNBB e a ABI, e que, sem muito planejamento, se estendeu por vários dias e desaguou no culto ecumênico na catedral da Sé (ver imagem 121). Este foi concelebrado por quatro lideranças religiosas — os rabinos Henry Sobel e Marcelo Rittner, d. Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright —, além de contar com um convidado no altar-mor: o arcebispo de Olinda e Recife, d. Helder Câmara. Cerca de 8 mil pessoas desafiaram a ditadura comparecendo ao culto: ocuparam o interior da nave, as escadarias e a praça — era uma multidão silenciosa e indignada. Na mesma hora, no Rio de Janeiro, setecentos jornalistas lotaram o auditório da ABI, numa homenagem, também silenciosa, à memória de Herzog. "Há momentos em que o silêncio fala mais alto", explicou d. Helder Câmara a um jornalista, após a cerimônia religiosa. E resumiu numa frase a força do que havia acabado de acontecer: "Hoje o chão da ditadura começou a tremer. É o começo do fim".[14] D. Helder não se enganou. O culto ecumênico em memória de Herzog foi o marco a partir do qual a sociedade recuperou seu acesso ao espaço público e as forças de oposição começaram a formar um arco de alianças para dar combate à ditadura. O núcleo aglutinador da aliança oposicionista era a exigência de retorno ao estado de direito e a reivindicação dos direitos de cidadania, e, dali em diante, as oposições iriam avançar persistentemente no rumo da retomada democrática — e não na direção do projeto de abertura controlada proposto pelos generais.

O engajamento das oposições foi expresso num único slogan: "Pelas liberdades democráticas". E a ênfase da movimentação oposicionista deslocou-se da luta armada para a ocupação dos caminhos legais disponíveis de atuação política.[15] Foi a partir desse giro que os brasileiros começaram a definir como seria o caminho para reimplantar a democracia no Brasil e a reconhecê-la, ainda que timidamente, de outra maneira. Não mais como uma etapa para travar uma batalha maior — a revolução socialista, por exemplo —, mas como um objetivo a ser construído e um valor em si mesmo. A democracia era uma forma de sociedade e estava acima de qualquer regime de governo.

Demorou outros dez anos até que o último general da ditadura deixasse o Palácio do Planalto, e a redemocratização seguiu aos trancos e barrancos, mas a oposição logrou alterar os rumos da transição. Em primeiro lugar, conseguiu incorporar uma diversidade de vozes vindas da sociedade, além das organizações e grupos clandestinos de esquerda. Em segundo, a movimentação das forças políticas que ocorria no seu interior não tinha limites rígidos, e nela cabiam formas distintas de ativismo.

Uma das pontas mais ativas dessa movimentação brotou na periferia de São Paulo através de associações quase invisíveis ao governo mas típicas de uma população desassistida pelos poderes públicos: clubes de mães, grupos de moradores, comitês de saúde. As reuniões aconteciam geralmente no salão paroquial das igrejas de bairro, e contavam com a estrutura e a proteção das Comunidades Eclesiais de Base.[16] As CEBs surgiram em 1970, tornaram-se núcleos irradiadores da Teologia da Libertação, e eram compostas de pequenos grupos de fiéis formados por um agente pastoral que realizava leituras coletivas do Evangelho para despertar a consciência crítica daquela comunidade, estimulava a participação de seus membros e buscava construir uma ação efetiva pela mudança. Em meados dos anos 1970, já existiam milhares de CEBs espalhadas nas cidades e na área rural que funcionavam como celeiros de lideranças comunitárias. Essas comunidades estavam na origem dos novos movimentos sociais que emergiram na cena pública do país ao longo dessa década — Movimento do Custo de Vida, Sociedade dos Amigos de Bairro, Associações de Favelas —, e foram essenciais para organizar a participação popular em atividades de pressão política.

A discussão sobre a tolerância associada à pauta dos direitos civis entrou no debate público animada por novas formas de militância política que se organizaram durante os anos 1970: o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade: *Nós Mulheres*, *O Lampião da Esquina* e *Sinba*.[17] As publicações desses grupos eram só uma pequena parte de um fenômeno jornalístico e político muito mais amplo, cuja característica comum foi a oposição intransigente à ditadura militar — a imprensa "nanica" ou "alternativa".[18] Entre 1964 e 1980, apareceram, no Brasil, cerca de 150 tipos de publicações em formato tabloide. Muitas delas tinham diagramação ousada e texto inovador, algumas eram de tiragem irregular. Eram chamadas de "nanicas" por conta do formato e da baixa tiragem, e de "alternativas" por expressarem posições críticas contrastantes com a linha editorial dos grandes jornais do país — mas essa era uma imprensa "alternativa" também por se apresentar como opção de luta política possível numa conjuntura difícil.

A década de 1970 marcou o apogeu e a diversificação temática dessa imprensa que, de muitas maneiras, dava continuidade à tradição dos pasquins irreverentes da Regência e dos jornais anarquistas da Primeira República: manifestava apaixonadamente seus pontos de vista, buscava um novo sentido para a prática política, apresentava propostas de transformação social, cultural e comportamental. Uma parte das publicações estava alinhada com as organizações, frentes políticas ou grupos clandestinos de esquerda, como *Opinião*, *Movimento, Hora do Povo* e *Em Tempo*. Outra parte, porém, surgiu de cooperativas dos próprios jornalistas, como é o caso de *Coojornal*, *De Fato* ou *Ex*. Também havia jornais dedicados a misturar humor, comportamento e crítica social — o mais famoso, *O Pasquim*. Ou, então, dispostos a veicular o traço experimental dos novos chargistas e esquadrinhar a memória do desenho de humor no Brasil, como *O Bicho* e *Humordaz*. Não poderiam faltar nanicos iconoclastas, como *Beijo*, ou de vistosa estirpe anarquista — o *Inimigo do Rei*. Parte

do seu público estava nas universidades, com os estudantes vendo nesses jornais outra possibilidade de transformação radical — a revolução podia estar no comportamento, nos costumes, na cultura. Aliás, sucedera uma profunda mudança no movimento estudantil. Ela coube à parcela da nova geração de estudantes que se alinhou com as forças de oposição nos anos 1970, não carregava as marcas das derrotas de 1964 e de 1968, iria vivenciar as consequências da vitória do MDB em 1974, e rejeitava a violência revolucionária das organizações de esquerda que aderiram à luta armada.

A quintessência dessa geração foi uma organização trotskista que não reunia nem mil estudantes pelo Brasil afora mas soprava a brasa incandescente de todas as experimentações culturais, estéticas, comportamentais e políticas que marcaram a década de 1970. Chamava-se Liberdade e Luta, ficou conhecida como "Libelu", e tinha horror a tudo que evocasse o moralismo e o autoritarismo dos partidos comunistas de matriz stalinista. Seus militantes estavam espalhados pelas universidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia. Eram poucos, mas faziam barulho. Ouviam Rolling Stones, Pink Floyd, Lou Reed e Caetano Veloso, liam Walter Benjamin, veneravam os dadaístas. Não tinham medo da ditadura — estavam convencidos de que era a ditadura que tinha medo deles — e se utilizavam de qualquer pretexto para disparar o que ainda era só um desaforo criado por um de seus simpatizantes, o poeta Paulo Leminski: "Distraídos venceremos".[19]

Não era preciso ingressar na Libelu, porém, para perceber que tanto o movimento estudantil quanto a imprensa alternativa vocalizavam algo da subversão contracultural que chegou ao país no início dos anos 1970.[20] A ramificação brasileira do movimento de contracultura começou quatro anos após o aparecimento do Flower Power, em 1966, na cidade de San Francisco, Califórnia, e dividiu com ele seus grandes temas: o uso de drogas, em especial as alucinógenas, o pacifismo, o misticismo oriental e o modo de viver comunitário. Também adotou a indumentária transgressora que, na origem, misturava traços de vestuário do índio americano e de grupos ciganos e, no Brasil, incluiu a cultura negro-africana. O ambiente da contracultura desejava o paraíso aqui e agora, e transplantou para cá o espaço mítico da comunidade de pequena escala, articulada por laços de solidariedade, trabalho e vida em comum, bem como as experiências de arte com ela compatíveis. Toda uma geração de poetas foi ela mesma mimeografar seus versos e vender a produção em portas de cinemas, bares, museus e teatros — poemas curtos, próximos do registro de fatos e sentimentos cotidianos, e marcados pela perplexidade e pelo bom humor. Os lançamentos dos livros do coletivo Nuvem Cigana, no Rio de Janeiro, por exemplo, se fizeram espetáculo e estabeleceram um novo tipo de happening — as Artimanhas — que às vezes durava dias, incluía leituras dramatizadas dos poemas e quase sempre acabava em festa — ou na delegacia.[21]

A ação cultural ajudou a redefinir o ativismo político nas universidades e, a partir de 1977, quando voltou com força total para as ruas, o movimento estudantil fincou, em definitivo, a palavra de ordem "Pelas liberdades democráticas" nas manifestações pró-democracia. Os estudantes adoravam ir na frente, mas havia mais gente disposta a engrossar a oposição. Em agosto desse ano, durante um ato público organizado para marcar o sesquicentenário da Faculdade de Direito da USP, com o pátio da escola lotado, o professor Goffredo da Silva Telles leu a "Carta aos Brasileiros", um discurso com jeito de manifesto que fazia a defesa jurídica do estado de direito —[22] o professor foi carregado em

triunfo pelos estudantes. A Ordem dos Advogados do Brasil assumiu o discurso de Goffredo. Num encontro em Brasília, quando Geisel lhe perguntou o que queria do seu governo, o presidente da OAB, Raimundo Faoro, um advogado sem militância partidária, autor do clássico *Os donos do poder*, respondeu, sem papas na língua: "Quero muito pouco, sr. presidente: apenas a restauração do habeas corpus, a extinção dos atos institucionais e o fim das torturas nos desvãos do Codi-DOI". E completou: "Quanto mais não seja, para que Vossa Excelência não entre na história como um ditador sanguinário".[23]

A resposta de Faoro surpreendeu até Ulysses Guimarães, que, em 1975, já havia comparado o governo do general Geisel ao do ditador de Uganda, Idi Amin Dada — e quase foi cassado por isso.[24] Outra surpresa os militares teriam no ano seguinte, em 1978, com a ampla divulgação, na imprensa, do "Manifesto do Grupo dos Oito", que exibia a extensão e a visibilidade social do arco oposicionista de alianças. O manifesto alinhava um vistoso elenco de empresários em defesa da redemocratização do país: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), Paulo Villares (Indústrias Villares S.A.), Severo Gomes (Cobertores Parahyba), Laerte Setúbal Filho (Itaúsa), José Mindlin (Metal Leve), Claudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S.A.), Paulo Vellinho (Grupo Springer-Admiral).[25]

O ano de 1978 foi mesmo surpreendente. No dia 12 de maio, uma década após a repressão à greve de Osasco, cerca de 3 mil operários entraram na fábrica de caminhões Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, no entorno de São Paulo, no que parecia ser mais um dia de trabalho. Marcaram seus cartões de ponto, sentaram-se em frente às máquinas e cruzaram os braços. Duas semanas depois, 77950 trabalhadores estavam em greve em Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema — o ABCD paulista, coração industrial do país e onde se concentravam os novos setores de bens de consumo durável e de bens de capital que se expandiram durante o período do "milagre econômico".[26] Parecia ser uma greve com motivação econômica — e era. Mas também encerrava algo muito maior. São Bernardo detonou um ciclo grevista — as grandes greves de metalúrgicos de 1979 e 1980, ocorridas igualmente no ABC paulista, espalharam-se pelo país e chegaram a atingir, nos dois anos seguintes, mais de 4 milhões de trabalhadores, em quinze dos 23 estados brasileiros. O ciclo grevista seguiu praticamente ininterrupto até 1980 e estimulou movimentos coletivos em categorias profissionais diversas, como os operários da construção civil, em Belo Horizonte, os canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco e os trabalhadores rurais temporários empregados no corte de cana no interior de São Paulo — apelidados de "boias-frias" (ver imagem 129).

A dinâmica das greves e a organização dos trabalhadores em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC agregaram outras categorias e lideranças, e deram origem ao que se chamou, na época, de "novo sindicalismo" brasileiro.[27] O termo serviu para nomear um movimento sindical que, além de se opor à ditadura, lutava para se organizar numa estrutura distinta daquela gerada pelo modelo criado por Vargas: independente do Estado, capaz de negociar contratos coletivos diretamente com os empregadores e de se movimentar longe da Justiça do Trabalho. Eram sindicatos construídos a partir do chão da fábrica, que tomavam suas decisões em grandes assembleias, e provaram que, no Brasil, não era só futebol que enchia estádio — durante as greves de 1979 e 1980, as famosas assembleias no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, chegaram a reunir mais de 100 mil trabalhadores. O ciclo grevista começou em 1978 e transbordou do movimento dos

metalúrgicos para irrigar a base de dois grandes projetos que emergiram na virada da década de 1970 para a de 1980. O primeiro, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, surgiu quase como um desdobramento do "novo sindicalismo": o projeto de criação de uma central sindical de representação ampla — incluindo os trabalhadores do campo e a defesa da reforma agrária — e com gestão democrática, disposta a conquistar liberdade e autonomia para os sindicatos organizados a partir das fábricas e compromissados com uma atuação política de massa.[28] O segundo projeto, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, significava a criação de um partido de massas que se organizava de baixo para cima, estava pronto a incorporar a experiência de luta dos sindicatos operários e dos movimentos populares, e pretendia obter capilaridade social nas periferias das cidades e na área rural.[29] O PT nasceu por ação dos trabalhadores, com o objetivo de reafirmar, por meios democráticos, o papel da luta social e do princípio igualitário na transformação da sociedade brasileira. O partido encorpou depressa — espalhou-se "que nem tiririca, tinha nascido por tudo quanto é lugar", diria Lula, um de seus fundadores, em 1989.[30] Na sua origem havia uma constelação de forças políticas com dinâmicas próprias e projetos doutrinários muito diversos, e isso ajudou no aprendizado democrático de seus primeiros militantes. Além do movimento operário e sindical, o PT abrigava a ala da Igreja católica com inserção popular, sobretudo através das CEBs, os remanescentes de organizações das esquerdas armadas, os grupos trotskistas, e um reluzente punhado de artistas e intelectuais.

O PT confirmou a liderança popular de Luiz Inácio Lula da Silva, um operário, duas vezes presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que o Brasil inteiro conheceu dirigindo as greves de 1978, 1979 e 1980 (ver imagem 125). Em 1980, aos 35 anos, Lula esbanjava carisma e só queria saber de política, mas estava longe de imaginar que seria eleito, em 2002, para a Presidência da República. O ciclo grevista iniciado em 1978 também pôs em evidência os limites do projeto de abertura controlada, que não incluía a participação política dos trabalhadores. Em 1979, mal começou a greve, o Ministério do Trabalho tratou de intervir no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Ato contínuo, os patrões impediram o acesso dos operários às fábricas paralisadas e o governador do estado, Paulo Maluf, mandou a tropa reprimir piquetes, reuniões de apoio — inclusive dentro de igrejas —, comícios e manifestações de rua. A violência policial chocou-se com a versão oficial do processo de liberação política e, no fim do mês de outubro de 1979, numa passeata dos metalúrgicos, o operário Santo Dias, líder sindical e membro da Pastoral Operária, foi morto por um tiro disparado pela Polícia Militar paulista.[31]

Na greve de 1980, foi a vez de o governo do general Figueiredo deixar a retórica de lado e exibir a força da repressão. Correu mundo a cena do voo rasante de dois helicópteros do Exército com as portas abertas e oito soldados armados em cada um, apontando metralhadoras para a multidão que lotava o Estádio de Vila Euclides. Em São Bernardo, tropas militares ocuparam a sede do sindicato, a praça da Matriz e o próprio Estádio de Vila Euclides. As empresas estavam proibidas de negociar com os grevistas e quinze lideranças sindicais foram presas — entre elas, Lula.

NA RUA, DE BLUSA AMARELA

O recuo repressivo fazia parte da dinâmica do projeto de abertura controlada, cuja efetivação ocorria de forma dosada e em zigue-zague. Mas Geisel cumpriu suas promessas: à meia-noite de 31 de dezembro de 1978, o AI-5 foi extinto. No fim desse mesmo ano, o governo emplacou uma versão revista da Lei de Segurança Nacional, com a redução na tipologia dos crimes contra a segurança do Estado e a atenuação das penas. Em contrapartida, criou um conjunto de medidas francamente autoritárias que poderiam ser acionadas pelo Executivo sem necessidade de autorização legislativa, e que permitiam ao governo suspender garantias legais, bem como decretar estado de sítio, nomear governadores e praticar censura. Eram as "salvaguardas do Estado".

Ainda em dezembro de 1978, Geisel tomou a primeira providência concreta para promover a reconciliação política e revogou o decreto de banimento de 120 exilados políticos. Em junho de 1979, o general João Figueiredo, seu sucessor, deu prosseguimento à estratégia de avanço e recuo: enviou ao Congresso Nacional o projeto do governo para concessão de anistia. O Brasil tinha algo em torno de 7 mil exilados, oitocentos presos políticos, e precisaria de mais algum tempo para descobrir quantos brasileiros foram mortos ou continuam desaparecidos por ação de autoridade pública entre 1964 e 1985 — numa estimativa recente, cerca de 434 pessoas.[32]

A reivindicação de anistia, porém, era antiga, e a campanha começou em 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em São Paulo, por iniciativa de Therezinha Zerbini, uma advogada valente, casada com o general Euryale Zerbini, ele próprio um militar legalista que resistiu ao golpe de 1964 e foi forçado à reserva.[33] Os núcleos do MFPA se espalharam pelo Brasil, receberam apoio do PMDB e da Igreja católica, e animaram os exilados a se agregarem em torno de uma bandeira comum — em 1979, existiam por volta de trinta comitês pela anistia em funcionamento no exterior, os mais ativos em Portugal, na França e na Suíça. Era uma questão de tempo para que as forças de oposição compreendessem que a reivindicação de anistia estava na raiz do processo de construção da democracia brasileira. Em fevereiro de 1978, no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). E o que até então se apresentava como uma medida de justiça restaurativa se transformou numa afirmativa de direitos — a "face imprescindível das liberdades democráticas", sublinhou a Carta de Princípios do CBA paulista, criado em maio de 1978.

Os CBAs foram a senha para o início de um movimento memorável — a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita —, que unificou as forças de oposição, reuniu artistas e intelectuais, ganhou a opinião pública, e transbordou para a rua em passeatas, comícios e atos públicos. A campanha gerou todo tipo de manifestação, mas a certeza de que a reivindicação por anistia se tornara mesmo popular veio na tarde de 11 de fevereiro de 1979, no Estádio do Morumbi, em São Paulo. Nesse dia, durante um clássico entre Santos e Corinthians, a torcida Gaviões da Fiel abriu, nas arquibancadas, uma faixa gigantesca, que foi levada ao ar pelas emissoras de televisão e apareceu estampada nas primeiras páginas dos jornais do dia seguinte. Na faixa corintiana estava escrito, em grandes letras vermelhas: "Anistia ampla, geral e irrestrita" (ver imagem 124).[34]

O projeto de lei que o general Figueiredo enviou ao Congresso quem sabe significou uma

tentativa de recomposição do ambiente político, mas era também uma medida de conciliação pragmática.[35] Trazia de volta os exilados — Brizola e Luís Carlos Prestes, inclusive —, libertava presos e permitia aos clandestinos reassumir sua identidade. Prescrevia, contudo, uma anistia limitada, restrita e recíproca. Não incluía 195 presos políticos condenados por ações armadas — denominadas pelos militares "crimes de sangue" — nem assegurava reversão aos postos ocupados por quem perdera o emprego ou fora aposentado no serviço público por força da ditadura. Nos dois casos, a lei teve conserto. Grave — e até hoje sem conserto — era a cláusula de reciprocidade que estendia a concessão de anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos. Foi essa cláusula que aprovou a impunidade para os militares e, mais de trinta anos depois, continua impedindo a responsabilização individual dos coautores dos crimes praticados pelo Estado durante a ditadura, incluindo tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. A Lei da Anistia garantiu a segurança jurídica da caserna e tornou as Forças Armadas inimputáveis. Mesmo assim, não foi suficiente para bloquear a reação de setores intramilitares contrários ao projeto de liberalização política — em especial do núcleo de oficiais envolvidos com a burocracia da violência e incrustados na máquina de repressão. Essa foi a terceira razão para os apuros enfrentados pela dupla Geisel-Golbery — e, em seguida, por Figueiredo —, no esforço de controlar o processo de transição. Além das dificuldades para evitar a politização da sociedade brasileira e para neutralizar o posicionamento da oposição, os generais tiveram de lidar com mais uma ordem de problemas — a contestação dos quartéis.

Aqueles que estavam envolvidos com a burocracia da violência construíram seu próprio discurso para justificar a prática concreta da repressão e reagiram fortemente ao projeto de abertura controlada: eles precisavam defender sua identidade política e não aceitavam o descarte de seu papel institucional.[36] Os primeiros sinais de descontentamento apareceram na forma de panfletos que circularam nos quartéis entre 1975 e 1985, com ataques à estratégia de liberação política e inúmeras acusações ao general Golbery. O desembaraço dos militares descontentes com a abertura e envolvidos com a prática da repressão era um problema e tanto para as Forças Armadas, e um desastre para um governo que dependia da coesão dos quartéis se quisesse controlar o ritmo das mudanças. Para piorar a situação, quando esses militares decidiram abrir guerra contra o processo de abertura, eles tinham nas mãos uma arma poderosa: a máquina de repressão. O assassinato de Herzog foi visto por Geisel como uma provocação ao governo e um escândalo; a morte de Fiel Filho, menos de três meses depois, equivalia a um manifesto político e a uma exibição de força diante da Presidência da República. Geisel era capaz de justificar de público a funcionalidade da tortura — "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária para obter confissões", declarou, num depoimento histórico, aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) —,[37] mas não admitia indisciplina ou desafios à sua autoridade presidencial. A morte de Fiel Filho guardava todos esses componentes; por isso o presidente demitiu ostensivamente o chefe do CIE, exonerou o comandante do II Exército e, a contragosto, deixou o país entrever uma rachadura da ordem militar.[38]

Geisel reagiu às mortes ocorridas no Codi-DOI paulista, mas evitou golpear a máquina de repressão. Afinal, ela era parte do centro de poder do Estado, às vezes necessária e, no caso de seu governo, conveniente. Ele garantiu a impunidade dos responsáveis pelos crimes, fez

vista grossa às denúncias de tortura, e a violência política continuou a acontecer: 24 pessoas assassinadas, 51 desaparecidas e 1022 denúncias de tortura registradas.[39] Num curto espaço de tempo, morreram três das lideranças civis com atuação política anterior ao golpe de 1964: JK, Jango e Carlos Lacerda. Juscelino Kubitschek não escapou de um acidente de carro, na via Dutra, a rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, em agosto de 1976. João Goulart amanheceu morto em sua fazenda, na Argentina, vitimado por um suposto ataque cardíaco, em dezembro do mesmo ano. Carlos Lacerda faleceu em maio de 1977, no Rio, um dia depois de se internar para exames na Clínica São Vicente, com sintomas de gripe. Em 2014, peritos da Polícia Federal convocados pela Comissão Nacional da Verdade comprovaram que a morte de JK resultou do acidente. Já no caso de Jango e de Lacerda, as suspeitas de assassinato por envenenamento executado pelos órgãos de repressão não foram dissipadas até hoje.[40]

Com a impunidade, cresceram as dificuldades do governo. Entre 1976 e 1981, os setores intramilitares envolvidos com a burocracia da violência saíram da sombra dos quartéis e protagonizaram uma escalada terrorista que incluiu atentados a bomba contra jornais, livrarias, universidades e instituições identificadas com a oposição, e ainda sequestros e espancamento de opositores.[41] Entre os meses de agosto e setembro de 1976, bombas foram detonadas ou encontradas e desativadas a tempo nas sedes da CNBB, OAB e ABI — além da que explodiu na casa do empresário Roberto Marinho, proprietário do jornal *O Globo* e da TV Globo, a mais poderosa rede de televisão do país e forte aliada do governo Geisel. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, d. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, foi sequestrado — abandonaram-no, nu e amarrado, no meio da rua, em Jacarepaguá, no subúrbio carioca. Nos primeiros oito meses de 1980, já no governo do general Figueiredo, registraram-se 46 atentados terroristas. Bancas de jornais que vendiam publicações da imprensa alternativa foram explodidas durante a madrugada, o jurista Dalmo Dallari sofreu um sequestro em São Paulo, uma bomba foi desovada no quarto de hotel onde estava hospedado Brizola, e a casa do líder camponês Manuel da Conceição amanheceu depredada. No dia 27 de agosto, véspera do primeiro aniversário da Lei da Anistia, três bombas foram detonadas em menos de doze horas, no centro do Rio: a primeira destruiu a oficina onde era impresso o jornal *Tribuna da Luta Operária*; a segunda, na Câmara Municipal, deixou seis pessoas feridas; a terceira explodiu na sede do Conselho Federal da OAB, mutilando o servente José Ribamar e matando a secretária da entidade, Lyda Monteiro da Silva.

E então, na noite de 30 de abril de 1981, algo deu errado e uma bomba explodiu antes da hora no colo do sargento paraquedista Guilherme Rosário, dentro de um automóvel Puma cinza-metálico conduzido pelo capitão de infantaria Wilson Machado, no estacionamento do pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro (ver imagem 127). O sargento morreu; o capitão ficou ferido, teve sorte e sobreviveu. Ambos serviam no DOI do I Exército, o Puma levava outras três bombas e duas granadas, e a dupla fazia parte de um combinado de quinze militares do DOI e do CIE, distribuídos em mais seis carros e encarregados de executar um atentado terrorista de grande envergadura. Se o atentado tivesse sucesso, o horror ia ganhar a forma do Riocentro. Naquela noite, o pavilhão abrigava uma plateia de 20 mil pessoas, reunidas num show de música pelo Dia do Trabalho com trinta dos maiores artistas brasileiros, promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade vinculada à oposição. Os militares pretendiam detonar uma bomba na miniestação de

energia, deixando o lugar às escuras, e outras duas em área próxima ou no meio da plateia — e das trinta portas e saídas de emergência do pavilhão, 28 estavam trancadas com cadeado. A responsabilidade pelo atentado seria atribuída à Vanguarda Popular Revolucionária, um grupo armado da esquerda revolucionária dizimado pelo Exército havia mais de dez anos.

O general Figueiredo soube desse plano com um mês de antecedência — e não fez nada para impedir o atentado.[42] Impossibilitado de limpar a área do Riocentro antes da chegada da imprensa, o Exército teve de reconhecer a identidade dos militares que estavam no Puma, mas alegou razões de segurança nacional para não fornecer nenhum outro esclarecimento. Também emitiu nota oficial com uma versão que não convenceu ninguém: os dois militares haviam se acomodado no carro sem notar a bomba — uma lata de 2,5 litros cheia de TNT —, que teria sido colocada embaixo do banco dianteiro por militantes da esquerda armada. A Presidência da República sustentou a versão oficial, além de controlar de perto as investigações e os resultados do Inquérito Policial Militar. Ninguém foi incriminado, o sargento Rosário e o capitão Machado tornaram-se vítimas, e o caso acabou arquivado.

No campo da política, o governo do general Figueiredo se encerrou aí. O desgaste, que já era visível, ficou evidente na apuração do Riocentro e paralisou a capacidade de comando do Executivo sobre o projeto de abertura. Já as forças de oposição trataram de arranjar um jeito de empurrar novamente a população para as ruas.[43] Só precisavam encontrar um tema que mobilizasse a sociedade, e, em 1983, as lideranças do PMDB e do PT decidiram exigir a mudança nas regras da sucessão do general Figueiredo, mediante a aprovação de emenda constitucional que restabelecesse o voto popular nas eleições para presidente da República. A emenda estava formalizada no Congresso Nacional desde março daquele ano. Foi iniciativa de um deputado quase desconhecido — Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso. Tinha quinze linhas e alta probabilidade de ser arquivada, mas foi pinçada pela Executiva Nacional do PMDB. A Emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida, levou à formação de uma frente suprapartidária que reuniu partidos políticos — PMDB, PT, PDT e até o PTB —, entidades sindicais e movimentos populares, e abriu uma dissidência inédita dentro da base parlamentar do governo. Para completar, ela também se transformou no centro estratégico da maior mobilização cívica da história republicana do país.[44]

A tendência em favor das eleições diretas até crescia depressa na sociedade e entre as forças de oposição, mas a possibilidade de mudança nas regras da sucessão era nula. O governo tinha maioria no colégio eleitoral de 660 integrantes e no Congresso Nacional: uma emenda constitucional exigia quórum qualificado de dois terços — 320 votos — para ser aprovada. Só um fato extraordinário poderia romper com as regras que impunham a vitória de um candidato eleito pelo voto indireto para a sucessão do general Figueiredo, e as oposições se encarregaram de criá-lo. A campanha com o lema "Diretas Já" começou timidamente, em junho de 1983, com um comício em Goiânia, que reuniu cerca de 5 mil pessoas e demonstrou a viabilidade de um movimento de massas orientado para exigir do Congresso Nacional a aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

A oposição contava com algumas vantagens. O desgaste do Executivo junto à população, agravado pela explosão inflacionária — 211% em 1983 — e pelo arrocho salarial, era uma delas. A outra vinha por conta dos escândalos financeiros que corroeram a credibilidade do governo do general Figueiredo e de seus auxiliares diretos: as fraudes do Grupo Delfin, a

maior sociedade de crédito imobiliário do país; o desvio de dinheiro público para o conglomerado financeiro Coroa-Brastel, escândalo que envolveu os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, além do presidente do Banco Central, Carlos Langoni; as irregularidades na negociação do pagamento de uma dívida da Polônia com o Brasil que teriam beneficiado funcionários da Secretaria de Planejamento, caso que ficou conhecido como "o escândalo das polonetas".[45]

A oposição contava ainda com o saldo das eleições de 1982, a primeira eleição direta para governador desde 1965. O PMDB elegeu governadores em nove estados, incluindo os mais ricos — São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Além disso, e para infelicidade dos militares, Leonel Brizola estava de volta, liderava o PDT e havia sido eleito governador do Rio de Janeiro, apesar da tentativa de fraude na apuração dos votos, que, caso fosse bem-sucedida, deveria dar a vitória ao seu adversário, Moreira Franco, do PDS. O "escândalo da Proconsult", como a fraude ficou conhecida, foi obra do SNI e da Polícia Federal, contou com a boa vontade das Organizações Globo — jornal e TV —, que divulgaram para a opinião pública os resultados de uma apuração fraudulenta, e se concretizaria através da Justiça Eleitoral.[46]

Brizola desconfiou da apuração, fez um escarcéu e ganhou a eleição duas vezes — uma no voto e outra na marra, como ele gostava de dizer. Com o controle de dez estados-chave da federação e apoio da população, a oposição dispunha de recursos e de capacidade de articulação. O sinal de que aquele seria mesmo um movimento diferente surgiu em fevereiro de 1984, quando Ulysses Guimarães, Lula e o presidente do PDT, Doutel de Andrade, saíram juntos pelo Brasil liderando a Caravana das Diretas — percorreram 22 mil quilômetros, passaram por quinze estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e reuniram quase 1 milhão de pessoas. A campanha das Diretas Já tinha dimensão cívica, natureza republicana e jeito de festa. Foi concebida toda em amarelo, ideia do editor Caio Graco Prado — filho do historiador Caio Prado Jr. —, que apostava numa mobilização alegre como um girassol e sustentada pela criatividade. Acertou em cheio. As pessoas iam para as ruas vestindo camiseta amarela; jornalistas da TV Globo compareciam ao trabalho com gravatas de intenso amarelo, em protesto contra a decisão da direção da emissora de ignorar os comícios e as manifestações de massa, e o artista plástico Alex Chacon criou o Dragão das Diretas, uma coloridíssima escultura de quinze metros, feita de bambu, chitão e papel machê, que era vestida por nove pessoas e saía rodopiando pelas ruas. Até acontecer a campanha das Diretas, a direção da Rede Globo acreditava que um fato não noticiado em seus telejornais era um fato inexistente — e a emissora tomou um susto inesquecível quando percebeu a força do movimento e se viu obrigada a correr atrás e cobrir os comícios. Mas nem a TV Globo nem os partidos de oposição, nem mesmo Ulysses Guimarães, que se tornaria o Sr. Diretas, nada fazia prever a onda dos gigantescos comícios que se seguiram. O primeiro, em Belo Horizonte, reuniu cerca de 300 mil manifestantes na praça Rio Branco; o segundo, no Rio de Janeiro, levou 1 milhão de pessoas para a Candelária; o último, em São Paulo, bateu a marca de 1,5 milhão de participantes.

O palanque desses comícios reunia as principais lideranças da frente suprapartidária — Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro —, e os discursos eram acompanhados por uma multidão eufórica e comovida. Por outro lado, o engajamento de intelectuais do porte de Antonio Candido, Lygia Fagundes Telles e Celso Furtado, de jogadores de futebol como Sócrates e Reinaldo, e

de artistas como Chico Buarque, Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Juca de Oliveira, Fernanda Montenegro e Fafá de Belém foi decisivo para difundir as representações e os ideais de um projeto democrático. A campanha era tão grandiosa que acendeu na população a esperança de vitória.

Mas, se o governo dos militares havia se desgastado, sua base de apoio político ainda não se desagregara, e as Forças Armadas estavam dispostas a agir para evitar o rompimento das regras do jogo sucessório. A Emenda Dante de Oliveira foi votada na madrugada de 26 de abril de 1984, num pesado clima de apreensão. Brasília e dez cidades em Goiás estavam sob as Medidas de Emergência decretadas pelo general Figueiredo: a capital da República, sitiada, o Eixo Monumental, ocupado por 6 mil soldados do Exército, e o Congresso Nacional, cercado pelas tropas do Comando Militar do Planalto. E, embora os votos favoráveis tenham sido em maior número, a emenda foi rejeitada, por não obter maioria qualificada de dois terços. Recebeu 298 votos a favor, 63 votos contrários e três abstenções. Cento e treze deputados se ausentaram. Faltaram 22 votos. Eram os deputados do partido governista soterrando a possibilidade de uma transição política que fugia ao seu controle.

ENTRANDO NO JOGO DA DEMOCRACIA (MAS COM DIFICULDADE)

Com a confirmação da derrota, a frustração popular foi imensa — as pessoas que se reuniram em vigílias cívicas para acompanhar o resultado da votação choravam diante do Painel das Diretas. Na eventualidade de ocorrerem eleições pelo voto direto, o candidato oposicionista seria mesmo Ulysses Guimarães. Sua candidatura era praticamente imbatível, dispunha de base popular, e poderia reordenar o centro de poder político no país. A sucessão pela via indireta, ao contrário, tirava de Ulysses todas as chances, e as lideranças do PMDB firmaram um acordo. O partido iria disputar a Presidência da República nas duas circunstâncias, mas, no colégio eleitoral, o candidato escolhido seria outro: o então governador de Minas, Tancredo Neves (ver imagem 126).

É certo que Ulysses resistiu à derrota da Emenda Dante de Oliveira — queria manter a pressão das ruas e cavar no Congresso outra oportunidade para virar as regras do jogo da sucessão. Mas é certo também que Tancredo sonhava ser candidato de qualquer maneira e, em mais de uma ocasião, atropelou a campanha das Diretas Já. Em abril de 1984, por exemplo, às vésperas da votação no Congresso — quando havia um acordo entre as oposições de que só se trataria de outras alternativas depois de ter ocorrido a votação —, Tancredo chamou a imprensa e afirmou que aceitaria de bom grado liderar uma negociação com as forças do governo, com os generais e com o próprio Palácio do Planalto — "se para isso recebesse delegação do PMDB", completou, prudentemente.[47]

Ao contrário de Ulysses Guimarães, sempre disposto a se encrespar com os militares, Tancredo era até simpático aos olhos do general Figueiredo e de sua base de apoio, mas, justiça lhe seja feita, não enganou ninguém: era um político de tendências moderadas que desde 1964 atuava em oposição à ditadura. Não fora cassado nem privado de seus direitos políticos, e a oposição conservara uma liderança astuta e experiente: elegeu-se deputado federal nas décadas de 1960 e 1970, senador de 1978 a 1982, e, nesse mesmo ano, governador de Minas. Tinha 51 anos de vida pública — começou como vereador, em São João del-Rei — e uma trajetória impecável: ministro da Justiça no segundo governo de Vargas e primeiro-ministro durante o parlamentarismo no governo de João Goulart. Tancredo nunca abriu mão de sua lealdade a quem o fez político nacional.[48] E era um mestre na arte de fazer política à moda de Minas: um negociador habilidoso, que sabia a hora de sair da sombra e agarrar a oportunidade.

É difícil dizer se Tancredo simplesmente não acreditava na aprovação da emenda pelas eleições diretas, ou se seu propósito era mesmo equilibrar-se numa gangorra, disfarçando o interesse e empenhando-se nos comícios, enquanto preparava o terreno para o dia seguinte à votação. Seja como for, ele estava certo de que seria bem-sucedido se construísse uma candidatura conciliatória. Era só fazer as contas, deve ter pensado: os 298 votos dados às Diretas Já apontavam para um número superior às bancadas da oposição, indicavam que existia uma fratura na base parlamentar do governo e sugeriam que a dissidência poderia ser ampliada. Foi esse o horizonte estratégico de Tancredo: apostar no colégio eleitoral como a arena principal da disputa sucessória, investir no esforço de cooptação de aliados entre os parlamentares do PDS com o objetivo de quebrar a base parlamentar do governo e abrir suas próprias linhas de negociação com os militares.[49] As circunstâncias trabalharam a seu favor. Primeiro, o general Figueiredo travou a escolha do candidato governista e

rechaçou todos os nomes do PDS que se apresentaram à sucessão — além de alimentar a hipótese de espichar o próprio mandato. Segundo, não havia um nome capaz de unir a base governista e dar sobrevida ao projeto de abertura controlada dos militares, e o PDS se esfacelou numa disputa fratricida. Terceiro, o candidato escolhido pelo partido, Paulo Maluf, era um desastre. Maluf foi produto da ditadura: um político voraz e reacionário, que deixava um rastro de acusações de corrupção por onde passava — a prefeitura e o governo de São Paulo —, e desembarcou em Brasília, em 1983, como o deputado mais votado do seu estado. Tinha seu próprio método para fazer amigos, influenciar convencionais do PDS e se tornar presidente da República: trabalhava agressivamente o voto de cada delegado, loteava cargos, distribuía presentes e fazia generosas promessas para o futuro.

Nem tudo aconteceu como Tancredo queria, mas ele calculou corretamente que tinha mais chance de ganhar que de perder. Conseguiu fechar um acordo que parecia impossível com a base parlamentar governista e criou a dissidência de onde tiraria os votos necessários para vencer no colégio eleitoral. A Frente Liberal implodiu o PDS e deu origem, ainda em 1985, ao Partido da Frente Liberal (PFL), de traço conservador e irrefreável vocação adesista.[50] Tancredo também não descuidou dos quartéis. Fez contato direto com o general Geisel, que, mesmo na reserva, continuava respeitado entre os militares. E anunciou, numa carta pública, que seu governo não faria perguntas às Forças Armadas — nem sequer para investigar os crimes da ditadura. Além de abrir os braços para os dissidentes do PDS, Tancredo costurou uma aliança política capaz de acomodar as diferentes forças que o apoiavam, como o PMDB, o PDT, o PTB e até os comunistas do PCB — a Aliança Democrática.[51] Deu ao seu programa um tom de mudança de governo e não de ruptura do sistema político, mas manteve os três pontos considerados essenciais pela oposição para concretizar o projeto de redemocratização do país: eleições diretas em todos os níveis, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e promulgação de uma nova Constituição. Tancredo escolheu para vice o senador maranhense José Sarney, que chamou os jornalistas e anunciou que estava renunciando à presidência do PDS para ingressar na Aliança Democrática. Adotou o slogan "Muda Brasil", saiu pelo país promovendo a candidatura e não negligenciou nenhuma demonstração de apoio.

Conformado, Ulysses Guimarães dizia que Tancredo ia concorrer às eleições indiretas para chegar ao poder e acabar para sempre com as eleições indiretas.[52] Tinha certa razão, mas não conseguiu convencer o PT a passar recibo no que o partido classificava de transição conservadora nem a participar do colégio eleitoral. Mas, agindo a seu modo, Tancredo encerrou o governo dos generais. Em 15 de janeiro de 1985, foi eleito — e com ele Sarney — presidente da República, com uma votação extraordinária: 480 votos contra 180 de Maluf. Tinha só três meses até a posse para consolidar a vitória, montar o novo governo e materializar a retórica da Nova República, um projeto de transição ambíguo, que incluía uma solução política conservadora e uma alternativa de mudança conciliatória, mas não era nada desprezível: estava orientado para avançar na reconstrução democrática e buscar a estabilização econômica e a estabilidade institucional.

Na véspera da posse, Tancredo foi internado no Hospital de Base, em Brasília, e submetido a uma cirurgia de emergência. Ele tinha 75 anos, sabia que estava doente, escondeu isso de seus interlocutores mais próximos e avaliou que conseguiria assumir o cargo na data prevista — só depois iria procurar ajuda médica. Tancredo tinha pesadelos diários com a possibilidade de os generais encontrarem um modo de impedir sua posse e

receava que um afastamento para cuidar da saúde lhes servisse de pretexto. Qualquer doença era tabu para os homens públicos da época, e os militares poderiam alegar que um tratamento longo ou curto era incompatível com o governo do país. Deu tudo errado. A cirurgia ocorreu num hospital sem condições de assepsia, o quadro de infecção generalizada já estava instalado, os médicos foram negligentes e o estado do paciente era grave. Tancredo nunca tomaria posse. Piorando a cada dia, ele foi transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, e submetido a novas cirurgias — sete, no total. No dia 21 de abril, sua morte foi anunciada ao país.[53]

Enquanto Tancredo enfrentava a primeira cirurgia e o Brasil entrava em estado de choque, o PMDB agiu para garantir a transmissão de cargo. A Constituição determinava que a sucessão seguisse do presidente para o vice-presidente e, na falta deste, para o presidente da Câmara dos Deputados — no caso, Ulysses Guimarães. Por uma única vez, o general Figueiredo e o grupo dos autênticos do PMDB se puseram de acordo: se Tancredo não havia assumido, seu sucessor legal era Ulysses Guimarães. Mas Ulysses recusou. Alegou o prognóstico dos médicos de que Tancredo estaria em condições de tomar posse em 48 horas — divulgado pelo secretário particular de Tancredo, Aécio Neves, pela televisão. E insistiu para que Sarney assumisse e exercesse temporariamente o governo. Convenceu todo mundo.[54]

Não há jeito de saber como seria um governo presidido por Tancredo, é claro, mas a Nova República começou num clima de muita frustração e pouca novidade. Sarney se aproximara da ditadura em 1964: em 1965 fora eleito por voto direto governador do Maranhão e, em 1970, voltara a Brasília como senador pela Arena. Pulara do barco na última hora, e tinha uma impressionante facilidade para mudar de matiz e se adaptar a qualquer corrente ideológica, desde que fosse mantido exatamente onde queria estar: no poder. No Maranhão, era poderoso e onipresente — e assim permaneceria até 2014. Como outros políticos brasileiros, Sarney encarnava um novo tipo de coronel, que, se já não vive no velho sistema da Primeira República, conserva algumas de suas práticas: inadaptação às regras democráticas, convicção de estar acima da lei, incapacidade de distinguir o público do privado, e uso do poder para conseguir empregos, contratos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela.[55]

A oposição não ia ter vida fácil no seu governo. Ministros entravam e saíam dos cargos, à medida que ele manobrava sem muita cerimônia para compor uma nova base de sustentação política formada por quem estivesse disposto a apoiá-lo — independentemente do compromisso com o projeto de transição elaborado por Tancredo. Os embates entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional se tornariam frequentes com o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte.[56] Enquanto Ulysses Guimarães, na presidência da Constituinte, tentava coordenar um malabarismo entre o compromisso do PMDB com o avanço da redemocratização, a plataforma democrático-popular do PT e as forças conservadoras muito conscientes dos seus interesses, Sarney seguia em direção contrária: utilizava práticas e acordos fisiológicos para estender o próprio mandato e garantir sua permanência por cinco anos na Presidência da República, e tratava de esvaziar o que restava da identidade programática da Nova República.

A Assembleia Constituinte instalou-se em 1° de fevereiro de 1987, e a Constituição foi promulgada no ano seguinte, em 5 de outubro de 1988. O novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da

democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros — não por acaso, foi batizada de "Constituição Cidadã". É a mais extensa Constituição brasileira — tem 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias — e está em vigor até hoje.[57] Além do próprio Ulysses Guimarães, sua redação pôs em cena um elenco notável de parlamentares: Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, José Serra, Lula, Mário Covas, Plínio de Arruda Sampaio. Também é a única que foi escrita no decorrer do mais democrático debate constitucional da história do país.

Durante um ano e oito meses o Congresso se transformou no centro da vida pública nacional, e a sociedade se organizou para participar do debate constitucional em associações, comitês pró-participação popular, plenários de ativistas, sindicatos. Surgiram inúmeras formas de manifestação. A mais inovadora, as "emendas populares", abarcava todo tipo de tema, e funcionou como um instrumento de democracia participativa — no fim do processo, foram encaminhadas 122 emendas populares à Constituinte, contendo mais de 12 milhões de assinaturas.

Como o Brasil e como a própria democracia, a Constituição de 1988 também é imperfeita. Envolveu movimentos contraditórios e embates formidáveis entre forças políticas desiguais, e inúmeras vezes errou de alvo. Conservou intocada a estrutura agrária, permitiu a autonomia das Forças Armadas para definir assuntos de seu interesse, derrubou a proposta da jornada de trabalho de quarenta horas, manteve inelegíveis os analfabetos — embora tenha aprovado seu direito de voto. E, fruto de seu inevitável enquadramento histórico, nasceu velha em seus capítulos sobre o sistema eleitoral e em sua ânsia de regular as minúcias da vida social. Mas a Constituição de 1988 é a melhor expressão de que o Brasil tinha um olho no passado e outro no futuro e estava firmando um sólido compromisso democrático. Foi assinada por todos os partidos — inclusive o PT. Ela é moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais, empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação popular e direta, e determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão e a exigir políticas públicas voltadas para enfrentar os problemas mais graves da população. E, quando Ulysses Guimarães apresentou o texto final, que deveria ser promulgado pelo Congresso com "ódio à ditadura. Ódio e nojo",[58] como ele próprio declarou no *Jornal do Brasil*, a Constituição de 1988 deu início a um período consistente e duradouro de vigência das liberdades públicas e de solidez das instituições democráticas. Desde então, no Brasil, todas as eleições presidenciais foram vencidas nas urnas, nenhum mandato foi interrompido e nenhuma vitória eleitoral foi contestada.

Mas tudo tem seu preço. A maratona da Constituinte dividiu o PMDB em dois grandes grupos, autodenominados Progressistas e Centro Democrático, o chamado "Centrão", um bloco conservador que, a rigor, ia além do próprio partido. O antigo PMDB das lutas contra a ditadura se esfarelou. O Centrão levava quase a metade da bancada, expressava nova correlação de forças, e tornou o partido refém do enorme poder de barganha que o governo Sarney soube usar muito bem. Era o início de um processo de remodelação conservadora no PMDB, que o levaria a enrolar suas bandeiras históricas e faria do fenômeno do "peemedebismo"[59] sua principal característica até hoje: a formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo — seja ele qual for e seja qual for o partido

a que esse governo pertença. O racha interno foi inevitável e, em junho de 1988, em Brasília, um grupo de dissidentes da ala esquerda do PMDB anunciou a criação de um novo partido: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Como a quase totalidade dos partidos brasileiros, o PSDB também foi criado por políticos profissionais, e sua bancada inaugural reunia oito senadores e quarenta deputados representando dezessete estados da federação.[60] Seu símbolo: um tucano — ave brasileira de peito amarelo, lembrando a cor da campanha das Diretas Já. Confluíram para o novo partido tanto os socialistas democráticos quanto os liberais progressistas, e os compromissos assumidos pelo PSDB refletiram essa composição: consolidação da democracia brasileira, defesa do parlamentarismo, reforma do Estado de modo a torná-lo ágil, transparente e acessível ao controle público, privatização de determinadas empresas estatais, abertura controlada ao capital internacional e enfrentamento do atraso tecnológico do país em vários e diferentes setores da economia — em especial, na indústria microeletrônica. Apesar do nome, não se firmaria propriamente um partido social-democrata à moda europeia — faltaram os laços com o movimento sindical e popular. Sua base política mais expressiva estava em São Paulo, de onde vinham alguns de seus parlamentares mais ilustres — entre eles, Franco Montoro, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas —, e, com os quadros que possuía, o partido já nasceu capacitado a ocupar uma posição central no jogo político. A aceitação entre os setores médios urbanos foi imediata, e o crescimento eleitoral, rápido.

Ainda assim, não dava para imaginar que, seis anos depois, o PSDB veria um de seus melhores quadros políticos — o sociólogo Fernando Henrique Cardoso — na Presidência da República (ver imagem 130). Nascido no Rio de Janeiro, mas com alma de paulista, Fernando Henrique fez carreira acadêmica na Universidade de São Paulo, foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5, exilou-se no Chile, e lecionou na Europa e nos Estados Unidos. Em 1969, de volta ao Brasil, reuniu-se com outros 27 intelectuais e, juntos, criaram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) — um núcleo de pesquisa formidável, que se tornou referência no estudo dos problemas políticos, sociais e econômicos do país.[61] Fernando Henrique se envolveu com política a vida inteira, mas só pensou em se candidatar a um cargo público em 1983, meio a contragosto da mulher, Ruth Cardoso, uma antropóloga com luz própria e opiniões firmes — achava que o marido teria mais peso como intelectual independente. Talvez ela estivesse enganada. Eleito senador pelo PMDB, o sociólogo acabou se fortalecendo o suficiente para se apresentar como alternativa de poder — com ele, a geração que lutou contra a ditadura chegaria, pela primeira vez, à Presidência da República.

Enquanto Ulysses Guimarães fazia seu discurso na sessão de promulgação da Constituição e o PSDB tomava forma, o governo Sarney ia de mal a pior: inflação alta, índice decrescente de popularidade, aumento das denúncias de corrupção. O desgaste tinha origem no fracasso do primeiro plano de estabilização econômica — o Plano Cruzado. Em 1986, com um governo postiço, a taxa de inflação batendo em 16% só no mês de janeiro e o senador Fernando Henrique Cardoso criticando pelos jornais a ineficácia da política econômica da Nova República, Sarney precisava de um plano de combate à inflação forte, simples e que funcionasse rápido.

O Plano Cruzado era isso tudo e parecia varinha mágica.[62] Trocava a velha moeda, o cruzeiro, por uma nova, o cruzado, que nascia com três zeros a menos — mil cruzeiros

equivaliam a um cruzado —, criava o seguro-desemprego, garantia um abono salarial de 8% e um aumento de 15% do salário mínimo, e instituía um gatilho salarial que deveria disparar e corrigir os salários se a inflação acumulada chegasse a 20%. Para completar, estabelecia o congelamento total de preços, tarifas e serviços. A inflação cedeu, o poder de compra da população aumentou, e Sarney capitalizou o resultado. Com uma tabela de preços fixos e válidos para todo o país e uma máquina de calcular nas mãos, as pessoas podiam programar o orçamento, reformar a casa, consumir mais ou viajar para o exterior — o futuro parecia ótimo. E a população se sentiu diretamente envolvida nos rumos da economia: foi para os supermercados fiscalizar os preços, denunciar as irregularidades e impedir remarcações — eram "fiscais do Sarney". Mas havia problemas: o plano tinha prazo de validade, sua engenharia demandava ajustes a curto prazo e alguns deles seriam impopulares — liberar os preços, cortar gastos, diminuir o consumo. Sarney, que andava encantado com a popularidade e com os benefícios políticos que poderia obter, deixou tudo como estava e esticou o congelamento até as eleições para governador, em novembro de 1986. O resultado foi impressionante. Numa ponta, o PMDB se assumiu governista, elegendo a maior bancada do Congresso e 21 dos 22 governadores dos estados — a exceção foi Sergipe. Na outra ponta, o Plano Cruzado se esfarinhou: os produtos sumiram das prateleiras, e a Polícia Federal fez papel ridículo ao anunciar a Operação Boi Gordo para confiscar gado retido nas fazendas e levar a carne bovina e o leite de volta à mesa do consumidor. Para completar, entrou em cena o ágio, o sobrepreço ilegal que o brasileiro foi constrangido a pagar por qualquer produto.

Menos de uma semana após a vitória do PMDB, no dia 21 de novembro, o governo reconheceu que a economia estava se decompondo e lançou o Plano Cruzado II, para fazer os ajustes que deveriam ter sido realizados quando do lançamento do Plano Cruzado I: elevou todas as tarifas de serviços públicos, descongelou os preços dos produtos e autorizou os aumentos. A combinação entre descongelamento e mudança nos índices de preços faria disparar a inflação, e a situação piorou ainda mais quando Sarney mandou reunir um grupo de empresários no auditório do Ministério da Fazenda e deixou que eles anunciassem o fim do congelamento. A população percebeu que o presidente adiara o anúncio do Plano Cruzado II para depois das eleições, acusou Sarney de "estelionato eleitoral", e seu governo afundou no descrédito.

A frustração dos brasileiros teve impacto nas eleições presidenciais de 1989 — a primeira realizada pelo voto popular desde 1961. Se a população havia se decepcionado com a derrota da Emenda Dante de Oliveira e com a morte inesperada de Tancredo Neves, ela se frustrava pela terceira vez. Com a hiperinflação batendo na porta, muita gente começou a achar que não existia mais chance para uma saída convencional na situação econômica e que era preciso salvar o Brasil. O candidato a salvador chamava-se Fernando Collor e era governador de Alagoas. Estava com quarenta anos, tinha um queixo empinado, o olhar arregalado e fixo, e pretendia ganhar as eleições batendo duro em Sarney e liderando uma cruzada moralizadora contra o empreguismo e as distorções salariais do funcionalismo público, sobretudo de quem aumentava o salário por meio de manobras burocráticas — os "marajás", como ele dizia.[63] Collor alardeava ter pressa em mudar o Brasil, os eleitores gostavam quando ele agredia Sarney, e muita gente se encantou com sua panaceia: ia modernizar o país, acabar com a corrupção e botar o funcionalismo para trabalhar. A cinco meses das eleições, Collor subira tanto nas pesquisas de intenção de voto que já podia se

considerar no segundo turno da disputa.

A campanha eleitoral contou com mais de vinte candidatos, e Ulysses Guimarães pagou caro por ter fortalecido politicamente Sarney na Presidência. Transformou-se no campeão da rejeição eleitoral — só perdia para Maluf — e foi abandonado pelo PMDB sob a alegação de que estava velho para governar o país. O anti-Collor não podia ser Ulysses, e o lugar foi disputado voto a voto por Brizola e Lula. Lula venceu por 500 mil votos, e Brizola custou a digerir a derrota. Quando Lula foi negociar com ele o apoio para o segundo turno, o gaúcho argumentou que entre os dois tinha havido empate técnico e sugeriu que ambos deveriam renunciar em favor de Mário Covas, candidato do PSDB, que ficara em quarto lugar. "Ô Brizola, não teve empate técnico […], eu tive 500 mil votos a mais",[64] respondeu Lula, danado da vida.

Até sua morte, em 2004, Brizola trombou inúmeras vezes com Lula. Desconfiavam um do outro, competiram e até se acertaram em várias ocasiões — talvez disputassem as qualidades que um enxergava no outro. Seja como for, ele soube perder: não só apoiou Lula como garantiu a transferência de votos para o candidato do PT — coisa difícil de fazer em política. O segundo turno começou com Collor em posição de vantagem, mas na reta final os dois candidatos estavam empatados nas pesquisas: Lula contava com 46% das intenções de voto; Collor, com 47%. A eleição de 1989 só se decidiu na última semana e alcançou um alto grau de polarização. Collor tinha dinheiro, propaganda e mídia. Pouca gente na imprensa divulgava que, em Alagoas, o governador fazia o contrário do que pregava na campanha, e o motivo era simples: à exceção do jornal *Folha de S.Paulo*, ele recebeu apoio da maior parte dos donos das empresas de comunicação — em especial, o de Roberto Marinho, para quem o desastre atendia, em primeiro lugar, pelo nome de Brizola e, em seguida, pelo de Lula. Com as Organizações Globo a favor, o alvo deixou de ser Sarney e a campanha concentrou-se em atacar o PT. A classe média, que se sentia expropriada diariamente pela inflação, entrou em pânico quando Collor soprou as brasas do anticomunismo visceral de largos setores da sociedade brasileira e associou Lula à desapropriação de imóveis e ao confisco das cadernetas de poupança.

Foi uma campanha suja. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, declarou que 800 mil empresários deixariam o Brasil na eventualidade de Lula vencer. Collor invadiu a vida privada do adversário e levou para a televisão uma entrevista em que Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, com quem este tinha uma filha, disse que ele havia lhe oferecido dinheiro para abortar — era mentira, mas o efeito entre os eleitores foi devastador. Três dias antes da eleição, a Rede Globo levou ao ar, no programa de maior audiência da televisão brasileira — o *Jornal Nacional* —, um compacto do último debate entre os candidatos. A versão havia sido manipulada e era favorável a Collor: cerca de 60 milhões de espectadores viram Lula inseguro e vacilante, e Collor, enfático e preciso.

A apelação final aconteceu no sábado, véspera da votação, quando a polícia paulista acabou com o sequestro do empresário Abilio Diniz e sugeriu haver indícios de que os sequestradores — quase todos chilenos e argentinos; apenas um era brasileiro — tinham ligações com o PT. Nenhum militante do partido estivera envolvido no episódio, mas no domingo o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou às bancas e apresentou o relato do irmão do sequestrado sustentando que o PT participara do sequestro.

Collor ganhou a eleição com 50% dos votos, contra 44% de Lula. Tomou posse em 15 de

março de 1990 e, no dia seguinte, reuniu a equipe da área econômica e mandou a nova ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciar à imprensa um plano para enfrentar a voragem da inflação: o Plano Brasil Novo, que terminou conhecido como Plano Collor.[65] O plano se revelaria frágil. Tinha um forte componente voluntarista, e o pacote de reformas anunciadas pelo governo — fiscal, bancária, patrimonial — não poderia ser feito por decreto. A pior notícia, ela guardou para o final de sua exposição. Estava bloqueada, nos bancos, parte do dinheiro das contas-correntes, das aplicações financeiras e das cadernetas de poupança. Essa quantia seria devolvida depois de dezoito meses, assim mesmo em doze prestações, o que significava que iria ocorrer uma redução real no valor do dinheiro — vinte anos depois, 890 mil ações individuais e 1030 ações coletivas de poupadores ainda tramitavam na Justiça. Cada brasileiro poderia sacar apenas 50 mil cruzeiros — 1250 dólares — na antiga moeda que acabava de ser ressuscitada. Além disso, os salários estavam congelados, as tarifas de serviços públicos seriam aumentadas e o Banco Central decretou feriado bancário de três dias. Os jornalistas calcularam que o país tinha, em conta-corrente, aplicações e poupança, cerca de 120 bilhões de dólares e perceberam, alarmados, que o governo estava confiscando 95 bilhões de dólares — 80% de todo o dinheiro que circulava nos bancos.

A vida virou de pernas para o ar. Ninguém podia comprar, o consumo caiu e milhares de trabalhadores ficaram desempregados. Empresas quebraram, o país perdeu a capacidade de poupar, e a população compreendeu que ia precisar de sorte para enfrentar os meses seguintes: cancelou projetos pessoais, negociou a saúde em longas prestações e avaliou que seria difícil quitar suas dívidas ou saldar o carnê de mensalidades. Mas, surpreendentemente, a sociedade brasileira aceitou o confisco. Seja porque estava exausta das consequências da hiperinflação, seja porque Collor, com a legitimidade de quem acabava de ser eleito pelo voto popular, afirmava não existir alternativa, por algum tempo o Brasil acreditou quando ele dizia que aquela era a única medida possível para derrotar a inflação. Era “vencer ou vencer”, declarou o presidente.

Collor perdeu. Dez meses depois, a inflação estava de volta, a crise econômica tornara-se endêmica, e as lutas por reajustes salariais explodiam em todo o país. O governo ainda tentou um novo plano econômico — Collor II —, ao mesmo tempo que preparava a privatização das empresas estatais, fechava autarquias e fundações, e abria as portas do país ao mercado internacional. A política econômica seguia desnorteada: para cada subida de preços, o governo adotava uma medida nova, violenta e ineficaz — congelamento de salários, liberação de preços, aumento de impostos. Pouco mais de um ano depois de tomar posse, a ministra da Economia foi substituída, a credibilidade do governo despencou, e a população ficou alérgica a planos econômicos.

É até possível que os brasileiros não quisessem perceber, mas Collor parecia-se excessivamente com Jânio Quadros — só que mais moço. Ambos compartilhavam o mesmo senso do espetáculo da política, o desprezo pelos políticos, o desdém pelo Congresso, a visão moralista e o perfil autoritário. A espetacularização da Presidência no governo Collor incluía descer a rampa do Palácio do Planalto em companhia de atletas, comediantes e atores de telenovelas, o uso de camisetas com mensagens pseudofilosóficas e pose de esportista. Para ser visto como o representante da juventude e da modernidade, o presidente fazia-se fotografar de qualquer jeito: em motocicleta, jet ski ou até dentro de um caça da FAB, paramentado com uniforme camuflado e ares de copiloto. Parecia um autômato. Falava de maneira postiça e, na Presidência, assumiu uma postura imperial: contrariava interesses, desdenhava a luta política, desconsiderava a precariedade de sua equipe e agia como se nada fosse atingi-lo. Jânio fez tudo isso e caiu quando tentou dar o golpe da renúncia. O governo Collor caiu por corrupção.

Os boatos começaram a circular junto com o confisco, dando conta das inúmeras arbitrariedades e abusos que estavam ocorrendo e que permitiam a liberação do dinheiro em alguns casos e para alguns grupos. Apesar disso, o cerco só apertou quando a imprensa passou a investigar o comportamento do ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, e descobriu que ele operava um grande esquema de corrupção dentro do governo e que seu sócio nesse esquema era o próprio Collor.[66]

A partir daí, foi só uma questão de tempo. Em maio de 1992, a revista *Veja* detonou uma bomba de dezessete páginas: publicou uma entrevista com Pedro Collor, o irmão caçula de Fernando Collor, que acusava Paulo César Farias de atuar como testa de ferro do presidente, tanto na administração de recursos ilegais arrecadados durante a campanha — cerca de 60 milhões de dólares — quanto na intermediação de negócios, favores e nomeações mediante cobrança de propinas. Em junho, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A CPI começou desacreditada, mas, quando as investigações avançaram, os escândalos se revelaram. Descobriu-se que a ingerência de Farias atingia todos os níveis da administração federal, e veio a público o elo que faltava ligando Paulo César Farias ao presidente: os recursos arrecadados pelo ex-tesoureiro pagavam as contas particulares de Collor e o aluguel de carros para a Presidência da República. Não se sabe até hoje onde foi depositado o dinheiro que Farias desviou — as estimativas variam entre 300 milhões e 1 bilhão de dólares —, e até o último instante o próprio Collor não acreditou que poderia ser derrubado. Mas, no dia 13 de agosto, uma

quinta-feira, num discurso improvisado para 2 mil motoristas de táxi que foram ao Palácio do Planalto agradecer a concessão de subsídios, ele se exaltou. Protestou contra as denúncias e encerrou o discurso convocando a população a vestir-se de verde e amarelo e sair às ruas, no domingo, em apoio ao seu governo. O presidente estava colérico, mas os brasileiros estavam fartos, e o domingo foi dia de manifestações. Com um detalhe: as pessoas se vestiram de preto. Sem nenhuma organização prévia, em todo o país apareceram espontaneamente levas de brasileiros caminhando nas ruas com roupas negras, tiras pretas no braço ou panos negros amarrados na antena dos carros. Collor tinha subestimado o Brasil.

A população estava empenhada em desmentir o presidente, e as manifestações políticas voltaram às ruas das grandes cidades com força total. Traziam novidades: o traço carnavalesco e a marca do bom humor. Surgiram bonecos gigantescos de Collor vestido como presidiário, fantasias de ratazanas com bigodes e óculos como os de Paulo César Farias, esquifes com o nome do presidente e de Zélia Cardoso de Mello. Os estudantes, que já andavam indóceis, pintaram o rosto de preto ou de verde e amarelo — eram chamados "caras-pintadas" —, convocaram a população para protestar e sacudiram as manifestações com a palavra de ordem: "Fora Collor" e "Impeachment já!" (ver imagem 131).

Liderar o processo de impeachment de Collor no Congresso Nacional foi a última grande atuação política de Ulysses Guimarães — no dia 12 de outubro, ele morreu num desastre de helicóptero, seu corpo desapareceu no mar e o Brasil ficou mais uma vez de luto.[67] Em 29 de dezembro de 1992, o Senado se reuniu para julgar o impeachment de Collor. Era o grande teste da Constituição de 1988: dar suporte ao processo de impedimento do primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1961. O pedido foi apresentado à Câmara dos Deputados por Marcelo Lavenère, presidente da OAB, e Barbosa Lima Sobrinho, da ABI — duas das entidades mais comprometidas com a redemocratização do país —, e foi autorizado pelos deputados. Collor estava afastado provisoriamente do governo desde setembro e, na manhã de seu julgamento pelo Senado, ainda tentaria uma última manobra para evitar a condenação a oito anos de inelegibilidade: renunciou. A sessão legislativa foi interrompida, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu em definitivo o cargo e, no dia seguinte, os senadores retomaram o julgamento. Por 76 votos a três, o impeachment foi aprovado e Collor teve seus direitos políticos suspensos — estava impedido de exercer função pública até o final do ano 2000.

É difícil imaginar que Itamar Franco tenha concordado em ser vice de Collor seduzido pelo discurso do moralismo ou da modernidade. Collor o convidou porque precisava dos votos de Minas, o segundo maior colégio eleitoral do país e uma espécie de fiel da balança: as eleições são muitas vezes decididas em Minas, um estado central que espelha as diferentes faces do Brasil. Itamar deve ter aceitado por falta de votos e de opção — seu mandato de senador estava por terminar e ele não havia conseguido repeti-lo numa nova eleição. Ambos divergiram desde o lançamento da candidatura até o fim do governo. Collor desdenhava do seu vice, um político tradicional, de vida provinciana e propensões nacionalistas. Itamar, por sua vez, era encrenqueiro e instável. Apesar de ter sido governador de Minas, continuava desconhecido da maioria da população e assumia a Presidência numa conjuntura de crise — sabia que a sociedade era cética a seu respeito e que estava engolindo sua posse para manter a ordem democrática. Surpreendeu todo mundo.

Itamar assumiu a Presidência da República com o Brasil atolado numa situação calamitosa.[68] Com o PIB em queda, o desemprego atingia 15% da população economicamente ativa só na região metropolitana de São Paulo, e a inflação que Collor prometera derrubar se encontrava acima do patamar de 20% ao mês — e assim permanecia havia quase dois anos. A inflação atinge todas as classes sociais, mas tem efeito especialmente perverso sobre a população pobre — e não apenas porque ela está fora dos bancos e seu dinheiro não tem correção diária. Ela sabota o futuro, e seus efeitos colaterais são escassez, desemprego e violência — muita violência. Não foi por acaso que, em 1993, o país tomou conhecimento de duas das maiores chacinas da sua história: no dia 23 de julho, seis policiais militares saltaram de dois carros, em frente à igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, e abriram fogo contra quarenta crianças e jovens moradores de rua que dormiam nas escadarias; no dia 29 de agosto, um grupo de 36 homens armados e encapuzados fuzilou 21 pessoas, todas jovens, na favela de Vigário Geral, Zona Norte do Rio.[69]

O Brasil experimentava o paradoxo de ser um país onde a democracia convivia com a injustiça social, e o rap — a voz das favelas e das quebradas — apontou para a crueldade desse paradoxo.[70] Recriou, com palavras vindas da rua, a vida nos bairros pobres, nas periferias, nas favelas, com seu cotidiano de loucura, miséria e violência. Expôs de uma só vez a violência policial, a parcialidade da Justiça, a ausência de políticas públicas, a falta de oportunidades para a população pobre. O rap escancarou o estrago provocado pela desigualdade, e o maior mérito do governo Itamar foi tentar entender o desvio que tornava a democracia refém da injustiça social e que tinha na inflação uma aliada poderosa. Depois de trocar o ministro da Fazenda por três vezes, o presidente convidou Fernando Henrique Cardoso para o cargo e encomendou-lhe um novo plano econômico. A encomenda provocava frio na espinha do governo — entre 1980 e 1993, o Brasil teve quatro tipos de moeda, cinco congelamentos de preços, nove planos de estabilização econômica e onze índices diferentes para medir a inflação.

Dessa vez tudo aconteceu às claras: o Plano Real foi submetido a discussão pública, a sociedade entendeu seu funcionamento e o Congresso Nacional aprovou sua implementação.[71] O embrião da nova moeda, o real, era a Unidade Real de Valor (URV), um indexador de inflação que ganhou a confiança da população. É bem verdade que a transição para o real não foi simples: as pessoas desconfiavam, muitos temiam algum tipo de congelamento ou que a moeda estivesse atrelada ao calendário eleitoral — as eleições presidenciais iriam ocorrer em 1994. Mas o brasileiro queria acima de tudo uma moeda estável, que fosse forte, tivesse valor igual ao do dólar e lhe permitisse planejar para o futuro. O real tinha tudo isso, não parecia mágica e era obra de uma parceria improvável: o sociólogo cosmopolita Fernando Henrique Cardoso e o engenheiro provinciano Itamar Franco. Fernando Henrique foi o candidato à Presidência da República nas eleições de 1994, teve o apoio de Itamar e venceu Lula no primeiro turno. O real foi seu tíquete para a Presidência.

É da natureza da democracia: suas conquistas são lentas, difíceis de conseguir e se perdem facilmente. As lutas contra a ditadura ensinaram aos brasileiros que a democracia era um valor em si e precisava ser alcançado. A Constituição de 1988, por sua vez, deu forma e solidez às instituições que podem sustentar a vivência democrática do país, e o Plano Real estabilizou a moeda — firmou a base por onde uma agenda democrática poderá caminhar. Nos vinte anos que se seguiram, o Brasil introduziu nessa agenda a luta contra a

desigualdade social, mas ainda não a consumou — e a tarefa não será fácil. Teve três presidentes eleitos que conquistaram, cada um, dois mandatos consecutivos: Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Até chegar ao século XXI, o país construiu uma história longa e talvez tenha encontrado a si próprio. A história é o único recurso de que o Brasil dispõe para dar um futuro ao seu passado, e, por essa razão, nossa história termina aqui, com as autoras desconfiadas de que está incompleta. Mas termina, também, com as autoras desconfiadas de outra coisa: no Brasil, quem sabe, a democracia pode não ter um fim, e o futuro ser bom.

CONCLUSÃO — HISTÓRIA NÃO É CONTA DE SOMAR

> *Quando o português chegou*
> *Debaixo duma bruta chuva*
> *Vestiu o índio*
> *Que pena!*
> *Fosse uma manhã de sol*
> *O índio tinha despido*
> *O português.*
> Oswald de Andrade, "Erro de português"
>
> *Tupi or not tupi that is the question.*
> Oswald de Andrade, "Manifesto antropófago"

Afinal, "o que faz do brasil, Brasil ou do Brazil, Brasil?". Desde que os portugueses aqui chegaram, cinco séculos atrás, essa pergunta faz parte do cotidiano local, por vezes merecendo respostas otimistas, por vezes mais negativas. Por certo, a pergunta não é fácil, nem a história é o único caminho para dar conta dela. A história do Brasil é jovem de cinco séculos — ao menos se nos fiarmos na narrativa oficial, que inicia sua contagem a partir do desembarque dos portugueses na América —, e é inquieta. Uma vez provocada, fala de tudo e adora embarcar numa polêmica: passa a limpo conceitos e mitos, questiona muitas das perguntas que nos habituamos a fazer sobre o país, mostra tendências e recorrências que bem merecem nova interpretação. Também faz um jogo com o tempo: embaralha, ordena e reordena o fio da meada; põe um olho no passado, mas mantém o outro aberto no presente e até no futuro.

Desde que o "Brazil" é Brasil, desde que inventou para si um sentido próprio e autônomo como nação, a história do país vem se afirmando, também, como uma longa narrativa de lutas, violência, reivindicação de autonomia e igualdade, busca por direitos e construção de cidadania. Essa história é a um só tempo comum e diferente, e nada tem de evolucionária, no sentido de aglutinar de modo crescente, progressivo e previsível uma série de fatos e dados. De um lado, se parece com as demais trajetórias dos países modernos, ao articular o legado das lutas por direitos individuais característica dos séculos XVII, XVIII e XIX com a reivindicação de direitos coletivos típica do século XX e a percepção de novos direitos que não mais se referem a indivíduos ou grupos sociais específicos — o direito a um meio ambiente equilibrado ou ao patrimônio cultural da nação. Mas persistem nessa trajetória algumas singularidades. Basta lembrar a clara concentração nas lutas por direitos sociais em detrimento dos direitos políticos, sobretudo os civis. O país só adota uma agenda de direitos civis — que inclui a fundação de movimentos sociais negros, feministas, ambientalistas, LGBT, entre outros — nos anos 1970, e mesmo assim de maneira tímida. O exercício de determinados direitos não leva mecanicamente à conquista de outros. No entanto, sem a garantia dos direitos civis cujo princípio normativo é a liberdade individual e sem o entendimento de que pessoas obrigadas a obedecer às leis devem ter igual direito, a despeito das diferenças que houver entre elas, a noção de cidadania não tem como ser exercida contemporaneamente de forma plena.[1]

Direitos nunca chegam de uma vez por todas. Nossa percepção sobre eles muda sempre, e sua base de definição se desloca constantemente — até mesmo como reação e expectativa ao que já se materializou num dado momento da nossa vida pública.[2] Não há, pois, como desvincular essa constante e incompleta luta por incorporação de direitos e construção de cidadania no Brasil dos próprios caminhos da história do país. Uma colônia marcada por uma dualidade básica — composta de grandes proprietários de terra de um lado, e escravos de outro. Uma nação que se torna independente, em 1822, tendo como líder um monarca, num continente de clara vocação histórica republicana: éramos uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados. Um país cuja primeira Constituição foi outorgada pelo chefe de Estado, um imperador, em 1824, e que, apesar de sua pretensão liberal — permitindo o direito de voto de libertos, por exemplo —, levou a uma alta concentração do poder nas mãos do imperador, assim como abriu mão de discutir o tema do fim da escravidão.

E, se a ideia é não esquecer, não há como deixar de mencionar a enraizada e longa experiência social da escravidão, a qual acabou por dar forma à sociedade brasileira. Essa marca continua presente ainda nos dias de hoje, na nossa arquitetura (nos minúsculos "quartos de empregada" ou nos elevadores de serviço — na verdade para serviçais), no nosso vocabulário, nas práticas cotidianas de discriminação social e racial ou de culpabilização dos mais pobres, com frequência negros (ver imagens 134a e 134b). A própria definição de escravo já significava a negação dos direitos fundamentais de liberdade e igualdade. Escravo, juridicamente, é o indivíduo destituído de direitos, ou, na definição clássica, *servus non habet personam* —[3] aquele que não tem nome, nem sobrenome ou passado. Um indivíduo que não tem origem: é estrangeiro em qualquer lugar. É certo que escravizados refizeram tal definição no Brasil, rebelando-se, praticando toda sorte de reação e negociando sua condição. Mas no cerne da nossa comunidade permaneceu, teimosa, a concepção de que existiriam homens, por natureza, diversos; repartidos por sua história, sua biologia e condição. Tanto que o destino dos homens livres pobres, aliás, a grande maioria da população, não seria muito diferente: emaranhados a estruturas de dominação como o mandonismo e o coronelismo, giraram em torno das "relações de favor"; expediente muito mais exercido a partir de estruturas de dependência pessoal do que pautado numa cartela de direitos civis ou sociais. Na verdade, "o favor", essa sorte de moeda nacional e de larga circulação interna, representa a própria negação dos direitos.[4] Implica um inflacionamento dos poderes pessoais e privados em detrimento da esfera oficial e pública.

Mas, se a construção de um sentimento de nacionalidade[5] acabou por ser a tarefa prioritária do Segundo Reinado — com a voga do indigenismo romântico —, foi com a República que se cultivou certa "brasilidade": o sentimento de fazer parte de uma comunidade imaginada, a noção de pertencimento a uma sociedade que se reconhecia como unida a partir do compartilhamento de uma mesma condição de ser brasileiro.[6] Brasileiros não eram mais súditos, pois com o novo regime se tornavam, formalmente, cidadãos da República — um grupo de homens associados uns aos outros pela adesão à mesma lei e pela valorização da vida em comum. O processo seria, entretanto, à sua maneira, tortuoso, já que com a Primeira República novas formas de subcidadania se introduziram no país. Os ex-escravos, num primeiro momento, em vez de serem reconhecidos como iguais, foram nomeados como libertos ou então, de forma

derrogatória, os "treze de maio", numa referência jocosa ao Dia da Abolição.[7] O suposto era que, se estava decretada a liberdade, a igualdade, no entanto, não existia;[8] suposto esse reforçado pelas teorias raciais em voga naquele contexto, que passavam a justificar, em nome da ciência, diferentes humanidades. Por outro lado, se a experiência republicana se iniciava nesse contexto, com os primeiros embates por igualdade, direitos de trabalho e de cidadania plena, e se o momento político deu ocasião a greves e a todo tipo de manifestação pública — liderados por brasileiros e imigrantes estrangeiros —, políticas de exclusão social também mostraram novas faces do regime que apenas se instaurava.

É com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder que o Brasil passa a exercitar uma renovada gramática da cidadania. Mas sustentada num paradoxo: a extensa legislação social introduzida a partir da década de 1930 se propunha a oferecer proteção legal ao trabalhador à custa das liberdades individuais. A ditadura de Vargas garantia a agenda de direitos sociais, mas suprimia os direitos políticos. A Constituição de 1946, por sua vez, abriu uma fase democrática inédita na história do país: manteve as conquistas sociais obtidas a partir da década de 1930, e repôs a exigência de gozo da liberdade política e a centralidade do catálogo de direitos como condições incontornáveis para o exercício da cidadania na República.

E seria mais uma ditadura, dessa vez militar, instaurada com o golpe de 1964, que fecharia novamente o caminho da construção dos direitos. Aliás, vigora certo senso comum no país de que ditaduras seriam por definição militares, o que, na verdade, a ordem dos fatos desmente. Basta lembrar o Estado Novo — a ditadura de Vargas — para ter certeza de que governos sem limites constitucionais, que ferem de morte as condições de liberdade política do cidadão e nos quais o uso da força sustenta o poder arbitrário dos governantes, nunca foram exclusividade das casernas. Não por acaso, a Constituição de 1988, que garantiu o exercício pleno de direitos, foi chamada de "cidadã". A partir de então é possível dizer que o Brasil deu início a um período consistente e duradouro de vigência das liberdades públicas e de solidez das instituições democráticas. Em 1987, quando foi instalada a Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães afirmou de forma contundente: "A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar". Ele estava certo: o Brasil mudou. Trinta anos atrás, não seria possível imaginar que o país iria eleger para a Presidência da República um acadêmico refinado como Fernando Henrique Cardoso, ou um líder operário como Lula, e uma mulher e ex-guerrilheira, Dilma Rousseff.

Mas na posse do primeiro presidente civil, após 21 anos de ditadura militar, em 1985, ninguém poderia nos adiantar como seria o caminho para reimplantar a democracia no Brasil. O esforço para responder a essa pergunta foi parte importante na construção de nossa vida pública. E o que era apenas rascunho tomou forma. No Brasil contemporâneo, as instituições políticas estão consolidadas, os poderes separados, as eleições são livres e periódicas, os cidadãos manifestam vontades individuais e coletivas. O experimento democrático não é mais compreendido como um valor instrumental, mas como um fim em si mesmo. A agenda de direitos entrou na pauta do Estado, integra o debate público e possui uma ambiciosa vocação transversal: afirma direitos num contexto de desigualdades, ao mesmo tempo que contempla novos direitos capazes de conjugar, em pé de diferença, o tratamento igualitário de grupos sociais minoritários — os idosos, os homossexuais, as crianças.

Contudo, no Brasil a democracia convive perversamente com a injustiça social. Sexta

potência mundial, quando se medem índices econômicos, o país ainda apresenta números de desigualdade e de gap social dos mais elevados na América Latina, aferidos nos dados da educação, do trabalho e da mortalidade. Além do mais, persiste um déficit republicano na raiz da nossa comunidade política. Práticas patrimoniais e clientelistas resistem no interior do sistema político e nas instituições públicas; enquanto se ampliou de maneira inédita o quadro de eleitores, falta ainda uma agenda ética capaz de transformar o sistema político eleitoral e o comportamento partidário; a corrupção corre o risco de se tornar endêmica e está associada tanto ao mau trato do dinheiro público como ao descontrole das políticas governamentais.

O Brasil abriu-se ao século XXI com uma grande certeza: a consolidação da democracia é nosso maior legado para as próximas gerações. Mas não existe um regime político de democracia plena — ela é sempre um conceito que se movimenta constantemente e que permite ampliação, desenvolvimento e correção de rota. Se o país deseja começar uma nova história, contemporânea das democracias modernas que se espalham pelo mundo, o presente é seu principal desafio: por qual caminho seguirá o Brasil daqui por diante? Com qual agenda os brasileiros vão enfrentar o futuro?

Nos seus dois mandatos e oito anos como presidente, Fernando Henrique Cardoso — que governou de 1995 a 2002 e ajudou a fortalecer o PSDB, partido do qual é um dos fundadores — obteve sucesso na luta contra a inflação e assumiu o saneamento financeiro possibilitado pelo Plano Real — o país pôde crescer. Seu governo destacou-se também na reforma de Estado. No seu Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado propunha-se o investimento em carreiras estratégicas para a gestão do setor público, numa clara tentativa de ruptura com o projeto varguista. O governo FHC implementou o primeiro programa de distribuição direta de renda, o Bolsa Escola. Também se destacou por suas ações no campo social — como os programas Bolsa Alimentação e Peti para erradicação do trabalho infantil —, e especialmente pelos projetos pioneiros comandados pela esposa do presidente, a antropóloga Ruth Cardoso, e voltados para o atendimento à população pobre: Comunidade Solidária, Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, as classes populares entraram para valer na disputa pela alternância de poder. Sem rupturas com a ordem democrática, chegou à Presidência da República um homem de extração popular, que veio criança para São Paulo, aboletado na carroceria de um pau de arara junto com a mãe analfabeta e os sete irmãos, fugindo da seca e da miséria do Agreste Pernambucano. Além do mais, o novo presidente da República era um líder de esquerda, originário do mundo operário e sindical, e ganharia a eleição à frente de um partido de trabalhadores que ele próprio ajudou a criar, na difícil conjuntura do final dos anos 1970.

A partir de 2003, o Brasil assistiu a uma ampliação democrática da República. As grandes marcas dos dois governos de Lula foram o combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social. O esforço para aumentar a renda do trabalhador incluiu a formalização do emprego, a ampliação do crédito e o aumento do salário mínimo — de cerca de 60% entre 2000 e 2013. O Programa Bolsa Família, criado em 2004, significou transferência direta de renda para a população pobre e extremamente pobre — em 2013 o Bolsa Família cobria 50 milhões de pessoas, 26% da população do país. Foram mantidas as práticas democráticas, e houve avanço na criação de políticas estruturantes e em escala para incorporação dos brasileiros à rede de proteção

social.[9]

Mas, se a democracia se consolida e caminha para a frente, a República ainda lembra um esboço que não alcançou forma. República não é apenas um regime determinado de governo; ela remete à significação de "coisa pública". O que pertence ao povo, o que se refere ao domínio público, o que é de interesse comum e se opõe ao mundo dos assuntos privados. Sua principal virtude é a afirmação do valor da liberdade política, da igualdade dos cidadãos e do direito deles de participar da vida pública. Seu grande inimigo é a corrupção.

A corrupção não é um fenômeno exclusivo do Brasil — ela ocorre na grande maioria dos países. Também entre nós, ela sempre existiu, de um modo ou de outro.[10] Tanto que, com frequência, a corrupção costuma ser associada à própria identidade do brasileiro, como se esse fosse um destino inevitável; quase uma questão endêmica. Segundo essa visão, o Brasil seria forçosa e definitivamente corrupto devido a certas práticas e comportamentos — o "jeitinho", a malandragem, o político ladrão — que, desde sempre presentes na nossa história, fazem parte de um suposto caráter do brasileiro, o que formaria uma espécie de "cultura de corrupção". Essa abordagem, além de preconceituosa, naturaliza a corrupção no país, simplifica e congela sua compreensão, assim como impede o combate a um fenômeno de alta complexidade — além de desvalorizar as atitudes e os movimentos de opinião pública que expressam a revolta dos brasileiros contra essa prática.

É certo que o Brasil tem mudado nos seus comportamentos públicos e privados em relação à corrupção. O país avançou em questões decisivas no que diz respeito à punição de funcionários públicos e de indivíduos privados, bem como instituiu diversas práticas de controle: um Ministério Público independente com garantias de autonomia tanto administrativa quanto funcional; Tribunais de Contas com a tarefa de fiscalizar a arrecadação, gestão e aplicação dos recursos públicos; Comissões Parlamentares de Inquérito representando um mecanismo institucional de controle do Legislativo sobre os demais poderes da República e sobre a sociedade. Além disso, criou a Correição, pela qual a administração pública — a Corregedoria Geral da União — apura irregularidades e corrige a atuação de seus servidores, conformando-a aos parâmetros legais, assim como normatizou a Quarentena, conjunto de normas que limita a participação de ex-servidor público na gestão de situações que possam levar ao aproveitamento indevido dessa condição.

Mas é certo também que se acumulam as evidências de que a corrupção está longe de ser um fenômeno marginal na vida pública brasileira. As denúncias mais recentes envolvendo membros dos últimos governos revelam que o fenômeno da corrupção vem se repetindo, sem que os dirigentes do país tenham conseguido coibir com eficácia essa prática na vida pública nacional. A história recente é pródiga em exemplos. Acusações de manipulação e corrupção foram feitas durante o governo FHC, e estão relacionadas, sobretudo, à venda de empresas estatais públicas — BNDES, Telebras, Companhia Vale do Rio Doce — e à compra de votos de parlamentares para garantir a reeleição do presidente da República. No primeiro mandato de Lula explodiu a denúncia do "mensalão" — o pagamento mensal a deputados de diversos partidos para compra de apoio parlamentar ao governo —, que envolveu alguns dos principais dirigentes do PT e geraria posteriormente a prisão de membros da elite política e econômica do país.

Os acusados do "mensalão" foram condenados pelos juízes do Supremo Tribunal Federal

depois de quatro meses de debates transmitidos ao vivo e acompanhados pelos brasileiros com um interesse inédito em nossa história republicana — e houve ampla aprovação da opinião pública às sentenças condenatórias. Já no final do primeiro governo de Dilma Rousseff vieram a público as operações de corrupção ativa, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e incompetência gerencial na Petrobras — a estatal mais valiosa e a que melhor simboliza as ambições de soberania e independência econômica dos brasileiros. As investigações sobre os atos de corrupção na Petrobras, ainda em andamento, levaram para a cadeia alguns dos principais executivos de seis das maiores empreiteiras do país — as construtoras Camargo Correia, UTC Engenharia, OAS, Mendes Júnior, Engevix e Galvão Engenharia —, acusados de movimentar milhões de corrupção e distribuir propinas a políticos de todos os partidos. Pela primeira vez, as duas pontas de um grande esquema de corrupção — os corruptos e os corruptores — são investigadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, e esse pode vir a ser um marco em nossa história republicana.

Cresceu no Brasil a reação pública contra atos de corrupção, e se tornou mais visível o fato de que esses atos têm sido um elemento constante na cena política nacional. Evidentemente há riscos. O entendimento da política brasileira como um campo regido pela corrupção pode enfraquecer os mecanismos de participação pública e levar descrença ao funcionamento das instituições democráticas. Enfrentar a corrupção exige controle público, transparência das ações dos governantes e um processo de formação — no sentido do aprendizado — de uma cultura republicana que seja exercitada cotidianamente pelo brasileiro comum em sua relação com o país. Precisamos praticar em nosso cotidiano a definição do que é público e a linguagem pública dos direitos, e isso quer dizer garantir o respeito ao outro — a qualquer outro.

E esse exercício de cada um veio às ruas em junho de 2013, quando o Brasil amanheceu atônito. Ninguém imaginava a explosão social que se seguiu a um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, em São Paulo. Milhares de pessoas foram para as ruas nas grandes cidades do país, em particular os jovens, com uma pauta aberta, onde cabia um sentimento de insatisfação e de frustração e uma aspiração difusa de mudança. As manifestações de junho, como ficaram conhecidas, não tinham palanque nem liderança, foram convocadas pelas redes sociais, eram formadas por vários movimentos que se organizavam de maneira autônoma e apartidária e ocupavam as ruas em grandes ondas de protesto. Foi um evento de curta duração, mas trouxe novidades importantes. Revelaram o descompasso entre o governo, o sistema político e as ruas, exigiram o avanço de políticas sociais especialmente nas áreas de educação e saúde, melhorias nos serviços básicos, denunciaram de forma muito ruidosa a corrupção presente na máquina do Estado, e confirmaram o espaço público como o lugar privilegiado de participação direta do cidadão. Mas, sobretudo, as manifestações de junho deixaram claro que o tempo da redemocratização do país havia terminado (ver imagem 137). Daí por diante, trata-se, ou deveria tratar-se, de contribuir com um novo passo à frente no processo de fortalecimento de nossas instituições públicas, de expansão da democracia — que inclui novas demandas ligadas a questões de gênero, de sexo, de etnia, de região e de geração — e de consolidação da própria trajetória da cidadania. Uma das grandes novidades é a existência de novos clamores em favor dos direitos civis, os "direitos à diferença", evocados por uma série de movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento quilombola, o movimento feminista, entre tantos outros. Tardou, mas uma nova agenda

levou a que mais e mais brasileiros imaginassem uma cidadania que não se limitasse ao direito à igualdade, mas também demandasse o direito à diferença na igualdade.

Marco de um novo passo à frente na construção democrática é a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em novembro de 2011, para investigação das violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, por agentes do Estado.[11] No dia 10 de dezembro de 2014 a CNV entregou seu relatório final à presidente Dilma Rousseff. A importância simbólica desse ato é inegável: representa a afirmação de um direito da cidadania brasileira na elaboração de uma memória coletiva sobre as graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Em seu relatório, a CNV também pôs em discussão o caráter bilateral da Lei de Anistia, ao recomendar a punição dos torturadores — esse é um crime que a anistia não apaga. A CNV, porém, não cumpriu a função de tocar no ponto central da memória e da verdade factual dos fatos e eventos — que é a verdade da política: o acesso aos arquivos de documentos que permanecem sob a guarda das Forças Armadas, em especial os arquivos microfilmados, a partir de 1972, pelos órgãos de informação e repressão das três forças militares — eles continuam praticamente inacessíveis e uma grande oportunidade se perdeu. A frustração que pode advir dessa perda não é desimportante: sublinha os recuos e as dificuldades encontradas até hoje pelos governantes brasileiros após 1985 — incluindo o mandato de Dilma Rousseff, uma ex-guerrilheira que foi presa e torturada — para impor no país a proeminência civil do governo democrático.

História não é mesmo conta de soma de dois mais dois, e historiador nada tem de futurologista ou leitor de búzios. Na verdade, ela pouco se parece com uma mecânica somatória, ou processo progressivo, menos ainda previsível. O fato é que muitas características do passado insistem em continuar presentes, retornam e não desaparecem por efeito de decreto ou boa vontade. A miséria se mantém assolando importante parcela da população, e, a despeito dos tantos progressos realizados, continuamos apresentando índices que nos colocam entre os países campeões no quesito desigualdade social. Em muitos lugares, mulheres ganham menos, trabalhando nas mesmas funções que seus colegas do sexo masculino, e continuam altos os índices de "crimes da paixão", eufemismo para definir as práticas violentas que ainda marcam as diferenças de gênero no país. Se os novos arranjos familiares, de diversidade sexual e de gênero são cada vez mais abertamente defendidos, ainda somos vítimas, em todo o país, de distintas formas de fobia, práticas sexistas e abusos que geram muitos atos violentos, cuja base é a intolerância à diferença. Negros, morenos e pardos — seja lá o nome que se quiser dar —, apesar da aplicação de novas políticas de ação afirmativa, ainda conhecem a realidade da discriminação racial expressa nos índices diversos no trabalho e na educação, nas taxas de mortalidade, de criminalização na justiça, e até mesmo no lazer. As chances continuam desiguais, além das manifestações cotidianas de racismo expressas em locais públicos — como restaurantes, clubes, teatros, estádios de futebol — e nos mais privados. Nações indígenas vão aos poucos sendo reconhecidas em seus direitos à propriedade e à diferença, mas o limite permanece inscrito na legenda do desenvolvimento econômico, quando se anulam as prerrogativas anteriores.

Por fim, se a tortura, desde os anos 1980, não é mais uma política de Estado, ela continua disseminada nas práticas privadas ou mesmo acobertada nas delegacias e nas investidas policiais em bairros da periferia, onde a escala de violência e de humilhação é ainda maior

e, sobretudo, contra jovens negros. Diante dessas situações, fica exposta a cidadania precarizada de certos grupos sociais, e as práticas de segregação a que continuam sujeitos. É nesses momentos que a regra democrática permanece suspensa. Até parece que o passado escravocrata mais distante e o autoritarismo nem tão longínquo deixaram uma marca incontornável do arbítrio e do ajuste de contas privados, ou delegados ao outro que incorpora a autoridade. O pior é que a prática atravessa diferentes classes sociais, não sendo monopólio de um grupo ou estrato.

São várias as questões que tornam este livro uma obra aberta. O Brasil consolidará a República e os valores firmados na Constituição de 1988? Conseguirá manter um crescimento sustentável sem dilapidar suas riquezas naturais? Que papel desempenhará no cenário internacional? Claro que não há por que transformar uma conclusão num ponto final, muito menos numa cartilha de uso imediato. Toda história é aberta, plural, e permite muitas interpretações. A que tentamos desenhar aqui mostrou o quanto vem sendo difícil a nossa construção cidadã. De toda forma, os desafios para que se altere o imperfeito republicanismo do Brasil são muitos: a sua persistente fragilidade institucional, a corrupção renitente, o bem público pensado como coisa privada. A grande utopia quem sabe ainda seja acolhermos os valores que têm como direção a construção do que é público, do que é comum.

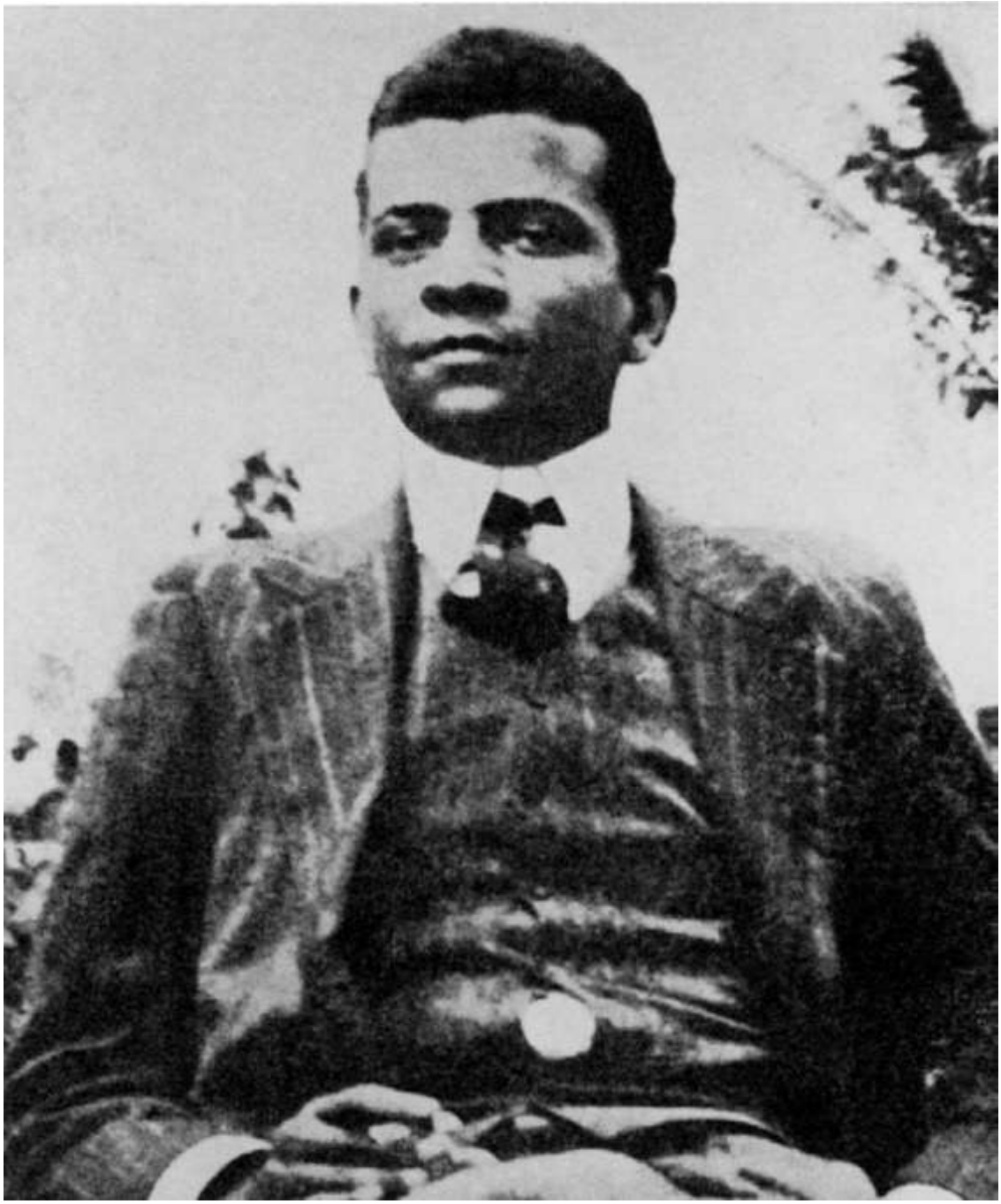
Talvez comece nesse desafio mais um capítulo na história do Brasil. Afinal, feita a opção democrática, também a República pode recomeçar.

Belo Horizonte e São Paulo, 15 de janeiro de 2015

P.S.: Quando o livro já estava indo para a gráfica, acompanhamos, como todos no Brasil e mesmo no exterior, as manifestações dos dias 13 e 15 de março de 2015. Mais uma vez, brasileiros ocuparam o espaço público na qualidade de cidadãos, apostando nos valores republicanos. A história tem corrido rápida, acelerada nesses dias, e nossa conclusão só pode ser mesmo um convite aberto.

1. *Homens conversando em banco de praça*, fotografia de Vincenzo Pastore, São Paulo, *c.* 1910. IMS

Nação mestiça, tramada no diálogo das cores mas também no conflito de raças, no sentimento de liberdade mas também na insuficiência de igualdade, o Brasil se fez mesclado, heterogêneo, erigiu pontes culturais e muros sociais. Na fotografia, dois negros vestem paletó, um preto e o outro branco, usam sapatos e conversam distraídos, de costas para um anúncio que vende, justamente, calçados. Mas nada há de ingênuo na foto. Num país que tardou a abolir a escravidão, o uso de sapatos tornou-se símbolo de liberdade, sendo os mesmos exibidos com orgulho pelos novos libertos.

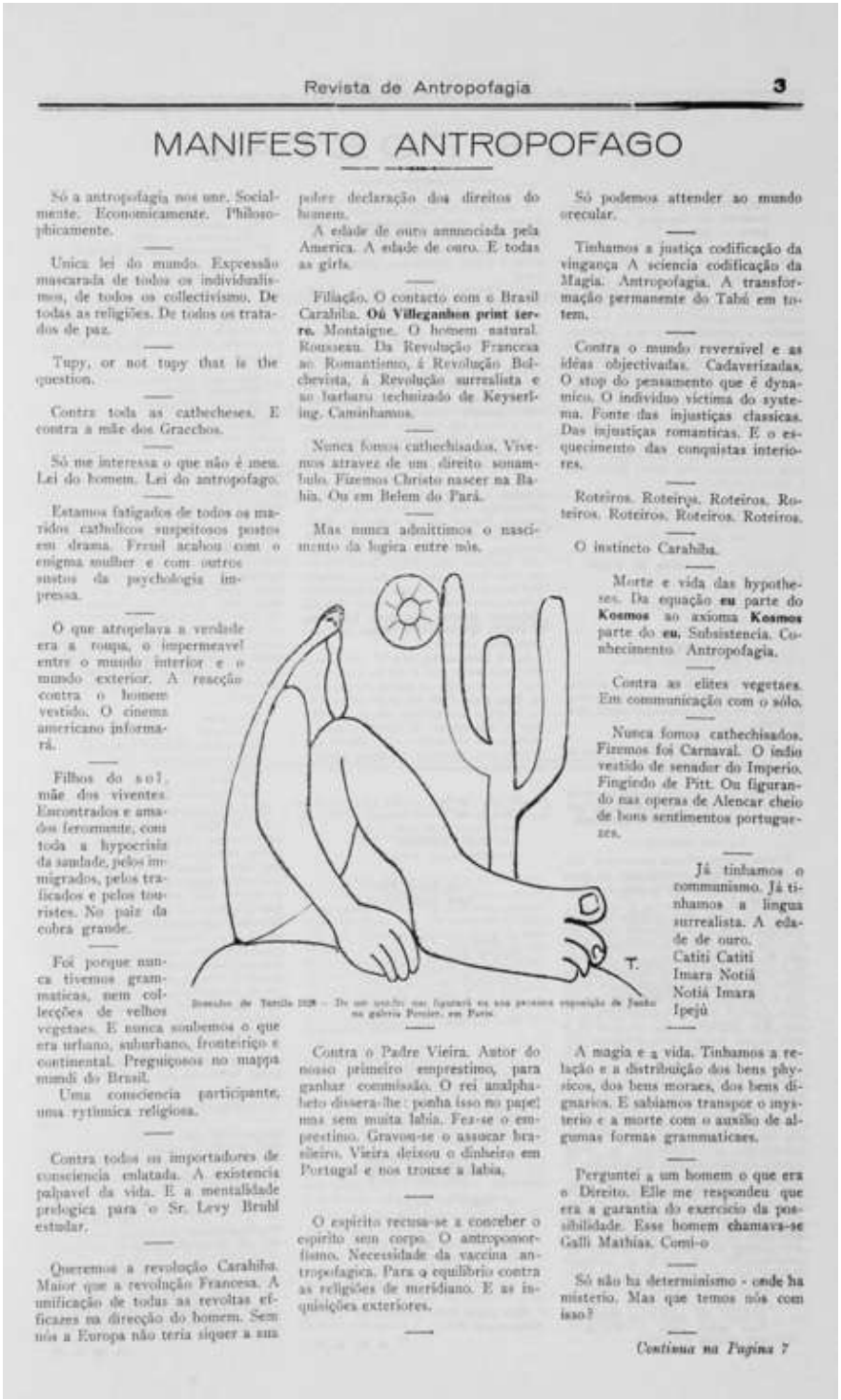


2. Fotografia de Lima Barreto, autor desconhecido, 1909. BBGJM

Nascido exatos sete anos antes da assinatura da Lei Áurea, Afonso Henriques de Lima Barreto foi testemunha ocular de uma transição política fundamental na história do Brasil. Crítico mordaz das teorias raciais que continuaram presentes no recém-instituído regime republicano, Lima Barreto se autodefinia, no início do século XX, como um escritor militante. Além do mais, caracterizou sua literatura como negra, isso num país que insiste, apesar do evidente predomínio da população negra, em se ver e representar como branco.

3. *Missa campal celebrada em Ação de Graças pela abolição da escravatura no Brasil*, fotografia de Antônio Luiz Ferreira, 17 de maio de 1888. IMS

Quatro dias depois da assinatura da lei que aboliu o regime de escravidão no Brasil, uma multidão de cerca de 20 mil pessoas, entre brancos, negros e mulatos, lotou o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, para a cerimônia de comemoração do ato. À esquerda vê-se a família real, com a princesa Isabel postada bem ao centro de uma tenda especialmente confeccionada para abrigá-la. A despeito de sua importância, contudo, a Lei Áurea não rompeu a rígida estratificação da sociedade, naturalizada após séculos de escravidão.



Revista de Antropofagia 3

MANIFESTO ANTROPOFAGO

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Philosophicamente.

Unica lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os collectivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

Tupy, or not tupy that is the question.

Contra toda as cathecheses. E contra a mãe dos Gracchos.

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropofago.

Estamos fatigados de todos os maridos catholicos suspeitosos postos em drama. Freud acabou com o enigma mulher e com outros sustos da psychologia impressa.

O que atropelava a verdade era a roupa, o impermeavel entre o mundo interior e o mundo exterior. A reacção contra o homem vestido. O cinema americano informará.

Filhos do sol, mãe dos viventes. Encontrados e amados ferozmente, com toda a hypocrisia da saudade, pelos immigrados, pelos traficados e pelos touristes. No paiz da cobra grande.

Foi porque nunca tivemos grammaticas, nem collecções de velhos vegetaes. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiriço e continental. Preguiçosos no mappa mundi do Brasil.

Uma consciencia participante, uma rythmica religiosa.

Contra todos os importadores de consciencia enlatada. A existencia palpavel da vida. E a mentalidade prelogica para o Sr. Levy Bruhl estudar.

Queremos a revolução Carahiba. Maior que a revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direcção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem.

A edade de ouro annunciada pela America. A edade de ouro. E todas as girls.

Filiação. O contacto com o Brasil Carahiba. **Où Villeganhon print terre.** Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Franceza ao Romantismo, á Revolução Bolchevista, á Revolução surrealista e ao barbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos.

Nunca fomos cathechisados. Vivemos atravez de um direito sonambulo. Fizemos Christo nascer na Bahia. Ou em Belem do Pará.

Mas nunca admittimos o nascimento da logica entre nós.

Desenho de Tarsila 1928 — Do seu acervo que figurará na sua próxima exposição de Paris na galeria Percier, em Paris.

Contra o Padre Vieira. Autor do nosso primeiro emprestimo, para ganhar commissão. O rei analphabeto dissera-lhe: ponha isso no papel mas sem muita labia. Fez-se o emprestimo. Gravou-se o assucar brasileiro. Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a labia.

O espirito recusa-se a conceber o espirito sem corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vaccina antropofagica. Para o equilibrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores.

Só podemos attender ao mundo orecular.

Tinhamos a justiça codificação da vingança A sciencia codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabú em totem.

Contra o mundo reversivel e as idéas objectivadas. Cadaverizadas. O stop do pensamento que é dynamico. O individuo victima do systema. Fonte das injustiças classicas. Das injustiças romanticas. E o esquecimento das conquistas interiores.

Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros.

O instincto Carahiba.

Morte e vida das hypotheses. Da equação **eu** parte do **Kosmos** ao axioma **Kosmos** parte do **eu.** Subsistencia. Conhecimento. Antropofagia.

Contra as elites vegetaes. Em communicação com o sólo.

Nunca fomos cathechisados. Fizemos foi Carnaval. O indio vestido de senador do Imperio. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas operas de Alencar cheio de bons sentimentos portuguezes.

Já tinhamos o communismo. Já tinhamos a lingua surrealista. A edade de ouro.
Catiti Catiti
Imara Notiá
Notiá Imara
Ipejú

A magia e a vida. Tinhamos a relação e a distribuição dos bens physicos, dos bens moraes, dos bens digunarios. E sabiamos transpor o mysterio e a morte com o auxilio de algumas formas grammaticaes.

Perguntei a um homem o que era o Direito. Elle me respondeu que era a garantia do exercicio da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o

Só não ha determinismo - onde ha mysterio. Mas que temos nós com isso?

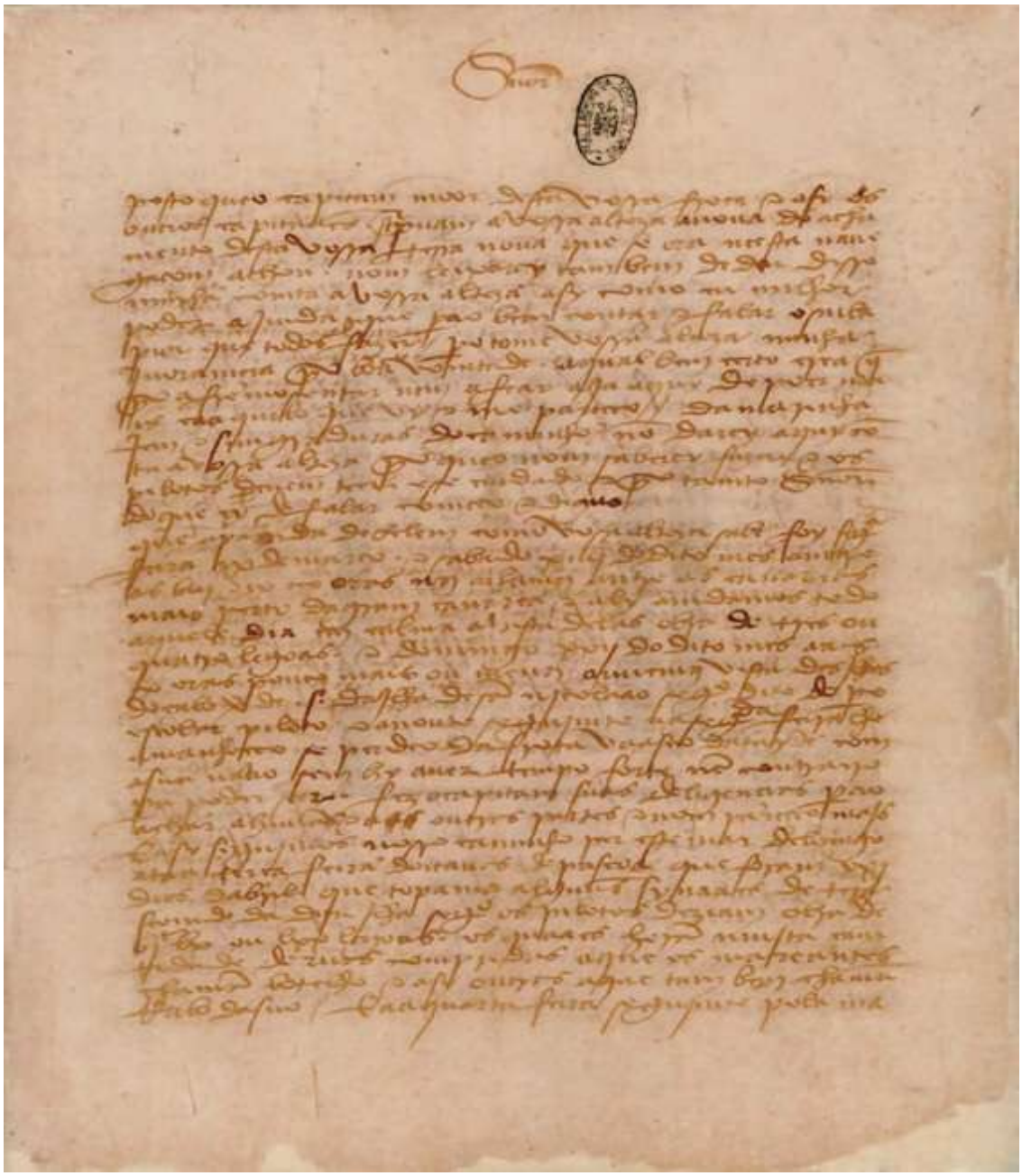
Continua na Pagina 7

4. “Manifesto antropófago”, de Oswald de Andrade. *Revista de Antropofagia*,1928. BBGJM

O “Manifesto antropófago”, de Oswald de Andrade, converteu-se numa espécie de bandeira do modernismo brasileiro. Composto de vários aforismos, ele foi lido pela primeira vez em 1928, na casa de Mário de Andrade, e publicado na *Revista de Antropofagia*. Misturando poesia com muito bom humor, e trazendo referências a autores como Freud, Marx, Breton, Picabia, Rousseau e Montaigne, Oswald combinava, ainda, passagens retiradas das diferentes culturas formadoras do Brasil. “Contra todos os importadores de consciência enlatada”, o texto metaforizava o costume canibalista dos nativos da Terra Brasilis, sugerindo a “ingestão” crítica do cardápio de ideias vindo de fora e sua “deglutição” adequada à realidade do país.

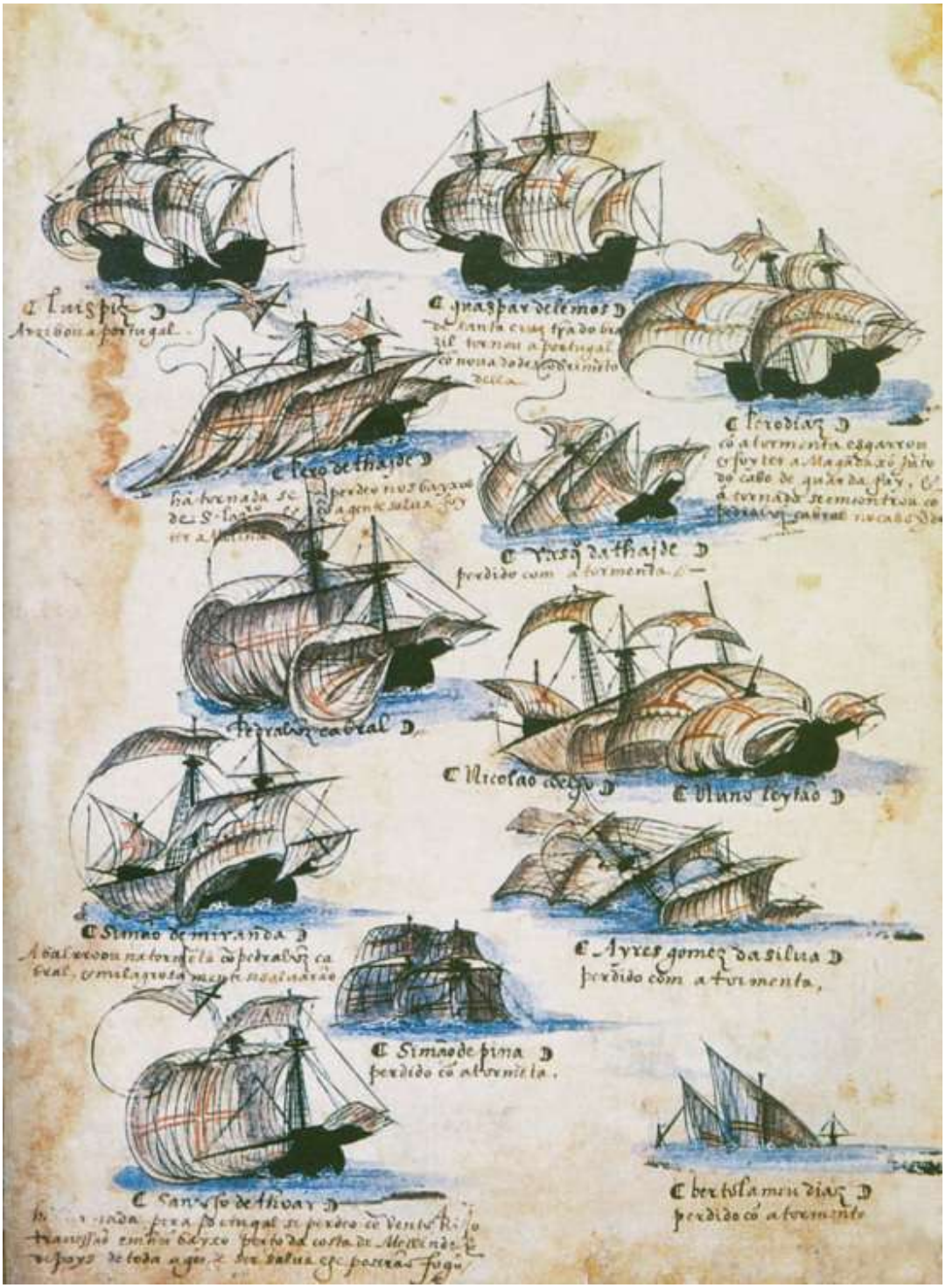
5. *Rua da Liberdade,* São Paulo, fotografia de Claude Lévi-Strauss, *c.* 1937. IMS

O Brasil é um país de ambiguidades em que o arcaico se prolonga no moderno: é avançado e retrógrado, urbano e rural, rico e pobre; contempla conflito e brandura, casa-grande e senzala. O etnólogo francês Claude Lévi-Strauss, que aqui esteve de 1935 a 1939, captou nesta foto a tensão entre extremos. O bonde lotado de senhores de terno convive com o gado que lentamente anda pela rua apressada da cidade, numa combinação de temporalidades e diferentes perspectivas de modernidade.



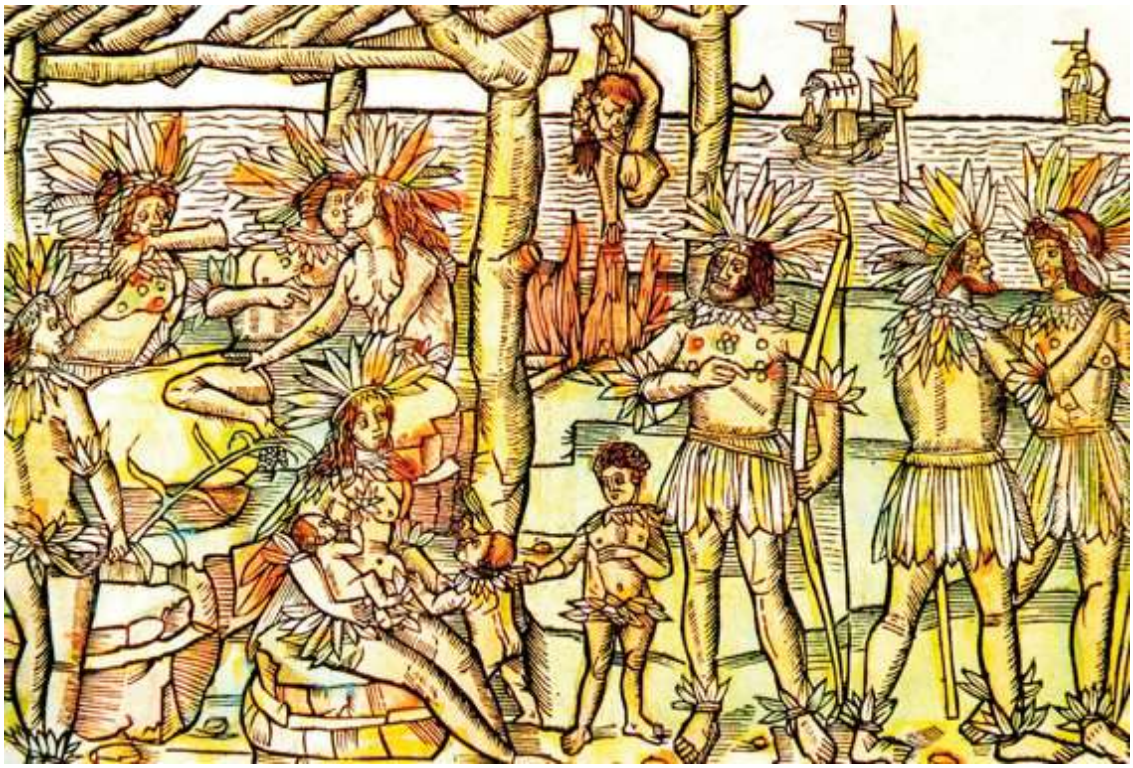
6. “Carta ao rei d. Manuel, dando notícias do descobrimento da terra de Vera Cruz, hoje Brasil, pela armada de Pedro Álvares Cabral”, manuscrito de Pero Vaz de Caminha, 1º de maio de 1500. ANTT

A carta de Pero Vaz de Caminha é o primeiro registro escrito da história oficial do Brasil. No documento, Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, comunica ao rei d. Manuel I (1469-1521) o descobrimento de novas terras. Redigida onde hoje é a cidade de Porto Seguro, Bahia, e datada de 1º de maio de 1500, a carta foi levada pelo comandante Gaspar de Lemos a Lisboa, de cujos arquivos desapareceu. Só seria recuperada em 1773, e apenas em 1817 foi publicada no Brasil. A exuberância natural dos trópicos, apresentada pelo escrivão, abalou o imaginário europeu. O Novo Mundo era de fato completamente novo. Caminha, ele próprio um exímio narrador, dá ao “achado” o tom de excepcionalidade e descreve o local como um novo paraíso.



7. *Memória das Armadas que de Portugal passaram à Índia*... ou *Livro das Armadas da Índia*, autor desconhecido, *c*. 1497-1640. ACL

Apesar do tom triunfalista do discurso lusitano sobre as grandes navegações, o sucesso resultou de um longo processo de tentativas que envolveram muitos prejuízos e naufrágios. É certo que esse método experimental possibilitou o desenvolvimento científico e tecnológico das embarcações, mas os avanços não tornaram as viagens menos arriscadas nem abrandaram o imaginário a respeito do além-mar. Neste documento, o orgulho dos portugueses vem expresso na representação dos diversos tipos de embarcação.



8. *Imagem do Novo Mundo*, xilogravura aquarelada à mão de Johann Froschauer, *c*. 1505, publicada em *Mundus Novus*, de Américo Vespúcio. BPNY

A América pré-cabralina era habitada por uma enorme variedade de grupos indígenas, que se distinguiam sobretudo pelos troncos linguísticos e por suas culturas. Mas os europeus transformaram o diferente em "falta". Exemplo disso foram as representações visuais da época. Num momento em que era melhor "ouvir dizer do que ver", vingou a imaginação, com os índios apresentados como guerreiros e bárbaros devoradores de humanos. Ao fundo, naves portuguesas vêm trazendo a "civilização" europeia.

9. *Terra Brasilis* (Tabula hec regionis magni Brasilis), Lopo Homem, mapa manuscrito, desenhado e iluminado sobre pergaminho, *c*. 1515-19. BNF

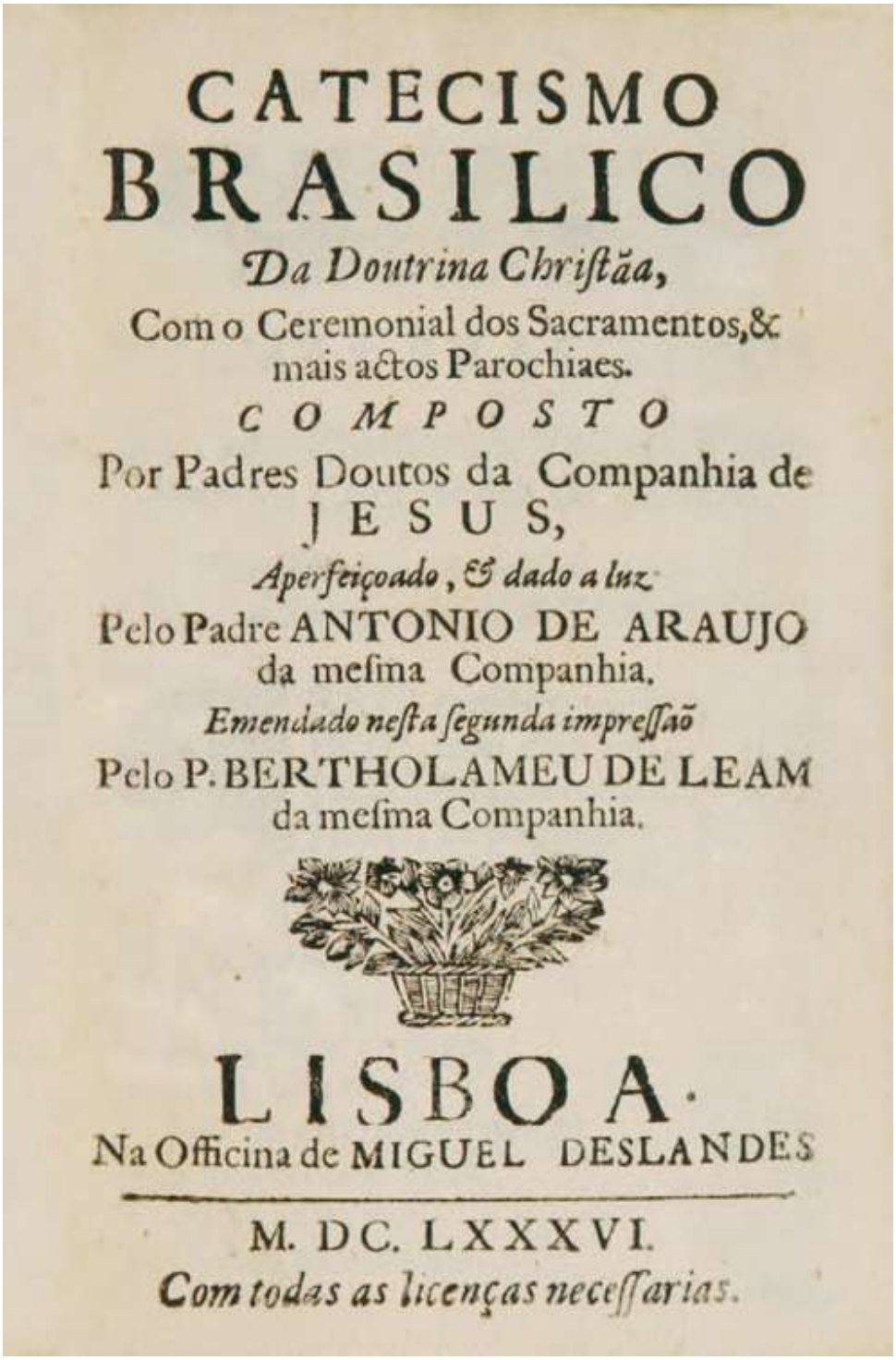
Em 1517, d. Manuel I, rei de Portugal, concedeu a Lopo Homem — cartógrafo e cosmógrafo luso — um alvará que lhe outorgava o direito de estabelecer as rotas marítimas para as embarcações do Império. Revalidada em 1524, a concessão permitiu que o cartógrafo viajasse pelo mundo e ajudasse na demarcação do Tratado de Tordesilhas. No mapa que fez da Terra Brasilis, caprichou nas naus portuguesas com suas bússolas de orientação, e figurou papagaios — simbolizando a nova terra — e indígenas em guerra no território recém-descoberto. Não se esqueceu do pau-brasil, que, utilizado pelos nativos na produção artesanal e na coloração de enfeites, logo despertou o interesse da metrópole.

10. Gravura retirada do livro *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden, publicado por Andres Colben, Marburgo, 1557. FBN

Durante dez longos meses, Hans Staden permaneceu como refém numa aldeia tupinambá. Lá, dedicou-se a não ser comido e a compreender o significado cultural dos rituais antropofágicos. A ilustração destaca a bravura dos prisioneiros que tanto impressionou o viajante. Antes de ser morto, o corajoso guerreiro, digno de ser devorado, insultava seus algozes e gritava que seria vingado pelos membros de sua tribo. Esse era o princípio da antropofagia, que, mais que um costume alimentar, constituía uma prática ritual de troca entre iguais.

11. *Mulheres e crianças da tribo tomam mingau feito com as tripas do prisioneiro sacrificado*, Théodore de Bry, 1592. BMA

Théodore de Bry — um ourives, gravurista e propagandista huguenote que jamais pisou na América — transformou-se no mais famoso gravurista de sua época. Especializado em retratar, com muita imaginação, os costumes das terras distantes, ilustrou o volume escrito por Jean de Léry sobre o Brasil. Porém, diferentemente do viajante, destacou o canibalismo das populações dessas terras figurando mulheres gulosas, a lamber os dedos. Representou-as como as bruxas da convenção pictórica ocidental — por vezes velhas de peitos caídos, por vezes moças luxuriosas que lideravam o ritual. A imagem lembra um banquete, mas as analogias vinculavam a prática ao inferno.

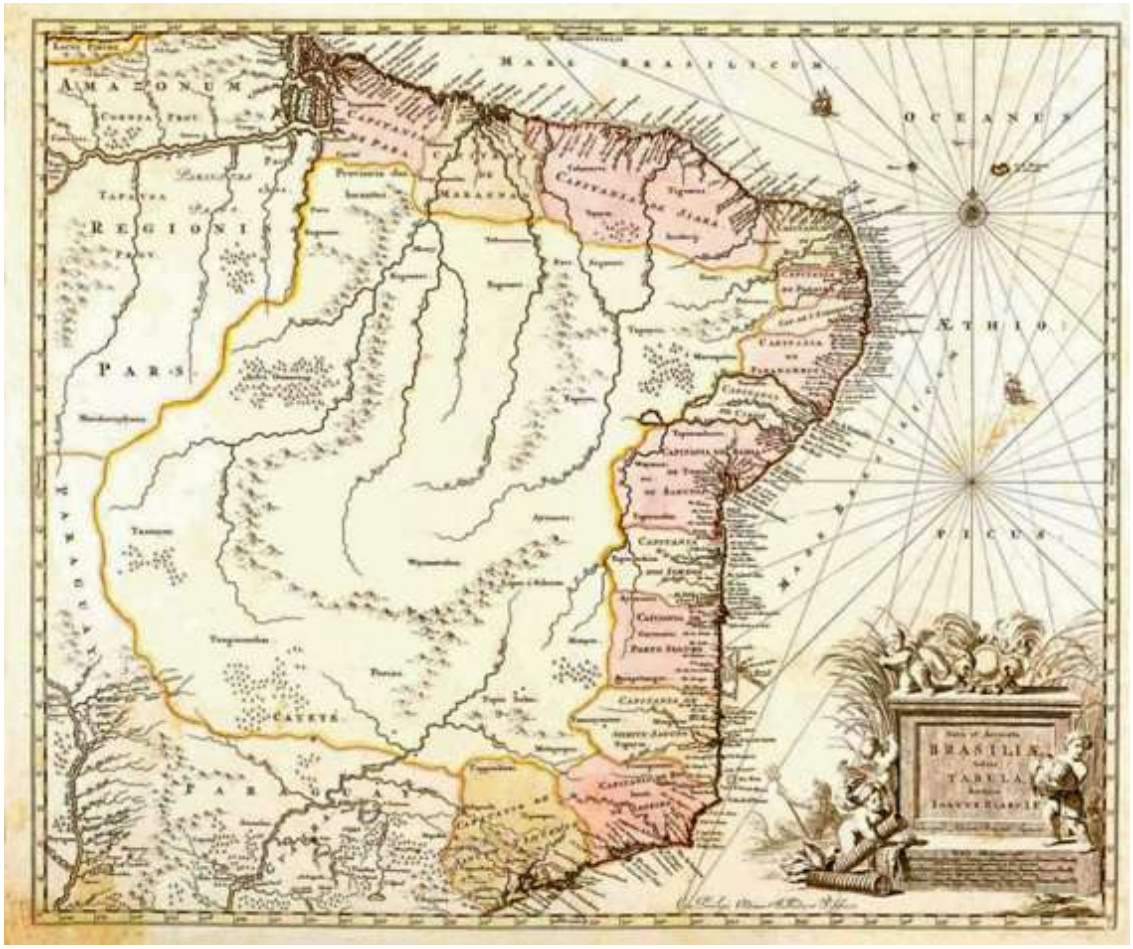

CATECISMO
BRASILICO
Da Doutrina Chriſtãa,
Com o Ceremonial dos Sacramentos,&
mais actos Parochiaes.
COMPOSTO
Por Padres Doutos da Companhia de
JESUS,
Aperfeiçoado, & dado a luz
Pelo Padre ANTONIO DE ARAUJO
da meſma Companhia.
Emendado neſta ſegunda impreſſaõ
Pelo P. BERTHOLAMEU DE LEAM
da meſma Companhia.
LISBOA.
Na Officina de MIGUEL DESLANDES
M. DC. LXXXVI.
Com todas as licenças neceſſarias.

12. Frontispício do *Catecismo brasílico*, da Companhia de Jesus, Miguel Deslandes, Lisboa, 1686 (segunda impressão). BBGJM

Incumbidos do papel missionário, os portugueses viam a catequese nas terras desconhecidas como fundamental. Num contexto de refluxo da Igreja católica na Europa por conta das Reformas protestantes, os jesuítas, cuja meta era a conquista de novos fiéis, passaram a cristianizar os ameríndios. Para tanto, aprenderam as línguas nativas e nelas redigiram cartilhas e materiais religiosos, o que propiciou o diálogo, mas também muitos mal-entendidos em virtude das grandes diferenças culturais.

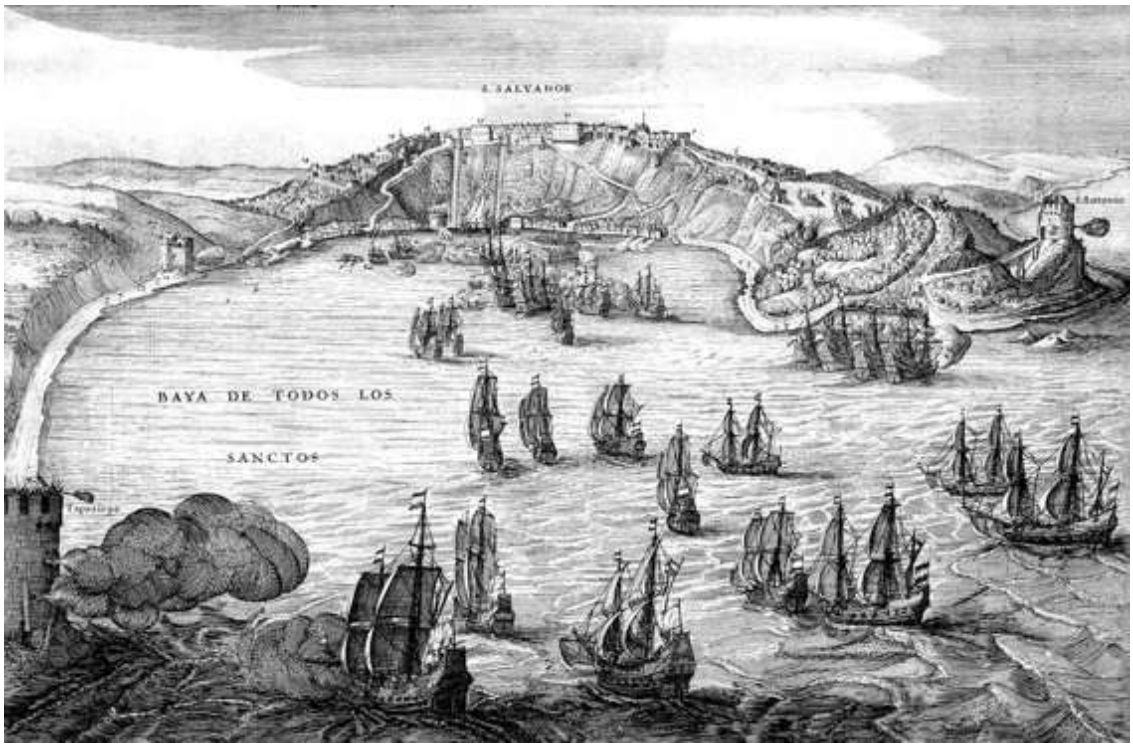
13. “América”, gravura colorida à mão reproduzida no Grande Atlas de Johannes Blaeu, 1662. BI

A descoberta do Novo Mundo de fato inundou o imaginário europeu, dividido entre o éden e o inferno. Como os nativos americanos não legaram registros impressos, as representações a que temos acesso são europeias, pautadas por convenções ocidentais. Lugar para a projeção alheia, a América concentrou estereótipos de indígenas decaídos, mas também edenizados, e tendeu a misturar tudo: alegorias clássicas, animais fantásticos e indígenas escravizados.



14. *Nova et Accurata Brasiliae Totius Tabula*, mapa de Johannes Blaeu, 1640. IHGB

O mapa representa a faixa litorânea brasileira dividida em catorze parcelas, distribuídas entre doze nobres portugueses para que as administrassem em nome do rei. Assim começou o sistema de capitanias hereditárias. No interior estão assinalados rios, montanhas e florestas — alguns conhecidos; outros imaginários —, além das nações indígenas encontradas nos territórios: Guairá, Tupiniquim, Caeté, Tupinambá, Aimoré, Tapuia.



15. *Warhafftige abbildung von einnehmung der stadt S. Salvador in der Baya de Tódos les Santos*, gravura de Nicolau Vischer, 1624. FBN

A passagem do trono português à Coroa espanhola, em 1580, levou a aliada Holanda a se tornar inimiga. Os holandeses, ressentidos por não terem sua independência reconhecida pela Espanha, procuraram invadir Salvador por três vezes entre 1604 e 1627. Na segunda tentativa, em 1624, lá se instalaram, até que uma grande frota lusitana os expulsou, no ano seguinte. Na imagem vemos Salvador, com sua topografia acidentada — uma cidade alta e uma cidade baixa ligadas por becos estreitos —, ser tomada por uma armada holandesa e a fumaça alegórica da guerra.

16. *Paisagem com plantação* [*O engenho*], óleo sobre madeira de Frans Post, s.d. MBB

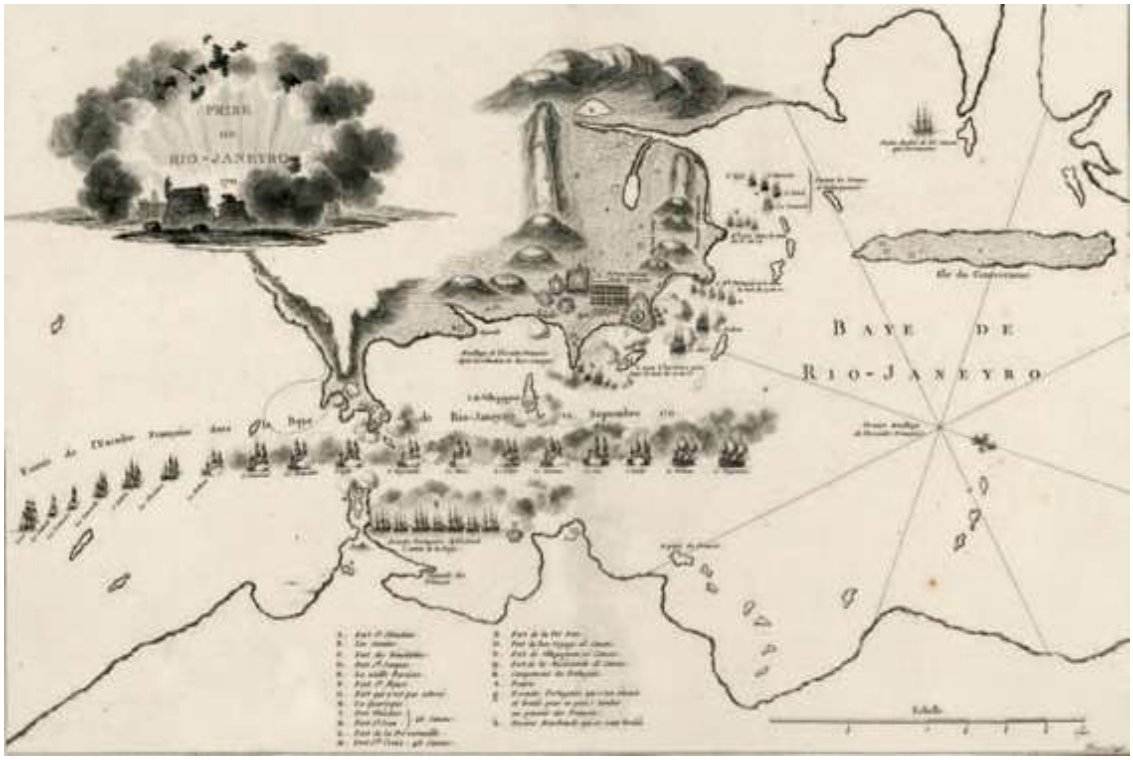
Os primeiros engenhos de açúcar começaram a se espalhar em Pernambuco por volta de 1535. No início, o termo “engenho” era empregado para denominar as instalações de moagem da cana. Com o decorrer do tempo, passou a designar o complexo açucareiro de maneira geral: terras, edificações, lavouras e o local de mando. Nesta tela, Frans Post retratou tudo a partir de uma interpretação idílica. O artista, nascido em 1612 na cidade de Leiden, encantou-se com os trópicos plácidos de Pernambuco, Maranhão e Bahia. Céus azul-claros, pequenas figuras e casarios isolados conferiam harmonia às terras desconhecidas.

17a. *Mulher tapuia*, óleo sobre tela de Albert Eckhout, 1641. MND
17b. *Homem tapuia*, óleo sobre tela de Albert Eckhout, 1641. MND

Albert Eckhout (1618-66) esteve na capitania de Pernambuco durante o domínio holandês, e especializou-se em registrar o território, a natureza e os nativos locais. As ilustrações do artista devolvem também as visões de época, uma vez que Eckhout oferecia à sua clientela o que ela desejava ver: as práticas exóticas daquelas gentes. Na imagem da mulher tapuia o pintor holandês incluiu a mão e o pé de um inimigo morto, numa clara alusão ao canibalismo e à curiosidade mórbida que cercava tal prática — a qual, aliás, Eckhout não verificou *in loco*. Este casal pertence a uma série que compreende outros grupos: “Brasilianen”, “Tapuya”, africanos, mulatos e mamelucos.

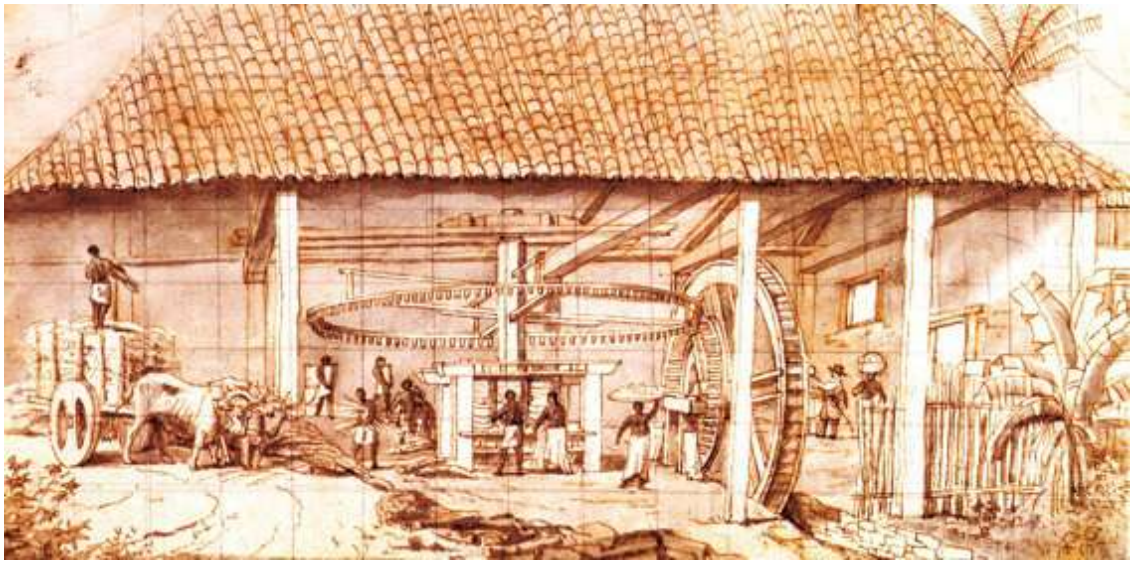
18. *Mercado de escravos em Pernambuco*, aquarela sobre papel de Zacharias Wagener, 1641. SK

O tráfico de escravos criou uma rede comercial que interligou várias partes do mundo e representou o maior fluxo migratório forçado da história até o século XIX. Na colônia holandesa em Pernambuco, tal mercado era suprido por africanos trazidos de Angola e da Guiné. Artistas como Zacharias Wagener (1614-68) — desenhista e cartógrafo que se transferiu para o Recife em 1634 como soldado da Companhia das Índias Ocidentais e permaneceu por lá durante o governo de Maurício de Nassau — tinham, porém, dificuldades em retratar negros. O motivo poderia ser pictórico — e relativo à falta de experiência —, mas também de fundo moral.



19. *Prise de Rio-Janeyro* [*A esquadra de Duguay-Trouin*], gravura de Drouet, baseada no desenho de Ozanne, s.d. BAS

Depois das tentativas fracassadas de assentar colônias no território português nos séculos XVI e XVII, os franceses continuaram investindo contra a costa brasileira, em particular no Rio de Janeiro. Em 1711, foi a vez de Duguay-Trouin, comandante de uma frota de corsários que precisou de apenas uma semana para tomar a cidade. O francês exigiu, então, um resgate milionário pago pelo governador em barras de ouro.

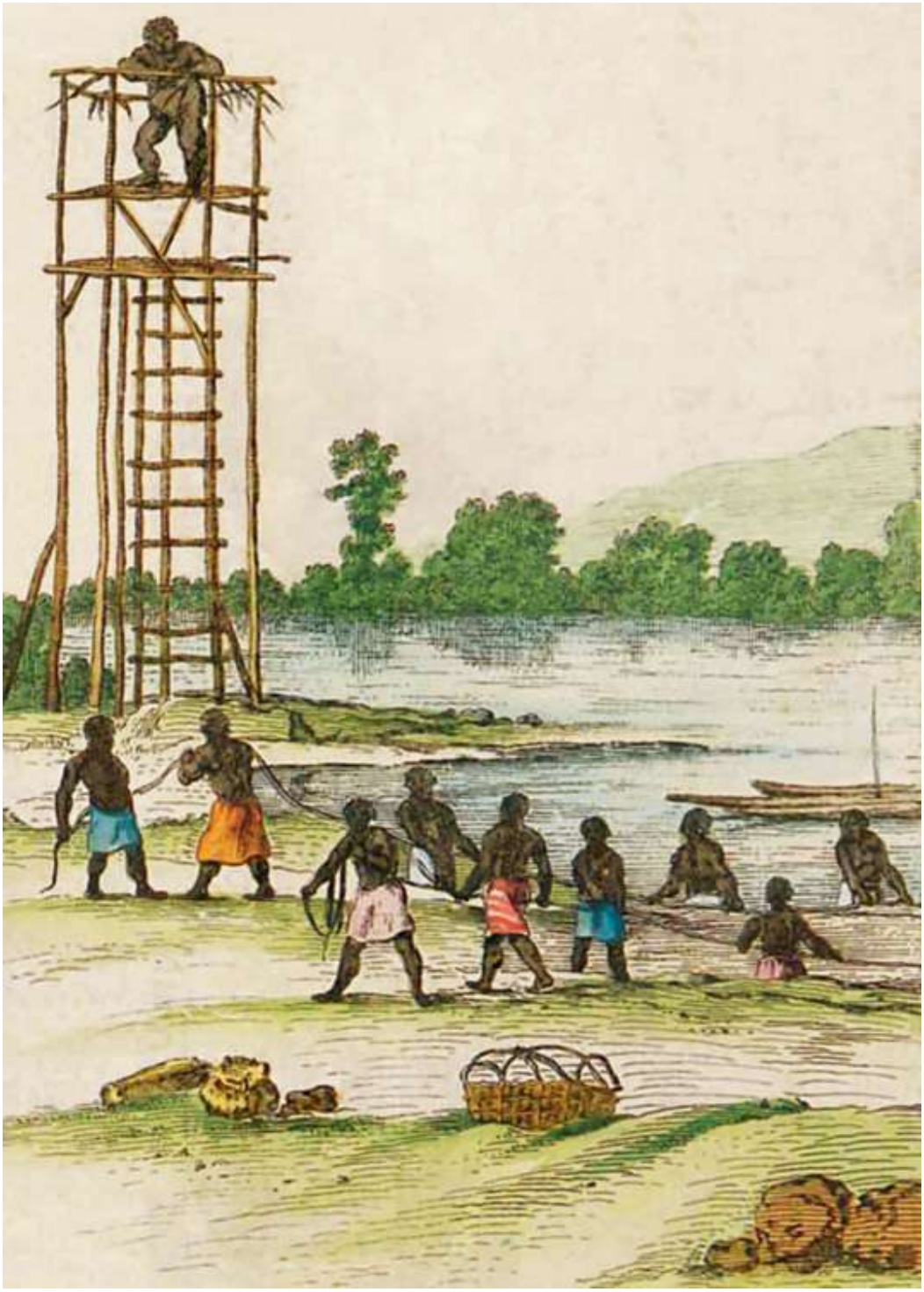


20. *Pressoir à sucre au Brésil*, nanquim sobre lápis de Frans Post, *c*. 1637-44. MRBAB

Grande parte dos escravizados que aqui desembarcaram durante os séculos XVI e XVII foi destinada à produção açucareira. Uma vez no engenho, seu trabalho seria exaustivo. O caldo da cana era extraído nas moendas e cozido em tachos de cobre. Em seguida, era purgado em fôrmas cônicas de barro — os "pães de açúcar" —, onde o açúcar se depositava. Depois de secos, os açúcares — branco e mascavo — estavam prontos para o comércio. Neste desenho do século XVI, um pequeno senhor, com seu chapéu e roupas a distingui-lo, inspeciona os serviços, e a bananeira, no canto inferior à dir., parece simbolizar que estamos decididamente nos trópicos.

21. Conquistas dos Campos de Guarapuava: *Cappitão Carneiro que passou alem do rio com outros Camaradas, ficando estes mortos, veyo fogindo*, guache e aquarela de Joaquim José de Miranda, séc. XVIII. CBMPC

Parte de um conjunto de 38 aquarelas atribuídas a Joaquim José de Miranda e elaboradas de 1771 a 1773, o desenho descreve o confronto final, no Paraná, entre a expedição comandada pelo tenente-coronel Afonso Botelho de São Paio e Sousa e os índios Kaingang. Devido à sua suposta "índole insubmissa", empreendeu-se uma verdadeira política de genocídio do grupo. Na aquarela, porém, são os Kaingang que assassinam os brancos. Este é um exemplo da imagem de "colonização pacífica" que os portugueses procuravam divulgar, silenciando sobre o extermínio de indígenas.

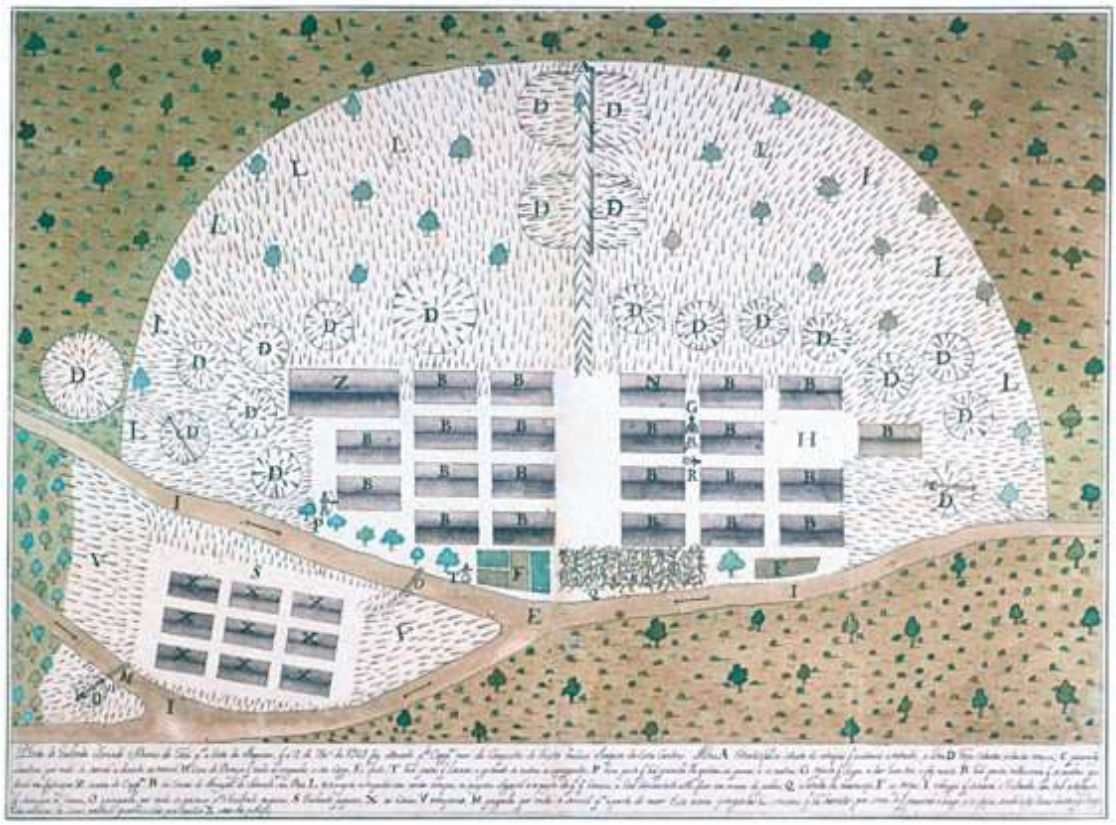


22. *Detalhe do mapa Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis, de Georg Marcgraf e Gaspar Barlaeus*, 1647. BDCH-USP

Não restaram muitas representações de Palmares — a maior comunidade de escravos fugidos e possivelmente a que sobreviveu por mais tempo na América portuguesa. Evento exemplar da luta dos cativos no Brasil, Palmares passou a designar uma extensa confederação de quilombos. Na figura destaca-se o trabalho coletivo, marca desse tipo de assentamento.

23. Gravuras de *Relation d'un voyage: Fait en 1695, 1696 & 1697, aux Côtes d'Afrique*, *Détroit de Magellan, Brezil, Cayenne & Isles Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes*, de Froger, 1698. BNF

Parte importante da história do tráfico de escravos transcorria já na costa africana: nações inteiras, muitas vezes em guerra, eram aprisionadas e comercializadas. Ainda nesse contexto, idealizaram-se verdadeiros manuais para "padronizar" as regras de comércio e ensinar uma série de castigos cujo objetivo era incutir o medo e a obediência dentro do sistema escravocrata. Neste raro documento do século XVII vemos como eram rotinizadas as regras do "bem submeter".



24. *Planta do quilombo chamado Buraco do Tatu para a costa da Itapoam*, autor desconhecido, 1764. AHU

O Buraco do Tatu localizava-se nas adjacências de Itapuã, próximo a Salvador. Um dos poucos mapas que sobreviveram revela que esse quilombo tinha menos de uma centena de moradores, e era formado por 32 cabanas retangulares ordenadas em fileiras e cortado por uma grande rua central. Cada cabana abrigava uma família, e o formato arredondado da aldeia remetia às vilas do Nordeste da África: paliçadas, armadilhas dissimuladas por folhas, árvores frutíferas e pequenas hortas. O mapa também inclui minúsculos personagens negros, representados trabalhando ou protegendo seu refúgio.

25. *Batalha dos Guararapes*, óleo sobre tela de autor desconhecido, 1758. MHN

As tropas holandesas e luso-brasileiras enfrentaram-se nos montes Guararapes em 1648 e em 1649. Nas duas ocasiões, as bem treinadas forças da Holanda foram derrotadas por uma milícia local formada por índios, negros e brancos da colônia portuguesa. As batalhas travadas nos Guararapes são consideradas decisivas para a expulsão dos holandeses, que ainda levaria cinco anos para se concretizar. Os henriques (ou milícias negras) — uma tropa composta de escravos e forros, representada à esq. da tela, em primeiro plano — tiveram grande destaque nos confrontos. A bravura dos soldados rendeu ao seu comandante, Henrique Dias, ele próprio filho de negros libertos, uma condecoração da Ordem de Cristo e o título de "governador dos crioulos, negros e mulatos".

26. *Coroação de um rei nos festejos de Reis*, Carlos Julião, s.d. FBN

Do continente africano vieram povos variados: balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jalofos. Com eles chegaram também diversas tradições religiosas, que ganharam novos significados ao entrar em contato com o catolicismo. Carlos Julião (1740-1811), engenheiro do exército colonial, foi um artista luso-italiano que atuou no Brasil como inspetor de fortalezas. Na falta de registros visuais do cotidiano, Julião converteu-se num dos mais conhecidos desenhistas da colônia, retratando diferentes costumes. Aqui, vemos a eleição de um rei africano saudado em meio a uma procissão.

27. *Mapa das Minas do ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence*, engenheiro Pedro Gomes Chaves, 1714. FBN

A descoberta do ouro no fim do século XVII foi fruto das inúmeras bandeiras que partiam da vila de São Paulo de Piratininga para o interior do país. As Minas passaram, então, a representar o sonho de enriquecimento fácil; estradas, vilas e fazendas surgiram em ritmo vertiginoso com a chegada de cada vez mais colonos e europeus. A organização social e econômica que se estabeleceu era inédita na colônia, e os mapas começavam a demarcar com cuidado a rica região.

28. *Modo como se extrai o ouro no Rio das Velhas e nas mais partes dos Rios*, autor desconhecido, *c*. 1780. IEB-USP

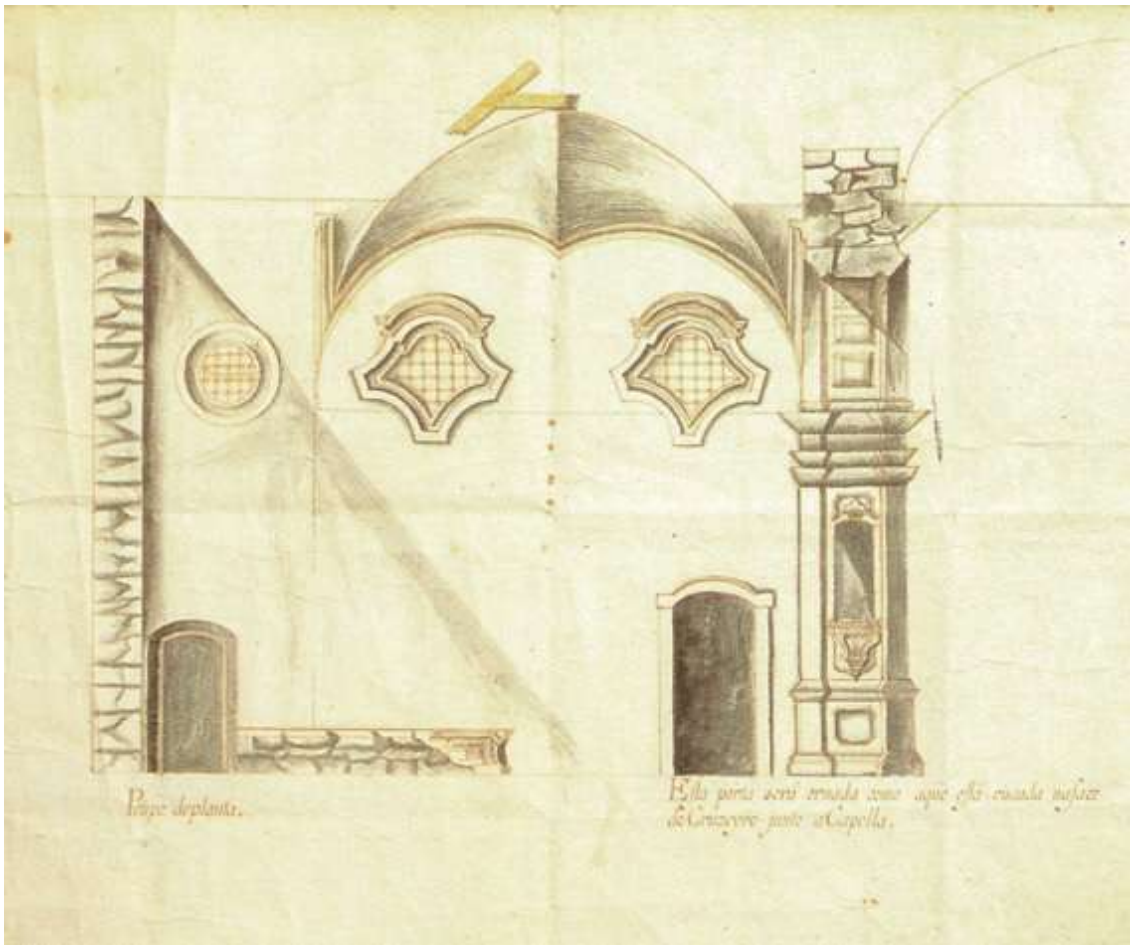
A mineração de profundidade foi apenas uma das muitas técnicas utilizadas para extrair as riquezas das Minas. A Coroa portuguesa almejava encontrar grandes reservas de ouro e diamantes — as quais, quando descobertas, asseguraram lucros consideráveis. A maior parte do trabalho era realizada por escravizados, que chegavam em quantidades cada vez maiores, proporcionais à demanda por ouro. Na imagem, o funcionamento das chamadas "rodas de rosário", enquanto os trabalhadores carregam na cabeça o ouro e o cascalho, levando-os para processamento.

29. Nossa Senhora do Rosário, autor desconhecido, séc. XVIII. MI

No auge da exploração aurífera nas Minas, era preciso encontrar artifícios cada vez mais eficientes para escapar ao controle severo da Coroa portuguesa. Um deles foi o "santo do pau oco", famoso em todo o Brasil, sobretudo em Minas Gerais. Os contrabandistas usavam figuras religiosas, como esta Nossa Senhora do Rosário, para esconder o ouro e transportá-lo em segurança, driblando a vigilância do fisco. O contrabando não impedia, porém, o apuro e o requinte das peças que traziam o rebuscamento do Barroco tardio mineiro.

30. Capela de São Francisco da Penitência, Ouro Preto, pintura de Manuel da Costa Ataíde, s.d.

Além das obras de Aleijadinho, a igreja de São Francisco de Assis conta com as pinturas de outro grande artista do Barroco mineiro: Manuel da Costa Ataíde, mais conhecido como mestre Ataíde, que nasceu em 1762, em Mariana, onde morreu em 1830. Foi militar e, sobretudo, um celebrado pintor e decorador, que se destacou pelo uso de cores vivas, logo associadas à exuberância dos trópicos. Nos seus desenhos, muitas vezes madonas, santos e anjos têm traços mestiços e características locais. Na imagem vemos o teto da capela-mor decorado com uma representação de Nossa Senhora da Porciúncula, rodeada de anjos encarregados de executar um concerto musical.



31. Detalhe da fachada da Igreja São Francisco de Assis, atribuído a Aleijadinho, séc. XVIII. MI

A igreja de São Francisco de Assis, um dos marcos da cidade de Ouro Preto, foi projetada e ornamentada por Aleijadinho, que recebeu a encomenda do risco para a edificação em 1766. Escultor, entalhador e arquiteto, Antônio Francisco Lisboa nasceu entre 1730 e 1738, em Ouro Preto, e aí faleceu em 1814. Pouco se sabe sobre a vida desse artista, que ganhou o apelido depois de ter sido acometido por uma doença degenerativa. Aleijadinho foi capaz de transmitir sua criatividade a obras que sintetizam a arte das Minas do século XVIII, numa combinação inédita das convenções europeias com o ambiente cultural das cidades mineradoras.

32. Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Ó, Sabará (MG), pinturas atribuídas a Jacinto Ribeiro, s.d.

"Nossa Senhora do Ó" é uma simplificação — foi esse o nome que os mineiros escolheram para invocar Nossa Senhora da Expectação do Parto, também chamada de Nossa Senhora da Esperança. O excesso de ouro laminado que recobre o altar-mor realça as marcas próprias do Barroco e do auge da mineração no Brasil. No centro do altar, a imagem de Nossa Senhora com as mãos cruzadas sobre o peito está circundada de pássaros dourados, pagodes e mandarins em painéis vermelhos desenhados a ouro. São as "chinesices", os traços chineses talvez inspirados na louça que vinha de Portugal para as Minas.

33. *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal* (*1688-1756*), *terceiro conde de Assumar, primeiro marquês de Castelo Novo e primeiro marquês de Alorna*, óleo sobre tela de autor desconhecido, século XVIII. FCFA

D. Pedro Miguel de Almeida Portugal Vasconcelos, conde de Assumar, chegou ao Brasil em 1717 como governador da capitania de São Paulo e das Minas do Ouro. Era um homem truculento e autoritário — mas também culto. Tinha interesse no mapa político da Europa moderna, acompanhava os debates que caracterizaram o pensamento sobre o poder em Portugal — a teoria escolástica, a ortodoxia católica, o humanismo, a soberania do poder régio. E, ainda, demonstrava curiosidade pelas teorias dos homens de letras, sobretudo na Grã-Bretanha e na França. Com tudo isso, não era de estranhar que Assumar fosse proprietário de uma *livraria* bem cultivada onde existia espaço aberto para as ciências, os saberes profanos e era um pouco contaminada pela ilustração.

34. *Ex-voto encomendado por Agostinho Pereira da Silva*, óleo sobre tela de autor desconhecido, Igreja e Mosteiro de São Bento, 1749, Salvador

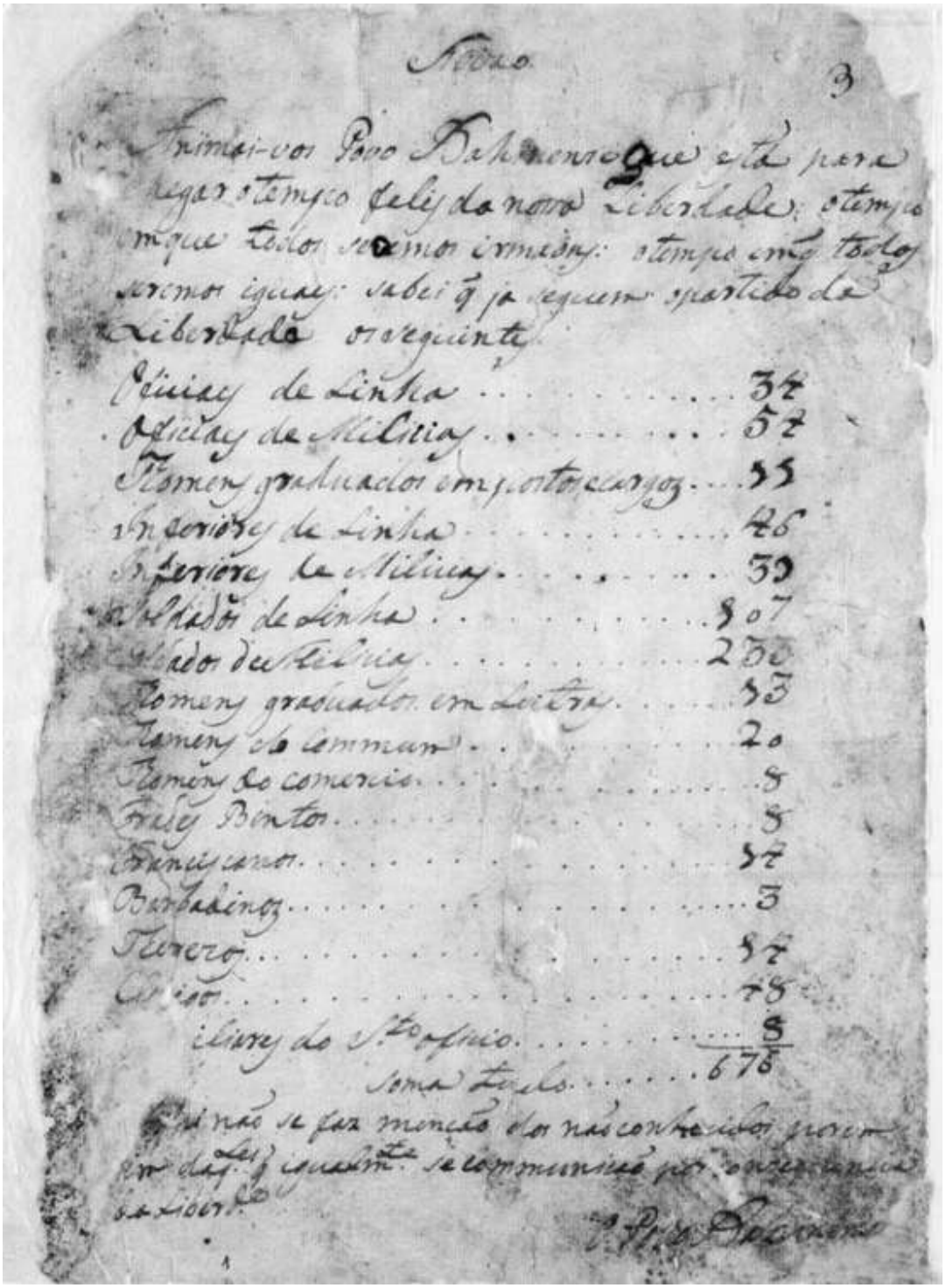
Como uma multidão antes dele, Agostinho Pereira da Silva deixou para trás a vila do Lamego, em Portugal, e se mandou para as Minas, buscando o ouro fácil que brotava dos rios. A imagem, um ex-voto, narra as peripécias que ele viveu nessa aventura. Enfrentou toda sorte de perigos — como as cobras enormes, no alto da imagem à esq. — e o cenário selvagem. Para seu azar, chegou às Minas durante a Guerra dos Emboabas, o conflito que opôs paulistas e portugueses pelo controle da capitania (possivelmente a vila de Sabará ou Caeté, no centro da imagem). Agostinho só escapou por invocar Nossa Senhora dos Remédios (no alto, à dir.). O ex-voto encomendado por ele no fim da vida (no detalhe, embaixo à esq.) era em paga da graça recebida: tornar-se sacerdote e sobreviver a tantas aventuras.

35. Forro da Capela do Nosso Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, Serro (MG), pinturas atribuídas a Silvestre Almeida Lopes, 1797.

A pintura do forro do teto da capela de Nosso Senhor Jesus de Matosinhos, na cidade do Serro, é atribuída a Silvestre de Almeida Lopes, um artista de origem negra nascido em Arraial do Tejuco, atual Diamantina. Emoldurado por conchas, flores e anjos, no melhor estilo rococó, o medalhão central retrata o episódio do recolhimento do Cristo crucificado na praia de Matosinhos, em Portugal. Mas o pintor explicitamente mistura tudo: o homem que acolhe Cristo está trajado como um sans-cullote e usa um gorro semelhante a um barrete frígio, e o prédio ao fundo evoca a Bastilha — todas alusões às "francesias", os princípios de liberdade da Revolução Francesa que começaram a circular na América portuguesa a partir de 1789.

36. Detalhe de painéis da Igreja de Santa Efigênia, Ouro Preto, s.d.

Reza a lenda que na Igreja de Santa Efigênia, em Ouro Preto, o visitante pode ouvir vozes conversando em dialeto africano, já que nesse local se prestava devoção a santos e a alegorias negras, confirmando a presença dos africanos na formação do Barroco mineiro. Seus painéis trazem pinturas em duas cores — nanquim azulada e areia — com episódios da vida cotidiana. No detalhe, quem sabe um comerciante esteja se defendendo de um previsível ataque de salteadores que infestavam o Caminho Novo — a estrada que ligava as Minas ao Rio de Janeiro e por onde circulava boa parte da riqueza da capitania.



37. Panfleto contendo a "Declaração dos princípios revolucionários [...] e relação dos que compartilham deles", manuscrito de autor desconhecido, 1798. APEB

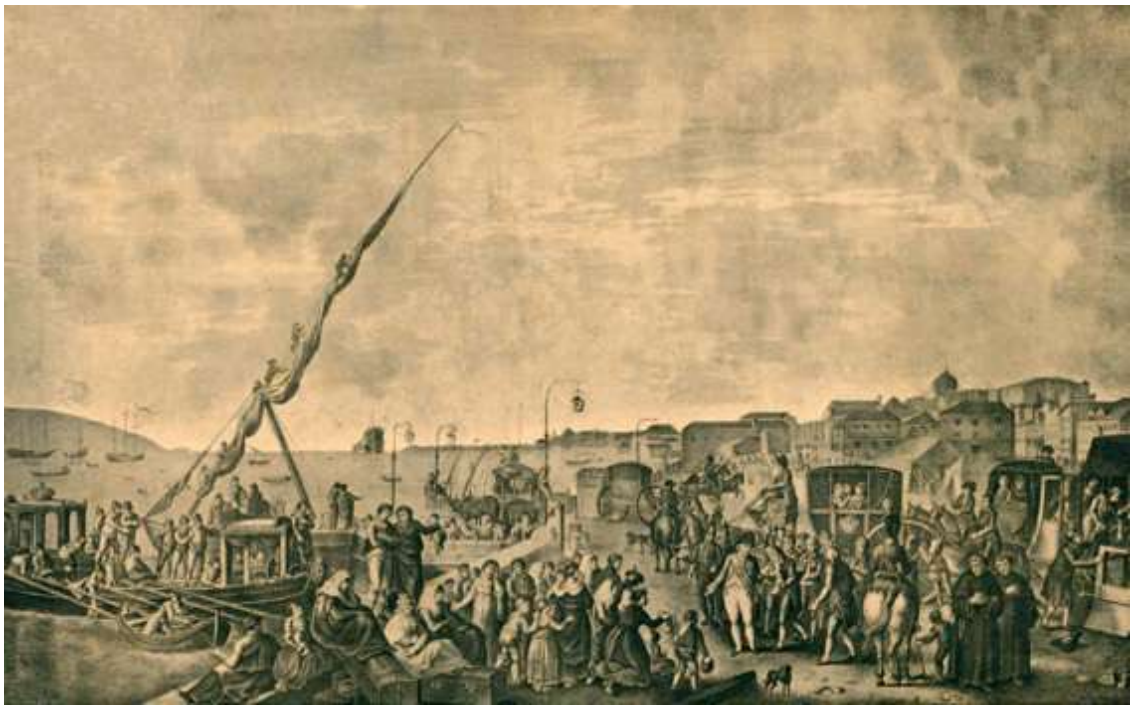
Um "Aviso" era um tipo de panfleto por meio do qual os conjurados baianos informavam à população sobre o andamento da conjura e as linhas mestras de seu programa político. O "Aviso" ao lado declarava que já existiam, em Salvador, 676 conjurados — "que seguem o partido da liberdade", dizia o texto — os quais eram, em sua maioria, militares provenientes do exército colonial e das tropas milicianas, e estavam preparados para, a qualquer momento, desfechar uma ação armada.

38. *Visão de Tiradentes* ou *O sonho de liberdade*, óleo sobre tela de Antônio Parreiras, 1926. UFMG

Tiradentes foi um herói sem face. A despeito de conhecermos sua importância durante a Conjuração Mineira, as imagens que guardamos dele foram todas imaginadas e produzidas a partir de fins do século XIX. Por isso, foram elas que o converteram numa espécie de Cristo — a barba, o cabelo, as vestes —, mas igualmente em herói republicano, perseguido pela monarquia. O momento era outro, e o herói também. Nesta bela tela do artista acadêmico Antônio Parreiras (Niterói, 1860-1937), Tiradentes é imortalizado como herói da República.

39. *D. Maria I*, óleo sobre tela de Miguel Antônio do Amaral, s.d. PNQ

D. Maria I, que subiu ao trono português em 1777, empreendeu uma política de Estado conhecida como a Viradeira. Opôs-se frontalmente ao marquês de Pombal e a quase todos os seus feitos. Seu governo também reprimiu, com mão forte, os movimentos insurretos da colônia (como os de Minas e de Salvador). Porém, logo após a morte precoce do filho herdeiro, d. José, a rainha começou a apresentar sinais de demência e deixou de exercer suas funções, que foram sendo assumidas, paulatinamente, pelo príncipe regente d. João.



40. *S. M. El-Rei d. João VI de Portugal e toda a Família Real embarcando para o Brasil no cais de Belém, em 27 de novembro de 1807*, autor desconhecido. FBN

Diante do aumento das tensões geradas pelo embate entre Inglaterra e França, Portugal viu ameaçada sua posição de neutralidade. A França enviou tropas sob o comando do general Junot, ex-embaixador em Lisboa, à fronteira portuguesa, o que levou a corte a embarcar para o Brasil, às pressas, em 1807. A transferência da monarquia lusa foi um empreendimento tão inédito como inesperado, e as imagens de época retratam o nervosismo do momento, a despeito da pretensa tranquilidade de d. João, figurado ao centro da gravura.

41. *Sir William Sidney Smith* (*1764-1840*), *Adimiral, at Acre,* gravura de John Eckstein, 1808. UKGAC

Sir Sidney Smith, conhecido pela alcunha de Leão do Mar, foi um dos comandantes navais mais admirados e temidos da Inglaterra. Depois de tomar parte numa série de batalhas em defesa da Grã-Bretanha, foi designado para comandar a esquadra que acompanharia a família real portuguesa na sua travessia para o Brasil. Esta gravura de 1808 confere a Smith a aura de intrépido herói nacional.

42. *Alegoria da vinda de D. João*, desenho a nanquim aguada de I. A. Marques, s.d. FBN

Ante a ameaça à segurança nacional, o governo de d. João pôs em prática um plano antigo, várias vezes mencionado mas nunca antes realizado: a transferência da sede do Império lusitano para a América. Enquanto no dia a dia a situação era tensa, nas imagens oficiais o monarca surgia seguro, calmo e iluminado pelos deuses de todos os tempos. Ao fundo, as caravelas, igualmente abençoadas pelas "luzes divinas", estão prontas para um futuro que, ao menos nas projeções da monarquia, parecia predestinado.

43. *Boqueirão e arcos da Lapa*, óleo sobre tela de Leandro Joaquim, *c*. 1790. MHN

O Rio de Janeiro, não estava preparado para receber a corte portuguesa. Transformada em capital da colônia em 1763, a cidade era ainda uma vila pacata, e é isso que Leandro Joaquim deixa transparecer em seus quadros. Cenógrafo, pintor e arquiteto, era mulato, e viveu entre 1739 e 1798, sempre no Rio. Pintou obras de temática religiosa, retratos, e criou cenários para teatros. Suas telas mais conhecidas são elípticas, feitas para decorar um dos pavilhões do Passeio Público, parque desenhado por Mestre Valentim. Seis delas sobreviveram. Na imagem aparecem os Arcos da Carioca.

44. *D. João et dona Carlota Joaquina passant la Quinta de Boa Vista près du Palais de São Cristóvão*, óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay, 1816-21. MN-UFRJ

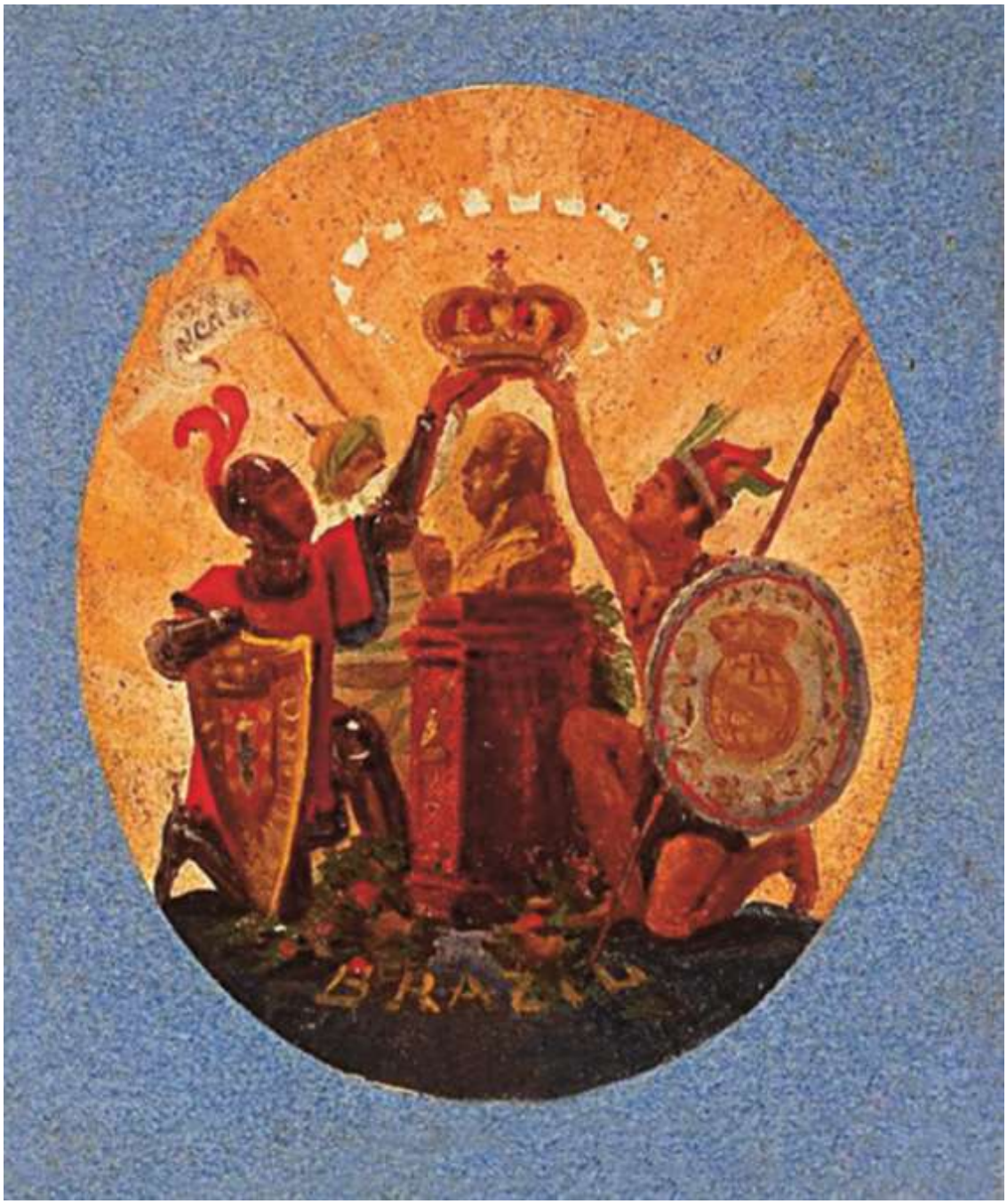
Em 1816 chegou ao Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses, todos ex-colaboradores de Napoleão — e, a essa altura, desempregados. O objetivo era engrandecer a corte de d. João, transitoriamente estacionada em sua colônia tropical. Acostumado a enaltecer o Estado, o grupo faria o mesmo no Brasil. Nesta tela, por exemplo, Taunay capta ao fundo o Paço Imperial, e à frente, na carruagem, iluminados, d. João e d. Carlota Joaquina, numa visão romântica de um casal que sabidamente vivia separado. Interessante é que Taunay incluiu a si próprio na pintura, fazendo reverência, junto com um escravo, à passagem do veículo.

45. *Retrato da rainha d. Carlota Joaquina*, óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay, *c*. 1816-21. PNQ

D. Carlota Joaquina (1775-1830), esposa de d. João VI, foi figura importante nas articulações políticas realizadas nas colônias americanas, às vezes a favor de Portugal, às vezes contra. Única herdeira adulta do trono de Carlos IV na Espanha, assumiu a defesa da dinastia após as invasões napoleônicas, mesmo habitando terras brasileiras. Jamais gostou do Brasil, e vivia às turras com seu marido. Taunay, artista francês que esteve no Brasil de 1816 a 1821, não conseguiu disfarçar as feições do modelo.

46. *Vista do largo do palácio no dia da aclamação de d. João VI*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1839. BBGJM

O fim da Revolução Pernambucana de 1817 representou a oportunidade para que se realizasse, em 1818, a aclamação de d. João como o legítimo rei de Portugal, Brasil e Algarves. O monarca aguardava ansioso a concretização do ato desde 1816, ocasião da morte de sua mãe. Por isso, recursos não foram poupados. Já Debret se esmerou em dar uma imagem popular ao evento: figurou uma multidão — que não existiu — acenando para o novo monarca, postado na sacada. Todos estão de costas para que a cena se assemelhe a um ritual europeu, sem que seja revelada a cor negra da maioria da população.

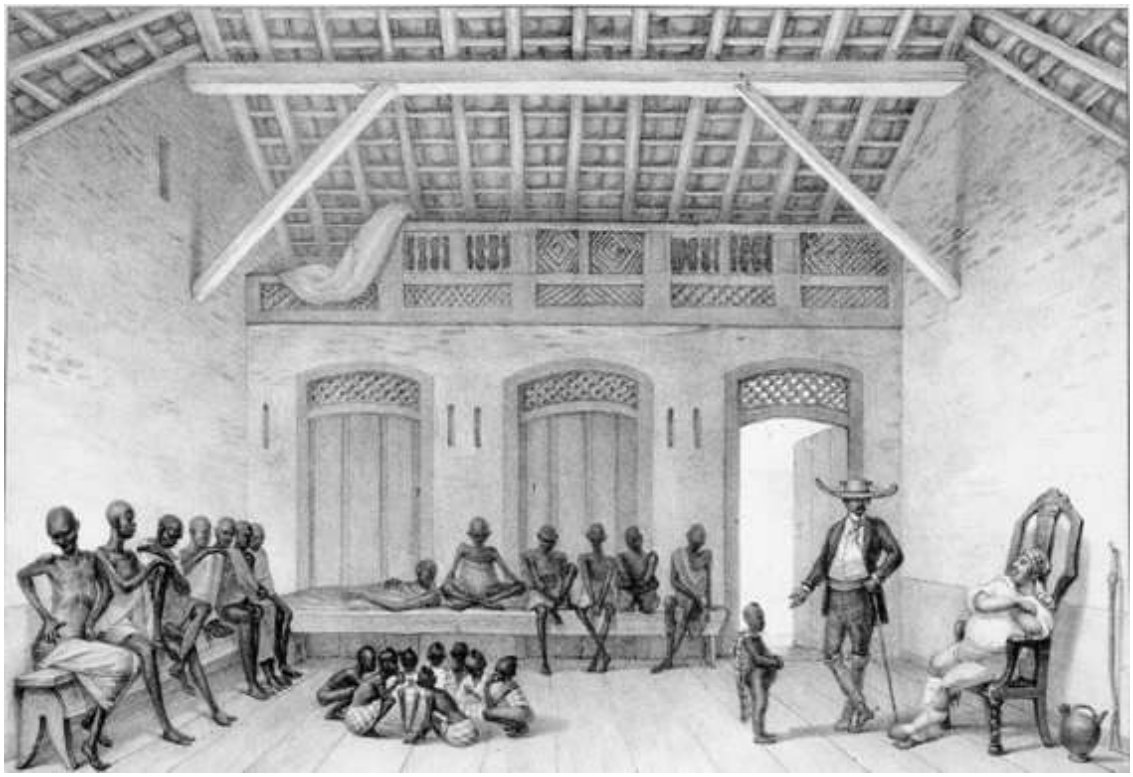


47. *Alegoria para aclamação de d. João VI*, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1818. MCM e IPHAN

As várias cerimônias organizadas para celebrar a aclamação de d. João VI, em 1818, ocuparam toda a cidade do Rio de Janeiro e arrombaram os cofres públicos. Muitas foram as alegorias que procuraram dar história longa a um evento movido pelas pressões do contexto. Nesta pequena e rara alegoria vemos uma clara mestiçagem de elementos inaugurais: d. João parece uma efígie da Antiguidade, sendo coroada por um indígena idealizado e por um cavaleiro medieval negro. Nada como criar tradições por meio das imagens visuais e oficiais.

48. *Revista das tropas destinadas a Montevidéu, na Praia Grande*, óleo sobre cartão colado sobre tela de Jean-Baptiste Debret, 1816. PESP

A província da Cisplatina, que corresponde hoje ao Uruguai, pertencia ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Vários desentendimentos ocorreram a partir de 1816 devido à interferência brasileira nos conflitos pela independência da província e à disputa por territórios na Bacia do Rio da Prata, que garantiriam o controle do estuário. Debret, inspirado numa das telas do pintor francês Jacques-Louise David — a que mostra Napoleão à frente da batalha —, fez com ela um paralelo (um tanto abusado) na tentativa de elevar a valentia da corte portuguesa no país.



49. *Mercado da Rua do Valongo*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1835. MCM; BBGJM e IPHAN

O tráfico de africanos converteu-se num dos pilares da economia local. O mercado de escravos da rua do Valongo, no Rio de Janeiro, era uma verdadeira feira ao ar livre, e escandalizou os viajantes que vieram ao país, entre os quais Debret, que pintou escravos esqueléticos, quase nus, e crianças com barriga-d'água; tudo em contraste com o traficante, sentado, com suas formas roliças e ar de desdém, e com o senhor, retratado com seus símbolos de poder inscritos na postura arrogante e nas roupas: botas, bengala e chapéu.

1820

50. Conjunto de imagens de Jean-Baptiste Debret: Detalhe de *Feitores castigando negros/ Acampamento noturno de viajantes*; *Empregado do governo saindo a passeio*; *Uma senhora brasileira em seu lar*, litografias em cores de Jean-Baptiste Debret, 1835. MCM e IPHAN

Debret trouxe os escravos para o centro de suas aquarelas brasileiras. Diferentemente dos portugueses, que só se dedicavam a pinturas religiosas, ele retratou o que viu (e o que imaginou) do dia a dia carioca. Flagrou negros atléticos, de corpo perfeito, trabalhando, e representou sem pejas a violência do sistema: crianças negras comendo no chão, filas indianas com o senhor à frente e os escravos no final e uma cena de sevícia que foi inclusive proibida, na época, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

DESEMBARQUE D'EL REI DOM JOÃO VI.
ACOMPANHADO POR UMA DEPUTAÇÃO DAS CORTES,
Magnifica Praça do Terreiro do Paço em 4 de Julho de 1821 regressando do Brazil

51. *Desembarque d'El Rei Dom João VI, acompanhado por uma deputação das Cortes na magnífica praça do Terreiro do Paço em 4 de julho de 1821, regressando do Brazil*, gravura a buril ponteado de Constantino Fontes, 1821. FBN

Após treze anos no Brasil, d. João VI foi obrigado a retornar a Portugal. A ocasião do desembarque em Lisboa revela o conflituoso cenário político lusitano: se por um lado os "vintistas" impuseram uma Constituição a d. João, por outro as suntuosas cerimônias para celebrar o regresso do rei denotaram como a monarquia ainda guardava certo prestígio. O lisboeta Constantino de Fontes (1777-*c*. 1835) era um gravador conhecido, empregado da Imprensa Régia na capital desde 1810. Especializou-se em realizar gravuras alegóricas dedicadas à Constituição de 1822. Esta cena é parte dessa história.

52. *Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no teatro da Corte, por ocasião da coroação de d. Pedro* I, litografia sobre papel de *Jean-Baptiste Debret*, 1839. MCM; BBGJM e IPHAN

Partiu de José Bonifácio a iniciativa de contratar Jean-Baptiste Debret para criar uma alegoria que serviria como o primeiro símbolo oficial do Brasil independente. No cortinado do Teatro de São João, local onde d. Pedro faria seu discurso de posse, o pintor francês retratou um grande cenário representativo do nascimento da nação. Ela era mestiça e tropical, a despeito de as alegorias da Antiguidade conferirem tradição ao ato inaugural.

53. Detalhe de *Retratos da arquiduquesa Leopoldina, da rainha Carlota e da princesa Amélia*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1839. MCM; BBGJM e IPHAN

A imperatriz de origem austríaca Maria Leopoldina (1797-1826) era naturalista por vocação. Leopoldina teria também papel fundamental na Independência, mas terminou a vida isolada da corte, cada vez mais deprimida com os maus-tratos e as infidelidades de Pedro I. Debret (1768-1848), bem no ano da chegada da princesa, buscou imortalizar sua imagem a partir de uma indumentária refinada e um perfil altivo, à moda das realezas europeias.

54. *Medalha com retrato de d. Pedro I*, guache sobre marfim de Simplício Rodrigues de Sá, 1822. MIMP

Pintado no ano da Independência, este medalhão carrega um retrato em que Pedro I, diferentemente do régio imperador de outras representações do período, aparece vestindo elegantes trajes civis. No cenário ao fundo, Simplício Rodrigues de Sá (1785-1839) — artista originário de Cabo Verde, mas com formação em Portugal; discípulo de J. B. Debret no Brasil, mais tarde nomeado pintor da Real Câmara e professor da Academia Imperial de Belas Artes — flagrou a cidade de São Paulo, que naquele momento guardava dimensões modestas.

55. *Independência ou morte* ou *O grito do Ipiranga*, óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1888. MP-USP

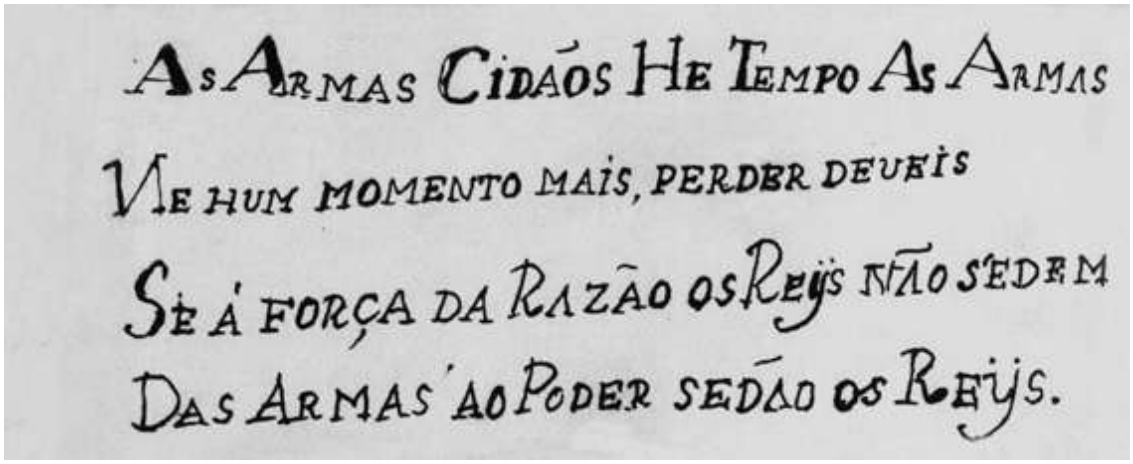
O mais famoso quadro sobre a Independência do Brasil foi concluído apenas nos anos de Pedro II, no ocaso do Império brasileiro: em 1888. Vivendo um momento de crise, o monarca buscou recuperar a magnitude do ato da emancipação e a figura do pai, Pedro I, encomendando a Pedro Américo (1834-1905) — um dos seus artistas protegidos e financiados pelo Estado — uma cena engrandecedora. Nada corresponde à realidade: as vestes de Pedro I e da corte, a quantidade de gente, o riacho do Ipiranga (devidamente aproximado), e até a colina mais elevada, cuja inspiração veio de um quadro de Ernest Meissonier, *Batalha de Friedland*, em homenagem a Napoleão Bonaparte e seu exército. Em nome da pátria, Américo assassinou a geografia.

56. *Acclamação de S. M. o Snr d. Pedro I Imperador Cal do Brasil*, de Félix-Émile Taunay, século XIX. FBN

O pintor acadêmico Félix-Émile Taunay (1795-1881) busca, nesta aquarela, exaltar os festejos da aclamação de d. Pedro I, ocorrida no dia 12 de outubro de 1822. Uma monarquia independente bem no meio das Américas gerava desconfiança, e representações como esta tiveram o papel de consolidar, ao menos no imaginário, a solidez dos símbolos pátrios. Por isso, o imperador surge bem ao centro, segurando uma bandeira verde e amarela. Félix capricha, ainda, na figuração da multidão, toda vestida à europeia.

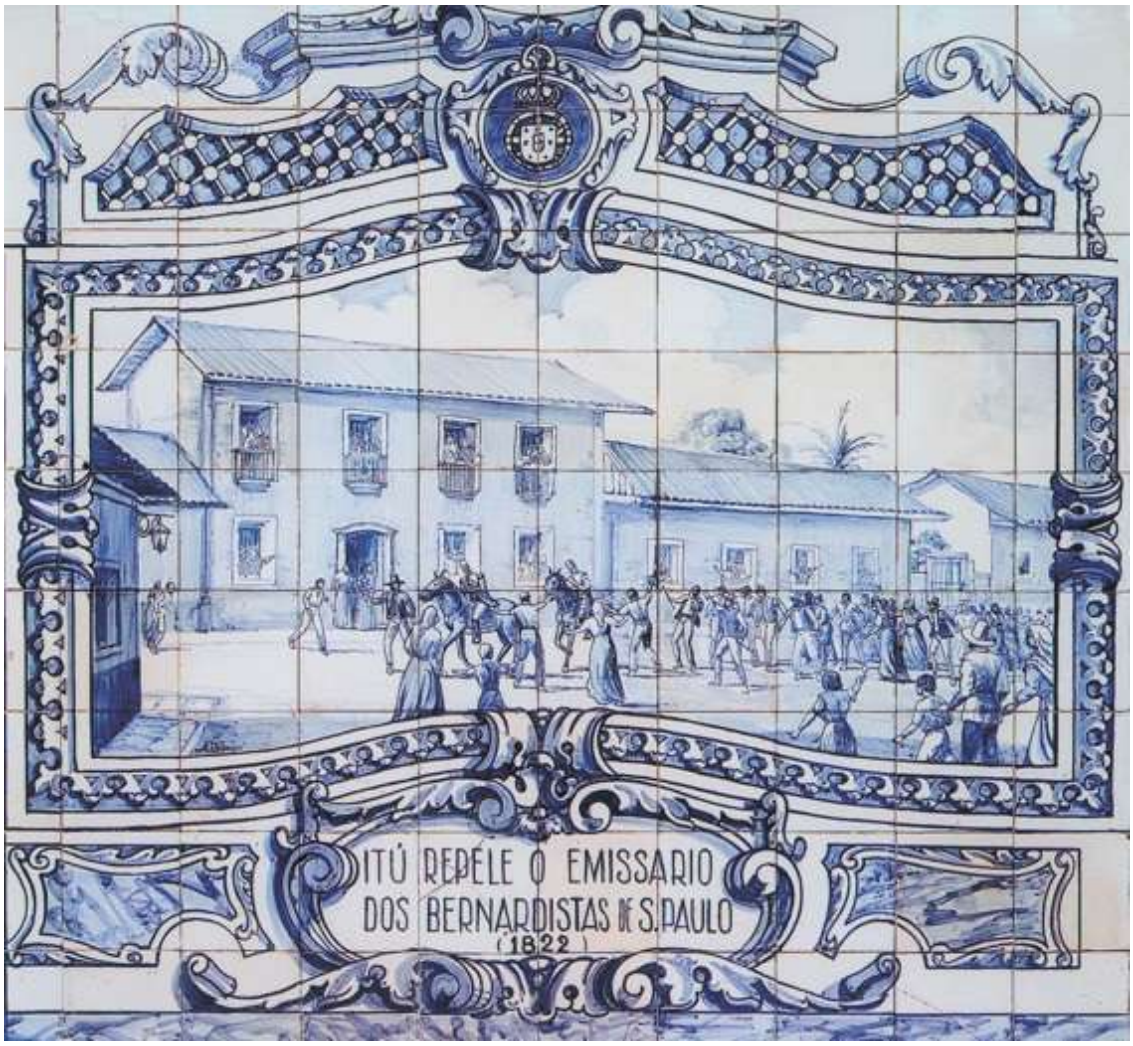
57. *Coroação de d. Pedro I*, óleo sobre tela de Jean-Baptiste Debret, 1828. BAS

A coroação de d. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, combinou elementos tradicionais europeus com aspectos idealizados a partir da realidade brasileira. O ritual uniu costumes das realezas do Velho Mundo ao mesmo tempo que instituía novos símbolos. As vestimentas do imperador, coloridas de verde e amarelo e confeccionadas com materiais locais, evidenciavam a mistura entre o tradicional e o brasileiro. O mesmo fez Debret, que copiou uma tela originalmente elaborada para a coroação de um monarca austríaco e a traduziu para o Brasil, alterando o formato e a dimensão da igreja em que se realizou a celebração.


As Armas Cidãos He Tempo As Armas
Ve hum momento mais, perder deueis
Se á força da Razão os Reijs não sedem
Das Armas ao Poder sedão os Reijs.

58. Panfleto "Às armas cidadãos", setembro de 1821. BAS

Lidos coletivamente em voz alta, pregados nas paredes das casas, afixados nos postes, os panfletos manuscritos ou impressos invadiram ruas e praças de várias cidades brasileiras durante os agitados anos 1820 e 1823. Os "papelinhos" são documentos de valor histórico inestimável: permitem a reconstituição dos episódios que resultaram na Independência, e muitas vezes apresentam o ponto de vista dos sujeitos anônimos e comuns sobre a condução dos destinos do Brasil e de Portugal.



59. *Itu repele o emissário dos bernardistas de S. Paulo (detalhe)*, pintura sobre azulejo de Antônio Luiz Gagni, 1945. MP-USP

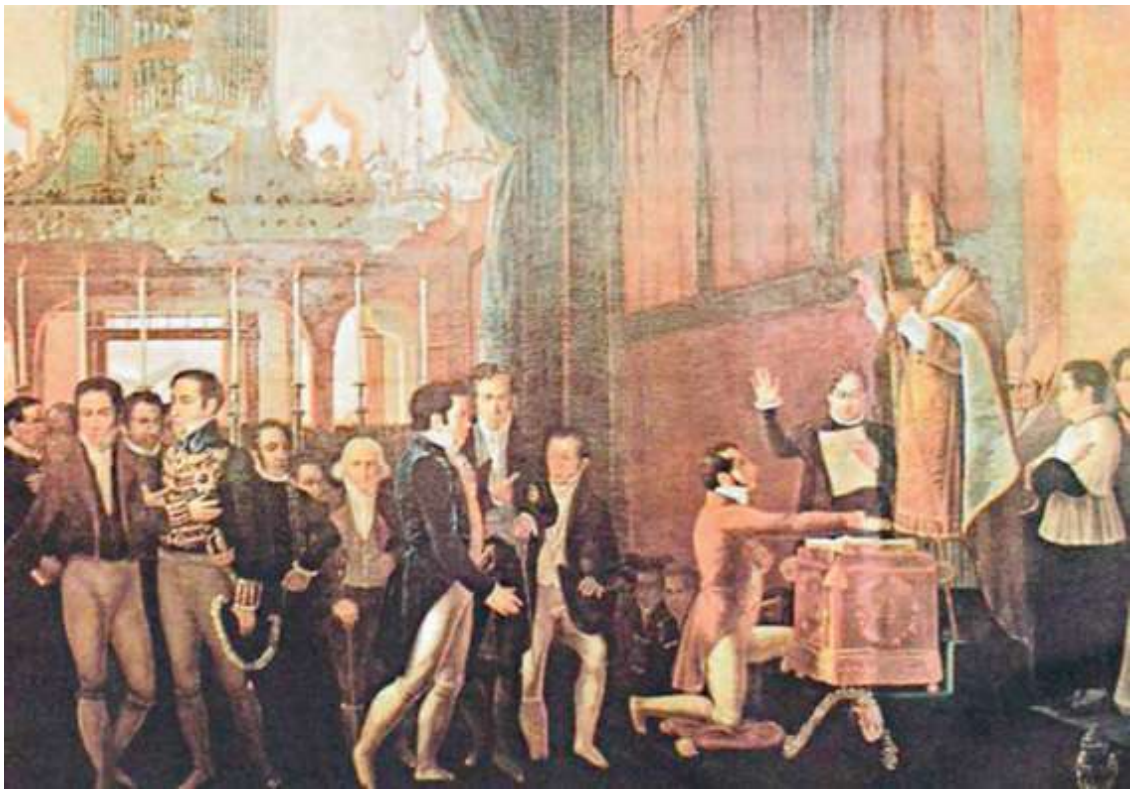
As bernardas — expressão que significa "motim" — ocorridas em São Paulo em 1822 tiveram como origem disputas políticas envolvendo, de um lado, burocratas e comerciantes partidários do governo português e, de outro, liberais favoráveis à independência. Mais de um século depois, Gagni — ceramista conhecido por suas composições de São Paulo colonial — imortalizou a cena com argumentos republicanos.

60. *Entrada do Exército Pacificador em Salvador*, litografia de Bento José Rufino Capinam, 1830. IGHB

Após um ano de guerra, as tropas lusas foram derrotadas na Bahia e abandonaram o território do Brasil na madrugada de 2 de julho de 1823. A cidade de Salvador foi ocupada pelas forças leais a d. Pedro, consolidando a Independência do país. A mobilização da população baiana contra os portugueses contou com grupos das mais variadas origens sociais, incluindo negros e pardos, livres ou escravos — associação que ficou conhecida na época como "partido negro" da Independência. Bento José Rufino Capinam (1791-1874), pintor, litógrafo, dourador, professor e cenógrafo brasileiro, tratou de perpetuar o episódio da entrada do Exército Pacificador, em cuja representação inseriu um vistoso arco do triunfo.

61. *Ezequiel Corrêa dos Santos*, autor desconhecido, século XIX. FBN

Ezequiel Corrêa dos Santos foi um publicista exaltado, rebelde das ruas e talvez o mais importante boticário e farmacêutico brasileiro do século XIX. Nascido no interior do Rio de Janeiro em 1801, participou ativamente dos movimentos de protesto que ocorreram na corte — como, por exemplo, a Rebelião do Sete de Abril de 1831, que levou à abdicação de Pedro I e à Revolta do Povo e Tropa, em julho do mesmo ano. Entre dezembro de 1829 e outubro de 1831, Ezequiel publicou o jornal *Nova Luz Brasileira*, em cujas páginas defendia a República — que, no Brasil, deveria vir travestida de uma monarquia democrática, eletiva e temporária, além de constitucional, representativa e federalista.

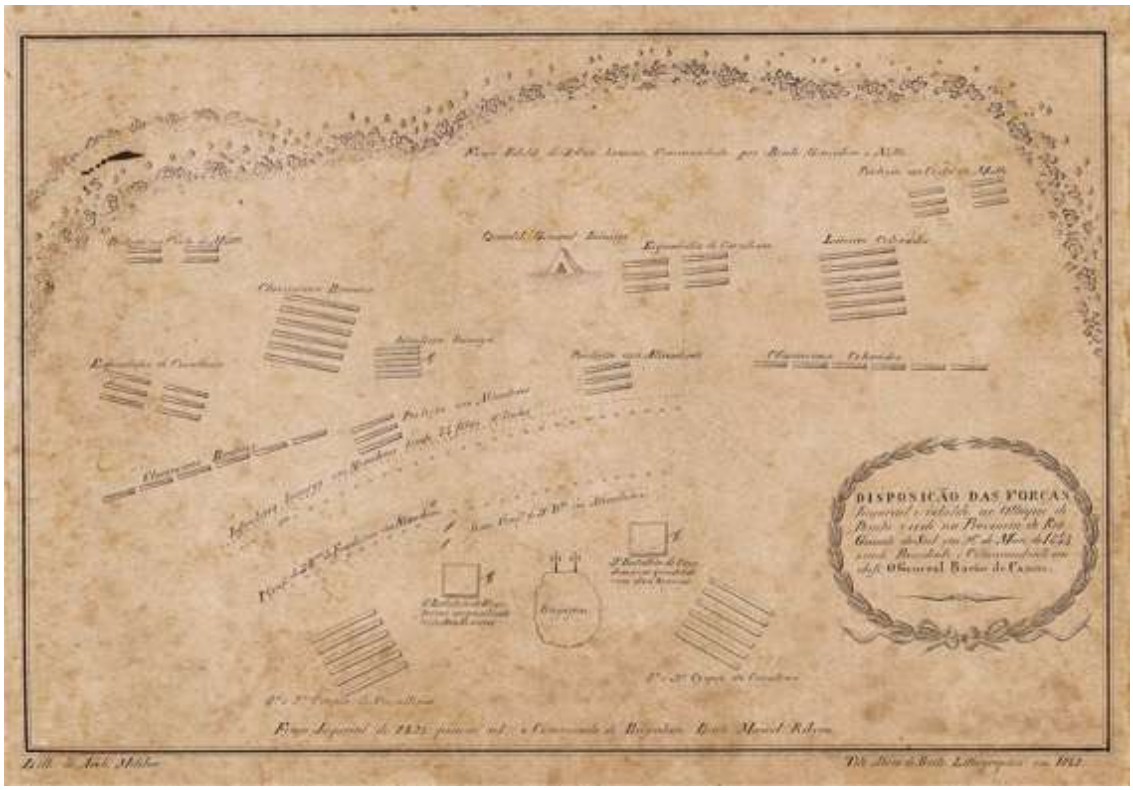


62. *O juramento da Regência Trina Permanente*, óleo sobre tela de Manuel de Araújo Porto-Alegre, s.d. MIMP e IPHAN

A Regência Provisória, composta de três senadores eleitos às pressas assim que d. Pedro I abdicou em favor de seu filho e deixou o país, logo precisou ser substituída. Em 17 de junho de 1831, foram eleitos o senador Francisco de Lima e Silva, e os deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Esses políticos moderados seriam responsáveis por fortalecer o Estado e centralizar o poder. Nesta tela, o artista acadêmico Araújo Porto-Alegre procura passar a ideia de estabilidade, num contexto marcado pelo sentimento oposto.

63. *Teófilo Benedito Otoni*, autor desconhecido, 1820-30. APM

Teófilo Otoni sempre combateu o Império. Em 1831 sublevou a cidade do Serro e exigiu a abdicação de Pedro I. Durante o regresso conservador, transformou-se no Capitão da Casaca Branca, um dos líderes da Revolução Liberal de 1842. Derrotado na Batalha de Santa Luzia, preso e depois anistiado, Otoni sonhou em criar uma cidade, no sertão do vale do rio Mucuri, que fosse capaz de negar o Rio de Janeiro, a corte, o próprio Império: chamava-se Nova Filadélfia. Entre 1859 e 1863 seu nome apareceu cinco vezes na lista tríplice para o Senado, três em primeiro lugar — mas em todas as ocasiões o imperador o preteriu. Somente em 1863, após muita polêmica, Teófilo Otoni foi confirmado senador.

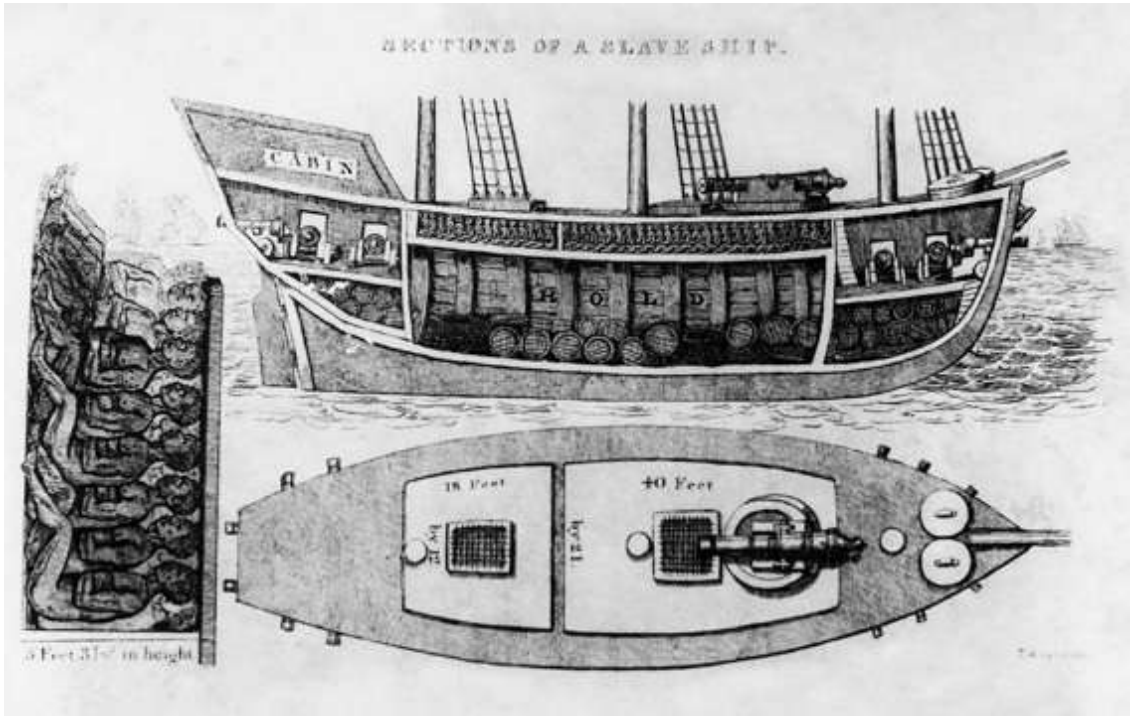


64. *Disposição das forças imperial e rebelde no ataque de Poncho Verde na província do Rio Grande do Sul*, litografia do Arquivo Militar, 1843.

A Batalha de Poncho Verde marcou o início do fim da Guerra dos Farrapos. A mais longa das revoltas regenciais — de 1835 a 1845 —, que ocorreu na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, recusava a autoridade centralizadora do Império e defendia a República e o federalismo. Em Poncho Verde, os farrapos foram derrotados pelas tropas imperiais comandadas por Bento Ribeiro e Francisco de Abreu. O mapa descreve a localização das forças inimigas, e assinala as posições dos temidos esquadrões de cavalaria dos farrapos e da infantaria do Exército imperial.

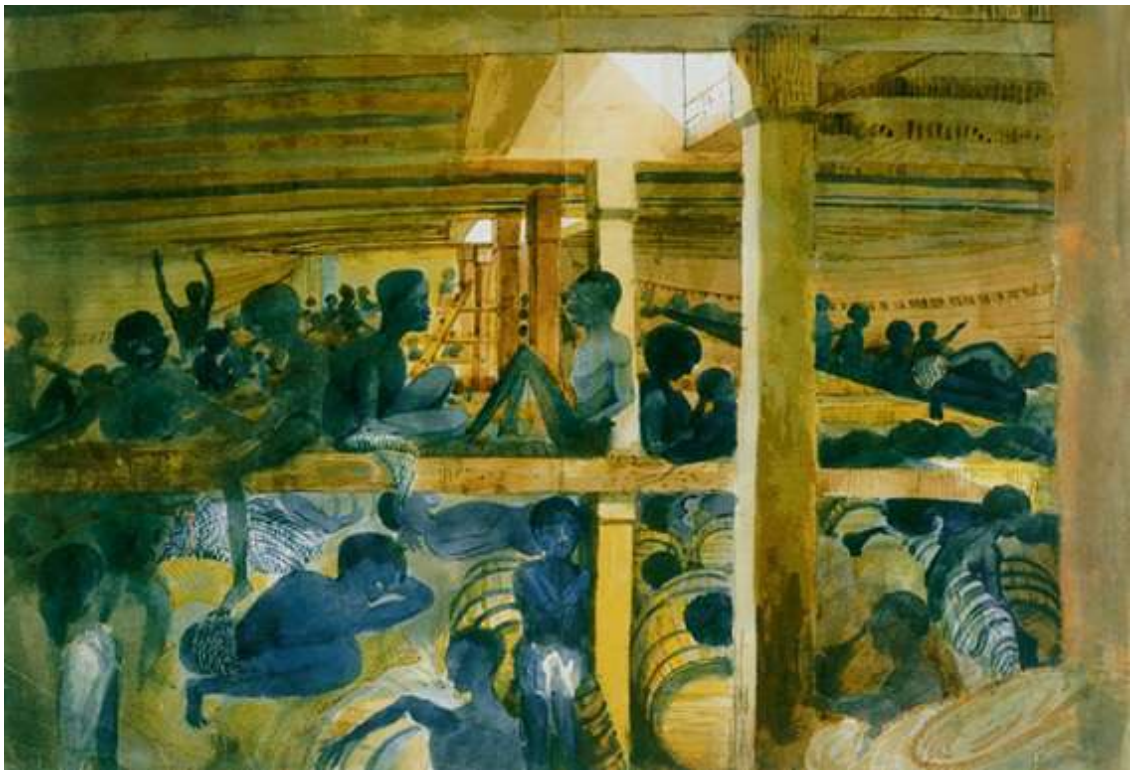
65. Livro contendo trechos em árabe do Alcorão encontrado preso ao pescoço de um rebelde durante o Levante dos Malês na Bahia, 1835. APEB

Em 1835, uma grande sublevação eclodiu em Salvador: o Levante dos Malês — nome pelo qual ficaram conhecidos na Bahia os africanos muçulmanos. A religião estava entrelaçada com a revolta: boa parte dos rebeldes saiu para lutar nas ruas com as compridas túnicas rituais brancas — os abadás — usadas pelos adeptos do islamismo, e carregavam, junto ao corpo, amuletos com mensagens do Alcorão.



66. *Sections of a slave ship*, litografia de T. Kelly, 1830. BAS

A imagem acima faz parte de um famoso documento intitulado “Plan and Section of a Slave Ship”, produzido pela English Abolitionist Society, e funcionou como propaganda antiescravagista. No folheto, descrevem-se graficamente, mas em detalhes, características técnicas dos navios negreiros e as condições desumanas em que os africanos eram transportados.



67. *Hold of Brazilian Slave Ship*, Francis Meynell, 1845. NMM

O tráfico de escravos, na época chamado de “comércio infame” ou “comércio de almas”, representou uma das grandes contradições do Império, e de uma maneira geral do Segundo Reinado. A pressão externa pela abolição do tráfico só aumentou, e, entre 1839 e 1842, a Inglaterra liderou o movimento, intensificando a apreensão de navios negreiros. Em 1845, a chalupa britânica *Albatross* capturou o navio brasileiro *Albanez*, com cerca de 750 escravos a bordo, retratados pelo oficial da marinha Francis Meynell. A superlotação e a falta de condições de higiene ficam evidentes nesta imagem de época.

68. *Aclamação de d. Pedro II*, de Jean-Baptiste Debret, 1839. PESP

A abdicação de d. Pedro I, em 1831, instaurou o período das Regências, marcado por muitos experimentos políticos mas também por grande instabilidade social. O herdeiro do trono, então com cinco anos, não poderia governar até atingir a maioridade. A aclamação realizada pelo Poder Legislativo representou, assim, uma tentativa de reforçar a simbologia que o pequeno imperador carregava e minimizar os impactos das bruscas mudanças de governo. Debret, como sempre, tentou ordenar a cena e capitalizar a imagem de uma concórdia popular. Por isso, figurou uma multidão (interminável) e dispôs o futuro monarca bem no centro da varanda do Paço.

69. *D. Pedro II*, Manuel de Araújo Porto-Alegre, s.d. CMT

A Regência de Araújo Lima, as rebeliões e a radicalização dos projetos republicanos foram os fatores que impulsionaram a ascensão ao trono de um jovem de catorze anos que deveria "salvar o Brasil". Criado em 1840 pelos deputados liberais, o movimento pela antecipação da maioridade de d. Pedro II, conhecido como Clube da Maioridade, visava construir a imagem de um imperador maduro, racional e politicamente decidido, a despeito da sua pouca idade. Na tela de Porto-Alegre, feita alguns anos depois, destaca-se o desconforto da situação: é visível a falta de equilíbrio entre o corpo do monarca, que pende para um lado, e seu rosto, que parece disposto artificialmente por cima do tronco.

70. *D. Pédro II, empereur du Brésil*, autor desconhecido, s.d. FBN

A coroação do jovem imperador Pedro II, em 1841, demandou verbas, reformas e preparações que ocuparam todo o Rio de Janeiro. As comemorações foram meticulosamente planejadas para demonstrar a suntuosidade da corte e oficializar a maioridade do herdeiro do trono. Se a engenharia interna tentava disfarçar a pouca idade de Pedro, no exterior foi esta a imagem oficial que circulou. Nela, fica evidente como tudo no monarca parecia grande demais: o cetro, o manto e até mesmo a coroa, que fora de seu pai e havia sido reformada para a ocasião.

71. *Retrato de d. Teresa Cristina*, óleo sobre tela de José Correia de Lima, *c*. 1843. MIMP

A união de d. Pedro II e Teresa Cristina foi o símbolo da consolidação da maioridade política do monarca. Nesta pintura, o artista brasileiro José Correia de Lima (1814-57), professor da Academia Imperial de Belas Artes, esmerou-se em retratar a princesa das Duas Sicílias em 1843, o ano de sua chegada ao Brasil. Realçou o Vesúvio ao fundo e dedicou-se a sublinhar os traços mais favoráveis de Teresa Cristina, obliterando os negativos. A princesa traz preso ao vestido um broche com o retrato de seu futuro noivo.

72. *A primeira missa no Brasil*, óleo sobre tela de Victor Meirelles de Lima, 1860. MNBA

A partir dos anos 1860, d. Pedro II transformou-se num mecenas das artes, pagando pessoalmente pelo trabalho de artistas, teatrólogos, cientistas e literatos. Vários membros da Academia Imperial de Belas Artes se dedicaram a representar, em telas gigantescas, os momentos importantes da política, com vistas a desenvolver um sentimento ufanista. Um dos grandes protegidos do monarca, Victor Meirelles de Lima (1832-1903) foi comissionado para figurar o "nascimento do Brasil". Terminou, na Itália, esta obra, que mostra o descobrimento como um encontro pacífico e ordenado de raças, com a Igreja e o Estado ao centro e os indígenas, curiosos, aprovando a "verdadeira" fé. Nada mais diferente da invasão e do genocídio que ocorreram nos idos de 1500.

73. *D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral*, óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1872. MIMP

O pintor Pedro Américo, outro protegido do monarca, foi incumbido de produzir uma tela representando o imperador "em ação": paramentado, cercado por políticos e familiares (todos facilmente reconhecíveis) e à frente do trono. Louro, branco e com pernas muito longas, ele mais parece um exemplo do que se desejava para a nação. Esta e outras obras tinham como objetivo esculpir a imagem de um monarca equilibrado; autônomo governante de um Estado independente.

74. *Iracema*, óleo sobre tela de José Maria de Medeiros, 1881. MNBA

No final da década de 1870, o movimento romântico indigenista, já presente na literatura, chegou também à pintura, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo. Em *Iracema*, José M. Medeiros (1849-1925) retratou a personagem da obra homônima de José de Alencar (publicada com sucesso em 1865) como convinha à representação oficial dos índios; isto é, figuras passivas, que deveriam morrer para que a nação vingasse. Numa época em que a escravidão estava por toda parte, o Império preferiu cunhar sua representação na base do "encontro predestinado" de portugueses com indígenas, todos idealizados.

75. *Batalha do Avaí*, óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1872-7. MNBA

Encomendada pelo Império, a *Batalha do Avaí,* de Pedro Américo, ficou pronta sete anos após o fim da Guerra do Paraguai. A tela dividiu o público à época: alguns apreciaram a riqueza de detalhes, outros criticaram o banho de sangue. Na batalha, a civilização, representada pelos soldados brasileiros fardados e montados a cavalo, vence a barbárie, simbolizada pelos paraguaios seminus e no chão. Porém, se a visão mais panorâmica denota a grandiosidade do evento, logo salta aos olhos a violência do quadro, fazendo deste uma crítica ao Império. Isso sem contar o fato de que o pintor apresentou negros em combate, e sempre em posição heroica, num contexto em que o movimento abolicionista apenas começava a ganhar força no Brasil e causava, para as lides oficiais, muito temor.

76. *Três macacos: O imperador, Tamandaré e Polidoro*, xilogravura de Alejandro Ravizza, caricatura do jornal paraguaio *El Centinela*, 1867. CAV-MDB

Durante a Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870, os jornais em Assunção chamavam os soldados brasileiros de "*los macaquitos*". O termo pejorativo ainda hoje perdura como forma de discriminação racial.

77. *De volta do Paraguai*, litografia de Angelo Agostini, ilustração da revista *Vida Fluminense*, 1870. FBN

Com o prolongamento e a impopularidade da Guerra, a tropa brasileira viu seu efetivo diminuir; até que, em 1866, o governo imperial obrigou cada província a enviar 1% de sua população ao conflito. Para escapar da convocação, os proprietários trocaram de lugar com seus escravos — prometiam alforria imediata. Porém, logo que voltaram ao Brasil, os libertos se depararam com a mesma realidade escravocrata. O desenhista italiano Angelo Agostini (1843-1910), o mais influente cartunista durante o Segundo Reinado, iniciou sua carreira no contexto dos primeiros embates dessa guerra, em 1865. Abolicionista, denunciou a violência do sistema.

78. Espada de oficial do Exército brasileiro, primeira metade do século XIX. Coleção particular.

Na empunhadura, os símbolos do Império. Na lâmina, de um lado, a inscrição IMPERADOR E NAÇÃO; do outro, PÁTRIA E CONSTITUIÇÃO. A espada de tipo terçado, modelo francês, com bainha de bronze, foi utilizada durante a Guerra do Paraguai.

79. *D. Pedro II, imperador do Brasil, montado em um camelo durante viagem a Jerusalém*, fotografia de Hugo Danz, 1871. FBN

Além de colecionar fotos, d. Pedro II era, ele próprio, fotógrafo. Entre 1871 e 1877, o monarca ficou conhecido como o "imperador itinerante", devido às suas longas viagens para o exterior. Fora do país ele tirava o manto, vestia a cartola e era o "imperador da mala", como ironizou o escritor português Eça de Queirós. Nesta foto, d. Pedro revela-se como um cidadão do mundo, emancipado pela cultura, fosse ela qual fosse.

80. *Cenas da escravidão*, fotografia de Rodolpho Lindemann, 1885. CAJS

No fim do século XIX, uma escravidão "exótica e pacífica" começou a aparecer nas fotos dos grandes estúdios que se espalhavam pelo Brasil. Famosos por criarem "tipos", os fotógrafos profissionais viram na ama de leite uma figura emblemática, e passaram a retratá-las em álbuns de família e em *cartes de visite* que contribuíam para a construção da imagem romântica da condição escrava no país. Para questionar tal imagem idílica, basta lembrar que as amas eram sempre anônimas nas fotos; já os nomes das crianças, e, sobretudo, os das famílias a que pertenciam, surgiam detalhadamente descritos.

81. *Escravos em terreiro de uma fazenda de café, Vale do Paraíba*, fotografia de Marc Ferrez, *c.* 1882. IMS

O fotógrafo franco-brasileiro Marc Ferrez (1843-1923) era um mestre da técnica e preparava seus trabalhos de forma minuciosa. Neste caso, ele pretendia mostrar a organização imperante numa fazenda de café, onde o capataz dava ordens e os escravos obedeciam. Contudo, ao observar com mais cuidado, nota-se que vários detalhes fogem ao script: uma mãe que amamenta um filho; dois escravizados que cochicham; uma negra envergonhada que leva a mão ao rosto, demonstrando constrangimento.

82. *Proclamação da República no campo de Santana*, óleo sobre tela de Eduardo de Sá, 1889. MCM e IPHAN

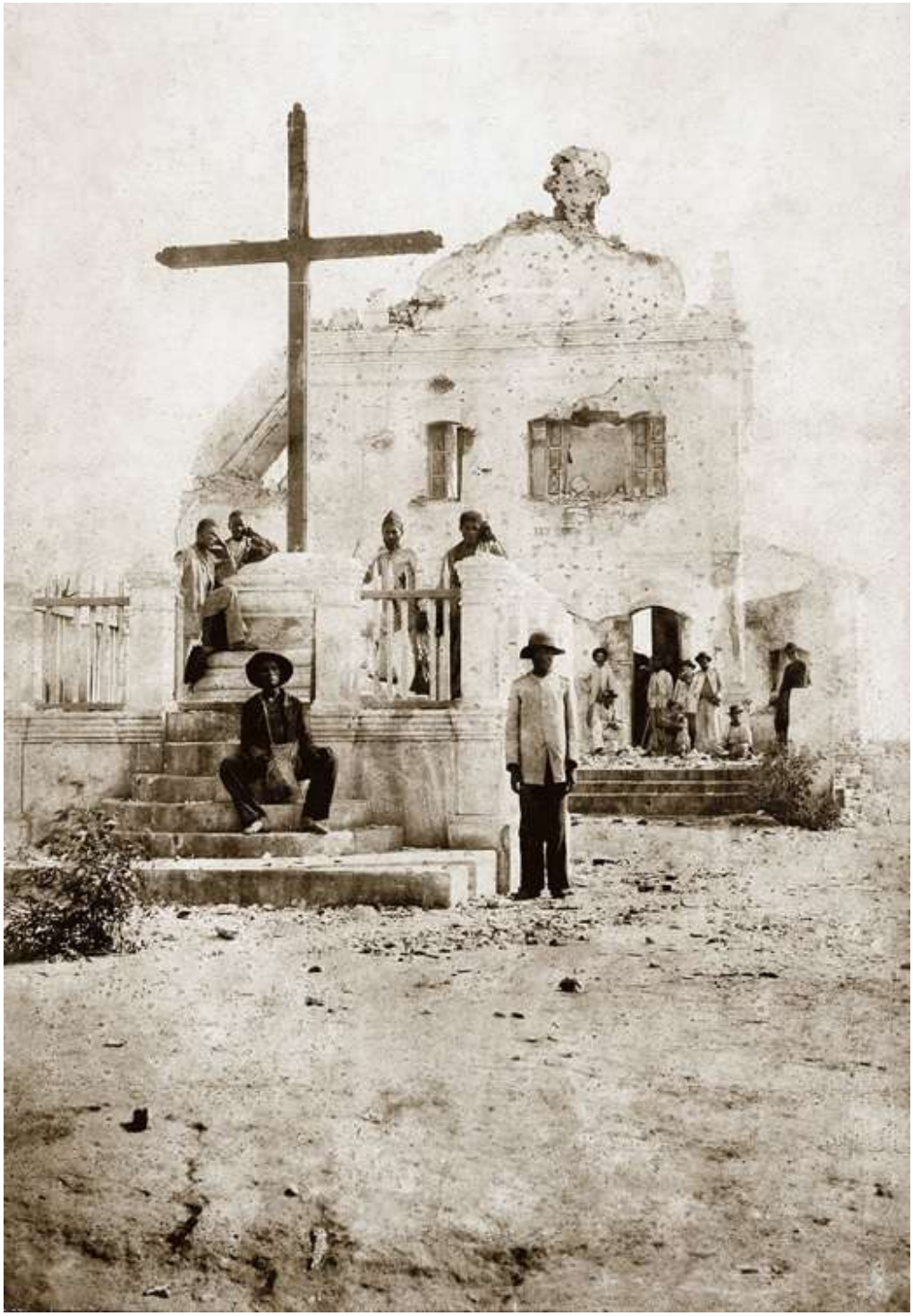
Na manhã de 15 de novembro de 1889, os militares que conspiravam pela República se dirigiram ao Campo de Santana, no Rio de Janeiro, dispostos a derrubar o Império. Não houve atos heroicos, e o povo ficou de fora do roteiro. Os militares marcharam até o Paço Imperial e destituíram o presidente do gabinete ministerial. À noite, Pedro II foi informado do golpe que proclamou a República. Na tela, porém, uma multidão, que jamais existiu, aclama o feito grandioso do marechal Deodoro da Fonseca, montado num fogoso cavalo branco e erguendo a espada, símbolo da ação militar. Nada como perpetuar o que acabava de nascer e era ainda imprevisível em seu destino.

83. *Alegoria da República*, Frederico Antonio Steckel, 1898. MMGV

Numa alegoria republicana pouco usual convergem duas efígies femininas: a República, toucada com o barrete frígio da Revolução Francesa, e a Liberdade, vestida à moda romana. A mão direita levanta a palma que indica a vitória; a mão esquerda se apoia sobre um escudo com as armas e o dístico da bandeira de Minas, inspirados na Conjuração Mineira. A representação não deixa margem a dúvidas: em pé sobre uma biga alada, a galope pelo céu, a República é triunfal. A alegoria é uma pintura parietal de Frederico Steckel executada em 1898 no prédio da antiga Secretaria do Interior de Minas Gerais — hoje Memorial de Minas.

84. Cardápio de banquete oferecido pelo Partido Republicano do Distrito Federal ao exmo. sr. dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, 31 de agosto de 1898. Coleção de cardápios de Olavo Bilac.

O poeta Olavo Bilac tinha uma vida social intensa — adorava festas, banquetes, cerimônias públicas. E, para não esquecer os bons momentos, colecionava cardápios. Sua coleção, formada por mais de duzentos exemplares, traz informações preciosas sobre a vida da elite intelectual e política do Rio de Janeiro na virada para o século XX. Neste divertido cardápio oferecido num evento do Partido Republicano, nota-se como é rápida a absorção de termos, novos heróis e dísticos.



85. *Igreja de Santo Antônio (velha)*, fotografia de Flávio de Barros, 1897. IMS

Flávio de Barros chegou a Canudos em 26 de setembro de 1897, junto com a divisão de artilharia que dizimaria o arraial, e fez várias fotografias, das quais são conhecidas três séries. Nesta comovente foto, o artista imortalizou alguns crentes diante do que já eram apenas vestígios da igreja de Santo Antônio, ou igreja Velha, uma das poucas construções que não foram completamente destruídas pelo Exército na Guerra de Canudos (1896-97). Em 1969, o rio Vaza-Barris foi represado, e o que restou de Canudos ficou submerso no açude de Cocorobó. Suas ruínas, porém, teimam em reaparecer, durante os longos períodos de estiagem.

86. Estivadores imigrantes, Porto de Santos, fotografia de autor desconhecido, *c.* 1900. MIESP

Com o avanço da industrialização, os imigrantes europeus — inicialmente encaminhados às fazendas de café — passaram a ser recrutados para servir como operários nas fábricas, após escala na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Muitos foram trabalhar no comércio ou em serviços eventuais, como os estivadores do porto de Santos. Nesta foto, um exemplo das cargas descomunais que esses trabalhadores levavam nos ombros, numa demonstração de que, a despeito da abolição da escravidão, os códigos e valores continuavam semelhantes.

87. Revolta da Chibata — João Cândido lê decreto da anistia, fotografia de Augusto Malta, 1910. EC

João Cândido (à dir.) era um marujo experiente, e se impunha aos colegas pela autoridade e pela força dos músculos. Em 1910, liderou a Revolta da Chibata, que representou a reação dos marinheiros aos castigos corporais na Marinha. A despeito de a escravidão ter acabado em 1888, o chicote ainda era utilizado em punições. Preso, torturado e expulso da Marinha, João Cândido morreu em 1969 e passou anos esquecido. Hoje em dia, no entanto, é reconhecido como símbolo de rebeldia, e transformou-se no Almirante Negro da história do Brasil.

88a. Avenida Central, Rio de Janeiro, fotografia de João Martins Torres, *c.* 1905. FBN
88b. Theatro Municipal de São Paulo, fotografia de autor desconhecido, 1923. IMS
88c. Vista aérea da praça da Liberdade, Belo Horizonte, fotografia de autor desconhecido, s.d. APM

A República sofria a vertigem da modernidade, e fez da urbanização uma de suas grandes ferramentas de mudança. Ícone dos novos tempos, a abertura da avenida Central, no Rio de Janeiro, converteu-se em cartão-postal, com lampiões de luz elétrica e fachadas art nouveau. A inauguração do Theatro Municipal de São Paulo, em 1911, indicava que a antiga "cidade de barro" dos viajantes se transformava, de forma acelerada, numa urbe de aspecto europeu — a metrópole do café. A construção de Belo Horizonte, por sua vez, evocava a utopia republicana: ruas retas, avenidas imponentes e um enorme parque, a praça da Liberdade, com formato geométrico, lagos e jardins em estilo inglês.

89. Greve geral — enterro do sapateiro Martínez, fotografia de autor desconhecido, 1917. IAP

Em 9 de julho de 1917, a polícia matou o jovem sapateiro anarquista Antonio Martínez quando ele participava de um piquete durante a primeira grande greve operária no Brasil. A greve foi iniciada pelas tecelãs do Cotonifício Crespi, que reivindicavam aumento salarial, regulamentação do trabalho feminino e infantil, jornada de oito horas e direito de organização sindical. Na foto, parte dos cerca de 10 mil trabalhadores que pararam o centro de São Paulo no enterro de Martínez. Portavam bandeiras negras, símbolo do movimento anarquista.

90. *Os 18 do Forte*, óleo sobre tela de João Timóteo da Costa, 1924. IHGB

Em 5 de julho de 1922, 28 tenentes rebeldes que participaram da revolta no Forte de Copacabana — contra o governo de Epitácio Pessoa e o poder das elites regionais — se recusaram a capitular. Picaram a bandeira do Brasil, distribuíram entre si os pedaços, e saíram do Forte de Copacabana em direção ao Leme dispostos a enfrentar 4 mil soldados legalistas. Na avenida Atlântica, dez desistiram. Os dezoito restantes, incluindo um civil que aderiu ao movimento, continuaram a caminhar. No tiroteio que se seguiu, apenas dois sobreviveram. A marcha dos tenentes dividiu a oficialidade e deu início a um ciclo de revoltas militares que acabariam por derrubar a Primeira República. O pintor acadêmico João Timóteo (1879-1932) tratou de maneira colorida uma cena marcada pela violência.

91. *Grupo de revolucionários da Coluna Prestes*, fotografia de Luís Fonseca, 1925. APM

A Coluna Prestes/Miguel Costa atravessou o país, percorreu mais de 25 mil quilômetros e cruzou doze estados brasileiros em dois anos. Transformou-se no símbolo dos tenentes que desejavam ver o Brasil mudado, ganhou a admiração dos setores médios urbanos e converteu Luís Carlos Prestes no Cavaleiro da Esperança. Na foto, em primeiro plano, da esquerda para a direita: Luís Carlos Prestes (quarto), Juarez Távora (quinto) e o tenente Siqueira Campos (sexto).

92. Broche da Aliança Liberal, s.d. Coleção particular.

Broches, medalhas, selos e cartões-postais identificavam eleitores e simpatizantes dos candidatos da Aliança Liberal à Presidência da República. A venda desses itens era também um recurso para recolher fundos de campanha. Durante a Revolução de 1930, destinava-se parte do lucro obtido às famílias dos mortos em combate.

Tudo por São Paulo!

Por S. Paulo na gloria ou na desgraça! Por S. Paulo na hora da victoria e por S. Paulo na hora da humilhação! Por S. Paulo do passado e por S. Paulo do futuro! Por S. Paulo com o Brasil, se fôr possivel; por S. Paulo contra o Brasil se fôr preciso! Por S. Paulo, agora e sempre...

Porque São Paulo está só!

Paulistas! Saibamos honrar a divisa de São Paulo — NÃO SOU CONDUZIDO, CONDUZO!

(V. Cy. - d' "O Estado de S. Paulo", 31-5-31)

93. Panfleto "Tudo por São Paulo!", 1932. APM

Humilhados com a perda de sua posição política e considerando-se vítimas de uma injustiça continuamente evocada, aos paulistas só restava embarcar numa revolução cujo intento era a "recuperação da dignidade" — ainda que o preço a pagar fosse a secessão. Em 1932, era assim que boa parte da população de São Paulo enxergava o governo provisório de Getúlio Vargas. O movimento armado do estado para derrubar Vargas teve as características de uma guerra civil.

REPUBLICA PORTUGUESA

TURISMO

PASSAPORTE DE VIAJANTE

Nós ISRAEL, ABRAHAM, ANAHORY, *Consul da Republica Portugueza em Rouen*.

Faço saber aos que este passaporte virem que d'esta cidade de Rouen faz viagem para todos os paises do Americas Sul *o cidadão portuguez* Antonio Vilar *casado de* 40 *annos de idade natural de* Lisboa *de profissão* negociante *filho de* José Vilar *e de* Angela Maria Vilar *com os sinais e assignatura á margem, levando em sua companhia* sua mulher Maria Bergner Vilar

Peço portanto a todas as autoridades civis e militares, a quem este passaporte fôr apresentado, que não ponham impedimento algum ao portador, antes lhe prestem todo o auxilio e favor de que êle possa necessitar para seguir a sua viagem.

Este passaporte é pessoal e valido por um anno bom para voltar a França por igual espaço de tempo

Consulado de Portugal em Rouen aos 8 *de* Março *de* 1935

SINAIS

Sinais particulares

Assignatura do portador

Antonio Vilar

O Consul.

Israel Abrahão Anahory

Fs 228,00 = 200$00

209-

Pagou mais 12$00 segundo o N.º 117

94. Passaporte utilizado por Luís Carlos Prestes e Olga Benário para entrar no Brasil, 1935. *Correio da Manhã* e AN

Quando o consulado de Portugal em Rouen, na França, concedeu o passaporte ao casal de portugueses Antonio Vilar e Maria Bergner Vilar, ninguém desconfiou de nada — a documentação era perfeita. Com esse passaporte, Luís Carlos Prestes regressou clandestinamente ao Brasil, com Olga Benário, uma militante experiente, treinada pelo serviço secreto militar soviético para garantir sua segurança, e que acabaria por se tornar sua companheira. O objetivo da volta de Prestes: liderar um levante popular de operários, soldados e camponeses.

95. Desfile integralista, fotografia de autor desconhecido, 1937. APERJ

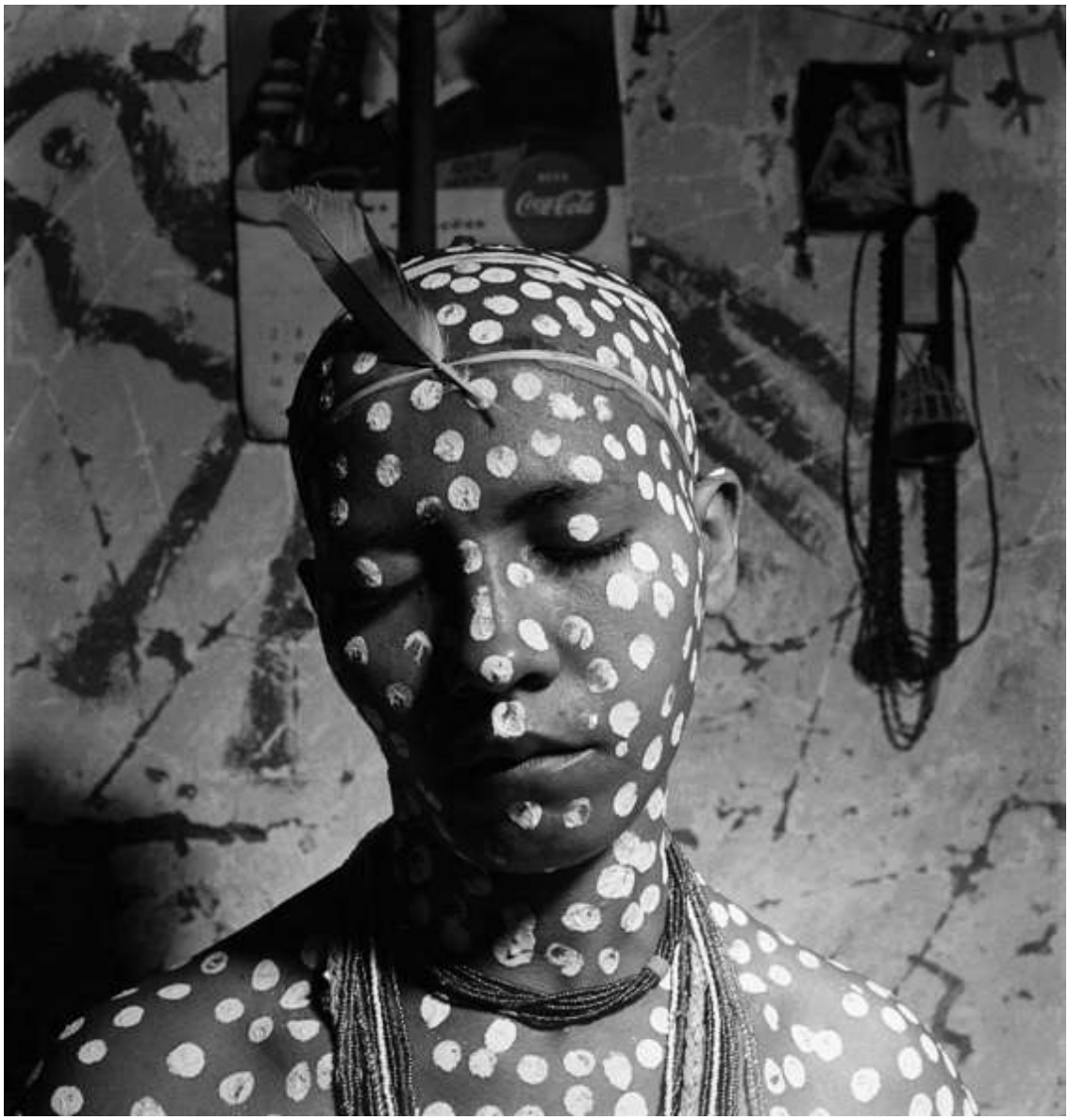
Em 1937, os integralistas desfilaram no Rio de Janeiro. Era o lançamento da candidatura de seu principal dirigente, Plínio Salgado, à eleição presidencial prevista para o início do ano seguinte — e que não se realizaria em virtude do golpe do Estado Novo. Os integralistas marchavam em formação militar, com fileiras fechadas, numa marcação cênica que pretendia demonstrar força e disposição de combate.

96. A juventude brasileira em frente ao Palácio Tiradentes, fotografia de autor desconhecido, 1941. AN

O Desfile da Juventude reuniu, por dez anos, jovens entre onze e dezoito anos. Os meninos deveriam se apresentar com uniforme de educação física, e as meninas, cobertas por blusas e túnicas. A proliferação das manifestações cívicas durante o Estado Novo tinha como objetivo produzir a imagem de uma nação coesa, organizada em torno da figura do líder, Getúlio Vargas. Na foto, a monumentalidade das colunas e o gigantesco painel com a imagem de Vargas evocam a cenografia do fascismo.

97. Patrulheiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), fotografia de João Rodrigues da Costa, s.d. ANV-FEB

Diziam que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial. Mas a cobra fumou. O Brasil participou da guerra ao lado dos Aliados. Cerca de 25 mil homens foram enviados à Itália para lutar junto com as tropas do V Exército Norte-Americano. Participaram da conquista de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese. No uniforme, levavam o emblema da FEB: uma cobra fumando.



98. Ritual de candomblé de iniciação das filhas de santo, fotografia de José Medeiros, 1951. IMS

Durante quatro semanas, o repórter Arlindo Silva e o fotógrafo José Medeiros percorreram terreiros em Salvador. Esta foto faz parte de uma série especialmente realizada por Medeiros para uma reportagem sobre os candomblés da Bahia. Encomendado em 1951 pela revista *O Cruzeiro*, o material gerou polêmica, uma vez que o fotógrafo adentrou locais sagrados e secretos, jamais mostrados para um público não iniciado. Por causa da matéria, o terreiro Banto foi fechado e travou-se uma verdadeira querela sobre os limites morais da ação do fotógrafo. Nesta imagem de uma saída de iaô, a noviça que passa pelo ritual de iniciação para se tornar filha de santo é captada em estado de incorporação.

99. Cartaz da criação da Petrobras, 1953. APERJ

Em 1953, Getúlio Vargas aprovou a lei de criação da Petrobras — a empresa que iria simbolizar, dali em diante, a independência do país através do desenvolvimento econômico autônomo. A defesa do monopólio da exploração do petróleo pelo Estado empolgou as ruas e se transformou num dos maiores movimentos cívicos da história do Brasil pela preservação das riquezas nacionais.100. Campanha pela anistia, fotografia de Kurt Klagsbrunn, 1945. AMVK

100. Campanha pela anistia, fotografia de Kurt Klagsbrunn, 1945. AMVK

Em 1945, com a censura suspensa, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita em benefício das centenas de presos políticos do Estado Novo ganhou as páginas dos jornais e sensibilizou a população. Em abril, a Escola Nacional de Música realizou, no Rio de Janeiro, a Semana Pró-Anistia, organizada pela União Nacional dos Estudantes. Os estudantes mobilizaram as ruas — e a imaginação — criando cartazes de inspiração modernista e lançando manifestos em favor da anistia.

101. Gregório Fortunato e Getúlio Vargas no desfile de posse, fotografia de autor desconhecido, 1951. *Correio da Manhã* e AN

Gregório Fortunato (1900-62) foi o conhecido chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, que, pela cor e pelo tamanho, recebeu a alcunha de Anjo Negro. Nascido na cidade de São Borja, era filho de escravos alforriados, trabalhou como peão e aproximou-se do clã Vargas por conta de sua participação na Revolução de 1932. Após o fracasso do ataque integralista ao palácio Guanabara, em 1937, para depor Getúlio, foi recrutado para fazer parte da guarda pessoal do presidente, da qual se tornou chefe, cargo que ocupou até o fim do Estado Novo. Em 5 de agosto de 1954 ocorreu um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda. Acusaram Gregório Fortunato de ser o mandante desse crime que desencadearia uma grave crise política.

102. Carlos Lacerda após o atentado da rua Tonelero, fotografia de autor desconhecido, 1954. *Correio da Manhã* e AN

No dia 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda sofreu um atentado na porta de sua casa, na rua Tonelero, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Na ação, foi morto o major Rubens Vaz, um dos jovens oficiais udenistas da Aeronáutica que se revezavam como guarda-costas do jornalista. Principal adversário de Vargas, Lacerda acusou diretamente o presidente, no dia seguinte, antes mesmo do início da apuração policial: "Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. […] Esse homem é Getúlio Vargas".

"ULTIMA HORA" HAVIA ADIANTADO, ONTEM, O TRÁGICO PROPÓSITO

MATOU-SE VARGAS!

EXTRA

Ultima Hora

O PRESIDENTE CUMPRIU A PALAVRA:

"SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!"

A Mensagem Que Vargas Deixou Pouco Antes de Desfechar Contra o Peito o Tiro Fatal: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PEZAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA."

AS 8,30 HS. DA MANHÃ DE HOJE O MAIOR LIDER POPULAR QUE O POVO BRASILEIRO JA CONHECEU ENCERROU DE MODO DRAMATICO SUA GRANDE VIDA

UM TIRO NO CORAÇAO — O GENERAL CAIADO AINDA ENCONTROU COM VIDA O PRESIDENTE — DESOLAÇAO NO CATETE

103. Primeira página do jornal *Última Hora*, "O presidente cumpriu a palavra: 'Só morto sairei do Catete!'", 24 de agosto de 1954. FP

Getúlio Vargas cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954, Noite de São Bartolomeu. Deixou uma carta-testamento em que colocava na oposição a conta do seu padecimento: "Deixo à sanha dos meus inimigos o legado de minha morte". Linhas depois, concluía: "Que o sangue de um inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus. Agradeço aos que de perto ou de longe trouxeram-me o conforto de sua amizade. A resposta do povo virá mais tarde". A resposta veio rápido: em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo eclodiram motins populares e a população destruiu tudo que estivesse, de alguma maneira, relacionado com a oposição a Vargas. Apenas o jornal *Última Hora*, o único que apoiou Vargas até o fim, circulou nesse dia.

104. Embarque do corpo de Getúlio Vargas, fotografia de autor desconhecido, 1954. AN

Uma multidão acompanhou o corpo do presidente Vargas até o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, de onde seguiria para São Borja (RS), onde seria enterrado. Mas, quando o avião desapareceu no céu, as pessoas perceberam o lugar em que estavam: em frente ao Quartel-General da 3ª- Zona Aérea. A dor se transformou em cólera, a multidão avançou; a Aeronáutica, aterrorizada, pegou em armas, soldados e oficiais dispararam contra a população civil desarmada.

105. JK em um carro de fabricação nacional, fotografia de autor desconhecido, 1956. AN

“Voava com qualquer tempo e pousava em qualquer campo.” Juscelino Kubitschek não perdia tempo: precisava tocar o Plano de Metas, construir Brasília e fazer o Brasil avançar “cinquenta anos em cinco”, no rumo da modernidade. E era bom de marketing. Nas fotos oficiais ele aparecia sempre circundado por seus tantos feitos: neste caso, a bordo de um automóvel saindo da fábrica com 50% de peças nacionais.

106. Construção da Brasília-Acre, Vilhena, fotografia de autor desconhecido, 1960. AN

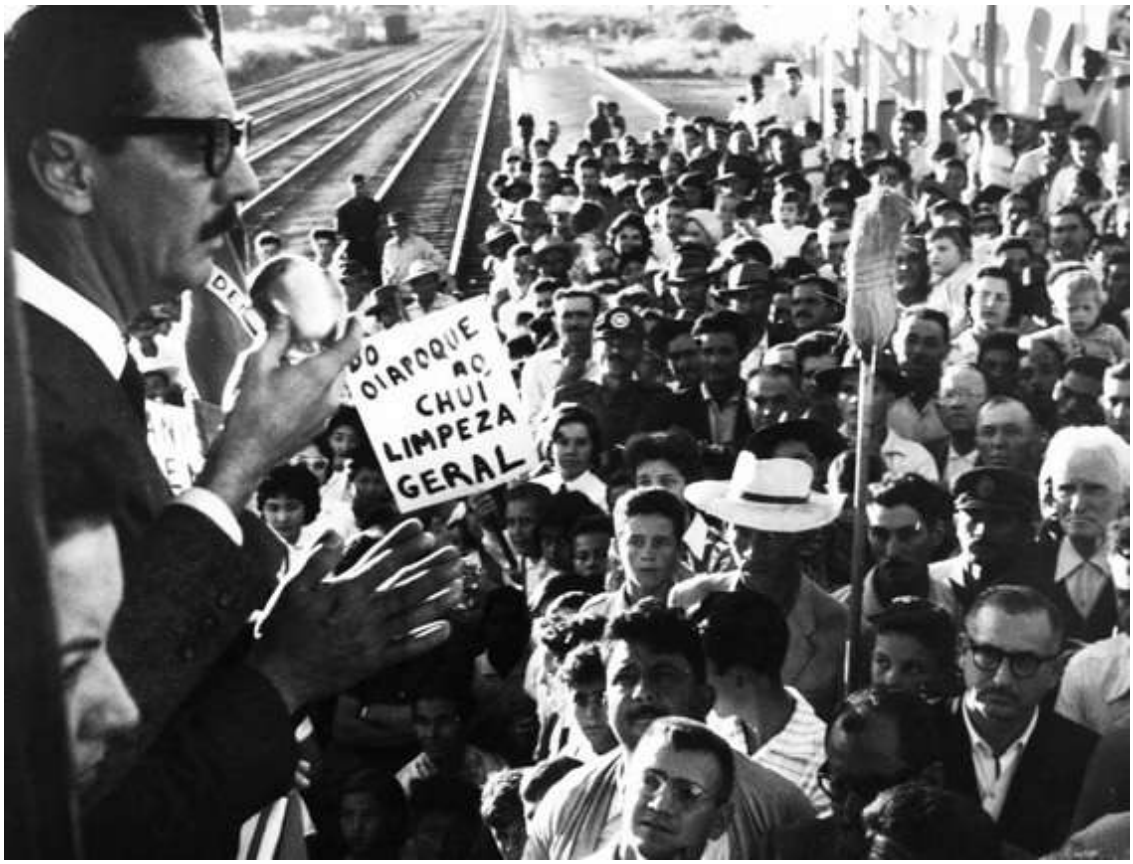
A construção de rodovias no governo JK retomava, de muitas maneiras, o espírito da Marcha para o Oeste, um amplo programa de expansão territorial anunciado por Getúlio Vargas e que pretendia ocupar áreas, segundo ele, menos povoadas do Brasil. Na foto, o início das obras da BR-364, em 1960, ambicionava desafiar a Floresta Amazônica para ligar as cidades de Cuiabá, em Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e a Rio Branco, no Acre.

107. Tom Jobim e Vinicius de Moraes, provavelmente no Bar Veloso — atual Garota de Ipanema, fotografia de autor desconhecido, *c.* 1960. IACJ

Em 1956, no Rio de Janeiro, Tom Jobim e Vinicius de Moraes — o poeta que encaminhou sua poesia do livro para a canção popular — estavam a um passo da Bossa Nova: a peça *Orfeu da Conceição* estreou em setembro de 1956, no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro, com um repertório musical que redescobria o samba, a valsa, a modinha e explorava as possibilidades de recriações e de simplificações de ritmo. A canção mais famosa da dupla, porém, "Garota de Ipanema", só seria composta em 1962. Mas com ela, a Bossa Nova conquistou o mundo.

108. Esplanada dos Ministérios, fotografia de Marcel Gautherot, *c.* 1962. IMS

O fotógrafo franco-brasileiro Marcel Gautherot registrou as obras da construção de Brasília durante dois anos, de 1958 a 1960. As imagens de Gautherot capturaram o caráter monumental dos edifícios, sua aura futurista, e as formas livres e leves da arquitetura de Oscar Niemeyer. Na foto, o Palácio do Congresso Nacional, situado no extremo leste do Eixo Monumental. A cúpula voltada para baixo abrigaria o Plenário do Senado; a outra, o Plenário da Câmara dos Deputados. Ambas lembram a circunferência presente na bandeira nacional.



109. Comício de Jânio Quadros em Engenheiro Camargo (SP), fotografia de autor desconhecido, s.d. *Correio da Manhã* e AN

"Varre, varre, varre, varre, varre, varre, vassourinha!/ Varre, varre a bandalheira!/ Que o povo já está cansado/ de sofrer dessa maneira." O símbolo da campanha de Jânio Quadros para presidente, em 1960, era uma vassoura, utensílio que ele empunhava em seus comícios, propondo-se a realizar uma varredura moral e administrativa no Brasil.

110. Palácio Piratini, fotografia de autor desconhecido, s.d. *Correio da Manhã* e AN

Na sacada do Palácio Piratini, em Porto Alegre, João Goulart acena em silêncio para a multidão. Três dias depois, embarcaria para Brasília a fim de assumir a Presidência da República, no regime parlamentarista. Na nota divulgada à imprensa, Jango fazia um apelo: “Que Deus me ilumine. Que o povo me ajude e que as armas não falem”. Ao lado de Jango, à esq., Leonel Brizola.

111. João Goulart em Campina Grande (PB), fotografia de autor desconhecido, 1962. AN

João Goulart, conhecido popularmente como Jango, foi o 24º presidente brasileiro, e seu mandato durou de 1961 a 1964. Até vestir a faixa presidencial, Jango e seus aliados enfrentaram momentos de tensão. No dia 28 de agosto de 1961, ele foi impassível no telefonema que deu ao deputado San Tiago Dantas: “Dentro de 24 horas estarei no Brasil para assumir o governo do país, ou morrer lutando”. Tomou posse sob protestos da oposição, e foi deposto pelo golpe de 1964.

112. Comício da Central do Brasil, fotografia de Domício Pinheiro, 1964. Rio de Janeiro. EC

No comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a hora das reformas de base parecia finalmente ter chegado. Pouco antes de subir no palanque, Jango assinou dois decretos: o primeiro nacionalizava as refinarias de petróleo, o segundo dava início à Reforma Agrária. Entre milhares de pessoas que ouviam atentas os discursos de Miguel Arraes, Leonel Brizola e do próprio presidente, estiveram representadas várias categorias de trabalhadores. Metalúrgicos, operários da construção civil, estudantes e sindicalistas empunhavam faixas de apoio às propostas reformistas de Goulart.

113. Dois de abril de 1964, fotografia de Neuza França. *Correio da Manhã* e AN

O golpe militar teve início quando se rebelaram, em Minas Gerais, as tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho — o mesmo oficial integralista que, em 1937, concebeu o Plano Cohen, utilizado por Vargas como pretexto para instituir o Estado Novo. Em 1964, o general pretendia fazer uma quartelada: suas tropas ocupariam o Rio de Janeiro e seriam a faísca que acenderia o rastilho de pólvora nos quartéis. Na foto, os tanques sob o comando de Mourão estacionados em frente ao Palácio Duque de Caxias, sede do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964.

114. Protesto contra a censura na Cinelândia, fotografia de Rubens Seixas, 1968. *Correio da Manhã* e AN

O meio teatral brasileiro ocupou um espaço público inédito de resistência democrática. Abriu os palcos para convocar a plateia a participar de manifestações públicas de oposição, defendeu a livre expressão e protagonizou greves, passeatas e vigílias cívicas. Na foto, a estátua amordaçada de Carlos Gomes, nosso mais importante compositor de óperas, em frente ao Theatro Municipal (RJ), que se converteu em símbolo da Greve de Protesto contra a Censura, desencadeada pela classe teatral em fevereiro de 1968 e que paralisou os teatros cariocas por 72 horas.

115. Comício de estudantes no centro do Rio de Janeiro, fotografia de autor desconhecido, 1968. *Correio da Manhã* e AN

Um movimento estudantil nacionalmente organizado se transformou na maior força política de oposição direta à ditadura militar até 1969. Após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto no restaurante Calabouço, em março de 1968, o conflito com a ditadura acirrou-se. Os comícios estudantis tornaram-se ainda mais frequentes, com pautas que articulavam reivindicações políticas com demandas próprias — mais verbas para a educação e para a reforma das universidades.

116. Soldados do Batalhão da Guarda Presidencial recebem treinamento de tortura em Brasília, fotografia de Orlando Brito, 1972. Coleção particular.

As fotos de Orlando Brito nunca são apenas um registro da história — a câmera sempre oferece um ponto de vista diante da realidade. Na imagem, soldados do Batalhão da Guarda Presidencial recebem treinamento de tortura em Brasília, e a foto inescapável de Brito desmente a história oficial. A prática da tortura se instalou nos quartéis e, graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder — civis e militares —, espalhou-se como um vírus, que, no entanto, era do conhecimento de todos.

117. Cordão policial *versus* educação e cultura em Brasília, fotografia de Orlando Brito, 1972. Coleção particular.

A ditadura militar brasileira interferiu de modo sistemático na educação. Professores foram perseguidos, muitos tiveram a aposentadoria compulsória decretada e foram presos ou exilados. Na foto de Brito é paradoxal e irônica a contraposição entre o Ministério da Educação e a repressão estacionada na sua frente.

118. Frame do filme *Tempo de resistência*, de André Ristum, 2003. FPA

A propaganda política da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) foi produzida sobretudo para a televisão — e fez sucesso. As imagens denotavam otimismo e orgulho nacional; celebravam a diversidade e a integração racial brasileira; afirmavam a harmonia social, e embalavam tudo isso em filmes curtos, com narração direta, cenas bem cuidadas e um arremate musical que grudava na lembrança do espectador.

119. *Rango 4*, de Edgar Vasques, 1975.

Rango era um personagem negro, faminto e miserável que denunciava a realidade de um Brasil cada dia mais injusto — política e socialmente. Criado pelo cartunista gaúcho Edgar Vasques, transformou-se num dos principais símbolos de crítica e oposição à ditadura.

120. Geisel, fotografia de Orlando Brito, maio de 1977. Coleção particular.

A composição da imagem acima provavelmente resultou da combinação entre experiência profissional e um bocado de sorte do fotógrafo Orlando Brito. A clássica imagem do governante em estilo triunfal foi invertida, e o mais imperial dos generais que exerceram a Presidência da República, Ernesto Geisel, virou um pequeno detalhe diante do tamanho colossal da bandeira brasileira. Numa projeção de luz, porém, a sombra ao fundo trajou de luto a bandeira e, numa fração de segundo, escancarou uma janela de interpretação para a realidade do país.

121. Missa de sétimo dia pela morte do jornalista Vladimir Herzog, fotografia de Antonio Carlos Piccino, 31 de outubro de 1975. EC

A morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do Codi-DOI paulista, mobilizou a sociedade brasileira. Cerca de 8 mil pessoas desafiaram a ditadura e compareceram ao culto ecumênico celebrado na catedral da Sé. Nas escadarias e na praça havia em torno de 30 mil pessoas. O ritual marcou o momento a partir do qual a sociedade recuperou seu acesso ao espaço público e as forças de oposição se aliaram para dar combate à ditadura e avançar no rumo da retomada democrática.

122. *Uma linha dura... Não dura*, de Nelson Leirner, 1978.

O ano de 1978 marca o fortalecimento do movimento em prol da retomada dos direitos democráticos e o fim do AI5. Captando o espírito dos tempos, o artista Nelson Leirner (1932) realizou, nesse mesmo ano, a exposição e a série "Uma linha dura… Não dura" e "Uma linha não dura… Dura". Consideradas pelo artista como sua contribuição para o "movimento antiditadura", as mostras traziam um jogo entre o título e as obras, que foram sendo redesenhadas durante a vigência das mostras. Escrevia ele na abertura das exposições: "Você muda a rua muda a casa muda o armário muda a grade muda o mapa muda a geografia muda a fronteira muda o limite muda a hora muda o tempo muda a tradição muda o hábito muda a roupa muda o botão muda a tradição muda a bata muda a bota muda o uniforme muda a cor muda a comida muda a bala muda o fogo muda o amigo muda o inimigo muda o governante muda o opressor muda o jogo muda a regra muda a linha muda você é duro a rua é dura o armário é duro a grade é dura o mapa é duro a geografia é

dura a fronteira é dura o limite é duro a hora é dura o tempo é duro a tradição é dura o hábito é duro a roupa é dura o botão é duro a gola é dura a bata é dura a bota é dura o uniforme é duro a cor é dura a comida é dura o bolo é duro a bala é dura o logo é duro o opressor é duro o jogo é duro a regra é dura a linha é dura você não dura a rua não dura a casa não dura o armário não dura a grade não dura o mapa não dura a hora não dura a roupa não dura o botão não dura a gola não dura a cor não dura a comida não dura o bolo não dura a bala não dura o fogo não dura o amigo não dura o inimigo não dura o governante não dura o opressor não dura o jogo não dura a regra não dura A LINHA NÃO DURA".

123. *Inserções em circuitos ideológicos: 1 — Projeto Coca-Cola*, de Cildo Meireles, 1970. Coleção particular.

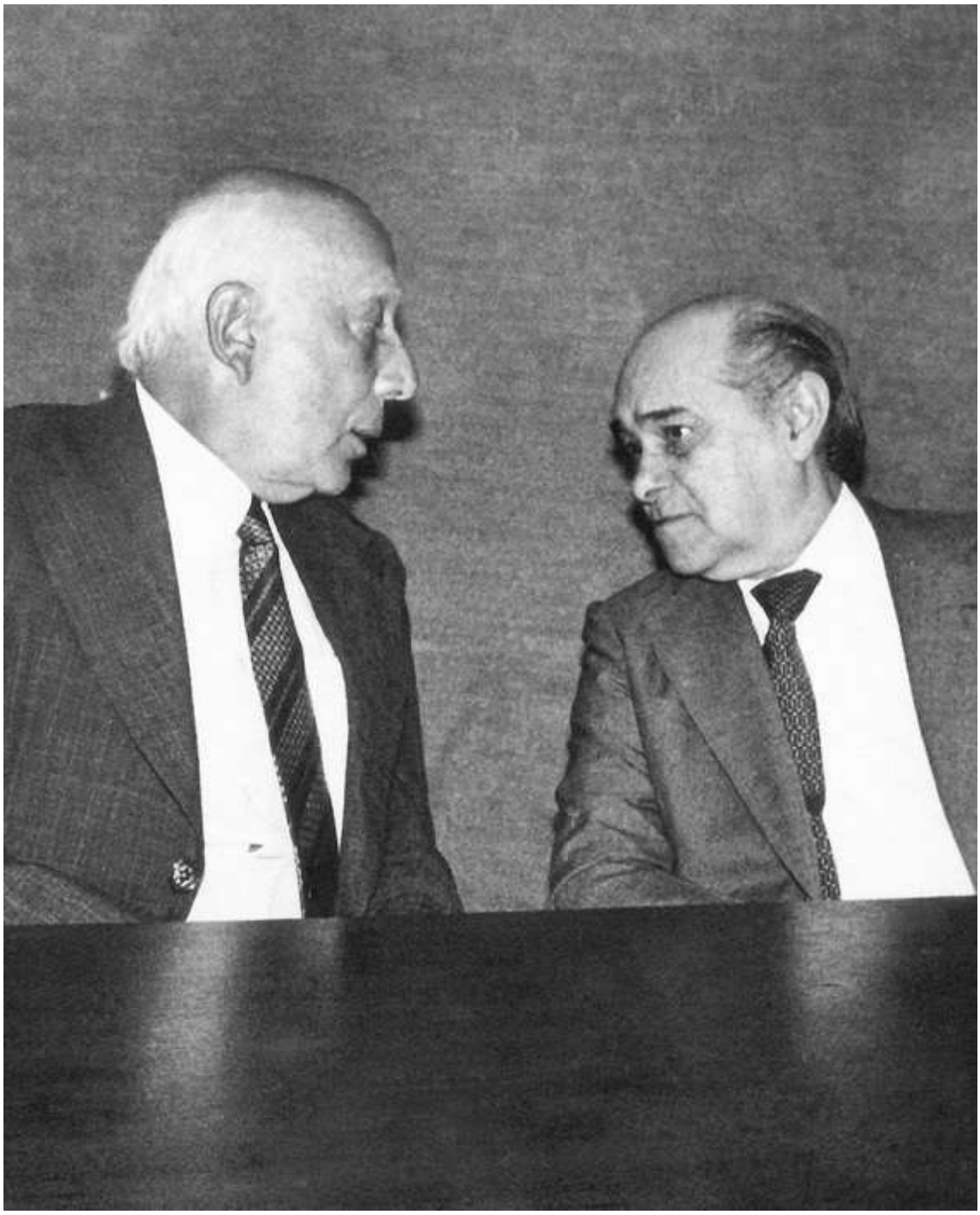
A obra *Inserções em circuitos ideológicos* foi concebida por Cildo Meireles para a exposição "Information", realizada em 1970 no MoMa, em Nova York. Era composta de dois projetos: o projeto Coca-Cola e o projeto Cédula. Ambos consistiam em gravar informações e opiniões críticas sobre a realidade brasileira em garrafas de Coca-Cola e cédulas de papel-moeda e devolvê-las à circulação. A obra, inspirada nos ready-made de Marcel Duchamp, pretendia ser uma ação de guerrilha transposta para o campo das artes plásticas.

124. O jogador Sócrates vestiu a camisa, fotografia de Jorge Araújo, 1983. FP

Em 1979, num domingo de futebol, a Gaviões da Fiel, torcida organizada corintiana, abriu nas arquibancadas do Estádio do Morumbi uma enorme faixa pela anistia geral e irrestrita. No mesmo ano, seu jogador mais famoso e icônico, o médico Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, "vestiu a camisa". No começo da década de 1980, foi a vez de o próprio time do Corinthians se engajar na luta pela redemocratização do país. Seus jogadores vestiram uniformes com os dizeres "Diretas Já" e "Eu quero votar para presidente", e o time enfrentou represálias por parte do Conselho Nacional de Desportos (CND) do governo federal, que proibiu o uso dos uniformes com os slogans de oposição.

125. Lula faz discurso para operários grevistas no ABC, fotografia de Fernando Pereira, 1979. CPDoc-JB

As grandes greves de metalúrgicos de 1978, 1979 e 1980, ocorridas no ABC paulista, deram origem a um movimento sindical que, além de ser oposição à ditadura, lutava para se organizar a partir do chão das fábricas. Liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, os operários tomavam suas decisões em assembleias gigantes, e provaram que, no Brasil, não era só futebol que enchia estádio. Na foto, Lula fala aos metalúrgicos numa das famosas assembleias no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, que chegaram a reunir mais de 100 mil trabalhadores.



126. Ulysses Guimarães e Tancredo Neves (detalhe), fotografia de Orlando Brito, 1980. Coleção particular.

O caminho da redemocratização ficou marcado pela atuação de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves: Ulysses na campanha das Diretas Já e Tancredo no colégio eleitoral. Com origem no PSD e uma trajetória lado a lado na oposição aos militares, eles não podiam ser mais iguais e mais diferentes: Tancredo foi um negociador habilidoso e um político moderado; Ulysses, um articulador de vitalidade extraordinária e discurso desabrido. Os dois viviam para fazer política, eram mestres na capacidade de confabular, sonharam em governar o Brasil no regime democrático. Chegaram muito perto disso, mas jamais conseguiram conquistar o poder.

127. Bomba no Riocentro, fotografia de autor desconhecido, 30 de abril de 1981. CPDoc-JB

A bomba que explodiu antes da hora no colo do sargento paraquedista Guilherme Rosário, dentro de um automóvel Puma cinza-metálico conduzido pelo capitão de infantaria Wilson Machado, no estacionamento do pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro, foi obra de militares do DOI e do CIE que pretendiam executar um atentado terrorista de grande envergadura. Naquele momento, o Riocentro abrigava uma plateia de 20 mil pessoas reunidas num show de música. A autoria do atentado seria atribuída à Vanguarda Popular Revolucionária, um grupo armado da esquerda revolucionária que fora dizimado pelo Exército havia mais de dez anos. O propósito dos militares era impedir a redemocratização do país.

128. Charge sobre as Diretas, de Angeli, 1984. Coleção particular.

O caricaturista Angeli é figura cativa do Brasil da redemocratização — e até os dias de hoje. Chargista de mão-cheia, flagrou nesta imagem o general Figueiredo e Tancredo Neves, ambos lutando para conservar ou conquistar o poder a qualquer custo, e ao centro colocou seu personagem — este, sim, defensor das eleições diretas para presidente.

129. *Greve dos "boias-frias", Guariba* (SP), fotografia de Carlos Fenerich, 1984. AAC.

"Boia-fria" é o nome que se convencionou dar aos trabalhadores rurais expulsos do campo. Sem vínculo empregatício nem moradia fixa, eles vivem de diárias, negociadas a cada dia. Em São Paulo e no Paraná, toda manhã, homens, mulheres e crianças esperam os caminhões que os transportam até as plantações, e levam uma comida que não pode ser requentada: é uma boia fria. No início de 1984, cerca de 6 mil canavieiros paralisaram atividades na cidade de Guariba, no interior paulista, para exigir direitos trabalhistas.

130. FHC em comício do PMDB em São Paulo, fotografia de Juca Martins, 1986. OI

O sociólogo e cientista político Fernando Henrique Cardoso esteve sempre envolvido com a política do país. Perseguido pelo golpe militar de 1964, exilou-se no Chile e na França, e só voltou para o Brasil em 1968. Nesse meio-tempo, lecionou em várias universidades estrangeiras. Candidatou-se pela primeira vez em 1983, quando se elegeu senador, e não parou mais: foi ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e por duas vezes presidente da República. Na foto, o então senador Fernando Henrique Cardoso aparece em comício público. Em 1988 ajudaria a fundar, com outros dissidentes do PMDB, um novo partido: o PSDB.

131. Multidão pede o afastamento de Collor, fotografia de Orlando Brito, s.d. Coleção particular.

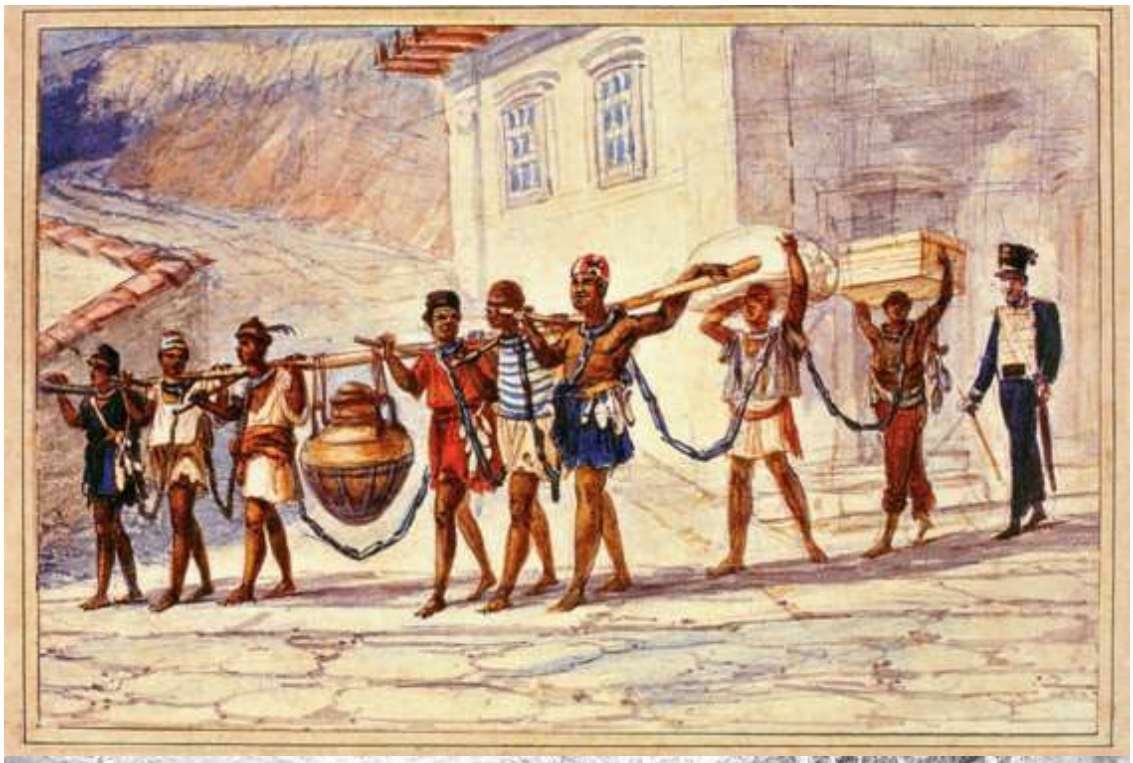
Diante das denúncias de envolvimento do presidente Fernando Collor em um esquema de corrupção, manifestações políticas voltaram às ruas das grandes cidades brasileiras. Traziam novidades: o traço carnavalesco e a marca do bom humor. Surgiram bonecos gigantescos de Collor vestido de presidiário; fantasias de ratazanas com bigodes e óculos lembrando Paulo César Farias, seu tesoureiro; esquifes com o nome do presidente e de Zélia Cardoso de Mello, a ministra da Fazenda. O processo levou ao impeachment de Fernando Collor e à sua renúncia, em dezembro de 1992.

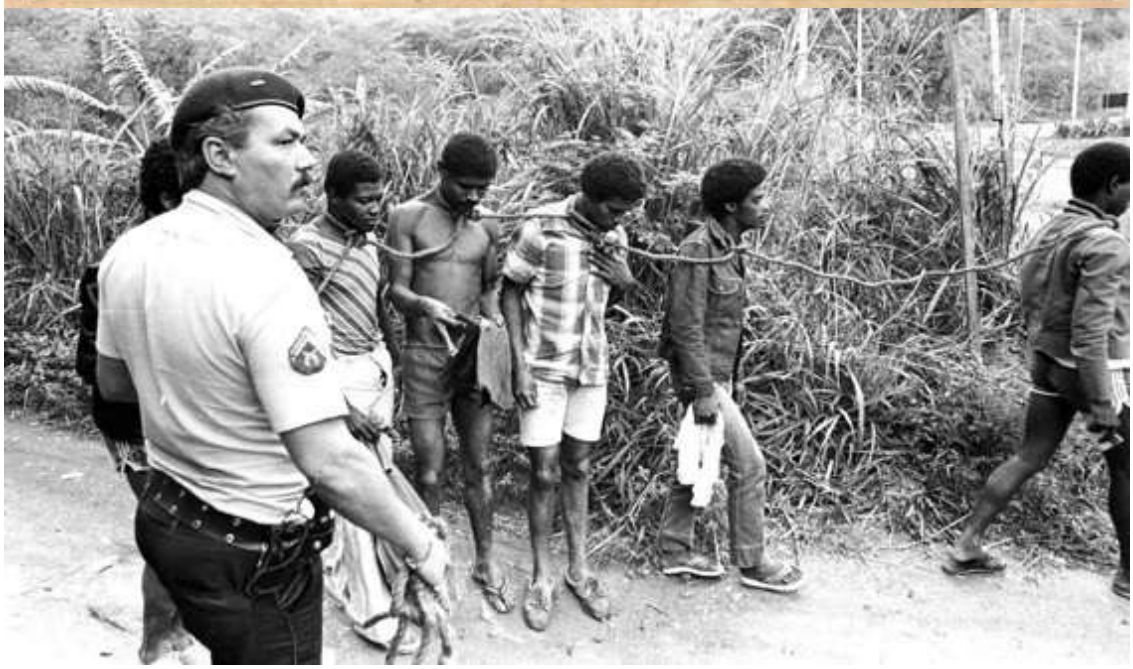
132. Enterro de Marco Antônio Alves da Silva, fotografia de Marco A. Cavalcanti, 30 de julho de 1993. CPDoc-JB

Em julho de 1993, quarenta jovens moradores de rua entre onze e dezenove anos dormiam na escadaria da igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Pouco depois da meia-noite do dia 23, seis policiais militares saltaram de dois carros e abriram fogo. Oito menores foram fuzilados. Na imagem, vemos o enterro de uma das vítimas da Chacina da Candelária, Marco Antônio Alves da Silva, o Russo.

133. Duelo de MC's, fotografia de Pablo Bernardo, 2012.

A cultura da rua — o hip-hop — começou a tomar força em meados dos anos 1980, na região central de São Paulo. Grupos de jovens, a grande maioria vinda de bairros periféricos, reuniam-se na estação de metrô São Bento. Depois, chegaram os rappers, com seu canto falado. A essas expressões se uniu o grafite, e, no final da década, a linguagem cultural das ruas, originária de um lugar social tradicionalmente ignorado, alcançou visibilidade na cena pública brasileira.





134a. *Negros acorrentados levando para a cadeia o jantar que foram buscar no Hospital da Misericórdia*, aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret, *c*. 1820-30. MCM e IPHAN
134b. Blitz da Polícia Militar no Morro da Coroa e Cachoeirinha — PM prende favelados pelo pescoço, fotografia de Luiz Morier, 1982. CPDoc-JB

Quatro dos cinco séculos de história do Brasil foram assinalados pela prática da escravidão. As marcas dos cativos negros, queimados com o ferrete de seus senhores, persistiu como estigma social. Mais de um século após a abolição desse sistema, a população pobre e, não raro, negra vive ainda sob o jugo da violência: não mais aquele das chibatas, mas o de um teimoso legado cultural de exclusão social.

135. Ocupação da Fazenda Giacometti pelos Sem-Terra, Paraná, fotografia de José Roberto Dantas, 1996. EC

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1984 e polarizou a sociedade em torno de sua principal bandeira de luta: a reforma agrária. As ocupações de terras são sua forma de ação mais importante; além delas, os acampamentos, caravanas e sobretudo as marchas são parte decisiva de sua estratégia de visibilidade, enfrentamento e resistência. Entre fevereiro e abril de 1997, por exemplo, 1300 militantes saídos de diferentes pontos do país percorreram cerca de mil quilômetros para exigir reforma agrária — a marcha terminou em Brasília, num ato que reuniu 100 mil pessoas.

136. Casa pintada com a bandeira brasileira em uma favela na zona oeste de Manaus, fotografia de Raphael Alves, 2011. GI

Pintada livremente na fachada do barraco, a bandeira nacional converteu-se na forma de expressão plástica da periferia. Anônima e coletiva, étnica e culturalmente mestiça, a voz das favelas e das quebradas reivindica a expansão do catálogo de direitos, denuncia a exclusão social, convoca sua população a ter orgulho de si própria, e enfim alcança visibilidade na cena pública brasileira.

137. Manifestações de junho de 2013, fotografia de Rafael S. Fabres, Rio de Janeiro. GI

As manifestações de junho de 2013 levaram milhares de pessoas, em particular os jovens, a ocupar as ruas das principais cidades brasileiras. Traziam uma pauta aberta, onde cabia um sentimento de insatisfação e de frustração, e a sensação de ser possível e necessário transformar a realidade. A partir de então, ficou especialmente visível que uma novíssima história do Brasil está ou deveria estar por começar.

NOTAS

INTRODUÇÃO OU “O BRASIL FICA BEM PERTO DAQUI”

1 Lima Barreto, *O traidor*. [S.l.: s.n.], [19--]. Orig. Ms. 10 f. FBN/Mss I-06,35,0964.
2 Manuela Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
3 Disponível em: <www.slavevoyages.org>. Acesso em: 1º dez. 2014.
4 Manuela Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil*, op. cit., p. 14.
5 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
6 Paulo Emílio Sales Gomes, *Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento.* São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 90.
7 Ver Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 34.
8 Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

1. PRIMEIRO VEIO O NOME, DEPOIS UMA TERRA CHAMADA BRASIL

1 Francisco Bethencourt, *Racisms: From the Crusades to the Twentieth Century.* Princeton: Princeton University Press, 2013, pp. 102-4.
2 Manuela Carneiro da Cunha, Índios no Brasil: *História, direitos e cidadania.* São Paulo: Claro Enigma, 2013.
3 Ver também, entre outros, Júnia Ferreira Furtado, *O mapa que inventou o Brasil* (Rio de Janeiro: Versal, 2013).
4 Joaquim Romero de Magalhães, "Quem descobriu o Brasil?". In: Luciano Figueiredo (Org.), *História do Brasil para ocupados.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, pp. 16-20.
5 Os comentários que se seguem, sobre a vida no mar na época das grandes explorações, foram retirados do livro de Paulo Miceli, *O ponto onde estamos: Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista* (Campinas: Ed. da Unicamp, 2008).
6 Paulo Miceli, op. cit., p. 77.
7 Padre Fernando Oliveira, *A arte da guerra do mar.* Lisboa: Ministério da Marinha, 1969, p. 77.
8 Joaquim Romero de Magalhães, "Quem descobriu o Brasil". In: Luciano Figueiredo (Org.), *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
9 Paulo Miceli, op. cit., p. 171.
10 Para o nome Brasil ver, entre outros, "O nome Brasil" (*Revista de História*, n. 145, pp. 61-86, 2. sem. 2001) e *Inferno Atlântico* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 29-32), ambos de Laura de Mello e Souza.
11 Ver Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, op. cit.
12 Ver S. D'Agostini et al., "Ciclo econômico do pau-brasil". Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.
13 João de Barros apud Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico*, op. cit., p. 24.
14 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* 6. ed., 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2002.
15 Para um desenvolvimento do tema, ver Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico*, op. cit.
16 O trecho que se segue, sobre o relato dos viajantes seiscentistas, é pautado em pesquisa feita para o livro *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, de autoria de Lilia Moritz Schwarcz (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).
17 Informação retirada de José Roberto Teixeira Leite, "Viajantes do imaginário: A América vista da Europa, século XVII" (*Revista USP*, São Paulo, n. 30, pp. 32-45, jun./ago. 1996). Ver também Guilhermo Giucci, *Viajantes do maravilhoso: O Novo Mundo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992); Howard Rollin Patch, *El otro mundo en la literature medieval* (México: Fondo de Cultura Económica, 1956); Joaquín Gil Aléxis Chassang, *Historia de la Novela y de sus relaciones com la antigüedad griega y latina* (Buenos Aires: Poseidon, 1948).
18 José Roberto Teixeira Leite, op. cit.
19 Ver Sérgio Buarque de Holanda, op. cit.
20 Leyla Perrone Moisés, "Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry". *Revista USP*, São Paulo, n. 30, pp. 84-93, jun./ago. 1996.
21 Ver Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz* (São Paulo: Companhia das Letras. 1986).
22 Manuela Carneiro da Cunha, "Imagens de índios do Brasil: O século XVI". *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, pp. 91-110, set./dez. 1990.
23 Ibid.
24 Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra & História do Brasil*. Org. de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1995, pp. 19 e 24.
25 Sobre o tema da "falta", ver o belíssimo livro de Pierre Clastres *A sociedade contra o Estado: Pesquisas de antropologia política* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978).
26 Pero de Magalhães Gândavo, op. cit., pp. 24, 27 e 29.
27 Serge Gruzinski, *La Colonisation de l'imaginaire: Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol, XVIe-XVIIIe siècle.* Paris: Gallimard, 1988.
28 Ronsard apud Manuela Carneiro da Cunha, "Imagens de índios do Brasil", op. cit., p. 4.
29 Ferdinand Denis, *Une Fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*. Paris: Techener Librarie, 1850.
30 Manuela Carneiro da Cunha, "Imagens de índios do Brasil", op. cit., p. 5.
31 Citado por Manuela Carneiro da Cunha, op. cit., p. 5.
32 Montaigne, "Os canibais". *Ensaios*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972, pp. 101-6.
33 André de Thevet, *As singularidades da França Antártica*. Lisboa: [s.n.], 1878, pp. 146-80.
34 Ver Manuela Carneiro da Cunha, "Imagens de índios no Brasil", op. cit.
35 Jean de Léry, "Prefácio". In: _____. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amerique*. Genebra: A. Chuppin, 1580, pp. 2-9.
36 Ibid., p. 227.
37 Léry contaria a história desse cerco em *História memorável da cidade de Sancerre*, livro em que acusa os franceses de

serem mais bárbaros do que os índios canibais que conhecera no Brasil.
38 Ver Frank Lestringant, "De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: Por uma arqueologia de *Tristes trópicos*". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 2, 2000.
39 Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Publicações da Sociedade Hans Staden, 1942 [1557], cap. 42, primeira parte.
40 Ibid., pp. 161 e 185.
41 Ibid., pp. 196-8.
42 Manuela Carneiro Cunha, op. cit., p. 14.
43 Todo esse trecho sobre legislação indigenista e o subsequente são pautados no excelente artigo "Índios livres e índios escravos", de Beatriz Perrone Moisés, em Manuela Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 115-32).
44 O trecho que vem a seguir, sobre a ação dos jesuítas e da Companhia de Jesus no Brasil, é basicamente pautado em Ronaldo Vainfas, *Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008), e, do mesmo autor, *A heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995).
45 Boa parte dos comentários subsequentes foi retirada de *Os índios antes do Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2000), de autoria de Carlos Fausto, e do já citado *História dos índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha.
46 Eduardo Viveiros de Castro, *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
47 A divisão entre grupos continua pautada em Carlos Fausto, op. cit., pp. 68-70.
48 A reflexão sobre os bandeirantes e a exploração indígena em São Paulo é pautada em John Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994).
49 Carlos Fausto, op. cit., pp. 78-9.
50 Pierre Clastres, op. cit.
51 Ver uso que faz Eduardo Viveiros de Castro, op. cit.

2. TÃO DOCE COMO AMARGA: A CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

1 O açúcar de beterraba é ainda mais tardio, tendo entrado nas dietas ocidentais somente a partir do século XIX.
2 Esse trecho sobre a história do açúcar é bastante inspirado pelo excelente e precursor livro de Sidney Mintz *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History* (Nova York: Penguin, 1985).
3 Stuart Schwartz, *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
4 Ver Marshall Sahlins, "Cosmologias do capitalismo: O setor transpacífico do 'sistema mundial'", em *Cultura na prática* (Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004, cap. 13).
5 Ver Vera Lúcia Amaral Ferlini, *A civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII* (São Paulo: Brasiliense, 1984).
6 Ver Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (*1777-1808*) (São Paulo: Hucitec, 1984).
7 O culto permaneceu vivo até a segunda década do século XVII, a despeito de ter sido sempre prontamente reprimido pelos portugueses. Ver Ronaldo Vainfas, *A heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995).
8 Citado por Manuel Diegues Junior em *O engenho de açúcar no Nordeste* (Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1952).
9 Ver Engel Sluiter, "Os holandeses antes de 1621". *Revista do Instituto de Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, v. 46, pp. 188-207, 1967.
10 Boris Fausto, *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.
11 Stuart Schwartz, op. cit., p. 159. Para piratas, ver Jean Marcel Carvalho França e Sheila Hue, *Piratas no Brasil: As incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral* (São Paulo: Globo, 2014).
12 Andréia Daher, "A conversão dos Tupinambá entre a oralidade e a escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII". *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, jul./dez. 2004.
13 Paul Louis Jacques Gaffarel, *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maison Neuve, 1878.
14 O maior especialista em Brasil holandês é o diplomata e historiador Evaldo Cabral de Mello. O texto que se segue compila basicamente as informações retiradas de seus livros *O negócio do Brasil: Portugal, os países baixos e o Nordeste, 1641-1669* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2003), *Rubro veio: O imaginário da restauração pernambucana* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2005) e *Nassau: Governador do Brasil holandês* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).
15 Id., "Imagens do Brasil holandês 1630-1654". *ARS*, São Paulo, v. 7, n. 13, pp. 160-71, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/3068>. Acesso em: 3 jun. 2014.
16 Wolfgang Lenk, "Guerra e pacto colonial: Exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)". Campinas: Unicamp, 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico).
17 Ver Hugo Coelho Vieira, Nara Neves Pires Galvão, Leonardo Dantas Silva, *Brasil holandês: História, memória, patrimônio compartilhado* (São Paulo: Alameda, 2012).
18 Rômulo Luiz Xavier Nascimento, "'Entre os rios e o mar aberto': Pernambuco, os portos e o Atlântico no Brasil holandês". In: Hugo Coelho Vieira, Nara Neves Pires Galvão, Leonardo Dantas Silva, op. cit., p. 193.
19 José Antonio Golsalves de Mello. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1947, p. 61.
20 Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Bertrand Brasil, 2003, p. 271, tomo I: A época colonial, v. 1: Do descobrimento à expansão territorial.
21 Ver Evaldo Cabral de Melo, op. cit., 2005.
22 Ver Evaldo Cabral de Mello, *O Brasil holandês* (São Paulo: Companhia das Letras, 2010), *Rubro veio* (op. cit., 2005), *Nassau* (op. cit., 2006), e Pedro Puntoni, *Guerras do Brasil* (*1504-1604*). São Paulo: Brasiliense, 1992.
23 "Escravizados" são, de acordo com o critério adotado por Alberto da Costa e Silva, os africanos de primeira geração. O termo também destaca o caráter compulsório da atividade e, portanto, corresponde melhor à noção de que eles não estavam nessa situação por vontade ou arbítrio próprio.
24 John Monteiro, Pedro Puntoni e Hal Langfur mostram a persistência da escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, por isso não se pode falar em transição de um sistema para outro.
25 Alberto da Costa e Silva. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
26 Stuart Schwartz, op. cit., p. 73.
27 As duas citações foram retiradas de Stuart Schwartz (op. cit., p. 209).
28 Gilberto Freyre, *Açúcar: Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
29 Manuel Diegues Junior, op. cit.; Leila Mezan Algranti, "Os livros de devoção e a religiosa perfeita (normatização e práticas religiosas nos recolhimentos femininos do Brasil colonial)", em Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.), *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz* (Lisboa: Estampa, 1995, pp. 109-24), e Leila Mezan Algranti, "Mulheres enclausuradas no Brasil colonial", em Heloisa Buarque de Holanda e Maria Helena Rolim Capelato (Orgs.), *Relações de gênero e diversidades culturais na América Latina* (Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1999, pp. 147-62.
30 Para uma análise da expressão, ver Ricardo Benzaquen, *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* (São Paulo: Ed. 34, 1994).

31 Stuart Schwartz, op. cit., p. 125.
32 Francisco Bethencourt, *Racisms: From the Crusades to the Twentieth Century.* Princeton: Princeton University Press, 2013.
33 Ibid., p. 173.
34 Para uma análise fundamental da dependência e das políticas de favor no Brasil, ver Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* (São Paulo: Duas Cidades, 1977 [5. ed. rev. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000]).
35 André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
36 Stuart Schwartz, op. cit., p. 146.
37 Sobre os dados da PNAD de 1976, ver, entre outros, Lilia Moritz Schwarcz, *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor, raça e sociabilidade brasileira.* São Paulo: Claro Enigma, 2013.
38 Boris Fausto, *História do Brasil*, op. cit., p. 48.

3. TOMA LÁ DÁ CÁ: O SISTEMA ESCRAVOCRATA E A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

1 Herbert S. Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico: Novas abordagens para as Américas*. Ribeirão Preto: Funpec-Editora, 2006, pp. 6-7.
2 Luiz Felipe de Alencastro, "As populações africanas no Brasil". Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/As-Populacoes-Africanas-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.
3 Ciro Flamarion Cardoso, *A afro-América: A escravidão no novo mundo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
4 Informações retiradas de Manolo Florentino e Cacilda Machado (Orgs.), *Ensaios sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. v. I.
5 Ver Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010) e Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravismo no Brasil* (São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2010, pp. 15-6).
6 Herbert S. Klein, op. cit., p. 18.
7 Id., "Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico". *Revista de História*, São Paulo, v. 120, pp. 3-25, jan./jul. 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18589>. Acesso em: 2 jun. 2014.
8 Ibid., p. 16.
9 Ibid., p. 12.
10 Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
11 Sidney Mintz e Richard Price, *O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003.
12 Herbert S. Klein, "Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico", op. cit., pp. 16-7.
13 Ver, entre outros, Clarival do Prado Valladares em seu artigo "A iconologia africana no Brasil", na *Revista Brasileira de Cultura* (Rio de Janeiro, MEC, ano I, jul./set. 1999, pp. 37-48), e Reginaldo Prandi, *Mitologia de orixás* (São Paulo: Companhia das Letras, 2004).
14 Charles R. Boxer, *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 117-8.
15 David Eltis e David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade.* New Haven; Londres: Yale University Press, 2010.
16 Stuart Schwartz, op. cit., pp. 280-1.
17 Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, op. cit.
18 Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil*. [S.l.: s.n.], 1618.
19 Stuart Schwartz, op. cit., p. 288.
20 Ver, nesse sentido, Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas: Famílias escravas e trafico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997), e Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
21 Jorge Benci, *Economia christaã dos senhores no governo dos escravos*. Roma: Antonio de Rossi, 1705.
22 Vera Lúcia Amaral Ferlini, op. cit.
23 Didier Fassin, *La Force de l'ordre: Une Anthropologie de la police des quartiers*. Paris: Seuil, 2012.
24 Ver Stuart Schwartz, op. cit.
25 Lilia Moritz Schwarcz e Maria Helena P. T. Machado, "Um pouquinho de Brasil: Por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de *12 anos de escravidão*". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2014. Caderno Ilustrada, Ilustríssima, p. C-2.
26 Há vasta bibliografia sobre o tema. Entre outras obras, e para este contexto, sugerimos a leitura de Machado (2010), Reis (1989 e 2003), Schwartz (1988) e Slenes (1995 e 1999).
27 Ver Letícia Vidor de Sousa Reis, *O mundo de pernas para o ar: A capoeira no Brasil* (3. ed. Curitiba: CRV, 2010), e Carlos Eugênio Líbano Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850* (2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004).
28 Pedro Paulo de Abreu Funari, "A arqueologia de Palmares; sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
29 Ver Kátia de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1982).
30 Para os quilombos como a "terceira margem" do sistema escravista, ver João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).
31 Para o acesso à terra e seu cultivo nos quilombos, ver Flávio dos Santos Gomes e João José Reis, "Roceiros, camponeses e garimpeiros quilombolas na escravidão e na pós-emancipação", em Heloisa Maria Murgel Starling, Henrique Estrada Rodrigues e Marcela Telles (Orgs.), *Utopias agrárias* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008).
32 Para o Buraco do Tatu, ver João José Reis e Eduardo Silva, op. cit.
33 O termo "campo negro", de autoria de Flávio Gomes, é utilizado para analisar a complexa rede de relações sociais que se movimentava em conexão com o quilombo. Ver Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro,século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
34 Para os quilombos do baixo Amazonas, ver Eurípedes Funes, "Nasci nas matas, nunca tive senhor; história e memória

dos mocambos do baixo Amazonas", em João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.), *Liberdade por um fio; história dos quilombos no Brasil*, op. cit.

35 Para Palmares, ver Flávio Gomes (Org.), *Mocambos de Palmares: História e fontes* (*séculos XVI-XIX*) (Rio de Janeiro: 7Letras, 2010); Edison Carneiro, *O quilombo de Palmares* (São Paulo: Nacional, 1988); Décio Freitas, *Palmares: A guerra dos escravos* (5. ed. reescrita, rev. e ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984).

36 Para o uso do termo "república", ver "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador d. Pedro de Almeida (1675-1678)", citado em Flávio Gomes (Org.), *Mocambos de Palmares*, op. cit., pp. 220 ss. Ver também Sebastião da Rocha Pita, *História da América portuguesa* (São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, livro oitavo, p. 215). Para o uso do termo "república" na cultura política portuguesa, ver Heloisa Maria Murgel Starling, *A liberdade era amável: A formação da linguagem do republicanismo na América portuguesa* (*séculos XVII e XVIII*). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. Tese (Titular em História do Brasil).

37 Para os dados de população, ver Ronaldo Vainfas, *Antônio Vieira: Jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 270.

38 Castro Alves, "Saudação a Palmares". In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960.

39 Para uma compilação das diversas versões de Palmares produzidas pelo imaginário brasileiro, ver Jean Marcel Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, *Três vezes Zumbi: A construção de um herói brasileiro*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

40 Para as fugas, ver João José Reis e Eduardo Silva, op. cit.

41 Para o "capitão do mato", ver Silvia Hunold Lara, "Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.), op. cit.

42 Para o uso de santo Antônio na repressão ao escravo fugido, ver Luiz Mott, "Santo Antônio, o divino capitão do mato". In: João José Reis e Flávio dos Santos. (Orgs.), op. cit.

43 Para a "tomadia", ver Carlos Magno Guimarães, *Uma negação da ordem escravista: Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

44 Para ações de sabotagem na agroindústria do açúcar, ver Stuart Schwartz, op. cit.

45 Ver, por exemplo, Zeca Ligiéro, *Corpo a corpo: Estudo das performances brasileiras* (Rio de Janeiro: Garamond, 2011), especialmente o cap. 3.

46 Para o candomblé, ver Reginaldo Prandi, *Segredos guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

47 Gregório de Mattos, "Preceito 1". In: _____. *Obra poética completa*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

48 Para a prática do "calundu", ver José Ramos Tinhorão, *Os sons dos negros no Brasil: Cantos, danças, folguedos — Origens*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

4. É OURO!

1 Para "Cataguás", ver Ricardo Ferreira Ribeiro, *Florestas anãs do sertão: O cerrado na história de Minas Gerais* (Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, pp. 113 ss.). Para o contexto da descoberta do ouro na América portuguesa, ver Sérgio Buarque de Holanda, "A mineração: Antecedentes luso-brasileiros". (*História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, tomo I: A época colonial, v. 2: Administração, economia e sociedade; Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial* (3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000), especialmente o cap. II; Lucas Figueiredo, *Boa ventura!: A corrida do ouro no Brasil* (*1697-1810*) — *A cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011).
2 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
3 A frase é de Sérgio Buarque de Holanda. Ver Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 99.
4 Para as primeiras descobertas de ouro e para a importação de lhamas, ver Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, op. cit., p. 237.
5 André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
6 Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 123.
7 Para a expressão "ouro preto", ver a carta do sertanista Bento do Amaral Coutinho ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, datada de 16 de janeiro de 1709, citada em José Soares de Mello, *Emboabas: Crônica de uma revolução nativista — Documentos inéditos* (São Paulo: São Paulo Editora, 1929, pp. 239 ss.).
8 Ver "Carta de d. João de Lencastro ao rei. Bahia, 7 de janeiro de 1701", em Orville A. Derby, "Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 5, 1889-1900. Ver também "Copia do papel que o Sr Dom Joam de Lancastro fez sobre a recadaçam dos quintos do ouro das minas que se descobrirão neste Brazil na era de 1701. Bahia, 12 janeiro 1701", em André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas: Texte de l'édition de 1711, traduction française et commentaire critique par Andrée Mansuy*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1965.
9 Antônio Vieira, *Sermões: Obras completas do padre Antônio Vieira*. Porto: Lello e Irmão, 1959, p. 271. v. 5.
10 A expressão é de Sérgio Buarque de Holanda. Ver Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*. 3. ed., 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
11 Para as origens de São Paulo, ver Mário Neme, *Notas de revisão da história de São Paulo* (São Paulo: Anhambi, 1959); Jaime Cortesão, *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil* (Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955). Ver também Roberto Pompeu de Toledo, *A capital da solidão: Uma história de São Paulo das origens a 1900* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2003).
12 Para as ações de apresamento e escravização das populações indígenas, ver John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994). Para as práticas de catequese e para a resistência indígena, ver Ronaldo Vainfas, op. cit.
13 Para a inspiração das bandeiras no Regimento de Ordenanças do reino, ver Jaime Cortesão, *Introdução à história das bandeiras* (Lisboa: Portugália, 1964, pp. 55 ss., v. 1). Ver também Pedro Puntoni, *A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720* (São Paulo: Fapesp; Hucitec; Edusp, 2012, pp. 196 ss.).
14 Para o argumento de que a descoberta do ouro nas Minas fora resultado de uma negociação entre a Coroa portuguesa e os sertanistas paulistas, ver especialmente Francisco Eduardo de Andrade, *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa* (Belo Horizonte: Autêntica; Editora PUC Minas, 2008).
15 Ver, por exemplo, Domingos Vandelli, "Memória III: Sobre as Minas de ouro do Brasil". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. XX, pp. 265-6, 1898.
16 Ver Waldemar de Almeida Barbosa, *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
17 Para a instalação do poder civil e a fundação das primeiras vilas, ver Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. Para as descobertas de ouro nas Minas, ver Sérgio Buarque de Holanda, "Metais e pedras preciosas" (*História geral da civilização brasileira*, op. cit., tomo I: A época colonial, v. 2: Administração, economia e sociedade; André João Antonil, op. cit.; Diogo de Vasconcelos, op. cit.
18 Para o conflito emboaba, ver especialmente Adriana Romeiro, *Paulistas e emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009).
19 Para uma biografia de Fernão Dias, ver Afonso de E. Taunay, *A grande vida de Fernão Dias Pais* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1955).
20 Para o mito da serra do Sabarabuçu, ver Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, op. cit.
21 Citado em Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, op. cit., p. 84.
22 Olavo Bilac, "O caçador de esmeraldas". In: _____. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
23 Para o mito da lagoa Vapabuçu, ver Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, op. cit.

24 Carlos Drummond de Andrade, "Canto mineral", em *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.
25 Para a importância da empresa de descobrimento de Fernão Dias, ver Francisco Eduardo de Andrade, op. cit., especialmente o cap. 2. Para a estratégia das roças, ver também Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*, op. cit.
26 Para os caminhos de entrada nas Minas durante os séculos XVII e XVIII, ver Heloisa Maria Murgel Starling, "Caminhos e descaminhos das Minas", em Heloisa Maria Murgel Starling; Gringo Cardia; Sandra Regina Goulart Almeida; Bruno Viveiros Martins (Orgs.), *Minas Gerais* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011).
27 Charles R. Boxer, op. cit., p. 70.
28 Para as aventuras de Pedro Hanequim, ver Adriana Romeiro, *Um visionário na corte de d. João V: Revolta e milenarismo nas Minas Gerais* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001).
29 "Copia do papel que o Sr Dom Joam de Lancastro fez sobre a recadaçam dos quintos do ouro das minas que se descobrirão neste Brazil na era de 1701. Bahia, 12 janeiro 1701", op. cit., p. 587.
30 André João Antonil, *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, op. cit.
31 Raimundo Faoro, *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1991, p. 154. v. 2.
32 "Representação de Pedro Barbosa Leal questionando as ordens de erigir duas casas de fundição, uma em Jacobina e outra em Rio das Contas, explicando que isso não evita o descaminho do ouro, e sugerindo que sejam construídas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, II-31, 25, 009, [s.d.], fl. 36-40.
33 Para uma descrição dos caminhos, ver André João Antonil, *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, op. cit.; Teodoro Sampaio, *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (Salvador: Livraria Progresso, 1955). Para os roteiros do contrabando, ver especialmente "Representação de Pedro Barbosa Leal questionando as ordens de erigir duas casas de fundição, uma em Jacobina e outra em Rio das Contas, explicando que isso não evita o descaminho do ouro, e sugerindo que sejam construídas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro", op. cit.
34 No fim do século XVIII, o valor de um real correspondia a aproximadamente cinquenta centavos de real em valores de hoje.
35 Eduardo Frieiro, *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966, pp. 56-7.
36 Ver José Vieira Couto, *Memória sobre a capitania das Minas Gerais: Seu território, clima e produções metálicas* (Ed. crítica de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994).
37 Richard Francis Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
38 Para a entrada de mercadorias nas Minas, ver, por exemplo, Angelo Alves Carrara, *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807* (Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007).
39 Para o quilombo de São Bartolomeu, ver Waldemar de Almeida Barbosa, *Negros e quilombos em Minas Gerais* (Belo Horizonte: [s.n.], 1972). Ver também Carlos Magno Guimarães, *Uma negação da ordem escravista: Quilombos em Minas Gerais no século XVIII* (São Paulo: Ícone, 1988).
40 Citado em: Waldemar de Almeida Barbosa, *Negros e quilombos em Minas Gerais*, op. cit., p. 121. Para as negras quitandeiras nas Minas, ver Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII* (Rio de Janeiro: Graal, 1982).
41 Citado em Donald Ramos, "O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII", em João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.), op. cit., p. 186. Para as vendas, ver também Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*, op. cit.
42 "Carta de dom Pedro Miguel de Almeida ao rei de Portugal, 13 de junho de 1718". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. III, pp. 251-66, 1898.
43 "Bando sobre quilombolas, 20 de dezembro de 1717". Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Seção Colonial, códice SC 11, fl. 269. Ver também Charles R. Boxer, op. cit., pp. 196-7.
44 Ver Carlos Magno Guimarães, op. cit.; Kátia de Queirós Mattoso, op. cit.
45 Para as quadrilhas de salteadores, ver especialmente Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005).
46 Para os vadios e a população de homens pobres nas Minas, ver especialmente Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*, op. cit.
47 Para as técnicas de mineração, ver Sérgio Buarque de Holanda, "A mineração: antecedentes luso-brasileiros", op. cit.; Sérgio Buarque de Holanda, "Metais e pedras preciosas", op. cit.; André João Antonil, op. cit.; Charles R. Boxer, op. cit., especialmente os caps. II e VII).
48 Para os dados sobre a mão de obra escrava, ver Douglas Cole Libby, "As populações escravas das Minas setecentistas: Um balanço preliminar", em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (Orgs.), *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas* (Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1).
49 André João Antonil, op. cit., p. 167.
50 Para a tributação nas Minas, ver João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. 3 v.); Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979); Diogo Pereira de Vasconcelos, "Minas e quintos do ouro" (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo

Horizonte, v. 6, n. 3/4, pp. 855-965, jul./dez. 1901).
51 Para os números da produção do ouro, ver Virgílio Noya Pinto, op. cit., p. 114. Ver também Lucas Figueiredo, op. cit.
52 A expressão é de Fritz Teixeira de Sales citada em Mauro Werkema, *História, arte e sonho na formação de Minas* (Belo Horizonte: DUO Editorial, 2010).
53 José Joaquim da Rocha, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
54 Para Vila Rica, ver Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011); Laura de Mello e Souza, *Cláudio Manuel da Costa: O letrado dividido* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011); Lucas Figueiredo, op. cit.; Manuel Bandeira, *Guia de Ouro Preto* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2000); Lúcia Machado de Almeida, *Passeio a Ouro Preto* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011).
55 Cláudio Manuel da Costa, *Vila Rica*. In: Domício Proença Filho (Org.), *A poesia dos inconfidentes*: *Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto* (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996), "Canto X", p. 443. Para a poesia de Cláudio Manuel da Costa, ver Sérgio Alcides, *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas* (São Paulo: Hucitec, 2003). Para a importância do espaço urbano como lugar de enunciação do discurso poético na obra dos poetas mineiros dos Setecentos, ver, especialmente, Reinaldo Martiniano Marques, *Poeta e poesia inconfidentes: Um estudo de arqueologia poética* (Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993. Tese [Doutorado em Letras]).
56 Para a importância dessa poesia, ver Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos* (Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006), especialmente os caps. II, III e IV; Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de literatura colonial* (São Paulo: Brasiliense, 2000). Para os letrados, ver Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012); Sérgio Alcides, *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas*, op. cit.
57 Tomás Antônio Gonzaga, "Cartas chilenas", em Domício Proença Filho (Org.), *A poesia dos* inconfidentes, op. cit., cartas 3, 5, 6 e 12). Ver também Sérgio Buarque de Holanda, "As Cartas chilenas", em Sérgio Buarque de Holanda, *Tentativas de mitologia* (São Paulo: Perspectiva, 1979), e Tomás Antônio Gonzaga, "Cartas chilenas", em Domício Proença Filho (Org.), *A poesia dos* inconfidentes, op. cit., carta terceira, pp. 815, 818-9.
58 Para a concessão de alforrias e a miscigenação nas Minas, ver Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII* (São Paulo: Annablume, 1995); Laura de Mello e Souza, "Coartação: Problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII", em Laura de Mello e Souza, *Norma e conflito: Aspectos da história de Minas no século XVIII* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999).
59 Para a estrutura social das Minas, ver Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*, op. cit.
60 Para o Barroco nas Minas, ver Rodrigo Almeida Bastos, "O barroco, sagrado e profano; o regime retórico das artes em Minas Gerais no século XVIII", em Heloisa Maria Murgel Starling; Gringo Cardia; Sandra Regina Goulart Almeida; Bruno Viveiros Martins (Orgs.), *Minas Gerais*, op. cit.; *Brasil barroco: Entre céu e terra*. Paris: União Latina; Petit Palais, 1999; Benedito Lima de Toledo, *Esplendor do Barroco luso-brasileiro* (São Paulo: Ateliê, 2012); Afonso Ávila, *Resíduos setecentistas em Minas: Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco* (Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2006, 2 v.).
61 Para as ordens e irmandades leigas, ver Caio Boschi, *Os leigos e o poder* (São Paulo: Ática, 1986).
62 Rodrigo José Ferreira Bretas, *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. André Guilherme Dornelles Dangelo; Vanessa Brasileiro, *O Aleijadinho arquiteto e outros ensaios sobre o tema*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2008.
63 A expressão é de Laura de Mello e Souza. Ver Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*, op. cit., p. 38.

5. REVOLTAS, CONJURAÇÕES, MOTINS E SEDIÇÕES NO PARAÍSO DOS TRÓPICOS

1 Para o Rio de Janeiro durante o século XVII, ver Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1965); Maurício de Almeida Abreu, *Geografia histórica do Rio de Janeiro* (*1502-1700*) (Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010, 2 v). Para a baía de Guanabara, ver Bia Hetzel, *Baía de Guanabara* (Rio de Janeiro: Manati, 2000).
2 Para a revolta de 1660 no Rio de Janeiro, ver Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, "Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa; Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761" (Tese [Doutorado em História], São Paulo: FFLCH-USP, 1995, v. 1); Miguel Arcanjo de Souza, "Política e economia no Rio de Janeiro seiscentista: Salvador de Sá e a Bernarda de 1660-1661" (Dissertação [Mestrado em História], Rio de Janeiro: CFCH-UFRJ, 1994); Antônio Felipe Pereira Caetano, "Entre a sombra e o sol: A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo do Amarante e a crise política fluminense" (Dissertação [Mestrado em História], Niterói: UFF, 2003).
3 A estimativa é de frei Vicente do Salvador. Ver frei Vicente do Salvador, *Historia do Brazil 1560-1627* (Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008). Para a cultura do açúcar, ver Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil* (*1500-1820*) (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962); Tamás Szmrecányi (Org.), *História econômica do período colonial* (São Paulo: Hucitec, 1996); Celso Furtado, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* (São Paulo: Hucitec, 2001); Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico sul séculos XVI e XVII* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).
4 Para o comércio de escravos e o contrabando, ver Manolo Florentino (Org.), *Tráfico, cativeiro e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005).
5 Ver Luís da Câmara Cascudo, *Prelúdio da cachaça: Etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1986).
6 Para Sá e Benevides, ver Charles R. Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686* (São Paulo: Edusp, 1973); Francisco Adolfo de Varnhagen, "Biografia de Salvador Correia de Sá" (*Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo III, 1841).
7 Luiz Felipe de Alencastro, op. cit., p. 197.
8 "Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro dirigida ao rei, em 31 de dezembro de 1660". In: José Vieira Fazenda, "Antiqualha e memórias do Rio de Janeiro". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 89, pp. 9-33, 1921.
9 Ver Carl E. H. Vieira de Mello, *O Rio de Janeiro no Brasil quinhentista* (São Paulo: Giordano, 1996).
10 Para as revoltas, ver Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, "Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa; Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761", op. cit.
11 Os dois significados estão apontados na primeira edição do Dicionário de Moraes Silva. Ver Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza* (Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789). Ver Fátima de Sá e Melo Ferreira, "Entre viejos y nuevos sentidos: 'Pueblo' y 'Pueblos' en el mundo iberoamericano entre 1750 y 1850", em Javier Fernández Sebastián (Org.), *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850* (Madri: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009). Para o vocabulário da época, ver Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino* (Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713); Francisco Solano Constâncio, *Novo diccionario crítico e etymologico da lingua portugueza* (Paris: Angelo Francisco Carneiro Editor; Tipografia de Casimir, 1836).
12 Silvia Hunold Lara (Org.), *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
13 Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, "Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa; Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761", op. cit., pp. 277 ss. Para os motivos comuns a boa parte das revoltas dos colonos, ver Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, "Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa" (*Tempo*, Niterói, v. 5, n. 10, pp. 81-95, 2000).
14 Para a revolta de 1666 em Pernambuco, ver Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos: Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715* (São Paulo: Ed. 34, 2003).
15 Antônio Vieira, *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2003. v. 1.
16 Para uma cronologia das revoltas e movimentos armados ocorridos na América colonial entre os séculos XVII e XVIII, ver Luciano Figueiredo, *Rebeliões no Brasil Colônia* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005). Para uma visão de conjunto desses movimentos, ver Laura de Mello e Souza, "Motines, revueltas y revoluciones em la America portuguesa de los siglos XVII y XVIII", em J. H. Lehuedé (Org.), *Historia general de America Latina* (Madri: Trotta, 2000, v. IV).
17 Para um relato sobre a revolta de Beckman, ver Milson Coutinho, *A revolta de Bequimão* (São Luís: Geia, 2004); João Francisco Lisboa, *Crônica do Brasil colonial: Apontamentos para a história do Maranhão* (Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976).
18 Para um relato sobre os Motins do Maneta e suas causas, ver Sebastião da Rocha Pitta, *História da América portuguesa* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976); Braz do Amaral e Ignácio Accioli, *Memória histórica e política da província da Bahia* (Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931, v. 3). Para o significado de "motins", ver Jean Delumeau, *História do medo no ocidente 1300-1800* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).
19 Ver George Rudé, *Ideology and Popular Protest* (Nova York: Pantheon, 1980). Ver também Jean Delumeau, *História do*

medo no ocidente 1300-1800, op. cit., especialmente o cap. 4.
20 *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 59. O texto é anônimo. Sua autoria foi creditada por Laura de Mello e Souza a d. Pedro Miguel de Almeida Portugal e aos dois jesuítas que o acompanharam durante a estadia dele nas Minas: José Mascarenhas e Antônio Correia. Ver Laura de Mello e Souza, "Estudo crítico", em *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, op. cit.
21 Para as rebeliões ocorridas nas Minas durante a primeira metade do século XVIII, ver Carla Maria Junho Anastasia, *Vassalos rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII* (Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998). Para Catas Altas e Pitangui, ver Vagner da Silva Cunha, *A "rochela" das minas de ouro? Paulistas na vila de Pitangui* (*1709-1721*) (Dissertação [Mestrado em História], Belo Horizonte: UFMG, 2009).
22 Para as causas da Sedição de Vila Rica, ver "Termo que se fez sobre a proposta do povo de Vila Rica na ocasião em que veio amotinado a Vila do Carmo, 2 de julho de 1720" (Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, seção colonial, códice SC 06, fl. 95-7). Para um relato da sedição, ver Feu de Carvalho, *Ementário da história mineira: Felipe dos Santos Freire na sedição de Villa Rica em 1720* (Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933); Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1999).
23 Para os Motins do Sertão, ver Diogo de Vasconcelos, *História média de Minas Gerais* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1974); Carla Maria Junho Anastasia, *Vassalos rebeldes*, op. cit., especialmente o cap. 3.
24 "Carta do governador Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrade, 23 de julho de 1736". Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, seção colonial, códice SG 55, fl. 91-2.
25 "Carta do governador Martinho de Mendonça para o secretário de Estado Antônio Guedes Pereira, 17 de outubro de 1737". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 1, p. 662, 1896.
26 Ver Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, "Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa; Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761", op. cit.
27 A singularidade é apontada por Evaldo Cabral de Mello para análise comparativa entre o levante emboaba e os levantes de Pernambuco, em 1710 e 1711. Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos*, op. cit., pp. 358-9.
28 Para a narrativa dos complexos acontecimentos e dos personagens que compõem a Guerra dos Mascates, ver, especialmente, Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos*, op. cit.
29 Ver Joaquim Dias Martins, "Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817, Recife, 1853", pp. 272-3, e Maximiano Lopes Machado, "História da província da Paraíba", Paraíba: Imprensa Oficial, 1912, p. 366, citados em Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos*, op. cit., pp. 308-9 e 311-2.
30 Para uma relação e descrição dos conjurados, ver Márcio Jardim, *A Inconfidência mineira: Uma síntese factual* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989). Para a biografia de Gonzaga, ver Adelto Gonçalves, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999). Para Cláudio Manuel da Costa, ver Sérgio Alcides, *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas* (São Paulo: Hucitec, 2003); Laura de Mello e Souza, *Cláudio Manuel da Costa* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011).
31 Para a biografia de padre Rolim, ver Roberto Wagner de Almeida, *Entre a cruz e a espada: A saga do valente e devasso padre Rolim* (São Paulo: Paz e Terra, 2002). Para os interesses e atividades da elite mineira considerados ilegais pela Coroa, ver Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa: A Inconfidência mineira Brasil-Portugal* (*1750-1808*) (São Paulo: Paz e Terra, 2009).
32 Francisco de Paula Freire de Andrade. "2ª Inquirição — Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras — 25 de janeiro de 1790". In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, p. 180. v. 5.
33 Para as razões do movimento, ver Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa*, op. cit.; Roberta Giannubilo Stumpf, *Filhos das Minas, americanos e portugueses: Identidades coletivas na capitania de Minas Gerais* (*1763-1792*) (São Paulo: Hucitec, 2010).
34 Ver "Inquirição de Testemunhas (1). Testemunha 4ª". In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, op. cit., p. 156, v. 1.
35 Kenneth Maxwell (Org.), *O livro de Tiradentes: Transmissão atlântica de ideias políticas no século* XVIII. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
36 Para as habilidades de Tiradentes na arte de curar, ver Júnia Ferreira Furtado, "Dos dentes e seus tratamentos: A história da odontologia no período colonial", em Heloisa Maria Murgel Starling, Betânia Gonçalves Figueiredo, Júnia Ferreira Furtado e Lígia Beatriz de Paula Germano (Orgs.), *Odontologia: História restaurada* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, pp. 49 ss.). Para as atividades de Tiradentes como comandante do Caminho Novo, ver Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), especialmente o cap. 3. Para outros elementos biográficos de Tiradentes, ver Lúcio José dos Santos, *A Inconfidência mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência mineira* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972).
37 Para a ausência de apoio internacional à Conjuração Mineira, ver Kenneth Maxwell, "A Inconfidência mineira: Dimensões internacionais", em Kenneth Maxwell, *Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaios tropicais* (São Paulo: Paz e Terra, 1999).
38 Para o Embuçado, ver "Ofício do Visconde de Barbacena a Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei, sobre o início da

repressão em Minas", em *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, op. cit., pp. 170-1, v. 8. Ver também "Inquirição das testemunhas, Casa do Ouvidor, 11-01-1790", em *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, op. cit., pp. 237 ss., v. 2.

39 Para as denúncias, ver *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, op. cit., v. 1.

40 Para a morte de Cláudio Manuel da Costa, ver Márcio Jardim, *A Inconfidência mineira*, op. cit.; Laura de Mello e Souza, *Cláudio Manuel da Costa*, op. cit.

41 Silviano Santiago, *Em liberdade*. São Paulo: Rocco, 1994.

42 Conforme anotou Vilhena, importante cronista do Brasil colonial, em *A Bahia no século XVIII* (Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 425, v. 2). O termo "pasquim" era utilizado em Portugal para nomear todo tipo de panfleto.

43 Para a data e os locais onde foram afixados os panfletos, ver, especialmente, Luís Henrique Dias Tavares, *História da sedição intentada na Bahia em 1798* (*"A conspiração dos alfaiates"*) (São Paulo: Pioneira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975).

44 O conjunto é formado por onze panfletos. Os originais estão reunidos no Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção Histórica, maços 578 e 581). Também existem cópias na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional (I-28; 23/nº 1-12). Esse conjunto foi integralmente publicado em Luís Henrique Dias Tavares, *História da sedição intentada na Bahia em 1798*, op. cit., pp. 22-40; Kátia de Queirós Mattoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798* (Salvador: Editora Itapuã, 1969, pp. 144-59).

45 Para um relato da Conjuração Baiana, ver István Jancsó, *Na Bahia contra o Império: História do ensaio da sedição de 1798* (São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996).

46 Panfletos difamatórios começaram a ser documentados na América portuguesa por obra do Tribunal do Santo Ofício entre 1587 e 1591. Ver Emanuel Araújo, *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, especialmente pp. 330 ss.).

47 Para a indicação para o alvo dos panfletos, ver Kátia de Queirós Mattoso, "Bahia 1789: Os panfletos revolucionários — Proposta de uma nova leitura), em Osvaldo Coggiola, A *Revolução Francesa e seu impacto na América Latina* (São Paulo: Nova Stella; Edusp, 1990, pp. 346 ss.).

48 Ver "Panfleto 5º Prelo", em Kátia de Queirós Mattoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*, op. cit., p. 151.

49 "Perguntas a Antônio Ignacio Ramos: A Inconfidência da Bahia em 1798 — Devassas e Sequestros". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 43-4, pp. 130-4, 1920-1. Ver também Luís Henrique Dias Tavares, *História da sedição intentada na Bahia em 1798*, op. cit., p. 100.

50 "Continuação das perguntas a José de Freitas Sacoto, pardo, livre e preso nas cadeias desta Relação: Autos da Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798". *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, v. XXXV, p. 129, 1961.

51 Para o dístico e a bandeira da Conjuração Baiana, ver Bráz Hermenegildo do Amaral, "A conspiração republicana da Bahia de 1798", em Bráz Hermenegildo do Amaral, *Fatos da vida do Brasil* (Salvador: Tipografia Naval, 1941, p. 14).

52 "Assentada: Autos da Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798", op. cit., v. XXXVI, p. 406.

53 "Perguntas a Joaquim José de Santa Anna: A Inconfidência da Bahia em 1798 — Devassas e Sequestros". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 119, 1920-1.

54 Para a repressão à Conjuração, ver Patrícia Valim, "Da contestação à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798". *Topoi*, Niterói, v. 10, n. 18, pp. 14-23, jan./jun. 2009; István Jancsó, "Teoria e prática da contestação na colônia", em István Jancsó, *Na Bahia contra o Império: História do ensaio da sedição de 1798*, op. cit.

6. HOMENS À VISTA: UMA CORTE AO MAR

1 Este capítulo é apoiado em pesquisa realizada para o livro *A longa viagem da biblioteca dos reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002), de autoria de Angela Marques da Costa, Paulo Cesar de Azevedo e Lilia Moritz Schwarcz.
2 Para a palavra "revolução", ver Reinhart Koselleck, "O conceito moderno de revolução", em Reinhart Koselleck, *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006).
3 Até antes da aclamação (em 1818), chamaremos de d. João o filho de d. Maria e, a partir do momento em que esta for julgada incapaz de exercer o governo, de príncipe regente d. João.
4 Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (*1777-1808*), op. cit., p. 18.
5 Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais". In: José Mattoso, *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, [19--], p. 17. v. V: O liberalismo, 1807-1890.
6 Luiz Carlos Villalta, *1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 126. Para a política de neutralidade portuguesa e o medo provocado pela Revolução Francesa, ver Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Napoleão Bonaparte: Imaginário e política em Portugal — c. 1808-1810* (São Paulo: Alameda, 2008).
7 Segundo Pedro Penner da Cunha, *Sob fogo: Portugal e Espanha entre 1800 e 1820* (Lisboa: Horizonte, 1988, p. 138).
8 Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais", op. cit., p. 19.
9 J. B. F. Carrère, *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Secretaria do Estado da Cultura, 1989, p. 60.
10 Manchester, 1973, p. 60.
11 Carl Israel Ruders, *Viagem a Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Secretaria de Estado da Cultura, 1981, p. 36.
12 Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais", op. cit., p. 21.
13 J. B. F. Carrère, op. cit., p. 56.
14 Pedro Penner da Cunha, op. cit., pp. 68-9. Essa contenda ficou conhecida como Guerra das Laranjas.
15 Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais", op. cit., p. 22.
16 Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 177-89. Ver também Francisca L. Nogueira de Azevedo, *Carlota Joaquina na corte do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).
17 José Hermano Saraiva, *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998, p. 300.
18 Oliveira Lima, op. cit., p. 43.
19 Alexandre José de Mello Moraes, *História da transladação da Corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808*. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1982, p. 112, tomo 1.
20 Kátia de Carvalho, *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, p. 156.
21 "Relato de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares". Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ms.II 30, 35, 60.
22 Carta de 30 de maio de 1801, Arquivo Público do Rio de Janeiro. In: Oliveira Lima, op. cit., p. 45. As demais citações que se seguem, atribuídas ao marquês de Alorna, estão no mesmo documento.
23 "Parecer de d. João de Almeida de Melo e Castro sobre a reunião do Conselho de Estado realizada em 19 de agosto de 1807". In: Enéas Martins Filho, *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1968, p. 27.
24 Joel Serrão, *Cronologia de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 376.
25 Oliveira Lima, op. cit., p. 46. Ver também Maria Graham, *Journal or a Voyage to Brazil and Residence There, London, 1824*. Londres: Longman, 1824.
26 Anônimo, "Jornada do sr. d. João VI ao Brasil em 1807". In: Ângelo Pereira, *Os filhos d'el Rei d. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, p. 101.
27 Ibid., p. 101.
28 Oliveira Lima, op. cit., p. 49.
29 *Assento do Conselho de Estado do dia 26 de agosto de 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Fundo Negócios de Portugal, 1807, caixa 714.
30 Anônimo, "Jornada do sr. d. João VI ao Brasil em 1807", op. cit., p. 101.
31 Oliveira Lima, op. cit., p. 47.
32 Alan K. Manchester, "A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro". In: H. Keith e Edward S. F. (Orgs.), *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 67.
33 *Carta do Visconde de Anadia ao Príncipe Regente, de 29 de setembro de 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Fundo Negócios de Portugal, 1807, caixa 714.
34 Camilo Luís Rossi, *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas, escrito por uma testemunha*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa, 1944, p. 6.
35 Alan K. Manchester, op. cit., p. 68.
36 "Carta do frei Matias de São Bruno sobre notícias militares contra a Inglaterra. Cartuxa, 2 de novembro de 1807". In:

Enéas Martins Filho, op. cit., p. 51.
37 Enéas Martins Filho, op. cit., p. 16.
38 Ibid., p. 10. "Se Portugal não fizer o que eu quero, a Casa de Bragança, dentro de dois meses, deixará de reinar na Europa."
39 "Parecer do Marques de Pombal, 2 de novembro de 1807". In: Enéas Martins Filho, op. cit., p. 59.
40 Ibid., p. 62.
41 Alan K. Manchester, op. cit., p. 181.
42 Oliveira Lima, op. cit., p. 37.
43 Alexandre José de Mello Moraes, op. cit., p. 53.
44 Camilo Luís Rossi, op. cit., p. 9.
45 *Cartas a Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1807, ms., 10, 3, 29. Todas as citações que se seguem, no contexto, constam nesse mesmo documento.
46 "Assento tomado em Conselho de Estado no Real Palácio da Ajuda em 8 de Novembro de 1807 na presença de S.A.R. O Príncipe Regente Nosso Senhor." In: Enés Martins Filho, op. cit., p. 68.
47 Alan K. Manchester, op. cit., p. 181.
48 Pedro Penner da Cunha, op. cit., p. 76.
49 Alan K. Manchester, op. cit., p. 71.
50 A íntegra da declaração pode ser encontrada em Francisco Adolfo de Varnhagen, "História da independência do Brasil". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 173, pp. 58-9, 1962.
51 João Manuel Pereira da Silva, *História da fundação do Império brasileiro*. Rio de Janeiro: L. Garnier, 1865, pp. 114-5, tomo 1.
52 *Exposição analítica e justificativa de conduta...* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1821, Seção de Obras Raras, 37, 17, 1, p. 5.
53 Arquivo Nacional Torre do Tombo, Mistério do Reino, maço 279, ms. de 14 de outubro de 1808.
54 Camilo Luís Rossi, op. cit., p. 11.
55 Alexandre José de Mello Moraes, op. cit., p. 61.
56 O tenente irlandês Thomas O'Neil, imediato de um dos navios ingleses que acompanharam a frota portuguesa até o Rio de Janeiro, publicou, em 1810, suas anotações. Bastante consultadas e citadas, essas notas são também contestadas por seu aparente exagero e estilo fantasioso. Ver Oliveira Lima, op. cit., p. 54; Nireu Oliveira Cavalcanti, "Bobagens consagradas" (entrevista realizada por Anabela Paiva em 9 jun. 2001); e Lilia Moritz Schwarcz, "Homens (e a corte) ao mar: O relato de uma aventura", em Thomas O'Neill, *A vinda da família real portuguesa para o Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2007); Lilia Moritz Schwarcz, "Apresentação: Entre a melancolia e a obstinação", em Kenneth Light, *A viagem marítima da família real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008, pp. 7-12); Lilia Moritz Schwarcz, Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa, op. cit.
57 Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 32, 1, 11.
58 Ver Angela Marques da Costa, Paulo Cesar Azevedo e Lilia Moritz Schwarcz, op. cit.
59 Emílio Joaquim da Silva Maia, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 245, doc. 7, [s.d.], e João Manuel Pereira da Silva, op. cit., p. 118.
60 Alexandre José de Mello Moraes, op. cit., p. 6.
61 Emílio Joaquim da Silva Maia, "Embarque, séquito e viagem da família real portuguesa. Arribada à Bahia. Estado do Brasil no tempo de colônia. Desembarque no Rio de Janeiro. Primeiro Ministério Português que funcionou no Brasil". Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 345, doc. 7, [s.d.].
62 João Manuel Pereira da Silva, op. cit., p. 121.
63 *Exposição analítica e justificativa da conducta e vida pública do visconde do Rio Seco*... Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821, pp. 3-4.
64 Descrição feita por João Manuel Pereira da Silva, op. cit., p. 119.
65 Tobias do Rego Monteiro, *História do Império: A elaboração da independência.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 66, tomo 1. Ver também Oliveira Martins, *D. João VI no Brasil* (Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1987, p. 8).
66 João Manuel Pereira da Silva, op. cit., p. 287. As naus, sob o comando de Graham Moore, eram *Marlborough*, *London*, *Bedford* e *Monarch.*
67 Ibid., p. 289.
68 Um manuscrito existente na Biblioteca Nacional relaciona nominalmente quinze naus (ms. I, 31, 30, 63); Varnhagen se baseou nele. Já outro, da coleção do conde de Linhares, com data do próprio dia 29, menciona dezoito embarcações (ms. I, 29, 20, 1, doc. 7). Rossi (op. cit.) diz que eram dezessete navios de guerra. O'Neill fala em quinze. João Armitage (*História do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981, p. 32) cita oito naus, quatro fragatas e doze brigues, somando 24 embarcações. Para Light (op. cit., p. 108), a frota real era composta de dezoito navios e diz ele que Strangford registrou oito naus de linha, quatro fragatas e vários brigues armados (apud João Manuel Pereira da Silva, 1864, p. 285, tomo 1). Oliveira Cavalcanti (op. cit.) dá como dezenove o número de embarcações.
69 Kenneth Light, op. cit., p. 110.

70 Alan K. Manchester, op. cit., p. 188. As naus que transportaram a família real foram o *Príncipe Real* — a nau de maior tonelagem —, 84 canhões, *Afonso de Albuquerque*, 64 canhões, e a *Rainha de Portugal*, 74 canhões. Integraram a esquadra ainda as naus *Príncipe do Brasil*, 74 canhões; *Meduza*, 74 canhões; *Conde D. Henrique*, 74 canhões; *Martim de Freitas*, 64 canhões, e *D. João de Castro*, 64 canhões. Havia também fragatas — *Minerva*, 44 canhões; *Golfinho*, 36 canhões, e *Urânia*, 32 canhões — e brigues — *Vingança*, 20 canhões; *Voador*, 22 canhões, e *Lebre*, 22 canhões —, além de uma charrua, *Thetis*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. I, 31, 30, 63.
71 João Manuel Pereira da Silva, *História da fundação do império brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864-8. 7 v.
72 *Relação das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil, em Companhia de S.A.R., no dia 29 de novembro de 1807. Lisboa, 29 de novembro de 1807.* Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 490, pasta 29. 15 fls.
73 *Papéis particulares do conde de Linhares.* Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ms. I, 29, 20, 1, doc. 7.
74 Allan K. Light, op. cit., pp. 110 e 112.
75 Nireu Oliveira Cavalcanti, em *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: As muralhas, sua gente, os construtores, 1710-1810* (Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese [Doutorado em História], p. 160) cita o trabalho de Antonio Marques Esparteiro, "Transmigração da família real para o Brasil", que oferece uma contagem minuciosa da tripulação de todas as embarcações. In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979, pp. 325-51, tomo II, v. 2.
76 João Manuel Pereira da Silva, op. cit., p. 121. Mello Morais fala em 30 mil (Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. II, 30, 23, 6, n. 5); O'Neill diz que teriam desembarcado de 16 mil a 18 mil súditos, incluindo os 4 mil soldados da tropa. José Vieira Fazenda ("Antiqualha e memórias do Rio de Janeiro". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 142, tomo 88, 1920) avalia que em três meses a população do Rio aumentou em mais de 20 mil pessoas. Cavalcanti conclui que foram cerca de quinhentas pessoas (1997). Jurandir Malerba (*A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência, 1808-1821*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000) optou pela média de 15 mil e cita, em nota, outros autores e números: para Rocha Martins seriam 13.800 pessoas, e para Soriano, 15 mil. Alan K. Manchester (op. cit.), ciente das divergências, opta por 10 mil. Já Luís Edmundo (1957) contabiliza 15 mil.
77 "Rodrigo José Ferreira Lobo, Capitão de Mar e Guerra Comandante — Bordo da fragata Minerva, 31 de janeiro de 1808". *Papéis relativos à vinda*..., 1808, pp. 19 e 21.
78 Alexandre José de Mello Moraes, op. cit., p. 72, e Kenneth Light, op. cit., p. 112. Para detalhes sobre o calendário e as condições técnicas da viagem, ver Kenneth Light, op. cit.
79 Luís Edmundo, 1957, pp. 48-9.
80 Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 59.
81 Domingos Alves Branco Barreto, *Memória dos sucessos acontecidos na cidade de Lisboa, desde vinte e nove de novembro de 1808*. BN/Mss/ I 13-4-no.7
82 Camilo Luís Rossi, op. cit., p. 15.
83 Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., pp. 58-9.
84 Camilo Luís Rossi, op. cit., p. 29.
85 Ângelo Pereira, op. cit., p. 120.
86 Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Reino, maço 279.
87 Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. 10, 3, 29.
88 Ver Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Napoleão Bonaparte: Imaginário e política em Portugal — c. 1808-1810* (Rio de Janeiro: Alameda, 2008).

7. D. JOÃO E SEU REINO AMERICANO

1 Este capítulo apoia-se, em parte, em texto escrito para o livro *A longa viagem da biblioteca dos reis* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002).
2 Aqui nos baseamos no relato de Maria Graham, que chegou ao local alguns anos depois. Maria Graham, *Diário de uma viagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990, p. 164.
3 Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922 [1802].
4 Arquivo Nacional (981.42 V 711). *Cartas de Vilhena: Notícias soteropolitanas e brasílicas por Luiz dos Santos Vilhena*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922, p. 36.
5 Maria Graham, op. cit., pp. 167-8.
6 Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio; Brasília: Ministério da Cultura, 1987, p. 8.
7 Sergio Buarque de Holanda, 1976, pp. 71-2.
8 Ibid., p. 76.
9 O Tratado de Paz seria anulado, anos depois, pelo Congresso de Viena de 1815.
10 *Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro quando o Príncipe Regente N. S. e toda a sua Real Família chegaram pela primeira vez àquela capital*. Lisboa: Impressão Régia, 1810, p. 4.
11 Gastão Cruls, *Aparência do Rio de Janeiro: Notícia histórica e descritiva da cidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 238. v. 1.
12 Norbert Elias, *A sociedade da corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
13 Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 34.
14 Descrição baseada em Luís Edmundo, op. cit., pp. 123-30.
15 Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 175.
16 Luís Edmundo, *A corte de d. João no Rio de Janeiro* (*1808-1821*). Rio de Janeiro: Conquista, 1939, pp. 84, 113, 164, 226 e 228. v. 1.
17 Gastão Cruls, op. cit., pp. 241-2.
18 Segundo o historiador Nireu Oliveira Cavalcanti, as casas requeridas para as aposentadorias não chegaram a 140. Luís Marrocos, funcionário da Real Biblioteca, em carta a seu pai comentou: "Aqui se está esperando a nau *S. Sebastião* carregada de gente [...], e eu lamento a todos eles, pois nem casa hão de ter [...]". (Luís Joaquim dos Santos Marrocos, "Carta n. 14, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1812". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, v. LVI, 1934, p. 61.)
19 Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 159.
20 Raimundo Faoro, op. cit.
21 Oliveira Lima, op. cit., p. 54.
22 Luiz Norton, *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 40. A comparação teria sido criada por Hipólito da Costa e publicada no *Correio Braziliense*, o que mostra, como veremos logo à frente, o alcance desse jornal.
23 Raimundo Faoro, op. cit., p. 251, v. 1. Citação atribuída a Hipólito da Costa.
24 Ibid., p. 251.
25 *Ordenações filipinas*, livro III, título 75, parágrafo 1, apud Silvia Hunold Lara (Org.), *Ordenações filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 30.
26 Ibid., p. 33.
27 Manuel Luís Salgado Guimarães, "Cronograma avulso, 1750-1808". In: _____. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1985.
28 Oliveira Lima, op. cit., p. 162.
29 Há iniciativas no Recife, em 1706, e no Rio de Janeiro, em 1746. Para detalhes, ver Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988, p. 310.
30 Leila Mezan Algranti, *D. João VI: Bastidores da Independência*. Rio de Janeiro: Ática, 1987. Id., "Os bastidores da censura na corte de d. João". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 83.
31 Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp; Kosmos, 1993, p. 229. v. 2.
32 Tereza Maria R. Fachada L Cardoso, "A *Gazeta do Rio de Janeiro*: Subsídios para a história da cidade". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 371, abr./jun. 1991.
33 Carlos Rizzini, op. cit., p. 332.

34 Gastão Cruls, op. cit., p. 257, v. 1.
35 Ibid., p. 257.
36 Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 70.
37 Ver Lilia Moritz Schwarcz, Angela Marques da Costa e Paulo Cesar de Azevedo, op. cit.
38 Raimundo Faoro, op. cit., p. 252, v. 1; Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., pp. 102-3.
39 Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., pp. 102-3.
40 Oliveira Lima, op. cit., pp. 478-9.
41 No "Almanac histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro" (*Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXI, 1. trim. 1858, pp. 5-7), consta a referência a pelo menos vinte instituições. Sobre o tema, ver Graça Salgado (Org.), *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil Colonial* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1985).
42 Evaldo Cabral de Mello, "O império frustrado". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001. Caderno Mais!
43 Expressão utilizada por Oliveira Lima, op. cit., 1996, p. 71.
44 Não existem cifras exatas acerca do número de habitantes. Ao passo que Boris Fausto fala em 100 mil, alguns viajantes não passam da casa dos 80 mil. Mesmo assim, Spix e Martius, em 1817, calcularam a população da cidade em 100 mil pessoas. Segundo apontamentos de Pizarro, essa população em 1789 não ia além de 43780 habitantes. Pohl (que viveu no Brasil de 1817 a 1821) falava em 82 mil almas. Renault chega a estimar 80 mil pessoas em 1808 e 112695 em 1821. Por fim, o censo de 1799 contabilizou 43376 habitantes.
45 Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius, *Reise in Brasilien*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 91, parte I, v. II.
46 Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, 294, 5, 17. Francisco José da Rocha Martins, *A Independência do Brasil: No rumor duma epopeia o levedar duma nação forte*. Lisboa: Lvmen, 1922.
47 Delso Renault, *O Rio antigo nos anúncios de jornais* (*1808-1850*). Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 26.
48 Maria Beatriz Nizza da Silva, *Vida privada e quotidiano no Brasil: Na época de d. Maria I e d. João VI*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1993, p. 243.
49 Citado por Maria Beatriz Nizza da Silva, *Vida privada e quotidiano no Brasil*, op. cit., p. 244.
50 T. von Leithold e L. von Rango, *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 97.
51 Benedicto Freitas, *Santa Cruz, fazenda jesuítica, real e imperial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1985-7, p. 131, 3 v.
52 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 out. 1908, citado por Benedicto Freitas, op. cit., p. 140, v. 1.
53 Barreto Filho e Hermeto Lima, *História da polícia do Rio de Janeiro: Aspectos da cidade e da vida carioca*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-43, p. 199. v. 2: 1831-1870. 3 v.
54 T. von Leithold e L. von Rango, op. cit., p. 38.
55 Carta régia datada de 13 de maio de 1808 através da qual d. João autoriza o governador das Minas a guerrear com os Botocudo ("Carta régia ao governador e capitão general da capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos índios botocudos", Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. II, 36, 05, 47, 6 p.).
56 Viterbo Sousa, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Casa da Moeda; Imprensa Nacional, 1988, p. 65.
57 Ver Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado* (2. ed. São Paulo; Companhia Editora Nacional; Recife: Fundaj, 1979). Para São Paulo, Lilia Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
58 "Lundú de Pai João" reproduzido no trabalho de Artur Ramos *O folk-lore negro do Brasil: Demopsychologia e psychanalyse* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935).
59 Maria Beatriz Nizza da Silva, *Vida privada e quotidiano no Brasil*, op. cit., p. 267.
60 J. F. Almeida Prado, *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil: 1815-1889.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 240. (Brasiliana, 345)
61 Manolo Florentino estima um total de 706870 africanos desembarcados no Porto do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830. Já Mary C. Karasch afirma serem no mínimo 602747 os africanos desembarcados nesse porto e adjacências, assim subdivididos: 225047 entre 1800 e 1816 e 377700 entre 1817 e 1843.
62 Barreto Filho e Hermeto Lima. op. cit., p. 186. v. 2: 1831-1870.
63 Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil.* Paris: F. Didot Frères, 1835.
64 Oliveira Lima, op. cit., p. 241.
65 Barreto Filho e Hermeto Lima, op. cit., p. 211. v. 2: 1831-1870.
66 Notas baseadas na carta que Luís Marrocos enviou ao pai, 30 de março de 1816.
67 A descrição das exéquias de d. Maria foi em boa parte retirada de Oliveira Lima, op. cit., pp. 583-90.
68 Lúcia M. Bastos Neves, "O privado e o público nas relações culturais do Brasil com França e Espanha no governo Joanino". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, pp. 100-1.

69 Ver Lilia Moritz Schwarcz, *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).
70 Nicolas-Antoine Taunay voltaria à França em 1821; Pradier, em 1818, ao passo que Lebreton se recolheu a uma casa na praia do Flamengo e morreu em maio de 1819.
71 Ver Maria Odila Dias Leite, "A interiorização da metrópole (1808-1853)", em Carlos Guilherme Mota, *1822: Dimensões* (2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1985).
72 Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (*1808-1850*). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 75.
73 *Correio Brasiliense*, Londres, v. XVIII, n. 108, maio 1817.
74 Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
75 Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência: O federalismo republicano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
76 Carlos Guilherme Mota, "O processo de independência no Nordeste". In:_____. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 227.
77 Ver Carlos Guilherme Mota, "O processo de independência no Nordeste", op. cit., p. 213.
78 *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 7 fev. 1818.
79 *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 10 fev. 1818.
80 Ver Iara Lis Carvalho e Souza, "D. João VI no Rio de Janeiro: Entre festas e representações" (Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, pp. 58-60).
81 Adolfo Morales de los Rios, *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.
82 Afonso C. M. dos Santos, "A fundação de uma Europa possível". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, pp. 14-5.
83 Ver o documento "Sobre a aclamação do sr. d. João Sexto no Rio de Janeiro, 1818", no Arquivo Nacional.
84 Ver o relato de Barreto Filho e Hermeto Lima, op. cit., p. 212. v. 2: 1831-1870.
85 Oliveira Lima, op. cit., p. 539.
86 J. F. de Almeida Prado, *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil* (*1815-1889*). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 9.
87 Citado por Jurandir Malerba, op. cit., p. 63.
88 Ver Barreto Filho e Hermeto Lima, op. cit., pp. 213-4. v. 2: 1831-1870.

8. QUEM FOI PARA PORTUGAL PERDEU O LUGAR: VAI O PAI, FICA O FILHO

1 Este capítulo tem parte de sua pesquisa baseada no livro *A longa viagem da biblioteca dos reis.*
2 José Antonio de Miranda, *Memória constitucional e política: Sobre o Estado presente de Portugal e do Brasil*, 1821. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 37, 18, 11, pp. 37-8.
3 Para a Revolução portuguesa e suas consequências no Brasil, ver Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, op. cit.
4 *O Portuguez*, Lisboa, v. 1, pp. 11-2, 30 abr. 1814. Citado por José Mattoso (Org.), op. cit., p. 48, v. V.
5 *O Campeão*, v. II, n. 24, p. 412, 16 jun. 1820. Citado por José Mattoso (Org.), op. cit., p. 50, v. IV.
6 Oliveira Lima, op. cit., p. 21.
7 Sobre o Sinédrio sugerimos, entre outros, José Mattoso (Org.), op. cit., pp. 54-5, v. V.
8 Ver José Murilo de Carvalho e Lúcia Bastos apud Francisco de Sierra y Mariscal, "Ideas geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequencias". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1926, v. 43-4.
9 Boris Fausto, *História do Brasil* (São Paulo: Edusp, 2001, p. 130). Movimento que remonta à Idade Média, a maçonaria chegaria ao período moderno como uma associação secreta, antiabsolutista e vinculada aos movimentos de emancipação nacional.
10 Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820, 17 pp. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 37, 15, 5.
11 Otávio Tarquínio de Sousa, 1988, p. 139.
12 Ver José Murilo de Carvalho; Lúcia Bastos; Marcello Basile (Orgs.), Às armas, *cidadãos!: Panfletos manuscritos da independência do Brasil* (*1820-1823*). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
13 Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
14 Citado por José Alexandre de Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 124.
15 Luís Edmundo, *Recordações do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1956, p. 123.
16 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 57.
17 Citado por Otávio Tarquínio de Sousa, op. cit., p. 206.
18 José Mattoso (Org.), op. cit., p. 63, v. V.
19 "Relação circunstanciada da entrada de sua majestade na cidade de Lisboa, no dia 4 de julho de 1821, feita debaixo das ordens do Senado e da Câmara e às despesas dos cofres da cidade segundo o regulamento do regimento do senhor rei d. Manoel, de 30 de agosto de 1502", em Ângelo Pereira, *Conselho do infante d. Henrique a seu sobrinho el-rei d. Afonso V* (Lisboa: [s.n.], 1957, p. 173).
20 *Gazeta Universal*, Rio de Janeiro, n. 34, 1823, citado por Ângelo Pereira, op. cit.
21 Oliveira Lima, op. cit., p. 30.
22 Boris Fausto, *História do Brasil*, op. cit., p. 130.
23 Oliveira Lima, op. cit., pp. 149-50. Dados referentes às demais possessões ultramarinas retirados de António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, *História de Portugal* (Lisboa: Palas, 1986, pp. 58-9, v. III).
24 Eram cinco deputados pelo Rio de Janeiro, seis por São Paulo, um por Santa Catarina, nove pela Bahia, oito por Pernambuco, três pela Paraíba, três pelo Rio Grande do Norte, quatro pelo Ceará, dois pelo Piauí, dois pelo Maranhão, quatro pelo Pará, dois por Goiás, dois pelo Rio Grande do Sul, onze de Minas e um pelo Espírito Santo. Havia ainda dois por Alagoas, dois por Rio Negro e um pela Cisplatina.
25 Alguns dos delegados eram: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (talvez o mais talentoso dos irmãos de José Bonifácio), Diogo Feijó, Fernandes Pinheiro (visconde de São Leopoldo), Nicolau de Campos Vergueiro, e Paula Sousa. Os Andrada eram filhos de um rico e bem relacionado comerciante de Santos. Os três irmãos estudaram em Coimbra: Martim Francisco, matemática; José Bonifácio e Antônio Carlos, direito e ciências naturais.
26 Boris Fausto, *História do Brasil*, op. cit., p. 132.
27 Carta de d. Pedro, 8 jun. 1821. Citada por Otávio Tarquínio, op. cit., p. 236.
28 Citado por Otávio Tarquínio, op. cit., p. 240.
29 Carta de 10 de dezembro de 1821. Citada por Oliveira Lima, op. cit., pp. 149-50.
30 Oliveira Martins, op. cit., p. 185.
31 Estas cartas de Leopoldina foram publicadas na *Revista do Instituto Histórico* sob o título "Cartas inéditas da 1ª Imperatriz D. Maria Leopoldina (1821-1826)". *Revista do IHGB*, v. 75, tomo 126, parte II, pp. 109-27, 1912.
32 Trechos citados por Oliveira Lima, op. cit., p. 197. Ver também no IHGB (DL.480.18). "Centenário do "Fico" (9 jan. 1822). Prefeitura do Distrito Federal, jan. 1922, p. 30. Fac-símile dos documentos do Senado da Câmara do Rio de Janeiro existentes no Arquivo Municipal (jan./ago. 1822), 1922.
33 Oliveira Lima, op. cit., p. 218.
34 *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 2, 19 jun. 1822.
35 Para uma visão desse episódio e da atuação dos grupos mais radicais, ver Renato Lopes Leite, *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Brasil da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
36 Isabel Lustosa, *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000,

p. 134.
37 Para a verificação desses dados e critérios de eleição, ver Oliveira Martins, op. cit., pp. 309-11.
38 Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. I, 36, 28, 009, p. 1. "D. Pedro I, Príncipe Regente. Manifesto de independência. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1822."
39 Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota, *A independência do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 54.
40 Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 4, 1. "Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos governos e nações amigas. 6 de agosto de 1822", em *Código Brasiliense ou Coleção das Leis, alvarás, decretos, cartas régias etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe Regente Nosso Senhor a estes estados com um índice cronológico* (*1808-1837*). Rio de Janeiro: Impressão Régia, Tipografia Nacional e Imperial, 1811-38.
41 Otávio Tarquínio, op. cit., p. 33, v. II.
42 Citado por Otávio Tarquínio, op. cit., p. 36, v. II.
43 "Memória sobre a Independência do Brasil pelo Major Francisco de Castro Canto e Mello, gentil homem da Imperial Câmara". Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 400, doc. 8, 1864.
44 "Memória de Canto e Melo...", op. cit., Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 400, doc. 8, ver também "Fragmento de uma memória sobre a independência do Brasil, onde se encontram alguns trechos sobre os serviços do Conselheiro José Joaquim da Rocha", Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, códice 807, v. 3, 1864.
45 Citado por Otávio Tarquínio, op. cit., p. 37, v. II.
46 "Memória de Canto e Melo...", op. cit., Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 400, doc. 8, 1864.
47 BN/PR SOR 92 (1) *O Espelho.*
48 Citado por Isabel Lustosa, op. cit., p. 242.
49 Iara Lis Carvalho Souza, *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 257.
50 Antônio Augusto de Lima Júnior, *Cartas de D. Pedro I a D. João VI relativas à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica do *Jornal do Comércio*, 1941, p. 74.
51 Ver José Murilo de Carvalho; Lúcia Bastos; Marcello Basile (Orgs.), Às armas, *cidadãos!*, op. cit.; José Murilo de Carvalho; Lúcia Bastos; Marcello Basile (Orgs.), *Guerra literária: Panfletos impressos da Independência* (*1820-1823*) (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015. 4 v.).
52 Ver Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência*, op. cit.
53 Maria Odila Leite da Silva Dias, *Historicidade da condição feminina no Brasil Colonial para o curso de pós-graduação Problemas Brasileiros*, palestra ministrada no dia 22 ago. 1986, p. 165.

9. *HABEMUS* INDEPENDÊNCIA: INSTABILIDADE COMBINA COM PRIMEIRO REINADO

1 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: A elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1996.
2 Luiz Felipe de Alencastro e Fernando A. Novais (Orgs.), *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2: Império — A corte e a modernidade nacional.
3 Antonio Vieira, *História do futuro: Livro anteprimeiro*. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram, 1718, p. 62.
4 Ilmar Rohloff de Mattos, "O gigante e o espelho". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
5 Antonio Candido, "Sentimento de identidade". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2002. Jornal de Resenhas, p. 1.
6 Ricardo Salles, *Nostalgia imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: [s.n.], [199-?], p. 74. Mimeografado.
7 Jean Baptiste Debret, op. cit., p. 326.
8 Ibid., pp. 327-9.
9 "Memória estatística do Império do Brasil" (*Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1987) apud Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), op. cit., p. 210.
10 Mariza de Carvalho Soares e Ricardo Salles, *Episódios da história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
11 Mary C. Karash, *Slave Life in Rio de Janeiro: 1808-1850.* Princeton: Princeton University Press, 1987, p. 335.
12 "Portugal e o Brazil". *O Campeão Portuguez em Lisboa*, v. I, n. VI, 11 maio 1822, p. 83.
13 Lúcia Bastos Neves, "Estado e política na independência". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), op. cit., p. 130.
14 Angela Marques da Costa, Paulo Cesar Azevedo e Lilia Moritz Schwarcz, op. cit.
15 Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; MinC; Pró-Memória; Instituto Nacional do Livro, 1987, p. 88.
16 Luiz Felipe de Alencastro, "L'Empire du Brésil". In: Maurice Duverger (Org.), *Le Concept d'empire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
17 Id., *Le Commerce des vivants: Traites d'esclaves et "pax lusitana" dans l'Atlantique Sud. Paris*. Nanterre: Université Paris X, 1986. Tese (Doutorado).
18 Manolo Florentino, *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
19 Beatriz Gallotti Mamigonian, "A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), op. cit., pp. 207-33.
20 Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
21 Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
22 Alcir Lenharo, *As tropas da moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
23 Ver Marcello Basile, *Anarquistas, rusguentos e demagogos: Os liberais exaltados e a formação da esfera pública imperial* (*1829-1834*). Rio de Janeiro: IH-UFRJ, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social).
24 Sérgio Buarque de Holanda, *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, tomo II: *O Brasil monárquico*.
25 Ronaldo Vainfas (Org.), *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
26 Ver cartas de Santos Marrocos (Biblioteca Nacional) e Angela Marques da Costa, Paulo Cesar Azevedo e Lilia Moritz Schwarcz, op. cit.
27 Isabel Lustosa, *D. Pedro I: Um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
28 Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Ed. da UFRJ, 1997.
29 Lídia Besouchet, *Pedro II e o século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
30 Id., p. 41.
31 Isabel Lustosa, op. cit., pp. 231-3.
32 "Cartas inéditas da 1ª imperatriz d. Maria Leopoldina (1821-1826)", em *Revista do IHGB*, v. 75, tomo 126, parte II, pp. 109-27, 1912.
33 D. Leopoldina, *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
34 Ver João Armitage, *História do Brasil* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, pp. 205-8).
35 A descrição sobre a Noite das Garrafadas foi apoiada no trabalho já citado de Marcello Basile.
36 Marcello Basile, op. cit.
37 Id., pp. 20-3.

10. REGÊNCIAS OU O SOM DO SILÊNCIO

1 Para esse debate e o significado do federalismo durante o processo de independência, ver Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência*, op. cit.
2 Marco Morel, "O pequeno monarca". *Nossa História*, Rio de Janeiro: Vera Cruz, ano 3, n. 26, pp. 14-7, dez. 2005.
3 *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 470, p. 2, 11 abr. 1831.
4 Sobre a infância de d. Pedro, ver, entre outros, Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador*, op. cit.
5 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit.
6 Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, pp. 89-93.
7 Maria Januária Vilela Santos, *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.
8 Ver Manuel Valentim Alexandre, *Os sentidos do império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português* (Porto: Afrontamento, 1993).
9 Arthur César Ferreira Reis, "O Grão-Pará e o Maranhão". In: Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. tomo II. O Brasil monárquico, v. 2: Dispersão e unidade.
10 Magda Ricci, "Cabanos, patriotismo e identidades: Outras histórias de uma revolução". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles, op. cit.
11 Ver Magda Ricci, op. cit., pp. 189-90.
12 Euclides da Cunha, "Da independência à República". In: _____. À margem da história. Porto: Lello e Irmão, 1926, p. 63.
13 Para o levante do quilombo do Urubu, ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 100 ss). Para o uso da palavra "candomblé", ver João José Reis e Eduardo. Silva, op. cit., p. 41.
14 Para o contexto político da Bahia entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, op. cit., especialmente a parte I.
15 Para a conspiração de 1807, ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, op. cit., pp. 71 ss.
16 Para a conspiração de 1814, ver Stuart B. Schwartz, "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás; Bahia, 1814". João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.), op. cit.
17 Para o levante de 1835, ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, op. cit.
18 Paulo César Souza, *A Sabinada: A revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Para a narrativa da revolta, usamos esse livro e também Luiz Vianna Filho, *A Sabinada: A república baiana de 1837* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1938).
19 Keila Grinberg, "A sabinada e a politização da cor na década de 1830". In: _____. *O Brasil imperial*, op. cit., p. 275.
20 Hendrik Kraay, "As Terrifying as Unexpected: The Bahian Sabinada, 1837-1838". *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 72, n. 4, p. 521, nov. 1992.
21 Os trechos sobre a história pregressa dessa região foram basicamente retirados do texto de Sandra Jatahy Pesavento, "Uma certa revolução farroupilha". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles, op. cit., pp. 235-40.
22 Entre outros, ver Spencer Leitman, *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos* (Rio de Janeiro: Graal, 1979).
23 Consultar, entre outros, Maria Medianeira Padoin, *Federalismo gaúcho: Fronteira platina, direito e revolução* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002).
24 Para uma melhor visão da região, ver César Augusto Barcellos Guazzelli, *O horizonte da província: A república rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata, 1835-45*. Rio de Janeiro: IH-UFRJ, 1998. Tese (Doutorado em História).
25 Ver Sandra Jatahy Pesavento, *A revolução farroupilha.* São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 12.
26 Parte das informações foram pesquisadas por Matheus Gato de Jesus, a quem agradecemos. Ver, nesse sentido, o relatório "Intelectuais negros maranhenses na formação do Brasil moderno (1870-1939)". São Paulo: FFLCH-USP, jul. 2013. Relatório de qualificação.
27 Ver, entre outros, Fabiano Vilaça dos Santos, *O governo das conquistas do norte: Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão* (*1751-1780*). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/pt-br.php>. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, p. 37. Tese (Doutorado em História Social). Em livro: Fabiano Vilaça dos Santos, *O governo das conquistas do norte: Trajetórias administrativas do Grão-Pará e Maranhão* (São Paulo: Annablume, 2011).
28 Claudete Maria Miranda Dias, *Balaios e bem-te-vis: A guerrilha sertaneja*. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.
29 Ver, entre outros, Maria Janotti de Lourdes Mônaco, *A Balaiada* (São Paulo: Brasiliense, 1987); Maria Villela Santos, *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.
30 Ver Lúcia Maria Paschoal Guimarães, "Sociedades políticas". In: Ronaldo Vainfas (Org.), *Dicionário do Brasil imperial*, op. cit.
31 Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990, pp. 389-90.

11. SEGUNDO REINADO: ENFIM UMA NAÇÃO NOS TRÓPICOS

1 Coleção Tobias Barreto, Rio de Janeiro: Acervo Biblioteca Nacional.
2 Papéis relativos à sagração e coroação de D. Pedro II, Arquivo Nacional, Fundo Casa Imperial.
3 Ver o documento *Descripção do Edificio construido para a solemnidade da coroação e sagração de S. M. O Imperador O Senhor D. Pero II* (Publicações do Arquivo Nacional, 1925).
4 Ver, nesse sentido, a edição de 15 de julho de 1841 do *Jornal do Commercio*.
5 *Manual de acompanhamento do Imperador no dia de seu aniversário e aclamação*, Thypografia Nacional, 1841.
6 O costume do beija-mão veio de Portugal, e representava o caráter servil da corte, que, com o gesto, se curvava ao monarca. D. João o incorporou ao ritual brasileiro: toda noite — com exceção de feriados e domingos —, por volta das oito horas, o rei recebia o público no Palácio de São Cristóvão.
7 Paulo Barbosa trabalhou na mordomia até 1868, quando faleceu.
8 Cartas de D. Pedro II a Paulo Barbosa, Biblioteca Nacional, 26 fev. 1863.
9 Luiz Felipe de Alencastro, "L'Empire du Brésil", op. cit., p. 502.
10 Manolo Florentino, *Em costas negras*, op. cit.
11 Luiz Felipe de Alencastro, *Le Commerce des vivants: traites d'esclaves er "pax lusitana" dans L'Atlantique Sud*. Paris: Universite de Paris X, 1986. Tese (Doutorado); José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit.
12 Jorge Caldeira, *Mauá: Empresário do Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 241.
13 A questão da imigração só foi resolvida quando, a partir da década de 1970, o governo passou a financiá-la, retirando dos fazendeiros a exclusiva iniciativa. Ver, nesse sentido, o prefácio de Sérgio Buarque de Holanda a *Memórias de um colono no Brasil* (*1850*), de Thomas Davatz (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980), e José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 316.
14 Em *O espetáculo das raças* (op. cit.), analisou-se o impacto das teorias raciais na seleção de grupo prioritário de imigrantes brancos. Para outros dados, sugerimos a leitura de *Raça, ciência e sociedade*, de organização de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996).
15 Luiz Felipe de Alencastro, *Le Commerce des vivants: traites d'esclaves er "pax lusitana" dans L'Atlantique Sud*, op. cit., p. 515.
16 Para a obtenção de mais dados sobre o tema, sugerimos a leitura de Sidney Chalhoub, *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).
17 Esse trecho sobre escravidão urbana é baseado nos textos que Maria Helena Machado e Lilia Schwarcz apresentaram no Seminário Internacional Emancipação, Inclusão e Exclusão: Desafios do Passado e do Presente, realizado em parceria com o Instituto Moreira Salles em outubro de 2013.
18 Machado de Assis, *Papéis avulsos.* Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1989, pp. 118 e 120.
19 José de Alencar, *O tronco do ipê.* São Paulo: Ática, 1995, p. 14.
20 Darcy Damasceno (Org.), *Martins Pena: Comédias.* São Paulo: Ediouro, 1968, p. 78.
21 Wanderley Pinho, *Salões e damas do Segundo Reinado.* São Paulo: Martins, 1942, p. 5.
22 Machado de Assis, *Relíquias da Casa Velha.* Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1990, pp. 17 e 27.
23 Segundo livro organizado por Luiz Felipe de Alencastro, *História da vida privada no Brasil*, op. cit., v. 2, pp. 231-40.
24 Ibid.
25 A população total dessas capitais para esses anos era, respectivamente, 354396; 1083039 e 1398097 (José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 104).
26 José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988; José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 84.
27 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 210. Ver também José Murilo de Carvalho, *D. Pedro* II(São Paulo: Companhia das Letras, 2007).
28 Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo de Saquarema*, op. cit., p. 51.
29 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 56.
30 Sílvio Romero, *Doutrina contra doutrina: O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucta, 1895, p. XXXVIII.
31 Ver José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit.
32 Em 1847, com a introdução da figura do presidente de Conselho, d. Pedro II passou a apenas indicar o presidente, que, por sua vez, nomeava os demais (José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 49).
33 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., p. 84.
34 Afonso Celso de Assis Figueiredo, *Oito annos de parlamento: Poder pessoal de d. Pedro II.* São Paulo: Melhoramentos, 1928, p. 21.
35 Machado de Assis, *Papéis avulsos*, op. cit., p. 74.
36 José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras*, op. cit., p. 374.
37 Afonso Arinos de Melo Franco, *A câmara dos deputados: Síntese histórica.* Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978, p. 114.

38 Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
39 Anne-Marie Thiesse, *La Création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.
40 Ver nesse sentido artigo de José Augusto Pádua "Natureza e sociedade no Brasil monárquico", em Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), *O Brasil imperial* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3: 1870-1889), e Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador*, op. cit.
41 Antonio Candido, *O romantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 81.
42 Simon Schwartzman, "A ciência no Império", em *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit3.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.
43 O trecho que se segue, sobre o indigenismo romântico, é baseado no livro *As barbas do Imperador*, de Lilia Moritz Schwarcz.
44 Antonio Candido, *O romantismo no Brasil*, op. cit., p. 27.
45 Pedro Puntoni, "Gonçalves de Magalhães e a historiografia do Império". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, 1996.
46 Gonçalves Dias, *Poesias completas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1957, p. 525.
47 Gonçalves de Magalhães, *A confederação dos Tamoios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1864, pp. 353-4.

12. ELA VAI CAIR: O FIM DA MONARQUIA NO BRASIL

1 Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *O conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil.* São Paulo: Ática, 1996, p. 7.
2 Robert W. Slenes, "'Malungu, Ngoma vem!': África coberta e descoberta no Brasil". *Cadernos do Museu de Escravatura*, Luanda, v. 1, 1995; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, op. cit.
3 Hebe Mattos, "Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), op. cit., pp. 20-2, v. 3: 1870-1889.
4 Não será possível recuperar todas as idas e vindas na região do Prata. Para um desenvolvimento do tema, ver Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, op. cit.; Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990); André Toral, *Adeus, Chamigo brasileiro: Uma história da guerra do Paraguai* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997); Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979); Milda Rivarola, *Vagos pobre y soldados* (Assunção: Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos, 1994); John Schulz, *O Exército na política: Origens da intervenção militar: 1850-1894* (São Paulo: Edusp, 1994); e Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata* (Brasília: UnB; São Paulo: Ensaio, 1995).
5 Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, op. cit., p. 22.
6 Sobre a evolução do exército brasileiro, ver John Schulz, op. cit., Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), entre outros.
7 Machado de Assis, *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1988, p. 72.
8 Machado de Assis, *Histórias sem data*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1989, p. 117.
9 IHGB, lata 322, pasta 317, parecer do Conselheiro Nabuco de Araújo. Ver Lilia Moritz Schwarcz, Lúcia Klück Stumpf e Carlos Lima Junior, *A Batalha do Avaí: A beleza da barbárie — A Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo* (Rio de Janeiro: Sextante, 2013).
10 *Atas do Conselho de Estado Pleno*, Terceiro Conselho de Estado, 1865-7, Ata de 2 de abril de 1867. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015. Ver também Ricardo Salles, "La Guerra de Paraguay, la cuestión servil y la cuéstion nacional en Brasil (1866-1871)". In: Ana María Stuven e Marco A. Pamplona (Orgs.), *Estado y nación en Chile y Brasil en el siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2009, p. 123.
11 Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), *O Brasil imperial*, op. cit., p. 133.
12 Ibid., p. 177.
13 Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, op. cit., p. 94.
14 Apud John Schulz, op. cit., p. 60.
15 *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 128, ano III, 1870.
16 Ver Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012).
17 Ver, de José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras*, op. cit., e *A construção da ordem*, op. cit., p. 290.
18 Hebe Mattos, op. cit., pp. 22-3.
19 Ver, para o tema do gradualismo, o artigo de Maria Helena P. T. Machado "'Teremos grandes desastres se não houver providências enérgicas e imediatas': a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão", em Keila Grinberg e Ricardo Salles, op. cit., pp. 371-3, v. 3: 1870-1889.
20 Renato Lemos, "A alternativa republicana e o fim da monarquia", em Keila Grinberg e Ricardo Salles, op. cit., p. 411, v. 3: 1870-1889.
21 José Murilo de Carvalho, "República, democracia e federalismo: Brasil 1870-1891". *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pp. 146-7, jan./jun. 2011.
22 Ver Renato Lemos, op. cit., p. 414.
23 *Harper's weekly*, Nova York, 1876, p. 16.
24 Ver Sergio Goes de Paula em *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na corte* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993).
25 Gilberto Freyre, *O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 123.
26 Para Castro Alves, ver Alberto da Costa e Silva, *Castro Alves: Um poeta sempre jovem* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).
27 Pedro Calmon, *História de d. Pedro II.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 1398. 5 v.
28 Ver Angela Alonso, *Joaquim Nabuco: Os salões e as ruas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012).
29 Ver, de Maria Helena P. T. Machado, "'Teremos grandes desastres se não houver providências enérgicas e imediatas'" (op. cit., p. 376) e *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da Abolição* (São Paulo: Edusp, 2010).
30 Id., "'Teremos grandes desastres se não houver providências enérgicas e imediatas'", op. cit., p. 380.
31 Para os quilombos abolicionistas e sua relação com o movimento abolicionista, ver Eduardo Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: Uma investigação de história cultural* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). Ver

também: Sidney Chalhoub, *Visões de liberdade*, op. cit.
32 Para o Jabaquara, ver Maria Helena P. T. Machado, *O plano e o pânico*, op. cit., especialmente o cap. 4.
33 Para o quilombo do Leblon e a figura de seu idealizador, ver especialmente Eduardo Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*, op. cit.
34 Para os dois episódios, ver Osvaldo Orico, *O tigre da Abolição* (Rio de Janeiro: Olímpia, 1953, pp. 84 ss.); Eduardo Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*, op. cit.; Henrique Coelho Neto, *A conquista* (Rio de Janeiro: ABL, 1913).
35 Coleção Tobias Monteiro, Rio de Janeiro: Acervo Biblioteca Nacional.
36 Lidia Besouchet, *Pedro II e o século XIX*, op. cit., p. 495.
37 Oliveira Lima, *O Império brasileiro.* São Paulo: Melhoramentos, 1927.
38 Heitor Lyra, *História de d. Pedro II*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, p. 387, 3 v. (1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938-40).
39 Adriano do Vale seria solto, sem julgamento, logo no primeiro mês da República.
40 Renato Lemos, op. cit., p. 432.
41 Para uma excelente análise do baile, ver José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, op. cit., pp. 388-91.
42 Pedro Calmon, *O rei filósofo: a vida de d. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 203.
43 Lidia Besouchet, op. cit., p. 542.
44 Machado de Assis, *Esaú e Jacó.* Rio de Janeiro: Garnier, 1988, p. 142.

13. A PRIMEIRA REPÚBLICA E O POVO NAS RUAS [pp. 318-50]

1 Luiz Felipe de Alencastro e Fernando A. Novais (Orgs.), *História da vida privada*, op. cit., v. 2: Império — A corte e a modernidade nacional.
2 Ver José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).
3 Antonio Candido, "A literatura durante o Império". In: Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História geral da civilização brasileira*: *O Brasil monárquico*, op. cit., tomo II, v. 3: Reações e transações.
4 Para a Constituição, ver Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais* (Rio de Janeiro: Zahar, 2012); Américo Freire e Celso Castro, "As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil", em Ângela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti (Orgs.), *A República no Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC-FGV, 2002).
5 Para as Forças Armadas e, em especial, o Exército, ver Frank D. McCann, *Soldados da pátria: História do exército brasileiro 1889-1937* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007); John Schulz, *O Exército na política*, op. cit.
6 Para Floriano e o florianismo, ver Lincoln de Abreu Penna, *O progresso da ordem: O florianismo e a construção da República* (Rio de Janeiro: 7Letras, 1997); Suely Robles Reis de Queiroz, *Os radicais da República: Jacobinismo, ideologia e ação — 1893-1897* (São Paulo: Brasiliense, 1986).
7 Steven Topik, *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
8 Para Política dos Governadores e a engenharia institucional da Primeira República, ver Renato Lessa, *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira* (Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988).
9 Para o sistema de fraudes, ver Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*, op. cit.; José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: O longo caminho* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012).
10 Para o coronelismo, ver Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012), José Murilo de Carvalho, "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual", em José Murilo de Carvalho, *Pontos e bordados: Escritos de história e política* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998), e Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (São Paulo: Alfa Omega, 1976).
11 O trecho sobre imigrações foi bastante pautado na pesquisa realizada por Lilia Moritz Schwarcz para o terceiro volume da coleção *História do Brasil Nação: 1808-2010* (Rio de Janeiro: Objetiva; Mapfre, 2012), sob sua coordenação.
12 Zuleika Alvim, "Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo". In: Nicolau Sevcenko (Org.), *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 220, v. 3: República: Da belle époque à era do rádio.
13 Ibid., p. 221.
14 Ibid., pp. 283-4.
15 Maria Thereza Schorer Petrone, "Imigração". In: Boris Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 97, tomo III, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).
16 Fernando Henrique Cardoso, "Dos governos militares a Prudente-Campos Sales". In: Boris Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira*: *O Brasil republicano*, op. cit., p. 20, tomo III, v. 1: Estrutura de poder e economia (1889-1930).
17 Ver Lima Barreto, *Marginália* (São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 33).
18 A descrição das três capitais — São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro — pautou-se na pesquisa para o livro *1890-1914: No tempo das certezas*, de Lilia Moritz Schwarcz e Angela Marques da Costa (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).
19 Para Belo Horizonte, ver Beatriz de Almeida Magalhães e Rodrigo Ferreira Andrade, *Belo Horizonte: Um espaço para a República* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1989).
20 Para a Revolta da Vacina, ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987).
21 Ver Gilberto Hochman, "Saúde pública ou os males do Brasil", em André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.), *Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança* (São Paulo: Companhia das Letras 2011).
22 Entre outros, ver Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças*, op. cit.
23 Gilberto Hochman, op. cit.
24 Para a Revolta da Chibata, ver Edmar Morel, *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Candido em 1910* (5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009); José Murilo de Carvalho, "Os bordados de João Cândido", em *Pontos e bordados*, op. cit.
25 Para militares, ver Frank D. McCann, *Soldados da pátria*, op. cit.; José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2005).
26 Mário de Andrade, *O turista aprendiz*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976, p. 20.
27 Para Euclides da Cunha, ver Roberto Ventura, *Euclides da Cunha: Esboço biográfico — Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003).
28 Para *Os sertões*, ver Euclides da Cunha, *Os sertões: Campanha de Canudos* (Ed. didática. Cotejo e estabelecimento do texto de Hersílio Ângelo. Coord. de Alfredo Bosi. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973); Roberto

Ventura, *Euclides da Cunha: Esboço biográfico*, op. cit.; Luiz Costa Lima, *Terra ignota: A construção de Os sertões* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997); Walnice Nogueira Galvão, *Correspondência de Euclides da Cunha* (São Paulo: Edusp, 1997).

29 Para Canudos, ver Henrique Estrada Rodrigues, Bruno Pimenta Starling, Marcela Telles, "O novo continente da utopia". In: Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria Murgel Starling e Juarez Rocha Guimarães (Orgs.), *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); Pauliane de Carvalho Braga, Raissa Brescia dos Reis e Ana Letícia Oliveira Goulart, "Canudos". In: Heloisa Maria Murgel Starling e Pauliane de Carvalho Braga (Orgs.), *Sentimentos da terra* (Belo Horizonte: PROEx; Ed. UFMG, 2013).

30 Euclides da Cunha, *Os sertões*, op. cit., p. 392.

31 Duglas Monteiro, "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: Boris Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira*: *O Brasil republicano*, op. cit., tomo III, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).

32 Para classe operária e industrialização, ver Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da indústria e do trabalho no Brasil: Das origens aos anos 1920* (São Paulo: Ática, 1991); Lúcio Kowarick, *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1987); Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, *A classe operária no Brasil: 1889-1930 — Documentos* (São Paulo: Alfa Omega, 1979, v. 1).

33 Para os dados, ver José Antonio Segatto, *A formação da classe operária no Brasil* (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987).

34 Para o anarquismo no Brasil, ver Francisco Foot Hardman, *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil* (São Paulo: Ed. Unesp, 2002); Daniel Aarão Reis Filho e Rafael Borges Deminicis (Orgs.), *História do anarquismo no Brasil* (Niterói: Ed. da UFF, 2006, v. 1); Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social* (Rio de Janeiro: Difel, 1977); Edilene Toledo, *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004).

35 Boris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira". In: Boris Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*, op. cit., tomo III, v. 1: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Ver também Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, op. cit., especialmente o cap. VI.

36 Nísia Trindade Lima, "Campo e cidade: Veredas do Brasil moderno". In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.), *Agenda brasileira*, op. cit.

37 Ver Milton Lahuerta, "Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização", em Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa (Orgs.), *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno* (São Paulo: Ed. Unesp, 1997).

38 Alessandra El Far, *A encenação da imortalidade: Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República* (*1897-1924*). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

39 Mário de Andrade, *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Brasília: CNPq, 1988, pp. 37-8.

40 Alfredo Bosi, "Situação de Macunaíma". In: Mário de Andrade, *Macunaíma*, op. cit.

41 André Botelho, *De olho em Mário de Andrade: Uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

42 Para tia Ciata, ver Carlos Sandroni, *Feitiço decente: Transformações do samba no Rio de Janeiro* (*1917-1933*) (Rio de Janeiro: Zahar; Ed. UFRJ, 2001).

43 Mônica Pimenta Velloso, *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

44 Brito Broca, *A vida literária no Brasil: 1900.* 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 44.

45 Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt; José Olympio, 1933, p. 307.

46 Ricardo Benzaquen, op. cit.

47 João Batista Lacerda, *Sur le Metis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

48 Lima Barreto, *Contos completos de Lima Barreto*. Org. e introd. de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

49 Ver, de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, "La République de 1889: Utopie de l'homme blanc, peur de l'homme noir" (*Brésil*(*s*)*: Sciences Humaines et Sociales*, Paris, v. 1, p.149-168, 2012), e "A República de 1889: Utopia de branco, medo de preto" (*Contemporânea — Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 2, pp. 17-36, 2011).

50 Maria Cristina Cortez Wissenbach, "Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível". In: Nicolau Sevcenko (Org.), *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, v. 3: República: Da belle époque à era do rádio.

51 Ibid.

52 Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

53 Nísia Trindade Lima, op. cit.

54 Manuela Carneiro da Cunha, "Política indigenista no século XIX", em Manuela Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*, op. cit.

55 Informações retiradas de Manuela Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*, op. cit., p. 133.

56 Lima Barreto, "Três gênios da secretaria". In: _____. *Contos completos de Lima Barreto*, op. cit.

57 Para os tenentes, ver Frank D. McCann, *Soldados da pátria*, op. cit.; José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil*, op. cit.; Mário Cleber Martins Lanna Júnior, "Tenentismo e crises políticas na Primeira República", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1: Da Proclamação da República à Revolução de 1930).

58 Para Coluna Prestes/Miguel Costa, ver Frank D. McCann, *Soldados da pátria*, op. cit.; Domingos Meirelles, *As noites das grandes fogueiras: Uma história da Coluna Prestes* (Rio de Janeiro: Record, 1995).
59 Maria Alice Rezende de Carvalho, *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1994.
60 Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, "A nova 'Velha' República: Um pouco de história e historiografia". *Tempo*, Niterói: UFF, v. 13, n. 26, jan. 2009.
61 Roberto Schwarz, "Nacional por subtração". In: _____. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

14. SAMBA, MALANDRAGEM E MUITO AUTORITARISMO NA GÊNESE DO BRASIL MODERNO

1 Para a eleição de 1910, ver Vera Lúcia Bogéa Borges, *A batalha eleitoral de 1910* (Rio de Janeiro: Apicuri, 2011).
2 Entre a Constituição de 1891 e a Revolução de 1930, os governadores estaduais eram denominados "presidentes". Em 1930, Vargas substituiu quase todos os presidentes estaduais por interventores federais. A Constituição de 1946 estabeleceu a atual denominação "governador" para os chefes do Executivo nos estados.
3 Para o movimento operário e medidas repressivas na década de 1920, ver Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, op. cit.; Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: Alfa Omega, 1977). Sobre a Coluna Prestes/Miguel Costa, ver Domingos Meirelles, *As noites das grandes fogueiras: Uma história da Coluna Prestes* (Rio de Janeiro: Record, 1995).
4 Para o ajuste entre Minas e São Paulo, suas tensões e a estabilidade do sistema político, ver Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, *O teatro das oligarquias: Uma revisão da "política do café com leite"* (Belo Horizonte: C/Arte, 2011); John Wirth, *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira* (*1889-1937*) (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).
5 Gilberto Amado, *Depois da política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
6 Para as opções de Washington Luís, ver Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, op. cit.; Boris Fausto, *A Revolução de 1930: História e historiografia* (São Paulo: Brasiliense, 1994). Sobre a importância do café, ver Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil* (São Paulo: Alfa Omega, 1986).
7 Para Antônio Carlos, ver Lígia M. L. Pereira e Maria Auxiliadora Faria, *Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998).
8 Para o Rio Grande do Sul, ver Joseph Love, *O regionalismo gaúcho* (São Paulo: Perspectiva, 1975). Sobre a Paraíba, ver Leda Lewin, *Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar* (Rio de Janeiro: Record, 1993). Ver também Ângela Maria de Castro Gomes et al., *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).
9 Para dados biográficos de Vargas e João Pessoa, ver Lira Neto, *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder* (*1882-1930*) (São Paulo: Companhia das Letras, 2012, v. 1).
10 Para a Aliança Liberal e seu programa, ver Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, op. cit.; Lúcia Lippi de Oliveira (Org.), *Elite intelectual e debate político nos anos 30: Uma bibliografia comentada da Revolução de 1930* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1980); Milton Lahuerta, "Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização", em Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno* (Orgs.) (São Paulo: Ed. Unesp, 1997).
11 Para as caravanas e a plataforma da Aliança Liberal, ver Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, op. cit.
12 Franklin Martins, *Quem foi que inventou o Brasil?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. No prelo.
13 Para Sinhô, ver Franklin Martins, *Quem foi que inventou o Brasil?*, op. cit.; J. B. da Silva (Sinhô), "Eu ouço falar (Seu Julinho)" (Rio de Janeiro: Odeon, 1929).
14 Para os resultados da eleição, ver Lira Neto, *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder*, op. cit.
15 Para Prestes, ver Domingos Meirelles, *1930: Os órfãos da Revolução* (Rio de Janeiro: Record, 2005).
16 Para o assassinato de João Pessoa, ver Domingos Meirelles, *1930: Os órfãos da Revolução*; ver também José Joffily, *Anayde Beiriz: Paixão e morte na revolução de 30* (Niterói: CBAG, 1980).
17 Para o levante de Princesa, ver Inês Caminha Lopes Rodrigues, *A Revolta de Princesa: Uma contribuição ao estudo do mandonismo local* (João Pessoa: A União, 1978); Domingos Meirelles, *1930: Os órfãos da Revolução*, op. cit.
18 Citado em Domingos Meirelles, *1930: Os órfãos da Revolução*, op. cit., p. 532.
19 Para as operações militares da revolta de 1930, ver Frank D. McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.; José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil*, op. cit.
20 Pedro Nava, *O círio perfeito*. São Paulo: Ateliê, 2004.
21 Para o episódio da fuga de Távora, ver Lira Neto, *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder*, op. cit., p. 415.
22 Para a reação e a queda de Washington Luís, ver Domingos Meirelles, *1930: Os órfãos da Revolução*, op. cit.; Lira Neto, *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder*, op. cit.
23 Citado em Domingos Meirelles, *1930: Os órfãos da Revolução*, op. cit., p. 619.
24 Para um balanço da historiografia, ver Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, "A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*, op. cit., v. 1.
25 Para as medidas do Governo Provisório, ver Dulce Pandolfi, "Os anos 1930: As incertezas do regime", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estadismo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo); Lira Neto, *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder*, op. cit.
26 Citado em Lira Neto, *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder*, op. cit., p. 520.
27 Para a política trabalhista de Vargas, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.; Ângela Maria de Castro Gomes, *Cidadania e direitos do trabalho* (Rio de Janeiro: Zahar, 2002).
28 Para o Código Eleitoral de 1932, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.; Jairo Nicolau, *Eleições no*

Brasil: Do Império aos dias atuais (Rio de Janeiro: Zahar, 2012).
29 Para Elvira Komel, ver Lélia Vidal Gomes da Gama, *Elvira Komel: Uma estrela riscou o céu* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987).
30 Para as forças políticas, ver Ângela Maria de Castro Gomes, "Confronto e compromisso no processo de constitucionalização", em Boris Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano* (São Paulo: Difel, 1981, tomo III, v. 3: Sociedade e política — 1930-1964).
31 Para o levante paulista de 1932, ver Hélio Silva, *A guerra paulista: O ciclo de Vargas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, v. 2); Maria Helena Capelato, *O movimento de 1932: A causa paulista* (São Paulo: Brasiliense, 1981); Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo* (*1930-1945*) (São Paulo: Companhia das Letras, 2013, v. 2).
32 Oswald de Andrade, *Marco zero: A revolução melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
33 Citado em Hélio Silva, *A guerra paulista*, op. cit.
34 Para a ausência dos operários, ver Maria Helena Capelato, *O movimento de 1932*, op. cit.; Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos* (São Paulo: Alfa Omega, 1978).
35 Para as operações militares em 1932, ver Frank D. McCan, *Soldados da pátria: História do Exército brasileiro — 1889-1937*; Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit.
36 Para as medidas de Vargas, ver Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.; Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit.
37 Para a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1934, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.
38 Para a observação de Vargas, ver Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit., p. 189.
39 A expressão é de Norbert Frei. Ver Norbert Frei, *L'État Hitlérien et la société allemande: 1933-1945* (Paris: Seuil, 1994, p. 95).
40 Para a ABI, ver Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz, "Ação Integralista Brasileira: Um movimento fascista no Brasil (1932-1938)", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*, op. cit., v. 1. Ver também Marilena Chaui, "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", em André Rocha (Org.), *Escritos de Marilena Chaui: Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro* (Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, v. 2).
41 Para o fascismo nas Forças Armadas brasileiras, ver Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.
42 Para a ANL, ver Francisco Carlos Pereira Cascardo, "A Aliança Nacional Libertadora: Novas abordagens", em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *A formação das tradições* (*1889-1995*) (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007); Marly Vianna, "A ANL (Aliança Libertadora Nacional)", em Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (Orgs.), *Corações vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX* (São Paulo: Cortez, 2003).
43 Para o PCB, ver Marly de Almeida Gomes Vianna, "O PCB: 1929-43", em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *A formação das tradições*, op. cit.; John W. Foster Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil* (*1900-1935*) (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977).
44 Citado em Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit., p. 235.
45 Citado em Francisco Carlos Pereira Cascardo, "A Aliança Nacional Libertadora: Novas abordagens", em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *A formação das tradições*, op. cit., p. 475.
46 Para a Internacional Comunista e sua participação nos levantes de 1935, ver William Waack, *Camaradas. Nos arquivos de Moscou: A história secreta da revolução brasileira de 1935* (São Paulo: Companhia das Letras, 2004).
47 Para os levantes de Natal e Pernambuco, ver Marly de A. G. Vianna, *Revolucionários de 1935: Sonho e realidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992); Hélio Silva, *1935: A revolta vermelha* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969); Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto como o caso foi: Da Coluna Prestes à queda de Arraes* (Recife: Cepe, 2008, v. 1, cap. VI).
48 Para o levante no Rio de Janeiro, ver Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.; Marly de A. G. Vianna, *Revolucionários de 1935: Sonho e realidade*; Hélio Silva, *1935: A revolta vermelha*, op. cit.
49 Para a repressão de Vargas, ver John W. Foster Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil* (*1900-1935*); Marly de A. G. Vianna, *Revolucionários de 1935: Sonho e realidade*; William Waack, *Camaradas. Nos arquivos de Moscou*, op. cit.
50 Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2007. v. II, p. 69-70. Sobre Graciliano, ver Wander Melo Miranda, *Graciliano Ramos* (São Paulo: Publifolha, 2004).
51 Para o agente duplo, ver R. S. Rose e Gordon D. Scott, *Johnny: A vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935* (Rio de Janeiro: Record, 2010).
52 Para os preparativos de Vargas para o golpe, ver Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit.; Boris Fausto, *Getúlio Vargas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).
53 Citado em Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit., p. 75.
54 Para o Plano Cohen, ver Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.
55 Para os traços comuns, ver Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit.
56 Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*, op. cit., p. 34, v. I.
57 Para o aparato de repressão, ver Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit.; Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.; Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit.

58 Para o intercâmbio com a Gestapo, ver Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit., p. 263.
59 Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit., p. 264.
60 Para o aparato de propaganda e legitimação do Estado Novo, ver Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, *Estado Novo: Ideologia e poder* (Rio de Janeiro: Zahar, 1982); Dulce Pandolfi, *Repensando o Estado Novo* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999).
61 Para Noel Rosa, ver João Máximo e Carlos Didier, *Noel Rosa: Uma biografia* (Brasília: Editora UnB; Linha Gráfica Editora, 1990).
62 Para a censura, ver Robert M. Levine, *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 94).
63 Para a ação do DIP, ver Magno Bissoli Siqueira, *Samba e identidade nacional: Das origens à era Vargas* (São Paulo: Ed. Unesp, 2012).
64 Para o Ministério da Educação sob a gestão Capanema, ver Helena Bomeny (Org.), *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001).
65 Para as relações entre intelectuais e o Estado Novo, ver Helena Bomeny (Org.), *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*; Sérgio Miceli, *Intelectuais à brasileira* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001); Antonio Candido, "A Revolução de 30 e a cultura", em Paula Monteiro e Álvaro Comin (Orgs.), *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos* (São Paulo: Globo, 2009).
66 Para os procedimentos de valorização da mestiçagem e a construção da nacionalidade a partir de produtos culturais regionais associados ao popular, ver Lilia K. M. Schwarcz, "Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, ano 10, out. 1995; Lilia M. Schwarcz, "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na intimidade", em Lilia M. Schwarcz, *História da vida privada no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006, v. 4). Ver também Hermano Vianna, *O mistério do samba* (Rio de Janeiro: Zahar, 2012).
67 Para Carmen Miranda, ver Ruy Castro, *Carmen: Uma biografia* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005). Ver também Eneida Maria de Souza, "Carmen Miranda: Do kitsch ao cult", em Heloisa Starling, Berenice Cavalcante e José Eisemberg (Orgs.), *Decantando a República: Retratos em branco e preto da nação brasileira* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, v. 2).
68 Ruy Castro, *Carmen; uma biografia*, p. 322.
69 Para Política de Boa Vizinhança e seus produtos culturais, ver Antônio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).
70 Para Zé Carioca, ver Ruy Castro, "Nascido no Copacabana Palace, Zé Carioca completa 70 anos". *Serafina*, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2012.
71 A expressão é de Camila Ferreira. Ver Camila Manduca Ferreira, "Zé Carioca: Um papagaio na periferia do capitalismo". *Novos Rumos*, v. 49, n. 1, jan.-jun. 2012.
72 Para a canção de Noel, ver Mayra Pinto, *Noel Rosa: O humor na canção* (São Paulo: Ateliê, 2012).
73 Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. Sobre Freyre, ver Lilia K. M. Schwarcz, "Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra"; Hermano Vianna, *O mistério do samba*.
74 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, ver Robert Wegner, "Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda", em André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.), *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009); Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio (Orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas* (Campinas: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2008).
75 Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1979. Para Caio Prado Jr., ver Bernardo Ricúpero, "Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo", em André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.), *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Sobre o impacto dos três autores na produção cultural dos anos de 1930 e 1940, ver Antonio Candido, "A Revolução de 30 e a cultura", em Paula Monteiro e Álvaro Comin (Orgs.), *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*.
76 Para a legislação trabalhista e a conquista de direitos sociais, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.; Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, cap. V).
77 Para a malandragem, ver Antonio Candido, "Dialética da malandragem", em Antonio Candido, *O discurso e a cidade* (São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004); Cláudia Matos, *Acertei no milhar: Samba e malandragem no tempo de Getúlio* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).
78 Wilson Batista e Ataulfo Alves, "O bonde São Januário". Intérprete: Cyro Monteiro. Victor 34.691-a, 1940. Para Wilson Batista, ver Rodrigo Alzuguir, *Wilson Batista: O samba foi sua glória!* (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013).
79 Para a atuação política durante a guerra e o projeto de modernização de Vargas, ver Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit.; Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.; Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit.
80 Para o telegrama, ver Robert M. Levine, *Pai dos pobres?*, op. cit., p. 100.

15. *YES*, NÓS TEMOS DEMOCRACIA

1 Para a movimentação política de Vargas, ver Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit.
2 Para os candidatos, ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro* (*1945-1965*) (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981); Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005), especialmente o cap. 1.
3 Para os dois episódios, ver Michelle Reis de Macedo, *O movimento queremista e a democratização de 1945* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 105).
4 Para as transformações no interior das Forças Armadas e, em especial, no Exército, ver Frank McCan, *Soldados da pátria*, op. cit.; José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil*, op. cit.
5 Citado em José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil*, op. cit., p. 82.
6 Ver especialmente José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil*, op. cit.
7 Para Prestes, ver Jorge Ferreira, *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil* (*1930-1956*) (Rio de Janeiro: Ed. da UFF; Niterói: Mauad, 2002), especialmente o cap. 9; Dênis de Moraes e Francisco Viana, *Prestes: Lutas e autocríticas* (Petrópolis: Vozes, 1982).
8 Para o comício no estádio de São Januário, ver Dênis de Moraes e Francisco Viana, *Prestes: Lutas e autocríticas*; Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012).
9 Para o crescimento do PC, ver Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, p. 157.
10 Para o grupo de artistas e intelectuais simpatizantes e/ou militantes, ver Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 157 ss. Ver também Zélia Gattai, *Um chapéu para viagem: Memórias* (São Paulo: Companhia das Letras, 2010).
11 Para o comício de São Paulo, ver Michelle Reis de Macedo, op. cit.
12 Para a assimetria entre o fim do Estado Novo e o crescimento da popularidade de Vargas, ver Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988).
13 Para o movimento queremista, ver Michelle Reis de Macedo, op. cit.; Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit., especialmente o cap. 1.
14 Citado em Lira Neto, *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, op. cit., pp. 466 ss.
15 Citado em Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit., p. 75.
16 Para as restrições, ver Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*, pp. 89-90.
17 Para a UDN, ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro* (*1945-1965*).
18 Para Lacerda, ver Carlos Lacerda, *Depoimento* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978). Ver também Rodrigo Lacerda, *A República das abelhas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2013); Otávio Frias Filho, "O tribuno da imprensa". *piauí*, São Paulo, n. 91, abr. 2014.
19 Citado em Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 389).
20 Para o PSD, ver Lúcia Hipólito, *PSD: De raposas e reformistas* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985).
21 Citado em Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit., p. 166.
22 Ibid.
23 Para o PTB, ver Lucilia de Almeida Neves Delgado, *PTB: Do getulismo ao reformismo* (São Paulo: Marco Zero, 1989).
24 Para o trabalhismo como projeto político, ver Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit. Ver também Michelle Reis de Macedo, op. cit.; Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit., especialmente o cap. 1.
25 Para o trabalhismo após a morte de Vargas, ver Ângela de Castro Gomes, "Trabalhismo e democracia: O PTB sem Vargas", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50* (Rio de Janeiro: Ponteio, 2011).
26 Para os dados do PTB, ver Lucilia de Almeida Neves Delgado, *PTB: Do getulismo ao reformismo*.
27 Para o episódio do comício e seus desdobramentos, ver Michelle Reis de Macedo, op. cit., pp. 144 ss.
28 Para o resultado das eleições, ver Boris Fausto, *História do Brasil* (São Paulo: Edusp, 2012, p. 340); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello* (*1930-1964*) (São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 97).
29 Para a Constituição de 1946, ver Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*; José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.
30 A expressão é de Ângela de Castro Gomes. Para os indicadores da experiência democrática brasileira nos anos 1946-64, ver Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014).
31 Para a Guerra Fria, ver Martin Walker, *The Cold War : A History* (Nova York: Henry Holt and Co., 1993).
32 Para os números do crescimento do PC, ver Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit., p. 100.
33 Citado em Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 343. Sobre a repressão aos trabalhadores, ver Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro, "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 3: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964); Ronald H. Chilcote, *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração — 1922-1972* (Rio de Janeiro: Graal, 2002).

34 Para a resposta de Prestes e o episódio da cassação do PC, ver Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, p. 182 e seguintes.
35 Citado em Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*, p. 90.
36 Para a política econômica do governo Dutra, ver Pedro Paulo Zahluth Bastos, "Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas", em Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca (Orgs.), *A era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade* (São Paulo: Unesp, 2012).
37 Para a decisão de Dutra e o decreto que proibia o jogo e fechava os cassinos, ver João Perdigão e Euler Corradi, *O rei da roleta: A incrível vida de Joaquim Rolla* (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012); Isabel Lustosa, *Histórias de presidentes: A República no Catete* (*1897-1960*) (Rio de Janeiro: Agir, 2008).
38 Para os cassinos do Rio de Janeiro, ver Ruy Castro, *Carmen: Uma biografia*; João Perdigão e Euler Corradi, *O rei da roleta: A incrível vida de Joaquim Rolla*.
39 Para o desempenho legislativo e a campanha presidencial de Vargas, ver Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit.; Robert. M. Levine, *Pai dos pobres?*, op. cit.
40 Citado em Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit., p. 164.
41 Ibid., p. 166.
42 Para os números da eleição, ver Boris Fausto, *História do Brasil* (São Paulo: Edusp, 2012, p. 346); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit., p. 113.
43 Para a política de energia, ver Hildete Pereira de Melo, Adilson de Oliveira e João Lizardo de Araújo, "O sonho nacional: Petróleo e eletricidade (1954-94)", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, op. cit. Ver também Maria Antonieta P. Leopoldi, "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, op. cit.
44 Monteiro Lobato, *O poço do visconde*. São Paulo: Brasiliense, 1960, p. 204. Sobre as campanhas políticas de Lobato, inclusive a do petróleo, ver Carmen Lúcia de Azevedo, Márcia Camargos, Vladimir Sacchetta, *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia* (São Paulo: Senac, 2000, pp. 147 ss.).
45 Para a UNE e sua atuação na campanha do petróleo, ver Arthur Poerner, *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros* (Rio de Janeiro: Booklink, 2004).
46 Para o aumento da produção de energia elétrica, ver Maria Antonieta P. Leopoldi, "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, op. cit., p. 185.
47 Para siderurgia e transportes, ver Maria Antonieta P. Leopoldi, "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, op. cit.
48 Para o nacional-desenvolvimentismo em Vargas, ver Pedro Paulo Zahluth Bastos, "Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas"; Pedro Paulo Zahluth Bastos, "A construção do nacionalismo econômico de Vargas", em Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca (Orgs.), *A era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Para o projeto de desenvolvimento associado, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado* (Petrópolis: Vozes, 1981), especialmente os caps. I, II e III.
49 Para a crise econômica, ver Pedro Paulo Zahluth Bastos, "Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas". Sobre o foco da Guerra Fria, ver Martin Walker, *The Cold War: A History*.
50 Para a Greve dos Trezentos Mil, ver Paul Singer, "A política das classes dominantes", em Octavio Ianni et al., *Política e revolução social no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965); Lucilia de Almeida Neves Delgado, *PTB: Do getulismo ao reformismo*.
51 Para Goulart, ver Jorge Ferreira, *João Goulart: Uma biografia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), especialmente os caps. 2 e 3.
52 Citado em Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., pp. 103-4.
53 Para o apoio dos órgãos de comunicação à UDN e sua atuação no período, ver Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman, "Fechando o cerco: A imprensa e a crise de agosto de 1954", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, op. cit.
54 Citado em Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil* (São Paulo: Benvirá, 2011, p. 61).
55 Para o "Manifesto dos coronéis", ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.
56 Ver Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da história do Brasil: República: Terceira República* (*1945-1955*) (Brasília: Senado Federal, 2002, p. 677); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit., p. 169.
57 Para o diálogo de Tancredo, ver Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira* (São Paulo: Planeta, 2004, p. 208).
58 Para a imprensa, ver Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman, "Fechando o cerco: A imprensa e a crise de agosto de 1954", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, op. cit.; Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*.
59 Para o episódio da Última Hora, ver também Ana Maria de Abreu Laurenza, *Lacerda x Wainer: O corvo e o bessarabiano*

(São Paulo: Senac, 1998). Para Wainer, ver Samuel Wainer, *Minha razão de viver: Memórias de um repórter* (Rio de Janeiro: Record, 1988).

60 Para o atentado e seus desdobramentos, ver Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.; Claudio Lacerda, *Uma crise de agosto: O atentado da rua Toneleros* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994); Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit.; Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.

61 Citado em Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., p. 127.

62 Para a última reunião do ministério e o suicídio, ver Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.; Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit. Ver também Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira*; Rubem Fonseca, *Agosto* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

63 Para as manifestações populares, ver Jorge Ferreira, "O Carnaval da tristeza: Os motins urbanos do 24 de agosto", em Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit.

64 Citado em Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, op. cit., p. 195.

65 Citado em Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit., p. 258.

66 O argumento é de Jorge Ferreira. Ver Jorge Ferreira, "O Carnaval da tristeza: Os motins urbanos do 24 de agosto", em Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit.

16. OS ANOS 1950-1960: A BOSSA, A DEMOCRACIA E O PAÍS SUBDESENVOLVIDO

1 Para o levante de Jacareacanga, ver Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit.
2 Para as eleições presidenciais de 1955, ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro* (*1945-1965*); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.; Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit.
3 Citado em Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., p. 148.
4 Para o governo Café Filho, ver Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit. Para o golpe e o contragolpe, ver Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit., especialmente o cap. 4; Flávio Tavares, *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder* (Rio de Janeiro: Record, 2004), especialmente o cap. III.
5 Para a aproximação dos militares de baixa patente com o trabalhismo, ver Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista*, op. cit., especialmente o cap. 4.
6 Para a relação de Juscelino com os militares, ver Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit.; Ricardo Maranhão, *O governo Juscelino Kubitschek* (São Paulo: Brasiliense, 1984); Maria Victoria Benevides, *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976).
7 Para o Plano de Metas, ver Maria Victoria Benevides, *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*; Miriam Limoeiro Cardoso, *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977); Clovis de Faro e Salomão L. Quadros da Silva, "A década de 50 e o Programa de Metas", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *O Brasil de JK* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991).
8 Para o cotidiano dos anos 1950, ver Joaquim Ferreira dos Santos, *1958: O ano que não devia terminar* (Rio de Janeiro: Record, 1997).
9 Para estradas pavimentadas, ver Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit., p. 407.
10 Ibid., p. 398.
11 Para a construção da Belém-Brasília, ver Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit.
12 Para o estilo de fazer política de JK, ver Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit.; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.
13 Para a observação de Lacerda, ver Rodrigo Lacerda, *A República das abelhas*.
14 Para o desenvolvimentismo, ver Miriam Limoeiro Cardoso, *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*; Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961); Francisco de Oliveira, *A economia brasileira: Crítica à razão dualista* (Petrópolis: Vozes, 1981).
15 Para o Iseb, ver Caio Navarro de Toledo (Org.), *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do Iseb* (Rio de Janeiro: Revan, 2005).
16 Para subdesenvolvimento, ver Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*; Maria da Conceição Tavares (Org.), *Celso Furtado e o Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001); Francisco de Oliveira, *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*; Marcelo Ridenti, *Brasilidade revolucionária* (São Paulo: Ed. Unesp, 2010).
17 Para o Teatro de Arena, ver Izaías Almada, *Teatro de Arena: Uma estética de resistência* (São Paulo: Boitempo, 2004); Sábato Magaldi, *Um palco brasileiro: O Arena de São Paulo* (São Paulo: Brasiliense, 1984).
18 Para Vera Cruz, ver Sidney Ferreira Leite, *Cinema brasileiro: Das origens à retomada* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005); Maria Rita Galvão, *Burguesia e cinema: O caso Vera Cruz* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981).
19 Para chanchadas, ver Suzana Ferreira, *Cinema carioca nos anos 30 e 40: Os filmes musicais nas telas da cidade* (São Paulo: Annablume, 2003); Sérgio Augusto, *Este mundo é um pandeiro* (São Paulo: Companhia das Letras; Cinemateca Brasileira, 1989).
20 Para Nelson Pereira dos Santos e *Rio, 40 graus*, ver Helena Salem, *Nelson Pereira dos Santos: O sonho possível do cinema brasileiro* (Rio de Janeiro: Record, 1996); Sidney Ferreira Leite, *Cinema brasileiro: Das origens à retomada*.
21 Glauber Rocha, *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra; Embrafilme, 1981, pp. 393-4.
22 Para Glauber Rocha e para o Cinema Novo, ver Ismail Xavier, *Cinema brasileiro moderno* (São Paulo: Paz e Terra, 2001); Glauber Rocha, *Revolução do Cinema Novo*; Raquel Gerber et al., *Glauber Rocha* (São Paulo: Paz e Terra, 1977); Lucia Nagib, *A utopia no cinema brasileiro: Matrizes, nostalgia, distopias* (São Paulo: Cosac Naify, 2006), especialmente o cap. 1; Eduardo Escorel, "Deus e o diabo — ano I: Glauber Rocha no turbilhão de 1964". *piauí*, São Paulo, n. 90, mar. 2014.
23 Para Bossa Nova como movimento, ver Ruy Castro, *Chega de saudade: A história e as histórias da Bossa Nova* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990); Ruy Castro, *A onda que se ergueu no mar: Novos mergulhos na Bossa Nova* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001).
24 Para Bossa Nova como linguagem, ver Luiz Tatit, *O século da canção* (São Paulo: Ateliê, 2004); Walter Garcia, *Bim Bom: A contradição sem conflitos de João Gilberto* (São Paulo: Paz & Terra, 1999).
25 Para Bossa Nova como produto comercial, ver José Gave, *Momento Bossa Nova* (São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006).
26 Para a internacionalização da Bossa Nova, ver Ruy Castro, *Chega de saudade: A história e as histórias da Bossa Nova*; Ruy Castro, *A onda que se ergueu no mar: Novos mergulhos na Bossa Nova*.

27 Para gargalos do Plano de Metas, ver Carla Maria Junho Anastasia, "De Drummond a Rodrigues: Venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK", em Wander Melo Miranda, *Anos JK: Margens da modernidade* (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.; Maria Antonieta P. Leopoldi, "Crescendo em meio à incerteza: A política econômica do governo JK", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *O Brasil de JK*, op. cit.
28 Roberto Campos, *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. 2 v.
29 *Revista Brasiliense*, n. 35-36, 1961, p. 29. Citado em Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit., p. 340.
30 A expressão é de Maria Victoria Benevides. Ver Maria Victoria Benevides, *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*.
31 Para indicadores de inflação, ver Maria Antonieta P. Leopoldi, "Crescendo em meio à incerteza: A política econômica do governo JK", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *O Brasil de JK*, op. cit.
32 Para a "administração paralela", ver Maria Victoria Benevides, *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*.
33 Para os limites do Plano de Metas na questão agrária, ver Vânia Maria Losada Moreira, "Os anos JK: Industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática*, op. cit., v. 3; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.
34 Para as revoltas, ver Thiago Lenine Tito Tolentino, "Margens da marcha para o Oeste: Luta pela terra em Trombas e Formoso, Porecatu e sudoeste do Paraná", em Heloisa Maria Murgel Starling e Pauliane de Carvalho Braga (Orgs.), *Sentimentos da terra* (Belo Horizonte: Proex, 2013).
35 Para Ligas Camponesas, ver Antônio Montenegro, "As Ligas Camponesas e os conflitos no campo", em Rita de Cássia Araújo e Túlio Velho Barreto (Orgs.), *1964: O golpe passado a limpo* (Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2007); Joseph Page, *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil* (*1955-1964*) (Rio de Janeiro: Record, 1972).
36 Para Francisco Julião, ver Cláudio Aguiar, *Francisco Julião: Uma biografia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014).
37 Para os campos de treinamento militar, ver Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento: Os segredos dos porões da ditadura* (Rio de Janeiro: Record, 2005); Cláudio Aguiar, *Francisco Julião: Uma biografia*.
38 Para o MEB, ver Ana Emília de Carvalho e Bruno Viveiros Martins, "MEB, MCP, UNE e CPC: Cultura e educação no campo na década de 1960", em Heloisa Maria Murgel Starling e Pauliane de Carvalho Braga (Orgs.), *Sentimentos da terra*. Para o PCB, ver Angelo Priori, "O PCB e a questão agrária: Os manifestos e o debate político acerca de seus temas", em Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (Orgs.), *Corações vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX* (São Paulo: Cortez, 2003); Claudia Moraes de Souza, *Pelas ondas do rádio; cultura popular, camponeses e o rádio nos anos 1960* (São Paulo: Alameda, 2013).
39 Para o projeto e a construção de Brasília, ver James Holston, *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993); Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, op. cit.; Lauro Cavalcanti, "Brasília: A construção de um exemplo", em Wander Melo Miranda, *Anos JK: Margens da modernidade*; Flávio Tavares, *O dia em que Getúlio matou Allende e outras histórias*, especialmente o cap. IV.
40 Para a relação entre Belo Horizonte e Brasília, ver Helena Bomeny, "Utopias de cidades: As capitais do modernismo", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *O Brasil de JK*, op. cit.
41 Citado em Claudio Bojunga, *JK: O artista do impossível*, p. 398.
42 A frase é de Manuel Bandeira, na coluna intitulada "Lúcio Costa". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957, p. 5.
43 Para os operários e as cidades-satélites, ver James Holston, *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*; sobre os operários durante a construção de Brasília ver Flávio Tavares, *O dia em que Getúlio matou Allende e outras histórias*, especialmente o cap. IV.
44 Para a estratégia de JK, ver Sheldon Maran, "Juscelino Kubitschek e a política presidencial", em Ângela de Castro Gomes (Org.), *O Brasil de JK*, op. cit.
45 Para a candidatura de Jânio Quadros, a campanha e o apoio da UDN, ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro* (*1945-1965*); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.; Otávio Soares Dulci, *A UDN e o antipopulismo no Brasil*.
46 Para Jânio Quadros, ver Ricardo Arnt, *Jânio Quadros: O Prometeu de Vila Maria* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2004); Flávio Tavares, *O dia em que Getúlio matou Allende e outras histórias*, especialmente o cap. IV.
47 Para a candidatura do marechal Lott, ver Lúcia Hippolito, *PSD: De raposas e reformistas*; Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.
48 Para o resultado eleitoral, ver Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit., p. 233; Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., p. 213.
49 Para política externa, ver Brás José de Araújo, *A política externa do governo Jânio Quadros* (Rio de Janeiro: Graal, 1981).
50 Para a presidência de Jânio, ver Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.; Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.
51 Ver Ricardo Arnt, *Jânio Quadros: O Prometeu de Vila Maria*, p. 154.
52 Ver Flávio Tavares, *O dia em que Getúlio matou Allende e outras histórias*, p. 167.

53 Para a viagem de Jango e os atritos com Jânio, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit. Para a condecoração a Che Guevara, ver Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*, especialmente o cap. 4.
54 Citado em Amir Labaki, *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista* (São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 47). Para a renúncia, ver também Ricardo Arnt, *Jânio Quadros: O Prometeu de Vila Maria*; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.
55 Citado em Amir Labaki, *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*, pp. 51-2.
56 O argumento é de Argelina Figueiredo. Ver Argelina Cheibub Figueiredo, *Democracia ou reformas?: Alternativas democráticas à crise política — 1941-1964* (São Paulo: Paz e Terra, 1993).
57 Para a crise política e o movimento de resistência ao golpe, ver Argelina Cheibub Figueiredo, *Democracia ou reformas?*, op. cit.; Amir Labaki, *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*; Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*; Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.; Flávio Tavares, *1961: O golpe derrotado — Luzes e sombras do Movimento da Legalidade* (Porto Alegre: L&PM, 2011).
58 Para Brizola, ver F. C. Leite Filho, *El caudillo: Leonel Brizola — Um perfil biográfico* (São Paulo: Aquariana, 2008).
59 Para a Rede da Legalidade, ver Flávio Tavares, *1961: O golpe derrotado — Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*; Juremir Machado da Silva, *Vozes da legalidade: Política e imaginário na era do rádio* (Porto Alegre: Sulina, 2011); Aloysio Castelo de Carvalho, *A rede da democracia:* O Globo*,* O Jornal *e* Jornal do Brasil *na queda do governo Goulart* (*1961-1964*) (Niterói: Ed. da UFF, 2010).
60 Para Goiás, ver Maria Dulce Loyola Teixeira, *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961: Movimento da legalidade* (Brasília: Senado Federal, 1994).
61 Para Jango, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., especialmente o cap. 6.

17. NO FIO DA NAVALHA: DITADURA, OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA

1 Para o governo Jango, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.; Moniz Bandeira, *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil* (*1961-1964*) (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978); Marco Antonio Villa, *Jango: Um perfil* (*1945-1964*) (São Paulo: Globo, 2004).
2 Para política externa, ver Miriam Gomes Saraiva e Tulio Vigevani, "Política externa do Brasil: Continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011", em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridente e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2014).
3 Para os diferentes projetos de reforma agrária, ver Mario Grynszpan, "O período Jango e a questão agrária: Luta política e afirmação de novos atores", em Marieta de Moraes Ferreira (Org.), *João Goulart: Entre a memória e a história* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006); Leonilde Servolo de Medeiros, *Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003); Cláudio Aguiar, *Francisco Julião: Uma biografia*. Para os proprietários de terras, ver Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964* (Petrópolis: Vozes, 1986). Para ocupação de terras, saques e assassinatos, ver Joseph Page, *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil* (*1955-1964*).
4 Para sindicatos e greves operárias, ver Lucília de Almeida Neves, *CGT no Brasil* (*1961-1964*) (Belo Horizonte: Vega, 1981).
5 Para a pluralidade do campo das esquerdas, ver Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *Nacionalismo e reformismo radical* (*1945-1964*) (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2); Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.
6 Para reformas de base, ver Daniel Aarão Reis, *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988* (Rio de Janeiro: Zahar, 2014); Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.
7 Para as eleições de 1962, ver *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 16 jan. 1964); Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit. Para Miguel Arraes, ver Antonio Torres Montenegro e Taciana Mendonça dos Santos, "Lutas políticas em Pernambuco: A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964)", em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *Nacionalismo e reformismo radical* (*1945-1964*), op. cit., v. 2.
8 Para o envolvimento de organismos extrapartidários, ver Otávio Soares Dulci, *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Para o Ibad, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado* (Petrópolis: Vozes, 1981); Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*.
9 Ver Roberto Garcia, "Castello perdeu a batalha". *Veja*, n. 444, p. 6, 9 mar. 1977.
10 Para a ESG, ver Alfred Stepan, *Os militares na política* (Rio de Janeiro: Artenova, 1975); Eliezer R. de Oliveira, *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil* (*1964-1969*) (Petrópolis: Vozes, 1976).
11 Para o Ipes, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*; Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*; Thiago Aguiar de Moraes, *Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado. Os discursos da fração vanguardista da classe empresarial gaúcha na revista* Democracia e Empresa *do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul* (*1962-1971*). Porto Alegre: FFCH-PUC-RS, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Mimeografado.
12 Para os filmes produzidos pelo Ipes, ver Denise Assis, *Propaganda e cinema a serviço do golpe* (*1962-1964*) (Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001).
13 Para os números do plebiscito, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., p. 323.
14 Para o apoio a Brizola entre os subalternos das Forças Armadas, ver F. C. Leite Filho, *El caudillo*, op. cit. Ver também Ronaldo Vainfas, "A luz própria de Leonel Brizola: Do trabalhismo getulista ao socialismo moreno", em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho (Orgs.), *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3).
15 Citado em Marco Antonio Villa, *Jango: Um perfil* (*1945-1964*), p. 118. Para a solicitação ao Congresso e suas consequências, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.
16 Para a rebelião dos sargentos, ver Almoré Zoch Cavalheiro, *A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos* (Porto Alegre: AGE, 2011).
17 Para a paralisia decisória, ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Sessenta e quatro: Anatomia da crise* (São Paulo: Vértice, 1986). Para as consequências da radicalização, ver José Murilo de Carvalho, "*Fortuna* e *Virtù* no golpe de 1964", em José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e política no Brasil*, op cit. Para crise econômica e financiamento norte-americano, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., pp. 351 e 376.
18 Para o comício da Central do Brasil, ver Alberto Dines et al., *Os idos de março e a queda em abril* (Rio de Janeiro: José Alvaro, 1964). Para o discurso de Jango, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., pp. 425 ss.
19 Para a mensagem presidencial, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castello*, op. cit.
20 Para a Marcha da Família em São Paulo, ver Solange de Deus Simões, *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964* (Petrópolis: Vozes, 1985); Alberto Dines et al., *Os idos de março e a queda em abril*.
21 Citado em Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., p. 438.
22 Para as marchas em todo o país, ver Aline Presot, "Celebrando a 'Revolução': As Marchas da Família com Deus pela

Liberdade e o golpe de 1964", em Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (Orgs.), *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. II).

23 Para o motim dos marinheiros e suas consequências, ver Alberto Dines et al., *Os idos de março e a queda em abril*; Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002); Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros* (São Paulo: Expressão Popular, 2005).

24 Para o pessoal embarcado, ver Anderson da Silva Almeida, "A grande rebelião: Os marinheiros de 1964 por outros faróis", em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridente e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil*.

25 Para a data do golpe, ver Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Para Estados Unidos, força-tarefa e Operação Brother Sam, ver Phyllis R. Parker, *1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977); Carlos Fico, *O grande irmão: Da operação Brother Sam aos anos de chumbo — O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008); Flávio Tavares, *1964: O golpe* (Porto Alegre: L&PM, 2014).

26 Para a gíria, o discurso e seus desdobramentos, ver Alberto Dines et al., *Os idos de março e a queda em abril*; Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*; Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.

27 Para Cabo Anselmo, ver Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo: A luta armada ferida por dentro* (São Paulo: Global, 1981); Urariano Mota, *Soledad no Recife* (São Paulo: Boitempo, 2009).

28 Para a movimentação de Jango entre Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Montevidéu, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit. Para o plano de resistência de Brizola, ver F. C. Leite Filho, *El caudillo*, op. cit.

29 Para Minas e a quartelada, ver Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Para as justificativas dos protagonistas, ver Olympio Mourão Filho, *Memórias: A verdade de um revolucionário* (Rio de Janeiro: L&PM, 1978); Carlos Luís Guedes, *Tinha que ser Minas* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979).

30 Para Juscelino, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit., p. 526.

31 Para Tancredo Neves e a sessão do Congresso, ver Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit.

32 Para a eleição de Castello Branco, ver Lira Neto, *Castello: A marcha para a ditadura* (São Paulo: Contexto, 2004). Para o levantamento das punições, ver Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978); Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil* (*1964-1984*) (Petrópolis: Vozes, 1984).

33 Para a ocupação do Estado pelo Ipes, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*, especialmente o cap. IX.

34 Para os grupos intramilitares, ver Maud Chirio, *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira* (Rio de Janeiro: Zahar, 2012).

35 Para as crises, ver Carlos Chagas, *A guerra das estrelas* (*1964-1984*)*: Os bastidores das sucessões presidenciais* (Porto Alegre: L&PM, 1985).

36 Para a morte de Castello, ver Lira Neto, *Castello*, op. cit.

37 Para o governo Costa e Silva e a crise sucessória, ver Carlos Castello Branco, *Os militares no poder. O Ato 5* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, v. II); Carlos Chagas, *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe* (*1964-1969*) (Rio de Janeiro: Record, 2014).

38 Para a crise, ver Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, especialmente a Introdução; Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (Orgs.), *Ernesto Geisel* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997); Sylvio Frota, *Ideais traídos* (Rio de Janeiro: Zahar, 2006).

39 Para a participação no Ipes, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*.

40 Para a declaração de Delfim Netto, ver Rafael Cariello, "O chefe". *piauí*, São Paulo, n. 96, p. 23, set. 2014.

41 Para a declaração de Maílson da Nóbrega, ver Rafael Cariello, "O chefe", op. cit., p. 24.

42 Para a declaração de Ernane Galvêas, ver Rafael Cariello, "O chefe", op. cit., p. 22.

43 Para a política econômica do governo Castello, ver Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, "Transformações econômicas no período militar (1964-1985)", em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridente e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil*; Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil* (*1964-1984*).

44 Para Contagem, ver Edgard Leite Oliveira, *Conflito social, memória e experiência: As greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação).

45 Para a greve de Osasco, ver Marta Gouveia de Oliveira Rovai, *Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado em História).

46 Para o "milagre econômico", ver Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, "Transformações econômicas no período militar (1964-1985)"; Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*; Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, "O 'milagre' brasileiro: Crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)", em Lucilia de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo da ditadura* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX).

47 Para a Aerp, ver Carlos Fico, *Reinventado o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997). Cópias (16 mm) dos filmes produzidos pela Aerp podem ser encontradas no Centro de Produção Cultural, Decanato de Extensão, Universidade de Brasília.

48 Para a Transamazônica, ver Daniel Drosdoff, *Linha dura no Brasil: O governo Medici (1969-1974)* (São Paulo: Global, 1986); Murilo Melo Filho, *O milagre brasileiro* (Rio de Janeiro: Bloch, 1972).
49 Edmar L. Bacha e Roberto M. Unger, *Participação, salário e voto: Um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
50 Ver Márcio Moreira Alves, *Tortura e torturados* (Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966).
51 Para a conjuntura política de 1968 e o discurso de Márcio Moreira Alves, ver Zuenir Ventura, *1968: O ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988); Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*.
52 O argumento é de Anthony Pereira. Ver Anthony W. Pereira, *Ditadura e repressão: O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010).
53 Arthur da Costa e Silva et al., "À nação. Ato Institucional". 9 abr. 1964. In: Carlos Fico, *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp. 339 ss.
54 Ver Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil* (*1964-1984*); Heloisa Starling et al., "Relatório parcial de pesquisa: Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014).
55 Para os IPMs, ver Maud Chirio, *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*; Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil* (*1964-1984*).
56 Para os dados, ver Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978).
57 Para a Frente Ampla, ver Célia Maria Leite Costa, "A Frente Ampla de oposição ao regime militar", em Marieta de Moraes Ferreira (Org.), *João Goulart: Entre a memória e a história*.
58 Para Arena, ver Lucia Grinberg, *Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional* (*Arena*)*, 1965-1979* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2009).
59 Para o MDB, ver Maria Dalva Gil Kinzo, *Oposição e autoritarismo: G*ênese e trajetória do MDB (São Paulo: Idesp; Vértice, 1988).
60 Para o SNI e o sistema de informação e repressão, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*; Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula* (*1927-2005*) (Rio de Janeiro: Record, 2005); Carlos Fico, *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar — espionagem e polícia política* (Rio de Janeiro: Record, 2001); Samantha Viz Quadrat, *Poder e informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil* (Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000).
61 Para Golbery, ver Elio Gaspari, *A ditadura derrotada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003); René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*.
62 Para o CIEx, ver Claudio Dantas Sequeira, "O serviço secreto do Itamaraty". Série de sete reportagens publicada no *Correio Brasiliense* entre 23 e 26 de julho de 2007.
63 Para Dops e delegacias, ver Mariana Joffily, "O aparato repressivo: Da arquitetura ao desmantelamento", em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil*. Sobre CIE, Cenimar, Cisa, ver Heloisa Starling, "Relatório de acompanhamento e avaliação de resultados de consultoria especializada para fornecer subsídios para as atividades de pesquisa da Comissão Nacional da Verdade" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 15 jul. 2013).
64 Para empresas e reunião com Delfim Netto, ver Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*, pp. 62 ss. (São Paulo: Companhia das Letras, 2002); Antonio Carlos Fon, *Tortura: A história da repressão política no Brasil* (São Paulo: Global, 1979, pp. 54 ss.); Marcelo Godoy, *A casa da vovó: Uma biografia do* DOI-*Codi* (*1969-1991*)*, o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar* (São Paulo: Alameda, 2014, pp. 220 e 412-3).
65 Para a Oban, ver Mariana Joffily, *No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo* (*1969-1975*) (São Paulo: Edusp, 2013); Marcelo Godoy, *A casa da vovó: Uma biografia do* DOI-*Codi* (*1969-1991*)*, o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*, op. cit. Sobre o Codi-DOI, ver Ministério do Exército, Centro de Operações de Defesa Interna (Codi/I Ex.), 1970, dezesseis páginas datilografadas. Acervo Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Arquivo Cenimar.
66 Para desaparecimentos e centros clandestinos, ver Heloisa Starling et al., "Centros clandestinos de violações de direitos humanos. Relatório preliminar de pesquisa" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, mar. 2014). Para tortura, ver Heloisa Starling e Danilo A. Marques, "Tortura em quartéis e instituições militares. Relatório preliminar de pesquisa" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, maio 2013); Elio Gaspari, *A ditadura escancarada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002).
67 Para estudantes, ver Maria Ribeiro do Valle, *1968: O diálogo é a violência — Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil* (São Paulo: Ed. da Unicamp, 2008).
68 Citado em Zuenir Ventura, *1968: O ano que não terminou*, p. 123. Ver também Mylton Severiano (Org.), *A ditadura militar no Brasil: A história em cima dos fatos* (São Paulo: Caros Amigos, 2007).
69 Para a Igreja, ver Paulo César Gomes, *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem* (Rio de Janeiro: Record, 2014); Kenneth P. Serbin, *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002).
70 Para Lamarca, ver Oldack Miranda e Emiliano José, *Lamarca: O capitão da guerrilha* (São Paulo: Global, 2004); Judith

Lieblich Patarra, *Iara: Reportagem biográfica* (Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993). Para as esquerdas revolucionárias, ver Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (Orgs.), *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960* (Campinas: Ed. da Unicamp, 2007, v. 6).

71 Para Marighella, ver Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*.

72 Para o sequestro, ver Silvio Da-Rin, *Hércules 56: O sequestro do embaixador americano em 1969* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008); Alberto Berquó, *O sequestro dia a dia* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997).

73 Para a Guerrilha do Araguaia, ver Elio Gaspari, "A floresta dos homens sem alma", em Elio Gaspari, *A ditadura escancarada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002); Leonencio Nossa, *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012).

74 Para camponeses, ver Heloisa Starling et al., "Mortos e desaparecidos na área rural. Relatório final de pesquisa" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, nov. 2013).

75 Jader de Figueiredo Correia, "Relatório" (Brasília: Ministério da Justiça, 1967). Acervo Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Arquivo: Indígenas.

76 Para *Calabar*, ver Ministério do Exército, "Parecer 'Calabar o elogio da traição'", 1973, oito páginas datilografadas. Acervo Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Arquivo CIE/ Lucas Figueiredo.

77 Para a censura, ver Heloisa Starling e Ana Marília Carneiro, "Política de censura. Relatório preliminar de pesquisa" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, jul. 2014).

78 A expressão é de Michel de Certeau. Ver Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano: Artes de fazer* (Petrópolis: Vozes, 2002).

79 Para os "Oito do Glória", ver José Rubens Siqueira, *Viver de teatro: Uma biografia de Flávio Rangel* (São Paulo: Nova Alexandria, 1995).

80 Para a vigília, ver Zuenir Ventura, *1968: O ano que não terminou*, pp. 95-6. Para teatro, ver Yan Michalski, *O teatro sob pressão: Uma frente de resistência* (Rio de Janeiro: Zahar, 1985).

81 Citado em Claudia Calirman, *Arte brasileira na ditadura: Antonio Manuel, Artur Barrio, Cildo Meireles* (Rio de Janeiro: Réptil, 2013, p. 49).

82 Para as artes plásticas, ver Claudia Calirman, *Arte brasileira na ditadura: Antonio Manuel, Artur Barrio, Cildo Meireles*; Paulo Sérgio Duarte, *Anos 60: Transformações da arte no Brasil* (Rio de Janeiro: Campos Gerais, 1998).

83 Para canção popular, ver Heloisa Maria Murgel Starling, "Canção popular e direito de resistência no Brasil", em Heloisa Maria Murgel Starling, Newton Bignotto, Leonardo Avritzer, Fernando Filgueiras e Juarez Guimarães (Orgs.), *Dimensões políticas da Justiça* (Rio de Janeiro: Record, 2012). Para a Tropicália, ver Christopher Dunn, *Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira* (São Paulo: Ed. Unesp, 2009). Para o Clube da Esquina, ver Bruno Viveiros Martins, *Som imaginário: A reinvenção das cidades nas canções do Clube da Esquina* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009). Para canção brega, ver Paulo César de Araújo, *Eu não sou cachorro, não: Música popular cafona e ditadura militar* (Rio de Janeiro: Record, 2002).

18. NO CAMINHO DA DEMOCRACIA: A TRANSIÇÃO PARA O PODER CIVIL E AS AMBIGUIDADES E HERANÇAS DA DITADURA MILITAR

1 Revista *Senhor*, 1987.
2 Para o governo Figueiredo, ver Alexandre Garcia, *Nos bastidores da notícia* (São Paulo: Globo, 1990), especialmente a segunda parte; Saïd Farhat, *Tempo de gangorra: Visão panorâmica do processo político-militar no Brasil de 1978 a 1980* (São Paulo: Tag et Line, 2012); Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula* (*1927-2005*) (Rio de Janeiro: Record, 2005).
3 Para o projeto dos militares de descompressão do sistema político, ver Alfred Stepan, *Os militares: Da abertura à Nova República* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986); Brasilio Sallum Jr., *Labirintos: Dos generais à Nova República* (São Paulo: Hucitec, 1996); Elio Gaspari, *A ditadura derrotada*, op. cit.; Elio Gaspari, *A ditadura encurralada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2004).
4 Para a anticandidatura de Ulysses Guimarães, ver Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994). Ver também Maria Dalva Gil Kinzo, *Oposição e autoritarismo: G*ênese e trajetória do MDB; Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia: História oral de vida política* (São Paulo: Paz e Terra, 1998).
5 Para Brizola e o PDT, ver João Trajano Sento-Sé, *Brizolismo: Estetização da política e carisma* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999).
6 Para as exigências, ver Alfred Stepan, *Os militares: Da abertura à Nova república*; Brasilio Sallum Jr., *Labirintos: Dos generais à Nova República*.
7 *Folha de S.Paulo*, São Paulo, pp. 4-5, 5 abr. 1978. Para Golbery, ver Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*.
8 Para a crise da economia no governo Geisel, ver Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, "Transformações econômicas no período militar (1964-1985)".
9 Para o assassinato de Vannucchi e suas consequências, ver Caio Túlio Costa, *Cale-se: A saga de Vannucchi Leme, a USP como aldeia gaulesa, o show proibido de Gilberto Gil* (São Paulo: Girafa, 2003).
10 Para d. Paulo Evaristo Arns, ver Ricardo Carvalho (Org.), *O cardeal da resistência: As muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns* (São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013).
11 Para o assassinato de Herzog, ver Hamilton Almeida Filho, *A sangue-quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog* (São Paulo: Alfa Omega, 1978); Audálio Dantas, *As duas guerras de Vlado Herzog: Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012); Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil* (São Paulo: Global, 2005).
12 Ver Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*, pp. 177 e 215.
13 Para a ofensiva contra o PCB, ver Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*; Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio.*
14 Para d. Helder, ver Audálio Dantas, *As duas guerras de Vlado Herzog: Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil*, pp. 318-9.
15 Para a aliança das oposições e a defesa das liberdades democráticas como seu núcleo aglutinador, ver Mário Sérgio de Moraes, *O ocaso da ditadura: Caso Herzog* (São Paulo: Barcarolla, 2006).
16 Para as CEBs, ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Fé na luta: A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização* (São Paulo: Lettera.doc, 2009); Marcos Napolitano, *1964: História do regime militar brasileiro* (São Paulo: Contexto, 2014).
17 Para os movimentos de minorias políticas, ver Céli Regina Jardim Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003); João Silvério Trevisan, *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade* (Rio de Janeiro: Record, 2007); Lucy Dias, *Anos 70: Enquanto corria a barca* (São Paulo: Senac, 2001); James Green, "Mais amor e mais tesão: A construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis", *Cadernos Pagu*, n. 15, pp. 271-95, 2000.
18 Para a imprensa alternativa, ver Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa* (São Paulo: Edusp, 2003); Maria Paula Nascimento Araujo, *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970* (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000).
19 Para o movimento estudantil, ver Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*; Caio Túlio Costa, *Cale-se: A saga de Vannucchi Leme, a USP como aldeia gaulesa, o show proibido de Gilberto Gil*. Ver também Paulo Leminski, *Distraídos venceremos* (São Paulo: Brasiliense, 1987).
20 Para a contracultura e sua relação com o Brasil, ver Ken Goffman e Dan Joy, *Contracultura através dos tempos* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2007); Santuza Cambraia Naves e Maria Isabel Mendes de Almeida (Orgs.), *"Por que não?": Rupturas e continuidades da contracultura* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2007); Luiz Carlos Maciel, *O sol da liberdade* (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2014); Lucy Dias, *Anos 70: Enquanto corria a barca*.
21 Para os poetas da geração mimeógrafo, ver Heloisa Buarque de Hollanda, *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde — 1960/70* (São Paulo: Brasiliense, 1980). Para o Nuvem Cigana, ver Sérgio Cohn (Org.), *Nuvem Cigana:*

Poesia e delírio no Rio dos anos 70 (Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007).
22 Para a "Carta aos Brasileiros", ver Marcos Napolitano, *1964: História do regime militar brasileiro*.
23 Citado em Cezar Britto, "O herói da redemocratização", *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2008, p. A3.
24 Para a referência a Idi Amin, ver Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*.
25 Para o "Manifesto do Grupo dos Oito", ver Marcos Napolitano, *1964: História do regime militar brasileiro*.
26 Para a greve de 1978 e seus desdobramentos, ver Laís Wendel Abramo, "O resgate da dignidade: A greve metalúrgica em São Bernardo", em Zilah Abramo e Flamarion Maués (Orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006); Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80* (Campinas: Ed. da Unicamp, 1988); Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2004).
27 Para o "novo sindicalismo", ver Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80*; Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana, "Para onde foi o 'novo sindicalismo'? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical", em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil*; Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*.
28 Para a criação da CUT, ver Gelsom Rozentino de Almeida, *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil — 1979-1989* (Rio de Janeiro: Garamond, 2011); Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: Os militantes e a ideologia* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).
29 Para a criação do PT, ver Zilah Abramo e Flamarion Maués (Orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*; Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*; Lincoln Secco, *História do PT* (São Paulo: Ateliê, 2011).
30 Citado em Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*, pp. 227-8.
31 Para a morte de Santo Dias, ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Fé na luta: A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização*.
32 Para os dados, ver "Relatório final" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, dez. 2014); *Brasil Nunca Mais* (São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985); "Direito à verdade e à memória" (Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, 2007); *Tribunale Bertrand Russel II* (Roma: Fundação Lelio Basso, 1974-6).
33 Para Therezinha Zerbini, ver Paulo Moreira Leite, *A mulher que era o general da casa: Histórias da resistência civil à ditadura* (Porto Alegre: Arquipélago, 2012).
34 Para o MFPA, os CBAs e a campanha pela anistia, ver Zilah Abramo e Flamarion Maués, *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*; Haike R. Kleber da Silva (Org.), *A luta pela anistia* (São Paulo: Ed. Unesp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2009).
35 Para a Lei da Anistia, ver Glenda Mezarobba, "Anistia de 1979: O que restou da lei forjada pelo arbítrio?", em Cecília MacDowell Santos, Edson Teles e Janaína de Almeida Teles (Orgs.), *Desarquivando a ditadura: Memória e justiça no Brasil* (São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2); Carlos Fico, Maria Paula Araujo e Monica Grin (Orgs.), *Violência na história: Memória, trauma e reparação* (Rio de Janeiro: Ponteio, 2012), especialmente as pp. 25-57; Haike R. Kleber da Silva (Org.), *A luta pela anistia*.
36 Para a atuação desses setores, ver Maud Chirio, *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*.
37 Para a declaração de Geisel, ver Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (Orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 225.
38 Para o confronto, ver Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*.
39 Para os números de mortos e denúncias de tortura, ver "Relatório final" (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, dez. 2014); *Brasil Nunca Mais*, op. cit.; "Direito à verdade e à memória" (Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, 2007).
40 Para as suspeitas, ver Anna Lee e Carlos Heitor Cony, *O beijo da morte* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2003); Jorge Ferreira, *João Goulart*, op. cit. Para JK, ver laudo referente à análise dos elementos materiais produzidos em virtude da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e de Geraldo Ribeiro (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014).
41 Para a escalada terrorista, ver Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*; Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio*; Maud Chirio, *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*; José A. Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato, *A direita explosiva no Brasil: A história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações* (Rio de Janeiro: Mauad, 1996).
42 Para Figueiredo, ver José Casado, "50 anos do golpe/Riocentro". *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno especial, pp. 2-5, 6 out. 2014.
43 Para a paralisia do governo Figueiredo, ver Alfred Stepan, *Os militares: Da abertura à Nova República*; Brasilio Sallum Jr., *Labirintos: Dos generais à Nova República*.
44 Para a Emenda Dante de Oliveira e a campanha das "Diretas Já", ver Alberto Rodrigues, *Diretas Já: O grito preso na garganta* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003); Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura* (Rio de Janeiro: Record, 2004).
45 Para os escândalos financeiros, ver Alberto Rodrigues, *Diretas Já: O grito preso na garganta*.
46 Para o escândalo da Proconsult, ver Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos, *Plim-Plim: A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral* (São Paulo: Conrad, 2005).

47 Citado em Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, pp. 518-9. Sobre as duas candidaturas, ver Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*.
48 Para Tancredo, ver José Murilo de Carvalho, "Ouro, terra e ferro: Marcas de Minas", em Heloisa Maria Murgel Starling, Gringo Cardia, Sandra Regina Goulart Almeida e Bruno Viveiros Martins (Orgs.), *Minas Gerais* (Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fapemig, 2011); Vera Alice Cardoso Silva e Lucilia de Almeida Neves Delgado, *Tancredo Neves: A trajetória de um liberal* (Petrópolis: Vozes, 1985).
49 Para a estratégia de Tancredo, ver Gilberto Dimenstein et al., *O complô que elegeu Tancredo* (Rio de Janeiro: Editora JB, 1985); Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio*.
50 Para o PFL e Maluf, ver Eliane Cantanhêde, *O PFL* (São Paulo: Publifolha, 2001).
51 Para a Aliança Democrática, ver Gilberto Dimenstein et al., *O complô que elegeu Tancredo*; Eliane Cantanhêde, *O PFL*; Brasilio Sallum Jr., *Labirintos: Dos generais à Nova República*.
52 Citado em Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*, p. 204.
53 Para a doença e a morte de Tancredo, ver Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo: Depoimento a Luís Claudio Cunha* (Porto Alegre: L&PM, 1985); Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio*.
54 Para Ulysses e o PMDB, ver Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*.
55 Para Sarney, ver Malu Delgado, "Maranhão 2014". *piauí*, São Paulo, n. 98, pp. 25-30, nov. 2014; Eliane Cantanhêde, *O PFL*. Para o coronelismo contemporâneo, ver José Murilo de Carvalho, "As metamorfoses do coronel". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 6 maio 2001.
56 Para a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1988, ver Marcos Emílio Gomes (Org.), *A Constituição de 1988: 25 anos* (São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013); José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.; Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*; Adriano Pilatti, *A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo* (Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008).
57 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 3 fev. 2015.
58 Ulysses Guimarães, "A Constituição Cidadã". Discurso pronunciado no Congresso Nacional no dia 5 de outubro de 1988, em Marcos Emílio Gomes (Org.), *A Constituição de 1988: 25 anos*, pp. 270-1.
59 Para o peemedebismo, ver Marcos Nobre, *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma* (São Paulo: Companhia das Letras, 2013).
60 Para o PSDB, ver Jales R. Marques e David V. Fleischer, *PSDB: De facção a partido* (Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999).
61 Para Fernando Henrique Cardoso, ver Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Para o Cebrap, ver Flávio Moura e Paula Montero (Orgs.), *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap* (São Paulo: Cosac Naify, 2009).
62 Para o Plano Cruzado, ver Carlos Alberto Sardenberg, *Aventura e agonia: Nos bastidores do cruzado* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987); Miriam Leitão, *Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda* (Rio de Janeiro: Record, 2011).
63 Para Collor e a campanha eleitoral, ver Mario Sergio Conti, *Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012); Carlos Melo, *Collor: O ator e suas circunstâncias* (São Paulo: Novo Conceito, 2007); Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*.
64 Citado em Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*, p. 229.
65 Para o Plano Collor e suas consequências, ver Miriam Leitão, *Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda*.
66 Para a corrupção do governo Collor, ver Mario Sergio Conti, *Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor*; Luciano Suassuna e Luís Costa Pinto, *Os fantasmas da Casa da Dinda* (São Paulo: Contexto, 1992); Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Para Paulo César Farias, ver Lucas Figueiredo, *Morcegos negros* (Rio de Janeiro: Record, 2013).
67 Para Ulysses e o impeachment, ver Luiz Gutemberg, *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*; Mario Sergio Conti, *Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor*.
68 Para o governo Itamar, ver Ivanir Yazbeck, *O real Itamar: Uma biografia* (Belo Horizonte: Gutemberg, 2011).
69 Para as chacinas, ver Eugenia Paim; Márcia Lathmaher e Rosilene Alvim (Orgs.), *Uma noite tão comprida* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2011); Geraldo Lopes, *O massacre da Candelária* (Rio de Janeiro: Scritta, 1994).
70 Para o rap, ver Wivian Weller, *Minha voz é tudo o que eu tenho: Manifestações juvenis em Berlim e São Paulo* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011).
71 Para o Plano Real, ver Miriam Leitão, *Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda*; Paulo Markun, *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*; Luiz Filgueiras, *História do Plano Real* (São Paulo: Boitempo, 2000).

CONCLUSÃO — HISTÓRIA NÃO É CONTA DE SOMAR

1 O trecho que se segue, referente à cartela de direitos, é pautado e apoiado no livro de André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.), *Cidadania, um projeto em construção: Minorias, justiça e direitos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2013). Para o tema, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op cit.
2 Ver Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos: Uma história* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009).
3 Marcel Mauss, *Sociologia e antropologia*. 4. reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
4 Roberto Schwarz, "As ideias fora do lugar". In: _____. *Ao vencedor as batatas*, op. cit.
5 Benedict Anderson, op. cit.
6 Ver Marcelo Ridenti, *Brasilidade revolucionária*, op. cit.
7 Maria Helena P. T. Machado, "Os caminhos da Abolição: Os movimentos sociais e a atuação dos escravos". Manuscrito. San Francisco, Latin American Studies Association, 2012.
8 Antonio Sérgio Guimarães, op. cit.
9 Para as políticas do governo Lula, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil*, op. cit.; José Maurício Domingues, *O Brasil entre o presente e o futuro: Conjuntura interna e inserção internacional* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2013).
10 Para corrupção, ver Heloisa Maria Murgel Starling, Newton Bignotto, Leonardo Avritzer e Juarez Guimarães (Orgs.), *Corrupção: Ensaios e críticas* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008); Célia Regina Jardim Pinto, *A banalidade da corrupção: Uma forma de governar o Brasil* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001).
11 Para CNV, ver Marcos Napolitano, *1964: História do regime militar brasileiro*, op. cit.; Carlos Fico, Maria Paula Araujo e Monica Grin (Orgs.), *Violência na história: Memória, trauma e reparação*, op. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. LIVROS

ABRAMO, Laís Wendel. "O resgate da dignidade: A greve metalúrgica em São Bernardo". In: ABRAMO, Zilah;MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. "Fechando o cerco: A imprensa e a crise de agosto de 1954". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro* (*1502-1700*). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. 2 v.

AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALENCAR, José de. *O tronco do ipê.* São Paulo: Ática, 1995.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "L'Empire du Bresil". In: DUVERGER, Maurice (Org.). *Le Concept d'empire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

_____. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul — Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2: Império: A corte e a modernidade nacional.

ALEXANDRE, Manuel Valentim. *Os sentidos do império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português.* Porto: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: Bastidores da Independência*. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

_____. *Honradas e devotas: Mulheres da colônia — Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

_____. "Mulheres enclausuradas no Brasil colonial". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de; CAPELATO, Maria Helena Rolim (Orgs.). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1999.

ALMADA, Izaías. *Teatro de Arena: Uma estética de resistência*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Anderson da Silva. "A grande rebelião: Os marinheiros de 1964 por outros faróis". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil — 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

_____. *Passeio a Ouro Preto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

ALMEIDA, Roberto Wagner de. *Entre a cruz e a espada: A saga do valente e devasso padre Rolim*.

São Paulo: Paz e Terra, 2002.
ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue-quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: A geração 1870 na crise Brasil-Império.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.
ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: Os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano.* Bauru: Edusc, 2003.
ALVES, Castro. "Saudação a Palmares". In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960.
ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (*1964-1984*). Petrópolis: Vozes, 1984.
ALVIM, Zuleika. "Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo". In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3: República: Da Belle Époque à era do rádio.
ALZUGUIR, Rodrigo. *Wilson Batista: O samba foi sua glória!* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
AMADO, Gilberto. *Depois da política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
AMARAL, Bráz Hermenegildo do. "A conspiração republicana da Bahia de 1798". In: _____. *Fatos da vida do Brasil*. Salvador: Tipografia Naval, 1941.
AMARAL, Bráz Hermenegildo do; ACCIOLI, Ignácio. *Memória histórica e política da província da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. v. 3.
AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. *Plim-Plim: A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral*. São Paulo: Conrad, 2005.
ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.
_____. "De Drummond a Rodrigues: Venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK". In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: Margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
_____. *A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
ANDRADE, Carlos Drummond de. "Canto mineral". In: _____. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.
ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica; Ed. PUC Minas, 2008.
ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
_____. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Brasília: CNPq, 1988.
ANDRADE, Oswald de. *Marco zero: A revolução melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
ANTONIL, André João. "Copia do papel que o sr. dom Joam de Lancastro fez sobre a recadaçam dos quintos do ouro das minas que se descobrirão neste Brazil na era de 1701. Bahia, 12 janeiro 1701". In:_____. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas: Texte de*

l'édition de 1711, traduction française et commentaire critique par Andrée Mansuy. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1965.
_____. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. "Para onde foi o 'novo sindicalismo'? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. "As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais". In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, [19--]. v. V: O liberalismo, 1807-1890.
ARAÚJO, Brás José de. *A política externa do governo Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.
ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: Música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
_____. *Origens do totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. *A direita explosiva no Brasil: A história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
ARMITAGE, João. *História do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros: O Prometeu de Vila Maria*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe* (*1962-1964*). Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001.
ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó.* Rio de Janeiro: Garnier, 1988.
_____. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.
_____. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Garnier, 1989.
_____. *Papéis avulsos.* Rio de Janeiro: Garnier, 1989.
_____. *Relíquias de Casa Velha.* Rio de Janeiro: Garnier, 1990.
AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro*. São Paulo: Companhia das Letras; Cinemateca Brasileira, 1989.
ÁVILA, Afonso. *Resíduos setecentistas em Minas: Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2006. 2 v.
AZEVEDO, Carmen Lúcia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Senac, 2000.
AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
BACHA, Edmar L.; UNGER, Roberto M. *Participação, salário e voto: Um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n.], 1972.
BARRETO FILHO, Mello; LIMA, Hermeto. *História da polícia do Rio de Janeiro: Aspectos da cidade e da vida carioca*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-43. 3 v. v. 2: 1831-1870.
BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.). Intelectuais: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003.
BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. "Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas". In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
BASTOS, Rodrigo Almeida. "O barroco, sagrado e profano; o regime retórico das artes em Minas Gerais no século XVIII". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros (Orgs.). *Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fapemig, 2011.
BENCI, Jorge. *Economia christaã dos senhores no governo dos escravos*. Roma: Antonio de Rossi, 1705.
BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
_____. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro* (*1945-1965*). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
_____. *Fé na luta: A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.
BENZAQUEN, Ricardo. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.
BERQUÓ, Alberto. *O sequestro dia a dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
BESOUCHET, Lídia. *Pedro II e o século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
BETHENCOURT, Francisco. *Racisms: From the Crusades to the Twentieth Century.* Princeton: Princeton University Press, 2013.
BILAC, Olavo. "O caçador de esmeraldas". In: _____. *Obra reunida*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996.
BOJUNGA, Claudio. *JK: O artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.
_____. "Utopias de cidades: As capitais do modernismo". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil: República: Terceira República* (*1945-1955*). Brasília: Senado Federal, 2002.
BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: A luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Global, 1981.
BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: Imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
BOSI, Alfredo. "Situação de Macunaíma". In: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Brasília: CNPq, 1988.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: A nação em busca dos seus portadores sociais.* Campinas: Ed. da Unicamp. 2002.
_____. *De olho em Mário de Andrade: Uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Cidadania, um projeto em construção: Minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Edusp, 1973.
_____. *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
_____. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
BRAGA, Pauliane de Carvalho; REIS, Raissa Brescia dos; GOULART, Ana Letícia Oliveira. "Canudos". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; BRAGA, Pauliane de Carvalho (Orgs.). *Sentimentos da terra*. Belo Horizonte: PROEX; Ed. UFMG, 2013.
BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, v. II: O Ato 5.
BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. [S.l.: s.n.], 1618.
BALANDA, Élisabeth de; ECHEVERRIA, Armando Uribe (Orgs.). *Brasil barroco: Entre céu e terra*. Paris: União Latina; Petit Palais, 1999.
BRETAS, Rodrigo José Ferreira. *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
BRITTO, Antônio. *Assim morreu Tancredo: Depoimento a Luís Claudio Cunha*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900.* 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
BURGI, Sergio (curador). *O estúdio fotográfico Chico Albuquerque: Retrato, publicidade, indústria, arquitetura e documentação urbana* (*1947-1975*). São Paulo: Instituto Moreira Salles; Museu da Imagem e do Som, 2013.
BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
CALIRMAN, Claudia. *Arte brasileira na ditadura: Antonio Manuel, Arthur Barrio, Cildo Meireles*. Rio de Janeiro: Réptil, 2013.
CALMON, Pedro. *O rei filósofo: A vida de d. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
_____. *História de d. Pedro II.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 5 v.
CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. v. 3.
CAMARGO, Ana Maria; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp; Kosmos, 199۳. v. 2.
CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. 2 v.
CANDIDO, Antonio. "A literatura durante o Império". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transições.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito*. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.
_____. "Dialética da malandragem". In:
_____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
_____. *O romantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
_____. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
_____. "A Revolução de 30 e a cultura". In: MONTEIRO, Paula; COMIN, Álvaro (Orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Globo, 2009.
CANTANHÊDE, Eliane. *O PFL*. São Paulo: Publifolha, 2001.
CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: A causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América: A escravidão no novo mundo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente-Campos Sales". In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. tomo III: O Brasil republicano, v. 1: Estrutura de poder e economia (1889-1930).
CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
CARNEIRO, Edison. *O quilombo de Palmares*. São Paulo: Nacional, 1988.
CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François. *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Secretaria do Estado da Cultura, 1989.
CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia:* O Globo, O Jornal *e* Jornal do Brasil *na queda do governo Goulart* (*1961-1964*). Niterói: Ed. da UFF, 2010.
CARVALHO, Ana Emília de; MARTINS, Bruno Viveiros. "MEB, MCP, UNE e CPC: Cultura e educação no campo na década de 1960". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; BRAGA, Pauliane de Carvalho (Orgs.). *Sentimentos da terra*. Belo Horizonte: PROEX, 2013.
CARVALHO, Bruno. *Porous City: A Cultural History of Rio de Janeiro*. Liverpool: Liverpool University Press, 2013.
CARVALHO, Feu de. *Ementário da história mineira: Felipe dos Santos Freire na sedição de Villa Rica em 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933.
CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
_____. *Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988.
_____. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
_____. *A construção da ordem: A elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Relume Dumará, 1996.
_____. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual". In: _____. *Pontos e bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
_____. *D. Pedro II.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
_____. "Ouro, terra e ferro: Marcas de Minas". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros (Orgs.). *Minas Gerais*. Belo

Horizonte: Ed. UFMG; Fapemig, 2011.
_____. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
_____. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Ed atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
_____. (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010*. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2: A construção nacional — 1830-1889.
CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Orgs.). *Às armas, cidadãos!: Panfletos manuscritos da Independência do Brasil* (*1820-1823*). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
CARVALHO, Kátia de. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1994.
CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. "A Aliança Nacional Libertadora: Novas abordagens". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições* (*1889-1995*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça: Etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: A história e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
_____. *A onda que se ergueu no mar: Novos mergulhos na bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_____. *Carmen: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
CAVALCANTI, Lauro. "Brasília: A construção de um exemplo". In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: Margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: Cepe, 2008. v. 1.
CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos*. Porto Alegre: AGE, 2011.
CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002.
CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas* (*1964-1984*)*: Os bastidores das sucessões presidenciais.* Porto Alegre: L&PM, 1985.
CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe* (*1964-1969*). Rio de Janeiro: Record, 2014.
CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
_____. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
_____. *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
CHASSANG, Joaquín Gil Aléxis. *Historia de la novela y de sus relaciones con la antigüedad griega y latina*. Buenos Aires: Poseidon, 1948.

CHAUI, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In: ROCHA, André (Org.). *Escritos de Marilena Chaui: Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. v. 2.
CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração — 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: Pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
COHN, Sérgio (Org.). *Nuvem Cigana: Poesia e delírio no Rio dos anos 70*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
COLI, Jorge. "Primeira missa e invenção da descoberta". In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira*. São Paulo: Planeta, 2004.
CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.
_____. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Portugália, 1964. v. 1.
COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
COSTA, Angela Marques da; AZEVEDO, Paulo Cezar; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
COSTA, Caio Túlio. *Cale-se: A saga de Vannucchi Leme, a USP como aldeia gaulesa, o show proibido de Gilberto Gil*. São Paulo: Girafa, 2003.
COSTA, Célia Maria Leite. "A Frente Ampla de oposição ao regime militar". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.
COSTA, Cláudio Manuel da. "Vila Rica". In: PROENÇA FILHO, Domício (Org.). *A poesia dos inconfidentes*: *Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
COUTINHO, Milson. *A revolta de Bequimão*. São Luís: Geia, 2004.
COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais: Seu território, clima e produções metálicas*. Ed. crítica de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro: Notícia histórica e descritiva da cidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. v. 1.
CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. Ed. Didática. Cotejo e estabelecimento de texto de Hercílio Ângelo. Coord. de Alfredo Bosi. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.
_____. "Da independência à República". In:
_____. À margem da história. Porto: Lello e Irmão, 1926.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
_____. *Índios no Brasil: História, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2013.
CUNHA, Pedro Penner da. *Sob fogo: Portugal e Espanha entre 1800 e 1820*. Lisboa: Horizonte, 1988.
DAMASCENO, Darcy (Org.). *Martins Pena: Comédias.* São Paulo: Ediouro, 1968.
DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog: Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.
DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: O sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil.* Paris: F. Didot Fréres, 1835.
DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática — Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3.
DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
DENIS, Ferdinand. *Une Fête Brésilienne célébrée à Rouen en 1550*. Paris: Techener Librarie, 1850.
DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e bem-te-vis: A guerrilha sertaneja*. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.
DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1977.
DIAS, Gonçalves. *Poesias completas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1957.
DIAS, Lucy. *Anos 70: Enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac, 2001.
DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A interiorização da metrópole (1808-1853)". In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.
_____. *Quotidiano e poder emSão Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
_____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1952.
DIMENSTEIN, Gilberto et al. *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: JB, 1985.
DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Alvaro, 1964.
D. LEOPOLDINA. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o presente e o futuro: Conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil.* São Paulo: Ática, 1996.
_____. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: O governo Médici* (*1969-1974*). São Paulo: Global, 1986.
DUARTE, Paulo Sérgio. *Anos 60: Transformações da arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos Gerais, 1998.
DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil* (*1900-1935*). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
DUNN, Christopher. *Brutalidade jardim: A Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
EDMUNDO, Luís. *A corte de d. João no Rio de Janeiro* (*1808-1821*). Rio de Janeiro: Conquista, 1939. v. 1.
_____. *Recordações do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1956.
_____. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Brasília: Senado Federal, 2000.
EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República* (*1897-1924*). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.
ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade.* New Haven; Londres: Yale University Press, 2010.
ESPARTEIRO, Antônio Marques; CALMON, Pedro; ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. "Transmigração da família real para o Brasil". In: CALMON, Pedro et al. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979. tomo II, v. 2.
FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1991. 2 v.
FARHAT, Saïd. *Tempo de gangorra: Visão panorâmica do processo político-militar no Brasil de 1978 a 1980*. São Paulo: Tag et Line, 2012.
FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. "A década de 50 e o Programa de Metas". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
FASSIN, Didier. *La Force de l'ordre: Une Anthropologie de la police des quartiers*. Paris: Seuil, 2012.
FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
_____. "Expansão do café e política cafeeira". In:_____. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. tomo III: O Brasil republicano, v. 1: Estrutura de poder e economia (1889-1930).
_____. *A Revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
_____. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.
_____. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.
_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
_____. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
_____. *Açúcar e colonização: Organização social no Brasil Colônia*. São Paulo: Alameda, 2008.
FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil* (*1930-1956*). Rio de Janeiro: Ed. da UFF; Niterói: Mauad, 2002.

_____. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
_____. *João Goulart: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical:* (*1945-1964*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2: As esquerdas no Brasil.
FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. "A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente — Da proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.
FERREIRA, Suzana. *Cinema carioca nos anos 30 e 40: Os filmes musicais nas telas da cidade*. São Paulo: Annablume, 2003.
FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.
_____. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar — Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
_____. *O grande irmão: Da operação Brother Sam aos anos de chumbo — O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. *Oito annos de parlamento: Poder pessoal de d. Pedro II.* São Paulo: Melhoramentos, 1928.
FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política — 1941-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula* (*1927-2005*). Rio de Janeiro: Record, 2005.
_____. *Boa ventura!: A corrida do ouro no Brasil* (*1697-1810*) *— A cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
_____. *Morcegos negros*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
_____. (Org.). *Tráfico, cativeiro e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e trafico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Orgs.). *Ensaios sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. v. I.
FON, Antonio Carlos. *Tortura: A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
FONSECA, Rubem. *Agosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Três vezes Zumbi: A construção de um herói brasileiro*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. *Piratas no Brasil: As incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. São Paulo: Globo, 2014.
FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A câmara dos deputados: Síntese histórica.* Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.
FREI, Norbert. *L'État Hitlérien et la société allemande: 1933-1945*. Paris: Seuil, 1994.
FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. "As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC-FGV, 2002.
FREITAS, Artur. *Arte de guerrilha: Vanguarda e conceitualismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.
FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, fazenda jesuítica, real e imperial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1985-7. 3 v.
FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 5. ed. reescr., rev. e ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt; José Olympio, 1933.
_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Recife: Fundaj, 1979.
_____. *Casa-grande & senzala*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
_____. *Açúcar: Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
_____. *O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Record, 1987.
_____. *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1966.
FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. "A arqueologia de Palmares; sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana". In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
_____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.
FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
_____. "Dos dentes e seus tratamentos: A história da odontologia no período colonial". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; FURTADO, Júnia Ferreira; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula (Orgs.). *Odontologia: História restaurada*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
_____. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

_____. *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
GAFFAREL, Paul Louis Jacques. *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maison Neuve, 1878.
GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema: O caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondência de Euclides da Cunha.* São Paulo: Edusp, 1997.
GAMA, Lélia Vidal Gomes da. *Elvira Komel: Uma estrela riscou o céu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1987.
GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra & História do Brasil*. Org. de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1995.
GARCIA, Alexandre. *Nos bastidores da notícia*. São Paulo: Globo, 1990.
GARCIA, Lúcia. *Para uma história da belle époque: A coleção de cardápios de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
GARCIA, Walter. *Bim Bom: A contradição sem conflitos de João Gilberto*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
GATTAI, Zélia. *Um chapéu para viagem: Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
GAVA, José Estevam. *Momento bossa nova*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006.
GERBER, Raquel et al. *Glauber Rocha*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
GIUCCI, Guilhermo. *Viajantes do maravilhoso: O Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: Uma biografia do DOI-CODI* (*1969-1991*), *o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.
GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
GOMES, Ângela de Castro. "Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. tomo III: O Brasil republicano, v. 3: Sociedade e política (1930-1964).
_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988.
_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
_____. "Trabalhismo e democracia: O PTB sem Vargas". In:_____. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
_____. (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010.* Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 4: Olhando para dentro — 1930-1964.
GOMES, Ângela de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro,século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Mocambos de Palmares: História e fontes* (*séculos XVI-XIX*). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
_____; REIS, João José. "Roceiros, camponeses e garimpeiros quilombolas na escravidão e na pós-emancipação". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (Orgs.). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

GOMES, Marcos Emílio (Org.). *A Constituição de 1988: 25 anos*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.
GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
GOMES, Paulo E. Sales. *Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
GRAHAM, Maria. *Journal or a Voyage to Brazil and Residence There, London, 1824*. Londres: Longman, 1824.
_____. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
_____. *Diário de uma viagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.
GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
GREEN, James N. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
GRINBERG, Keila. *Liberata: A lei da ambiguidade — As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
_____. *O fiador dos brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
_____. "A sabinada e a politização da cor na década de 1830". In: _____. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional* (*Arena*)*, 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
GRUZINSKI, Serge. *La Colonisation de l'imaginaire: Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol, XVIe-XVIIIie siècle.* Paris: Gallimard, 1988.
_____. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_____. *A águia e o dragão: Ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
GRYNSZPAN, Mario. "O período Jango e a questão agrária: Luta política e afirmação de novos atores". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.
GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.
GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1838-1889*. São Paulo: Annablume, 2011.
GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. "Cronograma avulso, 1750-1808". In:_____. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1985.
GUIMARÃES, Ulysses. "A Constituição cidadã". In: GOMES, Marcos Emílio (Org.). *A Constituição de 1988: 25 anos*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.
GUTEMBERG, Luiz. *Moisés: Codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Pauo: Companhia das Letras, 1988.
_____. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo:

Ed. Unesp, 2002.
HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: Das origens aos anos 1920*. São Paulo: Ática, 1991.
HETZEL, Bia. *Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Manati, 2000.
HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: De raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
HOCHMAN, Gilberto. "Saúde pública ou os males do Brasil". In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A mineração: Antecedentes luso-brasileiros". In: _____. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. tomo I: A época colonial, v. 2: Administração, economia e sociedade.
_____. "As cartas chilenas". In: _____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
_____. "Prefácio". In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (*1850*). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
_____. *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986. tomo II: O Brasil monárquico, v. 1: O processo de emancipação.
_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
_____. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
_____. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed., 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_____. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* 6. ed., 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2002.
_____. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003. tomo I: A época colonial, v. 1: Do descobrimento à expansão territorial.
HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde — 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
HOLSTON, James. *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
JANCSÓ, István Jancsó. *Na Bahia contra o Império: História do ensaio da sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.
JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: Uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
JOFFILY, José. *Anayde Beiriz: Paixão e morte na Revolução de 30*. Niterói: CBAG, 1980.
JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo* (*1969-1975*). São Paulo: Edusp, 2013.
_____. "O aparato repressivo: Da arquitetura ao desmantelamento". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 2005.
"JORNADA do sr. d. João VI ao Brasil em 1807". In: PEREIRA, Ângelo. *Os filhos d'el Rei d. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (*1808-1850*). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB*. São Paulo: Idesp; Vértice, 1988.
KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico: Novas abordagens para as Américas*. Ribeirão Preto: Funpec, 2006.
KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
KOSELLECK, Reinhart. "O conceito moderno de revolução". In:_____. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
KOSSOY, Boris; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um olhar sobre o Brasil: A fotografia na construção da imagem da nação, 1833-2003*. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia 1790-1840*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
_____. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2013.
KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.
LABAKI, Amir. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
LACERDA, Claudio. *Uma crise de agosto: O atentado da rua Toneleros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
LACERDA, João Batista. *Sur le Metis au Brésil.* Paris: Imprimerie Devougue, 1911.
LACERDA, Rodrigo. *A República das abelhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
LAHUERTA, Milton. "Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização". In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. "Tenentismo e crises políticas na Primeira República". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1: O tempo do liberalismo excludente: Da proclamação da República à Revolução de 1930.
LARA, Silvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
_____. *Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: Senac, 1998.
LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
LEE, Anna; CONY, Carlos Heitor. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
LEITÃO, Miriam. *Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda*. Rio de Janeiro: Record,

2011.
LEITE, Paulo Moreira. *A mulher que era o general da casa: Histórias da resistência civil à ditadura*. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.
LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: Pensadores radicais no Brasil da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema brasileiro: Das origens à retomada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El caudillo: Leonel Brizola — Um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.
LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
LEMINSKI, Paulo. *Distraídos, venceremos!* São Paulo: Brasiliense, 1987.
LEMOS, Renato. "A alternativa republicana e o fim da monarquia". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3: 1870-1889.
LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "Crescendo em meio à incerteza: A política econômica do governo JK". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
_____. "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
LÉRY, Jean de. "Prefácio". In: _____. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*. Genebra: A. Chuppin, 1580.
LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice; Iuperj, 1988.
LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.
LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
LEWIN, Leda. *Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
LIBBY, Douglas Cole. "As populações escravas das Minas setecentistas: Um balanço preliminar". In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.
LIGIÉRO, Zeca. *Corpo a corpo: Estudo das performances brasileiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
LIMA JÚNIOR, Antônio Augusto de. *Cartas de d. Pedro I a d. João VI relativas à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica do *Jornal do Comércio*, 1941.
LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999.
_____. "Campo e cidade: Veredas do Brasil moderno". In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro.* São Paulo: Melhoramentos, 1927.
_____. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
LIMA, Valéria. *J.-B. Debret, historiador e pintor: A viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (*1816-1819*). Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
LIMABARRETO, Afonso Henriques de. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
_____. *Contos completos de Lima Barreto*. Org. e introd. de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: Apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.
_____. *Jornal de Timon*. Org. de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LOBATO, Monteiro. *O poço do visconde*. São Paulo: Brasiliense, 1960.
LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp; Imesp, 2010.
_____. "Transformações econômicas no período militar (1964-1985)". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
_____. *D. Pedro I: Um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
_____. *Histórias de presidentes: A República no Catete* (*1897-1960*). Rio de Janeiro: Agir, 2008.
LYRA, Heitor. *História de d. Pedro II*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. 3 v. (1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938-40).
MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
MACHADO, Maria Helena P. Toledo. "'Teremos grandes desastres se não houver providências enérgicas e imediatas': a rebeldia dos escravos e a Abolição da escravidão". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3: 1870-1889.
_____. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Edusp, 2010.
_____. *Os caminhos da Abolição: Os movimentos sociais e a atuação dos escravos*. San Francisco: Latin American Studies Association, 2012. Manuscrito.
_____. *Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
MACIEL, Luiz Carlos. *O sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2014.
MAGALDI, Sábato. *Um palco brasileiro: O Arena de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: Um espaço para a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1989.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *A confederação dos Tamoios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.
MAGALHÃES, Joaquim Romero de. "Quem descobriu o Brasil?". In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
MAGALHÃES, Mário. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. "Ação Integralista Brasileira: Um movimento fascista no Brasil (1932-1938)". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente — Da proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.
MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência, 1808-1821*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
MANCHESTER, Alan K. "A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro". In: KEITH, Henry H.; EDWARD, S. F. (Orgs.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
MARAN, Sheldon. "Juscelino Kubitschek e a política presidencial". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.
MARQUES, Jales R.; FLEISCHER, David V. Fleischer. *PSDB: De facção a partido*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
MARTINS, Bruno Viveiros. *Som imaginário: A reinvenção das cidades nas canções do Clube da Esquina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
MARTINS, Francisco José da Rocha. *A Independência do Brasil: No rumor duma epopeia o levedar duma nação forte*. Lisboa: Lumen, 1922. Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, 294, 5, 17.
MARTINS, Franklin. *Quem inventou o Brasil?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. No prelo.
MARTINS, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1987.
MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: Samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MATTOS, Cláudia Valladão de. "Independência ou morte: O quadro, a academia e o projeto nacionalista do Império". In: OLIVEIRA, Cecília Helena Sales de; MATTOS, Cláudia Valladão de (Orgs.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.
MATTOS, Gregório de. "Preceito 1". In: _____. *Obra poética completa*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
MATTOS, Hebe. "Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3: 1870-1889.

_____. *Das cores do silêncio*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.
MATTOS, Hebe et al. (Orgs.). *Histórias do pós-Abolição no mundo Atlântico: Cultura, relações raciais e cidadania*. Niterói: Ed. da UFF, 2014. 3 v.
MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; MinC; Pró-Memória; Instituto Nacional do Livro, 1987.
_____. "O gigante e o espelho". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
MATTOSO, Kátia de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.
_____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
MATTOSO, Kátia de Queirós. "Bahia 1789: Os panfletos revolucionários — Proposta de uma nova leitura". In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella; Edusp, 1990.
MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. 4. reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: Uma biografia*. Brasília: Ed. UnB; Linha Gráfica, 1990.
MAXWELL, Kenneth. "A Inconfidência Mineira: Dimensões internacionais". In: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
_____. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira Brasil-Portugal* (*1750-1808*). São Paulo: Paz e Terra, 2009.
MCCAN, Frank D. *Soldados da pátria: História do Exército brasileiro — 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: Uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
_____. *1930: Os órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
MELLO, Carl E. H. Vieira de. *O Rio de Janeiro no Brasil quinhentista*. São Paulo: Giordano, 1996.
MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
_____. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
_____. *A outra independência: O federalismo republicano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
_____. *Rubro veio: O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
_____. *Nassau: Governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
_____. *O Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.* São Paulo: José Olympio, 1947.
MELLO, José Soares de. *Emboabas: Crônica de uma revolução nativista — Documentos inéditos*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929.
MELO, Carlos. *Collor: O ator e suas circunstâncias*. São Paulo: Novo Conceito, 2007.
MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo de. "O sonho nacional: Petróleo e eletricidade (1954-94)". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

MELO FILHO, Murilo Melo. *O milagre brasileiro*. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.
MEZAROBBA, Glenda. "Anistia de 1979: O que restou da lei forjada pelo arbítrio?". In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Teles; ALMEIDA, Janaína de (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2.
MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.
MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão: Uma frente de resistência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. Nova York: Penguin, 1985.
MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003.
MIRANDA, Oldack; JOSÉ, Emiliano. *Lamarca: O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2004.
MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004.
MOISÉS, Beatriz Perrone. "Índios livres e índios escravos". In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
MÔNACO, Maria Janotti de Lourdes. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
MONIZBANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil* (*1961-1964*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
_____. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Brasília: UnB; São Paulo: Ensaio, 1995.
MONTAIGNE. "Os canibais". *Ensaios*. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
MONTEIRO, Douglas. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. tomo III: O Brasil republicano, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).
MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2008.
MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro; aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
MONTEIRO, Tobias do Rego Monteiro. *História do Império: A elaboração da independência.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. tomo 1.
MONTENEGRO, Antônio Torres. "As Ligas Camponesas e os conflitos no campo". In: ARAÚJO, Rita de Cássia; BARRETO, Túlio Velho (Orgs.). *1964: O golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2007.
MONTENEGRO, Antônio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. "Lutas políticas em Pernambuco: A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964)". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (*1945-1964*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.
MORAES, Alexandre José de Mello. *História da transladação da Corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808*. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1982. tomo 1.
MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
MORAES, José Alexandre de Mello. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura: Caso Herzog*. São Paulo: Barcarolla, 2006.
MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Os anos JK: Industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente — Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: Subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Candido em 1910*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
MOTA, Carlos Guilherme. "O processo de independência no Nordeste". In:_____. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
_____. *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.
MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (Orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: A verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro: L&PM, 1978.
NADER. Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia: História oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
NAGIB, Lucia. *A utopia no cinema brasileiro: Matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
NAVA, Pedro. *O círio perfeito*. São Paulo: Ateliê, 2004.
NAVES, Santuza Cambraia; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (Orgs.). *"Por que não?": Rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
NEME, Mário. *Notas de revisão da história de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1959.
NETO, Lira. *Castello: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
_____. *O inimigo do rei: Uma biografia de José de Alencar.* Rio de Janeiro: Globo, 2006.
_____. *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder* (*1882-1930*). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 1.
_____. *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo* (*1930-1945*). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 2.
NEVES, Lúcia M. Bastos. *Napoleão Bonaparte: Imaginário e política em Portugal — c. 1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008.
_____. "Estado e política na independência". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil* (*1961-1964*). Belo Horizonte: Vega, 1981.
NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
NORTON, Luiz. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
NOSSA, Leonêncio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (*1777-1808*). São Paulo: Hucitec, 1984.
NOVAIS, Fernando; MOTA, Carlos Guilherme. *A independência do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Cecília Helena Sales de; MATTOS, Cláudia Valladão de (Orgs.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.
OLIVEIRA, Eliezer R. de. *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil* (*1964-1969*). Petrópolis: Vozes, 1976.
OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.
OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (Org.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: Uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1980.
OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brazil de Frei Vicente do Salvador: História e política no Império Português no século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. 2 v.
OLIVEIRA, padre Fernando. *A arte da guerra do mar.* Lisboa: Ministério da Marinha, 1969.
ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1953.
PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: Fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
PÁDUA, José Augusto. "Natureza e sociedade no Brasil monárquico". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3: 1870-1889.
PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil* (*1955-1964*). Rio de Janeiro: Record, 1972.
PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.
PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
_____. "Os anos 1930: As incertezas do regime". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente — Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
PARKER, Phyllis R. *1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
PATCH, Howard Rollin. *El otro mundo en la literatura medieval*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.
PAULA, Sergio Goes de. *Um monarca da fuzarca: Três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: O florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1997.
PERDIGÃO, João; CORRADI, Euler. *O rei da roleta: A incrível vida de Joaquim Rolla*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
PEREIRA, Lígia M. L.; FARIA, Maria Auxiliadora. *Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
_____. "Uma certa Revolução Farroupilha". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
PETRONE, Maria Thereza Schorer. "Imigração". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da*

civilização brasileira. Rio de Janeiro: Difel, 1978. tomo III: O Brasil republicano, v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).
PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.
PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: 1889-1930 — Documentos*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v. 1.
PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado.* São Paulo: Martins, 1942.
PINTO, Célia Regina Jardim. *A banalidade da corrupção: Uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
_____. *Uma história do feminismo no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
PINTO, Mayra. *Noel Rosa: O humor na canção*. São Paulo: Ateliê, 2012.
PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. livro VIII.
POENER, Arthur. *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1979.
PRADO, João Fernando de Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil: 1815-1889.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (Brasiliana, 345).
PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. "O 'milagre' brasileiro: Crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura — Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
_____. *Segredos guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
PRESOT, Aline. "Celebrando a 'Revolução': As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964". In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. II.
PRIORI, Angelo. "O PCB e a questão agrária: Os manifestos e o debate político acerca de seus temas". In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil* (*1504-1604*). São Paulo: Brasiliense, 1992.
_____. "Gonçalves de Magalhães e a historiografia do Império". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, 1996.
_____. *A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Fapesp; Hucitec; Edusp, 2012.
QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/PPGHIS, 2000.
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.* São Paulo: Alfa Omega, 1976.
QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo, ideologia e ação — 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, Artur. *O folk-lore negro do Brasil: Demopsychologia e psychanalyse.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2007. v. II.
REIS, Arthur César Ferreira. "O Grão-Pará e o Maranhão". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1978. tomo II: O Brasil monárquico, v. 2: Dispersão e unidade.
REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010*. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 5: Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010.
_____. *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
_____. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
REIS, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael Borges (Orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Niterói: Ed. da UFF, 2006. v. 1.
REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
_____. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro* (*c. 1822-c. 1859*). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
REIS, Letícia Vidor de Sousa. *O mundo de pernas para o ar: A capoeira no Brasil*. 3. ed. Curitiba: CRV, 2010.
RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais* (*1808-1850*). Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: O cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. v. 1, pp. 113 ss.
RICCI, Magda. "Cabanos, patriotismo e identidades: Outras histórias de uma revolução". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II: 1831-1870.
RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. t. 6.
RIOS, Adolfo Morales de los. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.
RIVAROLA, Milda. *Vagos, pobres & soldados: La domesticación estatal del trabajo em el Paraguay del siglo XIX.* Assunção: Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos, 1994.
RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.
ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra; Embrafilme, 1981.
ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte:

Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
RODRIGUES, Alberto. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
RODRIGUES, Henrique Estrada; STARLING, Bruno Pimenta; TELLES, Marcela. "O novo continente da utopia". In: PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (Orgs.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa: Uma contribuição ao estudo do mandonismo local*. João Pessoa: A União, 1978.
RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: Os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
ROLAND, Maria Inês. *A revolta da chibata: Rio de Janeiro, 1910*. São Paulo: Saraiva, 2000.
ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de d. João V: Revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
_____. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra doutrina: O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucta, 1895.
ROSE, R. S.; SCOTT, Gordon D. *Johnny: A vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
RUDÉ, George. *Ideology and Popular Protest*. Nova York: Pantheon, 1980.
RUDERS, Carl Israel. *Viagem a Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Secretaria de Estado da Cultura, 1981.
SAHLINS, Marshall. "Cosmologias do capitalismo: O setor transpacífico do 'sistema mundial'". In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos: O sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
SALES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1985.
SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: A representação humorística na história brasileira — Da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
_____. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
SALKELD, Richard. *Como ler uma fotografia*. São Paulo: Gustavo Gill, 2014.
SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
_____. *Nostalgia imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: [s.n.], [199-?].
_____. "La Guerra de Paraguay, la cuestión servil y la cuéstion nacional en Brasil (1866-1871)". In: STUVEN, Ana María; PAMPLONA, Marco A. (Orgs.). *Estado y nación en Chile y Brasil en el siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2009.
SALLUM JUNIOR, Brasilio. *Labirintos: Dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.
SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.
SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Zahar; Ed. UFRJ, 2001.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. São Paulo: Rocco, 1994.
SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: Trajetórias administrativas do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: Annablume, 2011.
SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *1958: O ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: Anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1998.
SARAIVA, Miriam Gomes; VIGEVANI, Tulio. "Política externa do Brasil: Continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
SARDEMBERG, Carlos Alberto. *Aventura e agonia: Nos bastidores do cruzado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
SCHULZ, John. *O Exército na política: Origens da intervenção militar: 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
_____. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
_____. "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na intimidade". In:_____. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 4.
_____. "Homens (e a corte) ao mar: O relato de uma aventura". In: O'NEIL, Thomas. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.
_____. "Apresentação: Entre a melancolia e a obstinação". In: LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
_____. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
_____. (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010.* Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3: A abertura para o mundo — 1889-1930.
_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor, raça e sociabilidade brasileira.* São Paulo: Claro Enigma, 2013.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques da. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques da; AZEVEDO, Paulo Cesar de. *A longa viagem da biblioteca dos reis.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; STUMPF, *Lúcia Klück*; LIMA JUNIOR, Carlos. *A Batalha do Avaí: A beleza da*

barbárie — A Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
_____. "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos hauss*ás; Bahia, 181*". In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar". In: _____. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
_____. "Nacional por subtração". In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.
SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: Estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
SERRÃO, Joel. *Cronologia de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.
_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
_____. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
SILVA, Alberto da Costa e. *Castro Alves: Um poeta sempre jovem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
_____. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
_____. (Org.). *História do Brasil nação: 1808-2010.* Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1: Crise colonial e Independência — 1808-1830.
SILVA, Alice Cardoso; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Tancredo Neves: A trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.
SILVA, Arthur da Costa e et al. "À nação. Ato Institucional. 9 abr. 1964". In: FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a Abolição da escravatura: Uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Unesp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2009.
SILVA, Hélio. *1935: A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
_____. *A guerra paulista: O ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. v. 2.
SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do império brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864-8. 7 v.
SILVA, Juremir Machado da. *Vozes da legalidade: Política e imaginário na era do rádio*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quotidiano no Brasil: Na época de d. Maria I e d. João VI*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. (Org.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995.
SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1986.
SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil* (*1500-1820*). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
SINGER, Paul. "A política das classes dominantes". In: IANNI, Octavio et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
SIQUEIRA, José Rubens. *Viver de teatro: Uma biografia de Flávio Rangel*. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.
SIQUEIRA, Magno Bissoli. *Samba e identidade nacional: Das origens à era Vargas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castello* (*1930-1964*). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
_____. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SLENES, Robert. "'Malungu, Ngoma vem!': África coberta e descoberta no Brasil". *Cadernos do Museu de Escravatura*, Luanda, v. 1, 1995.
_____. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
SOARES, Mariza de Carvalho; SALLES, Ricardo. *Episódios da história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
SOTTILI, Rogério. "Sebastião Salgado caçador de luz e de esperança". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros (Orgs.). *Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fapemig, 2011.
SOUZA, Eneida Maria de. "Carmen Miranda: Do kitsch ao cult". In: STARLING, Heloisa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (Orgs.). *Decantando a República: Retrato em branco e preto da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. v. 2.
SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
_____. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
_____. *Inferno atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
_____. "Coartação: Problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII". In: _____. *Norma e conflito: Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
_____. "Motines, revueltas y revoluciones em la America portuguesa de los siglos XVII y XVIII". In: LEHUEDÉ, Jorge Hidalgo (Org.). *Historia general de America Latina*. Madri: Trotta, 2000. v. IV.
_____. *Cláudio Manuel da Costa: O letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: A revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Reise in Brasilien*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. II.
STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Sociedade Hans Staden, 1942 [1557].
STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
_____. (Org.). *Corrupção: Ensaios e críticas.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
_____. "Caminhos e descaminhos das Minas". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros (Orgs.). *Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fapemig, 2011.
_____. "Canção popular e direito de resistência no Brasil". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel et al. (Orgs.). *Dimensões políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
_____. *A liberdade era amável: A formação da linguagem do republicanismo na América portuguesa* (*séculos XVII e XVIII*). São Paulo: Companhia das Letras. No prelo.
STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
_____. *Os militares: Da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: Identidades coletivas na capitania de Minas Gerais* (*1763-1792*). São Paulo: Hucitec, 2010.
SUASSUNA, Luciano; PINTO, Luís Costa. *Os fantasmas da Casa da Dinda*. São Paulo: Contexto, 1992.
SZMRECÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996.
TATIT, Luiz. *O século da canção*. São Paulo: Ateliê, 2004.
TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
_____. *Memórias do esquecimento: Os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
_____. *1961: O golpe derrotado — Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
_____. *1964: O golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798* (*"A conspiração dos alfaiates"*). São Paulo: Pioneira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.
TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
TEIXEIRA, Maria Dulce Loyola. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961: Movimento da Legalidade*. Brasília: Senado Federal, 1994.
THEVET, André de. *As singularidades da França Antártica*. Lisboa: [s.n.], 1878.
THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.
TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil: Cantos, danças, folguedos — Origens*. São Paulo: Ed. 34, 2008.
TOLEDO, Benedito Lima de. *Esplendor do barroco luso-brasileiro*. São Paulo: Ateliê, 2012.
TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: Uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. "Margens da marcha para o Oeste: Luta pela terra em Trombas e Formoso, Porecatu e sudoeste do Paraná". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; BRAGA, Pauliane de Carvalho (Orgs.). *Sentimentos da terra*. Belo Horizonte: Proex, 2013.
TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
TORAL, André. *Adeus, Chamigo brasileiro: Uma história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.
URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
_____. "A luz própria de Leonel Brizola: Do trabalhismo getulista ao socialismo moreno". In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.
_____. *Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: Jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência — Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.
VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.
VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço biográfico — Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio; Brasília: Ministério da Cultura, 1987.
VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
VIANNA, Marly de A. Gomes. *Revolucionários de 1935: Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
_____. "A ANL (Aliança Libertadora Nacional)". In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel

(Orgs.). *Corações vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
_____. "O PCB: 1929-43". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições* (*1889-1995*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
VIANNA FILHO, Luiz. *A Sabinada: A república baiana de 1837.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
VIEIRA, Antônio. *História do futuro: Livro anteprimeiro*. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram, 1718.
_____. *Sermões: Obras completas do padre Antônio Vieira*. Porto: Lello e Irmão, 1959. v. 5.
_____. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2003. v. 1.
VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. *Brasil holandês: História, memória, patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012.
VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922 [1802].
_____. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 2.
VILLA, Marco Antonio. *Jango: Um perfil* (*1945-1964*). São Paulo: Globo, 2004.
VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.
WAACK, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou: A história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
WALKER, Martin. *The Cold War: A History*. Nova York: Henry Holt and Co., 1993.
WEGNER, Robert. "Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda". In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
WELLER, Wivian. *Minha voz é tudo o que eu tenho: Manifestações juvenis em Berlim e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
WERKEMA, Mauro. *História, arte e sonho na formação de Minas*. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2010.
WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira* (*1889-1937*). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível". In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3: República: Da Belle Époque à era do rádio.
XAVIER, Ismail. *Cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
YAZBECK, Ivanir. *O real Itamar: Uma biografia*. Belo Horizonte: Gutemberg, 2011.

II. OBRAS DE REFERÊNCIA E DICIONÁRIOS

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo diccionario crítico e etymologico da lingua portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro Editor; Tipografia de Casimir, 1836.

FERREIRA, Fátima de Sá e Melo "Entre viejos y nuevos sentidos: 'Pueblo' y 'Pueblos' en el mundo iberoamericano entre 1750 y 1850". In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madri: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Sociedades políticas". In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2013.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

SOUSA, Viterbo. *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Casa da Moeda; Imprensa Nacional, 1988.

III. DOCUMENTOS

ANDRADE, Francisco de Paula Freire de. "2ª Inquirição — Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras — 25 de janeiro de 1790". In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982. v. 5.

ARQUIVO Nacional (981.42 v 711). *Cartas de Vilhena: Notícias soteropolitanas e brasílicas por Luiz dos Santos Vilhena*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

ASSENTO do Conselho de Estado do dia 26 de agosto de 1807. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Fundo Negócios de Portugal, 1807. cx. 714.

"BANDO sobre quilombolas, 20 de dezembro de 1717". Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Seção Colonial, códice SC 11, fl. 269.

BARRETO, Domingos Alves Branco. *Memória dos sucessos acontecidos na cidade de Lisboa, desde vinte e nove de novembro de 1808*. BN/Mss/ I 13-4-no.7.

"CARTA do governador Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrade, 23 de julho de 1736". Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Seção Colonial, códice SG 55, fls. 91-2.

"CARTA do visconde de Anadia ao príncipe regente, de 29 de setembro de 1807". Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Fundo Negócios de Portugal, 1807, cx. 714.

"CARTA régia ao governador e capitão general da capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos índios botocudos". Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, s.d., ms. II, 36, 05, 47, 6 p.

"CARTAS a sua alteza real". Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1807, ms., 10, 3, 29.

"CARTAS de D. Pedro II a Paulo Barbosa". Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 26 fev. 1863.

"CENTENÁRIO do Fico" (9 jan. 1822). Prefeitura do Distrito Federal, jan. 1922. Fac-símile dos documentos do Senado da Câmara do Rio de Janeiro existentes no Arquivo Municipal (jan./ago. 1822), 1922.

COLEÇÃO Tobias Monteiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

"CONTINUAÇÃO das perguntas a José de Freitas Sacoto, pardo, livre e preso nas cadeias desta Relação: Autos da Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798". *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, v. XXXV, p. 129, 1961.

CORREIA, Jader de Figueiredo. "Relatório". Brasília: Ministério da Justiça, 1967. Acervo Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Arquivo: Indígenas.

"D. PEDRO I, príncipe regente. Manifesto de independência. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1822". Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. I, 36, 28, 009.

"EXPOSIÇÃO analítica e justificativa da conduta e vida pública do visconde do Rio Seco...". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821. Seção de Obras Raras, 37, 17, 1.

"DESCRIPÇÃO do Edificio construido para a solemnidade da coroação e sagração de S. M. O Imperador O Senhor D. Pero II". Publicações do Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1925.

DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

"FRAGMENTO de uma memória sobre a independência do Brasil, onde se encontram alguns trechos sobre os serviços do Conselheiro José Joaquim da Rocha". Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, códice 807, v. 3, 1864.

INSTITUTO dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ministério do Reino, maço 279, ms. de 14 de outubro de 1808.

LIMABARRETO, Afonso Henriques de. *O traidor*. [S.l.: s.n.], [19--]. Orig. ms. 10 f. fbn/Mss I-

06,35,0964.
MAIA, Emílio Joaquim da Silva. "Embarque, séquito e viagem da família real portuguesa. Arribada à Bahia. Estado do Brasil no tempo de colônia. Desembarque no Rio de Janeiro. Primeiro Ministério Português que funcionou no Brasil". Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 345, doc. 7, [s.d.].
_____. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 245, doc. 7, [s.d.].
"MANIFESTO do príncipe regente do Brasil aos governos e nações amigas. 6 de agosto de 1822". In: *Código Brasiliense ou coleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente nosso senhor a estes estados com um índice cronológico* (*1808-1837*). Rio de Janeiro: Impressão Régia, Tipografia Nacional e Imperial, 1811-38. Seção de Obras Raras, 4, 1.
MANUAL de acompanhamento do imperador no dia de seu aniversário e aclamação. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841.
MARISCAL, Francisco de Sierra y. "Ideas geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequencias". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 43-4, 1926.
MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. "Carta n. 14, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1812". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação, v. LVI, 1934.
"MEMÓRIA sobre a Independência do Brasil pelo major Francisco de Castro Canto e Mello, gentil homem da Imperial Câmara". Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1864. Lata 400, doc. 8.
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Centro de Operações de Defesa Interna (Codi/I Ex.), 1970, dezesseis páginas datilografadas. Acervo Projeto República, Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória da UFMG. Arquivo Cenimar.
_____. "Parecer *Calabar: O elogio da traição*", 1973, oito páginas datilografadas. Acervo Projeto República, Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória da UFMG. Arquivo CIE.
MIRANDA, José Antonio de. *Memória constitucional e política: Sobre o estado presente de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821. Seção de Obras Raras, 37, 18, 11.
MORAIS, Mello. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. II, 30, 23, 6, n. 5.
NEVES, Lúcia M. Bastos. "O privado e o público nas relações culturais do Brasil com França e Espanha no governo Joanino". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
"OS BASTIDORES da censura na corte de d. João". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
"PAPÉIS particulares do conde de Linhares". Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ms. I, 29, 20, 1, doc. 7.
"PARECER de d. João de Almeida de Melo e Castro sobre a reunião do Conselho de Estado realizada em 19 de agosto de 1807". In: MARTINSFILHO, Enéas. *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1968.
"RELAÇÃO circunstanciada da entrada de sua majestade na cidade de Lisboa, no dia 4 de julho de 1821, feita debaixo das ordens do Senado e da Câmara e às despesas dos cofres da cidade segundo o regulamento do regimento do senhor rei d. Manoel, de 30 de agosto de 1502". In: PEREIRA, Ângelo. *Conselho do infante d. Henrique a seu sobrinho el-rei d. Afonso V*. Lisboa: [s.n.], 1957.

"RELAÇÃO das festas que se fizeram no Rio de Janeiro quando o príncipe regente N. S. e toda a sua real família chegaram pela primeira vez àquela capital". Lisboa: Impressão Régia, 1810.
"RELAÇÃO das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil, em companhia de S. A. R., no dia 29 de novembro de 1807. Lisboa, 29 de novembro de 1807". Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 490, pasta 29, 15 fls.
"RELATO de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares". Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. II 30, 35, 60.
"REPRESENTAÇÃO de Pedro Barbosa Leal questionando as ordens de erigir duas casas de fundição, uma em Jacobina e outra em Rio das Contas, explicando que isso não evita o descaminho do ouro, e sugerindo que sejam construídas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, II-31, 25, 009, [s.d.], fl. 36-40.
RIO DE JANEIRO: Impressão Régia, 1820. 17 p. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 37, 15, 5.
"RODRIGO José Ferreira Lobo, Capitão de Mar e Guerra Comandante — Bordo da fragata Minerva, 31 de janeiro de 1808". *Papéis relativos à vinda*..., pp. 19 e 21, 1808.
ROSSI, Camilo Luís. *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas, escrito por uma testemunha*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa, 1944.
SANTOS, Afonso C. M. dos. "A fundação de uma Europa possível". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. "D. João VI no Rio de Janeiro: Entre festas e representações". Seminário Internacional d. João VI, um Rei Aclamado na América. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
STARLING. Heloisa et al. "Relatório de acompanhamento e avaliação de resultados de consultoria especializada para fornecer subsídios para as atividades de pesquisa da Comissão Nacional da Verdade". Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 15 jul. 2013.
_____. "Mortos e desaparecidos na área rural. Relatório final de pesquisa". Brasília: Comissão Nacional da Verdade, nov. 2013.
_____. "Centros clandestinos de violações de direitos humanos. Relatório preliminar de pesquisa". Brasília: Comissão Nacional da Verdade, mar. 2014.
_____. "Relatório parcial de pesquisa: Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos". Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.
STARLING, Heloisa; CARNEIRO, Ana Marília. "Política de censura. Relatório preliminar de pesquisa". Brasília: Comissão Nacional da Verdade, jul. 2014.
STARLING, Heloisa; MARQUES, Danilo A. "Tortura em quartéis e instituições militares. Relatório preliminar de pesquisa". Brasília: Comissão Nacional da Verdade, maio 2013.
"TERMO que se fez sobre a proposta do povo de Vila Rica na ocasião em que veio amotinado a Vila do Carmo, 2 de julho de 1720". Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Seção Colonial, códice SC 06, fl. 95-7.

IV. TESES E DISSERTAÇÕES

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Le Commerce des vivants: Traites d'esclaves et "pax lusitana" dans l'Atlantique Sud.* Nanterre: Université Paris X, 1986. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea).

BASILE, Marcello. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: Os liberais exaltados e a formação da esfera pública imperial* (*1829-1834*). Rio de Janeiro: IH-UFRJ, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social).

CAETANO, Antônio Felipe Pereira. *Entre a sombra e o sol: A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo do Amarante e a crise política fluminense*. Niterói: UFF, 2003. Dissertação (Mestrado em História).

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: As muralhas, sua gente, os construtores, 1710-1810*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado em História).

CUNHA, Vagner da Silva Cunha. *A "rochela" das minas de ouro?: Paulistas na vila de Pitangui* (*1709-1721*). Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

FIGUEIREDO, Luciano. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Tese (Doutorado em História).

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A república rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata, 1835-45*. Rio de Janeiro: IH-UFRJ, 1998. Tese (Doutorado em História).

HIRANO, Luís Felipe Kojima. *Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: Raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica*. São Paulo: USP, 2013. Tese (coutorado em Antropologia).

JESUS, Matheus Gato de. *Intelectuais negros maranhenses na formação do Brasil moderno* (*1870-1939*). São Paulo: FFLCH-USP, jul. 2013. Relatório de qualificação.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: Exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia* (*1624-1654*). Campinas: Unicamp, 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico).

MARQUES, Reinaldo Martiniano. *Poeta e poesia inconfidentes: Um estudo de arqueologia poética*. Belo Horizonte: UFMG, 1993. Tese (Doutorado em Letras).

MORAES, Thiago Aguiar de. *Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado. Os discursos da fração vanguardista da classe empresarial gaúcha na revista* Democracia e Empresa *do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul* (*1962-1971*). Porto Alegre: FFCH-PUC-RS, 2014. Dissertação (Mestrado em História).

OLIVEIRA, Edgard Leite. *Conflito social, memória e experiência: As greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação).

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado em História).

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão* (*1751-1780*). São Paulo: FFLCH-USP, 2008. Tese (Doutorado em História Social). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/pt-br.php>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SOUZA, Miguel Arcanjo de. *Política e economia no Rio de Janeiro seiscentista: Salvador de Sá e*

a Bernarda de 1660-1661. Rio de Janeiro: CFCH-UFRJ, 1994. Dissertação (Mestrado em História).

STARLING, Heloisa. *A liberdade era amável: A formação da linguagem do republicanismo na América portuguesa* (*séculos XVII e XVIII*). Belo Horizonte: UFMG, 2013. Tese (Titular em História do Brasil).

V. JORNAIS E REVISTAS

A VIDA Fluminense. Rio de Janeiro, ano III, n. 128, 1870.

"ALMANAC histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXI, 1. trim., pp. 5-7, 1858.

AURORA Fluminense. Rio de Janeiro, n. 470, p. 2, 11 abr.1831.

CANDIDO, Antonio. "Sentimento de identidade". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2002. Jornal de Resenhas, p. 1.

CARDOSO, Tereza Maria R. Fachada L. "A Gazeta do Rio de Janeiro: Subsídios para a história da cidade". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 371, abr./jun. 1991.

CARIELLO, Rafael. "O chefe". *piauí*, n. 96, p. 23, set. 2014.

"CARTA de dom Pedro Miguel de Almeida ao rei de Portugal, 13 de junho de 1718". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. III, pp. 251-66, 1898.

"CARTA do governador Martinho de Mendonça para o secretário de Estado Antônio Guedes Pereira, 17 de outubro de 1737". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 1, p. 662, 1896.

"CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro dirigida ao rei, em 31 de dezembro de 1660". In: FAZENDA, José Vieira. "Antiqualha e memórias do Rio de Janeiro". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 89, pp. 9-33, 1921.

"CARTAS inéditas da 1ª imperatriz d. Maria Leopoldina (1821-1826)". *Revista do IHGB*, v. 75, tomo 126, parte II, pp. 109-27, 1912.

CARVALHO, José Murilo de. "As metamorfoses do coronel". *Jornal do Brasil*, p. 4, 6 maio 2001.

_____. "República, democracia e federalismo: Brasil 1870-1891". *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pp. 146-7, jan./jun. 2011.

CASADO, José. "50 anos do golpe/Riocentro". *O Globo*, 6 out. 2014. Caderno especial, pp. 2-5.

CASTRO, Ruy. "Nascido no Copacabana Palace, Zé Carioca completa 70 anos". *Serafina*, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2012.

CORREIO Brasiliense. Londres, v. XVIII, n. 108, maio 1817.

CORREIO do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 56, p. 2, 19 jun. 1822.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Imagens de índios do Brasil: O século XVI". *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, pp. 91-110, set./dez. 1990.

DAHER, Andréia. "A conversão dos tupinambá entre a oralidade e a escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, jul./dez. 2004.

DELGADO, Malu. "Maranhão 2014". *piauí*, n. 98, pp. 25-30, nov. 2014.

DERBY, Orville A. "Carta de d. João de Lencastro ao rei. Bahia, 7 de janeiro de 1701". In:_____. "Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 5, 1889-1900.

FAZENDA, José Vieira Fazenda. "Antiqualha e memórias do Rio de Janeiro". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 142, tomo 88, 1920.

FERREIRA, Camila Manduca. "Zé Carioca: Um papagaio na periferia do capitalismo". *Novos Rumos*, v. 49, n. 1, jan./jun. 2012.

FOLHA de S.Paulo, São Paulo, pp. 4-5, 5 abr. 1978.

FRIAS FILHO, Otávio. "O tribuno da imprensa". *piauí*, n. 91, abr. 2014.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 7 fev. 1818.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 10 fev. 1818.
GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. "A nova 'Velha' República: Um pouco de história e historiografia". *Tempo*, Niterói: Ed. da UFF, v. 13, n. 26, jan. 2009.
GREEN, James N. "'Mais amor e mais tesão': A construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis". *Cadernos Pagu*, v. 15, pp. 271-95, 2000.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "La République de 1889: Utopie de l'homme blanc, peur de l'homme noir". *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales*, Paris, v. 1, pp.149-68, 2012.
_____. "A República de 1889: Utopia de branco, medo de preto". *Contemporânea — Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 2, pp. 17-36, 2011.
KRAAY, Hendrik. "As Terrifying as Unexpected: The Bahian Sabinada, 1837-1838". *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 72, n. 4, p. 521, nov. 1992.
LEITE, José Roberto Teixeira. "Viajantes do imaginário: A América vista da Europa, século XVII". *Revista USP*, São Paulo, n. 30, pp. 32-45, jun./ago. 1996.
LESTRINGANT, Frank. "De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: Por uma arqueologia de Tristes Trópicos". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 2, 2000.
MELLO, Evaldo Cabral de. "O império frustrado". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001. Caderno Mais!
MOISÉS, Leyla Perrone. "Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry". *Revista USP*, São Paulo, n. 30, pp. 84-93, jun./ago. 1996.
MOREL, Marco. "O pequeno monarca". *Nossa História*, Rio de Janeiro, Vera Cruz, ano 3, n. 26, pp. 14-7, dez. 2005.
"NOVAS interpretações do tráfico de escravos do Atlântico". *Revista de História*, São Paulo, v. 120, pp. 3-25, jan./jul. 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18589>. Acesso em: 2 jun. 2014.
"PERGUNTAS a Antônio Ignacio Ramos: A Inconfidência da Bahia em 1798 — Devassas e Sequestros". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 43-4, p. 130-4, 1920-1.
"PERGUNTAS a Joaquim José de Santa Anna: A Inconfidência da Bahia em 1798 — Devassas e Sequestros". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 119, 1920-1.
"PORTUGAL e o Brazil". *O Campeão Portuguez em Lisboa*, v. I, n. VI, p. 83, 11 maio 1822.
REVISTA Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 16 jan. 1964.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n. 29, out. 1995.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; MACHADO, Maria Helena P. T. "Um pouquinho de Brasil: Por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de *12 anos de escravidão*". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2014. Caderno Ilustrada, Ilustríssima, p. C-2.
SCOREL, Eduardo. "Deus e o diabo — Ano I: Glauber Rocha no turbilhão de 1964". *piauí*, n. 90, mar. 2014.
SEVERIANO, Mylton (Org.). *A ditadura militar no Brasil: A história em cima dos fatos*. São Paulo: Editora *Caros Amigos*, 2007. 12 fascículos.
SLUITER, Engel. "Os holandeses antes de 1621". *Revista do Instituto de Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, v. 46, pp. 188-207, 1967.
SOUZA, Laura de Mello e. "O nome Brasil". *Revista de História*, n. 145, pp. 61-86, 2. sem. 2001.
VALIM, Patrícia. "Da contestação à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798". *Topoi*, Niterói, v. 10, n. 18, p. 14-23, jan./jun. 2009.
VALLADARES, Clarival do Prado. "A iconologia africana no Brasil". *Revista Brasileira de Cultura*, Rio

de Janeiro: MEC, ano I, pp. 37-48, jul./set. 1999.
VANDELLI, Domingos. "Memória III: Sobre as Minas de ouro do Brasil". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. XX, pp. 265-6, 1898.
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Biografia de Salvador Correia de Sá". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo III, 1841.
_____. "História da independência do Brasil". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 173, pp. 58-9, 1962.
VASCONCELOS, Diogo de. "Minas e quintos do ouro". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3/4, pp. 855-965, jul./dez. 1901.

VI. SITES

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “As populações africanas no Brasil”. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/As-Populacoes-Africanas-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

D’AGOSTINI, Silvana et al. “Ciclo econômico do pau-brasil”. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

“IMAGENS do Brasil holandês 1630-1654”. ARS, São Paulo, v. 7, n. 13, pp. 160-71, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/3068>. Acesso em: 3 jun. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. “A ciência no Império”. In: _____. *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*, 2001. Disponível em: < http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit3.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

VII. DISCOGRAFIA

BATISTA, Wilson; ALVES, Ataulfo. “O bonde São Januário”. Intérprete: Cyro Monteiro. Victor 34.691-a, 1940.

SILVA, J. B. da. “Eu ouço falar (Seu Julinho)”. Rio de Janeiro: Odeon, 1929.

CRONOLOGIA

BRASIL E PORTUGAL	MUNDO
***c.* 30000 a.C.**· Início do povoamento do continente americano por povos da Ásia e da Oceania, ancestrais dos indígenas brasileiros.	
***c.* 500-1500 d.C.**· Vestígios arqueológicos de culturas indígenas sofisticadas no Brasil.	
1330 · Primeira menção a uma ilha misteriosa denominada "Obrasil" em documentos europeus.	
1415 · Conquista de Ceuta pelos portugueses.	
	1453 · Tomada de Constantinopla (atual Istambul) pelos turcos otomanos.
	1454-55 · Publicação dos primeiros exemplares de livros impressos na Europa: a Bíblia de Johannes Gutenberg.
Década de 1460 · O infante d. Henrique patrocina o desenvolvimento de técnicas de navegação e cartografia, bem como expedições à ilha da Madeira, aos Açores e à costa da África.	
Década de 1480 · Primeiros contatos dos portugueses com o rei do Congo, que se converte ao cristianismo.	
1488 · O navegador Bartolomeu Dias alcança o cabo das Tormentas, no extremo sul do continente africano.	
	1492 · Unificação da Espanha. · 12 de outubro: descobrimento da América pelo genovês Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha.
1494 · Assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, repartindo entre si as terras "descobertas e por descobrir" na América e nas Índias.	
1499 · Vasco da Gama retorna da viagem à Índia através da rota do cabo das Tormentas, agora denominado cabo da Boa Esperança.	
1500 · 22 de abril: Cabral chega à costa brasileira e toma posse do novo território "descoberto" em nome do rei de Portugal. O primeiro nome do Brasil é Terra de Santa Cruz ou da Vera Cruz. · Estima-se que existiam vários milhões de índios no Brasil em 1500. Atualmente são cerca de 800 mil.	
1502 · Início da exploração sistemática de pau-brasil — a madeira avermelhada que deu nome ao país — em regime de monopólio pela Coroa portuguesa.	
	1503 · Leonardo da Vinci começa a pintar a *Mona Lisa*.
	1504 · Américo Vespúcio escreve *Mundus novus*.
1512 · "Brasil" se torna nome oficial da nova colônia.	
	1513 · Maquiavel escreve (publicação póstuma em 1532) *O príncipe*.
1516 · Primeira menção ao cultivo de cana-de-açúcar no Brasil.	
	1517 · Início da Reforma protestante na Alemanha, sob a liderança de Martinho Lutero.
	1519 · Hernán Cortés conquista o México para o rei da Espanha.
1530 · Martim Afonso de Sousa comanda a expedição que marca o início efetivo da colonização portuguesa do Brasil.	
1532 · Fundação de São Vicente. Construção do primeiro engenho de açúcar na região por Martim Afonso.	**1532** · Publicação do primeiro dos quatro livros de *Gargântua e Pantagruel*, de François Rabelais.
1534 · O Brasil é dividido pela Coroa portuguesa em capitanias hereditárias.	**1534** · Criação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola.

	· O rei Henrique VIII da Inglaterra declara o rompimento com a Santa Sé e inicia a Reforma Anglicana. · Michelangelo começa a pintar o *Juízo Final* na Capela Sistina, em Roma.
1535 · Os primeiros engenhos de açúcar começam a funcionar em Pernambuco. No final do século XVI existem 140 engenhos na capitania.	
	1537 · O papa Paulo III edita uma bula na qual reconhece os índios americanos como "verdadeiros homens [...] capazes da Fé de Cristo", isto é, dotados de alma.
	1538 · Fundada pelos espanhóis a primeira universidade das Américas, em Santo Domingo (Hispaniola).
	1540 · Sebastian Münster assinala a presença de canibais no Brasil em seu mapa anexo à tradução latina da *Geografia* de Ptolomeu.
1541 · O espanhol Francisco de Orellana explora o rio Amazonas.	
1549 · Chegada dos jesuítas ao Brasil, sob a liderança do padre Manoel da Nóbrega. · O governador-geral Tomé de Souza chega à Bahia e funda a cidade de Salvador, que se torna a primeira capital do Brasil.	
	***c.* 1550** · Inicia-se na Europa o cultivo de tabaco, planta originária das Américas.
1554 · Fundação de São Paulo pelos jesuítas, numa colina próxima ao rio Tamanduateí. · O militar alemão Hans Staden é capturado pelos Tupinambá em São Vicente.	
1555 · O almirante francês Villegagnon se estabelece na baía de Guanabara, fundando a França Antártica. A ocupação francesa dura até 1567. O capelão da expedição é o franciscano André de Thevet.	**1555** · Palestrina compõe a *Missa Papae Marcelli*, peça sacra que é considerada um marco da Contrarreforma na música.
1556 · O bispo português d. Pero Fernandes Sardinha é devorado por índios Caeté no litoral de Alagoas. · O jesuíta José de Anchieta escreve a primeira gramática do tupi, idioma mais falado na costa brasileira. · O calvinista suíço Jean de Léry chega à colônia da França Antártica, no Rio de Janeiro, onde permanece pouco mais de um ano.	
	1557 · André de Thévet publica *As singularidades da França Antártica*. · Hans Staden publica *Duas viagens ao Brasil ou Arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo*.
1565 · Fundação do Rio de Janeiro no morro Cara de Cão. Dois anos depois, a cidade se muda para o alto do morro do Castelo.	
	1569 · Inspirado pela obra de Ptolomeu, o cartógrafo flamengo Gerardus Mercator estabelece a projeção cartográfica que leva seu nome.
1570 · Carta régia proíbe a escravização dos índios, exceto no contexto de "guerras justas". **Década de 1570** · Início da importação de escravizados africanos para o trabalho nas lavouras e engenhos. Até o fim do tráfico negreiro, em 1850, 4,9 milhões de africanos chegam deportados ao Brasil.	
1572 · A administração do Brasil é dividida entre dois governos-gerais: o Governo do Norte, da Bahia até o Maranhão, e o Governo do Sul, reunindo as capitanias abaixo da Bahia. · Luís Vaz de Camões publica *Os lusíadas*.	**1572** · 24 de agosto: Noite de São Bartolomeu na França — início da guerra civil entre católicos e protestantes.
1575 · Os portugueses conquistam Angola.	
1576 · Pero de Magalhães Gândavo publica *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, livro utilizado como propaganda para a imigração de portugueses à terra do Brasil.	
1578 · D. Sebastião de Portugal, último rei da dinastia de Avis, morre em batalha no Norte da África e não deixa herdeiros. O rei da Espanha, Filipe II, reivindica o trono português.	**1578** · Jean de Léry escreve *Histoire d'un voyage faict en la Terre du Brésil*.
1580 · Primeiras bandeiras e entradas, expedições de exploração do sertão com origem em São Paulo. · A Espanha invade Portugal e se apodera de suas colônias: início da União Ibérica.	**1580** · Montaigne escreve "Os canibais".
	1582 · O calendário gregoriano entra em vigor.
1584 · A população do Brasil é estimada em 25 mil brancos, 18 mil índios "domesticados" e 14 mil escravos negros.	

	1594 · Shakespeare escreve *Romeu e Julieta*.
c. **1597** · O Quilombo dos Palmares, no atual estado de Alagoas, é fundado por cerca de quarenta escravos fugidos de Pernambuco.	
	1598 · Édito de Nantes: fim das guerras religiosas na França.
	1603 · Promulgação das Ordenações Filipinas.
1604 · Ataque malsucedido de uma esquadra holandesa a Salvador da Bahia.	
	1605 · Publicação da primeira parte de *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes.
	1608 · Invenção do telescópio, na Holanda.
1612 · Primeira expedição portuguesa contra o Quilombo dos Palmares. · França Equinocial: invasão francesa de São Luís do Maranhão. A ocupação se estende por uma vasta região no Norte do Brasil até 1615.	
1615 · Uma esquadra holandesa saqueia a capitania de São Vicente.	
	1618 · Eclode a Guerra dos Trinta Anos, que causa 8 milhões de mortes na Europa.
	1621 · A Holanda organiza a Companhia das Índias Ocidentais (WIC).
1624 · Os holandeses da WIC ocupam Salvador, mas se rendem no ano seguinte às forças luso-espanholas.	
1627 · Frei Vicente do Salvador publica na Bahia a primeira história do Brasil.	
1630 · Início da ocupação holandesa em Pernambuco, que até 1637 se estende a boa parte da costa do Nordeste brasileiro.	
1637 · O príncipe Maurício de Nassau assume o governo dos domínios holandeses no Brasil. · Chegada dos artistas Frans Post e Albert Eckhout, primeiros pintores a retratar o perfil da gente e da terra brasileira.	**1637** · Descartes publica *Discurso do método.*
1640 · Início da guerra de independência de Portugal. · D. João IV, duque de Bragança, assume o trono lusitano: é o fim dos sessenta anos da União Ibérica.	
	1642 · Invasão holandesa de Angola. · Revolução Inglesa, guerra civil deflagrada pelo conflito entre o rei Carlos I e o Parlamento.
1648 · Primeira Batalha dos Guararapes, com vitória luso-brasileira. No ano seguinte, nova e severa derrota holandesa no mesmo teatro de operações, ao sul do Recife.	
	1651 · Thomas Hobbes publica *Leviatã.*
1653 · Padre Antônio Vieira prega o *Sermão da Primeira Dominga da Quaresma* pedindo a libertação dos índios escravizados.	**1653** · Oliver Cromwell, membro do Parlamento, se torna o todo-poderoso Lorde Protetor da Inglaterra, Escócia e Irlanda.
1654 · Rendição das forças holandesas em Recife. Fim do período conhecido como Brasil holandês.	
	1658 · Morte de Cromwell.
1660 · A população da cidade do Rio de Janeiro é de 7 mil habitantes, incluindo índios e africanos. · Dezembro: eclode no Rio a Revolta da Cachaça, a primeira rebelião política do Brasil colonial, derrotada cinco meses depois.	**1660** · Restauração monárquica na Inglaterra: Carlos II assume o trono. · Johannes Vermeer pinta a *Vista de Delft*.
1665 · Forças anglo-portuguesas batem o exército espanhol em Montes Claros e Vila Viçosa, assegurando a independência de Portugal. · Guerra na África: Portugal subjuga o Reino do Congo (hoje Angola e República Democrática do Congo).	
1666 · Revolta em Pernambuco contra as autoridades coloniais.	**1666** · Um incêndio de grandes proporções devasta Londres.
1668 · A Espanha reconhece a independência de Portugal.	
1671 · Motim em Sergipe.	

1675 · O bandeirante Fernão Dias Pais Leme inicia a abertura do Caminho Velho, ligando São Paulo e Rio de Janeiro a Minas Gerais.

1677 · Baruch Espinoza publica *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*.

1684 · Maranhão: Revolta de Beckman.

1687 · Isaac Newton publica a primeira versão dos *Principia*.

1688 · Últimos lances da Revolução Inglesa: o rei Jaime II é deposto por sua filha Maria II e pelo genro Guilherme III, que assumem o trono.

1694 · O poeta Gregório de Mattos é deportado para Angola.

1694 · Cerca de 2 milhões de franceses morrem de fome com a quebra das safras agrícolas.

1695 · O Quilombo dos Palmares é destruído por bandeirantes paulistas. Morte de Zumbi, o líder dos quilombolas e comandante militar de Palmares.

1697 · Chega a Salvador a notícia de que foi encontrado ouro na região central do atual estado de Minas Gerais.
· O padre Antônio Vieira morre em Salvador. Primeira edição dos *Sermões*.

1700 · A Coroa portuguesa começa a tributar o ouro extraído no Brasil pela regra do "quinto".

1701 · Eclode a Guerra de Sucessão Espanhola, que conflagra toda a Europa até 1713.

1707 · Início da Guerra dos Emboabas, entre paulistas e reinóis, pelo controle da exploração do ouro das Minas.
· Coroação de d. João V.

1707 · A Inglaterra e a Escócia se unificam, formando a Grã-Bretanha.

1709 · As ordens religiosas são proibidas de se instalar em Minas Gerais pela Coroa portuguesa.

1710 · Guerra dos Mascates em Pernambuco, opondo a elite açucareira de Olinda aos comerciantes do Recife, apoiados pelos portugueses.

1711 · As primeiras vilas são fundadas em Minas Gerais na região das jazidas auríferas: Mariana, Sabará e Vila Rica.
· Motins do Maneta em Salvador.
· Padre Antonil publica *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.

1715 · Morte do rei Luís XIV da França.

1717-20· Diversos motins e revoltas em Minas Gerais, estimulados pela carência de alimentos.

1720 · Sedição de Vila Rica, de caráter antifiscal. É a mais importante rebelião em Minas até a Conjuração de 1789.
Década de 1720 · Descobertas de ouro em Mato Grosso e Goiás.

1727 · Primeiro registro do cultivo de café no Brasil.

1729 · O Tratado de Sevilha, entre Grã-Bretanha, França e Espanha, encerra a Guerra Anglo-Espanhola.

1740 · Início da Guerra de Sucessão Austríaca.

1741 · Apogeu da produção anual de ouro em Minas Gerais: 11,5 toneladas.

1742 · Estreia em Dublin o oratório *O Messias*, de Georg Friedrich Händel.
· Anders Celsius inventa o termômetro centígrado.

1744 · Johann Sebastian Bach conclui o segundo volume de *O cravo bem temperado*.

1748 · Fim da Guerra de Sucessão Austríaca.

1750 · Fundação do Seminário de Mariana.
· Morte de d. João V, sucedido por d. José I; Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, é nomeado secretário de Estado.
· Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, estabelece os limites de suas colônias sul-americanas.
Década de 1750 · Início da decadência da produção aurífera em Minas.

1750 · Morte de Johann Sebastian Bach.

1751 · Início da publicação da *Enciclopédia* (1751-72) por Denis Diderot e Jean-

	Baptiste d'Alembert.
	1753 · Descoberta a cura para o escorbuto, comum em viagens oceânicas: ingestão de frutas cítricas.
	1754 · Guerra anglo-francesa na América do Norte. · Jean-Jacques Rousseau escreve o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.*
1755 · 1º de novembro: um terremoto seguido de tsunami destrói grande parte de Lisboa e mata mais de 30 mil pessoas.	
	1756 · Início da Guerra dos Sete Anos. · Primeira fábrica de chocolate na Alemanha.
1759 · Decretada a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias.	**1759** · A França cede o Québec aos ingleses. · Voltaire publica *Cândido ou o otimismo.*
	1762 · Rousseau publica o *Contrato social*. · A biblioteca da Sorbonne é aberta ao público em Paris. · Estimulada pela França, a Espanha invade Portugal e é repelida com auxílio inglês.
1763 · O Rio de Janeiro se torna a nova capital do Vice-Reino do Brasil.	
	1764 · Expulsão dos jesuítas da França. · Voltaire publica o *Dicionário filosófico*.
	1765 · A batata, tubérculo originário da América do Sul, se torna o alimento mais consumido na Europa.
	1767 · Expulsão dos jesuítas da Espanha.
1766 · Começa a construção da igreja de São Francisco de Assis, em Vila Rica, com projeto de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.	
	1768 · James Cook começa sua primeira viagem de circum-navegação da Terra.
	1769 · Nascimento de Napoleão Bonaparte. · James Watt patenteia sua máquina a vapor.
	1772 · Fim da Inquisição na França. · Publicação do último volume da *Enciclopédia.*
1773 · Primeira publicação da *Carta* de Pero Vaz de Caminha. · Cláudio Manuel da Costa escreve o poema *Vila Rica*.	**1773** · Protestos contra a taxação britânica do chá em Boston. · O papa Clemente XIV dissolve a Companhia de Jesus.
	1776 · 4 de julho: Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. · Adam Smith publica *A riqueza das nações*.
1777 · Morte de d. José I de Portugal. D. Maria I, sua filha, assume a Coroa.	
1780 · Fundação da Academia das Ciências de Lisboa.	**1780** · Rebelião contra o domínio espanhol no Peru. · Fundação da American Academy of Sciences em Boston. **Década de 1780** · A Revolução Industrial se consolida na Inglaterra.
1781 · Provável início da conspiração antilusitana em Vila Rica, tendo como líderes os letrados Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, entre outros, além do militar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Os conjurados, com inspiração na Revolução Americana, pretendem separar o Brasil de Portugal a partir de Minas Gerais e fundar uma república independente.	**1781** · Immanuel Kant publica a *Crítica da razão pura*. · Abolição da servidão na Áustria. · William Herschel descobre o planeta Urano.
	1783 · A Grã-Bretanha reconhece a independência dos Estados Unidos.
1786 · José Joaquim da Maia, um dos conspiradores de Minas Gerais, se encontra com Thomas Jefferson na França. · A população escrava em Minas Gerais é calculada em 174 mil negros. · Tomás Antônio Gonzaga começa a escrever as *Cartas chilenas*.	**1786** · Estreia em Viena a ópera *As bodas de Fígaro*, de Wolfgang Amadeus Mozart.
	1787 · O dólar é introduzido nos Estados Unidos. · Promulgação da Constituição dos Estados Unidos. · Mozart compõe *Don Giovanni.*
1788 · Dezembro: período mais intenso das reuniões dos "inconfidentes" de Minas Gerais.	**1788** · O rei Luís XVI convoca os Estados-Gerais para o ano seguinte. · Kant publica a *Crítica da razão prática*. · Os primeiros colonos permanentes se estabelecem na Austrália.

1789 · Março: Joaquim Silvério dos Reis denuncia verbalmente o levante iminente em Vila Rica. Desmobilização do movimento. · 10 de maio: prisão de Tiradentes e Silvério no Rio de Janeiro. · 17 de maio: um emissário embuçado vai até a casa de Cláudio Manuel da Costa e o avisa para queimar papéis. · Maio-outubro: inquirições da Devassa. · 22 de maio: primeiro interrogatório de Tiradentes na fortaleza da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. · 25 de junho: prisão de Cláudio Manuel da Costa, encontrado morto na cela nove dias depois.	**1789** · Revolução Francesa. · 17 de junho: durante a reunião dos Estados-Gerais, o Terceiro Estado se autoproclama Assembleia Nacional. · 14 de julho: Queda da Bastilha; a Assembleia Nacional assume o poder *de facto*. · 4 de agosto: Abolição do sistema feudal na França. · 26 de agosto: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. · 2 de novembro: a Assembleia confisca os bens da Igreja. · Primeira tecelagem a vapor em Manchester.
1790 · Manuel Maria du Bocage publica *Rimas*.	**1790** · Concessão de liberdades civis aos judeus na França. · Fundação de Washington, DC.
1792 · 21 de abril: execução de Tiradentes. · Declarada a incapacidade mental da rainha d. Maria I, o príncipe d. João assume a regência da Coroa portuguesa. · Tomás Antônio Gonzaga, no exílio, publica *Marília de Dirceu.*	**1792** · 13 de agosto: prisão de Luís XVI e da família real. A República Francesa é proclamada em 22 de setembro. · A França declara guerra contra a Áustria e a Prússia. · Primeira utilização de gás para a iluminação urbana em Londres.
	1793 · Execução de Luís XVI. A Convenção, liderada por Robespierre, instala o Terror na França. · O Museu do Louvre é aberto ao público.
	1794 · Execução de Robespierre.
	1795 · Nova Constituição na França. Início do governo do Diretório. · Adoção do sistema métrico. · Johann Wolfgang von Goethe publica *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*.
1798 · Agosto: Conjuração Baiana, revolta negra anticolonial sufocada antes do levante militar planejado pelos conspiradores.	
1799 · Aleijadinho completa as esculturas da Via Crúcis do santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo. · Silva Alvarenga publica *Glaura (poemas eróticos).*	**1799** · O general Napoleão Bonaparte assume o Consulado na França.
	1800 · Alessandro Volta inventa a pilha elétrica.
	1801 · Thomas Jefferson é eleito presidente dos Estados Unidos.
	1803 · Início da guerra entre França e Inglaterra.
	1804 · Coroação de Napoleão como imperador da França. · Invenção da locomotiva na Inglaterra.
	1805 · Napoleão vence a Batalha de Austerlitz contra a Áustria e Rússia. · Ludwig van Beethoven compõe a *Sinfonia nº 3* "Eroica". · Vitória inglesa na Batalha de Trafalgar, que confirma o poderio naval britânico.
	1806 · Napoleão decreta o Bloqueio Continental contra a Inglaterra. · Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico.
1807 · Julho: ultimato francês. Portugal deve declarar guerra à Inglaterra, sua mais tradicional aliada, do contrário será invadido. O regente d. João tenta ganhar tempo, afinal é obrigado a fugir para o Brasil para escapar dos exércitos franco-espanhóis que invadem o país. No dia 27 de novembro, embarcam para o Rio de Janeiro cerca de 15 mil pessoas, entre membros da família real, cortesãos, funcionários e clérigos, sob a escolta de belonaves britânicas. · O general Junot comanda a invasão francesa de Portugal, ocupando Lisboa em 30 de novembro.	**1807** · Georg Friedrich Hegel publica *Fenomenologia do espírito*.
1808 · Janeiro: parte da esquadra da Corte portuguesa alcança Salvador. · 7 de março: chegada do regente d. João ao Rio de Janeiro. · O Rio se torna a capital do Império português. · Criação da Imprensa Nacional e do Jardim Botânico. · Fundação do primeiro Banco do Brasil. · O príncipe regente d. João decreta a abertura dos portos brasileiros às "nações amigas" e, dois anos depois, concede uma série de vantagens comerciais à Inglaterra.	**1808** · Goethe publica *Fausto*, primeira parte. · Beethoven compõe a *Sinfonia nº 5*. · Francisco de Goya pinta os massacres perpetrados pelos franceses durante a ocupação da Espanha. · 1º de junho: início da circulação em Londres do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa.
	1810 · Início das guerras de independência na América Latina.
1811 · Portugal expulsa definitivamente as forças francesas e recupera sua independência.	**1811** · Declaração de independência da Venezuela. · Auge do domínio napoleônico na Europa.
	1812 · Fracassa a invasão francesa da Rússia.
1813 · D. João inaugura o Real Theatro de São João no Rio de Janeiro.	

1815 · Instituído o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com sede no Rio de Janeiro.	**1815** · Napoleão, deposto em 1814, escapa do exílio, mas é definitivamente derrotado na Batalha de Waterloo. Luís XVIII reassume o trono francês. É a Restauração absolutista. · O Congresso de Viena reorganiza o mapa político da Europa.
1816 · Morte de d. Maria I. O príncipe regente assume o trono como d. João VI. · Chegada de um grupo de artistas franceses (antigos colaboradores de Napoleão Bonaparte) ao Rio de Janeiro.	**1816** · Declaração de independência da Argentina.
1817 · Rebelião em Pernambuco. · Revolta em Portugal contra a tutela inglesa.	
1818 · Aclamação de d. João VI. · O príncipe d. Pedro se casa com a princesa Leopoldina da Áustria.	**1818** · Declaração de independência do Chile.
	1819 · Arthur Schopenhauer publica *O mundo como vontade e representação.*
1820 · Revolução Liberal no Porto, que exige o retorno da Corte a Lisboa e a promulgação de uma Constituição para o Reino.	**1820** · Alphonse de Lamartine publica *Médiations poétiques*, marco do romantismo na França.
1821 · Junho: d. João VI jura a nova Constituição e retorna a Portugal, deixando seu filho d. Pedro no Rio de Janeiro como príncipe regente do Brasil. · Setembro: as Cortes exigem o retorno de d. Pedro a Portugal.	**1821** · Declarações de independência do México e do Peru. · Maio: morte de Napoleão no exílio, na ilha de Santa Helena.
1822 · 9 de janeiro: d. Pedro atende às solicitações das províncias e se recusa a cumprir as ordens das Cortes. Dia do Fico. · Fevereiro: início do conflito entre autonomistas e tropas portuguesas estacionadas na Bahia, que são expulsas no ano seguinte. · Junho: d. Pedro convoca a Assembleia Constituinte. · Agosto: d. Pedro publica um "manifesto às nações amigas" em que praticamente declara a independência do Brasil. Diversos representantes diplomáticos são nomeados à revelia de Lisboa. · 7 de setembro: em São Paulo, d. Pedro proclama a Independência do Brasil. · 1º de dezembro: coroação de d. Pedro I, imperador do Brasil. · **Início do Primeiro Reinado.**	
1823 · Maio: instalação da Assembleia Constituinte. · Novembro: o imperador dissolve a Constituinte. Os irmãos Andrada — José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos —, os políticos mais influentes na corte, são presos e exilados.	
1824 · A Constituição do Império é outorgada em 25 de março. · Revolta republicana e separatista no Nordeste: a Confederação do Equador.	**1824** · Coroação de Carlos X, rei da França. · Beethoven rege a estreia da *Sinfonia nº 9* "Coral". · Criação da primeira sociedade protetora dos animais, na Inglaterra.
1825 · Início da guerra contra a Argentina pelo domínio da Cisplatina (atual Uruguai).	**1825** · Portugal e Inglaterra reconhecem a Independência do Brasil. · Declaração de independência da Bolívia.
1826 · D. Pedro I reabre o Parlamento brasileiro, fechado desde 1823. · Morte de d. João VI. D. Pedro I renuncia ao trono português em favor de sua irmã, d. Maria da Glória. · Morte da imperatriz d. Leopoldina. · Criação da Academia Imperial de Belas Artes. · José Maurício Nunes Garcia compõe a *Missa de Santa Cecília*.	**1826** · Victor Hugo publica *Odes et ballades.*
1828 · Fim da Guerra da Cisplatina, com mediação da Inglaterra.	**1828** · O regente d. Miguel, irmão de d. Pedro I, assume o trono português num golpe de Estado e restaura o absolutismo. Início da guerra civil portuguesa.
	1830 · Revolução de Julho na França: o rei Carlos X é deposto; Luís Felipe de Orléans assume o trono como monarca constitucional. · Independência da Bélgica. · Construção da primeira estrada de ferro, entre Liverpool e Manchester. · Auguste Comte publica *Cours de philosophie positive*.
1831 · Março: Distúrbios antilusitanos no Rio de Janeiro (Noite das Garrafadas). · 7 de abril: abdicação de d. Pedro I em favor do príncipe Pedro, de cinco anos de idade. · Criação da Guarda Nacional. · **Início das Regências.**	**1831** · D. Pedro I, Pedro IV de Portugal, desembarca nos Açores com uma expedição militar inglesa. · Charles Darwin inicia sua viagem de volta ao mundo no *HMS Beagle*. · Revolta contra a Rússia na Polônia.
	1832 · O Egito se torna independente do Império otomano.
1834 · Agosto: a maioria liberal na Câmara dos Deputados aprova o Ato Adicional, que descentraliza a administração entre as províncias brasileiras e institui a Regência Una. · J.-B. Debret lança, na França, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.	**1834** · Capitulação das forças miguelistas. D. Maria da Glória assume o trono de Portugal como d. Maria II, com apoio inglês. Morte de d. Pedro IV, "defensor perpétuo do Brasil".
1835 · Diogo Antônio Feijó assume a Regência Una. · Janeiro: início da Revolta da Cabanagem, no Pará.	**1835** · A vacinação antivariólica se torna obrigatória na Inglaterra. · Alexis de Tocqueville publica *A democracia na América*.

· Setembro: eclode Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

1836 · Novembro: início da Sabinada, na Bahia.
· Gonçalves de Magalhães publica *Suspiros poéticos e saudades*, marco inicial do romantismo na literatura brasileira.

1837 · Renúncia de Feijó.

1837 · Coroação da rainha Vitória da Inglaterra.

1838 · Dezembro: início da Balaiada, no Maranhão.
· Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1839 · Invenção da fotografia.
· Stendhal escreve *A Cartuxa de Parma*.

1840 · Louis Compte produz o primeiro daguerreótipo da América do Sul, mostrando o largo do Paço, no Rio de Janeiro.

1840 · A Inglaterra emite os primeiros selos postais do mundo.

1841 · 18 de julho: coroação de d. Pedro II como imperador do Brasil, aos dezesseis anos incompletos.
· **Início do Segundo Reinado.**

1843 · A imperatriz Teresa Cristina, princesa do reino das Duas Sicílias casada por procuração com d. Pedro II, chega ao Rio de Janeiro.

1845 · Início do movimento praieiro em Pernambuco.
· Termina a Guerra dos Farrapos, no Sul.

1848 · Marx e Engels escrevem o "Manifesto do Partido Comunista".
· Uma onda de revoluções varre a Europa. Cai o rei Luís Felipe. Início da Segunda República na França.

1850 · Lei Eusébio de Queirós: extinção do tráfico negreiro.
· Lei de Terras garante o status quo fundiário.
· Primeira epidemia de febre amarela urbana no Rio de Janeiro, que logo se espalha para outras cidades.

1851 · A capital do Império tem 266 mil habitantes, dos quais 110 mil são escravos.
· Gonçalves Dias publica "I-Juca Pirama".

1852 · Deposição do presidente Rosas na Argentina, com intervenção brasileira.

1852 · O presidente Luís Napoleão da França dá um golpe de Estado e no ano seguinte se torna o imperador Napoleão III.

1854 · Primeira linha de telégrafo do Brasil.
· Inauguração da iluminação a gás no Rio.

1854 · Concluída em Londres a construção do Big Ben, torre e relógio do Parlamento inglês.
· Início da Guerra da Crimeia, que opõe a Inglaterra à Rússia.

1856 · Revolta de colonos imigrantes no interior de São Paulo.
· Gonçalves de Magalhães publica *A Confederação dos Tamoios*.

1857 · O primeiro elevador de passageiros, a vapor, começa a funcionar em Nova York.
· Gustave Flaubert publica *Madame Bovary*.

1858 · Rio de Janeiro: criação da Escola Central, posteriormente denominada Escola Militar e Escola Politécnica.
· Inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, após 1889 denominada Central do Brasil.

1859 · Charles Darwin publica *A origem das espécies*.
· Começa a produção do primeiro poço de petróleo dos Estados Unidos.
· Richard Wagner compõe *Tristão e Isolda*.

1860 · Victor Meirelles exibe *Primeira missa no Brasil* na Exposição Universal de Paris.

1860 · Os judeus são autorizados a votar na Inglaterra.

1861 · O tsar Alexandre II decreta o fim da servidão na Rússia.
· Invenção da bicicleta, na França.

1862 · O Rio de Janeiro é a terceira cidade do mundo a contar com rede de esgotos.
· Conflito diplomático com a Inglaterra: Questão Christie.

1862 · Victor Hugo publica *Les Misérables*.

1863 · Inauguração do primeiro trecho do metrô de Londres.

1865 · José de Alencar publica *Iracema*.
· Formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, contra o regime de Solano López. Início da Guerra do Paraguai.

1865 · Fim da Guerra Civil nos Estados Unidos, que abolem a escravidão em todo o país.
· Assassinato do presidente norte-americano Abraham Lincoln.

1867 · Inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiaí.
· Uma epidemia de cólera mata dezenas de milhares no país.

1867 · O Império russo vende o Alasca aos Estados Unidos.
· Johann Strauss II estreia a valsa *Danúbio azul* em Viena.

· O fotógrafo Marc Ferrez começa a atuar na capital imperial.	
	1869 · Richard Burton publica *Explorations of the Highlands of Brazil.*
1870 · O "Manifesto republicano" é publicado num jornal político de São Paulo. · Estreia a ópera *Il Guarany*, de Carlos Gomes, baseada no romance de José de Alencar. · 1º de março: Solano López, presidente do Paraguai, é assassinado. Fim da guerra. Mais de 5 mil brasileiros morrem ao longo do conflito, e a população paraguaia é dizimada.	**Década de 1870** · Início da Segunda Revolução Industrial, com o desenvolvimento da eletricidade, da siderurgia e da petroquímica. **1870** · Início da Guerra Franco-Prussiana.
1871 · 28 de setembro: assinatura da Lei do Ventre Livre.	**1871** · A Prússia invade a França. · A Comuna de Paris governa a cidade por alguns dias, na esteira da queda de Napoleão III, mas é desbaratada pelos prussianos. · Início da Terceira República.
1872 · São Paulo tem 20 mil habitantes. · Fundação do Partido Republicano.	**1872** · Monet inaugura o impressionismo na França.
1874 · Questão Religiosa: desentendimentos entre o Estado imperial e a Igreja em torno da maçonaria.	
1875 · Bernardo Guimarães publica *A escrava Isaura.*	
	1876 · Richard Wagner estreia *O anel dos nibelungos*. · Alexander Graham Bell patenteia o telefone. D. Pedro II participa de uma das primeiras demonstrações públicas da nova máquina, na Filadélfia.
1877 · Organizada a primeira empresa de abastecimento de água em São Paulo, a Companhia Cantareira de Água e Esgotos, que começa a operar em 1881.	
1878 · Machado de Assis publica *Iaiá Garcia.*	
	1879 · Thomas Edison patenteia a primeira lâmpada elétrica.
1880 · Fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. · Machado de Assis publica em folhetim o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, editado em volume no ano seguinte.	
	1881 · O tsar Alexandre II morre num atentado a bomba. · O primeiro serviço regular de bonde elétrico do mundo começa a funcionar em Berlim, na Alemanha.
1882 · Escândalo do roubo das joias da Coroa.	
1883 · Joaquim Nabuco publica em Londres *O abolicionismo*. · Castro Alves escreve *Os escravos*.	
1884 · A escravidão é oficialmente abolida no Ceará e no Amazonas.	**1884-85** · Conferência de Berlim: as potências europeias repartem entre si o continente africano.
1885 · Lei Saraiva-Cotegipe (dos Sexagenários) liberta os escravos maiores de sessenta anos. · Surto de cólera no Rio de Janeiro.	**1885** · Louis Pasteur descobre a vacina contra a raiva humana.
	1886 · Invenção do automóvel a gasolina, na Alemanha. · Abolição da escravatura em Cuba. · Heinrich Hertz comprova a existência das ondas eletromagnéticas.
1887 · Chegam a São Paulo 34710 imigrantes, a maioria proveniente da Itália.	
1888 · 13 de maio: abolição da escravatura. Na ausência de d. Pedro II, em viagem pela Europa, a regente princesa Isabel assina a Lei Áurea. · Raul Pompeia publica *O Ateneu.* · Pedro Américo pinta o quadro *Independência ou morte*.	**1888** · Fundação da National Geographic Society, em Washington. · Jack, o Estripador, aterroriza Londres. · Eça de Queirós publica *Os Maias*.
1889 · 15 de junho: imigrante português desempregado tenta matar o imperador no centro do Rio. · 9 de novembro: o Império do Brasil promove seu primeiro e único baile oficial, o Baile da Ilha Fiscal. · 15 de novembro: a Proclamação da República acaba com 67 anos de regime monárquico. O alagoano Deodoro da Fonseca, oficial mais graduado do Exército imperial, assume a Presidência dos Estados Unidos do Brasil. · D. Pedro II e toda a família imperial são banidos do país. · O Brasil tem 10 mil quilômetros de ferrovias. · **Início da República Velha.**	**1889** · Inauguração da Torre Eiffel na Exposição Universal de Paris.
1890 · Crise do Encilhamento. · Aluísio Azevedo publica *O cortiço*.	**1890** · Oscar Wilde publica *O retrato de Dorian Gray.* · Morte de Vincent van Gogh.

1891 · Promulgação da primeira Constituição da República. · Primeira Revolta da Armada. · 23 de novembro: renúncia de Deodoro; o vice, Floriano Peixoto, assume a Presidência.	
1893 · 54% dos habitantes de São Paulo são estrangeiros. · Segunda Revolta da Armada: o Rio de Janeiro é bombardeado por navios da Marinha rebelados.	
1894 · Prudente de Morais torna-se o primeiro civil a ocupar a Presidência da República.	**1894** · A primeira corrida de automóveis é realizada na França. · O capitão Dreyfus é preso na França, falsamente acusado de espionar para os alemães.
1895 · Fim da Revolução Federalista no Sul.	**1895** · Os irmãos Lumière exibem seu primeiro filme em Paris.
	1896 · Primeiras Olimpíadas da era moderna, em Atenas.
1897 · Inauguração de Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais. · Outubro: o Exército massacra a população de Canudos. · O jornalista Euclides da Cunha cobre a expedição contra Canudos pelo jornal *O Estado de S. Paulo.*	
1899 · Machado de Assis escreve *Dom Casmurro*. · Chiquinha Gonzaga compõe "Ó abre alas".	**1899** · A aspirina começa a ser comercializada na Alemanha.
Década de 1900 · Linhas telegráficas chegam até a Amazônia.	
	1901 · Morte da rainha Vitória.
1902 · Euclides da Cunha publica *Os sertões*. · O prefeito Pereira Passos começa a executar um grande programa de reformas e "melhoramentos" urbanos na capital federal.	
1903 · Oswaldo Cruz começa a erradicar a febre amarela no Rio de Janeiro.	
1904 · Machado de Assis publica *Esaú e Jacó*, romance em que reconstitui o Baile da Ilha Fiscal e a Proclamação da República. · "Bota-abaixo" na capital da República: centenas de imóveis são demolidos para a abertura da avenida Central, atual Rio Branco. · Novembro: a população carioca se revolta contra a vacinação obrigatória. É a Revolta da Vacina.	
	1905 · Albert Einstein publica a primeira versão da Teoria da Relatividade.
1907 · Primeira greve geral em São Paulo.	**1907** · Pablo Picasso pinta *Les Demoiselles d'Avignon*, marco inicial do cubismo.
	1908 · Henry Ford inicia a produção em série do modelo T. · Assassinato do rei e do príncipe herdeiro de Portugal.
1910 · Revolta da Chibata na Marinha sitia o Rio de Janeiro. **Década de 1910** · Colapso da exportação de borracha amazônica.	**1910** · Proclamação da República em Portugal.
1911 · Lima Barreto publica *Triste fim de Policarpo Quaresma*. · Inauguração do Theatro Municipal de São Paulo.	
1912 - 6 · Conflito armado conhecido por, Guerra do Contestado ocorre na região Sul do Brasil, entre Paraná e Santa Catarina.	**1913** · Marcel Proust publica o primeiro volume de *Em busca do tempo perdido.* · Igor Stravinsky estreia em Paris o balé *A sagração da primavera*.
	1914 · 8 de março, "dia triunfal": nascimento dos principais heterônimos de Fernando Pessoa. · Junho: assassinato do arquiduque Franz Ferdinand da Sérvia, em Sarajevo. · Agosto: início da Primeira Guerra Mundial.
	1915 · Franz Kafka publica *A metamorfose*.
1916 · Primeira gravação de um samba: "Pelo telefone", de Donga e João da Baiana.	
1917 · Anita Malfatti realiza a primeira exposição de pintura modernista em São Paulo. O jornalista e escritor Monteiro Lobato publica uma violenta crítica a Malfatti ("Paranoia ou mistificação?").	**1917** · Revolução Russa.
1918 · Monteiro Lobato publica *Urupês*, seu primeiro livro.	**1918** · Capitulação da Alemanha: fim da Primeira Guerra Mundial. Saldo final do conflito: mais de 20 milhões de mortos.
	1919 · Fundação da Bauhaus, na Alemanha.

1920 · É criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Brasil.

1922 · Fevereiro: Semana de Arte Moderna de São Paulo.
· 5 de julho: levante dos Dezoito do Forte de Copacabana.
· O morro do Castelo, no centro do Rio, é destruído para dar vasão "aos ventos" na cidade, e lugar aos pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência.

1922 · Fundação da União Soviética.
· James Joyce publica *Ulysses.*
· T.S. Eliot publica *A terra árida.*

1924 · Levante tenentista em São Paulo, sob a liderança do general Miguel Costa.

1924 · André Breton publica o "Manifesto surrealista".

1925 · A Coluna Prestes/Miguel Costa, formada por militares do Exército rebelados no Rio Grande do Sul e em São Paulo, percorre 25 mil quilômetros no interior do país até 1927.

1925 · Virginia Woolf publica *Mrs. Dalloway*.

1927 · Exibição dos primeiros filmes sonoros.

1928 · Inauguração da rodovia Rio-São Paulo.
· "Manifesto antropófago": Oswald de Andrade proclama a "primeira dentição" do movimento.
· Mário de Andrade publica *Macunaíma.*
· Tarsila do Amaral pinta *O Abaporu.*

1929 · Quebra da Bolsa de Nova York.
· Sigmund Freud escreve *O mal-estar na civilização*.

1930 · Julho: assassinato do presidente da Paraíba, João Pessoa.
· 3 de outubro: tropas em Minas e no Rio Grande do Sul se rebelam contra o governo federal.
· 24 de outubro: deposição de Washington Luís. Triunfo da Revolução de 1930. O candidato derrotado nas eleições de março, Getúlio Vargas, assume a Presidência.
· Noel Rosa realiza sua primeira gravação.
· Manuel Bandeira publica *Libertinagem*.
· **Início da Era Vargas.**

1931 · Estreia do filme *Limite*, de Mário Peixoto.

1931 · O Japão invade a Manchúria (China).

1932 · Criação da Justiça Eleitoral. As mulheres conquistam o direito de votar.
· 9 de julho: o estado de São Paulo se revolta contra Vargas, deflagrando uma guerra civil. Três meses depois, os separatistas capitulam.

1932 · Início da ditadura salazarista em Portugal.

1933 · Gilberto Freyre publica *Casa-grande & senzala.*
· Oswald de Andrade publica *Serafim Ponte Grande*.

1933 · Janeiro: Adolf Hitler, do Partido Nacional-Socialista, assume o cargo de primeiro-ministro da Alemanha.

1934 · A Constituição é promulgada pela Assembleia Constituinte.
· Luís Carlos Prestes ingressa no PCB.
· Fundação da USP.
· Graciliano Ramos publica *São Bernardo*.
· Início das atividades do Grupo Santa Helena, em São Paulo, no qual colaboram Francisco Rebolo, Clóvis Graciano e Alfredo Volpi, entre outros.

1935 · Julho: proibição da Aliança Nacional Libertadora, frente de esquerda patrocinada pelos comunistas.
· Novembro: levantes comunistas em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. Luís Carlos Prestes é preso meses depois.

1935 · Fernando Pessoa publica *Mensagem*.

1936 · Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil.*

1936 · A Etiópia é anexada pela Itália.

1937 · Vargas dá um golpe de Estado com apoio dos militares.
· Criação da Família Artística Paulista, congregando artistas como Rossi Osir e Aldo Bonadei.
· **Início da ditadura do Estado Novo.**

1937 · Picasso pinta *Guernica.*

1938 · Heitor Villa-Lobos compõe a ária (cantilena) das *Bachianas Brasileiras nº 5*.

1938 · Anexação da Tchecoslováquia e da Áustria pelos alemães.
· Intensificam-se os pogroms antissemitas na Alemanha.
· Invenção do náilon.
· Jean-Paul Sartre publica *A náusea*.

1939 · Carmen Miranda estreia nos Estados Unidos.

1939 · Invasão da Polônia pela Alemanha nazista: início da Segunda Guerra Mundial.

1942 · Agosto: o Brasil declara guerra à Alemanha.
· Os Estados Unidos instalam uma base aérea no Rio Grande do Norte.
· Caio Prado Jr. publica *Formação do Brasil contemporâneo.*
· Jorge Amado publica *Terras do sem fim*.

1943 · Outubro: "Manifesto dos mineiros" pela redemocratização.
· *Vestido de noiva*, "tragédia carioca" de Nelson Rodrigues, estreia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

1943 · A Batalha de Stalingrado começa a decidir a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial.

	1944 · Desembarque aliado no norte da França: Dia D. · Jorge Luis Borges publica *Ficções.*
1945 · No fim da Segunda Guerra Mundial, mais de 25 mil militares brasileiros participaram de combates na Europa. · Outubro: um golpe militar depõe Getúlio Vargas. · Dezembro: Eurico Gaspar Dutra vence as eleições presidenciais com o apoio de Getúlio. · Carlos Drummond de Andrade publica *A rosa do povo*. · **Início da Segunda República.**	**1945** · Maio: fim dos combates na Europa. · Agosto: duas bombas atômicas arrasam Hiroshima e Nagasaki. Fim da Segunda Guerra Mundial. O conflito causa mais de 50 milhões de mortes. · Início da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética.
1946 · Uma nova Constituição substitui a de 1934. · *Sagarana*, livro de estreia de Guimarães Rosa.	
1947 · O PCB é proibido de funcionar. · Murilo Mendes publica *Poesia liberdade.* · O magnata Assis Chateaubriand inaugura o Museu de Arte de São Paulo (Masp). · Estreia *Este mundo é um pandeiro*, da Atlântida, com Oscarito.	**1947** · Independência da Índia.
1948 · O mandato dos parlamentares comunistas é cassado.	**1948** · Mahatma Gandhi é assassinado na Índia. · Fundação do Estado de Israel. Primeira guerra árabe-israelense.
1949 · Fundação do Museu de Arte Moderna de São Paulo. · Criação do estúdio Vera Cruz.	**1949** · Revolução Chinesa: Mao Tsé-tung se torna o líder supremo da República Popular da China. · Simone de Beauvoir publica *O segundo sexo.* · George Orwell publica *1984*.
1950 · Copa do Mundo no Brasil, derrotado na final pelo Uruguai. · Getúlio Vargas vence as eleições presidenciais. · Entra em funcionamento a TV Tupi, primeiro canal de televisão do Brasil.	
1951 · O Museu de Arte Moderna realiza a I Bienal Internacional de Arte de São Paulo. · Carlos Drummond de Andrade publica *Claro enigma*.	
1952 · Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari lançam a revista *Noigandres*, início do movimento concretista no Brasil.	
1953 · Março: Greve dos Trezentos Mil em São Paulo, contra a carestia. · Criação da Petrobras. · Escândalo do jornal *Última Hora*. · Publicação póstuma de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos. · Criação do Teatro de Arena em São Paulo.	**1953** · Fim da Guerra da Coreia. · Morte de Stálin.
1954 · Fevereiro: "Manifesto dos coronéis" contra o governo Vargas. · 5 de agosto: O jornalista Carlos Lacerda, maior porta-voz da oposição, sofre um atentado a bala. O oficial-aviador que o protegia é assassinado. · 24 de agosto: suicídio de Getúlio. Assume o vice-presidente, Café Filho. · Celso Furtado escreve *A economia brasileira*. · Grande Otelo e Oscarito estrelam *Matar ou correr.*	**1954** · Início das transmissões da TV em cores nos Estados Unidos. · Os franceses são definitivamente derrotados na Indochina, no Sudeste Asiático. · Thomas Mann publica *Doutor Fausto.*
1955 · Outubro: eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República. · Novembro: o marechal Lott sufoca uma tentativa de golpe contra a posse de Juscelino. · Estreia do longa-metragem *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos. · Refundação das Ligas Camponesas em Pernambuco.	
1956 · Juscelino toma posse e apresenta o Plano de Metas; "Cinquenta anos em cinco". · Guimarães Rosa publica *Corpo de baile* e, poucos meses depois, *Grande sertão: veredas*. · Primeira Exposição Nacional de Arte Concreta, em São Paulo.	**1956** · Tropas do Pacto de Varsóvia lideradas pela União Soviética invadem a Hungria. · Allen Ginsberg publica o poema *Uivo.*
1957 · Início da construção de Brasília.	**1957** · Jack Kerouac publica o romance *On the Road*.
1958 · Início da construção da rodovia Belém-Brasília. · A inflação chega a 40% ao ano. · Gianfrancesco Guarnieri estreia *Eles não usam black tie* em São Paulo. · O Brasil é campeão mundial de futebol na Suécia.	**1958** · Jacques Tati filma *Meu tio.* · Alfred Hitchcock filma *Um corpo que cai.*
1959 · Lançamento do disco *Chega de saudade*, de João Gilberto, considerado o marco inicial da Bossa Nova.	**1959** · Revolução Cubana: o governo pró-Estados Unidos de Fulgencio Batista é deposto por guerrilheiros liderados por Fidel Castro.
1960 · 21 de abril: inauguração de Brasília.	
1961 · 31 de janeiro: posse de Jânio Quadros na Presidência da República. · 25 de agosto: renúncia de Jânio Quadros. · 7 de setembro: O vice, João Goulart, rejeitado pelos militares, só assume a Presidência com a aprovação do regime parlamentarista.	**1961** · Início da construção do Muro de Berlim. · A Índia anexa a colônia portuguesa de Goa.
1962 · *O pagador de promessas*, de Nelson Pereira dos Santos, vence a Palma de Ouro no Festival de Cannes.	**1962** · Início do embargo econômico norte-americano a Cuba. · A ilha caribenha protagoniza a Crise dos Mísseis.

· Brasil, bicampeão mundial na Copa do Chile.	· Independência da Argélia.
1963 · Janeiro: fim do regime parlamentarista, rejeitado em plebiscito. · Outubro: Jango tenta decretar o estado de sítio, mas a proposta é descartada pelo Congresso.	**1963** · Novembro: O presidente Kennedy dos Estados Unidos é assassinado em Dallas.
1964 · 13 de março: Jango desafia a oposição e os militares no Comício da Central, no Rio de Janeiro. · 25 de março: fuzileiros navais e marinheiros se rebelam no Rio. É o estopim do golpe. · 1º de abril: um golpe civil-militar instala a ditadura. Milhares de prisões, cassações, torturas e demissões acontecem nos primeiros meses do novo regime. · 11 de abril: o general Castello Branco é eleito indiretamente por um Congresso mutilado. · Junho: criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), cérebro da repressão política. · O ano termina com inflação de 80%. · Estreia de *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha. · Clarice Lispector publica *A paixão segundo G. H.* · Criação do Grupo Opinião. · **Início da ditadura militar.**	**1964** · Os Beatles conquistam os Estados Unidos. · Intensifica-se o envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã.
1965 · AI-2: extinção das eleições diretas para presidente. · Fundação da TV Globo. · A TV Excelsior realiza o I Festival de Música Popular Brasileira (1º Lugar: "Arrastão", de Edu Lobo e Vinicius de Moraes, com Elis Regina). · Estreia *Liberdade, liberdade*, musical de Millôr Fernandes e Flávio Rangel. · Dalton Trevisan publica *O vampiro de Curitiba*. · Apresentação no Tuca da peça *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, musicada por Chico Buarque.	
1966 · Chico Buarque lança "*A banda*".	
1967 · Antônio Callado publica *Quarup*. · Guimarães Rosa publica *Tutameia*. · Glauber Rocha estreia *Terra em transe*. · Zé Celso Martinez Corrêa dirige *O rei da vela*, de Oswald de Andrade. · Plínio Marcos dirige *Navalha na carne*.	**1967** · Israel derrota uma coalizão de países árabes e ocupa a Cisjordânia, além de Jerusalém Oriental. · Gabriel García Márquez publica *Cem anos de solidão.*
1968 · Abril: Passeata dos Cem Mil, no Rio. · 13 de dezembro: o AI-5 decreta o golpe dentro do golpe e acaba com as garantias individuais e com a liberdade de imprensa. · Com o AI-5, Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Gilberto Gil partem para o exílio. · Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz, professores da USP, são demitidos. · Início do "milagre econômico" da ditadura. · Caetano Veloso, Gilberto Gil, Os Mutantes e outros artistas lançam o álbum *Tropicália*. · Lygia Clark apresenta a instalação *A casa é o corpo* no MAM-RJ.	**1968** · Maio: protestos estudantis e operários abalam a França. · A União Soviética invade a Tchecoslováquia.
1969 · Criação da Operação Bandeirantes (Oban), para o extermínio de opositores ao regime. · Assassinato do guerrilheiro Carlos Marighella pela repressão. · O jornal alternativo *O Pasquim* começa a circular.	**1969** · Os Estados Unidos enviam três astronautas à Lua. · O Festival de Woodstock reúne 400 mil jovens em três dias de shows no interior do estado de Nova York.
1970 · A população urbana ultrapassa a população rural. · O Brasil é tricampeão mundial de futebol na Copa do México. · Criação dos Codi-DOI. · Dilma Rousseff, militante da Vanguarda Popular Revolucionária, é presa e torturada em São Paulo.	**1970** · Capitulação da província separatista de Biafra: fim da guerra civil na Nigéria. · Os Estados Unidos invadem o Camboja, ampliando a escalada militar no Sudeste Asiático.
1971 · O ex-deputado federal Rubens Paiva é sequestrado em casa e morto sob tortura no DOI do Rio. · O ex-capitão Carlos Lamarca é assassinado pelo Exército no interior da Bahia. · João Ubaldo Ribeiro publica *Sargento Getúlio*. · Ariano Suassuna publica *A pedra do reino*.	**1971** · A República Popular da China é admitida na Assembleia Geral da ONU. · O primeiro microprocessador do mundo é lançado comercialmente.
1972 · Inauguração do primeiro trecho da Transamazônica.	**1972** · Onze israelenses são assassinados por terroristas palestinos nos Jogos Olímpicos de Munique, na Alemanha.
1973 · Hélio Oiticica realiza as primeiras obras da série *Cosmococas* em Nova York. · Lygia Fagundes Telles publica *As meninas*.	**1973** · Guerra do Yom Kippur: Israel consolida sua hegemonia militar no Oriente Médio. · O presidente socialista do Chile, Salvador Allende, é deposto por um violento golpe militar.
1974 · O choque dos preços internacionais do petróleo provoca o fim do "milagre econômico". · A guerrilha comunista na região do Araguaia é dizimada pelas Forças Armadas. · Ignácio de Loyola Brandão publica o romance *Zero* em Milão, na Itália, por causa da censura do AI-5.	**1974** · A Revolução dos Cravos acaba com quatro décadas de ditadura em Portugal. · Renúncia de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos.
1975 · Ernesto Geisel, novo general-presidente, inicia a "abertura lenta, gradual e	**1975** · Fim da Guerra do Vietnã.

segura".
· Novembro: assassinato do jornalista Vladimir Herzog no Codi-DOI paulista.
· Raduan Nassar publica *Lavoura arcaica*.
· Gilberto Gil e Jorge Ben lançam o álbum duplo *Ogum Xangô*.

· Independência de Angola.
· Independência de Moçambique.

1976 · Início da ditadura militar na Argentina.

1977 · Greves estudantis em São Paulo contra a ditadura.

1977 · Steve Jobs e um sócio desenvolvem o primeiro computador pessoal.

1978 · Antune Filho encena *Macunaíma*.

1979 · Fim da vigência do AI-5.
· O regime decreta uma anistia geral e irrestrita que se estende aos militares torturadores e assassinos.
· A Anistia permite o retorno de 10 mil exilados.
· Grandes greves no ABC paulista.
· Rubem Fonseca publica *O cobrador*.

1979 · Triunfo da Revolução Islâmica no Irã.

1980 · O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio Lula da Silva, é preso por liderar as greves do ABC.
· Estreia *Pixote, a lei do mais fraco*, de Hector Babenco.

1981 · Caso Riocentro: atentado frustrado da extrema direita militar contra a abertura política.

1982 · Eleições diretas para governador, disputadas pelos novos partidos criados após 1979: PDS, PMDB, PT, PTB e PDT.
· Roberto Farias filma *Pra Frente, Brasil.*

1982 · A Inglaterra derrota a Argentina numa breve guerra pelo controle das ilhas Malvinas.
· Michael Jackson grava "Thriller".

1983 · A internet começa a funcionar nos Estados Unidos.
· Os Estados Unidos invadem a ilha de Granada para depor um governo pró-cubano.

1984 · A inflação é de 223%.
· 26 de abril: a Emenda Dante de Oliveira é rejeitada pelo Congresso.
· A mostra *Como vai você, Geração 80?*, no Rio, lança artistas como Beatriz Milhazes e Leonilson.

1985 · 15 de janeiro: Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, mas é internado na véspera da posse.
· Janeiro: o festival Rock in Rio acontece em Jacarepaguá.
· 15 de março: empossado o vice de Tancredo, José Sarney.
· 21 de abril: morte de Tancredo Neves.
· **Redemocratização.**

1985 · Um terremoto devasta a Cidade do México.
· Mikhail Gorbatchóv, secretário-geral do Partido Comunista, anuncia o início da abertura política na União Soviética.

1986 · O governo Sarney lança o Plano Cruzado, derrubando momentaneamente a inflação.
· O PMDB conquista 21 dos 22 governos estaduais.

1987 · Um equipamento de radiografia abandonado provoca um dos maiores acidentes nucleares da história em Goiânia.

1987 · A população mundial chega a 5 bilhões de pessoas.

1988 · 5 de outubro: promulgada a Constituição atualmente em vigor.

1989 · Primeiras eleições presidenciais diretas em três décadas. Vitória de Fernando Collor de Mello.

1989 · Cai o Muro de Berlim.
· Começam a desaparecer as repúblicas socialistas do Leste Europeu.
· Invasão norte-americana do Panamá.

1990 · Março: Collor é empossado.
· Plano Collor: o governo confisca 80% do dinheiro em circulação nos bancos.

1990 · A invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein deflagra a Guerra do Golfo ou Primeira Guerra do Iraque.

1991 · Colapso da União Soviética.
· José Saramago publica *O Evangelho segundo Jesus Cristo.*

1992 · Denúncias de corrupção levam ao impeachment de Collor. O vice Itamar Franco assume a Presidência.
· O vôlei brasileiro conquista a primeira medalha olímpica em esportes coletivos do país.
· Gilberto Gil e Caetano Veloso gravam *Tropicália 2.*
· Rubem Fonseca publica *Romance negro e outras histórias*.

1993 · Violência policial: massacres da Candelária e de Vigário Geral no Rio de Janeiro.
· *Notícias de uma guerra particular*, documentário de João Moreira Salles e Kátia Lund é lançado.
· A inflação é de quase 2500%.

1993 · Atentado frustrado contra as Torres Gêmeas do World Trade Center.

1994 · Julho: instituído o Plano Real.
· O Brasil é tetracampeão mundial de futebol, na Copa dos Estados Unidos.

1994 · Quentin Tarantino vence a Palma de Ouro do Festival de Cannes com *Pulp Fiction*.

1995 · Primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. · Início das privatizações promovidas pelo governo FHC, envolvidas em denúncias de corrupção.	**1995** · Termina a guerra entre os países da ex-Iugoslávia. · Guerra civil em Ruanda mata mais de 1 milhão de pessoas.
1997 · A aprovação da emenda constitucional que permite a reeleição presidencial levanta denúncias de compra de votos de congressistas pelo governo FHC. · Os Racionais MC's lançam o álbum *Sobrevivendo no inferno*. · Paulo Lins publica o romance *Cidade de Deus*.	
1998 · *Central do Brasil*, longa-metragem de Walter Salles, conquista o Urso de Ouro do Festival de Berlim.	
1999 · FHC é empossado em seu segundo mandato. · O real é bruscamente desvalorizado pelo governo recém-reeleito, que pede auxílio ao FMI.	**1999** · A população mundial ultrapassa 6 bilhões de pessoas.
2000 · Miltom Hatoum lança *Dois irmãos*.	
2001 · Racionamento de energia compromete o crescimento econômico. · Ferréz (Reginaldo Ferreira da Silva) lança o livro *Capão Redondo*.	**2001** · George W. Bush toma posse na presidência dos Estados Unidos. · 11 de setembro: terroristas islâmicos sequestram quatro aviões de passageiros e atingem Washington e Nova York. · Invasão americana do Afeganistão: início da "guerra ao terrorismo".
2002 · A inflação anual alcança dois dígitos. · Brasil, pentacampeão mundial de futebol. · Estreia *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, baseado no romance de Paulo Lins (1997). · Bernardo Carvalho publica *Nove noites*.	**2002** · O euro se torna a moeda unificada de doze países europeus.
2003 · Luiz Inácio Lula da Silva se torna presidente depois de três tentativas, e é reeleito em 2006.	**2003** · Invasão americana do Iraque.
2005 · O escândalo do mensalão atinge as principais lideranças do PT.	**2005** · Terroristas islâmicos matam mais de cinquenta pessoas em Londres.
2008 · O longa *Tropa de elite*, de José Padilha, vence o Urso de Ouro do Festival de Berlim. · Milton Hatoum publica *Órfãos do Eldorado*. · Os Gêmeos pintam a fachada do Museu de Arte Moderna e Contemporânea de Londres, a Tate Modern.	**2008** · Crise financeira em Wall Street se alastra para todo o mundo, reeditando 1929. · José Saramago vence o prêmio Nobel de literatura.
	2009 · Barack Obama é o primeiro negro a alcançar a presidência dos Estados Unidos.
2011 · Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil de Lula, se torna a primeira presidente do Brasil, e é reeleita em 2014.	
2013 · Manifestações deflagradas pelo aumento do transporte público tomam as ruas do país.	

AGRADECIMENTOS

> *As nações todas são mistérios*
> *Cada uma é todo o mundo a sós...*
> Fernando Pessoa

Escrever um livro a quatro mãos é desafio dos bons. Melhor ainda quando a tarefa implica dar conta de uma, assim chamada, história do Brasil.

A encomenda demandava, desde o início, equilibrar — em doses justas e alocadas em suadas seiscentas páginas — um pouco de tudo, e muitos tempos ao mesmo tempo. Foi preciso recuar ao momento em que o país nem ao menos sabia que viria a ser um país e encostar — morrendo de medo — nos dias de hoje.

Claro está, ou deve ficar, que uma tarefa como essa só tinha chance de chegar ao fim, seja ele qual for, contando com um trabalho verdadeiramente coletivo, e com muitas pessoas nele envolvidas. Se elas não têm responsabilidade alguma sobre o resultado final, sua interferência, ajuda, paciência, generosidade e compreensão não têm tamanho e não cabem em uma nem em várias páginas de papel.

Por isso mesmo, é importante para nós tentar listar "quem é quem" na feitura desta biografia do Brasil.

O autor da ideia primeira deste livro — devidamente animada, algum tempo depois, por Simon Winder da Penguin UK —, e também da indicação de nossos nomes, bem como da sugestão do título, é Luiz Schwarcz. Não contente com isso, ele nos deu enorme trabalho: leu pelo menos três vezes cada um dos capítulos; brigou conosco; cobrou muito; achou difícil ou simples demais; mandou tirar as palavras "símbolo", "agência", "ressignificação", "linguagem" (e as que permaneceram ficam por nossa conta e risco); nos provocou; desafiou sem parar, e por fim, ao que parece, acabou até um pouco satisfeito com o resultado. Melhor aguardar… A ele um obrigada sem tamanho, não só por tudo que fez, profissionalmente, mas pelo carinho com que cuidou de nós e deste livro: do início do projeto até a sua conclusão. Nem sempre as palavras são boas o bastante quando a intenção é, de fato, mostrar gratidão.

O segundo padrinho deste livro atende pelo nome de Otávio Marques da Costa. Otávio foi nosso *publisher*, editor, leitor incansável e insistente, e o coordenador persistente das tarefas que rodeiam a realização de uma jornada como esta. Também deu trabalho. Queria esmiuçar tudo. Cobrava todas as datas, pedia que discriminássemos qualquer local mencionado, descobríssemos o significado das palavras mais recônditas, a hora exata em que ocorreram atentados e revoltas. De um momento para outro, dava que dava de achar que era chegado o ponto de cortar páginas inteiras ou desenvolver, ainda mais, um argumento. E, na véspera do Natal, queria mais um capítulo — com umas trinta páginas, avisou. Enfim, não há como ele para colocar um livro em pé, e com muito bom humor.

Tivemos a sorte de contar com quatro leitores amigos e profissionais, que cataram pulgas e afundaram verdadeiros submarinos em diversos trechos do livro que analisaram. São eles, os professores José Murilo de Carvalho, Júnia Furtado, Lucia Bastos, Ângela de Castro Gomes. Cada um leu capítulos de sua maior especialidade, mas, no conjunto, eles nos

ajudaram a conferir não só fatos, datas e bibliografia, como interpretações e o próprio argumento geral do livro. Claro que a responsabilidade do resultado final é nossa, e eles não podem ser "culpados" por nada — apenas por sua imensa boa vontade, generosidade, crítica e conhecimento.

Nos bastidores deste livro, porém, há uma turma da pesada que é preciso, agora, trazer para o centro da cena.

O pessoal do Projeto República da UFMG fez de tudo um pouco (e muito). Leram e conferiram capítulos e referências bibliográficas; pesquisaram e selecionaram imagens (e enfrentaram uma verdadeira sabatina que durou um dia inteiro). Também fizeram legendas e nos ajudaram a deixar este livro muito mais divertido. Mais do que colegas, eles são nossos "comparsas": Danilo Marques, Wilkie Buzatti, Rafael Alves, Bruno Viveiros, Bruno Abreu, Marcela Ellian, Virgínia Starling, Taciana Resende, Lígia Germano, José Antônio Queiróz, Kelly de Oliveira, Artur Navarro, Davi Kacowicz, Jéssica de Souza, Josiane de Freitas, Maria Cecília Carvalho, Vanessa de Oliveira e, é claro, Alda Batista.

Elisa Braga, como sempre, resolveu o difícil como se fosse fácil. Fabiana Roncoroni, Erica Fujito e toda a equipe de produção nos ajudou a cuidar dos direitos de imagens e dos pepinos com a iconografia, que, aliás, não foram poucos. Márcia Copola, com sua conhecida mágica, limpou o texto de seus excessos, deixou tudo mais claro e ainda sugeriu citações. Érico Melo catou agulha no palheiro e descobriu um monte de escorregões da nossa parte, isso sem deixar de fazer várias indicações: todas acertadas. Huendel Viana e Jane Pessoa deram um jeito de achar mais outros escorregões. Mais do que nossos revisores eles viraram, mesmo, bons amigos.

Victor Burton, artista de mão-cheia, colocou sob a forma de capa todos os nossos desejos; já Alceu Nunes, com sua paciência e capacidade, deu os últimos toques de mão. Eliane Trombini cuidou de toda a vida prática como se fosse leve (não é), e Renata Abdo deixou qualquer caminho aberto. Adriane Piscitelli e Marina Munhoz passaram semanas atrás dos nossos erros de bibliografia e outras escorregadelas. Fizeram o possível, mas sabe-se lá se outras nos aguardam. Matinas Suzuki, com sua maturidade, profissionalismo (e muita calma), orientou nos passos necessários para a veiculação de um projeto como este. Sergio Windholz (o Ginho) acompanhou a nossa ladainha de todo dia (e, ao final, até que liberou as dez diferentes versões de capa do primeiro projeto). Clara Dias, com sua alegria, foi tentando nos convencer que valia a pena. Fabio Uehara usou tecnologia e imaginação para que o livro alcançasse novas mídias. O pequeno Max Santos tem feito de tudo para divulgar essa ideia perigosa. E Rafaela Deiab pensou numa "biografia maior", incluindo sempre a educação. Ao mencionar esses nomes, queremos agradecer a todos os amigos da Companhia das Letras que nos acompanharam com tanto entusiasmo e nos ajudaram a escrever este "livro coletivo".

Mas nenhum agradecimento fica completo sem o apoio da família, que vamos aqui misturando. Muito obrigada, Julia, Gustavo, Pedro, Roberta, Luiz Henrique, Glória, Lelé, Sheila, Omi, Dorotéia, Beto, Laís, Nonoca, Sizenando, Sergio, Paulo Augusto, Jussara, Virgínia, Zizi, Arthur e Alice por aguentarem uma conversa, por vezes, monótona e certamente sem fim.

Agradecemos também aos amigos que nos emprestaram ombros, ouvidos e paciência, e mostraram estar à prova de muita tagarelice sobre os mais diversos períodos de nossa história. Com o perigo de esquecer vários, mencionamos alguns deles (também

devidamente mestiçados), com a genuína intenção de a todos lembrar. Muito obrigada, Alberto da Costa e Silva, Newton Bignotto, André Botelho, Franklin Martins, Maria Tereza Sadek, Gringo Cardia, Maria Helena Machado, Vera Zavarise, Pedro Meira Monteiro, Juarez Guimarães, Any Waisbich, Boris Fausto, Kenneth Maxwell, Lira Neto, Wander Miranda, Ana Basbaum, João Biehl, Guita Debert, Sonia Balady, Andrea Melloni, Bruno Carvalho — e obrigada, Beto, Maria Lúcia de Araújo e Carmem Silva.

Enfim, depois de dois anos de mensagens trocadas; piadas sobre paulistas e mineiros; debates acalorados; muita angústia, mas também muito humor; pilhas e mais pilhas de livros que insistiam em cair sobre nossas cabeças, é hora de limpar o escritório, arrumar a mesa, andar de bicicleta, levar o cachorro para passear, ir ao cinema, ver seriado, ler um bom romance e concluir que este é mesmo nosso último arquivo que precisamos, com urgência, entregar.

Pronto, enviamos…

CRÉDITOS DAS IMAGENS1 2

CAPA

Início da concretagem da cúpula do Senado Federal. P&B, papel de gelatina e prata, Marcel Gautherot, *c.*1958, Brasília. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.

1. *Homens conversando em banco de praça*, fotografia de Vincenzo Pastore, São Paulo, *c.* 1910, formato 8,1 x 11,6 cm, papel de gelatina e prata. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
2. Lima Barreto, fotografia de autor desconhecido, 1909. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo.
3. *Missa campal celebrada em Ação de Graças pela abolição da escravatura no Brasil*, fotografia de Antônio Luiz Ferreira, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1888, formato 28,5 x 51,5 cm. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
4. "Manifesto antropófago", de Oswald de Andrade. *Revista de Antropofagia*, maio de 1928, ano 1, no 1. Oswald de Andrade/ Tarsila do Amaral/ Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo.
5. *Rua da Liberdade*, São Paulo, fotografia de Claude Lévi-Strauss, *c.* 1937, negativo 35 mm, formato 24 x 36 cm, papel de gelatina e prata. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
6. "Carta ao rei d. Manuel, dando notícias do descobrimento da terra de Vera Cruz, hoje Brasil, pela armada de Pedro Álvares Cabral", manuscrito de Pero Vaz de Caminha, 1º de maio de 1500, formato 29,6 x 21,2 cm, 14 f. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa.
7. *Memória das Armadas que de Portugal passaram à Índia*... ou *Livro das Armadas da Índia*, autor desconhecido, *c*. 1497-1640, manuscritos da Livraria, n. 319, 146 f. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
8. *Imagem do Novo Mundo*, xilogravura aquarelada à mão de Johann Froschauer, *c*. 1505, publicada em *Mundus Novus*, de Américo Vespúcio, formato 22 x 33 cm. Biblioteca Pública de Nova York, Nova York.
9. *Terra Brasilis* (Tabula hec regionis magni Brasilis), Lopo Homem, mapa manuscrito, desenhado e iluminado sobre pergaminho, *c*. 1515-19, formato 35,2 x 51 cm. Biblioteca Nacional da França (Département des Cartes et Plans), Paris.
10. Gravura retirada do livro *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden, publicado por Andres Colben. Marburgo, Alemanha, 1557. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
11. *Mulheres e crianças da tribo tomam mingau feito com as tripas do prisioneiro sacrificado*, Théodore de Bry, 1592. Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.
12. Frontispício do *Catecismo brasílico*, da Companhia de Jesus. Lisboa, Miguel Deslandes, 1686 (segunda impressão). Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo.
13. "América", gravura colorida à mão reproduzida no Grande Atlas de Johannes Blaeu, 1662, formato 25,2 x 38,2 cm. Brasiliana Itaú, São Paulo.
14. *Nova et Accurata Brasiliae Totius Tabula*, mapa de Johannes Blaeu, 1640. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
15. *Warhafftige abbildung von einnehmung der stadt S. Salvador in der Baya de Tódos les Santos*, gravura de Nicolau Vischer, 1624, formato 29,4 x 44,8 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
16. *Paisagem com plantação* [*O engenho*], óleo sobre madeira de Frans Post, s.d., formato 71,5 x 91,5 cm. Museu Boijmans Van Beuningen, Rotterdam.

17a. *Mulher tapuia*, óleo sobre tela de Albert Eckhout, 1641, formato 272 x 165 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

17b. *Homem tapuia*, óleo sobre tela de Albert Eckhout, 1641, formato 272 x 161 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

18. *Mercado de escravos em Pernambuco*, aquarela sobre papel de Zacharias Wagener, 1641. Dresden, Kupferstich-Kabinett, Staatliche Kunstsammlungen.
19. *Prise de Rio-Janeyro* [*A esquadra de Duguay-Trouin*], gravura de Drouet, baseada no desenho de Ozanne, s.d., 297 x 448 cm. Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
20. *Pressoir à sucre au Brésil*, nanquim aguada preta sobre lápis de Frans Post, *c*. 1637-44, formato 14,3 x 28,2 cm. Museu Real de Belas Artes, Bruxelas.
21. Conquistas dos campos de Guarapuava: *Cappitão Carneiro que passou alem do rio com outros Camaradas, ficando estes mortos, veyo fogindo*, guache e aquarela de Joaquim José de Miranda, séc. XVIII. Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo, São Paulo.
22. Detalhe do mapa *Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis*, de Georg Marcgraf e Gaspar Barlaeus, 1647, gravação em metal, formato 52,5 x 61,7 cm. Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, São Paulo.
23. Gravuras de *Relation d'un voyage: Fait en 1695, 1696 & 1697, aux Côtes d'Afrique*, *Détroit de Magellan, Brezil, Cayenne & Isles Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes*, de Froger, 1698.

Biblioteca Nacional da França, Paris.
24. *Planta do quilombo chamado Buraco do Tatu para a costa da Itapoam*, autor desconhecido, 1764, desenho a nanquim, formato 43,2 x 59 cm. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
25. *Batalha dos Guararapes*, óleo sobre tela de autor desconhecido, 1758, formato 122 x 217 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.
26. *Coroação de um rei nos festejos de Reis*, Carlos Julião, s.d. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
27. *Mapa das Minas do ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence*, engenheiro Pedro Gomes Chaves, 1714, formato 54,5 x 66 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
28. *Modo como se extrai o ouro no Rio das Velhas e nas mais partes dos Rios*, autor desconhecido, *c*. 1780, aquarela, formato 34,5 x 43,5 cm. Fundo Yan de Almeida Prado, Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo.
29. Nossa Senhora do Rosário, autor desconhecido, séc. XVIII, formato 71 x 202 cm. Museu da Inconfidência, Ouro Preto.
30. Capela de São Francisco da Penitência, Ouro Preto, pintura de Manuel da Costa Ataíde, s.d. Reprodução fotográfica de José Israel Abrantes.
31. Detalhe da fachada da Igreja São Francisco de Assis, atribuído a Aleijadinho, séc. XVIII, formato 28 x 42 cm. Museu da Inconfidência, Ouro Preto.
32. Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Ó, Sabará (MG), pinturas atribuídas a Jacinto Ribeiro, s.d. Reprodução fotográfica de José Israel Abrantes.
33. *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal* (*1688-1756*), *terceiro conde de Assumar, primeiro marquês de Castelo Novo e primeiro marquês de Alorna*, óleo sobre tela de autor desconhecido, século XVIII. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Lisboa.
34. *Ex-voto encomendado por Agostinho Pereira da Silva*, óleo sobre tela de autor desconhecido, 1749, formato 1,10 x 1,26 m. Igreja e Mosteiro de São Bento, Salvador.
35. Forro da Capela do Nosso Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, Serro (MG), pinturas atribuídas a Silvestre de Almeida Lopes, 1797. Reprodução fotográfica de José Israel Abrantes.
36. Detalhe de painéis da Igreja de Santa Efigênia, Ouro Preto, s.d. Reprodução fotográfica de José Israel Abrantes.
37. Revolução dos Alfaiates, boletins sediciosos. Boletim nº 1. Seção de Arquivos Colonial/Provincial – Justiça; Maço 581. Panfleto contendo a "Declaração dos princípios revolucionários [...] e relação dos que compartilham deles", manuscrito de autor desconhecido, 1798. Arquivo Público do Estado da Bahia/FPC/Secult, Salvador.
38. *Visão de Tiradentes* ou *O sonho de liberdade*, óleo sobre tela de Antônio Parreiras, 1926, formato 65 x 129,9 cm. Estudo para a decoração do Conservatório de Música de Belo Horizonte. Reprodução fotográfica de Wilkie Buzatti e Rafael da Cruz Alves. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
39. *D. Maria I*, óleo sobre tela de Miguel Antônio do Amaral, s.d. Reprodução fotográfica de Laura Castra Caldas e Paulo Cintra. Palácio Nacional de Queluz, Queluz.
40. *S. M. El-Rei d. João VI de Portugal e toda a Família Real embarcando para o Brasil no cais de Belém, em 27 de novembro de 1807*, autor desconhecido, gravura, formato 11,5 x 16,4 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
41. *Sir William Sidney Smith* (*1764-1840*) *Adimiral, at Acre*, gravura de John Eckstein, 1808, formato 39 x 60,40 cm. © UK Government Art Collection, Londres.
42. *Alegoria da vinda de D. João*, desenho a nanquim aguada de I. A. Marques, s.d., formato 49 x 66 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
43. *Boqueirão e arcos da Lapa*, óleo sobre tela de Leandro Joaquim, *c*. 1790, formato 86 x 105 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.
44. *D. João et dona Carlota Joaquina passant la Quinta de Boa Vista près du Palais de São Cristóvão*, óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay, 1816-21, formato 92,5 x 146,5 cm. Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro.
45. *Retrato da rainha d. Carlota Joaquina*, óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay, *c*. 1816-21, formato 64 x 58 cm. Palácio Nacional de Queluz, Queluz.
46. *Vista do largo do palácio no dia da aclamação de d. João VI*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1839, formato 23 x 32 cm. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo.
47. *Alegoria para aclamação de d. João VI*, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1818, formato 13 x 10,8 cm. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro, IPHAN/ MinC.
48. *Revista das tropas destinadas a Montevidéu, na Praia Grande*, óleo sobre cartão colado sobre tela de Jean-Baptiste Debret, 1816, formato 41,6 x 62,9 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.
49. *Mercado da Rua do Valongo*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1835, formato 23 x 32 cm. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro; Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo; IPHAN/ MinC.
50. Conjunto de imagens de Jean-Baptiste Debret: Detalhe de *Feitores castigando negros*/*Acampamento noturno de viajantes*; *Empregado do governo saindo a passeio*; *Uma senhora brasileira em seu lar*, litografias em cores de Jean-Baptiste Debret, 1835. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro; IPHAN/ MinC.
51. *Desembarque d'El Rei Dom João VI, acompanhado por uma deputação das Cortes na magnífica praça do Terreiro do Paço em 4 de julho de 1821, regressando do Brazil*, gravura a buril ponteado de Constantino Fontes, 1821, formato 15,8 x 19,8 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

52. *Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no teatro da Corte, por ocasião da coroação de d. Pedro I*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1839, formato 16,1 x 31,8 cm. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro; Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo; IPHAN/ MinC.
53. Detalhe de *Retratos da Arquiduquesa Leopoldina, da rainha Carlota e da princesa Amélia*, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, *c*. 1839, formato 32 x 23 cm. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro; Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, São Paulo; IPHAN/MinC.
54. *Medalha com retrato de d. Pedro I*, guache sobre marfim de Simplício Rodrigues de Sá, 1822, formato 10 x 9 cm. Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis.
55. *Independência ou morte* ou *O grito do Ipiranga*, óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1888, formato 415 x 760 cm. Museu Paulista da USP, São Paulo.
56. *Acclamação de S. M. o Snr d. Pedro I Imperador Cal do Brasil*, gravura água-forte, aquarelada, de Félix-Émile Taunay, século XIX, formato 32,9 x 47 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
57. *Coroação de d. Pedro I*, óleo sobre tela de Jean-Baptiste Debret, 1828, formato 340 x 640 cm. Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
58. Panfleto "Às armas cidadãos", setembro de 1821. Lata 195, maço 6, pasta 13. Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
59. *Itu repele o emissário dos bernardistas de S. Paulo* (detalhe), pintura sobre azulejo de Antônio Luiz Gagni, 1945. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Reprodução fotográfica de Helio Nobre/José Rosael.
60. *Entrada do Exército Pacificador em Salvador*, litografia de Bento José Rufino Capinam, 1830. Reprodução fotográfica de Antenor Gondim. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador.
61. *Ezequiel Corrêa dos Santos*, autor desconhecido, séc. XIX. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
62. *O juramento da Regência Trina Permanente*, óleo sobre tela de Manuel de Araújo Porto-Alegre, s.d., formato 30,5 x 44,5 cm. Acervo do Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis; IPHAN/ MinC.
63. *Teófilo Benedito Otoni*, autor desconhecido, 1820-30. Coleção Personalidades, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.
64. *Disposição das forças imperial e rebelde no ataque de Poncho Verde na província do Rio Grande do Sul*, litografia do Arquivo Militar, 1843, formato 19 x 29 cm, em folha formato 22,5 x 31,5 cm. Loc.: ARC. 024.07.013 — Cartografia.
65. Livro contendo trechos em árabe do Alcorão encontrado preso ao pescoço de um rebelde durante o Levante dos Malês na Bahia, 1835. Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador.
66. *Sections of a slave ship*, litografia de T. Kelly, 1830. Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
67. *Hold of Brazilian Slave Ship*, Francis Meynell, 1845. National Maritime Museum (neg. A1818), álbum de aquarela do Lt. Mynell, Londres.
68. *Aclamação de d. Pedro II*, litografia e aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1839, formato 24,8 x 37,4 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.
69. *D. Pedro II*, Manuel de Araújo Porto-Alegre, s.d. Câmara Municipal de Tiradentes, Tiradentes. Reprodução fotográfica de Wilkie Buzatti e Rafael da Cruz Alves.
70. *D. Pédro II, empereur du Brésil*, autor desconhecido, s.d. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
71. *Retrato de d. Teresa Cristina*, óleo sobre tela de José Correia de Lima, *c*. 1843, formato 75 x 60 cm. Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis.
72. *A primeira missa no Brasil*, óleo sobre tela de Victor Meirelles de Lima, 1860, formato 268 x 356 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.
73. *D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral*, óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1872, formato 288 x 205 cm. Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis.
74. *Iracema*, óleo sobre tela de José Maria de Medeiros, 1881, formato 167,5 x 250,2 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.
75. *Batalha do Avaí*, óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1872-7, formato 600 x 1100 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.
76. *Três macacos: O imperador, Tamandaré e Polidoro*, xilogravura de Alejandro Ravizza, caricatura do jornal paraguaio *El Centinela*, n. 5, 9 de maio de 1867. Centro de Artes Visuales Museo del Barro, Assunção.
77. *De volta do Paraguai*, litografia de Angelo Agostini, ilustração da revista *Vida Fluminense*, n. 12, junho de 1870. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
78. Espada de oficial do Exército brasileiro, primeira metade do século XIX. Reprodução fotográfica de Wilkie Buzatti e Rafael da Cruz Alves. Coleção particular.
79. *D. Pedro II, imperador do Brasil, montado em um camelo durante viagem a Jerusalém*, fotografia de Hugo Danz, 1871, formato 19 x 24,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
80. *Cenas da escravidão*, fotografia de Rodolpho Lindemann, 1885. Coleção Apparecido Janniz Salatini.
81. *Escravos em terreiro de uma fazenda de café*, Vale do Paraíba, fotografia de Marc Ferrez, *c.* 1882, formato 28,7 x 36 cm. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
82. *Proclamação da República no campo de Santana*, óleo sobre tela de Eduardo de Sá, 1889, formato 40 x 73,5 cm.

Museus Castro Maya, Rio de Janeiro; IPHAN/ MinC.
83. *Alegoria da República*, Frederico Antonio Steckel, 1898. Reprodução fotográfica de Wilkie Buzatti e Rafael da Cruz Alves. Memorial Minas Gerais Vale, Belo Horizonte.
84. Cardápio de banquete oferecido pelo Partido Republicano do Distrito Federal ao exmo. sr. dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, 31 de agosto de 1898. Formato 12 x 27 cm. Coleção de cardápios de Olavo Bilac.
85. *Igreja de Santo Antônio* (*velha*), fotografia de Flávio de Barros, 1897, negativo P&B, 35 mm. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro; Flávio de Barros/ Museu da República/ Ibram/ nº 09/2015.
86. Estivadores imigrantes, Porto de Santos, fotografia de autor desconhecido, ampliação P&B, papel de gelatina e prata, *c.* 1900, formato 18 x 24 cm. Museu da Imigração do Estado de São Paulo, São Paulo.
87. Revolta da Chibata — João Cândido lê decreto da anistia, fotografia de Augusto Malta, papel de gelatina e prata, 1910. Estadão Conteúdo, São Paulo.
88a. Avenida Central, Rio de Janeiro, fotografia de João Martins Torres, *c.* 1905, papel albuminado, formato 17 x 22 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
88b. Theatro Municipal de São Paulo, fotografia de autor desconhecido, 1923. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
88c. Vista aérea da praça da Liberdade, Belo Horizonte, fotografia de autor desconhecido, s.d. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.
89. Greve geral — enterro do sapateiro Martínez, fotografia de autor desconhecido, papel de gelatina e prata, 1917. Instituto Astrojildo Pereira, São Paulo.
90. *Os 18 do Forte*, óleo sobre tela de João Timóteo da Costa, 1924, formato 96 x 180 cm. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
91. *Grupo de revolucionários da Coluna Prestes*, fotografia de Luís Fonseca, 1925, Rio Bonito, formato 14 x 8,5 cm. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.
92. Broche da Aliança Liberal. Reprodução fotográfica de Wilkie Buzatti e Rafael da Cruz Alves, s.d. Coleção particular, Belo Horizonte.
93. Panfleto "Tudo por São Paulo!", 1932. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.
94. Passaporte utilizado por Luís Carlos Prestes e Olga Benário para entrar no Brasil, 1935. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
95. Desfile integralista, fotografia de autor desconhecido, 1937. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
96. A juventude brasileira em frente ao Palácio Tiradentes, fotografia de autor desconhecido, 1941. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
97. Patrulheiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), fotografia de João Rodrigues da Costa/ DR, s.d. Associação Nacional dos Veteranos da FEB, Belo Horizonte.
98. Ritual de candomblé de iniciação das filhas de santo, fotografia de José Medeiros, 1951, papel de gelatina e prata, formato 6 x 6 cm. Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
99. Cartaz da criação da Petrobras, 1953. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
100. Campanha pela anistia, fotografia de Kurt Klagsbrunn, 1945. Acervo Marta e Victor Klagsbrunn, Rio de Janeiro.
101. Gregório Fortunato e Getúlio Vargas no desfile de posse, fotografia de autor desconhecido, 1951. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
102. Carlos Lacerda após o atentado da rua Tonelero, fotografia de autor desconhecido, 1954. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
103. Primeira página do jornal *Última Hora*, "O presidente cumpriu a palavra: 'Só morto sairei do Catete!'", n. 979, 24 de agosto de 1954. Acervo Última Hora/ Arquivo do Estado/ Folhapress, São Paulo.
104. Embarque do corpo de Getúlio Vargas, fotografia de autor desconhecido, 1954. Agência Nacional/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
105. JK em um carro de fabricação nacional, fotografia de autor desconhecido, junho de 1956. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
106. Construção da rodovia Brasília-Acre, Vilhena, fotografia de autor desconhecido, papel de gelatina e prata, 2 de julho de 1960. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
107. Tom Jobim e Vinicius de Moraes, provavelmente no Bar Veloso — atual Garota de Ipanema —, fotografia de autor desconhecido, Rio de Janeiro, *c.* 1960. DR/ Acervo Tom Jobim/ Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro.
108. Esplanada dos Ministérios, fotografia de Marcel Gautherot, Brasília, *c.* 1962, papel de gelatina e prata, formato 46 x 46 cm (50 x 60 cm). Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.
109. Comício de Jânio Quadros em Engenheiro Camargo (SP), fotografia de autor desconhecido, s.d. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
110. O Palácio Piratini, fotografia de autor desconhecido, s.d. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
111. João Goulart em Campina Grande (PB), fotografia de autor desconhecido, 1962. Agência Nacional/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
112. Comício da Central do Brasil, fotografia de Domício Pinheiro, 13 de março de 1964. Estadão Conteúdo, São Paulo.

113. Dois de abril de 1964, fotografia de Neuza França. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
114. Protesto contra a censura na Cinelândia, fotografia de Rubens Seixas, 12 de fevereiro de 1968. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
115. Comício de estudantes no centro do Rio de Janeiro, fotografia de autor desconhecido, 24 de abril de 1968. *Correio da Manhã*/ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
116. Soldados do Batalhão da Guarda Presidencial recebem treinamento de tortura em Brasília, fotografia de Orlando Brito, 1972. Coleção particular.
117. Cordão policial *versus* educação e cultura em Brasília, fotografia de Orlando Brito, 1972. Coleção particular.
118. Frame do filme *Tempo de resistência*, do diretor André Ristum, 2003. *Este é um país que vai pra frente*, 35 mm, cor. Produtora: Sobumbo Filmes; coprodução: TV Cultura. Fundação Padre Anchieta, São Paulo/ DR/ AERP.
119. *Rango 4*, de Edgar Vasques, 1975.
120. Geisel, fotografia de Orlando Brito, maio de 1977. Coleção particular.
121. Missa de sétimo dia pela morte do jornalista Vladimir Herzog, fotografia de Antônio Carlos Piccino, 31 de outubro de 1975. Estadão Conteúdo, São Paulo.
122. *Uma linha dura... Não dura*, de Nelson Leirner, 1978, lápis de cor, caneta esferográfica, nanquim, guache e serigrafia sobre papel 97 x 67 cm.
123. *Inserções em circuitos ideológicos*: 1 - *Projeto Coca-Cola*, de Cildo Meireles, 1970. Transfer text on glass, formatos 250 x 60 x 60 mm. Cortesia da Galeria Luisa Strina. Reprodução fotográfica de Edouard Fraipont. Coleção particular.
124. O jogador Sócrates vestiu a camisa, fotografia de Jorge Araújo, 14 de dezembro de 1983, formato 38 x 25 cm, negativo SP 09228-1983. Folhapress, São Paulo.
125. Lula faz discurso para operários grevistas no ABC, fotografia de Fernando Pereira, 1979. CPDoc-JB, Rio de Janeiro.
126. Ulysses Guimarães e Tancredo Neves (detalhe), fotografia de Orlando Brito, Brasília, 1980. Coleção particular.
127. Bomba no Riocentro, fotografia de autor desconhecido, 30 de abril de 1981. CPDoc-JB, Rio de Janeiro.
128. Charge sobre as Diretas, de Angeli, 8 de janeiro de 1984. Coleção particular, São Paulo.
129. *Greve dos "boias-frias"*, Guariba (SP), fotografia de Carlos Fenerich, 1984. Também pode ser encontrada na ed. 821, 30 de maio de 1984, *Veja*, p. 25. Carlos Fenerich/ Abril Comunicações S.A., São Paulo.
130. FHC em comício do PMDB em São Paulo, fotografia de Juca Martins, 1986. Olhar Imagem, São Paulo.
131. Multidão pede o afastamento de Collor, fotografia de Orlando Brito, s.d. Coleção particular.
132. Enterro de Marco Antônio Alves da Silva, fotografia de Marco A. Cavalcanti, 30 de julho de 1993. CPDoc-JB, Rio de Janeiro.
133. Duelo de MC's, fotografia de Pablo Bernardo, 2012.
134a. *Negros acorrentados levando para a cadeia o jantar que foram buscar no Hospital da Misericórdia*, aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret, *c*. 1820-30, formato 14,5 x 22,2 cm. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro; IPHAN/ MinC.
134b. Blitz da Polícia Militar no Morro da Coroa e Cachoeirinha — PM prende favelados pelo pescoço, fotografia de Luiz Morier, 29 de setembro de 1982, Rio de Janeiro. CPDoc-JB, Rio de Janeiro.
135. Ocupação da Fazenda Giacometti pelos Sem-Terra, Paraná, fotografia de José Roberto Dantas, 1996. Estadão Conteúdo, São Paulo.
136. Casa pintada com a bandeira brasileira em uma favela na zona oeste de Manaus, fotografia de Raphael Alves/ CON/ Getty Images, São Paulo.
137. Manifestações de junho de 2013, fotografia de Rafael S. Fabres. Rio de Janeiro, Getty Images, São Paulo.

1 Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das imagens deste livro. Daremos novos créditos das fontes, caso se manifestem.
2 A variação na qualidade das informações referentes às diferentes imagens aqui apresentadas pode ser explicada pela inexistência de registros presentes na documentação e pela falta de dados oriundos das instituições de origem.

Sobre as autoras

LILIA MORITZ SCHWARCZ (1957) é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e *global scholar* na Universidade de Princeton. É autora de *O espetáculo das raças* (1993) e *As barbas do imperador* (1998), entre outros livros.

HELOISA MURGEL STARLING (1957) é professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autora de *Os senhores das Gerais* (1986), *Lembranças do Brasil* (1999) e *Uma pátria paratodos* (2009).

Copyright © 2015 by Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa Victor Burton

Projeto gráfico Victor Burton e Luisa Primo

Foto de capa Marcel Gautherot/ Acervo Instituto Moreira Salles

Pesquisa iconográfica Danilo Marques, Wilkie Buzatti, Rafael Alves, Bruno Viveiros, Bruno Abreu, Marcela Ellian, Virgínia Starling, Taciana Resende, Lígia Germano, José Antônio Queiróz, Kelly de Oliveira, Artur Navarro, Davi Kacowicz, Jéssica de Souza, Josiane de Freitas, Maria Cecília Carvalho, Vanessa de Oliveira (Projeto República: Núcleo de pesquisa, documentação e memória/ UFMG)

Preparação Márcia Copola e Cacilda Guerra

Preparação das notas Carina Muniz

Checagem e cronologia Érico Melo

Revisão Huendel Viana e Jane Pessoa

ISBN 978-85-438-0314-2

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone (11) 3707-3500
Fax (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br